

COMPLEMENTO AO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



COMR
B3 LISTING

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 25.369.840/0001-57 | NIRE 35.300.573.625
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Cj.211
CEP 04543-907, São Paulo, SP
82.987.552 Ações
Valor Total da Oferta: R\$1.470.539.421,44
Código ISIN das Ações "BRCOMRACNOR1"
Código de negociação das Ações na B3: "COMR3"

ESTE COMPLEMENTO DESCREVE ATUALIZAÇÕES AO "PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMERC PARTICIPAÇÕES S.A." INICIALMENTE DISPONIBILIZADO EM 20 DE SETEMBRO DE 2021, E QUE ESTÁ SENDO NOVAMENTE DISPONIBILIZADO NA PRESENTE DATA ("PROSPECTO PRELIMINAR"), CONTEMPLANDO AS ALTERAÇÕES ABAIXO INDICADAS.

1 ALTERAÇÕES AO PROSPECTO PRELIMINAR

Alteração no Sumário da Oferta – Pessoas Vinculadas

A seção "Sumário da Oferta" do Prospecto Preliminar foi alterada de modo a contemplar a Laplace Finanças Empreendimentos e Participações Ltda., assessora financeira da Companhia e de seus acionistas, na definição de "Pessoas Vinculadas", nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35.

Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro – Estudo de Viabilidade

A seção "Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro – Estudo de Viabilidade" do Prospecto Preliminar foi alterada de modo a excluir declaração anteriormente constante de que os Coordenadores da Oferta, os Agentes de Colocação Internacional e auditores independentes não haviam adotado qualquer procedimento com respeito às informações usadas para preparar o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, datado de 20 de setembro de 2021, preparado pela UHY Bendoraytes.

2 CRONOGRAMA TENTATIVO DA OFERTA

Não obstante ao acima exposto, informamos que o cronograma da Oferta não foi alterado, exceto pela inclusão da data de divulgação deste Complemento, permanecendo as demais datas, como Início do Período de Reserva, Encerramento do Período de Reserva, Fixação do Preço por Ação, Início de Negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3 e Liquidação da Oferta, inalteradas, conforme anteriormente divulgadas, nos termos a seguir:

#	Eventos	Data ⁽¹⁾
1.	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	14 de agosto de 2021
2.	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização inicial do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (roadshow) Início do Procedimento de Bookbuilding	20 de setembro de 2021
3.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Nova disponibilização do Prospecto Preliminar Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	27 de setembro de 2021
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	29 de setembro de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva	07 de outubro de 2021
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (roadshow) Encerramento do Procedimento de Bookbuilding Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	08 de outubro de 2021
7.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	11 de outubro de 2021
8.	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3 Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	13 de outubro de 2021
9.	Data de Liquidação	14 de outubro de 2021
10.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	11 de novembro de 2021
11.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	16 de novembro de 2021
12.	Término do Lock-up da Oferta de Varejo	25 de novembro de 2021
13.	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	11 de abril de 2022

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

OS AJUSTES MENCIONADOS ACIMA ESTÃO INCORPORADOS AO PROSPECTO PRELIMINAR AO QUAL ESTE COMPLEMENTO FOI INSERIDO COMO ENCARTE.

A data deste Complemento é 27 de setembro de 2021.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



COMR
B3 LISTING

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 25.369.840/0001-57 | NIRE 35.300.573.625
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Cj.211
CEP 04543-907, São Paulo, SP
82.987.552 Ações

Valor Total da Oferta: R\$1.470.539.421,44
Código ISIN das Ações "BRCOMRACNOR1"
Código de negociação das Ações na B3: "COMR3"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$16,87 e R\$18,56, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto).

A COMERC PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") está realizando uma oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 89.804.387 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

A Oferta será realizada sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP") e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Credit Suisse e a XP, "Coordenadores da Oferta", observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital, LLC, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo XP Investments US, LLC e pelo Citigroup Global Markets Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto), (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (non-U.S. persons), nos termos do Regulation S ("Regulamento S"), editado pela SEC, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("Resolução CMN 4.373"), e pela Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, conforme alterada ("Resolução CVM 13"), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até 16.597.505 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 12.448.015 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas exclusivamente para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta ("Opção de Ações do Lote Suplementar"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias contados da data da início de negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de Bookbuilding. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾
Preço por Ação.....	17,72	0,80	16,92
Oferta.....	1.470.539.421,44	66.174.273,97	1.404.365.147,47
Total Oferta.....	1.470.539.421,44	66.174.273,97	1.404.365.147,47

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$16,87 e R\$18,56, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto.

(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações emitidas pela Companhia e os recursos líquidos a serem por ela recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 48 deste Prospecto.

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 06 de agosto de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), em 20 de agosto de 2021, sob o nº 403.714/21-7 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Diário do Comercial" em 16 de setembro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Diário do Comercial" na data de divulgação do Anúncio de Início.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 14 de agosto de 2021.

"O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO, O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E O ESTUDO DE VIABILIDADE ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 14 e 85, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA NA PÁGINA 1049 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.



Coordenadores da Oferta



Coordenador Líder



Agente Estabilizador



Assessores financeiros da Companhia e dos acionistas da Companhia



A data deste Prospecto Preliminar é 27 de setembro de 2021.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	6
SUMÁRIO DA COMPANHIA	9
ESTUDO DE VIABILIDADE PREPARADO PELA UHY BENDORAYTES	24
SUMÁRIO DA OFERTA	27
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	44
Composição do Capital Social da Companhia.....	44
Principais Acionistas e Administradores da Companhia.....	45
Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos.....	48
Anuências Prévias para a Reorganização Societária.....	49
Descrição da Oferta	49
Aprovações Societárias	50
Instituições Participantes da Oferta	50
Preço por Ação.....	51
Ações em Circulação (<i>Free Float</i>) após a Oferta	52
Custos de Distribuição	52
Estabilização do Preço das Ações.....	56
Características das Ações	57
Plano de Distribuição	58
Procedimento da Oferta	59
Oferta de Varejo	60
Oferta Institucional	64
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	65
Suspensão ou Cancelamento da Oferta.....	66
Prazo de Distribuição	67
Liquidação	67
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	67
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional	68
Violações de Normas de Conduta	69
Listagem e Negociação das Ações no Novo Mercado da B3.....	70
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>)	70
Acordo de Investimento	73
Instituição Financeira Escrituradora das Ações.....	78
Cronograma Tentativo da Oferta	79
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta	80
Informações Adicionais	81
Instituições Consorciadas	82
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....	85
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	94
Coordenador Líder	94
BTG Pactual	95
Credit Suisse	97
XP	99
Citi	101
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	105
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder	105
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual	107
Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse	110
Relacionamento entre a Companhia e a XP.....	111

Relacionamento entre a Companhia e o Citi	112
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES, O ASSESSOR FINANCEIRO E OS AUDITORES.....	114
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	116
CAPITALIZAÇÃO	119
DILUIÇÃO	120
ANEXOS	125
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA	129
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA.....	161
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL	175
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	181
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	185
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	191
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	211
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018.....	293
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO COMERC, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019	375
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS DO GRUPO COMERC, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	437
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA ARES 2 PARTICIPAÇÕES S.A., REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019	495
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MORI ENERGIA HOLDING S.A., REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.....	525
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA MERCURY INFRA PARTICIPAÇÕES S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O PERÍODO DE 8 DE SETEMBRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.....	637
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO ARES 1, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019	665
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS DO GRUPO ARES 1, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	723
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ARES 2 PARTICIPAÇÕES S.A. REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021.....	775
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MORI ENERGIA HOLDING S.A., REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021.....	829
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MERCURY RENEW PARTICIPAÇÕES S.A., REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	873
ESTUDO DE VIABILIDADE PREPARADO PELA UHY BENDORAYTES	933
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480	1021

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Comerc” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Comerc Participações S.A e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 24 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Assessor Financeiro	Laplace Finanças Empreendimentos e Participações Ltda. O Assessor Financeiro atuou na qualidade de assessor e consultor financeiro da Companhia e seus acionistas no contexto da realização da Oferta e, portanto, é considerado Pessoa Vinculada, conforme artigo 55 da Instrução CVM 400.
Auditores Independentes ou EY	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Comerc	Comerc Participações S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não foi instalado.

Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início (data na qual o referido contrato entrará em vigor), por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Estudo de Viabilidade	Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, datado de 20 de setembro de 2021, preparado pela UHY Bendoraytes.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Grupamento de Ações	Grupamento das ações da Companhia, à razão de 2,99999998846854:1, de forma que cada 2,99999998846854:1 ações ordinárias da Companhia passaram a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 (duzentas e sessenta milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentas e sessenta e oito) para 86.719.323 (oitenta e seis milhões, setecentas e dezenove mil, trezentas e vinte três) ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, conforme deliberação aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 06 de agosto de 2021.
Instituição Escriutadora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Novos Acionistas Controladores	Cristopher Alexandre Vlavianos, Edvaldo Marcelo Ávila, Perfin Ares I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Perfin Ares II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	<i>Rule 144A</i> editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
Resolução CVM 27	Resolução da CVM nº 27, de 8 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução da CVM nº 35, de 26 de maio de 2021.

SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
<i>Securities Act</i>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
UHY Bendoraytes	UHY Bendoraytes & Cia, Auditores Independentes, membro da UHY International.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Comerc Participações S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.369.840/0001-57, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.573.625.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Cj.211, CEP 04543-907.
Diretoria de Relações com Investidores	O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Fernando Souza Oliveira. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 11 4573 0700 e o seu endereço eletrônico é ri@comerc.com.br .
Instituição Escriutadora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “COMR3”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOESP e no jornal “Diário do Comercial”.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	www.comerc.com.br/ri As informações constantes no <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto, assim como o Estudo de Viabilidade e o Formulário de Referência incluem estimativas e declarações futuras, principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Estudo de Viabilidade Preparado pela UHY Bendoraytes”, descritos nas páginas 14 e 85, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência nas páginas 1049, 1132 e 1264, respectivamente, deste Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e declarações futuras sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, podendo, portanto intensificar o impacto dos demais riscos aos quais estamos sujeitos;
- o impacto do surto de COVID-19 na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;
- nossa capacidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do surto de COVID-19 em nossos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- impossibilidade ou dificuldade de identificação, viabilização e implantação de novos projetos de geração de energia para comercialização ou geração distribuída;
- capacidade da Companhia e/ou de suas controladas de atender seus clientes de forma satisfatória;
- capacidade da Companhia e/ou de suas controladas de celebrar novos contratos de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Livre e/ou atrair novos clientes e/ou parceiros para seus negócios;
- alterações nos preços de geração e/ou de comercialização de energia elétrica;
- condições climáticas desfavoráveis para a manutenção e desenvolvimento das atividades da Companhia e/ou de suas controladas;
- nossa capacidade de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de nossos consumidores em razão do surto de COVID-19 ou outras pandemias, epidemias e crises similares), mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;

- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, liquidez nos mercados financeiro e de capitais e confiança do consumidor;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação ou execução de nossos projetos;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- nossa capacidade de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis, inclusive ambientais que viabilizem nossos projetos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações, dentre eles, riscos inerentes de perfuração, produção e outros riscos operacionais;
- nosso nível de capitalização e endividamento e nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e
- fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, descritos nas páginas 14 e 85, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 1049 deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, de forma que a Companhia não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Estudo de Viabilidade

O Estudo de Viabilidade, anexo a este Prospecto a partir da página 933, foi preparado de forma independente pela UHY Bendoraytes com base nas informações financeiras projetadas e preparadas por seus especialistas. As informações financeiras projetadas utilizadas para preparar o Estudo de Viabilidade não foram elaboradas em conformidade com qualquer regulamentação de divulgação pública vigente, bem como não foram preparadas para cumprir com as normas e regulamentos de quaisquer bolsas de valores, agências ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer jurisdição. Nossa Administração acredita que o Estudo de Viabilidade foi elaborado refletindo, atualmente, as melhores estimativas e julgamentos disponíveis, e apresenta, de acordo com o melhor conhecimento e opinião da Administração, a expectativa do curso de ação previsto da Companhia, com base no entendimento e conhecimento de especialistas da UHY Bendoraytes sobre os setores de geração centralizada de energia e de geração distribuída de energia solar, geração eólica de energia. Entretanto, estas informações não são fatos e não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros, não constituindo uma garantia do nosso desempenho futuro. **OS LEITORES DESTES PROSPECTO FICAM DESDE JÁ ADVERTIDOS PARA NÃO DEPOSITAR CONFIANÇA INDEVIDA NAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PROJETADAS.**

Os relatórios dos auditores independentes incluídos nas demonstrações financeiras anexas a este Prospecto relacionam-se, exclusivamente, as demonstrações financeiras históricas anexadas, e não se estendem às informações financeiras projetadas e não devem ser lidos de forma diferente.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO, NO ESTUDO DE VIABILIDADE E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE NOVA INFORMAÇÃO, OCORRÊNCIA DE EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto, no Estudo de Viabilidade e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

APRESENTAMOS A SEGUIR UM SUMÁRIO DA OPERAÇÃO DA COMPANHIA, INCLUINDO INFORMAÇÕES OPERACIONAIS E FINANCEIRAS, VANTAGENS COMPETITIVAS E ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIO. ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO, NÃO CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES QUE UM POTENCIAL INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES. INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA CONSTAM DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, BEM COMO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS ANEXAS A ESTE PROSPECTO. LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR NAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER, CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE, TODO ESTE PROSPECTO, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES “CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS ACERCA DO FUTURO”, “PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, CONSTANTES NAS PÁGINAS 6, 14 E 85 DESTES PROSPECTO, ALÉM DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ENFATIZANDO AS SEÇÕES “4. FATORES DE RISCO”, “5. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS” E “10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES”, BEM COMO AS NOSSAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS ANEXAS A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 191, AS NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS ANEXAS A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 211 E AS NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS ANEXAS A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 293, PARA UM ENTENDIMENTO DETALHADO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA E DA OFERTA PROPRIAMENTE DITA. OS TERMOS “NÓS”, “NOSSO”, “COMPANHIA”, “COMERC”, QUANDO UTILIZADOS NESTA SEÇÃO DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFEREM-SE OU SIGNIFICAM, CONFORME O CASO, À COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS EM CONJUNTO, EXCETO SE EXPRESSAMENTE INDICADO DE FORMA DIFERENTE.

Visão Geral da Companhia - Anterior a conclusão da Reorganização Societária

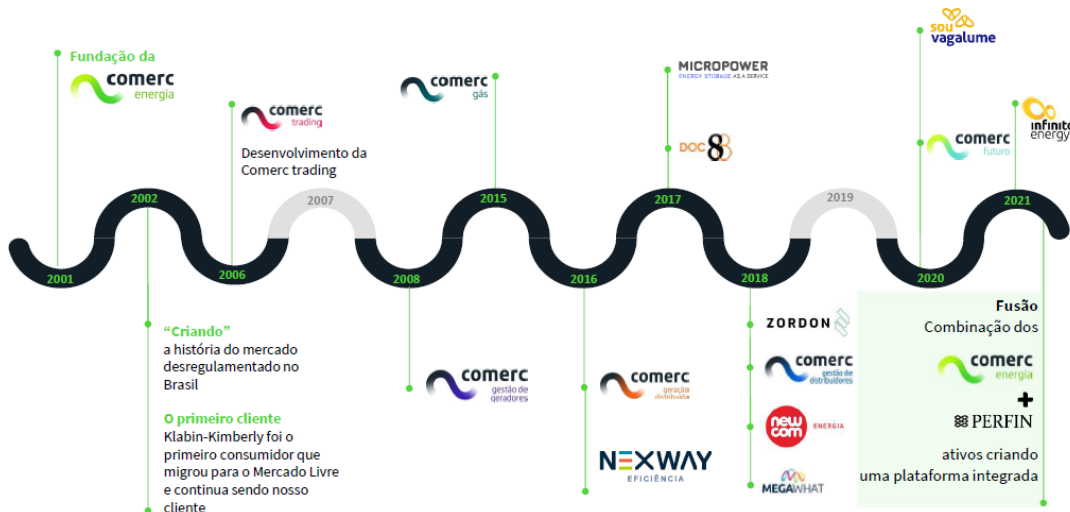
A Companhia, uma holding de empresas que atuam na comercialização, gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras, soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia, detém a maior base de clientes no segmento de gestão de energia no Brasil¹. Além disso, a Companhia é a quarta maior comercializadora de energia no Brasil², oferecendo segurança e flexibilidade para seus clientes atendendo às necessidades de seus parceiros.

Tendo iniciado suas atividades no setor elétrico em 2001, o grupo econômico da Companhia (“Grupo Comerc”) tem atuado, nas últimas duas décadas, no mercado de energias renováveis e serviços de energia. Ao longo dos anos, o Grupo Comerc passou por um processo de expansão por meio da criação de novas entidades e diversificação de seu portfólio. Em 2001, a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“Comerc Comercializadora”) começou sua operação no setor elétrico, sendo uma das precursoras do Mercado Livre, atuando tanto na comercialização de energia quanto na gestão de consumidores livres. Em 2006 a Comerc Energia Ltda. (“Comerc Gestão”) foi constituída e começou a atuar, para segregar as atividades de trading e gestão, uma vez que as atividades de trading do Grupo Comerc se intensificaram. Em 2008 a Comerc Gestão ampliou sua atuação para gestão de geradores e passou a atender também usinas hidrelétricas, térmicas a biomassa de cana, eólicas e solares.

Em 2015, com o intuito de ampliar o leque de soluções em energia para consumidores de gás natural do Grupo Comerc, foi criada a Comerc Gás Comercializadora Ltda. (“Comerc Gás”). Em 2016, a Comerc Esco, Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (“Nexway”), que atua em projetos de eficiência energética, foi constituída e passou a oferecer para as empresas clientes a oportunidade de obter novos equipamentos de ar-condicionado, iluminação, motores e subestação sem a necessidade de realizar os investimentos e podendo pagá-los com a economia na redução do custo de energia elétrica. Visando expandir a atuação em comercialização de energia do Grupo Comerc, sob a modalidade varejista do mercado livre, em 2016 foi criada a Comerc Power Trading Ltda. (“Comerc Futuro”) que, em 2020, intensificou suas operações ao se tornar uma unidade de negócios independente e separar seu time de executivos do time da Comerc Comercializadora.

A Companhia foi fundada em 2016, diante da expansão do Grupo Comerc, com o propósito de ser uma holding consolidadora dos ativos do grupo. Em 2017, foi constituída a Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. (“Doc 88”), que atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o Grupo Comerc. No contexto de soluções em energia, também em 2017, foi fundada a Micropower Comerc Energia S.A. (“Micropower”), empresa que presta serviços de armazenamento de energia e da qual a Companhia é uma das principais investidoras, juntamente com a Siemens, a Equinor e ex-executivos da Tesla. Com a entrada da Equinor no quadro de investidores da Micropower em 2020, a Micropower foi então avaliada em R\$ 132 milhões. Em 2018, a NewCom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“NewCom”), a segunda comercializadora do Grupo Comerc, começou a atuar com foco em operações no Mercado Livre de energia, e foi lançado o produto Zordon, no segmento de serviços ao cliente, que permite a coleta e tratamento das informações de consumo por meio de software de gestão. Também em 2018, foi criada a MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. (“MegaWhat”), que atua na prestação de serviços de informação, consultoria e EAD. A MegaWhat iniciou suas atividades oferecendo os serviços internamente aos colaboradores do Grupo Comerc e passou a atender ao mercado a partir de outubro de 2019. A solução de gestão de distribuidoras também passou a ser oferecida aos clientes em 2018 pela Comerc Gestão.

Em 2020, o Grupo Comerc inaugurou suas atividades no segmento de colocação de energia para o varejo, por meio da DMC Consultoria e Gestão de Projetos em Energia Ltda. (“Sou Vagalume”), uma *energytech* cujo foco é geração distribuída de energia solar mediante assinatura digital. O investimento na Sou Vagalume, em associação a Perfin Administração de Recursos Ltda. (“Perfin”), inaugurou a parceria do Grupo Comerc com a Perfin e os ativos por ela geridos. Em 2021, o Grupo Comerc ampliou sua atuação no segmento de energia solar, por meio do investimento na Infinito Energy Investimentos e Participações S.A. (“Infinito”), que atua no desenvolvimento de projetos de geração de energia solar para autoprodutores.



Em 30 de junho de 2021, os segmentos de atuação das entidades do Grupo Comerc estavam configurados conforme imagem abaixo:

¹ Fonte: Relatórios gerenciais de performance da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – junho de 2021.

² Fonte: Relatório InfoMercado – Dados Individuais divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – março de 2021.



Em 2021, a incorporação dos ativos de geração detidos pelos fundos geridos pela Perfin impulsiona a Companhia a atuar como plataforma integrada no setor de energias renováveis, tendo como principais atividades: (a) desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia renovável; (b) comercialização de energia no ambiente de contratação livre e gestão de geração distribuída no ambiente de contratação regulado; e (c) serviços de gestão e desenvolvimento de soluções no setor de energia.

Como prestadora de serviços de energia para consumidores livres, a Companhia atende a clientes de grande porte por meio de serviços de gestão de energia, soluções para aumento de eficiência energética, comercialização de energia, consultoria e fornecimento de bases de dados e conteúdo. Além disso, também atende a clientes de médio e pequeno porte por meio de serviços voltados à geração distribuída e à comercialização varejista com benefícios que incluem a redução de custos e maior facilidade de acesso aos serviços e informações, especialmente por meio de recursos digitais a seus clientes.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais - Anterior a conclusão da Reorganização Societária

Os quadros abaixo apresentam as informações financeiras e operacionais da Companhia selecionadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020:

(Em milhares de reais)	Em e/ou no período de seis meses encerrado em 30 de junho de		Em e/ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Receita operacional líquida	1.632.083	397.871	834.560	794.304	222.947
Marcação a mercado de instrumentos financeiros ⁽¹⁾	-63.571	23.432	-8.347	4.033	5.005
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	-29.006	15.500	-1.155	16.369	1.841
EBITDA ^{(2) (3) (4)}	-38.053	25.768	1.863	24.226	2.611
Patrimônio líquido	329.481	-	205.234	48.240	36.572
Caixa Líquido ⁽⁵⁾	202.429	-	50.441	23.967	30.011

⁽¹⁾ Refere-se ao ganho ou perda de marcação a mercado de instrumentos financeiros (variação do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia).

⁽²⁾ O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) do período/exercício, ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não devem ser considerados isoladamente ou como alternativas e/ou substitutos do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos. O EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras empresas. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA, vide seção 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

⁽³⁾ Inclui os efeitos da reestruturação societária ocorrida em 31 de dezembro de 2020, em que as empresas Comerc Comercializadora, Comerc Energia, Comerc Power, Comerc Gás e Micropower Participações passaram a ser consolidadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021 e da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Para mais informações, ver, respectivamente, seções 15.7 e 10.4 do Formulário de Referência da Companhia.

⁽⁴⁾ O EBITDA e a Margem EBITDA estão impactados pelos valores da marcação a mercado de instrumentos financeiros (contratos futuros de compra e venda de energia), que totalizaram despesa de R\$63.571 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, uma receita de R\$23.432 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, uma despesa de R\$8.347 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, uma receita de R\$4.033 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e uma receita de R\$5.005 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

⁽⁵⁾ A Companhia demonstra caixa líquido, não dívida líquida, tendo em vista que o valor referente a caixa e equivalentes de caixa é superior ao valor da dívida bruta, representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento. O Caixa Líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular o Caixa Líquido de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para o cálculo do Caixa Líquido, ver seção 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Nossos Pontos Fortes - Anterior a conclusão da Reorganização Societária

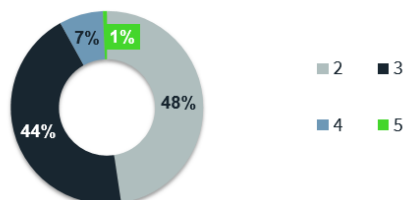
Atendimento a diversos perfis de consumo por meio de plataforma integrada da Companhia, que conecta clientes à geração de energia renovável por meio de soluções e serviços complementares.

A Companhia oferece serviços e soluções em (i) comercialização de energia, por meio da Comerc Comercializadora, da Comerc Energia, da Comerc Power, da Comerc Gás e da Comerc Future, (ii) acesso e gestão de geração distribuída por meio da Sou Vagalume; (iii) gerenciamento e gestão de energia, por meio da Comerc Gestão e da Comerc Gás; (iv) eficiência energética, por meio da Nexway; (v) telemetria, consumo e geração inteligente e análise de dados, por meio do produto Zordon; (vi) consultoria regulatória e preços de mercado nos setores de energia elétrica e gás natural, por meio da MegaWhat; e (vii) serviços de armazenamento de energia, por meio da MicroPower.

A Companhia acredita que com este portfólio de produtos e serviços a Companhia consegue não só atender diversos perfis de consumo dos clientes, mas também amplia sua receita proveniente de tais clientes por meio do *cross selling*, reduzindo o CAC (custo de aquisição dos clientes), o que contribui também para a crescente satisfação e retenção dos clientes.

Entre os clientes da Companhia que contrataram algum dos seus serviços, 23% contrataram apenas um dos serviços, e 77% contrataram um ou mais. A Companhia tem espaço para aumentar o *cross-selling* com novas soluções, conforme gráfico abaixo:

Número de serviços por cliente

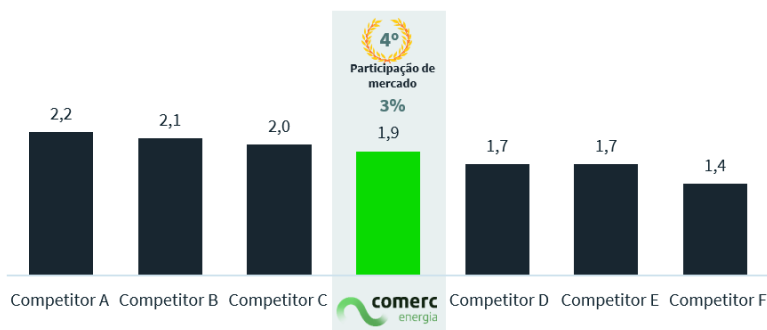


Liderança e pioneirismo em serviços de gestão de energia, com uma base de clientes de longo prazo, acompanhados da utilização de tecnologia desenvolvida in-house.

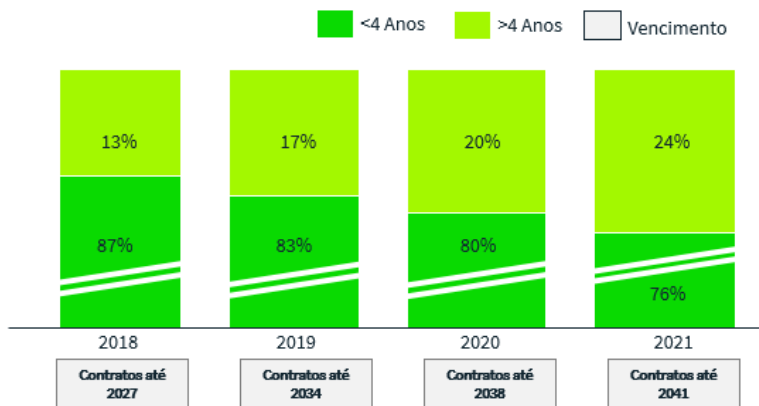
Em sua vertical de prestação de serviços para consumidores livres, a Companhia é líder nacional em número de clientes em serviços de gestão de energia, sendo que, em 30 de junho de 2021, contava com mais de 1,2 mil clientes corporativos sob gestão (participação de mercado de 16%), aproximadamente 3,3 mil unidades consumidoras e representação de

aproximadamente 1,5 mil agentes na CCEE. Além disso, alcançou 1,9 GW médios de energia comercializada em 2020 (participação de mercado no Brasil de 3,0%, sendo 3,4% a participação de mercado do primeiro posicionado).

Dentro do contexto de comercialização de energia, o gráfico abaixo mostra o ranking de comercialização em GW médios e a participação da Companhia no mercado:



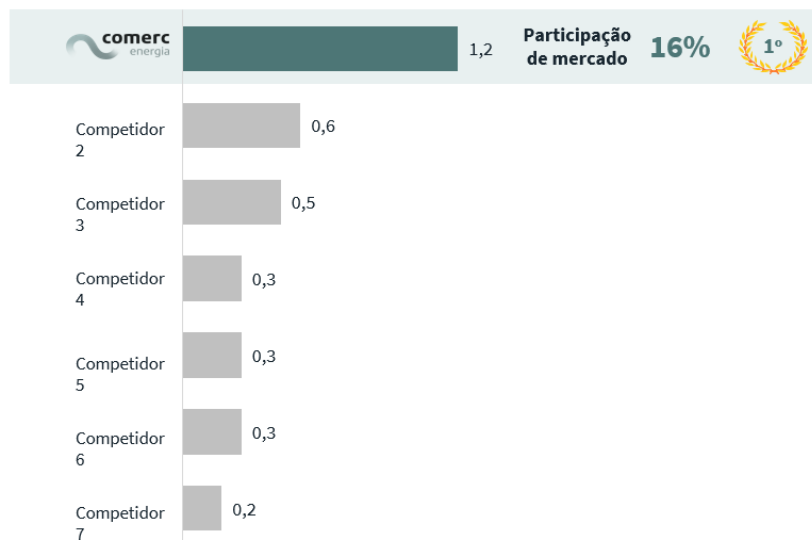
A Companhia tem originado cada vez mais contratos de longo prazo e criando uma base de comercialização mais longa. Em 30 de junho de 2021, cerca de 25% dos contratos do portfólio tinham prazo superior a quatro anos. O gráfico abaixo mostra a quebra percentual dos contratos conforme data de vencimento.



Ainda no contexto de Gestão de Energia, o gráfico abaixo mostra o ranking de número de clientes (base mil) sob gestão para a Companhia e seus competidores, bem como a participação de mercado da Companhia:

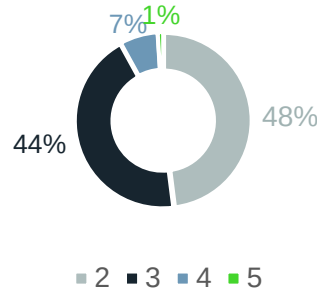
COMERC é a empresa líder em gestão de energia no Brasil...

(*000 # de clientes, %)

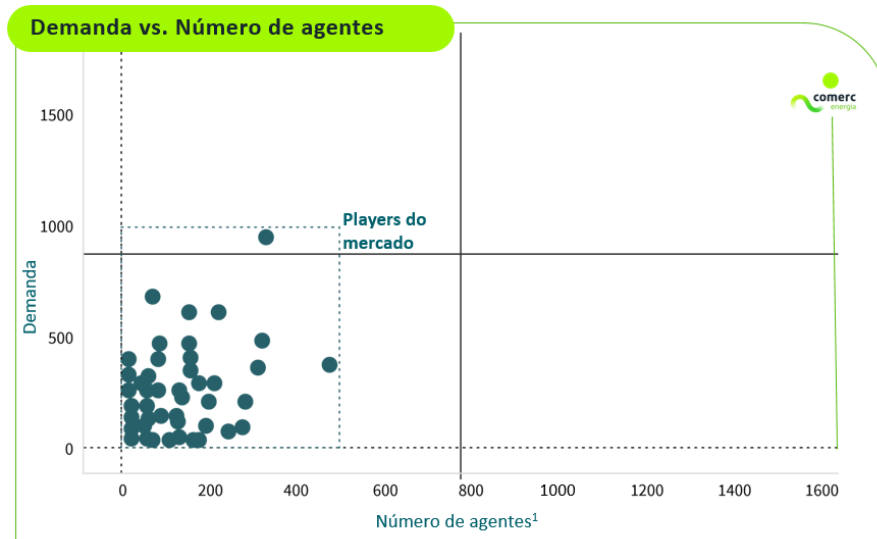


Além disso, ainda há espaço para aumentar o *cross-selling* com novas soluções, dentro do portfólio da Companhia, conforme mostrado no gráfico abaixo:

Serviços por cliente



Acreditamos que os resultados positivos gerados pela qualidade dos serviços da Comerc podem ser identificados também através de análises referentes à demanda vis a vis o número de agentes quando comparados a outros *players* do mercado, conforme abaixo:



Fonte: CCEE – Jun/2021. (1) Considera consumidores, geradores e outros

Por sua vez, no contexto de serviços, a Companhia conta com um time de mais de 220 pessoas dedicadas especificamente ao contato com seus clientes, em seus diversos nichos, sendo 165 pessoas focadas em gestão de energia, 24 pessoas dedicadas a soluções de energia e 15 pessoas na vertical de comercialização de energia, 17 pessoas em marketing e 1 pessoa na área de experiência do usuário (*customer experience*). A Companhia acredita que sua capacidade de manter no médio e longo prazo sua base diversificada de clientes relevantes, proporciona previsibilidade de receitas e oportunidades de *cross-selling* entre as suas diversas verticais de atuação. Nos últimos 4 anos a Companhia atraiu mais de 960 novos clientes, sendo que, dentre seus atuais mais de 1,2 mil clientes, 220 são clientes há um período entre 5 e 10 anos, 33 há um período entre 10 e 15 anos e 24 há mais de 15 anos. Abaixo estão listados alguns dos clientes da Companhia, por anos de relacionamento:

- **Acima de 15 anos:** Whirlpool, BRF, WEG, AngloAmerican, Klabin e Ajinomoto.
- **Entre 10 e 15 anos:** São Martinho, AmBev, Armco, Staco, Arcor, Iguatemi e TetraPak.
- **Entre 5 e 10 anos:** Schütz, Cacau Show, Alpargatas, Casa do Pão de Queijo, InterCement, Renault, Melitta e Embraer.
- **Menos de 4 anos:** Coty, MultiLog, Cinópolis, St. Marche, Petz, Riachuelo e Duratex.

A Companhia oferece a seus clientes corporativos e de varejo um vasto portfólio de serviços, muitos dos quais de maneira pioneira, incluindo serviços de arrendamento para geração centralizada, armazenamento de energia por baterias e gestão de consumidores no mercado livre, entre outros. Os clientes corporativos da Companhia podem contar com serviços de energia relacionados à gestão, eficiência energética, baterias, comercialização de energia e consultoria estratégica e regulatória, enquanto os clientes do varejo podem contar com a oferta de energia renovável no modelo varejista e geração distribuída, além de soluções de telemetria, eficiência energética e gestão de unidades cativas, ou seja unidades que ainda não migraram para o mercado livre de energia.

Além da liderança e pioneirismo, a prestação de serviços de gestão de energia pela Companhia é diferenciada em razão do desenvolvimento e aplicação de tecnologias desenvolvidas *in-house* para serviços de energia, o que contribui para aumentar a qualidade da prestação de serviços e endereçar as necessidades de seus clientes e do mercado. Para tanto, a Companhia conta com um time de cerca de 150 desenvolvedores de sistemas dedicados ao desenvolvimento de tais tecnologias para serviços de energia na Doc 88, empresa responsável pelo desenvolvimento de tecnologias como as plataformas Sou Vagalume, Zordon e PowerView.

A Sou Vagalume é uma *energytech* desenvolvida com o propósito de democratizar o acesso à energia renovável por meio da redução de custos. Com um processo 100% digital, desde a escolha do plano até a assinatura do contrato, a Sou Vagalume atende residências, comércios, indústrias, microempreendedores e propriedades rurais, que podem alugar cotas em fazendas solares, cuja parcela de energia gerada é enviada para a distribuidora de energia local que, por fim, abate a utilização da energia com créditos na conta de luz do consumidor final, gerando economias para tal consumidor. Estes consumidores possuem um tamanho estimado em gastos mensais com energia de cerca de R\$ 2.000 – 3.000 / mês. Por sua vez, o Zordon é uma solução, no segmento de Internet das Coisas (*Internet of Things – IOT*), que combina um dispositivo de telemetria e um software que coleta e transmite dados, focada na captação de informações referentes a *utilities* (energia, água, luz, gás) ou processos (funcionamento de máquinas, status de equipamentos) e na transformação destes dados em eficiência e gestão, e conforme data base junho de 2021, é responsável pelo atendimento de cerca de 2.500 unidades no tema IoT. Por fim, o PowerView é um software de gestão que permite a integração e disponibilização, em tempo real, das informações, dados de contratos de energia e uso do sistema e do balanço energético de cada cliente, que também têm acesso simultâneo ao sistema.

Modelo de negócios pautado em forte estratégia ESG.

O modelo de negócios da Companhia é baseado em três principais pilares: (i) combater as mudanças climáticas, (ii) promover o desenvolvimento sustentável, e (iii) compromisso com a diversidade.

O combate às mudanças climáticas faz parte do DNA da Companhia, que é signatária do United Nations Global Compact, uma iniciativa voluntária baseada no compromisso de empresas na implementação de princípios e ações universais voltadas para a sustentabilidade. A Companhia pretende continuar a seguir tais diretrizes e, especificamente na vertente de combate

aos desequilíbrios climáticos, participa da expansão do mercado de energias renováveis, reduzindo as emissões de CO².

Buscando contribuir para um mundo sustentável, a Companhia dedica-se à aplicação das melhores práticas e tecnologias em suas operações diárias, contribuindo para a redução da emissão de gases do efeito estufa. A Companhia certificou que 2.474 unidades consumidoras gerenciadas pela Comerc Gestão que adquiriram energia renovável no mercado livre e que contribuíram para a redução do equivalente a mais de 667 mil toneladas de emissão de CO₂ em 2020. Considerando os últimos 10 anos, os clientes da Comerc Gestão evitaram a emissão de 4,85 milhões de toneladas de CO₂ – o número equivale a um reflorestamento padrão com mais de 33 milhões árvores.

Outro relevante objetivo da Companhia é promover o desenvolvimento sócio-econômico de maneira sustentável. Para tanto, a Companhia dedica-se a desenvolver projetos sociais nas regiões em que atua. A Companhia gerou e pretende continuar gerando crescimento nas economias de tais regiões. A título ilustrativo, considerando os projetos de geração distribuída das Entidades Incorporadas, a Companhia gerou mais de três mil postos de trabalho durante a fase de implantação dos projetos até 30 de junho de 2021. Além disso, em 2020 a Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, apoiou 20 projetos sociais nas regiões em que atua, tendo realizado doações de R\$ 400 mil no âmbito de tais projetos e cerca de R\$ 1 milhão para causas relacionadas à pandemia COVID-19.

Em linha com o terceiro pilar de compromisso com a diversidade, a Companhia reconhece e valoriza a importância da diversidade em seu quadro de administradores e colaboradores. Entre 2019 e 2020, as posições de liderança nas empresas do Grupo Comerc ocupadas por mulheres passaram de 24% para 34%, com quatro mulheres ocupando posições de CEO de empresas do Grupo Comerc. Ainda sobre diversidade, a Companhia possui um grupo multifuncional com 32 participantes, divididos em quatro frentes: gênero, etnia, PCDs e LGBTQIA+.

Administração com experiência comprovada e histórico de sucesso.

A Companhia conta com um time experiente tanto nos cargos de gestão quanto no conselho de administração. São profissionais reconhecidos e qualificados, com vasta e comprovada experiência no setor de energia brasileiro, contando também com históricos profissionais diversificados, formações complementares e, especialmente, com vasto conhecimento do nosso segmento, o que constitui uma vantagem competitiva em nosso mercado de atuação.

A maioria dos membros da nossa administração dedicou a sua vida profissional ao setor de serviços de energia brasileiro, outros possuem extensa experiência em sociedades líderes de diferentes setores da economia. Nossa cultura organizacional e de recursos humanos é baseada na atração e retenção de profissionais altamente qualificados em todos os níveis, com a consequente valorização dos executivos que apresentem melhor performance baseada em métricas qualitativas e quantitativas.

Nossa administração foi responsável pelo nosso sólido crescimento das operações e robusto desempenho operacional e financeiro percebido no passado, estando bem posicionada para continuar implementando, de maneira bem-sucedida, nossa estratégia de negócio. Dessa forma, acreditamos que a experiência de todo o time envolvido em nossa estratégia, somado à nossa expertise do mercado, são fatores que contribuem diretamente para o nosso crescimento e nos diferencia de nossos principais competidores. Para mais informações sobre nossa administração, ver item 12 do Formulário de Referência da Companhia.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças - Anterior a conclusão da Reorganização Societária

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens “4.1 Fatores de Risco” e “4.2 Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Companhia. Abaixo, apresentamos os cinco principais fatores de risco da Companhia:

Nossas Estratégias - Anterior a conclusão da Reorganização Societária

Investimento em tecnologia para endereçar as necessidades do setor e dos clientes.

Acreditamos que o desenvolvimento e a utilização de tecnologias nas atividades de geração, comercialização e prestação de serviços de gestão de energia seja um pilar intrínseco do futuro do setor, pois permite coleta, transmissão e processamento de dados em tempo real, além da escalabilidade dos sistemas de operação e atendimento aos clientes. O investimento em tecnologias proprietárias e de terceiros está no centro do modelo de negócios da Companhia. Por se tratar de claro diferencial entre os serviços oferecidos pela Companhia, em comparação a outros players do setor de energia renovável no Brasil, a Companhia pretende manter sua liderança e pioneirismo nessa área.

Em especial, a Companhia pretende expandir a utilização de tecnologias na fase prospectiva de seus projetos, como a utilização de drones em inspeções termográficas, avaliação do solo, da vegetação e a eletro luminosidade, bem como nas previsões de geração de energia, incluindo o emprego de sensores e satélites no planejamento de suas atividades. Além disso, a integração de plataformas em tempo real, poderá permitir maior sofisticação das atividades de manutenção dos equipamentos necessários para as operações da Companhia.

Ademais, pretendemos aprimorar a experiência digital de nossos clientes, conectando-os a todos os nossos serviços, por meio de soluções desenvolvidas *in-house*, especialmente proporcionando novas formas de otimização e eficiência energética.

Assim, sendo uma companhia em constante evolução pretendemos extrair resultados expressivos de nossas soluções digitais, fazendo parte da transformação cultural do setor de energia, conectando espaços, tecnologias e multiplicando soluções em eficiência energética. Continuaremos sempre em busca do que houver de mais inovador em tecnologia e soluções digitais, inclusive por meio de parcerias com players que ofereçam tais serviços e funcionalidades.

Manutenção e desenvolvimento contínuo da base de clientes diversificada, com crescimento do segmento de varejo.

Entendemos que o crescimento e a diversificação da nossa base de clientes são reflexos do nosso entendimento sobre as necessidades dos consumidores, das características de cada um deles, de uma equipe comercial bem treinada e focada em atendimento, da nossa sólida capacidade operacional, de geração e comercialização de energia, bem como da experiência na negociação dos contratos entre as contrapartes. Assim, a Companhia conta com tais vantagens e com sua experiência e conhecimento do mercado brasileiro de energias renováveis para a contratação de novos PPAs em condições de preço e prazo favoráveis e para a ampliação de sua base de clientes, especialmente no segmento de varejo, em que há muitas oportunidades de crescimento para a Companhia.

A Companhia pretende incrementar as relações existentes com seus atuais clientes por meio do *cross selling* entre novas soluções e produtos, além de construir relacionamentos de longo prazo com novos clientes, de forma a continuamente expandir sua base de clientes, oferecendo soluções de alta qualidade.

Compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio de comercialização de energia renovável e soluções para o aumento da eficiência energética.

A Companhia pretende continuar a implementar e aprimorar seu modelo de negócios centrado na preocupação com a sustentabilidade, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, especialmente por meio de energias renováveis e soluções para o aumento da eficiência energética no Brasil. A Companhia pretende continuar a contribuir com o combate aos desequilíbrios climáticos, participa da expansão do mercado de energias renováveis, reduzindo as emissões de CO₂.

Ainda, a Companhia continuará a contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões em que atua, gerando empregos e participando ativamente de projetos sociais locais.

Quanto à liderança pautada pela sustentabilidade, a Companhia pretende continuar a assumir de forma prioritária suas responsabilidades ambientais e sociais em cada projeto, analisando detalhadamente as externalidades, a viabilidade e os benefícios de cada projeto para manter os mais altos padrões de gestão corporativa responsável.

Eventos Recentes

Impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e resultados da Companhia

Os principais riscos para o setor elétrico brasileiro em decorrência da pandemia de COVID-19 resultaram da redução de carga de energia elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os agentes que atuam no ambiente de contratação livre de energia no Brasil, principalmente os consumidores finais, podem eventualmente não cumprir os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado livre, com base em teses jurídicas como caso fortuito, responsabilidade de excludente por força maior, entre outros. No entanto, o portfólio da Companhia é especialmente composto por comercializadoras e consumidores livres, entre os quais as teses jurídicas mencionadas geralmente não prosperam, reforçando o conceito que os compromissos com contratos vigentes devem ser respeitados.

Em meados de março, a Companhia organizou comitês multidisciplinares para o gerenciamento dos impactos da pandemia de COVID-19 em suas operações, resultados e, principalmente, na segurança e bem-estar de seus colaboradores. Assim, a partir de 18 de março de 2020, 100% de seus colaboradores migraram para o regime de trabalho remoto, sendo que a maioria permanece em tal regime na data deste Prospecto. A Companhia estruturou os canais de comunicação semanais da liderança com as equipes de forma a manter a comunicação frequente e as equipes atualizadas. O escritório central da Companhia foi redesenhado considerando a nova realidade, observando os protocolos de segurança adaptados a um contexto em que trabalharemos de forma híbrida, frequentando os escritórios somente nos momentos necessários.

Apesar do impacto negativo na economia global, as operações da Companhia e de suas controladas não sofreram impactos relevantes decorrentes da pandemia de COVID-19. O impacto negativo na marcação a valor justo da carteira verificado em 2020, conforme detalhado no item 10.1 acima, deveu-se a um evento climático extremo e não esperado no último trimestre, sem relação com a pandemia de COVID-19. A administração da Companhia continua monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, a Companhia não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira relevante seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

Grupo de Ações da Companhia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 6 de agosto de 2021, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias passou a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 para 86.719.323 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, de forma a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetar os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

Aprovação de Plano de Outorga de Ações

Foi aprovado, em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 06 de agosto de 2021 o Plano de Outorga de Ações ("Plano") para conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle, e ainda conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de sociedades em que a Companhia detenha participação relevante e influência significativa e/ou pessoas físicas que forem prestadores de serviços da Companhia, de suas controladas e/ou de sociedades em que a Companhia detenha participação relevante e influência significativa ("Participantes").

Em 06 de agosto de 2021, foi realizada a reunião do Conselho de Administração da Companhia, na qual foi aprovada o 1º Programa de Outorga de Ações, o Plano de Retenção ("1º Programa"), e o 2º Programa de Outorga de Ações, o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("2º Programa") e, em conjunto com o 1º Programa "Programas", ambos no âmbito do Plano.

Em relação ao 1º Programa, o preço de referência por ação será equivalente ao preço a ser fixado na Oferta (conforme definido no item 15.8 do Formulário de Referência da Companhia). Por outro lado, em relação ao 2º Programa, o preço por ação será equivalente à média ponderada da cotação da ação na B3 em determinado período anterior à outorga e/ou à liquidação da outorga de ações, conforme será definido pelo Conselho de Administração.

Até a data deste Prospecto, não houve outorgas de ações no âmbito do Plano. No entanto, a Companhia pretende celebrar, na data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido no item 15.8 do Formulário de Referência da Companhia), contratos de outorga com todos os Participantes do 1º Programa e do 2º Programa, sob condição suspensiva, em conformidade com os termos e condições do Plano e, conforme aplicável, do 1º Programa e do 2º Programa. Tais outorgas terão como referência o preço por ação a ser fixado na Oferta.

O total de ações que poderá ser objeto de outorga no âmbito do 1º Programa e do 2º Programa representará o montante de, no máximo, 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a conclusão da Reorganização Societária (conforme definido no item 15.8 do Formulário de Referência da Companhia), mas antes da conclusão da Oferta.

Dessa forma, por ainda não ter ocorrido outorgas no âmbito do Plano, a Companhia não pode confirmar o valor do impacto das despesas decorrentes do Plano e dos Programas no ano corrente. Porém, é possível estimar o impacto no ano corrente caso as outorgas do 1º Programa e do 2º Programa sejam aprovadas na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, considerando: (i) períodos de 3 (três) meses de outubro a dezembro do exercício corrente; (ii) diluição de 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) no 1º Programa e no 2º Programa; (iii) a quantidade estimada de ações que comporão o capital social da Companhia após a Reorganização Societária; (iv) o preço por ação estimado no âmbito da Oferta, equivalente ao ponto médio da faixa indicativa de preço; (v) o prazo de 36 meses para o 1º Programa e para o 2º Programa; e (vi) encargos sociais de aproximadamente 34%. Considerando os fatores acima, a Companhia estima um impacto neste exercício de R\$13,9 milhões, decorrente de despesas relacionadas ao Plano.

A tabela abaixo apresenta uma estimativa do impacto anual das despesas a serem reconhecidas em razão do Plano no ano corrente, considerando as condições acima:

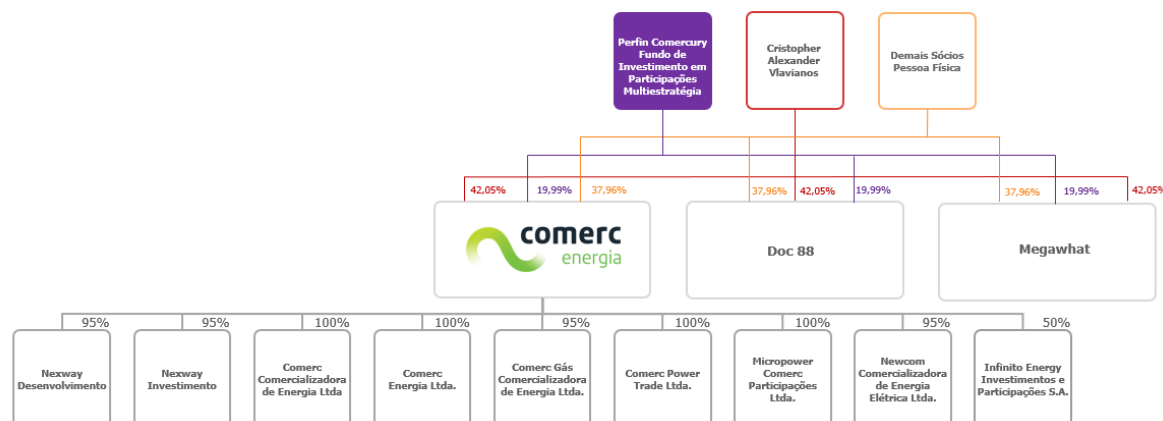
Ações da Companhia após Reorganização Societária	243.108.754
Total de ações sujeitas à outorga (considerando a outorga das ações do 1º Programa e do 2º Programa)	8.265.933
Estimativa de impacto no exercício corrente (R\$ milhões)	13,9

A Companhia pretende apurar o impacto a cada outorga no âmbito do Plano e, na data de cada balanço, revisar suas estimativas. As estimativas acima estão sujeitas a ajustes, sendo certo que a eventual aprovação de novos programas de outorga no âmbito do Plano poderia resultar em despesas maiores no exercício corrente.

Estrutura Societária

Na data deste Prospecto a estrutura societária da Companhia está configurada conforme o organograma abaixo. O organograma abaixo considera a estrutura societária da Companhia anterior à conclusão da Reorganização Societária.

Organograma na data deste Prospecto, anterior à conclusão da Reorganização Societária



Informações Adicionais

Nossa sede está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Cj.211, CEP 04543-907. Nosso Departamento de Relações com Investidores está localizada em nossa sede e seu telefone é o +55 11 4573 0700, o e-mail é o ri@comerc.com.br e o site é o www.comerc.com.br/ri. As informações incluídas no nosso site, ou que poderiam ser acessadas através do nosso site, não são partes integrantes, anexadas ou incluídas por referência a este Prospecto.

Principais Fatores de Risco, Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças da Companhia

Abaixo estão listados os principais fatores de risco, pontos fracos, obstáculos e ameaças que afetam nosso plano de negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada, nos termos do artigo 40, § 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco, pontos fracos, obstáculos e ameaças a que estamos expostos, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 85 deste Prospecto, e os itens "4.1 Fatores de Risco" e "4.2 Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, a partir da página 1049 deste Prospecto.

A Companhia não pode garantir que as condições financeiras dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre e no Ambiente de Contratação Regulado serão observadas.

A Companhia celebra, no curso de seus negócios, contratos de compra e venda de energia com seus clientes no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), podendo celebrar cessão de montantes excedentes de energia e contratos de arrendamento de usinas com seus clientes no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"). Não há garantia que os clientes da Companhia honrarão com seus compromissos de pagamento no âmbito de tais contratos ou que as garantias prestadas pelas contrapartes da Companhia serão suficientes para honrar referidos compromissos de pagamento e/ou manter a Companhia indene por todas as perdas eventualmente incorridas.

A eventual inadimplência de clientes da Companhia poderá impactar negativamente seu fluxo de caixa e suas operações e, consequentemente, resultar em um impacto negativo relevante na sua situação financeira e em seus resultados.

A Companhia pode não ser capaz de realizar as operações de negociação e comercialização da energia de forma rentável.

Uma das principais atividades exercida pela Companhia, na data deste Prospecto, consiste na negociação, aquisição e comercialização de energia elétrica no ACL.

A atividade de comercialização está sujeita a diversos riscos relacionados ao setor, tais como o risco de a contraparte dos contratos não arcar com os valores devidos, risco de descasamentos de prazo e volume dos contratos, riscos de variações abruptas e não esperadas no preço da energia no curto prazo, risco de descolamento entre submercados dos fornecedores de energia e consumidores, risco de flexibilidade consistente nas oscilações no consumo mensal frente a quantidade contratada, risco de sazonalização nas oscilações da curva de consumo mensal, riscos referentes ao descasamento da modulação horária dos contratos de compra e venda e riscos de escassez de tipos de energia específicas (tais como energia incentivada 0%, 50% ou 100%, entre outras), e riscos de indisponibilidade dos sistemas de transmissão e distribuição de energia.

Além dos riscos apontados, o modelo de formação de preços de energia poderá sofrer alterações no futuro, o que poderá, consequentemente, alterar os preços de longo prazo de energia e impactar negativamente a receita da Companhia e/ou de suas controladas, o que pode ocasionar a migração de consumidores do ACL para o ACR, bem como uma alteração na dinâmica atualmente verificada na migração de agentes consumidores entre ambientes de contratação de energia.

O modelo de negócio da Companhia está relacionado a diversos fatores, mas essencialmente o fator determinante para a aquisição de energia da Companhia decorre da possibilidade de o consumidor de energia eventualmente obter uma redução de custos em comparação à aquisição da energia distribuída no ACR. Por outro lado, existem diversos ônus, custos e riscos atrelados ao ACL para os consumidores de energia, tais como a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), penalidades técnicas e desligamento no caso de descumprimento de obrigações. Em algumas hipóteses, os consumidores optam pelo ACL, mercado mais dinâmico e complexo em comparação ao atendimento pela distribuidora local, quando há necessariamente uma redução do custo da energia.

Nesse contexto, a Companhia também correrá o risco de não contabilização da energia contratada ou exposição ao mercado de curto prazo, que é precificado periodicamente pelo PLD, fixado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), caso determinada fornecedora descumpra alguma obrigação do contrato de compra de energia, fique inadimplente perante a CCEE ou tenha cancelada sua autorização de comercialização, com a consequente perda da autorização, resultando no posterior cancelamento total ou parcial do registro dos contratos de energia celebrados pela Companhia com tais fornecedoras, podendo resultar em penalidades regulatórias.

A estratégia de desenvolvimento de seus próprios projetos de geração de energia tem como base o spread histórico observado entre o preço praticado no ACL e no ACR, sendo certo que não há qualquer garantia que tal spread continuará a ser observado. Caso as expectativas da Companhia não se realizem, ou haja movimentos imprevisíveis de mercado e volatilidade no preço da energia, a Companhia pode ter uma redução de sua receita estimada, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre seus resultados, inclusive na sua capacidade de viabilizar projetos de geração adicionais.

A Companhia pode não ser capaz de gerar toda a energia a que se obrigou negociar contratualmente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Em seus contratos de compra e venda de energia elétrica, as subsidiárias da Companhia se obrigaram a gerar e entregar montantes determinados de energia elétrica. A diferença entre a energia gerada e a energia entregue pode ser atrelada, dentre outras situações, à: (i) incidência de recursos em intensidade diversa àquela considerada em estudos realizados na fase do projeto; e (ii) indisponibilidade dos equipamentos em nível superior aos índices de desempenho contratados. Caso não entregue o montante de energia elétrica contratado, a Companhia poderá ter uma redução de sua receita estimada, o que poderá afetar adversamente seu fluxo de caixa e resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a adquirir energia por meio da celebração de contratos de energia de curto prazo, normalmente mais custosos, ou por meio do mercado de curto prazo ou ACL para atender seus compromissos no âmbito de contratos de comercialização de energia, os quais, caso não atendidos na forma contratada, podem sujeitar a Companhia a encargos, indenizações e ressarcimentos previstos contratualmente, o que causaria um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. A concretização dos riscos acima poderá comprometer a rentabilidade financeira e a qualidade dos serviços da Companhia diante dos consumidores.

A Companhia poderá não conseguir entregar a energia por ela gerada a preços e condições contratados no âmbito dos contratos de comercialização de energia, o que poderá resultar em um efeito adverso relevante em seus resultados.

A estratégia da Companhia é composta, dentre outros fatores, da entrega da energia oriunda de seus ativos de geração de energia a preços e condições contratados no âmbito dos contratos de comercialização de energia, o que envolve, dentre outros fatores, sua capacidade de implantar novos projetos e entregá-los nos prazos que tenham sido contratados junto aos seus clientes.

Durante a implantação de novos projetos de geração de energia elétrica (inclusive no âmbito daqueles que estão em desenvolvimento na data deste Prospecto), a Companhia poderá enfrentar diversos obstáculos, incluindo mas não se limitando a fatores relacionados à pandemia da COVID-19, dentre os quais: (i) falhas e/ou atrasos na aquisição de equipamentos ou serviços necessários; (ii) aumento dos custos inicialmente estimados; (iii) dificuldades na obtenção de autorizações, outorgas, licenças ambientais, imobiliárias e governamentais necessárias, inclusive outorgas e autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), bem como na manutenção da validade das autorizações, outorgas, licenças ambientais, imobiliárias e governamentais existentes; (iv) mudanças nas condições de mercado que tomem os projetos menos rentáveis do que o previsto inicialmente; (v) impossibilidade ou demora para adquirir ou arrendar terras a preços atrativos, ou o aumento do preço das terras; (vi) impossibilidade e demora de encontrar e adquirir terras que apresentem situação regular e em cumprimento com as leis ambientais e imobiliárias brasileiras; (vii) incapacidade de desenvolver infraestrutura e atrair mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (viii) exposição a eventuais questionamentos e litígios que podem surgir a respeito dos projetos adquiridos pela Companhia; (ix) dificuldades na obtenção de financiamentos ou obtenção de financiamentos a custo mais elevados do que o que originalmente previsto; (x) dificuldade em obtenção de acesso ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"), o que pode, consequentemente, comprometer a capacidade de escoamento de energia dos projetos de geração conduzidos pela Companhia; (xi) a exposição da Companhia a eventuais variações cambiais no fornecimento dos principais equipamentos requeridos para desenvolver seus projetos; e (xii) o comprometimento, integral ou parcial, da capacidade produtiva dos ativos de geração de energia da Companhia por condições adversas relacionadas a fatores climáticos, mecânicos e humanos.

Adicionalmente, no âmbito do desenvolvimento de novos projetos de geração de energia, os resultados da Companhia poderão ser afetados caso, após referidos projetos entrarem em operação comercial, conforme aplicável, os retornos gerados sejam inferiores ao esperado pela Companhia (i.e. caso a disponibilidade média efetiva dos painéis de energia solar e respectivos sistemas de transmissão associados for menor do que a estimada pela Companhia, resultando em geração a menor que aquela utilizada para elaborar seu plano de negócios e para tomar decisões de investimentos), ou a estruturação e/ou o desenvolvimento desses projetos demandem tempo ou investimentos maiores que os inicialmente projetados pela Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso nos resultados da Companhia.

Todos estes fatores podem implicar custos e despesas adicionais, que não estavam originalmente previstos para a implementação dos novos projetos de geração de energia elétrica pela Companhia, ou mesmo atraso na entrada em operação comercial desses projetos, que podem impactar a capacidade da Companhia de atender à demanda por energia elétrica contratada junto aos seus clientes.

As atividades de comercialização da Companhia estão sujeitas a perdas potenciais devido a variações de curto prazo nos preços de energia no mercado spot.

A Companhia está exposta aos preços do mercado de curto prazo, que podem ser mais altos do que os preços dos seus contratos de médio e longo prazo. No âmbito das operações de trading, a Companhia assume posições compradas ou vendidas de energia conforme sua estratégia e projeção de preços futuros, as quais estão sujeitas a uma grande volatilidade. Caso tais preços sofram uma variação relevante em um curto espaço de tempo, a rentabilidade da Companhia pode ser afetada.

As diferenças entre os volumes de energia gerada ou adquirida (oferta) e os volumes de energia vendida ou consumida (demanda) são liquidadas pela CCEE pelo PLD. O PLD é calculado para cada submercado e patamar de carga em base semanal, e baseia-se no Custo Marginal da Operação ("CMO"), limitado a valores mínimos e máximos definidos pela ANEEL. Os valores máximo e mínimo do PLD são revisados e estabelecidos a cada ano pela ANEEL. As variações nos preços de mercado de curto prazo podem levar a perdas potenciais na atividade de comercialização. Os fatores que poderão afetar o PLD incluem (i) variações na carga prevista e identificada; (ii) redução/aumento da afluência prevista e verificada; (iii) antecipações ou atrasos no início das operações de novos geradores e/ou transmissores; e (iv) variações na geração prevista e verificada de pequenas usinas. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial no PLD, o que poderá resultar no aumento de custos ou redução de receita na comercialização de energia da Companhia no curto prazo, e ainda poderá afetar negativamente o fluxo de caixa da Companhia.

Eventualmente poderá ocorrer, ainda, mudança da metodologia de formação de preço de uma estrutura de modelos computacionais para formação de preço por oferta. Essa alteração poderá mudar a volatilidade de preços de curto prazo e os preços de longo prazo.

Ademais, o risco de variação de preços de mercado pode afetar as posições das empresas de comercialização do grupo econômico da Companhia, com possível efeito relevante nas receitas e resultado do grupo econômico da Companhia como um todo.

Visão Geral da Companhia - Após a conclusão da Reorganização Societária

Após a conclusão da Reorganização Societária, quando a Companhia tiver o capital das Entidades Incorporadas, passará a também ter como subsidiárias empresas que atuam na geração distribuída e centralizada de energia renovável no Brasil, acreditando ser um dos maiores players brasileiros de geração distribuída compartilhada, além de um portfólio de ativos em implantação que a posiciona como uma das maiores empresas de geração renovável do Brasil³ e com capacidade de ampliar de maneira significativa a capacidade de seus ativos de geração de energia. No que tange à geração distribuída, a Companhia passará a ser também detentora de empresas que atuam no segmento de energia solar, enquanto no âmbito de geração centralizada, terá subsidiárias que atuam no segmento de energia solar e eólica.

³ Fonte: ANEEL. Compara a capacidade instalada dos demais players com os ativos em operação e em implementação que farão parte do portfólio da Companhia após a incorporação das Entidades Incorporadas.

Em 30 de junho de 2021, os segmentos de atuação das subsidiárias da Mercury Renew e das subsidiárias da Mori, entidades geridas pela Perfin, estavam configurados conforme imagem abaixo:



Considerando as Entidades Incorporadas, em 31 de agosto de 2021, a capacidade instalada da Companhia, considerando ativos em operação, em implantação e em desenvolvimento, e ponderada por sua participação em cada ativo, totalizava 2.119 MW⁴, dos quais 74% tinham como base geração de energia solar centralizada, 13% geração eólica e os 13% remanescentes geração distribuída. Na mesma data, os ativos já em operação e/ou prontos da Companhia somavam 242 megawatt pico ("MWp") de geração solar, dos quais 93 MWp de geração solar centralizada e 149 MWp de geração solar distribuída, estando os ativos já em operação localizados nos estados de Minas Gerais e Pernambuco, e 36 MW de geração eólica, no estado do Rio Grande do Norte. Além dos ativos em operação, a Companhia possuía, em 31 de agosto de 2021, 1.841 MW⁵ em projetos de geração solar e eólica em implantação (1.468 MWp de geração centralizada, 129 MWp de geração distribuída e 244 MW de geração eólica), localizados nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e São Paulo. Considerando ativos em operação, em implantação e em desenvolvimento, em 31 de agosto de 2021, a Companhia havia celebrado contratos de venda de energia de longo prazo em volume equivalente a mais de 86% da capacidade de geração de seu portfólio de geração centralizada. Desses contratos, aproximadamente 94% são negociados no ambiente de contratação livre e os outros 6% são contratos firmados no ambiente de contratação regulada, sendo 85% no submercado do Sudeste/Centro-Oeste. Para os projetos de geração distribuída a Companhia tinha 100% dos projetos operacionais já arrendados.

A tabela abaixo resume as informações detalhadas acima, já ponderadas pela participação em cada ativo, considerando a data de 31 de agosto de 2021:

	Em operação	Em implantação e em desenvolvimento	Total
Geração Solar Centralizada	93 MWp	1.468 MWp	1.561 MWp
Geração Solar Distribuída	149 MWp	129 MWp	278 MWp
Geração Eólica ⁽¹⁾	36 MW	244 MW	280 MW

⁽¹⁾ Considera a participação da Companhia no percentual de 20% nos ativos de geração eólica.

A tabela a seguir resume informações relevantes referentes aos contratos comerciais da Companhia, considerando as Entidades Incorporadas.

Fonte	Tipo	Preços contratados @2025 deflacionado para 21E	Volume contratado P50 @stroke em 2025
Geração eólica em larga escala	ACL / ACR ~16 anos	R\$146 MWh médio	128 MW médio
Geração solar em larga escala	ACL / ACR ~18 anos	R\$181 MWh médio²	336 MW médio
GD Solar	SPV Contratos de arrendamento Até 5 anos	R\$618 MWh¹	Estratégia comercial altamente diversificada focada em clientes de varejo e pequenas e médias empresas 62 MW médio

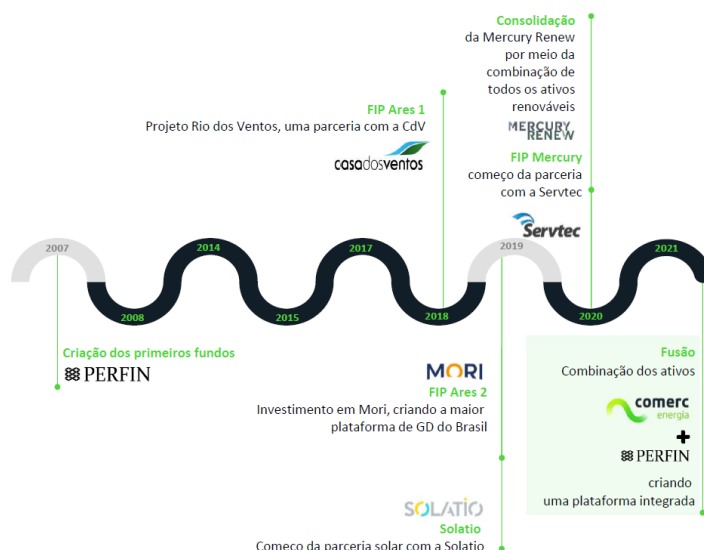
Fonte: Companhia.
Notas: (1) Valor implícito pré-CUSD.
(2) As PPAs em dólar representam 38% do portfólio e o preço médio é de US\$36/MWh. Para a média, foi usada uma taxa de câmbio de R\$/USD 5,2.

A Perfin Administração de Recursos Ltda. ("Perfin") é uma gestora de fundos de investimento independente, especializada na gestão de ativos de infraestrutura, focada em estudar e entender as empresas e investir construtivamente. Em 2018, a Perfin constituiu o Perfin Ares 1 Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura, que detém participações no Projeto Complexo Rio do Vento, nos Complexos Brígdas e na UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A. ("UFV Goverde"). Por sua vez, em 2019 foi constituído o Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, o qual detém participações indiretas nos projetos de energia solar da Mori Energia Holding S.A. ("Mori"), por meio de participação direta na Ares 2 Participações S.A. ("Ares 2"). Por fim, em 2020 e em 2021 foram constituídos, respectivamente, o Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e o Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que detém participação nos projetos da Mercury Renew Participações S.A. ("Mercury Renew").

A partir do 2º trimestre de 2021, a Perfin passou a deter participação na Companhia, na Doc 88 e na MegaWhat (conforme descrito no item 15.6 do Formulário de Referência da Companhia), sendo que, na data deste Prospecto, tais participações são detidas diretamente por um dos fundos geridos pela Perfin, o Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Perfin Comercury").

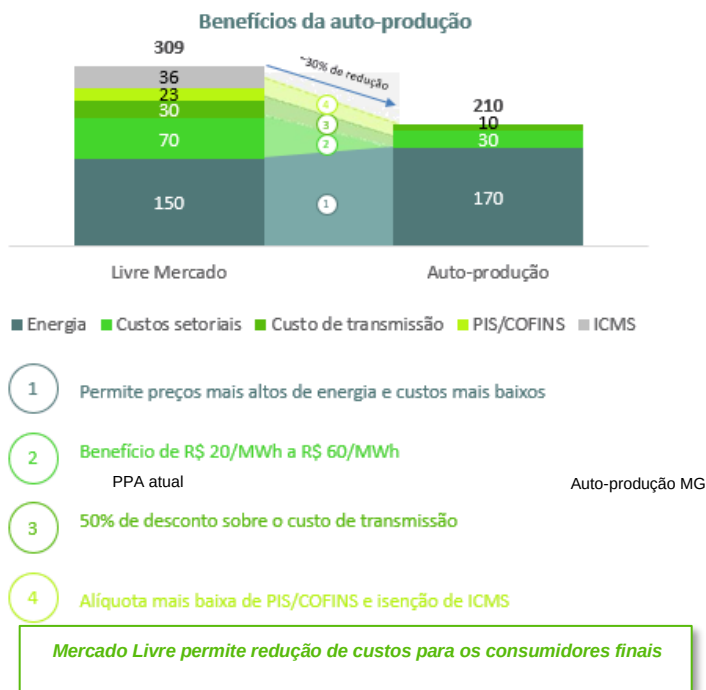
⁴ Nota: Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.
⁵ Nota: Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

Atualmente, além da participação detida pelo Perfin Comercury acima indicada, os fundos cuja gestão é feita pela Perfin possuem participação nas Entidades Incorporadas Perfin (conforme definido no item 15.8 deste Prospecto), ou seja, (i) Ares Eyner Participações S.A., (ii) Ares 1 Participações S.A., (iii) Ares One Participações S.A., (iv) Ares 2, (v) Mercury Renew, e (vi) UFV Goverde.

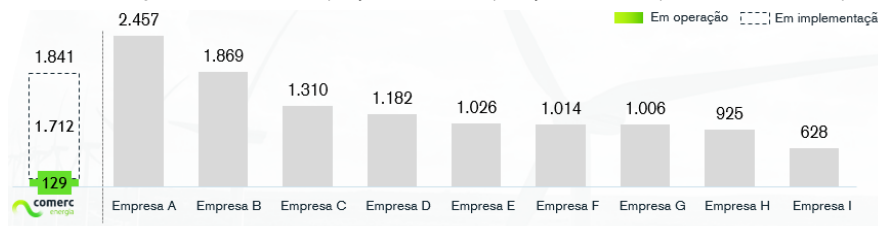


Ademais, a Companhia acredita que o acesso diferenciado a uma sólida base de clientes é um grande diferencial para que a Companhia contrate novos PPAs e comercialize a energia de seus projetos eólicos e solares.

A Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, oferece soluções de autoprodução para participantes no mercado livre, a figura abaixo mostra um modelo quantitativo hipotético do benefício financeiro de autoprodução de energia para os custos ao consumidor final comparando um PPA atual de um cliente com uma solução de autoprodução oferecida pela Companhia.



Em relação à energia solar, a Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, está caminhando para se tornar um dos maiores participantes do mercado de geração centralizada por capacidade instalada, tendo, em 31 de agosto de 2021, 129MW em operação, 1.712MW em implantação, totalizando um potencial de 1.841MW de capacidade instalada.



Considerando as Entidades Incorporadas, a Companhia é o maior participante do mercado de geração distribuída tendo, em 31 de agosto de 2021, 149 MWp em operação e 129 MWp em implantação, totalizando um potencial de 278 MWp de capacidade instalada.



Por fim, quanto a soluções de energia, considerando as Entidades Incorporadas, os serviços oferecidos tornam-se ainda mais amplos e completos, de forma a atender desde o pequeno ao grande consumidor, através de diferentes canais.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais Pro Forma - Após a conclusão da Reorganização Societária

O quadro abaixo apresenta as informações financeiras e operacionais selecionadas *pro forma* da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, considerando como se a Reorganização Societária (quando a Companhia deterá o capital das Entidades Incorporadas), descrita na seção 15.8 do Formulário de Referência da Companhia, tivesse ocorrido em 30 de junho de 2021 para fins do balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado e em 1º de janeiro de 2020 para fins de demonstração do resultado consolidado condensado *pro forma* não auditado. Para mais informações, ver seções 3.9 e 10.9 do Formulário de Referência da Companhia, bem como as informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia.

(Em milhares de reais)	Informações financeiras selecionadas Pro Forma	
	Em e/ou no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 ⁽¹⁾	Em e/ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020
Receita operacional líquida pro forma	1.667.376	3.190.343
Resultado líquido pro forma do período/exercício	235.217	-113.409
EBITDA Pro Forma⁽²⁾	534.581	-1.971
Acervo líquido pro forma	1.361.314	-

⁽¹⁾ O EBITDA Pro Forma consiste no lucro líquido (prejuízo) pro forma do período/exercício, ajustado pelo resultado financeiro líquido pro forma, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) pro forma e pela depreciação e amortização pro forma. O EBITDA Pro Forma não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tampouco devem ser considerados isoladamente ou como alternativas e/ou substitutos do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Pro Forma está impactado pelos valores da marcação a mercado de instrumentos financeiros *pro forma* (contratos futuros de compra e venda de energia), que totalizaram despesa de R\$63.571 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e uma despesa de R\$15.252 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para mais informações sobre o EBITDA Pro Forma, vide item 3.9 do Formulário de Referência da Companhia.

⁽²⁾ O EBITDA Pro Forma do período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2021 está impactado pelo ganho na remensuração da participação societária detida pela Ares 2 Participações S.A. na controlada em conjunto, Mori Energia Holding S.A., anterior à aquisição da participação remanescente (obtenção de controle) no montante de R\$ 582.309 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Nossos Pontos Fortes - Após a conclusão da Reorganização Societária

Alta qualidade do portfólio de geração de energia renovável.

Considerando as Entidades Incorporadas, a Companhia contava, em 30 de junho de 2021, com 93 MWp de geração de energia solar centralizada e 149 MWp de geração solar distribuída em operação e/ou prontos. Além disso, em tal data, a Companhia tinha 1.748 MWp de energia centralizada e 129 MWp de energia solar distribuída em implantação.

A tabela a seguir resume as principais informações sobre o portfólio de energia solar e eólica centralizadas em 31 de agosto de 2021:

	Geração solar em larga escala	Geração eólica em larga escala
Em operação Ago 2021 @total	93 MWp ⁽¹⁾	36 MW
Em implementação @total	1.468 MWp ⁽¹⁾	244 MW ⁽¹⁾
Total @total	1.561 MWp⁽¹⁾	280 MW⁽¹⁾
Capex Est. @total	R\$ 4.506 mi	R\$ 1.254 mi

Fonte: Companhia.
Nota: ⁽¹⁾ Não considera o exercício das opções de compra detalhadas no item 7.8 do Formulário de Referência.

Quanto ao portfólio de geração solar distribuída, a tabela a seguir apresenta as principais informações com data base em 31 de agosto de 2021:

	Geração solar distribuída
Em operação Ago 2021 @total	149 MWp
Em implementação @total	129 MWp
Total @total	278 MWp
Capex Est. @total	R\$ 1.188 mi
Pipeline opcional	233 MWp
Em prospecção	227 MWp

As tabelas a seguir apresentam as principais características dos ativos em operação e em implantação que farão parte do portfólio da Companhia após a conclusão da Reorganização Societária, incluindo informações sobre a fonte de geração de energia, a localização do ativo, a capacidade instalada ponderada pela participação da Companhia, o fator de capacidade (isso é, a relação entre a energia que uma usina efetivamente produz anualmente e a sua capacidade instalada total, "Fator de Capacidade") e os principais tipos de contratos.

Ativos em Operação

Ativo	Fonte ⁽¹⁾	Localização	Capacidade instalada total (MWp e MW) ⁽²⁾	Participação (%)	Capacidade instalada @ stake (MWp e MW) ⁽²⁾	Fator de Capacidade	Tipo principal contrato ⁽³⁾
Brigida	Solar GC	PE	79	100,0%	79	27%	ACR
Januária	Solar GC	MG	9	100,0%	9	22%	ACR
Brisas Suaves	Solar GC	MG	5	100,0%	5	26%	ACR
Mori ⁽⁴⁾	Solar GD	MG	181	79,4% ⁽⁴⁾	144	23%	N/A
Rajada	Solar GD	PE	5	100,0%	5	22%	N/A
RDVF1 ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾	Eólica	RN	181	20,0% ⁽⁵⁾	36	58%	ACL/ACR
Portfólio			460		278		

⁽¹⁾ "GC" significa geração centralizada e "GD" significa geração distribuída.

⁽²⁾ Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

⁽³⁾ "ACR" significa ambiente de contratação regulada.

⁽⁴⁾ Participação ponderada da Mori nos projetos, considerando a capacidade instalada de cada SPE. A Companhia possui 100% do capital da Mori. Capacidade instalada considera os projetos prontos, desse montante cerca de 26,5MWp (montante já ponderado pela participação) se encontram em fase de conexão.

⁽⁵⁾ Conforme detalhado no item 7.9 do Formulário de Referência da Companhia, a Casa dos Ventos tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do Complexo Rio do Vento e do Complexo Babilônia e a Solatio tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades das detidas pela Mori e pela Mercury Renew.

⁽⁶⁾ Dados referentes apenas à parte já operacional de RDVF1, cuja capacidade instalada total (operacional + em implantação) é de 504 MW, e ponderada pela participação da Companhia totaliza 101MW.

Ativos em Implantação

Ativo	Fonte ⁽¹⁾	Localização	Capacidade instalada total (MWp e MW) ⁽²⁾	Participação (%)	Capacidade instalada (MWp e MW) ⁽²⁾	Fator de Capacidade	Tipo principal contrato ⁽³⁾
Castilho ⁽⁵⁾	Solar GC	SP	264	99,0%	261	24%	ACL
Bom Nome ⁽⁵⁾	Solar GC	PE	131	100,0%	131	25%	ACL
Hélio Valgas ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	675	99,0%	669	24%	ACL
São João Paracatu ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	274	99,0%	271	24%	ACL
Varzea ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	116	99,0%	115	24%	ACL
Coromandel	Solar GC	MG	76	27,8%	21	25%	ACL
Mori ⁽⁴⁾ ⁽⁶⁾	Solar GD	MG	162	79,9% ⁽⁴⁾	129	23%	N/A
RDVF1 ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾	Eólica	RN	323	20,0% ⁽⁵⁾	65	58%	ACL/ACR
RDVF2 ⁽⁵⁾	Eólica	RN	534	20,0% ⁽⁵⁾	107	57%	ACL/ACR
Babilônia ⁽⁵⁾	Eólica	BA	360	20,0% ⁽⁵⁾	72	58%	ACL/ACR
Portfólio			2.916		1.841		

⁽¹⁾ "GC" significa geração centralizada e "GD" significa geração distribuída.

⁽²⁾ Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

⁽³⁾ "ACL" significa ambiente de contratação livre e "ACR" significa ambiente de contratação regulada.

⁽⁴⁾ Participação ponderada da Mori nos projetos, considerando a capacidade instalada de cada SPE. A Companhia possui 100% do capital da Mori.

⁽⁵⁾ Conforme detalhado no item 7.9 do Formulário de Referência da Companhia, a Casa dos Ventos tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do Complexo Rio do Vento e do Complexo Babilônia e a Solatio tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades das detidas pela Mori e pela Mercury Renew.

⁽⁶⁾ Dados referentes apenas à parte em implantação de RDVF1, cuja capacidade instalada total (operacional + em implantação) é de 504 MW, e ponderada pela participação da Companhia totaliza 101MW.

O detalhamento das gerações dos ativos de geração centralizada, assim como os volumes e preços contratados (em termos reais de junho de 2021), podem ser visualizados na tabela a seguir.

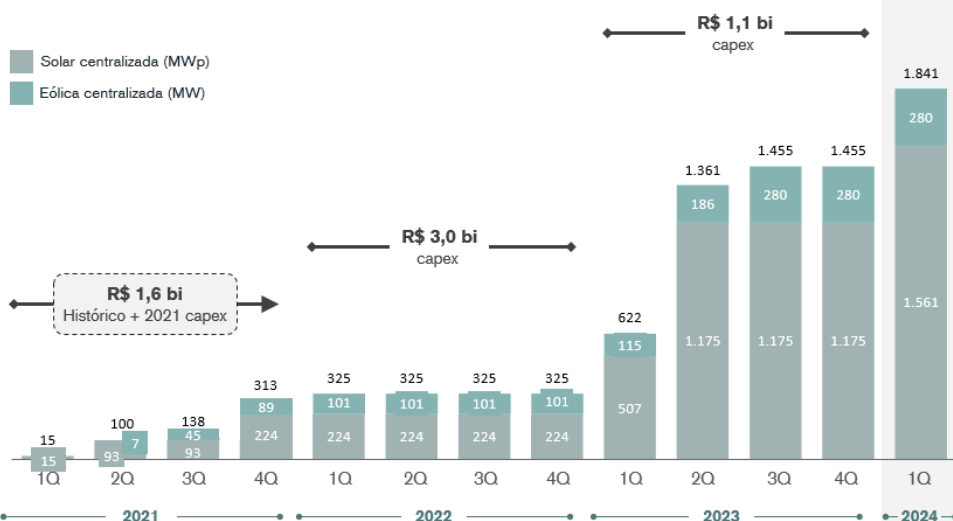
	Unidade	RDV1	RDV2	Babilônia	Brigidas	Januária	Brisas Suaves	Bom Nome	Castilho	Coromandel	Helio Valgas	São João Paracatu	Varzea
Status	<i>COD</i>	Jun-21 até Fev-22	Fev-23 até Set-23	Nov-22 até Jun-23	Operac.	Operac.	Operac.	Jan-22	Jan-23	Jan-23	Mai-23 até Set-23	Jan-24	Jan-24
Volume contratado @ Stake	MWm (2025)	101	107	72	78	9	5	131	261	21	669	271	115
% Contratado - p50	MWm (2025)	58%	57%	58%	27%	22%	26%	25%	24%	25%	24%	24%	24%
PPA – Tarifa média (Jul/21)	<i>R\$/ MWh</i>		146		174	317	380	155	184	264	194	156	162
Índice			IPCA		IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	CPI ⁽¹⁾	IPCA	IPCA
Prazo remanescente dos PPAs			16a05m		19a10m	16a04m	17a04m	20a00m	10a08m	15a00m	19a08m	18a07m	16a07m
Tipo de Contrato		ACR & ACL	ACR & ACL	ACR & ACL	ACR	ACR	ACR	ACL	ACL	ACL	ACL	ACL	ACL

Nota: (1) 98% da energia comercializada em USD, a USD 35,90/MWh ajustado pelo CPI (índice de inflação americano). Considera taxa de câmbio BRL/USD a 5,20.

Os gráficos abaixo mostram os investimentos necessários pela Companhia e a capacidade instalada dos ativos da Companhia que têm outorgas de geração, ao longo dos próximos anos até 2024, totalizando mais de R\$ 5,7bi em geração centralizada entre 2018 e 2023 e mais de R\$ 1,2bi em geração distribuída entre 2018 e 2023.

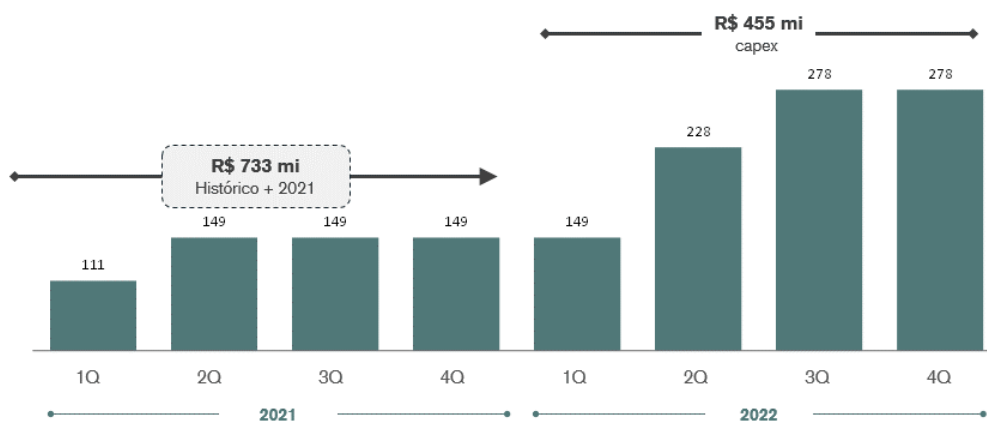
Capacidade instalada e investimentos – solar centralizada e eólica centralizada

@stake



Capacidade instalada e investimentos – geração solar distribuída (MWp)

@stake



Por fim, o portfólio da Companhia é diversificado, combinando energia eólica e solar em diferentes regiões, o que acreditamos reduzir riscos relacionados às condições climáticas adversas, bem como riscos relacionados às condições adversas dos mercados de cada região.

A tabela a seguir mostra os principais dados de geração, volume e preços médios dos contratos de venda de energia dos ativos do portfólio da Companhia.

Geração (MWm)		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044
<i>valores @ stake</i>																									
Eólicas		11	59	130	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162
Brígidias		14	21	21	21	21	21	21	21	20	20	21	21	21	21	21	21	21	21	20	20	20	20	20	20
Januária		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Brisas Suaves		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Coromandel		-	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Bom Nome		-	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
Castilho		-	-	62	62	62	62	61	61	61	61	61	61	62	62	62	62	62	61	61	61	61	61	61	60
São João Paracatu 1		-	-	-	38	37	37	37	37	37	37	37	37	37	38	37	37	37	37	37	37	37	37	37	36
São João Paracatu 2		-	-	-	28	28	28	28	28	28	28	28	28	27	28	28	28	28	28	28	28	28	28	27	27
Varzea		-	-	-	28	28	28	28	28	28	27	27	27	27	28	28	28	28	28	28	27	27	27	27	27
Helio Valgas		-	-	96	159	159	158	158	157	157	156	156	155	158	159	159	158	158	157	157	156	156	155	155	154

Volume contratado (MWm)		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044
<i>valores @ stake</i>																									
Eólicas		11	38	89	124	128	128	128	128	128	128	128	124	122	121	117	95	95	87	48	44	44	15	15	4
Brígidias		14	21	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	6	-	-	-	-
Januária		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Brisas Suaves		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Coromandel		-	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	-	-	-	-	-	-	-
Bom Nome		-	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	-	-	-
Castilho		-	-	56	56	55	55	51	47	48	48	48	48	46	17	2	2	2	2	2	0	-	-	-	-
São João Paracatu 1		-	-	-	33	33	33	34	34	34	33	33	33	33	33	33	33	33	33	32	32	32	32	32	-
São João Paracatu 2		-	-	-	26	26	25	26	26	26	25	25	25	26	24	24	24	24	24	22	22	-	-	-	-
Varzea		-	-	-	25	26	25	26	26	27	25	24	25	25	23	23	23	23	23	20	20	-	-	-	-
Helio Valgas (R\$)		-	-	17	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Helio Valgas (US\$)		-	-	60	106	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	68	22	

Preços médios (por MWh)		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044
Eólicas	R\$/MWh	190	178	178	172	167	163	160	156	152	148	143	140	137	134	130	128	123	120	114	112	109	110	108	109
Brígidias	R\$/MWh	205	215	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	-	-	-	-
Januária	R\$/MWh	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	-	-	-	-	-	-	-
Brisas Suaves	R\$/MWh	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	-	-	-	-	-	-
Coromandel	R\$/MWh	-	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	-	-	-	-	-	-	-
Bom Nome	R\$/MWh	-	260	230	200	185	175	155	150	150	145	145	140	140	135	135	130	130	125	125	120	120	-	-	-
Castilho	R\$/MWh	-	-	200	199	199	199	195	171	171	171	171	171	171	203	182	182	182	182	182	182	-	-	-	-
São João Paracatu 1	R\$/MWh	-	-	-	172	172	172	172	167	167	167	167	167	167	142	142	142	142	142	141	141	141	141	141	-
São João Paracatu 2	R\$/MWh	-	-	-	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	132	132	-	-	-	-
Varzea	R\$/MWh	-	-	-	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	132	132	-	-	-	-
Helio Valgas (R\$)	R\$/MWh	-	-	153	153	153	153	153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Helio Valgas (US\$)	US\$/MWh	-	-	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37

Fortalecimento dos sólidos relacionamento com parceiros de referência no setor.

Acreditamos que as parcerias estratégicas desenvolvidas pela Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, com empresas do setor continuarão a fortalecer sua participação no mercado e seus resultados operacionais e financeiros.

Em especial, com o estreitamento dos relacionamentos com o grupo Casa dos Ventos e com a Solatio, a Companhia pretende continuar a participar de projetos diferenciados, com o alcance de marcos importantes como os que têm sido conquistados nos atuais projetos com tais parceiros.

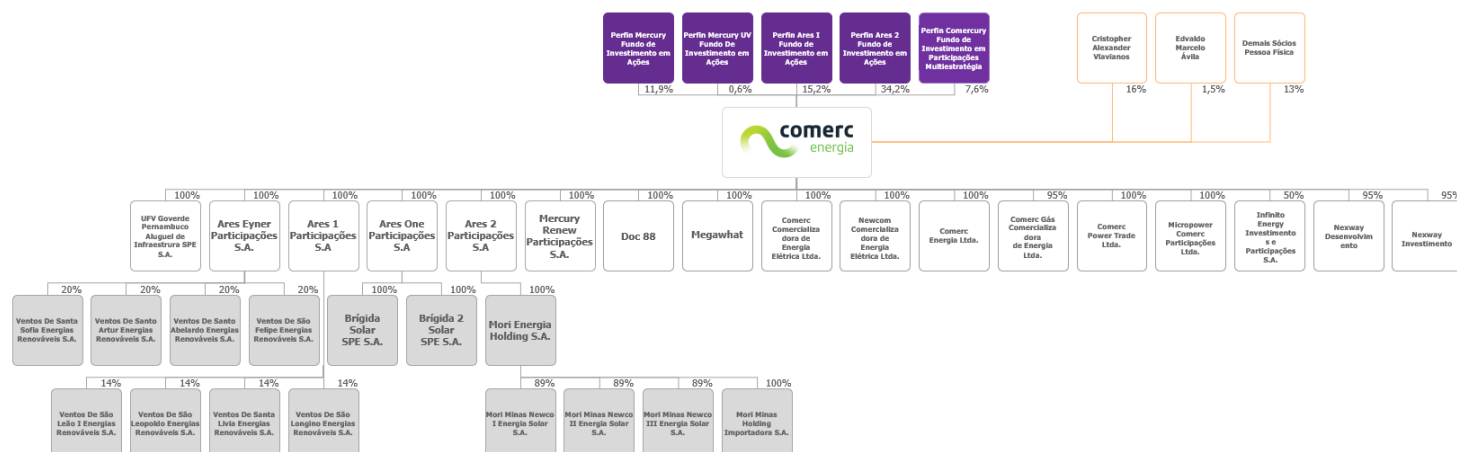
Além disso, especificamente em relação à parceria com a Solatio, a presença desta no mercado da região Sudeste aproxima a Companhia do maior mercado consumidor de energia e onde está concentrado a maior quantidade de potenciais clientes do mercado livre de energia.

Por sua vez, a parceria com o grupo Casa dos Ventos (CDV) poderá proporcionar a participação da Companhia em projetos de geração de energia eólica, solar e híbrida. Com aproximadamente 11,4GW de projetos desenvolvidos e 18,8GW de pipeline, a CDV é hoje a maior desenvolvedora de projetos eólicos e solar no Brasil. Seus empreendimentos são reconhecidos pelo alto Fator de Capacidade, isso se dá pela excelência da CDV em mapear recursos eólicos e solares, ao todo são mais de 900 pontos medidos no Brasil. Uma das principais vantagens competitivas de CDV é sua capacidade de redução de incertezas, isto se dá através de uma abordagem diferenciada nas esferas ambiental, financeira, fundiária, regulatória e principalmente de engenharia.

Estrutura Societária - Após a conclusão da Reorganização Societária

Após a conclusão da Reorganização Societária, Prospecto a estrutura societária da Companhia passará a ser configurada conforme o organograma abaixo. Para informações sobre o organograma pretendido pela Companhia após a concretização de sua oferta pública inicial de ações e, portanto, da Reorganização Societária, vide o item “15.8. Outras informações relevantes” do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto, disponível a partir da página 1412 deste Prospecto

Organograma pretendido pós concessão do registro da oferta da Companhia e, portanto, após a conclusão da Reorganização Societária



ESTUDO DE VIABILIDADE PREPARADO PELA UHY BENDORAYTES

Esta seção apresenta um resumo do Estudo de Viabilidade preparado pela UHY Bendoraytes, que inclui informações técnicas e econômicas, incluindo, entre outros, contratos de financiamentos, orçamentos e cronograma físico financeiro dos ativos de geração de energia, contratos de Fornecimento de Energia, dados e informações de mercado, propostas e contratos de operação e manutenção. Para a elaboração do Estudo de Viabilidade, foram realizadas determinadas projeções, incluindo a capacidade de geração de caixa dos projetos em relação aos seus acionistas, também conhecida como Free Cash Flow to Equity – FCFE. Este resumo não inclui todas as informações que o investidor deverá considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar uma decisão sobre o investimento, o investidor deverá ler este Prospecto na sua totalidade, incluindo, mas sem limitação, o Estudo de Viabilidade anexo a este Prospecto, a partir da página 24, as seções “3. informações financeiras selecionadas”, “4. fatores de risco” e “10. comentários dos diretores” do Formulário de Referência, bem como as nossas informações financeiras consolidadas condensadas pro forma não auditadas e respectivas notas explicativas anexas a este prospecto a partir da página 191, as nossas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas anexas a este prospecto a partir da página 211 e as nossas demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas anexas a este prospecto a partir da página 293.

O Estudo de Viabilidade, anexo a este Prospecto a partir da página 24, foi preparado de forma independente pela UHY Bendoraytes, com base nas informações financeiras projetadas e preparadas por seus especialistas. As informações financeiras projetadas utilizadas para preparar o Estudo de Viabilidade não foram elaboradas em conformidade com qualquer regulamentação de divulgação pública vigente, bem como não foram preparadas para cumprir com as normas e regulamentos de quaisquer bolsas de valores, agências ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer jurisdição. Nossa Administração acredita que o Estudo de Viabilidade foi elaborado refletindo, atualmente, as melhores estimativas e julgamentos disponíveis, e apresenta, de acordo com o melhor conhecimento e opinião da Administração, a expectativa do curso de ação previsto da Companhia, com base no entendimento e conhecimento de especialistas da UHY Bendoraytes sobre os setores de geração centralizada de energia e de geração distribuída de energia. Entretanto, estas informações não são fatos e não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros, não constituindo uma garantia do nosso desempenho futuro. **OS LEITORES DESTE PROSPECTO FICAM DESDE JÁ ADVERTIDOS PARA NÃO DEPOSITAR CONFIANÇA INDEVIDA NAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PROJETADAS.**

O investidor deverá considerar que as projeções constantes deste Prospecto refletem determinadas premissas, análises e estimativas nossas e dos especialistas que prepararam o Estudo de Viabilidade, inclusive no que se refere à financiamentos, orçamentos e cronograma físico, contratos de Fornecimento de Energia, e contratos de operação e manutenção. Nossa capacidade de obter os resultados operacionais projetados depende, entre outros fatores, do sucesso dos nossos esforços de implementação dos projetos de geração de energia, bem como sua operação e manutenção. Não podemos garantir aos investidores que nossas atividades na implementação dos projetos de geração de energia, bem como sua operação e manutenção não serão significativa e adversamente afetadas por questões políticas, ambientais ou quaisquer outras.

Diversas das premissas também estão relacionadas a fatores econômicos que provavelmente deverão ocorrer no Brasil e globalmente no futuro próximo e seu potencial impacto sobre os nossos negócios, bem como os fatores econômicos que provavelmente deverão ocorrer ou continuar a ocorrer no mercado de energia. Não podemos garantir que as premissas econômicas sejam precisas ou que reflitam de forma precisa a realidade futura. **OS INVESTIDORES DEVEM CONDUZIR SUAS PRÓPRIAS ANÁLISES E REVISÕES DAS PREMISSAS E PROJEÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO.**

HÁ DIVERSAS INCERTEZAS INERENTES À ORÇAMENTOS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DOS ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA A SEREM IMPLANTADOS OU EM FAZE DE CONSTRUÇÃO. NESTE PROCESSO, DIVERSOS FATORES RELEVANTES PODERAM TER SIDO DESCONSIDERADOS OU ESTIMADOS DE FORMA EQUIVOCADA.

Estudo de Viabilidade

O Estudo de Viabilidade contempla a viabilidade da atuação da Companhia nos setores de geração centralizada de energia, geração eólica de energia e de geração distribuída de energia, ainda que, a Companhia (considerando as Entidades Incorporadas) já tenha experiência e atue no setor, conforme detalhado na seção “Sumário da Companhia”, na página 9 deste Prospecto, em especial na subseção “Visão Geral da Companhia - Após a conclusão da Reorganização Societária”.

De forma a manter a consistência das definições, os termos técnicos abaixo indicados terão o significado a eles atribuídos no Estudo de Viabilidade.

Qualificações

Ao realizar este Estudo de Viabilidade, a UHY Bendoraytes não está ciente da existência de qualquer conflito de interesses. Como uma consultoria independente, a UHY Bendoraytes oferece consultoria técnica, comercial e estratégica imparcial no setor de energia. A remuneração da UHY Bendoraytes não era de forma alguma dependente do conteúdo do Estudo de Viabilidade.

Na preparação do Estudo de Viabilidade, a UHY Bendoraytes manteve, e continua a manter, uma relação cliente-consultor independente estrita com o Cliente. Além disso, a administração e os funcionários da UHY Bendoraytes não têm interesse em nenhum dos ativos avaliados ou estão relacionados com a análise realizada, no âmbito do Estudo de Viabilidade.

Os membros da equipe que prepararam o Estudo de Viabilidade possuem qualificações profissionais e educacionais adequadas e têm os níveis necessários de experiência e especialização para realizar o trabalho.

Premissas

Para identificação das premissas adotadas, foram feitas discussões e conference calls entre UHY Bendoraytes e a Companhia, para o melhor entendimento da operação dos ativos de geração de energia, bem como análise das demonstrações financeiras históricas da Companhia e das Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) onde estão alocados os projetos de geração de energia, e material já disponibilizado no Formulário de Referência:

- Análise dos contratos empréstimo e/ou financiamentos assinados pelas SPEs;
- Orçamentos e cronograma físico financeiro dos ativos de geração de energia a serem implantados ou em fase de construção;
- Contratos de Fornecimento de Energia assinados pelas SPEs;
- Dados e informações de mercado sobre o setor de atuação da Companhia;
- Propostas e contratos de operação e manutenção; e
- Estudos e estimativas operacionais elaboradas pela equipe de engenharia da Companhia e/ou por empresas especializadas.

Sumário do Estudo de Viabilidade

Para analisar a viabilidade econômica dos ativos de geração de energia da Companhia, foi analisada a capacidade de geração de caixa dos projetos em relação aos seus acionistas, também conhecida como Free Cash Flow to Equity – FCFE.

Foi identificado um razoável nível de previsibilidade das projeções financeiras de empreendimentos de geração de energia que possuem contratos de longo prazo já firmados com clientes com baixo risco de crédito.

Além disso, percebeu-se que as ações de mitigação de risco tomadas pela Administração da Companhia que aumentaram ainda mais a previsibilidade dos fluxos de caixa futuros dos seus ativos de geração de energia elétrica.

Logo, considerando todas as premissas, metodologia e limitações descritas ao longo do Estudo de Viabilidade, a UHY entende que os ativos de geração da Companhia possuem características tangíveis e intangíveis que os tornam, analisados em conjunto e considerando o sucesso na captação de recursos por meio da Oferta, economicamente viáveis.

Projeções Econômico-Financeiras - Metodologia

O FCFE é dividido em Fluxo de Caixa das Operações, Fluxo de Caixa dos Investimentos e Fluxo de Caixa dos Financiamentos, sendo assim o recurso efetivamente livre para remunerar os acionistas após o cumprimento com todas as obrigações com credores, fornecedores e Governo.

Dado que a estimativa de FCFE depende da realização de resultados projetados ao longo do horizonte da análise, foi feita uma avaliação da matriz de risco dos empreendimentos para testar a robustez e confiabilidade das premissas utilizadas.

Os principais riscos analisados, bem como formas de mitigação, foram: Fundiário, Licenciamento Ambiental, Irradiação Solar, Medição do Vento, Contratação da Energia, Fornecedores, Funding, Orçamento de Capex, Cronograma de Implantação, Seguros, Conexão ao Grid, Operação e Manutenção.

Finalmente foi observada a resiliência da capacidade de geração de caixa aos acionistas pelos ativos de geração de energia por meio de testes de sensibilidade.

Para mais informações sobre o Estudo de Viabilidade, bem como seus “*Fluxos de Caixa Projetado dos Ativos de Geração de Energia*”, constantes do Estudo de Viabilidade, anexo a este Prospecto, a partir da página 933.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 14 e 85, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 1049 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras, demonstrações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, a partir da página 211, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acordo de Investimento

Foi celebrado, em 20 de setembro de 2021, um acordo de investimento e outras avenças entre a Companhia, Cristhopher Alexander Vlavianos, Edvaldo Marcelo Ávila, Perfin Ares 1 Fundo de Investimento em Participações - IE, Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, e Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“**Acionistas Originais**”) e Atmos Capital Gestora de Recursos Ltda. (“**Atmos**”), Núcleo Capital Ltda. (“**Núcleo**”), Verde Asset Management S.A. (“**Verde Asset**”), BC Gestão de Recursos Ltda. (“**Brasil Capital**”), Itaú Unibanco S.A. (“**Itaú**”), Truxt Investimentos Ltda. (“**Truxt**”), Neo Gestão de Recursos Ltda. (“**Neo**”) e Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. (“**Vinci**”) e, em conjunto, com a Atmos, Núcleo, Verde Asset, Brasil Capital, Itaú, Truxt e Neo, os “**Investidores Âncoras**”), nos termos do qual os Investidores Âncoras comprometeram-se a, em caráter irrevogável e irretratável e sujeito às condições previstas em tal acordo, efetuar investimento na Companhia, cuja liquidação se dará no âmbito da Oferta, mediante a subscrição e integralização de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, sendo a alocação das ações determinada no momento da liquidação, em paralelo à alocação dos investimentos dos demais participantes da Oferta, em qualquer caso utilizando o Preço por Ação, no montante equivalente a R\$1.223.000.000,00, caso a avaliação da Companhia no âmbito da Oferta Pública Inicial seja de, no máximo, R\$ 4,1 bilhões (antes do aporte dos recursos no contexto da Oferta Pública Inicial). Para mais informações, vide item “Informações Sobre a Oferta – Acordo de Investimento” na página 73 deste Prospecto.

Ações

82.987.552 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Ações Adicionais

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até 16.597.505 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Ações do Lote Suplementar

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 12.448.015 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

**Ações em Circulação
(Free Float) após a Oferta**

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até 110.038.938 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 33,74% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até 139.084.458 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 39,16% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 44 deste Prospecto.

**Agentes de Colocação
Internacional**

Itau BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital, LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC, XP Investments US, LLC e Citigroup Global Markets Inc., considerados em conjunto.

Anúncio de Encerramento

Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da da Comerc Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, imediatamente após a distribuição da totalidade das Ações, limitado a 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma dos artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 80 deste Prospecto.

Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 80 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 80 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 06 de agosto de 2021, cuja ata foi arquivada na JUCESP, em 20 de agosto de 2021, sob o nº 403.714/21-7 e publicada no DOESP e no jornal “Diário do Comercial” em 16 de setembro de 2021. O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Diário do Comercial” na data de divulgação do Anúncio de Início.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em 27 de setembro de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, com a identificação das Instituições Consorciadas, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 80 deste Prospecto.
BTG Pactual ou Agente Estabilizador	Banco BTG Pactual S.A.

Características das Ações	Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item “Informações Sobre a Oferta – Características das Ações”, na página 57 deste Prospecto.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3.
Contrato de Distribuição Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A., a ser celebrado entre Christopher Alexandre Vlavianos e Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, Agente Estabilizador, Credit Suisse, a XP e o Citi, considerados em conjunto.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma da Oferta”, na página 79 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início.

Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados da data do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados para: (i) investimentos em novos projetos e em projetos de expansão para geração centralizada de energia, (ii) investimentos em novas plantas para geração distribuída de energia; (iii) desenvolvimento do segmento de soluções em energia (incluindo projetos de eficiência energética e desenvolvimento de softwares para os negócios); e (iv) desenvolvimento dos serviços oferecidos (medições e equipamentos de IoT e desenvolvimento de novas aplicações para nossos sistemas de gestão dos clientes – Power View). Para informações adicionais, veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 116 deste Prospecto.
Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 80 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa

Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º, do Anexo II, do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2021 da CVM, hipótese em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva.

Faixa Indicativa

Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$16,87 e R\$18,56, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 14 e 85, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 1049 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralizar, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que mas não forem integralizadas pelos investidores que as subscreverem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, deferido o registro da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 56 deste Prospecto.

Informações Adicionais	Maiores informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 81 deste Prospecto. A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 14 de agosto de 2021. Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 81 deste Prospecto.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrumentos de <i>Lock-up</i>	Acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pelos Administradores e por certos acionistas da Companhia.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do <i>Securities Act</i> , editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no <i>Securities Act</i> e regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (<i>non-U.S. persons</i>), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do <i>Securities Act</i> , e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Resolução CVM 13, ou pela Lei 4.131.

Investidores Institucional	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 (que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM), que sejam considerados investidores profissionais nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de investidores profissionais e investidores qualificados, nos termos da Resolução CVM 30, como fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Resolução CVM 30.
Investidores Não Institucional	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nos termos da regulamentação aplicável.
Investidores Não Institucional Com Lock-up	Investidores Não Institucionais que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.
Investidores Não Institucional Sem Lock-up	Investidores Não Institucionais que optarem por não se comprometer com o <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo.

Lock-up da Oferta de Varejo

Os Investidores Não Institucionais Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor Não Institucionais Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Negociação na B3

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “COMR3”.

Oferta

A distribuição primária de, inicialmente, 89.804.387 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.

Oferta de Varejo

Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado.

Oferta de Varejo Com *Lock-up*

O montante de, no mínimo, 8% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será destinado à colocação pública para os Investidores Não Institucionais Com *Lock-up*.

Oferta de Varejo Sem <i>Lock-up</i>	O montante de, no mínimo, 2% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será destinado à colocação pública para os Investidores Não Institucionais Sem <i>Lock-up</i> .
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Reserva	Período compreendido entre 27 de setembro de 2021, inclusive, e 07 de outubro de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.

**Período de Reserva para
Pessoas Vinculadas**

Período compreendido entre 27 de setembro de 2021, inclusive, e 29 de setembro de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) Assessor Financeiro; (iii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta, dos Agentes de Colocação Internacional e/ou do Assessor Financeiro; (iv) funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta, dos Agentes de Colocação Internacional e/ou do Assessor Financeiro diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (v) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta, aos Agentes de Colocação Internacional e/ou ao Assessor Financeiro, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vi) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, com os Agentes de Colocação Internacional e/ou com o Assessor Financeiro, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta pelos Agentes de Colocação Internacional e/ou pelo Assessor Financeiro, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta, aos Agentes de Colocação Internacional e/ou ao Assessor Financeiro, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (ix) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (iii) a (vi) acima; e (x) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição por Ação estará situado entre R\$16,87 e R\$18,56, ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2021 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 88 deste Prospecto.

Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.
Público Alvo da Oferta	Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>)	Certos acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, por meio dos respectivos instrumentos de <i>Lock-up</i>, obrigam-se a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i>, sujeito a determinadas exceções, conforme previstas nos respectivos instrumentos de <i>Lock-up</i>: (i) ofertar, empenhar, vender, contratar a venda, vender qualquer opção ou contratar a compra, comprar qualquer opção ou contratar a venda, outorgar quaisquer direitos, garantias (<i>warrants</i>) ou opções de compra, empréstimo ou de outra forma transferir ou alienar, direta ou indiretamente, quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i>; (ii) celebrar qualquer contrato de <i>swap</i> ou outro acordo que transfira a outrem, em todo ou em parte, os benefícios econômicos da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i>; (iii) arquivar ou submeter, ou fazer com que seja arquivado ou submetido, incluindo de forma confidencial, um pedido de registro envolvendo quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i>, nos termos do <i>Securities Act</i> ou da lei brasileira; e (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação ou ação especificada nos itens (i) a (iii).

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) de doações gratuitas, realizadas de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional por escrito a respeitar os termos do instrumento de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que antes de tal transferência, o *trust* declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do instrumento de *lock-up*; (iii) empréstimo de ações para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações ordinárias de emissão da Companhia, para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização; (iv) transferências a quaisquer coligadas ou como distribuição à sociedades limitadas ou acionistas das pessoas sujeitas ao *lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do instrumento de *lock-up*; (v) em conexão com a emissão de ações mediante o exercício de opções de compra de ações concedidos pela Companhia em decorrência de qualquer plano de opções de ações em vigor na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional e descritos nos documentos da Oferta, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do instrumento de *lock-up*; (vi) transferências de ações ordinárias de emissão da Companhia adquiridas no mercado aberto após o encerramento da Oferta; (vii) se a transferência ocorrer por força da lei, desde que antes de qualquer transferência, o beneficiário concorde por escrito com os Agentes de Colocação Internacional em se sujeitar aos termos do instrumento de *lock-up*; ou (viii) com o consentimento prévio dos Agentes de Colocação Internacional.

Adicionalmente, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional, e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, a Companhia não irá, direta ou indiretamente, adotar qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias (*warrants*) para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, os resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, ou qual quer outro valor mobiliário, independentemente se tais transações sejam liquidadas mediante entrega de ações ou outros títulos, em moeda corrente nacional ou de qualquer outra forma; (iv) estabelecer ou aumentar uma posição equivalente de venda ou liquidar ou diminuir uma posição equivalente de compra em Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, nos termos do *Securities Act*; (v) arquivar um pedido de registro envolvendo quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, nos termos do *Securities Act*; ou (vi) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação ou ação especificada nos itens (i) a (v), sem o prévio consentimento dos Agente de Colocação Internacional, exceto (a) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do instrumento de *lock-up*; (b) as Ações a serem vendidas nos termos do Contrato de Distribuição; (c) emissão, pela Companhia, de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência da conversão ou troca de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou do exercício de *warrants* ou opções, em todo caso desde que em vigor na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional e descritos nos documentos da Oferta; (d) empréstimo de ações para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização; (e) outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações a seus funcionários em decorrência de qualquer plano de opções de ações da Companhia em vigor na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional e descritos nos documentos da Oferta; e (f) qualquer emissão de ações em conexão com uma fusão, aquisição, *joint venture* ou participação estratégica celebrada pela Companhia, desde que (i) tal emissão não exceda 15% da quantidade de ações ordinárias da Companhia na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional, e (ii) desde que o terceiro se comprometa com os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional por escrito a respeitar os termos do instrumento de *lock-up*.

Termo de Aceitação	Documento específico de aceitação da Oferta celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, por Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, no âmbito da Oferta Institucional.
Valor Total da Oferta	R\$1.591.333.737,64, considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.
Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up	Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao <i>Lock-up</i> .
Veracidade das Informações	A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 115.
XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$192.008.679,86 (cento e noventa e dois milhões, oito mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 86.719.323 (oitenta e seis milhões, setecentas e dezenove mil, trezentas e vinte três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, já considerando o Grupamento de Ações.

O capital social poderá ser aumentado, independentemente de deliberação em assembleia geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de novas ações ordinárias, até que este atinja o limite de 446.041.379 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, quarenta e um mil, trezentos e setenta e nove) ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Reorganização societária ⁽⁴⁾		Composição Após a Oferta ⁽⁴⁾	
	Quantidade ⁽¹⁾	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽²⁾⁽³⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	86.719.323	192.008.679,86	243.108.754	1.054.185.000,00	326.096.306	2.524.724.421,44
Total	86.719.323	192.008.679,86	243.108.754	1.054.185.000,00	326.096.306	2.524.724.421,44

(1) Considerando o Grupamento de Ações.

(2) Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(3) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(4) Considerando a Reorganização Societária.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Reorganização Societária ⁽⁴⁾		Composição Após a Oferta ⁽⁴⁾	
	Quantidade ⁽¹⁾	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽²⁾⁽³⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	86.719.323	192.008.679,86	243.108.754	1.054.185.000,00	342.693.811	2.818.832.210,04
Total	86.719.323	192.008.679,86	243.108.754	1.054.185.000,00	342.693.811	2.818.832.210,04

(1) Considerando o Grupamento de Ações.

(2) Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(3) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(4) Considerando a Reorganização Societária.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Reorganização Societária ⁽⁴⁾		Composição Após a Oferta ⁽⁴⁾	
	Quantidade ⁽¹⁾	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽²⁾⁽³⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	86.719.323	192.008.679,86	243.108.754	1.054.185.000,00	338.544.321	2.745.303.247
Total	86.719.323	192.008.679,86	243.108.754	1.054.185.000,00	338.544.321	2.745.303.247

⁽¹⁾ Considerando o Grupamento de Ações.

⁽²⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽³⁾ Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

⁽⁴⁾ Considerando a Reorganização Societária.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Reorganização Societária ⁽⁴⁾		Composição Após a Oferta ⁽⁴⁾	
	Quantidade ⁽¹⁾	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽²⁾⁽³⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	86.719.323	192.008.679,86	243.108.754	1.054.185.000,00	355.141.826	3.039.411.035,84
Total	86.719.323	192.008.679,86	243.108.754	1.054.185.000,00	355.141.826	3.039.411.035,84

⁽¹⁾ Considerando o Grupamento de Ações.

⁽²⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽³⁾ Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

⁽⁴⁾ Considerando a Reorganização Societária.

Principais Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da administração da Companhia, considerando o Grupamento de Ações, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta ⁽¹⁾		Após a Reorganização Societária ⁽²⁾		Após a Oferta ⁽²⁾	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Cristopher Alexandre Vlavianos	36.462.030	42,05%	38.956.103	16,02%	38.956.103	11,95%
Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	17.343.864	20,00%	18.524.886	7,62%	18.524.886	5,68%
Edvaldo Marcelo Ávila.....	3.468.774	4,00%	3.704.720	1,52%	3.704.720	1,14%
Andre Dorf.....	2.254.702	2,60%	2.408.235	0,99%	2.408.235	0,74%
Fernando Souza Oliveira.....	1.040.631	1,20%	1.111.492	0,46%	1.111.492	0,34%
Antonio Carlos Querido Messora.....	832.505	0,96%	867.613	0,36%	867.613	0,27%
Perfin Ares I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	36.952.532	15,20%	36.952.532	11,33%
Perfin Ares II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	83.143.193	34,20%	83.143.193	25,50%
Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	28.832.698	11,86%	28.832.698	8,84%
Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	1.555.896	0,64%	1.555.896	0,48%
Outros	25.316.817	29,19%	27.051.386	11,13%	110.038.938	33,74%
Total	86.719.323	100,00%	243.108.754	100,00%	326.096.306	100,00%

⁽¹⁾ Considerando o Grupamento de Ações.

⁽²⁾ Considerando a Reorganização Societária (conforme definido na seção "Sumário da Companhia", na página 9 deste Prospecto).

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta ⁽¹⁾		Após a Reorganização Societária ⁽²⁾		Após a Oferta ⁽²⁾	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Cristopher Alexandre Vlavianos.....	36.462.030	42,05%	38.956.103	16,02%	38.956.103	11,37%
Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	17.343.864	20,00%	18.524.886	7,62%	18.524.886	5,41%
Edvaldo Marcelo Ávila.....	3.468.774	4,00%	3.704.720	1,52%	3.704.720	1,08%
Andre Dorf.....	2.254.702	2,60%	2.408.235	0,99%	2.408.235	0,70%
Fernando Souza Oliveira.....	1.040.631	1,20%	1.111.492	0,46%	1.111.492	0,32%
Antonio Carlos Querido Messora.....	832.505	0,96%	867.613	0,36%	867.613	0,25%
Perfin Ares I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	36.952.532	15,20%	36.952.532	10,78%
Perfin Ares II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	83.143.193	34,20%	83.143.193	24,26%
Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	28.832.698	11,86%	28.832.698	8,41%
Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	1.555.896	0,64%	1.555.896	0,45%
Outros	25.316.817	29,19%	27.051.386	11,13%	126.636.443	36,95%
Total	86.719.323	100,00%	243.108.754	100,00%	342.693.811	100,00%

⁽¹⁾ Considerando o Grupamento de Ações.

⁽²⁾ Considerando a Reorganização Societária (conforme definido na seção "Sumário da Companhia", na página 9 deste Prospecto).

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta ⁽¹⁾		Após a Reorganização Societária ⁽²⁾		Após a Oferta ⁽²⁾	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Cristopher Alexandre Vlavianos.....	36.462.030	42,05%	38.956.103	16,02%	38.956.103	11,51%
Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	17.343.864	20,00%	18.524.886	7,62%	18.524.886	5,47%
Edvaldo Marcelo Ávila	3.468.774	4,00%	3.704.720	1,52%	3.704.720	1,09%
Andre Dorf.....	2.254.702	2,60%	2.408.235	0,99%	2.408.235	0,71%
Fernando Souza Oliveira.....	1.040.631	1,20%	1.111.492	0,46%	1.111.492	0,33%
Antonio Carlos Querido Messora.....	832.505	0,96%	867.613	0,36%	867.613	0,26%
Perfin Ares I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	36.952.532	15,20%	36.952.532	10,92%
Perfin Ares II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	83.143.193	34,20%	83.143.193	24,56%
Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	28.832.698	11,86%	28.832.698	8,52%
Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	1.555.896	0,64%	1.555.896	0,46%
Outros	25.316.817	29,19%	27.051.386	11,13%	122.486.953	36,18%
Total	86.719.323	100,00%	243.108.754	100,00%	338.544.321	100,00%

⁽¹⁾ Considerando o Grupamento de Ações.

⁽²⁾ Considerando a Reorganização Societária (conforme definido na seção "Sumário da Companhia", na página 9 deste Prospecto).

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta ⁽¹⁾		Após a Reorganização Societária ⁽²⁾		Após a Oferta ⁽²⁾	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Cristopher Alexandre Vlavianos.....	36.462.030	42,05%	38.956.103	16,02%	38.956.103	10,97%
Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.....	17.343.864	20,00%	18.524.886	7,62%	18.524.886	5,22%
Edvaldo Marcelo Ávila	3.468.774	4,00%	3.704.720	1,52%	3.704.720	1,04%
Andre Dorf.....	2.254.702	2,60%	2.408.235	0,99%	2.408.235	0,68%
Fernando Souza Oliveira.....	1.040.631	1,20%	1.111.492	0,46%	1.111.492	0,31%
Antonio Carlos Querido Messora.....	832.505	0,96%	867.613	0,36%	867.613	0,24%
Perfin Ares I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	36.952.532	15,20%	36.952.532	10,41%
Perfin Ares II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	83.143.193	34,20%	83.143.193	23,41%
Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	28.832.698	11,86%	28.832.698	8,12%
Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.....	0	0,00%	1.555.896	0,64%	1.555.896	0,44%
Outros	25.316.817	29,19%	27.051.386	11,13%	139.084.458	39,16%
Total	86.719.323	100,00%	243.108.754	100,00%	355.141.826	100,00%

⁽¹⁾ Considerando o Grupamento de Ações.

⁽²⁾ Considerando a Reorganização Societária (conforme definido na seção "Sumário da Companhia", na página 9 deste Prospecto).

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção “15. Controle e Grupo Econômico” do Formulário de Referência na página 1396 deste Prospecto.

Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Companhia.....	82.987.552	1.470.539.421,44	1.374.983.354,00
Total	82.987.552	1.470.539.421,44	1.374.983.354,00

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Companhia.....	99.585.057	1.764.647.210,04	1.654.326.849,61
Total	99.585.057	1.764.647.210,04	1.654.326.849,61

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Companhia.....	95.435.567	1.691.118.247,24	1.584.489.061,25
Total	95.435.567	1.691.118.247,24	1.584.489.061,25

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Companhia.....	112.033.072	1.985.226.035,84	1.863.832.556,86
Total	112.033.072	1.985.226.035,84	1.863.832.556,86

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Anuências Prévias para a Reorganização Societária

Na data de disponibilização deste Prospecto, a Companhia aguarda as anuências prévias do Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A., nos termos dos instrumentos financeiros abaixo descritos (“**Dívidas Aplicáveis**”), para que a realização da Reorganização Societária não configure evento de vencimento antecipado relacionados à alteração indireta de controle da Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. e da FCR VII Usina de Energia Fotovoltaica Ltda, respectivamente.

Contrato	Credor	Devedor	Saldo em 30 de junho de 2021
Contrato de Financiamento por Instrumento Particular n. 34.2018.8000.57644	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	FCR VII Usina de Energia Fotovoltaica Ltda.	R\$22.180.917,03
Cédula de Crédito Bancário nº 7950	Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.	Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	R\$4.000.000,00
Total			R\$26.180.917,03

Assim, a Companhia se compromete a apresentar aos Coordenadores da Oferta, até 1 (um) dia útil antes da data prevista para fixação do Preço por Ação: (i) manifestações dessas instituições anuindo à realização da Reorganização Societária ou com a liberação de certas obrigações que poderiam ser aplicáveis com a realização da Reorganização Societária (“**Anuências Prévias**”), ou (ii) comprovação do pré-pagamento de referidas dívidas.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até 16.597.505 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (“**Ações Adicionais**”).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 12.448.015 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (**“Ações do Lote Suplementar”**), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta (**“Opção de Ações do Lote Suplementar”**). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais, bem como da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 06 de agosto de 2021, cuja ata foi arquivada na JUCESP, em 20 de agosto de 2021, sob o nº 403.714/21-7 e publicada no DOESP e no jornal “Diário do Comercial” em 16 de setembro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Diário do Comercial” na data de divulgação do Anúncio de Início.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia, convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R\$16,87 e R\$18,56 (“**Faixa Indicativa**”), ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa (“**Preço por Ação**”). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular SRE nº 01/2021 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.”, na página 89 deste Prospecto.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“**Procedimento de *Bookbuilding***”).

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 91 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 88 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até 110.038.938 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 33,74% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até 139.084.458 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 39,16% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 44 deste Prospecto.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão suportadas exclusivamente pela Companhia. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.”, na página 92 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽¹⁰⁾	% em relação ao	Custo unitário por
	(R\$)	Valor Total da Oferta⁽¹⁰⁾	Ação⁽¹⁰⁾
			(R\$)
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	24.263.900,45	1,65%	0,29
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	8.087.966,82	0,55%	0,10
Comissão de Garantia Firme ⁽⁵⁾	8.087.966,82	0,55%	0,10
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	25.734.439,88	1,75%	0,31
Total de Comissões.....	66.174.273,97	4,50%	0,80%
Despesas da Oferta⁽⁷⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	7.067.866,56	0,48%	0,09
Taxa de Registro na CVM	317.314,36	0,02%	0,00
Taxa de Registro na B3.....	581.952,93	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA.....	64.659,62	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas da Oferta	8.031.793,47	0,55%	0,10
Despesas com Advogados ⁽⁸⁾	8.000.000,00	0,54%	0,10
Despesas com Auditores Independentes	1.350.000,00	0,09%	0,02
Outras Despesas ⁽⁹⁾	12.000.000,00	0,82%	0,14
Total de Outras Despesas da Oferta	21.350.000,00	1,45%	0,26
Total de Despesas da Oferta	29.381.793,47	2,00%	0,35
Total de Comissões e Despesas da Oferta.....	95.556.067,44	6,50%	1,15

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia.

(3) Corresponde a 60% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a 20% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a 20% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Corresponde a até 1,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (roadshow).

(10) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽¹⁰⁾	% em relação ao	Custo unitário por
	(R\$)	Valor Total da Oferta⁽¹⁰⁾	Ação⁽¹⁰⁾
			(R\$)
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	29.116.678,97	1,65%	0,29
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	9.705.559,66	0,55%	0,10
Comissão de Garantia Firme ⁽⁵⁾	9.705.559,66	0,55%	0,10
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	30.881.326,18	1,75%	0,31
Total de Comissões.....	79.409.124,47	4,50%	0,80
Despesas da Oferta⁽⁷⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	8.481.439,41	0,48%	0,09
Taxa de Registro na CVM	317.314,36	0,02%	0,00
Taxa de Registro na B3	684.890,65	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA.....	77.591,54	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas da Oferta	9.561.235,96	0,54%	0,10
Despesas com Advogados ⁽⁸⁾	8.000.000,00	0,45%	0,08
Despesas com Auditores Independentes	1.350.000,00	0,08%	0,01
Outras Despesas ⁽⁹⁾	12.000.000,00	0,68%	0,12
Total de Outras Despesas da Oferta	21.350.000,00	1,21%	0,21
Total de Despesas da Oferta	30.911.235,96	1,75%	0,31
Total de Comissões e Despesas da Oferta.....	110.320.360,43	6,25%	1,11

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,12, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

⁽²⁾ Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia.

⁽³⁾ Corresponde a 60% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

⁽⁴⁾ Corresponde a 20% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

⁽⁵⁾ Corresponde a 20% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

⁽⁶⁾ Corresponde a até 1,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

⁽⁷⁾ Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

⁽⁸⁾ Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁹⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

⁽¹⁰⁾ Considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽¹⁰⁾	% em relação ao	Custo unitário por
	(R\$)	Valor Total da Oferta⁽¹⁰⁾	Ação⁽¹⁰⁾
			(R\$)
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	27.903.451,08	1,65%	0,29
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	9.301.150,36	0,55%	0,10
Comissão de Garantia Firme ⁽⁵⁾	9.301.150,36	0,55%	0,10
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	29.594.569,33	1,75%	0,31
Total de Comissões.....	76.100.321,13	4,50%	0,80
Despesas da Oferta⁽⁷⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	8.128.036,51	0,48%	0,09
Taxa de Registro na CVM	317.314,36	0,02%	0,00
Taxa de Registro na B3	659.155,52	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA.....	74.358,47	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas da Oferta	9.178.864,86	0,54%	0,10
Despesas com Advogados ⁽⁸⁾	8.000.000,00	0,47%	0,08
Despesas com Auditores Independentes	1.350.000,00	0,08%	0,01
Outras Despesas ⁽⁹⁾	12.000.000,00	0,71%	0,13
Total de Outras Despesas da Oferta	21.350.000,00	1,26%	0,22
Total de Despesas da Oferta	30.528.864,86	1,81%	0,32
Total de Comissões e Despesas da Oferta.....	106.629.185,99	6,31%	1,12

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia.

(3) Corresponde a 60% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a 20% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a 20% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, uma vez que as Ações do Lote Suplementar não são objeto da Garantia Firme de Liquidação; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Corresponde a até 1,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total^{(1),(10)}	% em relação ao	Custo unitário por
	(R\$)	Valor Total da Oferta⁽¹⁰⁾	Ação⁽¹⁰⁾
			(R\$)
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽³⁾	32.756.229,59	1,65%	0,29
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	10.918.743,20	0,55%	0,10
Comissão de Garantia Firme ⁽⁵⁾	10.918.743,20	0,55%	0,10
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	34.741.455,63	1,75%	0,31
Total de Comissões.....	89.335.171,62	4,50%	0,80
Despesas da Oferta⁽⁷⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	9.541.609,37	0,48%	0,09
Taxa de Registro na CVM	317.314,36	0,02%	0,00
Taxa de Registro na B3.....	762.093,24	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA.....	87.290,39	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas da Oferta	10.708.307,36	0,54%	0,10
Despesas com Advogados ⁽⁸⁾	8.000.000,00	0,40%	0,07
Despesas com Auditores Independentes	1.350.000,00	0,07%	0,01
Outras Despesas ⁽⁹⁾	12.000.000,00	0,60%	0,11
Total de Outras Despesas da Oferta	21.350.000,00	1,08%	0,19
Total de Despesas da Oferta	32.058.307,36	1,61%	0,29
Total de Comissões e Despesas da Oferta.....	121.393.478,98	6,11%	1,08

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia.

(3) Corresponde a 60% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a 20% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a 20% da remuneração base. A remuneração base corresponde a 2,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, uma vez que as Ações do Lote Suplementar não são objeto da Garantia Firme de Liquidação; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Corresponde a até 1,75% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 81 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;
- observadas as disposições aplicáveis na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores;
- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia alienantes, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado (*tag along*);
- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada;
- no caso de liquidação da Companhia, terão direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção de sua participação no capital social da Companhia; e

- todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o item “18.1 Direitos das Ações” do Formulário de Referência, na página 1445 deste Prospecto.

Plano de Distribuição

Os Coordenadores da Oferta e a Companhia elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, que em nenhuma hipótese poderão ser consideradas na alocação dos Investidores Não Institucionais, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. Nos termos do Ofício-Circular, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta e da Companhia não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais. O público alvo da Oferta consiste em:

- (i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observado o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 por investidor (“**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva**”), nos termos da Resolução CVM 30 (“**Investidores Não Institucionais**”), observado que terão prioridade de alocação os Investidores Não Institucionais Com *Lock-up*; e
- (ii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 (que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM), que sejam considerados investidores profissionais nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de investidores profissionais e investidores qualificados, nos termos da Resolução CVM 30, como fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Resolução CVM 30 (“**Investidores Institucionais Locais**”), assim como os Investidores Estrangeiros (em conjunto com os Investidores Institucionais Locais, “**Investidores Institucionais**”).

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos nas páginas 67 deste Prospecto, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

A Oferta de Varejo compreenderá: (i) uma oferta destinada a Investidores Não Institucionais que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (conforme abaixo definido) (“**Investidores Não Institucionais Com Lock-up**”); e (ii) uma oferta destinada a Investidores Não Institucionais que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (“**Investidores Não Institucionais Sem Lock-up**”).

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta”, na página 89 deste Prospecto.**

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 81 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve e não haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, sendo que:

- (i) o montante de, no mínimo, 8% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais Com *Lock-up*, ("**Oferta de Varejo Com Lock-up**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Não Institucionais Com *Lock-up* (a) de até 8% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 8% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo) tenha sido atendido nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo); e
- (ii) o montante de, no mínimo, 2% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up*, ("**Oferta de Varejo Sem Lock-up**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* (a) de até 2% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 2% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Com *Lock-up* tenha sido atendido nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo).

Os Pedidos de Reserva deverão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (d) e (f) abaixo e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 65, 66 e 69, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);
- (b) recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência, em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 14 e 85, respectivamente deste Prospecto, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 1049 deste Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;
- (c) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de serem considerados Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

- (d) **os Investidores Não Institucionais deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em $\frac{1}{3}$ à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados e os valores depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);
- (e) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações subscritas pelos Investidores Não Institucionais, serão informados a cada Investidor Não Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (f) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista abaixo;
- (f) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;
- (g) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 65, 66 e 69, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

- (h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Com *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (b) exceda o montante máximo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Não Institucionais Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up***”). Caso haja Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação; e
- (i) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante máximo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*” e, em conjunto com o Rateio de Oferta de Varejo com *Lock-up*, “Rateio da Oferta de Varejo”). Caso haja Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up da Oferta de Varejo. Os Investidores Não Institucionais Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações (“**Lock-up da Oferta de Varejo**”). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor Não Institucional Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Não Institucionais Com Lock-up por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo Com Lock-up serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Não Intencionais que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta de Varejo, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, do Prospecto Preliminar.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 65, 66 e 69, respectivamente, deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, no caso de a reserva antecipada efetuada pelo Investidor Não Institucional vir a ser efetivamente alocada no contexto da Oferta Não Institucional, o Pedido de Reserva preenchido por referido Investidor Não Institucional passará a ser o documento de aceitação de que trata o caput do artigo 2º da Resolução CVM 27 por meio do qual referido Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta Não Institucional e subscrever e integralizar as Ações que vierem a ser a ele alocadas, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e/ou contrato de compra e venda.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de Bookbuilding.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A subscrição das Ações será formalizada, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e/ou documento de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição de Ações deverá ser formalizada mediante o preenchimento e entrega de termo de aceitação da Oferta por tal Investidor Institucional, e deverá ser realizado junto ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento contendo, no mínimo, (i) as condições de subscrição e de integralização das Ações, (ii) esclarecimento de que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) declaração de que obteve cópia deste Prospecto e do Prospecto Definitivo.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamento, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) haja um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até as 12:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciadas deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciadas a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, ver a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva”, na página 89 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até as 16:00 horas do 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada mediante divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 11 de outubro de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em 11 de abril de 2022, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado da data de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralizar na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas pelos investidores que as subscreverem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, deferido o registro da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 56 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações	Percentual (%)
Coordenador Líder	24.896.264	25,0%
BTG Pactual.....	24.896.264	25,0%
Credit Suisse.....	18.921.161	19,0%
XP.....	18.921.161	19,0%
Citi.....	11.950.207	12,0%
Total	99.585.057	100,0%

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, por certos acionistas da Companhia e pelos Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia é obrigada, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*”, na página 90 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 81 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas (incluindo lucros cessantes) e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Listagem e Negociação das Ações no Novo Mercado da B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “COMR3”. A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item “17.5 – Outras informações relevantes” do Formulário de Referência na página 1444 deste Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 1049 deste Prospecto, e o item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir da página 85 deste Prospecto Preliminar.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

Certos acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, por meio dos respectivos instrumentos de *Lock-up*, obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções, conforme previstas nos respectivos instrumentos de *Lock-up*: (i) ofertar, empenhar, vender, contratar a venda, vender qualquer opção ou contratar a compra, comprar qualquer opção ou contratar a venda, outorgar quaisquer direitos, garantias (*warrants*) ou opções de compra, empréstimo ou de outra forma transferir ou alienar, direta ou indiretamente, quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) celebrar qualquer contrato de *swap* ou outro acordo que transfira a outrem, em todo ou em parte, os benefícios econômicos da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) arquivar ou submeter, ou fazer com que seja arquivado ou submetido, incluindo de forma confidencial, um pedido de registro envolvendo quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, nos termos do *Securities Act* ou da lei brasileira; e (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação ou ação especificada nos itens (i) a (iii).

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) de doações gratuitas, realizadas de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional por escrito a respeitar os termos do instrumento de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que antes de tal transferência, o *trust* declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do instrumento de *lock-up*; (iii) empréstimo de ações para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta e, de um determinado número de ações ordinárias de emissão da Companhia, para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização; (iv) transferências a quaisquer coligadas ou como distribuição à sociedades limitadas ou acionistas das pessoas sujeitas ao *lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do instrumento de *lock-up*; (v) em conexão com a emissão de ações mediante o exercício de opções de compra de ações concedidos pela Companhia em decorrência de qualquer plano de opções de ações em vigor na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional e descritos nos documentos da Oferta, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do instrumento de *lock-up*; (vi) transferências de ações ordinárias de emissão da Companhia adquiridas no mercado aberto após o encerramento da Oferta; (vii) se a transferência ocorrer por força da lei, desde que antes de qualquer transferência, o beneficiário concorde por escrito com os Agentes de Colocação Internacional em se sujeitar aos termos do instrumento de *lock-up*; ou (viii) com o consentimento prévio dos Agentes de Colocação Internacional.

Adicionalmente, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional, e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, a Companhia não irá, direta ou indiretamente, adotar qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra, ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias (*warrants*) para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, hedge ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, os resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou qual quer outro valor mobiliário, independentemente se tais transações sejam liquidadas mediante entrega de ações ou outros títulos, em moeda corrente nacional ou de qualquer outra forma; (iv) estabelecer ou aumentar uma posição equivalente de venda ou liquidar ou diminuir uma posição equivalente de compra em Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, nos termos do *Securities Act*; (v) arquivar um pedido de registro envolvendo quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, nos termos do *Securities Act*; (vi) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação ou ação especificada nos itens (i) a (v), sem o prévio consentimento dos Agente de Colocação Internacional, exceto (a) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do instrumento de *lock-up*; (b) as Ações a serem vendidas nos termos do Contrato de Distribuição; (c) emissão, pela Companhia, de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência da conversão ou troca de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou do exercício de *warrants* ou opções, em todo caso desde que em vigor na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional e descritos nos documentos da Oferta; (d) empréstimo de ações para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização; (e) outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações a seus funcionários em decorrência de qualquer plano de opções de ações da Companhia em vigor na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional e descritos nos documentos da Oferta; e (f) qualquer emissão de ações em conexão com uma fusão, aquisição, joint venture ou participação estratégica celebrada pela Companhia, desde que (i) tal emissão não exceda 15% da quantidade de ações ordinárias da Companhia na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional, e (ii) desde que o terceiro se comprometa com os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional por escrito a respeitar os termos do instrumento de *lock-up*.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo acionista controlador, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 87 deste Prospecto.**

Acordo de Investimento

Compromisso de Investimento dos Investidores Âncoras

Foi celebrado, em 20 de setembro de 2021, um acordo de investimento e outras avenças entre a Companhia, Christopher Alexander Vlavianos, Edvaldo Marcelo Ávila, Perfin Ares I Fundo de Investimento em Participações - IE, Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, e Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“**Acionistas Originais**”) e Atmos Capital Gestora de Recursos Ltda. (“**Atmos**”), Núcleo Capital Ltda. (“**Núcleo**”), Verde Asset Management S.A. (“**Verde Asset**”), BC Gestão de Recursos Ltda. (“**Brasil Capital**”), Itaú Unibanco S.A. (“**Itaú**”), Truxt Investimentos Ltda. (“**Truxt**”), Neo Gestão de Recursos Ltda. (“**Neo**”) e Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. (“**Vinci**”) e, em conjunto, com a Atmos, Núcleo, Verde Asset, Brasil Capital, Itaú, Truxt e Neo, os “**Investidores Âncoras**”, nos termos do qual os Investidores Âncoras comprometeram-se a, em caráter irrevogável e irretratável e sujeito às condições previstas em tal acordo, efetuar investimento na Companhia, cuja liquidação se dará no âmbito da Oferta, mediante a subscrição e integralização de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, sendo a alocação das ações determinada no momento da liquidação, em paralelo à alocação dos investimentos dos demais participantes da Oferta, em qualquer caso utilizando o Preço por Ação, no montante equivalente a R\$ 1.223.000.000,00, caso a avaliação da Companhia no âmbito da Oferta Pública Inicial seja de, no máximo, R\$ 4,1 bilhões (antes do aporte dos recursos no contexto da Oferta Pública Inicial) (“**Acordo de Investimento**”).

O Acordo de Investimento estabelece que os Investidores Âncoras (por meio de qualquer fundo de investimento (ou entidade de natureza semelhante) que se encontrem sob sua gestão discricionária) se comprometeram individualmente a efetuar um investimento na Companhia no âmbito da Oferta (“**Investimento Âncora**”), observadas as seguintes proporções:

Investidores Âncoras	% do Investimento	Valor do Investimento (em R\$)
Atmos.....	24,5298446443%	300.000.000,00
Núcleo.....	12,2649223222%	150.000.000,00
Verde Asset.....	12,2649223222%	150.000.000,00
Brasil Capital.....	12,2649223222%	150.000.000,00
Itaú.....	8,1766148814%	100.000.000,00
Truxt.....	15,5355682747%	190.000.000,00
Neo.....	8,1766148814%	100.000.000,00
Vinci.....	6,7865903516%	83.000.000,00
Total	100%	1.223.000.000,00

Em razão do Investimento Âncora, os Acionistas Originais outorgarão opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do Contrato de Opção (conforme definido abaixo), que poderão ser exercidas pelos Investidores Âncora, nos termos descritos do Contrato de Opção. Foi estabelecido no Acordo de Investimento, ainda, que, por um período de 270 dias após a liquidação da Oferta, a Atmos não poderá transferir ou onerar, direta ou indiretamente, as ações que subscreveu no âmbito do Acordo de Investimento.

O Investimento Âncora está sujeito às seguintes condições precedentes: (i) a avaliação da Companhia no âmbito da Oferta Pública Inicial seja de, no máximo, R\$ 4,1 bilhões (antes do aporte dos recursos no contexto da Oferta Pública Inicial); (ii) valor da Oferta seja de, no mínimo, R\$1,4 bilhão; (iii) a Oferta seja liquidada até o dia 10 de novembro de 2021; (iv) nenhuma autoridade governamental competente tenha emitido qualquer lei ou decisão que esteja em vigor e produza o efeito de tornar a operação ilegal ou por outra forma restringir ou impedir sua consumação; e (v) tenha sido celebrado o Contrato de Opção (conforme definido abaixo).

O Acordo de Investimento foi realizado em uma negociação privada, sendo que o investimento dos Investidores Âncoras nos termos do Acordo de Investimento será liquidado no âmbito da Oferta. Os Investidores Âncoras não participarão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado no âmbito da Oferta.

Opções de Compra Adicionais Atmos

Adicionalmente, no âmbito do Acordo de Investimento e sem prejuízo do disposto no Contrato de Opção, os Acionistas Originais se comprometeram a outorgar à Atmos, sujeito às Condições de Outorga Atmos (conforme definido abaixo), em caráter exclusivo, incondicional, irrevogável e irretratável, opções de compra adicionais em termos e condições substancialmente similares aos previstos no Contrato de Opção (“**Opções de Compra Adicionais Atmos**”). As Opções de Compra Adicionais Atmos somente serão outorgadas pelos Acionistas Originais, caso sejam verificadas, cumulativamente, as seguintes condições (em conjunto, as “**Condições de Outorga Atmos**”): (i) a Atmos realize a sua parcela do Investimento Âncora nos termos do Acordo de Investimento; e (ii) a Atmos adquira à vista, em bolsa, ações ordinárias de emissão da Companhia por preço inferior ao Preço de Referência, durante o período de 18 meses contados da Data de Liquidação, observada a regulamentação aplicável (“**Ações Elegíveis**” e “**Período de Cotação**”, respectivamente).

Para fins do parágrafo acima, “**Preço de Referência**” significa o Preço por Ação, ajustado da seguinte forma: (i) ajustado (reduzido) por eventuais valores que venham a ser declarados pela Companhia a título de dividendos, redução de capital, juros sobre o capital próprio ou de outra forma distribuídos aos acionistas, sendo certo que o ajuste previsto neste item “i” será aplicado a partir da primeira sessão de negociação em que as Ações Elegíveis passarem a ser negociadas sem direito ao respectivo provento declarado (ex); e (ii) ajustado (positiva ou negativamente) em razão de eventuais desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações.

A quantidade de Opções de Compra Adicionais Atmos outorgada pelos Acionistas Originais será limitada (i) a 50% do volume de ações subscritas e integralizadas pela Atmos no âmbito da Oferta e (ii) a um número total de ações subscritas e integralizadas que, em conjunto, representem o valor correspondente à parcela do Investimento Âncora que cabe à Atmos, o que for menor. Caso a Atmos subscreva ações no âmbito da Oferta em montante superior à sua proporção do Investimento Âncora, as ações por ela subscritas que excederem sua proporção do Investimento Âncora serão desconsideradas para fins da outorga de Opções de Compra Adicionais Atmos.

Contrato de Opção

Em 20 de setembro de 2021, os Acionistas Originais e os Investidores Âncoras celebraram um contrato de outorga de opções de compra (“**Contrato de Opção**”).

Uma estimativa razoável do valor justo de cada Opção de Compra corresponde a R\$ 1,98, de forma que a totalidade das Opções de Compra somam o valor justo de R\$ 275.520.000,00, assumindo que a totalidade do Investimento Âncora seja realizada.

Aspectos Gerais; Prêmio

Referido contrato prevê a outorga, no dia útil imediatamente posterior à Data de Liquidação, pelos Acionistas Originais em favor dos Investidores Âncoras, de uma quantidade total de opções de compra correspondente a 60% da quantidade total de ações de emissão da Companhia subscritas e integralizadas por cada Investidor Âncora no âmbito do seu respectivo Investimento Âncora, tendo cada uma como ativo subjacente uma ação ordinária de emissão da Companhia (“**Ação Objeto**” e “**Opções de Compra**”, respectivamente). As Opções de Compra serão outorgadas pelos Acionistas Originais de acordo com as seguintes proporções: (i) Kiko – 18,40%; (ii) Dida – 1,75%; (iii) FIP Ares I – 17,46%; (iv) FIP Ares 2 – 39,28%; (v) FIP Mercury – 13,62%; (vi) FIP Mercury UV – 0,74%; e (vii) FIP Comercury – 8,75%.

O prêmio para aquisição de Ações Objeto foi fixado no valor equivalente a R\$1,00 a ser pago por cada Investidor Âncora a cada Acionista Original pela outorga da totalidade das Opções de Compra adquiridas por tal Investidor Âncora (sendo que tal prêmio foi fixado levando em consideração, em especial, o fato de que as Opções de Compra serão outorgadas em contrapartida ao respectivo Investimento Âncora de referido Investidor Âncora).

Para fins do Contrato de Opção e desta seção, o termo “**Afiladas**” corresponde qualquer fundo de investimento (ou entidade de natureza semelhante) ou carteira de valores mobiliários de terceiros que se encontre sob gestão discricionária do respectivo Investidor Âncora em questão.

Prazo de Exercício; Tipo “Americana”; Condições de Exercício; Antecipação de Exercício Automática

As Opções de Compra poderão ser exercidas por cada Investidor Âncora, total ou parcialmente, quantas vezes entender necessárias, a qualquer tempo (i.e., tipo “americana”) entre o primeiro dia após o 18º mês completo e o encerramento do 24º mês contado da Data de Liquidação (“**Prazo de Exercício**”), observadas as condições abaixo:

- (a) Condição de Exercício Individual - Os Investidores Âncora somente poderão exercer as Opções de Compra, individualmente, no período compreendido nos últimos 5 dias úteis do Prazo de Exercício (“**Exercício Individual**”);
- (b) Condição de Exercício Coletivo - Por decisão de Investidores Âncora que sejam conjuntamente titulares de, no mínimo, 75% das Opções de Compra outorgadas e não canceladas, o exercício das Opções de Compra poderá ser realizado a partir do primeiro dia do Prazo de Exercício (inclusive) (“**Exercício Coletivo**”); sendo certo que os Investidores que não aderirem ao Exercício Coletivo poderão, ainda, exercer seu Exercício Individual nos termos do item “a” acima; e
- (c) Antecipação de Exercício Automática - Se, anteriormente ao início do Prazo de Exercício, (i) o controle da Companhia for alienado a um terceiro; (ii) os Acionistas Originais passarem a deter, conjuntamente, menos da maioria absoluta das ações do capital social da Companhia; (iii) for realizada operação societária envolvendo a Companhia na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente após a consumação da operação; ou (iv) for submetido à CVM, pela Companhia ou pelos Acionistas Originais, ou por quaisquer de suas afiliadas, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações visando ao cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, o Prazo de Exercício será automaticamente antecipado para a realização do Exercício Individual ou do Exercício Coletivo, conforme o caso, de modo que os Investidores Âncoras passarão a poder exercer as Opções de Compra a partir do 1º dia útil contado da data em que qualquer dos eventos listados nos itens “i” a “iv” acima for anunciado publicamente pela Companhia (“**Antecipação de Exercício Automática**”).

O exercício das Opções de Compra por cada Investidor Âncora estará condicionado à realização da sua respectiva parcela do Investimento Âncora, nos termos do Acordo de Investimento.

Determinação do Valor de Liquidação

O Preço de Exercício (conforme definido abaixo) e a quantidade de Ações Objeto, conforme o caso, serão ajustados (positiva ou negativamente) em razão dos seguintes eventos: desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações.

Em caso de liquidação financeira, as Opções de Compra serão liquidadas por seu respectivo valor de liquidação, calculado de acordo com a fórmula abaixo aplicável para cada Opção de Compra (**“Valor de Liquidação”**).

Valor de Liquidação = Preço de Venda - Preço de Exercício

Sendo que:

- (i) **“Preço de Venda”** corresponde aos recursos necessários para a liquidação financeira de cada Opção de Compra, descontados os custos incorridos para a alienação das ações; sendo que os Acionistas Originais deverão alienar certa quantidade de Ações Objeto a ser definida pelos próprios Acionistas Originais para pagamento do Valor de Liquidação, respeitados os Procedimentos de Negociação (conforme definido abaixo); e
- (ii) **“Preço de Exercício”** corresponde ao Preço por Ação (a) corrigido entre a Data de Liquidação e a data de exercício da respectiva Opção de Compra, com base em 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>), e (b) ajustado (reduzido) por eventuais proventos entre a Data de Liquidação e a data de exercício da Opção de Compra sendo certo que o ajuste previsto neste item “ii” será aplicado a partir da primeira sessão de negociação em que a Ação Objeto passar a ser negociada sem direito ao respectivo provento declarado (ex).

Forma de Liquidação

As Opções de Compra serão outorgadas com previsão de liquidação financeira, a qual será realizada em moeda corrente nacional sendo reservada a cada Investidor Âncora a possibilidade de liquidação física, mediante entrega das Ações Objeto, caso o Investidor Âncora assim o deseje, a seu único e exclusivo critério, exceto se isso não for possível juridicamente.

i. Procedimentos de Negociação

A alienação da respectiva quantidade de Ações Objeto pelos Acionistas Originais para cálculo do Preço de Venda deverá observar os seguintes parâmetros: (i) o procedimento de negociação das ações deverá ser conduzido e coordenado por uma corretora independente, escolhida de comum acordo entre as partes do Contrato de Opção; (ii) as vendas deverão ocorrer durante o período máximo de 90 dias a contar da data de recebimento da notificação de exercício pelo respectivo Acionista Original, o qual será (a) reduzido, se assim combinado entre os respectivos Investidores Âncoras e Acionistas Originais envolvidos na liquidação da Opção de Compra, ou (b) suspenso, caso haja vedação para os Acionistas Originais realizarem a venda das Ações Objeto nos termos da regulamentação aplicável (**“Período de Liquidação das Opções de Compra”**); (iii) as vendas deverão ocorrer por meio de leilão ou alienação de grandes lotes (*blocktrade*); e (iv) as vendas deverão ser suspensas (sem prejuízo ao exercício posterior da Opção de Compra em relação às mesmas Ações Objeto, se ainda estiver em vigor o Prazo de Exercício), caso o preço de fechamento das Ações Objeto no dia útil imediatamente anterior ao início do leilão ou *blocktrade* seja inferior ao Preço de Exercício. Nos termos do item “iv” acima, as Ações Objeto que não puderem ser alienadas em um determinado leilão ou *blocktrade* para cálculo do Preço de Venda permanecerão sujeitas ao futuro exercício da Opção de Compra, por liquidação financeira ou física (se aplicável), durante todo o período remanescente do Prazo de Exercício (**“Procedimentos de Negociação”**).

ii. Oferta Pública

Alternativamente ao processo descrito no item “*Procedimentos de Negociação*” acima, os Investidores Âncoras que sejam, conjuntamente, titulares de, no mínimo, 75% das Opções de Compra remanescentes durante o Prazo de Exercício, poderão solicitar aos Acionistas Originais a realização de uma oferta pública de distribuição secundária das Ações Objeto, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Oferta 476**”) ou outra norma editada pela CVM que venha a substituí-la, de forma a obter o Preço de Venda. A decisão de solicitar aos Acionistas Originais a realização da Oferta 476 vinculará todos os Investidores Âncoras com Opções de Compra remanescentes à época, com exceção dos Investidores Âncoras que (i) já houverem informado os Acionistas Originais de que optaram pela liquidação física, nos termos do item abaixo, ou que venham a fazê-lo dentro de 5 dias úteis da data em que forem comunicados pelos Acionistas Originais acerca da opção feita por outros Investidores Âncora de acordo com este parágrafo, ou (ii) optarem pelo Exercício Individual.

Todos e qualquer custos e/ou despesas incorridos para a realização da Oferta 476 deverão ser integralmente suportados pelos Investidores Âncoras que solicitaram a operação.

iii. Liquidação Física

É assegurada a cada Investidor Âncora, a seu exclusivo critério e independentemente da decisão dos demais Investidores Âncoras, a prerrogativa de, se assim desejar e caso seja viável do ponto de vista jurídico para as partes do Contrato de Opção, optar durante o Prazo de Exercício, pela liquidação física de suas Opções de Compra, com a entrega das Ações Objeto correspondentes, mediante comunicação aos Acionistas Originais neste sentido.

Cancelamento Proporcional das Opções de Compra

Após (i) no caso da Atmos, o período de 270 dias contados da Data de Liquidação; e (ii) no caso dos demais Investidores Âncoras, a Data de Liquidação, caso qualquer Investidor Âncora, direta ou indiretamente, transfira ou de qualquer outra forma disponha, inclusive mediante operações de empréstimo, de ações de emissão da Companhia sob sua titularidade, e, conseqüentemente, se torne titular de ações de emissão da Companhia em quantidade inferior à quantidade de ações subscritas e integralizadas no âmbito do Investimento Âncora (sendo certo que tal volume não alcança ações que tenham sido adquiridas em quantidade superior a exigida pelo Acordo de Investimento) (“**Participação de Referência**”), então o respectivo Investidor Âncora terá suas Opções de Compra canceladas na proporção de 0,6 para cada ação de emissão da Companhia vendida, transferida ou emprestada, desprezando-se frações de Opções de Compra, mediante o arredondamento para o maior número inteiro subsequente (“**Cancelamento Proporcional das Opções de Compra**”).

A Participação de Referência será proporcionalmente ajustada, para cada Investidor Âncora, em razão de eventuais desdobramentos, grupamentos, bonificações em ações de emissão da Companhia ou outros eventos similares.

O Cancelamento Proporcional das Opções de Compra também deverá ser aplicável caso os Investidores Âncoras celebrem operações de derivativos, total ou parcial, que tenham por referência ou limitem a exposição às ações de emissão da Companhia, incluindo a proporção de cancelamento de 0,6 para cada ação de emissão da Companhia utilizada como ativo subjacente. Estão excetuados de tal as operações com derivativos referenciados em índices divulgados pela B3 que sejam compostos por outros ativos, dentre os quais as ações de emissão da Companhia.

A transferência de ações de emissão da Companhia entre quaisquer afiliadas de um mesmo Investidor Âncora não ensejará o Cancelamento Proporcional das Opções de Compra.

Obrigações Adicionais

No Contrato de Opção, também foram estabelecidas as obrigações de cada Acionista Original não transferir ou onerar (incluindo eventuais ônus involuntários) as Ações Objeto até a extinção das Opções de Compra, incluindo a manutenção de bloqueio operacional junto ao escriturador ou à B3 ("**Bloqueio Operacional**"), e os Acionistas Originais e os Investidores Âncoras se comprometeram a colaborar de boa-fé para a celebração de contrato de outorga de garantia real sobre a quantidade de ações de emissão da Companhia que corresponda à totalidade das Opções de Compra outorgadas e não canceladas, na forma de alienação fiduciária, em momento anterior ao início do Prazo de Exercício, condicionada à realização do Investimento Âncora por cada Investidor Âncora, conforme o caso ("**Alienação Fiduciária**").

As partes, ainda, colaborarão de boa-fé para o ajuste ou a liberação, conforme o caso, do Bloqueio Operacional e da Alienação Fiduciária caso seja necessário para viabilizar o registro das Opções de Compra no respectivo sistema de registro na modalidade com garantia da contraparte central da B3 (CCP).

Ausência de direitos de governança

Foi acordado, ainda, que as Opções de Compra não conferirão aos Investidores Âncoras quaisquer direitos de governança (incluindo direitos de nomeação de membros do conselho de administração ou de comitês da Companhia) ou direito de voto com relação à Companhia.

Ausência de responsabilidade solidária ou subsidiária

Não haverá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por quaisquer obrigações decorrentes do Contrato de Opção entre os Investidores Âncoras, de um lado, e os Acionistas Originais, de outro.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Cronograma Tentativo da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo dos pedidos de registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data ⁽¹⁾
1.	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	14 de agosto de 2021
	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas)	
2.	Disponibilização inicial do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	20 de setembro de 2021
	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas)	
3.	Nova disponibilização deste Prospecto Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	27 de setembro de 2021
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	29 de setembro de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva	07 de outubro de 2021
	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	
6.	Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	08 de outubro de 2021
	Concessão dos registros da Oferta pela CVM	
7.	Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	11 de outubro de 2021
8.	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3 Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	13 de outubro de 2021
9.	Data de Liquidação	14 de outubro de 2021
10.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	11 de novembro de 2021
11.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	16 de novembro de 2021
12.	Término do <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo	25 de novembro de 2021
13.	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	11 de abril de 2022

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, ocorrência de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 80 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação” na página 67 deste Prospecto.

A Companhia e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA, DA CVM E DA B3, NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS INDICADOS ABAIXO.

Companhia

www.comerc.com.br/ri (neste *website*, clicar em “Informações aos Investidores” e, em seguida, em “Avisos, Comunicados e Fatos Relevantes” e, posteriormente, em “2021” e, por fim, selecionar o respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.

<http://www.itaubba.com.br/pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “Comerc Participações S.A.” e, posteriormente, em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, em selecionar o respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Banco BTG Pactual S.A.

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste *website*, clicar em “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2021” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias da Comerc Participações S.A.”, escolher o *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

<https://www.credit-suisse.com/br/pt/investment-banking.html> (neste *website*, no item “Ofertas”, e, então, clicar no título do documento correspondente ao lado de “Comerc Participações S.A. – Oferta Pública de Distribuição Primária da Comerc Participações S.A.”).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

<https://www.xpi.com.br> (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias da Comerc Participações S.A.” e, então, clicar no título do documento correspondente.)

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html> (neste *website*, clicar em “Comerc Participações S.A.” e, a seguir, clicar em “2021”, na sequência, clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

Instituições Consorciadas

Comissão de Valores Mobiliários

www.gov.br/cvm (neste *website* acessar “Central de Sistemas”, na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente à “Comerc Participações S.A.”, no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “Comerc Participações S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas páginas 14 e 85, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção “4. Fatores de Risco” constante do Formulário de Referência, na página 1049 deste Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência, ao Estudo de Viabilidade ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar os seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Companhia

Comerc Participações S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Cj.211

04543-907, São Paulo, SP

At.: Sr. Fernando Souza Oliveira

Tel.: +55 (11) 4573-0700

<http://www.comerc.com.br/ri> (neste *website*, clicar em “Informações aos Investidores” e, em seguida, em “Documentos” e, posteriormente, em “2021” e, por fim, em “Prospecto Preliminar”).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º 3º (parte), 4º e 5º andares

04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Renata Dominguez

Tel.: +55 (11) 3708-8000

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “Comerc Participações S.A.” e, posteriormente, em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, em “Prospecto Preliminar”).

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Fabio Nazari

Tel.: +55 (11) 3383-2000

Fax: +55 (11) 3383-2001

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste *website*, clicar em “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2021” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A.” escolher o link “Prospecto Preliminar”).

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º (partes) andares
04542-000, São Paulo, SP

At.: Sr. Eduardo de la Peña

Tel.: +55 (11) 3701-6401

<https://www.credit-suisse.com/br/pt/investment-banking.html> (neste *website*, no item “Ofertas”, e, então, clicar no Prospecto Preliminar ao lado de “Comerc Participações S.A.– Oferta Pública de Distribuição Primária da Comerc Participações S.A.”).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP

At.: Sr. Vitor Saraiva

Tel.: + 55 (11) 4871-4277

<http://www.xpi.com.br> (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias da Comerc Participações S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 14º andar (parte)
01311-920, São Paulo, SP

At.: Sr. Marcelo Millen

Tel.: +55 (11) 4009-2011

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html> (neste *website*, clicar em “Comerc Participações S.A.” e, a seguir, clicar em “2021”, na sequência, clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, clicar em “Prospecto Preliminar”).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em 27 de setembro de 2021, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.gov.br/cvm - neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente ao “Comerc Participações S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “Comerc Participações S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos da América ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos da América nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos da América.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta”, na página 91 deste Prospecto.

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta.

LEIA ESTE PROSPECTO, O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E O ESTUDO DE VIABILIDADE ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, NAS PÁGINAS 14 E 85, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA NA PÁGINA 1049 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

“O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Ações a serem distribuídas.”

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 14 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 1049 deste Prospecto, bem como as nossas informações financeiras consolidadas condensadas pro forma não auditadas e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir da página 191, as nossas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas anexas a este prospecto a partir da página 211 e as nossas demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas anexas a este prospecto a partir da página 293.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou lhe “afetará adversamente” ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surto de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus (“COVID-19”), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

*Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.*

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

O Estudo de Viabilidade da Companhia baseia-se em projeções de desempenho futuro que podem se revelar inexatas.

O Estudo de Viabilidade da Companhia elaborado pela UHY Bendoraytes inclui projeções que se baseiam em previsões e expectativas, com fundamento no cenário atual, para aferir eventos futuros e tendências financeiras. Em relação aos referidos eventos futuros e tendências financeiras, a Companhia não pode assegurar que tais projeções serão integralmente concretizadas. Nessa mesma toada, em função das incertezas inerentes às projeções, como fatores externos extrínsecos à Companhia, não há garantia de que as projeções ou conclusões delas extraídas serão concretizadas. Dessa forma, os atuais recursos, custos, fluxo de caixa, margem de lucro e exposição ao risco do negócio da Companhia poderão se concretizar de forma menos favorável aqueles projetados no Estudo de Viabilidade.

As informações financeiras consolidadas condensadas pro forma não auditadas da Companhia, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, anexas a este Prospecto, estão sujeitas a certas limitações inerentes às premissas usadas na sua elaboração.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 refletem os resultados operacionais e situação financeira da Companhia, bem como consideram que (i) as Entidades Incorporadas eram subsidiárias integrais da Companhia desde 1º de janeiro de 2021 com o objetivo de compilar a demonstração de resultados *pro forma*; e (ii) as Entidades Incorporadas eram subsidiárias integrais da Companhia desde 30 de junho de 2021 com o objetivo de compilar o balanço patrimonial *pro forma*. Conforme discutido no item “15.8. Outras informações relevantes” do Formulário de Referência, na página 1412 deste Prospecto, a Reorganização Societária ocorrerá após a concessão do registro de companhia aberta da Companhia.

Dadas as limitações inerentes às premissas usadas na elaboração das informações financeiras descritas acima, tais informações podem não refletir de forma precisa os resultados operacionais, situação financeira e fluxo de caixa que seriam obtidos se a Companhia e as Entidades Incorporadas tivessem sido administradas como um único negócio durante o período apresentado nas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia. As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia disponibilizadas no âmbito da Oferta podem não representar uma descrição e análise precisas dos resultados operacionais, da situação financeira e do fluxo de caixa da Companhia e das Entidades Incorporadas e, portanto, devem ser analisadas pelos potenciais investidores consideradas as ressalvas aqui descritas.

Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, consequentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo acionista controlador, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, certos acionistas da Companhia e os Administradores se comprometerão, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e nos respectivos Instrumentos de Lock-up, descritas no item “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação das Ações (Lock-up)” na página 70 deste Prospecto, durante o período de 180 dias contados da data do Contrato de Colocação Internacional, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (Lock-up)” na página 70 deste Prospecto.

A Reorganização Societária sem a obtenção de determinadas anuências prévias ou o pré-pagamento de determinadas dívidas poderá acarretar em vencimento antecipado de instrumentos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia, o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e/ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

As Dívidas Aplicáveis possuem a previsão da necessidade de anuência prévia e expressa dos credores para que a realização da Reorganização Societária não configure evento de vencimento antecipado. A Companhia não pode garantir que será capaz de obter, junto aos credores, as confirmações formais de não ocorrência de hipótese de vencimento antecipado, ou de renúncia a eventual prerrogativa de declaração de vencimento antecipado. Nessa hipótese, caso a Companhia não realize o pré-pagamento das Dívidas Aplicáveis, o vencimento antecipado destas poderá ocasionar o vencimento antecipado cruzado de outros instrumentos financeiros, podendo influenciar negativamente as operações e os resultados da Companhia, o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e/ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 69 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 66 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, caso em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 116 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/ as Ações na Oferta, conforme percentuais indicados na seção “Diluição”, na página 120 deste Prospecto. Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, tal diluição seria de 53,08% na data deste Prospecto.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia.

Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 120 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia os indenize, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia também presta diversas declarações e garantias relacionadas aos seus negócios e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem afetar adversamente a economia e o mercado de capitais brasileiro, inclusive os negócios da Companhia e o preço de mercado de seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Eventual aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Após a Oferta, a Companhia será co-controlada pelos Novos Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), os Novos Acionistas Controladores da Companhia serão titulares de 60,38% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os Novos Acionistas Controladores exercerão o co-controle da Companhia, em linha com o previsto no acordo de acionistas descrito no item 15.5 do Formulário de Referência, na página 1408 deste Prospecto, o qual irá reger a relação dos acionistas da Companhia a partir da data da divulgação do Anúncio de Início. Os Novos Acionistas Controladores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais da Companhia, serão capazes de influenciar fortemente as decisões da Companhia ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas da Companhia.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, seus controladores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, seus controladores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará com as comissões da Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos pelos investidores no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta de Varejo, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Não Institucionais devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de 45 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores Não Institucionais por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

O Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia, os Acionistas Originais e os Investidores Âncora está sujeito a determinadas condições que, caso não atendidas, dão aos Investidores Âncora o direito de não realizar o Investimento Âncora.

A Companhia, os Acionistas Originais e os Investidores Âncora celebraram, em 20 de setembro de 2021, um acordo de investimento no qual comprometeram-se a, em caráter irrevogável e irretratável e sujeito às condições previstas em tal acordo, efetuar investimento na Companhia, cuja liquidação se dará no âmbito da Oferta, mediante a subscrição e integralização de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, sendo a alocação das ações determinada no momento da liquidação, em paralelo à alocação dos investimentos dos demais participantes da Oferta, em qualquer caso utilizando o Preço por Ação, no montante equivalente a R\$1,223 bilhão. O Acordo de Investimento estabelece que os Investidores Âncoras (por meio de qualquer fundo de investimento (ou entidade de natureza semelhante) que se encontrem sob sua gestão discricionária) se comprometeram individualmente a efetuar um investimento na Companhia no âmbito da Oferta, em proporções e valores pré-determinados, conforme detalhado no item “Informações Sobre a Oferta - Acordo de Investimento” na página 73 deste Prospecto. O Investimento Âncora está sujeito, dentre outras, às seguintes condições precedentes: (i) a avaliação da Companhia no âmbito da Oferta Pública Inicial seja de, no máximo, R\$4,1 bilhões (antes do aporte dos recursos no contexto da Oferta Pública Inicial); (iii) valor da Oferta seja de, no mínimo, R\$1,515 bilhão; (iv) a Oferta seja liquidada até o dia 10 de novembro de 2021; (iv) nenhuma autoridade governamental competente tenha emitido qualquer lei ou decisão que esteja em vigor e produza o efeito de tornar a operação ilegal ou por outra forma restringir ou impedir sua consumação; e (v) tenha sido celebrado o Contrato de Opção (conforme definido abaixo). Caso qualquer das condições para o Investimento Âncora não sejam atendidas, os Investidores Âncora terão o direito de não realizar o investimento. **Para mais informações sobre o Acordo de Investimento e os Investidores Âncora, vide o item “Informações Sobre a Oferta - Acordo de investimento” na página 73 deste Prospecto e no item 15.8 do Formulário de Referência, na página 1412 deste Prospecto.**

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R\$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um *player* de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de investment banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institutional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US\$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015, US\$8 bilhões em 2016 e US\$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US\$8 bilhões.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o “*Brazil’s Equity House of the Year*”, segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “*World’s Best Equity House*” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “*Equity House of the Year*” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “*Best Equity House Latin America*” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de “*Best Investment Bank*” (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “*#1 Equity Research Team Latin America*” em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua *expertise* é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do *IPO* da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do *follow-on* do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio, Locaweb, 3R Petroleum, Sequoia Logística, Hapvida e Lojas Renner, assim como do *IPO* da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing, Orizon, Mater Dei, Allied e Blau Farmacêutica.

Credit Suisse

O Credit Suisse é um dos principais prestadores de serviços financeiros do mundo. Nossa estratégia está fundamentada nos principais pontos fortes do banco: sua posição de líder em gestão de fortunas, nossas capacidades especializadas de banco de investimentos e nossa forte presença em nosso mercado original: a Suíça.

Buscamos adotar um enfoque equilibrado em gestão de fortunas para aproveitar o amplo pool de grandes patrimônios nos mercados maduros, bem como a significativa expansão patrimonial na região da Ásia-Pacífico e em outros mercados emergentes, ao mesmo tempo em que atendemos importantes mercados desenvolvidos com ênfase na Suíça. Temos um alcance global com operações em cerca de 50 países e empregamos mais de 45.000 pessoas de mais de 150 nações diferentes.

O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas principais divisões de negócios: International Wealth Management, Investment Bank, Swiss Universal Bank e Asia Pacific.

Uma história de sucesso no Brasil

O papel do Credit Suisse, presente há mais de 60 anos no Brasil, tem sido o de apoiar os empreendedores em suas necessidades de capital para expandir seus negócios e auxiliar investidores a proteger e ampliar seu patrimônio no Brasil e no mundo.

No Brasil, somos o único banco global com forte presença local em Investment Bank e em Wealth Management (Private Banking).

Os ratings do Credit Suisse no Brasil, atribuídos às instituições financeiras do País pela Fitch Ratings, são: AAA (bra), perspectiva estável (longo prazo) e F1+ (bra) (curto prazo), desde 2013.

Capital Markets & Advisory

O Credit Suisse tem conhecimento local e experiência global em fusões e aquisições, em colocações primárias e secundárias de ações e em instrumentos de dívida. Além disso, mantém a liderança consolidada em *investment banking* na América Latina desde 2005 (Fonte: Thomson Reuters e Dealogic entre 1º de janeiro de 2005 e 30 de dezembro de 2020).

Líder em fusões e aquisições: O Credit Suisse é líder no *ranking* de Fusões e Aquisições (M&A) na América Latina, entre 2005 e 2020, com volume de US\$393 bilhões, em transações acima de US\$100 milhões (Fonte: Thomson Reuters e Dealogic. Considera transações anunciadas acima de US\$100 milhões entre 1º de janeiro de 2005 e 30 de dezembro de 2020).

Líder em emissões de ações: No segmento de Ofertas de Ações (ECM) na América Latina, o Credit Suisse é líder entre 2005 e 2020, com volume de US\$44 bilhões (Fonte: Dealogic. Considera valor proporcional repartido entre coordenadores das ofertas para transações entre 1º de janeiro de 2005 e 30 de dezembro de 2020).

Líder em IPOs: No segmento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) na América Latina, o Credit Suisse é o líder entre 2005 e 2020, com volume de US\$26 bilhões (Fonte: Dealogic. Considera valor proporcional repartido entre coordenadores das ofertas para transações entre 1º de janeiro de 2005 e 30 de dezembro de 2020).

Corretora líder

O Credit Suisse é a maior corretora dos últimos 12 anos em negociação de ações no Brasil, com uma participação de 10,5% no período. (Fonte: Bloomberg. Considera apenas companhias negociadas no índice Ibovespa).

A Corretora do Credit Suisse tem foco no atendimento a clientes estrangeiros (não residentes) e institucionais, atua em negociação de ações e opções, negociação eletrônica, colocações de ações em blocos, IPOs e “*follow-ons*”, estruturação de derivativos de renda variável e elaboração e distribuição de análises fundamentalistas (setorial e por empresas alvo de investimentos).

A Corretora do Credit Suisse trabalha em conjunto com uma experiente equipe de vendas da América Latina, com vendedores no Brasil e nos Estados Unidos e tem o apoio de uma das mais reconhecidas equipes de análise de ações da América Latina.

International Wealth Management Brasil

A divisão de International Wealth Management Brasil é um dos principais administradores de recursos no segmento de wealth management para clientes brasileiros no Brasil e no mundo.

Nossa estratégia de gestão é a ser oUm parceiro para todas as fases da sua vida:

Gestão de portfólios exclusivos e produtos diferenciados: Participação do CIO do IWM Brazil Brasil no comitê global de investimentos do Credit Suisse, definição dos cenários internacional e local para elaboração do asset allocation estratégico e tático e gestão de mais de 1.000 produtos e portfólios exclusivos.

Proximidade direta ao time de gestão e especialistas: Equipe multidisciplinar incluindo estrategistas, economistas, investors, analistas de empresas e traders, e um investidor/especialista dedicado a cada portfólio exclusivo com foco em enquadramento do portfólio às condições do mercado, visando alocação estrutural e tática.

Acesso à plataforma global de investimentos: Expertise e pioneirismo em seleção de oportunidades em ativos líquidos e ilíquidos globais e locais, composições e alternativas de investimento, com a incorporação e experiência dos relatórios de research do Credit Suisse Global.

Filosofia de gestão e controle de riscos: Análise e monitoramento completos de produtos e ativos, transparência e detalhamento em relatórios gerenciais de conta e fundos, sistema proprietário de gestão, monitoramento e controle de mandatos personalizados para fundos exclusivos de acordo com os objetivos de cada família.

Expertise para desenvolver soluções de investimento em: Wealth Advisory (Planejamento sucessório, patrimonial e investimentos sociais via nosso Instituto CSHG); Estruturas exclusivas (Fundos restritos e estruturados, abertos e fechados); Fundos de investimento (Fundos de investimento próprios e do mercado); Soluções estruturadas (Estruturas de investimento, proteção (*hedge*), empréstimos e emissão de dívida); Operações de renda fixa e variável (Títulos públicos, títulos privados, ações, derivativos e câmbio); Investimentos alternativos (Fundos imobiliários, Private Equity & Venture Capital, Club Deals, ativos estressados e infraestrutura); Produtos de previdência (Fundos de investimento previdenciários).

CSHG Real Estate – Produtos imobiliários

A área de Investimentos Imobiliários da Credit Suisse Hedging-Griffo iniciou suas operações em 2003, com o objetivo de prover aos clientes alternativas de investimentos no mercado imobiliário por meio de estruturas e instrumentos sofisticados do mercado de capitais.

Atualmente, a CSHG possui produtos imobiliários voltados para os segmentos comercial (escritórios e imóveis corporativos), logístico e industrial e recebíveis imobiliários.

Responsabilidade social e cultural

Criado em 2003, o Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo (Instituto CSHG) é o principal veículo de investimento social do Credit Suisse no Brasil. O Instituto CSHG seleciona criteriosamente projetos sociais, primordialmente na área da educação, e acompanha sua execução de forma próxima e permanente.

Em 2020 foi investido um total de R\$7,4 milhões em 21 projetos sociais de sua carteira anual, além de ter apoiado mais de 40 organizações no combate à covid por meio de ações de acesso à cesta básica, promoção da educação pública e inclusão digital.

Atualmente, alguns dos parceiros do Instituto CSHG nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo são: Instituto Pró-Saber SP, Todos pela Educação, Redes da Maré, Instituto Rodrigo Mendes, Fundo de Bolsas do Insper, entre outros.

XP

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R\$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R\$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca “XP” (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas “Rico” (www.rico.com.vc) e “Clear” (www.clear.com.br).

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.777.000 (dois milhões, setecentos e setenta e sete mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R\$660 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R\$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R\$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R\$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$7,3 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R\$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US\$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R\$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R\$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R\$2,0 bilhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R\$5,8 bilhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R\$637 milhões; IPO da C&A no valor de R\$1,6 bilhão; IPO do Banco BMG no valor de R\$1,3 bilhão; *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R\$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R\$9,2 bilhões; e no *follow-on* de Unidas no valor de R\$1,8 bilhão.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R\$1,1 bilhão; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R\$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R\$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R\$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R\$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R\$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R\$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R\$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R\$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R\$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R\$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R\$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R\$1,0 bilhão; Re-IPO da JSL no valor de R\$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R\$621 milhões, *follow-on* da Suzano no valor de R\$6,9 bilhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R\$4,0 bilhões; IPO da Enjoei no valor de R\$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R\$584 milhões; IPO da Aura Minerals no valor de R\$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R\$982 milhões; IPO da 3R Petroleum no valor de R\$600 milhões; IPO da Alphaville no valor de R\$306 milhões; e IPO da Rede D'Or São Luiz no valor de R\$10,1 bilhões.

E em 2021, a XP atuou no *follow-on* da Locaweb no valor de R\$2,4 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R\$1,7 bilhão; IPO da Mosaico no valor de R\$1,1 bilhão; IPO da Jalles Machado no valor de R\$651,5 milhões; IPO da Bemobi no valor de R\$1,1 bilhão; IPO da Westwing no valor de R\$1,0 bilhão; IPO da Orizon no valor de R\$486,9 milhões; IPO da CSN Mineração no valor de R\$4,6 bilhões; *follow-on* da 3R Petroleum no valor de R\$822,8 milhões; IPO da Allied no valor de R\$197,4 milhões; IPO da Blau no valor de R\$1,3 bilhão; IPO da Boa Safra no valor de R\$460,0 milhões; IPO da G2D no valor de R\$281,1 milhões; IPO da BR Partners no valor de R\$400,4 milhões; *follow-on* da Petrobras Distribuidora no valor de R\$11,4 bilhões; IPO da CBA no valor de R\$1,4 bilhão; IPO da Multilaser no valor de R\$1,9 bilhão; *follow-on* de Grupo Soma de Moda no valor de R\$883,4 milhões; IPO de Agrogalaxy no valor de R\$350,0 milhões; *follow-on* de Magazine Luiza no valor de R\$3,4 bilhões; IPO de Unifique no valor de R\$818,1 milhões; e IPO de Brisanet no valor de R\$1,3 bilhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

Citi

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, *project finance* e empréstimos sindicalizados. Com *know-how* internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R\$120,2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, entre 2009 e 2012, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da (i) Redecard S.A., no montante de R\$2,2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R\$836 milhões (julho de 2009); (ii) EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R\$442 milhões (novembro de 2009); (iii) Hypermarcas S.A., no montante de R\$1,2 bilhão (abril de 2010); (iv) Banco do Brasil S.A., no montante de R\$9,8 bilhões (agosto de 2010); (v) HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R\$2,4 bilhões (outubro de 2010); (vi) BTG Pactual S.A., no montante de R\$3,2 bilhões (abril de 2012); (vii) Brazil Pharma S.A., no montante de R\$481 milhões (junho de 2012); e (viii) SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R\$143,8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R\$11,5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R\$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R\$5,5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R\$2,6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R\$1,5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R\$2,0 bilhões (abril de 2017); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R\$1,2 bilhão (setembro de 2017); (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R\$876 milhões (outubro de 2017); e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$5,0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R\$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$2,7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R\$1,2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R\$5,1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$3,0 bilhões (dezembro de 2018); e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R\$1,4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R\$3,0 bilhões (abril de 2019); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R\$1,1 bilhões (abril de 2019); (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$2,7 bilhões (abril de 2019); (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R\$3,7 bilhões (junho de 2019); (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R\$2,5 bilhões (julho de 2019); (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$7,4 bilhões (julho de 2019); (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$9,6 bilhões (julho de 2019); (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R\$2,7 bilhões (outubro de 2019); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R\$1,8 bilhões (outubro de 2019); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R\$9,3 bilhões (dezembro de 2019); (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$5,0 bilhões (dezembro de 2019); e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R\$1,8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R\$22,0 bilhões (fevereiro de 2020); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R\$4,4 bilhões (julho de 2020); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R\$8,2 bilhões (agosto de 2020); (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R\$6,4 bilhões (agosto de 2020); (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R\$3,4 bilhões (setembro de 2020); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R\$2,2 bilhões (setembro de 2020); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R\$5,6 bilhões (outubro de 2020); (viii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A., no montante de R\$1,1 bilhão (novembro de 2020); (ix) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$3,8 bilhões (dezembro de 2020); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Rede D'Or Sao Luiz S.A., no montante de R\$11,4 bilhões (dezembro de 2020); e (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Neogrid Software S.A., no montante de R\$486 milhões (dezembro de 2020).

Em 2021, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Light S.A., no montante de R\$2,7 bilhões (janeiro de 2021); (ii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Petro Rio S.A., no montante de R\$2,0 bilhões (janeiro de 2021); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Intelbras S.A., no montante de R\$1,3 bilhão (fevereiro de 2021); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Jalles Machado S.A., no montante de R\$691 milhões (fevereiro de 2021); (v) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Focus Energia Holding Participações S.A., no montante de R\$773 milhões (fevereiro de 2021); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Westwing Comércio Varejista S.A., no montante de R\$1,0 bilhão (fevereiro de 2021); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CSN Mineração S.A., no montante de R\$5,0 bilhões (fevereiro de 2021); (viii) coordenador na oferta de debêntures participativas da Vale S.A. detidas pelo BNDES, no montante de R\$11,6 bilhões (fevereiro de 2021); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Blau Farmaceutica S.A., no montante de R\$1,1 bilhão (abril de 2021); (x) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Hapvida Assistencia Medica Ltda., no montante de R\$2,7 bilhões (abril de 2021); e (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da GPS – Predial Sistemas de Seguranca Ltda., no montante de R\$2,2 bilhões (abril de 2021).

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos conglomerados financeiros que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial relevante com o Itaú BBA e/ou demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- Contrato de venda de energia no valor total de R\$2 milhões contratados para 2 mega médio/mês, celebrado em 11 de abril de 2020 e com vencimento em 10 de janeiro de 2022. Tal operação não conta com garantias.
- 1 Cédula de Crédito Bancário, para capital de giro, emitida em 30 de junho de 2021 e com vencimento em 27 de dezembro de 2021, no valor total de R\$2.000.000.000,00, e taxa efetiva de CDI + 3,85% ao ano. Tal operação não conta com quaisquer garantias.
- Atuação como coordenador, em conjunto com outros bancos, na distribuição pública com esforços restritos de colocação (nos termos da Instrução CVM nº476), da 1ª emissão de debêntures pela Ares 2 Participações S.A., emitidas em 28/04/2021, no valor total de R\$400.000.000,00, com vencimento em 15/06/2030 e taxa de IPCA + 6.40% ao ano, as quais contam com garantia de alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Atuação como coordenador, em conjunto com outros bancos, na distribuição pública com esforços restritos de colocação (nos termos da Instrução CVM nº476), da 1ª emissão de debêntures pela Ares One Participações Participações S.A., emitidas em 14/04/2021, no valor total de R\$100.000.000,00, com vencimento em 12/01/2022 e taxa de DI + 2.00% ao ano, as quais contam com garantia de alienação fiduciária de ações.
- 39 operações de “Termo de Moedas” celebradas em 24 de junho de 2021 e com vencimento entre julho de 2022 e maio de 2023, no valor total de R\$123.127.316,63 e taxas efetivas entre 0.80% e 6.90% ao mês. Tais operações contam com garantia de aval.
- 5 operações de Letras de Crédito celebradas entre junho de 2021 e julho de 2021 e com vencimento entre setembro de 2021 e novembro de 2021, no montante total de R\$144.674.547,13 e taxa efetiva de 0,80% ao ano. Tais operações não contam com garantias.
- 26 operações de Carta Fiança celebradas entre setembro de 2019 e maio de 2021 e com vencimento entre dezembro de 2021 e maio de 2024, no montante de R\$714.944.014,96 e taxas efetivas entre 1,10% e 2,50% ao ano. Tais operações contam com garantias de alienações fiduciárias, cessões fiduciárias, e fiança solidária e contratual.
- Prestação de serviços de Cash Management, contratado em janeiro de 2002, sem data de vencimento e perfazendo volume financeiro médio mensal transacionado de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com tarifas que variam entre R\$1,20 (um real e vinte centavos) e R\$10,00 (dez reais) por operação. Tais serviços não contam com quaisquer garantias.

Além do previsto acima, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, exceto pelos já mencionados.

A Companhia e suas controladas poderão vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia e suas controladas podem, ou poderão no futuro vir a, deter participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Adicionalmente, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com total return swap). O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 91 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico possuem o relacionamento comercial com o BTG Pactual e demais sociedades de seu conglomerado econômico abaixo indicado:

- A Companhia, realizou com o BTG Pactual, no âmbito do regular desempenho de suas atividades de comercialização de energia, quatro operações de compra e seis operações de venda de energia, sendo que (i) as operações de compra possuem data de início do fornecimento entre março de 2021 e janeiro de 2022 e fim do fornecimento entre março de 2021 e dezembro de 2022, no valor global de aproximadamente R\$51,99 milhões, e com valor realizado total, nos últimos 12 meses de, aproximadamente, R\$4,05 milhões; e (ii) as operações de venda possuem data de início do fornecimento entre julho de 2020 e outubro de 2021 e fim do fornecimento entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021, no valor global de aproximadamente R\$46,3 milhões e com valor realizado total, nos últimos 12 meses de, aproximadamente, R\$28,2 milhões.
- A Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, sociedade pertencente ao conglomerado econômico da Companhia, realizou com o BTG Pactual, no âmbito do regular desempenho de suas atividades de comercialização de energia, nove operações de compra e nove operações de venda de energia, sendo que (i) as operações de compra possuem data de início do fornecimento entre outubro de 2020 e julho de 2021 e fim do fornecimento entre outubro de 2020 e dezembro de 2021, no valor global de aproximadamente R\$15,6 milhões, e com valor realizado total, nos últimos 12 meses de, aproximadamente, R\$12,07 milhões e (ii) as operações de venda possuem data de início do fornecimento entre abril de 2021 e novembro de 2021 e fim do fornecimento entre abril de 2021 e novembro de 2021, no valor global de aproximadamente R\$17,8 milhões e com valor realizado total, nos últimos 12 meses de, aproximadamente, R\$12,59 milhões.
- O BTG Pactual adquiriu participação societária no capital social da Perfin Administração de Recursos Ltda. (“Perfin”) equivalente a 35% do capital social total da Perfin, sendo 25,33% em quotas com direito a voto e 9,67% em quotas sem direito a voto, cujo *closing* ocorreu em 24 de agosto de 2021.
- Em 16 de agosto de 2021, a Bom Nome Solar S.A. contratou BTG Pactual para a realização de operações de câmbio financeiro, na modalidade venda em dólar americano nos valores de aproximadamente US\$11 mil e de aproximadamente R\$56,5 mil.
- Em 28 de julho de 2021, a Solatio Energia Gestao De Projetos De Castilho contratou o BTG Pactual para a realização de operações de câmbio importação, em dólar americano nos valores de aproximadamente US\$6,08 milhões e de aproximadamente R\$31,2 milhões.
- A Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A., contratou com o BTG Pactual operação de Fiança Bancária, em 26 de junho de 2020, com vencimento até a integral quitação do financiamento de longo prazo, no valor total objeto da Fiança atualizado de, respectiva e aproximadamente, R\$166,8 milhões. A remuneração total obtida pela Fiança Bancária foi de aproximadamente 0,90% a título de comissão de estruturação, 1,50% ao mês a título de comissão de fiança bancária e 0,75% a título de comissão de compromisso. Tal operação conta com garantias de cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de ações da sociedade integrante do grupo da Companhia, conforme acima, garantia fidejussória e alienação fiduciária de aerogeradores.

- A Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) de emissão do BTG Pactual, com remuneração equivalente a 102,75% do CDIE, com saldo bruto na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$29,1 milhões, sendo que a emissão de tal CDB foi em 12 de agosto de 2021 e com vencimento em 12 de agosto de 2022. O saldo inicial de tal operação era de, aproximadamente, R\$28,9 milhões.
- A Bom Nome Solar S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicação financeira em CDB de emissão do BTG Pactual, com remuneração equivalente a 103% do CDIE, com saldo bruto na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$8,9 milhões, sendo que a emissão de tal CDB foi em 06 de maio de 2021 e com vencimento em 06 de maio de 2022. O saldo inicial de tal operação era de, aproximadamente, R\$8,8 milhões.
- A Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicação financeira em CDB de emissão do BTG Pactual, com remuneração equivalente a 102,75% do CDIE, com saldo bruto na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$14,07 milhões, sendo que a emissão de tal CDB foi em 10 de agosto de 2021 e com vencimento em 10 de agosto de 2022. O saldo inicial de tal operação era de, aproximadamente, R\$14,00 milhões.
- Em 13 de setembro de 2021, a Vale S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 15.421 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$58,44, com remuneração de 80% do DI, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$901,8 mil, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 08 de julho de 1997. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$901,2 mil.
- Em 13 de setembro de 2021, a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 101 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$997,74, com remuneração de 80% do DI e taxa de juros de 1,35%, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$100,8 mil, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 15 de maio de 2018. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$100,7 mil.
- Em 13 de setembro de 2021, a Klabin S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 16 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$9.521,30, com remuneração de 80% do DI, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$152,4 mil, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 19 de março de 2019. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$152,3 mil.
- Em 09 de setembro de 2021, a Klabin S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 96 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$9.527,31, com remuneração de 80% do DI, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$915,4 mil, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 19 de março de 2019. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$914,6 mil.
- Em 09 de setembro de 2021, a MRV Engenharia e Participações S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 21 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$9.491,98, com remuneração de 80% do DI e taxa de juros de 1,7%, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$199,5 mil, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 05 de julho de 2018. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$199,3 mil.

- Em 09 de setembro de 2021, a Klabin S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 38 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$9.529,59, com remuneração de 80% do DI, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$362,4 mil, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 19 de março de 2019. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$362,1 mil.
- Em 09 de setembro de 2021, a AETE – Amazônia Empresa Transmissora de Energia, sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 864 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$959,79, com remuneração de 80% do DI e taxa de juros de 2,7%, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$829,5 mil, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 10 de setembro de 2020. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$828,7 mil.
- Em 09 de setembro de 2021, a Companhia Energética de Pernambuco, sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 24 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$8.710,15, com remuneração de 80% do DI, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$209,2 mil, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 15 de abril de 2019. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$209,0 mil.
- Em 09 de setembro de 2021, a Vale S.A., sociedade do conglomerado econômico da Companhia, realizou aplicações financeiras em 43.746 debêntures compromissadas pelo preço de custo de R\$58,68, com remuneração de 80% do DI, com saldo bruto consolidado, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R\$2,569 milhões, sendo que a emissão de tais debêntures compromissadas ocorreu em 08 de julho de 1997. O valor de custo de tal operação era de, aproximadamente, R\$2,567 milhões.
- A Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A., contratou com o BTG Pactual operação de Fiança Bancária, em 26 de junho de 2020, com vencimento até a integral quitação do financiamento de longo prazo, no valor total objeto da Fiança de aproximadamente, R\$166,8 milhões. A remuneração total obtida pela Fiança Bancária foi de aproximadamente 0,90% a título de comissão de estruturação, 1,50% ao ano a título de comissão de fiança bancária e 0,75% ao ano a título de comissão de compromisso. Tal operação conta com garantias de cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de ações da sociedade integrante do grupo da Companhia, conforme acima, alienação fiduciária de aerogeradores e garantia fidejussória.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para a prestação de serviços financeiros, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, formador de mercado, crédito ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não as Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia.

Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá influenciar a demanda e os preços das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações” deste Prospecto.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. O Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão prestar no futuro serviços financeiros à Companhia no contexto de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, assessoria financeira, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, serviços de corretagem, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta. Para informações adicionais, ver seção “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia”, na página 91 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com total return swap). A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 91 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, considerando as informações prestadas acima, não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia ou qualquer sociedade de seu grupo econômico e a XP e seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 91 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, considerando as informações prestadas acima, não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia ou qualquer sociedade de seu grupo econômico e o Citi e seu grupo econômico.

**INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS
CONSULTORES, O ASSESSOR FINANCEIRO E OS AUDITORES**

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Comerc Participações S.A.

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Cj.211
CEP 04543-907, São Paulo, SP
At.: Sr. Fernando Souza Oliveira
Tel.: +55 (11) 4573-0700
www.comerc.com.br/ri

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500,
1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
Fax: +55 (11) 3708-8107
<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/>

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477,
14º andar
04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
<https://www.btgpactual.com>

**Banco de Investimentos Credit Suisse
(Brasil) S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700,
10º andar (parte) e 12º a 14º (partes) andares
04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo de la Peña
Tel.: +55 (11) 3701-6401
<https://www.credit-suisse.com/br/pt/investment-banking.html>

**XP Investimentos Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul,
30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (11) 4871-4277
<http://www.xpi.com.br>

**Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de
Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.111, 14º andar (parte)
01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2011
<https://corporateportal.brazil.citibank.com/>

**Consultores Legais Locais
dos Coordenadores da Oferta**

Lefosse Advogados

Rua Tabapuã, nº 1.277, 14º andar
04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Ricardo Prado
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

**Consultores Legais
Locais da Companhia**

**Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e
Quiroga Advogados**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sra. Vanessa Fiusa
Tel.: +55 (11) 3147-7600
www.mattosfilho.com.br/

**Consultores Legais Externos
dos Coordenadores da Oferta**

Davis Polk & Wardwell LLP

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek,
nº 2041, Torre E – CJ 17/A,
04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Maurice Blanco
Tel.: +55 (11) 4871-8400
www.davispolk.com

**Consultores Legais
Externos da Companhia**

Simpson Thacher & Bartlett LLP

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek,
nº 1455, 12º andar, CJ. 121
CEP 04544-140, São Paulo, SP
At.: Sr. Grenfel Calheiros / Todd Crider
Tel.: +55 (11) 3546-1000
www.stblaw.com

Assessor Financeiro

Laplace Finanças Empreendimentos e Participações Ltda.

Rua Jerônimo da Veiga, 384, 8º andar
04536-001, São Paulo, SP
At.: Sr. André Berenguer
Tel.: +55 (11) 3143-4050
www.lplc.com.br

Auditores Independentes

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 8º andar,
São Paulo Corporate Towers, Torre Norte, Vila Nova Conceição
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Adilvo França Junior
Tel.: +55 (11) 2573-0000
www.ey.com.br

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 181.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos provenientes da Oferta obtidos por nós serão, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta, de aproximadamente R\$1.470.529.421,44, com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto.

Os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados para: (i) investimentos em novos projetos e em projetos de expansão para geração centralizada de energia, (ii) investimentos em geração distribuída de energia; (iii) desenvolvimento do segmento de soluções em energia (incluindo projetos de eficiência energética e de desenvolvimento de softwares para os negócios); e (iv) desenvolvimento dos serviços oferecidos (medições e equipamentos de IoT e desenvolvimento de novas aplicações para nossos sistemas de gestão dos clientes – Power View).

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que pretendemos dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Destinação	Percentual Estimado (%) ⁽¹⁾	Valor Estimado Líquido ⁽²⁾⁽³⁾
		<i>(Em milhares de reais)</i>
Investimentos em novos projetos de geração centralizada de energia	80%	1.099.987
Investimentos em geração distribuída de energia	11,5%	158.123
Desenvolvimento do segmento de soluções em energia	6%	82.499
Desenvolvimento de melhorias nos serviços oferecidos	2,5%	34.375
Total	100%	1.374.983

(1) No caso de exercício das Ações Adicionais e/ou Suplementares, a destinação dos recursos permanecerá a mesma e os percentuais serão mantidos.

(2) Após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

(3) Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

Geração centralizada de energia

Pretendemos utilizar 80% dos recursos líquidos provenientes da Oferta para suportar e acelerar investimentos em projetos de geração centralizada distribuída de energia.

Em particular, pretendemos investir em 6 projetos solares, que totalizam, em conjunto, 1.468 MWp de capacidade instalada (proporcional à participação da Companhia em cada projeto), e em mais 2 projetos eólicos que totalizam, em conjunto, 1793 MW de capacidade instalada (proporcional à participação da Companhia em cada projeto), conforme indicados abaixo, cujas principais características, inclusive o estágio em que se encontram, estão descritas no item 7.9, subitem 7.3 do Formulário de Referência, a partir da página 1195 deste Prospecto.

Dentre tais 8 projetos, pretendemos investir:

- 68% dos recursos líquidos provenientes da Oferta em projetos de geração de energia solar localizados em Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, incluindo Castilho, Bon Nome, Hélio Valgas, São João Paracatu, Várzea e Coromandel;
- 12% dos recursos líquidos provenientes da Oferta em projetos de geração de energia eólica localizados na Bahia e no Rio Grande do Norte, incluindo Babilônia e RDVF1.

Geração distribuída de energia

Pretendemos destinar cerca de 11,5% dos recursos líquidos provenientes da Oferta para investimentos em geração distribuída de energia.

Em particular, pretendemos investir em projetos na área de concessão da CEMIG, no estado de Minas Gerais, que totalizam, em conjunto, 129 MWp de capacidade instalada (proporcional à participação da Companhia em cada projeto). As principais características, inclusive o estágio em que se encontram, estão descritas no item 7.9, subitens 7.1 e 7.3 do Formulário de Referência, a partir da página 1132 deste Prospecto.

Para tanto, estimamos que os investimentos serão alocados em benefício dos 51 projetos descritos no item 7.9, subitens 7.1 e 7.3 do Formulário de Referência, sendo certo, todavia, que a Companhia poderá realocar os recursos destinados a investimentos em geração distribuída de energia para outros projetos da mesma natureza ao longo da implantação dos projetos. Assim, os 51 projetos descritos no item 7.9, subitens 7.1 e 7.3 do Formulário de Referência poderão ser otimizados ou substituídos ao longo da sua implantação, ressalvado que os projetos de geração distribuída de energia que receberão recursos provenientes da Oferta deverão totalizar, em conjunto, capacidade de 129 MWp (proporcional à participação da Companhia em cada projeto).

Dentre tais projetos de geração distribuída de energia, pretendemos investir:

- 3,4% dos recursos líquidos provenientes da Oferta em projetos integralmente detidos pela Companhia; e
- 8,1% dos recursos líquidos provenientes da Oferta em projetos nos quais a Companhia atua em conjunto com outros investidores (não partes relacionadas).

Segmento de soluções em energia

Pretendemos destinar cerca de 6% dos recursos líquidos provenientes da Oferta para investimentos no desenvolvimento de soluções em energia (incluindo projetos de eficiência energética e de desenvolvimento de softwares para os negócios).

No contexto de eficiência energética, pretendemos alocar cerca de 4% dos recursos líquidos provenientes da Oferta, investindo prioritariamente nas seguintes aplicações: motores, ar comprimido, subestações, iluminação e refrigeração.

Adicionalmente, pretendemos investir em novas aplicações de tecnologia para as nossas operações de colocação de energia, na modalidade de varejo, especialmente no âmbito de nossas controladas, Sou Vagalume e Comerc Futuro, descritas nos itens 6.3 e 7.1 do Formulário de Referência, a partir da página 1127 deste Prospecto. Estimamos um investimento de cerca de 2% dos recursos líquidos provenientes da Oferta nesses negócios, com o principal intuito de alavancar o crescimento da Companhia.

Segmento de serviços

Estimamos investir cerca de 2% dos recursos líquidos auferidos na Oferta em nosso segmento de serviços, de forma a aprimorar nossas atividades de prestação de serviços e alavancar nossa conexão com clientes. Para tanto, pretendemos investir no desenvolvimento de software e de hardware utilizados em nossas atividades, para fins de aprimoramento de medidores de consumo de energia e de equipamentos de IoT – Internet of Things. Além disso, esperamos investir no desenvolvimento de novas aplicações para nossos sistemas de gestão de clientes (Power View), com o intuito de fomentar nosso relacionamento com clientes.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta depende de diversos fatores que não podemos garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos por nós captados por meio da Oferta sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta nas tabelas acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, poderemos efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para nós.

Um aumento (redução) de R\$1,00 (um real) no Preço por Ação, após a dedução das despesas e comissões estimadas da Oferta e das despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, o valor dos recursos líquidos a serem captados por nós na Oferta em R\$78,8 milhões. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos por nós em decorrência da Oferta na nossa situação patrimonial, veja a seção “Capitalização” na página 119 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, representada por empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e patrimônio líquido em 30 de junho de 2021, indicando (i) a posição naquela data na coluna “Histórico”, conforme informações extraídas das nossas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021; (ii) os valores ajustados para refletir (a) a conclusão da Reorganização Societária (conforme definido na seção “Sumário da Companhia”, na página deste Prospecto), (b) os efeitos da captação de dívidas das Entidades Incorporadas descritas no item 10.9 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 1127, e (c) a integralização de capital da Mercury Renew S.A.; (iii) os valores ajustados para refletir o recebimento por nós dos recursos líquidos provenientes da Oferta, estimados em aproximadamente R\$1.374.983.354,00, com base no Preço por Ação que é o ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

O investidor deve ler as informações da tabela abaixo em conjunto com as nossas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e suas respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, e com as seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Em 30 de junho de 2021			
	Reorganização Societária e Eventos Recentes ⁽¹⁾		Ajustado Pós-Oferta ⁽¹⁾⁽²⁾
	Histórico (em milhares de R\$)	Eventos Recentes ⁽¹⁾ (em milhares de R\$)	Pós-Oferta ⁽¹⁾⁽²⁾ (em milhares de R\$)
Empréstimos e financiamentos (circulante)	250	322.460	322.460
Empréstimos e financiamentos (não circulante).....	3.762	507.624	507.624
Passivo de arrendamento (circulante)	3.518	5.439	5.439
Passivo de arrendamento (não circulante).....	9.427	61.688	61.688
Patrimônio líquido	329.481	1.507.337	2.882.320
Capitalização Total⁽³⁾	346.438	2.404.548	3.779.531

⁽¹⁾ Ajustado para refletir (i) a conclusão da Reorganização Societária, os valores apresentados são resultantes da incorporação dos saldos contábeis da Doc 88 Desenvolvimento, Serviços Ltda. e Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda., Grupo Ares 1, Ares 2 Participações S.A., Mori Energia Holding S.A. e Mercury Renew Participações S.A., conforme informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas de 30 de junho de 2021 da Companhia que foram compiladas a partir das demonstrações financeiras históricas das entidades envolvidas. Para mais informações veja os itens “6.3 Breve Histórico”, “15.7 Principais operações societárias” e “15.8 Outras informações relevantes” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 1127, (ii) os efeitos da captação de dívidas das Entidades Incorporadas, no montante de R\$ 183.095 mil, impactando os empréstimos e financiamentos (circulante), descritas no item 10.9 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 1127 e (iii) a integralização de capital da Mercury Renew S.A., no montante de R\$ 146.023 mil, realizada em 15 de julho de 2021.

⁽²⁾ Ajustado para refletir a Reorganização Societária, Eventos Recentes e o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), estimados em R\$1.374.983 mil, líquidos de comissões e despesas estimadas em R\$95.556 mil, com base no Preço por Ação de R\$17,72, considerando o ponto médio da Faixa Indicativa.

⁽³⁾ Capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$17,72 em decorrência da colocação das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, aumentaria (reduziria) o valor da nossa capitalização total em R\$78,8 milhões. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve alteração relevante em nossa capitalização total desde 30 de junho de 2021.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o nosso valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R\$329.481 mil e o valor patrimonial por ação de sua emissão, na mesma data, era de (i) R\$1,27; (ii) R\$3,80, considerando o Grupamento de Ações; ou (iii) R\$1.507.337 mil considerando a conclusão da Reorganização Societária. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do nosso patrimônio líquido consolidado dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de junho de 2021.

Considerando: (i) a colocação das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, pelo Preço por Ação de R\$17,72 que é o ponto médio da Faixa Indicativa; (ii) o Grupamento de Ações; (iii) a conclusão da Reorganização Societária; e (iv) a conclusão da Oferta; após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de junho de 2021 seria de R\$3.761.601 mil, representando um valor patrimonial de R\$8,84 por ação de emissão da Companhia. Isso representaria (i) um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia correspondente a R\$5,04 para os acionistas existentes; e (ii) uma diluição imediata do valor patrimonial contábil por ação de R\$8,88 para os novos investidores, adquirentes de Ações no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o preço por ação ordinária de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e considerando os impactos da realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, do Grupamento de Ações e da conclusão da Reorganização Societária.

	Após a Oferta⁽⁶⁾
	<i>(em Reais, exceto percentagens)</i>
Preço por Ação ⁽¹⁾	17,72
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021	1,27
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021 ajustado para refletir o Grupamento de Ações ⁽²⁾	3,80
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021 ajustado para refletir a conclusão da Reorganização Societária ⁽³⁾	6,20
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021 ajustado para refletir o Grupamento de Ações ⁽²⁾ , a conclusão da Reorganização Societária ⁽³⁾ e a Oferta	8,84
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de junho de 2021 para os atuais acionistas	5,04
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para novos investidores ⁽⁴⁾	8,88
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta⁽⁵⁾	50,12%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,72, que é o ponto médio da Faixa Indicativa indicada na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Considerando o Grupamento de Ações. Para mais informações veja o item “17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 1442 deste Prospecto.

⁽³⁾ Considerando a conclusão da Reorganização Societária, através da emissão de 156.389.431 ações ordinárias e subscrição das mesmas proporcionalmente pelos acionistas das Entidades Incorporadas. De modo que a Companhia, ao final desses eventos, possuía 243.108.754 ações ordinárias. Valores apresentados são baseados em nossas Informações Financeiras *Pro Forma* relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para mais informações veja os itens “6.3 Breve Histórico” e “15.8 Outras informações relevantes” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 1127 deste Prospecto.

⁽⁴⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽⁵⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

⁽⁶⁾ Considera os recursos advindos da Oferta, após a dedução de comissões e despesas e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial contábil das Ações e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção “*Informações Sobre a Oferta – Preço por Ação*”, na página 51 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, acarretaria um acréscimo (diminuição), após a conclusão da Oferta: (i) de R\$78,8 milhões no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) de R\$0,24 no valor do patrimônio líquido contábil por ação de nossa emissão, considerando o Grupamento de Ações; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação de nossa emissão aos investidores desta Oferta em R\$0,76 por ação de emissão da Companhia, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Planos de Remuneração Baseada em Ações

Na data deste Prospecto, a Companhia possui um único plano de remuneração baseado em ações, ou seja, Plano de Outorga de Ações para conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu Controle, conforme definido no Plano, e ainda conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de sociedades em que a Companhia detenha participação relevante e influência significativa e/ou pessoas físicas que forem prestadores de serviços da Companhia, de suas controladas e/ou de sociedades em que a Companhia detenha participação relevante e influência significativa (“**Participantes**” e “**Plano**”, respectivamente). O Plano foi aprovado pela assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 06 de agosto de 2021.

Os principais objetivos do Plano consistem em (i) atrair e reter os conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia e de sociedades sob o seu Controle; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) estimular a permanência dos conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou das sociedades sob o seu Controle.

Em 06 de agosto de 2021, foi realizada a reunião do Conselho de Administração da Companhia, na qual foi aprovado o 1º Programa de Outorga de Ações, o Plano de Retenção (“**1º Programa**”), e o 2º Programa de Outorga de Ações, o Plano de Incentivo de Longo Prazo (“**2º Programa**” e, em conjunto com o 1º Programa “**Programas**”), ambos no âmbito do Plano.

O total de ações entregues por meio do Plano, incluindo os Programas, não poderá ultrapassar o limite máximo de 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a liquidação financeira da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. Tal percentual poderá ser objeto de ajustes nos termos do Plano, em casos de bonificações, desdobramentos ou grupamento de ações.

A eficácia do Plano e dos Programas está sujeita, nos termos do Artigo 125 do Código Civil, à liquidação financeira da Oferta na B3. Caso a Oferta não seja liquidada até 31 de dezembro de 2021, o Plano e os Programas a eles relacionados serão automaticamente extintos, sem que tenham produzido quaisquer efeitos.

Na data deste Prospecto, a administração da Companhia ainda não havia outorgado Ações aos Participantes, no âmbito do Plano.

Uma vez concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Companhia poderá deliberar a respeito da aprovação da outorga da totalidade de Ações previstas no 1º Programa e de parte das Ações previstas no 2º Programa em favor dos seus Participantes. O total de ações que poderá ser objeto no âmbito do 1º Programa do 2º Programa representará o montante de, no máximo, 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a conclusão da Reorganização Societária, mas antes da conclusão da Oferta. Tal percentual poderá ser maior na hipótese de a incorporação das ações de Ares One Participações S.A. pela Companhia não ser concluída, em linha com o descrito no item 15.8 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 1412 deste Prospecto.

A Companhia pretende celebrar, na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, contratos de outorga com os Participantes do 1º Programa e do 2º Programa, sob condição suspensiva, em conformidade com os termos e condições do Plano, do 1º Programa e do 2º Programa. Os contratos de outorga, caso celebrados em tal data, terão sua eficácia sujeita à liquidação financeira da Oferta na B3, sendo certo que, caso a Oferta não seja liquidada até 31 de dezembro de 2021, os contratos de outorga serão automaticamente extintos, sem que tenham produzido quaisquer efeitos.

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e à regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da ICVM 567. Alternativamente, a Companhia poderá optar por realizar o pagamento do preço de referência das Ações em dinheiro. Considerando a forma de liquidação do Plano acima descrita, o Plano não causará diluição aos acionistas atuais ou novos investidores que subscreverem Ações no âmbito da Oferta.

Para mais informações, veja o item “13. Remuneração dos administradores” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 1353 deste Prospecto.

Histórico do preço pago por administradores e acionistas controladores em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos envolvendo subscrição de ações por administradores e/ou acionistas controladores:

Data de deliberação	Data de Emissão	Valor total da emissão (R\$)	Tipo de Aumento	Quantidade Total de Ações Ordinárias	Subscrição/ Capital Anterior	Preço emissão (R\$)	Fator cotação
31/12/2020	31/12/2020	154.645.270,00	Subscrição Particular	154.645.270	8,877455%	1,00	R\$ por unidade
15/03/2021	15/03/2021	6.320.079,00	Subscrição Particular	6.320.079	0,032612%	1,00	R\$ por unidade
31/03/2021	31/03/2021	8.623.330,86	Subscrição Particular	8.014.995	0,048341%	1,075899718	R\$ por unidade
01/04/2021	01/04/2021	175.000.000,00	Subscrição Particular	52.031.593	2,4%	3,3633411916	R\$ por unidade

Histórico de Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações de Ações

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações de sua emissão, à razão de 2,99999998846854:1, de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias da Companhia passaram a corresponder a 1 (uma) ação ordinária da Companhia, passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 (duzentas e sessenta milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentas e sessenta e oito) para 86.719.323 (oitenta e seis milhões, setecentas e dezenove mil, trezentas e vinte três) ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, de forma que o grupamento foi operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia. O grupamento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares.

Para informações detalhadas sobre o grupamento das ações ordinárias da Companhia, veja o item “17.3. Informações sobre Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações de Ações” do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO COMERC, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS DO GRUPO COMERC, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA ARES 2 PARTICIPAÇÕES S.A., REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MORI ENERGIA HOLDING S.A., REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA MERCURY INFRA PARTICIPAÇÕES S.A., EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O PERÍODO DE 8 DE SETEMBRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO ARES 1, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS DO GRUPO ARES 1, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ARES 2 PARTICIPAÇÕES S.A. REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MORI ENERGIA HOLDING S.A., REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MERCURY RENEW PARTICIPAÇÕES S.A., REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

ESTUDO DE VIABILIDADE PREPARADO PELA UHY BENDORAYTES

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social
da
Comerc Participações S.A.

CNPJ/ME nº 25.369.840/0001-57
NIRE 35.3.0057362-5

Denominação e Regência

Artigo 1º - A **Comerc Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações regida por este estatuto social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades por ações, em especial a lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das Sociedades por Ações").

Parágrafo Primeiro - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo - Em caso de conflito entre as regras deste estatuto social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Sede e Foro

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Objeto Social

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de energia ou infraestrutura ou que desenvolvam atividades afins, complementares ou de apoio às desenvolvidas pela Companhia ou suas subsidiárias.

Prazo de Duração

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

Capital Social

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 192.008.679,86 (cento e noventa e dois milhões, oito mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e seis centavos), representado por 86.719.323 (oitenta e seis milhões, setecentos e dezenove mil, trezentos e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - A cada ação ordinária corresponde 01 (um) voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas da Companhia.

Parágrafo Segundo - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Artigo 6º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de deliberação em assembleia geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de novas ações ordinárias, até que este atinja o limite de 446.041.379 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, quarenta e um mil, trezentos e setenta e nove) ações ordinárias, mediante deliberação do conselho de administração, que fixará, em cada caso, a quantidade de ações a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização. O limite do capital autorizado será automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramento de ações, de forma proporcional, para refletir a nova quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Parágrafo Primeiro - Observado o limite de aumento de capital autorizado, os acionistas da Companhia não terão direito de preferência em eventuais emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou permuta de ações em oferta pública de aquisição de controle.

Parágrafo Segundo - A Companhia pode, dentro do limite de capital autorizado, outorgar opção de compra ou subscrição de ações em favor de (i) administradores e empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle; ou (ii) pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo conselho de administração, observado o plano aprovado pela assembleia geral, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando também, nesta hipótese, o direito de preferência dos acionistas.

Artigo 7º - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, devendo ser respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Assembleias Gerais

Artigo 8º - A assembleia geral é o órgão deliberativo da Companhia, e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Artigo 9º - Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, neste estatuto social, ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia:

- (i) reformar o estatuto social;
- (ii) respeitados os limites fixados neste estatuto social, definir o número de membros efetivos e suplentes do conselho de administração e do conselho fiscal;
- (iii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal;

- (iv) fixar o montante global da remuneração dos administradores e a remuneração dos membros do conselho fiscal, se e quando instalado, e aprovar, alterar ou cancelar plano de outorga de opção de compra de ações;
- (v) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (vi) suspender o exercício de direito dos acionistas;
- (vii) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (viii) deliberar sobre as operações de resgate, reembolso, amortização, aquisição, cancelamento e alienação de ações de sua emissão;
- (ix) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (x) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações ou cisão envolvendo a Companhia;
- (xi) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (xii) apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; e
- (xiii) aprovar a participação em grupo de sociedades, nos termos do artigo 265 da lei 6.404/76.
- (xiv) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado ou decorrente de atingimento de Participação Acionária Relevante.

Artigo 10 - As assembleias gerais serão convocadas conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

Artigo 11 - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Artigo 12 - Os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

Artigo 13 - Antes de abrir-se a assembleia, os acionistas assinarão o 'Livro de Presença', indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

Parágrafo Primeiro - A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo presidente da mesa, logo após a instalação da assembleia.

Parágrafo Segundo - Os acionistas que comparecerem à assembleia após o encerramento da lista poderão participar da reunião, não lhes sendo conferido, porém, o direito de votar em qualquer deliberação social. Adicionalmente, não serão computadas suas ações na determinação do total de votos.

Artigo 14 - Os acionistas estarão legitimados a votar nas assembleias gerais mediante a apresentação, preferencialmente até 2 (dois) dias úteis de antecedência da data da respectiva assembleia geral, de (i) documento de identidade e (ii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações.

Artigo 15 - Todo acionista poderá participar e votar à distância em assembleia geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

Artigo 16 - Ressalvadas as exceções previstas em lei ou regulamentação aplicável, as deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único - A assembleia geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Artigo 17 - Eventuais acionistas dissidentes poderão, nas hipóteses previstas em lei, retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações.

Parágrafo Único - O valor de reembolso pago a eventuais acionistas dissidentes pelas suas ações será o menor entre os calculados com base (i) no patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) no valor econômico da Companhia.

Artigo 18 - Salvo deliberação em contrário, as atas das assembleias serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive de eventuais dissidências e protestos, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

Administração da Companhia

Artigo 19 - A administração da Companhia competirá ao conselho de administração e à diretoria.

Parágrafo Primeiro - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo - A posse dos administradores da Companhia, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 56 deste estatuto social.

Conselho de Administração

Artigo 20 - O conselho de administração será composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 08 (oito) membros, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral.

Parágrafo Primeiro - No mínimo 2 (dois) membros do conselho ou 20% (vinte por cento) dos conselheiros, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme regras de enquadramento do Regulamento do Novo Mercado. A caracterização do indicado ao conselho de administração como conselheiro independente será deliberada pela assembleia geral. Quando, em decorrência do cálculo do referido percentual, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Segundo - O conselho de administração terá um presidente que será escolhido e substituído pelo próprio conselho de administração. Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 21 - Os membros do conselho de administração serão eleitos para cumprir mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Não obstante o disposto no *caput*, sempre que necessário, o prazo de gestão dos conselheiros se estenderá até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

Parágrafo Segundo - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, seja em razão de renúncia, abandono, impedimento ou morte, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia-geral, ocasião na qual um novo membro deverá ser eleito e cujo mandato deverá vigorar até o fim do mandato unificado dos demais conselheiros. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo Terceiro - Para fins do disposto neste artigo, configura-se abandono quando um conselheiro deixar de comparecer, sem justa causa, a 03 (três) reuniões consecutivas do conselho de administração para as quais tenha sido devidamente convocado.

Artigo 22 - Compete ao conselho de administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei ou este estatuto social:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar e alterar o plano de negócios e orçamentos anuais da Companhia;
- (iii) estabelecer a remuneração individual dos administradores da Companhia;
- (iv) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste estatuto social;

- (v) respeitados os limites do capital autorizado, outorgar opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia e deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, e aumentos de capital independentemente de reforma estatutária;
- (vi) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre o seu resgate ou amortização antecipados, sua revenda e/ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (vii) autorizar a negociação de ações de emissão da própria Companhia (observados os limites impostos pelas normas expedidas pela CVM);
- (viii) convocar a assembleia geral;
- (ix) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;
- (x) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (xi) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos;
- (xii) determinar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio;
- (xiii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (xiv) convocar a qualquer tempo os diretores da Companhia, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios;
- (xv) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da diretoria;

- (xvi) instituir Comitês (incluindo o comitê de auditoria) e fixar-lhes as atribuições, regras de funcionamento e orçamentos;
- (xvii) eleger os membros dos eventuais Comitês da Companhia, incluindo o comitê de auditoria;
- (xviii) deliberar sobre as atribuições e o orçamento da área de auditoria interna da Companhia;
- (xix) alterar o endereço da sede social, desde que dentro do município previsto no estatuto;
- (xx) abrir, alterar o endereço ou encerrar filiais, sucursais e estabelecimentos;
- (xxi) definir os votos a serem proferidos pelos representantes da Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de sócios de suas subsidiárias;
- (xxii) definir os votos a serem proferidos pelos membros não-independentes indicados pela Companhia para os conselhos de administração das subsidiárias nas reuniões de seus respectivos conselhos de administração, quando a ordem do dia da reunião envolver uma das matérias listadas no itens (ii), (iv), (v), (vi), (vii) ou (xxiii) deste artigo;
- (xxiii) autorizar a Companhia ou suas Controladas a:
 - (a) celebrar quaisquer contratos de comercialização de energia elétrica (a) que não estejam em linha com as diretrizes estabelecidas na política de risco e exposição financeira em trading vigente, (b) ou cujo valor nominal total do contrato de comercialização de energia elétrica exceda o valor R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) ou cujo valor nominal mensal do contrato de comercialização de energia elétrica exceda o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que, quanto aos contratos de comercialização de energia elétrica oriundos de operações de troca (*swap*), será considerado o valor financeiro líquido da respectiva operação e não o valor nominal de cada contrato da operação de *swap*, para fins da exigência de aprovação pelo Conselho de Administração,

- (b) realizar investimentos de capital (*capex*) que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em qualquer caso, individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social,
- (c) contratar financiamento bancário (que, para fins de esclarecimento, não incluem fianças bancárias) que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em qualquer caso, individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social,
- (d) outorgar garantias que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em qualquer caso, individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social,
- (e) criar subsidiárias ou realizar aquisições, subscrições, alienações ou transferências de participação em sociedades (personificadas ou não) ou fundos de investimento (exceto fundos de investimento, mútuos ou exclusivos, destinados a aplicação de caixa),
- (f) celebrar, alterar ou resilir quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas,
- (g) participar em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada, consórcios ou contratos de associação ou parceria,

- (h) alienar ou onerar bens do ativo não circulante que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais),
- (i) celebrar, alterar ou rescindir contratos com partes relacionadas à Companhia ou a qualquer de suas Controladas, exceto por (a) contratos de mútuo entre a Companhia e qualquer de suas Controladas firmados no curso normal dos negócios, e (b) transações com partes relacionadas que, por lei ou regulamentação, devam ser aprovadas pela assembleia geral,
- (j) outorgar empréstimos ou linhas de crédito, exceto por contratos de mútuo entre a Companhia e qualquer de suas Controladas ou concessões de limite de crédito que estejam em linha com a política de risco e exposição financeira em trading vigente,
- (k) assumir obrigações ou prestar garantias em benefício de terceiros (que não uma Controlada da Companhia) ou praticar atos a título gratuito,
- (l) propor ou liquidar litígios, ou renunciar direitos ou créditos que envolvam valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social,
- (m) assumir compromissos ou obrigações (exceto fianças ou seguros-garantia relacionados a contratos de comercialização de energia ou gás ou a contratos de construção (EPC) ou operação e manutenção (O&M) de projetos), em qualquer caso não expressamente cobertos pelos itens anteriores, que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social,
- (n) aprovar ou alterar política de risco e exposição financeira em trading, e
- (o) contratar, alterar os termos de contratação ou destituir os auditores independentes;

- (xxiv) deliberar sobre OPA a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;
- (xxv) deliberar sobre os códigos e políticas corporativas, incluindo as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia; e
- (xxvi) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) as alternativas à aceitação da OPA de ações disponíveis no mercado; e (d) outros pontos que o conselho de administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - Para os fins deste estatuto social, entende-se por "Controle" e seus termos correlatos (incluindo Controlada), o poder efetivamente utilizado por acionista ou Grupo de Acionistas de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. No caso de fundos de investimentos, *limited partnerships* ou outros veículos similares de investimento, "Controle" significa o poder discricionário dado ao respectivo administrador ou gestor do fundo ou ao *general partner* de administrar e dirigir as atividades, decisões e investimento de tal veículo de investimento (sendo que a existência de foro decisório ou comitê de investimentos no âmbito do fundo não descaracterizará tal poder discricionário).

Parágrafo Segundo - A empresa de auditoria externa deverá reportar-se ao conselho de administração.

Artigo 23 - O conselho de administração reunir-se-á, ordinariamente, ao final de cada bimestre do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, mediante convocação escrita de seu presidente ou da maioria de seus membros.

Parágrafo Terceiro - As convocações das reuniões do conselho de administração deverão ser realizadas com, pelo menos, 03 (três) dias de antecedência, e deverão indicar, além do local, data e hora da reunião, a sua ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais').

Parágrafo Quarto - As reuniões do conselho de administração serão presididas pelo seu presidente e secretariada por conselheiro por ele escolhido. Na ausência do presidente do conselho de administração, o presidente e o secretário da mesa serão escolhidos pelos conselheiros presentes.

Parágrafo Quinto - As reuniões do conselho de administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo Sexto - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Os conselheiros também poderão ser representados nas reuniões do conselho de administração por outro conselheiro a quem tenham conferido poderes especiais, via procuração.

Parágrafo Sétimo - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

Artigo 24 - As deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria simples de votos.

Artigo 25 - Das reuniões do conselho de administração serão lavradas atas em livro próprio. Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do conselho de administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 26 - As regras de funcionamento do conselho de administração estabelecidas neste estatuto social poderão ser complementadas por regimento interno próprio estabelecido por seu presidente.

Diretoria

Artigo 27 - A diretoria será composta por, no mínimo, 06 (seis) e, no máximo, 12 (doze) diretores, sendo obrigatoriamente 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice Presidente Financeiro, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Trading, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Serviços ao Cliente, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Soluções em Energia, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Geração de Energia Renovável Centralizada, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Geração de Energia Renovável Distribuída. Os diretores que não tiverem uma das designações previstas acima terão as designações que lhes forem fixadas no ato societário de sua eleição.

Parágrafo Primeiro - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo - Os diretores serão eleitos pelo conselho de administração para cumprir mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. Não obstante, sempre que necessário, o prazo de gestão dos diretores se estenderá até a investidura dos novos diretores eleitos.

Parágrafo Terceiro - Em caso de vacância em cargo da diretoria, seja em razão de renúncia, impedimento ou morte, o conselho da administração da Companhia deverá, caso necessário, prontamente deliberar a eleição de novo diretor cujo mandato deverá vigorar até o fim do mandato unificado dos demais diretores.

Artigo 28 - A diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei ou por este estatuto dependam de prévia aprovação do conselho de administração ou da assembleia geral.

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (a) assinatura de correspondências e demais expedientes que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos; (b) representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; (c) representação da Companhia perante os sindicatos, associações de classe e justiça

do trabalho, para a admissão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas; (d) representação da Companhia em assembleias gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista; e (e) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, a Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, as Juntas Comerciais Estaduais, o Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza, em atos que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos.

Parágrafo Segundo - Todos os demais atos e operações de administração dos negócios sociais deverão ser obrigatoriamente assinados por:

- (i) 01 (um) diretor em conjunto com 01 (um) procurador, quando envolverem valor igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (ii) 02 (dois) diretores em conjunto, quando envolverem valor até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (iii) 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o diretor presidente, quando envolverem valor igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); ou
- (iv) por 01 (um) procurador investido de especiais e expressos poderes, desde que a outorga da respectiva procuração tenha sido aprovada pelo conselho de administração.

Parágrafo Terceiro - As procurações em nome da Companhia serão sempre assinadas em conjunto por 02 (dois) diretores, sendo um deles necessariamente o diretor presidente, e, com exceção daquelas para fins judiciais ou de cumprimento de obrigações assumidas pela Companhia no âmbito de outorga de garantias, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano. As procurações que outorguem poderes para a prática de qualquer dos atos ou operações de administração dos negócios sociais listados no parágrafo segundo deverão ser obrigatoriamente aprovadas pelo conselho de administração.

Parágrafo Quarto - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social.

Artigo 29 - A diretoria não é um órgão colegiado. Não obstante, o diretor presidente poderá estabelecer que determinadas decisões, de competência dos diretores, sejam tomadas em reunião da diretoria. As regras relativas às reuniões de diretoria serão fixadas pelo diretor presidente em regimento interno do órgão.

Artigo 30 - Compete ao diretor presidente, além das demais atribuições previstas neste estatuto social e de outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração:

- (i) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
- (ii) zelar pelo cumprimento por todos os membros da diretoria das diretrizes estabelecidas pela assembleia geral e conselho de administração;
- (iii) convocar e presidir as reuniões da diretoria;
- (iv) avaliar os profissionais sob sua responsabilidade;
- (v) coordenar as atividades dos demais diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste estatuto social; e
- (vi) definir a repartição das competências aos demais diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste estatuto social *ad referendum* decisão do conselho de administração.

Artigo 31 - Compete ao Diretor Vice-Presidente Financeiro: (i) elaborar os planejamentos financeiro, orçamentário e tributário da Companhia, bem como acompanhar a execução dos mesmos ao longo do exercício; (ii) supervisionar as atividades de tesouraria, captações de recursos e monitorar a alavancagem financeira; (iii) zelar pela aprovação de crédito concedido às contrapartes nas operações da Companhia; e (iv) supervisionar as atividades de compras de produtos, materiais e serviços.

Artigo 32 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores: (i) realizar as atividades de relações com investidores, (ii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3, e (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior.

Artigo 33 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Trading: (i) supervisionar as operações de compra e venda de contratos de energia; (ii) estabelecer as estratégias de curto, médio e longo prazo para as operações de trading; e (iii) zelar pela análise de risco do portfólio, das operações individuais e das oportunidades avaliadas pela Companhia e por suas subsidiárias.

Artigo 34 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Serviços ao Cliente: (i) supervisionar as atividades, níveis de atendimento e resultados das empresas que compõem a diretoria de serviços ao cliente; (ii) acompanhar o desenvolvimento de produtos e serviços a serem oferecidos ao mercado, bem como as estratégias de vendas e prospecção de novos clientes; e (iii) acompanhar os principais indicadores de performance e satisfação de clientes e colaboradores das diferentes unidades regionais da Companhia e de suas subsidiárias.

Artigo 35 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia: (i) supervisionar as atividades, indicadores de performance e resultados das empresas que compõem a diretoria de soluções em energia; (ii) representar a Companhia em conselhos de administração, comitês e/ou grupos de trabalho de suas subsidiárias que atuem na prestação de serviços de soluções de energia; e (iii) acompanhar o desenvolvimento de produtos e serviços a serem oferecidos ao mercado, bem como as estratégias de vendas e prospecção de novos clientes.

Artigo 36 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Geração de Energia Renovável Centralizada: (i) acompanhar a prospecção e o desenvolvimento de projetos de geração de energia centralizada; (ii) supervisionar os trabalhos de engenharia, orçamentação e aquisição de equipamentos, serviços e obras para a implantação dos projetos de geração de energia centralizada da Companhia e suas subsidiárias; (iii) zelar pela adoção das melhores práticas construtivas, de segurança do trabalho e ambientais nos projetos de geração de energia centralizada; (iv) supervisionar a operação das usinas de geração de energia centralizada já comissionadas

da Companhia ou suas subsidiárias; e (v) acompanhar as mudanças regulatórias e a performance dos contratos de venda de energia relacionados aos projetos de geração de energia centralizada.

Artigo 37 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Geração de Energia Renovável Distribuída: (i) acompanhar a prospecção e o desenvolvimento de projetos de geração de energia distribuída; (ii) supervisionar os trabalhos de engenharia, orçamentação e aquisição de equipamentos, serviços e obras para a implantação dos projetos de geração de energia distribuída da Companhia e suas subsidiárias; (iii) zelar pela adoção das melhores práticas construtivas, de segurança do trabalho e ambientais nos projetos de geração de energia distribuída; (iv) supervisionar a operação das usinas de geração de energia distribuída já comissionadas da Companhia ou suas subsidiárias; e (v) acompanhar as mudanças regulatórias e a performance dos contratos de venda de energia relacionados aos projetos de geração de energia distribuída.

Comitês

Artigo 38 - O conselho de administração poderá instituir comitês, técnicos e consultivos, com a finalidade de assessorar o conselho de administração e a diretoria no acompanhamento das atividades da Companhia e conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões ("Comitês").

Parágrafo Primeiro - Os Comitês instituídos não terão quaisquer funções executivas ou caráter deliberativo e deverão ter objetivos e funções definidos.

Parágrafo Segundo - Caberá ao conselho de administração eleger os membros dos Comitês.

Parágrafo Terceiro - As atribuições, regras de funcionamento e orçamentos dos Comitês instituídos serão fixados pelo conselho de administração na ocasião de sua instituição.

Conselho Fiscal

Artigo 39 - A Companhia terá um conselho fiscal de caráter não permanente, que somente será instalado a pedido dos acionistas da Companhia, nas condições definidas na Lei das Sociedades por Ações, com as atribuições, competências, responsabilidades e deveres definidos na legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro - Quando instalado, o conselho fiscal será composto de no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes, que podem ser acionistas ou não, residentes no país, sendo permitida a reeleição em caso de reinstalação do conselho fiscal.

Parágrafo Segundo - Os membros do conselho fiscal (i) serão eleitos pela assembleia geral que aprovar a instalação do órgão; (ii) terão mandatos com término na assembleia geral ordinária subsequente à sua eleição; e (iii) poderão ser destituídos pela assembleia geral. A posse dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 56 deste estatuto social.

Parágrafo Terceiro - A remuneração dos membros do conselho fiscal será fixada pela assembleia geral que os elege, observado o limite legal e o § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 40 - O funcionamento e a competência do conselho fiscal, bem como os deveres e as responsabilidades de seus conselheiros, obedecerão às disposições legais pertinentes.

Parágrafo Primeiro - Quando em funcionamento, o conselho fiscal reunir-se-á, nos termos da legislação aplicável, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, com 3 (três) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo - Todos os pareceres e as deliberações do conselho fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do conselho fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes.

Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Artigo 41 - O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 42 - Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras da Companhia, com observância das prescrições legais.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditor independente registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 43 - A Companhia e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

Artigo 44 - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social e demais tributos sobre o lucro, se houver. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Parágrafo Único - Após as deduções mencionadas no *caput* deste artigo, a assembleia geral poderá atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) do remanescente do resultado do exercício após as deduções mencionadas neste artigo, prevalecendo o limite que for menor.

Artigo 45 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à assembleia geral proposta sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do Exercício, com observância do disposto neste estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único - "Lucro Líquido do Exercício" é o resultado do exercício que remanescer depois das deduções descritas no artigo 44 e seu parágrafo único.

Artigo 46 - Do Lucro Líquido do Exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Parágrafo Segundo - A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Artigo 47 - Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo Único - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a administração informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos deste parágrafo serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia assim o permitir.

Artigo 48 - A Companhia manterá reserva estatutária intitulada 'reserva para investimentos' a cuja constituição poderá ser destinada, observado o disposto nos artigos 46 e 47 deste estatuto, parcela de até 100% (cem por cento) do Lucro Líquido do Exercício.

Parágrafo Primeiro - A reserva para investimentos tem por fim assegurar recursos para a manutenção, o desenvolvimento e a expansão das atividades sociais, podendo ainda ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia. A assembleia geral poderá, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta da reserva para investimentos ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva para investimentos será de até 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social.

Artigo 49 - A Companhia, mediante deliberação de seu conselho de administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

Parágrafo Único - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Artigo 50 - Salvo disposição contrária da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Parágrafo Único - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Artigo 51 - O conselho de administração poderá determinar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio nos termos do artigo 9º, §7º da lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e legislação e regulamentação pertinentes, cujos valores poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Primeiro - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do conselho de administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 52 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Mecanismo de Proteção à Dispersão Acionária

Artigo 53 - Qualquer Adquirente (conforme definido abaixo) que adquira, subscreva ou de qualquer outra maneira se torne titular de ações ou direitos sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia ("Participação Acionária Relevante") deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou em tal Participação Acionária Relevante, efetivar uma OPA para a totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, notadamente a Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 361"), os regulamentos da B3 e os termos deste artigo, sendo que na hipótese de OPA sujeita a registro, o prazo de 60 (sessenta) dias referido acima será considerado cumprido se neste período for solicitado tal registro ("OPA Participação Acionária Relevante").

Parágrafo Primeiro - O preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na OPA Participação Acionária Relevante não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o Valor Justo (conforme definido abaixo); (ii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior ao lançamento da OPA Participação Acionária Relevante, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; (iii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço de emissão de ações da Companhia verificado em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrida no período dos últimos 12 (doze) meses que anteceder o lançamento da OPA Participação Acionária Relevante, valor esse que deverá ser devidamente atualizado pelo IPCA desde a data de emissão de ações para aumento de capital da Companhia até o momento de liquidação financeira da OPA Participação Acionária Relevante; e (iv) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo Adquirente de Participação Acionária Relevante, nos últimos 12 meses anteriores ao lançamento da OPA Participação Acionária Relevante, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Segundo - Os valores indicados nos itens (ii) a (iv) do parágrafo primeiro acima deverão ser ajustados por eventos societários, tais como distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos e bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária.

Parágrafo Terceiro - Para fins deste artigo, "Valor Justo" significa o valor determinado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, fluxo de caixa descontado, comparação por múltiplos e/ou de cotação das ações de emissão da Companhia no mercado de valores mobiliários, apurados em laudo de avaliação, a ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência ("Laudo de Avaliação"), inclusive em relação ao Adquirente, observados aos termos e condições da Instrução CVM 361, devendo o Laudo de Avaliação também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações. O Valor Justo deverá ser divulgado no edital da OPA Participação Acionária Relevante ainda que seja inferior ao preço da OPA Participação Acionária Relevante determinado na forma do parágrafo primeiro acima. A instituição ou empresa especializada que elaborar o Laudo de Avaliação (ou o Adquirente, caso a instituição ou empresa especializada não o faça) deverá encaminhar o Laudo de Avaliação ao diretor de relações com investidores da Companhia, para que este o divulgue imediatamente ao mercado, por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores. Os custos e despesas referentes à elaboração do Laudo de Avaliação serão de responsabilidade do Adquirente, devendo ser integralmente pagos pelo Adquirente.

Parágrafo Quarto – - O Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM e/ou B3, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA Participação Acionária Relevante, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de o Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos para a realização da OPA Participação Acionária Relevante, (i) o conselho de administração convocará assembleia geral, na qual o Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos em vista do não cumprimento das obrigações imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da

responsabilidade por perdas e danos causados aos demais acionistas, e (ii) o Adquirente estará obrigado a alienar toda a participação que exceder a Participação Acionária Relevante (de forma a voltar a deter participação inferior à Participação Acionária Relevante) dentro de até 20 (vinte) dias contados do término do prazo máximo para a realização da OPA Participação Acionária Relevante. Para fins de esclarecimento, a penalidade e obrigação ora estabelecidas não eximem o Adquirente de sua obrigação de efetivar a OPA Participação Acionária Relevante nos termos previstos neste artigo.

Parágrafo Sexto - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 54 deste estatuto social não eximem o Adquirente do cumprimento das obrigações constantes deste artigo.

Parágrafo Sétimo - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência de: (i) sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante; (ii) reorganização societária dentro do grupo econômico, incluindo, sem limitação, a cessão e/ou transferência de ações de emissão da Companhia entre empresas Controladoras e Controladas ou sociedades sob Controle comum; (iii) de incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou a incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; e (iv) subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada pelo conselho de administração e cujo preço de emissão seja fixado na forma estabelecida pela legislação societária aplicável.

Parágrafo Oitavo - O disposto neste artigo não se aplica àqueles acionistas que sejam, na data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia, titulares de Participação Acionária Relevante.

Parágrafo Nono - Caso regulamentação da CVM aplicável à OPA Participação Acionária Relevante determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA Participação Acionária Relevante que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do parágrafo primeiro deste artigo, tal critério deverá prevalecer na efetivação da OPA Participação Acionária Relevante.

Parágrafo Décimo - Para fins deste estatuto social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

- (i) "Adquirente" significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas, que passe a ser titular de ações ou de direitos sobre as ações de emissão da Companhia, nos termos deste artigo.
- (ii) "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; (ii) entre as quais haja relação de Controle; ou (iii) sob Controle comum.

Alienação de Controle e Saída do Novo Mercado

Artigo 54 - A alienação direta ou indireta de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante, e observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - Em caso de alienação indireta de Controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Artigo 55 - Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda as ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste artigo, na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Cláusula Arbitral

Artigo 56 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros de seus comitês e conselho fiscal, quando instalados, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros de seus comitês e conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste estatuto social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Acordos de Acionistas

Artigo 57 - Nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o presidente) da assembleia geral ou do conselho de administração acatar declaração de voto de qualquer signatário dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia que seja proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado em referidos acordos de acionistas. É também expressamente vedado à Companhia e à instituição depositária de suas ações escriturais aceitar e proceder a transferência ou oneração de ações, e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto ou regulado nos acordos de acionistas arquivados em sua sede.

Disposições Finais

Artigo 58 - A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e/ou suas subsidiárias (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo conselho de administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro - Não serão passíveis de indenização pela Companhia os atos praticados pelos Beneficiários elencados abaixo:

- (i) fora do exercício de suas atribuições;
- (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou
- (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia.

Parágrafo Segundo - As excludentes dispostas no parágrafo acima devem obrigatoriamente estar previstas no contrato de indenidade de cada Beneficiário e, uma vez que o Beneficiário solicite algum desembolso por parte da Companhia, a aferição sobre sua incidência no caso concreto ocorra anteriormente a qualquer decisão sobre sua concessão.

Parágrafo Terceiro - Caso a Companhia decida pelo adiantamento de despesas antes de decisão final no âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário estará obrigado a devolver os valores adiantados nos casos em que, após tal decisão, restar comprovado que o ato praticado pelo administrador não é passível de indenização nos termos deste artigo ou do respectivo contrato de indenidade.

Artigo 59 - A nulidade, no todo ou em parte, de qualquer artigo deste estatuto social não afetará a validade ou exequibilidade das demais disposições deste estatuto social.

Artigo 60 - Os casos omissos relativos à interpretação deste estatuto social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 61 - As disposições contidas no Artigo 1º, em seu Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, Artigo 5º, em seu Parágrafo Segundo, Artigo 9º, em seu item (xiv), Artigo 19, em seu Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, Artigo 20, em seu Parágrafo Primeiro, Artigo 22, em seus itens "(xxiv)", "(xxv)" e "(xxvi)", Artigo 39, em seu Parágrafo Segundo, Artigo 53, Artigo 54, Artigo 55, Artigo 56 e Artigo 60 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME 25.369.840/0001-57

NIRE 35.300.573.625

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2021**

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** No dia 06 do mês de agosto de 2021, às 09:00 horas, na sede social do **COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.**, localizada na cidade na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907 ("Companhia").
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").
3. **MESA:** Presidente: **Cristopher Alexander Vlavianos**; Secretária: **Gilda Maria Almeida Magalhães De Brito Ávila**.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, à razão de 2,99999998846854:1; **(ii)** a determinação de limite do capital autorizado da Companhia; **(iii)** a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(iv)** a submissão, pela Companhia, de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(v)** submissão, pela Companhia, (a) de pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil Bolsa, Balcão ("B3"), e (b) de pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3 e adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(vi)** a celebração, pela Companhia, do Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3; **(vii)** a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), a fim de, dentre outras alterações, adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo

DUCEAP
20 08 21

Mercado; **(viii)** a apreciação e aprovação da emissão (a) das demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (b) das informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, (c) das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia auditadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, e (d) das informações financeiras intermediárias da Companhia referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 30 de junho de 2021; **(ix)** a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2021; **(x)** a criação do Plano de Outorga de Ações; **(xi)** o conhecimento da renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(xii)** a reeleição e eleição de membros do conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"); **(xiii)** a autorização para que o Conselho de Administração aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar os prospectos preliminar e definitivo de oferta pública de distribuição primária de ações da Companhia ("Prospectos") e os *offering memoranda* preliminar e definitivo para os esforços de colocação das Ações no exterior, no contexto da Oferta ("Offering Memoranda"); e (d) celebrar todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta; **(xiv)** a autorização para que o Conselho de Administração e a diretoria da Companhia ("Diretoria"), conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima; e **(xv)** a lavratura da ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

5. Deliberações: Após discutirem as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem reservas ou oposições, aprovaram:

- (i) o grupamento da totalidade das ações da Companhia à razão de 2,99999998846854:1, de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias da Companhia passará a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 (duzentas e sessenta milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentas e

DECORP
20 08 21

sessenta e oito) para 86.719.323 (oitenta e seis milhões, setecentas e dezenove mil, trezentas e vinte três) ações ordinárias, as quais serão distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, sendo certo que eventuais frações de ações decorrentes do grupamento serão distribuídas entre os acionistas na forma prevista na relação de alocação arquivada na sede da Companhia, de forma que o grupamento será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia. As ações ordinárias manterão todos os direitos e vantagens que antes do grupamento de ações. Fica autorizado o Conselho de Administração e Diretoria, conforme aplicável, a praticar todos os atos necessários à efetivação do grupamento das ações. Em razão desta deliberação, o art. 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar da seguinte forma:

"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$192.008.679,86 (cento e noventa e dois milhões, oito mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e seis centavos), representado por 86.719.323 (oitenta e seis milhões, setecentas e dezenove mil, trezentas e vinte três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal."

- (ii) a fixação do limite do capital autorizado da Companhia, respeitado o qual a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de deliberação em assembleia geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de novas ações ordinárias, até que este atinja o limite de 446.041.379 (quatrocentas e quarenta e seis milhões, quarenta e uma mil, trezentas e setenta e nove) ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, a quantidade de ações a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.

Observado o limite de aumento de capital autorizado, os acionistas da Companhia não terão direito de preferência em eventuais emissões de ações, debêntures conversíveis em

DUCEAP
20 08 21

quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A.", a quantidade de Ações inicialmente ofertada na Oferta poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido), com a finalidade de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Ações Adicionais").

Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada na Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("Ações Suplementares").

Serão definidos oportunamente a quantidade de Ações a serem colocadas no contexto da Oferta e o preço de venda das Ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação da Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado junto a investidores institucionais no Brasil, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (Procedimento de *Bookbuilding*).

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente

DUCE SP
20 08 21

da Oferta.

- (iv) a submissão, pela Companhia, de pedido de registro de emissora de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- (v) a submissão, pela Companhia, (a) pedido de listagem da Companhia ao Novo Mercado e (b) pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme aplicável, da Companhia autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.
- (vi) a celebração, pela Companhia, do Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3.
- (vii) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social, em decorrência das deliberações constantes da presente ata e para adaptá-lo a exigências legais e regulamentares de companhia aberta e às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, sendo certo que o Estatuto Social passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** a partir da presente ata. Caso não ocorra a liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas neste ato.
- (viii) a emissão (a) das demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (b) das informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020; (c) das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia auditadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021; e (d) das informações financeiras intermediárias da Companhia referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 30 de junho de 2021.

DUCEAP
20 08 21

- (ix) a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2021, no montante anual total de R\$17.041.210,55 (dezessete milhões, quarenta e um mil, duzentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos), devendo o Conselho de Administração aprovar a distribuição entre os seus membros, a Diretoria e os comitês de assessoramento do Conselho de Administração.
- (x) a criação de plano do Plano de Outorga de Ações, nos termos do **Anexo II** à presente ata.
- (xi) o conhecimento da renúncia do Sr. **ANDRÉ DORF**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.379.624 e inscrito no CPF/ME sob o nº 170.751.778-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, 261, Apto. 61, Chácara Itaim – CEP: 04533-080, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1 de abril de 2021 conforme da termo de renúncia anexo à presente no **Anexo III**, outorgando-lhe a mais ampla, plena, rasa, geral, incondicional, irrestrita, irrevogável e irretroatável quitação para nada mais reclamar, receber ou pretender, a qualquer tempo e a qualquer título, em juízo ou fora dele, com relação a qualquer ato ou fato relacionado com as funções por ele desempenhadas como membro do Conselho de Administração da Companhia;
- (xii) a reeleição e/ou eleição, conforme o caso, dos seguintes membros para o Conselho de Administração, o qual, conforme reforma do estatuto social ora aprovada, passa a ser composto de 5 (cinco) a 8 (oito) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, encerrando-se na assembleia geral ordinária de 2023 que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, sendo permitida a reeleição:
 - (a) reeleger o Sr. **CRISTOPHER ALEXANDER VLAVIANOS**, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 5.883.946-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 065.803.018-30, residente e domiciliado na Cidade de São

JUCESP
20 08 21

Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 21º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, para o cargo de **Presidente** do Conselho de Administração.

- (b) reeleger o Sr. **RALPH GUSTAVO ROSENBERG WHITAKER CARNEIRO**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 24742742-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 287.228.168-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Faria Lima, 2.277, 3º andar, conjunto 301, CEP 01452-000, para o cargo de **Membro Efetivo** do Conselho de Administração.
- (c) eleger o Sr. **MARCOS SAWAYA JANK**, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG nº 8.923.0621 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 078.740.038-61, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 21º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, para o cargo de **Membro Efetivo** do Conselho de Administração.
- (d) eleger a Sra. **CAROLINA MARIA ROCHA FREITAS**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 53.627.741-2 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 091.556.577-37, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 21º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, para o cargo de **Membro Efetivo** do Conselho de Administração.
- (e) eleger o Sr. **ANDRE CLARK JULIANO**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 19841162-5 SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 142.149.818-98, residente e domiciliado na Rua Ipero, 91, apto. 61, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05439-020, para o cargo de **Membro Efetivo Independente** do Conselho de Administração.

DUCE SP
20 08 21

- (f) Eleger a Sra. **MAGALÍ ROGÉRIA DE MOURA LEITE**, brasileira, separada judicialmente, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade nº 63.352.586-8 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o n.º 019.732.627-70, residente e domiciliada na Rua Jorge Americano, 243, apto. 91, CEP 05083-130, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de **Membro Efetivo Independente** do Conselho de Administração.

Os acionistas aprovaram, ainda, a caracterização do Sr. **Andre Clark Juliano** e da Sra. **Magali Rogéria de Moura Leite**, ora eleitos, como conselheiros independentes, nos termos do regulamento do Novo Mercado, tendo em vista que, após a análise de seus currículos e histórico profissional, restou verificado o enquadramento de ambos aos critérios de independência estabelecidos no regulamento do Novo Mercado e tal caracterização foi atestada por eles mediante declaração previamente encaminhada, constante do **Anexo IV** à presente ata.

Os conselheiros ora eleitos foram investidos nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes do **Anexo V** à presente ata, prevendo sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, e devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei.

- (xiii) desde que observadas as diretrizes do item “(ii)” acima, a autorização para que o Conselho de Administração aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar os Prospectos e os *Offering Memoranda*; e (d) celebrar todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta.
- (xiv) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

DIÁRIO
20 08 21

- (xv) a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 06 de agosto de 2021.

Mesa:

Cristopher Alexander Vlavianos
Presidente da Mesa

Gilda Maria Almeida Magalhães De Brito
Ávila
Secretária da Mesa

Acionistas:

Cristopher Alexander Vlavianos

Edvaldo Marcelo Ávila

Perfin Comercury Fundo de Investimento
em Participações Multiestratégia

Gilda Maria Almeida Magalhães De Brito
Ávila

DUCE SP
20 08 21

Sendo os seguintes acionistas, representados por procuração por Christopher Alexander Vlavianos:

Cristopher Alexander Vlavianos

Fabio Augusto Fernandes

Andre Dorf

Luiz Henrique De Otero Mello

Aderbal Aragão Júnior

Marcello De Castro Duarte Queiroz

Carlos Eduardo D'Errico

Josiane Mayara Gil Palomino Real

Adriano Anaia Pereira

Walter De Almeida Fernandes

Juliano Cunha De Castro

Ricardo Alberto Correia De Aguiar

Fellipe D'Alcantara Thome Costa

Edvaldo Marcelo Ávila

Enrico Dal Sasso Begliomini

Luiz Octavio Vilela De Andrade

Fernando Souza Oliveira

Daniel Kodama Mendes Vieira

Antonio Carlos Querido Messora

João Aramis Dos Santos Girio

Wagner Avelino Folster

Fabio Delcielli Uzum

Gustavo Guaraldi

Igor Alexandre Tarcisio Augusto De Souza

Antonio Carlos Soares De Camargo

Pedro Vasconcellos Martins

JUCESP
20 08 21

Peter Junges Hammes
Juliana Dal Sasso Vilela De Andrade
Vanessa Mendonça Bento Cirulli
Jaime Acuña Ayala
Rafael Bacillieri
Cleber Buosi
Emile Dall'Orsoletta
Lais Vieira Guimaraes
Monica Diniz Pereira
Arnaldo Nashiro
Juliana Ferrari Chade Mummey
Thatiana de Abreu Faria
Murillo Baptista Del Bianco
José Elesbão da Costa Neto
Luiza Taub Rusu Munhoes

Camila Almeida Rosa
Talita Pereira Campos
Anibal Dos Santos Paron
Larissa Matilde Salles Cunha Araiun
Alessandra Lacrete Du Chenoy
Elias Aparecido Parreira
Fabio De Almeida Silva
Marcelo Borges Dos Santos
Renato Augusto Melkonian
Fabiana Jordao Paiva Stefani
Fernando Luiz Paschoal Fialho
Ricard Hervest Jerônimo Alves
Mauro Alexandre Donizeti Requena
Raphael Mendes Ribeiro
Tatiana Cristina Barreto Tomazini



Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Yochihito Sabanai, Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro, Christopher Alexander Vlavianos, Edvaldo Marcelo Avila e Gilda Maria Almeida Magalhaes De Brito Avila.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código F21E-8184-77C5-4538.

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O
PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME 25.369.840/0001-57

NIRE 35.300.573.625

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021**

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos [•] dias do mês de [•] de 2021, às [•] ([•]) horas, na sede social da Comerc Participações S.A., localizada na cidade na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907 ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração").

3. MESA: Presidente: **Cristopher Alexander Vlavianos**; Secretária: **Gilda Maria Almeida Magalhães De Brito Ávila**.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i)** [a aprovação da outorga da totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações") objeto do 1º programa de outorga de Ações, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de agosto de 2021 ("1º Programa"), nos termos do plano de remuneração baseado em Ações da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 06 de agosto de 2021 ("Plano"), em favor dos participantes do 1º Programa ("Participantes")]; **(ii)** se aprovada a matéria prevista no item (i) acima, aprovar a celebração de contratos de outorga entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, cada um dos Participantes ("Contratos de Outorga");] **(iii)** a fixação e justificativa do preço de emissão por Ação, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(iv)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e com o artigo 6º, §2º do Estatuto Social da Companhia; **(v)** a aprovação sobre os direitos relacionados às novas ações; **(vi)** a verificação da subscrição das ações; **(vii)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(viii)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(ix)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(x)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(xi)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

5. DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração, após análise e discussão das matérias propostas, deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições:

- (i)** [com abstenção de voto pelos membros do Conselho de Administração que sejam também Participantes, aprovar a outorga da totalidade de Ações objeto do 1º Programa em favor dos seus Participantes, a seguir qualificados, nos termos do 1º Programa e do Plano: [•];]

- (ii) [com abstenção de voto pelos membros do Conselho de Administração que sejam também Participantes, aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, a celebração dos Contratos de Outorga, nos termos do 1º Programa e do Plano, conforme arquivados na sede social da Companhia;]
- (iii) aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R\$[●] ([●]) por Ação ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;
- (iv) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (iii) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) ações ordinárias, cada uma ao Preço por Ação, no valor de R\$[●] ([●]), passando o capital social da Companhia de R\$[●] ([●]), representado por [●] ([●]) ações ordinárias para R\$[●] ([●]), representado por [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia;
- (v) aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (iv) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;
- (vi) em razão da deliberação tomada no item (iv) acima, verificar a subscrição de [●] ([●]) novas ações ordinárias ora emitidas pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos acima, a serem subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis;
- (vii) aprovar a homologação do novo capital social da Companhia, em ato contínuo às deliberações acima, no montante de R\$[●] ([●]), representado por [●] ([●]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;
- (viii) em face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens acima, aprovar, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, a reforma do caput do artigo 5º

do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$[●] ([●]), representado por [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

- (ix) aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados no âmbito da Oferta;
- (x) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A.*"; (ii) o "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A.*"; (iii) o "*Placement Facilitation Agreement*"; e (iv) o "*Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão*", que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e
- (xi) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

6. LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **Presidente:** Christopher Alexander Vlavianos; **Secretária:** Gilda Maria Almeida Magalhães De Brito Ávila. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Christopher Alexander Vlavianos, Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro, Carolina Maria Rocha Freitas, Andre Clark Juliano, Marcos Sawaya Jank e Magalí Rogéria de Moura Leite.

Certificado que presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

Cristopher Alexander Vlavianos
Presidente da mesa

Gilda Maria Almeida Magalhães De Brito Ávila
Secretária da mesa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, conjunto 211, CEP 04543-907, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.369.840/0001-57, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**") e do Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Credit Suisse e a XP, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), declarar que:

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em junho de 2021 ("Auditoria"), a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A.*" ("Prospecto Definitivo");
- (C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos incorporados por referência;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais a Companhia confirma ter disponibilizado;
- (F) a Companhia confirma ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus

assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (G) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são (e serão, conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas.

São Paulo, 20 de setembro de 2021.

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.



ANDRÉ DORF
Diretor-Presidente



FERNANDO SOUZA OLIVEIRA
Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor
Vice-Presidente de Relações com
Investidores

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Coordenador Líder**”), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Comerc Participações S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, conjunto 211, CEP 04543-907, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.369.840/0001-57 (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Coordenador Líder, do Banco BTG Pactual S.A. (“**BTG Pactual**” ou “**Agente Estabilizador**”), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (“**Credit Suisse**”), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**XP**”) e do Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**Citi**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Credit Suisse e a XP, “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em junho de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do “Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A.” (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao “Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Comerc Participações S.A.” (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as

demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018;

- (D) por exigência da regulamentação brasileira, notadamente o artigo 32, inciso III, da Instrução CVM 400, a Companhia contratou a UHY Bendoraytes & Cia, Auditores Independentes, membro da UHY International, para a elaboração do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, datado de 20 de setembro de 2021 (“**Estudo de Viabilidade**”), para demonstrar a viabilidade da atuação da Companhia nos setores de geração centralizada de energia, geração eólica de energia e de geração distribuída de energia, ainda que, a Companhia já tenha experiência e atue no setor;
- (E) foram disponibilizados, pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;
- (F) além dos documentos a que se refere o item (E) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;
- (G) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (H) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participou da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e as constantes do Estudo de Viabilidade e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da

Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo aquelas relacionadas às suas atividades e à sua situação econômico-financeira, dos riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 27 de setembro de 2021.

BANCO ITAÚ BBA S.A.



Nome: Roderick Greenlees
Cargo: Managing Director



Nome: Pedro Garcia
Cargo: Managing Director

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS PRO FORMA NÃO
AUDITADAS DA COMPANHIA, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30
DE JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Comerc Participações S.A.

Informações Financeiras Condensadas Pro Forma (não auditadas)

**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
e exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO EMITIDO POR AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS *PRO FORMA* INCLUÍDAS EM PROSPECTO

Aos acionistas da
COMERC Participações S.A.
São Paulo – SP

Concluimos nosso trabalho de asseguarção para emissão de relatório sobre a compilação de informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* da COMERC Participações S.A. (Companhia), elaborada sob responsabilidade de sua administração. As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* compreendem o balanço patrimonial *pro forma* em 30 de junho de 2021, as demonstrações dos resultados *pro forma* para o período de seis meses e exercício findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e as respectivas notas explicativas, apresentados nas páginas 219 a 236 do prospecto emitido pela COMERC Participações S.A. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* estão especificados no CTG 06 do Conselho Federal de Contabilidade e estão sumariados na nota explicativa 2 às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da transação apresentada na nota explicativa 1 entre a Companhia e as Sociedades do Grupo Perfin (as Sociedades do Grupo Perfin estão definidas e listadas na nota explicativa 1(a) às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*), sobre o balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2021 e suas demonstrações dos resultados para o período de seis meses e exercício findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, como se a transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020. Como parte desse processo, informações sobre a posição patrimonial e financeira e do desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das seguintes demonstrações financeiras:

- demonstrações financeiras combinadas do Grupo COMERC para o período de seis meses e exercício findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, sobre as quais foram emitidos relatório de auditoria, pelo próprio auditor independente, sem modificação.
- das Sociedades do Grupo Perfin:
 - informações financeiras intermediárias combinadas e demonstrações financeiras combinadas da Ares 1 Participações S.A., para o período de seis meses e exercício findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, sobre as quais foram emitidos relatório de revisão e relatório de auditoria, respectivamente, pelo próprio auditor independente, sem modificação.
 - informações financeiras intermediárias consolidadas e demonstrações financeiras da Ares 2 Participações S.A., para o período de seis meses e exercício findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, sobre as quais foram emitidos relatório de revisão e relatório de auditoria, respectivamente, pelo próprio auditor independente, sem modificação.
 - informações financeiras intermediárias consolidadas e demonstrações financeiras consolidadas da Mori Energia Holding S.A., para o período de seis meses e exercício findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, sobre as quais foram emitidos relatório de revisão e relatório de auditoria, respectivamente, pelo próprio auditor independente, sem modificação.

- informações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras da Mercury Renew S.A., para o período de seis meses e exercício findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, sobre as quais foram emitidos relatório de revisão e relatório de auditoria, respectivamente, pelo próprio auditor independente. As informações financeiras intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 contém parágrafo de ênfase devido às controladas da Mercury Renew S.A. encontrarem-se em fase pré-operacional, e que a conclusão total das obras de construção e, conseqüente, início integral das operações, depende da capacidade das controladas em continuarem cumprindo o cronograma de obras previsto e da obtenção dos recursos financeiros necessários para a conclusão dos projetos. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não contem modificação;

As entidades que compõem o Grupo COMERC e as Sociedades Grupo Perfin estão definidas e listadas na nota explicativa 1(a) às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

Responsabilidades da administração da companhia pelas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*

A administração da Companhia é responsável pela compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* com base no Comunicado CTG 06 –Apresentação de Informações Financeiras *Pro forma*.

Nossa independência e controle de qualidade

Cumprimos com a independência e outros requerimentos de ética das NBCs PG 100 e 200 e NBC PA 291, que são fundamentados nos princípios de integridade, objetividade e competência profissional e que, também, consideram o sigilo e o comportamento dos profissionais.

Aplicamos os padrões internacionais de controle de qualidade estabelecidos na NBC PA 01 e, dessa forma, mantemos apropriado sistema de controle de qualidade que inclui políticas e procedimentos relacionados ao cumprimento dos requerimentos de ética, padrões profissionais, exigências legais e requerimentos regulatórios.

Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião, conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia, em todos os aspectos relevantes, com base no CTG 06 –Apresentação de Informações Financeiras *Pro forma*.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3420 – Trabalho de Asseguração sobre a Compilação de Informações Financeiras *Pro forma* Incluídas em Prospecto, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à Norma Internacional emitida pela Federação Internacional de Contadores ISAE 3420. Essas normas requerem que os auditores planejem e executem procedimentos de auditoria com o objetivo de obter segurança razoável de que a administração da Companhia compilou, em todos os aspectos relevantes, as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* com base no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro forma*.

Para os fins deste trabalho, não somos responsáveis pela atualização ou reemissão de quaisquer relatórios ou opiniões sobre quaisquer informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*, tampouco executamos, no curso deste trabalho, auditoria ou revisão das demonstrações contábeis e demais informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

A finalidade das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* incluídas no prospecto é a de exclusivamente ilustrar o impacto do evento ou da transação relevante sobre as informações financeiras históricas da entidade, como se o evento ou a transação tivesse ocorrido na data anterior selecionada para propósito ilustrativo. Dessa forma, nós não fornecemos qualquer asseguração de que o resultado real do evento ou da transação em 30 de junho de 2021 teria sido conforme apresentado.

Um trabalho de asseguração razoável sobre se as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, envolve a execução de procedimentos para avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Companhia na compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* oferecem base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis ao evento ou à transação, e para obter evidência suficiente apropriada sobre se:

- os correspondentes ajustes *pro forma* proporcionam efeito apropriado a esses critérios; e
- as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, levando em consideração seu entendimento sobre a Companhia, sobre a natureza do evento ou da transação com relação à qual as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas, bem como outras circunstâncias relevantes do trabalho. O trabalho envolve ainda a avaliação da apresentação geral das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

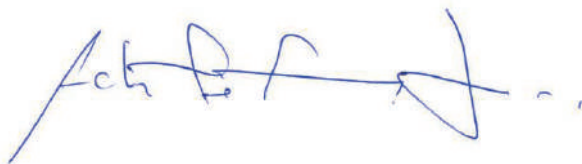
Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a compilação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

Opinião

Em nossa opinião, as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base no Comunicado CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro forma*.

São Paulo, 13 de agosto de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.
Balanco patrimonial condensado *pro forma* (não auditado)
Em 30 de junho de 2021
(Em milhares de Reais)

	Grupo Comerc (Histórico) (A)	Grupo Ares 1 (Histórico) (B)	Ares 2 Participações (Histórico) (C)	Mercury Infra (Histórico) (F)	Ajustes <i>Pro Forma</i> (G)	Nota	<i>Pro forma</i>
Ativo circulante							
Caixas e equivalentes de caixa	240.326	25.991	59.768	35.384	-	-	361.469
Contas a receber	302.960	8.038	398	1	-	-	311.397
Impostos e contribuições a recuperar	6.065	368	337	19	-	-	6.789
Instrumentos financeiros derivativos	2.808.026	-	-	-	-	-	2.808.026
Partes relacionadas	236	-	-	718	-	-	954
Adiantamento para aquisição de investida	-	-	-	9.875	-	-	9.875
Contas a receber pela alienação de investimento	-	-	-	7.222	-	-	7.222
Outros ativos	14.160	151	1.847	1.030	-	-	17.188
Total do ativo circulante	3.371.773	34.548	62.350	54.249	-	-	3.522.920
Ativo não circulante							
Contas a receber	1.153	-	7.500	-	-	-	8.653
Tributos diferidos	17.897	-	77	-	-	-	17.974
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.256	-	-	-	-	-	3.256
Instrumentos financeiros derivativos	1.147.206	-	-	-	-	-	1.147.206
Outros ativos	4.124	2.567	994	122	-	-	7.807
	1.173.636	2.567	8.571	122	-	-	1.184.896
Investimentos	10.742	269.932	102.116	71.078	-	-	453.868
Imobilizado	39.399	260.051	536.978	80.537	-	-	916.965
Intangível	18.465	1.305	632.620	8.152	-	-	660.542
Direito de uso	13.292	2.969	41.597	6.516	-	-	64.374
	81.898	534.257	1.313.311	166.283	-	-	2.095.749
Total do ativo não circulante	1.255.534	536.824	1.321.882	166.405	-	-	3.280.645
Total do ativo	4.627.307	571.372	1.384.232	220.654	-	-	6.803.565

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas.

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.
Balanco patrimonial condensado *pro forma* (não auditado)
Em 30 de junho de 2021
(E em milhares de Reais)

	Grupo Comerc (Histórico) (A)	Grupo Ares 1 (Histórico) (B)	Ares 2 Participações (Histórico) (C)	Mercury Infra (Histórico) (F)	Ajustes <i>Pro Forma</i> (G)	Nota	<i>Pro forma</i>
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos	250	107.073	30.696	1.346	-	-	139.365
Arrendamento a pagar por direito de uso	5.053	12	368	6	-	-	5.439
Fornecedores diversos	283.903	3.907	1.539	13.536	-	-	302.885
Adiantamentos de clientes	12.805	-	-	-	-	-	12.805
Obrigações trabalhistas e tributárias	36.973	664	2.405	470	-	-	40.512
Contas a Pagar	4.239	29.705	442	12.430	-	-	46.816
Partes relacionadas	5.872	421	-	2.616	-	-	8.909
Instrumentos financeiros derivativos	2.850.819	-	-	12.893	-	-	2.863.712
Dividendos a pagar	216	-	-	-	-	-	216
Total do passivo circulante	3.200.130	141.782	35.450	43.297	-	-	3.420.659
Contas a receber							
Empréstimos e financiamentos	3.762	121.238	369.746	12.878	-	-	507.624
Fornecedores diversos	-	2	-	-	-	-	2
Obrigações trabalhistas e tributárias	109	-	-	-	-	-	109
Tributos diferidos	32.100	-	196.965	-	-	-	229.065
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	-	-	42.457	-	-	42.457
Partes relacionadas	5.045	-	551	-	-	-	5.596
Contas a pagar	-	62.969	-	-	-	-	62.969
Passivo de arrendamento	10.658	3.352	41.524	6.154	-	-	61.688
Instrumentos financeiros derivativos	1.009.901	2.204	-	-	-	-	1.012.105
Opções de compra de ações outorgadas	-	79.550	-	12.504	-	-	92.054
Provisão para desmobilização	-	-	6.924	-	-	-	6.924
Provisão para contingências	78	-	-	81	-	-	159
Provisão para perda em investimentos	840	-	-	-	-	-	840
Total do passivo não circulante	1.062.493	269.315	615.710	74.074	-	-	2.021.592
Total do acervo líquido	364.684	160.275	733.072	103.283	-	-	1.361.314
Total do passivo e acervo líquido	4.627.307	571.372	1.384.232	220.654	-	-	6.803.565

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas.

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstração do resultado condensado *pro forma* (não auditado)
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
(E em milhares de Reais)

	Grupo Comerc (Histórico) (A)	Grupo Ares 1 (Histórico) (B)	Ares 2 Participações (Histórico) (C)	Mori Participações (Histórico) (E)	Mercury Infra (Histórico) (F)	Ajustes <i>Pro Forma</i> (G)	Nota	<i>Pro forma</i>
Resultado bruto								
Receita operacional líquida	1.637.819	17.539	6.366	5.325	327	-	-	1.667.376
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(63.571)	-	-	-	-	-	-	(63.571)
Custos de vendas de energia e serviços prestados	(1.543.151)	(12.151)	(3.892)	(5.798)	(106)	-	-	(1.565.098)
Resultado bruto	31.097	5.388	2.474	(473)	221	-	-	38.707
Receitas (Despesas) operacionais								
Administrativas, comerciais e gerais	(77.278)	(3.974)	(10.173)	(5.462)	(3.689)	(6.452)	3.(b)	(107.028)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.081)	(47)	582.309	(146)	28	-	-	581.063
Resultado de equivalência patrimonial	(2.530)	(2.626)	8.505	4.480	(347)	(11.436)	3.(a)	(3.954)
Total das receitas/(despesas) operacionais	(80.889)	(6.647)	580.641	(1.128)	(4.008)	(17.888)		470.081
Resultado operacional	(49.792)	(1.259)	583.115	(1.601)	(3.787)	(17.888)		508.788
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	3.206	196	185	16.332	179	-	-	20.098
Despesas financeiras	(3.821)	(55.408)	(17.430)	(4.642)	(30.259)	(2.393)	3.(c)	(113.953)
	(615)	(55.212)	(17.245)	11.690	(30.080)	(2.393)		(93.855)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(50.407)	(56.471)	565.870	10.089	(33.867)	(20.281)		414.933
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes	(8.419)	(349)	(810)	(398)	-	-	-	(9.976)
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos	24.954	-	(196.888)	-	-	2.194	3.(b)	(169.740)
	16.535	(349)	(197.698)	(398)	-	2.194		(179.716)
Resultado líquido do período	(33.872)	(56.820)	368.172	9.691	(33.867)	(18.087)		235.217
Participação atribuída a não controladores	(11.279)	-	2.357	(2.373)	-	6.774	3.(d)	(4.521)
Resultado líquido do exercício atribuída a acionistas controladores	(22.593)	(56.820)	365.815	12.064	(33.867)	(24.861)		239.738

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas.

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstração do resultado condensado *pro forma* (não auditado)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(E em milhares de Reais)

	Grupo Comerc (Histórico) (A)	Grupo Ares 1 (Histórico) (B)	Ares 2 Participações S.A. (Histórico) (C)	Mori Energia Holding S.A. (Histórico) (D)	Mercury Renew Participações S.A. (Histórico) (F)	Ajustes Pro Forma (G)	Nota	Total Pro forma
Receita operacional líquida	3.180.290	-	-	10.053	-	-	-	3.190.343
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(15.252)	-	-	-	-	-	-	(15.252)
Custos de vendas de energia e serviços prestados	(3.016.405)	-	-	(2.073)	-	-	-	(3.018.478)
Resultado bruto	148.633	-	-	7.980	-	-	-	156.613
Receitas (despesas) operacionais								
Administrativas, comerciais e gerais	(142.143)	(2.004)	(1.073)	(28.418)	(14)	(19.355)	3.(b)	(193.007)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	462	(617)	(2)	978	-	-	-	821
Resultado de equivalência patrimonial	(645)	(2.978)	(46.113)	2.630	-	46.113	3.(a)	(993)
Total das receitas/(despesas) operacionais	(142.326)	(5.599)	(47.188)	(24.810)	(14)	26.758		(193.179)
Resultado operacional	6.307	(5.599)	(47.188)	(16.830)	(14)	26.758		(36.566)
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	2.176	1.777	23	474	-	-	-	4.450
Despesas financeiras	(5.572)	(44.008)	(6)	(32.093)	-	(7.178)	3.(c)	(88.857)
	(3.396)	(42.231)	17	(31.619)	-	(7.178)		(84.407)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	2.911	(47.830)	(47.171)	(48.449)	(14)	19.580		(120.973)
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – correntes	(17.110)	-	-	(898)	-	-	-	(18.008)
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – diferidos	18.991	-	-	-	-	6.581	3.(b)	25.572
	1.881	-	-	(898)	-	6.581		7.564
Resultado líquido do exercício	4.792	(47.830)	(47.171)	(49.347)	(14)	26.161		(113.409)
Participação atribuída a não controladores	817	-	-	(694)	-	-	-	123
Resultado líquido do exercício atribuída a acionistas controladores	3.975	(47.830)	(47.171)	(48.653)	(14)	26.161	-	(113.532)

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas.

(A) Informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas auditadas do Grupo Comerc, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual representa a combinação da Comerc Participações S.A., Doc 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. e Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.

- (B) Informações derivadas das demonstrações financeiras intermediárias combinadas revisadas do Grupo Ares 1 referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e das demonstrações financeiras combinadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais representam a combinação da Ares 1 Participações S.A., Ares Eyner Participações S.A, Ares One Participações S.A e UFV Goverde Pemambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A.
- (C) Informações derivadas das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas revisadas da Ares 2 Participações S.A. referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- (D) Informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Mori Energia Holding S.A referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- (E) Informações derivadas das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas revisadas da Mori Energia Holding S.A. referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.
- (F) Informações derivadas das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas revisadas da Mercury Renew Participações S.A. referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e das demonstrações financeiras auditadas da Mercury Participações S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- (G) Ajustes *pro forma* conforme descrito na nota 3.

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Descrição da transação

Como parte de uma estratégia de reorganização, consolidação e expansão de suas operações, as administrações do Grupo Comerc que compreendem as estruturas Comerc Participações S.A. (“Comerc Participações”), Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. (“Doc88”), Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A. (“MegaWhat”), e as empresas do Grupo Perfin que compreendem as estruturas Ares Eyner Participações S.A. (“Ares Eyner”), Ares 1 Participações S.A. (“Ares 1”), Ares One Participações S.A. (“Ares One”), Ares 2 Participações S.A. (“Ares 2”) e Mercury Renew S.A. (“Mercury”) e UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A. (“UFV Goverde”), pactuaram, em [data] de 2021, a consolidação de suas respectivas operações sob um veículo único (“Companhia” ou “Comerc”) mediante a celebração de acordo de investimentos estabelecendo os termos e condições da Reorganização (“Reorganização”).

A Reorganização está condicionada à realização da oferta pública inicial de ações da Comerc Participações (“IPO”), sendo certo que, uma vez concluído o procedimento de *bookbuilding* do IPO, a Reorganização será efetivada, na mesma data da conclusão de tal procedimento, por meio dos seguintes eventos:

- (i) os acionistas de Doc88 e MegaWhat contribuirão as ações de emissão de tais sociedades por eles detidas, representativas de 100% do capital social de tais sociedades, através do aumento de capital social na Comerc Participações; e
- (ii) a Companhia incorporará todas as ações de emissão de cada uma das empresas do Grupo Perfin.

A estrutura em 30 de junho de 2021 e a forma como será feita a Reorganização é demonstrada abaixo:

Grupo	Estrutura	Empresa	Reorganização Societária
Grupo Comerc	Combinado Grupo Comerc	Comerc Participações S.A.	Holding
		Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A.	Aumento de capital
		Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A.	Aumento de capital
Sociedades Grupo Perfin	Combinado Grupo Ares 1	Ares 1 Participações S.A.	Incorporação de ações
		UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A.	Incorporação de ações
		Ares Eyner Participações S.A.	Incorporação de ações
		Ares One Participações S.A.	Incorporação de ações
	Ares 2	Ares 2 Participações S.A.	Incorporação de ações
		Mori Energia Holding S/A.	Incorporação de ações
	Mercury Infra	Mercury Infra Participações S.A.	Incorporação de ações

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A relação de substituição de ações terá como objetivo atingir a participação demonstrada a seguir:

Acionistas das respectivas empresas	Relação de Troca (Quantidade de ações da respectiva empresa para cada ação da Comerc Participações)	Quantidade de ações da Comerc Participações após a Reorganização	% Participação Acordo de Associação
Comerc Participações S.A.	1,0000	86.719.323	35,67%
Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A.	7,4084	3.797.359	1,56%
Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A.	8,3100	2.107.753	0,87%
Grupo Comerc		92.624.435	38,1%
Ares 1 Participações S.A.	9,3455	17.990.048	7,40%
Ares One Participações S.A.	8,7059	7.293.263	3,00%
Ares Eyner Participações S.A.	5,1580	10.210.568	4,20%
UFV Goverde S.A.	0,3163	1.458.653	0,60%
Grupo Ares 1		36.952.532	15,2%
Ares 2 Participações S.A.	5,1813	83.143.193	34,2%
Mercury Renew Participações S.A.	9,3194	30.388.594	12,5%
Grupo Perfin		150.484.319	61,9%
Total de ações		243.108.754	100,0%

Resultado líquido do período findo em 30 de junho de 2021	235.217
Lucro líquido <i>pro forma</i> por ação em 30 de junho de 2021	0,9675

Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	(113.409)
Prejuízo <i>pro forma</i> por ação em 31 de dezembro de 2020	(0,4665)

Conforme previsto no acordo de associação, caso ocorra alterações na quantidade de ações das empresas incorporadas pela Comerc Participações, a relação de troca será ajustada de forma a manter a participação final de cada empresa no empreendimento criado em conjunto.

A partir da implementação da Reorganização, os atuais acionistas controladores do Grupo Comerc e das empresas do Grupo Perfin celebraram um acordo de acionistas por meio do qual determinaram os termos e condições do compartilhamento do controle da Companhia ("Acordo de Acionistas"). Quando implementada a Reorganização, os atuais acionistas da Comerc Participações e das empresas do Grupo Perfin passarão a deter, respectivamente, 38,10% e 61,90% das ações de emissão da Companhia e exercerão o controle compartilhado da Companhia nos termos do Acordo de Acionistas.

2. Base de elaboração das informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* (não auditadas) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e a demonstração do resultado consolidado condensado *pro forma* (não auditado) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas e são apresentadas conforme o Comunicado CTG 06 - "Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma*", emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das entidades envolvidas.

O balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* (não auditados) em 30 de junho de 2021 baseia-se no balanço patrimonial combinado histórico do Grupo Comerc, e reflete uma base *pro forma* (não auditada) para ilustrar a incorporação das empresas do Grupo Perfin, como se essa tivesse sido consumada em 30 de junho de 2021.

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
e exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A demonstração do resultado consolidado condensado *pro forma* (não auditado) que compreende o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 baseia-se nas demonstrações do resultado combinado histórico do Grupo Comerc, dando efeito à incorporação das empresas do Grupo Perfin, como se todas elas tivessem sido incorporadas em 1º de janeiro de 2020.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* (não auditadas) aqui apresentadas se baseiam nas:

- (i) Demonstrações financeiras intermediárias combinadas históricas do Grupo Comerc que compreendem os negócios das empresas Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Comerc Energia Ltda., Comerc Gás Comercializadora Ltda., Comerc Power Trading Ltda.; Micropower Comerc Participações Ltda., Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda., Comerc Esco Instalações e Prestação de Serviços em Energia Ltda., DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. e Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda., para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e estão em conformidade com a NBC TG 44 - Demonstrações Combinadas, exclusivamente para atender às necessidades específicas do Grupo Comerc, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 12 de agosto de 2021.
- (ii) Demonstrações financeiras combinadas históricas do Grupo Comerc que compreendem os negócios das empresas Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Comerc Energia Ltda., Comerc Gás Comercializadora Ltda., Comerc Power Trading Ltda.; Micropower Comerc Participações Ltda., Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda., Comerc Esco Instalações e Prestação de Serviços em Energia Ltda., DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. e Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e estão em conformidade com a NBC TG 44 - Demonstrações Combinadas, exclusivamente para atender às necessidades específicas do Grupo, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 12 de agosto de 2021.

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Demonstrações financeiras intermediárias combinadas históricas do Grupo Ares 1 que compreendem os negócios de três complexos de geração centralizada (1 solar e 2 eólicas) sendo Holding Ares One (Brigidas), Holding Ares 1 (Rio do Vento Fase 1), Holding Ares Eyner (Rio do Vento Fase 2) e UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A., para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, e estão em conformidade com a NBC TG 44 - Demonstrações Combinadas, exclusivamente para atender às necessidades específicas do Grupo Ares 1, revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de revisão, sem ressalva, em 12 de agosto de 2021;
- (iv) Demonstrações financeiras combinadas históricas do Grupo Ares 1 que compreendem os negócios de três complexos de geração centralizada (1 solar e 2 eólicas) sendo Holding Ares One (Brigidas), Holding Ares 1 (Brigidas e Rio do Vento Fase 1), Holding Ares Eyner (Rio do Vento Fase 2) e UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, e estão em conformidade com a NBC TG 44 - Demonstrações Combinadas, exclusivamente para atender às necessidades específicas do Grupo, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 12 de agosto de 2021;
- (v) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas históricas da Ares 2 Participações S.A., que compreendem os negócios de geração distribuída de energia formados pela Holding Ares 2 para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de revisão, sem ressalva, em 13 de agosto de 2021;
- (vi) Demonstrações financeiras históricas da Ares 2 Participações S.A., que compreendem os negócios de geração distribuída de energia formados pela Holding Ares 2 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 16 de julho de 2021;

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
e exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (vii) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas históricas da Mori Energia Holding S.A., que compreendem os negócios de geração distribuída de energia, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de revisão, sem ressalva, em 12 de agosto de 2021. Para a finalidade desse *pro forma* foi considerada a demonstração do resultado intermediária consolidada da Mori Participações S.A. para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, subtraído do período de dois meses findo em 30 de junho de 2021, o qual já está consolidado na Ares 2 Participações S.A. uma vez que a Ares 2 Participações S.A. adquiriu controle da Mori Participações S.A. a partir de maio de 2021, desta forma consolidando o resultado de maio e junho de 2021;
- (viii) Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Mori Energia Holding S.A., que compreendem os negócios de geração distribuída de energia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 16 de julho de 2021;
- (ix) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas históricas da Mercury Renew S.A. que compreendem os negócios de geração centralizada, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de revisão em 12 de agosto de 2021, contendo parágrafo de ênfase devido às controladas da Mercury Renew S.A. encontrarem-se em fase pré-operacional, e que a conclusão total das obras de construção e o consequente início das operações, depende da capacidade das controladas em continuarem cumprindo o cronograma de obras previsto e da obtenção dos recursos financeiros necessários para a conclusão dos projetos;
- (x) Demonstrações financeiras individuais históricas da Mercury Infra Participações S.A. (atualmente denominada Mercury Renew S.A.) que compreendem os negócios de geração centralizada, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 16 de julho de 2021;

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
e exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ajustes *pro forma* às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas) foram preparados pela Administração, a qual tomou como base principal os procedimentos previstos no CPC 18 (R2)/IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, considerando que a formação de um empreendimento controlado em conjunto é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo. Além disso, a Administração considerou o disposto no item 10 do CPC 23/IAS 8 - Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro, o qual descreve que na ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação que se aplique especificamente a uma transação, outro evento ou condição, a administração exercerá seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil que resulte em informação que seja:

- (a) relevante para a tomada de decisão econômica por parte dos usuários; e
- (b) confiável, de tal modo que as demonstrações contábeis:
 - (i) representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade;
 - (ii) reflitam a essência econômica de transações, outros eventos e condições e, não, meramente a forma legal;
 - (iii) sejam neutras, isto é, que estejam isentas de viés;
 - (iv) sejam prudentes; e
 - (v) sejam completas em todos os aspectos materiais.

No processo da criação do empreendimento em conjunto em questão não haverá adquirente, controlador integral (controle unilateral), tampouco troca de controle, existindo o compartilhamento do controle da Companhia, onde os controladores anteriores da Comerc Participações S.A. (Grupo Comerc) abrem mão do controle dessa entidade, e os controladores anteriores das entidades do Grupo Perfin também abrem mão do controle que exerciam nessas entidades do Grupo Perfin, para compartilharem controle na Comerc Participações S.A., a partir da implementação da Reorganização. Ou seja, estamos diante da formação de uma *Joint Venture* nos termos do CPC 18 (R2)/IAS 28. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidada condensadas *pro forma* (não auditadas) foram elaboradas utilizando o *book value method* (previsto no IASB DP/2020/2 *Business Combinations under Common Control* que trata de combinações envolvendo entidades sobre controle comum) com base nos valores patrimoniais de cada entidade.

Sendo assim, com o objetivo de implementar o IPO da Comerc Participações (holding, incorporadora de todas as ações dos negócios), a política contábil adotada para essa operação, tem como base e premissa o valor contábil dos ativos líquidos das entidades transferidas do Grupo Perfin à Comerc Participações S.A., bem como o valor contábil dos ativos líquidos das entidades do Grupo Comerc.

As informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas) foram elaboradas e estão sendo apresentadas exclusivamente para fins ilustrativos e não pretendem representar o que os resultados reais consolidados das operações ou a posição financeira do Grupo Comerc teriam sido se as aquisições do Grupo Ares 1, Ares 2 Participações S.A., Mori Energia Holdings S.A. e Mercury Renew Participações S.A., tivessem ocorrido nas datas assumidas, e, consequentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações consolidadas em períodos futuros ou da posição financeira consolidada da Comerc Participações S.A.

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
e exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* (não auditadas) foram elaboradas em bases recorrentes e, portanto, não incluem eventuais ganhos ou perdas decorrentes do empreendimento criado.

Adicionalmente, tais informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas) não refletem, por exemplo: (i) qualquer sinergia, eficiência operacional e economia de custos que possam decorrer da reorganização societária; (ii) qualquer possível benefício gerado pelo crescimento combinado das companhias; ou (iii) os custos ou despesas para integrar as operações.

Estas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* (não auditadas) devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das entidades envolvidas.

3. Descrição dos ajustes *pro forma* do empreendimento criado

(a) Eliminação da equivalência patrimonial proveniente da participação que Ares 2 Participações S.A. possui na Mori Energia Holding S.A.

Durante o exercício de 2020, a Ares 2 Participações S.A. possuía participação de 94,78% na Mori Energia Holding S.A. e, conforme acordo de acionistas, a Ares 2 Participações S.A. não possuía o controle da Mori Energia Holding S.A. durante o exercício de 2020.

Em 4 de maio de 2021, a Ares 2 Participações S.A. adquiriu os 5,22% remanescentes do capital total da Mori Energia Holding S.A., passando a deter naquela data a totalidade das ações na Mori Energia Holding S.A.

Desta forma, efetua-se a eliminação da equivalência patrimonial da Ares 2 Participações, proveniente da participação societária da Mori Energia Holding S.A., durante os períodos de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 e 1º de janeiro de 2021 a 30 de abril de 2021.

(b) Amortização do Intangível proveniente da aquisição do controle da Mori pela Ares 2 Participações S.A.

No momento em que a Ares 2 Participações S.A. passa a controlar a Mori Energia Holding S.A., a Ares 2 Participações S.A. aloca a mais-valia paga aos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados a valor justo, de acordo com o CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios, são identificados os seguintes ativos intangíveis, e os seus respectivos efeitos de amortização no resultado *pro forma* como se a operação tivesse sido consumada em 1º de janeiro de 2020:

Descrição	Valor	Vida útil estimada (em anos)	Efeito no resultado <i>pro forma</i>	
			Período de quatro meses findo em 30 de abril de 2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Relacionamento com Clientes (i)	254.863	25,7	3.306	9.917
Direito de autorização (ii)	233.117	24,7	3.146	9.438
Ágio por rentabilidade futura	136.377	Indefinida	-	-
Total – intangível	624.357		6.452	19.355

COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras condensadas *pro forma* (não auditadas)
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
e exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) o valor justo do intangível gerado a partir do “Relacionamento com Clientes”, transferido para a Ares 2 foi apurado através do método (Multi period earning excess method (“MPEEM”)) utilizado para avaliação de ativos e possui vida útil estimada de amortização de cerca 25,7 anos.
- (ii) o valor justo do intangível gerado a partir do “Direito de autorização”, transferido para a Ares 2 foi apurado através do método (Multi period earning excess method (“MPEEM”)) utilizado para avaliação de ativos e possui vida útil estimada de amortização de cerca 24,7 anos.

O efeito da amortização no resultado *pro forma* para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 considera apenas o período de quatro meses findo em 30 de abril de 2021, uma vez que após a aquisição do controle da Mori Energia Holding S.A. pela Ares 2 Participações S.A., esses intangíveis estão sendo amortizados nas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias da Ares 2 Participações S.A., contemplando os dois meses remanescentes de amortização até 30 de junho de 2021.

Foi incluído no *pro forma* o efeito fiscal desses montantes, à alíquota combinada de 34%, visto que a Ares 2 Participações S.A. constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos por conta do ganho na avaliação desses ativos e passivos a valor justo na data da aquisição do controle. O efeito de imposto de renda e contribuição social oriundo da amortização desses intangíveis irá reverter o imposto de renda diferido passivo ao longo da vida útil do intangível.

(c) Despesa Financeira relacionada a dívida adquirida para aquisição da Participação na Mori Energia Holding S.A.

Para a aquisição da participação acionária na Mori Energia Holding S.A. a Ares 2 Participações S.A. utilizou parte do valor captado através da emissão privada de debênture simples, não conversível em ações, com taxa mensal de IPCA + 6,45 ao ano e prazo de vencimento em 15 de junho de 2030.

O valor utilizado para aquisição da participação acionária foi de R\$ 51.658 cuja despesa financeira está refletida no *pro forma* como se a dívida equivalente ao valor proporcional ao pagamento para aquisição da participação acionária tivesse sido obtida em 1º de janeiro de 2020.

Não foi incluído no *pro forma* o efeito fiscal desses montantes, visto que a Ares 2 Participações S.A. não possui expectativa de geração de lucro tributável futuro.

(d) Migração da Perfin de acionista minoritário para bloco de controle na Comerc Participações S.A.

Em 1º de abril de 2021, a Perfin Administradora de Recursos Ltda. (“Perfin”) investiu R\$ 200.000 na Comerc Participações S.A. através de aumento de capital totalmente integralizado em espécie. Através deste investimento a Perfin Administradora de Recursos Ltda. passou a deter 19,99% de participação nas empresas do Grupo Comerc.

A partir da implementação da Reorganização, mencionada na Nota 1(a), os atuais acionistas controladores do Grupo Comerc e das empresas do Grupo Perfin celebraram um acordo por meio do qual determinaram os termos e condições do compartilhamento do controle da Companhia (“Acordo de Acionistas”), condicionado à realização do IPO. Desta forma, após a reorganização, a companhia resultante passa a ser um empreendimento controlado em conjunto entre os dois acionistas (vide quadro na Nota 1(a)) e, conseqüentemente, o Grupo Perfin deixa de ser acionista não controlador e passa a fazer parte do bloco de controle.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA
COMPANHIA, REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE
2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Comerc Participações S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Comerc Participações S.A.

A administração da Comerc Participações S.A. (“Companhia”) submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

O propósito de apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 é atender a Instrução CVM nº 480/09, por conta de alteração relevante na estrutura patrimonial após a data do encerramento do último exercício social.

1. Principais destaques

- Investimento de R\$ 175 milhões pela Perfin Administração de Recursos Ltda.¹ na Comerc Participações em 1º de abril de 2021, passando a deter 19,99% de participação na Comerc Participações. Esses recursos criam oportunidades de impulsionar resultados dos negócios atuais e de desenvolvimento de novos negócios. Essa alteração patrimonial relevante determinou a emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.
- Consolidação da reorganização societária com objetivo de preparar a Comerc Participações para o crescimento de longo prazo.
- Desenho organizacional da plataforma nas verticais de negócios de Trading, Serviços ao Cliente e Soluções em Energia no mercado livre de energia.
- Aquisição de 32% das cotas da Newcom pela Comerc Participações, que passou a deter a totalidade das cotas da Newcom em 30 de junho de 2021.
- Início da sociedade da Comerc Participações com a Base Investimentos (constituída pelos principais acionistas do Grupo SETA Engenharia) inaugurando novas iniciativas Geração Centralizada e Autoprodução (Infinito).
- Receita Líquida atingiu R\$ 1.632,1 MM no 1S21, 310% de crescimento versus o 1S20.
- Verticais de Trading e Serviços ao Cliente: EBITDA² negativo de R\$ 34,6 MM no 1S21 devido ao impacto negativo da marcação a mercado de contratos futuros (MtM) no valor negativo de R\$ 63,6 MM. Os preços futuros de energia tiveram alta significativa em um curto intervalo de tempo durante o 1S21. Essa alta foi provocada pelo cenário de escassez hídrica que se confirmou após março e provocou perdas na marcação dos contratos futuros que não possuem efeito no caixa da Companhia.
- Vertical de Soluções em Energia: Continuidade da visão estratégica de longo prazo em investir em novas iniciativas focadas em oferecer melhores soluções em energia para nossos clientes.

¹ Em 19 de Julho de 2021, o fundo Perfin Comercury Fundo de Investimento Multiestratégia (“FIP Comercury”) adquiriu a totalidade das ações adquiridas pela Perfin Administração de Recursos Ltda. Ao mesmo valor de 1º de abril de 2021.

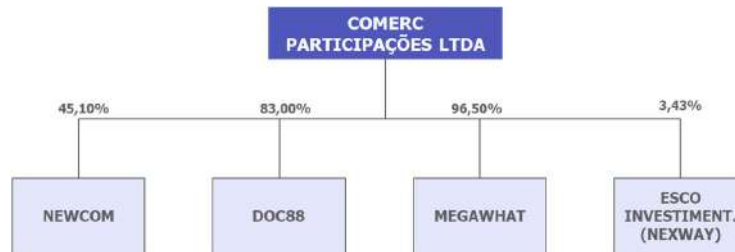
² Inclui resultado negativo de marcação a mercado de contrato futuro de R\$ 64 MM

Considerando tanto as verticais de negócios mais maduras (Trading e Serviços aos Clientes) quanto as verticais de negócios que estão em fase de desenvolvimento (Soluções em Energia), o EBITDA² da Comerc Participações foi negativo em R\$ 38,6 MM.

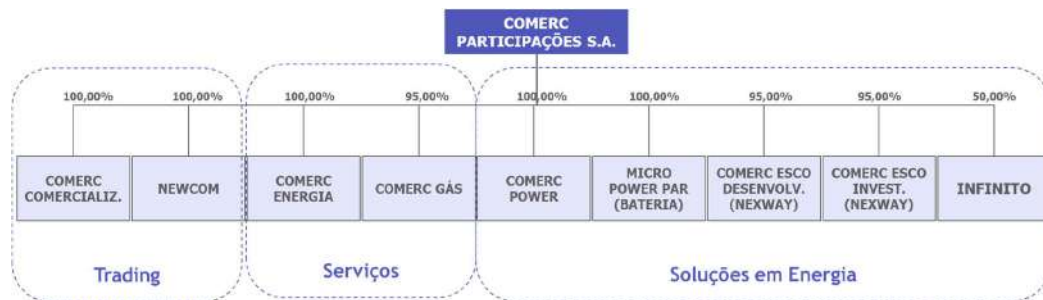
2. Reestruturação societária

A reorganização societária da Comerc Participações é uma das etapas fundamentais para preparar o Grupo para o crescimento de longo prazo. Em continuidade com a consolidação da maioria dos negócios do grupo abaixo da Comerc Participações realizada em dezembro de 2020, realizamos a transformação da Comerc Participações em Sociedade Anônima no 1S21.

Abaixo está a estrutura societária da Comerc Participações vigente até 30 de dezembro de 2020, antes da ocorrência da reorganização societária:



Após a reorganização societária e a aquisição de cotas da NewCom, a estrutura societária da Comerc Participações passou a ter a seguinte configuração:



3. Comentários de Desempenho

3.1. Destaques Operacionais

Destaques Operacionais			
	1H 2021	1H 2020	Var. 21x20 (%)
Serviços ao Cliente			
Clientes (Grupo Econ.) ¹	1.240	1.073	15,6%
Ticket Médio Mensal (R\$ Mil/Cliente) ¹	6,8	6,3	6,4%
Trading			
Resultado Bruto (R\$ Mil)	(17.185)	30.993	-155,4%
<i>Receita Líquida na Venda de Energia</i>	<i>1.684.066</i>	<i>383.206</i>	<i>339,5%</i>
<i>Custos de vendas de Energia</i>	<i>(1.637.680)</i>	<i>(375.645)</i>	<i>-336,0%</i>
<i>Marcação a mercado de instrumentos financeiros</i>	<i>(63.571)</i>	<i>23.432</i>	<i>-371,3%</i>
Volume Corrente (GWh) ²	8.251	2.116	289,9%
Margem Bruta Corrente (R\$/MWh) ³	5,6	3,6	57,3%
Carteira de energia a valor justo (R\$ Mil) ⁴	94.512		

1 - Indicadores Proforma em 2020

2 - Volume de energia consumida durante o exercício. Não considera carteira de energia de contratos futuros

3 - Margem Bruta Corrente = (Receita líquida - Custos de vendas de Energia) / Volume Corrente

4 - Posição de ativo (-) passivo

Serviços ao Cliente

Registramos 1.240 clientes ao final do 2S21, crescimento de 15,6% em relação ao 2T20. O ticket médio por cliente somou 6,8 mil reais, o que representou um incremento de 6,4% quando comparado com o mesmo semestre do ano anterior.

Trading:

Com relação ao Resultado Bruto da Trading, observamos uma redução de R\$ 48,2 MM no 1S21 versus o 2S20 devido, principalmente, à marcação a mercado da carteira (contratos futuros de compra e venda de energia), que impactou negativamente em R\$ 63,6 MM o resultado bruto do período. Vale ressaltar que tal marcação a mercado não traz impacto em caixa no período.

Adicionalmente, com relação aos volumes transacionados, registramos crescimento de 289,9% em relação ao mesmo semestre do ano anterior, efeito da reorganização societária, que adicionou a Comerc Comercializadora ao conjunto de empresas da Comerc Participações SA em 2021.

Por fim, observamos uma ampliação da Margem Bruta Corrente (R\$/MWh) de 57,3% no 1S21 em comparação com o 1S20.

3.2. Destaques Financeiros

Destaques Financeiros			
(R\$ Milhares, exceto percentuais)			
	1H 2021	1H 2020	Var. 21x20 (%)
Trading e Serviços ao Cliente			
Resultado Bruto ¹	20.075	30.993	-35,2%
Trading	(17.185)	30.993	-155,4%
Receita Líquida na Venda de Energia	1.684.066	383.206	339,5%
Custos de vendas de Energia	(1.637.680)	(375.645)	-336,0%
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(63.571)	23.432	-371,3%
Serviços ao Cliente	37.260	-	na
Soluções em Energia			
Resultado Bruto	1.419	13.601	-89,6%
Grupo Comerc²			
Resultado Bruto ¹	21.324	44.594	-52,2%
EBITDA ^{1(a)}	(38.053)	25.768	-247,7%
Resultado líquido do período	(29.006)	15.500	-287,1%

1 - Considera impacto negativo de R\$ 63,6 MM de marcação a mercado (valor justo da carteira dos contratos de energia) no 1H21

2 - Considera eliminação de efeitos intercompany e resultado da controladora não incluídos nos negócios Trading e Serviços ao Cliente e Soluções em Energia

- (a) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Resultado líquido do período, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a instrução CVM no. 527/12. O EBITDA consiste no Resultado líquido do período ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, pela despesa de depreciação e amortização."

A Comerc Participações encerrou o 1S21 com um faturamento de R\$ 1.632,1 MM, 310% maior do que aquele registrado no ano anterior. Tal incremento se deu principalmente em função dos maiores volumes transacionados e das receitas adicionadas a Comerc Participações a partir da reorganização societária, que incluiu a Comerc Comercializadora como investida da Companhia em 2021.

Já o Resultado Bruto do Grupo Comerc teve redução de 52,2% quando comparado com mesmo período de 2020, principalmente devido a marcação a mercado da carteira de trading (contratos de compra e venda futura de energia). Vale ressaltar que o 1S21 apresentou grande variação nos preços de energia, que subiram em função do cenário desfavorável de hidrologia no país. Essa marcação a mercado dos contratos futuros de energia não trouxe impacto em caixa no período.

O EBITDA do Grupo Comerc foi negativo em R\$ 38,1 MM, apresentando uma redução de R\$ 63,8 MM dos quais R\$ 87,0 MM da redução foram decorrentes da variação negativa entre semestres na marcação a mercado.

Vale ressaltar que o EBITDA total da Comerc Participações reflete também a estratégia de longo prazo em investir em novas iniciativas focadas em fornecer melhores soluções em energia para os nossos clientes e, por ainda se encontram em estágio de desenvolvimento, impactam negativamente as despesas e, consequentemente, o EBITDA da Companhia.

3.3. Reconciliação do EBITDA e Resultado Líquido

Reconciliação do EBITDA			
(R\$ Milhares, exceto percentuais)			
	1H 2021	1H 2020	Var. 21x20 (%)
Grupo Comerc²			
Resultado líquido do período	(29.006)	15.500	-287,1%
(+) IR/CSLL	(14.906)	10.328	-244,3%
(+) Resultado Financeiro	447	(284)	257,4%
(+) Depreciação/Amortização	5.412	224	2315,5%
EBITDA^{1 (a)}	(38.053)	25.768	-247,7%

1 - Considera impacto negativo de R\$ 63,8 MM de marcação a mercado (valor justo da carteira dos contratos de energia) no 1H21

2 - Considera eliminação de efeitos intercompany e resultado da controladora não incluídos nos negócios Trading e Serviços ao Cliente e Soluções em Energia

- (a) “O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Resultado líquido do período, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a instrução CVM no. 527/12. O EBITDA consiste no Resultado líquido do período ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, pela despesa de depreciação e amortização.”

4. Impacto do Covid em nossas atividades

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, que impactou a economia mundial e continua impactando neste ano de 2021.

Desde meados de março de 2020, a Comerc Participações vem gerenciando e atuando para mitigar os impactos da pandemia em suas operações, seus resultados e na segurança e bem-estar de seus colaboradores.

Apesar do impacto negativo na economia global, as operações do Grupo não sofreram impactos relevante devido a pandemia durante o 1S21. A administração da Companhia continua monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

Adicionalmente, considerando a sinalização de retomada da atividade econômica, a Companhia não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira agressiva seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos

5. Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia não possui políticas ou procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou a objetividade de seus auditores independentes, nos termos do inciso III do artigo 2º da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003. Contudo, todos os trabalhos prestados pelos auditores foram analisados pela Administração, a qual concluiu que todos os serviços são relacionados à auditoria. Adicionalmente, não houve transferência relevante de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, nos termos da Deliberação CVM nº 642, de 07 de outubro de 2010, e o CPC 05 (R1). No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou serviços cuja remuneração global ultrapassou 5% (cinco por cento) da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

Comerc Participações S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Comerc Participações S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Comerc Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Comerc Participações S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do período. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras

intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras intermediárias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Reconhecimento de receita

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a receita operacional consolidada da Companhia monta a R\$ 1.632.083 mil, conforme divulgado na nota 14 às demonstrações financeiras intermediárias. O impacto referente à marcação a mercado dos contratos futuros de energia perfaz uma despesa de R\$ 63.571 mil, conforme divulgado na nota 20(c) às demonstrações financeiras intermediárias, e o custo com compra de energia monta a R\$ 1.547.188 mil, conforme divulgado na nota 15 às demonstrações financeiras intermediárias.

As receitas das controladas são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica a consumidores livres, geradores e comercializadores, além dos serviços de consultoria para adequação do consumidor para migração ao ambiente de contratação livre (ACL). O reconhecimento da receita e do custo com compra de energia é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação a qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. Os contratos futuros de compra e venda de energia possuem características e são classificados como instrumentos financeiros, conforme IFRS 09/CPC 48. A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua Administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício (“corte das vendas”). Adicionalmente, a mensuração da marcação a mercados dos contratos futuros de energia é uma estimativa contábil que demanda julgamento da administração. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita ou um custo sejam reconhecidos em período distinto daquele em que ocorreu a transferência dos riscos e benefícios para o cliente e consequente cumprimento da obrigação de desempenho, além do volume e da especificidade na mensuração da marcação a mercado dos contratos futuros de comercialização de energia, processos que suportam seu reconhecimento e seus respectivos controles internos.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas e custos de comercialização de energia, e serviços de consultoria;
- Realização de procedimentos de teste de corte da receita de forma extensiva, com a alocação da materialidade proporcionalmente à população de teste;

- Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração dos valores de mercado;
- Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia reconhecida pela Companhia;
- Testes de recebimentos e pagamentos subsequentes de faturas, por amostragem;
- Com a assistência de nossos especialistas, recálculo da marcação a mercado dos contratos futuros de energia, discutindo as premissas utilizadas pela Administração, confrontando com as informações externas do mercado;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas, custos e marcação a mercado, incluídas nas notas 14, 15 e 20(c) às demonstrações financeiras intermediárias.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, custos e marcação a mercado dos contratos futuros de energia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período e que, dessa maneira, constituem o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

Comerc Participações S.A.

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	3	146.492	1.212	219.386	66.782
Contas a receber	4	-	-	301.970	319.872
Impostos e contribuições a recuperar	-	67	103	4.968	3.567
Instrumentos financeiros derivativos	20.c	-	-	2.808.026	530.117
Partes relacionadas	5	1.025	1.600	768	22.994
Outros ativos	-	233	327	13.926	9.606
Total do ativo circulante		147.817	3.242	3.349.044	952.938
Contas a receber	4	-	-	1.153	-
Créditos diversos	-	-	-	4.123	-
Tributos diferidos	18.2	-	-	12.424	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.613	613	-	613
Instrumentos financeiros derivativos	20.c	-	-	1.147.206	260.315
Investimentos	6	180.320	180.290	11.813	13.645
Direito de uso	8	-	-	10.604	13.416
Imobilizado	7	-	-	36.535	14.480
Intangível	-	-	537	13.556	11.683
Total do ativo não circulante		194.933	181.440	1.237.414	314.152
Total do ativo		342.750	184.682	4.586.458	1.267.090

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	250	-
Fornecedores	9	123	-	284.224	307.098
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	108	2	34.614	20.357
Adiantamentos de clientes	-	-	-	12.805	7.935
Partes relacionadas	5	5.872	4.500	5.872	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.c	-	-	2.850.819	496.890
Passivo de arrendamento	8	-	-	3.518	3.850
Dividendos a pagar	11	216	-	216	22.000
Outros passivos	-	2.109	-	4.237	10.365
Total do passivo circulante		8.428	4.502	3.196.555	868.495
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	3.762	-
Tributos diferidos	18.2	-	-	32.100	46.370
Passivo de arrendamento	8	-	-	9.427	12.491
Contas a pagar	-	-	-	-	623
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	-	109	-
Partes relacionadas	5	5.045	-	5.045	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.c	-	-	1.009.901	133.820
Provisão para contingências	12	-	-	78	57
Total do passivo não circulante		5.045	-	1.060.422	193.361
Patrimônio líquido					
Capital social	13.1	192.009	172.065	192.009	172.065
Reserva de lucros	13.2	161.156	7.615	161.156	7.615
Prejuízo do período	-	(23.888)	-	(23.888)	-
		329.277	179.680	329.277	179.680
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	500	-	500
Total do patrimônio líquido da controladora		329.277	180.180	329.277	180.180
Participação de não controladores	-	-	-	204	25.054
Total do patrimônio líquido consolidado		329.277	180.180	329.481	205.234
Total do passivo e patrimônio líquido		342.750	184.682	4.586.458	1.267.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Comerc Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional líquida	14	-	-	1.632.083	397.871
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	20.c	-	-	(63.571)	23.432
Custos de vendas de energia e serviços prestados	15	-	-	(1.547.188)	(376.709)
Resultado bruto		-	-	21.324	44.594
Receita (despesas) operacionais					
Despesas administrativas, comerciais e gerais	16	(153)	(1)	(62.543)	(19.050)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	(1.326)	-
Resultado de equivalência patrimonial	6.4	(24.633)	7.864	(920)	-
Total das receitas/(despesas) operacionais		(24.786)	7.863	(64.789)	(19.050)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	17	1.315	9	2.989	448
Despesas financeiras	17	(51)	-	(3.436)	(164)
Resultado financeiro líquido		1.264	9	(447)	284
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(23.522)	7.872	(43.912)	25.828
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro correntes	18.1	(366)	(2)	(8.419)	(2.361)
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro diferidos	18.2	-	-	23.325	(7.967)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(23.888)	7.870	(29.006)	15.500
Participação atribuída a não controladores		-	-	(5.118)	7.630
Participação atribuída aos controladores		(23.888)	7.870	(23.888)	7.870
(Prejuízo) Lucro atribuído aos controladores - por ação (R\$ por ação)		(0,2761)	1,2178	(0,2761)	1,2178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Comerc Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Resultado líquido do período	(23.888)	7.870	(29.006)	15.500
Outros resultado abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(23.888)	7.870	(29.006)	15.500
Participação atribuída a não controladores	-	-	(5.118)	7.630
Participação atribuída aos controladores	(23.888)	7.870	(23.888)	7.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Comerc Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Cotas em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Resultado do período	Patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2020		17.420	-	-	(395)	7.112	-	24.137	24.103	48.240
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	500	-	-	-	-	500	-	500
Ganhos e perdas na participação em investimentos	-	-	-	-	373	-	-	373	8.742	9.115
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	7.870	7.870	7.630	15.500
Saldos em 30 de junho de 2020		17.420	500	-	(22)	7.112	7.870	32.880	40.475	73.355
Saldos em 01 de janeiro de 2021		172.065	500	(175)	(1.138)	8.928	-	180.180	25.054	205.234
Aumento de capital	13.1	19.944	(500)	-	170.000	-	-	189.444	(8.624)	180.820
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.816)	-	(1.816)	(5.217)	(7.033)
Ganhos e perdas na participação em investimentos	-	-	-	-	(3.247)	-	-	(3.247)	1.024	(2.223)
Perda por dividendo recebido	-	-	-	-	-	(1.177)	-	(1.177)	1.177	-
desproporcionalmente	-	-	-	-	(11.224)	-	-	(11.224)	(8.092)	(19.316)
Transações com acionistas	-	-	-	-	1.005	-	-	1.005	-	1.005
Constituição de reserva de capital	-	-	-	-	-	-	(23.888)	(23.888)	(5.118)	(29.006)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	(23.888)	(23.888)	(5.118)	(29.006)
Saldos em 30 de junho de 2021		192.009	-	(175)	155.396	5.935	(23.888)	329.277	204	329.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Comerc Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Das atividades operacionais				
Resultado líquido do período	(23.888)	7.870	(29.006)	15.500
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	5.412	224
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	638	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	3	-
Resultado de equivalência patrimonial	24.633	(7.864)	920	-
Marcação de mercado dos contratos de energia	-	-	65.210	(24.320)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica				
PIS e COFINS diferidos	-	-	(1.639)	888
Tributos diferidos	-	-	(23.325)	7.967
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	-	-	11	-
Provisão para contingências	-	-	21	-
Baixa de ativos para resultado	-	-	1.369	103
Decréscimo/(acrécimo) em ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	19.411	16.879
Impostos a recuperar	36	-	(1.143)	(510)
Créditos diversos	94	-	(1.636)	3.738
Transações com partes relacionadas	-	-	1.751	(111)
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	123	-	(24.749)	(14.790)
Obrigações tributárias	106	1	22.234	4.332
Adiantamentos de clientes	-	-	4.828	124
Contas a pagar	2.109	(7)	(7.094)	3.368
Transações com partes relacionadas	-	-	(307)	766
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(7.912)	(2.523)
Fluxo de caixa líquido proveniente das/ (aplicados nas) atividades operacionais	3.213	-	24.997	11.635
Das atividades de investimento				
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(16.717)	-	-	-
Acrécimo de imobilizado	-	-	(4.836)	(1.497)
Acrécimo de investimentos	(12.502)	(1.001)	(2.462)	-
Aquisição de ativo intangível	(23)	(61)	(3.872)	(61)
Dividendos recebidos	2.141	2.477	-	-
Alienação de investimentos	-	1.015	-	-
Transações com partes relacionadas	(1.025)	-	-	-
Caixa proveniente de reorganização societária	-	-	1.775	-

Comerc Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades de investimento	(28.126)	2.430	(9.395)	(1.558)
Das atividades de financiamento				
Pagamentos de arrendamentos	-	-	(2.525)	-
Transações com partes relacionadas	(4.807)	-	-	-
Integralização de capital social	175.000	-	175.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	500	-	500
Dividendos pagos	-	(2.594)	(28.816)	(2.594)
Movimentação com não controladores	-	-	(6.657)	9.117
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento	170.193	(2.094)	137.002	7.023
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	145.280	336	152.604	17.100
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	1.212	3	66.782	23.967
No fim do período	146.492	339	219.386	41.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Comerc Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Período findo em 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.666.868	406.718
Outras receitas	-	-	(63.539)	23.432
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	-	-	(121)	-
	-	-	1.603.208	430.150
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	-	-	(1.546.478)	(376.566)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(49)	-	(12.902)	(5.496)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(49)	-	(1.559.380)	(382.062)
Valor adicionado bruto	(49)	-	43.828	48.088
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(5.413)	(224)
Depreciação	-	-	(5.413)	(224)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(49)	-	38.415	47.864
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(24.633)	7.864	(920)	-
Receitas financeiras	1.253	9	2.768	427
Outras	(50)	(1)	(1.134)	(88)
	(23.430)	7.872	714	339
Valor adicionado total a distribuir	(23.479)	7.872	39.129	48.203
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	-	-	(38.766)	(10.512)
Remuneração direta	(35)	-	(5.285)	(1.521)
Benefícios	-	-	(1.053)	(396)
F.G.T.S.	(35)	-	(45.104)	(12.429)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(366)	(2)	9.004	(11.230)
Estaduais	(3)	-	(27.476)	(7.563)
Municipais	(5)	-	(2.697)	(485)
	(374)	(2)	(21.169)	(19.278)
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	-	-	(749)	(82)
Outras	-	-	(1.113)	(914)
	-	-	(1.862)	(996)
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos/Prejuízo do exercício	23.888	(7.870)	29.006	(15.500)
	23.888	(7.870)	29.006	(15.500)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Comerc Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora” ou “Grupo” quando em conjunto com as suas controladas), constituída em 03 de agosto de 2016, tem como principal objetivo a participação em outras empresas comerciais civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista. Está domiciliada no Brasil, tem sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909 - 21º andar - Torre Norte, no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo.

O Grupo atua em comercialização de energia elétrica (compra e venda), prestação de serviços de gestão do consumo de energia e representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), prestação de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores que tenham opção de escolha de fornecedor (consumidor livre), comercialização de gás (compra e venda), prestação de serviços de gestão do consumo de gás, locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes bem como a prestação de serviços que auxiliem a empresa a reduzir esse consumo.

1.1. Reestruturação societária

Reestruturações ocorridas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

Em 31 de março de 2021, a Companhia aumentou seu capital social de R\$172.065 para R\$178.385 mediante emissão de 6.320.079 novas ações, com valor nominal de R\$1,00 (um real), perfazendo um aumento no valor de R\$6.320. Desse montante, R\$500 foi integralizado com saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$5.820 com 5.820.079 (cinco milhões, oitocentos e vinte mil, setenta e nove) cotas da empresa Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (“Comerc Esco”), com aumento de participação da Companhia na Comerc Esco de 3,43% para 95% nessa data. Em virtude do aumento de participação, a Companhia se tornou controladora da empresa Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda., a qual passou a fazer parte das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2021. Uma vez que os controladores da Companhia já eram os controladores da Comerc Esco, essa operação foi tratada como uma transação entre sócios.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Reestruturação societária--Continuação

Reestruturações ocorridas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021--
Continuação

Na data da transação, as principais informações financeiras da Comerc Esco é como segue:

	Ativos
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.775
Contas a receber	1.333
Impostos a recuperar	258
Outros ativos circulantes	2.739
Total do ativo circulante	6.105
Ativo não circulante	
Contas a receber	1.340
Impostos diferidos	1.729
Imobilizado, líquido	21.257
Intangível, líquido	1
Outros ativos não circulantes	4.069
Total do ativo não circulante	28.396
Total do ativo	34.501
	Passivos
Passivo circulante	
Fornecedores	1.875
Empréstimos e financiamentos	134
Partes relacionadas	20.475
Adiantamentos de clientes	42
Obrigações tributárias	44
Outros passivos circulantes	343
Total do passivo circulante	22.913
Passivo não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	613
Empréstimos e financiamentos	3.875
Total do passivo não circulante	4.488
Total do acervo líquido incorporado	7.100

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Reestruturação societária--Continuação

Reestruturações ocorridas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021-- Continuação

Ainda em 31 de março de 2021, a Companhia aumentou seu capital social de R\$178.385 para R\$187.009 mediante emissão de 8.014.995 novas ações, com valor nominal de R\$1,0759 (um real e setecentos e cinquenta e nove centésimos de centavos de real), perfazendo um aumento no valor de R\$8.623, cuja integralização foi feita por meio do recebimento de 8.014.995 (oito milhões, quatorze mil, novecentas e noventa e cinco) quotas da empresa Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Newcom"), com aumento de participação da Companhia na Newcom de 45,10% para 68% nessa data. Uma vez que os controladores da Companhia eram os detentores da participação remanescente na Newcom, essa operação foi tratada como uma transação entre sócios.

Em 1º de abril de 2021, a Companhia capitalizou 2.427.106 ações na Infinito Energy Investimentos e Participações S.A. ("Infinito Energy"), tornando-se a detentora de 50% das ações da Infinito Energy. Pela capitalização a Companhia integralizou em dinheiro o valor de R\$2.427 (R\$1.778 à vista e R\$649 após 2 meses) e não integralizou ativos operacionais. Pela aquisição, a Companhia adquiriu controle em conjunto, avaliando o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Ainda em 1º de abril de 2021, a Perfin Administradora de Recursos Ltda. investiu R\$175.000 na Companhia através de aumento de capital totalmente integralizado em espécie. Desse montante o valor de R\$5.000 foi destinado para aumento do capital social, correspondente à subscrição de 52.031.593 novas ações; e a diferença no valor de R\$170.000 foi destinado para a reserva de capital. Essas ações foram subscritas e integralizadas pela empresa Perfin Administração de Recursos Ltda. Na mesma data, como fruto desse investimento, os acionistas controladores da Companhia celebraram acordo de acionista com a Perfin Administração de Recursos Ltda.

Reestruturações ocorridas em 31 de dezembro de 2020

Devido a reestruturação societária de 31 de dezembro de 2020 as empresas Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Comerc Energia Ltda., Comerc Power Trading Ltda., Comerc Gás Comercializadora Ltda. e Micropower Comerc Participações Ltda. passaram a ser controladas da Companhia, de forma que a partir de 1º de janeiro de 2021 contribuíram com receita operacional líquida de R\$1.377.138 e prejuízo de R\$13.142 ao resultado do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2021.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aquisição de controle integral de controlada

Em 30 de junho de 2021, a Companhia adquiriu 11.200.005 cotas da Newcom, tornando-se a detentora da totalidade das cotas da Newcom. Pela aquisição, a Companhia pagará aos demais cotistas da Newcom em dinheiro o valor de R\$17.597 (R\$10.545 à vista e R\$7.052 em até 24 meses atualizados pela SELIC) somada a parcela de preço contingente vinculado a performance futura da Newcom após 4 anos, o qual foi estimado pela Companhia na data da transação em R\$1.665. Uma vez que, os controladores da Companhia eram os detentores da participação remanescente na Newcom, essa operação foi tratada como uma transação entre sócios.

1.3. Coronavírus (“COVID-19”)

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, que impactou a economia mundial e continua impactando neste ano de 2021.

Desde meados de março de 2020, a Comerc Participações vem gerenciando e atuando para mitigar os impactos da pandemia em suas operações, seus resultados e na segurança e bem-estar de seus colaboradores.

Apesar do impacto negativo na economia global, as operações do Grupo não sofreram impactos relevante devido a pandemia durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2021. A Administração da Companhia continua monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, a Companhia não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira relevante seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras intermediárias. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 12 de agosto de 2021.

O propósito de apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 é atender a Instrução CVM nº 480/09, por conta de alteração relevante na estrutura patrimonial após a data do encerramento do último exercício social.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

2.5.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia são registrados no resultado do exercício, em conta específica. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável

abordagem da Companhia exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável--Continuação

A “Provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado as operações e os títulos vencidos acima de 60 dias.

Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Contratos futuros de energia (compra e venda)

A Companhia possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Companhia possui flexibilidade para gerenciar estes contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

*Contratos futuros de energia (compra e venda)--*Continuação

Os contratos futuros podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (como exemplo, celebrando com a contraparte contrato de compensação).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço da Companhia pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos são estimados com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo.

Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturada para a Companhia e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.2. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação.

A soma da participação da Companhia nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento nas controladas. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda, na demonstração do resultado.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.2. Investimentos--Continuação

Ao perder influência significativa sobre o investimento, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.5.3. Arrendamentos

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não houve alteração substancial na contabilização do arrendador com base no IFRS 16/CPC 06-(R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17/CPC 06(R1). Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

A Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3. Arrendamentos--Continuação

A Companhia como arrendatário--Continuação

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Empresa usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.5.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

Segue abaixo tabela com as taxas de depreciação, que refletem substancialmente a vida útil dos ativos:

	% Taxas de depreciação	
	30/06/2021	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de informática	20%	20%
Veículos	20%	20%
Benfeitorias (*)	7%	7%

(*) Taxa média.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.4. Imobilizado--Continuação

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.5.5. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Segue abaixo a taxa de amortização praticada para o Grupo, de Intangível:

	% Taxas de amortização	
	30/06/2021	31/12/2020
Software e licença de uso	20%	20%

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.5. Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.5.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou suas controladas possuírem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.7. Resultado do exercício

Reconhecimento de receitas

A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.7. Resultado do exercício--Continuação

Reconhecimento de receitas--Continuação

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

Custo de venda de Energia

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados:

- Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e
- Com base na associação direta da receita.

O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa.

2.5.8. Impostos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.8. Impostos--Continuação

a) *Imposto de renda e contribuição social correntes*--Continuação

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.8. Impostos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*--Continuação

- A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

2.5.9. Base e mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.10. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.5.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.5.12. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. De acordo com o Contrato Social da Companhia, os lucros e resultados terão a destinação que os sócios deliberarem, mediante voto de sócio(s) que representem mais da metade do capital social.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em verticais de negócio, com base nos produtos e serviços, com 3 (três) segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

- Trading;
- Serviços; e
- Soluções em energia.

A Administração da Companhia monitora separadamente os resultados operacionais das verticais de negócio para poder tomar decisões e avaliar o seu desempenho.

As informações referentes aos resultados de cada segmento que são reportados, estão apresentadas a seguir:

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento--Continuação

a) Informações de resultado em 30 de junho de 2021

	30/06/2021					
	Controladora	Trading	Serviços	Soluções	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	-	1.684.066	41.638	11.051	(104.672)	1.632.083
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	(63.571)	-	-	-	(63.571)
Custos de vendas de energia e serviços prestados	-	(1.637.680)	(4.378)	(9.632)	104.502	(1.547.188)
Resultado bruto	-	(17.185)	37.260	1.419	(170)	21.324
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(153)	(28.729)	(30.008)	(3.653)	-	(62.543)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(1.341)	-	15	-	(1.326)
Resultado de equivalência patrimonial	(24.633)	-	-	(903)	24.616	(920)
Despesas financeiras	(51)	(1.857)	(748)	(780)	-	(3.436)
Receitas financeiras	1.315	1.095	478	101	-	2.989
Resultado por segmento antes dos impostos sobre o lucro	(23.522)	(48.017)	6.982	(3.801)	24.446	(43.912)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(366)	(3.740)	(4.291)	(22)	-	(8.419)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	20.299	1.995	1.031	-	23.325
Lucro líquido (prejuízo) do período	(23.888)	(31.458)	4.686	(2.792)	24.446	(29.006)

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento--Continuação

c) Informações de resultado em 30 de junho de 2020

	Controladora	Trading	Serviços	30/06/2020		
				Soluções	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	-	383.206	-	14.665	-	397.871
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	23.432	-	-	-	23.432
Custos de vendas de energia e serviços prestados	-	(375.645)	-	(1.064)	-	(376.709)
Resultado bruto	-	30.993	-	13.601	-	44.594
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(1)	(1.365)	-	(17.684)	-	(19.050)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.864	-	-	(212)	(7.652)	-
Despesas financeiras	-	(46)	-	(118)	-	(164)
Receitas financeiras	9	425	-	14	-	448
Resultado por segmento antes dos impostos sobre o lucro	7.872	30.007	-	(4.399)	(7.652)	25.828
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(2)	(2.258)	-	(101)	-	(2.361)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	(7.967)	-	-	-	(7.967)
Lucro líquido (prejuízo) do período	7.870	19.782	-	(4.500)	(7.652)	15.500

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento--Continuação

d) *Informações patrimoniais em 31 de dezembro de 2020*

	31/12/2020					Total
	Controladora	Trading	Serviços	Soluções	Eliminações	
Ativos por segmento	184.682	1.237.306	46.119	15.393	(216.410)	1.267.090
Passivos por segmento	4.502	1.070.852	29.044	1.512	(40.054)	1.061.852

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento--Continuação

A Comerc Energia Ltda. é a entidade prestadora de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores do mercado livre. Como essa Empresa passou a fazer parte da Comerc Participações em 31 de dezembro de 2020 (vide Nota 1.1), passou a aportar resultados à Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021. Por essa razão o segmento de serviços não demonstra resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

2.5.14. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos períodos apresentados.

2.5.15. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela CVM por meio da Deliberação 557/08. Evidencia a riqueza gerada pela Empresa e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas como parte de suas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Como não são requeridas pelas IFRS, essa demonstração é tratada como informação contábil suplementar.

2.5.16. Princípios de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.16. Princípios de consolidação--Continuação

Controladas

Controladas são todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia possui os seguintes percentuais de participação societária para os períodos apresentados:

Empresa	% de participação no Capital Social		Tipo de investimento	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (a)	100%	100%	Controlada	Controlada
Comerc Energia Ltda. (b)	100%	100%	Controlada	Controlada
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda. (c)	95%	95%	Controlada	Controlada
Comerc Power Trade Ltda. (d)	100%	100%	Controlada	Controlada
Micropower Comerc Participações Ltda. (e)	100%	100%	Controlada	Controlada
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (f)	100%	45,10%	Controlada	Controlada
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (g)	95%	3,43%	Controlada	Coligada
Comerc Esco Desenvolvimento Prest. Serviços em Energia Ltda (h)	95%	95%	Controlada	Controlada
Comerc Energy Trading Ltda. (h)	100%	100%	Controlada	Controlada
Comerc Financial Trading Ltda. (h)	100%	100%	Controlada	Controlada
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (h)	100%	100%	Controlada	Controlada
Newcom EnergyTrading Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (h)	100%	100%	Controlada	Controlada

(a) A Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda), a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.16. Princípios de consolidação--Continuação

Controladas--Continuação

- (b) A Comerc Energia Ltda., tem como objeto social a prestação de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores que tenham opção de escolha de fornecedor (consumidor livre). Por meio da elaboração de estratégias de posicionamento e de estruturas de gerenciamento de energia, a Comerc Energia busca maximizar a redução de custo para seus clientes e atender plenamente às suas necessidades no curto, médio e longo prazo;
- (c) A Comerc Gás Comercializadora Ltda., tem como principal objetivo a comercialização de gás (compra e venda), a prestação de serviços de gestão do consumo de gás e encontra-se em fase pré-operacional;
- (d) A Comerc Power Trading Ltda., tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda) nos mercados atacadista e varejista, bem como a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- (e) A Micropower Comerc Participações Ltda. tem como principal a participação em outras Empresas comerciais civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.
- (f) A Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., tem como objetivo a comercialização de energia elétrica no mercado atacadista (compra e venda). A Empresa mantém o poder sobre a investida através da participação majoritária como quotista, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar esses retornos.
- (g) A Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. ("Esco Comércio"), tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes bem como a prestação de serviços que auxiliem a empresa a reduzir esse consumo.
- (h) Empresa em fase pré-operacional.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas;
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.17. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigente até a data de emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foram avaliadas e estão listadas a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidenciação e instrumentos financeiros: Reforma da taxa de referência de juros segunda fase. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2021.

CPC 27 - Imobilizado: Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso - recursos antes do uso pretendido. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

Melhorias anuais às IFRS - Ciclo 2018 - 2020: Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes: Contratos onerosos - custo de cumprimento do contrato. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis: Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

CPC 50 - Contratos de seguro: Adoção inicial. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 acima descritas, não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	287	6	6.564	3.277
Títulos e valores mobiliários	146.205	1.206	212.822	63.505
	146.492	1.212	219.386	66.782

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

As aplicações financeiras correspondem de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização com taxas entre 96% e 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Contas a receber de clientes - consolidado

Compostos basicamente por valores a vencer decorrentes de comercialização de energia elétrica.

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes - medidos e não faturados (a)	306.093	320.114
Outras contas a receber de serviços prestados	1.153	3.770
(-) Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(4.123)	(4.012)
	303.123	319.872
Circulante	301.970	319.872
Não circulante	1.153	-
	303.123	319.872

(a) Os saldos de clientes "não faturados" são compostos pelas vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia elétrica convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo de energia ocorreu até o final do período e o faturamento ocorreu no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês subsequente ao consumo.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber de clientes - consolidado--Continuação

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	302.989	318.952
Vencidos até 30 dias	87	711
Vencidos de 31 a 90 dias	47	209
Vencidos há mais de 90 dias	4.123	4.012
(-) Provisão para perda esperadas	(4.123)	(4.012)
	303.123	319.872

A movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber é como segue:

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(4.012)	(568)
(-) Saldo proveniente da reestruturação (a)	-	(4.012)
(-) Adições à provisão	(11)	-
(+) Reversões	-	568
Vencidos há mais de 90 dias	(4.123)	(4.012)

(a) A provisão para perda esperadas apresentada pertencem às empresas Comerc Comercializadora de Energia (R\$3.512) e Comerc Energia (R\$500).

A Companhia adota o reconhecimento das perdas de crédito esperada com base na avaliação do risco associado as operações.

5. Partes relacionadas

A seguir é apresentada as principais transações e saldos:

Ativo Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda. (c)	-	-	-	20.368
Comerc Participações S.A. (b)	-	1.600	-	1.600
DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda (a)	-	-	429	480
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. (a)	-	-	329	344
YAM Tecnologia e Desenvolvimento Humano SPE - Ltda. (a)	-	-	-	41
MPC Energia S.A. (a)	-	-	10	106
Comerc Esco Desenvolvimento (c)	1.025	-	-	-
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda. (a)	-	-	-	55
	1.025	1.600	768	22.994

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas--Continuação

Passivo Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Comerc Energia Ltda. (c)	-	4.500	-	-
Acionistas pessoa física (f)	2.200	-	2.200	-
Ex-quotistas Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (g)	8.717	-	8.717	-
	10.917	4.500	10.917	-
Circulante	5.872	4.500	5.872	-
Não circulante	5.045	-	5.045	-
	10.917	4.500	10.917	-

Receitas Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (d)	-	-	-	57.053
Comerc Energia Ltda. (e)	-	-	-	14.427
DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda (a)	-	-	7.374	-
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. (a)	-	-	2.867	-
	-	-	10.241	71.480

Custos Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (d)	-	-	-	(77.235)
DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda (e)	-	-	(7.452)	-
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. (e)	-	-	(96)	-
	-	-	(7.548)	-

Despesas Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (d)	-	-	-	(2.887)
	-	-	-	(2.887)

(a) Despesas operacionais comum a todas as empresas alocadas na Comerc Comercializadora e pendentes de ressarcimentos pelas empresas do Grupo;

(b) Adiantamento de dividendos a executivos;

(c) Operações de mútuos com empresas do mesmo grupo sendo remunerado a 100% do CDI.

(d) Transações de compra e venda de energia entre as empresas do mesmo Grupo.

(e) Prestação de serviços entre as empresas do mesmo Grupo.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas--Continuação

(f) Mútuo da Comerc Participações com seus acionistas remunerado a 100% do CDI.

(g) Valores a pagar pela aquisição de cotas da empresa Newcom conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.

A Companhia considera que todas as transações entre partes relacionadas refletem condições de mercado.

Remuneração da Administração

A remuneração global do pessoal-chave da Administração para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

Descrição	Consolidado		
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2020
Remuneração fixa anual	4.786	5.042	1.912

6. Investimentos

6.1. O quadro abaixo apresenta a composição dos investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	103.941	120.685	-	-
Comerc Energia Ltda	25.760	21.075	-	-
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda	8.891	3.934	-	3.934
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	25.120	20.721	-	-
Comerc Esco Desenvolvimento Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	(1.970)	-	-	-
Comerc Power Trading Ltda	4.770	5.134	-	-
Comerc Gás Comercializadora Ltda	1.073	106	-	-
MicroPower Comerc Participações Ltda	7.727	8.635	-	-
Participação MPC Serviços Energéticos 1B S.A. (*)	-	-	3.173	3.200
Participação MPC Serviços Energéticos 1C S.A. (*)	-	-	4.462	4.462
Participação MPC Serviços Energéticos 1A S.A. (*)	-	-	901	887
Comerc Financial Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	1.001	-	-	-
Comerc Energy Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	1.001	-	-	-
Infinito Energy Investimentos e Participações S.A.	3.006	-	3.006	-
Micropower S.A.	-	-	(891)	-
BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.	-	-	1.162	1.162
	180.320	180.290	11.813	13.645

(*) Participações detidas indiretamente através da MicroPower Comerc Participações Ltda.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

6.2. As principais informações sobre as investidas estão apresentadas abaixo:

Descrição	Relação	30/06/2021		
		Quantidade de ações/quotas detidas pela Companhia	Quantidade Total de ações/quotas	Participação da Companhia
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	Controle	120.685	120.685	100,00%
Comerc Energia Ltda	Controle	21.075	21.075	100,00%
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	Controle	35.000	35.000	100%
Comerc Financial Trading Ltda	Controle	1.000	1.000	99,99%
Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda	Controle	1.000	1.000	99,99%
Comerc Esco Desenvolvimento, Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda	Controle	95	100	95,00%
Comerc Power Trading Ltda	Controle	5.134	5.134	100,00%
Comerc Gás Comercializadora Ltda	Controle	114	120	95,00%
MicroPower Comerc Participações Ltda	Controle	8.631	8.631	100,00%
Comerc Energy Trading Ltda	Controle	1.000	1.000	99,99%
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	Controle	1.000	1.000	99,99%
	Controle em conjunto			
Infinito Energy Investimentos e Participações S.A.	conjunto	2.427.106	4.854.212	50%
BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.	Investida	4.000	96.796	4,13%
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda	Controle	171	4.972	95%
Participação MPC Serviços Energéticos 1B S.A. (*)	Coligada Indireta	156	5.200	3%
Participação MPC Serviços Energéticos 1C S.A. (*)	Coligada Indireta	9,99	10	99,9%
Participação MPC Serviços Energéticos 1A S.A. (*)	Coligada Indireta	806	26.874	2,88825%

(*) Participações detidas indiretamente através da MicroPower Comerc Participações Ltda.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

6.3. Informações financeiras resumidas das controladas

Descrição	Controladora			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda (*)	103.942	(17.553)	120.685	-
Comerc Energia Ltda (*)	25.761	4.685	21.075	-
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda	9.358	725	5.256	(2.797)
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	25.120	(13.902)	45.576	8.731
Comerc Esco Desenvolvimento Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	(2.073)	(2.074)	-	-
Comerc Power Trading Ltda (*)	4.770	(364)	5.134	-
Comerc Gás Comercializadora Ltda (*)	1.083	91	112	-
MicroPower Comerc Participações Ltda (*)	7.726	(1)	8.635	-
Comerc Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda.	1.002	2	-	-
Comerc Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda.	1.002	2	-	-
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda	-	-	-	(3.385)
Doc88 Desenvolvimento e Serviços Ltda	-	-	-	(6.906)

(*) Empresas aportadas na data de 31 de dezembro de 2020.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

6.4. Movimentação dos investimentos

a) Movimentação do semestre findo em 30 de junho de 2021

Empresa	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	AFAC	Aquisições	Dividendos e JSCP recebidos	Reserva de capital	Ganho/ perda de participação	Perda por distribuição desproporcional	Saldo em 30/06/2021
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	120.685	(17.553)	-	-	-	-	809	-	-	103.941
Comerc Energia Ltda	21.075	4.685	-	-	-	-	-	-	-	25.760
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda	3.934	865	5.820	1.837	-	-	-	(3.565)	-	8.891
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	20.720	(9.460)	8.624	-	8.039	(2.141)	196	319	(1.177)	25.120
Comerc Power Trading Ltda	5.134	(364)	-	-	-	-	-	-	-	4.770
Comerc Gás Comercializadora Ltda	106	87	-	880	-	-	-	-	-	1.073
MicroPower Comerc Participações Ltda	8.636	(909)	-	-	-	-	-	-	-	7.727
Comerc Esco Desenvolvimento Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	-	(1.970)	-	-	-	-	-	-	-	(1.970)
Comerc Energy Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	-	1	1.000	-	-	-	-	-	-	1.001
Comerc Financeira Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	-	1	1.000	-	-	-	-	-	-	1.001
Infinito Energy Investimentos e Participações S.A.	-	(16)	-	-	3.022	-	-	-	-	3.006
Total	180.290	(24.633)	16.444	2.717	11.061	(2.141)	1.005	(3.246)	(1.177)	180.320

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

6.4. Movimentação dos investimentos--Continuação

b) Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Empresa	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	AFAC	Venda de investimentos	Incorporação de investidas	Dividendos e JSCP recebidos	Reserva de capital	Ganho/ perda de participação	Perda por distribuição desproporcional	Saldo em 31/12/2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	-	-	120.685	-	-	-	-	-	-	-	120.685
Comerc Energia Ltda	-	-	21.075	-	-	-	-	-	-	-	21.075
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda	-	(20)	-	3.887	-	170	-	-	-	(103)	3.934
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	22.404	3.745	-	-	(1.015)	-	(3.869)	843	(96)	(1.291)	20.720
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda	1.293	618	-	-	-	(170)	-	-	-	(1.741)	-
Comerc Power Trading Ltda	-	-	5.134	-	-	-	-	-	-	-	5.134
Comerc Gás Comercializadora Ltda	-	(8)	120	-	(6)	-	-	-	-	-	106
MicroPower Comerc Participações Ltda	-	4	8.631	-	-	-	-	-	-	-	8.635
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda	227	(1.037)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doc88 Desenvolvimento e Serviços Ltda	177	(400)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	24.101	2.902	155.645	3.887	(1.021)	-	(3.869)	843	(96)	(3.135)	180.290

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado líquido

7.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxa anual %	Consolidado	
		30/06/2021 (líquido)	31/12/2020 (líquido)
Móveis e utensílios	10	2.127	2.298
Equipamentos de processamento de dados	20	3.878	3.840
Benfeitorias em imóveis	4 a 10	4.141	6.508
Máquinas e equipamentos	10	21.452	1.163
Imobilizado em andamento	-	4.937	671
		36.535	14.480

7.2. Movimentações do ativo imobilizado

a) Movimentação do semestre findo em 30 de junho de 2021

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Reorganização	
					Societária	30/06/2021
Móveis e utensílios	3.613	-	-	-	-	3.613
Equipamentos de processamento de dados	9.777	134	-	741	47	10.699
Benfeitorias em imóveis	13.539	-	(2.577)	-	-	10.962
Máquinas e equipamentos	1.625	-	-	5.561	18.486	25.672
Imobilizado em andamento	671	4.702	-	(6.302)	5.879	4.950
(-) Depreciação	(14.745)	(2.669)	1.208	-	(3.155)	(19.361)
	14.480	2.167	(1.369)	-	21.257	36.535

b) Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Descrição	31/12/2019	Adições	Aporte de capital (Nota 1.1)	Baixa (*)	Transferência (*)	Baixa por alienação de participação	31/12/2020
Móveis e utensílios	-	3	3.556	-	63	(9)	3.613
Equipamentos de processamento de dados	137	15	9.618	-	256	(249)	9.777
Benfeitorias em imóveis	-	-	13.141	-	398	-	13.539
Máquinas e equipamentos	4.136	-	1.601	-	1.235	(5.347)	1.625
Imobilizado em andamento	282	2.768	670	(103)	(2.067)	(879)	671
(-) Depreciação	(335)	(359)	(14.703)	-	-	652	(14.745)
	4.220	2.427	13.883	(103)	(115)	(5.832)	14.480

(*) O montante de R\$103 foi baixado para o resultado.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso e passivo de arrendamento

O Grupo possui arrendamentos com as naturezas substancialmente de locação de imóveis utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento.

A taxa incremental de captação, aplicável a carteira de ativos arrendados. Por meio desta metodologia a Companhia obteve uma taxa média de 10,0% a.a. para os imóveis utilizada em 30 de junho de 2021:

Descrição	Consolidado			
	Direito de uso (*) (ativo)		Arrendamento a pagar (*) (passivo)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	2.952	13.299	5.409	16.224
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	93	117	95	117
Comerc Energia Ltda	7.559	-	7.441	-
	10.604	13.416	12.945	16.341
Circulante			3.518	3.850
Não circulante			9.427	12.491
			12.945	16.341

(*) Os saldos de direito de uso e passivo de arrendamento foram incorporados em 31 de dezembro de 2020, decorrentes da reestruturação societária realizada. Portanto, em 2020 não existem efeitos de atualizações, amortizações e pagamentos de principal/juros.

Descrição	Consolidado			
	Direito de uso (ativo)		Arrendamento a pagar (passivo)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	13.416	-	16.341	-
Registro inicial	-	168	-	168
Valor decorrente da reestruturação societária	-	13.298	-	16.224
(-) Depreciação	(1.303)	(50)	-	-
(+) Juros	-	-	638	19
(-) Pagamentos	-	-	(2.525)	(70)
(+/-) Atualização	(1.509)	-	(1.509)	-
Saldo final	10.604	13.416	12.945	16.341

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referencias do IFRS 16/ CPC 06 (R2) e do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/ CPC 06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia. Os efeitos advindos dos cálculos de acordo com o referido ofício não são materiais para divulgação.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de seus contratos.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente.

9. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores de energia - provisão por competência (a)	278.880	306.184
Demais fornecedores	5.344	914
	284.224	307.098

(a) O saldo de "Fornecedores de energia - provisão por competência", referente à compra de energia elétrica de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo da energia ocorreu até o final de cada período e a emissão da respectiva Nota Fiscal ocorre no mês subsequente ao consumo (janeiro).

10. Empréstimos e financiamentos

O financiamento foi obtido, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado pela Comerc Esco que se tornou controlada da Comerc Participações a partir de 31 de março de 2021 conforme detalhado na Nota 1.1.

Segue as principais informações do Empréstimo:

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Descrição	Custo da dívida	Vencimento final	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos (i)	2,61% ao ano + Selic	15/12/2029	4.012	-
Total			4.012	-
Circulante			250	-
Não circulante			3.762	-

(i) Financiamento obtido para execução de projeto de eficiência energética que contempla a troca de equipamentos para redução do custo mensal de energia. Como garantia, foi emitida carta fiança no mesmo valor do contrato, pelo prazo de 1 (um) ano, com previsão de renovação periódica antes do seu vencimento.

11. Dividendos a pagar

Despesas Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar (a)	216	-	216	22.000

(a) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$22.000 refere-se a dividendos a pagar pela Comerc Energia Ltda. aos seus antigos quotistas, uma vez que a mesma passou a ser controlada pela Comerc em 31 de dezembro de 2020.

12. Estimativa para perdas contingentes

12.1. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado, no montante de R\$78 (R\$57 em 31 de dezembro de 2020) referente a ações de natureza trabalhista e previdenciária, reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

12. Estimativa para perdas contingentes--Continuação

12.1. Provisão para contingências--Continuação

Classificação das contingências para perdas possíveis

Em 30 de junho de 2021, as contingências classificadas como perda possível (a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável e maior que remota) e, portanto, não foram contabilizados nas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas está apresentado como segue:

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhistas	18	-
Tributárias (a)	507	507
Cíveis (b)	2.772	2.723
Relacionados ao COVID-19 (c)	8.888	8.802
	12.185	12.032

(a) No ano de 2020, refere-se à notificação de lançamento de multa isolada sobre Perdcomps não homologadas.

(b) Refere-se a cobrança de faturas julgadas indevidas e ação questionando os valores pagos a cotista retirada da sociedade, quando de sua saída.

(c) Refere-se a ações de cliente solicitando o reconhecimento de caso fortuito ou força maior.

12.2. Revisão da apuração de tributos

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS, INSS e FGTS).

Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos podem ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social integralizado da Companhia é de R\$192.009 (R\$172.065 em 31 de dezembro 2020), composto por 260.157.968 ações (172.065 quotas em 31 de dezembro de 2020), no valor nominal de R\$0,7380 (setenta e três centavos) cada.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

13.1. Capital social--Continuação

Em 31 de março de 2021, a Companhia aumentou seu capital social de R\$172.065 para R\$178.385 mediante emissão de 6.320.079 novas ações, com valor nominal de R\$1,00 (um real), perfazendo um aumento no valor de R\$6.320.

Em 31 de março de 2021, a Companhia aumentou seu capital social de R\$178.385 para R\$187.009 mediante emissão de 8.014.995 novas ações, com valor nominal de R\$1,0759 (um real e setecentos e cinquenta e nove centésimos de centavos de real), perfazendo um aumento no valor de R\$8.624.

Em 1º de abril de 2021, a Companhia capitalizou 2.427.106 ações na Infinito Energy Investimentos e Participações S.A. ("Infinito Energy"), tornando-se a detentora de 50% das ações da Infinito Energy. Pela capitalização a Companhia pagou em dinheiro o valor de R\$2.427 (R\$1.778 à vista e R\$649 após 2 meses).

Em 1º de abril de 2021, a Perfin Administradora de Recursos Ltda. investiu R\$175.000 na Companhia através de aumento de capital totalmente integralizado em espécie. Desse montante o valor de R\$5.000 foi destinado para aumento do capital social, correspondente à subscrição de 52.031.593 novas ações; e a diferença no valor de R\$170.000 foi destinado para a reserva de capital. Essas ações foram subscritas e integralizadas pela empresa Perfin Administração de Recursos Ltda.

13.2. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia, mediante deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, respeitando o disposto no Art. 204 da Lei das S.A.

A Companhia, mediante deliberação da Diretoria, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nos balanços anuais, semestrais, trimestrais ou mensais.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

13.2. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio--Continuação

Observados os limites legais, a Diretoria, com a aprovação da Assembleia Geral, poderá declarar o pagamento de juros sobre capital próprio, com base no último balanço anual ou semestral levantado pela Companhia.

Os dividendos intermediários distribuídos e os juros sobre o capital próprio serão sempre imputados ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Art. 202, da Lei das S.A., para distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; e
- (iii) Retenção de lucro, constituição de reserva de lucros, ou distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nas condições da lei aplicável, conforme deliberado pela Assembleia Geral.

O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos deste parágrafo serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia assim o permitir.

A Companhia manterá reserva estatutária intitulada "reserva para investimentos" a cuja constituição poderá ser destinada, observado o disposto no Art. 30 do estatuto social da Companhia, parcela de até 100% (cem por cento) do Lucro Líquido do Exercício.

A reserva para investimentos tem por fim assegurar recursos para a manutenção, o desenvolvimento e a expansão das atividades sociais, podendo ainda ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia. A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta da reserva para investimentos ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

13.2. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio--Continuação

O limite máximo da reserva para investimentos será de até 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social.

Salvo disposição contrária da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

13.3. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por cota é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período. A tabela a seguir apresenta o cálculo básico/diluído por ação para os períodos:

	Controladora/Consolidado					
	30/06/2021		31/12/2020 (*)		30/06/2020	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído	Básico	Diluído
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos controladores	(23.888)	(23.888)	2.693	2.693	7.870	7.870
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	86.527	86.527	6.672	6.672	6.462	6.462
Lucro (prejuízo) por ações/cotas - básico e diluído (em R\$ por cota)	(0,2761)	(0,2761)	0,4036	0,4036	1,2178	1,2178

(*) Apresentação do Lucro por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 considerando o grupamento de ações aprovado em 06 de agosto de 2021.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida está apresentada a seguir para os semestres indicados:

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Receita de venda de energia	1.613.988	390.865
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes e outros (i)	(26.561)	(7.659)
	1.587.427	383.206
Receita de prestação de serviços	53.636	15.852
(-) Dedução da prestação de serviços - impostos incidentes e outros (i)	(8.980)	(1.187)
	44.656	14.665
Receita operacional líquida	1.632.083	397.871

(i) Os impostos incidentes sobre a Receita são PIS, COFINS e ICMS ST.

15. Custos de vendas de energia e serviços prestados

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Compra de energia	(1.542.108)	(375.148)
Outros custos	(5.080)	(1.561)
	(1.547.188)	(376.709)

16. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Despesas com pessoal	(44.992)	(12.336)
Serviços de terceiros	(7.090)	(4.259)
Depreciação e amortização	(5.412)	(224)
Outras despesas administrativas	(5.049)	(22.231)
	(62.543)	(19.050)

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.307	9	2.288	446
Atualizações de contratos de mútuo	-	-	406	-
Atualizações CCEE	-	-	192	-
Outras receitas financeiras	8	-	103	2
	1.315	9	2.989	448
Despesas financeiras				
Garantias	-	-	(1.002)	(52)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(654)	-
Encargos financeiros CCEE	-	-	(451)	-
Atualizações monetárias de contratos	(51)	-	(426)	(112)
Atualizações de contratos de mútuo	-	-	(295)	-
Atualizações monetárias	-	-	(173)	-
Impostos e contribuições sobre receitas financeiras	-	-	(145)	-
Despesas bancárias	-	-	(122)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(168)	-
	(51)	-	(3.436)	(164)
Resultado financeiro				
	1.264	9	(447)	284

18. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos

18.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos--Continuação

18.1. Imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

Demonstramos seguir os cálculos das despesas de IRPJ e da CSLL para os períodos indicados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(23.522)	7.872	(43.912)	25.828
(-) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social - Empresas no "Lucro Presumido"	-	-	(101)	(512)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro - "Empresas no Lucro Real"	(23.622)	7.871	(44.013)	25.316
<i>Alíquota vigente combinada de 34%</i>	7.998	(2.676)	14.964	(8.607)
Juros sobre capital próprio (recebido)/pago	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(8.375)	2.674	(313)	-
Outras adições/exclusões não dedutíveis para fins fiscais	-	-	106	(164)
IRPJ/CSLL diferidos não constituídos, líquidos	-	-	(26)	(1.469)
	(378)	(2)	14.731	(10.240)
Incentivos fiscais	12	-	185	12
	(366)	(2)	14.916	(10.228)
Imposto de renda e contribuição social Lucro Real - correntes	366	2	8.409	2.260
Imposto de renda e contribuição social Lucro Real - diferidos	-	-	(23.325)	7.967
Imposto de renda e contribuição social Lucro Presumido - correntes	-	-	9	101
	366	2	(14.907)	10.328
<i>Alíquota efetiva</i>	-2%	0%	34%	40%

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos--Continuação

18.2. Impostos diferidos

Impacto no resultado do período	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Variação do Resultado de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	(21.614)	7.967
Variação Prejuízo fiscal / base de cálculo exercícios anteriores	1.637	-
Variação Prejuízo fiscal / base de cálculo no período	(191)	-
Variação no resultado de outras despesas temporárias	(3.157)	-
	(23.325)	7.967

Movimentação Ativo (Passivo) fiscal diferido	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(46.370)	(3.000)
Impacto no Resultado de contratos futuros de energia IR e CSLL	21.614	(49.251)
Impacto sobre diferido, diferenças temporárias	2.559	4.228
Impacto sobre Prejuízo fiscal / Base negativa da CSLL	882	7.140
Impacto nos impostos de Pis e COFINS diferidos	1.639	(5.487)
	(19.676)	(46.370)
Impostos diferidos ativos	12.424	-
Impostos diferidos passivos	(32.100)	(46.370)

Ativo/(Passivo) fiscal diferido	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Resultado passivo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	(37.616)	(52.323)
Resultado ativo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	6.907	-
Resultado outras despesas temporárias	7.203	4.644
Prejuízo fiscal / Base negativa da CSLL	8.021	7.140
Subtotal IRPJ/CSLL Diferidos	(15.485)	(40.540)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica Pis e COFINS diferidos	(4.191)	(5.830)
	(19.676)	(46.370)

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e que levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

O resumo das apólices vigentes em 30 de junho de 2021 é como segue:

Tipo	Valor do Principal	Vigência	
		Início	Fim
Seguro de Responsabilidade Civil	1.000	01/10/2020	17/09/2021
Seguro Garantia	835	01/02/2021	31/01/2022
Seguro Garantia	35.428	01/01/2021	31/01/2022
Seguro Garantia	28	21/01/2021	21/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	14	20/01/2021	20/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	28	21/01/2021	21/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	507	01/02/2021	19/08/2021

20. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo--Continuação

Mensurados a valor justo por meio do resultado	Mensuração	Consolidado	
	A valor justo	30/06/2021	31/12/2020
Valor justo dos contratos de energia (ativo)	Nível 2	3.955.232	790.432
Valor justo dos contratos de energia (passivo)	Nível 2	3.860.720	630.710
Custos amortizado (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	219.386	66.782
Contas a receber	Nível 2	301.970	319.872
Partes relacionadas	Nível 2	768	22.994
Custos amortizado (passivos financeiros)			
Fornecedores	Nível 2	284.224	307.098
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	4.012	-
Partes relacionadas	Nível 2	10.917	-

a) *Considerações sobre riscos*

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo--Continuação

a) *Considerações sobre riscos--Continuação*

i) Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, sem concentração de investimentos em único grupo econômico.

Com relação a contas a receber de clientes, o Grupo restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O Grupo não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) estão mencionadas na nota explicativa nº 3.

iii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

A Administração da Companhia monitora periodicamente a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, porém, não possui operações com derivativos para proteção na variação de taxa de câmbio.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo--Continuação

a) *Considerações sobre riscos--Continuação*

iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna.

b) *Valorização dos instrumentos financeiros*

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

i) Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Contas a receber

Os saldos de contas a receber de clientes são avaliados no momento inicial pelo valor presente, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) *Contratos futuros de comercialização de energia*

Valor justo contratos futuros de comercialização de energia	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Ativo circulante	2.808.026	530.117
Ativo não circulante	1.147.206	260.315
Passivo circulante	(2.850.819)	(496.890)
Passivo não circulante	(1.009.901)	(133.820)
	94.512	159.722
(-) PIS e COFINS diferidos	(4.191)	(5.830)
Total	90.321	153.892
Adições decorrente da reorganização societária	-	153.202
Valor justo contratos futuros excluindo adições decorrente da reorganização societária	-	690
Efeito no resultado do semestre/exercício	(63.571)	(8.347)

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo--Continuação

c) *Contratos futuros de comercialização de energia--Continuação*

A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2038. O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data-base de 31 de dezembro de 2020.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Utilizamos os preços definidos internamente pela Companhia na última semana do mês de dezembro, que representavam a melhor estimativa do preço do mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato.

d) *Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros*

A Companhia e suas controladas efetuaram análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre os preços de mercado em 30 de junho de 2021. A Companhia entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados abaixo:

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo--Continuação

d) *Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros--Continuação*

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia--Continuação

Descrição	Variação no preço	Base 30/06/2021	Cenários projetados	
			Cenário 1	Cenário 2
Ganhos não realizados em operações compra e venda de energia em mercado ativo	Elevação	90.321	151.796	213.271
	Queda	90.321	28.847	(32.618)

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30/06/2021 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 6,5%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen de 02/07/2021.

Para os cenários I e II, foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foram consideradas elevações de 25% e 50%, respectivamente sobre a mesma base.

Base	Risco	Posição em 30/06/2021	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	219.386	7.526	11.289	15.052	18.814	22.577
(-) Empréstimos e Financiamentos	CDI	4.012	(130)	(196)	(261)	(326)	(391)
Efeito líquido estimado no resultado			7.396	11.093	14.791	18.488	22.186

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo--Continuação

d) *Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros--Continuação*

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 passivos com risco de liquidez.

Os saldos de passivos financeiros de fornecedores e partes relacionadas vencem em menos de 1 ano. Os contratos futuros de energia têm perfil de vencimento até 2038.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos cotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

21. Eventos subsequentes

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 06 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem reservas ou oposições, aprovaram:

Grupamento da totalidade das ações da Companhia

Grupamento da totalidade das ações da Companhia de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias passará a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 para 86.719.323 ações ordinárias, as quais serão distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, de forma a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

Criação do Plano de Outorga de Ações

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Participantes, sujeito a determinadas condições, com vistas a: (i) atrair e reter os conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia e de sociedades sob o seu Controle; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) estimular a permanência dos conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou das sociedades sob o seu Controle.

O Plano e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração, obedecidas as condições gerais e específicas deste Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito deste Plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia. Sendo que até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não foram outorgadas nenhuma ação no âmbito do Plano.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA,
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E
2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Comerc Participações Ltda.

(atualmente denominada Comerc Participações S.A.)

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Comerc Participações S.A.

A administração da Comerc Participações S.A. (“Companhia”) submete à sua apreciação o Relatório da Administração e a correspondente Demonstração Financeira Individual e Consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1. Principais destaques

- Implementação da reorganização societária com objetivo de preparar a Comerc Participações para o crescimento de longo prazo.
- Consolidação da plataforma nas verticais de negócios de Trading, Serviços ao Cliente e Soluções em Energia no mercado livre de energia.
- Investimento do Fundo Perfin na Comerc Participações no início de 2021, criando oportunidades para novos negócios e impulsionando resultados nos negócios atuais e em conjunto com ativos detidos pelo Fundo.
- Novas iniciativas Geração Centralizada e Autoprodução (Infinito) advindas das parcerias de negócios estabelecidas pela Comerc Participações.
- Receita Líquida atingiu R\$ 834,6 MM em 2020, 5,1% de crescimento versus o ano anterior.
- Verticais de Trading: EBITDA de R\$ 13,3 MM em 2020, representando queda de 39,3% (R\$ 8,6 MM) versus 2019 devido principalmente ao impacto negativo da marcação a mercado nos contratos futuros de energia (variação negativa de R\$ 12,4 MM) com compensação parcial pelo crescimento da operação da NewCom.
- Vertical de Soluções em Energia: Continuidade da visão estratégica de longo prazo em investir em novas iniciativas focadas em fornecer melhores soluções em energia para nossos clientes.
- Considerando tanto as verticais de negócios mais maduras (Trading e Serviços aos Clientes) quanto as verticais de negócios que estão em fase de desenvolvimento (Soluções em Energia), o EBITDA da Comerc Participações foi de R\$ 1,9 MM devido ao aumento de despesas na estruturação dos negócios em desenvolvimento e da já mencionada variação negativa da marcação a mercado nos contratos futuros de energia.

2. Mensagem da administração

O ano de 2020 foi um ano desafiador pelo contexto do COVID e, ao mesmo tempo, foi um ano de preparação da Comerc Participações para o crescimento de longo prazo. Neste ano realizamos mudanças organizacionais e estratégicas fundamentais para nos prepararmos para este novo ciclo de crescimento.

Para contextualizar este novo ciclo de crescimento, é fundamental falarmos das transformações que estão ocorrendo no setor de energia, em específico no Mercado Livre de Energia.

2.1. O Mercado Livre de Energia

O Ambiente de Contratação Livre (Mercado Livre) teve um expressivo crescimento nos últimos anos. As migrações de agentes e consumidores para o mercado livre tem aumentado em taxas de 2 dígitos no passado recente e sua perspectiva é de incremento ainda mais forte para a próxima década em função da agenda regulatória em favor da liberação mais ampla programada para os próximos anos.

Adicionalmente a agenda de liberação regulatória, o Mercado Livre de energia proporciona aos seus consumidores benefícios adicionais como uma maior programação e previsibilidade do consumo, potencial redução no custo de aquisição de energia, garantia de fornecimento e acesso à energia renovável.

Por fim, os consumidores de energia têm uma crescente preocupação com os aspectos de sustentabilidade (ESG), sendo inclusive traduzidas em objetivos e metas na remuneração dos executivos. Desta forma, torna-se ainda mais interessante as soluções e produtos com energia renovável, eficiência energética e gestão de consumo eficiente.

O Mercado Livre de energia representou 32%¹ do mercado de energia brasileiro em 2020 e segue ganhando cada vez mais relevância no país. Acreditamos que esse mercado sustentará boa parte dos novos empreendimentos de geração, principalmente renováveis.

1 Fonte CCEE

2.2. A Estratégia da Comerc Participações

2.2.1. O Modelo de Negócios da Comerc Participações: Plataforma Integrada

A Comerc Participações é uma plataforma integrada de Serviços e Soluções em Energias para seus clientes abrangendo 3 principais verticais de negócios: Trading, Serviços ao Cliente e Soluções em Energia.

Trading: A Comerc Trading foi uma das precursoras do Mercado Livre de Energia e atualmente é a comercializadora líder dentre as comercializadoras independentes. No ano de 2018 iniciamos as operações da NewCom, nossa segunda comercializadora, focada em operações com contrapartes de mercado. Quando consolidamos os volumes das duas operações atingimos um volume de operações de 1,9 MWm no ano de 2020.

Serviços ao Cliente: Aqui se destacam os serviços entregues a nossa base de clientes consumidores, geradores e distribuidores. O maior destaque é a Gestão de consumidores do Mercado Livre, no qual somos precursores deste mercado e líderes com 2,8 mil unidades sob gestão no ano de 2020. Neste contexto a Comerc assessora seus clientes no desenho da estratégia de compra de energia em função de suas necessidades. A Gestão tem como vantagens o acesso aos consumidores livres e informações detalhadas sobre características de consumo e custos, o que facilita a objetividade e assertividade na apresentação das diversas Soluções em Energia e redução do custo de aquisição de clientes (CAC).

Como o conhecimento em profundidade do cliente é fundamental para a essência dos nossos serviços, desenvolvemos, em empresas do Grupo, um equipamento de IoT (equipamento de medição) proprietário e software de gestão (Zordon + PowerView) que possibilitam a coleta e tratamento das informações de consumo e nos conectam diretamente aos nossos clientes.

Além da empresa de Gestão de consumidores de energia, o Grupo oferece serviços de gestão aos consumidores de gás natural por meio da Comerc Gás desde 2014 e a Gestão de Geradores que vem ampliando a base de clientes e criando conhecimento e oportunidades nessa área.

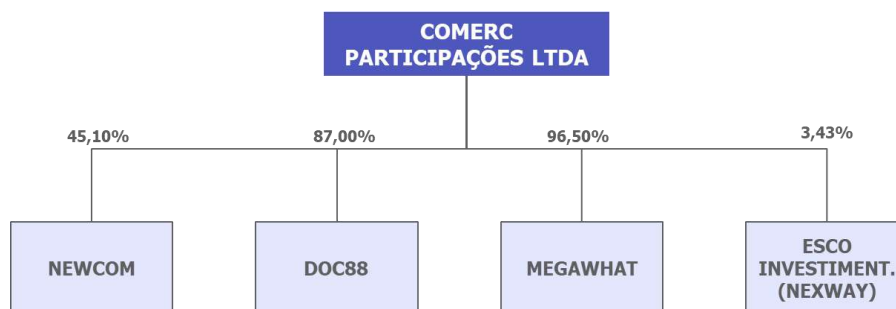
Soluções em Energia: Além da aposta no crescimento do mercado livre, desenvolvemos produtos para a entrega de energia que alcançam todos os tipos de consumidores do mercado livre indo dos consumidores de média tensão aos grandes consumidores via APE (Varejista e Infinito). Adicionalmente, oferecemos soluções de eficiência energética (Nexway) e baterias (MicroPower). Segue abaixo detalhamento destas soluções:

- i. **Varejista (Comerc Varejista):** Nosso braço de comercialização sob a modalidade varejista do mercado livre.
- ii. **Autoprodução (Infinito Energy):** Parceria entre a Comerc Participações e a Base Investimentos (ver 2.2.3 Eventos Subsequentes 2021) cujo modelo de negócio é focado em desenvolver projetos de geração solar em parceria com consumidores livres no modelo de autoprodução de energia (o consumidor gera e consome sua própria energia, podendo substituir parte de sua demanda ou supri-la totalmente).
- iii. **Eficiência Energética (Nexway):** Empresa que busca investir em projetos de eficiência energética em seus clientes.
- iv. **Baterias (MicroPower):** Empresa investida da Comerc Participações, em sociedade com as empresas Siemens, MicroPower e Equinor, que busca investir em serviços de armazenagem de energia aos clientes (B2B).

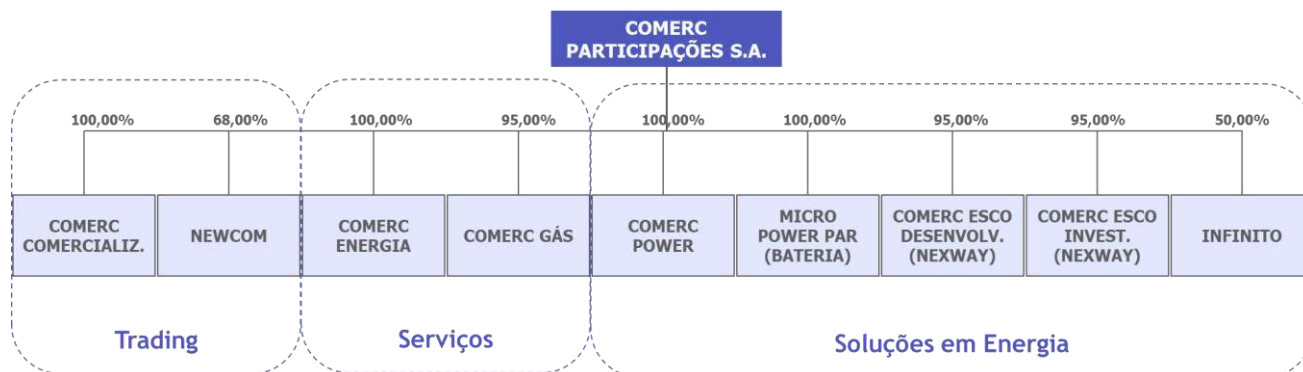
2.2.2. Reorganização societária:

A reorganização societária da Comerc Participações é uma das etapas fundamentais para preparar o Grupo para o crescimento de longo prazo. Em dezembro de 2020 efetivamos a consolidação da maioria dos negócios do grupo abaixo da Comerc Participações, realizamos o spin off da Doc88 e da MegaWhat, seguida pela transformação da Comerc Participações em Sociedade Anônima no primeiro trimestre de 2021.

Estrutura societária da Comerc Participações antes da reorganização societária:



Estrutura societária da Comerc Participações após a reorganização societária:



¹Considera os eventos subsequentes da reestruturação societária ocorridos até 31 de março de 2021.

2.2.3. Eventos Subsequentes 2021

2.2.3.1. Comerc Participações e Base Investimentos se unem para criar a Infinito

Em 31 de março de 2021 a Comerc se tornou sócia da Base Investimentos (formada pelos principais acionistas do Grupo SETA Engenharia) na Infinito Energy, empresa com foco em desenvolvimento de projetos de geração solar, soluções de autoprodução para os seus clientes e distribuição de energia renovável. Nesta parceria ambas as empresas atuam de maneira complementar, potencializando seus negócios, sendo a contribuição da Comerc Participações na expertise na gestão de consumidores, comercialização de energia e desenvolvimento de soluções aos clientes no mercado livre. A contribuição da

Base Investimentos está no desenvolvimento e construção de projetos de geração solar.

Com esta parceria, a Comerc Participações adiciona, na sua plataforma de soluções em energia, o desenvolvimento e implementação de projetos de geração e a solução de autoprodução para seus clientes

2.2.3.2. Perfin adquire participação na Comerc Participações

A Perfin é uma administradora de recursos com grande expertise em infraestrutura, tendo atualmente cerca de R\$ 18 bilhões sob sua gestão, parcerias com empresas relevantes do setor elétrico e o maior fundo de infraestrutura listado no mercado brasileiro

A conexão e a complementaridade entre os grupos Comerc e Perfin gerou oportunidades em novos negócios e na criação de valor adicional em negócios existentes. Temos a combinação das competências e ativos de geração de energia (GD e GC) de um dos maiores fundos de infraestrutura com a principal plataforma de colocação de energia, produtos e soluções no mercado livre no Brasil.

Esta combinação permite o acesso e a customização de produtos e serviços aos clientes de energia pois integra a plataforma de geração (GD e GC), com tradings trabalhando na adequação dos processos de compra e venda entre gerador e consumidor.

Neste contexto, em 1º de abril de 2021, a Perfin se tornou sócia do Grupo Comerc (Comerc Participações, na Doc 88 e MegaWhat), por um aporte de R\$ 200 MM¹ adquirindo 19,99% de participação, iniciando uma parceria de longo prazo com inúmeras oportunidades de negócios e sinergias.

¹ R\$ 175 MM na Comerc Participações, R\$ 15 MM na Doc88 e R\$ 10 MM na MegaWhat.

2.2.4. Entrada de Andre Dorf como Co-CEO do Grupo Comerc

Neste contexto, em abril de 2021, Andre Dorf ingressou no Grupo Comerc na posição de Co-CEO com o desafio de liderar o Grupo em conjunto com Cristopher Vlavianos, fundador e controlador do Grupo Comerc.

Andre Dorf é um executivo com mais de 25 anos de experiência de mercado. Foi presidente da Suzano Energia Renovável, em 2013 assumiu como CEO da CPFL Renováveis e, a partir de 2016, atuou como CEO da CPFL Energia. Desde 2019 estava na Arteris como CEO.

3. Comentários de Desempenho

Em 2020 a vida das pessoas e o ambiente de negócio se transformaram profundamente devido à pandemia, trazendo incertezas e desafios para todos os setores da economia. Contudo, os resultados da Comerc não foram impactados significativamente.

A Comerc Participações encerrou o ano de 2020 com um faturamento de R\$ 835 milhões, 5,1% maior ao registrado no ano anterior, principalmente devido ao crescimento da receita da NewCom durante o ano de 2020

O principal insumo da Comerc Participações é energia elétrica, cujo custo oscila com base em fontes de geração de energia. Em 2020, a queda da Margem Bruta foi decorrente, principalmente, da variação nos preços deste insumo.

3.1. Destaques Operacionais

Destaques Operacionais					
	2020	2019	Var. 20x19 (%)	2018	Var. 19x18 (%)
Trading					
Lucro Bruto (R\$ Mil)	18.386	26.784	-31,4%	3.625	638,9%
Receita Líquida na Venda de Energia	811.327	775.755	4,6%	220.777	251,4%
Custos de vendas de Energia	(784.594)	(753.004)	-4,2%	(222.157)	-239,0%
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(8.347)	4.033	-307,0%	5.005	-19,4%
Volume Corrente (GWh) ¹	4.420	3.553	24,4%	966	267,7%
Margem Bruta Corrente (R\$/MWh) ²	6,0	6,4	-5,5%	(1,4)	548,4%
Carteira de energia a valor justo (R\$ Mil) ³	159.722	9.379	1603,0%	5.195	80,5%

1 - Volume de energia consumida durante o exercício. Não considera carteira de energia de contratos futuros

2 - Margem Bruta Corrente = (Receita líquida - Custos de vendas de Energia) / Volume Corrente

3 - Posição de ativo (-) passivo. Em 2019 e 2018 inclui a carteira da Newcom; em 2020 inclui a carteira da Newcom e da Comerc Trading devido a reorganização societária

Trading:

Com relação ao Lucro Bruto da Trading, observamos uma queda de 31,4% no ano de 2020, principalmente devido ao impacto negativo na marcação a valor justo da carteira. Este efeito foi decorrente de um evento pontual que ocorreu no último trimestre do ano de 2020: um evento climático extremo e não esperado que acabou por impactar as posições da Companhia.

Por outro lado, um aspecto positivo foi o crescimento dos volumes transacionados mesmo em um ano em que a economia foi duramente impactada pela crise sanitária: registramos crescimento de 24,4% em relação ao ano anterior.

Por fim, observamos um crescimento expressivo no valor justo da carteira de energia pois, em dezembro de 2020, como resultado da reorganização societária, ela representa a somatória da carteira da NewCom e da Comerc Comercializadora.

3.2. Destaques Financeiros

Destaques Financeiros					
(R\$ Milhares, exceto percentuais)					
	2020	2019	Var. 20x19 (%)	2018	Var. 19x18 (%)
Trading					
Lucro Bruto ¹	18.386	26.784	-31,4%	3.625	638,9%
Receita Líquida na Venda de Energia	811.327	775.755	4,6%	220.777	251,4%
Custos de vendas de Energia	(784.594)	(753.004)	-4,2%	(222.157)	-239,0%
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(8.347)	4.033	-307,0%	5.005	-19,4%
EBITDA ^{1 (a)}	13.263	21.851	▼ -39,3%	2.082	949,5%
Soluções em Energia					
Lucro Bruto	21.305	17.589	21,1%	2.166	712,0%
EBITDA ^(a)	(11.365)	2.384	▼ -576,7%	532	348,1%
Grupo Comerc²					
Lucro Bruto ¹	39.690	44.373	-10,6%	5.791	666,2%
EBITDA ^{1 (a)}	1.863	24.226	▼ -92,3%	2.611	827,8%
Lucro Líquido	(1.155)	16.369	-107,1%	1.841	789,1%

1 - Considera impacto negativo de R\$ 8,3 MM de marcação a mercado (valor justo da carteira dos contratos de energia) em 2020

2 - Considera eliminação de efeitos intercompany e resultado da controladora não incluídos nos negócios Trading e Soluções em Energia

(a) "O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a instrução CVM no. 527/12. O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, pela despesa de depreciação e amortização."

O Lucro Bruto das operações de comercialização de energia sofreu uma redução de 31,4% em 2020 quando comparado com 2019 principalmente devido a um evento climático adverso no último trimestre de 2020 que impactou negativamente a marcação a mercado da carteira de contratos futuros e consequentemente o Lucro Bruto.

O EBITDA da Trading foi de R\$ 13,3 MM, apresentando uma queda de 39,3% (R\$ 8,6 MM) em função da variação negativa na marcação a mercado, mas com compensação parcial pelo resultado corrente da NewCom.

Vale ressaltar que o EBITDA total da Comerc Participações reflete a estratégia de longo prazo em investir em novas iniciativas focadas em fornecer melhores soluções em energia para os nossos clientes e, por ainda se encontram em estágio de desenvolvimento, impactam negativamente este indicador da Companhia.

3.3. Reconciliação do EBITDA

Reconciliação do EBITDA					
(R\$ Milhares, exceto percentuais)					
	2020	2019	Var. 20x19 (%)	2018	Var. 19x18 (%)
Trading					
Lucro Líquido	8.732	15.161	-42,4%	1.584	857,1%
(+) IR/CSLL	4.398	7.666	-42,6%	1.194	542,0%
(+) Resultado Financeiro	(476)	(1.275)	62,7%	(698)	-82,7%
(+) Depreciação/Amortização	609	299	103,7%	2	14850,0%
EBITDA^{1 (a)}	13.263	21.851	▼ -39,3%	2.082	949,5%
Soluções em Energia					
Lucro Líquido	(9.653)	1.328	-826,9%	259	412,7%
(+) IR/CSLL	(3.562)	621	-673,6%	229	171,2%
(+) Resultado Financeiro	514	403	27,5%	42	859,5%
(+) Depreciação/Amortização	1.336	32	4075,0%	2	1500,0%
EBITDA^(a)	(11.365)	2.384	▼ -576,7%	532	348,1%
Grupo Comerc²					
Lucro Líquido	(1.155)	16.369	-107,1%	1.841	789,1%
(+) IR/CSLL	983	8.293	-88,1%	1.423	482,8%
(+) Resultado Financeiro	90	(767)	111,7%	(657)	-16,7%
(+) Depreciação/Amortização	1.945	331	487,6%	4	8175,0%
EBITDA^{1 (a)}	1.863	24.226	▼ -92,3%	2.611	827,8%

1 - Considera impacto negativo de R\$ 8,3 MM de marcação a mercado (valor justo da carteira dos contratos de energia) em 2020

2 - Considera eliminação de efeitos intercompany e resultado da controladora não incluídos nos negócios Trading e Soluções em Energia

(a) "O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a instrução CVM no. 527/12. O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, pela despesa de depreciação e amortização."

4. Impacto do Covid em nossas atividades

No Brasil, os primeiros casos de COVID-19 ocorreram no primeiro trimestre de 2020 e rapidamente se espalhou por todo o país. Apesar das iniciativas para conter a pandemia, em 30 de abril de 2021, o Brasil havia registrado mais de 14 milhões de casos de COVID-19.

Em meados de março, a Comerc Participações organizou internamente diversos comitês multidisciplinares para o gerenciamento deste impacto em nossas operações, resultados e, principalmente, com a segurança e bem-estar de nossos colaboradores.

No dia 17 de março de 2020, como desdobramento desta preparação realizada, conseguimos estar 100% em home office e assim permanecemos até os dias de hoje. Estruturamos canais de comunicação semanais da liderança com o time no qual o Cristopher Vlavianos (CEO e fundador da Comerc Participações) conversa com a empresa passando as principais atualizações e direcionamentos com todos os colaboradores.

Nosso escritório central foi redesenhado considerando a nova realidade, observando os protocolos de segurança adaptados a um contexto em que trabalharemos de forma híbrida, frequentando os escritórios somente nos momentos necessários.

Apesar do grande impacto negativo na economia global, as operações da Companhia e de suas controladas não sofreram impactos relevantes devido a pandemia.

Os impactos sofridos devido a pandemia estão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras, e a companhia está tomando as providências cabíveis para recuperar eventuais perdas incorridas.

A administração da Companhia continua monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

5. Relacionamento com o Auditor Independente

Em conformidade com a Instrução CVM no 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou serviços cuja remuneração global ultrapassou 5% (cinco por cento) da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

Comerc Participações Ltda.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas da
Comerc Participações Ltda.
(Atualmente denominada Comerc Participações S.A.)
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Comerc Participações Ltda. (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Comerc Participações Ltda em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

Reconhecimento de receita

Em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional consolidada da Empresa monta a R\$ 834.560 mil, conforme divulgado na nota 13 às demonstrações financeiras, e o impacto referente à marcação a mercado dos contratos futuros de energia perfaz uma despesa de R\$ 8.347 mil, conforme divulgado na nota 19 (c) às demonstrações financeiras, e o custo com compra de energia monta a R\$ 783.654 mil, conforme divulgado na nota 14 às demonstrações financeiras.

As receitas das controladas são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica a consumidores livres, geradores e comercializadores, além dos serviços de consultoria para adequação do consumidor para migração ao ambiente de contratação livre (ACL). O reconhecimento da receita e do custo com compra de energia é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação a qual a Empresa espera ter direito em troca destes bens ou serviços. Os contratos de compra e venda de energia possuem características e são classificados como instrumentos financeiros, conforme IFRS 09/CPC 48. A receita é um importante indicador de performance da Empresa e de sua Administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício (“corte das vendas”). Adicionalmente, a mensuração da marcação a mercado dos contratos futuros de energia é uma estimativa contábil que demanda julgamento da administração. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida, antes da transferência dos riscos e benefícios para o cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho, além do volume e da especificidade dos contratos de comercialização de energia, processos que suportam seu reconhecimento e seus respectivos controles internos.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Empresa no reconhecimento das receitas de comercialização de energia e serviços de consultoria;
- Realização de procedimentos de teste de corte da receita de forma extensiva, com a alocação da materialidade proporcionalmente à população de teste;
- Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da receita;

- Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia reconhecida pela Empresa;
- Testes de recebimentos subsequentes de faturas, por amostragem;
- Com a assistência de nossos especialistas, recálculo da marcação a mercado dos contratos futuros de energia, discutindo as premissas utilizadas pela Administração, confrontando com as informações externas do mercado;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Empresa sobre as receitas incluídas na Nota 13 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

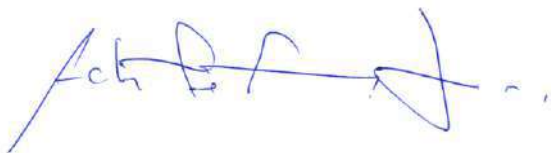
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de julho de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

Balances patrimoniais
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

310

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	9	-	-	-	307.098	68.986	35.100
Obrigações tributárias		2	-	-	20.357	3.536	509
Adiantamentos de clientes		-	-	-	7.935	182	-
Partes relacionadas	5	4.500	-	-	-	5.735	2.041
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	496.890	129.657	61.401
Passivo de arrendamento	8	-	-	-	3.850	-	-
Dividendos a pagar	10	-	117	-	22.000	117	-
Outros passivos		-	7	-	10.365	8	-
Total do passivo circulante		4.502	124	-	868.495	208.221	99.051
Não circulante							
Tributos diferidos	17.2	-	-	-	46.370	3.000	1.383
Passivo de arrendamento	8	-	-	-	12.491	-	-
Contas a pagar		-	-	-	623	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	133.820	28.200	1.197
Provisão para contingências	11	-	-	-	57	-	-
Total do passivo não circulante		-	-	-	193.361	31.200	2.580
Patrimônio líquido							
Capital social	12	172.065	17.420	17.420	172.065	17.420	17.420
Reserva de lucros	12.3	7.615	6.717	241	7.615	6.717	241
Total do patrimônio líquido		179.680	24.137	17.661	179.680	24.137	17.661
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	500	-	-	500	-	-
Total do patrimônio líquido atribuído a controladores		180.180	24.137	17.661	180.180	24.137	17.661
Participação de não controladores	12.5	-	-	-	25.054	24.103	18.911
Total do patrimônio líquido		180.180	24.137	17.661	205.234	48.240	36.572
Total do passivo e patrimônio líquido		184.682	24.261	17.661	1.267.090	287.661	138.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comerc Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
13	-	-	-	834.560	794.304	222.947
Receita operacional líquida						
14	-	-	-	(8.347)	4.033	5.005
Marcação a mercado de instrumentos financeiros						
	-	-	-	(786.523)	(753.964)	(222.161)
Custos de vendas de energia e serviços prestados						
	-	-	-	39.690	44.373	5.791
Resultado bruto						
15	(10)	(9)	(3)	(39.748)	(20.491)	(3.184)
Receita (despesas) operacionais						
	-	-	-	1	13	-
Despesas administrativas, comerciais e gerais						
16	2.902	8.744	455	(25)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas						
	2.892	8.735	452	(39.772)	(20.478)	(3.184)
Resultado de equivalência patrimonial						
Total das receitas/(despesas) operacionais						
16	20	1	1	1.049	1.414	742
Resultado financeiro						
16	(72)	(106)	-	(1.139)	(647)	(85)
Receitas financeiras						
	(52)	(105)	1	(90)	767	657
Despesas financeiras						
Resultado financeiro líquido						
	2.840	8.630	453	(172)	24.662	3.264
Resultado antes dos impostos sobre o lucro						
17.1	(147)	(5)	-	(7.715)	(6.830)	(229)
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes						
17.2	-	-	-	6.732	(1.463)	(1.194)
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos						
	2.693	8.625	453	(1.155)	16.369	1.841
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						
	-	-	-	(3.848)	7.744	1.388
Participação atribuída a não controladores						
	2.693	8.625	453	2.693	8.625	453
Participação atribuída aos controladores						
	0,1346	0,4413	0,0232	0,1346	0,4413	0,0232
Lucro atribuído aos controladores por cota (R\$ por cota)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comerc Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.693	8.625	453	(1.155)	1.841
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.693	8.625	453	(1.155)	1.841
Resultado abrangente total atribuído a:					
Proprietários da controladora	2.693	8.625	453	2.693	453
Participações não controladores	-	-	-	(3.848)	1.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comerc Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Cotas em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		20	-	-	-	23	-	42	4	46
Aumento de capital social	12.1	17.400	-	-	-	-	-	17.400	16.821	34.221
Dividendos distribuídos relativo aos exercícios anteriores	12.2	-	-	-	-	(23)	-	(23)	-	(23)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	453	453	1.388	1.841
Dividendos distribuídos	12.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de capital	-	-	-	-	(211)	-	-	(211)	698	487
Constituição de reserva de lucros (lucros retidos)	12.3	-	-	-	-	453	(453)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		17.420	-	-	(211)	453	-	17.661	18.911	36.572
Aumento de capital social	12.1	-	-	-	-	-	-	-	1.396	1.396
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.625	8.637	7.744	16.369
Juros sobre capital próprio pagos no período	-	-	-	-	-	-	(890)	(890)	(1.113)	(2.003)
Dividendos distribuídos	12.5	-	-	-	-	-	(1.075)	(1.088)	(4.191)	(5.266)
Constituição de reserva de capital	-	-	-	-	(184)	-	-	(184)	1.356	1.172
Constituição de reserva de lucros	12.3	-	-	-	-	6.660	(6.660)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		17.420	-	-	(395)	7.113	-	24.137	24.103	48.240
Aumento de capital social	12.1	154.645	-	(175)	-	-	-	154.470	1.001	155.471
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	-	500	-	-	-	-	500	-	500
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	2.693	2.693	(3.848)	(1.155)
Dividendos distribuídos	12.5	-	-	-	-	-	(877)	(877)	(7.463)	(8.340)
Constituição de reserva de capital	-	-	-	-	(743)	-	-	(743)	3.144	2.401
Constituição de reserva de lucros	12.3	-	-	-	-	1.816	(1.816)	-	-	-
Outras movimentações de não controladores	12.5	-	-	-	-	-	-	-	8.117	8.117
Saldos em 31 de dezembro de 2020		172.065	500	(175)	(1.138)	8.929	-	180.180	25.054	205.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comerc Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.693	8.625	453	16.369
		(1.155)		1.841
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	-	331
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	-
Amortização de direito de uso	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2.902)	(8.744)	(455)	-
Marcação de mercado dos contratos de energia	-	-	-	(4.033)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica PIS e COFINS diferidos	-	-	-	(151)
Tributos diferidos	-	-	-	1.617
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	-	-	-	568
Provisão para contingências	-	-	-	-
Movimentação de não controladores	-	-	-	(184)
Provisão de despesas operacionais	-	(184)	-	1.356
Baixa por alienação de participação	-	-	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	-	6.830
				229
Decréscimo/(acréscimo) em ativos				
Contas a receber	-	-	-	(37.859)
Impostos a recuperar	53	(156)	-	(218)
Outros ativos	(326)	-	-	(15.760)
Transações com partes relacionadas	-	-	-	-
				-
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	-	-	-	33.886
Obrigações tributárias	2	-	-	2.512
Adiantamentos de clientes	-	-	-	182
Outros passivos	(7)	7	-	8
Dividendos a pagar	-	-	-	117
Transações com partes relacionadas	-	-	-	-
				359
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(6.315)
				(137)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	(487)	(452)	(2)	(744)
				(2.989)

Comerc Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Das atividades de investimento				
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(613)	-	(5.170)	-
Acréscimo de imobilizado	-	-	(2.787)	(2.045)
Acréscimo de investimentos	1.358	4	(171)	-
Aquisição de ativo intangível	(537)	-	(5.013)	(1.168)
Decrécimo de caixa proveniente de alienação de investimento	-	-	(2.811)	-
Dividendos recebidos no exercício	-	1.075	24	-
Transações com partes relacionadas	-	-	4.500	(1.664)
Caixa proveniente de reorganização societária	-	890	28.128	-
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades de investimento	208	1.969	16.677	(4.877)
Das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos por direito de uso	-	-	(1.587)	-
Caixa líquido proveniente da atividade de financiamento	-	-	(1.587)	-
Das atividades de investimentos com acionistas				
Integralização de capital social	-	-	1.001	1.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	500	-	18.956	-
Dividendos pagos no exercício	(1.169)	(658)	(10.057)	(5.266)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	-	(877)	-	(2.003)
Transações com partes relacionadas	2.900	-	-	5.450
Movimentação com não controladores	(743)	-	(1.146)	-
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamento	1.488	(1.535)	8.754	(423)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	1.209	(18)	42.815	(6.044)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3	21	23.967	30.011
No fim do exercício	1.212	3	66.782	23.967
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	1.209	(18)	42.815	(6.044)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comerc Participações Ltda.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2018
1 - Receitas					
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	-	849.311	798.090
1.2) Outras receitas	-	-	-	(8.347)	4.033
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	-	-	-
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	-	-	-	-	(568)
	-	-	-	840.964	801.555
					234.744
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)					
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	-	(786.361)	(753.661)
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	-	(12.180)	(2.432)
2.3) Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	-	-
2.4) Outras (especificar)	-	-	-	-	-
	-	-	-	(798.541)	(756.093)
					(229.692)
3 - Valor adicionado bruto	-	-	-	42.423	45.462
					5.052
4 - Depreciação, amortização e exaustão					
4.1) Depreciação	-	-	-	(1.434)	(32)
4.2) Amortização	-	-	-	-	-
4.3) Exaustão	-	-	-	-	-
	-	-	-	(1.434)	(32)
					(2)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	-	-	-	40.989	45.430
					5.050
6 - Valor adicionado recebido em transferência					
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	2.902	8.744	455	(25)	-
6.2) Receitas financeiras	20	1	1	1.049	742
6.3) Outras	(79)	(109)	-	(1.365)	(46)
	2.843	8.636	456	(341)	696

Comerc Participações Ltda.

Demonstrações do valor adicionado--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2018
7 - Valor adicionado total a distribuir	2.843	8.636	456	40.648	5.746
8 - Distribuição do valor adicionado					
8.1) Pessoal					
8.1.1 - Remuneração direta	-	-	-	(21.972)	(14.309)
8.1.2 - Benefícios	-	-	-	(2.861)	(1.804)
8.1.3 - FGTS	-	-	-	(928)	(482)
	-	-	-	(25.761)	(16.595)
8.2) Impostos, taxas e contribuições					
8.2.1 - Federais	(147)	(5)	-	(2.818)	(9.763)
8.2.2 - Estaduais	(1)	(6)	(3)	(12.164)	(1.833)
8.2.3 - Municipais	(2)	-	-	(798)	(559)
	(150)	(11)	(3)	(15.780)	(12.155)
8.3) Remuneração de capitais de terceiros					
8.3.1 - Juros	-	-	-	-	-
8.3.2 - Aluguéis	-	-	-	(81)	(81)
8.3.3 - Outras	-	-	-	(181)	(980)
	-	-	-	(262)	(1.061)
8.4) Remuneração de capitais próprios					
8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-
8.4.2 - Dividendos	-	-	-	-	-
8.4.3 - Lucros retidos/prejuízo do exercício	(2.693)	(8.625)	(453)	(2.693)	(8.625)
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	-	-	-	3.848	(7.744)
	(2.693)	(8.625)	(453)	1.155	(16.369)
					(1.841)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Comerc Participações Ltda. ("Empresa" ou "Controladora" ou "Grupo" quando em conjunto com as suas controladas), atualmente denominada Comerc Participações S.A., constituída em 03 de agosto de 2016, tem como principal objetivo a participação em outras Empresas comerciais civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

A partir de 31 de dezembro de 2020, como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa 1.1, a Comerc Participações S.A. consolidará as principais empresas do grupo, incluído as duas principais empresas: (i) a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, comercializadora de energia elétrica constituída em 20 de outubro 1987 e a (ii) Comerc Energia Ltda, gestora de consumidores no mercado livre de energia, constituída em 18 de fevereiro de 2005.

A Empresa atua em comercialização de energia elétrica (compra e venda), prestação de serviços de gestão do consumo de energia e representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), prestação de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores que tenham opção de escolha de fornecedor (consumidor livre), comercialização de gás (compra e venda), prestação de serviços de gestão do consumo de gás, locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes bem como a prestação de serviços que auxiliem a empresa a reduzir esse consumo.

A Empresa é domiciliada no Brasil, tem sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909 - 21º andar - Torre Norte, no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo.

1.1. Reestruturação societária

Em 04 de setembro de 2020, a Empresa passou a deter participação societária direta na Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. ("Esco Comércio") mediante recebimento de 170.581 quotas em decorrência da incorporação de sua até então controlada direta Comerc Esco Instalações e Prestação de Serviços em Energia Ltda. ("Esco Instalações") pela Esco Comércio. O acervo líquido incorporado de R\$170.581 foi avaliado pelo valor contábil, uma vez que todas as Empresas envolvidas na reestruturação estão sob controle comum. A participação societária percentual na Esco Instalações até a data da incorporação era de 99%. Posteriormente a Empresa passou a deter a participação de 3,43% na Esco Comércio. Como a Empresa já detinha participação indireta na Esco Comércio, não houve efeito no patrimônio líquido.

Em 03 de fevereiro de 2020, a Empresa cedeu e transferiu, através de venda, 1.015.000 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, representando 2,90% do capital social da controlada Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. aos sócios pessoa física. A transação foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas pelos sócios e houve contraprestação financeira por esta transferência, sem ganho ou perda na operação.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Reestruturação societária--Continuação

Na data de 31 de dezembro de 2020, ocorreram os seguintes eventos societários:

- (a) Cessão e transferência, através de venda da totalidade de suas quotas da até então controlada DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. ("DOC 88") para os sócios pessoas físicas, as quais perfaziam a quantidade de 16.200 quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim, retirando-se da sociedade nesta data. Não houve ganho ou perda na operação. O percentual de participação e critérios de consolidação estão demonstrados na nota explicativa nº 1.2. Participação societária.
- (b) Cessão e transferência, através de venda, da totalidade de suas quotas da até então controlada Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. ("Megawhat") para os sócios pessoas físicas, as quais perfaziam a quantidade de 482.500 quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim, retirando-se da sociedade. Não houve ganho ou perda na operação. O percentual de participação e critérios de consolidação estão demonstrados na nota explicativa nº 1.2. Participação societária.
- (c) Recebimento de 120.685.470 quotas da empresa Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Comerc Comercializadora") totalmente integralizados ao capital social. A transação foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas pelos Sócios.
- (d) Recebimento de 21.075.334 quotas da empresa Comerc Energia Ltda. ("Comerc Energia") totalmente integralizados ao capital social. A transação foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas pelos sócios.
- (e) Recebimento de 120.000 quotas da empresa Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda. ("Comerc Gás") totalmente integralizados ao capital social. A transação foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas pelos sócios.
- (f) Recebimento de 5.134.456 quotas da empresa Comerc Power Trade Ltda. ("Comerc Power") totalmente integralizados ao capital social. A transação foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas pelos sócios.
- (g) Aporte de R\$1.001, representando 1.001.020 quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, utilizando mútuo transformado em adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) e recebimento de 7.630.010 quotas totalizando 8.631.030 quotas da empresa Micropower Comerc Participações Ltda. ("Micropower") totalmente integralizados ao capital social. A transação foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas pelos sócios.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Reestruturação societária--Continuação

No caso das empresas mencionadas nas letras “a” e “b” acima, primeiramente houve um aumento de capital efetuados pelos sócios minoritários resultando na diluição da participação da Comerc Participações nessas sociedades. Em ato seguinte, 498.700 quotas foram cedidas e transferidas com a expressa anuência dos demais sócios dessas empresas a um sócio pessoa física.

Em 31 de dezembro de 2020, foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas pelos sócios, o aumento de Capital Social da Empresa no montante de R\$154.645, mediante a emissão de 154.645 novas quotas, as quais foram subscritas pelos quotistas mediante a conferência das participações das quotas das empresas destacadas, como segue:

Empresa	Percentual de participação detido pela Empresa	Investimento que passou a ser detido pela Empresa através de aumento de capital
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	100%	120.685
Comerc Energia Ltda.	100%	21.075
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	95%	120
Comerc Power Trade Ltda.	100%	5.134
Micropower Comerc Participações Ltda.	100%	7.630
Total		154.645

Na data da transação, as principais informações contábeis dessas empresas é como segue:

	Ativo					Total
	Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Comerc Energia Ltda.	Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	Comerc Power Trade Ltda.	Micropower Comerc Participações Ltda.	
Ativo circulante						
Caixas e equivalentes de caixa	21.878	3.876	111	2.178	87	28.130
Contas a receber	257.937	2.288	-	981	-	261.206
Instrumentos financeiros	421.615	-	-	-	-	421.615
Outros ativos circulantes	9.824	31.941	-	3.485	-	45.250
Total do ativo circulante	711.254	38.105	111	6.644	87	756.201
Ativo não circulante						
Instrumentos financeiros	241.645	-	-	-	-	241.645
Direito de uso	13.298	-	-	-	-	13.298
Imobilizado líquido	13.882	-	-	-	-	13.882
Outros ativos não circulantes	4.279	8.013	1	17	8.548	20.858
Total do ativo não circulante	273.104	8.013	1	17	8.548	289.683
Total do ativo	984.358	46.118	112	6.661	8.635	1.045.884

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Reestruturação societária--Continuação

	Passivo					Total
	Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Comerc Energia Ltda.	Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	Comerc Power Trade Ltda.	Micropower Comerc Participações Ltda.	
Passivo circulante						
Fornecedores diversos	257.739	140	-	869	-	258.748
Instrumentos financeiros	394.544	-	-	-	-	394.544
Outros passivos circulantes	41.841	24.903	-	658	-	67.403
Total do passivo circulante	694.125	25.043	-	1.527	-	720.695
Passivo não circulante						
Tributos diferidos	46.729	-	-	-	-	46.729
Arrendamento a pagar	12.429	-	-	-	-	12.429
Instrumentos financeiros	109.709	-	-	-	-	109.709
Outros passivos não circulantes	681	-	-	-	-	681
Total do passivo não circulante	169.548	-	-	-	-	169.549
Total do acervo líquido incorporado	120.685	21.075	112	5.134	8.635	155.641

1.2. Participação societária

A Empresa possui os seguintes percentuais de participação societária para os exercícios apresentados:

Descrição	% de Participação no capital social			Tipo de investimento		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (a)	100%	-	-	Controlada	-	-
Comerc Energia Ltda. (b)	100%	-	-	Controlada	-	-
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda. (c)	95%	-	-	Controlada	-	-
Comerc Power Trade Ltda. (d)	100%	-	-	Controlada	-	-
Micropower Comerc Participações Ltda. (e)	100%	-	-	Controlada	-	-
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (f)	45,10%	48%	48%	Controlada	Controlada	Controlada
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (g)	3,43%	-	-	Coligada	-	-
Comerc Esco Instalações e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (h)	(**)	99%	99%	(**)	Controlada	Controlada
Doc 88 Desenvolvimento e serviços Ltda (i)	(*)	87%	87%	(*)	Controlada	Controlada
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda (j)	(*)	96,50%	96%	(*)	Controlada	Controlada
Comerc Esco Desenvolvimento Prest. Serviços em Energia Ltda (k)	95%	-	-	Controlada	-	-
Comerc Energy Trading Ltda. (k)	100%	-	-	Controlada	-	-
Comerc Financial Trading Ltda. (k)	100%	-	-	Controlada	-	-
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (k)	100%	-	-	Controlada	-	-
Newcom EnergyTrading Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (k)	100%	-	-	Controlada	-	-

(*) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1., as empresas DOC 88 e Megawhat deixaram de fazer parte da estrutura societária da Empresa em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da cessão e transferência da totalidade das quotas que a Empresa detinha dessas duas empresas.

(**) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1., a Esco Instalações deixou de fazer parte da estrutura societária da Empresa em 04 de setembro de 2020, em decorrência do processo de incorporação, o qual deu origem à participação societária da Empresa na empresa Esco Comércio.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Participação societária--Continuação

- (a) A Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda), a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- (b) A Comerc Energia Ltda., tem como objeto social a prestação de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores que tenham opção de escolha de fornecedor (consumidor livre). Por meio da elaboração de estratégias de posicionamento e de estruturas de gerenciamento de energia, a Comerc Energia busca maximizar a redução de custo para seus clientes e atender plenamente às suas necessidades no curto, médio e longo prazo;
- (c) A Comerc Gás Comercializadora Ltda., tem como principal objetivo a comercialização de gás (compra e venda), a prestação de serviços de gestão do consumo de gás e encontra-se em fase pré-operacional;
- (d) A Comerc Power Trading Ltda., tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda) nos mercados atacadista e varejista, bem como a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- (e) A Micropower Comerc Participações Ltda. tem como principal a participação em outras Empresas comerciais civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.
- (f) A Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., tem como objetivo a comercialização de energia elétrica no mercado atacadista (compra e venda). A Empresa mantém o poder sobre a investida através da participação majoritária como quotista, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar esses retornos.
- (g) A Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. ("Esco Comércio"), tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes bem como a prestação de serviços que auxiliem a empresa a reduzir esse consumo.
- (h) A Comerc Esco Instalações e Prestação de Serviços em Energia Ltda. tinha como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes bem como a prestação de serviços que auxiliem a empresa a reduzir esse consumo.
- (i) A DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda., tem como principal objetivo a consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda customizáveis ou não customizáveis, suporte e treinamento em informática e participação em outras empresas.
- (j) A Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda., tem como principal objetivo a divulgação de informações por meio de portais e provedores de conteúdo na internet, bem como a prestação de serviços de consultoria relacionadas ao mercado de energia.
- (k) Empresa em fase pré-operacional.

1.3. Coronavírus ("Covid-19")

Os primeiros casos de Covid-19 foram identificados em dezembro de 2019 na cidade de Whuran, na China. Devido ao rápido aumento de casos em escala global, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") classificou o surto de Covid-19 como uma pandemia. Os primeiros casos de Covid-19 no Brasil ocorreram no primeiro trimestre de 2020 e rapidamente se espalhou por todo o país.

No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito, à manutenção do emprego e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Coronavírus (“Covid-19”)--Continuação

Os principais riscos para o setor elétrico no país decorreram da redução de carga de energia elétrica no exercício findo em 2020. Não obstante, os agentes inseridos no ACL (ambiente de contratação livre), principalmente os consumidores finais, podem eventualmente não cumprir os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado livre, com base em teses jurídicas como caso fortuito, responsabilidade de excludente por força maior, entre outros. Ressalta-se que o portfólio da Empresa em sua quase totalidade está concentrado em comercializadoras e consumidores livres, entre os quais as teses jurídicas mencionadas geralmente não prosperam, reforçando o conceito que os compromissos com contratos vigentes devem e serão respeitados.

Em meados de março, a Comerc Participações organizou internamente comitês multidisciplinares para o gerenciamento deste impacto em nossas operações, resultados e, principalmente, na segurança e bem-estar de nossos colaboradores.

A partir de 17 de março de 2020, como desdobramento desta preparação realizada, 100% dos colaboradores migraram para o regime de trabalho remoto, regime no qual a grande maioria dos colaboradores permanecem até o presente momento. A Empresa estruturou os canais de comunicação semanais da liderança com as equipes de forma a manter a comunicação frequente e as equipes atualizadas.

Apesar do impacto negativo na economia global, as operações da Empresa e de suas controladas não sofreram impactos relevante devido a pandemia. O impacto negativo na marcação a valor justo da carteira deveu-se a um evento climático extremo e não esperado no último trimestre, sem relação com a pandemia. A administração da Empresa continua monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, a Empresa não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira agressiva seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A Empresa está apresentando pela primeira vez, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas de grande porte, e de acordo com as IFRS.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

A Empresa está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas os dois últimos exercícios comparativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Empresa examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 12 de julho de 2021.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa e de suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.5.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Empresa realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia são registrados no resultado do exercício, em conta específica. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável--Continuação

A “Provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado as operações e os títulos vencidos acima de 60 dias.

Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Contratos futuros de energia (compra e venda)

A Empresa possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A empresa possui flexibilidade para gerenciar estes contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Contratos futuros de energia (compra e venda)--Continuação

Os contratos futuros podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (como exemplo, celebrando com a contraparte contrato de compensação).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço da Empresa pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos são estimados com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo.

Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturada para a Empresa e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.2. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos da Empresa em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Empresa no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Empresa nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Empresa. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Empresa reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Empresa e a controlada são eliminados em proporção à participação.

A soma da participação da Empresa nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas.

As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Empresa. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Empresa.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Empresa. A Empresa determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda, na demonstração do resultado.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.2. Investimentos--Continuação

Ao perder influência significativa sobre o investimento, a Empresa mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.5.3. Arrendamentos

Até 2018, a Empresa aplicava a norma IAS 17/CPC 06(R1) - Operações de arrendamento mercantil, no qual estabelecia que a determinação de se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil está baseada em aspectos relativos ao uso de um ativo ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Neste contexto, com base nestas normas, os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles que transferem à Empresa substancialmente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, incluindo, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os arrendamentos operacionais, que eram os arrendamentos substancialmente mantidos pela Empresa são aqueles cujos riscos e benefícios não são transferidos ao arrendatário, sendo os custos reconhecidos no resultado de forma linear por competência, à medida que o ativo é utilizado. As diferenças entre os valores efetivamente pagos e os reconhecidos como despesa no resultado são reconhecidos como despesas antecipadas ou provisionados no balanço patrimonial, os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos que não se qualificarem nesta regra são classificados como operacional.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3. Arrendamentos--Continuação

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Empresa adotou a norma IFRS 16/CPC 06(R2) que substituiu a IAS 17/CPC 06(R1) e IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento. A IFRS 16/CPC 06(R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17/CPC 06(R1). Desse modo, na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não houve alteração substancial na contabilização do arrendador com base no IFRS 16/CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17/CPC 06 (R1). Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

A Empresa selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Empresa aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3. Arrendamentos--Continuação

A Empresa como arrendatário

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Empresa aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Empresa usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.5.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

Segue abaixo tabela com as taxas de depreciação, que refletem substancialmente a vida útil dos ativos:

	% Taxas de depreciação		
	2020	2019	2018
Máquinas e equipamentos	10%	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%	10%
Equipamentos de informática	20%	20%	20%
Veículos	20%	20%	20%
Benfeitorias (*)	7%	7%	7%

(*) Taxa média.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.4. Imobilizado--Continuação

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.5.5. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Segue abaixo a taxa de amortização praticada para a Empresa de intangível:

	% Taxas de amortização		
	2020	2019	2018
Software e licença de uso	20%	20%	20%

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.5. Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.5.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Empresa ou suas controladas possuírem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.7. Resultado do exercício

Reconhecimento de receitas

A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.7. Resultado do exercício--Continuação

Reconhecimento de receitas--Continuação

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

Custo de venda de Energia

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados:

- Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e
- Com base na associação direta da receita.

O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa.

2.5.8. Impostos

a) *Imposto de renda e contribuição social correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.8. Impostos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- A Empresa contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.9. Base e mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.5.10. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.5.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.12. Distribuição de lucros

A Empresa reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. De acordo com o Contrato Social da Empresa, os lucros e resultados terão a destinação que os sócios deliberarem, mediante voto de sócio(s) que representem mais da metade do capital social.

2.5.13. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em verticais de negócio, com base nos produtos e serviços, com 3 (três) segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

- Trading;
- Serviços; e
- Soluções em energia.

A Administração da Empresa, monitora separadamente os resultados operacionais das verticais de negócio para poder tomar decisões e avaliar o seu desempenho.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento--Continuação

As informações referentes aos resultados de cada segmento que são reportados, estão apresentadas a seguir:

a) Informações de 2020

	Trading 31/12/2020	Serviços 31/12/2020	Soluções 31/12/2020	Controladora 31/12/2020	Eliminações 31/12/2020	Total 31/12/2020
Receita operacional líquida	811.327	-	23.233	-	-	834.560
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(8.347)	-	-	-	-	(8.347)
Custos	(784.594)	-	(1.928)	-	-	(786.523)
Lucro bruto	18.386	-	21.305	-	-	39.690
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(5.634)	-	(32.671)	(10)	-	(38.314)
Depreciação e amortização	(98)	-	(1.336)	-	-	(1.434)
Outras receitas/(despesas)	-	-	1	-	-	1
Equivalência patrimonial	-	-	-	2.902	(2.927)	(25)
Despesas financeiras	(507)	-	(560)	(72)	-	(1.139)
Receitas financeiras	983	-	46	20	-	1.049
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	13.130	-	(13.215)	2.840	(2.927)	(172)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(7.425)	-	(143)	(147)	-	(7.715)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	3.027	-	3.705	-	-	6.732
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.732	-	(9.653)	2.693	(2.927)	(1.155)
Total do ativo	1.237.649	46.119	15.408	184.683	(216.769)	1.267.090
Total do passivo e patrimônio líquido	1.237.649	46.119	15.408	184.683	(216.769)	1.267.090

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento--Continuação

b) Informações de 2019

	Trading 31/12/2019	Serviços 31/12/2019	Soluções 31/12/2019	Controladora 31/12/2019	Eliminações 31/12/2019	Total 31/12/2019
Receita operacional líquida	775.755	-	18.549	-	-	794.304
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.033	-	-	-	-	4.033
Custos	(753.004)	-	(960)	-	-	(753.964)
Lucro bruto	26.784	-	17.589	-	-	44.373
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(5.232)	-	(15.218)	(9)	-	(20.459)
Depreciação e amortização	-	-	(32)	-	-	(32)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	13	-	-	13
Equivalência patrimonial	-	-	-	8.744	(8.744)	-
Despesas financeiras	(135)	-	(406)	(106)	-	(647)
Receitas financeiras	1.410	-	3	1	-	1.414
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	22.827	-	1.949	8.630	(8.744)	24.662
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6.203)	-	(621)	(5)	-	(6.830)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.463)	-	-	-	-	(1.463)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.161	-	1.328	8.625	(8.744)	16.369
Total do ativo	277.763	-	9.821	24.261	(24.184)	287.661
Total do passivo e patrimônio líquido	277.763	-	9.821	24.261	(24.184)	287.661

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento--Continuação

c) Informações de 2018

	Trading 31/12/2018	Serviços 31/12/2018	Soluções 31/12/2018	Controladora 31/12/2018	Eliminações 31/12/2018	Total 31/12/2018
Receita operacional líquida	220.777	-	2.170	-	-	222.947
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	5.005	-	-	-	-	5.005
Custos	(222.157)	-	(4)	-	-	(222.161)
Lucro bruto	3.625	-	2.166	-	-	5.791
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(1.545)	-	(1.634)	(3)	-	(3.182)
Depreciação e amortização	-	-	(2)	-	-	(2)
Equivalência patrimonial	-	-	-	455	(455)	-
Despesas financeiras	(42)	-	(43)	-	-	(85)
Receitas financeiras	740	-	1	1	-	742
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.778	-	488	453	(455)	3.264
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(229)	-	-	(229)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.194)	-	-	-	-	(1.194)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.584	-	259	453	(455)	1.841
Total do ativo	134.696	-	3.486	17.661	(17.640)	138.203
Total do passivo e patrimônio líquido	134.696	-	3.486	17.661	(17.640)	138.203

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Informações por segmento--Continuação

A Comerc Energia Ltda. é a entidade prestadora de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores do mercado livre. Como essa Empresa passou a fazer parte da Comerc Participações em 31 de dezembro de 2020 (vide Nota 1.1), não aportou resultados às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 da Comerc Participações.

2.5.14. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.5.15. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela CVM por meio da Deliberação 557/08. Evidencia a riqueza gerada pela Empresa e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para Grupos abertas como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como não são requeridas pelas IFRS, essa demonstração é tratada como informação contábil suplementar.

2.5.16. Princípios de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.16. Princípios de consolidação--Continuação

Controladas

Controladas são todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Empresa. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas;
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.5.17. Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir:

Alterações no CPC 15 (IFRS 3) (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, mas podem impactar períodos futuros caso a Empresa ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.17. Novas normas e interpretações contábeis--Continuação

Alterações no CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) (R1) e CPC 48 (IFRS 9): Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (IAS 1) (R1) e CPC 23 (IAS 8): Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as

decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Empresa.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.17. Novas normas e interpretações contábeis--Continuação

Alterações no CPC 06 (IFRS 16) (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 acima descritas, não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Caixa e bancos	6	3	21	3.277	4.664	428
Títulos e valores mobiliários	1.206	-	-	63.505	19.303	29.583
	1.212	3	21	66.782	23.967	30.011

O caixa e equivalentes de caixa da Empresa e suas controladas está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

As aplicações financeiras correspondem de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização com taxas entre 96% e 104% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, para os períodos findos em 2020, 2019 e 2018.

4. Contas a receber de clientes - Consolidado

Compostos basicamente por valores a vencer decorrentes de comercialização de energia elétrica.

Descrição	Consolidado		
	2020	2019	2018
Contas a receber de clientes - faturados	-	774	6.958
Contas a receber de clientes - medidos e não faturados (a)	320.114	72.361	29.577
Outras contas a receber de serviços prestados	3.770	1.302	43
(-) Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(4.012)	(568)	-
	319.872	73.869	36.578

(a) Os saldos de clientes "não faturados" são compostos pelas vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia elétrica convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo de energia ocorreu até 31 de dezembro e o faturamento ocorreu no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao consumo.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber de clientes - Consolidado--Continuação

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	Consolidado		
	2020	2019	2018
A vencer	318.952	73.845	36.578
Vencidos até 30 dias	711	24	-
Vencidos de 31 a 90 dias	209	-	-
Vencidos há mais de 90 dias	4.012	568	-
(-) Provisão para perda esperadas (a)	(4.012)	(568)	-
	319.872	73.869	36.578

A movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber é como segue:

Descrição	Consolidado		
	2020	2019	2018
Saldos iniciais	(568)	-	-
(-) Saldo proveniente da reestruturação (a)	(4.012)	-	-
(-) Adições à provisão	-	(568)	-
(+) Reversões	568	-	-
Vencidos há mais de 90 dias	(4.012)	(568)	-

(a) A provisão para perda esperadas apresentada pertencem às empresas Comerc Comercializadora de Energia (R\$3.512) e Comerc Energia (R\$500).

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo de perdas esperadas. Desta forma, a Empresa adota o reconhecimento das perdas de crédito esperada com base na avaliação do risco associado as operações.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas

A seguir é apresentada as principais transações e saldos:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda. (c)	-	-	-	20.368	-	-
Quotistas Comerc Participações Ltda. (b)	1.600	-	-	1.600	-	-
DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda (a)	-	-	-	480	-	-
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (b)	-	-	-	-	-	429
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. (a)	-	-	-	344	-	-
MPC Energia S.A. (a)	-	-	-	106	12	-
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda. (a)	-	-	-	55	-	-
YAM Tecnologia e Desenvolvimento Humano SPE - Ltda. (a)	-	-	-	41	-	-
Pax Tecnologia (c)	-	-	-	-	325	-
Total circulante	1.600	-	-	22.994	12	429
Total não circulante	-	-	-	-	325	-

Passivo	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Comerc Energia Ltda. (c)	4.500	-	-	-	4.003	370
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda. (c)	-	-	-	-	1.441	360
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (a)	-	-	-	-	291	1.311
Total circulante	4.500	-	-	-	5.735	2.041

Receitas	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (d)	-	-	-	136.247	137.677	67.717
Comerc Esco Com e Prest. de Serv. em Energia Ltda. (e)	-	-	-	96	-	-
Micropower Comerc Energia S.A. (e)	-	-	-	104	-	-
Comerc Energia Ltda. (e)	-	-	-	17.592	5.738	-
	-	-	-	154.039	143.415	67.717

Custos	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (d)	-	-	-	(148.929)	(125.451)	(61.056)
	-	-	-	(148.929)	(125.451)	(61.056)

Despesas	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (a)	-	-	-	(4.672)	(1.497)	(787)
	-	-	-	(4.672)	(1.497)	(787)

- (a) Despesas operacionais comum a todas as empresas alocadas na Comerc Comercializadora e pendentes de ressarcimentos pelas empresas do Grupo;
(b) Adiantamento de dividendos a executivos;
(c) Operações de mútuos com empresas do mesmo grupo sendo remunerado a 100% do CDI.
(d) Transações de compra e venda de energia entre as empresas do mesmo Grupo.
(e) Prestação de serviços entre as empresas do mesmo Grupo.

A Empresa considera que todas as transações entre partes relacionadas refletem condições de mercado.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos

6.1. O quadro abaixo apresenta a composição dos investimentos:

	Controladora			Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	120.685	-	-	-
Comerc Energia Ltda.	21.075	-	-	-
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	3.934	-	-	3.934
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	20.721	22.404	17.223	-
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda.	-	1.293	104	-
Comerc Power Trading Ltda.	5.134	-	-	-
Comerc Gás Comercializadora Ltda.	106	-	-	-
MicroPower Comerc Participações Ltda.	8.635	-	-	-
Participação MPC Serviços Energéticos 1B S.A. (*)	-	-	-	3.200
Participação MPC Serviços Energéticos 1C S.A. (*)	-	-	-	4.462
Participação MPC Serviços Energéticos 1A S.A. (*)	-	-	-	887
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.	-	227	295	-
Doc88 Desenvolvimento e Serviços Ltda.	-	177	17	-
BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.	-	-	-	1.162
	180.290	24.101	17.639	13.645

(*) Participações detidas indiretamente através da MicroPower Comerc Participações Ltda.

6.2. As principais informações sobre as investidas estão apresentadas abaixo:

Empresa	Controle	31/12/2020		
		Quantidade de ações/quotas detidas pela Empresa	Quantidade total de ações/quotas	Participação da Empresa
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Controle	120.685	120.685	100,00%
Comerc Energia Ltda.	Controle	21.075	21.075	100,00%
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Controle	15.785	35.000	45,10%
Comerc Financial Trading Ltda.	Controle	1.000	1.000	99,99%
Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda.	Controle	1.000	1.000	99,99%
Comerc Esco Desenvolv., Com. e Prest. de Serviços em Energia Ltda.	Controle	95	100	95,00%
Comerc Power Trading Ltda.	Controle	5.134	5.134	100,00%
Comerc Gás Comercializadora Ltda.	Controle	114	120	95,00%
MicroPower Comerc Participações Ltda.	Controle	8.631	8.631	100,00%
Comerc Energy Trading Ltda.	Controle	1.000	1.000	99,99%
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Controle	1.000	1.000	99,99%
BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.	Investida	4.000	96.796	4,13%
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	Investida	171	4.972	3,43%
Participação MPC Serviços Energéticos 1B S.A. (*)	Coligada Indireta	156	5.200	3%
Participação MPC Serviços Energéticos 1C S.A. (*)	Coligada Indireta	9,99	10	99,9%
Participação MPC Serviços Energéticos 1A S.A. (*)	Coligada Indireta	806	26.874	2,88825%

(*) Participações detidas indiretamente através da MicroPower Comerc Participações Ltda.

Comerc Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

6.3. Informações financeiras resumidas:

Empresa	Controladora					
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (*)	120.685	-	-	-	-	-
Comerc Energia Ltda. (*)	21.075	-	-	-	-	-
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	5.256	(2.797)	-	-	-	-
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	45.576	8.731	46.676	15.160	35.882	1.584
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda.	-	-	1.306	1.201	105	5
Comerc Power Trading Ltda. (*)	5.134	-	-	-	-	-
Comerc Gás Comercializadora Ltda. (*)	112	-	-	-	-	-
MicroPower Comerc Participações Ltda. (*)	8.635	-	-	-	-	-
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.	-	(3.385)	235	(72)	307	(193)
Doc88 Desenvolvimento e Serviços Ltda.	-	(6.906)	203	402	273	464

(*) Empresas aportadas na data de 31 de dezembro de 2020. Por essa razão, não há contribuição de resultado para a Controladora.

Empresa	Consolidado			
	31/12/2020			
	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Resultado
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	37.209	31.953	5.256	(2.797)
Participação MicroPower Comerc Energia S.A.	15.731	975	14.756	(13.341)
Participação MPC Serviços Energéticos 1B S.A.	5.326	2	5.324	129
Participação MPC Serviços Energéticos 1C S.A.	10	8	2	(8)
Participação MPC Serviços Energéticos 1A S.A.	26.922	161	26.761	(83)
BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.	53.412	5.273	48.139	1.538

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

6.4. Movimentação dos investimentos

a) Movimentação em 2020

Empresa	Saldo em 2019	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	AFAC	Venda de investimentos	Incorporação de investidas	Dividendos e JSCP recebidos	Reserva de capital	Ganho/ perda de participação	Perda por distribuição desproporcional	Saldo em 2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	-	-	120.685	-	-	-	-	-	-	-	120.685
Comerc Energia Ltda.	-	-	21.075	-	-	-	-	-	-	-	21.075
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	-	(20)	-	3.887	-	170	-	-	-	(103)	3.934
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	22.404	3.745	-	-	(1.015)	-	(3.869)	843	(96)	(1.291)	20.720
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda.	1.293	618	-	-	-	(170)	-	-	-	(1.741)	-
Comerc Power Trading Ltda.	-	-	5.134	-	-	-	-	-	-	-	5.134
Comerc Gás Comercializadora Ltda.	-	(8)	120	-	(6)	-	-	-	-	-	106
MicroPower Comerc Participações Ltda.	-	4	8.631	-	-	-	-	-	-	-	8.635
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.	227	(1.037)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doc88 Desenvolvimento e Serviços Ltda.	177	(400)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	24.101	2.902	155.645	3.887	(1.021)	-	(3.869)	843	(96)	(3.135)	180.290

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

6.4. Movimentação dos investimentos--Continuação

b) Movimentação em 2019

Empresa	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Reserva de capital	Dividendos e JSCP recebidos	Perda por distribuição desproporcional	Saldo em 2019
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	17.223	7.277	-	928	(2.103)	(921)	22.404
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda.	104	1.189	-	-	-	-	1.293
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.	295	(71)	3	-	-	-	227
Doc88 Desenvolvimento e Serviços Ltda.	17	349	1	-	-	(190)	177
Total	17.639	8.744	4	928	(2.103)	(1.111)	24.101

c) Movimentação em 2018

Empresa	Saldo em 2017	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Transação de capital	Dividendos e JSCP recebidos	Perda por distribuição desproporcional	Saldo em 2018
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	-	423	16.800	-	-	-	17.223
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda.	-	5	100	(1)	-	-	104
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.	-	(185)	480	-	-	-	295
Doc88 Desenvolvimento e Serviços Ltda.	41	212	-	-	(24)	(212)	17
Total	41	455	17.380	(1)	(24)	(212)	17.639

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado líquido

7.1. Composição do ativo imobilizado consolidado

Descrição	Taxa anual %	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
		Líquido	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	2.298	-	-
Equipamentos de processamento de dados	20	3.840	107	133
Benfeitorias em imóveis	4 a 10	6.508	-	-
Máquinas e equipamentos	10	1.163	3.830	249
Imobilizado em andamento	-	671	282	2.124
		14.480	4.220	2.506

7.2. Movimentação do ativo imobilizado consolidado de 2020

Descrição	31/12/2019	Adições	Aporte de capital (Nota 1.1)	Baixa (*)	Transferência (*)	Baixa por alienação de participação	31/12/2020
Móveis e utensílios	-	3	3.556	-	63	(9)	3.613
Equipamentos de processamento de dados	137	15	9.618	-	256	(249)	9.777
Benfeitorias em imóveis	-	-	13.141	-	398	-	13.539
Máquinas e equipamentos	4.136	-	1.601	-	1.235	(5.347)	1.625
Imobilizado em andamento	282	2.768	670	(103)	(2.067)	(879)	671
(-) Depreciação	(335)	(359)	(14.703)	-	-	652	(14.745)
	4.220	2.427	13.883	(103)	(115)	(5.832)	14.480

(*) O montante de R\$115 foi reclassificado para intangível em andamento e o montante de R\$103 foi baixado para o resultado.

7.3. Movimentação do ativo imobilizado consolidado de 2019

Descrição	31/12/2018	Adições	Transferência (**)	31/12/2019
Equipamentos de processamento de dados	136	1	-	137
Máquinas e equipamentos	251	37	3.849	4.137
Imobilizado em andamento	2.124	3.619	(5.462)	282
(-) Depreciação	(5)	(331)	-	(336)
	2.506	3.326	(1.612)	4.220

(**) O montante de R\$261 foi transferido para intangível em andamento, e o montante de R\$899 foi transferido para intangível em andamento e o montante de R\$452 foi reclassificado para despesas antecipadas.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado líquido--Continuação

7.4. Movimentação do ativo imobilizado consolidado de 2018

Descrição	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Móveis e utensílios	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	-	136	136
Benfeitorias em imóveis	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	251	251
Imobilizado em andamento	-	2.124	2.124
	-	2.511	2.511
(-) Depreciação	-	(5)	(5)
	-	2.506	2.506

8. Direito de Uso e passivo de arrendamento

A Empresa possui arrendamentos com as naturezas substancialmente de locação de imóveis utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento.

A taxa incremental de captação, aplicável a carteira de ativos arrendados. Por meio desta metodologia a Empresa obteve uma taxa média de 10,0% a.a. para os imóveis utilizada em 31 de dezembro de 2020:

i) Direito de Uso (*)

Ativo	2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	13.299
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	117
Total	13.416

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de Uso e passivo de arrendamento--Continuação

ii) Arrendamento a pagar (*)

Passivo	2020
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	16.224
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	117
Total	16.341
Circulante	3.850
Não circulante	12.491

(*) Os saldos de direito de uso e passivo de arrendamento foram incorporados em 31 de dezembro de 2020, decorrentes da reestruturação societária realizada. Portanto, em 2020 não existem efeitos de atualizações, amortizações e pagamentos de principal/juros.

Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referencias do IFRS 16/CPC 06 (R2) e do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Empresa. Os efeitos advindos dos cálculos de acordo com o referido ofício não são materiais para divulgação.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de seus contratos.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente.

9. Fornecedores

Passivo	Consolidado		
	2020	2019	2018
Fornecedores de energia - provisão por competência (a)	306.184	68.638	34.253
Demais fornecedores	914	348	847
	307.098	68.986	35.100

(a) O saldo de "Fornecedores de energia - provisão por competência", referente à compra de energia elétrica de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo consumo da energia ocorreu até o dia 31 de dezembro e a emissão da respectiva Nota Fiscal ocorre no mês subsequente ao consumo (janeiro).

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

10. Dividendos a pagar

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Dividendos a pagar (a)	-	117	-	22.000	117	-
Total circulante	-	117	-	22.000	117	-

(a) Em 2020, o montante de R\$22.000 refere-se a dividendos a pagar pela Comerc Energia Ltda. aos seus antigos quotistas, uma vez que a mesma passou a ser controlada pela Comerc em 31 de dezembro de 2020.

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração global do pessoal-chave da Administração para o exercício social de 2020, 2019 e 2018, está demonstrada abaixo:

	2020	2019	2018
Remuneração fixa anual	5.042	1.365	216
Total	5.042	1.365	216

11. Estimativa para perdas contingentes

11.1. Provisão para contingências

A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado, no montante de R\$57 referente a ações de natureza trabalhista e previdenciária, reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Empresa.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Empresa revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Classificação das contingências para perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências classificadas como perda possível (a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável e maior que remota) e, portanto, não foram contabilizados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas está apresentado como segue:

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Estimativa para perdas contingentes--Continuação

11.1. Provisão para contingências--Continuação

Classificação das contingências para perdas possíveis--Continuação

Natureza	2020	2019	2018
Tributárias (a)	507	4.024	4.367
Cíveis (b)	2.723	-	-
Relacionados à Covid-19 (c)	8.802	-	-
	<u>12.032</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Nos anos de 2019 e 2018, refere-se à ação relacionada a suposto pagamento a destempo do ICMS/ST e em 2019 a Empresa aderiu ao REFAZ com quitação em parcela única. No ano de 2020, refere-se à notificação de lançamento de multa isolada sobre PER/DCOMPs não homologadas.

(b) Refere-se à cobrança de faturas julgada indevida e ação para confirmação de saída das sociedades.

(c) Refere-se a ações de cliente solicitando o reconhecimento de caso fortuito ou força maior.

11.2. Revisão da apuração de tributos

De acordo com a legislação vigente, as operações da Empresa estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS, INSS e FGTS).

Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos podem ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social integralizado da Empresa é de R\$172.065 (R\$17.420 em 2019 e 2018), composto por 172.065 quotas (17.420 quotas em 2019 e 2018), no valor nominal de R\$1,00 cada.

Em 31 de dezembro de 2020 ocorreu aumento de capital social no valor de R\$154.645 por meio do recebimento de quotas conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

12.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2020 foi realizado pelos sócios um adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$500 em espécie. Este AFAC foi integralizado ao capital social em 2021 mediante a emissão de 500 quotas, no valor nominal de R\$1 cada.

12.3. Reserva de lucros

Refere-se à parcela de lucros que a empresa ainda não se materializou financeiramente sendo distribuído após a realização financeira. Para o exercício de 2020 foi constituída a reserva de lucros de R\$1.037.

12.4. Distribuição de dividendos

Nos termos do Contrato Social da Empresa, o valor a ser distribuído aos cotistas a título de dividendos, deverá ser deliberado pelo Sócio ou Sócios representando a maioria do capital social.

12.5. Lucro (prejuízo) por cota

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por cota é feito por meio da divisão do lucro líquido da Empresa pela quantidade média ponderada de cotas existentes no exercício.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, os sócios cotistas aprovaram em 16 de março de 2021 a conversão da Empresa de sociedade limitada para sociedade por ações. Todas as cotas da Empresa foram convertidas em ações na proporção de 1 (uma) cota para 1,121792687 ação ordinária.

A Empresa não possuía instrumentos diluidores do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

	Consolidado					
	2020		2019		2018	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído	Básico	Diluído
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos controladores	2.693	2.693	8.625	8.625	453	453
Quantidade média ponderada de cotas emitidas (em milhares)	20.016	20.016	19.542	19.542	19.542	19.542
Lucro por cotas - básico e diluído (em R\$ por cota)	0,1346	0,1346	0,4413	0,4413	0,0232	0,0232

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida está apresentada a seguir para os exercícios indicados:

Descrição	Consolidado		
	2020	2019	2018
Receita de venda de energia	824.127	778.287	227.415
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes e outros (i)	(12.800)	(2.532)	(6.638)
Receita líquida na venda de energia	811.327	775.755	220.777
Receita de prestação de serviços	25.184	19.803	2.324
(-) Dedução da prestação de serviços - impostos incidentes e outros (i)	(1.950)	(1.254)	(154)
Receita líquida de serviços	23.234	18.549	2.170
	834.560	794.304	222.947

(i) Os impostos incidentes sobre a receita são PIS, COFINS e ICMS/ST.

14. Custos de vendas de energia e serviços prestados

Descrição	Consolidado		
	2020	2019	2018
Compra de energia	(783.654)	(752.714)	(222.161)
Outros custos	(2.869)	(1.250)	-
	(786.523)	(753.964)	(222.161)

15. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Descrição	Consolidado		
	2020	2019	2018
Despesas com pessoal	(25.593)	(16.419)	(1.875)
Serviços de terceiros	(10.897)	(1.904)	(787)
Depreciação e amortização	(1.945)	(331)	(4)
Outras despesas administrativas	(1.313)	(1.937)	(518)
	(39.748)	(20.491)	(3.184)

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receitas financeiras						
Rendimentos de aplicações financeiras	-	1	1	813	1.411	742
Outras receitas financeiras	20	1	-	236	3	-
	20	2	1	1.049	1.414	742
Despesas financeiras						
Cartas fianças	-	-	-	(181)	(15)	(43)
Outras despesas financeiras	(72)	(106)	-	(958)	(632)	(42)
	(72)	(106)	-	(1.139)	(647)	(85)
	(52)	(104)	1	(90)	767	657

17. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos

17.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Demonstramos seguir os cálculos das despesas de IRPJ e da CSLL para os exercícios indicados:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	2.840	8.630	241	(172)	24.662	3.264
(-) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social - Empresas no "Lucro Presumido"	-	-	-	(781)	(1.505)	(681)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro - "Empresas no Lucro Real"	2.840	8.630	241	(952)	(23.157)	(2.583)
Alíquota vigente combinada de 34%	(966)	(2.934)	(82)	324	(7.873)	(878)
Juros sobre capital próprio (recebido)/pago	(256)	(47)	-	308	681	-
Equivalência patrimonial	997	2.973	83	(9)	-	-
Outras adições/exclusões não dedutíveis para fins fiscais	-	-	-	(779)	(662)	(249)
IRPJ/CSLL diferidos não constituídos, líquidos	64	-	(1)	(971)	(180)	(66)
	(171)	(8)	-	(1.126)	(8.036)	(1.194)
Incentivos fiscais	24	2	-	285	46	-
	(147)	(5)	-	(840)	(7.989)	(1.194)
Imposto de renda e contribuição social lucro real - correntes	(147)	(5)	-	(7.572)	(6.525)	-
Imposto de renda e contribuição social lucro real - diferidos	-	-	-	6.732	(1.463)	(1.194)
	-	-	-	(143)	(305)	(229)
	(147)	(5)	-	(983)	(8.293)	(1.423)
Alíquota efetiva	-5%	0%	0%	-570%	-34%	-44%

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos--Continuação

17.2. Impostos diferidos

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Ativo/(passivo) fiscal diferido			
Resultado de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	(52.323)	(3.073)	(1.702)
Resultado outras despesas temporárias	4.644	415	58
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(7.140)	-	450
	(40.540)	(2.657)	(1.194)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica PIS e COFINS diferidos	(5.830)	(342)	(190)
	(46.370)	(3.000)	(1.383)
	Consolidado		
	2020	2019	2018
Impacto no resultado do período IRPJ/CSLL			
Variação do resultado de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	2.838	(1.371)	(1.702)
Variação prejuízo fiscal e base de cálculo exercícios anteriores	89	-	-
Variação prejuízo fiscal e base de cálculo no período	3.072	(450)	450
Variação no resultado de outras despesas temporárias	733	357	58
	6.732	(1.463)	(1.194)
	Consolidado		
	2020	2019	2018
Movimentação ativo/(passivo) fiscal diferido			
Saldo no início do exercício de impostos diferidos	(3.000)	(1.383)	-
Impacto no resultado de contratos futuros de energia IRPJ/CSLL	2.838	(1.371)	(1.702)
Impacto de contratos futuros de energia IRPJ/CSLL - novos investimentos (a)	(52.089)	-	-
Impacto sobre diferido - diferenças temporárias	189	357	58
Impacto sobre diferido - diferenças temporárias - novos investimentos (a)	4.039	-	-
Impacto sobre prejuízo fiscal/base negativa da CSLL	-	(450)	450
Impacto sobre prejuízo fiscal/base negativa da CSLL - novos investimentos (a)	7.140	-	-
Impacto nos impostos de PIS e COFINS diferidos	316	(153)	(190)
Impacto nos impostos de PIS e COFINS diferidos - novos investimentos (a)	(5.804)	-	-
Saldo de impostos diferidos em 31/12/2020	(46.370)	(3.000)	(1.383)
Impacto de impostos diferidos na reorganização societária (a)	50.418	-	-
Impacto nos impostos de PIS e COFINS diferidos	(316)	(153)	(190)
Impacto IRPJ/CSLL diferidos no resultado	(6.732)	1.463	1.194

(a) Impacto nos saldos de impostos diferidos devido à reorganização societária conforme Nota 1.1.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

18. Cobertura de seguros

A Empresa tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes pela Administração da Empresa para cobrir eventuais sinistros e que levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Tipo	Valor do principal	Vigência	
		Início	Fim
Seguro de Responsabilidade Civil	1.000	01/10/2020	17/09/2021
Seguro Garantia	35.428	01/01/2021	31/01/2022
Seguro Garantia	835	01/02/2021	31/01/2022
Seguro Garantia	1.055	07/08/2020	31/01/2022
Seguro Garantia	2.028	01/12/2020	14/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	14	20/01/2021	20/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	28	21/01/2021	21/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	535	01/02/2021	19/08/2021

19. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil--Continuação

	Consolidado			Mensuração a valor justo
	2020	2019	2018	
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Valor justo dos contratos de energia (ativo)	790.432	167.236	67.793	Nível 2
Valor justo dos contratos de energia (passivo)	630.710	157.857	62.598	Nível 2
Custos amortizado (ativos financeiros)				
Caixa e equivalente de caixa	66.782	23.967	30.011	Nível 1
Contas a receber	319.872	73.869	36.578	Nível 2
Partes relacionadas	22.994	96	429	Nível 2
Custos amortizado (passivos financeiros)				
Fornecedores	307.098	68.986	35.100	Nível 2
Partes relacionadas	-	5.819	2.041	Nível 2

a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre riscos--Continuação

i) *Risco de crédito*

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, sem concentração de investimentos em único grupo econômico.

Com relação a contas a receber de clientes, a Empresa restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

ii) *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) estão mencionadas na nota explicativa nº 3.

iii) *Risco com taxa de câmbio*

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

A Administração da Empresa monitora periodicamente a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, porém, não possui operações com derivativos para proteção na variação de taxa de câmbio.

iv) *Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) *Contas a receber*

Os saldos de contas a receber de clientes são avaliados no momento inicial pelo valor presente, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Contratos futuros de comercialização de energia

Valor justo contratos futuros de comercialização de energia	Consolidado		
	2020	2019	2018
Ativo circulante	530.117	133.004	61.399
Ativo não circulante	260.315	34.232	6.394
Passivo circulante	(496.890)	(129.657)	(61.401)
Passivo não circulante	(133.820)	(28.200)	(1.197)
Subtotal	159.722	9.379	5.195
(-) PIS e COFINS diferidos	(5.830)	(341)	(190)
Total	153.892	9.038	5.005
Adições decorrente da reorganização societária	153.202	-	-
Valor justo contratos futuros excluindo adições decorrente da reorganização societária	690	9.037	5.005
Efeito no resultado do exercício	(8.347)	4.033	5.005

A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2038. O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data-base de 31 de dezembro de 2020.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia da Empresa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Utilizamos os preços definidos internamente pela Empresa na última semana do mês de dezembro, que representavam a melhor estimativa do preço do mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

A Empresa e suas controladas efetuaram análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre os preços de mercado em 31 de dezembro de 2020. A Empresa entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados em 31 de dezembro de 2020, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados abaixo:

Descrição	Variação no preço	Base 31/12/2020	Cenários projetados	
			Cenário 1	Cenário 2
Ganhos não realizados em operações compra e venda de energia em mercado ativo	Elevação	153.892	141.127	133.587
	Queda	153.892	166.658	179.423

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Empresa desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31/12/2020 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 3,5%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen de 29/01/2021.

Para os cenários I e II, foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foram consideradas elevações de 25% e 50%, respectivamente sobre a mesma base.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias--Continuação

Base		Posição em 31/12/2020	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
Ativos	Risco						
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	66.782	1.169	1.753	2.337	2.922	3.506
Partes relacionadas (mútuo)	CDI	20.368	356	535	713	891	1.069
Efeito líquido estimado no resultado		-	1.525	2.288	3.050	3.813	4.575

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. A Empresa gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras.

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 passivos com risco de liquidez.

Os saldos de passivos financeiros de fornecedores e partes relacionadas vencem em menos de um ano. Os contratos futuros de energia têm perfil de vencimento até 2038.

Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos cotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Empresa consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Eventos subsequentes

Alterações societárias

Aumentos de capital

Em 15 de março de 2021, a Empresa aumentou seu capital social de R\$172.065 para R\$178.385 mediante emissão de 6.320.079 novas quotas, com valor nominal de R\$1 (um real), perfazendo um aumento no valor de R\$6.320.

Em 31 de março de 2021, a Empresa aumentou seu capital social de R\$178.385 para R\$187.009 mediante emissão de 8.014.995 novas ações, com valor nominal de R\$1,0759 (um real e setecentos e cinquenta e nove centésimos de centavos de real), perfazendo um aumento no valor de R\$8.623.

Em 1º de abril de 2021, a Empresa emitiu 52.031.593 novas ações, pelo valor total de R\$175.000. Desse montante: (i) o valor de R\$5.000 foi destinado para aumento do capital social, o qual passou de R\$187.009 para R\$192.009; e (ii) o valor de R\$170.000 foi destinado para constituição de reserva de capital. Essas ações foram subscritas e integralizadas pela empresa Perfin Administração de Recursos Ltda.

Transformação em Sociedade Anônima fechada

Em 16 de março de 2021 a Empresa foi transformada de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima fechada, alterando sua denominação de Comerc Participações Ltda. para Comerc Participações S.A. Em virtude do evento de transformação, todas as quotas representativas do capital social da Empresa foram convertidas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1 (uma) quota para 1,121792687 ação ordinária. Assim, o capital social da Empresa, no valor de R\$178.385, passou a ser representado por 200.111.380 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas.

Aquisição de cotas da Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

Em 30 de junho de 2021, a Empresa adquiriu 11.200.005 cotas da Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (Newcom), tornando-se a detentora da totalidade das cotas da Newcom. Pela aquisição a Empresa pagará em dinheiro o valor de R\$17.597 (R\$10.545 à vista e R\$7.052 em até 24 meses) somada a parcela de preço contingente vinculado a performance futura da Newcom após quatro anos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO COMERC, REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Combinadas

Grupo Comerc

31 de dezembro e 2020 e 2019
com Relatório do Auditor Independente

Grupo Comerc

Demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro e 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas..... 1

Demonstrações financeiras combinadas

Balanço patrimonial combinados 4

Demonstração do resultado combinados 6

Demonstração do resultado abrangente combinados 7

Demonstração combinada das mutações do acervo líquido.....8

Demonstração do fluxo de caixa combinados 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas 11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos
Acionistas, quotistas e Administradores do
Grupo Comerc
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Comerc (“Grupo”) que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do acervo líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo Comerc em 31 de dezembro de 2020, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo Comerc, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Comerc continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo Comerc ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo Comerc são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

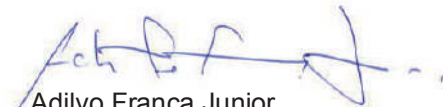
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Comerc.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Comerc. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Comerc a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

Grupo Comerc

Balanço patrimonial combinados
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Combinado	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	73.925	53.521
Contas a receber	4	321.972	339.796
Instrumentos financeiros derivativos	19	530.117	909.180
Partes relacionadas	5	1.975	533
Outros ativos	-	12.826	31.419
Total do ativo circulante		940.815	1.334.449
Contas a receber	4	1.431	-
Outros ativos	-	4.292	-
Partes relacionadas	5	-	325
Tributos diferidos	17.1	5.932	276
AFAC	-	1.721	870
Instrumentos financeiros derivativos	19	260.315	252.627
Investimentos	-	9.710	4.462
Imobilizado líquido	6	37.516	30.610
Intangível líquido		16.856	2.395
Direito de uso	7	16.627	17.076
Total do ativo não circulante		354.400	308.641
Total do ativo		1.295.215	1.643.090

	Notas	Combinado	
		31/12/2020	31/12/2019
Passivo e acervo líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores diversos	8	311.217	324.131
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	22.558	22.815
Adiantamentos de clientes	-	9.095	7.506
Partes relacionadas	5	35	12
Instrumentos financeiros derivativos	19	496.890	857.872
Dividendos a pagar	10	23.577	117
Contas a Pagar	-	9.351	838
Arrendamento a pagar por direito de uso	7	5.119	3.064
Total do passivo circulante		877.842	1.216.355
Empréstimos e financiamentos	9	4.007	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	109	326
Tributos diferidos	17.1	46.729	60.641
Contas a pagar	-	514	515
Instrumentos financeiros derivativos	19	133.820	128.226
Provisão para contingências	11	57	329
Provisão para perda em investimentos	-	840	-
Passivo de arrendamento	7	14.433	14.012
Total do passivo não circulante		200.509	204.049
Acervo líquido		216.864	222.686
Total do passivo e acervo líquido		1.295.215	1.643.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Comerc

Demonstração do resultado combinados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	13	3.180.290	3.519.365
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	19.c	(15.252)	23.593
Custos de vendas de energia e serviços prestados	14	(3.016.405)	(3.329.037)
Resultado bruto		148.633	213.921
Receita (Despesas) Operacionais			
Despesas administrativas, comerciais e gerais	15	(142.143)	(130.713)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	462	42
Resultado de equivalência patrimonial	-	(645)	1.411
Total das receitas/(despesas) operacionais		(142.326)	(129.260)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	2.176	4.108
Despesas financeiras	16	(5.572)	(5.595)
Resultado Financeiro Líquido		(3.396)	(1.487)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		2.911	83.174
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes	17	(17.110)	(16.017)
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos	17.1	18.991	(4.990)
Lucro Líquido do exercício		4.792	62.167
Lucro Líquido atribuído a não controladores		817	7.933
Lucro Líquido atribuído a controladores		3.975	54.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Comerc

Demonstração do resultado abrangente combinados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	4.792	62.167
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.792</u>	<u>62.167</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Comerc

Demonstração combinada das mutações do acervo líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Acervo líquido</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2019	195.089
Lucro líquido	62.167
Dividendos e JsCP distribuídos	(47.894)
Constituição de reserva de lucros	13.324
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>222.686</u>
Aumento de capital	29.219
Lucro líquido	4.792
Dividendos e JsCP distribuídos	(60.291)
Constituição de reserva de lucros	20.633
Cotas em Tesouraria	(175)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>216.864</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Comerc

Demonstração do fluxo de caixa combinados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.792	62.167
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização do exercício	6.833	5.835
Juros sobre passivo de arrendamento	1.822	1.786
Amortização do Direito de uso	3.625	2.739
Resultado de equivalência patrimonial	(645)	1.411
Marcação de mercado dos contratos de energia	15.252	(23.593)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica PIS e COFINS diferidos	735	(1.051)
Tributos diferidos	(19.568)	5.872
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	4.012	2.717
Provisão / (Reversão) para contingências	(272)	(209)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-
Baixa de ativos para resultado	(128)	(567)
Provisão de despesas operacionais	9.881	13.324
Baixa por alienação de participação	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	17.110	16.017
Decréscimo / (acrécimo) em ativos		
Contas a receber	12.381	(153.664)
Partes relacionadas	-	-
Créditos diversos	14.301	(17.422)
Transações com partes relacionadas	(769)	(705)
Acrécimo / (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores diversos	(12.914)	137.932
Obrigações trabalhistas e tributárias	(1.601)	13.844
Adiantamentos de clientes	1.589	4.215
Contas a Pagar	8.512	(6.092)
Dividendos a pagar	-	-
Transações com partes relacionadas	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.983)	(15.900)
Fluxo de caixa líquido proveniente das / (aplicados nas) atividades operacionais	48.965	48.656
Das atividades de investimento		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(851)	-
Acrécimo de investimentos	(3.763)	(3.081)
Acrécimo de imobilizado	(13.611)	(13.293)
Aquisição de ativo intangível	(3.709)	(806)
Arrendamento por direito de uso	-	-

Grupo Comerc

Demonstração do fluxo de caixa combinados--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades de investimento	(21.934)	(17.180)
Das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	4.007	-
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	(5.355)	(4.525)
Juros sobre capital próprio pagos no período	2.833	-
Integralização de capital social	28.719	-
Aquisição de ações - em tesouraria	(175)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	500	(870)
Dividendos deliberados ou pagos	(35.172)	(44.747)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(1.659)	(3.030)
Transações com partes relacionadas	(325)	325
Caixa líquido provenientes das / (aplicado nas) atividades de financiamento	(6.627)	(52.847)
Aumento/ (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	20.404	(21.371)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	53.521	74.892
No fim do exercício	73.925	53.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras combinadas, apresentadas a seguir, são operadas conjuntamente com outras empresas, como uma unidade formando um conglomerado econômico, aqui identificado como “Grupo Comerc” ou “Grupo”. As atividades das empresas do Grupo estão resumidas como segue:

- A Comerc Participações Ltda. (“Comerc Participações”) tem como principal objetivo a participação em outras sociedades comerciais civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista. A Comerc Participações é uma entidade de capital fechado, incorporada e domiciliada no Brasil, cujo escritório principal é domiciliado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909 - 21º andar - Torre Norte, no Estado de São Paulo, cidade de São Paulo.
- A Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“Comercializadora”), constituída em 1987, tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda), a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- A Comerc Energia Ltda. (“Gestão”), fundada em 2005, tem como objeto social a prestação de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores que tenham opção de escolha de fornecedor (consumidor livre). Por meio da elaboração de estratégias de posicionamento e de estruturas de gerenciamento de energia, a empresa busca maximizar a redução de custo para seus clientes e atender plenamente às suas necessidades no curto, médio e longo prazo;
- A Comerc Gás Comercializadora Ltda. (“Comerc Gás”) tem como principal objetivo a prestação de serviços de gestão do consumo de gás e a comercialização de gás (compra e venda);
- A Comerc Power Trading Ltda. (“Power Trading”) tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda) nos mercados atacadista e varejista, bem como a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- A Micropower Comerc Participações Ltda., tem como principal objetivo a participação em outras empresas comerciais civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.
- A Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“Newcom”), tem como objetivo a comercialização de energia elétrica no mercado atacadista (compra e venda).
- A Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (“Esco Comércio”), tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes bem como a prestação de serviços que auxiliem os clientes a reduzirem esse consumo.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- A DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. (“DOC 88”, atualmente denominada DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A.), tem como principal objetivo a consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda customizáveis ou não customizáveis, suporte e treinamento em informática e participação em outras sociedades.
- A Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. (“Megawhat”, atualmente denominada Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A.), constituída em 6 de agosto de 2018, tem como principal objetivo a divulgação de informações por meio de portais e provedores de conteúdo na internet, bem como a prestação de serviços de consultoria relacionadas ao mercado de energia.
- A Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda. (“Esco Instalações”), constituída em 2018, tem como principal objetivo a prestação de serviços de instalação e locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes.
- A Comerc Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. (“Comerc Energy Trading”), Comerc Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda. (“Comerc Financial Trading”), Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. (“Newcom Energy Trading”), e Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda. (“Newcom Financial Trading”) são empresas em fase pré-operacional.

1.2. Corona vírus (“COVID-19”)

Os primeiros casos de COVID-19 foram identificados em dezembro de 2019 na cidade de Whuran, na China. Devido ao rápido aumento de casos em escala global, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os primeiros casos de COVID-19 no Brasil ocorreram no primeiro trimestre de 2020 e rapidamente se espalhou por todo o país.

No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito, à manutenção do emprego e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

Os principais riscos para o setor elétrico no país decorreram da redução de carga de energia elétrica no exercício de 2020. Não obstante, os agentes inseridos no ACL (Ambiente de Contratação Livre), principalmente os consumidores finais, podem eventualmente não cumprir os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado livre, com base em teses jurídicas como caso fortuito, responsabilidade de excludente por força maior, entre outros. Ressalta-se que o portfólio do Grupo em sua quase totalidade está concentrado em comercializadoras e consumidores livres, entre os quais as teses jurídicas mencionadas geralmente não prosperam, reforçando o conceito que os compromissos com contratos vigentes devem e serão respeitados.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Corona vírus ("COVID-19")--Continuação

Em meados de março de 2020, o Grupo organizou internamente comitês multidisciplinares para o gerenciamento deste impacto em nossas operações, resultados e, principalmente, na segurança e bem-estar de nossos colaboradores.

A partir de 17 de março de 2020, como desdobramento desta preparação realizada, 100% dos colaboradores migraram para o regime de trabalho remoto, regime no qual a grande maioria dos colaboradores permanecem até o presente momento. O Grupo estruturou os canais de comunicação semanais da liderança com as equipes de forma a manter a comunicação frequente e as equipes atualizadas.

Apesar do impacto negativo na economia global, as operações do Grupo não sofreram impactos relevante devido a pandemia. O impacto negativo na marcação a valor justo da carteira deveu-se a um evento climático extremo e não esperado no último trimestre, sem relação com a pandemia. A administração das empresas do Grupo continuam monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, o Grupo não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira agressiva seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis

O Grupo Comerc aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras combinadas.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e estão em conformidade com a NBC TG 44 - Demonstrações Combinadas, exclusivamente para atender às necessidades específicas do Grupo, uma vez que não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de contabilidade.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas demonstrações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo Comerc, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras combinadas ocorreu na reunião de diretoria realizada em 12 de agosto de 2021.

2.3. Base para combinação

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Comerc para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que são de reponsabilidade da Administração do Grupo Comerc, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, as informações históricas relacionadas à totalidade das atividades do Grupo Comerc, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras estabelecidos pelos órgãos reguladores.

As demonstrações financeiras combinadas estão sendo apresentadas para fornecimento de análises adicionais sobre as operações do Grupo Comerc, e não representam as demonstrações financeiras individuais das entidades incluídas na combinação, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período passado ou futuro.

O propósito de apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas é fornecer informações históricas do Grupo Comerc, para fins exclusivos de inclusão no prospecto de oferta pública inicial de ações da Comerc Participações S.A., para que potenciais investidores e financiadores possam ter por meio de uma única demonstração financeira, as informações históricas relacionadas à totalidade das atividades do Grupo Comerc. A Administração entende que a apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas, proporcionam informações relevantes, úteis e significativas do Grupo Comerc, bem como sua posição financeira para os exercícios apresentados.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

No processo de combinação, todas as sociedades estiveram sob o controle comum nos exercícios compreendidos nessas demonstrações financeiras combinadas. O processo de combinação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas. Dessa forma, os dados foram combinados considerando 100% do total dos ativos, passivos e acervo líquido.

Os seguintes critérios foram adotados para a combinação das demonstrações financeiras de cada empresa participante da combinação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- (ii) Transações, saldos e ganhos não realizados entre as empresas participantes da combinação são eliminados. Os lucros (prejuízos) não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido;
- (iii) As políticas contábeis das empresas combinadas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistências das políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes empresas, e suas controladas e coligadas, quando aplicável:

Empresas	Grupo de Controle		
	Influência na Entidade 2020	% de Participação 2020	% de Participação 2019
Comerc Participações S.A.	Controle	100%	100%
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Controle	100%	100%
Comerc Energia Ltda.	Controle	100%	100%
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	Controle	95%	100%
Comerc Power Trade Ltda.	Controle	100%	100%
Micropower Comerc Participações Ltda.	Controle	100%	100%
Micropower Energia S.A. (a)	Coligada Indireta	29,09%	32%
Participação MPC Serviços Energéticos 1B S.A. (a)	Coligada Indireta	3%	0,1%
Participação MPC Serviços Energéticos 1C S.A. (a)	Coligada Indireta	0,1%	-
Participação MPC Serviços Energéticos 1A S.A. (a)	Coligada Indireta	16,67%	0,1%
Comerc Esco Desenvolvimento Prest. Serviços em Energia Ltda	Controle	95%	-
Comerc Esco Instalações e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (b)	Controle	-	99%
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Controle	90,2%	96%
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	Controle	99,97%	100%
Doc 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda (c)	Controle	99,96%	87%
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda (c)	Controle	98,77%	96,5%
Comerc Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. (d)	Controle	100%	-
Comerc Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda. (d)	Controle	100%	-
Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. (d)	Controle	100%	-
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda. (d)	Controle	100%	-

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

- (a) Participações detidas indiretamente através da Micropower Comerc Participações Ltda., contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.
- (b) Incorporada pela Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda em 2020.
- (c) Doc88 Desenvolvimento e Serviços Ltda e Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda, atualmente são denominadas Doc88 Desenvolvimento e Serviços S.A. e Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A..
- (d) Empresas em estágio pré-operacional.

YAM Tecnologia e Desenvolvimento Humano Ltda. e Bike & Park Gestão de Serviços Ltda., empresas controladas da Doc 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. até janeiro de 2021, não foram consideradas nestas demonstrações financeiras combinadas pois deixaram de fazer parte do Grupo Comerc em janeiro de 2021 e por serem empresas não relacionadas ao negócio principal do Grupo Comerc.

Segue abaixo demonstrativo dos saldos individuais e as respectivas eliminações:

31/12/2020	Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita operacional líquida	Custos	Marcação a mercado de instrumentos financeiros	Resultado antes dos impostos sobre o lucro
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	984.358	863.672	120.686	2.560.978	(2.497.627)	(6.905)	(42.488)
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	253.291	207.522	45.769	811.327	(784.594)	(8.347)	13.129
Comerc Energia Ltda.	46.119	25.044	21.075	76.360	(9.286)	-	59.396
Doc 88 Desenvolvimento e serviços Ltda	13.069	7.538	5.531	19.801	(1.010)	-	(7.496)
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda	7.187	2.411	4.776	2.568	(329)	-	(5.259)
Comerc Power Trade Ltda.	6.662	1.528	5.134	9.361	(9.014)	-	49
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	112	-	112	-	-	-	-
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	37.209	31.953	5.256	4.391	(1.963)	-	(4.390)
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda.	-	-	-	1.424	(529)	-	781
Micropower Comerc Participações Ltda.	8.635	-	8.635	-	-	-	4
Comerc Participações S.A.	184.682	4.502	180.180	-	-	-	2.840
Total antes das eliminações	1.541.324	1.144.171	397.153	3.486.210	(3.304.352)	(15.252)	16.566
(-) Eliminações	(246.109)	(65.820)	(180.290)	(305.920)	287.947	-	(13.655)
(=) Total após eliminações	1.295.215	1.078.351	216.864	3.180.290	(3.016.405)	(15.252)	2.911

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

31/12/2019	Ativo	Passivo	Acervo líquido	Receita operacional líquida	Custos	Marcação a mercado de instrumentos financeiros	Resultado antes dos impostos sobre o lucro
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	1.342.158	1.199.347	142.811	2.916.002	(2.817.288)	19.560	2.191
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	277.763	231.087	46.676	775.755	(753.004)	4.033	22.826
Comerc Energia Ltda.	21.826	2.722	19.104	66.236	(582)	-	55.113
Doc 88 Desenvolvimento e serviços Ltda	2.998	2.795	203	15.677	(84)	-	717
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda	319	84	235	7	-	-	(72)
Comerc Power Trade Ltda.	5.603	516	5.087	6.990	(6.897)	-	182
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	112	-	112	-	-	-	(8)
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	18.327	14.411	3.916	4.711	(2.808)	-	834
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda.	6.974	5.668	1.306	2.853	(870)	-	1.505
Micropower Comerc Participações Ltda.	3.200	-	3.200	-	-	-	-
Comerc Participações S.A.	24.261	124	24.137	-	-	-	8.630
Total antes das eliminações	1.703.541	1.456.754	246.787	3.788.231	(3.581.533)	23.593	91.918
(-) Eliminações	(60.451)	(36.350)	(24.101)	(268.866)	252.496	-	(8.744)
(=) Total após eliminações	1.643.090	1.420.404	222.686	3.519.365	(3.329.037)	23.593	83.174

2.4. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Grupo Comerc em continuar operando normalmente e está convencida de que o Grupo possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas estão sendo apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional das empresas que individualmente compõem as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Comerc. As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para o Real utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

- Nota Explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

2.7. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

2.7.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.1. Instrumentos financeiros--Continuação

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia são registrados no resultado do exercício, em conta específica. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável

A abordagem do Grupo exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável--Continuação

A “Provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado as operações, títulos não vencidos para o mesmo devedor e os títulos vencidos acima de 60 dias.

Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Contratos futuros de energia (compra e venda)

O Grupo possui um portfólio de contratos futuros de energia, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. O Grupo possui flexibilidade para gerenciar estes contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Contratos futuros de energia (compra e venda)--Continuação

Os contratos futuros podem ser liquidados pelo valor líquido a vista ou por outro instrumento financeiro (como exemplo, celebrando com a contraparte contrato de compensação).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço do Grupo pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos são estimados com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica "Marcação a mercado de instrumentos financeiros".

Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturados para o Grupo e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.2. Arrendamentos

Até 2018, o Grupo aplicava a norma IAS 17/CPC 06(R1) - Operações de arrendamento mercantil, no qual estabelecia que a determinação de se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil está baseada em aspectos relativos ao uso de um ativo ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Neste contexto, com base nestas normas, os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles que transferem ao Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, incluindo, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os arrendamentos operacionais, que eram os arrendamentos substancialmente mantidos pelo Grupo são aqueles cujos riscos e benefícios não são transferidos ao arrendatário, sendo os custos reconhecidos no resultado de forma linear por competência, à medida que o ativo é utilizado. As diferenças entre os valores efetivamente pagos e os reconhecidos como despesa no resultado são reconhecidos como despesas antecipadas ou provisionados no balanço patrimonial, os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos que não se qualificarem nesta regra são classificados como operacional.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.2. Arrendamentos--Continuação

A partir de 1º de janeiro de 2019, o Grupo adotou a norma IFRS 16/CPC 06(R2) que substituiu a IAS 17/CPC 06(R1) e IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento. A IFRS 16/CPC 06(R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17/CPC 06(R1). Desse modo, na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não houve alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17/CPC 06(R1). Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

O Grupo selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. O Grupo aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.2. Arrendamentos--Continuação

O Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, o Grupo aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.2. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, O Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.2. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.7.3. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

Segue abaixo tabela com as taxas de depreciação, que refletem substancialmente a vida útil dos ativos:

	% Taxas de depreciação	
	31/12/2020	31/12/2019
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de informática	20%	20%
Veículos	20%	20%
Benfeitorias (*)	7%	7%

(*) Taxa média.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.3. Imobilizado--Continuação

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7.4. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Segue abaixo a taxa de amortização praticada para o grupo de Intangível:

	% Taxas de amortização	
	31/12/2020	31/12/2019
Software e licença de uso	20%	20%
Contratos com clientes	20%	20%

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.4. Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.7.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possuir uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.7.6. Resultado do exercício

Reconhecimento de receitas

A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.6. Resultado do exercício--Continuação

Custo de venda de energia

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração do Grupo, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados:

- Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e
- Com base na associação direta da receita.

O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional do Grupo.

2.7.7. Impostos

a) *Imposto de renda e contribuição social correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.7. Impostos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.7. Impostos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, o Grupo avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.7.8. Base e mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração do Grupo se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.7.9. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.7.11. Distribuição de lucros

O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção do Grupo ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

2.7.12. Acervo líquido combinado

O valor do acervo líquido combinado foi apurado através da somatória das respectivas contas integrantes do acervo líquido das entidades utilizadas no processo de combinação.

2.7.13. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em verticais de negócio, com base nos produtos e serviços, com 3 (três) segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

- Trading;
- Serviços; e
- Soluções em energia.

A Administração do Grupo, monitora separadamente os resultados operacionais das verticais de negócio para poder tomar decisões e avaliar o seu desempenho.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.13. Informações por segmento--Continuação

As informações referentes aos resultados de cada segmento que são reportados, estão apresentadas a seguir:

a) Informações de 2020

	Trading	Serviços	Soluções	Comerc Participações	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	3.372.304	76.360	37.545	-	(305.919)	3.180.290
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(15.252)	-	-	-	-	(15.252)
Custos	(3.282.221)	(9.286)	(12.846)	-	287.948	(3.016.405)
Lucro bruto	74.831	67.074	24.699	-	(17.971)	148.633
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(93.380)	(8.072)	(37.959)	(10)	7.219	(132.202)
Depreciação e amortização	(8.605)	-	(1.336)	-	-	(9.941)
Outras receitas (despesas) operacionais	469	-	(7)	-	-	462
Equivalência patrimonial	(77)	-	(568)	2.902	(2.902)	(645)
Despesas financeiras	(3.998)	(161)	(1.341)	(72)	-	(5.572)
Receitas financeiras	1.401	555	200	20	-	2.176
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	(29.359)	59.396	(16.312)	2.840	(13.654)	2.911
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(7.424)	(9.379)	(160)	(147)	-	(17.110)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13.678	-	5.313	-	-	18.991
Resultado líquido do exercício	(23.105)	50.017	(11.159)	2.693	(13.654)	4.792
Ativos por segmento	1.237.649	46.119	72.874	184.683	(246.109)	1.295.215
Passivos por segmento	1.071.194	25.044	43.430	4.502	(65.819)	1.078.351

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.13. Informações por segmento--Continuação

b) Informações de 2019

	Comerc					
	Trading	Serviços	Soluções	Participações	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	3.691.758	66.236	30.238	-	(268.867)	3.519.365
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	23.593	-	-	-	-	23.593
Custos	(3.570.293)	(582)	(10.659)	-	252.497	(3.329.037)
Lucro bruto	145.058	65.654	19.579	-	(16.370)	213.921
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(110.948)	(11.540)	(16.868)	(10)	16.370	(122.996)
Depreciação e amortização	(7.677)	-	(40)	-	-	(7.717)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	-	14	-	-	42
Equivalência patrimonial	-	-	1.411	8.744	(8.744)	1.411
Despesas financeiras	(3.956)	(107)	(1.426)	(106)	-	(5.595)
Receitas financeiras	2.513	1.106	488	1	-	4.108
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	25.018	55.113	3.158	8.629	(8.744)	83.174
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6.998)	(8.349)	(665)	(5)	-	(16.017)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(5.266)	-	276	-	-	(4.990)
Resultado líquido do exercício	12.754	46.764	2.769	8.624	(8.744)	62.167
Ativos por segmento	1.619.921	21.826	37.533	24.261	(60.451)	1.643.090
Passivos por segmento	1.430.434	2.722	23.474	124	(36.350)	1.420.404

2.7.14. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração combinada dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir:

Alterações no CPC 15 (IFRS 3) (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras combinadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) (R1) e CPC 48 (IFRS 9): Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (IAS 1) (R1) e CPC 23 (IAS 8): Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras combinadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Novas normas e interpretações contábeis--Continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamiento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo.

Alterações no CPC 06 (IFRS 16) (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2020 acima descritas, não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras combinadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, o Grupo está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Banco conta movimento	4.069	10.766
Títulos e valores mobiliários	69.856	42.755
	73.925	53.521

O caixa e equivalentes de caixa do Grupo é composto por saldo de depósitos bancários à vista que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização com taxas entre 96% e 150% do CDI, para os exercícios de 2019 e 2020.

4. Contas a receber de clientes

Compostos basicamente por valores a vencer decorrentes de comercialização de energia elétrica.

Descrição	2020	2019
Contas a receber de clientes - faturados	-	2.705
Contas a receber de clientes - medidos e não faturados (a)	320.115	334.016
Outras contas a receber de serviços prestados	7.300	5.792
(-) Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(4.012)	(2.717)
Total circulante	321.972	339.796
Total não circulante	1.431	-
	323.403	339.796

(a) Os saldos de clientes "não faturados" são compostos por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia elétrica convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo de energia ocorreu até 31 de dezembro de 2020 e o faturamento ocorreu no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao consumo.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2020	2019
A vencer	323.085	339.065
Vencidos até 30 dias	215	334
Vencidos de 31 a 90 dias	103	397
Vencidos há mais de 90 dias	4.012	2.717
(-) Provisão para perda esperadas (a)	(4.012)	(2.717)
	323.403	339.796

A movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber é como segue:

Descrição	2020	2019
Saldos iniciais	(2.717)	(1.077)
(-) Adições à provisão	(4.012)	(1.640)
(+) Reversões	2.717	-
Vencidos há mais de 90 dias	(4.012)	(2.717)

Desta forma, o Grupo adota o reconhecimento das perdas de crédito esperada com base na avaliação do risco associado as operações.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas

A seguir é apresentada as principais transações e saldos:

	2020	2019
Ativo		
Quotistas Comerc Participações Ltda. (a)	1.600	-
Bike & Park Gestão (b)	179	178
YAM Tecnologia e Desenvolvimento Humano SPE - Ltda. (b)	196	49
Pax Tecnologia (c)	-	631
Total circulante	1.975	533
Total não circulante	-	325
Passivo		
MPC Energia S.A (b)	35	12
Despesas		
Rateio de despesas operacionais (b)	345	13

(a) Adiantamento de dividendos a cotistas.

(b) Despesas operacionais comum a todas as empresas alocadas na DOC88 e pendentes de ressarcimentos pelas partes relacionadas.

(c) Operações de mútuos com empresas do mesmo grupo sendo remunerado a 100% do CDI.

6. Imobilizado líquido

6.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxa anual %	2020	2019
		Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	2.306	2.300
Equipamentos de processamento de dados	20	4.053	5.248
Benfeitorias em imóveis	4 a 10	6.508	8.031
Máquinas e equipamentos	10	18.160	12.321
Imobilizado em andamento	-	6.489	2.710
		37.516	30.610

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado líquido--Continuação

6.2. Movimentação do ativo imobilizado de 2020

Descrição	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Móveis e utensílios	3.292	128	-	202	3.622
Equipamentos de processamento de dados	9.440	286	-	324	10.050
Benfeitorias em imóveis	12.817	398	-	323	13.538
Máquinas e equipamentos	13.856	1.239	-	6.226	21.321
Imobilizado em andamento	2.710	11.560	(705)	(7.075)	6.490
	42.115	13.610	(705)	-	55.021
(-) Depreciação	(11.505)	(6.833)	81	-	(17.505)
Total do imobilizado líquido	30.610	6.778	(624)	-	37.516

6.3. Movimentação do ativo imobilizado de 2019

Descrição	2018	Adições	Baixas	Transferências	2019
Móveis e utensílios	2.495	379	-	418	3.292
Equipamentos de processamento de dados	7.485	781	(64)	1.238	9.440
Benfeitorias em imóveis	10.224	1.123	-	1.470	12.817
Máquinas e equipamentos	3.409	70	(48)	10.425	13.856
Imobilizado em andamento	5.321	10.940	-	(13.551)	2.710
	28.934	13.293	(112)	-	42.115
(-) Depreciação	(6.349)	(5.157)	2	-	(11.505)
Total do imobilizado líquido	22.585	8.136	(110)	-	30.610

7. Direito de Uso e passivo de arrendamento

O Grupo possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. A vida útil considera o prazo de cada contrato de locação, cujo prazo médio é de 5 anos.

A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento.

A taxa incremental de captação, aplicável a carteira de ativos arrendados. Por meio desta metodologia o Grupo obteve uma taxa média de 10,0% a.a. para os imóveis utilizada em 31 de dezembro de 2020:

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Direito de Uso e passivo de arrendamento--Continuação

Os arrendamentos contratados pelo Grupo são apresentados abaixo:

I) Direito de Uso

	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	19.815
Depreciação	(2.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.076
Atualizações contratuais	3.176
Depreciação	(3.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.627

II) Arrendamento a pagar

(a) *Movimentação dos arrendamentos:*

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	17.076	-
Atualizações contratuais	(3.176)	19.815
Juros	1.822	1.786
(-) Pagamento do principal mais juros	(5.355)	(4.525)
(+/-) Remensuração e novos contratos	9.185	-
Total	19.552	17.076
 Circulante	 5.119	 3.064
Não Circulante	14.433	14.012

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>
2021	5.119
2022	3.987
2023	3.704
2024	2.772
A partir de 2025	3.970
	19.552

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Direito de Uso e passivo de arrendamento--Continuação

II) Arrendamento a pagar--Continuação

(a) *Movimentação dos arrendamentos*--Continuação

Informações Adicionais:

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS 16/ CPC 06 (R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC 06 (R2) e assim estão apresentados no balanço combinado do Grupo. Os efeitos advindos dos cálculos de acordo com o referido ofício não são materiais para divulgação.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de seus contratos.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente.

8. Fornecedores

Passivo	2020	2019
Fornecedores de energia - provisão por competência (a)	298.742	320.413
Liquidação financeira CCEE	5.923	-
Demais fornecedores	6.552	3.718
	311.217	324.131

- (a) O saldo de "Fornecedores de energia - provisão por competência", referente à compra de energia elétrica de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo da energia ocorreu até o dia 31 de dezembro de 2020 e a emissão da respectiva Nota Fiscal ocorre no mês subsequente ao consumo (janeiro de 2021).

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos

O financiamento foi obtido, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado e é composto como segue:

Descrição	Custo da dívida	Vencimento final	2020	2019
Empréstimos e financiamentos (i)	2,61% a.a. + Selic	15/12/2029	4.007	-
Total não circulante			4.007	-

(i) Financiamento realizado para execução de projeto de eficiência energética que contempla a troca de equipamentos para redução do custo mensal de energia. Como garantia, foi emitida carta fiança no mesmo valor do contrato, pelo prazo de 1 (um) ano, com previsão de renovação periódica antes do seu vencimento.

10. Dividendos a pagar

	2020	2019
Dividendos a pagar (a)	23.577	117
Total circulante	23.577	117

(a) Em 31 de dezembro de 2020, o montante a pagar nas empresas Comerc Energia Ltda. de R\$22.000 e Esco Comércio de R\$1.577 aos seus antigos cotistas.

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração global do pessoal-chave da Administração para o exercício social de 2020 e 2019, está demonstrada abaixo:

	2020	2019
Remuneração fixa anual	8.166	3.367
Total	8.166	3.367

11. Estimativa para perdas

11.1. Provisão para contingências

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$57 (R\$329 em 2019) referente a ações de natureza trabalhista e previdenciária, reflete a melhor estimativa corrente da Administração do Grupo.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estimativa para perdas--Continuação

11.1. Provisão para contingências--Continuação

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. O Grupo revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Classificação das contingências para perdas possíveis

As contingências classificadas como perda possível (a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável e maior que remota) e, portanto, não foram contabilizados nas demonstrações financeiras combinadas e está apresentado como segue:

Natureza	2020	2019
Tributárias (a)	507	4.024
Cíveis (b)	2.723	-
Relacionados ao COVID-19 (c)	8.802	-
	12.032	4.024

(a) No ano de 2019, refere-se à ação relacionada a suposto pagamento a destempo do ICMS/ST, no mesmo ano, o Grupo aderiu ao REFAZ com quitação em parcela única. No ano de 2020, refere-se à notificação de lançamento de multa isolada sobre PERD/COMPs não homologadas.

(b) Refere-se a cobrança de faturas julgada indevida e ação para confirmação de saída das sociedades.

(c) Refere-se a ações de cliente solicitando o reconhecimento de caso fortuito ou força maior.

11.2. Revisão da apuração de tributos

De acordo com a legislação vigente, as operações do Grupo estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS, INSS e FGTS).

Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos podem ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Acervo líquido

O bloco de controle do Grupo Comer é composto por sócios pessoa física, sendo os dois principais: (i) Cristopher Alexander Vlavianos, o qual possui participações de 52% a 77% nas empresas que foram combinadas nesta demonstração financeira, e (i) Edvaldo Marcelo Ávila, o qual possui participações entre 5% a 7% nas empresas que foram combinadas nesta demonstração financeira. Os demais sócios individualmente possuem menos de 5% de participação.

13. Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida está apresentada a seguir para os exercícios findos indicados:

Descrição	2020	2019
Receita de venda de energia	3.122.332	3.483.198
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes e outros (i)	(50.036)	(55.437)
Receita líquida na venda de energia	3.072.296	3.427.761
Receita de prestação de serviços	118.020	100.544
(-) Dedução da prestação de serviços - impostos incidentes e outros (i)	(10.026)	(8.940)
Receita líquida de serviços	107.994	91.604
	3.180.290	3.519.365

(i) Os impostos incidentes sobre a Receita são Pis, Cofins e ICMS ST.

14. Custos de vendas de energia e serviços prestados

Descrição	2020	2019
Compra de energia	(3.001.217)	(3.322.809)
Outros custos	(15.188)	(6.228)
	(3.016.405)	(3.329.037)

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Descrição	2020	2019
Despesas com pessoal	(85.535)	(63.920)
Serviços de terceiros	(29.547)	(42.867)
Depreciações e amortizações	(9.941)	(7.704)
Energia, água e telefone	(2.403)	(1.910)
Aluguéis e condomínios	(1.905)	(2.639)
Outras despesas administrativas	(12.812)	(11.673)
	<u>(142.143)</u>	<u>(130.713)</u>

16. Resultado financeiro

A composição das despesas financeiras e receitas financeiras estão apresentadas a seguir para os exercícios findos indicados:

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.476	2.942
Descontos obtidos	12	-
Receitas financeiras com multas	688	1.166
	<u>2.176</u>	<u>4.108</u>
Despesas financeiras		
Cartas fiança	(1.871)	(1.458)
Tarifas bancárias	(380)	(193)
Encargos financeiros	(508)	(382)
Juros sobre mútuos	(320)	(667)
Juros sobre arrendamentos	(1.822)	(1.786)
Despesas financeiras com juros	(671)	(1.109)
	<u>(5.572)</u>	<u>(5.595)</u>
	<u>(3.396)</u>	<u>(1.487)</u>

17. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos

17.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos--Continuação

17.1. Imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

Demonstramos a seguir os cálculos das despesas de IRPJ e da CSLL para os exercícios indicados:

	2020	2019
Lucro antes das provisões tributárias	2.911	83.174
(-) Lucro antes das provisões tributárias - empresas lucro presumido	(60.176)	(56.610)
Prejuízo antes das provisões tributárias - Lucro Real	(57.264)	(26.564)
<i>Alíquota vigente combinada de 34%</i>	19.470	(9.032)
Juros sobre capital próprio	308	681
Provisão de despesas operacionais	(3.937)	(3.815)
Outras despesas não dedutíveis para fins fiscais	(857)	(276)
IRPJ/CSLL diferidos não constituídos, líquidos	(3.879)	(25)
	11.105	(12.467)
Incentivos fiscais	298	112
	11.403	(12.355)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(7.588)	(7.365)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18.991	(4.990)
Imposto de renda e contribuição social Lucro Presumido - correntes	(9.522)	(8.652)
	1.881	21.008
<i>Alíquota efetiva</i>	65%	25%

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos--Continuação

17.2. Impostos diferidos

	2020	2019
Ativo / (Passivo) fiscal diferido		
Resultado de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	(52.323)	(57.509)
Resultado outras despesas temporárias	4.992	3.276
Prejuízo fiscal / Base negativa da CSLL	12.364	276
	(34.967)	(53.958)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica Pis e Cofins diferidos	(5.830)	(6.407)
	(40.797)	(60.365)
Tributos diferidos – Ativo	5.932	276
Tributos diferidos – Passivo	(46.729)	(60.641)
Impacto no resultado do período		
Variação do Resultado de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	(5.186)	8.022
Variação Corte de competência	-	(777)
Variação Prejuízo fiscal / base de cálculo exercícios anteriores	(209)	-
Variação Prejuízo fiscal / base de cálculo no período	(11.336)	329
Variação no resultado de outras despesas temporárias	(2.261)	(2.584)
	(18.991)	4.990

18. Cobertura de seguros

O Grupo tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes pela Administração do Grupo para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras combinadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Tipo	Valor do Principal	Vigência	
		Início	Fim
Seguro de Responsabilidade Civil	1.000	01/10/2020	17/09/2021
Seguro Garantia	35.428	01/01/2021	31/01/2022
Seguro Garantia	835	01/02/2021	31/01/2022
Seguro Garantia	1.055	07/08/2020	31/01/2022
Seguro Garantia	2.028	01/12/2020	14/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	14	20/01/2021	20/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	28	21/01/2021	21/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	535	01/02/2021	19/08/2021

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	2020	2019	Mensuração a valor justo
Mensurados a valor justo por meio do resultado			
Valor justo dos contratos de energia (ativo)	790.432	1.161.807	Nível 2
Valor justo dos contratos de energia (passivo)	630.710	986.098	Nível 2
Custos amortizado (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa	73.925	53.521	Nível 1
Contas a receber	323.403	339.796	Nível 2
Partes relacionadas	-	631	Nível 2
Custos amortizado (passivos financeiros)			
Fornecedores	311.217	324.131	Nível 2
Partes relacionadas	35	12	Nível 2

(a) *Considerações sobre riscos*

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pelo Grupo para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

(a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

i) Risco de crédito

O Grupo restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e aos equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contas a receber de clientes, o Grupo restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O Grupo não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) estão mencionadas na Nota nº 3. Os empréstimos do grupo possuem juros prefixados e não há indexadores ligados ao CDI.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

(a) Considerações sobre riscos--Continuação

iii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

A Administração do Grupo monitora periodicamente a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, porém, não possui operações com derivativos para proteção na variação de taxa de câmbio.

iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração do Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

i) Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Contas a receber

Os saldos de contas a receber de clientes são avaliados no momento inicial pelo valor presente, quando aplicável, e deduzidas da provisão para perdas esperadas do contas a receber.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

c) Contratos futuros de comercialização de energia

Valor justo contratos futuros de comercialização de energia	2020	2019
Ativo circulante	530.117	909.180
Ativo não circulante	260.315	252.627
Passivo circulante	(496.890)	(857.872)
Passivo não circulante	(133.820)	(128.226)
Sub-total	159.722	175.709
(-) Pis e Cofins diferidos	(5.830)	(6.407)
Total	153.892	169.302
Efeito no Resultado do Exercício	(15.252)	23.593

O Grupo tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2038. O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data-base de 31 de dezembro de 2020.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia do Grupo foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Utilizamos os preços definidos internamente pelo Grupo na última semana do mês de dezembro, que representavam a melhor estimativa do preço do mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato.

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

O Grupo efetuou testes de análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto em 31 de dezembro de 2020, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

c) Contratos futuros de comercialização de energia--Continuação

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre os preços de mercado de 31 de dezembro de 2020. Os resultados obtidos foram:

Descrição	Variação no preço	Base 2020	Cenários projetados	
			Cenário 1	Cenário 2
Ganhos não realizados em operações de compra e venda de energia em mercado ativo	Elevação	153.892	141.127	133.587
	Queda	153.892	166.658	179.423

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

O Grupo desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31 de dezembro de 2020 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 3,5%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen de 29 de janeiro de 2021.

Para os cenários I e II, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foi considerada uma elevação de 25% e 50% sobre a mesma base.

Base	Risco	31/12/2020	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	73.925	1.242	1.863	2.484	3.105	3.726
(-) Empréstimos e financiamentos	CDI	(4.007)	(175)	(210)	(245)	(280)	(315)
Exposição líquida		69.918	1.067	1.653	2.239	2.825	3.411

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

c) Contratos futuros de comercialização de energia--Continuação

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade do Grupo em liquidar as obrigações assumidas. O Grupo gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras.

Os saldos de passivos financeiros de fornecedores e partes relacionadas vencem em menos de 1 ano. Os contratos futuros de energia têm perfil de vencimento até 2038.

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Eventos subsequentes

Alterações societárias

Aumentos de Capital

Aumento de capital	Comerc Participações Ltda.	DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda.	Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.
Capital social em 31 de dezembro de 2020	172.065	11.050	8.426
Período em que ocorreram os aumentos de capital:			
Março de 2021	14.335	2.457	2.571
Abril de 2021	175.000	15.000	10.000
Total do aumento de capital	189.335	28.507	20.997
Destinado a reserva de capital	(170.000)	(14.000)	(9.000)
Capital social em 30 de junho de 2021	191.400	14.507	11.997

(a) Aumento de Capital na empresa Comerc Participações

Em 15 de março de 2021 a empresa Comerc Participações aumentou seu capital social de 172.065 para R\$178.385 mediante emissão de 6.320.079 novas quotas, com valor nominal de R\$1 (um real), perfazendo um aumento no valor de R\$6.320.

Em 31 de março de 2021 a empresa Comerc Participações aumentou seu capital social de R\$178.385 para R\$186.400 mediante emissão de 8.014.995 novas ações, com valor nominal de R\$1 (um real), perfazendo um aumento no valor de R\$8.015.

Em 01 de abril de 2021, a empresa Comerc Participações emitiu 52.031.593 novas ações, pelo valor total de R\$175.000. Desse montante: i) o valor de R\$5.000 foi destinado para aumento do capital social, o qual passou de R\$186.400 para R\$191.400; e ii) o valor de R\$170.000 foi destinado para constituição de reserva de capital. Essas ações foram subscritas e integralizadas pela empresa **Perfin Administração de Recursos Ltda.**

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Eventos subsequentes--Continuação

Alterações societárias--Continuação

Aumentos de Capital--Continuação

(b) Aumento de Capital na empresa DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A

Em 30 de março de 2021, a empresa Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. aumentou seu capital social de R\$11.050 para R\$13.507 mediante emissão de 11.455.802 novas ações, perfazendo um aumento no valor de R\$2.457.

Em 1º de abril de 2021, a empresa Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. emitiu 5.626.448 novas ações, pelo valor total de R\$15.000. Desse montante: i) o valor de R\$1.000 foi destinado ao capital social, o qual passou de R\$13.507 para R\$14.507; e ii) o valor de R\$14.000 foi destinado para reserva de capital. Essas ações foram subscritas e integralizadas pela empresa **Perfin Administração de Recursos Ltda.**

(c) Aumento de Capital na empresa Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A.

Em 30 de março de 2021 a empresa Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A. aumentou seu capital social de R\$8.426 para R\$10.997 mediante emissão de 5.586.707 novas ações, perfazendo um aumento no valor de R\$2.571.

Em 01 de abril de 2021, a empresa Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. emitiu 3.503.097 novas ações, pelo valor total de R\$10.000. Desse montante: i) o valor de R\$1.000 foi destinado para aumento do capital social, o qual passou de R\$10.997 para R\$11.997; e ii) o valor de R\$9.000 foi destinado para reserva de capital. Essas ações foram subscritas e integralizadas pela empresa **Perfin Administração de Recursos Ltda.**

Aquisição de cotas da Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

Em 30 de junho de 2021, a Comerc Participações adquiriu 11.200.005 cotas da Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (Newcom), tornando-se a detentora da totalidade das cotas da Newcom. Pela aquisição a empresa Comerc Participações pagará em dinheiro o valor de R\$17.597 (R\$10.545 à vista e R\$7.052 em até 24 meses) somada a parcela de preço contingente vinculado a performance futura da Newcom após 4 anos.

Grupamento da totalidade das ações da Companhia

Grupamento da totalidade das ações da Companhia de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias passará a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações em que se divide o capital social de

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Eventos subsequentes--Continuação

Alterações societárias--Continuação

Aumentos de Capital--Grupamento da totalidade de ações da Companhia

260.157.968 para 86.719.323 ações ordinárias, as quais serão distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, de forma a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

Criação do Plano de Outorga de Ações

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Participantes, sujeito a determinadas condições, com vistas a: (i) atrair e reter os conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia e de sociedades sob o seu Controle; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) estimular a permanência dos conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou das sociedades sob o seu Controle.

O Plano e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração, obedecidas as condições gerais e específicas deste Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito deste Plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia. Sendo que até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não foram outorgadas nenhuma ação no âmbito do Plano.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS DO GRUPO COMERC,
REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Intermediárias Combinadas

Grupo Comerc

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Grupo Comerc

Demonstrações financeiras intermediárias combinadas

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias combinadas... 1

Demonstrações financeiras combinadas

Balanços patrimoniais combinados	4
Demonstrações dos resultados combinados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes combinados	7
Demonstrações combinadas das mutações do acervo líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa combinados.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias combinadas

Aos
Acionistas e Administradores do
Grupo Comerc
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias combinadas do Grupo Comerc ("Grupo") que compreendem o balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do acervo líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo Comerc em 30 de junho de 2021, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo Comerc, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias combinadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias combinadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Comerc continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Grupo Comerc ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo Comerc são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias combinadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Comerc.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Comerc. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Comerc a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

Grupo Comerc

Balanços patrimoniais combinados
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Combinado	
		30/06/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	240.326	73.925
Contas a receber	4	302.960	321.972
Impostos a recuperar	-	6.065	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.808.026	530.117
Partes relacionadas	5	236	1.975
Outros ativos	-	14.160	12.826
Total do ativo circulante		3.371.773	940.815
Contas a receber	4	1.153	1.431
Outros ativos	-	4.124	4.292
Tributos diferidos	17.1	17.897	5.932
AFAC	-	3.256	1.721
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.147.206	260.315
Investimentos	-	10.742	9.710
Imobilizado líquido	6	39.399	37.516
Intangível líquido	-	18.465	16.856
Direito de uso	7	13.292	16.627
Total do ativo não circulante		1.255.534	354.400
Total do ativo		4.627.307	1.295.215

	Notas	Combinado	
		30/06/2021	31/12/2020
Passivo e acervo líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	250	-
Fornecedores diversos	8	283.903	311.217
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	36.973	22.558
Adiantamentos de clientes	-	12.805	9.095
Partes relacionadas	5	5.872	35
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.850.819	496.890
Dividendos a pagar	10	216	23.577
Contas a pagar	-	4.239	9.351
Arrendamento a pagar por direito de uso	7	5.053	5.119
Total do passivo circulante		3.200.130	877.842
Empréstimos e financiamentos	9	3.762	4.007
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	109	109
Tributos diferidos	17.1	32.100	46.729
Contas a pagar	-	-	514
Partes relacionadas	5	5.045	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.009.901	133.820
Provisão para contingências	11	78	57
Provisão para perda em investimentos	-	840	840
Passivo de arrendamento	7	10.658	14.433
Total do passivo não circulante		1.062.493	200.509
Acervo líquido		364.684	216.864
Total do passivo e acervo líquido		4.627.307	1.295.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Comerc

Demonstrações dos resultados combinados
Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Combinado	
		30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional líquida	13	1.637.819	1.510.020
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	(63.571)	56.032
Custos de vendas de energia e serviços prestados	14	(1.543.151)	(1.427.587)
Resultado bruto		31.097	138.465
Receita (Despesas) operacionais			
Despesas administrativas, comerciais e gerais	15	(77.278)	(63.575)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(1.081)	523
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.530)	(288)
Total das receitas/(despesas) operacionais		(80.889)	(63.340)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	3.206	866
Despesas financeiras	16	(3.821)	(1.555)
Resultado financeiro líquido		(615)	(689)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(50.407)	74.436
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes	17	(8.419)	(7.266)
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos	17.1	24.954	(19.988)
Lucro líquido / (Prejuízo) do período		(33.872)	47.182
Participação atribuída a não controladores		(11.279)	(1.935)
Participação atribuída aos controladores		(22.593)	49.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Comerc

Demonstrações dos resultados abrangentes combinados
Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido / (Prejuízo) do período	(33.872)	47.182
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(33.872)</u>	<u>47.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Comerc

Demonstrações combinadas das mutações do acervo líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Acervo líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021		216.864
Aumento de capital	-	2.976
(Prejuízo) do período	-	(33.872)
Constituição de reserva de lucros	-	178.716
Saldos em 30 de junho de 2021		364.684
Saldos em 01 de janeiro de 2020		222.686
Aumento de capital	-	14
Lucro líquido	-	47.182
Constituição de reserva de lucros	-	13.730
Saldos em 30 de junho de 2020		283.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Comerc

Demonstrações dos fluxos de caixa combinados
Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	30/06/2021	30/06/2020
Das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(33.872)	47.182
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.936	3.050
Juros sobre passivo de arrendamento	801	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.530	288
Marcação de mercado dos contratos de energia	63.571	(56.032)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica PIS e COFINS diferidos	1.639	(1.967)
Tributos diferidos	(26.594)	22.639
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	11	1.295
Provisão/(Reversão) para contingências	21	(272)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	5	-
Baixa de ativos para resultado	1.032	-
Provisão de despesas operacionais	-	347
Baixa por alienação de participação	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	8.419	7.266
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber	19.279	124.234
Impostos a recuperar	(6.065)	(3.854)
Créditos diversos	(1.166)	395
Transações com partes relacionadas	12.946	342
Acrécimo/(decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores diversos	(27.314)	(125.134)
Obrigações trabalhistas e tributárias	17.111	424
Adiantamentos de clientes	3.710	(110)
Contas a Pagar	(5.626)	11.753
Dividendos a pagar	-	-
Transações com partes relacionadas	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.115)	(7.737)
Fluxo de caixa líquido proveniente das/(aplicados nas) atividades operacionais	26.259	24.109
Das atividades de investimento		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	(360)
Acrécimo de investimentos	(3.562)	(2.750)
Aquisição de imobilizado	(6.516)	(4.165)
Aquisição de ativo intangível	(1.609)	(11.614)
Arrendamento por direito de uso	-	-
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades de investimento	(11.687)	(18.889)
Das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	-	3.877
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	(2.980)	-
Reconhecimento de novos contratos de arrendamento	(1.662)	-

Grupo Comerc

Demonstrações dos fluxos de caixa combinados--Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	30/06/2021	30/06/2020
Integralização de capital social	2.976	14
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.535)	13.420
Dividendos deliberados ou pagos	(23.361)	(117)
Constituição de reserva de capital	178.716	-
Transações com partes relacionadas	(325)	288
Caixa líquido provenientes das/(aplicado nas) atividades de financiamento	151.829	17.482
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	166.401	22.702
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	73.925	53.521
No fim do exercício	240.326	76.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, apresentadas a seguir, são operadas conjuntamente com outras empresas, como uma unidade formando um conglomerado econômico, aqui identificado como “Grupo Comerc” ou “Grupo”. As atividades das empresas do Grupo estão resumidas como segue:

- A Comerc Participações S.A. (“Comerc Participações”), anteriormente denominada Comerc Participações Ltda. tem como principal objetivo a participação em outras sociedades comerciais civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista. A Sociedade é uma Entidade de capital fechado, incorporada e domiciliada no Brasil, cujo escritório principal é domiciliado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909 - 21º andar – Torre Norte, no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo.
- A Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“Comercializadora”), constituída em 1987, tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda), a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- A Comerc Energia Ltda. (“Gestão”), fundada em 2005, tem como objeto social a prestação de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores que tenham opção de escolha de fornecedor (consumidor livre). Por meio da elaboração de estratégias de posicionamento e de estruturas de gerenciamento de energia, a Comerc Energia busca maximizar a redução de custo para seus clientes e atender plenamente às suas necessidades no curto, médio e longo prazo;
- A Comerc Gás Comercializadora Ltda. (“Comerc Gás”) tem como principal objetivo a prestação de serviços de gestão do consumo de gás e a comercialização de gás (compra e venda);
- A Comerc Power Trading Ltda. (“Power Trading”) tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda) nos mercados atacadista e varejista, bem como a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- A Micropower Comerc Participações Ltda., tem como principal a participação em outras Companhias comerciais civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.
- A Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“Newcom”), tem como objetivo a comercialização de energia elétrica no mercado atacadista (compra e venda).
- A Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (“Esco Comércio”), tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes bem como a prestação de serviços que auxiliem a empresa a reduzir esse consumo.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- A DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. ("DOC 88"), atualmente denominada DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A., tem como principal objetivo a consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda customizáveis ou não customizáveis, suporte e treinamento em informática e participação em outras sociedades.
- A Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. ("Megawhat"), atualmente denominada Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A. constituída em 06 de agosto de 2018, tem como principal objetivo a divulgação de informações por meio de portais e provedores de conteúdo na internet, bem como a prestação de serviços de consultoria relacionadas ao mercado de energia.
- A Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda. ("Esco Instalações"), constituída em 2018, tem como principal objetivo a prestação de serviços de instalação e locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes.
- A Comerc Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. ("Comerc Energy Trading"), Comerc Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda. ("Comerc Financial Trading"), Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. ("Newcom Energy Trading"), e Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda. ("Newcom Financial Trading") são empresas em fase pré-operacional.

1.1. Coronavírus ("COVID-19")

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, que impactou a economia mundial e continua impactando neste ano de 2021.

Desde meados de março de 2020, o Grupo vem gerenciando e atuando para mitigar os impactos da pandemia em suas operações, seus resultados e na segurança e bem-estar de seus colaboradores.

Apesar do impacto negativo na economia global, as operações do Grupo não sofreram impactos relevante devido a pandemia durante o 1º semestre de 2021. A Administração do Grupo continua monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, o Grupo não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira agressiva seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis

O Grupo Comerc aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e estão em conformidade com a NBC TG 44 - Demonstrações Combinadas, exclusivamente para atender às necessidades específicas do Grupo, uma vez que não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas demonstrações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo Comerc, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras intermediárias combinadas ocorreu na reunião de diretoria realizada em 12 de agosto de 2021.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.3. Base para combinação

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas do Grupo Comerc para o período findo em 30 de junho de 2021 e 2020, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Comerc, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, as informações históricas relacionadas à totalidade das atividades do Grupo Comerc, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras intermediárias estabelecidos pelos órgãos reguladores.

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas estão sendo apresentadas para fornecimento de análises adicionais sobre as operações do Grupo Comerc, e não representam as demonstrações financeiras intermediárias individuais das entidades incluídas na combinação, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período passado ou futuro.

O propósito de apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas é fornecer informações históricas do Grupo Comerc, para fins exclusivos de inclusão no prospecto de oferta pública inicial de ações da Comerc Participações S.A., para que potenciais investidores e financiadores possam ter por meio de uma única demonstração financeira, as informações históricas relacionadas à totalidade das atividades do Grupo Comerc. A Administração entende que a apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, proporcionam informações relevantes, úteis e significativas do Grupo Comerc, bem como sua posição financeira para os períodos e exercícios findos apresentados.

No processo de combinação, todas as sociedades estiveram sob o controle comum nos períodos e exercícios compreendidos nessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas. O processo de combinação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas. Dessa forma, os dados foram combinados considerando 100% do total dos ativos, passivos e acervo líquido.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

Os seguintes critérios foram adotados para a combinação das demonstrações financeiras intermediárias de cada empresa participante da combinação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas;
- (ii) Transações, saldos e ganhos não realizados entre as empresas participantes da combinação são eliminados. Os lucros (prejuízos) não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.
- (iii) As políticas contábeis das empresas combinadas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistências das políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas incluem as seguintes empresas, e suas controladas e coligadas quando aplicável:

Empresas	Grupo de Controle			
	Influência na Entidade	% de Participação	% de Participação	% de Participação
	30/06/2021	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2020
Comerc Participações S.A.	Controle	80%	100%	100%
<i>Infinito Energy Investimentos e Participações S.A.</i>	Coligada Indireta	40%	-	-
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Controle	80%	100%	100%
Comerc Energia Ltda.	Controle	80%	100%	100%
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	Controle	76%	95%	100%
Comerc Power Trade Ltda.	Controle	80%	100%	100%
Micropower Comerc Participações Ltda.	Controle	80%	100%	100%
<i>Micropower Energia S.A. (a)</i>	Coligada Indireta	23,27%	29,09%	29,09%
<i>Participação MPC Serviços Energéticos 1B S.A. (a)</i>	Coligada Indireta	2,4%	3%	3%
<i>Participação MPC Serviços Energéticos 1C S.A. (a)</i>	Coligada Indireta	0,1%	0,1%	0,1%
<i>Participação MPC Serviços Energéticos 1A S.A. (a)</i>	Coligada Indireta	13,33%	16,67%	16,67%
Comerc Esco Desenvolvimento Prest. Serviços em Energia Ltda (b)	Controle	76%	95%	-
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Controle	80%	90,2%	90,2%
Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	Controle	76%	99,97%	100%
Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A.	Controle	63,68%	99,96%	87%
Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A.	Controle	68,64%	98,77%	96,5%
Comerc Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. (c)	Controle	80%	100%	100%
Comerc Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda. (c)	Controle	80%	100%	100%
Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. (d)	Controle	80%	100%	-
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda. (d)	Controle	80%	100%	-

(a) Participações detidas indiretamente através da Micropower Comerc Participações Ltda., contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Empresa constituída em 12 de novembro de 2020.

(c) Empresas em estágio pré-operacional.

(d) Empresas em estágio pré-operacional, constituídas em 17 de agosto 2020.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

YAM Tecnologia e Desenvolvimento Humano Ltda. e Bike & Park Gestão de Serviços Ltda., empresas controladas da Doc 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. até janeiro de 2021, não foram consideradas nesta demonstração financeira combinada pois deixaram de fazer parte do Grupo Comerc em janeiro de 2021 e por serem empresas não relacionadas ao negócio principal do Grupo Comerc.

a) Informações patrimoniais e de resultado em 30 de junho de 2021:

Descrição	30/06/2021					30/06/2020		
	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Receita operacional	Custos	Marcação a mercado de instrumentos financeiros	Resultado antes dos impostos sobre o lucro	Resultado antes dos impostos sobre o lucro
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	3.481.816	3.377.874	103.942	1.326.516	(1.281.897)	(42.566)	(26.829)	32.657
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	882.218	857.100	25.118	357.549	(355.782)	(21.005)	(21.187)	30.007
Comerc Energia Ltda.	50.729	24.969	25.760	41.638	(4.378)	-	6.982	27.342
Doc 88 Desenvolvimento e serviços Ltda	25.462	5.097	20.365	11.249	(664)	-	(3.114)	(2.646)
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda	16.990	2.153	14.837	419	(215)	-	(3.787)	(1.889)
Comerc Power Trade Ltda.	10.174	5.404	4.770	8.860	(8.728)	-	(544)	(55)
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	1.092	8	1.084	111	-	-	101	2
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	37.223	27.865	9.358	3.542	(1.547)	-	1.093	(1.900)
Comerc Esco Desenvolvimento, Com. e Prest. Serviços Ltda.	1.373	3.447	(2.074)	218	(72)	-	(3.141)	514
Micropower Comerc Participações Ltda.	7.727	-	7.727	-	-	-	(908)	-
Comerc Participações S.A.	342.750	13.472	329.278	-	-	-	(23.522)	7.872
Comerc Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda.	1.002	-	1.002	-	-	-	2	-
Comerc Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda.	1.002	-	1.002	-	-	-	2	-
Total antes das eliminações e reclassificações	4.859.558	4.317.389	542.169	1.750.102	(1.653.283)	(63.571)	(74.852)	91.904
(-) Eliminações e reclassificações	(232.251)	(54.766)	(177.485)	(112.283)	110.132	-	24.445	(17.468)
(=) Total após eliminações e reclassificações	4.627.307	4.262.623	364.684	1.637.819	(1.543.151)	(63.571)	(50.407)	74.436

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

b) Informações patrimoniais em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	31/12/2020		
	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	984.358	863.673	120.685
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	253.291	207.522	45.769
Comerc Energia Ltda.	46.119	25.044	21.075
Doc 88 Desenvolvimento e serviços Ltda	13.069	7.538	5.531
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda	7.187	2.411	4.776
Comerc Power Trade Ltda.	6.662	1.528	5.134
Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda.	112	-	112
Comerc Esco Com. e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	37.209	31.953	5.256
Comerc Esco Instalações e Serviços Ltda.	-	-	-
Micropower Comerc Participações Ltda.	8.635	-	8.635
Comerc Participações S.A.	184.682	4.502	180.180
Comerc Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-
Comerc Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-
Total antes das eliminações e reclassificações	1.541.324	1.144.171	397.153
(-) Eliminações e reclassificações	(246.109)	(65.820)	(180.289)
(=) Total após eliminações e reclassificações	1.295.215	1.078.351	216.864

2.4. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Grupo Comerc em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias combinadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as empresas que compõem o Grupo Comerc. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.7. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

2.7.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração--Continuação

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- menos as amortizações de principal; e
- mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia são registrados no resultado do exercício, em conta específica. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável

A abordagem do Grupo exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A “Provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado as operações, títulos não vencidos para o mesmo devedor e os títulos vencidos acima de 60 dias.

Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Contratos futuros de energia (compra e venda)

O Grupo possui um portfólio de contratos futuros de energia, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. O Grupo possui flexibilidade para gerenciar estes contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Os contratos futuros podem ser liquidados pelo valor líquido a vista ou por outro instrumento financeiro (como exemplo, celebrando com a contraparte contrato de compensação).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço do Grupo pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.1. Instrumentos financeiros--Continuação--Continuação

Contratos futuros de energia (compra e venda)

O valor justo desses derivativos são estimados com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica "Marcação a mercado de instrumentos financeiros".

Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturados para o Grupo e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

2.7.2. Arrendamentos

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.2. Arrendamentos--Continuação

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não houve alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17/CPC 06(R1). Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

O Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, o Grupo aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.2. Arrendamentos--Continuação

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, O Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.2. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.7.3. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.3. Imobilizado--Continuação

Segue abaixo tabela com as taxas de depreciação, que refletem substancialmente a vida útil dos ativos:

	% Taxas de depreciação	
	30/06/2021	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de informática	20%	20%
Veículos	20%	20%
Benfeitorias (*)	7%	7%

(*) Taxa média.

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7.4. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.4. Ativos intangíveis--Continuação

Segue abaixo a taxa de amortização praticada para o grupo de Intangível:

	% Taxas de amortização	
	30/06/2021	31/12/2020
Software e licença de uso	20%	20%
Contratos com clientes	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.7.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possuir uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.7.6. Resultado do exercício

Reconhecimento de receitas

A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.6. Resultado do exercício--Continuação

Reconhecimento de receitas--Continuação

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas da venda de energia aos consumidores, enquanto suprimento de energia elétrica representa as vendas destinadas aos revendedores de energia.

Custo de venda de energia

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração do Grupo, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados:

- Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e
- Com base na associação direta da receita.

O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional do Grupo.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.7. Impostos

a) *Imposto de renda e contribuição social correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.7. Impostos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*--Continuação

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Conforme ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, o Grupo avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.7.8. Base e mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração do Grupo se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.8. Base e mensuração do valor justo--Continuação

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras intermediárias nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.7.9. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias combinadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.11. Distribuição de lucros

O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção do Grupo ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

2.7.12. Acervo líquido combinado

O valor do acervo líquido combinado foi apurado através da somatória das respectivas contas integrantes do acervo líquido das entidades incluídas no processo de combinação.

2.7.13. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em verticais de negócio, com base nos produtos e serviços, com 3 (três) segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

- Trading;
- Serviços; e
- Soluções em energia.

A Administração do Grupo, monitora separadamente os resultados operacionais das verticais de negócio para poder tomar decisões e avaliar o seu desempenho.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.13. Informações por segmento--Continuação

As informações referentes aos resultados de cada segmento que são reportados, estão apresentadas a seguir:

a) Informações de resultado em 30 de junho de 2021

	30/06/2021					
	Trading	Serviços	Soluções	Controladora	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	1.684.065	41.638	24.398	-	(112.282)	1.637.819
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(63.571)	-	-	-	-	(63.571)
Custos	(1.637.679)	(4.378)	(11.226)	-	110.132	(1.543.151)
Lucro bruto	(17.185)	37.260	13.172	-	(2.150)	31.097
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(25.462)	(28.411)	(19.617)	(153)	1.981	(71.662)
Depreciação e amortização	(3.268)	(1.597)	(752)	-	-	(5.617)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.340)	-	260	-	-	(1.080)
Equivalência patrimonial	-	-	(2.513)	(24.633)	24.616	(2.530)
Despesas financeiras	(1.857)	(748)	(1.165)	(51)	-	(3.821)
Receitas financeiras	1.100	478	313	1.315	-	3.206
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	(48.012)	6.982	(10.302)	(23.522)	24.447	(50.407)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(3.741)	(4.291)	(21)	(366)	-	(8.419)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.300	1.995	2.659	-	-	24.954
Lucro (prejuízo) líquido do período	(31.453)	4.686	(7.664)	(23.888)	24.447	(33.872)

b) Informações patrimoniais em 30 de junho de 2021

	30/06/2021					
	Trading	Serviços	Soluções	Controladora	Eliminações	Total
Ativos por segmento	4.366.038	50.728	100.041	342.750	(232.250)	4.627.307
Passivos por segmento	4.234.975	24.967	43.973	13.472	(54.764)	4.262.623

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.13. Informações por segmento--Continuação

c) Informações de resultado em 30 de junho de 2020

	30/06/2020					Total
	Trading	Serviços	Soluções	Controladora	Eliminações	
Receita operacional líquida	1.591.049	36.027	20.268	-	(137.324)	1.510.020
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	56.032	-	-	-	-	56.032
Custos	(1.543.163)	(3.669)	(5.662)	-	124.907	(1.427.587)
Lucro bruto	103.918	32.358	14.606	-	(12.417)	138.465
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(38.165)	(5.154)	(20.018)	(1)	2.813	(60.525)
Depreciação e amortização	(2.931)	(90)	(29)	-	-	(3.050)
Outras receitas (despesas) operacionais	269	248	6	-	-	523
Equivalência patrimonial	(76)	-	(212)	7.864	(7.864)	(288)
Despesas financeiras	(1.045)	(86)	(424)	-	-	(1.555)
Receitas financeiras	694	66	97	9	-	866
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	62.664	27.342	(5.974)	7.872	(17.468)	74.436
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.786)	(4.377)	(101)	(2)	-	(7.266)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(19.988)	-	-	-	-	(19.988)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	39.890	22.965	(6.075)	7.870	(17.468)	47.182

d) Informações patrimoniais em 31 de dezembro de 2020

	31/12/2020					Total
	Trading	Serviços	Soluções	Controladora	Eliminações	
Ativos por segmento	1.237.305	46.119	72.874	184.683	(246.110)	1.295.215
Passivos por segmento	1.071.194	25.043	43.430	4.502	(65.818)	1.078.351

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as políticas contábeis--Continuação

2.7. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7.14. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados.

2.8. Novas normas e interpretações contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigente até a data de emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foram avaliadas e estão listadas a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidencição e instrumentos financeiros: Reforma da taxa de referência de juros segunda fase. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2021.

CPC 27 – Imobilizado: Prover *guidance* para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 – 2020: Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes: Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis: Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

CPC 50 - Contratos de seguro: Adoção inicial. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 acima descritas, não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras intermediárias. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Banco conta movimento	6.620	4.069
Títulos e valores mobiliários	233.706	69.856
	240.326	73.925

O caixa e equivalentes de caixa do Grupo está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

As aplicações financeiras correspondem de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização com taxas entre 96% e 105% do CDI.

4. Contas a receber de clientes

Compostos basicamente por valores a vencer decorrentes de comercialização de energia elétrica.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes - faturados	-	-
Contas a receber de clientes - medidos e não faturados (a)	307.083	320.115
Outras contas a receber de serviços prestados	1.153	7.300
(-) Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(4.123)	(4.012)
Total circulante	302.960	321.972
Total não circulante	1.153	1.431
	304.113	323.403

(a) Os saldos de clientes "não faturados" são compostos por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia elétrica convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo de energia ocorreu até o final de cada período contábil e o faturamento ocorreu no mês subsequente, com recebimento até o 9º dia útil do mês subsequente ao consumo.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	303.979	323.085
Vencidos até 30 dias	87	215
Vencidos de 31 a 90 dias	47	103
Vencidos há mais de 90 dias	4.123	4.012
(-) Provisão para perda esperadas (a)	(4.123)	(4.012)
	304.113	323.403

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber é como segue:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(4.012)	(2.717)
(-) Adições à provisão	(11)	(4.012)
(+) Reversões	-	2.717
Vencidos há mais de 90 dias	(4.123)	(4.012)

O Grupo adota o reconhecimento das perdas de crédito esperada com base na avaliação do risco associado as operações.

5. Partes relacionadas

A seguir é apresentada as principais transações e saldos:

Ativo	30/06/2021	31/12/2020
Cotistas Comerc Participações S.A. (a)	-	1.600
Bike & Park Gestão (b)	179	179
YAM Tecnologia e Desenvolvimento Humano SPE - Ltda. (b)	49	196
MPC Energia S.A. (b)	8	-
Total circulante	236	1.975
Total não circulante	-	-
Passivo	30/06/2021	31/12/2020
MPC Energia S.A (b)	-	35
Acionistas pessoa física (c)	2.200	-
Ex-quotistas Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (d)	8.717	-
Total circulante	5.872	35
Total não circulante	5.045	-
Despesas	30/06/2021	31/12/2020
Rateio de despesas operacionais (b)	-	345

(a) Adiantamento de dividendos a cotistas;

(b) Despesas operacionais comum a todas as empresas alocadas na DOC88 e pendentes de ressarcimentos pelas partes relacionadas;

(c) Mútuo da Comerc Participações com seus acionistas remunerado à 100% do CDI;

(d) Valores a pagar pela aquisição de cotas da empresa Newcom conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

A Companhia considera que todas as transações entre partes relacionadas refletem condições de mercado.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado líquido

6.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxa anual %	30/06/2021	31/12/2020
		Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	2.135	2.306
Equipamentos de processamento de dados	20	4.086	4.053
Benfeitorias em imóveis	4 a 10	6.367	6.508
Máquinas e equipamentos	10	21.369	18.160
Imobilizado em andamento	-	5.442	6.489
		39.399	37.516

6.2. Movimentação do ativo imobilizado 30 de junho de 2021

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2021
Móveis e utensílios	3.622	-	-	-	3.622
Equipamentos de processamento de dados	10.050	149	-	820	11.019
Benfeitorias em imóveis	13.538	-	(2.577)	-	10.961
Máquinas e equipamentos	21.321	1.016	-	5.561	27.898
Imobilizado em andamento	6.490	5.351	(19)	(6.381)	5.441
	55.021	6.516	(2.596)	-	58.941
(-) Depreciação	(17.505)	(3.601)	1.564	-	(19.542)
Total do imobilizado líquido	37.516	2.915	(1.032)	-	39.399

6.3. Movimentação do ativo imobilizado de 31 de dezembro de 2020

Descrição	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Móveis e utensílios	3.292	128	-	202	3.622
Equipamentos de processamento de dados	9.440	286	-	324	10.050
Benfeitorias em imóveis	12.817	398	-	323	13.538
Máquinas e equipamentos	13.856	1.239	-	6.226	21.321
Imobilizado em andamento	2.710	11.560	(705)	(7.075)	6.490
	42.115	13.611	(705)	-	55.021
(-) Depreciação	(11.505)	(6.081)	81	-	(17.505)
Total do imobilizado líquido	30.610	7.530	(624)	-	37.516

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Direito de uso e passivo de arrendamento

O Grupo possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis e equipamentos e prestação de serviços utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento.

A taxa incremental de captação, aplicável a carteira de ativos arrendados. Por meio desta metodologia o Grupo obteve uma taxa média de 10,0% a.a. para os imóveis utilizada em 30 de junho de 2021:

Os arrendamentos contratados pela Empresa são apresentados abaixo:

I. Direito de uso

	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	17.076
Atualizações Contratuais	3.176
Amortização	(3.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.627
Amortização	(3.335)
Saldo em 30 de junho de 2021	13.292

II. Arrendamento a pagar

a) *Movimentação dos arrendamentos:*

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial do período/exercício	19.552	17.076
Atualizações contratuais	(1.662)	(3.176)
Juros	801	1.822
(-) Pagamento do principal mais juros	(2.980)	(5.355)
Aquisição novos contratos	-	9.185
Total	15.711	19.552
Circulante	5.053	5.119
Não Circulante	10.658	14.433

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

I. Arrendamento a pagar--Continuação

a) *Movimentação dos arrendamentos*--Continuação

Informações Adicionais:

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referencias do IFRS 16/ CPC 06 (R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/ CPC 06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Empresa. Os efeitos advindos dos cálculos de acordo com o referido ofício não são materiais para divulgação.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de seus contratos.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente.

8. Fornecedores diversos

Passivo	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores de energia - provisão por competência (a)	278.058	298.742
Liquidação financeira CCEE	-	5.923
Demais fornecedores	5.845	6.552
	283.903	311.217

- (a) O saldo de "Fornecedores de energia – provisão por competência", referente à compra de energia elétrica de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo da energia ocorreu até o final do período e a emissão da respectiva Nota Fiscal ocorre no mês subsequente ao consumo.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos

O financiamento foi obtido, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado e é composto como segue:

Descrição	Custo da dívida	Vencimento final	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos (i)	2,61% ao ano + Selic	15/12/2029	4.012	4.007
Total			4.012	4.007
Circulante			250	-
Não circulante			3.762	4.007

(i) Financiamento obtido para execução de projeto de eficiência energética que contempla a troca de equipamentos para redução do custo mensal de energia. Como garantia, foi emitida carta fiança no mesmo valor do contrato, pelo prazo de 1 (um) ano, com previsão de renovação periódica antes do seu vencimento.

10. Dividendos a pagar

	30/06/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar (a)	216	23.577
Total circulante	216	23.577

(a) Em 30 de junho de 2021 o montante de R\$ 216 a pagar é na Comerc Participações e em 31 de dezembro de 2020, o montante a pagar nas empresas Comerc Energia Ltda. é de R\$22.000 e na Esco Comércio de R\$ 1.577 aos seus antigos cotistas pessoas físicas.

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração global do pessoal-chave da Administração para o período findo em 30 de junho de 2021 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrada abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2020
Remuneração fixa anual	7.683	8.166	3.443
Total	7.683	8.166	3.443

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Estimativa para perdas contingentes

11.1. Provisão para contingências

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado em 30 de junho de 2021 no montante de R\$ 77 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2020) referente a ações de natureza trabalhista e previdenciária, reflete a melhor estimativa corrente da Administração do Grupo.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. O Grupo revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Classificação das contingências para perdas possíveis

As contingências classificadas como perda possível (a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável e maior que remota) e, portanto, não foram contabilizados nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas e está apresentado como segue:

Natureza	30/06/2021	31/12/2020
Tributárias (a)	507	507
Cíveis (b)	2.772	2.723
Relacionados ao COVID-19 (c)	8.888	8.802
Trabalhista	18	-
	12.185	12.032

(a) Refere-se à notificação de lançamento de multa isolada sobre Perdcomps não homologadas.

(b) Refere-se a cobrança de faturas julgadas indevidas e ação questionando os valores pagos a cotista retirado da sociedade quando da sua saída.

(c) Refere-se a ações de cliente solicitando o reconhecimento de caso fortuito ou força maior.

11.2. Revisão da apuração de tributos

De acordo com a legislação vigente, as operações do Grupo estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS, INSS e FGTS).

Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos podem ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

12. Acervo líquido

Em 30 de junho de 2021, o bloco de controle do Grupo Comerc é composto por sócios pessoa física, sendo os principais: (i) Christopher Alexander Vlavianos, o qual possui participações de 39,6% a 47% nas empresas que foram combinadas nesta demonstração financeira, e (i) Edvaldo Marcelo Ávila, o qual possui participações entre 4,3% a 3,8% nas empresas que foram combinadas nesta demonstração financeira. Os demais sócios pessoa física que participam do bloco de controle individualmente possuem menos de 4% de participação.

Em 1º de abril de 2021, a Perfin Administradora de Recursos Ltda. (Perfin) investiu R\$ 200.000 na Companhia através de aumento de capital totalmente integralizado em espécie. Através deste investimento a Perfin Administradora de Recursos Ltda. passou a deter 19,99% de participação nas empresas que foram combinadas nesta demonstração financeira. Para fins dessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, a Perfin não está compondo o bloco de controle, uma vez que não participa da Companhia em todos os períodos reportados.

13. Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida está apresentada a seguir para os períodos findos indicados:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Receita de venda de energia	1.613.267	1.497.093
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes e outros (i)	(33.807)	(24.334)
Receita líquida na venda de energia	1.579.460	1.472.759
Receita de prestação de serviços	61.962	43.582
(-) Dedução da prestação de serviços - impostos incidentes e outros (i)	(3.603)	(6.321)
Receita líquida de serviços	58.359	37.261
	1.637.819	1.510.020

(i) Os impostos incidentes sobre a Receita são Pis, Cofins e ICMS ST.

14. Custos de vendas de energia e serviços prestados

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Compra de energia	(1.534.709)	(1.421.819)
Outros custos	(8.442)	(5.768)
	(1.543.151)	(1.427.587)

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas com pessoal	(53.058)	(35.401)
Serviços de terceiros	(13.377)	(12.571)
Depreciações e amortizações	(5.634)	(3.050)
Outras despesas administrativas	(5.209)	(12.553)
	<u>(77.278)</u>	<u>(63.575)</u>

16. Resultado financeiro

	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.475	856
Atualizações de contratos de mútuo	406	-
Atualizações CCEE	192	-
Outras receitas financeiras	133	10
	<u>3.206</u>	<u>866</u>
Despesas financeiras		
Garantias	(1.055)	(905)
Juros IFRS 16	(846)	-
Encargos financeiros CCEE	(451)	-
Outras despesas financeiras	(485)	(396)
Atualizações de contratos de mútuo	(295)	(120)
Atualizações monetárias	(173)	-
Impostos e contribuições sobre receitas financeiras	(166)	-
Despesas bancárias	(350)	(134)
	<u>(3.821)</u>	<u>(1.555)</u>
	<u>(615)</u>	<u>(689)</u>

17. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos

17.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos--Continuação

17.1. Imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

Demonstramos a seguir os cálculos das despesas de IRPJ e da CSLL para os períodos indicados:

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro/prejuízo antes das provisões tributárias	(50.407)	74.436
(-) Lucro/prejuízo antes das provisões tributárias - empresas lucro presumido	(101)	(27.862)
Lucro/prejuízo antes das provisões tributárias - Lucro Real	(50.508)	46.574
Alíquota vigente combinada de 34%	17.173	(15.835)
Equivalência patrimonial	(313)	26
Outras adições/exclusões não dedutíveis para fins fiscais	(474)	(427)
IRPJ/CSLL diferidos não constituídos, líquidos	(25)	(6.522)
	16.361	(22.810)
Incentivos fiscais	184	34
	16.545	(22.776)
Imposto de renda e contribuição social Lucro Real - correntes	(8.410)	(2.788)
Imposto de renda e contribuição social Lucro Real - diferidos	24.954	(19.988)
Imposto de renda e contribuição social Lucro Presumido - correntes	(9)	(4.478)
	16.535	(27.254)
Alíquota efetiva	-33%	-25%

17.2. Impostos diferidos

	30/06/2021	31/12/2020
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		
Resultado de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	(37.616)	(52.323)
Resultado ativo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	6.907	-
Resultado outras despesas temporárias	7.486	4.992
Prejuízo fiscal/Base negativa da CSLL	13.211	12.364
Subtotal IRPJ/CSLL Diferidos	(10.012)	(34.967)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica PIS e Cofins diferidos	(4.191)	(5.830)
	(14.203)	(40.797)

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos--Continuação

17.2. Impostos diferidos--Continuação

	30/06/2021	30/06/2020
Impacto no resultado do período		
Variação do Resultado de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	(21.614)	19.051
Variação Prejuízo fiscal / base de cálculo exercícios anteriores	1.637	-
Variação Prejuízo fiscal / base de cálculo no período	(3.207)	-
Variação no resultado de outras despesas temporárias	(1.770)	937
	(24.954)	19.988

18. Cobertura de seguros

O Grupo tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

O resumo das apólices vigentes em 30 de junho de 2021 é como segue:

Tipo	Valor do Principal	Vigência	
		Início	Fim
Seguro de Responsabilidade Civil	1.000	01/10/2020	17/09/2021
Seguro Garantia	35.428	01/01/2021	31/01/2022
Seguro Garantia	835	01/02/2021	31/01/2022
Seguro Garantia	1.055	07/08/2020	31/01/2022
Seguro Garantia	2.028	01/12/2020	14/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	14	20/01/2021	20/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	28	21/01/2021	21/01/2022
Seguro Fiança Locatícia	535	01/02/2021	19/08/2021

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020	Mensuração a valor justo
Mensurados a valor justo por meio do resultado			
Valor justo dos contratos de energia (ativo)	3.955.232	790.432	Nível 2
Valor justo dos contratos de energia (passivo)	(3.860.720)	(630.710)	Nível 2
Custos amortizado (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa	240.326	73.925	Nível 1
Contas a receber	304.113	323.403	Nível 2
Partes relacionadas	-	-	Nível 2
Custos amortizado (passivos financeiros)			
Fornecedores	283.903	311.217	Nível 2
Empréstimos	4.012	4.007	Nível 1
Partes relacionadas	-	35	Nível 2

a) *Considerações sobre riscos*

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pelo Grupo para cada instrumento.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil--Continuação

a) Considerações sobre riscos--Continuação

Hierarquia--Continuação

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

i) Risco de crédito

O Grupo restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e aos equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contas a receber de clientes, o Grupo restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O Grupo não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) estão mencionadas na Nota nº 3. Os empréstimos do grupo possuem juros prefixados e não há indexadores ligados ao CDI.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil--Continuação

a) Considerações sobre riscos--Continuação

iii) *Risco com taxa de câmbio*

O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

A Administração do Grupo monitora periodicamente a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, porém, não possui operações com derivativos para proteção na variação de taxa de câmbio.

iv) *Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) *Contas a receber*

Os saldos de contas a receber de clientes são avaliados no momento inicial pelo valor presente, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil--Continuação

c) Contratos futuros de comercialização de energia

	30/06/2021	31/12/2020
Valor justo contratos futuros de comercialização de energia		
Ativo Circulante	2.808.026	530.117
Ativo Não Circulante	1.147.206	260.315
Passivo Circulante	(2.850.819)	(496.890)
Passivo Não Circulante	(1.009.901)	(133.820)
Sub-total	94.512	159.722
(-) Pis e Cofins diferidos	(4.191)	(5.830)
Total	90.321	153.892
Efeito no resultado do período/exercício	(63.571)	(15.252)

O Grupo tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2038. O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data-base de 30 de junho de 2021.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia do Grupo foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Utilizamos os preços definidos internamente pelo Grupo na última semana do mês de dezembro, que representavam a melhor estimativa do preço do mercado future. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato.

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

O Grupo efetuou testes de análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil--Continuação

c) Contratos futuros de comercialização de energia--Continuação

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre os preços de mercado de 30/06/2021. Os resultados obtidos são estes:

Descrição	Variação no preço	Base junho/2021	Cenários projetados	
			Cenário 1	Cenário 2
Ganhos não realizados em Operações compra e venda de energia em Mercado ativo	Elevação	90.321	151.796	213.271
	Queda	90.321	28.847	(32.628)

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

O Grupo desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30/06/2021 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 6,5%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen de 02/07/2021.

Para os cenários I e II, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foi considerada uma elevação de 25% e 50% sobre a mesma base.

Base		Posição em 2020	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário III 50%
Ativos	Risco						
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	240.326	8.203	12.304	16.405	20.506	24.608
(-) Empréstimos e financiamentos	CDI	(4.012)	(235)	(300)	(365)	(431)	(496)
Exposição líquida		236.314	7.967	12.004	16.040	20.076	24.112

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil--Continuação

c) Contratos futuros de comercialização de energia--Continuação

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade do Grupo em liquidar as obrigações assumidas. O Grupo gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras.

O Grupo não possui em 30 de junho de 2021 e em 2020 passivos com risco de liquidez.

Os saldos de passivos financeiros de fornecedores e partes relacionadas vencem em menos de 1 ano. Os contratos futuros de energia têm perfil de vencimento até 2038.

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

20. Eventos subsequentes

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 06 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem reservas ou oposições, aprovaram:

Grupamento da totalidade das ações da Companhia

Grupamento da totalidade das ações da Companhia de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias passará a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, sendo mantido o

Grupo Comerc

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

valor do capital social e passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 para 86.719.323 ações ordinárias, as quais serão distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, de forma a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

Criação do Plano de Outorga de Ações

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Participantes, sujeito a determinadas condições, com vistas a: (i) atrair e reter os conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia e de sociedades sob o seu Controle; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) estimular a permanência dos conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou das sociedades sob o seu Controle.

O Plano e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração, obedecidas as condições gerais e específicas deste Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito deste Plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia. Sendo que até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não foram outorgadas nenhuma ação no âmbito do Plano.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA ARES 2 PARTICIPAÇÕES S.A.,
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações financeiras
Ares 2 Participações S.A.

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Com relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ares 2 Participações S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ares 2 Participações S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de julho de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Ares 2 Participações S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>ATIVO</u>			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	793	29
Impostos a recuperar		<u>2</u>	<u>1</u>
Total do ativo circulante		<u>795</u>	<u>30</u>
Ativo não circulante			
Investimentos	5	<u>320.224</u>	<u>252.625</u>
Total do ativo não circulante		<u>322.224</u>	<u>252.625</u>
TOTAL DO ATIVO			
		<u>321.019</u>	<u>252.655</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Passivo circulante			
Fornecedores		26	17
Obrigações tributárias		<u>5</u>	<u>23</u>
Total do passivo circulante		<u>31</u>	<u>40</u>
Patrimônio líquido			
	7		
Capital social		430.790	310.161
Ágio em transações de capital		(43.576)	(38.491)
Prejuízos acumulados		<u>(66.226)</u>	<u>(19.055)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>320.988</u>	<u>252.615</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		<u>321.019</u>	<u>252.655</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação que está expresso em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas	8	(945)	(1.402)
Pessoal		(102)	(70)
Despesas tributárias		(26)	(34)
Outras despesas		(2)	(55)
Resultado equivalência patrimonial	5	(46.113)	(17.546)
Resultado Operacional antes das Receitas Financeiras		<u>(47.188)</u>	<u>(19.107)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	23	84
Despesas financeiras		(6)	(4)
		<u>17</u>	<u>80</u>
Prejuízo do exercício		<u>(47.171)</u>	<u>(19.027)</u>
Prejuízo por ação		<u>(0,11)</u>	<u>(0,04)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(47.171)	(19.027)
Outros resultados abrangentes	-	-
<u>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</u>	<u>(47.171)</u>	<u>(19.027)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ágio em transações de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		64	-	(28)	36
Aumento de capital social	7.1	310.097	-	-	310.097
Ágio em transações de capital	7.3	-	(38.491)	-	(38.491)
Prejuízo do exercício		-	-	(19.027)	(19.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		310.161	(38.491)	(19.055)	252.615
Aumento de capital social	7.1	120.629	-	-	120.629
Ágio em transações de capital	7.3	-	(5.085)	-	(5.085)
Prejuízo do exercício		-	-	(47.171)	(47.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		430.790	(43.576)	(66.226)	320.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(47.171)	(19.027)
Ajustes no lucro para:			
Resultado equivalência patrimonial	5	46.113	17.546
		(1.058)	(1.481)
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Impostos a recuperar		(1)	(1)
		(1)	(1)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		9	4
Obrigações tributárias		(18)	23
		(9)	27
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.068)	(1.455)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos		-	(11.700)
Adiantamento para aumento de capital		(3.500)	-
Integralização de capital em controlada em conjunto		(115.297)	(296.962)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(118.797)	(308.662)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social		120.629	310.097
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		120.629	310.097
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		764	(20)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		29	49
No fim do exercício		793	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Ares Participações 2 S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000.

A Companhia foi constituída em 09 de janeiro de 2017 sob a denominação de Stendera Participações S.A. com 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de novembro de 2017, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, onde a companhia Perfin Administração de Recursos Ltda. adquiriu 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, da presente acionista Stendera Participações S.A. Nesta mesma data a Companhia alterou sua denominação para Apollo 14 Participações S/A. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia passou-se a denominar Ares 2 Participações S.A.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

Em janeiro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de investimento com a Mori Gestão de Ativos Holding LTDA e ingressou como acionista na Mori Energia Holdings S.A. com a integralização de 6.654.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando a controlar em conjunto a referida investida.

Em 2019, a Companhia realizou aportes na Mori Energia Holdings S.A., e passou a deter ao fim do exercício um total de 82.939.877 ON's, o que representa 89,56% das ações ordinárias e 92.608.451 PN's, o que representa 100% das ações preferenciais da investida. A participação da Companhia no capital social ao findo exercício de 2020 é de 94,78%.

A Mori Energia Holding S.A.. é uma Companhia que detém participação por meio de suas controlada em conjuntos de ativos de micro e mini geração distribuídas de energia, com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica.

A Mori Energia Holding S.A., desenvolve e implementa projetos de Usinas de Micro e Mini geração de Energia Fotovoltaicas (UFVs) no estado de Minas Gerais; cada UFV é uma controlada em conjunto direta ou indireta Mori Energia. A Mori Energia também atua na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs) de consumidores de energia, que por sua vez alugam os ativos de geração implantados nas UFVs controlada em conjuntos, compartilhando os direitos econômicos destas UFVs entre si. Desta forma, os consorciados ou cooperados têm direito a uma parcela específica da energia gerada pela UFV, ao mesmo tempo em que se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada. A receita das UFVs é proveniente destes alugueres pagos pelos consorciados ou cooperados. A Mori Energia Holding S.A. é remunerada por meio da distribuição de recursos advindos das UFVs controlada em conjunto.

1.1. Declaração de conformidade

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada em conjunto, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 16 de julho de 2021.

1.2. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e gerou impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

A Companhia instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passamos a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe remotamente.

Além disso, foi enviado por e-mail os protocolos de higienização a adoção de álcool em gel em todos os ambientes, incluindo nos canteiros de obras da controlada em conjunto, refeitórios, orientações para o uso de máscaras e os testes recorrentes para detectar a doença.

Não houve impacto no cronograma dos projetos de sua controlada em conjunto. Para cumprir os prazos de construção das Usinas da sua controlada em conjunto, são realizadas reuniões semanais com os coordenadores das obras e equipes internas de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar os projetos. A Companhia e sua em conjunto não utilizaram nenhum benefício fiscal em função da COVID-19, e não houve renegociação de prazos e valores com clientes e fornecedores.

A Companhia não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB..

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada em conjunto. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas ao plano de negócios da Companhia e avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas e estão divulgadas na Nota 10.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente durante o exercício de 2020.

2.1. Investimentos

Controlada em conjunto é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Controlada em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui controle de sua investida, conforme Acordo de Acionistas assinado quando da entrada da Companhia na Mori Energia Holding S.A., no qual previa controle compartilhado desde que a Mori Gestão de Ativos S.A. possuísse ao menos 10% das ações ON e 5% das ações totais da investida, condição que se cumpria em 31 de dezembro de 2020.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada em conjunto a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada em conjunto é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controladas ou controladas em conjunto, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e controlada em conjunto, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida na controlada em conjunto. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada em conjunto são eliminados em proporção à participação nas controladas em conjunto.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua controlada em conjunto, assim é determinado a cada término do exercício social, ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada em conjunto e o valor contábil, e reconhece o montante dessa perda em “Participação em lucros de controlada ou controlada em conjunto” na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o controle conjunto sobre a controlada em conjunto, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada em conjunto, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.2. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.3. Determinação do valor justo.

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz as avaliações através de várias técnicas e usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro real anual e não apurou impostos a pagar por ter tido prejuízos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Conforme ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro (IFRIC 23), a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

A Companhia não teve operações com moedas estrangeiras no exercício de 2020.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

2.7. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros.

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício de 2020.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício apresentado.

2.8. Instrumentos Financeiro

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos Financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- b) Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):

- a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como VJR.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, a Companhia considera:

- a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- d) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- b) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, concluindo que não houve impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15(R1) / IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26(R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16); e
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)/Conceptual Framework)

2.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB– International Accounting Standards Board e não vigentes

Adicionalmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo

- Substituição do IFRS 4 Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato.

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e valor justo de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

d) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	-	1
Bancos conta movimento	2	28
Bancos aplicações financeiras	791	-
Total	793	29

As aplicações referem-se a fundos de investimento em renda fixa e aplicações automáticas vinculadas a conta corrente, para os quais a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,5% em 31 de dezembro de 2019).

5. Investimentos

Em janeiro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de investimento com a Mori Gestão de Ativos Holding LTDA e ingressou como acionista na Mori Energia Holding S.A. com a integralização de 6.654.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando a controlar em conjunto a referida investida.

Conforme acordo de acionistas celebrado entre as partes citadas acima, uma vez que a Companhia passa a deter 50% do capital votante da Mori Energia Holding S.A., através das ON's, os aportes residuais realizados pela Companhia seriam na proporção de 50% entre ações ordinárias e ações preferenciais, sendo a última sem direito a voto e participando igualmente na distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Em 2019, a Companhia realizou aportes na Mori Energia Holdings S.A., e passou a deter ao fim do exercício um total de 82.939.877 ON's, o que representa 89,56% das ações ordinárias e 92.608.451 PN's, o que representa 100% das ações preferenciais da investida.

Durante o exercício corrente, a Companhia realizou novos aportes de capital, no montante de R\$ 115.297, passando a deter 113.921.427 de ON's e 127.201.224 PN's, não alterando a participação societária de 31 de dezembro de 2019, gerando um ágio na integralização de capital, no montante de R\$ 926. A participação da Companhia no Capital social na Mori Energia Holding S.A. ao findo exercício de 2020 e 2019 é de 94,78%.

O mesmo acordo de acionistas, concede à Mori Gestão de Ativos S/A o direito a voto em matérias relevantes e o controle em conjunto, enquanto a mesma deter até 10% das ON's da investida. Em 31 de Dezembro de 2020 a Mori Gestão de Ativos Holding LTDA detêm 10,44% de ações ordinárias da Mori Energia Holding S.A. (2019 – 10,44%).

Ágio nas transações de Capital da controlada em conjunto

Refere-se ao ágio incorrido nas transações de capital da controlada em conjunto em conjunto Mori Energia Holding S/A, conforme divulgado na Nota explicativa 7.3.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tem um crédito de adiantamento para aumento de capital com a sua controlado em conjunto Mori Energia Holding S.A., no montante de R\$ 3.500, estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas.

Descrição	Aquisição de investimento	Ágio na Aquisição	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Ágio nas transações de capital	Saldo em 31/12/2019
Mori Energia Holding S.A.	11.700	7.884	289.078	(17.546)	(38.490)	252.625
	<u>11.700</u>	<u>7.884</u>	<u>289.078</u>	<u>(17.546)</u>	<u>(38.490)</u>	<u>252.625</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital	Ágio na integralização de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio nas transações de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Mori Energia Holding S.A	252.625	114.471	826	3.500	(5.085)	(46.113)	320.224
	<u>252.625</u>	<u>114.471</u>	<u>826</u>	<u>3.500</u>	<u>(5.085)</u>	<u>(46.113)</u>	<u>320.224</u>

2019

Companhia Investida	Total dos Ativos	Total do Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Nº Total Ações	Ações pertencentes a Companhia	Participação Societária %	Participação Societária %
						ON	PN
Mori Energia Holding S/A	689.180	258.220	(18.947)	185.216.902	175.548.328	89,6%	100,0%

2020

Companhia Investida	Total dos Ativos	Total do Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Nº Total Ações	Ações pertencentes a Companhia	Participação Societária %	Participação Societária %
						ON	PN
Mori Energia Holding S/A	623.555	328.475	(48.653)	254.402.448	241.122.651	89,6%	100,0%

5. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de junho de 2020, os membros do conselho de administração não são remunerados. A remuneração destes é paga pela acionista da Companhia. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado e subscrito é de R\$ 430.790 (R\$ 325.000 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 431.789.600 ações ordinárias nominativas e o capital social integralizado é de R\$ 430.790 (R\$ 310.161 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 431.789.600 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	430.789.600	100,00%
	430.789.600	100%

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

7.2. Movimentação do capital social:

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

Em 16 de janeiro de 2019, a companhia Perfin Administração de Recursos S/A, acionista única da Companhia, transferiu a totalidade das ações da Ares 2 Participações S.A. para o fundo PERFIN ARES 2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA, que passou a ser o novo e único acionista da Ares 2 Participações S.A. Nesta mesma data a Companhia emitiu 60.000.000 (sessenta milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas ao preço de R\$ 1,00 por ação, totalizando um aumento de capital de R\$ 60.000. O prazo para a integralização é até 30 de dezembro de 2022.

Em razão do aumento de capital realizado, a única acionista da Companhia aprovou o aumento de capital social autorizado da Companhia para R\$ 300.000 trezentos milhões de reais.

Em 11 de julho de 2019, a Companhia emitiu 139.935.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 por ação, portanto, um aumento do capital social de R\$ 139.936, totalmente subscritas nesta data.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 08 de outubro de 2019, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 125.000, mediante à emissão de 125.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 06 de abril de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 40.000, mediante à emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 09 de junho de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 50.000, mediante à emissão de 50.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 28 de outubro de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$ 15.790, mediante à emissão de 15.789.600 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia autorizado e subscrito totalizou R\$430.790, sendo totalmente integralizado até 31 de dezembro de 2020.

7.3. Ágio nas transações de capital

O acordo de investimento firmado entre a controlada em conjunto Mori Energia Holding S.A. e os acionistas minoritários das suas controladas Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A. prevê que a controlada em conjunto pagará um ágio na integralização de capital social nestas controladas, com o objetivo de não alterar a participação societária nestas controladas. Durante o exercício corrente, a controlada em conjunto efetuou a integralização de capital nas controladoras Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A., nos montantes de R\$ 1.387, R\$ 28.592 e R\$ 18.807, respectivamente, gerando ágio nas transações de capital, nos montantes de R\$ 152, R\$ 3.145 e R\$ 2.069, respectivamente. Esta transação gerou um efeito reflexo de R\$ 5.085, que corresponde à participação da Companhia sobre o capital social da controlada em conjunto Mori Energia Holding S.A.

7.4. Distribuição de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

7.5. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A companhia apurou prejuízos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, correspondente a 0,11 por ação do capital social, não constituindo assim reserva legal.

7.5. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) – Resultado por ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada das ações emitidas.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeira que possa ter efeito dilutivo.

	2020	2019
Numerador		
Prejuízo do exercício	(47.171)	(19.027)
Denominador		
Número de ações	431.789.600	431.789.600
Resultado básico e diluído por ação em R\$	(0,11)	(0,04)

8. Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

	2020	2019
	<u>Gerais e administrativa</u>	<u>Gerais e administrativa</u>
Serviços Advocatícios	(117)	(751)
Serviços de auditoria e consultoria	(148)	(134)
Serviços de consultoria de engenharia	(416)	(423)
Serviços de honorários em geral	(264)	(94)
Total	(945)	(1.402)

9. Resultado financeiro

Os resultados financeiros apresentados foram conforme descritos abaixo:

Descrição	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	23	84
Subtotal	23	84
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias e juros	(6)	(4)
Subtotal	(6)	(4)
Total	17	80

10. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía processos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possíveis, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

11. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

	31/12/2020		31/12/2019		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	793	793	28.654	28.654	Custo amortizado	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	27	27	17	17	Custo amortizado	-

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiro

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2020	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras				2,3246%	1,1623%	1,7435%	2,9058%	3,4869%
Aplicações financeiras	CDI	98,5%	793	18	9	14	23	28
Total			793	18	9	14	23	28

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamento, e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de *Compliance* e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

(i) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e de suas controlada em conjuntos de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

(ii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia e suas controlada em conjuntos não cumprirem suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do fluxo de caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

12. Eventos subsequentes

Emissão de Debentures

A Companhia realizou uma emissão privada de debêntures, em 28 de abril de 2021, onde foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), realizada em série única.

As debêntures terão prazo de vencimento em 15 de junho de 2030, sendo amortizadas em 17 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2022, com remuneração de IPCA+6,40% ao ano.

Registro na CVM	CVM/SRE/DEB/2021
Quantidade	400.000
Data Emissão	28/04/2021
Valor Unitário	R\$ 1.000
Valor Total	R\$ 400.000.000
Remuneração	6,40 % a.a.
Atualização Monetária	IPCA
Pagamento Remuneração	semestral
Amortização	17 parcelas a partir de 15/06/2022

Aumento de Capital na investida Mori Holding

Em 04 de maio de 2021 a sua investida Mori Holding fez um novo aumento de capital de R\$ 3.499.996,00, sendo R\$ 3.499.995,23 de conversão de AFAC e R\$ 0,77 em moeda corrente.

Mudança de controle na Investida Mori

Em 04 de maio de 2021, a Companhia assinou termo de fechamento com a Mori Gestão de Ativos Holding Ltda, tendo adquirido 5,22% do capital total da Mori Energia Holding S.A., ou seja, a totalidade da participação dos acionistas minoritários na Companhia. Após a celebração deste Acordo, a Companhia passou a ter o controle de 100% das ações da Mori Energia Holding S.A..

* * *

Ayla Maria Candido Vieira
Controller
Contabilista – CRC CE-012737/O-6

Ralph Gustavo Rosenberg
Diretor Administrativo Financeiro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MORI ENERGIA
HOLDING S.A., REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020 E 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Mori Energia Holding S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do auditor Independente



Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mori Energia Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mori Energia Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Critérios de capitalização de gastos como ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 7, a Companhia e suas controladas possuem saldo de imobilizado, nos montantes de R\$ 520 mil e R\$ 527.452 mil na controlada e consolidado, respectivamente. O negócio em que a Companhia e suas controladas estão inseridas requer que a Companhia efetue investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação a determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos. Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, entendimento do processo e dos controles relacionados à avaliação dos critérios de capitalização dos bens que compõem o ativo imobilizado, teste documental, em bases amostrais, dos bens adquiridos durante o exercício de 2020 de forma a verificar, com base na documentação que suporta tais aquisições, as evidências do momento da capitalização e da natureza dos gastos adicionados ao imobilizado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 7.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos no ativo imobilizado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações ou de suas controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de julho de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Mori Energia Holding S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	37.239	76.342	38.211	78.411
Contas a receber		-	-	1.884	-
Tributos a recuperar		265	165	277	194
Adiantamentos a fornecedores		652	274	653	274
Despesas do Exercício Seguinte		37	-	216	-
Outros ativos		807	57	1.564	264
Total do ativo circulante		39.000	76.838	42.805	79.143
Não circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a receber pela venda de investimentos	2.1.1.1	6.750	-	6.750	-
Outros ativos		-	421	513	431
		6.750	421	7.263	431
Investimentos	6	575.660	492.406	87.798	-
Imobilizado	7	520	335	527.452	570.995
Direito de Uso	8	-	-	28.740	36.162
Intangível		1.625	1	10.114	2.449
Total do ativo não circulante		584.555	493.163	661.367	610.037
Total do ativo		623.555	570.001	704.172	689.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo Circulante					
Fornecedores	9	428	388	2.992	31.656
Debêntures	10	32.406	14.429	32.406	14.429
Passivos de Arrendamento	12	-	-	363	42
Obrigações trabalhistas		483	245	483	274
Tributos a recolher		176	239	1.597	1.856
Instrumentos financeiros derivativos	10	11.755	-	11.755	-
Partes relacionadas	11	22	4.009	528	3.528
Outros passivos		8	797	1.005	876
Total do passivo circulante		45.278	20.107	51.129	52.661
Não circulante					
Debêntures	10	248.676	283.962	248.676	283.962
Passivos de Arrendamento	12	-	-	28.555	36.715
Instrumentos financeiros derivativos	10	423	7.009	423	7.009
Partes relacionadas	11	505	505	566	505
Outros passivos		198	198	71	-
Total do passivo não circulante		249.802	291.674	278.291	328.191
Patrimônio líquido					
Capital social	13	439.106	318.331	439.106	318.331
Ágio em transações de capital		(45.977)	(40.610)	(45.977)	(40.610)
Prejuízos acumulados		(68.154)	(19.501)	(68.154)	(19.501)
		324.975	258.220	324.975	258.220
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.500	-	3.500	-
		328.475	258.220	328.475	258.220
Participação de não controladores		-	-	46.277	50.108
Total do patrimônio líquido		328.475	258.220	374.752	308.328
Total do passivo e patrimônio líquido		623.555	570.001	704.172	689.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação que está expresso em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	14	-	-	10.053	2.632
Custos dos serviços prestados	15	-	-	(2.073)	(912)
Lucro bruto		-	-	7.980	1.720
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	15	(13.800)	(6.020)	(28.418)	(10.720)
Equivalência patrimonial	6	(7.162)	(4.301)	2.630	-
Outras receitas (despesas) operacionais		980	251	978	274
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(19.982)	(10.070)	(16.830)	(8.726)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	413	912	474	1.588
Despesas financeiras	16	(29.084)	(9.789)	(32.093)	(10.912)
		(28.671)	(8.877)	(31.619)	(9.324)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(48.653)	(18.947)	(48.449)	(18.050)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		-	-	(898)	(473)
Prejuízo do exercício		(48.653)	(18.947)	(49.347)	(18.523)
Prejuízo do exercício atribuível à:					
Participação de controladores				(48.653)	(18.947)
Participação de não controladores				(694)	424
Resultado básico e diluído por ação em R\$				(0,19)	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exercício	(48.653)	(18.947)	(49.347)	(18.523)
Total do resultado abrangente do exercício	(48.653)	(18.947)	(49.347)	(18.523)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível à:				
Participação de controladores			(48.653)	(18.947)
Participação de não controladores			(694)	424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio nas transações de capital	Prejuízos Acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	100	3.130	-	(554)	2.676	9.048	11.724
Aumento de Capital Social	318.231	(3.130)	-	-	315.101	26	315.127
Ágio em transações de capital	-	-	(40.610)	-	(40.610)	40.610	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.947)	(18.947)	424	(18.523)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	318.331	-	(40.610)	(19.501)	258.220	50.108	308.328
Aumento de Capital Social	120.775	-	-	-	120.775	-	120.775
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.500	-	-	3.500	1.223	4.723
Varição na participação de não controladores	-	-	-	-	-	(9.727)	(9.727)
Ágio em transações de capital	-	-	(5.367)	-	(5.367)	5.367	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(48.653)	(48.653)	(694)	(49.347)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	439.106	3.500	(45.977)	(68.154)	328.475	46.277	374.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(48.653)	(18.947)	(48.449)	(18.050)
Ajustes por itens do resultado que não afetam o caixa:	36.320	13.806	33.632	10.973
Resultado de equivalência patrimonial 6	7.162	4.301	(2.630)	-
Depreciação e amortização	84	17	4.721	1.100
Instrumentos Financeiros Derivativos 10	16.286	7.009	16.286	7.009
Juros sobre debêntures 10	12.214	2.437	12.214	2.437
Juros com passivo de arrendamento 12	-	-	2.509	733
Amortização dos custos de captação de debêntures 10	499	42	499	42
Outros	75	-	33	(348)
(Aumento)/redução de ativos	(7.978)	(484)	(2.265)	(401)
Tributos a recuperar	(100)	(153)	(83)	(175)
Contas a receber	(6.750)	-	(8.634)	-
Adiantamentos a fornecedores	(378)	-	(378)	-
Outros ativos	(750)	(331)	6.830	(226)
Aumento (redução) de passivos	(4.561)	5.838	(29.422)	37.698
Fornecedores	40	388	(28.664)	31.656
Impostos a recolher	(63)	239	(259)	1.850
Obrigações Trabalhistas	238	245	(259)	272
Outros Passivos	(789)	957	598	865
Partes relacionadas	(3.987)	4.009	61	3.528
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-	(898)	(473)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	23.782	19.160	1.945	48.269
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado 7	(269)	(352)	(86.046)	(557.675)
Aquisições de investimentos	-	(3.979)	-	-
Caixa de empresas adquiridas em combinação de negócios	-	-	-	187
Juros sobre aplicações financeiras	413	-	474	-
Dividendos recebidos 6	2.890	-	-	-
Aumento de capital em controladas	(174.489)	(523.880)	-	-
Variação na Participação de não controladores	-	-	9.727	-
Ganho de Capital com venda de participação societária	1.215	-	1.215	-
Venda de Participação Societária 6	72.931	-	-	-
Aquisição de intangíveis	-	(422)	-	(2.879)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	(97.309)	(528.633)	(74.630)	(560.367)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de principal e juros com partes relacionadas	-	(6.439)	-	(6.439)
Juros sobre empréstimos	(58)	-	(533)	-
Captação de debêntures 10	-	300.908	-	300.908
Amortização de principal debêntures 10	(15.790)	-	(15.790)	-
Pagamento de juros debêntures 10	(14.232)	-	(14.232)	-
Pagamento de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos 10	(11.117)	-	(11.117)	-
Pagamento de Passivo de Arrendamento 12	-	-	(2.892)	(382)
Custos de Captação de debêntures 10	-	(4.996)	-	(4.996)
Aumento de Capital	120.775	-	120.775	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.500	315.101	4.723	315.101
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	83.078	604.574	80.934	604.192
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(39.103)	76.154	(40.200)	74.044
No início do exercício	76.342	188	78.411	4.367
No fim do exercício	37.239	76.342	38.211	78.411
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(39.103)	76.154	(40.200)	74.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	1.217	251	11.268	2.906
Receitas Contratuais	-	-	10.053	2.632
Outras Receitas	1.217	251	1.215	274
Insumos adquiridos de Terceiros	(8.928)	(4.038)	(19.267)	(6.204)
Custo dos serviços vendidos	-	-	(2.073)	(912)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(5.793)	(2.865)	(12.742)	(3.637)
Outras	(3.135)	(1.173)	(4.452)	(1.655)
Valor Adicionado Bruto	(7.711)	(3.787)	(7.999)	(3.298)
Depreciação	(84)	(17)	(4.721)	(423)
Valor Adicionado Líquido	(7.795)	(3.804)	(12.720)	(3.721)
Valor Adicionado recebido em transferência	(6.749)	(3.389)	3.104	1.588
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.162)	(4.301)	2.630	-
Receita Financeira	413	912	474	1.588
Valor Adicionado Total	(14.544)	(7.193)	(9.616)	(2.133)
Distribuição do Valor Adicionado	(14.544)	(7.193)	(9.616)	(2.133)
Pessoal	4.498	1.681	4.501	1.701
Impostos, taxas e contribuições	105	106	1.849	2.732
Aluguéis e Arrendamentos	422	178	1.288	1.045
Remuneração de Capital de Terceiros	29.084	9.789	32.093	10.912
Participação dos não controladores no Prejuízo Exercício	-	-	(694)	424
Prejuízo do Exercício	(48.653)	(18.947)	(48.653)	(18.947)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Mori Energia Holding S.A. (“Mori Energia” ou “Companhia”, e em conjunto com suas controladas e suas controladas em conjunto “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 30 de novembro de 2017 com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo à Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277, 3º andar, Conj. 301, Jardim Paulistano, que tem por objetivo a participação em caráter permanente ou temporário no capital e nos resultados na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, como controladora ou minoritária, de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, com o objetivo principal de desenvolver projetos de infraestrutura no setor de energia, nos termos da Lei nº 99.478/2007.

A Mori Energia é uma Companhia que detém participação por meio de suas controladas e controladas em conjunto de ativos de micro e minigeração de energia com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica.

A Companhia, por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, desenvolve projetos de implantação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs) no estado de Minas Gerais; cada UFV é uma controlada ou coligada direta ou indireta Mori Energia. Uma vez construída e estabelecida cada UFV, o Grupo atua na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs) de consumidores de energia, que por sua vez alugam do Grupo os ativos de geração implantados nas UFVs. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada visando se beneficiarem da geração energética correspondente. Desta forma, a receita das UFVs é proveniente dos aluguéis pagos pelos consórcios ou cooperativas. Apurado o resultado de cada UFV, estas transferem os recursos recebidos ao Grupo e suas sócias (quando existentes), na forma de dividendos.

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia era controlada em conjunto pela Ares 2 Participações S.A., sediada no Brasil e que detém 89,56% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais perfazendo 94,78% de participação no capital total e pela Mori Gestão de Ativos Holding S.A. que detém 10,44% das ações ordinárias da Companhia equivalentes a 5,22% de participação no capital total. Após evento subsequente mencionando na Nota 21, a Companhia passou a ser controlada pela Ares 2 Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo detém 34 empreendimentos sendo 18 em operação e os demais em fase de construção ou pré-operacionais com as seguintes características e capacidades de geração:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Controlada	Geração em (MW)	Localidade	Início/Previsão Operação	Status de Operação
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Janaúba - MG	16/02/2019	Total
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	07/12/2019	Total
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Manga - MG	05/01/2020	Total
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Lagoa Grande - MG	03/07/2020	Total
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Lontra - MG	08/12/2020	Total
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Porteirinha - MG	28/08/2020	Total
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Mirabela - MG	19/06/2020	Total
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	22/12/2020	Total
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Francisco Sá - MG	08/01/2021	Não Iniciada
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Januária - MG	15/08/2021	Não Iniciada
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Januária - MG	19/05/2021	Não Iniciada
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Mato Verde - MG	31/08/2020	Total
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Porteirinha - MG	13/11/2020	Total
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Bonfinópolis de Minas - MG	24/12/2020	Total
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Nanuque - MG	12/06/2021	Não Iniciada
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Brasilândia de Minas - MG	03/03/2021	Não Iniciada
UFV Mirabela 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Mirabela - MG	21/05/2020	Parcial
UFV Carmo do Paranaíba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Carmo do Paranaíba - MG	20/12/2021	Não Iniciada
UFV Corinto 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	10/06/2020	Parcial
UFV Paracatu 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Paracatu - MG	22/12/2020	Total
UFV Bocaiuva 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	19/03/2021	Não Iniciada
UFV Manga 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Manga - MG	16/07/2020	Total
UFV Pirapora 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	18/12/2020	Parcial
UFV Pirapora 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	05/03/2021	Não Iniciada
UFV Bocaiuva 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	05/12/2021	Não Iniciada
UFV Bocaiuva 4 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	15/08/2021	Não Iniciada
UFV Paracatu 6 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	09/02/2021	Não Iniciada
UFV Janauba 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Janauba - MG	24/03/2021	Não Iniciada
UFV Pirapora 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	05/03/2021	Não Iniciada
UFV Corinto 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	24/11/2020	Total
UFV Bocaiuva 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	05/12/2021	Não Iniciada
UFV Paracatu 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Paracatu - MG	05/03/2021	Não Iniciada
UFV Paracatu 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	19/03/2021	Não Iniciada
UFV Brasilândia 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Brasilândia - MG	30/10/2020	Total

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e mais 15 controladas, conforme demonstrado na Nota 2.1. Sendo os investimentos nas 10 controladas em conjunto, contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1.1 Declaração de conformidade

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, de suas controladas e controlada em conjunto, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 16 de julho de 2021.

1.2 Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e gerou impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

O Grupo não utilizou nenhum benefício fiscal em função da COVID-19, e não houve renegociação de prazos e valores com clientes e fornecedores. Com relação a alta do dólar, embora os painéis fotovoltaicos utilizados por suas controladas cujas usinas estão em fase de construção sejam importados, a maior parte dos pagamentos já havia sido realizada, por meio de adiantamentos a fornecedores, em período pré-pandemia, o que mitigou os efeitos de risco cambial e não gerou impactos significativos no Capex dos projetos.

Não houve impacto no cronograma dos projetos. Para cumprir os prazos de construção das Usinas o Grupo manteve reuniões semanais com os coordenadores das obras e equipes internas de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar os projetos.

O Grupo instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passamos a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe remotamente.

Além disso, o Grupo enviou por e-mail os protocolos de higienização e adotou álcool em gel em todos os ambientes, incluindo nos canteiros de obras, refeitórios, orientações para o uso de máscaras e

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

adotou a realização de testes recorrentes em seus funcionários para detectar possível contaminação pela COVID-19.

Assim, o Grupo não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto se indicado de outra forma foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas ao plano de negócios do Grupo e avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas e estão divulgadas na Nota 17.

As principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2020, apresentadas abaixo:

Controladas e Controladas em conjunto	% Participação em					
	2020			2019		
	Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Controladas em conjunto						
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
Controladas						
BD Participações e Administração Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Engenharia Solar Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Minasol Servs Des Técnicos	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Mori Minas Holding Importadora S/A	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	24,92%	75,08%	100,00%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Carmo do Paranaíba Geração Energia Eletr. Distrib. S/A	100,00%	-	100,00%	-	-	-
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	100,00%	-	100,00%
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	51,00%	-	51,00%
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	24,30%	75,70%	100,00%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	100,00%	-	100,00%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	100,00%	-	100,00%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	14,42%	85,58%	100,00%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	24,35%	75,65%	100,00%
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	17,73%	82,28%	100,00%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	13,57%	86,43%	100,00%

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

2.1.1. Alienação de investimentos

Durante o exercício de 2020, a Companhia vendeu uma parte de sua participação em algumas controladas, passando a ter controle compartilhado de algumas destas controladas, conforme acordo de acionistas celebrado em 2020 com a Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – CEMIG SIM, conforme demonstrado abaixo.:

Controlada em conjunto	Participação da Companhia	Participação da CEMIG
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%

Em decorrência destas operações, o Grupo deixou de consolidar, em suas demonstrações consolidadas, as demonstrações financeiras as investidas relacionadas no quadro acima, tendo reconhecido apenas, em sua demonstração consolidada do resultado, as operações destas investidas até a data em que detinha o controle das mesmas e, a partir desta data, passou a reconhecer apenas o resultado de sua participação pelo método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, identificada como “Controladora”, as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em decorrência das operações acima, o Grupo efetuou a baixa do acervo líquido representado pelos ativos e passivos abaixo relacionados:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	UFV Bonfinópolis	UFV Corinto	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra	UFV Manga	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha	UFV Porteirinha II	TOTAL
Caixas e Equivalentes de Caixa	9	724	206	3	137	7	7	6	11	1.110
Outros Ativos	346	519	919	318	530	394	172	547	212	3.957
Imobilizado	12.886	17.430	24.663	27.546	20.660	10.871	9.158	11.828	11.407	146.449
Ativo Direito de Uso	-	611	-	1.286	1.869	-	-	-	109	3.875
Outros Intangíveis	-	-	-	-	-	30	-	-	-	30
Total de Ativos	13.241	19.284	25.788	29.153	23.196	11.302	9.337	12.381	11.739	155.421
Fornecedores	64	26	18	29	-	15	6	19	19	196
Partes Relacionadas	196	-	58	177	-	218	81	196	158	1.084
Passivo de Arrendamento	-	1.396	-	2.900	4.262	-	-	-	-	8.558
AVP Passivo de Arrendamento	-	(773)	-	(1.650)	(2.434)	-	-	-	-	(4.857)
Outras Obrigações	369	253	96	245	223	169	102	134	10	1.601
Total de Passivos	629	902	172	1.701	2.051	402	189	349	187	6.582
Total do Acervo Líquido	12.612	18.382	25.616	27.452	21.145	10.900	9.148	12.032	11.552	148.839
Total da Participação Vendida										49%
Total da Baixa nas Participações em Controladas										72.931

A venda foi efetuada pelo valor total de R\$ 74.146 tendo gerado, portanto, um ganho na venda de participações societárias no montante de R\$ 1.215 reconhecida no resultado da Companhia, na rubrica de ganhos na venda de participações.

Do valor total da venda de R\$ 74.146, a Companhia ainda possui recebível registrado em seu ativo não circulante no valor de R\$ 6.750.

2.2. Combinação de Negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho decorrente de compra vantajosa na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

2.3. Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Controlada em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em suas controladas e controladas em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada ou controlada em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada ou controlada em conjunto a partir da data de aquisição. O ágio relativo às controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controladas ou controladas

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

em conjunto, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia, as controladas e controladas em conjunto, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida na controlada.

Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes nas demonstrações financeiras individuais. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada ou na controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento, assim é determinado a cada término do exercício social, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas ou controladas em conjunto sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas ou controladas em conjunto e o valor contábil e reconhece o montante dessa perda em “Participação em lucros de controlada ou controlada em conjunto” na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a controlada ou controlada em conjunto, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada ou controlada em conjunto, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.4. Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas quando as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes forem satisfeitas, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual tem direito.

Conforme detalhado na Nota 1, a receita consolidada advém da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.5. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.6. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, o Grupo faz as avaliações por meio de diversas técnicas e usam seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.7. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia e sua controlada BD Participações e Administração S.A. são tributadas pela sistemática do Lucro Real Anual enquanto, que as demais controladas e controladas em conjunto utilizaram o Lucro Presumido como sistema de tributação em 2020.

Conforme ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro (IFRIC23), a Companhia e suas controladas avaliaram o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens à serem destacados dentro de suas práticas.

Tributos sobre vendas

As receitas do Grupo estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65% para Companhia e para a controlada BD Participações e Administração S.A. e 0,65% para as demais controladas e controladas em conjunto;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6% para a Companhia e para a controlada BD Participações e Administração S.A. e 3,00% para as demais controladas e controladas em conjunto.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Eventuais saldos credores de tributos são utilizados para compensação com débitos próprios ou na hipótese de remanescerem por períodos em que não há possibilidade de compensação no curto prazo são passíveis de pedidos de ressarcimento.

2.8. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

2.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Ativos Intangíveis

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Referem-se, basicamente, aos pareceres de acesso ao sistema elétrico de micro e minigeração de energia elétrica fotovoltaica adquiridos em operação de combinação de negócios refletidas na Nota 4.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos Financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

- b) Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável (*impairment*). As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):

- a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao VJR.

No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem operações de mútuo com partes relacionadas e, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de debêntures (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, o Grupo considera:

- a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- d) Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. O Grupo não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- b) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.13. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de taxa de juros. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

2.14. Provisão para perda do valor recuperável

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. O Grupo não identificou perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. O Grupo não identificou perdas ao valor recuperável a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão, ou efetuada divulgação adicional.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.16. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos – vide Nota 3.1 c).

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.14 b).

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

2.17. Novos pronunciamentos técnicos, revisões normas e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020

O Grupo adotou, a partir de 1º janeiro de 2020, as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15(R1)/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26(R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16; e
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2) /Conceptual Framework)

2.18. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB–International Accounting Standards Board e não vigentes

Adicionalmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro (IFRS 4) para o CPC 50 Contrato de Seguro (IFRS 17);
- Alterações ao CPC 26 e IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao CPC 25 (IAS 37): Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato;

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

2.19. Apresentação de informações por segmento

A Companhia e suas controladas **tem em suas operações a finalidade na micro e minigeração de energia limpa e renovável** de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica. Desta forma, todas as informações das demonstrações financeiras foram divulgadas com a premissa de segmento único.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação da vida útil dos ativo imobilizado e do período de amortização do direito de uso, provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e valor justo de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. O Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) *Determinação a vida útil dos ativos imobilizados e do período de amortização do direito de uso*

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo do prazo estimado de 25 anos de concessão dos pareceres de acesso de micro e minigeração distribuídas de energia (4% a.a.) para todos os bens que compõe os ativos operacionais das controladas e controladas em conjunto, bem como de acordo com a vida útil estimada média dos demais ativos conforme a seguir representado:

- Máquinas e Equipamentos – 10 anos.
- Outros ativos imobilizados – 10 anos

O período de amortização do direito de uso é definido com base no prazo dos respectivos contratos de arrendamento.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

d) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

e) *Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

O Grupo reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Combinação de Negócios

a) **Aquisição da Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda, Energia Solar Ltda e Engenharia Solar Ltda**

Em 10 de junho de 2019, a Companhia adquiriu 100% de participação nas sociedades Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda, Energia Solar Ltda e Engenharia Solar Ltda, pelo montante de R\$ 2.500. Estas três investidas são proprietárias de direitos de uso de terrenos bem como de pareceres de acesso ao sistema elétrico equivalentes a 26,5 MW concedidos pela distribuidora Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Ambos os ativos são necessários para implantação de uma usina de micro e minigeração de energia fotovoltaica razão pela qual foram adquiridas pela Companhia.

A transferência de controle das adquiridas, foi efetivada em 17 de julho de 2019 para Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda e Engenharia Solar Ltda e em 22 de julho de 2019 para Energia Solar Ltda.

b) **Aquisição da BD Participações S.A.**

Em 8 de março de 2019, Mori Energia adquiriu 100% de participação na sociedade BD Participações S.A, pelo montante de R\$ 1.200. Esta investida é proprietária e locatária de diversos terrenos onde serão instaladas algumas das usinas fotovoltaicas detidas por Mori Energia.

A transferência de controle da empresa adquirida ocorreu na mesma data da operação de aquisição, ou seja, em 8 de março de 2019.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

As combinações de negócios acima foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 2.2.

A Companhia efetuou como consequência da aquisição destas combinações de negócios a alocação do preço de aquisição, identificando ativos intangíveis de vida útil definida assim registrados:

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	TOTAL
Ativo Intangível				
Pareceres de Acesso	699	416	1.333	2.448
Vida útil definida	25 anos	25 anos	25 anos	

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo na data da aquisição, que foram consolidados em 8 de março de 2019 no caso da BD Participações, em 17 de julho de 2019 nos casos de Minasol e Engenharia Solar e em 22 de julho no caso de Energia Solar.

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	BD Participações	TOTAL
Caixas e Equivalentes de Caixa	9	9	40	130	188
Outros Ativos	-	-	-	290	290
Imobilizado	-	-	-	2.465	2.465
Pareceres de Acesso	699	416	1.333	-	2.448
Total de Ativos	708	425	1.373	2.885	5.391
Fornecedores	-	-	5	883	888
Empréstimos	-	-	-	524	524
Outras Obrigações	-	-	-	-	-
Total de Passivos	-	-	5	1.407	1.412
Total de Ativos Líquidos	708	425	1.368	1.478	3.979

Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Companhia contratou avaliador independente que elaborou laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, sendo estes os valores divulgados acima, não foram identificados quaisquer fatos e circunstâncias que tenham afetado a mensuração dos valores inicialmente reconhecidos.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os ativos imobilizados das empresas foram avaliados de acordo com a metodologia ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas vigentes, e o valor justo do ativo imobilizado é de R\$ 2.465, não resultando em apuração de mais valia visto que os valores contábeis estão em linha com a avaliação realizada.

Também foi objeto de avaliação os ativos intangíveis relativos aos direitos de utilização de pareceres de acesso ao sistema elétrico concedidos pela concessionária CEMIG no valor total de R\$ 2.448, resultando em uma mais valia de mesmo valor visto não estarem anteriormente registrados nas empresas adquiridas.

A Companhia registrou o valor desta combinação de negócios baseada no valor justo do acervo líquido adquirido, e determinou o valor da compra vantajosa e ganhos (perdas) na aquisição de controle, da seguinte forma:

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	BD Participações
Data de aquisição	10/06/2019	10/06/2019	10/06/2019	08/03/2019
Preço Pago	708	425	1.368	1.200
Participação Adquirida	100%	100%	100%	100%
Valor Contábil	9	9	35	971
Valor Justo	708	425	1.368	1.478
Valor Justo da Parcela Adquirida	708	425	1.368	1.478
Contraprestação transferida pela aquisição	708	425	1.368	1.200
Compra Vantajosa	-	-	-	278

O valor da compra vantajosa acima identificado foi reconhecido na demonstração de resultado da Companhia na conta de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

O resultado obtido pela compra vantajosa decorre da diferença entre a contraprestação transferida na aquisição e o valor justo da parcela adquirida.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	-	1	62	62
Bancos	2	-	911	1.534
Aplicações financeiras	37.237	76.341	37.238	76.815
	37.239	76.342	38.211	78.411

Os saldos de caixa e bancos compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes de caixa estão representadas por recursos aplicados automaticamente quando existe saldo de recursos em conta corrente, foram contratadas em condições e taxas normais de mercado tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, 53,66% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (59,52% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

6. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentou, no individual e consolidado, a seguinte posição de investimento em controladas e controladas em conjunto:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Participação em controladas e controladas em conjunto	526.995	489.958	87.798	-
Ágio na aquisição de Participações	2.448	2.448	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	46.217	-	-	-
	575.660	492.406	87.798	-

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação dos investimentos da Companhia nos exercícios de 2020 e 2019 são assim demonstradas:

Controlada	Saldo em 31.12.2018	Aquisição	Constituição ou Aumento Capital	Equivalência Patrimonial	Ágio Transações de Capital	Saldo em 31.12.2019
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.413	-	-	712	-	10.125
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	18.985	(245)	-	18.755
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	21.221	(118)	-	21.117
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	5.676	(19)	-	5.672
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	7.806	(395)	-	7.411
Engenharia Solar Ltda	-	1.368	374	(425)	-	1.317
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	-	425	53	(58)	-	420
BD Participações e Administração Ltda	-	1.478	1.593	(1.120)	-	1.951
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.747	(13)	-	1.734
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	2.071	(15)	-	2.056
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	53	(15)	-	37
Mori Minas Holding Importadora S/A	-	-	88.534	(393)	-	88.141
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	903	(12)	-	892
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	35	(18)	-	17
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	63	(29)	-	34
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.326	(6)	-	1.320
Minasol Servs Des Técnicos	-	708	2	(1)	-	708
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.245	(6)	-	1.239
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	2.609	(15)	-	2.594
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	63	(0)	-	63
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	98	(0)	-	98
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	-	-	161.178	(710)	(17.721)	142.747
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	-	-	95.433	(370)	(10.489)	84.574
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	-	-	112.815	(1.028)	(12.401)	99.386
TOTAL	9.458	3.979	523.880	(4.301)	(40.610)	492.406

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Controlada/Controlada em conjunto	Saldo em 31.12.2019	Constituição ou Aumento (redução) de Capital	Venda ou Redução de Participação Nota Explicativa (2.1.1)	Equivalência Patrimonial	Recebimento de Dividendos	Ágio em Transações de Capital	Outros	Saldo em 31.12.2020
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2.594	10.587	(6.180)	(576)	-	-	(43)	6.382
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	18.755	(1.000)	(9.007)	1.866	(1.056)	-	-	9.558
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	10.125	-	-	1.610	(650)	-	(1)	11.084
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5.672	19.781	(12.552)	369	-	-	(58)	13.212
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	7.411	21.204	(13.452)	(1.208)	-	-	-	13.955
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	21.117	-	(10.361)	1.444	(1.184)	-	-	11.016
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.320	9.703	(5.341)	50	-	-	(37)	5.695
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2.056	7.249	(4.482)	(40)	-	-	(49)	4.734
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.734	10.601	(5.895)	(194)	-	-	(58)	6.188
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.239	10.456	(5.661)	(21)	-	-	(39)	5.974
Movimentação investimento em controladas em conjunto (Consolidado)	72.023	88.581	(72.931)	3.300	(2.890)	-	(285)	87.798
BD Participações e Administração Ltda	1.951	-	-	(2.432)	-	-	-	(481)
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	420	26	-	(173)	-	-	-	273
Engenharia Solar Ltda	1.317	149	-	(1.119)	-	-	-	347
Minasol Servs Des Técnicos	708	7	-	(14)	-	-	-	701
Mori Minas Holding Importadora S/A	88.141	(67.822)	-	(360)	-	-	-	19.959
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	142.747	1.387	-	(1.306)	-	(152)	-	142.676
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	84.574	28.592	-	(2.018)	-	(3.145)	-	108.003
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	99.386	18.807	-	(2.294)	-	(2.069)	1	113.831
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	98	21.416	-	86	-	-	-	21.600
UFV Carmo do Paranaíba Geração de Energia Eletr. Distr. S/A	-	151	-	(19)	-	-	-	132
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	892	21.667	-	(233)	-	-	-	22.326
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	34	907	-	(222)	-	-	-	719
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	17	44	-	(109)	-	-	-	(48)
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	63	479	-	(69)	-	-	-	473
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	37	11.277	-	(180)	-	-	-	11.134
Movimentação investimento em controladas	420.385	37.087	-	(10.462)	-	(5.366)	1	441.645
Movimentação investimento em controladas e controladas em conjunto (Controladora)	492.408	125.668	(72.931)	(7.162)	(2.890)	(5.366)	(284)	529.443

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos--Continuação

As controladas e controladas em conjunto apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2020:

Controlada e Controlada em conjunto	Total dos	Total do	Resultado	Nº Total	Ações/Quotas	Participação Societária %			Participação
	Ativos	Patr. Líquido	Exercício	Ações/Quotas	Controladora	Direta	Indireta	Total	no PL
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	13.328	12.514	(624)	13.197.187	6.730.565	51,00%	-	51,00%	6.382
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	20.022	18.741	2.042	18.000.000	9.180.000	51,00%	-	51,00%	9.558
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	22.340	21.734	3.156	18.509.900	9.440.049	51,00%	-	51,00%	11.084
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	26.229	25.905	510	25.471.844	12.990.640	51,00%	-	51,00%	13.212
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	29.147	27.362	(1.253)	29.010.219	14.795.212	51,00%	-	51,00%	13.955
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	23.664	21.600	1.667	21.235.933	10.830.326	51,00%	-	51,00%	11.016
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	11.714	11.167	182	11.030.391	5.625.499	51,00%	-	51,00%	5.695
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.501	9.282	26	9.320.875	4.753.646	51,00%	-	51,00%	4.734
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	12.622	12.133	(143)	12.348.392	6.297.680	51,00%	-	51,00%	6.188
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	12.149	11.714	59	11.702.733	5.968.394	51,00%	-	51,00%	5.974
Total da Participação em Controladas em conjunto									87.798
BD Participações e Administração Ltda	26.601	(481)	(2.642)	2.956.688	2.956.688	100,00%	-	100,00%	(481)
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	428	(143)	(172)	88.865	88.865	100,00%	-	100,00%	(143)
Engenharia Solar Ltda	4.105	(985)	(1.119)	543.722	543.722	100,00%	-	100,00%	(985)
Minasol Servs Des Técnicos	10	3	(13)	18.265	18.265	100,00%	-	100,00%	3
Mori Minas Holding Importadora S/A	39.409	19.959	(361)	20.712.262	20.712.262	100,00%	-	100,00%	19.959
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	166.084	160.309	(1.468)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%	142.675
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	123.253	121.352	(2.267)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%	108.003
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	132.127	127.900	(2.577)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%	113.831
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	25.725	21.600	86	21.515.464	21.515.464	100,00%	-	100,00%	21.600
UFV Carmo do Paranaíba Geração Energia Eletr. Distrib. S/A	1.016	132	(19)	151.333	151.332	99,99%	0,01%	100,00%	132
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	23.256	22.326	(233)	22.570.121	22.570.121	100,00%	-	100,00%	22.326
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	16.117	719	(222)	970.088	970.087	99,99%	0,01%	100,00%	719
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	709	(49)	(109)	78.859	78.858	99,99%	0,01%	100,00%	(49)
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.625	473	(69)	541.778	541.777	99,99%	0,01%	100,00%	473
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	13.141	11.134	(180)	11.329.857	11.329.857	100,00%	-	100,00%	11.134
Total da Participação em Controladas									439.197
Valor total das Participações em Controladas e Controladas em Conjunto									526.995
Ágio na aquisição de Participações									2.448
Valor Total das Participações em Controladas e Controladas em conjunto									529.443
Adiantamento para futuro aumento de capital									46.217
Total de investimentos e adiantamento para futuro aumento de capital									575.660

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia realizou aportes ainda não capitalizados em suas controladas abaixo relacionadas que foram contabilizados no exercício de 2020 como adiantamento para futuro aumento de capital.

Controladas	2020
Engenharia Solar Ltda	436
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	136
Minasol Servs Des Técnicos	7
BD Participações e Administração Ltda	1.165
Mori Minas Holding Importadora S/A	19.263
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	1.161
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	871
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	968
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	14.936
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	487
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	883
UFV Carmo do Paranaíba Geração Energia Eletr. Distrib. S/A	526
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.878
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2.810
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	690
TOTAL	46.217

7. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado consolidado está demonstrada na tabela abaixo:

		Consolidado			
		2020			2019
	Taxa Média depreciação a.a	Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10%	178	(21)	157	143
Máquinas e equipamentos	4%	199.333	(1.899)	197.434	18.265
Equipamentos de informática	20%	266	(61)	205	179
Instalações	10%	-	-	-	-
Terrenos		2.889	-	2.889	2.889
Imobilizado em Construção		326.767	-	326.767	549.519
Total do imobilizado		529.433	(1.981)	527.452	570.995

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

Nota	Consolidado					Total
	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Máquinas Eqpitos	Terrenos	Imobilizado em Construção	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	13.988	13.988
Adições	147	192	18.916	424	535.531	555.210
Ativos adquiridos em combinação de negócios	4	-	-	2.465	-	2.465
Depreciação	(4)	(13)	(651)	-	-	(668)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	143	179	18.265	2.889	549.519	570.995
Adições	31	74	15.183	-	90.993	106.281
Transferências	-	-	313.745	-	(313.745)	-
Venda de participação de investimentos	2.1.1	-	(146.449)	-	-	(146.449)
Depreciação	(17)	(48)	(3.310)	-	-	(3.375)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	157	205	197.434	2.889	326.767	527.452

Os bens relativos a imobilizado em construção se referem aos projetos de implantação de usinas de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme relatado na Nota 1 com detalhamento dos projetos, localização, capacidade de geração e prazo previsto de conclusão de cada obra.

Os bens relativos ao imobilizado encontram-se livres de quaisquer ônus ou garantias em obrigações assumidas pelo Grupo.

O Grupo não identificou qualquer indicativo de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2020 razão pela qual nenhuma provisão para perda foi reconhecida.

8. Direito de Uso

Os valores relativos a direito de uso advêm principalmente dos contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme detalhado na Nota 2.16.

Trata-se de 34 contratos celebrados por um período de 25 anos com vigência entre 2019 e 2044.

Também estão registrados como direito de uso valores pagos sobre contratos de servidão de passagem a proprietários de imóveis localizados entre a UFV e o acesso a rede elétrica.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do direito de uso dos ativos, apresentam a seguinte composição:

	Nota	Direito de Uso
Saldos em 31 de dezembro de 2018		-
Adições		36.594
Amortização		(432)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		36.162
Adições		6.605
Baixas		(8.806)
Venda de participação de investimentos	2.1.1	(3.875)
Amortização		(1.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		28.740

Abaixo o detalhamento do reconhecimento do direito de uso consolidado por controlada:

	Consolidado	
	2020	2019
Engenharia Solar	3.140	2.754
Energia Solar	417	435
BD Participações	23.320	27.036
Januária I	-	1.118
Januária II	-	672
Janaúba	-	424
Lontra	-	1.259
Manga	-	1.838
Corinto	-	626
Mori Minas Newco I	460	-
Mori Minas Newco II	640	-
Mori Minas Newco III	453	-
Paracatu	260	-
Nanuque	50	-
	28.740	36.162

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto apuraram despesa de R\$ 1.288 (R\$ 1.045 em 2019) referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores administrativos	428	388	472	388
Fornecedores de Obras e O&M	-	-	2.520	31.268
	<u>428</u>	<u>388</u>	<u>2.992</u>	<u>31.656</u>

Os saldos de fornecedores se referem principalmente aos projetos de construção e manutenção dos parques de micro e minigeração de energia fotovoltaica.

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

10. Debêntures

A Companhia realizou uma emissão privada de debêntures, em 19 de novembro de 2019, onde foram emitidas 300.000.000 (trezentas milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) perfazendo o montante de R\$ 300.000, realizada em série única. As debêntures terão prazo de vencimento em 12 de novembro de 2029, sendo amortizadas em 10 parcelas anuais com taxas de juros pré-fixada de 8,62% a.a., e estão assim apresentadas:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Debêntures não Conversíveis	285.536	303.345
(-) Custo Negociação de Debêntures a Apropriar	(4.454)	(4.954)
Total Debêntures	<u>281.082</u>	<u>298.391</u>
Circulante	32.406	14.429
Não Circulante	248.676	283.962

Os custos de captação das debêntures foram contabilizados em conta redutora da obrigação principal de curto e longo prazos e serão amortizados ao resultado de acordo com o prazo de duração do contrato até o seu vencimento em 12 de novembro de 2029.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação das debêntures não conversíveis é assim apresentada:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Captação de Debentures	300.908
Custos de Captação de Debentures	(4.996)
Juros Incorridos	2.437
Apropriação de Custos de Capitação	42
Saldos em 31 de dezembro de 2019	298.391
Juros Incorridos	12.214
Apropriação de Custos de Capitação	500
Amortização de Principal	(15.790)
Pagamento de Juros	(14.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	281.082

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar das debentures em 31 de dezembro de 2020 conforme cronograma de amortização definido em contrato:

	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	TOTAL
Vencimento Debentures	32.406	31.080	31.080	31.080	31.080	124.356	281.082

A Companhia realizou a contratação de instrumento financeiro derivativo SWAP junto ao Banco Bradesco BBI S/A para minimizar a exposição do endividamento à oscilação da taxa do CDI, fixando a taxa de longo prazo (10 anos) para a referida operação, nos seguintes termos e condições:

Indexador Ativo do Banco / Passivo do Cliente	Indexador Ativo do Cliente / Passivo do Banco
Taxa Pré-Fixada de 8,62% a.a (taxa exponencial)	100% do CDI + 1,58% a.a

As operações com instrumentos financeiros derivativos foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 2.11.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação das operações com instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019 está assim demonstrada:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.009
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.009
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.286
Liquidação intermediária	(11.117)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.178

As debêntures contaram com a formalização de garantias reais e fiança abaixo descritas:

a) Garantias Reais

a.1. cessão fiduciária, pela emissora (MORI) e pelo FIP Ares de:

- i. todos os valores pagos a título de lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus, redução de capital, mútuos com controladas e quaisquer outros que possam ser creditados, pagos, distribuídos ou declarados à Emissora.
- ii. da totalidade dos direitos creditórios decorrentes de contratos de mútuo da Emissora com suas sociedades controladas e/ou controladas em conjunto, atuais e futuros;
- iii. da eventual variação positiva de Contratos de Swap com todos os direitos e créditos, atuais e futuros, da Emissora.
- iv. da totalidade dos direitos creditórios decorrentes (a) da conta vinculada de titularidade do FIP Ares; e (b) da conta pagamento e reserva de titularidade da Emissora,

a.2. alienação fiduciária da totalidade das ações detidas por FIP Ares, bem como quaisquer outras ações ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, representativas do capital social da Ares.

a.3. alienação fiduciária da totalidade das ações detidas por Ares, bem como quaisquer outras ações ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, representativas do capital social da Emissora.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

- a.4. alienação fiduciária, pela Emissora (MORI), da totalidade das ações atual e futuramente por ela detidas, de emissão da BD Participações ("Alienação Fiduciária das Ações da BD Participações");
- a.5. As Garantias Reais foram outorgadas em benefício conjunto do Agente de Swap, no âmbito do Instrumento Particular de Contratação de Derivativos e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

b) Fiança

As empresas Perfin Ares 2 FIP e BD Participações e Administração S.A., prestaram fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, aceitando todos os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, e obrigando-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos na Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

A Mori Energia, emissora das debêntures, tem a obrigação de atingir níveis mínimos (1,30) do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), calculado anualmente a partir das demonstrações financeiras do exercício que terminará em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, ainda não exigido em 31 de dezembro de 2020.

11. Partes Relacionadas

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2020, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de contratos de mútuos, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes e estão assim resumidos:

Saldos com partes relacionadas (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bruno Shiraga	4	3.004	4	3.004
UFV Corinto	-	1.005	-	-
BD Participações	18	-	-	-
Hikari Participações	-	-	524	524
Total de Empréstimos e Financiamentos CP	22	4.009	528	3.528

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Saldos com partes relacionadas (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
GD Energy LLC	505	505	505	505
UFV Corinto GED S/A	-	-	577	-
UFV Janaúba GED S/A	-	-	395	-
UFV Manga GED S/A	-	-	1.722	-
UFV Lontra GED S/A	-	-	1.180	-
Outros	-	-	135	-
Total de Saldo com Partes Relacionadas LP	505	505	4.514	505

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar às partes relacionados bem como as taxas de juros definidas em cada contrato:

	Taxa de Juros	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Bruno Shiraga	100% CDI	4	-	-	4
UFV Corinto	100% CDI	-	-	-	-
GD Energy LLC	1,86% a.a	-	-	505	505
BD Participações	100% CDI	18	-	-	18
Hikari Participações	0,50% a.m	-	524	-	524

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2019, os membros do Conselho de Administração não são remunerados. A remuneração global da diretoria estatutária da Companhia é de até R\$ 130, conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2019. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as despesas com remuneração dos membros da diretoria totalizaram R\$ 84 e R\$ 63, respectivamente.

12. Passivos de Arrendamento

Os passivos de arrendamento foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 2.16, com taxa de juros que reflete o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas e controladas em conjunto de dívida com características similares a aquelas determinadas pelos contratos de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico, assim, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto aplicaram a taxa de 8,62% a.a. para todos os arrendamentos.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Segue abaixo a movimentação dos passivos de arrendamento:

	Nota	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente	Valor Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		-	-	-
Adições		88.676	(52.270)	36.406
Pagamentos		(382)	-	(382)
Juros Incorridos		-	733	733
Saldos em 31 de dezembro de 2019		88.294	(51.537)	36.757
Adições		1.695	(1.305)	390
Baixas		(11.791)	7.646	(4.145)
Venda de participação de investimentos	2.1.1	(8.558)	4.857	(3.701)
Pagamentos		(2.892)	-	(2.892)
Juros Incorridos		-	2.509	2.509
Saldos em 31 de dezembro de 2020		66.748	(37.830)	28.918

Abaixo o detalhamento das obrigações assumidas no consolidado por controlada:

	Passivo de Arrendamento		
	Circulante	Não Circulante	Total
Engenharia Solar	-	3.345	3.345
Energia Solar	5	427	432
BD Participações	358	24.783	25.141
Total de Passivo de Arrendamento	363	28.555	28.918

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos passivos de arrendamento de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	TOTAL
Vencimento de Passivo de Arrendamento	846	772	712	656	601	25.331	28.918

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 439.106, representado por 127.201.224 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e por 127.201.224 ações preferenciais nominativas sem valor nominal.

A composição do Capital Social da Companhia por acionista é assim demonstrada:

	Participação Societária	
	2020	2019
Ares 2 Participações S/A	423.960	308.662
Mori Gestão de Ativos Holding S/A	15.146	9.669
	439.106	318.331

A movimentação do capital social ocorrida em 2020 e 2019 é assim demonstrada:

	Capital Social
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100
Aumento de Capital (novos aportes)	315.101
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	3.130
Saldos em 31 de dezembro de 2019	318.331
Aumento de Capital (novos aportes)	120.775
Saldos em 31 de dezembro de 2020	439.106

A participação em número de ações é assim composta:

Acionista	Número de Ações				
	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total
Mori Gestão de Ativos Holding S/A	13.279.797	10,44%	-	0,00%	13.279.797
Ares 2 Participações S/A	113.921.427	89,56%	127.201.224	100,00%	241.122.651
Total	127.201.224	100,00%	127.201.224	100,00%	254.402.448

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ágio nas transações de capital

O acordo de investimento firmado entre a Companhia e os acionistas minoritários das controladas Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A. prevê que a Companhia pagará um ágio na integralização de capital social nestas controladas, com o objetivo de não alterar a participação societária nestas controladas. Durante o exercício corrente, a Companhia efetuou a integralização de capital nas controladoras Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A., nos montantes de R\$ 1.387, R\$ 28.592 e R\$ 18.807, respectivamente, gerando ágio nas transações de capital, nos montantes de R\$ 152, R\$ 3.145 e R\$ 2.069, respectivamente.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício corrente, a Companhia recebeu de sua acionista Ares 2 Participações S.A. o montante de R\$ 3.500 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Este valor já convertido em aumento de capital social da Companhia durante o primeiro semestre de 2021, conforme divulgado na Nota 20.

d) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) – Resultado por ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada das ações emitidas.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeira que possa ter efeito dilutivo.

	Controladora	
	2020	2019
Numerador		
Prejuízo do Exercício	(49.347)	(18.523)
Denominador		
Número de ações - milhares	254.402	185.217
Resultado básico e diluído por ação em R\$	(0,19)	(0,10)

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Receita operacional líquida

O valor da receita operacional líquida “Consolidada” é resultado dos contratos de aluguéis das unidades fotovoltaicas para os consórcios conforme Nota 2.4 e está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	2020	2019
Receita Bruta com arrendamentos e aluguéis	10.368	2.732
(-) Tributos sobre vendas	(315)	(100)
	10.053	2.632

15. Custos e despesas gerais e administrativas

As informações sobre os custos bem como as despesas gerais e administrativas, para a controladora e consolidado, por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão apresentadas a seguir:

Despesas	Controladora					
	2020			2019		
	Gerais e Administrativas	Outras Receitas (despesas) operacionais	Total	Gerais e Administrativas	Outras Receitas (despesas) operacionais	Total
Despesas com Pessoal	(4.498)	-	(4.498)	(1.681)	-	1.681
Materiais de uso e Consumo	(68)	-	(68)	(27)	-	27
Aluguéis e arrendamentos	(422)	-	(422)	(178)	-	178
Energia e outras contas de consumo	(114)	-	(114)	(24)	-	24
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	(5.611)	-	(5.611)	(2.702)	-	2.702
Viagens e Estadias	(508)	-	(508)	(357)	-	357
Impostos e Taxas	(105)	-	(105)	(106)	-	106
Depreciação	(84)	-	(84)	(17)	-	17
Despesas com Informática	(1.353)	-	(1.353)	(403)	-	403
Outras Receitas e Despesas	(1.037)	2	(1.035)	(525)	251	274
Despesas não Dedutíveis	-	(237)	(237)	-	-	-
Ganho de Capital Venda Participações	-	1.215	1.215	-	-	-
TOTAL	(13.800)	980	(12.820)	(6.020)	251	(5.769)

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Despesas	Consolidado							
	2020				2019			
	Custo Serviços Prestados	Gerais e Administrativas	Outras Receitas (despesas) operacionais	Total	Custo Serviços Prestados	Gerais e Administrativas	Outras Receitas (despesas) operacionais	Total
Despesas com Pessoal	-	(4.501)	-	(4.501)	-	(1.701)	-	(1.701)
Materiais de uso e Consumo	(7)	(80)	-	(87)	(1)	(67)	-	(68)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.288)	-	(1.288)	-	(1.045)	-	(1.045)
Energia e outras contas de consumo	(2.001)	(5.153)	-	(7.154)	-	(24)	-	(24)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-	(7.509)	-	(7.509)	(176)	(3.546)	-	(3.722)
Viagens e Estadias	(13)	(572)	-	(585)	-	(375)	-	(375)
Impostos e Taxas	-	(951)	-	(951)	(33)	(2.259)	-	(2.292)
Depreciação	-	(4.721)	-	(4.721)	(677)	(423)	-	(1.100)
Despesas com Informática	-	(1.370)	-	(1.370)	-	(403)	-	(403)
Outras Receitas e Despesas	(52)	(2.273)	2	(2.323)	(25)	(877)	-	(902)
Despesas não Dedutíveis	-	-	(239)	(239)	-	-	(274)	(274)
Ganho de Capital Venda Participações	-	-	1.215	1.215	-	-	-	-
TOTAL	(2.073)	(28.418)	978	(29.513)	(912)	(10.720)	(274)	(11.906)

16. Resultado financeiro

O resultado financeiro, para a controladora e consolidado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	411	852	413	1.516
Outras receitas financeiras	2	60	61	72
Total receitas financeiras	413	912	474	1.588
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(58)	(73)	(533)	(79)
Custo Captação Debentures	(500)	(42)	(500)	(42)
Juros Debentures	(12.214)	(2.437)	(12.214)	(2.437)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(2.509)	(733)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(16.286)	(7.009)	(16.286)	(7.009)
IOF	(16)	(221)	(18)	(233)
Outras despesas financeiras	(10)	(7)	(33)	(379)
Total despesas financeiras	(29.084)	(9.789)	(32.093)	(10.912)
Resultado financeiro líquido	(28.671)	(8.877)	(31.619)	(9.324)

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	2020		2019		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa	62	62	62	62	-	Custo Amortizado
Equivalentes de Caixa	38.149	38.149	78.349	78.349	Nível I	Valor justo por meio de resultado
	38.211	38.211	78.411	78.411		
Passivo						
Fornecedores	2.992	2.992	31.656	31.656	-	Custo Amortizado
Debentures	281.082	281.082	298.391	298.391	-	Custo Amortizado
Partes Relacionadas	5.042	5.042	4.033	4.033	-	Custo Amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	12.178	12.178	7.009	7.009	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	301.294	301.294	341.089	341.089		

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As metodologias utilizadas pelo Grupo para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

Dívida por captação de debêntures junto ao Bradesco S/A: Como esse contrato é de longo prazo, portanto, não está contemplado no escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que essas debêntures já estão sujeitas, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado ativo, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou o Grupo a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para essas debêntures e encargos de dívidas.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo saldos circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiro

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2020	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras				2,3600%	1,1800%	1,7700%	2,9500%	3,5400%
Aplicações financeiras - Mori Holding S/A	CDI	100,0%	37.237	879	439	659	1.098	1.318
Total			37.237	879	439	659	1.098	1.318

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais o Grupo estava exposto na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia foi utilizado o CDI obtido do relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Empréstimos, financiamentos - Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 31.12.2020	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimo e financiamentos				3,8757%	3,0679%	3,4718%	4,2796%	4,6836%
Debentures Bradesco	CDI	2,2600%	281.082	10.894	8.623	9.759	12.029	13.165
Total			281.082	10.894	8.623	9.759	12.029	13.165

Gestão de capital

O Grupo realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

O Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures, e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo inclui dentro da estrutura de dívida líquida as debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 2020, a Companhia reduziu o seu nível de endividamento de 42,83% para 39,32% do Capital Total em decorrência de alguns fatores dentre os quais podemos citar os aportes de capital realizados pelos acionistas da Companhia, a liquidação de parte das debêntures conforme previsão contratual e a conclusão de alguns projetos de construção das usinas de micro e minigeração de energia fotovoltaica o que diminuiu a necessidade de novos aportes por parte da *holding*. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2020	2019
Total dos Empréstimos e Financiamentos	281.082	309.433
(-) Caixas e Equivalentes de Caixa	(38.211)	(78.411)
(=) Dívida Líquida	242.871	231.022
Total do Patrimônio Líquido	374.752	308.328
Valor do Capital Total	617.623	539.350
Índice de Alavancagem Financeira	39,32%	42,83%

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance da Perfin. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

Os principais riscos identificados estão apresentados abaixo:

(i) Riscos operacionais

O risco operacional está relacionado com a interrupção parcial ou total da geração de energia elétrica prevista para o parque de geração fotovoltaica (UFVs).

(ii) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não cumprirem suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Diretoria Financeira; os principais passivos financeiros estão relacionados às debêntures emitidas em novembro de 2019, sendo seu vencimento contratual demonstrado na Nota 13.

(iv) Riscos de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Diversas controladas e controladas em conjunto nas quais a Companhia detém participação possuem novas unidades geradoras de energia fotovoltaica em fase de construção; são riscos inerentes às atividades de construção / implantação eventuais atrasos na execução das obras, com impactos nos custos previstos e/ou penalidades contratuais. O monitoramento destes riscos é gestão das Diretorias de (i) Engenharia e (ii) Operações, esta última englobando a Diretoria Jurídica.

(v) Risco Regulatório

O Grupo está sujeito a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Mori são monitoradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

(vi) Risco de Juros

O Grupo monitora o cenário de juros vigente na administração dos recursos sob gestão (Tesouraria); a operação de *swap* realizada na emissão das debêntures em novembro de 2019 descrita na Nota 10 mitigou a exposição do endividamento da Companhia à oscilação do CDI, fixando a taxa de longo prazo (10 anos) para a referida operação.

18. Cobertura de Seguros

O Grupo contrata seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura está assim demonstrada:

Dados da Companhia e Controladas e Controladas em conjunto:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Cobertura	Vigência	Importância Segurada
Seguro Fiança Locatícia de Sala Comercial de São Paulo e Belo Horizonte - Alfa Seguradora apólice 01.0118.000182434	27/01/2021 a 27/01/2022	R\$ 3.200k (SP) e R\$ 800k (BH)
Seguro de risco de engenharia e responsabilidade civil contratados pelas sociedades investidas com cobertura básica (obras civil em construção e montagem), despesas extraordinárias, tumultos, greves e lockout, manutenção ampla (até 12 meses), despesas com desentulho, equipamentos móveis e estacionários, obras aceitas ou colocadas em operação, danos de erro de projeto e riscos do fabricante, honorários de perito, afretamento de aeronave, responsabilidade civil geral/cruzada, danos morais, despesas de salvamento, obras temporárias, responsabilidade civil do empregador	Durante o período de execução de cada usina	Valor do Capex de cada usina
Seguro de Risco Operacional com cobertura de danos materiais e lucros bruto	De 12 meses a partir da emissão do CAP da Usina	Valor do CAPEX para os danos materiais e R\$ 1.574.750,9 por MW (potência) para lucros cessantes (bruto).
Seguro de transporte marítimo internacional com cobertura FPA e All Risks; cobertura adicional de frete e seguro; de classificação de navios em viagens internacionais; de transbordo; de riscos de greves; risco de guerra; prorrogação de prazo de duração do risco; embarques efetuados em convés; aparelhos, máquinas e equipamentos.	Durante o transporte marítimo até a saída os equipamentos importados do porto (Brasil).	Valor da importação
Garantia Fiel Comprimento dos Contrato de Empreitada – Carta Fiança ou Seguro Garantia no valor mínimo de 10% do valor do contrato	Durante o período de execução de cada Usina até 24 meses após a emissão do CAP e com emissão do CAF	Valor mínimo de 10% do valor do contrato

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Compromissos Assumidos

As controladas Mori Minas Newco I, Mori Minas Newco II, Mori Minas Newco III, UFV Brasilândia e as investidas UFV Corinto, UFV Janaúba, UFV Lagoa Grande, UFV Lontra, UFV Manga, UFV Mirabela, UFV Porteirinha e UFV Porteirinha II firmaram compromissos de venda de energia nos termos e condições destacados abaixo:

SPE	UF	Gestor	Capacidade Alocada (MWh)	Deságio Contratado	Preço Estimado (R\$/MWh)	Receita Mensal Esperada (R\$)
MORI MINAS NEWCO I	MG	CMU ENERGIA	3.258,801	24,00%	652,81	2.127.362,97
MORI MINAS NEWCO I	MG	LEMON ENERGIA	700,166	24,30%	649,71	454.906,81
MORI MINAS NEWCO II	MG	CMU ENERGIA	476,666	24,00%	632,89	301.677,14
MORI MINAS NEWCO III	MG	CMU ENERGIA	456,834	24,00%	656,19	299.770,63
MORI MINAS NEWCO III	MG	METHA COOP	685,251	25,00%	689,86	472.730,68
UFV BONFINÓPOLIS	MG	CEMIG SIM	498,418	20,00%	666,20	332.046,07
UFV BRASILÂNDIA	MG	CEMIG SIM	1.028,665	20,00%	666,20	685.296,62
UFV CORINTO	MG	CEMIG SIM	773,085	20,00%	666,20	515.029,23
UFV JANAÚBA	MG	CEMIG SIM	760,750	20,00%	666,20	506.811,65
UFV LAGOA GRANDE	MG	CEMIG SIM	1.020,750	20,00%	666,20	680.023,65
UFV LONTRA	MG	CEMIG SIM	1.045,915	20,00%	666,20	696.788,57
UFV MANGA	MG	CEMIG SIM	942,665	20,00%	666,20	628.003,42
UFV MATO VERDE	MG	CEMIG SIM	482,168	20,00%	666,20	321.220,32
UFV MIRABELA	MG	CEMIG SIM	379,584	20,00%	666,20	252.878,86
UFV PORTEIRINHA	MG	CEMIG SIM	483,083	20,00%	666,20	321.829,89
UFV PORTERITINHA II	MG	CEMIG SIM	474,750	20,00%	666,20	316.278,45

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Eventos subsequentes

Antecipação de amortização de debêntures

A Companhia recebeu em 10 de maio de 2021, à título de adiantamento para futuro aumento de capital, recursos de seus acionistas controladores no montante total de R\$ 291.727 para a quitação, na mesma data, da sua posição de endividamento de debêntures junto ao Banco Bradesco S/A.

Alteração de controle acionário

Em 4 de maio de 2021, a acionista Ares 2 Participações S.A. celebrou um Acordo de Investimento com a Mori Gestão de Ativos Holding Ltda, tendo adquirido 5,22% do capital total da Mori Energia Holding S.A., ou seja, a totalidade da participação dos acionistas minoritários na Companhia. Após a celebração deste Acordo, a Ares 2 passou a ter o controle de 100% das ações da Mori Energia.

Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital

Em 20 de maio de 2021, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo a Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de maio de 2021 onde a Companhia aprovou a integralização de saldo adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$3.500.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Mori Energia Holding S/A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente



Mori Energia Holding S/A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mori Energia Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mori Energia Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Crêterios de capitalização de gastos como ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 7, a Companhia e suas controladas possuem saldo de imobilizado, nos montantes de R\$ 335 mil e R\$ 570.995 mil na controlada e consolidado, respectivamente. O negócio em que a Companhia e suas controladas estão inseridas requer que a Companhia efetue investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação a determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos. Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, entendimento do processo e dos controles relacionados ao processo de avaliação dos critérios de capitalização dos bens que compõem o ativo imobilizado, teste documental, em bases amostrais, dos bens adquiridos durante o exercício de 2019 de forma a verificar com base na documentação que suporta tais aquisições, as evidências do momento da capitalização e da natureza dos gastos adicionados ao imobilizado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 7.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos no ativo imobilizado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de outubro de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Mori Energia Holding S/A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	76.342	188	78.411	4.367
Tributos a recuperar		165	12	194	19
Adiantamentos diversos		274	-	274	290
Outros ativos		57	-	264	22
Total do ativo circulante		76.838	200	79.143	4.698
Não circulante					
Outros ativos		421	-	431	-
Investimentos	6	492.406	9.458	-	-
Imobilizado	7	335	-	570.995	13.988
Intangível		1	-	2.449	-
Direito de Uso	8	-	-	36.162	-
Total do ativo não circulante		493.163	9.458	610.037	13.988
Total do ativo		570.001	9.658	689.180	18.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	388	-	31.656	-
Debentures	10	14.429	-	14.429	-
Obrigações trabalhistas		245	-	274	2
Tributos a recolher		239	-	1.856	6
Partes relacionadas	11	4.009	-	3.528	-
Arrendamentos	12	-	-	42	-
Outros passivos		797	38	876	10
Total do passivo circulante		20.107	38	52.661	18
Não circulante					
Partes relacionadas	11	505	6.944	505	6.944
Debentures	10	283.962	-	283.962	-
Arrendamentos	12	-	-	36.715	-
Instrumentos financeiros derivativos		7.009	-	7.009	-
Outros passivos		198	-	-	-
Total do passivo não circulante		291.674	6.944	328.191	6.944
Patrimônio líquido					
Capital social	13	318.331	100	318.331	100
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.130	-	3.130
Ágio em transações de capital		(40.610)	-	(40.610)	-
Prejuízos acumulados		(19.501)	(554)	(19.501)	(554)
Participação de não controladores		258.220	2.676	258.220	2.676
Total do patrimônio líquido		570.001	9.658	689.180	18.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Receita líquida de vendas	14	-	-	2.632	-
Custos dos serviços prestados	15	-	-	(912)	-
Lucro bruto		-	-	1.720	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	15	(6.020)	(73)	(10.720)	(137)
Equivalência patrimonial	6	(4.301)	(27)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		251	-	274	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(10.070)	(100)	(8.726)	(137)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	912	69	1.588	213
Despesas financeiras	16	(9.789)	(507)	(10.912)	(602)
		(8.877)	(438)	(9.324)	(389)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.947)	(538)	(18.050)	(526)
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	(16)	(473)	(54)
Prejuízo do exercício		(18.947)	(554)	(18.523)	(580)
Prejuízo do exercício atribuível à:					
Participação de controladores				(18.947)	(554)
Participação de não controladores				424	(26)
Resultado por ação em R\$				(0,10)	(5,80)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Prejuízo do exercício		(18.947)	(554)	(18.523)	(580)
Total do resultado abrangente do exercício		(18.947)	(554)	(18.523)	(580)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível à:					
Participação de controladores				(18.947)	(554)
Participação de não controladores				424	(26)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	Controladora					
		Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio nas transações de capital	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		100	-	-	-	100	-
Integralização do capital social		-	-	-	-	-	9.074
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	3.130	-	-	3.130	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(554)	(554)	(26)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		100	3.130	-	(554)	2.676	9.048
Integralização do capital social		315.101	-	-	-	315.101	26
Integração de capital social com adiantamento para futuro aumento de capital		3.130	(3.130)	-	-	0	-
Ágio em transações de capital		-	-	(40.610)	-	(40.610)	40.610
Prejuízo do exercício		-	-	-	(18.947)	(18.947)	424
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		318.331	-	(40.610)	(19.501)	258.220	50.108
							308.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(18.947)	(538)	(18.050)	(526)
Ajustes por itens do resultado que não afetam o caixa:	13.806	27	10.973	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.301	27	-	-
Depreciação e amortização	17	-	1.100	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.009	-	7.009	-
Juros com captação de debêntures	2.437	-	2.437	-
Juros com passivo de arrendamento	-	-	733	-
Amortização dos custos de captação de debêntures	42	-	42	-
Outros	-	-	(348)	-
(Aumento)/redução de ativos	(484)	(12)	(401)	(330)
Tributos a recuperar	(153)	(12)	(175)	(19)
Outros ativos	(331)	-	(226)	(311)
Aumento (redução) de passivos	5.838	22	37.698	(36)
Fornecedores	388	-	31.656	-
Impostos a recolher	239	-	1.850	6
Outros Passivos	1.202	38	1.137	12
Partes relacionadas	4.009	-	3.528	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	(16)	(473)	(54)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	19.160	37	48.269	(366)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(352)	-	(557.675)	(13.988)
Aquisições de investimentos	(3.979)	-	-	-
Caixa de empresas adquiridas em combinação de negócios	-	-	187	-
Aporte de capital em controladas	(523.880)	(9.485)	-	-
Aquisição de intangíveis	(422)	-	(2.879)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	(528.633)	(9.485)	(560.367)	(13.988)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de mútuo com partes relacionadas	-	6.944	-	6.944
Amortização de principal e juros com partes relacionadas	(6.439)	-	(6.439)	-
Captação de debêntures	300.908	-	300.908	-
Amortização de Arrendamento	-	-	(382)	-
Custos de Captação de debêntures	(4.996)	-	(4.996)	-
Aumento de capital	315.101	-	315.101	9.174
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	3.130	-	3.130
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	604.574	10.074	604.192	19.248
Aumento caixa e equivalentes de caixa	76.154	88	74.044	4.368
No início do exercício	188	100	4.367	-
No fim do exercício	76.342	188	78.411	4.367
Aumento caixa e equivalentes de caixa	76.154	88	74.044	4.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Mori Energia Holding S/A. (“Mori Energia” ou “Companhia e suas controladas”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 30 de novembro de 2017 com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo à Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2277 3º andar Conj. 301, Jardim Paulistano, que tem por objetivo a participação em caráter permanente ou temporário no capital e nos resultados na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, como controladora ou minoritária, de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, com o objetivo principal de desenvolver projetos de infraestrutura no setor de energia, nos termos da Lei nº 99.478/2007.

A Mori Energia é uma Companhia que detém participação por meio de suas controladas de ativos de micro e minigeração distribuídas de energia com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica.

A Companhia, por intermédio de suas controladas, desenvolvem projetos de implantação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs) no estado de Minas Gerais; cada UFV é uma controlada direta ou indireta Mori Energia. Uma vez construída e estabelecida cada UFV a Companhia e suas controladas atuam na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs) de consumidores de energia, que por sua vez alugam da Companhia e de suas controladas os ativos de geração implantados nas UFVs. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada -- visando se beneficiarem da geração energética correspondente. Desta forma, a receita das UFVs é proveniente destes alugueres pagos pelos consórcios ou cooperativas. Apurado o resultado de cada UFV, estas transferem os recursos recebidos à Mori Energia e suas sócias (quando existentes), na forma de dividendos.

Em 31 de Dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas detém 33 empreendimentos sendo 1 em operação e os demais em fase de construção ou pré-operacionais com as seguintes características e capacidades de geração:

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Controlada	Geração em (MW)	Localidade	Início de Operação
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Janaúba - MG	16/02/2019
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	02/01/2020
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Manga - MG	06/01/2020
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Lagoa Grande - MG	28/07/2020
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Lontra - MG	19/07/2020
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Porteirinha - MG	17/08/2020
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Mirabela - MG	11/05/2020
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	15/08/2020
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Francisco Sá - MG	17/07/2020
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Januária - MG	15/08/2020
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Januária - MG	15/08/2020
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Mato Verde - MG	15/08/2020
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Porteirinha - MG	15/08/2020
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Bonfinópolis de Minas - MG	15/06/2020
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Nanuque - MG	17/12/2020
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Brasilândia de Minas - MG	13/07/2020
UFV Mirabela 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Mirabela - MG	13/07/2020
UFV Corinto 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	31/07/2020
UFV Paracatu 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Paracatu - MG	12/07/2020
UFV Bocaiuva 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	10/09/2020
UFV Manga 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Manga - MG	29/06/2020
UFV Pirapora 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	21/08/2020
UFV Pirapora 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	09/08/2020
UFV Bocaiuva 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	17/12/2020
UFV Bocaiuva 4 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	27/08/2020
UFV Paracatu 6 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	26/07/2020
UFV Janauba 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Janauba - MG	07/08/2020
UFV Pirapora 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	10/08/2020
UFV Corinto 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	04/09/2020
UFV Bocaiuva 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	17/12/2020
UFV Paracatu 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Paracatu - MG	25/08/2020
UFV Paracatu 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	25/08/2020
UFV Brasilândia 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Brasilândia - MG	04/09/2020

A base de consolidação inclui a Controladora e mais 24 controladas que detêm os 33 empreendimentos acima listados, conforme detalhado na nota 2.1.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 14 de maio de 2020.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são compostas pelas demonstrações financeiras individuais da Companhia e de suas controladas, apresentadas abaixo:

Companhia Investida	% Participação em					
	2019			2018		
	Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Engenharia Solar Ltda	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	100,00%	-	100,00%	-	-	-
BD Participações e Administração Ltda	100,00%	-	100,00%	-	-	-
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	17,73%	82,28%	100,00%	-	-	-
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	24,35%	75,65%	100,00%	-	-	-
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
Mori Minas Holding Importadora S/A	100,00%	-	100,00%	-	-	-
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	14,42%	85,58%	100,00%	-	-	-
Minasol Servs Des Técnicos	100,00%	-	100,00%	-	-	-
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	13,57%	86,43%	100,00%	-	-	-
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	24,92%	75,08%	100,00%	-	-	-
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	-	-	-
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	-	-	-
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	-	-	-

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

2.2. Combinação de Negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho decorrente de compra vantajosa na demonstração do resultado.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de Negócios e ágio--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

2.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem a maioria do capital votante e exerce influência significativa.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas das controladas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida na controlada.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento, assim é determinado a cada término do exercício social, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante dessa perda na demonstração do resultado.

2.4. Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Receita de contrato com cliente --Continuação

Conforme detalhado na nota 1 a receita consolidada advém da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos.

2.5. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real Anual enquanto, que todas demais controladas utilizaram o Lucro Presumido como sistema de tributação em 2019.

Tributos sobre vendas

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65% para Companhia e 0,65% para as Controladas
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6% para a Companhia e 3,00% para as Controladas.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Eventuais saldos credores de tributos são utilizados para compensação com débitos próprios ou na hipótese de remanescerem por períodos em que não há possibilidade de compensação no curto prazo são passíveis de pedidos de ressarcimento.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, demonstrados na Nota 7.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9. Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Ativos Intangíveis--Continuação

Referem-se, basicamente, aos pareceres de acesso ao sistema elétrico de micro e minigeração de energia elétrica fotovoltaica adquiridos em operação de combinação de negócios refletidas na nota explicativa 2.2.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são contas a pagar a fornecedores, debêntures, partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de taxa de juros. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019

- CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento ativos em exercícios anteriores de forma que não foram gerados efeitos na escrituração contábil em 1º de Janeiro de 2019 em decorrência da aplicação inicial do CPC 06 (R2), entretanto, durante o exercício de 2019 foram firmados contratos de arrendamentos que seguiram as diretrizes do CPC06 (R2) – “Arrendamentos”, que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que inclui o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 432 mil de depreciação e R\$ 733 mil de juros destes arrendamentos.

- ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia e suas controladas avaliaram a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia e suas controladas, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco. Assim, a administração que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação.

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

- CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios

As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A entidade aplica essas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve transação em que tivesse sido obtido o controle em um negócio que fosse uma operação conjunta.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis—Continuação

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Combinação de Negócios

a) **Aquisição da Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda, Energia Solar Ltda e Engenharia Solar Ltda**

Em 10 de Junho de 2019, a Companhia adquiriu 100% de participação das sociedades Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda, Energia Solar Ltda e Engenharia Solar Ltda, pelo montante de R\$ 2.500. Estas três investidas são proprietárias de direitos de uso de terrenos bem como de pareceres de acesso ao sistema elétrico equivalentes a 26,5 MW concedidos pela distribuidora Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Ambos os ativos são necessários para implantação de uma usina de micro e minigeração de energia fotovoltaica razão pela qual foram adquiridas pela Companhia.

A transferência de controle das adquiridas, foi efetivada em 17 de julho de 2019 para Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda e Engenharia Solar Ltda e em 22 de julho de 2019 para Energia Solar Ltda.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Combinação de Negócios--Continuação

b) Aquisição da BD Participações S.A

Em 08 de Março de 2019 Mori Energia adquiriu 100% de participação da sociedade BD Participações S.A, pelo montante de R\$ 1.200. Esta investida é locatária de diversos terrenos onde serão instaladas algumas das usinas fotovoltaicas detidas por Mori Energia.

A transferência de controle da empresa adquirida ocorreu na mesma data da operação de aquisição, ou seja, em 08 de março de 2019.

As combinações de negócios acima foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.2.

A Companhia efetuou como consequência da aquisição destas combinações de negócios a alocação do preço de aquisição, identificando ativos intangíveis de vida útil definida assim registrados:

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	BD Particip.
Ativo Intangível				
Pareceres de Acesso	698,50	415,98	1.333,17	-
Vida útil definida	25 anos	25 anos	25 anos	-

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 08 de março de 2019 no caso da BD Participações, em 17 de julho de 2019 nos casos de Minasol e Engenharia Solar e em 22 de julho no caso de Energia Solar.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Combinação de Negócios--Continuação

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	BD Participações	TOTAL
Caixas e Equivalentes de Caixa	9,0	8,5	39,7	130,0	187,2
Outros Ativos				290,0	290,0
Imobilizado				2.465,0	2.465,0
Pareceres de Acesso	698,5	416,0	1.333,2	-	2.447,7
Total de Ativos	707,5	424,5	1.372,9	2.885,0	5.389,9
Fornecedores	-	-	5,0	883,0	888,0
Empréstimos	-	-	-	524,0	524,0
Outras Obrigações	-	-	-	-	-
Total de Passivos	-	-	5,0	1.407,0	1.412,0
Total de Ativos Líquidos	707,5	424,5	1.367,9	1.478,0	3.977,9

Ativos adquiridos e passivos assumidos

Os ativos imobilizados das empresas foram avaliados de acordo com a metodologia ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas vigentes, e o seu valor justo do ativo imobilizado é de R\$ 2.465, não resultando em apuração de mais valia visto que os valores contábeis estão em linha com o avaliação realizada.

Também foi objeto de avaliação os ativos intangíveis relativos aos direitos de utilização de pareceres de acesso ao sistema elétrico concedidos pela concessionária CEMIG no valor total de R\$ 2.447, resultando em uma mais valia de mesmo valor visto não estarem anteriormente registrados no patrimônio das empresas.

Desde a data da aquisição, as Empresas contribuíram para o resultado Companhia com prejuízo líquido de R\$ 1.603. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, o prejuízo acumulado consolidado teria sido acrescido, em função desta aquisição, em R\$ 1.103.

A Companhia registrou o valor estimado desta combinação de negócios baseada no valor justo do acervo líquido adquirido, e determinou o valor preliminar da compra vantajosa e ganhos (perdas) na aquisição de controle, da seguinte forma:

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Combinação de Negócios--Continuação

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	BD Particip.
Data da aquisição	10/06/2019	10/06/2019	10/06/2019	08/03/2019
Preço Pago	707,5	424,5	1.367,9	1.200,0
Participação adquirida	100%	100%	100%	100%
Valor Contábil	9,0	8,5	34,8	971,3
Valor Justo	707,5	424,5	1.367,9	1.478,0
Valor Justo da parcela adquirida	707,5	424,5	1.367,9	1.478,0
Contraprestação transferida pela aquisição	707,5	424,5	1.367,9	1.200,0
Compra Vantajosa	-	-	-	278,0

A Companhia apurou de forma preliminar o valor justo dos ativos e contingências, assim como a expectativa de rentabilidade futura dos negócios adquiridos, com base nas informações existentes até 31 de dezembro de 2019. A Companhia, contratou avaliador independente que determinou os valores divulgados acima na data da aquisição, considerando eventuais efeitos de eventos subsequentes ocorridos até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, disponíveis e estará concluído dentro do prazo legalmente previsto a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos. Assim a Empresa poderá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Caixa	1	-	62	-
Bancos	0	188	1.534	9
Aplicações financeiras	76.341	-	76.815	4.358
	76.342	188	78.411	4.367

Os saldos de caixa e bancos compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes de caixa estão representadas por recursos aplicados automaticamente quando existe saldo de recursos em conta corrente, cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI (100%) e foram contratadas em condições e taxas normais de mercado tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Investimentos (controladora)

Em 31 de dezembro de 2019 a Controladora possui a seguinte posição de investimento em controladas:

	Controladora	
	2019	2018
Participação em controladas e coligadas	530.568	9.458
Ágio na aquisição de Participações	2.448	-
Ágio em transações de Capital	(40.610)	-
	492.406	9.458

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos (controladora)--Continuação

A movimentação dos investimentos da Companhia nos exercícios de 2018 e 2019 são assim demonstradas:

Controlada	Saldo em 31.12.2017	Constituição ou Aumento Capital	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31.12.2018
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	9.440	(27)	9.413
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	15	-	15
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	15	-	15
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	15	-	15
TOTAL	-	9.485	(27)	9.458

Controlada	Saldo em 31.12.2018	Aquisição	Constituição ou Aumento Capital	Equivalência Patrimonial	Ágio Transações de Capital	Saldo em 31.12.2019
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.413	-	-	712	-	10.125
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	18.985	(245)	-	18.755
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	21.221	(118)	-	21.117
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	5.676	(19)	-	5.672
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	7.806	(395)	-	7.411
Engenharia Solar Ltda	-	1.368	374	(425)	-	1.317
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	-	425	53	(58)	-	420
BD Participações e Administração Ltda	-	1.478	1.593	(1.120)	-	1.951
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.747	(13)	-	1.734
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	2.071	(15)	-	2.056
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	53	(15)	-	37
Mori Minas Holding Importadora S/A	-	-	88.534	(393)	-	88.141
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	903	(12)	-	892
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	35	(18)	-	17
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	63	(29)	-	34
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.326	(6)	-	1.320
Minasol Servs Des Técnicos	-	708	2	(1)	-	708
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.245	(6)	-	1.239
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	2.609	(15)	-	2.594
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	63	(0)	-	63
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	98	(0)	-	98
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	-	-	161.178	(710)	(17.721)	142.747
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	-	-	95.433	(370)	(10.489)	84.574
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	-	-	112.815	(1.028)	(12.401)	99.386
TOTAL	9.458	3.979	523.880	(4.301)	(40.610)	492.406

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos (controladora)--Continuação

As controladas e coligadas apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2019:

Companhia Investida	Total dos	Total do	Resultado	Nº Total	Ações/Quotas	Participação Societária %		
	Ativos	Patr. Líquido	Exercício	Ações/Quotas	Controladora	Direta	Indireta	Total
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	20.479	19.851	1.395	18.509.900	9.440.049	51,00%	-	51,00%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	19.419	18.755	(245)	19.000.000	19.000.000	100,00%	-	100,00%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	23.007	21.117	(118)	21.235.933	21.235.933	100,00%	-	100,00%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	23.429	23.344	(77)	23.447.419	23.447.418	24,30%	75,70%	100,00%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	20.479	7.411	(395)	7.806.094	7.806.094	100,00%	-	100,00%
Engenharia Solar Ltda	444	3	(58)	394.739	394.739	100,00%	-	100,00%
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	2.812	16	(424)	63.109	63.109	100,00%	-	100,00%
BD Participações e Administração Ltda	36.055	1.951	(1.120)	2.956.688	2.956.688	100,00%	-	100,00%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.977	9.785	(72)	9.858.764	1.747.611	17,73%	82,28%	100,00%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	8.592	8.442	(65)	8.507.928	2.071.869	24,35%	75,65%	100,00%
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	38	38	(15)	52.594	52.593	99,99%	0,01%	100,00%
Mori Minas Holding Importadora S/A	88.449	88.141	(393)	88.533.813	88.533.813	100,00%	-	100,00%
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	898	892	(11)	902.880	902.879	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	700	16	(18)	34.502	34.501	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.172	34	(29)	63.165	63.164	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.333	9.153	(44)	9.197.494	1.326.045	14,42%	85,58%	100,00%
Minasol Servs Des Técnicos	10	10	(1)	12.559	12.559	100,00%	-	100,00%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.273	9.129	(47)	9.176.167	1.245.457	13,57%	86,43%	100,00%
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	10.830	10.410	(58)	10.468.481	2.609.241	24,92%	75,08%	100,00%
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	76	62	(0)	63.565	63.564	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99	98	(0)	99.266	99.265	99,99%	0,01%	100,00%
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	161.134	160.390	(798)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	115.378	95.027	(416)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	121.687	111.670	(1.155)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Imobilizado (consolidado)

Os detalhes do ativo imobilizado consolidado estão demonstrados na tabela abaixo:

	Taxa Média depreciação a.a	Consolidado			
		2019			2018
		Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10%	147	(4)	143	-
Máquinas e equipamentos	4%	18.916	(651)	18.265	-
Equipamentos de informática	20%	192	(13)	179	-
Instalações	10%	-	-	-	-
Terrenos		2.889	-	2.889	-
Imobilizado em Construção		549.519	-	549.519	13.988
Total do imobilizado		571.663	(668)	570.995	13.988

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2018 e 2019 teve a seguinte composição:

	Consolidado					
	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Máquinas Equipos	Terrenos	Imobilizado em Construção	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	13.988	13.988
Depreciação	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	-	-	-	13.988	13.988
Adições	147	192	18.916	2.889	535.531	557.675
Depreciação	(4)	(13)	(651)	-	-	(668)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	143	179	18.265	2.889	549.519	570.995

Os bens relativos a imobilizado em construção se referem aos projetos de implantação de usinas de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme relatado na nota 1 com detalhamento dos projetos, localização, capacidade de geração e prazo previsto de conclusão de cada obra.

Os bens relativos ao imobilizado encontram-se livres de quaisquer ônus ou garantias em obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Direito de Uso (consolidado)

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos do impacto nas contas da Companhia e suas controladas da adoção do CPC 06 (R2) e advém principalmente com relação a contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme detalhado na nota 2.15.

Trata-se de 42 contratos celebrados por um período de 25 anos com vigência entre 2019 e 2044. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 13.

A movimentação do direito de uso dos ativos, apresentam a seguinte composição:

	Direitos de Uso
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Adições	36.594
Amortização	(432)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.162

Abaixo o detalhamento do reconhecimento dos ativos por controlada:

	Consolidado	
	2019	2018 Não Auditado
Engenharia Solar	2.754	-
Energia Solar	435	-
BD Participações	27.036	-
Januária I	1.118	-
Januária II	672	-
Janaúba	424	-
Lontra	1.259	-
Manga	1.838	-
Corinto	626	-
	36.162	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou despesa de R\$ 169 referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Fornecedores

Abaixo demonstramos a composição da rubrica Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Fornecedores nacionais	388	-	31.656	-
	388	-	31.656	-

Os saldos de fornecedores se referem principalmente aos projetos de construção dos parques de micro e minigeração de energia fotovoltaica.

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

10. Debentures

A Companhia s realizou uma emissão privada de debêntures, em 19 de novembro de 2019, onde foram emitidas 300.000.000 (trezentos milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) perfazendo o montante de R\$ 300.000, realizada em série única. As debêntures terão prazo de vencimento em 12 de novembro de 2029, sendo amortizadas em 10 parcelas anuais com taxas de juros pré-fixada de 8,62% a.a e estão assim apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Debentures não Conversíveis	303.345	-
(-) Custo Negociação de Debentures a Apropriar	(4.954)	-
Total Debentures	298.391	-
Curto Prazo	14.429	
Longo Prazo	283.962	

Os custos de negociação das debentures foram contabilizados em conta redutora da obrigação principal de curto e longo prazos e serão amortizados ao resultado de acordo com o prazo de duração do contrato até o seu vencimento em 12 de novembro de 2029.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Debentures--Continuação

A movimentação da obrigação com debentures não conversíveis é assim apresentada:

	Captação de Debentures	Juros Debentures	Total a Pagar Debentures	Custo de Captação	Passivo Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-
Adições	300.908	2.437	303.345	(4.996)	298.349
Amortização	-	-	-	42	42
Saldos em 31 de dezembro de 2019	300.908	2.437	303.345	(4.954)	298.391

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar das debentures em 31 de dezembro de 2019 conforme cronograma de amortização definido em contrato:

	2020	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	TOTAL
Vencimento Debentures	14.429	15.966	15.966	15.966	15.966	225.052	303.345

A Companhia realizou a contratação de instrumento financeiro derivativo SWAP junto ao Banco Bradesco BBI S/A para minimizar a exposição do endividamento à oscilação da taxa do CDI, fixando a taxa de longo prazo (10 anos) para a referida operação, nos seguintes termos e condições:

Indexador Ativo do Banco / Passivo do Cliente	Indexador Ativo do Cliente / Passivo do Banco
Taxa Pré-Fixada de 8,62% a.a (taxa exponencial)	100% do CDI + 1,58% a.a

As operações com instrumentos financeiros derivativos foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.11.

Em decorrência destas operações a Companhia contabilizou despesa financeira no valor total de R\$ 7.009 contra passivo de longo prazo no exercício 2019.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Debentures--Continuação

As Debentures contaram com a formalização de garantias reais e fiança abaixo descritas:

a) Garantias Reais

a.1. cessão fiduciária, pela Emissora (MORI) e pelo FIP Ares de :

- i. todos os valores pagos a título de lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus, redução de capital, mútuos com controladas e quaisquer outros que possam ser creditados, pagos, distribuídos ou declarados à Emissora.
- ii. da totalidade dos direitos creditórios decorrentes de contratos de mútuo da Emissora com suas sociedades controladas e/ou sob controle comum, atuais e futuros;
- iii. da eventual variação positiva de Contratos de Swap com todos os direitos e créditos, atuais e futuros, da Emissora.
- iv. da totalidade dos direitos creditórios decorrentes (a) da conta vinculada de titularidade do FIP Ares; e (b) da conta pagamento e reserva de titularidade da Emissora, (c) quaisquer investimentos realizados com os valores depositados nas Contas do Projeto.;

a.2. alienação fiduciária da totalidade das ações detidas por FIP Ares, bem como quaisquer outras ações ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, representativas do capital social da Ares.

a.3. alienação fiduciária da totalidade das ações detidas por Ares ,bem como quaisquer outras ações ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, representativas do capital social da Emissora.

a.4. alienação fiduciária, pela Emissora (MORI), da totalidade das ações atual e futuramente por ela detidas, de emissão da BD Participações ("Alienação Fiduciária das Ações da BD Participações");

a.5. As Garantias Reais foram outorgadas em benefício conjunto do Agente de Swap, no âmbito do Instrumento Particular de Contratação de Derivativos e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

b) Fiança

As empresas Perfin Ares 2 FIP e BD Participações e Administração S/A, prestaram fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, aceitando todos os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, e obrigando-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos na Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Partes Relacionadas

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2019, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de contratos de mútuos, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes e estão assim resumidos:

Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Bruno Shiraga	3.004	-	3.004	-
UFV Corinto	1.005	-	-	-
GD Energy LLC	-	-	-	-
Hikari Participações	-	-	524	-
Total de Empréstimos e Financiamentos CP	4.009	-	3.528	-

Empréstimos e Financiamentos Longo Prazo

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
GD Energy LLC	505	6.944
Total de Empréstimos e Financiamentos LP	505	6.944

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar com partes relacionados bem como a taxa de juros definido em cada contrato:

	Taxa de Juros	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Bruno Shiraga	100% CDI	3.004	-	-	3.004
UFV Corinto	100% CDI	1.005	-	-	1.005
GD Energy LLC	1,86% a.a	-	-	505	505
Hikari Participações	0,50% a.m	-	524	-	524

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Arrendamentos

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) e advém principalmente das obrigações assumidas em 42 contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de micro e minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 25 anos tendo sua vigência entre 2019 e 2044.

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.14.

A movimentação do passivo de arrendamentos tem a seguinte composição:

	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente	Valor Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adições	88.676	(52.269)	36.406
Pagamentos	(382)	-	(382)
Amortização dos Juros	-	733	733
Saldos em 31 de dezembro de 2019	88.294	(51.537)	36.757

Abaixo o detalhamento das obrigações assumidas por controlada:

	Passivo de Arrendamento		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Engenharia Solar	37	2.783	2.820
Energia Solar	6	434	440
BD Participações	-	33.497	33.497
	42	36.715	36.757

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos arrendamentos de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2020	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	TOTAL
Vencimento de Passivo de Arrendamento	42	489	544	604	656	34.424	36.757

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é de R\$ 318.331 (trezentos e dezoito milhões, trezentos e trinta mil e seiscentos reais), representado por 92.608.453 (noventa e dois milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e por 92.608.453 (noventa e dois milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três) ações preferenciais nominativas sem valor nominal.

A composição do Capital Social da Controladora por acionista é assim demonstrada:

Participação Societária		
	2019	2018
Ares 2 Participações S/A	308.662	-
Mori Gestão de Ativos Holding S/A	9.669	-
Hikari Participações Ltda	-	30
Bruno Ken Taniwaki Shiraga	-	35
Douglas Sadao Taniwaki Shiraga	-	35
	318.331	100

A participação em número de ações é assim composta:

Acionista	Número de Ações				
	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total
Mori Gestão de Ativos Holding S/A	9.668.574	10,44%	-	0,00%	9.668.574
Ares 2 Participações S/A	82.939.879	89,56%	92.608.453	100,00%	175.548.332
Total	92.608.453	100,00%	92.608.453	100,00%	185.216.906

b) Ágio nas transações de capital

Durante o exercício corrente, a Companhia efetuou a integralização de capital nas controladoras Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A., nos montantes de R\$ 161.178, R\$ 95.433 e R\$ 112.815, respectivamente, gerando ágio nas transações de capital, nos montantes de R\$ 17.721, R\$ 10.489 e R\$ 12.401, respectivamente.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Receita operacional líquida

O valor da receita operacional líquida “Consolidada” é resultado dos contratos de alugueres das Unidades Fotovoltaicas para os consórcios conforme nota explicativa 2.4 e está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	2019	2018 Não Auditado
Receita Bruta com arrendamentos e aluguéis	2.732	-
(-) Tributos sobre vendas	(100)	-
	<u>2.632</u>	<u>-</u>

15. Custos e despesas gerais e administrativas

A Companhia e suas controladas apresenta a seguir as informações sobre os custos bem como as despesas gerais e administrativas por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Despesas com pessoal	1.681	-	1.701	-
Aluguéis	178	-	920	-
Impostos, taxas e contribuições	106	-	2.297	-
Despesas gerais	1.337	73	1.835	-
Serviços prestados pessoa jurídica	2.702	-	3.497	-
Serviços prestados pessoa física	-	-	282	-
Depreciação e amortização	17	-	1.100	-
	<u>6.020</u>	<u>73</u>	<u>11.632</u>	<u>-</u>

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Resultado financeiro

A Companhia e suas controladas apresenta a seguir as informações sobre as receitas e despesas financeiras que compõem seu resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	853	69	1.516	212
Outras receitas financeiras	60	-	72	1
Total receitas financeiras	912	69	1.588	213
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(73)	(74)	(79)	(166)
Custo Captação Debentures	(42)	-	(42)	-
Juros Debentures	(2.437)	-	(2.437)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(733)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	(7.009)	-	(7.009)	-
IOF	(221)	-	(234)	-
Variação Cambial	-	(431)	(272)	(431)
Outras despesas financeiras	(7)	(1)	(108)	(6)
Total despesas financeiras	(9.789)	(506)	(10.912)	(603)
Resultado financeiro líquido	(8.877)	(437)	(9.324)	(390)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

a) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa	62	62	-	-	-	Custo Amortizado
Equivalentes de Caixa	78.349	78.349	4.367	4.367	Nível I	Valor justo por meio de resultado
	78.411	78.411	4.367	4.367		
Passivo						
Fornecedores	31.656	31.656	-	-	-	Custo Amortizado
Debentures	298.391	298.391	-	-	-	Custo Amortizado
Partes Relacionadas	4.033	4.033	6.944	6.944	-	Custo Amortizado
Derivativos	7.009	7.009	-	-	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	341.089	341.089	6.944	6.944		

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

b) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Em 2019, a Companhia aumentou seu nível de endividamento para 42,83% do Capital Total em função dos investimentos na construção das usinas de micro e minigeração de energia fotovoltaica. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos Empréstimos e Financiamentos	309.433	6.944
(-) Caixas e Equivalentes de Caixa	(78.411)	(4.367)
(=) Dívida Líquida	231.022	2.577
Total do Patrimônio Líquido	308.328	11.724
Valor do Capital Total	539.349	14.301
Índice de Alavancagem Financeira	42,83%	18,02%

c) Gestão de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no *Manual de Compliance e Integridade* e na *Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance* do Grupo Mori Energia. Suportando as políticas e procedimentos o Grupo está estabelecendo o Comitê de Riscos e Compliance, com reporte direto ao Conselho de Administração (formado por três membros: Diretoria Jurídica, Conselheiro e Representante do Acionista Controlador / Perfin). Os principais riscos estão identificados na *Matriz de Riscos Mori*.

(i) Riscos operacionais

O risco operacional está relacionado com a interrupção parcial ou total da geração de energia elétrica prevista para o parque de geração fotovoltaica (UFVs).

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

(ii) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

(iii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Diretoria Financeira; os principais passivos financeiros estão relacionados às Debentures emitidas em Novembro de 2019, sendo seu vencimento contratual demonstrado na nota 13.

(iv) Riscos de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Diversas controladas nas quais a Companhia detém participação possuem novas unidades geradoras de energia fotovoltaica em fase de construção; são riscos inerentes às atividades de construção / implantação eventuais atrasos na execução das obras, com impactos nos custos previstos e/ou penalidades contratuais. O monitoramento destes riscos é gestão das Diretorias de (i) Engenharia e (ii) Operações, esta última englobando a Diretoria Jurídica.

(v) Risco Regulatório

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Mori são monitorados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

(vi) Risco de Juros

A Companhia monitora o cenário de juros vigente na administração dos recursos sob gestão (Tesouraria); a operação de SWAP realizada na emissão das debentures em Novembro de 2019 descrita na nota 10 mitigou a exposição do endividamento da Companhia à oscilação do CDI, fixando a taxa de longo prazo (10 anos) para a referida operação.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura está assim demonstrada:

Dados da Companhia e Controladas:

Cobertura	Vigência	Importância Segurada
Seguro Fiança Locatício da Sala Comercial de São Paulo – apólice Porto Seguro 0746.49.21.590-0	19/08/2019 a 11/08/2022	R\$ 568.800,00
Seguro saúde coletivo compulsório - Bradesco.	11/2019 prazo mínimo de 12 meses	
Seguro de risco de engenharia e responsabilidade civil contratados pelas sociedades investidas com cobertura básica (obras civil em construção e montagem), despesas extraordinárias, tumultos, greves e lockout, manutenção ampla (até 12 meses), despesas com desentulho, equipamentos móveis e estacionários, obras aceitas ou colocadas em operação, danos de erro de projeto e riscos do fabricante, honorários de perito, afretamento de aeronave, responsabilidade civil geral/cruzada, danos morais, despesas de salvamento, obras temporárias, responsabilidade civil do empregador	Durante o período de execução de cada Usina.	Valor do CAPEX de cada Usina.
Seguro de Risco Operacional com cobertura de danos materiais e lucros bruto	De 12 meses a partir da emissão do CAP da Usina.	Valor do CAPEX para os danos materiais e R\$ 3.540.000,00 para o lucro bruto.
Seguro de transporte marítimo internacional com cobertura FPA e All Risks; cobertura adicional de frete e seguro; de classificação de navios em viagens internacionais; de transbordo; de riscos de greves; risco de guerra; prorrogação de prazo de duração do risco; embarques efetuados em convés; aparelhos, máquinas e equipamentos.	Durante o transporte marítimo até a saída os equipamentos importados do porto (Brasil).	Valor da importação.
Garantia Fiel Comprimento dos Contrato de Empreitada – Carta Fiança ou Seguro Garantia no valor mínimo de 10% do valor do contrato.	Durante o período de execução de cada Usina até 24 meses após a emissão do CAP e com emissão do CAF.	Valor mínimo de 10% do valor do contrato

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Divulgações sobre partes relacionadas

A Nota 2.1 fornece informações sobre a estrutura do grupo incluindo detalhes das controladas e da Companhia, bem como a Nota 10 fornece informações sobre passivos de mútuo com partes relacionadas com detalhamento dos saldos, vencimentos e taxas de juros das obrigações assumidas.

Transações com membros-chave da Administração

Empréstimos de Diretores

Conforme detalhado na Nota 10 a Companhia celebrou em 30 de dezembro de 2019 um contrato de mútuo o valor de R\$ 3.000 com o diretor Sr. Bruno Ken Taniwaki Shiraga com vencimento para 07 de Janeiro de 2020 sendo aplicado juros equivalentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros DI.

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária a remuneração global da diretoria estatutária da Companhia é de R\$ 130 mil, também ficou definido nesta AGE que os membros do conselho de administração não são remunerados.

20. Apresentação de informações por segmento

A Companhia e suas controladas tem em suas operações a finalidade direta ou indireta na micro e minigeração distribuídas de energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica., desta forma todas as informações das demonstrações financeiras foram divulgadas com a premissa de segmento único.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Eventos subsequentes – Potenciais implicações econômicas e contábeis decorrentes do Corona Vírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia vem causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais além de desencadear decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes na atividade econômica e por consequência nos negócios das empresas.

A Companhia e suas controladas estão avaliando esses impactos, porém, nesse momento, não se pode determinar o exato potencial impacto econômico e contábil em suas demonstrações financeiras do exercício vindouro que teve início em 1 de janeiro de 2020 e que se encerrará em 31 de dezembro de 2020. Embora a Energia seja um bem essencial, com o recrudescimento da crise pode-se vir a observar algum aumento na inadimplência por parte dos consumidores Consorciados e Locadores das UFVs. Os eventuais impactos continuarão a ser monitorados ao longo do ano.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA MERCURY INFRA PARTICIPAÇÕES S.A.
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O PERÍODO DE 8 DE SETEMBRO DE 2020 A 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações financeiras

Mercury Infra Participações S/A

31 de dezembro de 2020
com relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do passivo à descoberto	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mercury Infra Participações S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercury Infra Participações S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 8 de setembro e 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período compreendido entre 8 de setembro e 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao o período compreendido entre 8 de setembro e 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de julho de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Mercury Infra Participações S/A

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		5
Partes relacionadas		<u>8</u>
Total do passivo circulante		<u>13</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	5	1
Prejuízos acumulados		<u>(14)</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(13)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mercury Infra Participações S/A

Demonstração do resultado

Período de 8 de setembro a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação que está expresso em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>08/09 a 31/12/2020</u>
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	6	(13)
Despesas tributárias		(1)
Prejuízo do período		<u>(14)</u>
 Prejuízo por ação		 (0,0028)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mercury Infra Participações S/A

Demonstração dos resultados abrangentes

Período de 8 de setembro a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	08/09 a 31/12/2020
Prejuízo do período	(14)
Outros resultados abrangentes	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mercury Infra Participações S/A

Demonstrações das mutações do passivo à descoberto

Período de 8 de setembro a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição e aumento de capital social	5	5.000	(4.999)	-	1
Prejuízo do período		-	-	(14)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.000	(4.999)	(14)	(13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mercury Infra Participações S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 8 de setembro e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	08/09 a 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período		(14)
Aumento dos passivos operacionais		
Fornecedores		5
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(9)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social		1
Partes relacionadas		8
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		9
Variação de caixa e equivalentes de caixa		-
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício		-
No fim do exercício		-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mercury Infra Participações S/A

Demonstração do valor adicionado

Período compreendido entre 8 de setembro e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros	
Serviços de terceiros	(12)
Outros custos operacionais	(1)
	<u>(14)</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>(14)</u>
Distribuição do valor adicionado	
Remuneração de capitais próprios	
Lucros retidos/ Prejuízo do exercício	(14)
	<u>(14)</u>
	<u>(14)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o período de 8 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mercury Infra Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000.

A Companhia foi constituída em 08 de setembro de 2020 sob a denominação de SF 238 Participações Societárias S.A., sendo seu capital social, representado por quatrocentas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de outubro de 2020, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, no qual o fundo de investimento, PERFIN Mercury Fundo de Investimento em Participações – IE, adquiriu dos sócios Luis Guilherme de Souza Silva e Lawrence Santini Echenique a integralidade das ações, tornando-se o único acionista e controlador da Companhia.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

A Mercury Renew é uma iniciativa conjunta da Perfin Administração de Recursos Ltda. e da Servtec Energia Ltda., que contam com mais de 20 anos de experiência em investimento, desenvolvimento e gerenciamento de projetos de energia. A Companhia é especializada em geração de energia renovável com uma carteira de projetos, prioritariamente solar, de mais de 1,5GW a serem implantados ao longo dos próximos anos. A Companhia investirá anualmente em média R\$ 900.000 entre 2021 e 2024. A maioria dos projetos possui contratos de comercialização de Energia (PPAs) no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia iniciou a implantação do projeto de Bon Nome, localizado no estado de Pernambuco com 130MW de potência. Os projetos Castilho e Hélio Valgas, com potência instalada de 270MW e 650MW, respectivamente, estão em fase de contratação de equipamentos e serviços. A estimativa inicial, baseada em estudos preliminares de viabilidade tem o início das obras previsto para o 4º trimestre de 2021.

Os projetos SJ Paracatu de 270 MW, Várzea de 120 MW, Cassilândia de 430 MW e Cassilândia 138 de 830 MW serão implantados ao longo dos anos de 2022 e 2024.

1.1 Avaliação da capacidade de continuidade

Por ter sido constituída em 8 de setembro de 2020 e ainda estar em fase inicial, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), no montante de R\$ 13. Seguindo seu plano estratégico de negócio, a Companhia recebeu subsequentemente aportes que totalizaram no montante de R\$ 137.179 e efetuou a aquisição em 2021 de sociedades de propósitos específicos (SPEs) que têm por objeto social a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, conforme detalhado na nota explicativa nº 9 de Eventos subsequentes. Desta forma, passou a apresentar capital circulante líquido positivo.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

1.2 Declaração de conformidade

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período de 8 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 16 de julho de 2021.

1.3 Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem continuar gerando impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Conforme nota explicativa nº 1 Companhia iniciou a implantação do projeto Bon Nome em março de 2021, não sofrendo nenhum impacto na programação dos seus projetos de aquisições das investidas ou na contratação dos equipamentos e de mão-de obra para início da construção da usina, cumprindo assim o cronograma de construção.

No escritório administrativo a Companhia instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passamos a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe trabalhando remotamente.

Além disso, foi enviado por e-mail os protocolos de higienização adoção de álcool em gel em todos os ambientes.

A Companhia não identificou nenhum impacto relevante econômico e contábil em suas demonstrações financeiras para o período de 8 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas ao plano de negócios da Companhia e avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente durante o período de 8 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

2.1. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.2. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia não possui ativos em 31 de dezembro de 2020.

2.3. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do período foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro real e não apurou impostos a pagar por ter tido prejuízos no período.

Conforme ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro (IFRIC 23), a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, em caso de resgate antecipado.

A Companhia não possui caixa no início e no final do período em virtude de ter sido constituída recentemente, e os recursos aportados foram somente para pagamentos de taxas da Junta Comercial, honorários de advogados e contador, esses recursos foram usados para pagamentos dos serviços prestados na constituição e na compra da Companhia.

2.5. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas no período de 8 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2020 ativos financeiros.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no período entre 08 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2020 ativos não financeiros.

2.6. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos Financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- b) Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem empréstimos com partes relacionadas e, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, a Companhia considera:

- a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- d) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- b) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão, ou efetuada divulgações adicionais.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.8. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021

A Companhia avaliou os impactos da adoção a partir de 1º janeiro de 2020 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 (R1));
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 (R1) e CPC 23);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)); e
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)/Conceptual Framework);

2.9. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB– *International Accounting Standards Board* e não vigentes

Adicionalmente, o CPC e IASB trabalham com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo

- Substituição do IFRS 4 Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato.

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, mensuração do custo orçado dos projetos, valor justo de instrumentos financeiros e estimativas constante em estudo de viabilidade.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas de riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2020 os membros do conselho de administração não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o período de 8 de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

5. Patrimônio líquido

Capital social

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia foi constituída por meio da subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando um capital subscrito de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social para R\$ 5.000 mediante a emissão de 4.999.600 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, a ser integralizadas até 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social integralizado da Companhia totaliza R\$ 1.

Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações - IE	5.000.000	100,00%
Total	5.000.000	100%

Distribuição de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou em outros fins.

A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 2% (dois por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) – Resultado por ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada das ações emitidas.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação para o período entre 8 de setembro e 31 de dezembro de 2020. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro que possa ter efeito dilutivo.

	Período de 08/09 a 31/12/2020
Numerador	
Prejuízo do exercício	(14)
Denominador	
Número de ações	5.000.000
Resultado básico e diluído por ação em R\$	0,0028

6. Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

Despesas Administrativas e Gerais	08/09 a 31/12/2020
Serviços Advocatícios	(5)
Serviços de auditoria e consultoria	(6)
Outras despesas	(2)
Total	(13)

7. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía processos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possíveis, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

8. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía outros saldos de instrumentos financeiros além de fornecedores e partes relacionadas.

Gestão de capital

A Companhia encontra-se em estágio pré operacional e, portanto, realiza a gestão de capital por meio de aporte de seus acionistas de forma a garantir a continuidade de seu plano de investimento, garantido a continuidade dos seus projetos.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de *Compliance* e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

(i) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

(ii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do fluxo de caixa é responsabilidade da Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), no montante de R\$ 13, e conforme divulgado na nota explicativa nº 9 a Companhia recebeu subsequentemente aportes que totalizaram no montante de R\$ 122.178. A Companhia investirá anualmente em média R\$ 900.000 entre 2021 e 2024 em projetos que em sua maioria possuem contratos de Compra de Energia (PPAs) no Mercado Livre.

9. Eventos subsequentes

(i) Alteração da denominação social da Companhia e aumento de capital

Em 3 de fevereiro de 2021, os Acionista da Companhia alteraram a sua denominação social para Mercury Renew Participações S.A, e foi aprovado aumento do capital social de R\$ 5.000 para R\$ 70.000, com a emissão de 65.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 14 de abril de 2021, os Acionistas aprovaram um novo aumento do capital social da Companhia, anteriormente no valor de R\$ 70.000 para R\$ 320.000, perfazendo um aumento de R\$ 250.000 mediante a emissão de novas 250.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, os acionistas integralizaram o montante de R\$ 137.179 no capital social da Companhia.

(ii) Aquisição de Sociedades de Propósito Específico (SPEs)

Seguindo seu plano estratégico de negócio, a Companhia fez a aquisição de SPEs, por meio de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVA). Essas empresas têm por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica.

Abaixo seguem as empresas adquiridas:

- Bon Nome Solar S.A., CNPJ sob nº 32.267.722/0001-01 - Acordo de Investimento assinado em 2 de fevereiro de 2021, para aquisição da totalidade das ações (exceto duas Ações PN) pelo valor de R\$ 17.040, tendo sido pago o valor de R\$ 14.610 em 8 de fevereiro de 2021 e R\$ 2.430 será pago em fevereiro de 2022. Em março de 2021, a Companhia iniciou a implantação do projeto de Bon Nome, localizado no estado de Pernambuco com 130MW de potência.
- Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A., Contrato de Compra e Venda firmado em 24 de março de 2021 onde adquiriu a totalidade das ações da SPE com sede na cidade de Coromandel no Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$ 10.000, o qual será pago quando a vendedora cumprir as obrigações previstas pós fechamento. As obrigações pós fechamento são as seguintes e devem estar concluídas até 24 de setembro de 2021:

Obrigações Pós-Fechamento. As Vendedoras obrigam-se, a realizar, às suas custas, os seguintes atos, no prazo de 6 (seis) meses contados desta data, podendo este prazo ser prorrogado por igual prazo, desde que necessário prazo adicional por comprovados motivos alheios ao controle das Vendedoras:

- (i) gerenciar e obter (a) a rescisão do Compromisso Irrevogável e Irretratável de Uso de Propriedade, celebrado entre a Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda. e a Planejadora Agrícola Campinas Ltda. – PLANAC, em 02 de março de 2015, e do Termo de Cessão de Direitos e Obrigações, celebrado em 18 de fevereiro de 2020, entre a Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda e a Sociedade, com a interveniência da Planac Planejadora Agrícola Campinas Ltda EPP; e (b) a celebração, entre a Sociedade e a Planac Planejadora Agrícola Campinas Ltda EPP, em termos favoráveis à Compradora, de Contrato de Locação, com o respectivo registro na matrícula do imóvel;

- (ii) gerenciar e obter a comprovação da SUPRAM de que a titularidade da Licença Ambiental Simplificada Nº 5374 para a Sociedade, conforme deferido pela SUPRAM no Ofício SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-NAO nº1/2021, já foi alterada no sistema da SUPRAM;
 - (iii) gerenciar e obter a celebração, de aditivo ao Termo de Responsabilidade de Averbação e Preservação de Reserva Legal com Aditivo de Compensação de Reserva Legal, datado de 21 de agosto de 2020, para constar que a área de Reserva Legal localizada no imóvel registrado no Ofício do Registro de Imóveis de Coromandel/MG, sob número 26.179, Livro nº 2 Registro Geral, é de 32,6822ha, com a respectiva averbação na matrícula do imóvel.
- Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda das empresas UFV Brisas Suaves SPE S.A e FCR VII Usinas de Energia Fotovoltaica. Em 31 de maio de 2021, foi celebrado o fechamento da aquisição de Brisas, com a quitação do preço acordado, e aporte na SPE do capital necessário para quitação dos mútuos entre Brisas e vendedores. Nesta mesma data, foi realizado o adiantamento do preço de aquisição da FCR. A administração possui a expectativa de concluir o fechamento da compra da FCR em agosto quando então ocorrerá o aporte de capital na FCR para quitação dos mútuos entre FCR e vendedores.

Pela aquisição da totalidade das ações adquiridas das SPEs Brisas e FCR VII Usinas de Energia Fotovoltaica (Januária) e pelo aporte de capital nestas duas SPEs para quitação dos mútuos aqui citados, a Companhia desembolsará o montante de R\$ 24.000 (sem atualização monetária), sendo: R\$ 4.296 liquidados em 4 de março de 2021 (a título de adiantamento do preço de Brisas e FCR a dois dos vendedores), R\$ 13.664 liquidados em 31 de maio de 2021 (compreendendo: (i) saldo do preço de Brisas devido aos demais vendedores, (ii) aporte de capital em Brisas para esta poder quitar os mútuos com os vendedores, e (iii) adiantamento do preço de FCR aos demais vendedores) e o saldo a pagar de R\$ 6.213 (aporte de capital em FCR para quitação dos mútuos), o que ocorrerá apenas na data do fechamento da compra de FCR prevista para acontecer em agosto, totalizando R\$ 24.173 refletindo o IPCA.

- Em 26 de março de 2021 a Companhia firmou, com condições suspensivas, Acordo de Investimentos com a Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda e Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. Em 31 de maio de 2021 ocorreu o fechamento da operação para aporte de capital em seis SPEs, localizadas nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo, a saber: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda, Usina de Energia Fotovoltaica Paracatu I Ltda, Usina de Energia Fotovoltaica Solatio Várzea Paraíso Ltda, Solatio Energia Gestão de Projetos de Castilho I Ltda, Solatio Energia Gestão de Projetos de Cassilândia II Ltda e Solatio Energia Gestão de Projetos de Cassilândia 138.
- Em 26 de março de 2021 a Companhia assinou, sob certas condições suspensivas, o contrato de compra e venda de ações com Grande Sertão Company Ltda., para a aquisição de 1/3 das quotas da Grande Sertão de energia Fotovoltaica II Ltda., com sede na Cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Alvorada, pelas quais pagará o valor de R\$ 3.961. Em 29 de junho de 2021 as Condições Precedentes não foram atendidas e o Contrato de Compra e Venda de Quotas foi rescindido.

- Em 1º de abril de 2021 a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações com o Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e adquiriu 20% das ações do complexo Babilônia Sul, considerando a aquisição de 5 SPE's localizadas no Estado da Bahia (Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A., Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A, Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A, Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A e Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A), pelas quais pagará o valor de R\$ 66.423 composto da seguinte forma: (i) R\$ 36.000– preço de aquisição preliminar a ser pago em 1º de junho de 2023 – deverá ser validado mediante conclusão do projeto e efetiva capacidade de geração; (ii) R\$ 30.423 pago em 5 de abril de 2021. O fechamento do negócio ocorreu na mesma data de assinatura do contrato.

Abaixo segue ativo vendido:

- Em 30 de junho de 2021, através de Contrato de Compra e Venda de Ações, a companhia alienou 72,22% de sua participação na sociedade ao preço de R\$ 7.222.(sete milhões, duzentos e vinte e dois mil) a ser pago em 02 dias úteis da data de realização do pagamento das obrigações, vinculadas ao cumprimento de certas obrigações do vendedor que tem data limite de 24 de setembro de 2021 para ocorrer, conforme termos do fechamento do CCVA.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO ARES 1, REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Combinadas

Grupo Ares 1

31 de dezembro de 2020 e 2019
com Relatório do Auditor Independente

Grupo Ares 1

Demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas.....	1
Balanço patrimonial combinado	4
Demonstração do resultado combinado.....	6
Demonstração do resultado abrangente combinado	7
Demonstração combinada das mutações do acervo líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa combinado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Grupo Ares 1
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Ares 1 ("Grupo") que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do acervo líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada, do Grupo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as entidades que fazem parte do Grupo a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC-1SP214160/O-5

Grupo Ares 1

Balanço patrimonial combinado
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Combinado	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	41.521	272
Impostos a recuperar		293	2
Instrumentos financeiros derivativos	6	744	-
Partes relacionadas		2	-
Outros ativos		199	-
Total do ativo circulante		42.759	274
Ativo não circulante			
Caixa restrito		766	-
Investimentos	7	221.755	91.224
Imobilizado	8	80.114	-
Intangível		1.266	-
Direito de uso	9	3.016	-
Total ativo não circulante		306.917	91.224
Total do ativo		349.676	91.498

	Notas	Combinado	
		31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante			
Fornecedores	10	21.289	29
Obrigações trabalhistas e tributárias		1.230	3
Passivo de arrendamento	13	15	-
Partes relacionadas	12	421	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	14	28.647	-
Outros passivos		70	-
Total do passivo circulante		51.672	32
Passivo não circulante			
Fornecedores	10	2	-
Empréstimos e financiamentos	12	36.960	-
Passivo de arrendamento	13	3.206	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	14	60.685	59.656
Opções de compra de ações outorgadas	15	35.443	-
Total do passivo não circulante		136.296	59.656
Total do acervo líquido	16	161.708	31.810
Total do passivo e acervo líquido		349.676	91.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Ares 1

Demonstração do resultado combinado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Combinado	
		31/12/2020	31/12/2019
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(2.004)	(706)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(2.978)	(2.018)
Outras despesas operacionais	17	(617)	(1)
Total das despesas operacionais		(5.599)	(2.725)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.777	13
Despesas financeiras		(44.008)	(2)
Resultado financeiro líquido	18	(42.231)	11
Prejuízo do exercício		(47.830)	(2.714)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Ares 1

Demonstração do resultado abrangente combinado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(47.830)	(2.714)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(47.830)	(2.714)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Ares 1

Demonstração combinada das mutações do acervo líquido
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Acervo líquido combinado
Saldos em 1º de janeiro de 2019	784
Aumento de capital social	33.740
Prejuízo do exercício	(2.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	31.810
Aumento de capital social	177.062
Adiantamento para futuro aumento de capital	666
Prejuízo do exercício	(47.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	161.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Ares 1

Demonstração do fluxo de caixa combinado
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(47.830)	(2.714)
Ajustes no lucro para:		
Valor justo das opções de compra de ações	35.443	-
Equivalência patrimonial	2.978	2.018
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	(1.712)	-
Juros sobre passivos de arrendamento	227	-
Encargos sobre contas a pagar por compra de investimentos	8.151	-
Amortização direito de uso	61	-
Encargos de dívidas com partes relacionadas	58	-
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Instrumentos derivativos recebidos (pagos) líquidos	968	-
Impostos a recuperar	(291)	(2)
Outros ativos	(199)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	21.091	12
Obrigações tributárias	1.218	3
Outros passivos	71	-
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais	20.234	(683)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito	(766)	-
Caixa adquirido de combinação de negócios	58	-
Aquisição de investimentos	(77.350)	(1.733)
Aporte de capital nas investidas	(34.635)	(31.853)
Adições ao imobilizado	(79.113)	-
Juros capitalizados	190	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	(191.616)	(33.586)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	177.062	33.740
Adiantamento para aumento de capital	666	-
Captação de empréstimos e financiamentos	36.770	-
Pagamento de passivos de arrendamento	(332)	-
Pagamento partes relacionadas	(1.535)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	212.631	33.740
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	41.249	(529)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	272	801
No fim do exercício	41.521	272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

As entidades incluídas nas demonstrações financeiras combinadas, apresentadas a seguir, são operadas conjuntamente, como uma unidade formando um conglomerado econômico, aqui identificado como “Grupo Ares 1” ou “Grupo”, são controladas pelo PERFIN ARES I Fundo de Investimento em Participações - IE. As atividades das entidades do Grupo estão resumidas como segue:

- A Ares 1 Participações S.A. (“Ares 1”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000, a Ares 1 tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, possuindo participações societárias nas seguintes coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2020:

Investidas CDV		Parque Eólico	Dados das investidas		
			Capacidade instalada em MW	Localidade	Data prevista para início de operação
VENTOS DE SANTO ARTHUR ENERGIA RENOVAVEIS S.A.	Coligada	Ventos Santa Martina 01	63	Riachuelo	Set/2021
VENTOS DE SANTA ALICE HOLDING S.A.	Coligada	Ventos Santa Martina 10	63	Ruy Barbosa	Out/2021
VENTOS DE SANTA AMELIA ENERGIA RENOVAVEIS S.A.	Coligada	Ventos Santa Martina 01	63	Caiçara do Rio do Vento	Dez/2021
VENTOS DE SANTA SARA HOLDING S.A..	Coligada	Ventos Santa Martina 13	67,2	Riachuelo	Nov/2021
VENTOS DE SANTA SOFIA HOLDING S.A..	Coligada	Ventos Santa Martina 14	63	Caiçara do Rio do Vento	Jan/2022
VENTOS DE SANTO FELIPE HOLDING S.A..	Coligada	Ventos Santa Martina 11	63	Riachuelo	Nov/2021
VENTOS DE SANTO MIZAEI HOLDING S.A..	Coligada	Ventos Santa Martina 12	63	Bento Fernandes	Dez/2021
VENTOS DE SANTO ABELARDO ENERGIA RENOVAVEIS S.A.	Coligada	Ventos São Januário 23	58,8	Ruy Barbosa	Fev/2022
BRÍGIDA SOLAR SPE S.A.	Controlada	-	31,5	São José do Belmonte-PE	Jun/2021
BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.	Controlada	-	31,5	São José do Belmonte-PE	Jun/2021

Para fins de elaboração destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou as demonstrações financeiras consolidadas da Ares 1 Participações S.A., preparadas de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (IFRS 10), que consolidam as demonstrações financeiras da Ares 1 e suas controladas Brígida Solar SPE S/A e Brígida 2 Solar SPE S/A.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- A Ares One Participações S.A. ("Ares One") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. A Ares One foi constituída em 31 de agosto de 2020 sob a denominação de SF 222 Participações Societárias S.A., tendo por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020, a Ares One não possuía participação societária em outras entidades, uma vez que seus investimentos foram transferidos por meio de cisão parcial para a Ares Eyner Participações S.A.

- A Ares Eyner Participações S.A. ("Ares Eyner") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que foi constituída em 22 de dezembro de 2020, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. tendo por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, possuindo participações societárias nas seguintes coligadas em 31 de dezembro de 2020, as quais foram incorporadas a partir da cisão parcial da Ares One Participações S.A., descrita anteriormente.

Investidas CDV	Dados das Investidas		
	Capacidade instalada em MW	Localidade	Início de operação até
Ventos de São Leão I Energias Renováveis	67,5	Lajes - RN	set-23
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis	67,1	Caiçara do Rio do Vento - RN	set-23
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis	67,5	São Tomé - RN	set-23
Ventos de São Longino Energias Renováveis	67,5	Caiçara do Rio do Vento - RN	set-23
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis	66,1	Lajes - RN	set-23
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis	66,1	Lajes - RN	set-23
Ventos de São Luigi Energias Renováveis	67,5	São Tomé - RN	set-23
Ventos de São Luís Energias Renováveis	64,9	Caiçara do Rio do Vento - RN	set-23
	534,2		

- A UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A ("Goverde") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que foi constituída em 4 de junho de 2020, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. A Goverde tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com endereço situado em Petrolina no Estado de Pernambuco, com capacidade de geração de 4MWac (5MW pico). A usina encontrava-se com 95% da construção concluída no final do exercício de 2020, tendo iniciado sua operação em 9 de março de 2021. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 22.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem continuar gerando impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Nos escritórios administrativos das entidades do Grupo, foi instituído sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passou a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe trabalhando remotamente.

Além disso, foi enviado por e-mail os protocolos de higienização e a adoção de álcool em gel em todos os ambientes das entidades que fazem parte do Grupo, com orientações para o uso de máscaras e os testes recorrentes para detectar a doença, incluindo essas orientações também para os canteiros de obras e refeitórios das empresas do Grupo.

O início original do suprimento de energia das Brígida Solar e Brígida 2 Solar estava previsto para janeiro de 2021, contudo, foi reconhecido pela ANEEL o pleito de excludente de responsabilidade de 120 dias solicitado por tais entidades devido aos impactos da COVID-19, postergando o início do suprimento de energia para maio de 2021, sem qualquer penalização regulatória para essas entidades (não houve a aplicação de multas nem a geração de qualquer passivo regulatório nesse sentido). Os contratos com os fornecedores (de obras civis, equipamentos etc.) tampouco sofreram qualquer tipo de aplicação de multas e/ou geração de passivos. Vale ressaltar também que, pela velocidade de implantação do projeto, nenhum contrato incorreu em reajuste de valores por conta de inflação. Quanto a UFV Goverde, não houve impacto no andamento e no custo da obra da usina, a qual já se encontrava 95% concluída em 31 de dezembro de 2020, e dentro do prazo de finalização para fevereiro de 2021. Para cumprir esses prazos a Goverde matinha reuniões semanais com os coordenadores da obra e equipe interna de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar a obra. Não houve atrasos na obra e a Goverde não sofreu nenhuma penalidade como pagamentos de multas. Conforme mencionado anteriormente, a Goverde iniciou sua operação em 9 de março de 2021.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Impactos relacionados à COVID 19--Continuação

O Grupo não utilizou nenhum benefício fiscal em função da COVID-19, e não houve renegociação de prazos e valores com clientes. Com relação ao risco cambial (painéis fotovoltaicos importados) da Brígida Solar e Brígida 2 Solar, o Grupo utilizou um instrumento de derivativo para se proteger de tal risco, não aplicável a UFV Goverde pois os contratos eram todos em Reais e nenhum equipamento foi importado. Não houve aplicação de multas e/ou geração de passivos.

Para cumprir os prazos de construção das usinas as empresas Brígida Solar, Brígida 2 Solar e UFV Goverde mantinham reuniões semanais com os coordenadores da obra e equipe interna de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar a obra.

O Grupo Ares 1 não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras combinadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras combinadas, que alterasse essa situação.

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis

O Grupo Ares 1 aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e estão em conformidade com a NBC TG 44 - Demonstrações Combinadas, exclusivamente para atender às necessidades específicas do Grupo, uma vez que não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) .

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas demonstrações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo Ares 1, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras combinadas ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 12 de agosto de 2021.

2.3. Base para combinação

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Ares 1 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que são de reponsabilidade da Administração do Grupo Ares 1, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, as informações históricas relacionadas à totalidade das atividades do Grupo Ares 1, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras combinadas estabelecidos pelos órgãos reguladores.

As demonstrações financeiras combinadas estão sendo apresentadas para fornecimento de informações adicionais sobre as operações do Grupo Ares 1, e não representam as demonstrações financeiras individuais das entidades incluídas na combinação, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período passado ou futuro.

O propósito de apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas é fornecer informações históricas do Grupo Ares 1, para fins exclusivos de inclusão no prospecto de oferta pública inicial de ações da Comerc Participações S.A., para que potenciais investidores e financiadores possam ter por meio de uma única demonstração financeira, as informações históricas relacionadas à totalidade das atividades do Grupo Ares 1. A Administração entende que a apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas, proporcionam informações relevantes, úteis e significativas do Grupo Ares 1, bem como sua posição financeira para os exercícios apresentados.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

No processo de combinação, todas as entidades estiveram sob o controle comum nos exercícios compreendidos nessas demonstrações financeiras combinadas ou desde suas respectivas datas de constituição ou aquisição. Dessa forma, os dados foram combinados considerando 100% do total dos ativos, passivos e acervo líquido.

Os seguintes critérios foram adotados para a combinação das informações financeiras de cada empresa participante da combinação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as entidades;
- (ii) Transações, saldos e ganhos não realizados entre as empresas participantes da combinação são eliminados. Os lucros (prejuízos) não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido;
- (iii) As políticas contábeis das empresas combinadas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistências das políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes entidades, quando aplicável:

Empresas	Grupo de Controle		
	Influência na	% de	% de
	Entidade	Participação	Participação
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Ares 1 Participações S.A. (consolidado)	Controle direto	100%	100%
UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S. A	Controle direto	100%	100%
Ares Eyner Participações S.A.	Controle direto	100%	100%
Ares One Participações S.A.	Controle direto	100%	100%

As informações financeiras das entidades incluídas nestas demonstrações financeiras combinadas estão apresentadas abaixo:

Descrição	Total do ativo		Total do acervo líquido		Prejuízo do exercício	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ares 1 Participações S.A. (consolidado)	242.332	91.498	124.593	31.810	(31.402)	(2.714)
UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A.	16.916	-	16.178	-	(172)	-
Ares Eyner Participações S.A.	90.421	-	20.956	-	(7.343)	-
Ares One Participações S.A.	7	-	(19)	-	(8.913)	-
	349.676	91.498	349.676	91.498	(47.830)	(2.714)

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Declaração de continuidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as entidades Brígida Solar S.A., Brígida 2 Solar S.A., e UFV Goverde, encontravam-se em fase de implementação da infraestrutura das usinas solares fotovoltaicas, sendo que em 9 de março de 2021 a UFV Goverde entrou em operação comercial, e 26 de junho de 2021 as Brígidassolares entraram em operação comercial. Deste modo, na data base de 30 de junho de 2021, somente as controladas em conjunto, das quais as entidades Ares Eyner e Ares 1 possuem participação de apenas 20% do patrimônio líquido, estão em fase de construção das usinas eólicas, portanto, a Administração do Grupo Perfin não estima um montante significativo de Capex.

As entidades em operação, possuem contratos de longo prazo, entre 5 (cinco) e 20 (vinte) anos, no qual estima-se um faturamento para 2021 aproximado de R\$23 mil e a partir de 2022 de aproximadamente R\$ 35 mil oriundos principalmente da geração de energia solar fotovoltaica, demonstrando que a Administração do Grupo Perfin empreende em projetos de geração de energia, apenas após a venda a longo prazo e com garantias reais, de parte da capacidade energética das usinas em desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2020, e em 30 de junho de 2021, o Grupo Ares 1 apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 8.913 e R\$ 107.235 respectivamente.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2020 o capital comprometido e não integralizado do FIP Ares 1 é de R\$ 434 mil, dos quais R\$ 200 mil foram dados em garantia para a dívida de Ares One com o Itaú e R\$234 mil para fazer face aos investimentos nas coligadas, dos quais R\$42 mil foram aportados subsequentemente. Adicionalmente, possui linhas de empréstimos pré-aprovados com instituições financeiras reconhecidas no mercado, principalmente na liberação de financiamentos para construção de empreendimentos de energia elétrica, sendo que as Holdings possuem empréstimos captados e debêntures emitidas, com prazo para início de amortização somente em 2022, quando as entidades já terão um fluxo estável de receita e de suas operações, e nas investidas os empréstimos são de longo-prazo. A Administração ressalta que o Grupo possui um montante residual já pré-aprovado a ser recebido, de aproximadamente R\$200 mil junto ao Banco Itaú entre empréstimo Ponte e finanças bancárias.

Os aportes de capital e as obrigações financeiras firmadas pelas entidades do Grupo Perfin, são principalmente para aportar capital nas suas coligadas, com o intuito de atender as necessidades operacionais e aquisição de imobilizado (Capex), para conclusão das suas usinas. O grupo estima que o gasto remanescente para finalizar a construção das usinas eólicas em 31 de dezembro de 2020, corresponde aproximadamente R\$ 230 mil, dos quais R\$135 mil seriam no exercício a findar-se em 2021.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Declaração de continuidade--Continuação

Com base nos fatos dispostos acima, a Administração do Grupo Ares 1 avaliou a capacidade em continuar operando e entende que os recursos financeiros a serem recebidos, são suficientes para conclusão das construções e cobrir os custos de administração, operação e manutenção, e continuidade de suas operações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material, que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas estão sendo apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional das empresas que individualmente compõem as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Ares 1. As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para o Real utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.6. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Combinação de negócios e ágio--Continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho decorrente de compra vantajosa na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

2.7. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Controlada em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos das entidades do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo às coligadas ou controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Investimentos--Continuação

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações dentro do Grupo, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida.

Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes nas demonstrações financeiras individuais. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada ou na controlada em conjunto, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do acervo líquido.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento, assim é determinado a cada término do exercício social, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas ou controladas em conjunto sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas ou controladas em conjunto e o valor contábil, e reconhece o montante dessa perda em "Participação em lucros de controlada ou controlada em conjunto" na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a controlada ou controlada em conjunto, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada ou controlada em conjunto, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.9. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou que não são negociados em mercados ativos, o Grupo faz as avaliações por meio de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Administração do Grupo periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e aplica o tratamento contábil e/ou divulgações julgadas adequadas para cada situação.

As empresas que compõem as demonstrações financeiras combinadas são tributadas de acordo com os regimes tributários abaixo:

Empresa	Regime de tributação
Ares 1 Participações S/A	Lucro real
Brígida Solar SPE S/A	Lucro presumido
Brígida 2 Solar SPE S/A	Lucro presumido
UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S/A	Lucro presumido
Ares Eyner Participações S/A	Lucro real
Ares One Participações S/A	Lucro real

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro (IFRIC 23), o Grupo avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens à serem destacados dentro de suas práticas.

2.11. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

2.13. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo de arrendamento, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso, conforme demonstrados na Nota 8.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.14. Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisão para perda do valor recuperável de ativos--Continuação

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)--Continuação

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. O Grupo não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. O Grupo não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- (a) *Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado*: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- (b) *Ativos financeiros a custo amortizado*: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (a) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem empréstimos com partes relacionadas e, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos e financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, o Grupo considera:

- (a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- (b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (d) Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. O Grupo não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- (b) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.16. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de taxa de juros. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

2.17. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possui processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão ou efetuada divulgação adicional.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possui nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos - vide Nota 3.1 c). Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.14.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa como taxa de juros entre 9,13% e 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento, por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

2.20. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020

O Grupo avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, concluindo que não houve impacto relevante nas suas demonstrações financeiras combinadas.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15(R1) / IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26(R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8);
- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16); e
- Estrutura conceitual para relatório financeiro (CPC 00 (R2) / *Conceptual Framework*)

2.21. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB- *International Accounting Standards Board* e não vigentes

Adicionalmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Substituição do IFRS 4 Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato;

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação, incluindo as principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB- *International Accounting Standards Board* e não vigentes--Continuação

O Grupo está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras combinadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras combinadas. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação a vida útil do ativo imobilizado e do período de amortização do direito de uso, provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, mensuração do custo orçado dos projetos e valor justo de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. O Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

ii) Estimativas e premissas--Continuação

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) *Determinação a vida útil dos ativos imobilizados e do período de amortização do direito de uso*

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo do prazo estimado de 25 anos de concessão dos pareceres de acesso de micro e minigeração distribuídas de energia (4% a.a.) para todos os bens que compõe os ativos operacionais do Grupo, bem como de acordo com a vida útil estimada dos demais ativos conforme a seguir representado:

- Máquinas e Equipamentos - 10 anos.
- Outros ativos imobilizados - 10 anos

O período de amortização do direito de uso é definido com base no prazo dos respectivos contratos de arrendamento.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

ii) Estimativas e premissas--Continuação

d) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado ativo, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

e) *Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

O Grupo reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Aquisições

a) Aquisições em 2020 pela Ares 1 Participações S.A.

Em 19 de junho de 2020, a Ares 1 Participações S.A. adquiriu controle de 99,99% de participação nas SPEs ("sociedades de propósito específico") Brígida Solar e Brígida 2 Solar, que tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica.

As combinações de negócios acima foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 2.6.

A Ares 1 Participações S.A. efetuou como consequência da aquisição destas combinações de negócios a alocação do preço de aquisição, identificando ativos intangíveis de vida útil definida assim registrados:

	Brígida Solar	Brígida 2 Solar
Ativo intangível		
Acordo de compra de energia	172	257
Direito de autorização	358	469
Total	530	726
Vida útil definida	20,5 anos	20,5 anos

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

4. Aquisições--Continuação

a) Aquisições em 2020 pela Ares 1 Participações S.A.--Continuação

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo na data da aquisição.

	Brígida Solar	Brígida 2 Solar	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	42	16	58
Imobilizado	310	441	751
Acordo de compra de energia	172	257	429
Direito de autorização	358	469	827
Total de ativos	882	1.183	2.065
Passivos			
Fornecedores	(6)	(133)	(139)
Obrigações tributárias	(1)	(8)	(9)
Partes relacionadas	(865)	(1.032)	(1.897)
Total de Passivos	(872)	(1.173)	(2.045)
Total dos ativos líquidos	10	10	20

Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Ares 1 Participações S.A. contratou avaliador independente que elaborou a devida avaliação do valor justo dos ativos e passivos assumidos na data da aquisição, sendo estes os valores divulgados acima. Considerando que as aquisições ocorreram em 2020 não foram identificados quaisquer fatos e circunstâncias que tenham afetado a mensuração dos valores inicialmente reconhecidos.

Os ativos imobilizados das empresas foram avaliados de acordo com a metodologia ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas vigentes, e o seu valor justo do ativo imobilizado é de R\$ 310 na Brígida Solar e R\$ 441 na Brígida 2 Solar, não resultando em apuração de mais valia visto que os valores contábeis estão em linha com a avaliação realizada.

Também foi objeto de avaliação os ativos intangíveis relativos aos direitos de autorização no valor total de R\$ 827 e de acordo de compra de energia (*purchase power agreement*) no valor total R\$ 429, resultando em uma mais valia de mesmo valor visto não estarem anteriormente registrados nas empresas adquiridas.

Desde a data da aquisição, as entidades adquiridas pela Ares 1 Participações S.A. contribuíram para o resultado do Grupo com prejuízo líquido de R\$ 1.023. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, o prejuízo acumulado consolidado teria sido acrescido, em função desta aquisição, em R\$ 1.890.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

4. Aquisições--Continuação

a) Aquisições em 2020 pela Ares 1 Participações S.A.--Continuação

Ativos adquiridos e passivos assumidos--Continuação

A Ares 1 Participações S.A. registrou o valor estimado desta combinação de negócios baseada no valor justo do acervo líquido adquirido, e identificou os seguintes ativos intangíveis na aquisição de controle, da seguinte forma:

	Brígida Solar	Brígida 2 Solar
Data de aquisição	19/06/2020	19/06/2020
Preço pago	10	10
Participação adquirida	99,99%	99,99%
Valor contábil	(520)	(716)
Valor justo	10	10
Valor justo da parcela adquirida	10	10
Contraprestação transferida pela aquisição	10	10
Acordo de compra de energia	172	257
Direito de autorização	358	469

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	-	1
Bancos conta movimento	29.774	268
Aplicações financeiras	11.747	3
Total	41.521	272

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento em renda fixa com liquidez imediata e aplicações automáticas vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a Administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,5% em 31 de dezembro de 2019).

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a duas opções (*call*) com vencimento em 1º de março de 2021, contratadas pela controladora Ares 1 para importações futuras dos módulos solar das suas investidas Brígida Solar e Brígida 2 Solar, visando cobrir riscos relacionados a variação cambial, permite definir o valor máximo para o preço futuro de compra do dólar (preço de exercício), mediante pagamento de prêmio pelo cliente, tendo sido contabilizados no resultado financeiro.

Operação	Contraparte	Moeda	Nocional	Início	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	MTM (31/12/2020)
Call	Banco Itaú	Dólar	MR\$ 42.000	09/11/2020	01/03/2021	Preço de exercício R\$5,60/USD	N/A (prêmio de MR\$803 já pago)	372
Call	Banco Itaú	Dólar	MR\$ 42.000	03/12/2020	01/03/2021	Preço de exercício R\$5,60/USD	N/A (prêmio de MR\$649 já pago)	372
								744

A movimentação das operações com instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019 está assim demonstrada:

	31/12/2020
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2019	-
Variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Nota 18)	1.712
Liquidação financeira	(968)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	744

7. Investimentos

A composição dos investimentos do Grupo Ares 1 em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

Descrição	Participação societária	Ágio na aquisição de investimentos	Saldo em 31/12/2020
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	8.165	8.351	16.516
Ventos de Santa Alice Holding S/A	7.176	8.630	15.806
Ventos de Santa Amelia Energias Renováveis S.A.	5.847	8.683	14.530
Ventos de Santa Sara Holding S/A	7.702	9.216	16.918
Ventos de Santa Sofia Holding S/A	11.648	8.617	20.265
Ventos de Santo Felipe Holding S/A	7.759	8.662	16.421
Ventos de Santo Mizael Holding S/A	6.539	8.638	15.177
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	7.773	7.930	15.703
Subtotal Ares 1 (a)	62.609	68.727	131.336
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	4.634	6.723	11.357
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	4.609	6.723	11.332
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A.	4.609	6.772	11.381
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	4.609	6.772	11.381
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	4.608	6.626	11.234
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	4.609	6.626	11.235
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	4.610	6.772	11.382
Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.	4.610	6.507	11.117
Subtotal Ares Eyner (b)	36.898	53.521	90.419
Total Investimentos	99.507	122.248	221.755

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

Descrição	Participação societária	Ágio na aquisição de investimentos	Saldo em 31/12/2019
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	4.508	8.351	12.859
Ventos de Santa Alice Holding S/A	4.290	8.630	12.920
Ventos de Santa Amelia Energias Renováveis S.A.	4.175	8.683	12.858
Ventos de Santa Sara Holding S/A	4.602	9.216	13.818
Ventos de Santa Sofia Holding S/A	4.237	8.617	12.854
Ventos de Santo Felipe Holding S/A	4.297	8.662	12.959
Ventos de Santo Mizael Holding S/A	4.318	8.638	12.956
Total (a)	30.427	60.797	91.224

- (a) Em 14 de março de 2019, a Ares 1 firmou contrato de compra e venda de ações com a Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com objetivo de adquirir 20% das ações das 7 coligadas do complexo Rio dos Ventos II pelo montante de R\$ 61.388.

Em 13 de março e 28 de abril de 2020, a Ares 1 firmou dois aditamentos do contrato de compra de ações com a Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os quais incluíram, além da aquisição de 20% das ações das coligadas do complexo Rio dos Ventos II a aquisição de 20% das ações da Ventos de Santo Abelardo Energia Renováveis S.A. e atualizaram o preço de aquisição total das ações adquiridas das 8 coligadas para o montante de R\$ 70.152.

Deste montante, a Ares 1 efetuou o pagamento de R\$ 39.773 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 1.732 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, permanecendo um contas a pagar por aquisição de investimentos, no montante de R\$ 28.647, cujo prazo de vencimento original era em 1º de agosto de 2021 que foi prorrogado para outubro de 2021.

Em consequência da transação da compra de participação das 8 SPEs do complexo Rio dos Ventos II, a Ares 1 contabilizou ágio nessa aquisição de investimentos, no montante de R\$ 68.727.

O grupo reconhece o ágio em conformidade com as práticas contábeis detalhadas na Nota 2.6, inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Em 19 de abril de 2020, a Ares 1 celebrou o Termo de Fechamento de Acordo de Investimento e Outras avenças, no qual adquiriu a 99,99% das ações de emissão das SPEs Brígida Solar e Brígida 2 Solar, pelo montante de R\$ 20, gerando ágio na aquisição de investimentos, no montante de R\$ 1.256. Durante o exercício de 2020, a Ares 1 efetuou aportes de capital nessas empresas, nos montantes de R\$ 24.014 na Brígida Solar e R\$ 24.010 na Brígida 2 Solar.

- (b) As investidas estão em fase pré-operacional e por isso não apresentam receita no exercício de 2020 com previsão de entrada em operação em setembro de 2023.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisição de investimentos	Ágio na aquisição de investimentos	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S/A	12.859	-	-	4.257	(600)	16.516
Ventos de Santa Alice Holding S/A	12.920	-	-	3.218	(332)	15.806
Ventos de Santa Amelia Energias Renováveis S/A	12.858	-	-	2.030	(358)	14.530
Ventos de Santa Sara Holding S/A	13.818	-	-	3.446	(346)	16.918
Ventos de Santa Sofia Holding S/A	12.854	-	-	7.686	(275)	20.265
Ventos de Santo Felipe Holding S/A	12.959	-	-	3.773	(311)	16.421
Ventos de Santo Mizaël Holding S/A	12.956	-	-	2.545	(324)	15.177
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S/A	-	361	7.930	7.680	(268)	15.703
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S/A	-	4.677	6.722	-	(11)	-
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S/A	-	4.626	6.723	-	(11)	-
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S/A	-	4.626	6.772	-	(11)	-
Ventos de São Longino Energias Renováveis S/A	-	4.626	6.772	-	(11)	-
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S/A	-	4.626	6.627	-	(11)	-
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S/A	-	4.627	6.626	-	(11)	-
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S/A	-	4.627	6.772	-	(11)	-
Ventos de São Luis Energias Renováveis S/A	-	4.627	6.507	-	(11)	-
Total	91.224	37.423	61.451	34.635	(2.978)	221.755

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está assim apresentada:

Descrição	Aquisição de investimento	Ágio na aquisição de investimentos	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S/A	337	8.351	4.931	(760)	12.859
Ventos de Santa Alice Holding S/A	58	8.630	4.445	(213)	12.920
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S/A	4	8.683	4.397	(226)	12.858
Ventos de Santa Sara Holding S/A	48	9.216	4.774	(220)	13.818
Ventos de Santa Sofia Holding S/A	71	8.617	4.369	(203)	12.854
Ventos de Santo Felipe Holding S/A	26	8.662	4.469	(198)	12.959
Ventos de Santo Mizaël Holding S/A	49	8.638	4.467	(198)	12.956
Total de investimentos	593	60.797	31.852	(2.018)	91.224

As informações das empresas investidas (coligadas) que fazem parte do Grupo Ares 1 estão abaixo apresentadas:

a) Empresas investidas (coligadas) de Ares 1

Saldo em 31/12/2020	Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas	Patrimônio Líquido	Participação da Ares 1		Dados das investidas		Resultado do Exercício
				no Capital		Ativo	Passivo	
				Social				
	VENTOS DE SANTO ARTHUR ENERGIA RENOVAVEIS S/A	35.157.773	40.774	20%	97.722	56.948	(2.943)	
	VENTOS DE SANTA ALICE HOLDING S/A.	26.467.875	35.819	20%	90.538	54.719	(1.666)	
	VENTOS DE SANTA AMELIA ENERGIA RENOVAVEIS S/A	26.467.875	29.176	20%	70.153	40.977	(1.802)	
	VENTOS DE SANTA SARA HOLDING S/A.	28.157.766	38.445	20%	101.463	63.018	(1.741)	
	VENTOS DE SANTA SOFIA HOLDING S/A.	26.538.436	57.924	20%	122.660	64.736	(1.345)	
	VENTOS DE SANTO FELIPE HOLDING S/A.	26.315.054	38.731	20%	92.429	53.698	(1.566)	
	VENTOS DE SANTO MIZAEŁ HOLDING S/A.	26.423.714	32.461	20%	85.994	53.533	(1.603)	
	VENTOS DE SANTO ABERLARO ENERGIA RENOVAVEIS S/A	6.125.900	38.815	20%	39.442	627	(1.571)	

Saldo em 31/12/2020

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

a) Empresas investidas (coligadas) de Ares 1--Continuação

Saldo em 31/12/2019

Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas	Patrimônio Líquido	Participação da Ares 1		Dados das investidas		Resultado do Exercício
			no Capital Social	%	Ativo	Passivo	
VENTOS DE SANTO ARTHUR HOLDING S.A.	35.157.773	22.552	20%		23.432	880	(3.801)
VENTOS DE SANTA ALICE HOLDING S/A.	26.467.875	21.450	20%		21.896	447	(1.065)
VENTOS DE SANTA AMELIA HOLDING S/A	26.467.875	20.878	20%		21.051	173	(1.131)
VENTOS DE SANTA SARA HOLDING S/A.	28.157.766	23.006	20%		23.147	141	(1.100)
VENTOS DE SANTA SOFIA HOLDING S/A.	26.538.436	21.182	20%		21.292	110	(1.016)
VENTOS DE SANTO FELIPE HOLDING S/A.	26.315.054	21.486	20%		21.602	116	(988)
VENTOS DE SANTO MIZAEL HOLDING S/A.	26.423.714	21.592	20%		21.757	165	(991)

b) Empresas investidas (coligadas) de Ares Eyner

Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas	Patrimônio Líquido	Participação da Ares Eyner		Dados das investidas		Resultado do Exercício
			no Capital Social	%	Ativo	Passivo	
Ventos De São Leão I Energias Renováveis S.A.	4.600.494	23.168	20%		24.794	1.626	(284)
Ventos De São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.044	20%		23.074	30	(161)
Ventos De Santa Livia Energias Renováveis S.A.	4.639.234	23.046	20%		23.076	30	(149)
Ventos De São Longino Energias Renováveis S.A.	4.658.034	23.043	20%		23.074	31	(152)
Ventos De São Lucio I Energias Renováveis S.A.	4.640.034	23.043	20%		23.077	34	(152)
Ventos De São Ludgero Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.046	20%		23.077	31	(149)
Ventos De São Luigi Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.046	20%		23.077	31	(149)
Ventos De São Luis Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.046	20%		23.077	31	(149)

As investidas estão em fase pré-operacional e por isso não apresentam receita no exercício de 2020 com previsão de entrada em operação em setembro de 2023.

O valor incorporado a pagar para o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia pela aquisição das 8 SPEs do complexo Rio dos Ventos II de R\$ 54.082 mais a correção pela variação do IPCA no valor de R\$ 7.267 conforme Nota 9, tendo sido pago no exercício de 2020 R\$664, ficando um saldo no contas a pagar de R\$ 60.685 pela aquisição de investimento, que deverá ser pago em uma única parcela no dia 1º de março de 2023.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado líquido

Descrição	Imobilizado líquido em 31/12/2020
Projetos em andamento	2.037
Adiantamentos contratos de importação	3.966
Construção em andamento	73.671
Juros capitalizados	190
Terrenos	250
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.114

(*) Os saldos de ativo imobilizado líquido apresentados acima, referem-se aos seguintes projetos:

UFV Goverde - Projeto de implantação e as máquinas e equipamentos da usina de micro e minigeração de energia fotovoltaica, localizada em Petrolina no Estado de Pernambuco, com capacidade de geração de 4MWac (5MW pico). A construção da usina está 100% concluída e entrou em operação em 9 de março de 2021.

Os bens relativos ao imobilizado da UFV Goverde, encontram-se livres de quaisquer ônus ou garantias em obrigações assumidas por ela.

Brígida Solar e Brígida 2 Solar - Projeto de duas usinas de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com capacidade instalada conjunta de 78,5MW pico (63MWac). As obras foram concluídas em abril de 2021 e tiveram a operação comercial junho de 2021. Assim que ocorrerem todas as liberações do financiamento do projeto, os bens do imobilizado serão alienados fiduciariamente, como garantia do empréstimo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 29 de setembro de 2020.

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	31/12/2019	Adições	Ativos adquiridos em combinação de negócios	31/12/2020
Terrenos	-	250	-	250
Projetos em andamento	-	1.286	751	2.037
Adiantamentos contratos de importação	-	3.966	-	3.966
Construção em andamento	-	73.671	-	73.671
Juros capitalizados	-	190	-	190
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	79.363	751	80.114

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

9. Direito de uso

Os valores relativos ao direito de uso registrados no ativo não circulante são oriundos do impacto da adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16) e advém principalmente de contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica da Brígida Solar e Brígida 2 Solar. Trata-se de 8 contratos celebrados por um período de 33 anos com vigência entre 2020 e 2053. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 2.18.

A movimentação do direito de uso dos ativos, apresenta foi a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>
Adições	3.077
Amortizações	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.016</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não apurou despesas referentes aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

10. Fornecedores

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	21.291	29
Total	<u>21.291</u>	<u>29</u>
Total circulante	21.289	29
Total não circulante	2	-

O saldo de fornecedores nacionais e internacionais em 31 de dezembro de 2020 se refere, principalmente, aos projetos de construção dos parques de geração de energia fotovoltaica. Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em 29 de setembro de 2020, no montante de R\$ 96.098, atualizado por IPCA + 0,88% a.a., com carência de 18 meses com amortização mensal, com início a partir de fevereiro de 2022 e com última parcela em outubro de 2040, representando um financiamento de 20 anos, para construção das usinas fotovoltaicas da Brígida Solar e Brígida 2 Solar, através dos recursos oriundos do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Como garantias haverá cartas de fiança emitidas pelo Banco Itaú, do montante desembolsado pelo BNB até a conclusão física-financeira do projeto, quando então o BNB poderá trocar a fiança pelas garantias do projeto; nesse momento, os bens serão dados em garantia ao BNB. Adicionalmente, haverá garantias específicas através dos seguintes instrumentos contratuais:

- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Centralização de Recebíveis dos contratos a serem firmados;
- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes;
- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos da Concessão/Autorização;
- Contrato de Penhor das Ações;
- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Constituição da Conta Reserva de O&M; e
- Fiança dos Acionistas;

O contrato possui *covenants* financeiro para manutenção do comprometimento da capacidade de pagamento abaixo de 70%, Fundo de Liquidez, Conta Reserva de O&M, geração acima de 90% do P90 da e certificação da geração de energia.

Esses *covenants* serão exigidos a partir de dezembro de 2022.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2020 foi como segue:

Movimentação de empréstimos e financiamentos	31/12/2020
Saldo Inicial	-
Captações	37.166
Juros incorridos capitalizados	190
Custos de transação a amortizar	(396)
Saldo final	36.960
Não circulante	36.960

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O cronograma de amortização da dívida junto ao BNB em 31 de dezembro de 2020, sem consideração dos juros futuros, é como segue:

	2022	2023	2024	2025	A partir de 2025	Total
Empréstimos e financiamentos	966	1.152	1.502	1.564	31.776	36.960

12. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, os membros do Conselho de Administração do Grupo Ares 1, formado pelas empresas relacionadas na Nota 2.3, não são remunerados. Desta forma, as empresas do Grupo não incorreram em gastos relacionados a remuneração de diretores nos exercícios de 2020 e 2019.

Mútuos com partes relacionadas

Os mútuos com partes relacionadas têm prazo de vencimento indeterminado, e juros de 0,25% ao mês.

O valor dos contratos de mútuo celebrados com as acionistas Sindustrial e Solatio Desenvolvimento, fundadoras de Brígida Solar e Brígida 2 Solar em favor do Grupo são:

	Juros a.m.	Saldo em 31/12/2019	Passivos adquiridos na combinação de negócios	Juros	Pagamentos	Valor
Socio Sindustrial	0,25%	-	933	28	(803)	158
Socio Solatio Desenvolvimento	0,25%	-	964	30	(732)	263
Total		-	1.897	58	(1.535)	421

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

13. Passivo de arrendamentos

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 e estão distribuídos da seguinte forma:

Na Brígida Solar e Brígida 2 Solar advém, principalmente, das obrigações assumidas com 8 contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 33 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2053. Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 2.18, com taxa de juros 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel.

Na UFV Goverde, onde os pagamentos do arrendamento dos terrenos incluem apenas pagamentos fixos, após o terceiro ano de vigência os valores serão reajustados de acordo com a variação acumulada do IGPM/FGV a cada período de 12 (doze) meses. O contrato não tem valores a serem pagos sob garantias de valor residual. O contrato tem uma opção de compra do imóvel no valor de R\$ 70 a serem reajustados anualmente pela variação acumulada do IGPM/FGV abatidos os valores já pagos.

Na UFV Goverde advém, principalmente, das obrigações assumidas com 1 contrato de arrendamento de terreno onde está implantado o empreendimento de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 25 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2045. O arrendamento foi contabilizado de acordo com as práticas contábeis mencionadas na nota 2.18, com taxa de juros 9,13% em linha com o prazo do contrato de aluguel.

A movimentação dos passivos de arrendamento é como segue:

	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Adições	11.077	(7.751)	3.326
Pagamentos	(332)	-	(332)
Atualização monetária	-	227	227
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.745	(7.524)	3.221
Circulante			15
Não circulante			3.206

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos de arrendamento de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

Vencimento de Passivo de Arrendamento	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2025	Total
Brígida Solar	6	153	153	153	153	4.363	4.981
Brígida 2 Solar	6	159	159	159	159	4.548	5.190
UFV Goverde	24	24	24	24	25	453	574
Total	336	336	336	336	337	9.064	10.745

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

14. Contas a pagar por aquisição de investimentos

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Contas a pagar - Ares 1 (Nota 7)	28.647	59.656
Contas a pagar - Ares Eyner (Nota 7)	60.685	-
Total	89.332	59.656
Total circulante	28.647	-
Total não circulante	60.685	59.656

15. Opções de compra de ações outorgadas

Descrição	Saldo em 31/12/2020
Ares 1	
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S/A	3.333
Ventos de Santa Alice Holding S/A	3.333
Ventos de Santa Amelia Energias Renováveis S/A	3.333
Ventos de Santa Sara Holding S/A	3.546
Ventos de Santa Sofia Holding S/A	3.333
Ventos de Santo Felipe Holding S/A	3.333
Ventos de Santo Mizael Holding S/A	3.333
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S/A	3.120
Sub total	26.663
Ares Eyner	
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S/A	1.110
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S/A	1.103
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S/A	1.110
Ventos de São Longino Energias Renováveis S/A	1.110
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S/A	1.086
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S/A	1.086
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S/A	1.110
Ventos de São Luís Energias Renováveis S/A	1.066
Sub total	8.780
Total	35.443

Ares 1 Participações S.A.: O contrato de compra e venda de ações celebrado com o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em 13 de março de 2019 para a aquisição dos investimentos listados na Nota 7 e aditados em 13 de março e 28 de abril de 2020, previa a outorga de opção de compra para o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 30% das ações das coligadas adquiridas pela Ares 1, ou seja, 6%. O preço de aquisição de tais ações será calculado pelo preço dos aportes de capital efetuado pela Ares 1 corrigidos por IPCA + 7,3% a.a. e poderá ser exercido entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de maio de 2030. A Ares 1 calculou o valor justo desta opção de compra, considerando a diferença entre o valor de mercado destas coligadas e o preço de exercício e contabilizou um passivo em contrapartida de despesa no resultado, no montante de R\$ 26.663.

Ares Eyner Participações S.A.: O contrato de compra e venda de ações celebrado com o Salus

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em 30 de setembro de 2020 quando da aquisição dos investimentos listados na Nota 7, previa a outorga de opção de compra para o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 30% das ações das coligadas adquiridas pela Ares Eyner, ou seja, 6%. O preço de aquisição de tais ações será calculado pelo preço dos aportes de capital efetuado pela Ares Eyner corrigidos de IPCA + 7,3% a.a. e poderá ser exercido entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2031. A Ares Eyner calculou o valor justo desta opção de compra, considerando a diferença entre o valor de mercado destas coligadas e o preço de exercício e contabilizou passivo em contrapartida de despesa no resultado, no montante de R\$ 8.780.

Considerando que é provável o exercício de tais opções pela contraparte a Companhia reconhece em seu passivo, em contrapartida do resultado financeiro, as obrigações relacionadas às opções, pelo valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em conformidade com o pronunciamento CPC 48 / IFRS 9.

As informações sobre a metodologia utilizada para cálculo das opções acima, bem como os inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo estão incluídos na Nota 20.

16. Acervo líquido combinado

O valor do acervo líquido combinado foi apurado através da somatória das respectivas contas integrantes do acervo líquido das sociedades utilizadas no processo de combinação.

O controle do Grupo Ares 1 é composto fundo PERFIN ARES I Fundo de Investimento em Participações - IE, o qual possui participações de 100% nas empresas que foram combinadas nesta demonstração financeira.

17. Despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas gerais e administrativas	(2.004)	(706)
Outras despesas operacionais	(617)	(1)
	(2.621)	(707)
Serviços de auditoria e consultoria	(374)	(261)
Serviços advocatícios	(619)	(387)
Serviços e despesas em geral	(776)	(22)
Serviços consultoria de engenharia	(235)	(36)
Despesas tributárias	(356)	-
Amortização do direito de uso	(61)	-
Outras despesas operacionais	(200)	(1)
	(2.621)	(707)

18. Resultado financeiro

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados financeiros apresentados pelo Grupo foram conforme descritos abaixo:

	2020	2019
Receitas financeiras		
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	1.712	-
Rendimentos de aplicações financeiras	65	13
Subtotal	1.777	13
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos de arrendamento	(227)	-
Despesas com opções compras de investimentos (*)	(35.443)	-
Encargos sobre contas a pagar por compra de investimentos	(8.151)	-
Tarifas bancárias e juros	(187)	(2)
Subtotal	(44.008)	(2)
Total	(42.231)	11

(*) O detalhamento sobre as opções de compra de ações outorgadas sobre investimentos adquiridos estão apresentados na Nota 15.

19. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

O Grupo não tem demandas judiciais, de riscos prováveis ou possíveis em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como até a data da aprovação destas demonstrações financeiras combinadas.

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Os principais ativos financeiros do Grupo incluem, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de recursos aportados por seus acionistas e obtido junto à terceiros. Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras combinadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Descrição	31/12/2020		31/12/2019		Classificação	Nível
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo		
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	29.774	29.774	269	269	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	11.747	11.747	3	3	Valor justo por meio do resultado	1
Instrumentos financeiros (ii)	744	744	-	-	Valor justo por meio do resultado	1
Passivos financeiros						
Fornecedores	21.291	21.291	29	29	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	36.960	36.960	-	-	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	3.221	3.221	-	-	Custo amortizado	-
Contas a pagar aquisição de investimentos (i)	89.332	89.332	59.656	59.656	Custo amortizado	-
Contas a pagar contrato investimento - opção de compra e venda (Nota 15) (iii)	35.443	35.443	-	-	Valor justo por meio do resultado	2

(i) O preço de aquisição de investidas a pagar corrigido pela variação do IPCA, apurada desde 1º de dezembro de 2017 até 31 de dezembro de 2020.

(ii) Os instrumentos financeiros referem-se a uma opção de compra de dólar com vencimento em 1º de março de 2021, contratada pelo Grupo para proteger importações de equipamentos das suas investidas Complexo Rio dos Ventos Fase II Expansão da exposição à variação cambial.

Operação	Contraparte	Moeda	Nocional	Início	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	MTM (31/12/2020)
Call	Banco Itaú	Dólar	MR\$ 42.000	09/11/2020	01/03/2021	Preço de exercício R\$5,60/USD	N/A (prêmio de MR\$803 já pago)	372
Call	Banco Itaú	Dólar	MR\$ 42.000	03/12/2020	01/03/2021	Preço de exercício R\$5,60/USD	N/A (prêmio de MR\$649 já pago)	372
								744

(iii) O Valor Justo da Opção foi calculado pela metodologia de Black and Scholes, tendo como premissas: o Valor Justo do Complexo; valor de exercício da opção, sendo este o fluxo dos aportes corrigido por IPCA + 7,3% até a data de exercício; DI futuro na data de vencimento; volatilidade de 12 meses dos ativos CESP, ENGIE, ENEV, OMGE e TIET, calculado com base na variação diária dos ativo.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

O Valor Justo do Complexo foi calculado utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, partindo da consolidação anual de premissas baseadas nas projeções da companhia, que são fluxos mensais individuais de cada uma das SPEs que compõe cada complexo, e descontado pelo custo de capital próprio (ke) dos projetos.

Para o Custo de Capital Próprio: Taxa Livre de Risco, taxa histórica dos últimos 25 anos T-Bill, e Prêmio de Risco, ERP construído pelo método do CDS 10 anos.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As metodologias utilizadas pelo Grupo para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

Dívida com BNB: Como esse contrato é de longo prazo, portanto, não está contemplado no escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou o Grupo a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Gestão de riscos

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de *Compliance* e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* do Grupo. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

i) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O Grupo está exposto ao: risco de taxa de juros, risco de câmbio, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos e equivalentes de caixa.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo que está sujeito ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente da moeda funcional das empresas combinadas. Para mitigar o risco de cambial do Grupo utilizou instrumento financeiro derivativo.

Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

ii) *Risco Regulatório*

O Grupo está sujeito a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva do Grupo.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais o Grupo estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% considerando tanto um aumento quanto uma redução na taxa estabelecida no cenário provável.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

ii) *Risco Regulatório--Continuação*

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras--Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Combinado	Indexador	% do Indexador	Posição em 31/12/2020	Cenário Provável	Projeção Receitas Financeiras - Anual			
					Risco de redução Cenário I (-50%)	Risco de redução Cenário II (-25%)	Risco de aumento Cenário III (+25%)	Risco de aumento Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras				2,3246%	1,1623%	1,7435%	2,9058%	3,4869%
Aplicações financeiras - Brígida Solar SPE S.A.	CDI	98,5%	6.068	141	71	106	176	212
Aplicações financeiras - Brígida Solar 2 SPE S.A.	CDI	98,5%	4.538	105	53	79	132	158
Aplicações financeiras - Ares 1	CDI	98,5%	402	9	5	7	12	14
Aplicações financeiras - Goverde	CDI	98,5%	732	17	9	13	21	26
Total			11.740	272	138	205	341	410

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros dos empréstimos e financiamentos

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais o Grupo está exposto na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pelo Grupo, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2020; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação, respectivamente.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

ii) *Risco Regulatório--Continuação*

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros dos empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos, financiamentos - Consolidado	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 31/12/2020	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano		
					Risco de Redução Cenário I (-50%)	Risco de Aumento Cenário III (+25%)	Risco de Aumento Cenário IV (+50%)
Empréstimo e financiamentos							
Financiamento do BNB - Brígida Solar SPE S.A.	IPCA +	0,8889%	18.480	4,3494 %	2,6191 %	3,4843 %	5,2145 %
Financiamento do BNB - Brígida 2 Solar SPE S.A.	IPCA +	0,8889%	18.480	804	484	644	964
Total			36.960	1.608	968	1.288	1.927

iii) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

iv) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade de o Grupo não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos bancários, ações preferenciais e contratos de arrendamento.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de capital

O Grupo realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

O Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o Grupo incluiu dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos e arrendamentos deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	36.960	-
Passivo de arrendamento	3.221	
(-) Caixa e equivalente de caixa	(41.521)	(272)
Dívida líquida	(1.340)	(272)
Acervo líquido	161.708	31.810
Índice de endividamento líquido	(0,0083)	(0,009)

21. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2020 estão assim distribuídos:

Tipo	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Responsabilidade civil	43.874	26	30/07/2021
Risco de engenharia	43.874	232	30/07/2022
Responsabilidade civil	5.000	2	25/08/2021
Riscos Nomeados / Operacionais	18.729	18	25/08/2021

Com as conclusões das obras de Brígida Solar e Brígida 2 Solar em abril de 2021 e o início da operação em 26 de junho de 2021, e Goverde com a construção da usina 100% concluída e início de operação em 9 de março de 2021, não foram renovados os seguros de responsabilidade civil e risco de engenharia.

O seguro de responsabilidade civil para executivos (D&O) é contratado pelo Perfin e envolve todas as empresas do grupo, a apólice vence em 28/02/2022.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes

- Incorporação de ativos cindidos da Ares1 Participações S.A. pela Ares One Participações S.A.

Em 29 de março de 2021, foi feita uma cisão parcial dos ativos da Ares 1 Participações S.A. para a Ares One Participações S.A, totalizando o valor líquido do acervo cindido em R\$ 47.189, composta pelos ativos Brígida Solar e Brígida 2 Solar. Esta transação não resultará efeitos nas demonstrações financeiras combinadas, uma vez que esta foi realizada entre partes relacionadas combinadas.

- Aumento de capital na Ares 1 Participações S.A.

Em 15 de abril de 2021, os acionistas aprovaram um aumento do capital social mediante a emissão de 42.189 (quarenta e dois milhões, cento e noventa mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando, portanto, um aumento no montante de R\$ 42.189, as quais são totalmente subscritas nesta data, o capital social que era de R\$ 137.811 passou para R\$ 180.000, totalmente subscrito e parcialmente integralizado o valor de R\$ 48.770 no primeiro semestre de 2021.

- Início da operação comercial da Goverde.

A construção da usina UFV Goverde foi totalmente concluída, sendo a usina energizada, conectada na rede de distribuição e encontrando-se em operação desde março de 2021. Entre janeiro a maio de 2021, a Goverde gerou 2.952 MW/h, tendo sido 2.024 MWh entre março e maio.

- Início da operação comercial das Usinas Brígida Solar e Brígida 2 Solar em junho de 2021.

Conforme Despacho nº 1.917/2021 e 1.918/2021 emitidos pela ANEEL no dia 25 de junho de 2021, liberando as unidades geradoras Brígida Solar e Brígida 2 Solar para o início da operação comercial partir do dia 26 de junho de 2021.

- Em 29 de janeiro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social da Ares Eyner para R\$ 52.666, mediante a emissão de 16.161 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 16.161 totalmente subscritas parcialmente integralizadas nesta data.
- A Ares One realizou uma emissão privada de debêntures, em 12 de janeiro de 2021, onde foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 100.000, realizada em série única, sendo remuneradas pelo CDI+2,00% ao ano. As debêntures terão prazo de vencimento em 12 de janeiro de 2022, e serão amortizadas em 1 (uma) única parcela.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS COMBINADAS DO GRUPO ARES 1,
REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Intermediárias Combinadas

Grupo Ares 1

30 de junho de 2021
com Relatório de Revisão do Auditor Independente

Grupo Ares 1

Demonstrações financeiras intermediárias combinadas

30 de junho de 2021

Índice

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias combinadas 1

Demonstrações financeiras intermediárias combinadas revisadas

Balanço patrimonial intermediário combinado.....3

Demonstração intermediária combinada do resultado.....5

Demonstração intermediária combinada do resultado abrangente.....6

Demonstração intermediária combinada das mutações do acervo líquido 7

Demonstrações intermediárias combinadas dos fluxos de caixa.....8

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas 9

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias combinadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grupo Ares 1
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial combinado do Grupo Ares 1 (“Grupo”) em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações combinadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias combinadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias combinadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras combinadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias combinadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34.



Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas do Grupo para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós ou por outro auditor independente.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

Grupo Ares 1

Balanço patrimonial intermediário combinado
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Combinado	
		30/06/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	25.991	41.521
Contas a receber de clientes	4	8.038	-
Impostos a recuperar		368	293
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	744
Partes relacionadas		-	2
Outros ativos		151	199
Total do ativo circulante		34.548	42.759
Ativo não circulante			
Caixa restrito		2.567	766
Investimentos	6	269.932	221.755
Imobilizado	7	260.051	80.114
Direito de uso	8	2.969	3.016
Intangível		1.305	1.266
Total ativo não circulante		536.824	306.917
Total do ativo		571.372	349.676

	Notas	Combinado	
		30/06/2021	31/12/2020
Passivo circulante			
Fornecedores		3.907	21.289
Obrigações trabalhistas e tributárias		664	1.230
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	107.073	-
Passivo de arrendamento	11	12	15
Partes relacionadas	10	421	421
Contas a pagar por aquisição de investimento	12	29.705	28.647
Outros passivos		-	70
Total do passivo circulante		141.782	51.672
Passivo não circulante			
Fornecedores		2	2
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	121.238	36.960
Passivo de arrendamentos	11	3.352	3.206
Instrumentos financeiros derivativos	5	2.204	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	12	62.969	60.685
Opções de compra de ações outorgadas	13	79.550	35.443
Total do passivo não circulante		269.315	136.296
Total do acervo líquido	14	160.275	161.708
Total do passivo e acervo líquido		571.372	349.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Ares 1

Demonstração intermediária combinada do resultado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Combinado	
		30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)
Receita operacional líquida	15	17.539	-
Custos de venda de energia	16	(12.151)	-
Resultado bruto		5.388	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(3.974)	(1.549)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.626)	(744)
Outras despesas operacionais	-	(47)	-
Total das despesas operacionais		(6.647)	(2.293)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.259)	(2.293)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		196	-
Despesas financeiras		(55.408)	(973)
Resultado financeiro líquido	17	(55.212)	(973)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(56.471)	(3.266)
Imposto de renda e de contribuição social - correntes	18	(349)	-
Prejuízo do período		(56.820)	(3.266)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Ares 1

Demonstração intermediária combinada do resultado abrangente
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)
Prejuízo do período	(56.820)	(3.266)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	(56.820)	(3.266)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Ares 1

Demonstração intermediária combinada das mutações do acervo líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Acervo líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	31.810
Aumento de capital social	53.125
Prejuízo do período	(3.266)
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>81.669</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	161.708
Aumento de capital social	54.906
Adiantamento para futuro aumento de capital	481
Prejuízo do período	(56.820)
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>160.275</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Ares 1

Demonstrações intermediárias combinadas dos fluxos de caixa
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Combinado	
	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(56.471)	(3.266)
Ajustes no lucro para:		
Valor justo de das opções de compra de ações	44.107	-
Equivalência patrimonial	2.626	744
Perdas (ganhos) com instrumentos financeiros derivativos	1.764	933
Juros sobre passivos de arrendamento	150	-
Encargos de dívidas de debêntures	1.071	-
Depreciação do ativo de direito de uso	47	-
Depreciação	387	-
Encargos de dívidas da compra de investimentos	3.343	-
Encargos de dívidas com partes relacionadas	-	35
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(8.038)	-
Instrumentos derivativos recebidos (pagos) líquidos	744	(2.209)
Impostos a recuperar	(75)	-
Partes relacionadas	2	-
Outros ativos	(1.169)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(17.382)	105
Obrigações trabalhistas e tributárias	(566)	9
Instrumentos derivativos recebidos (pagos) líquidos	3.174	-
Outros passivos	(70)	63
Imposto de renda e contribuição social pagos	(349)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(26.265)	(3.586)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(176.565)	(1.558)
Juros capitalizados	(3.759)	-
Aquisição ao intangível	(39)	-
Aquisição de investimentos	-	(39.793)
Aporte de capital nas investidas	(50.803)	(5.271)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	(231.166)	(46.622)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	55.572	53.125
Adiantamento para aumento de capital	(185)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	86.858	-
Captação de debêntures	100.265	-
Custos na emissão de debêntures	(602)	-
Pagamento de arrendamento	(7)	-
Partes relacionadas - ingressos de dívidas	-	1.096
Pagamento partes relacionadas	-	(1.536)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	241.901	52.685
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(15.530)	2.477
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	41.521	319
No fim do período	25.991	2.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

As entidades incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, apresentadas a seguir, são operadas conjuntamente, como uma unidade formando um conglomerado econômico, aqui identificado como “Grupo Ares 1” ou “Grupo”, são controladas pelo Perfin Ares I Fundo de Investimento em Participações - IE. As atividades das entidades do Grupo estão resumidas como segue:

- A Ares 1 Participações S.A. (“Ares 1”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000, a Ares 1 tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, possuindo participações societárias nas seguintes coligadas em 30 de junho de 2021:

Investidas CDV	Tipo de investimento	Parque Eólico	Dados das investidas		
			Capacidade instalada em MW	Localidade	Data prevista para início de operação
Ventos DE Santo Arthur Energia Renováveis S/A	Coligada	Ventos Santa Martina 01	63	Riachuelo	Set/2021
Ventos de Santa Alice Holding S/A.	Coligada	Ventos Santa Martina 10	63	Ruy Barbosa	Out/2021
Ventos de Santa Amélia Energia Renováveis S/A	Coligada	Ventos Santa Martina 01	63	Caiçara do Rio do Vento	Dez/2021
Ventos de Santa Sara Holding S/A.	Coligada	Ventos Santa Martina 13	67,2	Riachuelo	Nov/2021
Ventos de Santa Sofia Holding S/A.	Coligada	Ventos Santa Martina 14	63	Caiçara do Rio do Vento	Jan/2022
Ventos de Santo Felipe Holding S/A.	Coligada	Ventos Santa Martina 11	63	Riachuelo	Nov/2021
Ventos de Santo Mizaél Holding S/A.	Coligada	Ventos Santa Martina 12	63	Bento Fernandes	Dez/2021
Ventos de Santo Abelardo Energia Renováveis S/A	Coligada	Ventos São Januário 23	58,8	Ruy Barbosa	Fev/2022

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Ares 1 deixou de possuir participação societária nas SPEs Brígida Solar e Brígida 2 Solar, uma vez que seus investimentos foram transferidos por meio de cisão parcial de seus ativos para a Ares One Participações S.A., ocorrida em 29 de março de 2021. Considerando que essas operações foram entre partes relacionadas foram contabilizadas pelo custo amortizado, sem impacto nas demonstrações financeiras combinadas.

De janeiro até 29 de março de 2021, para fins de elaboração destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou as informações financeiras consolidadas da Ares 1 Participações S.A., e com a cisão parcial dos Ativos da SPEs Brígida Solar e Brígida 2 Solar para a Ares One Participações S.A. ocorrida em 29 de março de 2021, passou a utilizar informações financeiras consolidadas da Ares One Participações S.A..

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Ares One Participações S.A. ("Ares One") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. A Ares One foi constituída em 31 de agosto de 2020 sob a denominação de SF 222 Participações Societárias S.A., tendo por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures. Em 31 de dezembro de 2020, a Ares One não possuía participação societária em outras entidades, uma vez que seus investimentos foram transferidos por meio de cisão parcial para a Ares Eyner Participações S.A. Após a cisão parcial dos ativos das SPEs Brígida Solar e Brígida 2 Solar da Ares 1 Participações S.A para a Ares One Participações S.A. ocorrida em 29 de março de 2021, possui participações societárias nas seguintes controladas em 30 de junho de 2021:

Investidas CDV		Dados das investidas		
		Capacidade instalada em MW	Localidade	Data prevista para início de operação
BRÍGIDA SOLAR SPE S.A.	Controlada	31,5	São José do Belmonte-PE	26/06/2021
BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A.	Controlada	31,5	São José do Belmonte-PE	26/06/2021

- A Ares Eyner Participações S.A. ("Ares Eyner") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que foi constituída em 22 de dezembro de 2020, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. tendo por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, possuindo participações societárias nas seguintes coligadas em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as quais foram incorporadas a partir da cisão parcial da Ares One Participações S.A., descrita anteriormente.

Investidas CDV		Dados das Investidas		
		Capacidade instalada em MW	Localidade	Início de operação até
Ventos de São Leão I Energias Renováveis		67,5	Lajes - RN	set-23
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis		67,1	Caiçara do Rio do Vento - RN	set-23
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis		67,5	São Tomé - RN	set-23
Ventos de São Longino Energias Renováveis		67,5	Caiçara do Rio do Vento - RN	set-23
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis		66,1	Lajes - RN	set-23
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis		66,1	Lajes - RN	set-23
Ventos de São Luigi Energias Renováveis		67,5	São Tomé - RN	set-23
Ventos de São Luís Energias Renováveis		64,9	Caiçara do Rio do Vento - RN	set-23

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- A UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A (“Goverde”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, que foi constituída em 4 de junho de 2020, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. A Goverde foi constituída em 4 de junho de 2019 sob a denominação de UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda e é controlada pelo Perfin Ares I Fundo de investimento em Participações - IE que detém 99,99955% das ações.

A Goverde tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com endereço situado em Petrolina no Estado de Pernambuco, com capacidade de geração de 4MWac (5MW pico). A usina encontrava-se com 95% da construção concluída no final do exercício de 2020, tendo iniciado sua operação em 9 de março de 2021.

De janeiro a junho de 2021, o Goverde gerou 2.952 MW/h, tendo sido 2.024 MWh entre março e maio fornecidos aos contratos com a Lemon - LVM Energias Renováveis Ltda e a TIM S.A., sendo o montante de 993 MWh para o contrato com a TIM e 1.031MWh para o contrato com a Lemon, e o restante foi 928 MWh energia perdida.

1.1. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem continuar gerando impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Nos escritórios administrativos das entidades do Grupo, foi instituído sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passou a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe trabalhando remotamente.

Além disso, foi enviado por e-mail os protocolos de higienização e a adoção de álcool em gel em todos os ambientes das entidades que fazem parte do Grupo, com orientações para o uso de máscaras e os testes recorrentes para detectar a doença, incluindo essas orientações também para os canteiros de obras e refeitórios das empresas do Grupo.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Impactos relacionados à COVID 19--Continuação

O início original do suprimento de energia das Brígida Solar e Brígida 2 Solar estava previsto para janeiro de 2021, contudo, foi reconhecido pela ANEEL o pleito de excludente de responsabilidade de 120 dias solicitado por tais entidades devido aos impactos da COVID-19, postergando o início do suprimento de energia para maio de 2021, sem qualquer penalização regulatória para essas entidades (não houve a aplicação de multas nem a geração de qualquer passivo regulatório nesse sentido). Os contratos com os fornecedores (de obras civis, equipamentos etc.) tampouco sofreram qualquer tipo de aplicação de multas e/ou geração de passivos. Vale ressaltar também que, pela velocidade de implantação do projeto, nenhum contrato incorreu em reajuste de valores por conta de inflação. Quanto a UFV Goverde, não houve impacto no andamento e no custo da obra da usina, a qual foi concluída, e dentro do prazo de finalização em fevereiro de 2021, e início de operação de 9 de março de 2021.

O Grupo não utilizou nenhum benefício fiscal em função da COVID-19, e não houve renegociação de prazos e valores com clientes. Com relação ao risco cambial (painéis fotovoltaicos importados) da Brígida Solar e Brígida 2 Solar, o Grupo utilizou de instrumento financeiro derivativo para se proteger de tal risco, não aplicável a UFV Goverde pois os contratos eram todos em reais e nenhum equipamento foi importado. Não houve aplicação de multas e/ou geração de passivos.

Para cumprir os prazos de construção das usinas as empresas Brígida Solar, Brígida 2 Solar e UFV Goverde mantinham reuniões semanais com os coordenadores da obra e equipe interna de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar a obra.

O Grupo Ares 1 não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras intermediárias combinadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Adicionalmente, não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, que alterasse essa situação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis

O Grupo Ares 1 aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis- **Continuação**

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e estão em conformidade com a NBC TG 44 - Demonstrações Combinadas, exclusivamente para atender às necessidades específicas do Grupo, uma vez que não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas demonstrações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo Ares 1, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras intermediárias combinadas ocorreu na reunião de diretoria realizada em 12 de agosto de 2021.

2.3. Base para combinação

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas do Grupo Ares 1 para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021, que são de reponsabilidade da Administração do Grupo Ares 1, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, as informações históricas relacionadas à totalidade das atividades do Grupo Ares 1, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras intermediárias combinadas estabelecidos pelos órgãos reguladores.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas estão sendo apresentadas para fornecimento de informações adicionais sobre as operações do Grupo Ares 1, e não representam as demonstrações financeiras individuais das entidades incluídas na combinação, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período passado ou futuro.

O propósito de apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas é fornecer informações históricas do Grupo Ares 1, para fins exclusivos de inclusão no prospecto de oferta pública inicial de ações da Comerc Participações S.A., para que potenciais investidores e financiadores possam ter por meio de uma única demonstração financeira, as informações históricas relacionadas à totalidade das atividades do Grupo Ares 1. A Administração entende que a apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, proporcionam informações relevantes, úteis e significativas do Grupo Ares 1, bem como sua posição financeira para os períodos apresentados.

No processo de combinação, todas as entidades estiveram sob o controle comum nos períodos compreendidos nessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas ou desde suas respectivas datas de constituição ou aquisição. Dessa forma, os dados foram combinados considerando 100% do total dos ativos, passivos e acervo líquido.

Os seguintes critérios foram adotados para a combinação das informações financeiras de cada empresa participante da combinação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as entidades;
- (ii) Transações, saldos e ganhos não realizados entre as empresas participantes da combinação são eliminados. Os lucros (prejuízos) não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido;
- (iii) As políticas contábeis das empresas combinadas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistências das políticas adotadas pelo Grupo.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.3. Base para combinação--Continuação

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas incluem as seguintes entidades, quando aplicável:

	Grupo de Controle		
	Influência na Entidade	% de Participação	% de Participação
	Tipo	30/06/2021	31/12/2020
Empresas			
Brígida Solar SPE S.A.	Controle direto	100%	100%
Brígida 2 Solar SPE S.A.	Controle direto	100%	100%
Ares 1 Participações S.A.	Controle direto	100%	100%
UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S. A	Controle direto	100%	100%
Ares Eyner Participações S.A.	Controle direto	100%	100%
Ares One Participações S.A.	Controle direto	100%	100%

As informações financeiras das entidades incluídas nestas demonstrações financeiras intermediárias combinadas estão apresentadas abaixo:

D	Total do ativo		Total do acervo líquido		Resultado do período	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
escrituração						
Ares 1 Participações S.A.	176.441	180.009	98.931	124.593	(27.243)	(2.935)
Ares One Participações S.A.						
(Consolidado)	283.809	62.330	47.455	(19)	(411)	(331)
UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S. A	16.684	16.916	16.379	16.178	(930)	-
Ares Eyner Participações S.A.	94.438	90.421	(2.490)	20.956	(28.236)	-
	571.372	349.676	160.275	161.708	(56.820)	(3.266)

2.4. Declaração de continuidade

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as entidades Brígida Solar S.A., Brígida Solar 2 S.A., e UFV Goverde já se encontravam em fase operacional. Deste modo, na data base de 30 de junho de 2021, somente as controladas em conjunto, das quais as entidades Ares Eyner e Ares 1 possuem participação de apenas 20% do patrimônio líquido, estão em fase de construção das usinas eólicas, portanto, a Administração do Grupo Perfin não estima um montante significativo de Capex.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.4. Declaração de continuidade--Continuação

As entidades em operação, possuem contratos de longo prazo, entre 5 (cinco) e 20 (vinte) anos, no qual estima-se um faturamento para 2021 aproximado de R\$23.000 e a partir de 2022 de aproximadamente R\$ 35.000 oriundos principalmente da geração de energia solar fotovoltaica, demonstrando que a Administração do Grupo empreende em projetos de geração de energia, apenas após a venda a longo prazo e com garantias reais, de parte da capacidade energética das usinas em desenvolvimento.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo Ares 1 apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 107.234.

Entretanto, em 30 de junho de 2021, o capital comprometido e não integralizado do FIP Ares 1 é de R\$ 372.222, dos quais R\$ 205.000 foram dados em garantia para a dívida de Ares One com o Banco Itaú e R\$167.222 para fazer face aos investimentos nas coligadas. Adicionalmente, possui linhas de empréstimos pré-aprovados com instituições financeiras reconhecidas no mercado, principalmente na liberação de financiamentos para construção de empreendimentos de energia elétrica, sendo que o as Holdings possuem empréstimos captados e debêntures emitidas, com prazo para início de amortização somente em 2022, quando as entidades já terão um fluxo estável de receita e de suas operações, e nas investidas os empréstimos são de longo-prazo. A Administração ressalta que o Grupo possui um montante contratado de aproximadamente R\$200.000 junto ao Banco Itaú entre empréstimo Ponte e fianças bancárias.

Os aportes de capital e as obrigações financeiras firmadas pelas entidades do Grupo, são principalmente para aportar capital nas suas coligadas, com o intuito de atender as necessidades operacionais e aquisição de imobilizado (Capex), para conclusão das suas usinas. O grupo estima que o gasto remanescente para finalizar a construção das usinas eólicas em 30 de junho de 2021, corresponde aproximadamente R\$ 180.000, dos quais R\$85.000 seriam no segundo semestre de 2021. Importante mencionar que os R\$ 200.000 foram dados em garantia para a dívida de Ares One com o Banco Itaú deve ser liberado em 2022.

Com base nos fatos dispostos acima, a Administração do Grupo Ares 1 avaliou a capacidade em continuar operando e entende que os recursos financeiros a serem recebidos, são suficientes para conclusão das construções e cobrir os custos de administração, operação e manutenção, e continuidade de suas operações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material, que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias combinadas estão sendo apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional das empresas que individualmente compõem as demonstrações financeiras intermediárias combinadas do Grupo Ares 1. As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para o Real utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado dos períodos conforme o regime de competência.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias combinadas. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação a vida útil do ativo imobilizado e do período de amortização do direito de uso, provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas, mensuração do custo orçado dos projetos e valor justo de instrumentos financeiros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.6. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O Grupo Ares 1 aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. O Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do período quando identificadas.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.6. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

- c) *Determinação a vida útil dos ativos imobilizados e do período de amortização do direito de uso*

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo do prazo estimado de 25 anos de concessão dos pareceres de acesso de micro e minigeração distribuídas de energia (4% a.a.) para todos os bens que compõe os ativos operacionais do Grupo, bem como de acordo com a vida útil estimada dos demais ativos conforme a seguir representado:

- Máquinas e Equipamentos - 10 anos.
- Outros ativos imobilizados - 10 anos

O período de amortização do direito de uso é definido com base no prazo dos respectivos contratos de arrendamento.

- d) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

- e) *Provisões para riscos para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

O Grupo Ares 1 reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.7. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Grupo, na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras combinadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e nela descritas na Nota 2. Essas demonstrações contábeis intermediárias combinadas devem ser lidas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras combinadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 27 de julho de 2021.

Aquisições e cisões ocorridas em 2020 e 2021

a) *Aquisições em 2020 pela Ares 1 Participações S.A.*

Em 19 de junho de 2020, a Ares 1 Participações S.A. adquiriu controle de 99,99% de participação nas SPEs ("sociedades de propósito específico") Brígida Solar e Brígida 2 Solar, que tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica.

A Ares 1 Participações S.A. efetuou como consequência da aquisição destas combinações de negócios a alocação do preço de aquisição, identificando ativos intangíveis de vida útil definida assim registrados:

	Brígida Solar	Brígida 2 Solar
Ativo Intangível		
Acordo de compra de energia	172	257
Direito de autorização	358	469
Total	530	726
Vida útil definida	20,5 anos	20,5 anos

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo na data da aquisição.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.7. Principais práticas contábeis--Continuação

Aquisições e cisões ocorridas em 2020 e 2021--Continuação

a) *Aquisições em 2020 pela Ares 1 Participações S.A.--Continuação*

	Brígida Solar	Brígida 2 Solar	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	42	16	58
Imobilizado	310	441	751
Acordo de compra de energia	172	257	429
Direito de autorização	358	469	827
Total de Ativos	882	1.183	2.065
Passivos			
Fornecedores	(6)	(133)	(139)
Obrigações tributárias	(1)	(8)	(9)
Partes relacionadas	(865)	(1.032)	(1.897)
Total de Passivos	(872)	(1.173)	(2.045)
Total dos ativos Líquidos	10	10	20

Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Ares 1 Participações S.A. contratou avaliador independente que elaborou a devida avaliação do valor justo dos ativos e passivos assumidos na data da aquisição, sendo estes os valores divulgados acima. Considerando que as aquisições ocorreram em 2020 não foram identificados quaisquer fatos e circunstâncias que tenham afetado a mensuração dos valores inicialmente reconhecidos.

Os ativos imobilizados das empresas foram avaliados de acordo com a metodologia ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas vigentes, e o seu valor justo do ativo imobilizado é de R\$ 310 na Brígida Solar e R\$ 441 na Brígida 2 Solar, não resultando em apuração de mais valia visto que os valores contábeis estão em linha com a avaliação realizada.

Também foi objeto de avaliação os ativos intangíveis relativos aos direitos de autorização no valor total de R\$ 827 e de acordo de compra de energia (*purchase power agreement*) no valor total R\$ 429, resultando em uma mais valia de mesmo valor visto não estarem anteriormente registrados nas empresas adquiridas.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, incluindo as principais políticas contábeis-Continuação

2.7. Principais práticas contábeis--Continuação

Aquisições e cisões ocorridas em 2020 e 2021--Continuação

a) *Aquisições em 2020 pela Ares 1 Participações S.A.--Continuação*

Ativos adquiridos e passivos assumidos--Continuação

Desde a data da aquisição, as entidades adquiridas pela Ares 1 Participações S.A. contribuíram para o resultado do Grupo com prejuízo líquido de R\$ 1.023. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício de 2020, o prejuízo do período findo em 30 de junho de 2020 consolidado teria sido acrescido, em função desta aquisição, em R\$ 3.266.

A Ares 1 Participações S.A. registrou o valor estimado desta combinação de negócios baseada no valor justo do acervo líquido adquirido, e identificou os seguintes ativos intangíveis na aquisição de controle, da seguinte forma:

	Brígida Solar	Brígida 2 Solar
Data de aquisição	19/06/2020	19/06/2020
Preço pago	10	10
Participação adquirida	99,99%	99,99%
Valor contábil	(520)	(716)
Valor justo	10	10
 Valor justo da parcela adquirida	 10	 10
Contraprestação transferida pela aquisição	10	10
Acordo de compra de energia	172	257
Direito de autorização	358	469

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	24.475	29.781
Aplicações financeiras	1.516	11.740
Total	25.991	41.521

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de Caixa--Continuação

As aplicações referem-se a fundos de investimento em renda fixa com liquidez imediata, a aplicações automáticas vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 98,5% do CDI em 30 de junho de 2021 (98,5% em 31 de dezembro de 2020).

4. Contas a receber de clientes

Compostos basicamente por valores a vencer decorrentes de comercialização de energia elétrica.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes - faturados	800	-
Contas a receber de clientes - não faturados (i)	7.238	-
Total	8.038	-

(i) Os saldos de clientes "não faturados" são compostos por provisões de vendas de energia, cujo consumo de energia ocorreu até 30 de junho de 2021 e o faturamento ocorreu no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês subsequente ao consumo.

5. Instrumentos financeiros derivativos

Ativo circulante

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a duas opções (*call*) com vencimento em 1º de março de 2021, contratadas pela controladora Ares 1 para importações futuras dos módulos solar das suas investidas Brígida Solar e Brígida 2 Solar, visando cobrir riscos relacionados a variação cambial, permite definir o valor máximo para o preço futuro de compra do dólar (preço de exercício), mediante pagamento de prêmio pelo cliente, tendo sido contabilizados no resultado financeiro.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Ativo circulante--Continuação

Operação	Contraparte	Moeda	Nocional	Início	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	MTM (31/12/2020)
Call	Banco Itaú	Dólar	MR\$ 42.000	09/11/2020	01/03/2021	Preço de exercício R\$ 5,60/USD	N/A (prêmio de MR\$803 já pago)	372
Call	Banco Itaú	Dólar	MR\$ 42.000	03/12/2020	01/03/2021	Preço de exercício R\$ 5,60/USD	N/A (prêmio de MR\$649 já pago)	372
								744

A movimentação das operações com instrumentos financeiros derivativos no período de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	1.712
Liquidação financeira	(968)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	744
Variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	440
Liquidação financeira	(1.184)
Saldo em 30 de junho de 2021	-

Passivo não circulante

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se à *non-deliverable forwards* (NDFs) com vencimentos conforme quadro abaixo, contratadas pela controladora Ares Eyner para importações futuras de equipamentos dos parques eólicos das suas investidas Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis, Ventos de São Lucio I Energias Renováveis, Ventos de São Luigi Energias Renováveis, Ventos de São Luís Energias Renováveis e RDVE Subholding S.A, visando cobrir riscos relacionados a variação cambial e permite definir o valor máximo para o preço futuro de compra do Dólar Americano, Euro e Yuan (preço de exercício), mediante pagamento de prêmio pelo cliente, tendo sido contabilizados no resultado financeiro.

Operação	Moeda	Valor Nocional	Cotação de Fechamento R\$	Contraparte	Início	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Resultado MTM 30/06/21 Valor justo
NDF em Moedas	USD	4.497	5,0022	Itaú BBA	24-jun-21	22-mai-23	22.137	22.550	414
NDF em Moedas	EUR	4.288	5,9276	Itaú BBA	24-jun-21	22-mai-23	25.362	26.071	709
NDF em Moedas	CNY	37.990	0,7747	Itaú BBA	24-jun-21	22-mai-23	27.777	28.859	1.082
Total									2.204

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Passivo não circulante--Continuação

A movimentação das operações com instrumentos financeiros derivativos no período de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Varição do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos Brígida Solar	1.866
Liquidação financeira Brígida Solar	(1.866)
Varição do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos Brígida 2 Solar	1.308
Liquidação financeira Brígida 2 Solar	(1.308)
Varição do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos Ares Eyner	2.204
Saldo em 30 de junho de 2021	2.204

6. Investimentos

A composição dos investimentos do Grupo Ares 1 em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Investimentos em junho de 2021

Descrição	Participação societária	Ágio na aquisição de investimentos	Saldo em 30/06/2021
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	11.698	8.351	20.049
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	16.030	8.630	24.660
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	9.990	8.683	18.673
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	15.435	9.216	24.651
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	11.444	8.617	20.061
Ventos de Santo Felipe Holding S.A.	14.622	8.662	23.284
Ventos de Santo Mizael Holding S.A.	14.483	8.638	23.121
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	13.139	7.930	21.069
Subtotal Ares 1	106.841	68.727	175.568
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	5.101	6.723	11.824
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	5.066	6.626	11.692
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	5.075	6.772	11.847
Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.	5.054	6.507	11.561
RDVE Subholding S.A.	20.547	26.893	47.440
Subtotal Ares Eyner	40.843	53.521	94.364
Total de investimentos	147.684	122.248	269.932

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

Investimentos em dezembro de 2020

Descrição	Participação societária	Ágio na aquisição de investimentos	Saldo em 31/12/2020
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	8.165	8.351	16.516
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	7.176	8.630	15.806
Ventos de Santa Amelia Energias Renováveis S.A.	5.847	8.683	14.530
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	7.702	9.216	16.918
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	11.648	8.617	20.265
Ventos de Santo Felipe Holding S.A.	7.759	8.662	16.421
Ventos de Santo Mizael Holding S.A.	6.539	8.638	15.177
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	7.773	7.930	15.703
Subtotal Ares 1 (a)	62.609	68.727	131.336
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	4.634	6.723	11.357
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	4.609	6.723	11.332
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A.	4.609	6.772	11.381
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	4.609	6.772	11.381
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	4.608	6.626	11.234
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	4.609	6.626	11.235
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	4.610	6.772	11.382
Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.	4.610	6.507	11.117
Subtotal Ares Eyner (b)	36.898	53.521	90.419
Total - Investimentos	99.507	122.248	221.755

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Transferência de investimentos (*)	Saldo em 30/06/2021
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	16.516	3.883	(350)	-	20.049
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	15.806	9.030	(176)	-	24.660
Ventos de Santa Amelia Energias Renováveis S.A.	14.530	4.654	(511)	-	18.673
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	16.918	7.882	(149)	-	24.651
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	20.265	10	(214)	-	20.061
Ventos de Santo Felipe Holding S.A.	16.421	7.020	(157)	-	23.284
Ventos de Santo Mizael Holding S.A.	15.177	8.112	(168)	-	23.121
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	15.703	5.531	(165)	-	21.069
Subtotal Ares 1	131.336	46.122	(1.890)	-	175.568
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	11.357	882	(232)	(12.007)	-
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	11.332	545	(53)	-	11.824
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A.	11.381	578	(97)	(11.862)	-
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	11.381	578	(97)	(11.862)	-
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	11.234	511	(53)	-	11.692
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	11.235	571	(97)	(11.709)	-
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	11.382	518	(53)	-	11.847
Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.	11.117	498	(54)	-	11.561
RDVE Subholding S.A.	-	-	-	47.440	47.440
Subtotal Ares Eynor	90.419	4.681	(736)	-	94.364
Total de investimentos	221.755	50.803	(2.626)	-	269.932

(*) Transferência de Investimentos em SPEs. - Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, os investimentos diretos nas SPEs Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A., Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A. foram transferidos para a coligada RDVE Subholding S.A., sem alterar os montantes de investimentos e equivalência patrimonial reconhecidos pelo Grupo

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisição de investimentos	Ágio na aquisição de investimentos	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	12.859	-	-	4.257	(600)	16.516
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	12.920	-	-	3.218	(332)	15.806
Ventos de Santa Amelia Energias Renováveis S.A.	12.858	-	-	2.030	(358)	14.530
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	13.818	-	-	3.446	(346)	16.918
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	12.854	-	-	7.686	(275)	20.265
Ventos de Santo Felipe Holding S.A.	12.959	-	-	3.773	(311)	16.421
Ventos de Santo Mizael Holding S.A.	12.956	-	-	2.545	(324)	15.177
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	-	361	7.930	7.680	(268)	15.703
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	-	4.677	6.722	-	(42)	11.357
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	-	4.626	6.723	-	(17)	11.332
Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A.	-	4.626	6.772	-	(17)	11.381
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	-	4.626	6.772	-	(17)	11.381
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	-	4.626	6.627	-	(19)	11.234
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	-	4.627	6.626	-	(18)	11.235
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	-	4.627	6.772	-	(17)	11.382
Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.	-	4.627	6.507	-	(17)	11.117
Total	91.224	37.423	61.451	34.635	(2.978)	221.755

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

As informações das empresas investidas que fazem parte do Grupo Ares 1 estão abaixo apresentadas:

(a) Empresas investidas de Ares 1

	Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Saldo em 30/06/2021				Dados das investidas				Resultado do Exercício
			Patrimônio Líquido	no Capital Social	no Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Ativo	Passivo			
	Ventos De Santo Arthur Energia Renováveis S.A.	35.157.773	58.488	20%	20%	-	249.417	188.199	(1.752)		
	Ventos De Santa Alice Holding S.A.	26.467.875	80.157	20%	20%	-	80.157	-	(877)		
	Ventos De Santa Amelia Energia Renováveis S.A.	26.467.875	49.946	20%	20%	-	134.928	84.982	(2.556)		
	Ventos De Santa Sara Holding S.A.	28.157.766	77.177	20%	20%	-	77.177	-	(741)		
	Ventos De Santa Sofia Holding S.A.	26.538.436	57.471	20%	20%	-	57.471	-	(825)		
	Ventos De Santo Felipe Holding S.A..	26.315.054	73.113	20%	20%	-	73.113	-	(784)		
	Ventos De Santo Mizael Holding S.A.	26.423.714	72.532	20%	20%	-	72.532	-	(723)		
	Ventos De Santo Abelardo Energia Renováveis S.A.	6.125.900	65.692	20%	20%	-	139.800	74.108	(828)		
			Saldo em 31/12/2020								
	Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Participação da Ares 1				Dados das investidas				Resultado do Exercício
			Patrimônio Líquido	no Capital Social	no Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Ativo	Passivo			
	Ventos De Santo Arthur Energia Renováveis S.A.	35.157.773	40.774	20%	-	-	97.722	56.948	(2.943)		
	Ventos De Santa Alice Holding S.A.	26.467.875	35.819	20%	-	-	90.538	54.719	(1.666)		
	Ventos De Santa Amelia Energia Renováveis S.A.	26.467.875	29.176	20%	-	-	70.153	40.977	(1.802)		
	Ventos De Santa Sara Holding S.A.	28.157.766	38.445	20%	-	-	101.463	63.018	(1.741)		
	Ventos De Santa Sofia Holding S.A.	26.538.436	57.924	20%	-	-	122.660	64.736	(1.345)		
	Ventos De Santo Felipe Holding S.A.	26.315.054	38.731	20%	-	-	92.429	53.698	(1.566)		
	Ventos De Santo Mizael Holding S.A.	26.423.714	32.461	20%	-	-	85.994	53.533	(1.603)		
	Ventos De Santo Abelardo Energia Renováveis S.A.	6.125.900	38.815	20%	-	-	39.442	627	(1.571)		
	Brigida Solar Spe S.A.	50.999.998	22.997	100%	-	-	58.831	35.834	(845)		
	Brigida 2 Solar Spe S.A.	50.999.998	22.803	100%	-	-	54.703	31.900	(1.045)		

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

(b) Empresas investidas de Ares Eynor

Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Saldo em 30/06/2021				Dados das investidas			
		Participação da Ares Eynor		no Capital Social		Receita Líquida	Ativo	Passivo	Resultado do período
		Patrimônio Líquido	no Patrimônio Líquido	no Capital Social	no Patrimônio Líquido				
RDVE Subholding S.A.	18.607.796	99.247	20%	20%	20%	-	99.247	-	(206)
Ventos De São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	4.639.034	25.503	20%	20%	20%	-	25.607	-	(266)
Ventos De São Lucio I Energias Renováveis S.A.	4.640.034	25.333	20%	20%	20%	-	25.437	-	(265)
Ventos De São Luigi Energias Renováveis S.A.	4.639.034	25.368	20%	20%	20%	-	25.472	-	(268)
Ventos De São Luís Energias Renováveis S.A.	4.639.034	25.268	20%	20%	20%	-	25.372	-	(268)
Saldo em 31/12/2020									
Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Participação da Ares Eynor				Dados das investidas			
		no Capital Social		no Patrimônio Líquido		Receita Líquida	Ativo	Passivo	Resultado do Exercício
		Patrimônio Líquido	no Capital Social	no Patrimônio Líquido	no Patrimônio Líquido				
Ventos De São Leão I Energias Renováveis S.A.	4.690.494	23.168	20%	20%	20%	-	24.794	1.626	(284)
Ventos De São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.044	20%	20%	20%	-	23.074	30	(151)
Ventos De Santa Livia Energias Renováveis S.A.	4.639.234	23.046	20%	20%	20%	-	23.076	30	(149)
Ventos De São Longino Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.043	20%	20%	20%	-	23.074	31	(152)
Ventos De São Lucio I Energias Renováveis S.A.	4.640.034	23.043	20%	20%	20%	-	23.077	34	(152)
Ventos De São Ludgero Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.046	20%	20%	20%	-	23.077	31	(149)
Ventos De São Luigi Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.046	20%	20%	20%	-	23.077	31	(149)
Ventos De São Luís Energias Renováveis S.A.	4.639.034	23.046	20%	20%	20%	-	23.077	31	(149)

As investidas estão em fase pré-operacional e por isso não apresentam receita no período findo em 30 de junho de 2021, com previsão de entrada em operação em setembro de 2023.

O valor incorporado a pagar para o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia pela aquisição das 8 SPEs do complexo Rio dos Ventos II de R\$ 54.082 mais a correção pela variação do IPCA no valor de R\$ 8.887 conforme Nota 9, tendo sido pago no período R\$664, ficando um saldo no contas a pagar de R\$ 62.969, que deverá ser pago em uma única parcela no dia 1º de março de 2023.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

Descrição	Custo	30/06/2021	31/12/2020	
		(-) Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Terrenos	250	-	250	250
Projetos em andamento	-	-	-	2.037
Adiantamentos contratos de importação	-	-	-	3.966
Construção em andamento	-	-	-	73.671
Edificações, obras civis e benfeitorias	294	(3)	291	-
Máquinas e equipamentos	259.894	(384)	259.510	-
Juros capitalizados	-	-	-	190
Total	260.438	(387)	260.051	80.114

- (*) Os saldos de ativo imobilizado líquido apresentados acima, referem-se aos seguintes projetos:

UFV Goverde - Projeto de implantação e as máquinas e equipamentos da usina de micro e minigeração de energia fotovoltaica, localizada em Petrolina no Estado de Pernambuco, com capacidade de geração de 4MWac (5MW pico). A construção da usina está 100% concluída e entrou em operação em 9 de março de 2021.

Os bens relativos ao imobilizado da UFV Goverde, encontram-se livres de quaisquer ônus ou garantias em obrigações assumidas por ela.

Brígida Solar e Brígida 2 Solar - Projeto de duas usinas de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com capacidade instalada conjunta de 78,5MW pico (63MWac). As obras foram concluídas em abril de 2021 e tiveram a operação comercial junho de 2021. Assim que ocorrerem todas as liberações do financiamento do projeto, os bens do imobilizado serão alienados fiduciariamente, como garantia do empréstimo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 29 de setembro de 2020.

A movimentação do ativo imobilizado composição é apresentada como segue:

Descrição	% Taxa de depreciação	31/12/2019	Adições	Ativos adquiridos em combinação de negócios	Imobilizado líquido em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Transferências	Imobilizado líquido em 30/06/2021
Terreno	-	-	250	-	250	-	-	-	250
Projetos em andamento	-	-	1.286	751	2.037	-	-	(2.037)	-
Adiantamentos contratos de importação	-	-	3.966	-	3.966	22.336	-	(26.302)	-
Construção em andamento	-	-	73.671	-	73.671	153.871	-	(227.542)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	5%	-	-	-	-	-	(3)	294	291
Máquinas e equipamentos	5%	-	-	-	-	358	(384)	259.536	259.510
Juros capitalizados	-	-	190	-	190	3.759	-	(3.949)	-
Total		-	79.363	751	80.114	180.324	(387)	-	260.051

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso

Os valores relativos ao direito de uso registrados no ativo não circulante são oriundos do impacto da adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16) e advém principalmente de contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica da Brígida Solar e Brígida 2 Solar. Trata-se de 8 contratos celebrados por um período de 33 anos com vigência entre 2020 e 2053. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 2.11, das demonstrações financeiras combinadas do grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A movimentação do direito de uso dos ativos, composição é apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Adições	3.077
Amortizações	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.016
Amortizações	(47)
Saldo em 30 de junho de 2021	2.969

No período findo em 30 de junho de 2021 o Grupo não apurou despesas referentes aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos(a)	127.577	36.960
Debêntures (b)	100.734	-
Total	228.311	36.960
Circulante	107.073	-
Não circulante	121.238	36.960

(a) Empréstimo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em 29 de setembro de 2020, no montante de R\$ 96.098, atualizados por IPCA + 0,88% a.a, com carência de 18 meses com amortização mensal, sendo a partir de fevereiro de 2022 e com última parcela em outubro de 2040, representando um financiamento de 20 anos, para construção das Usinas Fotovoltaicas de suas controladas Brígida Solar e Brígida 2 Solar, através dos recursos oriundos do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Como garantias haverá cartas de fiança emitidas pelo Banco Itaú, do montante desembolsado pelo BNB até a conclusão física-financeira do projeto, quando então o BNB poderá trocar a fiança pelas garantias do projeto; nesse momento, os bens serão dados em garantia ao BNB. Adicionalmente, haverá garantias específicas através dos seguintes instrumentos contratuais:

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Centralização de Recebíveis dos contratos a serem firmados;
- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes;
- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos da Concessão/Autorização;
- Contrato de Penhor das Ações;
- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Constituição da Conta Reserva de O&M; e
- Fiança dos Acionistas.

O contrato possui *Covenants* financeiro para manutenção do comprometimento da capacidade de pagamento abaixo de 70%, Fundo de Liquidez, Conta Reserva de O&M, geração acima de 90% do P90 da e certificação da geração de energia.

Esses *Covenants* serão exigidos a partir de dezembro de 2022.

- (b) A Companhia realizou uma emissão privada de debêntures, em 12 de janeiro de 2021, onde foram emitidas 100.275 (cem mil, duzentas e setenta e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 100.275, realizada em série única, sendo remuneradas pelo CDI+2,00% ao ano, com vencimento em parcela única em 12 de janeiro de 2022.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures composição é apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Ingresso de dívidas	37.166
Juros incorridos capitalizados	190
Custos de transação a amortizar	(396)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.960
Ingressos de dívidas	187.122
Juros incorridos capitalizados sobre empréstimos e financiamentos	3.759
Juros incorridos capitalizados sobre debêntures	1.071
Custos de transação a amortizar	(601)
Saldo em 30 de junho de 2021	228.311
Total circulante	107.073
Total não circulante	121.238

O cronograma de vencimento das dívidas de longo prazo em 30 de junho de 2021 é conforme detalhe abaixo:

Empresas	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Total
Brígida Solar	-	483	576	751	782	57.427	60.019
Brígida 2 Solar	2.512	2.996	3.906	4.065	4.229	49.850	67.558
Ares One	-	100.734	-	-	-	-	100.734
Total	2.512	104.213	4.482	4.816	5.011	107.277	228.311

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, os membros do conselho de administração do Grupo Ares 1, não são remunerados. Não incorreram gastos relacionados a remuneração de diretores para o período findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo de 2020.

Mútuos com partes relacionadas

Os mútuos com partes relacionadas têm prazo de vencimento indeterminado, e juros de 0,25% ao mês.

O valor dos contratos de mútuo celebrados com as acionistas Sindustrial e Solatio Desenvolvimento, fundadoras de Brígida Solar e Brígida Solar 2 em favor do Grupo são:

	30/06/2021	31/12/2020
Socio Sindustrial	158	158
Socio Solatio Desenvolvimento	263	263
Total	421	421

	Juros a.m.	31/12/2019	Passivos adquiridos na combinação de negócios	Juros	Pagamentos	31/12/2020
Socio Sindustrial	0,25%	-	933	28	(803)	158
Socio Solatio Desenvolvimento	0,25%	-	964	30	(732)	263
Total		-	1.897	58	(1.535)	421

11. Passivo de arrendamentos

Os valores relativos a passivos de arrendamento estão distribuídos da seguinte forma:

Na Brígida Solar e Brígida 2 Solar advém, principalmente, das obrigações assumidas com 8 contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 33 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2053. Os passivos de arrendamentos foram descontados a valor presente, considerando a taxa de 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Passivo de arrendamentos--Continuação

Na UFV Goverde, onde os pagamentos do arrendamento dos terrenos incluem apenas pagamentos fixos, após o terceiro ano de vigência os valores serão reajustados de acordo com a variação acumulada do IGPM/FGV a cada período de 12 (doze) meses. O contrato não tem valores a serem pagos sob garantias de valor residual. O contrato tem uma opção de compra do imóvel no valor de R\$ 70 a serem reajustados anualmente pela variação acumulada do IGPM/FGV abatidos os valores já pagos.

Na UFV Goverde advém, principalmente, das obrigações assumidas com 1 contrato de arrendamento de terreno onde está implantado o empreendimento de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 25 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2045. Os passivos de arrendamento foram descontados a valor presente, considerando a taxa de desconto de 9,13% em linha com o prazo do contrato de aluguel.

A movimentação do passivo de arrendamentos tem a seguinte composição:

	Passivo de arrendamento	Ajuste a valor presente	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Adições	11.077	(7.751)	3.326
Pagamentos	(332)	-	(332)
Atualização monetária	-	227	227
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.745	(7.524)	3.221
Pagamentos	(7)	-	(7)
Atualização monetária	74	76	150
Saldo em 30 de junho de 2021	10.812	(7.448)	3.364
Total circulante			12
Total não circulante			3.352

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos de arrendamento de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

Vencimento de passivo de arrendamento	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2025	Total
Brígida Solar	153	153	153	153	153	4.287	5.052
Brígida 2 Solar	159	159	159	159	159	4.398	5.193
UFV Goverde	17	24	24	24	25	453	567
Total	329	336	336	336	337	9.138	10.812

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

12. Contas a pagar por aquisição de investimentos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Contas a pagar - Ares 1 (Nota 5)	29.705	28.647
Contas a pagar - Ares Eyner (Nota 5)	62.969	60.685
Total	92.674	89.332
Total circulante	29.705	28.647
Total não circulante	62.969	60.685

13. Opções de compra de ações outorgadas

Descrição	Data da emissão	Saldo em 31/12/2020	Variação do valor justo	Saldo em 30/06/2021
Ares 1				
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	13/03/2019	3.333	2.642	5.975
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	13/03/2019	3.333	2.642	5.975
Ventos de Santa Amelia Energias Renováveis S.A.	13/03/2019	3.333	2.642	5.975
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	13/03/2019	3.546	2.811	6.357
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	13/03/2019	3.333	2.642	5.975
Ventos de Santo Felipe Holding S.A.	13/03/2019	3.333	2.642	5.975
Ventos de Santo Mizael Holding S.A.	13/03/2019	3.333	2.642	5.975
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	13/03/2020	3.120	2.473	5.592
Subtotal		26.663	21.135	47.798
Ares Eyner				
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	30/09/2020	1.103	2.885	3.988
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	30/09/2020	1.086	2.842	3.928
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	30/09/2020	1.110	2.904	4.013
Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.	30/09/2020	1.066	2.791	3.857
RDVE Subholding S.A.	30/09/2020	4.415	11.550	15.966
Subtotal		8.780	22.972	31.752
Total	-	35.443	44.107	79.550

- (a) **Ares 1 Participações S.A.:** O contrato de compra e venda de ações celebrado com o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em 13 de março de 2019 para a aquisição dos investimentos listados na Nota 7 e aditados em 13 de março e 28 de abril de 2020, previa a outorga de opção de compra para o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 30% das ações das coligadas adquiridas pela Ares 1, ou seja, 6%. O preço de aquisição de tais ações será calculado pelo preço dos aportes de capital efetuado pela Ares 1 corrigidos por IPCA + 7,3% a.a. e poderá ser exercido entre 1 de janeiro de 2026 e 31 de maio de 2030. A Ares 1 calculou o valor justo desta opção de compra, considerando a diferença entre o valor de mercado destas coligadas e o preço de exercício e contabilizou um passivo em contrapartida de despesa no resultado.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

13. Opções de compra de ações outorgadas--Continuação

- (b) Ares Eyner Participações S.A.: O contrato de compra e venda de ações celebrado com o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em 30 de setembro de 2020 quando da aquisição dos investimentos listados na Nota 6, previa a outorga de opção de compra para o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 30% das ações das coligadas adquiridas pela Ares Eyner, ou seja, 6%. O preço de aquisição de tais ações será calculado pelo preço dos aportes de capital efetuado pela Ares Eyner corrigidos de IPCA + 7,3% a.a. e poderá ser exercido entre 1 de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2031. A Ares Eyner calculou o valor justo desta opção de compra, considerando a diferença entre o valor de mercado destas coligadas e o preço de exercício e contabilizou passivo em contrapartida de despesa no resultado.

Considerando o exercício de tais opções pela contraparte é provável, devido ao nível de rentabilidade dos projetos e a ausência de condições precedentes ou suspensivas, a Companhia reconhece em seu passivo, em contrapartida do resultado financeiro, as obrigações relacionadas às opções, pelo valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em conformidade com o pronunciamento CPC 48 / IFRS 9.

As informações sobre a metodologia utilizada para cálculo das opções acima, bem como os inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo estão incluídos na Nota 20.

14. Acervo líquido combinado

O valor do acervo líquido combinado foi apurado através da somatória das respectivas contas integrantes do acervo líquido das sociedades utilizadas no processo de combinação.

O controle do Grupo Ares 1 é composto fundo PERFIN ARES I Fundo de Investimento em Participações - IE, o qual possui participações de 100% nas empresas que foram combinadas nesta demonstração financeira.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

14. Acervo líquido combinado--Continuação

	Acervo líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2020	31.810
Aumento de capital social	53.125
Prejuízo do exercício	(1.589)
Saldos em 30 de junho de 2020	83.346
Saldos em 01 de janeiro de 2021	161.708
Aumento de capital social	54.906
Adiantamento para futuro aumento de capital	481
Prejuízo do exercício	(56.820)
Saldos em 30 de junho de 2021	160.275

15. Receita operacional líquida

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Receita de venda de energia	18.238	-
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes e outros	(699)	-
	17.539	-

16. Despesas por função e natureza

As despesas administrativas e gerais e outras receitas (despesas) do Grupo apresentaram os saldos conforme abaixo:

	30/06/2021	30/06/2020
Energia comprada para revenda	(11.370)	-
Custo serviços prestados	(195)	-
Outros custos	(586)	-
Serviços de auditoria e consultoria	(717)	(640)
Serviços advocatícios	(392)	(262)
Despesas com seguros	(146)	-
Serviços e despesas em geral	(1.785)	(412)
Serviços de engenharia	-	(235)
Despesas legais, cartórios e Junta Comercial	(886)	-
Outras despesas operacionais	(48)	-
	(16.125)	(1.549)
Custos de venda de energia	(12.151)	-
Despesas gerais e administrativas	(3.974)	(1.549)

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

Os resultados financeiros apresentados pelo Grupo foram conforme descritos abaixo:

Receitas financeiras	30/06/2021	30/06/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	26	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	170	-
Total receitas financeiras	196	-
Despesas financeiras		
Juros dos arrendamentos	(150)	-
Juros sobre as debêntures	(1.071)	-
Encargos de dívidas da compra de investimentos	(3.343)	-
Despesas com opções compras investimentos (*)	(44.107)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(6.122)	(933)
Tarifas bancárias e juros	(480)	(21)
Outras despesas financeiras	(135)	(19)
Total despesas financeiras	(55.408)	(973)
Total resultado financeiro	(55.212)	(973)

(*) Despesas com opções de compras de ações conforme detalhamento demonstrado na Nota 12.

18. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes

- a) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social corrente registrados no balanço patrimonial

	30/06/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte	2
Total de imposto de renda e contribuição social a compensáveis	2
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	116
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CLL	69
Imposto de Renda Retido na Fonte	-
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	185
Circulante	185
Não circulante	-
	185

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes--Continuação

- b) Base de cálculo dos impostos apurados pelo lucro presumido para o período findo em 30 de junho é como segue

	30/06/2021
Receita bruta de serviços	18.238
Receita de aplicação financeira	21
Total das receitas tributáveis	
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	3.648
Despesa com IRPJ e CSLL - lucro presumido	<u>349</u>

19. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

O Grupo não tem demandas judiciais, de riscos prováveis ou possíveis em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como até a data da aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Os principais ativos financeiros do Grupo incluem, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de recursos aportados por seus acionistas e obtido junto a terceiros. Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Descrição	30/06/2021		31/12/2020		Classificação	Nível
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo		
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	24.475	24.475	29.774	29.774	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	1.516	1.516	11.747	11.747	Valor justo por meio do resultado	1
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	-	-	744	744	Valor justo por meio do resultado	1
Passivos financeiros						
Fornecedores	3.910	3.472	21.291	21.291	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	228.311	228.311	36.960	36.960	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamentos	3.364	3.364	3.221	3.221	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	2.204	2.204	-	-	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a pagar aquisição de investimentos (i)	92.674	92.674	89.332	89.332	Custo amortizado	-
Contas a pagar contrato investimento - opção de compra e venda (Nota 12) (iii)	79.550	79.550	35.443	35.443	Valor justo por meio do resultado	2

(i) O preço de aquisição de investidas a pagar corrigido pela variação do IPCA, apurada desde 1º de dezembro de 2017 até 31 de dezembro de 2020.

(ii) Os instrumentos financeiros referem-se a uma opção de compra de dólar com vencimento em 22 de maio de 2023, contratada pelo Grupo para proteger importações de equipamentos das suas investidas Complexo Rio dos Ventos Fase II Expansão da exposição à variação cambial.

Operação	Moeda	Valor Ncional	Cotação de Fechamento R\$	Contraparte	Início	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Resultado MTM 30/06/21 Valor justo
NDF em Moedas	USD	4.497	5,0022	Itaú BBA	24-jun-21	22-mai-23	22.137	22.550	(414)
NDF em Moedas	EUR	4.288	5,9276	Itaú BBA	24-jun-21	22-mai-23	25.362	26.071	(709)
NDF em Moedas	CNY	37.990	0,7747	Itaú BBA	24-jun-21	22-mai-23	27.777	28.859	(1.082)
Total									(2.204)

(iii) O Valor Justo da Opção foi calculado pela metodologia de Black and Scholes, tendo como premissas: o Valor Justo do Complexo; valor de exercício da opção, sendo este o fluxo dos aportes corrigido por IPCA + 7,3% até a data de exercício; DI futuro na data de vencimento; volatilidade de 12 meses dos ativos CESP, ENGIE, ENEV, OMGE e TIET, calculado com base na variação diária dos ativos.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

O Valor Justo do Complexo foi calculado utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, partindo da consolidação anual de premissas baseadas nas projeções da companhia, que são fluxos mensais individuais de cada uma das SPEs que compõe cada complexo, e descontado pelo custo de capital próprio (k_e) dos projetos.

Para o Custo de Capital Próprio: Taxa Livre de Risco, taxa histórica dos últimos 25 anos T-Bill, e Prêmio de Risco, ERP construído pelo método do CDS 10 anos.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As metodologias utilizadas pelo Grupo para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

Dívida com BNB: Como esse contrato é de longo prazo, portanto, não está contemplado no escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou o Grupo a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Gestão de riscos

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de *Compliance* e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* do Grupo. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

i) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O Grupo está exposto ao: risco de taxa de juros, risco de câmbio, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos e equivalentes de caixa.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo que está sujeito ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente da moeda funcional das empresas combinadas. Para mitigar o risco de cambial do Grupo utilizou instrumento financeiro derivativo.

Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

ii) *Risco Regulatório*

O Grupo está sujeito a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva do Grupo.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais o Grupo estava expostas na data-base de 30 de junho de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 30 de junho de 2021, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% considerando tanto um aumento quanto uma redução na taxa estabelecida no cenário provável.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

ii) *Risco Regulatório--Continuação*

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras--Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Combinada	Indexador	% do Indexador	Posição em 30/06/2021	Projeção Receita Financeiras - Um Ano				
				Risco de Redução		Risco de Aumento		
				Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras				2,3246%	1,1623%	1,7435%	2,9058%	3,4869%
Aplicações financeiras - Brígida Solar SPE S.A.	CDI	98,5%	168	4	2	3	5	6
Aplicações financeiras - Brígida Solar 2 SPE S.A.	CDI	98,5%	263	6	3	5	8	9
Aplicações financeiras - Ares 1	CDI	98,5%	550	13	6	10	16	19
Aplicações financeiras - Goverde	CDI	98,5%	40	1	0	1	1	1
Aplicações financeiras - Ares Eyner	CDI	98,5%	74	2	1	1	2	3
Aplicações financeiras - Ares One	CDI	98,5%	421	10	5	7	12	15
Total			1.516	36	17	27	44	53

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros dos empréstimos e financiamentos

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais o Grupo está exposto na data-base de 30 de junho 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pelo Grupo, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 30 de junho de 2021; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

ii) *Risco Regulatório--Continuação*

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros dos empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos, financiamentos - Combinada Empréstimo e financiamentos	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 30/06/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
				Risco de Redução		Risco de Aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				4,3494%	2,6191%	3,4843%	5,2145%
Financiamento do BNB - Brígida Solar SPE S.A.	IPCA +	0,8889%	60.019	2.610	1.572	2.091	3.130
Financiamento do BNB - Brígida 2 Solar SPE S.A.	IPCA +	0,8889%	67.558	2.938	1.769	2.354	3.523
Debêntures Itáu - Ares One Participações S.A.	IPCA +	0,8889%	100.734	2.938	1.769	2.354	3.523
Total			228.311	8.486	5.110	6.799	10.176
							11.863

iii) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

iv) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade de o Grupo não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos bancários, ações preferenciais e contratos de arrendamento.

Gestão de capital

O Grupo realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

O Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o Grupo incluiu dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos e arrendamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, conforme segue:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	228.311	36.960
Passivo de arrendamento	3.364	3.221
(-) Caixa e equivalente de caixa	(25.991)	(41.521)
(=) Dívida líquida	205.684	(1.340)
Acervo líquido	160.439	161.708
Índice de endividamento líquido	1,2820	(0,0083)

21. Compromissos

As Investidas Brígida Solar e Brígida 2 Solar firmaram contratos de venda de energia com 7 distribuidores de energia com um preço médio de R\$ 144,25/MWh por um prazo de 20 anos, com início de operação comercial em junho de 2021.

SPE	UF	Submercado	GF (MWm)	Energia (MWh)	Preço (R\$/MWh)	Receita Anual (R\$ milhões)
Brígida	PE	NE	8,9	77.964	144,9	11,3
Brígida 2	PE	NE	8,9	77.964	143,6	11,2

Grupo Ares 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias combinadas--Continuação
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguros

Os seguros vigentes em 30 de junho de 2021 estão assim distribuídos:

Tipo	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Responsabilidade civil	43.874	26	30/07/2021
Risco de engenharia	43.874	232	30/07/2022
Responsabilidade civil	5.000	2	25/08/2021
Riscos Nomeados / Operacionais	18.729	18	25/08/2021
Riscos Operacionais e Lucros Cessantes	252.425	311	26/06/2022

Com as conclusões das obras de Brígida Solar e Brígida 2 Solar em abril de 2021, e Goverde com a construção da usina 100% concluída e início de operação em 9 de março de 2021, não foram renovados os seguros de responsabilidade civil e risco de engenharia.

O seguro de responsabilidade civil para executivos (D&O) é contratado pelo Perfin e envolve todas as empresas do grupo, a apólice vence em 28/02/2022.

23. Eventos subsequentes

Integralização de Capital na Ares 1 participações S/A

Foram feitas integralizações de capital pelo fundo PERFIN ARES I Fundo de Investimento em Participações - IE na Ares 1 Participações S/A no valor de R\$ 4.983 no mês de julho de 2021 e R\$1.208 no mês de agosto de 2021.

Integralização de Capital na Ares Eyner participações S/A

Foram feitas Integralizações de capital pelo fundo PERFIN ARES I Fundo de Investimento em Participações - IE na empresa Ares Eyner Participações S/A no valor de R\$552 no mês de junho de 2021 e R\$255 no mês de agosto de 2021.

Adiantamento para futuro aumento de capital da Goverde

Em 12 e 17 de julho de 2021 foram feitos aportes em forma de Adiantamento Para Futuro Aumento De Capital (AFAC) pelo fundo PERFIN ARES I Fundo de Investimento em Participações - IE no total de R\$110 na empresa UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A.

Quitação integral dos mútuos na Brígida Solar e Brígida 2 Solar

No dia 21 de junho de 2021 foram pagos o valor dos contratos de mútuo celebrados com as acionistas Sindustrial e Solatio Desenvolvimento, fundadoras de Brígida Solar e Brígida Solar 2, no valor total de R\$421.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA
ARES 2 PARTICIPAÇÕES S.A. REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30
DE JUNHO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Ares 2 Participações S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório de Revisão do Auditor Independente

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

Índice

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	9

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ares 2 Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Ares 2 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós ou por outro auditor independente.

São Paulo, 13 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC 1SP214160/O-5

Ares 2 Participações S.A.

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.610	793	59.768
Contas a receber de clientes		-	-	398
Tributos a recuperar		24	2	337
Adiantamentos diversos		-	-	895
Outros ativos		115	-	952
Total do ativo circulante		41.749	795	62.350
Não circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a receber pela venda de investimentos		-	-	7.500
Tributos diferidos	8.1	77	-	77
Outros ativos		-	-	994
		77	-	8.571
Investimentos	5	1.242.439	320.224	102.116
Imobilizado	6	-	-	536.978
Direito de uso	7	-	-	41.597
Intangível	8	-	-	632.620
Total do ativo não circulante		1.242.516	320.224	1.321.882
Total do ativo		1.284.265	321.019	1.384.232

	Nota	Controladora		Consolidado
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		41	26	1.539
Debêntures	9	30.696	-	30.696
Passivos de arrendamento	11	-	-	368
Obrigações trabalhistas		-	-	523
Tributos a recolher		14	5	1.882
Outros passivos		-	-	442
Total do passivo circulante		30.751	31	35.450
Não circulante				
Debentures	9	369.746	-	369.746
Passivos de arrendamento	11	-	-	41.524
Partes relacionadas	10	-	-	551
Provisão para desmobilização	12	-	-	6.924
Tributos diferidos	8.1	196.965	-	196.965
Total do passivo não circulante		566.711	-	615.710
Patrimônio líquido				
Capital social	13.1	430.790	430.790	430.790
Ágio em transações de capital		(43.576)	(43.576)	(43.576)
Lucros (prejuízos) acumulados		299.589	(66.226)	299.589
		686.803	320.988	686.803
Participação de não controladores		-	-	46.269
Total do patrimônio líquido		686.803	320.988	733.072
Total do passivo e patrimônio líquido		1.284.265	321.019	1.384.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação que está expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)	30/06/2021
Receita líquida de vendas	15	-	-	6.366
Custos dos serviços prestados	16	-	-	(3.892)
Lucro bruto		-	-	2.474
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	16	(6.617)	(673)	(10.173)
Resultado da equivalência patrimonial	5	(3.655)	(23.436)	8.505
Outras receitas (despesas) operacionais		582.309	-	582.309
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		572.037	(24.109)	583.115
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	17	96	-	185
Despesas financeiras	17	(9.430)	(2)	(17.430)
		(9.334)	(2)	(17.245)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		562.703	(24.111)	565.870
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(810)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.1	(196.888)	-	(196.888)
Lucro líquido (prejuízo) do período		365.815	(24.111)	368.172
Atribuído aos acionistas controladores				365.815
Atribuído aos acionistas não controladores				2.357
Média ponderada das ações		430.790	353.333	
Resultado básico e diluído por ação em R\$		(0,8492)	(0,0682)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021
	(não revisado)		
Lucro líquido (prejuízo) do período	365.815	(24.111)	368.172
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	365.815	(24.111)	368.172
Atribuído aos acionistas controladores			365.815
Atribuído aos acionistas não controladores			2.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ágio nas transações de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020		310.161	(38.491)	(19.055)	252.615	-	252.615
Aumento de capital social	13.2	48.000	-	-	48.000	-	48.000
Prejuízo do período		-	-	(24.111)	(24.111)	-	(24.111)
Saldo em 30 de junho de 2020 (não revisado)		358.161	(38.491)	(43.166)	276.504	-	276.504
Saldo em 31 de dezembro de 2020		430.790	(43.576)	(66.226)	320.988	-	320.988
Aquisição de participação de acionistas não controladores	1.1	-	-	-	-	43.912	43.912
Lucro líquido do período		-	-	365.815	365.815	2.357	368.172
Saldo em 30 de junho de 2021	13.1	430.790	(43.576)	299.589	686.803	46.269	733.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Ares 2 Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Em milhares de reais)

		Controladora	Consolidado	
	Nota	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			(não revisado)	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		562.703	(24.111)	565.870
Ajustes por itens do resultado que não afetam o caixa:				
Resultado de equivalência patrimonial	5	3.655	23.436	2.932
Ganho na remensuração de participação anterior na controlada em conjunto		(582.309)	-	(582.309)
Amortização	16	3.226	-	3.401
Depreciação	16	-	-	2.139
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	(580)
Apropriação de juros de captação	9	-	-	4.330
Encargos de dívidas debêntures	17	9.092	-	9.092
Juros de fornecedores		-	-	127
Juros com passivo de arrendamento		-	-	484
Variação na participação de não controladores		-	-	2.357
(Aumento)/redução de ativos				
Tributos a recuperar		(22)	-	(26)
Contas a receber		-	-	(951)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	86
Despesas do exercício seguinte				(257)
Outros ativos		(115)	-	(342)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores		15	67	(2.213)
Tributos a recolher		9	(17)	1.162
Obrigações trabalhistas		-	-	(2)
Outros passivos		-	24	(1.550)
Partes relacionadas		-	-	(29)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(810)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.746)	(601)	2.911
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	6	-	-	(18.491)
Aquisições de investimentos	1.1.1	(51.800)	-	(51.800)
Caixa de participação societária adquirida		-	-	20.927
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	(294.987)	(55)	-
Integralização de capital em controlada em conjunto		-	(47.200)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos		(346.787)	(47.255)	(49.364)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de debêntures	9	400.000	-	400.000
Pagamentos de debêntures	9	-	-	(285.118)
Pagamentos de juros de debêntures	9	-	-	(3.811)
Pagamento de arrendamentos	11	-	-	(172)
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	3.972
Custos transações debêntures	9	(8.650)	-	(8.650)
Aumento de capital social		-	48.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		391.350	48.000	108.578
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		40.817	144	59.768
No início do período	4	793	29	-
No fim do período	4	41.610	173	59.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Ares 2 Participações S.A. (“Companhia”, “Ares 2” e, denominada em conjunto com sua controlada, “Grupo”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. A Companhia foi constituída em 9 de janeiro de 2017 sob a denominação de Stendera Participações S.A. com 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

1.1. Estrutura societária

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha 89,56% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da Mori Energia Holding S.A.. A participação da Companhia no capital social ao fim do exercício de 2020 era de 94,78%.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía controle de sua investida, conforme Acordo de Acionistas assinado quando da entrada da Companhia na Mori Energia Holding S.A., no qual previa controle compartilhado desde que a Mori Gestão de Ativos S.A. possuísse ao menos 10% das ações ON e 5% das ações totais da investida, condição que se cumpria em 31 de dezembro de 2020.

Em 4 de maio de 2021, a Companhia celebrou um Acordo de Investimento com as companhias Mori Gestão de Ativos Holding S.A., Mori Energia Solar Participações Ltda e Hikari Participações Ltda, que não fazem parte do bloco acionário que controla A Ares 2 Participações S.A., tendo adquirido a parcela remanescente de 5,22% do capital total da Mori Energia Holding S.A., ou seja, a totalidade da participação dos acionistas minoritários na Companhia. Após a celebração deste Acordo, a Ares 2 passou a ter o controle de 100% das ações da Mori Energia Holding S.A. As companhias Mori Gestão de Ativos Holding S.A., Mori Energia Solar Participações Ltda e Hikari Participações Ltda, foram extintas em 30 de junho de 2021.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

1.1. Estrutura societária--Continuação

A controlada Mori Energia Holding S.A. ("Mori Energia"), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 30 de novembro de 2017 com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo à Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277, 3º andar, Conj. 301, Jardim Paulistano, que tem por objetivo a participação em caráter permanente ou temporário no capital e nos resultados na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, como controladora ou minoritária, de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, com o objetivo principal de desenvolver projetos de infraestrutura no setor de energia, nos termos da Lei nº 99.478/2007.

A controlada Mori Energia detém participação de ativos de micro e minigeração de energia com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica.

1.1.1. Combinação de negócio

As combinações de negócios acima foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 3 a).

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia a partir da data de aquisição do controle da Mori Energia Holding S.A. por meio da aquisição da totalidade das ações da Mori Gestão de Ativos Holding S.A. e da aquisição das ações de seus acionistas Hikari Participações Ltda., e Mori Energia Participação Ltda..

	Mori Gestão	Hikari	Mori Participações	Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-
Investimentos	322	2.828	6.602	9.752
Total de Ativo	322	2.828	6.602	9.752
Passivo				
Outros Passivos	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	-
Total do Acervo Líquido	322	2.828	6.602	9.752

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

1.1. Estrutura societária--Continuação

1.1.1. Combinação de negócio--Continuação

A Companhia apurou de forma preliminar o valor justo dos ativos e contingências, assim como a expectativa de rentabilidade futura dos negócios adquiridos, com base nas informações existentes até 30 de junho de 2021. A Companhia, contratou avaliador independente que determinou os valores divulgados acima na data da aquisição, considerando eventuais efeitos de eventos subsequentes ocorridos até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, disponíveis e estará concluído dentro do prazo legalmente previsto a avaliação final do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos. Assim a Companhia poderá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos.

Desde a data da aquisição, as controladas contribuíram para o resultado Companhia com prejuízo no montante de R\$15.091. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do período, o prejuízo acumulado consolidado teria sido acrescido, em função desta aquisição, em R\$3.027.

A Companhia efetuou como consequência da aquisição destas combinações de negócios a alocação do preço de aquisição pago pela Mori Energia Holding por meio da Mori Gestão de Ativos Holding S.A., Hikari Participações Ltda., e Mori Energia Participação Ltda., identificando ativos intangíveis de vida útil definida assim registrados:

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

1.1. Estrutura societária--Continuação

	Mori Gestão	Hikari	Mori Participação	Total
Data de aquisição	04/05/2021	04/05/2021	04/05/2021	
Participação adquirida %	3,30%	100,00%	100,00%	
Patrimônio líquido da adquirida	322	2.828	6.602	9.752
Valor justo do preço pago	1.850	14.375	35.433	51.658
Ajuste do preço pago	-	10	132	142
Valor justo do preço pago excedente	1.528	11.557	28.963	42.048
Ativos Intangíveis:				
Relacionamento com clientes	596	4.867	11.841	17.304
Direito de autorização	690	4.027	12.017	16.734
Ágio (Deságio)	242	2.663	5.105	8.010

Após a aquisição da participação societária descrita, a Companhia passou a ter o controle da Mori Energia Holding S.A., até então controlada em conjunto. Em consequência deste fato, a administração efetuou a remensuração de sua participação anterior na operação conjunta ao valor justo de sua participação societária anterior à aquisição do controle, conforme apresentado abaixo:

	Mori Energia Holding
Valor justo da Mori Energia Holding S.A. na data de aquisição do controle	965.770
Patrimônio líquido da Mori Energia Holding S.A. na data de aquisição	(341.413)
Remensuração da Mori Energia Holding S.A. ao valor justo	624.357
Preço pago excedente para a aquisição do controle da Mori Energia Holding S.A.	(42.048)
Ganho na remensuração da participação societária anterior à aquisição	582.309
Ativos Intangíveis:	
Relacionamento com clientes	254.863
Direito de autorização	233.117
Ágio de rentabilidade futura	94.329

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

1.1. Estrutura societária--Continuação

1.1.2. Alienação de investimentos da controlada - Mori Energia Holding S.A

Conforme acordo de acionistas celebrado em 2020 com a Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - CEMIG SIM, a Companhia vendeu uma parte de sua participação em algumas controladas, passando a ter o controle compartilhado nestas.

Em 2021, um novo acordo de acionistas foi celebrado, também com a Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - CEMIG SIM, onde a Companhia vendeu uma parte de sua participação em mais uma de suas controladas, a UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A., passando a ter o controle compartilhado sobre esta.

As controladas envolvidas nestas operações são as seguintes:

Controlada em conjunto	Participação da Companhia	Participação da CEMIG
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuidora S.A.	51%	49%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	51%	49%

Em decorrência destas operações, o Grupo deixou de consolidar, em suas demonstrações consolidadas, as demonstrações financeiras intermediárias das investidas relacionadas nos quadros acima, tendo reconhecido apenas, em sua demonstração consolidada do resultado, as operações destas investidas até a data em que detinha o controle das mesmas e, a partir desta data, passou a reconhecer, no consolidado, apenas o resultado de sua participação pelo método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, identificada como "Controladora", as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

1.1. Estrutura societária--Continuação

1.1.2. Alienação de investimentos da controlada - Mori Energia Holding S.A--Continuação

Em decorrência das operações acima, a Mori Energia Holding S.A efetuou, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a baixa do acervo líquido representado pelos ativos e passivos abaixo relacionados:

Descrição	UFV Bonfinópolis	UFV Corinto	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra	UFV Manga	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha	UFV Porteirinha II	TOTAL
Caixas e equivalentes de caixa	9	724	206	3	137	7	7	6	11	1.110
Outros ativos	346	519	919	318	530	394	172	547	212	3.957
Imobilizado	12.886	17.430	24.663	27.546	20.660	10.871	9.158	11.828	11.407	146.449
Ativo direito de uso	-	611	-	1.286	1.869	-	-	-	109	3.875
Outros intangíveis	-	-	-	-	-	30	-	-	-	30
Total de ativos	13.241	19.284	25.788	29.153	23.196	11.302	9.337	12.381	11.739	155.421
Fornecedores	64	26	18	29	-	15	6	19	19	196
Partes relacionadas	196	-	58	177	-	218	81	196	158	1.084
Passivo de arrendamento	-	1.396	-	2.900	4.262	-	-	-	-	8.558
Ajuste a valor presente do passivo de arrendamento	-	(773)	-	(1.650)	(2.434)	-	-	-	-	(4.857)
Outras obrigações	369	253	96	245	223	169	102	134	10	1.601
Total de passivos	629	902	172	1.701	2.051	402	189	349	187	6.582
Total do acervo líquido	12.612	18.382	25.616	27.452	21.145	10.900	9.148	12.032	11.552	148.839
Total da participação vendida	49%									
Total da baixa nas participações em Controladas	72.931									

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

1.1. Estrutura societária--Continuação

1.1.2. Alienação de investimentos da controlada - Mori Energia Holding S.A--Continuação

A venda foi efetuada pelo valor total de R\$74.146 tendo gerado, portanto, um ganho de capital na venda de participações societárias no montante de R\$1.215 reconhecida no resultado da Mori Energia Holding S.A.

Do valor total da venda de R\$74.146, a Mori Energia Holding S.A ainda possuía, em 31 de dezembro de 2020, recebível registrado em seu ativo não circulante no valor de R\$6.750.

Ao longo do período findo em 30 de junho de 2021, a Mori Energia Holding S.A efetuou a baixa do acervo líquido representado pelos ativos e passivos abaixo relacionados:

UFV Brasilândia	
Caixas e equivalentes de caixa	957
Outros ativos	616
Imobilizado	27.772
Outros intangíveis	250
Total de ativos	29.595
Fornecedores	7
Partes relacionadas	3.015
Outras obrigações	123
Total de passivos	3.145
Total do acervo líquido	26.450
Total da participação vendida	48,03%
Total da baixa nas participações em controladas	12.704

A venda foi efetuada pelo valor total de R\$12.558 tendo gerado, portanto, uma perda de capital na venda de participações societárias no montante de R\$146 reconhecida no resultado da Mori Energia Holding S.A.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

1.2. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e gerou impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

O Grupo não utilizou nenhum benefício fiscal em função da COVID-19, e não houve renegociação de prazos e valores com clientes e fornecedores. Com relação a alta do dólar, embora os painéis fotovoltaicos utilizados por suas controladas cujas usinas estão em fase de construção sejam importados, a maior parte dos pagamentos já havia sido realizada, por meio de adiantamentos a fornecedores, em período pré-pandemia, o que mitigou os efeitos de risco cambial e não gerou impactos significativos no Capex dos projetos.

Não houve impacto no cronograma dos projetos. Para cumprir os prazos de construção das Usinas, o Grupo manteve reuniões semanais com os coordenadores das obras e equipes internas de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar os projetos.

O Grupo instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passamos a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe remotamente.

Além disso, o Grupo enviou por e-mail os protocolos de higienização e adotou álcool em gel em todos os ambientes, incluindo nos canteiros de obras, refeitórios, orientações para o uso de máscaras e adotou a realização de testes recorrentes em seus funcionários para detectar possível contaminação pela COVID-19.

Assim, o Grupo não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Adicionalmente, não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 13 de agosto de 2021.

2.1. Declaração de conformidade

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, de suas controladas e controlada em conjunto, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e em conformidade com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão relacionadas ao plano de negócios do Grupo e avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas estão divulgadas na Nota 2.3.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, mensuração do custo orçado dos projetos, valor justo de instrumentos financeiros e estimativas constante em estudo de viabilidade.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. O Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

d) *Provisões para riscos para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

O Grupo reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--Continuação

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Apresentação de informações por segmento

O Grupo tem em suas operações a finalidade direta ou indireta no micro e minigeração distribuídas de energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica. Desta forma, todas as informações das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram divulgadas com a premissa de segmento único.

2.6. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas correspondentes ao resultado do período de dois meses findo em 30 de junho de 2021 são compostas pelas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e de sua controlada, a partir do momento da aquisição do controle da controlada pela Companhia apresentada abaixo:

Companhia Investida	% Participação em 30/06/2021	Tipo de participação
Mori Holding	100%	Direta

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição e na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras intermediárias da controlada foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da controlada Mori Energia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias das entidades abaixo:

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--Continuação

2.6. Base de Consolidação--Continuação

Controladas e Controladas em conjunto	% Participação em					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Controladas em conjunto						
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
Controladas						
BD Participações e Administração Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Engenharia Solar Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Minasol Servs Des Técnicos	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Mori Minas Holding Importadora S/A	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	100,00%	-	100,00%
UFV Carmo do Paranaíba Geração Energia Eletr. Distrib. S/A	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Grupo, na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e nela descritas na Nota 2, exceto pelas práticas contábeis citadas abaixo. Essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em junto com aquelas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 16 de julho de 2021.

a) Combinação de Negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho decorrente de compra vantajosa na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O Grupo reconheceu os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconheceu os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.8 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é desmensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

d) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

i) Parecer de acesso: – Referem-se aos pareceres de acesso ao sistema elétrico de micro e minigeração de energia elétrica fotovoltaica adquiridos em operação de combinação de negócios pela sua controlada Mori Holding refletidas na Nota 8

ii) Aportes de capital em projetos em desenvolvimento: Refere-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos da controlada Mori Holding, por meio de combinação de negócios e custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

iii) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio), Relacionamento com clientes e Direitos de autorização: Refere-se ao ágio decorrente das combinações de negócios a alocação do preço de aquisição pago pela Mori Energia Holding por meio da Mori Gestão de Ativos Holding S.A., Hikari Participações Ltda., e Mori Energia Participação Ltda., no qual foram identificados esses ativos intangíveis.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Caixa e bancos	100	2	7.086
Aplicações financeiras	41.510	791	52.682
	41.610	793	59.768

Os saldos de caixa e bancos compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes de caixa estão representadas por recursos aplicados automaticamente quando existe saldo de recursos em conta corrente, foram contratadas em condições e taxas normais de mercado tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, por 93,65% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de junho de 2021 (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. Investimentos

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou, no individual e consolidado, a seguinte posição de investimento em controladas e controladas em conjunto:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Participação em controladas e controladas em conjunto	326.321	308.011	102.116
Ágio na aquisição de Participações	621.131	8.713	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	294.987	3.500	-
	1.242.439	320.224	102.116

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são assim demonstradas:

Controladora							
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição de investimentos - Mori Holding	Ágio na aquisição investimentos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Amortização do ágio	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2021
Mori Energia Holding S.A.	320.224	9.752	624.357	294.987	(3.226)	(3.655)	1.242.439
	320.224	9.752	624.357	294.987	(3.226)	(3.655)	1.242.439

Controladora							
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital	Ágio na integralização de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio nas transações de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Mori Energia Holding S.A.	252.625	114.471	826	3.500	(5.085)	(46.113)	320.224
	252.625	114.471	826	3.500	(5.085)	(46.113)	320.224

Consolidado		
Investimento adquirido em combinação de negócio	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2021
105.048	(2.932)	102.116
105.048	(2.932)	102.116

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

As controladas e controladas em conjunto apresentam a seguinte posição em 30 de junho de 2021:

30/06/2021							
Companhia Investida	Total dos Ativos	Total do Patrimônio Líquido	Resultado período	Nº Total Ações/quotas	Ações/Quotas - Ares 2	Participação Societária % ON	Participação Societária % PN
Mori Energia Holding S.A.	721.273	621.307	(3.027)	254.402.448	254.402.448	100%	100,0%
31/12/2020							
Companhia Investida	Total dos Ativos	Total do Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício	Nº Total Ações/quotas	Ações/Quotas - Ares 2	Participação Societária % ON	Participação Societária % PN
Mori Energia Holding S.A.	623.555	328.475	(48.483)	254.402.448	241.122.651	94,8%	100,0%

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 20 de maio de 2021, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo a Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de maio de 2021 onde a controlada Mori Energia Holding S.A., aprovou a integralização de saldo adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$3.500.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

Adiantamento para futuro aumento de capital--Continuação

Em 30 de junho de 2021, a Companhia tem um crédito de adiantamento para aumento de capital com a sua controlada Mori Energia Holding S.A., no montante de R\$294.987, estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas.

A composição dos saldos de investimentos da sua controlada Mori Energia Holding S.A. no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 são assim demonstradas:

Controlada e Controlada em conjunto	Total dos Ativos	Total do Patrimônio Líquido	Resultado Período	Nº Total Ações/ Quotas	Ações/ Quotas Controladora	Participação Societária %			Participação no PL
						Direta	Indireta	Total	
DMC Consultoria e Gestão de Projetos de Energia Ltda	1.048	(285)	(3.285)	3.000.000	1.530.000	51,00%	-	51,00%	(145)
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	14.174	12.940	451	13.197.187	6.730.565	51,00%	-	51,00%	6.599
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	29.691	26.478	1.152	21.515.464	10.972.887	51,00%	-	51,00%	13.504
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	19.613	18.530	817	18.000.000	9.180.000	51,00%	-	51,00%	9.450
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	20.317	21.395	1.643	18.509.900	9.440.049	51,00%	-	51,00%	10.911
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	26.701	26.065	1.047	25.471.844	12.990.640	51,00%	-	51,00%	13.293
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	30.396	28.137	775	29.010.219	14.795.212	51,00%	-	51,00%	14.350
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	23.749	21.722	735	21.235.933	10.830.326	51,00%	-	51,00%	11.078
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	12.027	11.291	399	11.030.391	5.625.499	51,00%	-	51,00%	5.759
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	10.288	9.582	300	9.320.875	4.753.646	51,00%	-	51,00%	4.887
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	13.402	12.400	266	12.348.392	6.297.680	51,00%	-	51,00%	6.324
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	12.538	11.973	449	11.702.733	5.968.394	51,00%	-	51,00%	6.106
Total da participação em controladas em conjunto									102.116

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado consolidado está demonstrada na tabela abaixo:

	Taxa Média depreciação a.a	Consolidado 30/06/2021		
		Custo	Depreciação	Imobilizado Líquido
Móveis e utensílios	10%	197	(32)	165
Máquinas e equipamentos	4%	211.385	(7.530)	203.855
Equipamentos de informática	20%	371	(109)	262
Terrenos		2.793	-	2.793
Imobilizado em Construção		329.903	-	329.903
Total do imobilizado		544.649	(7.671)	536.978

A movimentação do ativo imobilizado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Total
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Terrenos	Imobilizado em construção	
Imobilizado adquirido em combinação de negócio	157	205	166.162	2.889	351.213	520.626
Adições	-	-	2.980	-	15.511	18.491
Transferências	10	63	36.853	(96)	(36.830)	-
Depreciação	(2)	(6)	(2.131)	-	-	(2.139)
Saldos em 30 de junho de 2021	165	262	203.864	2.793	329.894	536.978

Os bens relativos a imobilizado em construção se referem aos projetos de implantação de usinas de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme relatado na Nota 1 com detalhamento dos projetos, localização, capacidade de geração e prazo previsto de conclusão de cada obra.

Os bens relativos ao imobilizado encontram-se livres de quaisquer ônus ou garantias em obrigações assumidas pelo Grupo.

O Grupo não identificou qualquer indicativo de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados no período de dois meses findo em 30 de junho de 2021 razão pela qual nenhuma provisão para perda foi reconhecida.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Direito de Uso

Os valores relativos a direito de uso advêm principalmente dos contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme detalhado na Nota 2.16 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, publicadas em 16 de julho de 2021.

Trata-se de 34 contratos celebrados por um período de 25 anos com vigência entre 2019 e 2044.

Também estão registrados como direito de uso valores pagos sobre contratos de servidão de passagem a proprietários de imóveis localizados entre a UFV e o acesso a rede elétrica.

A movimentação do direito de uso dos ativos, é demonstrada abaixo:

Direito de uso adquirido em combinação de negócio	29.699
Adições	<u>12.073</u>
Amortização	<u>(175)</u>
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>41.597</u>

Abaixo o detalhamento do reconhecimento do direito de uso consolidado por controlada:

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2021</u>
Engenharia Solar	3.076
Energia Solar	408
BD Participações	22.875
Mori Minas Newco I	5.833
Mori Minas Newco II	6.471
Mori Minas Newco III	2.589
Paracatu	295
Nanuque	50
	<u>41.597</u>

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

A composição do ativo intangível consolidado está demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado		
		Custo	Amortização	30/06/2021
Pareceres de acesso	-	2.449	-	2.449
Ágio na aquisição investimentos	Indefinida	102.339	-	102.339
Projetos em desenvolvimento	-	9.041	-	9.041
Relacionamento com clientes	24 a 25	522.018	(3.227)	518.791
		635.847	(3.227)	632.620

A movimentação do ativo imobilizado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 está demonstrada a seguir:

	Pareceres de acesso	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Projetos em desenvolvimento	Relacionamento com clientes e direitos de autorização	Total
Intangível adquirido em combinação de negócio	2.448	102.339	9.041	522.018	635.847
Depreciação	-	-	-	(3.227)	(3.227)
SalDOS em 30 de junho de 2021	2.448	102.399	9.041	518.791	632.620

O Grupo não identificou qualquer indicativo de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, razão pela qual nenhuma provisão para perda foi reconhecida.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

8.1 Impostos diferidos

A composição de impostos diferidos está demonstrada na tabela abaixo:

Movimentação da Base de Cálculo do Imposto de Renda Diferido Ativo

Descrição	Valor
Amortização de Ativos adquiridos em combinação de negócios	225
Base de Cálculo em 30 de junho de 2021	225
Imposto de Renda Diferido Ativo (34%)	77

Movimentação da Base de Cálculo do Imposto de Renda Diferido Passivo

Descrição	Valor
Saldo Inicial do valor justo de Mori Holding	582.309
Amortização do valor ajusto no período	(3.001)
Base de Cálculo em 30 de junho de 2021	579.308
Imposto de Renda Diferido Passivo (34%)	196.965

Composição do Imposto de Renda Diferido no Resultado

Descrição	Valor
Imposto de Renda Diferido Ativo	(77)
Imposto de Renda Diferido Passivo	196.965
Total do Imposto de Renda Diferido	196.888

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures

Descrição	Controladora		Consolidado
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Debêntures	400.442	-	400.442
	400.442	-	400.442
Circulante	30.696	-	30.696
Não circulante	369.746	-	369.746

A Companhia realizou uma emissão privada de debêntures, em 28 de abril de 2021, onde foram emitidas 400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$1 perfazendo o montante de R\$400.000, realizada em série única. As debêntures terão prazo de vencimento em 15 de junho de 2030, sendo amortizadas em 17 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2022, com remuneração de IPCA+6,40% ao ano.

A movimentação das debêntures não conversíveis é assim apresentada:

Saldo em 31/12/2020	-
Ingressos de dívidas	400.000
Juros incorridos	9.092
Custos de captação	(8.650)
Saldo em 30/06/2021	400.442

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

Registro na CVM	CVM/SRE/DEB/2021
Quantidade	400.000
Data Emissão	28/04/2021
Valor Unitário	R\$1.000
Valor Total	R\$400.000.000
Remuneração	6,40 % a.a.
Atualização Monetária	IPCA
Pagamento Remuneração	semestral
Amortização	17 parcelas a partir de 15/06/2022

A Controladora aportou em sua controlada Mori Holding em 10 de maio e 2021, à título de adiantamento para futuro aumento de capital, recursos de seus acionistas controladores que foram utilizados para a liquidação, na mesma data, junto ao Banco Bradesco S.A., da sua posição de endividamento de debêntures e instrumentos financeiros derivativos SWAP, que haviam sido para minimizar a exposição do endividamento à oscilação da taxa do CDI,

A seguir, estão demonstrados os saldos de debêntures por idade de vencimento:

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Saldo	(45.255)	(45.725)	(46.200)	(46.681)	(47.166)	(47.656)	(48.151)	(48.652)	(24.956)	(400.442)

A movimentação de debêntures no consolidado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Passivo de debêntures adquirido em combinação de negócio	284.599
Apropriação de custos de captação	4.330
Amortização de principal	(285.118)
Pagamentos de juros	(3.811)
Saldos em 30 de junho de 2021	-
	Consolidado
Ativo de swap adquirido em combinação de negócio	3.972
Amortização de principal	(3.972)
Saldos em 30 de junho de 2021	-

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes Relacionadas

Os principais saldos passivos em 30 de junho de 2021, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de contratos de mútuos, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes e estão assim resumidos:

	Consolidado
	30/06/2021
GD Energy LLC	505
Outros	46
Total	551
Circulante	-
Não circulante	551

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar às partes relacionados bem como as taxas de juros definidas em cada contrato:

	Taxa de Juros	De 1 a 5 anos	Total
GD Energy LLC	1,86% a.a.	505	505

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de junho de 2020, os membros do conselho de administração não são remunerados. A remuneração destes é paga pela acionista da Controladora. A Controladora não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2019, os membros do Conselho de Administração não são remunerados. A remuneração global da diretoria estatutária da Controlada Mori Holding é de até R\$130, conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2019. Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, as despesas com remuneração dos membros da diretoria totalizaram R\$42.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Passivos de Arrendamento

Os passivos de arrendamento foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 2.4 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2020, com taxa de juros que reflete o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas e controladas em conjunto de dívida com características similares a aquelas determinadas pelos contratos de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico, assim, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto aplicaram a expectativa futura das obrigações ativas em 8,62% a.a. para todos os arrendamentos.

Segue abaixo a movimentação consolidada dos passivos de arrendamento:

	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente	Valor Líquido
Arrendamento adquirido em combinação de negócio	66.686	(37.179)	29.507
Adições	12.073	-	12.073
Pagamentos	(172)	-	(172)
Juros Incorridos	-	484	484
Saldos em 30 de junho de 2021	78.587	(36.695)	41.892

Abaixo o detalhamento das obrigações assumidas no consolidado por controlada:

	Consolidado 30/06/2021
Engenharia Solar	3.303
Energia Solar	423
Mori Minas Newco I	5.374
Mori Minas Newco II	5.796
Mori Minas Newco III	2.135
BD Participações	24.861
Total de Passivo de Arrendamento	41.892
Circulante	368
Não Circulante	41.524

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos passivos de arrendamento de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2026	Total
Vencimento de Passivo de Arrendamento	2.005	1.945	1.889	1.834	1.834	32.385	41.892

12.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão de desmobilização

Para as controladas que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída uma provisão para desmantelamento dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, será ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 30 de junho de 2021, o saldo de provisão de desmobilização totaliza R\$6.294.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$430.790, dividido em 430.789.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	430.789.600	100,00%
	430.789.600	100%

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

13.2. Movimentação do capital social

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

Em 16 de janeiro de 2019, a companhia Perfin Administração de Recursos S.A., acionista única da Companhia, transferiu a totalidade das ações da Ares 2 Participações S.A. para o fundo PERFIN ARES 2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA, que passou a ser o novo e único acionista da Ares 2 Participações S.A. Nesta mesma data a Companhia emitiu 60.000.000 (sessenta milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas ao preço de R\$1,00 por ação, totalizando um aumento de capital de R\$60.000. O prazo para a integralização é até 30 de dezembro de 2022.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

13.2. Movimentação do capital social--Continuação

Em razão do aumento de capital realizado, a única acionista da Companhia aprovou o aumento de capital social autorizado da Companhia para R\$300.000 trezentos milhões de reais.

Em 11 de julho de 2019, a Companhia emitiu 139.935.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 por ação, portanto, um aumento do capital social de R\$139.936, totalmente subscritas nesta data.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 8 de outubro de 2019, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$125.000, mediante à emissão de 125.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 6 de abril de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$40.000, mediante à emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 9 de junho de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$50.000, mediante à emissão de 50.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de dezembro de 2022.

Em assembleia geral de acionistas, realizada em 28 de outubro de 2020, a Companhia aprovou um novo aumento de capital de R\$15.790, mediante à emissão de 15.789.600 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que deverão ser integralizadas até 30 de novembro de 2020.

13.3. Ágio nas transações de capital

O acordo de investimento firmado entre a controlada Mori Energia Holding S.A. e os acionistas minoritários das suas controladas Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A. prevê que a Investida pagará um ágio na integralização de capital social nestas controladas, com o objetivo de não alterar a participação societária nestas controladas.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

13.4. Distribuição de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

13.5. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

13.6. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) - Resultado por ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada das ações emitidas.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeira que possa ter efeito dilutivo.

	30/06/2021	30/06/2020
Numerador		
Prejuízo do período	(365.815)	(24.111)
Denominador		
Número de ações	430.790	353.333
Resultado básico e diluído por ação em R\$	(0,8292)	(0,0682)

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possuía processos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

O Grupo é parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim apresentadas:

Descrição	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Montante	Quantidade	Montante
Trabalhista	4	490	-	-
	4	490	-	-

a) Trabalhistas

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados aos ex-colaboradores das prestadoras de serviço terceirizadas.

15. Receita operacional líquida

O valor da receita operacional líquida "Consolidada" é resultado dos contratos de aluguéis das unidades fotovoltaicas para os consórcios e está composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado 30/06/2021
Receita Bruta com arrendamentos e aluguéis	6.593
(-) Tributos sobre vendas	(227)
Receita líquida com arrendamentos e aluguéis	6.366

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos e despesas gerais e administrativas por natureza e função

	Controladora						
	30/06/2021				30/06/2020		
	Custos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-	(3.060)	-	(3.060)	-	(149)	(149)
Serviços de auditoria e consultoria	-	(189)	-	(189)	-	(37)	(37)
Serviços Advocatícios	-	(142)	-	(142)	-	(36)	(36)
Amortização do ágio	-	(3.226)	-	(3.226)	-	-	-
Despesas com Pessoal	-	-	-	-	-	(83)	(83)
Serviços de consultoria de engenharia	-	-	-	-	-	(368)	(368)
Ganho na remensuração de participação anterior na controlada em conjunto	-	-	582.309	582.309	-	-	-
	-	(6.617)	582.309	575.692	-	(673)	(673)

	30/06/2021			
	Custos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Despesas com Pessoal	-	(767)	-	(767)
Materiais de uso e Consumo	-	(18)	-	(18)
Aluguéis e arrendamentos	-	(20)	-	(20)
Energia e outras contas de consumo	(936)	(106)	-	(1.042)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	(259)	(5.546)	-	(5.805)
Viagens e Estadias	-	(98)	-	(98)
Impostos e Taxas	(132)	(17)	-	(149)
Depreciação	(2.030)	(109)	-	(2.139)
Amortização do direito de uso	-	(175)	-	(175)
Amortização do ágio	-	(3.226)	-	(3.226)
Despesas com Informática	-	(28)	-	(28)
Ganho na remensuração de participação anterior na controlada em conjunto	-	-	582.309	582.309
Outras despesas	(535)	(63)	-	(598)
	(3.892)	(10.173)	582.309	568.244

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicações financeiras	96	-	167
Outras receitas financeiras	-	-	18
Total receitas financeiras	96	-	185
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	-	-	(127)
Custo Captação Debentures	-	-	(4.330)
Juros Debentures	(9.092)	-	(9.092)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(484)
Prêmios Debêntures	-	-	(2.459)
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	(580)
IOF	-	-	(1)
Outras despesas financeiras	(338)	(2)	(357)
Total despesas financeiras	(9.430)	(2)	(17.430)
Resultado financeiro líquido	(9.334)	(2)	(17.245)

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Os principais ativos financeiros do Grupo incluem, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de recursos aportados por seus acionistas e obtido junto à terceiros. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Descrição	Controladora				Consolidado		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	30/06/2021		31/12/2020		30/06/2021			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo								
Caixa	100	100	2	2	7.186	7.186	-	Custo Amortizado
Equivalentes de Caixa	41.510	41.510	791	791	52.582	52.582	Nível I	Valor justo por meio de resultado
	41.610	41.610	793	793	59.768	59.768		
Passivo								
Fornecedores	41	41	26	26	1.539	1.539	-	Custo Amortizado
Debêntures	-	-	-	-	400.442	00.442	-	Custo Amortizado
Partes relacionadas	-	-	-	-	551	551	-	Custo Amortizado
Arrendamentos	-	-	-	-	41.892	41.892		
Total	41	41	26	26	444.424	44.424		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil e;
- Debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - Dívida por captação de debêntures: Como esse contrato era de longo prazo, não está contemplado no escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que essas debêntures já estão sujeitas, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado ativo, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou a Companhia a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para essas debêntures e encargos de dívidas.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo saldos circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de Riscos

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de *Compliance* e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* do Grupo. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

i) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O Grupo está exposto ao: risco de taxa de juros, risco de câmbio, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos e equivalentes de caixa.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo que está sujeito ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente da moeda funcional de sua controlada. Para mitigar o risco de cambial do Grupo utilizou instrumento financeiro derivativo.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de Riscos--Continuação

Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

ii) *Risco Regulatório*

O Grupo está sujeito a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva do Grupo.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais o Grupo estava exposto na data-base de 30 de junho de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS, de 30 de junho de 2021 onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% considerando tanto um aumento quanto uma redução na taxa estabelecida no cenário provável. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de Riscos--Continuação

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	% do Indexador	Posição em 30/06/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento		
					Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
Aplicações financeiras				4,2500%	2,1250%	3,1875%	5,3125%	6,3750%	
Aplicações financeiras	CDI	98,5%	41.710	1.768	884	1.326	2.211	2.653	
Aplicações financeiras				4,2500%	2,1250%	3,1875%	5,3125%	6,3750%	
Mori Holding S/A	CDI	100,00%	10.972	466	233	350	583	699	
Total			10.972	466	233	350	583	699	
Total			52.682	2.234	1.117	1.676	2.794	3.352	

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros dos empréstimos e financiamentos

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais o Grupo está exposto na data-base de 30 de junho 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pelo Grupo, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 30 de junho de 2021; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Empréstimos, financiamentos - Controladora	Indexador	% do Indexador	Posição em 30/06/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
					(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
Empréstimo e financiamentos				10,64%	8,52%	9,58%	11,70%	12,76%
Debêntures Itau - Ares 2 Participações S.A.	IPCA	6,40%	400.442	42.607	34.118	38.362	46.852	51.096
Total			400.442	42.607	34.118	38.362	46.852	51.096

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos—

Continuação

iii) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

iv) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade de o Grupo não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos bancários, ações preferenciais e contratos de arrendamento.

Ares 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--

Continuação

Gestão de capital

O Grupo realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

O Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e, a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Em junho de 2021, a Companhia reduziu o seu nível de endividamento para 0,00% em decorrência dos eventos descritos na nota 10.

19. Eventos subsequentes

Redução de capital

Em 13 de julho de 2021, o acionista da Ares 2 participação S.A. aprovou a redução o capital social subscrito e integralizado da Companhia, no montante de R\$66.226, sem o cancelamento de ações, para absorver a totalidade dos prejuízos acumulados até o encerramento do exercício social de 2020, e reduziu também o montante adicional de R\$20.000, sem o cancelamento de ações, em razão de o acionista considerar atualmente excessivo em relação aos objetivos da Companhia, com a consequente restituição do capital correspondente ao seu único acionista, em moeda corrente nacional. Após as reduções acima descritas o capital social da Companhia, que era de R\$430.790, dividido em 430.789.600 (quatrocentas e trinta milhões, setecentas e oitenta e nove mil e seiscentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, passou a ser de R\$344.563 dividido em 430.789.600 (quatrocentas e trinta milhões, setecentas e oitenta e nove mil e seiscentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA
MORI ENERGIA HOLDING S.A., REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras intermediárias Individuais e Consolidadas

Mori Energia Holding S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório de Revisão do Auditor Independente

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

Índice

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas .. 1

Demonstrações financeiras intermediárias revisadas

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mori Energia Holding S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Mori Energia Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.



Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós ou por outro auditor independente.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC 1SP214160/O-5

Mori Energia Holding S.A.

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.072	37.239	18.158	38.211
Contas a receber		-	-	398	1.884
Tributos a recuperar		295	265	313	277
Adiantamentos diversos		895	652	895	653
Despesas do Exercício Seguinte		29	37	257	216
Outros ativos		805	807	579	1.564
Total do ativo circulante		13.096	39.000	20.600	42.805
Não circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a receber pela venda de investimentos		7.500	6.750	7.500	6.750
Outros ativos		-	-	995	513
		7.500	6.750	8.495	7.263
Investimentos	6	599.915	575.660	102.116	87.798
Imobilizado	7	508	520	536.978	527.452
Direito de Uso	8	-	-	41.597	28.740
Intangível		1.890	1.625	11.487	10.114
Total do ativo não circulante		609.813	584.555	700.673	661.367
Total do ativo		622.909	623.555	721.273	704.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	228	428	1.498	2.992
Debêntures	11	-	32.406	-	32.406
Passivos de Arrendamento	13	-	-	368	363
Obrigações trabalhistas		523	483	523	483
Tributos a recolher	10	118	176	1.867	1.597
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	11.755	-	11.755
Partes relacionadas	12	22	22	-	528
Outros passivos		8	8	442	1.005
Total do passivo circulante		899	45.278	4.698	51.129
Não circulante					
Debentures	11	-	248.676	-	248.676
Arrendamentos	13	-	-	41.524	28.555
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	423	-	423
Partes relacionadas	12	505	505	551	566
Provisão para desmobilização	14	-	-	6.924	-
Outros passivos		198	198	-	71
Total do passivo não circulante		703	249.802	48.999	278.291
Patrimônio líquido					
Capital social	15	443.478	439.106	443.478	439.106
Ágio em transações de capital		(45.977)	(45.977)	(45.977)	(45.977)
Prejuízos acumulados		(71.181)	(68.154)	(71.181)	(68.154)
		326.320	324.975	326.320	324.975
Adiantamento para futuro aumento de capital		294.987	3.500	294.987	3.500
		621.307	328.475	621.307	328.475
Participação de não controladores		-	-	46.269	46.277
Total do patrimônio líquido		621.307	328.475	667.576	374.752
Total do passivo e patrimônio líquido		622.909	623.555	721.273	704.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação que está expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
		(não revisado)		(não revisado)	
Receita líquida de vendas	16	-	-	11.691	2.737
Custos dos serviços prestados	17	-	-	(9.690)	(773)
Lucro bruto		-	-	2.001	1.964
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(6.981)	(5.612)	(9.018)	(8.578)
Equivalência patrimonial	6	(1.035)	(1.640)	1.549	751
Outras receitas (despesas) operacionais		(146)	(27)	(146)	(27)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(8.162)	(7.279)	(5.614)	(5.890)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18	15.823	387	15.841	398
Despesas financeiras	18	(10.688)	(17.835)	(12.062)	(19.218)
		5.135	(17.448)	3.779	(18.820)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.027)	(24.727)	(1.835)	(24.710)
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	-	(1.208)	(240)
Prejuízo do período		(3.027)	(24.727)	(3.043)	(24.950)
Prejuízo do período atribuível à:					
Participação de controladores				(3.027)	(24.727)
Participação de não controladores				(16)	(223)
Resultado básico e diluído por ação em R\$				(0,01)	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
	(não revisado)		(não revisado)	
Prejuízo do período	(3.027)	(24.727)	(3.043)	(24.950)
Total do resultado abrangente do período	(3.027)	(24.727)	(3.043)	(24.950)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível à:				
Participação de controladores			(3.027)	(24.727)
Participação de não controladores			(16)	(223)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ágio nas transações de capital	Prejuízos Acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019		318.331	(40.610)	(19.501)	-	258.220	50.108	308.328
Aumento de Capital social		11.079	-	-	-	11.079	-	11.079
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	38.350	38.350	-	38.350
Variação na participação de não controladores		-	-	-	-	-	(9.727)	(9.727)
Prejuízo do período		-	-	(24.727)	-	(24.727)	(223)	(24.950)
Saldo em 30 de junho de 2020 (não revisado)		329.410	(40.610)	(44.228)	38.350	282.922	40.158	323.080
Saldo em 31 de dezembro de 2020		439.106	(45.977)	(68.154)	3.500	328.475	46.277	374.752
Aumento de capital social		4.372	-	-	(3.500)	872	-	872
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	294.987	294.987	8	294.995
Prejuízo do período		-	-	(3.027)	-	(3.027)	(16)	(3.043)
Saldo em 30 de junho de 2021		443.478	(45.977)	(71.181)	294.987	621.307	46.269	667.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)	30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(3.027)	(24.727)	(1.835)	(24.710)
Ajustes por itens do resultado que não afetam o caixa:	(6.304)	19.471	(1.871)	18.924
Resultado de equivalência patrimonial	6 1.035	1.640	(1.549)	(751)
Depreciação e amortização	50	36	6.158	663
Instrumentos Financeiros Derivativos	11 (15.570)	10.113	(15.570)	10.113
Juros sobre debêntures	11 3.732	7.696	3.732	7.696
Juros sobre fornecedores	(6)	(14)	(232)	(92)
Juros com passivo de arrendamento	13 -	-	1.135	1.295
Amortização dos custos de captação de debêntures	11 4.455	-	4.455	-
(Aumento)/redução de ativos	(1.013)	(1.539)	304	(57.364)
Tributos a recuperar	(30)	(82)	(36)	(74)
Contas a receber	(750)	-	120	(28)
Outros adiantamentos	(243)	(1.851)	(242)	(55.756)
Despesas do exercício seguinte	2	(81)	(41)	(167)
Outros ativos	8	475	503	(1.339)
Aumento (redução) de passivos	(212)	(4.142)	6.733	(7.551)
Fornecedores	(194)	103	(1.255)	(3.717)
Impostos a recolher	(58)	22	270	(618)
Obrigações Trabalhistas	39	470	40	444
Outros Passivos	1	(750)	6.413	(477)
Partes relacionadas	-	(3.987)	2.473	(2.943)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-	(1.208)	(240)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	(7.529)	13.790	5.166	(45.991)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	7 (38)	(222)	(42.937)	(28.807)
Adiantamento para Futuro aumento de Capital	(34.607)	-	(2.091)	(11.926)
Dividendos recebidos	6 2.817	2.238	2.817	2.238
Aumento de capital em controladas	(6.204)	(109.158)	-	-
Variação na Participação de não controladores	-	-	-	(9.727)
Aquisição de intangíveis	(265)	(6.010)	(1.373)	-
Venda de Participação Societária	6 12.704	-	12.704	-
Caixa de Participação Societária Vendida	-	-	(957)	-
Aquisição de direito de uso	-	-	(71)	(1.961)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	(25.593)	(113.152)	(31.908)	(50.183)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de principal e juros com partes relacionadas	-	-	-	-
Amortização de principal debêntures	11 (285.118)	(908)	(285.118)	(908)
Pagamento de juros debêntures	11 (4.151)	-	(4.151)	-
Pagamento de Passivo de Arrendamento	13 -	-	(1.466)	(5.175)
Recebimento de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	3.392	-	3.392	-
Aumento de capital	872	11.079	872	11.079
Adiantamento para futuro aumento de capital	294.987	38.350	294.995	38.350
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	9.982	48.521	8.524	43.346
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(26.167)	(75.568)	(20.053)	(77.538)
No início do exercício	37.239	76.342	38.211	78.411
No fim do exercício	11.072	774	18.158	873
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(26.167)	(75.568)	(20.053)	(77.538)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Mori Energia Holding S.A. (“Mori Energia” ou “Companhia”, e em conjunto com suas controladas e suas controladas em conjunto “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 30 de novembro de 2017, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo à Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277, 3º andar, Conj. 301, Jardim Paulistano, que tem por objetivo a participação em caráter permanente ou temporário no capital e nos resultados na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, como controladora ou minoritária, de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, com o objetivo principal de desenvolver projetos de infraestrutura no setor de energia, nos termos da Lei nº 99.478/2007.

A Mori Energia é uma companhia que detém participação por meio de suas controladas e controladas em conjunto em ativos de micro e minigeração de energia com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica.

A Companhia, por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, desenvolve projetos de implantação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs) no estado de Minas Gerais; cada UFV é uma controlada ou coligada direta ou indireta Mori Energia. Uma vez construída e estabelecida cada UFV, o Grupo atua na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs) de consumidores de energia, que por sua vez alugam do Grupo os ativos de geração implantados nas UFVs, compartilhando dos benefícios econômicos da operação das UFVs. O grupo, por sua vez, se responsabiliza se responsabiliza pela gestão, operação e manutenção da UFV alugada. Desta forma, a receita das UFVs é proveniente dos aluguéis pagos pelos consórcios ou cooperativas. Apurado o resultado de cada UFV, estas transferem os recursos recebidos ao Grupo e suas sócias (quando existentes), na forma de dividendos.

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia era controlada em conjunto pela Ares 2 Participações S.A., sediada no Brasil e que detinha 89,56% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais perfazendo 94,78% de participação no capital total e pela Mori Gestão de Ativos Holding S.A. que detém 10,44% das ações ordinárias da Companhia equivalentes a 5,22% de participação no capital total. Em 04 de maio de 2021, a acionista Ares 2 Participações S.A. celebrou um Acordo de Investimento com a Mori Gestão de Ativos Holding Ltda, tendo adquirido 5,22% do capital total da Mori Energia Holding S.A., ou seja, a totalidade da participação dos acionistas minoritários na Companhia. Após a celebração deste Acordo, a Ares 2 Participações S.A. passou a ter o controle de 100% das ações da Companhia.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo detém 34 empreendimentos sendo 29 em operação e os demais em fase de construção ou pré-operacionais com as seguintes características e capacidades de geração:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Controlada	Geração em (MW)	Localidade	Início/Previsão Operação
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Janaúba - MG	16/02/2019
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	07/12/2019
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Manga - MG	05/01/2020
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Lagoa Grande - MG	03/07/2020
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Lontra - MG	08/12/2020
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Porteirinha - MG	28/08/2020
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Mirabela - MG	19/06/2020
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	22/12/2020
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Francisco Sá - MG	08/01/2021
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Januária - MG	15/08/2021
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Januária - MG	19/05/2021
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Mato Verde - MG	31/08/2020
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Porteirinha - MG	13/11/2020
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Bonfinópolis de Minas - MG	24/12/2020
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Nanuque - MG	12/06/2021
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Brasilândia de Minas - MG	03/03/2021
UFV Mirabela 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Mirabela - MG	21/05/2020
UFV Carmo do Paranaíba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Carmo do Paranaíba - MG	20/12/2021
UFV Corinto 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	10/06/2020
UFV Paracatu 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Paracatu - MG	22/12/2020
UFV Bocaiuva 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	19/03/2021
UFV Manga 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Manga - MG	16/07/2020
UFV Pirapora 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	05/03/2021
UFV Pirapora 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	05/03/2021
UFV Bocaiuva 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	05/12/2021
UFV Bocaiuva 4 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	15/08/2021
UFV Paracatu 6 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	09/02/2021
UFV Janauba 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Janauba - MG	24/03/2021
UFV Pirapora 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	05/03/2021
UFV Corinto 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	24/11/2020
UFV Bocaiuva 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	05/12/2021
UFV Paracatu 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Paracatu - MG	05/03/2021
UFV Paracatu 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	19/03/2021
UFV Brasilândia 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Brasilândia - MG	30/10/2020

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem a Companhia e mais 15 controladas, conforme demonstrado na Nota 3. Sendo os investimentos nas 11 controladas em conjunto, contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 12 de agosto de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, de suas controladas e controlada em conjunto, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias --Continuação

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam risco de resultar ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Imobilizado (Nota 7);
- Intangível;
- Direito de uso (Nota 8);
- Provisão para desmobilização (Nota 14);
- Instrumentos financeiros (Nota 19).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Apresentação de informações por segmento

O Grupo tem em suas operações a finalidade direta ou indireta na micro e minigeração distribuídas de energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica. Desta forma, todas as informações das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram divulgadas com a premissa de segmento único.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Base de consolidação e investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto em 30 de junho de 2021, apresentadas abaixo:

Controladas e Controladas em conjunto	% Participação em					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Controladas em conjunto						
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	-	-	-
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
Controladas						
BD Participações e Administração Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Engenharia Solar Ltda	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Minasol Servs Des Técnicos	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Mori Minas Holding Importadora S/A	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	89,00%	-	89,00%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	-	100,00%	-	100,00%
UFV Carmo do Paranaíba Geração Energia Eletr. Distrib. S/A	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	100,00%	-	100,00%
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	0,01%	100,00%

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras intermediárias das controladas foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Base de consolidação e investimentos em controladas e controladas em conjunto--Continuação

3.1. Alienação de investimentos

Conforme acordo de acionistas celebrado em 2020 com a Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – CEMIG SIM, a Companhia vendeu uma parte de sua participação em algumas controladas, passando a ter o controle compartilhado nestas.

Em 2021, um novo acordo de acionistas foi celebrado, também com a Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – CEMIG SIM, onde a Companhia vendeu uma parte de sua participação em mais uma de suas controladas, a UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. Após esta operação, esta controlada também passou a ter o controle compartilhado.

As controladas envolvidas nestas operações são as seguintes:

Controlada em conjunto	Participação da Companhia	Participação da CEMIG
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51%	49%

Em decorrência destas operações, o Grupo deixou de consolidar, em suas demonstrações consolidadas, as empresas relacionadas no quadro acima, tendo reconhecido apenas, em sua demonstração consolidada do resultado, as operações destas investidas até a data em que detinha o controle das mesmas e, a partir desta data, passou a reconhecer apenas o resultado de sua participação pelo método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da Companhia, identificada como “Controladora”, as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Base de consolidação e investimentos em controladas e controladas em conjunto--Continuação

3.1. Alienação de investimentos--Continuação

Em decorrência das operações acima, a Companhia efetuou, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a baixa do acervo líquido representado pelos ativos e passivos abaixo relacionados:

	UFV Bonfinópolis	UFV Corinto	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra	UFV Manga	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha	UFV Porteirinha II	Total
Caixas e Equivalentes de Caixa	20	724	922	3	137	146	7	245	11	2.215
Outros Ativos	344	519	203	318	530	255	172	308	212	2.861
Imobilizado	12.886	17.417	24.663	27.504	20.605	10.871	9.158	11.828	11.407	146.339
Ativo Direito de Uso	-	624	-	1.263	1.924	-	-	-	109	3.920
Outros Intangíveis	-	-	-	65	-	30	-	-	-	95
Total de Ativos	13.250	19.284	25.788	29.153	23.196	11.302	9.337	12.381	11.739	155.430
Fornecedores	80	26	18	29	-	15	6	19	29	222
Empréstimos	186	93	58	177	-	218	81	196	158	1.167
Passivo de Arrendamento	-	1.396	-	2.900	4.262	-	-	-	-	8.558
AVP Passivo de Arrendamento	-	(773)	-	(1.650)	(2.434)	-	-	-	-	(4.857)
Outras Obrigações	372	160	96	245	223	169	102	134	-	1.501
Total de Passivos	638	902	172	1.701	2.051	402	189	349	187	6.591
Total do Acervo Líquido	12.612	18.382	25.616	27.452	21.145	10.900	9.148	12.032	11.552	148.839
Total da Participação Vendida										49%
Total da Baixa nas Participações em Controladas										72.931

A venda foi efetuada pelo valor total de R\$ 74.146 tendo gerado, portanto, um ganho de capital na venda de participações societárias no montante de R\$ 1.215 reconhecida no resultado da Companhia.

Do valor total da venda de R\$ 74.146, a Companhia ainda possui recebível registrado em seu ativo não circulante no valor de R\$ 7.500.

Ao longo do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia efetuou também a baixa do acervo líquido representado pelos ativos e passivos abaixo relacionados:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Base de consolidação e investimentos em controladas e controladas em conjunto--Continuação

3.1. Alienação de investimentos--Continuação

	UFV Brasilândia
Caixas e Equivalentes de Caixa	957
Outros Ativos	616
Imobilizado	27.772
Outros Intangíveis	250
Total de Ativos	29.595
Fornecedores	7
Partes Relacionadas	3.015
Outras Obrigações	123
Total de Passivos	3.145
Total do Acervo Líquido	26.450
Total da Participação Vendida	48%
Total da Baixa nas Participações em Controladas	12.704

A venda foi efetuada pelo valor total de R\$ 12.558 tendo gerado, portanto, uma perda de capital na venda de participações societárias no montante de R\$ 146 reconhecida no resultado da Companhia.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Grupo, na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e nela descritas nas Notas 2 e 3. Essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 16 de julho de 2021.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa	-	-	62	62
Bancos	-	2	7.024	911
Aplicações financeiras	11.072	37.237	11.072	37.238
	11.072	37.239	18.158	38.211

Os saldos de caixa e bancos compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes de caixa estão representadas por recursos aplicados automaticamente quando da existência de recursos em conta corrente, foram contratadas em condições e taxas normais de mercado tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, por 88,79% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de junho de 2021 (53,66% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6. Investimentos

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou, no individual e consolidado, a seguinte posição de investimento em controladas e controladas em conjunto:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Participação em controladas e controladas em conjunto	516.643	526.995	102.116	87.798
Ágio na aquisição de Participações	2.448	2.448	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	80.824	46.217	-	-
	599.915	575.660	102.116	87.798

A movimentação dos investimentos da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 são assim demonstradas:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos—Continuação

Controlada/Controlada em conjunto	Saldo em 31/12/2019	Constituição ou Aumento (redução) de Capital	Venda ou Redução de Participação	Equivalência Patrimonial	Recebimento de Dividendos	Ágio em Transações de Capital	Outros	Saldo em 31/12/2020
UFV Bonfínopolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2.594	10.587	(6.180)	(576)	-	-	(43)	6.382
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	18.755	(1.000)	(9.007)	1.866	(1.056)	-	-	9.558
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	10.125	-	-	1.610	(650)	-	(1)	11.084
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5.672	19.781	(12.552)	369	-	-	(58)	13.212
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	7.411	21.204	(13.452)	(1.208)	-	-	-	13.955
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	21.117	-	(10.361)	1.444	(1.184)	-	-	11.016
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.320	9.703	(5.341)	50	-	-	(37)	5.695
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2.056	7.249	(4.482)	(40)	-	-	(49)	4.734
UFV Portelminha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.734	10.601	(5.895)	(194)	-	-	(56)	6.186
UFV Portelminha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.239	10.456	(5.661)	(21)	-	-	(39)	5.974
Movimentação Investimento em controladas em conjunto (Consolidado)	72.023	88.581	(72.931)	3.300	(2.890)	-	(285)	87.788
BD Participações e Administração Ltda	1.951	-	-	(2.432)	-	-	-	(481)
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	420	26	-	(173)	-	-	-	273
Engenharia Solar Ltda	1.317	149	-	(1.119)	-	-	-	347
Minasd Servs Des Técnicos	708	7	-	(14)	-	-	-	701
Mori Minas Holding Importadora S/A	88.141	(67.822)	-	(360)	-	-	-	19.959
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	142.747	1.387	-	(1.306)	-	(152)	-	142.676
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	84.574	28.592	-	(2.016)	-	(3.146)	-	108.063
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	99.366	18.507	-	(2.294)	-	(2.069)	1	113.831
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	98	21.416	-	86	-	-	-	21.600
UFV Carmo do Paraná Geração de Energia Elétr. Distr. S/A	-	151	-	(19)	-	-	-	132
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	892	21.667	-	(233)	-	-	-	22.326
UFV Janaúba I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	34	907	-	(222)	-	-	-	719
UFV Janaúba II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	17	44	-	(109)	-	-	-	(48)
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	63	479	-	(69)	-	-	-	473
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	37	11.277	-	(180)	-	-	-	11.134
Movimentação Investimento em controladas	420.385	37.087	-	(10.462)	-	(5.366)	1	441.645
Movimentação investimento em controladas e controladas em conjunto (Controladora)	492.408	125.668	(72.931)	(7.162)	(2.890)	(5.366)	(284)	529.443
Adiantamento para futuro aumento de capital								46.217
Total de Investimentos em controladas e controladas em conjunto								575.660

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos—Continuação

Controlada/Controlada em conjunto	Saldo em 31/12/2020	Constituição ou Aumento (redução) de Capital	Venda ou Redução de Participação Nota Explicativa (3.1)	Equivalência Patrimonial	Recabimento de Dividendos	Saldo em 30/06/2021
DMC Consultoria e Gestão de Projetos de Energia Ltda	-	2.091	-	(2.236)	-	(145)
UFV Bonfinsópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	6.382	-	-	217	-	6.599
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	13.495	334	(325)	13.504
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.558	-	-	417	(525)	9.450
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	11.084	-	-	792	(965)	10.911
UFV Jataí Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	13.212	-	-	534	(453)	13.293
UFV Lontre Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	13.955	-	-	395	-	14.350
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	11.016	-	-	375	(313)	11.078
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5.695	-	-	203	(139)	5.759
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	4.734	-	-	153	-	4.887
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	6.188	-	-	136	-	6.324
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5.974	-	-	229	(97)	6.106
Movimentação investimento em controladas em conjunto (Consolidado)	87.798	2.091	13.495	1.549	(2.817)	102.116
BD Participações e Administração Ltda	(481)	-	-	(1.284)	-	(1.765)
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	273	-	-	(37)	-	236
Engenharia Solar Ltda	347	-	-	(253)	-	94
Minasol Servs Des Técnicos	701	-	-	(9)	-	692
Mori Minas Holding Importadora S/A	19.959	-	-	(920)	-	19.039
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	142.676	-	-	2.426	-	145.102
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	108.003	-	-	(762)	-	107.241
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	113.831	-	-	(1.814)	-	112.017
Mori Minas Newco IV Energia Solar S/A	21.600	4.113	(26.199)	486	-	-
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	132	-	-	(33)	-	99
UFV Camo do Paraná Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	22.326	-	-	(60)	-	22.386
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	719	-	-	(192)	-	527
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	(48)	-	-	(51)	-	(99)
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	473	-	-	(130)	-	343
UFV Nanaque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	11.134	-	-	(71)	-	11.063
Movimentação investimento em controladas	441.645	4.113	(26.199)	(2.584)	-	416.975
Movimentação investimento em controladas e controladas em conjunto (Controladora)	529.443	6.204	(12.704)	(1.035)	(2.817)	519.091
Adiantamento para futuro aumento de capital	46.217	-	-	-	-	80.824
Total de investimentos em controladas e controladas em conjunto	575.660	-	-	-	-	599.915

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos--Continuação

As controladas e controladas em conjunto apresentam a seguinte posição em 30 de junho de 2021:

Controlada e Controlada em conjunto	Total dos Ativos	Total do Patr. Líquido	Resultado Exercício	Nº Total Ações/Quotas	Ações/Quotas Controladora 30/06/2021	Participação Societária %		Participação no PL	Participação no PL 31/12/2020
						Direta	Indireta		
DMC Consultoria e Gestão de Projetos de Energia Ltda	1.048	(285)	(3.285)	3.000.000	1.530.000	51,00%	-	51,00%	-
UFV Bontifonpolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	14.174	12.940	451	13.197.187	6.730.565	51,00%	-	51,00%	6.382
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	29.691	26.478	1.152	21.515.464	10.972.887	51,00%	-	51,00%	13.504
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	19.613	18.530	817	18.000.000	9.180.000	51,00%	-	51,00%	9.558
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	20.317	21.395	1.643	18.509.900	9.440.049	51,00%	-	51,00%	10.911
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	26.701	26.065	1.047	25.471.844	12.990.640	51,00%	-	51,00%	13.212
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	30.396	28.137	775	29.010.219	14.795.212	51,00%	-	51,00%	13.955
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	23.749	21.722	735	21.235.933	10.830.326	51,00%	-	51,00%	11.016
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	12.027	11.291	399	11.030.391	5.625.499	51,00%	-	51,00%	5.695
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	10.288	9.582	300	9.320.875	4.752.646	51,00%	-	51,00%	4.734
UFV Porteirainha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	13.402	12.400	266	12.348.392	6.297.680	51,00%	-	51,00%	6.188
UFV Porteirainha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	12.538	11.373	449	11.702.733	5.966.394	51,00%	-	51,00%	5.974
Total da Participação em Controladas em conjunto									
BD Participações e Administração Ltda	26.238	(1.765)	(1.288)	2.956.688	2.956.688	100,00%	-	100,00%	87.798
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	26.419	88.865	(37)	88.865	-	100,00%	-	100,00%	(481)
Engenharia Solar Ltda	3.239	(1.237)	(253)	543.722	543.722	100,00%	-	100,00%	(985)
Minasol Servs Das Técnicas	11	(5)	(9)	18.265	18.265	100,00%	-	100,00%	3
Mori Minas Holding Importadora S/A	50.467	19.039	(917)	20.712.262	20.712.262	100,00%	-	100,00%	19.039
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	180.865	163.034	2.726	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%	142.675
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	134.526	120.495	(1.808)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%	108.003
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	139.275	125.861	(3.002)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%	113.831
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	29.691	26.478	1.152	21.515.464	10.972.887	51,00%	-	51,00%	21.600
UFV Carmo do Paranába Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15.395	99	(33)	151.333	151.332	99,99%	0,01%	100,00%	99
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	24.408	22.386	60	22.570.121	970.087	100,00%	-	100,00%	22.326
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	22.455	527	(192)	970.088	970.087	99,99%	0,01%	100,00%	527
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	7.355	(99)	(51)	78.859	78.858	99,99%	0,01%	100,00%	(49)
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15.303	343	(130)	541.778	541.777	99,99%	0,01%	100,00%	343
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	14.537	11.063	(71)	11.329.857	11.329.857	100,00%	-	100,00%	11.134
Total da Participação em Controladas									
Valor total das Participações em Controladas e Controladas em Conjunto								414.527	439.197
Agio na aquisição de Participações									
Valor Total das Participações em Controladas e Controladas em conjunto								516.643	526.995
Adiantamento para futuro aumento de capital									
Total de investimentos e adiantamento para futuro aumento de capital								519.091	529.443
								80.824	46.217
								599.915	575.660

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos--Continuação

Adiantamento para futuro aumento de capital

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou aportes ainda não capitalizados em suas controladas abaixo relacionadas:

Controladas	30/06/2021	31/12/2020
Engenharia Solar	477	436
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	165	136
Minasol Servs Des Técnicos	16	7
BD Participações e Administração Ltda	3.069	1.165
Mori Minas Holding Importadora S/A	30.265	19.263
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	4.915	1.161
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	1.995	871
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	2.516	968
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	21.928	14.936
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.070	487
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	3.213	883
UFV Carmo do Paranaíba Geração Energia Eletr. Distrib. S/A	989	526
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	4.983	1.878
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	2.810
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5.223	690
Total	80.824	46.217

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado consolidado está demonstrada na tabela abaixo:

	Taxa Média depreciação a.a	Consolidado			
		30/06/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10%	197	(32)	165	157
Máquinas e equipamentos	4%	211.385	(7.530)	203.855	197.434
Equipamentos de informática	20%	371	(109)	262	205
Terrenos		2.793	-	2.793	2.889
Imobilizado em Construção		329.903	-	329.903	326.767
Total do imobilizado		544.649	(7.671)	536.978	527.452

A movimentação do ativo imobilizado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 está demonstrada a seguir:

	Nota	Consolidado				
		Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Máquinas Equíptos	Terrenos	Imobilizado em Construção
Saldos em 31 de dezembro de 2019		143	179	18.265	2.889	549.519
Adições		31	74	15.183	-	90.993
Transferências		-	-	313.745	-	(313.745)
Venda de participação de investimentos	2.1.1	-	-	(146.449)	-	-
Depreciação		(17)	(48)	(3.310)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		157	205	197.434	2.889	326.767
Adições		-	-	2.959	-	39.978
Transferências		10	63	36.853	(96)	(36.830)
Venda de participação de investimentos	2.1.1	-	-	(27.772)	-	-
Depreciação		(2)	(6)	(5.631)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021		165	262	203.864	2.793	329.894

Os bens relativos a imobilizado em construção se referem aos projetos de implantação de usinas de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme relatado na Nota 1 com detalhamento dos projetos, localização, capacidade de geração e prazo previsto de conclusão de cada obra.

Os bens relativos ao imobilizado encontram-se livres de quaisquer ônus ou garantias em obrigações assumidas pelo Grupo.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Imobilizado--Continuação

O Grupo não identificou qualquer indicativo de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 razão pela qual nenhuma provisão para perda foi reconhecida.

8. Direito de Uso

Os valores relativos a direito de uso advêm principalmente dos contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme detalhado na Nota 2.16 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Trata-se de 34 contratos celebrados por um período de 25 anos com vigência entre 2019 e 2044.

Também estão registrados como direito de uso valores pagos sobre contratos de servidão de passagem a proprietários de imóveis localizados entre a UFV e o acesso a rede elétrica.

A movimentação dos ativos de direito de uso é demonstrada abaixo:

	Direito de Uso
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.162
Adições	6.605
Baixas	(8.806)
Venda de participação de investimentos	(3.875)
Amortização	(1.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.740
Adições	13.376
Amortização	(519)
Saldos em 30 de junho de 2021	41.597

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Direito de Uso--Continuação

Abaixo o detalhamento dos ativos de direito de uso consolidado por controlada:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Engenharia Solar	3.076	3.140
Energia Solar	408	417
BD Participações	22.875	23.320
Mori Minas Newco I	5.833	460
Mori Minas Newco II	6.471	640
Mori Minas Newco III	2.589	453
Paracatu	295	260
Nanuque	50	50
	41.597	28.740

9. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores administrativos	228	428	238	472
Fornecedores de Obras e O&M	-	-	1.260	2.520
	228	428	1.498	2.992

Os saldos de fornecedores se referem principalmente aos projetos de construção e manutenção dos parques de micro e minigeração de energia fotovoltaica.

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Tributos a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Municipais	12	15	300	295
Federais	93	148	1.551	1.279
Outros	13	13	16	23
	118	176	1.867	1.597

11. Debêntures

A Companhia realizou uma emissão privada de debêntures, em 19 de novembro de 2019, onde foram emitidas 300.000.000 (trezentas milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) perfazendo o montante de R\$ 300.000, realizada em série única.

A Companhia recebeu em 10 de maio de 2021, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, recursos de seu acionista controlador para a quitação, na mesma data, da sua posição de endividamento de debêntures junto ao Banco Bradesco S/A.

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Debêntures não Conversíveis	-	285.536
(-) Custo Negociação de Debêntures a Apropriar	-	(4.454)
Total Debêntures	-	281.082
Circulante	-	32.406
Não Circulante	-	248.676

A movimentação das debêntures não conversíveis é assim apresentada:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Debêntures--Continuação

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2019	298.391
Juros Incorridos	12.214
Apropriação de Custos de Captação	499
Amortização de Principal	(15.790)
Pagamento de Juros	(14.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	281.082
Juros Incorridos	3.732
Apropriação de Custos de Captação	4.455
Amortização de Principal	(285.118)
Pagamento de Juros	(4.151)
Saldos em 30 de junho de 2021	-

A Companhia havia realizado a contratação de instrumento financeiro derivativo *SWAP* junto ao Banco Bradesco BBI S/A para minimizar a exposição do endividamento à oscilação da taxa do CDI, fixando a taxa de longo prazo (10 anos) para a referida operação, nos seguintes termos e condições:

Indexador Ativo do Banco / Passivo do Cliente	Indexador Ativo do Cliente / Passivo do Banco
Taxa Pré-Fixada de 8,62% a.a (taxa exponencial)	100% do CDI + 1,58% a.a

A movimentação das operações com instrumentos financeiros derivativos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrada:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.009
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.286
Liquidação intermediária	(11.117)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.178
Liquidação do saldo	(15.570)
Ganho com a liquidação	3.392
Saldos em 30 de junho de 2021	-

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Partes Relacionadas

Os passivos com partes relacionadas em 30 de junho de 2021 decorrem, principalmente, de contratos de mútuos, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes e estão assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Bruno Shiraga	4	4	-	4
BD Participações	18	18	-	-
Hikari Participações	-	-	-	524
Total de Empréstimos e Financiamentos CP	22	22	-	528

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
GD Energy LLC	505	505	505	505
Outros	-	-	46	61
Total de Saldo com Partes Relacionadas LP	505	505	551	566

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar às partes relacionados bem como as taxas de juros definidas em cada contrato:

	Taxa de Juros	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Bruno Shiraga	100% CDI	4	-	-	4
GD Energy LLC	1,86% a.a	-	-	505	505
BD Participações	100% CDI	18	-	-	18

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2019, os membros do Conselho de Administração não são remunerados. A remuneração global da diretoria estatutária da Companhia é de até R\$ 130, conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2019. Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, as despesas com remuneração dos membros da diretoria totalizaram R\$ 42.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Passivos de Arrendamento

Os passivos de arrendamento foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota 2.16 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com taxa de juros que reflete o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas e controladas em conjunto de dívida com características similares a aquelas determinadas pelos contratos de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico, assim, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto aplicaram a expectativa futura das obrigações ativas em 2020 em 8,62% a.a. para todos os arrendamentos.

Segue abaixo a movimentação consolidada dos passivos de arrendamento:

	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente	Valor Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	88.294	(51.537)	36.757
Adições	1.695	(1.305)	390
Baixas	(11.791)	7.646	(4.145)
Venda de participação de investimentos	(8.558)	4.857	(3.701)
Pagamentos	(2.892)	-	(2.892)
Juros Incorridos	-	2.509	2.509
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.748	(37.830)	28.918
Adições	13.305	-	13.305
Pagamentos	(1.466)	-	(1.466)
Juros Incorridos	-	1.135	1.135
Saldos em 30 de junho de 2021	78.587	(36.695)	41.892

Abaixo o detalhamento das obrigações assumidas no consolidado por controlada:

	Passivo de Arrendamento					
	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Engenharia Solar	10	3.293	3.303	-	3.345	3.345
Energia Solar	-	423	423	5	427	432
Mori Minas Newco I	-	5.374	5.374	-	-	-
Mori Minas Newco II	-	5.796	5.796	-	-	-
Mori Minas Newco III	-	2.135	2.135	-	-	-
BD Participações	358	24.503	24.861	358	24.783	25.141
Total de Passivo de Arrendamento	368	41.524	41.892	363	28.555	28.918

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Passivos de Arrendamento--Continuação

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos passivos de arrendamento de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2026	Total
Vencimento de Passivo de Arrendamento	2.005	1.945	1.889	1.834	1.834	32.385	41.892

14. Provisão de desmobilização

Para as controladas que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmantelamento dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, será ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmantelamento do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 30 de junho de 2021, o saldo de provisão de desmantelamento totaliza R\$ 6.294.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 4 de maio de 2021, a acionista Ares 2 Participações S.A. celebrou um Acordo de Investimento com a Mori Gestão de Ativos Holding Ltda, tendo adquirido 5,22% do capital total da Mori Energia Holding S.A., ou seja, a totalidade da participação dos acionistas minoritários na Companhia. Após a celebração deste Acordo, a Ares 2 passou a ter o controle de 100% das ações da Mori Energia.

O capital social da Companhia é de R\$ 443.478, representado por 256.393.035 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do Capital Social da Companhia por acionista é assim demonstrada:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

	Participação Societária	
	30/06/2021	31/12/2020
Ares 2 Participações S/A	443.478	423.960
Mori Gestão de Ativos Holding S/A	-	15.146
	443.478	439.106

A movimentação do capital social ocorrida em 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 é assim demonstrada:

	Capital Social
Saldos em 31 de dezembro de 2019	318.331
Aumento de Capital (novos aportes)	120.775
Saldos em 31 de dezembro de 2020	439.106
Aumento de Capital (novos aportes)	872
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	3.500
Saldos em 30 de junho de 2021	443.478

b) Ágio nas transações de capital

O acordo de investimento firmado entre a Companhia e os acionistas minoritários das controladas Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A. prevê que a Companhia pagará um ágio na integralização de capital social nestas controladas, com o objetivo de não alterar a participação societária nestas controladas

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Patrimônio líquido--Continuação

c) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) – Resultado por ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada das ações emitidas.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeira que possa ter efeito dilutivo.

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)
Numerador		
Prejuízo do Exercício	(3.043)	(24.950)
Denominador		
Número de ações - milhares	256.393	227.520
Resultado básico e diluído por ação em R\$	(0,01)	(0,11)

16. Receita operacional líquida

O valor da receita operacional líquida “Consolidada” é resultado dos contratos de aluguéis das unidades fotovoltaicas para os consórcios conforme Nota 2.4 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)
Receita Bruta com arrendamentos e aluguéis	12.108	2.822
(-) Tributos sobre vendas	(417)	(85)
	11.691	2.737

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Custos e despesas gerais e administrativas

As informações sobre os custos bem como as despesas gerais e administrativas, para a controladora e consolidado, por natureza para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, estão apresentadas a seguir:

Despesas	Controladora			
	30/06/2021		30/06/2020	
	Gerais e Administrativas	Outras Receitas (despesas) operacionais	Gerais e Administrativas	Outras Receitas (despesas) operacionais
	Total		Total	
Despesas com Pessoal	(2.434)	-	(2.434)	-
Materiais de uso e Consumo	(37)	-	(37)	-
Aluguéis e arrendamentos	(59)	-	(59)	-
Energia e outras contas de consumo	(50)	-	(50)	-
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	(2.899)	-	(2.899)	-
Viagens e Estádias	(271)	-	(271)	-
Impostos e Taxas	(42)	-	(42)	-
Depreciação	(50)	-	(50)	-
Amortização	-	-	-	-
Despesas com Informática	(83)	-	(83)	-
Outras Receitas e Despesas	(1.056)	-	(1.056)	-
Despesas não Dedutíveis	-	-	-	-
Perda de Capital Venda Participações	-	(146)	(146)	(27)
TOTAL	(6.981)	(146)	(7.127)	(5.612)
				(27)
				(5.639)

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Custos e despesas gerais e administrativas--Continuação

Despesas	Consolidado							
	30/06/2021				30/06/2020 (não revisado)			
	Custo Serviços Prestados	Gerais e Administrativas	Outras Receitas (despesas) operacionais	Total	Custo Serviços Prestados	Gerais e Administrativas	Outras Receitas (despesas) operacionais	Total
Despesas com Pessoal	-	(2.434)	-	(2.434)	-	(2.327)	-	(2.327)
Materiais de uso e Consumo	-	(55)	-	(55)	-	(1)	-	(1)
Aluguéis e arrendamentos	-	(59)	-	(59)	(2)	(1.605)	-	(1.607)
Energia e outras contas de consumo	(2.808)	(106)	-	(2.914)	-	(448)	-	(448)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	(1.002)	(4.095)	-	(5.097)	(84)	(2.820)	-	(2.904)
Viagens e Estadias	-	(294)	-	(294)	(8)	(25)	-	(33)
Impostos e Taxas	(132)	(121)	-	(253)	(35)	(246)	-	(281)
Depreciação	(5.311)	(328)	-	(5.639)	(43)	(97)	-	(140)
Amortização	-	(519)	-	(519)	(461)	(62)	-	(523)
Despesas com Informática	-	(83)	-	(83)	(5)	(493)	-	(498)
Outras Receitas e Despesas	(437)	(924)	-	(1.361)	(135)	(454)	-	(589)
Despesas não Dedutíveis	-	-	-	-	-	-	(27)	(27)
Perda de Capital Venda Participações	-	-	(146)	(146)	-	-	-	-
Total	(9.690)	(9.018)	(146)	(18.854)	(773)	(8.578)	(27)	(9.378)

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Resultado financeiro

O resultado financeiro, para a controladora e consolidado, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)	30/06/2021	30/06/2020 (não revisado)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	250	385	251	395
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.570	-	15.570	-
Outras receitas financeiras	3	2	20	3
Total receitas financeiras	15.823	387	15.841	398
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(6)	(14)	(232)	(92)
Custo Captação Debentures	(4.455)	-	(4.455)	-
Juros Debentures	(3.732)	(7.696)	(3.732)	(7.696)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.135)	(1.295)
Prêmios Debêntures	(2.459)	-	(2.459)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(10.113)	-	(10.114)
IOF	(1)	(4)	(1)	(6)
Outras despesas financeiras	(35)	(8)	(48)	(15)
Total despesas financeiras	(10.688)	(17.835)	(12.062)	(19.218)
Resultado financeiro líquido	5.135	(17.448)	3.779	(18.820)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
 Continuação
 30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	30/06/2021		31/12/2020		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa	62	62	62	62	-	Custo Amortizado
Equivalentes de Caixa	18.097	18.097	38.149	38.149	Nível I	Valor justo por meio de resultado
	18.159	18.159	38.211	38.211		
Passivo						
Fornecedores	1.498	1.498	2.992	2.992	-	Custo Amortizado
Debêntures	-	-	281.082	281.082	-	Custo Amortizado
Partes Relacionadas	551	551	5.042	5.042	-	Custo Amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	12.178	12.178	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.049	2.049	301.294	301.294		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

As metodologias utilizadas pelo Grupo para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil e;
- Debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Dívida por captação de debêntures junto ao Bradesco S/A: Como esse contrato era de longo prazo, não estava contemplado no escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que essas debêntures já estão sujeitas, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado ativo, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou o Grupo a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para essas debêntures e encargos de dívidas.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo saldos circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiro

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 30 de junho de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 30 de junho de 2021, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 30/06/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras				2,3600%	1,1800%	1,7700%	2,9500%	3,5400%
Aplicações financeiras - Mori Holding S/A	CDI	100,0%	11.072	261	131	196	327	392
Total			11.072	261	131	196	327	392

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de capital

O Grupo realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

O Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e, a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Em junho de 2021, a Companhia reduziu o seu nível de endividamento para zero em decorrência dos eventos descritos na Nota 11.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance da Perfin. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

Os principais riscos identificados estão apresentados abaixo:

i) *Riscos operacionais*

O risco operacional está relacionado com a interrupção parcial ou total da geração de energia elétrica prevista para o parque de geração fotovoltaica (UFVs).

ii) *Riscos de crédito*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de Riscos--Continuação

iii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não cumprirem suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado.

iv) *Riscos de construção e desenvolvimento das infraestruturas*

Diversas controladas e controladas em conjunto nas quais a Companhia detém participação possuem novas unidades geradoras de energia fotovoltaica em fase de construção; são riscos inerentes às atividades de construção / implantação eventuais atrasos na execução das obras, com impactos nos custos previstos e/ou penalidades contratuais. O monitoramento destes riscos é gestão das Diretorias de (i) Engenharia e (ii) Operações, esta última englobando a Diretoria Jurídica.

v) *Risco Regulatório*

O Grupo está sujeito a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Mori são monitoradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

20. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que não há chances de perda provável. As perdas consideradas possíveis foram assim classificadas, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2021 estavam assim apresentadas:

Mori Energia Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Contingências passivas com avaliação de risco possível--Continuação

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Montante	Quantidade	Montante
Trabalhista	4	491	-	-
	4	491	-	-

a) Trabalhistas

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados aos ex-colaboradores das prestadoras de serviço terceirizadas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA
MERCURY RENEW PARTICIPAÇÕES S.A., REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Mercury Renew Participações S/A
(anteriormente denominada Mercury Infra Participações S.A.)

30 de junho de 2021
com Relatório de Revisão do Auditor Independente

Mercury Renew Participações S/A

(anteriormente denominada Mercury Infra Participações S.A.)

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

Índice

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	9

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mercury Renew Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Mercury Renew Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.



Ênfase - Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que descreve que as controladas da Companhia encontram-se em fase pré-operacional. A conclusão total das obras de construção dos empreendimentos destas controladas, e o consequente início integral das operações, por sua vez, depende da capacidade das controladas em continuarem cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como da obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse tema.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC 1SP214160/O-5

Mercury Renew Participações S/A

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Notas	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.823	-	35.384
Contas a receber de clientes	-	-	-	1
Impostos a recuperar	-	19	-	19
Partes relacionadas	5	851	-	718
Adiantamento para aquisição de investida	6	9.875	-	9.875
Contas a receber pela alienação de investimento	7	7.222	-	7.222
Outros ativos		86	-	1.030
Total do ativo circulante		41.876	-	54.249
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Outros ativos		-	-	122
Investimentos	8	130.169	-	71.078
Imobilizado	10	60	-	80.537
Intangível	11	-	-	8.152
Direito de uso	9	-	-	6.516
Total do ativo não circulante		130.229	-	166.405
Total do ativo		172.105	-	220.654

		Controladora		Consolidado
	Notas	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021
Passivo circulante				
Fornecedores	12	142	5	13.536
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.346
Instrumentos financeiros derivativos	14	920	-	12.893
Contas a pagar pela aquisição de investimento	15	12.430	-	12.430
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	253	-	470
Partes relacionadas	5	19	8	2.616
Passivo de arrendamento	18	-	-	6
Total do passivo circulante		13.764	13	43.297
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	12.878
Passivo de arrendamento	18	-	-	6.154
Contas a pagar pela aquisição de investimento	15	42.457	-	42.457
Opções de compra de ações outorgadas	16	12.504	-	12.504
Provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas	17	81	-	81
Total do passivo não circulante		55.042	-	74.074
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	137.180	1	137.180
Prejuízos acumulados	-	(33.881)	(14)	(33.881)
		103.299	(13)	103.299
Participação de não controladores	-	-	-	(16)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		103.299	(13)	103.283
Total do passivo e patrimônio líquido		172.105	-	220.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mercury Renew Participações S/A

Demonstrações dos resultados

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação que está expresso em reais)

	Notas	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2021
Receita operacional líquida	20	-	327
Custos de venda de energia	21	-	(106)
Resultado bruto		-	221
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	21	(3.034)	(3.689)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(12.969)	(347)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	25	28
Total das despesas operacionais		(15.978)	(4.008)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(15.978)	(3.787)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	124	179
Despesas financeiras	22	(18.013)	(30.259)
Resultado financeiro líquido		(17.889)	(30.080)
Prejuízo do período		(33.867)	(33.867)
Prejuízo por ação (em reais - R\$)			(0,2057)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mercury Renew Participações S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2021</u>
Prejuízo do período	(33.867)	(33.867)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(33.867)</u>	<u>(33.867)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mercury Renew Participações S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.000	(4.999)	(14)	(13)	-	(13)
Aumento de capital	19.1	315.000	(177.821)	-	137.179	(16)	137.163
Prejuízo do período	-	-	-	(33.867)	(33.867)	-	(33.867)
Saldos em 30 de junho de 2021		320.000	(182.820)	(33.881)	103.299	(16)	103.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Mercury Renew Participações S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(33.867)	(33.883)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3	273
Valor justo de opções de compra de ações	10.352	10.352
Juros de empréstimos e arrendamentos	-	232
Marcação a mercado de Instrumentos financeiros	920	12.893
Encargos de dívidas da compra de investimentos	6.457	6.457
Resultado de equivalência patrimonial	12.969	347
Provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas	81	81
Juros ativos	(2)	(2)
Ganho em venda de participação societária	(27)	(27)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	-	(1)
Impostos a recuperar	(19)	(18)
Transação com partes relacionadas	(149)	(16)
Adiantamento para aquisição de investida	(9.875)	(9.875)
Outros ativos	(86)	(461)
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	137	13.527
Obrigações trabalhistas e tributárias	253	437
Partes relacionadas	11	(6.837)
	(12.842)	(6.521)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(12.842)	(6.521)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(46.978)	(53.971)
Aportes de capital nas investidas	(52.773)	(2.199)
Caixa adquirido em combinação de negócios	-	8.512
Adições ao imobilizado	(63)	(46.046)
Transações com partes relacionadas	(700)	(700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(100.514)	(94.404)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	(109)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-	(63)
Amortização de arrendamentos	-	(698)
Integralização de capital social	137.179	137.179
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	137.179	136.309
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	23.823	35.384
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	-	-
No fim do período	23.823	35.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mercury Renew Participações S.A. (“Companhia” ou “Mercury Renew”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia foi constituída em 8 de setembro de 2020 sob a denominação de SF 238 Participações Societárias S.A., sendo seu capital social representado por quatrocentas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

Em 30 de outubro de 2020, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, no qual o fundo de investimento PERFIN Mercury Fundo de Investimento em Participações - IE, adquiriu dos sócios Luis Guilherme de Souza Silva e Lawrence Santini Echenique a integralidade das ações, tornando-se o único acionista e controlador da Companhia.

Em 3 de fevereiro de 2021, através de assembleia geral extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Mercury Infra Participações S.A. para Mercury Renew Participações S.A.

Em 10 de junho de 2021, através de contrato de cessão e transferência de ações, o fundo Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura cedeu ao Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura 14.500.000 (quatorze milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e não integralizadas, representativas de 4,53% (quatro vírgula cinquenta e três por cento) do capital social total e votante da Companhia.

A Mercury Renew é uma iniciativa conjunta da Perfin Administração de Recursos Ltda. e da Servtec Energia Ltda., que contam com mais de 20 anos de experiência em investimento, desenvolvimento e gerenciamento de projetos de energia. A Companhia é especializada em geração de energia renovável com uma carteira de projetos, prioritariamente solar, de mais de 1,5GW a serem implantados ao longo dos próximos anos. A Companhia investirá, aproximadamente, o montante de R\$ 4.050.000 entre os anos de 2021 e 2023. A maioria dos projetos possui contratos de comercialização de Energia (PPAs) no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em 2 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. e Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda., com os atos de fechamento praticados simultaneamente, para aquisição da totalidade das ações (exceto duas ações PN) pelo valor de R\$ 17.040 da Bon Nome Solar S.A. tendo sido pago o valor de R\$ 14.610 em 8 de fevereiro de 2021 e o montante remanescente de R\$ 2.430 será pago em fevereiro de 2022.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra e venda das empresas UFV Brisas Suaves SPE S.A. ("Brisas") e FCR VII Usinas de Energia Fotovoltaica Ltda. ("FCR") no valor de R\$ 24.000. Em 31 de maio de 2021, foi celebrado o fechamento da aquisição de Brisas, com a quitação do preço acordado, e aporte na SPE do capital necessário para quitação dos mútuos entre Brisas e acionistas vendedores. Nesta mesma data, foi realizado o adiantamento do preço de aquisição da FCR. A administração possui a expectativa de concluir o fechamento da compra da FCR em agosto de 2021 quando então ocorrerá o aporte de capital na FCR para quitação dos mútuos entre FCR e cotistas vendedores.

Do montante celebrado no contrato de compra e venda, correspondem à Brisas R\$ 1.947, sendo R\$ 1.609 a título de adiantamento a dois acionistas vendedores e R\$ 338 (atualizado pelo IPCA até maio de 2021) ao saldo remanescente devido aos demais acionistas vendedores.

Adicionalmente, o valor de R\$ 7.048 refere-se ao aporte de capital para quitação de mútuos. À FCR foi realizado adiantamento no valor de R\$ 2.687 à dois acionistas vendedores e R\$ 6.278 (atualizado pelo IPCA até maio de 2021) refere-se ao saldo remanescente devido aos demais acionistas vendedores. Adicionalmente, o valor de R\$ 6.213 referente à aporte de capital para quitação de mútuos está previsto para agosto de 2021 no fechamento da compra.

Em 24 de março de 2021, a Companhia adquiriu da Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. e Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda. a totalidade das ações da Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A., pelo valor de R\$ 10.000, pago no dia 2 de agosto de 2021, quando do cumprimento das obrigações pós fechamento previstas no contrato de aquisição. Em 30 de junho de 2021, através de Contrato de Compra e Venda de Ações, a Companhia alienou 72,22% de sua participação na Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A. ao preço de R\$ 7.222, o montante foi recebido em julho de 2021. Em 30 de junho de 2021, a Companhia detém 27,78% de participação na Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A.

Em 26 de março de 2021, a Companhia firmou, com condições suspensivas, Acordo de Investimentos com a Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda. e Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. Em 31 de maio de 2021, ocorreu o fechamento da operação para subscrição de capital em seis SPEs, localizadas nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo, a saber: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda, Usina de Energia Fotovoltaica Paracatu I Ltda, Usina de Energia Fotovoltaica Solatio Várzea Paraíso Ltda., Solatio Energia Gestão de Projetos de Castilho I Ltda., Solatio Energia Gestão de Projetos de Cassilândia II Ltda e Solatio Energia Gestão de Projetos de Cassilândia 138.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 1º de abril de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações com o Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e adquiriu 20% das ações do complexo Babilônia Sul, considerando a aquisição de cinco SPE's localizadas no Estado da Bahia (Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A., Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A., Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A., Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.), pelas quais pagará o valor de R\$ 66.423 composto da seguinte forma: (i) R\$ 36.000 - preço de aquisição preliminar a ser pago em 1º de junho de 2023 - mediante conclusão do projeto e efetiva capacidade de geração. Este saldo atualizado em 30 de junho de 2021 é de R\$ 42.457; (ii) R\$ 30.423 pago em 5 de abril de 2021. O fechamento do negócio ocorreu na mesma data de assinatura do contrato.

A Companhia adquiriu, em maio de 2021, a UFV Brisas Suaves S.A. em operação comercial e iniciou a implantação do projeto de Bon Nome, localizado no Estado de Pernambuco com 130MW de potência. Os projetos Castilho e Hélio Valgas, com potência instalada de 270MW e 650MW, respectivamente, estão em fase de contratação de equipamentos e serviços. A estimativa inicial, baseada em estudos preliminares de viabilidade tem o início das obras previsto para o 4º trimestre de 2021.

Os projetos Paracatu de 270 MW, Várzea de 120 MW, Cassilândia de 430 MW e Chapadão de 830 MW serão implantados ao longo dos anos de 2022 e 2024.

1.1. Avaliação da capacidade de continuidade

No período findo em 30 de junho de 2021, a controlada UFV Brisas Suaves S.A. era a única em operação comercial, sendo que a Companhia encontrava-se em fase de implementação das demais usinas solares e eólicas, que entrarão em operação comercial entre os anos de 2022 e 2024, dentre elas Bon Nome Solar S.A., Castilho Solar Participações S.A., Hélio Valgas Solar Participações S.A., Paracatu Solar Participações S.A., Várzea Solar Participações S.A., Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A., Ventos De Santa Jacinta Energias Renováveis S.A., Ventos De Santa Justina Energias Renováveis S.A., Ventos De São João XXIII Energias Renováveis S.A., Ventos De São Joaquim Energias Renováveis S.A. e Ventos De São Júlio I Energias Renováveis S.A.

As investidas possuem contratos de longo prazo de venda de energia, entre 5 (cinco) e 20 (vinte) anos, com estimativa de faturamento conjunto para 2022 de aproximadamente R\$ 90.000 e a partir de 2023 de aproximadamente R\$ 370.000 oriundos da geração de energia solar e eólica.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Avaliação da capacidade de continuidade--Continuação

Em 30 de junho de 2021, o capital subscrito na Companhia é de R\$ 320.000 e o capital comprometido e não integralizado é de R\$ 182.820 para fazer face aos investimentos nas investidas. Adicionalmente, possui linhas de empréstimos pré-aprovados com instituições financeiras reconhecidas no mercado, principalmente na liberação de financiamentos para construção de empreendimentos de geração de energia elétrica. A Administração ressalta que a Companhia possui um montante pré-aprovado a ser recebido, de aproximadamente R\$ 250.000 junto ao Banco Itaú e Banco Bradesco entre empréstimo Ponte e fianças bancárias. Além disso, a Companhia está em negociações avançadas com instituições financeiras, entre elas BNB, BNDES e mercado de capitais, para captar mais R\$ 460.000 em dívida de longo-prazo.

Adicionalmente, o acionista controlador, Perfin Mercury Fundo de Investimentos em Participações, possui capital subscrito de R\$ 1.000.000 e capital comprometido e não integralizado de R\$ 872.695 a ser destinado às operações e investimentos da Companhia. O acionista minoritário Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, por sua vez, possui capital subscrito de R\$ 25.600 e capital comprometido e não integralizado de R\$ 10.600, que também poderá ser destinado às operações e investimentos da companhia.

Os aportes de capital e as obrigações financeiras assumidas pela Companhia serão destinados às suas investidas com o intuito de atender as necessidades operacionais e aquisição de imobilizado (Capex) para conclusão de seus projetos. Em 30 de junho de 2021, a Companhia estima que o gasto remanescente para finalizar a construção das usinas solares e eólicas corresponde aproximadamente a um total de R\$ 4.050.000, dos quais R\$ 750.000 seriam no segundo semestre de 2021, R\$ 2.500.000 no exercício de 2022 e R\$ 800.000 no exercício de 2023.

Com base nos fatos dispostos acima, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de continuidade de suas operações e entende que os recursos financeiros a serem recebidos são suficientes para a conclusão das construções e cobrir os custos de administração, operação e manutenção. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

1.2. Declaração de conformidade

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 12 de agosto de 2021.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem continuar gerando impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Conforme Nota 1, a controlada Bon Nome Solar S.A. iniciou a implantação da UFV em março de 2021, tomando as providências para mitigação dos riscos de forma que os possíveis impactos fossem minimizados.

O cronograma de implantação do portfólio de projetos da Companhia está mantido, não sendo identificado impactos significativos até o momento.

A Companhia não utilizou nenhum benefício fiscal em função da COVID-19, entretanto houve renegociação de valor com o fornecedor de painel fotovoltaico na controlada Bon Nome Solar S.A. e extensão de prazo de fornecimento de painel fotovoltaico em Castilho Solar Participações S.A., mas sem alteração no prazo final de conclusão do projeto. Com relação a alta do dólar, a Companhia realizou proteção cambial por meio de instrumento de *non-deliverable forward* (NDF), mitigando o risco à exposição de variação cambial.

No escritório administrativo, a Companhia e suas controladas instituíram sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passando a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe trabalhando remotamente.

Além disso, foi adotado protocolo de higienização e adoção de álcool em gel em todos os ambientes.

A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum impacto relevante econômico e contábil em suas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Adicionalmente, não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que alterasse essa situação.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e em conformidade com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *Internacional Accounting Standards Board* - IASB. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não estão sendo apresentados, pois a Companhia foi constituída em 8 de setembro de 2020.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas ao plano de negócios da Companhia e das suas controladas e avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas estão divulgadas na Nota 2.18.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente durante o período findo em 30 de junho de 2021.

2.1. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas correspondentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 são compostas pelas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas, apresentadas abaixo:

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.1. Base de Consolidação--Continuação

	30/06/2021	
	% de participação	Tipo de relacionamento
UFV Brisas Suaves S.A. (b)	100,00%	Controlada direta
Bon Nome Solar S.A. (a)	99,99%	Controlada direta
Várzea Solar Participações S.A. (e)	99,01%	Controlada direta
Castilho Solar Participações S.A. (f)	99,01%	Controlada direta
Hélio Valgas Solar Participações S.A. (g)	99,01%	Controlada direta
Paracatu Solar Participações S.A. (d)	99,01%	Controlada direta
Chapadão Solar Participações S.A. (c)	99,00%	Controlada direta
Geradora Solar Hélio Valgas I S.A. (h)	100% (*)	Controlada indireta
Geradora Solar Hélio Valgas II S.A. (h)	100% (*)	Controlada indireta
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A. (h)	100% (*)	Controlada indireta
Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A. (h)	100% (*)	Controlada indireta
Geradora Solar Hélio Valgas V S.A. (h)	100% (*)	Controlada indireta
Geradora Solar Castilho I S.A. (h)	100% (**)	Controlada indireta
Geradora Solar Castilho II S.A. (h)	100% (**)	Controlada indireta
Geradora Solar São João Do Paracatu I S.A. (h)	100% (***)	Controlada indireta
Geradora Solar São João Do Paracatu II S.A. (h)	100% (***)	Controlada indireta
Geradora Solar São João Do Paracatu III S.A. (h)	100% (***)	Controlada indireta

(*) Percentual de participação detido pela controlada direta da Companhia, empresa Hélio Valgas Solar Participações S.A.

(**) Percentual de participação detido pela controlada direta da Companhia, empresa Castilho Solar Participações S.A.

(***) Percentual de participação detido pela controlada direta da Companhia, empresa Paracatu Solar Participações S.A.

(a) A Bon Nome Solar S.A. ("Bon Nome") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP. 01448-000. A Bon Nome foi constituída em 17 de dezembro de 2018 e tem como objeto social a geração de energia elétrica por fonte solar.

(b) A UFV Brisas Suaves S.A. ("UFV Brisas") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Fazenda Cristiane, s/n.º, Zona Rural, Poço Redondo, Estado de Minas Gerais, CEP. 39.458-000. A UFV Brisas foi constituída em 22 de março de 2016 e tem como objeto social a geração de energia por fonte solar fotovoltaica.

(c) A Chapadão Solar Participações S.A. ("Chapadão"), anteriormente denominada Solatio Energia Gestão de Projetos de Cassilândia 138 Ltda. é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rodovia MS 306, km 77, Margem Direita, Sede a 3.159 metros, s/n.º, Bairro Zona Rural, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP. 79.540-000. A Chapadão foi constituída em 08 de outubro de 2019 e tem como objeto social: (i) a geração de energia por fonte solar fotovoltaica; e (ii) a participação em outras sociedades.

(d) A Paracatu Solar Participações S.A. ("Paracatu"), anteriormente denominada Usina de Energia Fotovoltaica Paracatu I Ltda. é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Área Fazenda São João e Barra do Paiol, Rodovia MG 188, KM 10, s/n.º - a direita mais 13KM, a sede PTU, sentido guarda Mor, Área Rural de Paracatu, Estado de Minas Gerais, CEP 38.609-899. A Paracatu foi constituída em 30 de janeiro de 2019 e tem como objeto social: (i) a geração de energia por fonte solar fotovoltaica; e (ii) a participação societária em sociedades também geradoras de energia fotovoltaica por fonte solar.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.1. Base de Consolidação--Continuação

- (e) A Várzea Solar Participações S.A. ("Várzea Solar"), anteriormente denominada Usina de Energia Fotovoltaica Solatio Várzea Paraíso Ltda., é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rodovia BR 496, entrada Buritis Mulatas, s/n.º, Anexo, Zona Rural, Estado de Minas Gerais, CEP 39.260-000. A Várzea Solar foi constituída em 14 de janeiro de 2019 e tem como objeto social: (i) a geração de energia por fonte solar fotovoltaica; e (ii) a participação em outras sociedades.
- (f) A Castilho Solar Participações S.A. ("Castilho"), anteriormente denominada Solatio Energia Gestão de Projetos de Castilho I Ltda, é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rodovia Marechal Rondon, s/n.º, Km 970, Zona Rural, Estado de São Paulo, CEP 16.920-000. A Castilho foi constituída em 10 de outubro de 2018 e tem como objeto social: (i) a geração de energia por fonte solar fotovoltaica; e (ii) a participação societária em sociedades também geradoras de energia fotovoltaica por fonte solar.
- (g) A Hélio Valgas Solar Participações S.A. ("Hélio Valgas"), anteriormente denominada Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda, é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Fazenda Caraíbas ou Olhos D'Água, s/n.º, Zona Rural, Estado de Minas Gerais, CEP 39.260-000. A Hélio Valgas foi constituída em 14 de janeiro de 2019 e tem como objeto social: (i) a geração de energia por fonte solar fotovoltaica; e (ii) a participação societária em sociedades também geradoras de energia fotovoltaica por fonte solar.
- (h) Em 30 de junho de 2021 as Sociedades de Propósito Específico (SPE) Geradora Solar Hélio Valgas I S.A., Geradora Solar Hélio Valgas II S.A., Geradora Solar Hélio Valgas III S.A., Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A., Geradora Solar Hélio Valgas V S.A., Geradora Solar São João Do Paracatu I S.A., Geradora Solar São João Do Paracatu II S.A. e Geradora Solar São João Do Paracatu III S.A. encontram-se constituídas, porém sem qualquer atividade operacional.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras intermediárias das controladas foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados:

- (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; e
- (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho decorrente de compra vantajosa na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, coligadas ou controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada, controlada ou controlada em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada, controlada ou controlada em conjunto a partir da data de aquisição. O ágio relativo às coligadas, controladas ou controlada em conjunto é incluído no valor contábil do investimento.

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Controlada em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Além dos investimentos nas controladas descritas na Nota 2.1., em 30 de junho de 2021 a Companhia possui as seguintes participações em coligadas e controlada em conjunto:

30/06/2021		
	% de participação	Tipo de relacionamento
Cassilândia Solar Participações S.A.	50%	Controlada em conjunto
Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A.	27,78%	Coligada
Ventos De Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.	20%	Coligada
Ventos De Santa Justina Energias Renováveis S.A.	20%	Coligada
Ventos De São João XXIII Energias Renováveis S.A.	20%	Coligada
Ventos De São Joaquim Energias Renováveis S.A.	20%	Coligada
Ventos De São Júlio I Energias Renováveis S.A.	20%	Coligada

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.3. Investimentos--Continuação

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais das controladas, coligadas e controlada em conjunto. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das controladas, coligadas e controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e controladas, coligadas e controlada em conjunto são eliminados em proporção à participação nas coligadas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em suas controladas, coligada e controlada em conjunto. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas, coligadas e controlada em conjunto sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, controlada ou controlada em conjunto, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.4. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado no circulante.

2.5. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia e suas controladas fazem a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.6. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do período foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real e não apurou impostos a pagar por ter tido prejuízos no período. As controladas optaram pelo regime de Lucro Presumido.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia e suas controladas avaliaram o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.7. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo de arrendamento, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso, conforme demonstrados na Nota 18.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas no período findo em 30 de junho de 2021.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.10. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas no período findo em 30 de junho de 2021.

2.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- (a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- (b) Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (a) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem empréstimos com partes relacionadas e, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos e financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- (a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- (b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (d) Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- (b) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de taxa de juros. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.13. Provisões--Continuação

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 30 de junho de 2021, a Companhia constituiu provisão para contingências trabalhistas, conforme descrito na Nota 17. Com exceção a esta provisão, a Companhia e suas Controladas não têm conhecimento sobre outros assuntos que necessitem de provisão.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

2.14. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.14. Arrendamentos--Continuação

Ativos de direito de uso--Continuação

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.10.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa como taxa de desconto 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos. Após a data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento, por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento.

2.15. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.16. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB- *International Accounting Standards Board* e não vigentes

Adicionalmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo

- Substituição do IFRS 4 Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato.

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação a vida útil do ativo imobilizado e do período de amortização do direito de uso, provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas, mensuração do custo orçado dos projetos, valor justo de instrumentos financeiros e estimativas constante em estudo de viabilidade.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) *Determinação a vida útil dos ativos imobilizados e do período de amortização do direito de uso*

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo do prazo estimado de 25 anos (4% a.a.) para todos os bens que compõe os ativos operacionais das controladas e controladas em conjunto. E os demais ativos com a vida útil estimada, conforme a seguir representado:

- Equipamentos de informática - 5 anos
- Máquinas e Equipamentos - 10 anos
- Outros ativos imobilizados - 10 anos

O período de amortização do direito de uso é definido com base no prazo dos respectivos contratos de arrendamento.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas Contábeis--Continuação

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

d) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

e) *Provisões para riscos para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Aquisição de ativos e combinação de negócios

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo na data da aquisição:

Empresa	Bon Nome Solar (a)	UFV Brisas Suaves (b)	Hélio Valgas Solar (c)	Paracatu Solar (c)	Várzea Solar (c)	Castilho Solar (c)	Chapadão Solar (c)	Total adquirido
Caixa e equivalentes de caixa	255	8.183	13	5	17	37	2	8.512
Impostos e contribuições a recuperar	-	1	-	-	-	-	-	1
Outros ativos	-	731	-	-	-	-	-	731
Imobilizado líquido	14.341	18.879	389	4	42	2	210	33.867
Subtotal - valor contábil de ativos adquiridos	14.596	27.794	402	9	59	39	212	43.111
Contrato de venda de energia	2.375	1.312	-	-	-	-	-	3.687
Direito de autorização	-	571	805	517	455	1.600	462	4.410
Mais valia de ativo imobilizado	-	724	-	-	-	-	-	724
Subtotal - valor justo de ativos adquiridos	2.375	2.607	805	517	455	1.600	462	8.821
Total do ativo adquirido	16.971	30.401	1.207	526	514	1.639	674	51.912
Fornecedores diversos	-	4	-	-	-	-	-	4
Empréstimos e Financiamentos	-	14.333	-	-	-	-	-	14.333
Obrigações tributárias e trabalhista	-	22	-	-	-	-	11	33
Partes relacionadas	-	7.048	898	-	50	1.220	229	9.445
Passivos assumidos	-	21.407	898	-	50	1.220	240	23.815
Ativos líquidos adquiridos	16.971	8.994	309	526	464	419	434	28.117

A Companhia registrou o valor estimado destas aquisições baseado no valor justo do acervo líquido adquirido, e identificou os seguintes ativos intangíveis na aquisição de controle, da seguinte forma:

Empresa	Bon Nome Solar (a)	UFV Brisas Suaves (b)	Hélio Valgas Solar (c)	Paracatu Solar (c)	Várzea Solar (c)	Castilho Solar (c)	Chapadão Solar (c)
Valor da contraprestação transferida	17.040	1.947	309	526	464	419	434
Participação adquirida	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil	14.596	6.387	(496)	9	9	(1.181)	(28)
Valor justo	16.971	8.994	309	526	464	419	434
Contrato de venda de energia	2.375	1.312	-	-	-	-	-
Direito de autorização	-	571	805	517	455	1.600	462
Mais valia de ativo imobilizado	-	724	-	-	-	-	-

Dos ativos adquiridos, apenas UFV Brisas Suaves SPE S.A. encontra-se operacional e contribuiu para o resultado da Companhia com R\$ 103 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o lucro acumulado consolidado teria sido acrescido, em função desta aquisição, em R\$ 397 e a receita em R\$ 1.638.

(a) Em 2 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou o acordo de investimento para aquisição da totalidade das ações (exceto duas Ações PN) pelo valor de R\$ 16.971 da Bon Nome Solar S.A., tendo sido pago o valor de R\$ 14.610 em 8 de fevereiro de 2021 e R\$ 2.361 será pago em fevereiro de 2022. O valor justo do ativo intangível, relativo ao contrato de venda de energia (Purchase Power Agreement - PPA), comercializado no mercado livre com prazo de 20 anos.

(b) Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra e venda das empresas UFV Brisas Suaves SPE S.A. ("Brisas") e FCR VII Usinas de Energia Fotovoltaica ("FCR"). Em 31 de maio de 2021, foi celebrado o fechamento da aquisição de Brisas, com a quitação do preço acordado, e aporte na SPE do capital necessário para quitação dos mútuos entre Brisas e vendedores. Pela aquisição da totalidade das ações adquiridas das SPE Brisas e pelo aporte de

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capital para quitação dos mútuos aqui citados, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 8.994 (sem atualização monetária), sendo: R\$ 1.608 liquidados em 4 de março de 2021 a título de adiantamento do preço de Brisas, e R\$ 7.386 liquidados em 31 de maio de 2021 compreendendo: (i) saldo do preço de Brisas devido aos demais vendedores, (ii) aporte de capital em Brisas para esta quitar os mútuos com os vendedores. Os ativos imobilizados foram avaliados de acordo com a metodologia ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas vigentes, e o seu valor justo ficou em R\$ 19.603, resultando em apuração de mais valia no montante de R\$ 724. O valor justo do ativo intangível, relativo ao contrato de venda de energia (*Purchase Power Agreement - PPA*), comercializado através de Contrato de Energia de Reserva no mercado regulado com prazo de 20 anos, ficou em R\$ 1.312 e o do direito de autorização, que é concedido pela ANEEL para a implantação e operação da usina pelo prazo de 35 anos, resultando no montante de R\$ 571.

- (c) Em 26 de março de 2021 a Companhia firmou, com condições suspensivas Acordo de Investimentos com a Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda e Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. Em 31 de maio de 2021 ocorreu o fechamento da operação para subscrição de capital em seis SPes, localizadas nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo, a saber: Hélio Valgas Solar Participações S.A. anteriormente denominada Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda, Paracatu Solar Participações S.A. anteriormente denominada Usina de Energia Fotovoltaica Paracatu I Ltda, Várzea Solar Participações S.A., anteriormente denominada Usina de Energia Fotovoltaica Solatio Várzea Paraíso Ltda, Castilho Solar Participações S.A. anteriormente denominada Solatio Energia Gestão de Projetos de Castilho I Ltda e Chapadão Solar Participações S.A. anteriormente denominada Solatio Energia Gestão de Projetos de Cassilândia 138 Ltda. O valor justo do ativo intangível identificado na aquisição destas entidades refere-se ao direito de autorização, que é concedido pela ANEEL para a implantação e operação da usina pelo prazo de 35 anos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2021
Caixa e bancos	149	1.655
Aplicações financeiras	23.674	33.729
	23.823	35.384

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários (CDB) de instituições financeiras de primeira linha, de baixo risco, remuneração variando entre 98% a 103% do CDI, registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e não excedem o seu valor de mercado ou de realização, sendo 70% das aplicações com liquidez imediata e 30% com liquidez em setembro de 2021.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 99% do CDI em 30 de junho de 2021.

5. Partes relacionadas

A seguir é apresentada as principais transações e saldos:

Ativo Descrição	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2021
Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A. (c)	702	702
Brígida Solar SPE S.A. (a)	8	8
Brígida 2 Solar SPE S.A. (a)	8	8
Castilho Solar Participações S.A. (a)	37	-
Hélio Valgas Solar Participações S.A. (a)	78	-
Paracatu Solar Participações S.A. (a)	18	-
	851	718

5. Partes relacionadas--Continuação

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Controladora	Consolidado
Descrição	30/06/2021	30/06/2021
Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. (b)	-	1.411
Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda. (b)	-	1.186
Perfin Administração de Recursos Ltda. (d)	19	19
	19	2.616

(a) Trata-se de rateio de serviços compartilhados e reembolso de despesas;

(b) Trata-se de contrato de mútuo, o qual tem prazo de vencimento indeterminado e juros de correspondentes a 100% do CDI ao mês.

(c) Trata-se de contrato de mútuo com prazo de vencimento em 31/08/2021 e juros correspondentes a 100% do CDI ao mês.

(d) Trata-se de reembolso de despesas pagas pelo fundo acionista da Companhia.

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2020 os membros do conselho de administração não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

6. Adiantamento para aquisição de investida

O saldo de R\$ 9.875 refere-se a adiantamentos realizados para aquisição de participação societária nas empresas Grande Sertão (R\$ 910) e FCR VII Usina de Energia Fotovoltaica S.A. (R\$ 8.965). Conforme Nota 26, a Companhia não prosseguiu com a aquisição de participação societária na empresa Grande Sertão. O valor do adiantamento foi devolvido para a Companhia em 1º de julho de 2021.

7. Contas a receber pela alienação de investimentos

O saldo de R\$ 7.222 refere-se ao montante a receber pela alienação parcial de participação societária que a Companhia detém sobre a investida Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A., sendo R\$ 4.444 referente a Egelsa Holdings e Participações Ltda e R\$2.778 referente a Sunrise Energy Holding Ltda. O valor foi integralmente recebido em 27 e 30 de julho de 2021.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

Composição

Investimentos	Participação	30/06/2021	
		Ágio e mais valias	Total do investimento
Bon Nome Solar S.A.	45.393	2.444	47.837
UFV Brisas Suaves S.A.	6.516	2.587	9.103
Chapadão Solar Participações S.A.	(14)	462	448
Castilho Solar Participações S.A.	(1.171)	1.588	417
Hélio Valgas Solar Participações S.A.	(504)	800	296
Paracatu Solar Participações S.A.	8	518	526
Várzea Solar Participações S.A.	7	457	464
Subtotal -controladas	50.235	8.856	59.091
Cassilândia Solar Participações S.A.	(13)	13	-
Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A.	(8)	2.776	2.768
Ventos De Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.	6.064	7.608	13.672
Ventos De Santa Justina Energias Renováveis S.A.	6.056	7.608	13.664
Ventos De São João XXIII Energias Renováveis S.A.	6.064	7.608	13.672
Ventos De São Joaquim Energias Renováveis S.A.	6.049	7.581	13.630
Ventos De São Júlio I Energias Renováveis S.A.	6.064	7.608	13.672
Subtotal - - coligadas e controlada em conjunto	30.276	40.802	71.078
Total do investimento em controladas e coligadas	80.511	49.658	130.169

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Dados dos investimentos e informações financeiras das empresas investidas

Investida	30/06/2021				
	Quantidade de ações/cotas	Percentual de participação	Ativo total	Patrimônio líquido	Resultado do período
Bon Nome Solar S.A.	100.000.000	100,00%	77.044	45.393	(12.710)
UFV Brisas Suaves S.A.	7.147.608	100,00%	20.767	6.516	500
Chapadão Solar Participações S.A.	1.000.000	99,00%	216	(14)	(39)
Cassilândia Solar Participações S.A.	20.000	50,00%	163	(27)	(37)
Castilho Solar Participações S.A.	1.010.000	99,00%	336	(1.183)	(1.193)
Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A.	10.000	27,78%	825	(25)	(35)
Hélio Valgas Solar Participações S.A.	1.010.000	99,00%	468	(509)	(519)
Paracatu Solar Participações S.A.	1.010.000	99,00%	27	8	(2)
Ventos De Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.	35.151.072	20,00%	30.542	30.319	(369)
Ventos De Santa Justina Energias Renováveis S.A.	35.151.072	20,00%	30.414	30.279	(370)
Ventos De São João XXIII Energias Renováveis S.A.	35.151.072	20,00%	30.542	30.319	(369)
Ventos De São Joaquim Energias Renováveis S.A.	35.148.072	20,00%	30.448	30.247	(465)
Ventos De São Júlio I Energias Renováveis S.A.	35.151.072	20,00%	30.542	30.319	(369)
Várzea Solar Participações S.A.	100.000	90,00%	59	8	(2)

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Movimentação - Controladora

Investimentos	Aquisição	Ágio e mais valias	Aportes	Alienações	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2021
Bon Nome Solar S.A.	14.596	2.444	43.506	-	(12.709)	47.837
UFV Brisas Suaves S.A.	(640)	2.587	7.053	-	103	9.103
Chapadão Solar Participações S.A.	(28)	462	15	-	(1)	448
Castilho Solar Participações S.A.	(1.169)	1.588	-	-	(2)	417
Hélio Valgas Solar Participações S.A.	(491)	800	-	-	(13)	296
Paracatu Solar Participações S.A.	9	517	-	-	-	526
Várzea Solar Participações S.A.	8	456	-	-	-	464
Investimento em controladas	12.285	8.854	50.574	-	(12.622)	59.091
Cassilândia Solar Participações S.A.	(13)	13	-	-	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A.	6	9.994	-	(7.195)	(37)	2.768
Ventos De Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.	5.676	7.608	449	-	(61)	13.672
Ventos De Santa Justina Energias Renováveis S.A.	5.676	7.608	441	-	(61)	13.664
Ventos De São João XXIII Energias Renováveis S.A.	5.676	7.608	449	-	(61)	13.672
Ventos De São Joaquim Energias Renováveis S.A.	5.704	7.581	411	-	(66)	13.630
Ventos De São Júlio I Energias Renováveis S.A.	5.676	7.608	449	-	(61)	13.672
investimento em coligadas e controlada em conjunto	28.401	48.020	2.199	(7.195)	(347)	71.078
Total do investimento	40.686	56.874	52.773	(7.195)	(12.969)	130.169

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Direito de uso (consolidado)

Os valores relativos ao Direito de uso registrados no ativo são oriundos da adoção inicial do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)) nas Controladas e advém principalmente das obrigações assumidas com 4 contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2055.

Descrição	Registro inicial dos contratos	Amortização	Saldo em 30/06/2021
Direito de uso	6.689	(173)	6.516

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as controladas da Companhia não apuraram despesas referentes aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

10. Imobilizado (consolidado)

Descrição	% taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em uso				
Equipamentos de informática	20%	63	(3)	60
Máquinas e equipamentos	5,7%	18.879	(97)	18.782
Mais valia (a)		724	-	724
		19.666	(100)	19.566
Imobilizado em andamento				
Adiantamentos contratos de importação		14.341	-	14.341
Construção em andamento		46.630	-	46.630
		60.971	-	60.971
		80.637	(100)	80.537

(a) Trata-se de mais valia sobre os ativos imobilizados adquiridos na combinação de negócios da empresa UFV Brisas Suaves S.A., conforme Nota 3.b. Eles foram avaliados de acordo com a metodologia ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas vigentes, e o seu valor justo ficou em R\$ 19.603, resultando em apuração de mais valia no valor de R\$ 724.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (consolidado)--Continuação

Movimentação do imobilizado consolidado

Descrição	Ativos adquiridos em combinação de negócios (*)	Adições	Depreciação	Saldo em 30/06/2021
Imobilizado em uso				
Equipamentos de informática	-	63	(3)	60
Máquinas e equipamentos	18.879	-	(97)	18.782
Mais valia	724	-	-	724
	19.603	63	(100)	19.566
Imobilizado em andamento				
Adiantamentos contratos de importação	14.341	-	-	14.341
Construção em andamento	647	45.983	-	46.630
	14.988	45.983	-	60.971
	34.591	46.046	(100)	80.537

(*) Valor relativo ao ingresso dos ativos nas demonstrações consolidadas a partir da aquisição de investimento e controle por parte da Companhia.

O valor de imobilizado em andamento refere-se ao projeto Bon Nome Solar S.A., que atualmente apresenta 35% de avanço físico, com previsão de entrada em operação comercial em janeiro de 2022.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

O intangível consolidado é composto pelos valores dos ativos identificados na aquisição das controladas da Companhia apresentados a seguir:

Investimentos	Direito de autorização	Contrato de venda de energia	Total
Bon Nome Solar S.A.	-	2.444	2.444
UFV Brisas Suaves S.A.	571	1.312	1.883
Chapadão Solar Participações S.A.	462	-	462
Castilho Solar Participações S.A.	1.588	-	1.588
Hélio Valgas Solar Participações S.A.	800	-	800
Paracatu Solar Participações S.A.	518	-	518
Várzea Solar Participações S.A.	457	-	457
Totais	4.396	3.756	8.152

12. Fornecedores

O saldo de R\$13.536 refere-se aos fornecedores nacionais para construção dos projetos dos parques de geração de energia fotovoltaica. Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

13. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Consolidado 30/06/2021
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG	14.224
	14.224
Circulante	1.346
Não circulante	12.878
	14.224

A controlada UFV Brisas Suaves S.A. contratou empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG em 03 de abril de 2020, no montante de R\$15.060, com juros remuneratórios de CDI + 2,15% ao ano, carência de 06 meses e amortização mensal, sendo a 1ª parcela em novembro de 2020 e a última parcela em abril de 2032, representando um financiamento de 12 anos, para construção de uma Usina Fotovoltaica.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Como garantias ao financiamento, existem os seguintes instrumentos contratuais:

- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Centralização de Recebíveis;
- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Aval dos Acionistas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Descrição	Passivos adquiridos em combinação de negócios (*)	Juros incorridos	Amortização de principal e juros	Saldo em 30/06/2021
Empréstimos e financiamentos	14.333	63	(172)	14.224

(*) Valor relativo ao ingresso dos passivos nas demonstrações consolidadas a partir da aquisição de investimento e controle por parte da Companhia na controlada UFV Brisas Suaves S.A.

O saldo da dívida de longo prazo junto ao BDMG em 30 de junho de 2021 é conforme detalhe abaixo:

Descrição	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Total
Empréstimos e financiamentos	655	1.310	1.310	1.310	8.293	12.878

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e sua controlada referem-se às NDFs com vencimentos conforme demonstrados no quadro abaixo, para importações futuras de equipamentos dos parques eólicos das suas controladas Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A., Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A., Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A. e do projeto Bon Nome Solar S.A. e visam cobrir riscos relacionados à variação cambial, permitindo definir o valor máximo para o preço futuro de compra do Dólar Americano, Euro e Yuan (preço de exercício).

As operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2021 estão apresentadas da seguinte forma:

Operação	Moeda	Valor Ncional	Cotação de Fechamento R\$ *	Contraparte	Início	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Resultado MTM 30/06/21 Valor justo
NDF	CNY	24.860	0,8285	ITAÚ	24/06/2021	25/07/2022 a 12/12/2022	18.919	18.395	524
NDF	EUR	1.850	6,5658	ITAÚ	24/06/2021	25/07/2022 a 12/12/2022	11.158	10.940	218
NDF	USD	3.322	5,4366	ITAÚ	24/06/2021	25/07/2022 a 12/12/2022	16.588	16.410	178
Total da Mercury Renew									920
NDF	USD	27.284	5,3793	BTG	06/05/2021	06/09/2021 a 13/10/2021	-	-	11.973
Total consolidado									12.893

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contas a pagar para aquisição de investimento

Em virtude das aquisições de participações societárias ocorridas no período, a Companhia possui os seguintes direitos de opção de compra:

Descrição	Controladora	Consolidado
	30/06/2021	30/06/2021
Salus - FIP Multiestratégia (a)	42.457	42.457
Solatio (b)	2.430	2.430
Solatio (c)	10.000	10.000
	54.887	54.887
Circulante	12.430	12.430
Não circulante	42.457	42.457
	54.887	54.887

(a) Valor a ser pago referente a aquisição de 20% do complexo Babilônia Sul - preço de aquisição preliminar a ser pago em 1º de junho de 2023 atualizado pelo IPCA - deverá ser validado mediante conclusão do projeto e efetiva capacidade de geração;

(b) Valor referente a aquisição da empresa Bon Nome Solar S.A., o qual deverá ser pago em até 60 dias a contar da entrada em operação comercial da última unidade geradora. A entrada em operação comercial da última unidade está prevista para janeiro de 2022;

(c) Valor a ser pago a Solatio referente a aquisição da Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A., o qual será pago quando a vendedora cumprir determinadas obrigações previstas no contrato de aquisição. As obrigações pós fechamento tem previsão para conclusão até 24 de setembro de 2021.

16. Opções de compra de ações outorgadas

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui os seguintes direitos de opção de compra de ações outorgadas:

Descrição	Data da emissão	Ganho (perda) valor justo	Saldo em 30/06/2021
Ventos De Santa Jacinta Energias Renováveis S.A. (a)	01/04/2021	2.070	2.070
Ventos De Santa Justina Energias Renováveis S.A. (a)	01/04/2021	2.070	2.070
Ventos De São João XXIII Energias Renováveis S.A. (a)	01/04/2021	2.070	2.070
Ventos De São Joaquim Energias Renováveis S.A. (a)	01/04/2021	2.071	2.071
Ventos De São Júlio I Energias Renováveis S.A.	01/04/2021	2.071	2.071
Várzea Solar Participações S.A. (b)	31/05/2021	464	464
Castilho Solar Participações S.A. (b)	31/05/2021	419	419
Hélio Valgas Solar Participações S.A. (b)	31/05/2021	309	309
Paracatu Solar Participações S.A. (b)	31/05/2021	526	526
Chapadão Solar Participações S.A. (b)	31/05/2021	434	434
		12.504	12.504

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Opções de compra--Continuação

- (a) A Companhia outorga a Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de forma irrevogável e irrevogável, uma opção de compra de 30% (trinta por cento) das ações de titularidade da Compradora em cada uma das Companhias (Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A., Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A., Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A., Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.) e, poderá ser exercida a qualquer momento a partir de 01 de janeiro de 2026 ("Termo Inicial") e durante o período de 6 (seis) anos após o Termo Inicial; e
- (b) A Solatio terá direito a uma opção de compra de Ações em cada SPE (Chapadão Solar Participações S.A., Paracatu Solar Participações S.A., Várzea Solar Participações S.A., Castilho Solar Participações S.A. e Hélio Valgas Solar Participações S.A.), em montante variando de 7% (sete por cento) a 10,5% (dez vírgula cinco por cento) das ações de cada SPE, que poderá ser exercido quando verificadas certas condições precedentes.

Considerando que o exercício de tais opções pela contraparte é provável, devido ao nível de rentabilidade dos projetos e à ausência de condições precedentes ou suspensivas, a Companhia reconhece em seu passivo, em contrapartida do resultado financeiro, as obrigações relacionadas às opções, pelo valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, em conformidade com o pronunciamento CPC 48 / IFRS 9.

As informações sobre a metodologia utilizada para cálculo das opções acima, bem como os inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo estão incluídos na Nota 20.

17. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

A Companhia, apoiada em informações de seus assessores jurídicos, identificou a necessidade de constituição de provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$81. Com exceção a esta provisão, a Administração não tem conhecimento sobre outros assuntos que necessitam de provisão, bem como não há qualquer tipo de assunto a ser divulgado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como até a data da aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

18. Passivo de arrendamento

Os valores relativos ao Passivo de arrendamento registrados no passivo circulante e não circulante são oriundos da adoção inicial do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)) nas Controladas e advém principalmente das obrigações assumidas com 04 contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2055. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 2.14.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo de arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Registro inicial dos contratos	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2021
Passivo de arrendamento	6.689	(698)	169	6.160

Em 30 de junho de 2021 o passivo de arrendamento é apresentado como segue:

Descrição	Consolidado 30/06/2021
Passivo de arrendamento	23.221
(-) Ajuste a valor presente	(17.061)
	6.160
Circulante	6
Não circulante	6.154
	6.160

O passivo de arrendamento apresentado no passivo não circulante tem o seguinte fluxo de pagamento esperado:

Vencimento de Passivo de Arrendamento	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Total
Fluxo esperado	524	698	698	698	20.603	23.221

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia foi constituída por meio da subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando um capital subscrito de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social para R\$ 5.000 mediante a emissão de 4.999.600 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, a ser integralizadas até 31 de dezembro de 2025.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.1. Capital social--Continuação

Em 03 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social para R\$ 70.000 mediante a emissão de 65.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, a ser integralizadas até 31 de dezembro de 2021.

Em 14 de abril de 2021, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social para R\$320.000 mediante a emissão de 250.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, a ser integralizadas até 31 de dezembro de 2022.

Em 30 de junho de 2021, o capital social integralizado da Companhia totaliza R\$ 137.179 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020).

A composição do capital social da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

Acionista	30/06/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações ordinárias	% do Capital da Companhia	Quantidade de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	305.500.000	95,47%	5.000.000	100%
Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	14.500.000	4,53%	-	-
Total	320.000.000	100%	5.000.000	100%

19.2. Distribuição de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou em outros fins.

A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 2% (dois por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--
Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.3. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) - Resultado por ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada das ações emitidas.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

	<u>30/06/2021</u>
Numerador	
Prejuízo do período	(33.867)
Denominador	
Número de ações (média)	<u>164.611.111</u>
Resultado básico e diluído por ação em R\$	<u>0,2057</u>

20. Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida está apresentada a seguir para os semestres indicados:

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2021</u>
Venda de energia (a)	340
(-) Impostos incidentes - PIS e COFINS	<u>(13)</u>
	<u>327</u>

(a) Referente ao Contrato de Energia de Reserva - CER celebrado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE pela controlada UFV Brisas Suaves S.A.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custos, despesas e outras receitas

	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2021
Gastos com pessoal	(787)	(787)
Gastos com material	(9)	(9)
Outras despesas	(92)	(503)
Serviços de terceiros	(2.145)	(2.222)
Depreciação e amortização	(3)	(273)
Ganho em transação de capital	27	27
	(3.009)	(3.767)
Custos de venda de energia	-	(106)
Despesas administrativas e gerais	(3.034)	(3.689)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	28
	(3.009)	(3.767)

(a) Montante composto por valores de opção de compra de ações, conforme detalhado na Nota 16.

22. Resultado financeiro

	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	121	176
Atualizações monetárias	3	3
	124	179
Despesas financeiras		
Valor justo de opção de compra (c)	(10.352)	(10.352)
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(920)	(12.893)
Atualizações monetárias de contas a pagar para aquisição de investimentos (a)	(6.457)	(6.457)
Comissões	(264)	(264)
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	-	(232)
Juros Passivos	(1)	(4)
IOF	(19)	(19)
Demais despesas financeiras	-	(38)
	(18.013)	(30.259)
	(17.889)	(30.080)

(a) Valor da atualização pelo IPCA referente a aquisição de 20% do complexo Babilônia Sul - preço de aquisição preliminar a ser pago em 1º de junho de 2023;

(b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 15).

(c) Montante composto por valores de opção de compra de ações, conforme detalhado na Nota 16.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas incluem, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de recursos aportados por seus acionistas e obtido junto à terceiros, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber pela alienação de investimentos. Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores, contas a pagar pela aquisição de investimento e opções de compra de ações outorgadas. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	Controladora		Consolidado		Nível
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros	920	920	12.893	12.893	2
Opções de compra	12.504	12.504	12.504	12.504	2
Custo amortizado - ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	23.823	23.823	35.384	35.384	1
Contas a receber pela alienação de investimentos	7.222	7.222	7.222	7.222	2
Partes relacionadas	851	851	718	718	2
Custo amortizado - passivos					
Fornecedores	142	142	13.536	13.536	2
Empréstimos e financiamentos (a)	-	-	14.224	14.224	1
Contas a pagar pela aquisição de investimento	54.887	54.887	54.887	54.887	2

- (a) Dívida com BDGM: Como esse contrato é de longo prazo, portanto, não está contemplado no escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou a Companhia e suas controladas a utilizarem o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

O Valor Justo da Opção foi calculado pela metodologia de *Black and Scholes*, tendo como premissas: o Valor Justo das investidas; o valor de exercício da opção (sendo que para as opções outorgadas à Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, este valor será o fluxo dos aportes corrigido por IPCA + 7,3% até a data de exercício); DI futuro na data de vencimento; volatilidade de 12 meses dos ativos CESP, ENGIE, ENEV, OMGE e TIET, calculado com base na variação diária dos ativos. O Valor Justo das investidas foi calculado utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, partindo da consolidação anual de premissas baseadas nas projeções da Companhia, que são fluxos mensais individuais de cada uma das SPEs que compõe cada projeto, e descontado pelo custo de capital próprio (ke) calculado individualmente. Para o Custo de Capital Próprio: Taxa Livre de Risco, taxa histórica dos últimos 25 anos T-Bill, e Prêmio de Risco, ERP construído pelo método do CDS 10 anos.

Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance da Perfin. A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

i) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e suas controladas que está sujeito ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente de sua moeda funcional. Para mitigar o risco de cambial das controladas utilizou um instrumento de derivativo.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A Companhia e suas controladas estão expostas ao: risco de taxa de juros, risco de câmbio, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos e equivalentes de caixa.

iii) *Risco regulatório*

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia e de suas controladas.

vi) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas---Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

vi) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras--Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

26

A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Controladora	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano								
	Indexador	% do Indexador	Posição em 30/06/2021	Risco de Redução			Risco de Aumento		
				Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)									
Aplicações financeiras				2,43%	1,22%	1,82%	3,04%	3,65%	
Aplicações financeiras - Mercury Renew Participações S.A.	CDI	98,00%	R\$23.674	R\$575	R\$288	R\$431	R\$719	R\$863	
Total			R\$23.674	R\$575	R\$288	R\$431	R\$719	R\$863	
Bon Nome Solar S.A.									
Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)									
Aplicações financeiras				2,55%	1,28%	1,92%	3,19%	3,83%	
Aplicações financeiras - Bon Nome Solar S.A.	CDI	103,00%	R\$10.055	R\$256	R\$128	R\$192	R\$321	R\$385	
Total			R\$10.055	R\$256	R\$128	R\$192	R\$321	R\$385	

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

vi) Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 30 de junho de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia e suas controladas, o CDI projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

UFV Brisa Suaves S.A.

Empréstimos, financiamentos (em milhares de R\$)	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (%)	Posição em 30/06/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
				Risco de Redução		Risco de Aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Enpréstimo e financiamentos				4,6833%	3,4167%	4,0500%	5,3166%
Financiamento BDMG	CDI +	2,15%	14.224	666	486	576	846
Total			14.224	666	486	576	846

v) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e das suas controladas de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

vi) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O objetivo da companhia e suas controladas é manterem um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos bancários, ações preferenciais e contratos de arrendamento.

Gestão de capital

A Companhia e suas controladas realizam a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

24. Compromissos

A controlada Bon Nome Solar S.A. possui contrato de venda de energia no ACL nos valores de R\$ 161,55 de 2022 a 2026, de R\$ 156,55 para o período 2027 a 2031 e R\$ 146,55 de 2032 a 2041 e previsão de início de operação comercial em janeiro de 2022. A investida Brisas possui contrato firmado de venda de energia no ACR no valor de R\$ 358,02 (reajustado com data base novembro de 2015) pelo período de suprimento até 31 de outubro de 2038. A investida Hélio Valgas possui contrato de venda de energia no ambiente livre, no valor de USD 35,90 pelo período de suprimento de 01 de maio de 2023 até 30 de setembro de 2044.

SPE	UF	Submercado	GF (MWm)	Energia (MWh)	Preço (\$/MWh)	Receita Anual (milhões)
Bon Nome	PE	NE	31,5	275.940	R\$161,55	R\$ 44,50
Brisas	MG	SE	1,3	11.388	R\$ 358,02	R\$ 4,10
Hélio Valgas	MG	SE	129	1.130.040	USD 35,90	USD 40,5

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

Os seguros vigentes em 30 de junho de 2021 estão assim compostos:

Bon Nome	30/06/2021		
	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Responsabilidade civil	5.000	38	28/02/2022
Risco de engenharia	5.500	351	28/02/2023

26. Eventos subsequentes

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda das empresas UFV Brisas Suaves SPE S.A e FCR VII Usinas de Energia Fotovoltaica. Em 31 de maio de 2021, foi celebrado o fechamento da aquisição de Brisas e nesta mesma data, foi realizado o adiantamento do preço de aquisição da FCR. A administração possui a expectativa de concluir o fechamento da compra da FCR em agosto quando então ocorrerá o aporte de capital na FCR para quitação dos mútuos entre FCR e vendedores.

A Companhia vinha avaliando a viabilidade de investimento em conjunto com a Infinito Energy no projeto Grande Sertão II com potência nominal de 104 MWp (80 MWac) e concluiu pela não continuidade. Em 20 de Abril de 2021 a Companhia realizou o depósito de R\$ 910 referente à aquisição do projeto e em 1º de julho de 2021, com a decisão de não continuar com o projeto, o valor principal adicionado de rendimento financeiro, no montante de R\$ 913 foi reembolsado pela Companhia.

Em 1º de julho de 2021, a Companhia adquiriu a empresa SF 349 Participações Societárias S.A., constituída, mas sem atividade, e na mesma data foi realizada a Assembleia Geral para: (i) alteração do nome para Bon Nome Solar Participações S.A., (ii) alteração da diretoria; (iii) aumento de capital social para R\$ 47.725 a ser integralizado com as ações da Bon Nome Solar S.A., (iv) alteração de sede e (v) aprovação do novo Estatuto. A partir desta data a Bon Nome Solar Participações S.A. passa a deter o controle do Capital da Bon Nome Solar S.A.

Em 15 de julho de 2021, o fundo Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura integralizou capital na Companhia no valor de R\$ 146.024. O aporte realizado será destinado às suas investidas com o intuito de atender às necessidades operacionais e aquisição de imobilizado (Capex) para conclusão de seus projetos.

Em 27 e 30 de julho de 2021, a Companhia recebeu o montante de R\$ 7.222 referente à alienação de 72,22% de sua participação na Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A.

Mercury Renew Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--

Continuação

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 02 de agosto de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 10.000, quando do cumprimento das obrigações pós fechamento previstas no contrato de aquisição da Usina de Energia Fotovoltaica de Coromandel S.A.

ESTUDO DE VIABILIDADE PREPARADO PELA UHY BENDORAYTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTUDO DE VIABILIDADE

*ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA DA COMERC PARTICIPAÇÕES
S.A.*

19 DE SETEMBRO DE 2021



Sumário

Sumário	i
1. Sumário Executivo	3
1.1 Introdução e Objetivo	3
1.2 Base de Informações	3
1.3 Disclaimers	4
1.4 Base de Opinião	5
2. Análise do Contexto Macroeconômico	7
Estabilidade política	7
Panorama Econômico	8
Índices de Confiança	12
3. O Mercado de Atuação	18
3.1 O Setor Elétrico Brasileiro	18
3.2 Principais Agentes do Setor Elétrico	22
3.3 Formas de Comercialização de Energia Elétrica no Brasil	24
4. A Comerc	32
4.1 A Comerc – Breve Histórico	32
4.2 A Atividade de Geração de Energia da Comerc	35
5. Os Ativos de Geração da Comerc	42
5.1 Detalhamento dos Ativos de Geração da Comerc	42
5.2 Os riscos do portfólio e suas formas de mitigação	47
6. Análise da Viabilidade - Eólicas	51
6.1 Receitas Operacionais	51
6.2 Custos e Despesas	51
6.3 Capex e D&A	52
6.4 Dívida e Resultado Financeiro	53
6.5 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	53
6.6 Variação na Necessidade de Capital de Giro	53
7. Análise da Viabilidade – Solar Centralizada	56
7.1 Receitas Operacionais	56
7.2 Custos e Despesas	56
7.3 Capex e D&A	57
7.4 Dívida e Resultado Financeiro	58
7.5 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	58
7.6 Variação na Necessidade de Capital de Giro	58
8. Análise da Viabilidade – Solar Distribuída	62
8.1 Receitas Operacionais	62
8.2 Custos e Despesas	62
8.3 Capex e D&A	63
8.4 Dívida e Resultado Financeiro	64

8.5 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	64
8.6 Variação na Necessidade de Capital de Giro	64
9. Resultado da Análise de Viabilidade Econômica	67
9.1 Fluxos de Caixa Consolidado dos Ativos de Geração da Comerc – Cenário Base	67
9.2 Fluxos de Caixa Consolidado dos Ativos de Geração da Comerc – Análise de Sensibilidade no preço da energia descontratada.	67
9.3 Considerações e Conclusões	68
Anexo I - Fluxo de Caixa Projetado dos Ativos de Geração de Energia da Comerc	70
Anexo II – Informações sobre o Avaliador	76

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2021.

Aos cuidados dos administradores da
Comerc Participações S.A. ("Comerc")

Prezados Senhores,

Conforme acordo formalizado entre a UHY Bendoraytes e Comerc, encaminhamos o Estudo de Viabilidade Econômica ("Estudo de Viabilidade") dos ativos de geração de energia de propriedade direta e/ou indireta da Comerc na data base de 30 de setembro de 2021, considerando os fluxos de caixa dos diferentes ativos obtidos dos reportes gerenciais emitidos pela própria Comerc ou por terceiros.

Recomendamos a quem tiver acesso este Estudo de Viabilidade que leia com atenção todos os disclaimers referentes às limitações desta avaliação, uma vez que não foi feita nenhum tipo de diligência ou auditoria nas informações fornecidas pela Comerc, sendo assumido que a Administração desta Companhia as prestou de forma consistente e sem omissão. Este estudo de viabilidade econômica dos ativos de geração de energia da Comerc não deve ser considerado como um valuation (Fair Market Value) da COMPANHIA, nem dos seus ativos

Ademais, nos colocamos a disposição para qualquer dúvida ou demanda de esclarecimentos adicionais a respeito do material aqui apresentado.

Atenciosamente,



Carlos Bernardo Gonçalves
Sócio Responsável

1.SUMÁRIO EXECUTIVO

CONTEXTO E ESCOPO



1. Sumário Executivo

1.1 Introdução e Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos técnicos, operacionais, comerciais e financeiros com foco nos ativos de geração de energia, centralizada e distribuída, nas matrizes solar e eólica, detidos direta e/ou indiretamente pela Companhia de forma a elaborar uma projeção de fluxo de caixa a ser gerado por estes e o nível e previsibilidade de taxas de retorno, assim como a sensibilidade destes em testes de estresse.

1.2 Metodologia

Para analisar a viabilidade econômica dos ativos de geração de energia da Comerc, analisamos a capacidade de geração de caixa destes para seus acionistas também conhecida como *Free Cash Flow to Equity – FCFE*.

O FCFE é dividido em Fluxo de Caixa das Operações, Fluxo de Caixa dos Investimentos e Fluxo de Caixa dos Financiamentos, sendo assim o recurso efetivamente livre para remunerar os acionistas após o cumprimento com todas as obrigações com credores, fornecedores e Governo.

Dado que a estimativa de FCFE depende da realização de resultados projetados ao longo do horizonte da análise, foi feita uma avaliação da matriz de risco dos empreendimentos para testar a robustez e confiabilidade das premissas utilizadas.

Finalmente foi observada a resiliência da capacidade de geração de caixa aos acionistas pelos ativos de geração de energia por meio de testes de sensibilidade..

1.3 Base de Informações

Listamos abaixo, as bases de informações utilizadas, para a realização de nossos trabalhos:

- Discussões e *conference calls* com a equipe da Comerc para o melhor entendimento da operação dos ativos de geração de energia;
- Análise das Demonstrações financeiras histórica da Comerc e das Sociedades de Propósito Específico onde estão alocados os projetos de geração de energia ("SPES");
- Análise dos contratos empréstimo e/ou financiamentos assinados pelas SPES;
- Orçamentos e cronograma físico financeiro dos ativos de geração de energia a serem implantados ou em fase de construção;
- Contratos de Fornecimento de Energia assinados pelas SPES;
- Dados e informações de mercado sobre o setor de atuação da Comerc.
- Propostas e contratos de operação e manutenção; e

- Estudos e estimativas operacionais elaboradas pela equipe de engenharia da Comerc e/ou por empresas especializadas.

1.4 Disclaimers

O trabalho de Avaliação de Viabilidade Econômica dos ativos de geração de energia da Comerc foi realizado utilizando-se fatos históricos, econômicos e de mercado vigentes. Os valores aqui apresentados são resultantes da análise de dados históricos (financeiros e gerenciais) e projeções de eventos futuros, merecendo as seguintes considerações:

Os comentários apresentados neste Estudo de Viabilidade foram desenvolvidos por profissionais da UHY Bendoraytes com informações fornecidas pela Administração da Comerc, assim como por fontes externas, quando indicado;

Em relação as informações apresentadas pela Administração para serem usadas para a elaboração das avaliações aqui descritas, a UHY Bendoraytes as tomou como verdadeiras, confiáveis e de boa fé, porém uma vez que não era escopo dos serviços aqui prestados não foi feita nenhuma espécie de auditorias nas informações recebidas.

Este estudo de viabilidade econômica da dos ativos de geração de energia da Comerc não deve ser considerado como um valuation (Fair Market Value) da Companhia, nem dos seus ativos.

Não executamos uma auditoria, e também não fez parte do serviço aqui prestado nenhum tipo de assessoria estratégica, financeira ou tributária.

Nem a UHY Bendoraytes, nem qualquer sócio ou funcionário tem interesse financeiro direto ou indireto nos ativos de geração de energia da Comerc ou nas ações de emissão da Comerc e os honorários cobrados pela realização do serviço foram quantificados apenas em relação às horas dispendidas, sem qualquer gatilho em relação a maior remuneração por conta de resultados das avaliações, se mantendo assim independente e imparcial na elaboração dos serviços.

A UHY Bendoraytes atua apenas como consultora e, ajustando-se em toda a extensão permitida pela lei, não é responsável por ações ou perdas decorrentes de qualquer confiança neste documento real ou alegada (ou qualquer outra declaração ou opinião da UHY Bendoraytes) pelo Comerc ou por qualquer outra pessoa ou entidade.

A metodologia aplicada na avaliação descrita neste relatório, por mais consagrada que seja possui limitações e depende da confirmação de eventos futuros devendo assim ser salientado que, uma vez que parte das informações é prospectiva, elas ostentam uma incerteza inerente aos dados estimados. Assim, os números reais podem, possivelmente, diferir de forma significativa dos números projetados.

Este Relatório Final é de uso exclusivo da Comerc e a sua utilização está limitada aos objetivos detalhados no item 1.1.

1.5 Base de Opinião

Este documento reflete o julgamento profissional informado da UHY Bendoraytes com base nos padrões aceitos de investigação profissional e, conforme aplicável, os dados e informações fornecidos pelo Cliente e de domínio público, o escopo limitado do envolvimento e o tempo permitido para realizar a avaliação.

Em linha com esses padrões aceitos, este documento não constitui de forma alguma ou faz uma garantia ou previsão de resultados, e nenhuma garantia está implícita ou expressa de que o resultado real estará em conformidade com os resultados aqui apresentados.

A UHY Bendoraytes não verificou de forma independente nenhuma informação fornecida por, ou sob a direção do Cliente, ou obtida de outras fontes (por exemplo, domínio público) e aceitou a precisão e integridade desses dados.

A UHY Bendoraytes não tem motivos para acreditar que quaisquer fatos materiais tenham sido ocultados, mas não garante que suas investigações tenham revelado todos os assuntos que um exame mais extenso poderia revelar.

As opiniões aqui expressas estão sujeitas e totalmente qualificadas pelas incertezas geralmente aceitas associadas à interpretação de dados de engenharia e não refletem a totalidade das circunstâncias, cenários e informações que poderiam afetar as decisões tomadas pelos destinatários do relatório e / ou reais resultados.

As opiniões e declarações contidas neste relatório são feitas de boa fé e na convicção de que tais opiniões e declarações são representativas das circunstâncias físicas e econômicas prevaletentes.

Existem inúmeras incertezas inerentes à estimativa de irradiação solar, ventos e à projeção da produção futura, despesas de desenvolvimento, despesas operacionais e fluxos de caixa. As avaliações da geração de energia devem ser reconhecidas como um processo subjetivo de estimativa de potencial de vento e irradiação solar que não estimadas de forma exata. As estimativas de geração preparadas por outras partes podem diferir, talvez materialmente, daquelas contidas neste relatório. A precisão de qualquer estimativa de recursos é uma função da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação meteorológica e de engenharia.

A UHY Bendoraytes executou os procedimentos necessários para que pudesse emitir uma opinião sobre a adequação das metodologias empregadas, adequação e qualidade dos dados utilizados.

2. ANÁLISES DO CONTEXTO MACROECONÔMICO

ANÁLISES DO CONTEXTO MACROECONÔMICO



2. Análise do Contexto Macroeconômico

Antes de discorrer a respeito da viabilidade dos ativos de geração de energia da Comerc apresentaremos uma visão resumida de importantes tópicos referentes a economia brasileira na data de emissão deste Relatório.

Estabilidade política

É esperado que o congresso brasileiro promova reformas liberalizantes adicionais antes do final de 2021. Ao longo do mandato do presidente Jair Bolsonaro (que começou em janeiro de 2019), temos sido pessimistas quanto à probabilidade de seu governo ser capaz de promulgar grande parte do sua agenda econômica favorecida pelo mercado liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, por falta de uma coalizão legislativa ampla e duradoura. No entanto, nos últimos meses, observamos que a pressão do mercado por reformas e a ameaça de desaceleração econômica poderiam ajudar a convencer os legisladores a avançar nos esforços de reforma com o objetivo de reduzir os gastos do governo de longo prazo, como foi o caso da principal conquista do governo, a reforma da previdência. Acontecimentos recentes sugerem que um amplo consenso a favor do avanço das principais medidas de reforma está tomando forma no Congresso.

Em 21 de junho de 2021, o Congresso aprovou um projeto de lei permitindo a privatização da Eletrobras, uma empresa que até recentemente não parecia ter apoio legislativo suficiente. No final de maio de 2021, Guedes chegou a um acordo com os líderes do Congresso para buscar uma abordagem fragmentada para a reforma tributária que abre um caminho para o progresso legislativo nos próximos meses. Além disso, os líderes do Congresso que supervisionam um esforço de reforma do setor público (muitas vezes chamada de reforma "administrativa") tornaram-se publicamente mais construtivos quanto à chance de aprovação das reformas.

No entanto, a janela de oportunidade para o progresso nas reformas se estende apenas até o final de 2021. Em janeiro de 2022, a campanha para as eleições gerais de outubro de 2022 começará para valer, e os líderes congressistas reconhecem amplamente que o início da temporada de campanha efetivamente acaba com os legisladores. disposição para considerar a legislação importante. As reformas aprovadas provavelmente serão significativamente mais modestas do que as prometidas inicialmente pelo governo e as esperadas pelos mercados. Dada a necessidade de garantir o apoio de vários partidos para alcançar a maioria, os legisladores têm uma influência significativa nas negociações, e o próprio Bolsonaro frequentemente interveio para enfraquecer os planos de Guedes.

Todos os esforços de reforma em andamento já foram significativamente alterados pelas demandas do Congresso. Ao aprovar a privatização da Eletrobras, os legisladores determinaram a construção de várias usinas termelétricas em distritos-chave. Os esforços de reforma tributária irão, no máximo, entregar mudanças modestas ao código tributário (como combinar dois impostos sobre o consumo em um único IVA), e a proposta

de reforma administrativa já foi modificada para excluir os atuais funcionários do setor público, reduzindo drasticamente a quantidade de curto prazo economias fiscais que pode proporcionar. Além disso, o Bolsonaro permanecerá politicamente fraco, com capacidade limitada de influenciar as negociações. Os índices de aprovação do Bolsonaro pioraram continuamente desde o final de 2020 (veja o gráfico abaixo), enquanto o Brasil enfrentava sua onda mais severa de Covid-19 até então.

Embora tenha restabelecido o apoio à renda familiar que ajudou a estabilizar sua aprovação no H220, ele viu poucos benefícios à medida que a raiva do público com a crise em curso e sua abordagem desdenhosa à crise transbordou. Uma investigação do Congresso sobre a resposta de seu governo à pandemia alimentou a insatisfação pública, e protestos em massa em todo o país ocorreram várias vezes em maio-julho de 2021. Embora haja pouco apetite de impeachment tão perto da eleição e Bolsonaro mantém um núcleo bloco de apoio, há algumas evidências de que o apoio entre os evangélicos, que foram fundamentais para seu sucesso eleitoral, está enfraquecendo.

Como resultado, Bolsonaro entrará em sua campanha de reeleição com uma desvantagem pronunciada. Espera-se que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) do esquerdista Partido dos Trabalhadores (PT) concorra contra o Bolsonaro, e as pesquisas mostram que ele está desenvolvendo uma liderança dominante. A desaprovação generalizada da forma como Bolsonaro lida com a pandemia e seus efeitos econômicos está galvanizando a oposição. De maneira crítica, Lula parece estar fazendo progressos iniciais na consolidação do apoio dos eleitores de centro, muitos dos quais faliram pelo Bolsonaro em 2018 devido ao sentimento anti-PT ligado a escândalos de corrupção e à recessão anterior. Embora as implicações políticas de uma possível mudança na administração após as eleições de 2022 ainda não sejam claras, a campanha provavelmente gerará volatilidade no sentimento nos próximos trimestres.

Panorama Econômico

Contas Públicas

Bolsonaro enfrenta o declínio da aprovação pública e o aumento do escrutínio dos legisladores sobre a forma como lidou com a crise da Covid-19, que atingiu seu ponto mais grave no primeiro trimestre de 2021. Quando Bolsonaro também ficou sob pressão no início da pandemia, ele se estabilizou concordando em assistência emergencial de renda às famílias e dando mais poder ao bloco centrão de legisladores. No entanto, os vetos ao orçamento de Bolsonaro reduziram o financiamento de alguns projetos de legisladores do centrão, prejudicando sua coalizão. Com as investigações sobre como seu governo está lidando com a pandemia agora em andamento e o apoio público ao impeachment se aproximando de 50,0%, de acordo com pesquisas recentes, a posição política de Bolsonaro é precária. Em maio de 2021, a mídia local informou que Bolsonaro supostamente concordou com um orçamento secreto "paralelo" para alocar fundos adicionais a projetos que beneficiam legisladores apoiadores, além dos fundos dedicados alocados no orçamento, o que sugere que aprovar gastos continuará a ser uma estratégia para garantir sua sobrevivência política.

É esperado que a adesão do Brasil às suas âncoras fiscais deva se tornar um ponto focal para os investidores nos próximos meses. No final de abril 2021, o presidente Bolsonaro aprovou um orçamento para 2021 que isenta alguns gastos extraordinários para enfrentar a pandemia Covid-19 de sua principal âncora fiscal, a emenda do teto de gastos que mantém o crescimento das despesas à taxa de inflação. A aprovação do orçamento foi adiada repetidamente por divergências entre o Congresso e a administração de Bolsonaro, e Bolsonaro vetou aproximadamente R \$ 20 bilhões em despesas a fim de preservar a âncora fiscal (menos gastos relacionados à pandemia). O ministro da Economia, Paulo Guedes, acredita que um adicional de BRL9,0 bilhões em despesas obrigatórias precisará ser congelado no final de 2021 para evitar quebrar a âncora.

Os custos de rolagem da dívida provavelmente continuarão subindo, aumentando a pressão. Com a aceleração da inflação, esperamos que o BCB continue a aumentar sua taxa básica de juros, de 3,50% atualmente para 5,00% até o final de 2021, o que está elevando os rendimentos dos títulos locais. Além disso, as percepções de risco em torno da perspectiva política do governo e da sustentabilidade fiscal de longo prazo estão elevando os prêmios de risco. Embora o mercado local permaneça estável e disposto a financiar o governo, a pressão é, no entanto, visível na duração cada vez mais curta da emissão de dívida pública. A duração mediana dos títulos do Tesouro tem diminuído constantemente desde 2014 e no final de 2020 ficou em pouco menos de 27 meses, a menor desde 2009. As durações de encurtamento sugerem que nos próximos trimestres o governo enfrentará cargas de rolagem cada vez maiores e custos de juros mais altos, o que poderia prejudicar os mercados.

A desunião política manterá o déficit fiscal do Brasil elevado nos próximos anos, exigindo maior endividamento governamental. A carga da dívida do país permanecerá administrável, especialmente devido a uma carga de dívida externa moderada. No entanto, um perfil de gastos rígido reduzirá substancialmente a flexibilidade fiscal nos próximos anos.

Um déficit fiscal substancial manterá a pressão de alta sobre os níveis de dívida nos próximos anos, e vemos a dívida pública federal aumentando. No entanto, a carga da dívida é predominantemente denominada em moeda nacional. Projetamos que a dívida externa será igual a apenas 13,0% da dívida total do governo em 2021, equivalente a 11,7% do PIB. Em comparação, as reservas estrangeiras devem equivaler a 22,0% do PIB no final de 2021.

No entanto, os custos dos empréstimos permanecerão entre os mais altos para os principais mercados da América Latina, reduzindo alguma flexibilidade fiscal. Com os níveis de dívida definidos para aumentar e o déficit fiscal improvável de diminuir substancialmente, a reputação do Brasil quanto à qualidade de crédito permanecerá ruim, conforme ilustrado pelos rebaixamentos do crédito para o status de lixo pelas agências de classificação S&P, Moody's e Fitch Ratings. Os mercados continuam preocupados com a sustentabilidade fiscal de longo prazo, dados os progressos limitados nas reformas estruturais destinadas a reduzir as despesas de longo prazo.

Empresas Estatais, mistas, bem como estados e municípios representam algum risco. O apoio implícito do

governo brasileiro a empresas parcialmente estatais, como Petrobras, Eletrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é um passivo substancial fora do balanço do governo. A maioria das estatais empreendeu esforços significativos de desalavancagem desde 2015, e o governo procurou privatizar uma grande parte de seus ativos. A Petrobras reduziu substancialmente sua dívida nos últimos anos, mas mantém uma dívida líquida de US \$ 58 bilhões no 1T12. Em meados de 2021, o governo está definido para privatizar a maioria de sua participação na Eletrobras, e o BNDES vendeu suas ações de várias empresas, fortalecendo seu balanço patrimonial.

Inflação e Política Monetária

Em 04 de agosto de 2021, o Banco Central do Brasil (BCB) elevou a Selic em 100 pontos-base (bps) para 5,25%. Com a inflação superando as expectativas em toda a região, o BCB não é mais o único banco central da região que esperamos que aumente as taxas de juros em 2021, uma vez que o Chile agora parece prestes a aumentar também as taxas de juros.

Os principais fatores para essa elevação de juros são pressões inflacionárias oriundas de uma seca severa que elevou os preços da eletricidade (grande parte da qual é hidrelétrica), os altos preços das commodities e a demanda relativamente resiliente em meio a restrições de oferta.

Nesse contexto, o aumento das taxas de juros pode ter apenas um efeito limitado sobre a inflação de curto prazo. No entanto, presumimos que, à medida que as restrições de oferta diminuem - tanto em termos de capacidade interna subutilizada quanto de interrupções na cadeia de abastecimento externa - a inflação voltará para o intervalo da meta em 2022, em média 4,4%.

O sentimento do mercado provavelmente permanecerá volátil, levando a prêmios de risco mais elevados e pressão para aumentos nas taxas de juros, especialmente porque as taxas de juros reais permanecem negativas. Em maio-junho de 2021, os ativos brasileiros se recuperaram à medida que números inesperadamente fortes da atividade econômica e os esforços renovados para fazer avançar as reformas oferecem uma trégua ao real.

No entanto, a curva de juros continuou a se inclinar na ponta curta como resultado do aumento da inflação, com as expectativas de inflação mostrando pouca resposta à política do BCB. Além disso, continuamos deprimidos quanto às perspectivas de reformas. Esforços adicionais para estender as medidas de estímulo fiscal provavelmente renovarão as preocupações sobre o tamanho do déficit fiscal e elevarão os prêmios de risco, que o BCB citou como representando um risco significativo de alta para a inflação.

Crescimento Econômico

Dados sugerem que o crescimento da atividade econômica provavelmente se mostrará resiliente no Q221. Embora o aumento das restrições da Covid-19 em março de 2021 em meio a um forte aumento nos casos da Covid-19 tenha resultado em uma desaceleração da atividade econômica, o impacto foi menor do que o previsto inicialmente. Por exemplo, a utilização da capacidade industrial aumentou em março de 2021 (para 81,1%, de 80,7% em fevereiro de 2021) e a produção de automóveis teve um declínio relativamente modesto de 4,7% em abril de 2021, apesar da maioria dos produtores encerrar a produção por uma semana ou mais em uma tentativa para retardar a transmissão do vírus. Além disso, as pesquisas PMI para manufatura e serviços aumentaram em abril de 2021, e o setor formal também continuou a adicionar empregos (até 120.935). Além disso, as restrições foram atenuadas muito mais rapidamente do que esperávamos, devido à disseminação contínua da Covid-19.

O consumo agora parece que continuará se normalizando nos próximos meses. No final de abril de 2021, o presidente Jair Bolsonaro aprovou um orçamento para 2021 que restabelece os benefícios salariais de emergência que haviam expirado em dezembro de 2020, o que proporcionará renda adicional para famílias desempregadas. Embora a confiança do consumidor ainda esteja baixa, ela começou a se recuperar e provavelmente apresentará uma tendência de alta, especialmente se o relaxamento de algumas restrições ajudar a reduzir o desemprego (veja o gráfico abaixo). Esperamos que o desemprego caia para 13,1% ao final de 2021, ante 14,7% em março de 2021.

O progresso contínuo nas vacinações também aumentará o sentimento e o consumo do consumidor. A campanha de vacinação do Brasil foi prejudicada por alegações de má gestão, incluindo a frequente minimização do vírus pelo Bolsonaro e a falta de ação para garantir as doses. No entanto, em 6 de junho de 2021, 23,0% da população relatou ter recebido pelo menos uma vacina, e o país manteve-se em ritmo para ter vacinado a maioria de sua população prioritária (profissionais de saúde da linha de frente, populações com mais de 65 anos de idade e aqueles com condições de saúde subjacentes) no início do Q321, tornando-o um dos mais avançados da região. Como em outros países da região (como Chile e Uruguai), as vacinações provavelmente não levarão a uma redução imediata e sustentada de novas infecções, porque ainda não estão disponíveis para o público em geral. No entanto, as vacinações devem contribuir para uma redução significativa de doenças graves e mortes, o que reforçará a tendência de relaxamento das restrições.

Melhorar o sentimento entre empresas e investidores provavelmente gerará efeitos de feedback positivo por meio de contratações e investimentos. No Q121, a formação de capital fixo aumentou 17,0% y-o-y, o contribuinte mais forte para o crescimento, e a confiança empresarial subiu em maio de 2021 depois de cair desde dezembro de 2020. A impressão inesperadamente forte do PIB real no Q121 reforçou o sentimento, conforme mostrado nas recuperações dos ativos brasileiros. O real brasileiro é agora o melhor desempenho da região em 2021, com um retorno à vista de 3,2% em 7 de junho de 2021, enquanto o índice da bolsa de valores Bovespa subiu 3,4%, para um máximo histórico. A alta provavelmente ajudará a mitigar o impacto negativo sobre os investimentos das altas das taxas de juros do BCB e pode ajudar a moderar a inflação (6,8% aa em

abril de 2021) ao aliviar o repasse da inflação. Também sugere que os mercados podem colocar menos pressão sobre o governo para reduzir seu déficit orçamentário no curto prazo, permitindo mais estímulos aos gastos.

No geral, é cada vez mais provável que a melhoria da confiança supere a volatilidade política, embora acreditemos que a política continuará a ser uma importante fonte de risco de queda. Dados econômicos positivos e o aparente interesse dos líderes do Congresso em fazer algumas propostas de reforma (incluindo reformas tributárias e privatizações) amenizaram as preocupações do mercado sobre os recentes movimentos intervencionistas do Bolsonaro. No entanto, estimamos que o índice de aprovação de Bolsonaro seja de aproximadamente 25,0%, com desaprovação próxima a 50,0%, em meio à insatisfação generalizada com a forma como ele lidou com a pandemia e a recuperação relativamente desigual até o momento. As audiências no Congresso sobre a forma como o governo está lidando com a pandemia continuam a alimentar a insatisfação, o que levou a protestos em massa em todo o país no final de maio de 2021. O aumento da pressão pública sobre Bolsonaro poderia estimular um enfraquecimento dos esforços para cumprir a âncora fiscal e promover reformas, o que poderia minar o sentimento e enfraquecer a recuperação

Índices de Confiança

O consumo de energia está diretamente relacionado à atividade econômica e com isso correlacionado diretamente com a confiança do consumidor final como dos empresários uma vez que esta afeta decisões de novos investimentos e conseqüentemente de e demanda futura por energia elétrica. Desta forma para fazer uma análise mais completa de tendências estruturais se faz necessário uma análise dos índices de confiança do mercado como um todo.

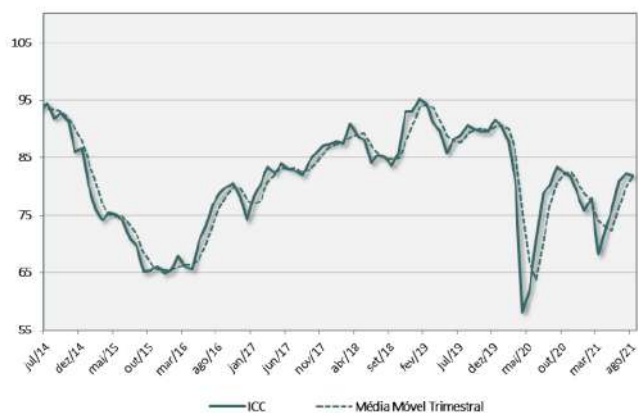
Índices de Confiança do Consumidor:

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getulio Vargas recuou 0,4 pontos em agosto, para 81,8 pontos. Em médias móveis trimestrais, o índice continua em tendência de alta ao subir 1,89 ponto.

De acordo com a FGV, após quatro meses em alta, a confiança dos consumidores acomodou em patamar ainda baixo em termos históricos. Há maior dificuldade entre os consumidores de menor poder aquisitivo, que enfrentam uma combinação de desemprego e inflação elevados e crescimento do endividamento nos últimos meses. A confiança dos consumidores de maior poder aquisitivo, que tem oscilado em níveis mais elevados, também recuou em agosto, possivelmente em função do aumento da incerteza em relação à pandemia com o avanço da variante Delta no país, ao adicionar dúvidas quanto ao ritmo possível de crescimento econômico nos próximos meses.

Índice de Confiança do Consumidor

(Dados de ago/14 a ago/21, desazonalizados)



Índices de Confiança de Serviços:

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), da Fundação Getúlio Vargas, subiu 1,3 pontos em agosto, para 99,3 pontos, maior nível desde setembro de 2013 (101,5 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice avançou 3,7 pontos, quarta alta seguida.

Segundo a FGV, A confiança do setor de serviços avançou pelo quinto mês consecutivo consolidando em patamar acima do nível pré pandemia e próximo ao nível neutro. Ao contrário do que foi observado nos últimos meses, a alta foi mais influenciada pela melhora no volume de serviços no mês, enquanto as expectativas ficaram estáveis. Essa combinação sugere que a recuperação do setor vem avançando em paralelo às flexibilizações na pandemia. Vale ressaltar que o cenário para os próximos meses ainda depende da recuperação da confiança do consumidor e carrega muita incerteza, especialmente associados aos riscos da variante delta.



Índices de Confiança do Comércio:

O Índice de Confiança do Comércio (ICOM) da Fundação Getúlio Vargas recuou 0,1 pontos em agosto, ao passar de 101,0 para 100,9 pontos. Em médias móveis trimestrais, o indicador subiu 2,3 pontos, registrando a quarta alta consecutiva.

Segundo a FGV, A confiança do comércio acomodou em agosto, após quatro meses de altas consecutivas. Diferentemente dos últimos meses, houve uma percepção de piora da situação dos negócios que está relacionada a uma redução na demanda atual enquanto as expectativas continuaram evoluindo positivamente. O resultado ainda não significa uma reversão da tendência positiva que vem ocorrendo desde abril, mas acende o sinal de alerta sobre o ritmo de recuperação do setor. A recuperação da confiança dos consumidores continua sendo fundamental para continuidade da retomada, assim como o controle da pandemia



Índices de Confiança da Indústria:

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas caiu 1,4 pontos em agosto para 107,0 pontos, após 4 altas consecutivas. Em médias móveis trimestrais, o índice subiu 0,9 pontos.

Segundo a FGV, A confiança da indústria recuou influenciada pela piora da situação atual e uma acomodação das expectativas das empresas em relação aos próximos meses. A indústria de transformação vem desde o final do ano passado, enfrentando gargalos associados a escassez de insumos, recentemente agravado por problemas de logísticas nos mercados internacionais, e encarecimento da energia elétrica. Aliado a isso, o aumento da incerteza diante da nova variante delta contribuem para uma desaceleração no processo de recuperação da indústria.

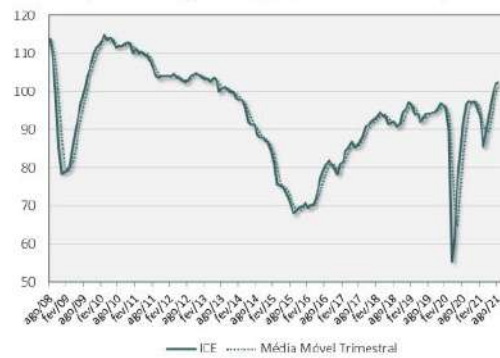


Índices de Confiança Empresarial:

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) da Fundação Getúlio Vargas subiu 0,5 pontos em agosto, para 102,4 pontos, maior nível desde junho de 2013. Esta foi a quinta alta consecutiva.

Segundo a FGV, a confiança empresarial continuou avançando em agosto, mantendo-se acima do nível neutro de 100 pontos pelo segundo mês seguido, algo que não ocorria desde outubro de 2013. O resultado sugere que a atividade econômica mantém-se em aceleração no terceiro trimestre, ainda que a desagregação dos dados revele sinais de enfraquecimento da tendência na ponta. As expectativas continuam otimistas, mas pioraram ligeiramente no mês. A combinação de resultados setoriais também parece sugerir uma tendência de acomodação do indicador. Houve recuo da confiança nos setores em que ela girava acima dos 100 pontos e alta nos setores em que ela estava abaixo deste patamar.

Índice de Confiança Empresarial
(Dados de ago/08 a ago/21, dessazonalizados)



O

3.O MERCADO DE ATUAÇÃO

*BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE O MERCADO DE GERAÇÃO DE
ENERGIA*



3. O Mercado de Atuação

As informações contidas neste capítulo foram extraídas do Formulário de Referência da Comerc.

3.1 O Setor Elétrico Brasileiro

Até a primeira metade da década de 1990, o setor elétrico era marcado pela predominância de empresas estatais, de titularidade da União, estados e municípios, que estavam organizadas de forma verticalizada, atuando em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

As empresas eram remuneradas por meio de um sistema de tarifas fixadas com base no custo do serviço, que representava o valor necessário para cobrir os custos operacionais do agente, acrescidos de um percentual de remuneração pelos investimentos. Dada a natureza das empresas e o acúmulo do déficit gerado por essa forma de remuneração, o modelo não se mostrou sustentável.

Em resposta, foram editados: (i) a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, conforme alterada, que previu a assinatura de contratos de suprimento entre geradoras e distribuidoras; (ii) a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada ("Lei nº 9.074") que criou o conceito de "produtor independente de energia" e de "consumidores livres", autorizados a escolher seus próprios adquirentes e fornecedores de energia; e (iii) o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro – RESEB ("Projeto RESEB"), realizado entre 1996 e 1998, cujas principais recomendações foram: (a) a desverticalização das empresas (i.e., a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição); (b) a geração passar a ser competitiva, com preços definidos por mercado; (c) criação de transmissoras independentes, com garantia de livre acesso a todos os geradores e aos recém-criados consumidores livres e comercializadores que poderiam escolher de quem adquirir energia; e (d) as atividades de transmissão e distribuição, enquanto monopólios naturais, terem preços administrados pelo poder concedente, mediante maior deságio no leilão e posterior correção nos termos dos respectivos contratos de concessão.

O Projeto RESEB recomendou ainda a criação: (i) de uma agência reguladora independente; (ii) de um operador nacional do sistema, responsável pelo controle da geração e transmissão de energia; e (iii) de um mercado atacadista (livre) de energia (hoje chamada CCEE).

Em linha com as recomendações descritas acima, nos termos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 ("Lei nº 9.427") e do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, foi instituída a ANEEL, autarquia com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a qual substituiu o antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

A Lei nº 9.427 previu que o regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica compreenderia, entre outros pontos: (i) a responsabilidade da concessionária em realizar investimentos em obras e instalações para assegurar a qualidade do serviço e que seriam indisponíveis pela concessionária,

devendo ser revertidos à União na extinção do contrato; e (ii) a fixação das tarifas com base no regime de “serviço pelo preço” (em substituição ao antigo “serviço pelo custo”), sob o qual as tarifas máximas seriam fixadas no contrato de concessão ou permissão resultante de licitação pública ou desestatização e, posteriormente, nos atos da ANEEL que aprovassem as revisões e reajustes nas condições previstas nos respectivos contratos. A Lei nº 9.074 estabeleceu regras para as concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água, prevendo a necessidade de processos de licitação para a concessão de determinados objetos previstos na referida lei.

Além disso, nos termos do §1º art. 26 da Lei nº 9.427, os empreendimentos baseados nas fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada faziam jus a um desconto não inferior a 50%, a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia, desde que potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 kW.

Em 2 de março de 2020, foi publicada a Lei Federal nº 14.120, de 1º de março de 2021 (“Lei Federal 14.120”), que alterou a sistemática aplicável à redução das tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão (“TUSD/TUST”). De acordo com o texto aprovado no Congresso Nacional, os descontos das tarifas TUSD/TUST serão aplicados (i) aos empreendimentos que solicitarem a outorga, conforme regulamento da ANEEL, no prazo de até doze meses, contados da data de publicação da Lei, e que iniciarem a operação de todas as suas unidades geradoras no prazo de até quarenta e oito meses, contado da data da outorga e (ii) ao montante acrescido de capacidade instalada, caso a solicitação de alteração da outorga que resulte em aumento na capacidade instalada do empreendimento seja realizada no prazo de até doze meses, contado da data de publicação da Lei, e a operação de todas as unidades geradoras associadas à solicitação seja iniciada no prazo de até quarenta e oito meses, contado da data de publicação do ato que autoriza a alteração da outorga.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, conforme alterada (“Lei nº 9.648”), que alterou a Lei de Criação da ANEEL, a Lei nº 9.427, a qual introduziu mecanismos para as bases da geração competitiva, da transmissão independente e de livre acesso. Em especial, a Lei nº 9.648 determinou: (i) o estabelecimento de um órgão auto regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto prazo; (ii) a possibilidade de livre negociação da compra e venda de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autoritários, observadas determinadas condições de transição previstas na lei; e (iii) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do SIN. Foi estabelecido, assim, um novo quadro conceitual e institucional para o setor elétrico brasileiro.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro de 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber: as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, e criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para redução de consumo de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa

redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), com vistas a ressarcir as distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), visando incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração. O Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, os quais consistem no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, conhecida como Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, que disciplina a comercialização de energia, no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

Em 12 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, a qual foi convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (“[Lei nº 12.783](#)”), disciplinando a prorrogação de determinadas concessões de serviço público de geração hidrelétrica, convertendo a energia gerada pelas concessões prorrogadas nos termos de tal Medida Provisória em cotas de energia, alocadas entre as distribuidoras conforme suas demandas, passando tais concessionárias a serem remuneradas por tarifas fixadas pela ANEEL.

Uma vez que a Companhia atua apenas no mercado de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e não na geração hidrelétrica ou na distribuição de energia, ela não é afetada pelas tarifas definidas pela ANEEL para a remuneração das concessões por meio da Lei nº 12.783. Tem-se, assim, que os Contratos de Energia de Reserva (“[CER](#)”) detidos pela Companhia, não têm suas receitas impactadas pelas referidas tarifas.

No tocante à indenização pela reversão dos bens vinculados ao serviço, com o advento da Lei nº 12.783, a metodologia de valor novo de reposição (VNR) passou a ser adotada pela ANEEL.

A Lei nº 12.783 também disciplinou a renovação de concessões de transmissão e distribuição de energia elétrica, e desonerou do pagamento do encargo da Reserva Global de Reversão (RGR) por determinadas concessionárias de serviços de energia, bem como determinou o fim da cobrança do encargo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Cabe dizer que o setor elétrico brasileiro vem passando por alterações legislativas, como a recentemente

publicada Lei Federal 14.120 que, dentre suas principais medidas, trouxe (i) alocação de recursos de pesquisa e desenvolvimento para a Conta de Desenvolvimento Energético; (ii) redução temporária de tarifas; (iii) fim do desconto na TUSD/TUST para os novos projetos provenientes de fontes renováveis, conforme mencionado anteriormente; (iv) possibilidade de contratação da potência por necessidade; (v) possibilidade de suspensão do fornecimentos aos consumidores que tenham sido desligados da CCEE; (vi) definição de uma data limite para privatização de distribuidoras estaduais; e (vii) determinações para a conclusão das obras da Usina Nuclear de Angra 3 e para melhorias na gestão das empresas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep).

Além das alterações promovidas pela Lei Federal 14.120, tramitam perante o Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 232/2016 e o Projeto de Lei nº 1917/2015, que são medidas estruturais, que incorporaram os resultados elaborados pelo Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico, a partir da CP 33/2017, promovida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME").

No que se refere à regulamentação das UFVs, a Resolução ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020 ("Resolução ANEEL nº 876/2020"), regula a implantação das centrais geradoras Eólicas, Fotovoltaicas, Termelétricas e outras fontes alternativas e a comunicação de implantação de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.

Normalmente, o processo de obtenção da autorização para implantar e explorar UFVs se inicia com o despacho de recebimento do requerimento de outorga, que tem como finalidade permitir que o agente interessado solicite a informação de acesso às concessionárias de distribuição ou ao ONS, as licenças e/ou autorizações aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental (a solicitação de despacho de recebimento do requerimento de outorga é optativa).

No caso das UFVs os principais requisitos para a obtenção da autorização são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, as leituras de irradiação global horizontal, ou de irradiação global, difusa e direta e a certificação das medições solarimétricas e da estimativa de produção anual emitida por certificador independente, a licença ambiental e a informação de acesso.

Ainda nos termos da Resolução ANEEL nº 876/2020, a implantação de UFVs com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW deverá ser apenas comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante o cadastramento das informações sobre o empreendimento após sua implantação. As autorizações às UFVs são outorgadas a título gratuito.

Tais autorizações conferem às outorgadas os direitos e/ou deveres de: (i) gerar energia pelo prazo estabelecido; (ii) comercializar a energia produzida; e (iii) usufruir do desconto na TUSD/TUST. Também conferem obrigações, dentre as quais se destacam (i) implantar Sistema de Transmissão de Interesse Restrito; (ii) cumprir o que dispõe a Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009; (iii) implantar a Central Geradora Fotovoltaica dentro do Cronograma apresentado à ANEEL; (iv) no caso de outorga decorrente de Leilão, manter Garantia de Fiel Cumprimento; (v) submeter-se aos Procedimentos de Rede do ONS; (vi) aderir à CCEE; (vii) firmar o CER, nos termos do Edital do Leilão, sendo o caso; e (viii) encaminhar à ANEEL informações relativas

aos custos com a implantação do empreendimento, ao término da construção ou quando solicitado, na forma e na periodicidade definidas.

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das instalações de transmissão de interesse restrito das usinas solares.

Importa destacar, de outro lado, que a ANEEL tem posicionamento jurisprudencial no sentido de que a emissão de declaração de utilidade pública (“DUP”) para fins de desapropriação para instalação de centrais geradoras não hidráulicas (e.g. eólica ou fotovoltaica) depende da comprovação de que a extensão de terra solicitada é a única alternativa ambientalmente viável para implantar ou manter a operação de uma dada central geradora. Tal posicionamento foi adotado pela ANEEL nos autos do Processo nº 48500.005971/2018-79 e Parecer nº 00368/2015/PFANEEL/PGF/AGU. Assim, para a implantação de centrais geradoras por fonte não hidráulica, a emissão da DUP depende da comprovação real necessidade das áreas a serem declaradas de utilidade pública para a execução do empreendimento, o que deve ser analisado pela ANEEL em procedimento administrativo específico.

3.2 Principais Agentes do Setor Elétrico

Conselho Nacional de Política de Energia

Criado pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Conselho Nacional de Política de Energia (“CNPE”) tem como finalidade propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas para, entre outras: (i) promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país; (ii) assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País; (iii) rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis; (iv) estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas; (v) estabelecer diretrizes para a importação e exportação de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, gás natural e condensado; (vi) sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica, considerando o planejamento de longo, médio e curto prazos, e (vii) propor critérios de garantia de suprimento de energia elétrica que assegurem o equilíbrio adequado entre confiabilidade de fornecimento e modicidade de tarifas e preços.

Ministério de Minas e Energia

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Entre suas áreas de competência definidas pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 encontram-se (i) geologia, recursos minerais e energéticos; (ii) aproveitamento da energia hidráulica, eólica, fotovoltaica e demais fontes para fins de geração de energia elétrica; (iii) mineração e metalurgia; e (iv) petróleo, combustível e energia elétrica.

No setor elétrico, estão vinculadas ao MME a Eletrobrás e suas controladas (Furnas Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul) e Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), a EPE e a própria ANEEL.

Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”)

Criada em por meio da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, a EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE são usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia (“CMSE”)

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

ANEEL

Instituída pela Lei nº 9.427, a ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes, conforme aplicável; (ii) fiscalizar o cumprimento das obrigações pelas concessionárias e autorizadas e impor as sanções aplicáveis (e.g. multas); (iii) editar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor;

(iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de energia.

ONS

O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

CCEE

Como o ONS, a CCEE é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que opera sob autorização do Poder Concedente e mediante regulação e fiscalização da ANEEL. Também é integrada por titulares de concessão, permissão ou autorização, por outros agentes vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica e pelos consumidores livres.

Entre outras atribuições, a CCEE é responsável por registrar o volume e o prazo de todos os contratos de comercialização de energia elétrica celebrados no país, bem como contabilizar e liquidar a diferença entre os montantes efetivamente gerados ou consumidos e aqueles previstos nos contratos nela registrados.

3.3 Formas de Comercialização de Energia Elétrica no Brasil

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica são realizadas em dois diferentes ambientes de comercialização: (i) o ACR, no qual é realizada a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões públicos, de toda a energia elétrica necessária para fornecimento aos seus consumidores (denominados cativos); e (ii) o ACL, que compreende a comercialização de energia elétrica entre os demais agentes (como consumidores livres e especiais e comercializadores de energia elétrica). Nas unidades operacionais Coremas I, II e III a venda de energia foi realizada no ACR, já para as unidades Coremas IV, V, VI, VII e VIII foram celebrados contratos de longo prazo no ACL com a distribuidora Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

O Ambiente de Contratação Regulada é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, importadores de energia, ou comercializadores para os distribuidores, que adquirem energia visando atender à carga dos consumidores cativos. Conforme a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004, as distribuidoras devem adquirir a energia para atender à totalidade da sua demanda, podendo optar pelos seguintes instrumentos:

Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”);

Geração distribuída, por meio de chamada pública, limitado a 10% da carga da Distribuidora ;

Contratos do PROINFA;

Contratos para energia proveniente do Itaipu Binacional;

Contratos firmados até a publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico;

Contratos provenientes de Angra 1 e 2: a partir de 01 de janeiro de 2013 (incluído pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009); e

Cotas de garantia física de energia e de potência definidas para as usinas hidrelétricas cujas concessões forem prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783 (Incluído pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012).

Cabe às empresas distribuidoras estimar a quantidade de eletricidade a contratar nos leilões, sendo obrigadas a contratar 100% das suas necessidades, respeitada ainda a condicionante de que os acréscimos de mercado devem ser atendidos por energia de novos empreendimentos, contratada com pré-determinado número de anos de antecedência. O não cumprimento da totalidade do fornecimento nos seus mercados de distribuição poderá resultar em severas penalidades.

O modelo de leilões públicos foi implementado no final de 2004, sem prejuízo dos contratos já celebrados entre as empresas de geração e distribuição até a data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

A Resolução Normativa ANEEL nº 783, de 26 de setembro de 2017 (“REN 783/17”), por sua vez, define os CER, como aqueles que se destinam à comercialização de energia elétrica de reserva no SIN, seja por disponibilidade ou por quantidade, decorrente de empreendimentos de geração já existentes ou futuros. O CER deve ser celebrado pelas concessionárias ou autorizadas de geração de energia, com a CCEE, que o firma representando os usuários de energia de reserva.

A mesma REN 783/17 dispõe, por seu turno, que os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Livre (CCEAL), são aqueles destinados à comercialização de energia elétrica mediante preços livremente pactuados, entre os geradores, comercializadores, consumidores livres e especiais, incluindo a cessão de montantes de energia elétrica pelos consumidores.

Por fim, cabe dizer que a REN 783/17 conceitua os CCEAR, como aqueles voltados à comercialização de energia elétrica no SIN, tanto por disponibilidade como por quantidade, decorrente de empreendimentos de geração já existentes ou futuros, e que deve ser celebrado diretamente entre as distribuidoras compradores e as concessionárias ou autorizadas de geração vencedoras de leilões.

Os contratos celebrados no âmbito dos leilões – denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ou CER, a depender do tipo de leilão, podem ser utilizados como garantia para financiamento para execução da obra e serviços outorgados.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica terão direito de repassar a seus respectivos consumidores os custos relacionados à aquisição de energia elétrica por meio de leilões públicos, bem como impostos e encargos do setor.

Ambiente de Contratação Livre – ACL

No Mercado Livre, a energia elétrica é comercializada entre concessionárias de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes comercializadores, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes, respeitadas as normas aplicáveis, em especial as Regras e Procedimentos de Comercialização.

Os consumidores potencialmente livres - aqueles que, a despeito de cumprir as condições previstas no art. 15 da Lei nº 9.074 são atendidos de forma regulada - podem optar por escolher seu fornecedor de energia elétrica, migrando para o ACL. Um consumidor que opte pelo ACL, somente poderá retornar ao mercado cativo se notificar o seu distribuidor local com cinco anos de antecedência, prazo que pode ser reduzido pela distribuidora a seu critério.

A Portaria MME nº 514, de 27 de dezembro de 2018, posteriormente alterada pela Portaria nº 465, de 12 de dezembro de 2019 diminui os limites de carga para contratação de energia elétrica dos consumidores no ambiente de contratação livre. A partir de 1º de julho de 2019 os consumidores com carga igual ou superior a 2,5 MW, independentemente do nível de tensão de conexão, passaram a poder adquirir energia no Mercado Livre. A partir de 1º de janeiro de 2020, esse valor foi reduzido para 2,0 MW. Esse valor será reduzido progressivamente até 1º de janeiro 2023, até chegar a carga igual ou superior a 500 kW, quando a ANEEL e a CCEE deverão apresentar estudo sobre as medidas regulatórias para permitir a abertura do Mercado Livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW.

Atualmente, consumidores, individualmente ou em conjunto reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, com demanda contratada entre 500 kW e 3,0 MW (entendemos que a demanda pode ser de até 2MW, e não 3 MW, considerando a redução estabelecida na Portaria 514/2018 citada acima), são denominados Consumidores Especiais, e também, são elegíveis para adquirir energia no ACL. Entretanto, poderão adquirir

energia apenas de: (i) empreendimentos com potência igual ou inferior a 5 MW; e (ii) empreendimentos de fontes solar, eólica e biomassa cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 50 MW, nos termos do §5º do art. 26 da Lei nº 9.427, conforme alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016.

O Consumidor Especial deve notificar ao distribuidor local, no prazo pactuado, sua opção pelo fornecimento no ACL e o interesse pela não prorrogação do instrumento contratual vigente. O Consumidor poderá voltar a ser atendido pela distribuidora em condições reguladas desde que, com antecedência de 5 anos em relação à data do início do fornecimento, formalize sua intenção à distribuidora. O prazo poderá ser reduzido, a critério da distribuidora. Esse prazo de antecedência foi ampliado recentemente pela Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783.

As geradoras estatais podem vender energia elétrica aos Consumidores Livres, mas, diferentemente das geradoras privadas, devem fazê-lo por meio de processo de leilão.

Leilões no ACR

Os leilões de compra de energia elétrica para novos projetos de geração em andamento são realizados: (i) seis, cinco, quatro ou três anos antes da data de início da entrega da energia (leilões “A-6”, “A-5”, “A-4” e “A-3”); ou (ii) para a contratação de projetos estruturantes, empreendimentos estratégicos indicados pelo CNPE. Leilões de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes podem ocorrer: (a) no ano do início da entrega da energia (leilões “A”); (b) no ano anterior ao de início da entrega da energia (leilões “A-1”); (c) dois anos antes do início da entrega da energia (leilões “A-2”) ou (d) com início de entrega da energia elétrica no prazo máximo de quatro meses contados da realização do leilão (“leilões de ajuste”). A possibilidade de realização de leilões de energia existente no mesmo ano e dois anos antes do início do suprimento foi incluída recentemente pela legislação setorial. Os editais dos leilões são elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, e possuem como critério de julgamento das propostas o de menor tarifa.

Cada empresa de geração vencedora do leilão firma um contrato de compra e venda de energia elétrica com cada distribuidora, em proporção à sua respectiva estimativa de demanda.

Os CCEAR provenientes de energia nova têm prazo de vigência de 15 a 35 anos, contados a partir do início do fornecimento, enquanto os CCEAR provenientes dos leilões de energia existente têm prazo de vigência de 3 a 15 anos, contados do início do suprimento. Os contratos provenientes do leilão de ajuste têm o prazo máximo de dois anos, sendo que a quantidade total de energia contratada em tais leilões não pode exceder 5,0% da carga total contratada por cada distribuidora a critério do MME.

Nos contratos provenientes de leilões de fontes alternativas o prazo é de 10 a 30 anos contados do início do fornecimento.

A contratação pode ocorrer de três formas, as quais cabe diferenciar. Os contratos por quantidade são os mais

usuais, nos quais as partes contratam uma quantidade certa de energia, para ser entregue em um submercado também definido pelo contrato.

Já os contratos por disponibilidade são aqueles em que a negociação entre as partes tem como objeto o uso dos empreendimentos de geração, e não a energia em si. Nesse caso, os geradores garantem que o empreendimento estará disponível para geração, entrando em operação quando for solicitado.

Os CER têm como objetivo garantir uma reserva na capacidade de geração, com base nos planejamentos realizados. A energia de reserva, utilizada para aumentar a segurança do fornecimento do SIN, é contratada em leilões, de empreendimentos novos ou já existentes.

Necessidade de Outorga para Geração de Energia Elétrica

A Constituição Federal prevê que o desenvolvimento, uso e venda de energia elétrica podem ser efetuados diretamente, pelo Governo Federal, ou indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelos Governos Federal ou Estaduais têm exercido maior relevância que empresas privadas no setor brasileiro de energia elétrica.

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão obter a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, perante o MME (no caso de participação em leilão) ou a ANEEL (no caso de comercialização no ACL), como autoridades competentes no setor de energia elétrica.

Entretanto, cabe salientar que existe a possibilidade de participação dos empreendimentos em leilões de contratação de energia para o ACR antes da obtenção da outorga. Isso ocorre por meio da possibilidade de apresentação apenas do Despacho de Requerimento de Outorga, nos termos do §7º do artigo 6º da Resolução ANEEL nº 876/2020. Nesses casos, a emissão da outorga de autorização ocorrerá ao término do procedimento. Esse procedimento foi adotado, por exemplo, no Leilão nº 04/2019, o Leilão A-6 de 2019. Para maiores informações vide fator de risco *“A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo governo federal e pela ANEEL, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na legislação ou na regulamentação ora em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais”*, constante no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Geração Distribuída

Por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 482, de 17 de abril de 2012 (“Resolução ANEEL 482”), foi regulamentada a possibilidade de se implantar a geração de energia elétrica em unidades consumidoras, para injeção na rede das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

De uma forma geral, o regime de microgeração e minigeração de energia foi criado para permitir e estimular

que um consumidor de energia elétrica instale pequenos geradores em sua unidade consumidora (como, por exemplo, painéis solares fotovoltaicos e pequenas turbinas eólicas) e que a energia assim gerada seja utilizada como crédito na conta de consumo de energia elétrica da unidade.

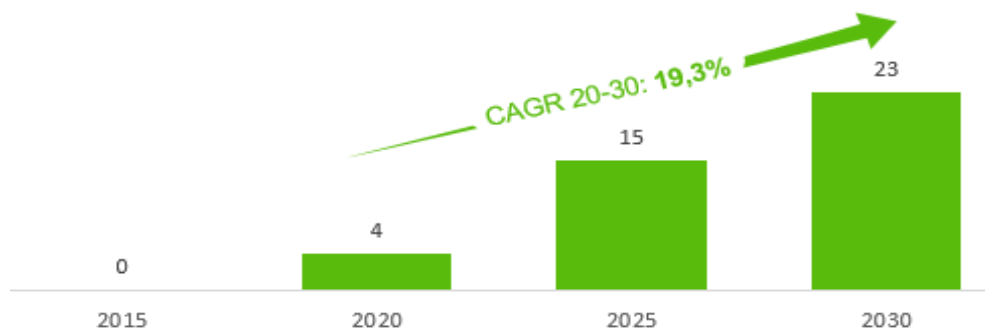
A microgeração e a minigeração diferenciam-se pela potência da geração, que define o enquadramento em cada uma das categorias: (i) microgeração: central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 kW e que utilize cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, ou fontes renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras; ou (ii) minigeração: central geradora de energia elétrica, com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 5 MW para as fontes renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.

Unidade consumidora é definida pela legislação como “conjunto de instalações e equipamentos elétricos caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em um só ponto de entrega, com medição individualizada e correspondente a um único consumidor”. Dá-se à unidade consumidora a faculdade de instalar uma central geradora e conectar-se ao sistema de distribuição, a fim de utilizar o excedente de energia elétrica produzida para compensar seu consumo. Também restou permitida a geração de energia em local distinto do consumo, nas modalidades de “geração compartilhada” e “autoconsumo remoto”, desde que as unidades consumidoras estejam localizadas na área de concessão da mesma concessionária de distribuição de energia elétrica.

Para a viabilização de projetos de geração distribuída, não se faz necessária a obtenção de autorização específica da ANEEL. De outro lado, é necessário realizar os procedimentos de acesso ao sistema de distribuição, perante a concessionária de distribuição de energia elétrica local. Nos termos do item 3.7 dos Procedimentos de Distribuição do Sistema Interligado Nacional (PRODIST), a viabilização da conexão ao sistema de distribuição passa pelas seguintes etapas: (i) formalização da solicitação de acesso, com o encaminhamento da documentação, dados e informações pertinentes, bem como os estudos realizados; (ii) emissão do parecer de acesso, discriminando todas as obras necessárias e as demais condições de acesso; (iii) implantação e aprovação da conexão; e (iv) celebração do acordo operativo ou relacionamento operacional com a concessionária de distribuição.

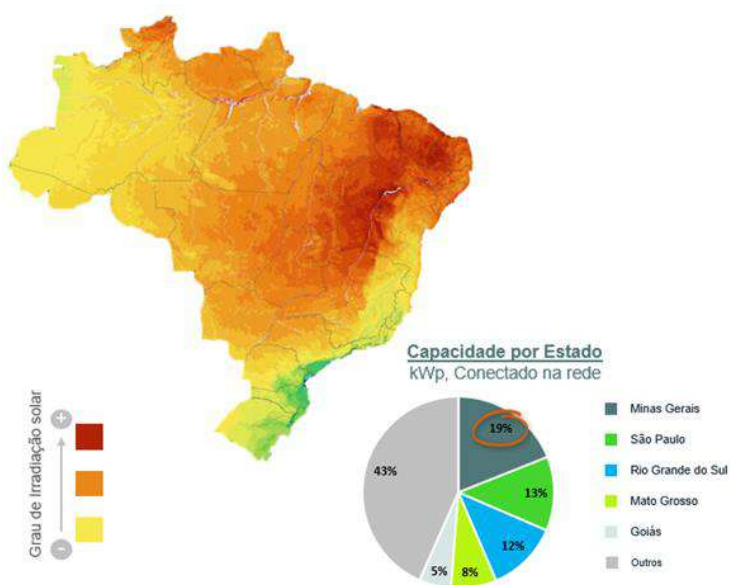
Estima-se que no Brasil, no segmento de geração distribuída, sejam investidos, até 2030, mais de R\$70 bilhões, que tenha mais de 3 milhões de consumidores de geração distribuída e que a energia solar irá representar 93% do total da capacidade instalada. Atualmente, no Brasil, a geração distribuída solar representa apenas 0,74% do total com 88 milhões de unidades no total, sendo destas apenas 654 mil com unidades com geração distribuída solar. Com relação à capacidade de geração distribuída solar no Brasil, espera-se que entre 2020 e 2030, este mercado apresente um CAGR de 18,4% entre 2020 e 2030, atingindo 23GW em 2030 conforme gráfico abaixo:

Capacidade de expansão da Geração Distribuída Solar no Brasil (GW)



Fonte: PDE, EPE

O Brasil possui condições climáticas favoráveis a geração e distribuição de energia solar. O Estado de Minas Gerais por exemplo é um dos melhores estados em termos de irradiação solar e localizado no mercado do sudeste que apresenta os preços mais altos do Brasil. A capacidade de geração e distribuição de energia solar está representada na imagem abaixo:



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia ("PDE") 2030, EPE, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e Conselho Nacional de Política Fazendária ("CONFAZ").

4.A COMERC

*DETALHAMENTO SOBRE A COMERC, COM FOCO EM SEUS
ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA*



4. A Comerc

As informações contidas neste capítulo foram extraídas do Formulário de Referência da Comerc.

4.1 A Comerc – Breve Histórico

Tendo iniciado suas atividades em 2001, o grupo econômico da Companhia tem atuado, nas últimas duas décadas, no mercado de energias renováveis e serviços de energia. Ao longo dos anos, o Grupo Comerc passou por um processo de expansão por meio da criação de novas entidades e diversificação de seu portfólio. Em 2001, a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. se tornou uma das precursoras do Mercado Livre, atuando tanto na comercialização de energia quanto na gestão de consumidores livres. Em 2005, foi criada a Comerc Energia Ltda. para segregar as atividades de trading e gestão com o objetivo de mitigar o conflito de interesse entre as recomendações de serviços ao cliente e as necessidades de colocação de energia da trading. Em 2008 a Comerc Gestão ampliou sua atuação para gestão de geradores e passou atender usinas hidráulicas e biomassa de cana. Desde 2009, eólicas também passaram a ser atendidas e usinas solares fotovoltaicas incrementaram a carteira, a partir do segundo semestre de 2017.

Em 2015, com o intuito de ampliar o leque de soluções em energia para consumidores de gás natural do Grupo Comerc, foi criada a Comerc Gás Comercializadora Ltda. Em 2016, a Comerc Esco, Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda., que atua em projetos de eficiência energética, foi constituída e passou a oferecer para às empresas a oportunidade de obter novos equipamentos de ar-condicionado, iluminação, motores e subestação sem a necessidade de realizar os investimentos e podendo pagá-los com a economia na redução do custo de energia elétrica. No mesmo ano, a Comerc Gestão começou a prestar serviços de gerenciamento para os projetos de geração distribuída dos seus clientes (geração compartilhada remota). Visando expandir a atuação em comercialização de energia do Grupo Comerc, sob a modalidade varejista do mercado livre, em 2016 foi criada a Comerc Power Trading Ltda. que, a partir de 2020, intensificou suas operações ao se tornar uma unidade de negócios independente e separar seu time de executivos do time da Comerc Comercializadora.

A Companhia foi fundada em 2016, diante da expansão do Grupo Comerc, com o propósito de ser uma holding consolidadora dos ativos do grupo. Em 2017, foi constituída a Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A., que atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o Grupo Comerc. No contexto de soluções em energia. Em 2018, foi fundada a Micropower Comerc Energia S.A., empresa que presta serviços de armazenamento de energia aos clientes do Grupo Comerc e da qual a Companhia é uma das principais investidoras, juntamente com a Siemens, a Equinor e ex-executivos da Tesla.

Em 2018, a Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., a segunda comercializadora do Grupo Comerc tornou-se operacional, com foco em operações no Mercado Livre de energia, e foi lançado o produto Zordon, no segmento de serviços ao cliente, que permite a coleta e tratamento das informações de consumo por meio de software de gestão. Também em 2018, foi criada a MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A., que atua na prestação de serviços de informação, consultoria e EAD. A Megawhat iniciou suas atividades oferecendo os serviços internamente aos colaboradores do Grupo Comerc e passou a atender ao mercado a partir de outubro de 2019. A solução de gestão de distribuidoras também passou a ser oferecida aos clientes em 2018 pela Comerc Gestão.

Em 2020, o Grupo Comerc inaugurou suas atividades no segmento de colocação de energia para o varejo, por meio da DMC Consultoria e Gestão de Projetos em Energia Ltda., uma *energytech* cujo foco é geração distribuída de energia solar mediante assinatura digital. Esta parceria inaugurou a relação do Grupo Comerc com a Perfin Administração de Recursos Ltda. e os ativos por ela geridos. Em 2021, o Grupo Comerc ampliou sua atuação no segmento de energia solar, por meio do investimento na Infinito Energy Investimentos e Participações S.A., que atua no desenvolvimento de projetos de geração de energia solar para autoprodutores.

Por fim, no 2º (segundo) trimestre de 2021, a Perfin concluiu uma transação por meio da qual adquiriu 19,99% de participação societária na Companhia, na MegaWhat e na DOC 88 que seria logo em seguida adquirida pelo fundo Comercury.

Breve Histórico das Entidades Incorporadas

A Perfin é uma gestora de fundos de investimento independente, especializada na gestão de ativos de infraestrutura, focada em estudar e entender as empresas e investir construtivamente. Iniciou sua operação de gestão de recursos de terceiros em 2007 e a gestão de fundos de infraestrutura em 2016.

Em 2018, constituiu o fundo FIP Ares 1, composto pelo Projeto Complexo Rio do Vento e Brígidas, adquirindo participação na Companhia no 2º trimestre de 2021.

Atualmente, os fundos cuja gestão é feita pela Perfin possuem participação indireta em algumas das Entidades Incorporadas, cujo breve histórico apresentamos abaixo. Para maiores informações sobre as operações das Entidades Incorporadas, vide item 7.9 do Formulário de Referência e para maiores informações sobre a participação da Perfin, vide item 15.8 do Formulário de Referência.

Mori

A Mori é uma empresa que tem como principal objetivo a disseminação da geração de energia elétrica solar de forma democrática e descentralizada, através do setor de Geração Distribuída no Brasil.

Hoje a Mori possui 186 MWp (sendo 149 MWp na participação da Mori nas respectivas UFVs) de capacidade instalada, conectando 35 usinas até diversos consumidores através de consórcios e cooperativas, na modalidade de geração compartilhada.

A Mori começou com um portfólio pequeno que chegava a 25MW e em dois anos a Mori acelerou seu crescimento, sendo atualmente um dos maiores players no segmento de geração distribuída compartilhada do Brasil. [Nota MF: Inserir fonte.] Atualmente a Mori está expandindo a sua atuação, através da construção de mais 162 MWp em 51 UFVs (129 MWp considerando a participação da companhia).

O envolvimento da Mori na implantação destes projetos inclui: (i) a elaboração e aprovação dos projetos de engenharia, (ii) a compra e importação dos kits fotovoltaicos (módulos, inversores, trackers e/ou estruturas fixas entre outros), (iii) a contratação de empresas para execução das obras de construção e montagem, (iv) o acompanhamento das obras de construção e montagem das usinas e das obras de conexão e (v) a operação e manutenção das usinas fotovoltaicas.

Brígidias

O Grupo Brígidias é composto por projetos do setor fotovoltaico voltados ao mercado de ambiente de contratação regulada, contando atualmente com dois parques solares.

Mercury

A Mercury Renew é uma empresa especializada em geração de energia renovável por meio de projetos com baixa emissão de poluentes e impacto social positivo, promovendo desenvolvimento nas diversas regiões do país e transformando a operação de empresas dos mais variados setores da indústria.

Complexo Rio do Vento

A Casa dos Ventos (“CDV”) possui aproximadamente 11,4GW de projetos desenvolvidos e 18,8GW de pipeline. A CDV desenvolve parques eólicos e solares para implementação própria e para alienação a terceiros. Isto se dá através de uma abordagem diferenciada nas esferas ambiental, financeira, fundiária e principalmente de engenharia, conforme será detalhado à frente.

A CDV atua em projetos de geração de energia eólica, solar e híbrida. Seus empreendimentos são reconhecidos pelo alto fator de capacidade, isso se dá pela excelência da CDV em mapear recursos eólicos e solares, ao todo são mais de 900 pontos medidos no Brasil. Uma das principais vantagens competitivas de CDV é sua capacidade de redução de incertezas, isto se dá através de uma abordagem diferenciada nas esferas ambiental, financeira, fundiária, regulatória e principalmente de engenharia. Uma grande parte destes projetos já está em operação e outros ainda estão em fase de construção pelas geradoras que os adquiriram.

DOC 88

A DOC88 é uma empresa de tecnologia, cujo objetivo é criar soluções inovadoras e disruptivas para seus clientes, utilizando tecnologia e metodologia de ponta, com a maior parte de seu portfólio de produtos e serviços dedicada ao segmento de energia.

MegaWhat

A MegaWhat é uma plataforma de relacionamento e inteligência integrada para contribuir na tomada de decisão no mercado de energia. Por meio da plataforma on-line, oferece notícias, projeções de preço e de meteorologia, análises regulatórias e setoriais, cursos e conectividade em tempo real.

4.2 A Atividade de Geração de Energia da Comerc

Após a conclusão das operações societárias que a Companhia pretende realizar, após a obtenção de seu registro de companhia aberta categoria “A” junto à CVM, e antes da obtenção do registro de sua oferta pública inicial de ações pela CVM, citado no item 1.1 deste Estudo de Viabilidade, quando a Companhia detiver o capital das Entidades Incorporadas, passará a também ter como subsidiárias empresas que atuam na geração distribuída e centralizada de energia renovável no Brasil, sendo o maior player brasileiro de geração distribuída compartilhada, além de um portfólio de ativos em implantação que a posiciona como uma das maiores empresas de geração renovável do Brasil e com capacidade de ampliar de maneira significativa a capacidade de seus ativos de geração de energia. No que tange à geração distribuída, a Companhia passará a ser também detentora de empresas que atuam no segmento de energia solar, enquanto no âmbito de geração centralizada, terá subsidiárias que atuam no segmento de energia solar e eólica.

Em 30 de junho de 2021, os segmentos de atuação das entidades geridas pela Perfin estavam configurados conforme imagem abaixo:



Considerando as Entidades Incorporadas, em 31 de agosto de 2021, a capacidade instalada da Companhia, considerando ativos em operação, em implantação e em desenvolvimento, e ponderada por sua participação em cada ativo, totalizava 2.119 MW, dos quais 74% tinham como base geração de energia solar centralizada, 13% geração eólica e os 13% remanescentes geração distribuída.

Na mesma data, os ativos já em operação e/ou prontos da Companhia somavam 242 MWp de geração solar, dos quais 93 MWp de geração solar centralizada e 149 MWp de geração solar distribuída, estando os ativos já em operação localizados nos estados de Minas Gerais e Pernambuco, e 36 MW de geração eólica no Estado do Rio Grande do Norte.

Além dos ativos em operação, a Companhia possuía, em 31 de agosto de 2021, 1.841 MW em projetos de geração solar e eólica em implantação (1.468 MWp de geração centralizada, 129 MWp de geração distribuída e 244 MW de geração eólica), localizados nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e São Paulo.

Considerando ativos em operação, em implantação e em desenvolvimento, em 31 de agosto de 2021, a Companhia havia celebrado contratos de venda de energia de longo prazo em volume equivalente a mais de 86% da capacidade de geração de seu portfólio de geração centralizada.

Desses contratos, aproximadamente 94% são negociados no ambiente de contratação livre e os outros 6% são contratos firmados no ambiente de contratação regulada, sendo 85% no submercado do Sudeste/Centro-Oeste. Para os projetos de geração distribuída a Companhia tinha 100% dos projetos operacionais já arrendados.

A tabela abaixo resume as informações detalhadas acima, já ponderadas pela participação em cada ativo, considerando a data de 31 de agosto de 2021:

	Em operação	Em implantação e em desenvolvimento	em Total
Geração Solar Centralizada	93 MWp	1.468 MWp	1.561 MWp
Geração Solar Distribuída	149 MWp	129 MWp	278 MWp
Geração Eólica	36 MW	244 MW ⁽¹⁾	280 MW

(1) Considera a participação da Companhia no percentual de 20% nos ativos de geração eólica.

A tabela a seguir resume informações relevantes referentes aos contratos comerciais da Companhia, considerando as Entidades Incorporadas.

Fonte	Tipo	Preços contratados @2025 deflacionado para 21E	Volume contratado P50 @stake em 2025
 Geração eólica em larga escala	ACL / ACR ~16 anos	R\$146 MWh médio	 128 MW médio
 Geração solar em larga escala	ACL / ACR ~18 anos	R\$181 MWh médio²	 336 MW médio
 GD Solar	SPV Contratos de arrendamento Até 5 anos	R\$618 MWh¹	Estratégia comercial altamente diversificada focada em clientes de varejo e pequenas e médias empresas 62 MW médio

Fonte: Companhia.

Notas: (1) Valor implícito pré-CUSD.

(2) As PPAs em dólar representam 38% do portfólio e o preço médio é de US\$36/MWh. Para a média, foi usada uma taxa de câmbio de R\$/USD 5,2.

A Perfin Administração de Recursos Ltda. é uma gestora de fundos de investimento independente, especializada na gestão de ativos de infraestrutura, focada em estudar e entender as empresas e investir construtivamente. Em 2018 a Perfin constituiu o Perfin Ares 1 Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura, que detém participações no Projeto Complexo Rio do Vento, nos Complexos Brígidias e na UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A. ("UFV Goverde"). Por sua vez, em 2019 foi constituído o Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, o qual detém participações indiretas nos projetos de energia solar da Mori Energia Holding S.A. ("Mori"), por meio de participação direta na Ares 2 Participações S.A. ("Ares 2"). Por fim, em 2020 e em 2021 foram constituídos, respectivamente, o Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e o Perfin Mercury UV Fundo de

Investimento em Participações em Infraestrutura, que detêm participação nos projetos da Mercury Renew Participações S.A. ("Mercury Renew").

A partir do 2º trimestre de 2021, a Perfin passou a deter participação na Companhia, na Doc 88 e na MegaWhat (conforme descrito no item 15.6 deste Formulário de Referência), sendo que, na data deste Formulário de Referência, tais participações são detidas diretamente por um dos fundos geridos pela Perfin, o Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Perfin Comercury").

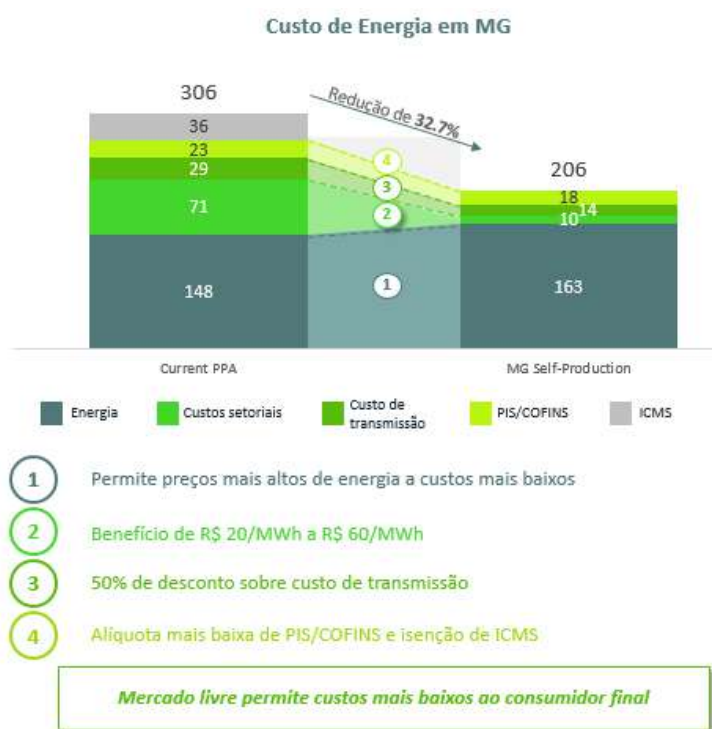
Atualmente, além da participação detida pelo Perfin Comercury acima indicada, os fundos cuja gestão é feita pela Perfin possuem participação nas Entidades Incorporadas Perfin (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência), ou seja, (i) Ares Eyner Participações S.A., (ii) Ares 1 Participações S.A., (iii) Ares One Participações S.A., (iv) Ares 2, (v) Mercury Renew, e (vi) UFV Goverde.



Além disso, considerando as Entidades Incorporadas, o time responsável pela implantação e operação dos projetos de geração centralizada da Companhia é composto por executivos e profissionais oriundos da Servtec, cuja atuação em geração de energia data do final da década de 1990, e que possui experiência no desenvolvimento, investimento, implantação e operação de ativos de geração de energia. O referido time tem histórico de excelência na implementação de projetos de geração centralizada e mantém relacionamentos com empresas de engenharia renomadas que atuam no setor.

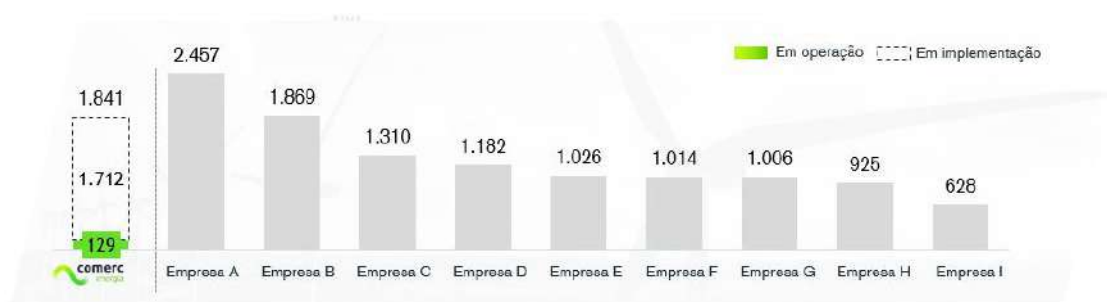
Ademais, a Companhia acredita que o acesso diferenciado a uma sólida base de clientes é um grande diferencial para que a Companhia contrate novos PPAs e comercialize a energia de seus projetos eólicos e solares.

A Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, oferece soluções de auto-produção para participantes no mercado livre, a figura abaixo mostra um estudo de caso para os custos ao consumidor final comparando um PPA atual de um cliente com uma solução de auto-produção oferecida pela Companhia.



A Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, está caminhando para se tornar um dos maiores participantes do mercado de geração centralizada por capacidade instalada, tendo, em 31 de agosto de 2021,

129MW em operação, 1.712MW em implantação, totalizando um potencial de 1.841MW de capacidade instalada.



Considerando as Entidades Incorporadas, a Companhia é um dos maiores participantes do mercado de geração distribuída tendo, em 31 de agosto de 2021, 149 MWp em operação e 129 MWp em implantação, totalizando um potencial de 278 MWp de capacidade instalada.



5.OS ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA DA COMERC

*BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE AS PREMISSAS UTILIZADAS NA
AVALIAÇÃO*



5. Os Ativos de Geração da Comerc

As informações contidas neste capítulo foram extraídas do Formulário de Referência da Comerc.

5.1 Detalhamento dos Ativos de Geração da Comerc

Considerando as Entidades Incorporadas, a Companhia contava, em 31 de agosto de 2021, com 93 MWp de geração de energia solar centralizada, 36 MW de geração de energia eólica e 149 MWp de geração solar distribuída em operação e/ou prontos. Além disso, em tal data, a Companhia tinha 1.468 MWp de energia solar centralizada e 129 MWp de energia solar distribuída em implantação.

A tabela a seguir resume as principais informações sobre o portfólio de energia renovável da Companhia, conforme dividido em energia geração de energia solar centralizada, geração de energia solar distribuída e geração de energia eólica em 31 Agosto de 2021:

 Geração solar em larga escala		 Geração eólica em larga escala		 Geração solar distribuída	
Em operação Ago 2021 @stake	93 MWp ⁽¹⁾		36 MW	Em operação Ago 2021 @stake	149 MWp
Em implementação @stake	1.468 MWp ⁽¹⁾		244 MW ⁽¹⁾	Em implementação @stake	129 MWp
Total @stake	1.561 MWp⁽¹⁾		280 MW⁽¹⁾	Total @stake	278 MWp
Capex Est. @stake	R\$ 4.506 mi		R\$ 1.254 mi	Capex Est. @stake	R\$ 1.188 mi
				Pipeline opcional	233 MWp
				Em prospecção	227 MWp

Fonte: Companhia.

Nota: (1) Não considera o exercício das opções de compra detalhadas no item 7.9 do Formulário de Referência.

As tabelas a seguir apresentam as principais características dos ativos em operação e em implantação que farão parte do portfólio da Companhia após a conclusão da Reorganização Societária, incluindo informações sobre a fonte de geração de energia, a localização do ativo, a capacidade instalada ponderada pela participação da Companhia, o fator de capacidade e os principais tipos de contratos.

Ativos em Operação:

Ativo	Fonte ⁽¹⁾	Localização	Capacidade instalada total (MWp e MW) ⁽²⁾	Participação (%)	Capacidade instalada @ stake (MWp e MW) ⁽²⁾	Fator de Capacidade	Tipo principal contrato ⁽³⁾
Brigida	Solar GC	PE	79	100,0%	79	27%	ACR
Januaria	Solar GC	MG	9	100,0%	9	22%	ACR
Brisas Suaves	Solar GC	MG	5	100,0%	5	26%	ACR
Mori ⁽⁴⁾	Solar GD	MG	181	79,4% ⁽⁴⁾	144	23%	N/A
Rajada	Solar GD	PE	5	100,0%	5	22%	N/A
RDVF1 ⁽⁵⁾ (6)	Eólica	RN	181	20,0% ⁽⁵⁾	36	58%	ACL/ACR
Portfólio			460		278		

(1) “GC” significa geração centralizada e “GD” significa geração distribuída.

(2) Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

(3) “ACR” significa ambiente de contratação regulada.

(4) Participação ponderada da Mori nos projetos, considerando a capacidade instalada de cada SPE. A Companhia possui 100% do capital da Mori. Capacidade instalada considera os projetos prontos, desse montante cerca de 26,5MWp (montante já ponderado pela participação) se encontram em fase de conexão.

(5) Conforme detalhado no item 7.9 do Formulário de Referência, a Casa dos Ventos tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do Complexo Rio do Vento e do Complexo Babilônia e a Solatio tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do detidas pela Mori e pela Mercury Renew.

(6) Dados referentes apenas à parte já operacional de RDVF1, cuja capacidade instalada total (operacional + em implantação) é de 504 MW, e ponderada pela participação da Companhia totaliza 101MW.

Ativos em Implantação

Ativo	Fonte ⁽¹⁾	Localização	Capacidade instalada total (MWp e MW) ⁽²⁾	Participação (%)	Capacidade instalada (MWp e MW) ⁽²⁾	Fator de Capacidade	Tipo principal contrato ⁽³⁾
Castilho ⁽⁵⁾	Solar GC	SP	264	99,0%	261	24%	ACL
Bon Nome ⁽⁵⁾	Solar GC	PE	131	100,0%	131	25%	ACL
Hélio Valgas ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	675	99,0%	669	24%	ACL
São João Paracatu ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	274	99,0%	271	24%	ACL
Varzea ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	116	99,0%	115	24%	ACL

Coromandel	Solar GC	MG	76	27,8%	21	25%	ACL
Mori ⁽⁴⁾ ⁽⁵⁾	Solar GD	MG	162	79,9% ⁽⁴⁾	129	23%	N/A
RDVF1 ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾	Eólica	RN	323	20,0% ⁽⁵⁾	65	58%	ACL/ACR
RDVF2 ⁽⁵⁾	Eólica	RN	534	20,0% ⁽⁵⁾	107	57%	ACL/ACR
Babilônia ⁽⁵⁾	Eólica	BA	360	20,0% ⁽⁵⁾	72	58%	ACL/ACR
Portfólio			2.916		1.841		

⁽¹⁾ “GC” significa geração centralizada e “GD” significa geração distribuída.

⁽²⁾ Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

⁽³⁾ “ACL” significa ambiente de contratação livre e “ACR” significa ambiente de contratação regulada.

⁽⁴⁾ Participação ponderada da Mori nos projetos, considerando a capacidade instalada de cada SPE. A Companhia possui 100% do capital da Mori.

⁽⁵⁾ Conforme detalhado no item 7.9 do Formulário de Referência, a Casa dos Ventos tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do Complexo Rio do Vento e do Complexo Babilônia e a Solatio tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do detidas pela Mori e pela Mercury Renew.

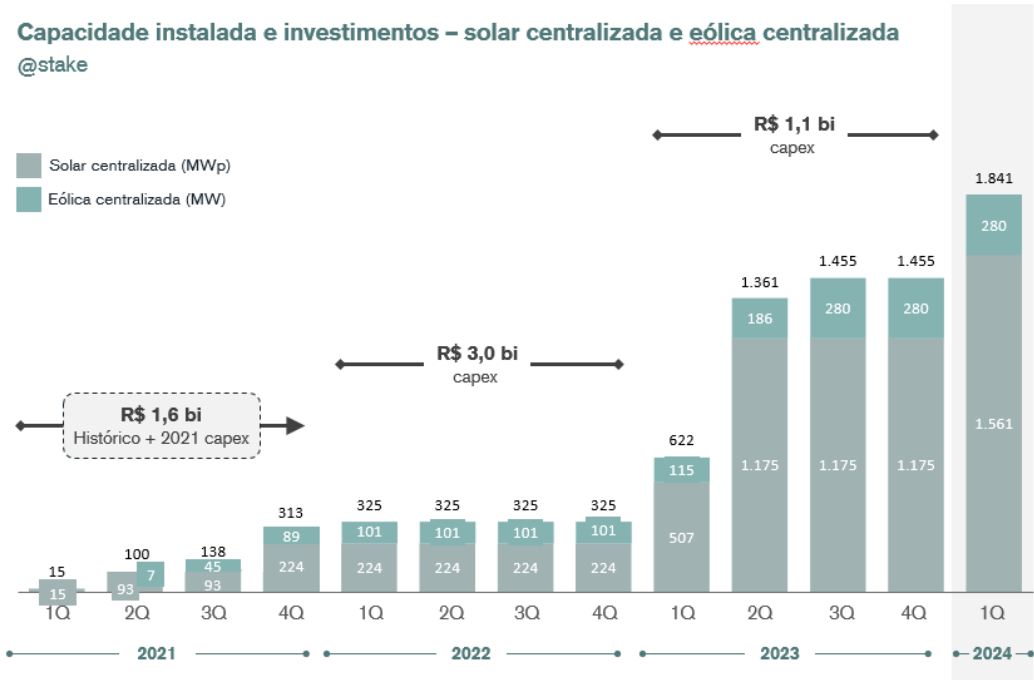
⁽⁶⁾ Dados referentes apenas à parte já operacional de RDVF1, cuja capacidade instalada total (operacional + em implantação) é de 504 MW, e ponderada pela participação da Companhia totaliza 101MW.

O detalhamento das gerações dos ativos de geração centralizada, assim como os volumes e preços contratados (em termos reais de junho de 2021), podem ser visualizados na tabela abaixo.

Os gráficos abaixo mostram os investimentos necessários pela Companhia e a capacidade instalada dos ativos da Companhia que têm outorgas de geração, ao longo dos próximos anos até 2024, totalizando mais de R\$ 5,7bi em geração centralizada entre 2018 e 2023 e cerca de R\$ 1,2bi em geração distribuída entre 2018 e 2023.

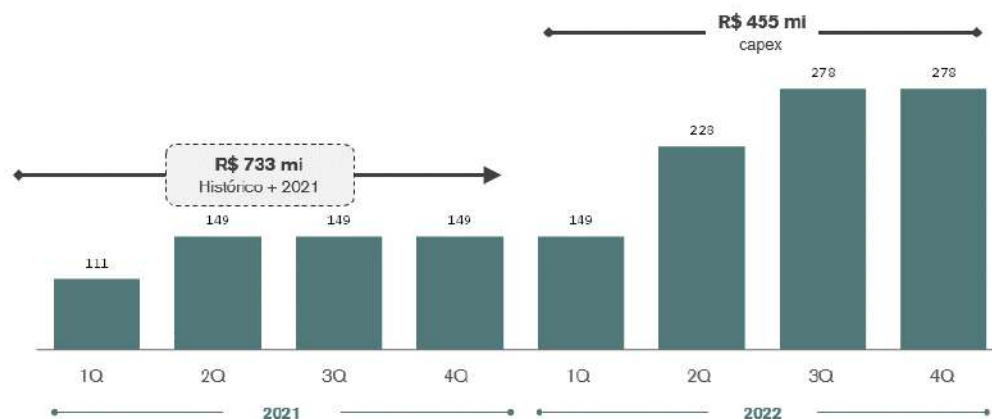
	Unidade	RDV1	RDV2	Babilônia	Brigidas	Januaria	Brisas Suaves	Bom Nome	Castilho	Coromandel	Helio Valgas	São João Paracatu	Varzea
Status	COD	Jun-21 até Feb-22	Fev-23 até Set-23	Nov-22 até Jun-23	Operac.	Operac.	Operac.	Jan-22	Jan-23	Jan-23	Mai-23 até Set-23	Jan-24	Jan-24
Volume contratado @ Stake	MWm (2025)	52	46	30	18	2	1	32	55	5	138	58	26
% Contratado (p50)	MWm (2025)	88%	75%	72%	85%	100%	100%	100%	89%	100%	86%	90%	92%
PPA – Tarifa média (Jul/21)	R\$/MWh		146		174	317	380	155	184	264	194	156	162
Índice			IPCA		IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	CPI ^(B)	IPCA	IPCA
Prazo remanescente dos PPAs			16a05m		19a10m	16a04m	17a04m	20a00m	10a08m	15a00m	19a08m	18a07m	16a07m
Tipo de Contrato		ACR & ACL	ACR & ACL	ACR & ACL	ACR	ACR	ACR	ACL	ACL	ACL	ACL	ACL	ACL

Capacidade instalada e investimentos – solar centralizada e eólica centralizada @stake



Capacidade instalada e investimentos – geração solar distribuída (MWp)

@stake



Por fim, o portfólio da Companhia é diversificado, combinando energia eólica e solar em diferentes regiões, o que acreditamos reduzir riscos relacionados às condições climáticas adversas, bem como riscos relacionados às condições adversas dos mercados de cada região. A tabela a seguir mostra os principais dados de geração, volume e preços médios dos contratos de venda de energia dos ativos do portfólio da Companhia.

Geração (MWm)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	
valores @ stake																									
Eólicas	11	59	130	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	
Brígidas	14	21	21	21	21	21	21	21	20	20	21	21	21	21	21	21	21	21	20	20	20	20	20	20	
Januária	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Brisas Suaves	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Coromandel	-	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
Bom Nome	-	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	
Castilho	-	-	62	62	62	62	62	61	61	61	61	61	62	62	62	62	61	61	61	61	61	61	61	60	
São João Paracatu 1	-	-	-	38	37	37	37	37	37	37	37	37	37	38	37	37	37	37	37	37	37	37	37	36	
São João Paracatu 2	-	-	-	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	27	28	28	28	28	28	28	28	28	28	27	
Varzea	-	-	-	28	28	28	28	28	28	28	27	27	27	28	28	28	28	28	28	28	27	27	27	27	
Helo Valgas	-	-	96	159	159	158	158	157	157	156	156	155	158	159	159	158	158	157	157	156	156	155	155	154	
Volume contratado (MWm)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	
valores @ stake																									
Eólicas	11	38	89	124	128	128	128	128	128	128	128	124	122	121	117	95	95	87	48	44	44	15	15	4	
Brígidas	14	21	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	6	-	-	-	
Januária	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	
Brisas Suaves	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	
Coromandel	-	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	-	-	-	-	-	-	-	
Bom Nome	-	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	-	-	-	
Castilho	-	-	56	56	55	55	51	47	48	48	48	48	46	17	2	2	2	2	2	0	-	-	-	-	
São João Paracatu 1	-	-	-	33	33	33	34	34	34	33	33	33	33	33	33	33	33	33	32	32	32	32	32	-	
São João Paracatu 2	-	-	-	26	26	25	26	26	26	25	25	25	26	24	24	24	24	24	22	22	-	-	-	-	
Varzea	-	-	-	25	26	25	26	26	27	25	24	25	25	23	23	23	23	23	20	20	-	-	-	-	
Helo Valgas (R\$)	-	-	17	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Helo Valgas (US\$)	-	-	60	106	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	68	22	-	
Preços médios (por MWh)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	
Eólicas	R\$/MWh	190	178	178	172	167	163	160	156	152	148	143	140	137	134	130	128	123	120	114	112	109	110	108	109
Brígidas	R\$/MWh	205	215	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	-	-	-	
Januária	R\$/MWh	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	-	-	-	-	-	-	
Brisas Suaves	R\$/MWh	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	-	-	-	-	-	-	
Coromandel	R\$/MWh	-	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	-	-	-	-	-	-	
Bom Nome	R\$/MWh	-	260	230	200	185	175	155	150	150	145	145	140	140	135	135	130	130	125	125	120	120	-	-	
Castilho	R\$/MWh	-	-	200	199	199	199	195	171	171	171	171	171	171	203	182	182	182	182	182	182	-	-	-	
São João Paracatu 1	R\$/MWh	-	-	-	172	172	172	167	167	167	167	167	167	167	142	142	142	142	142	141	141	141	141	-	
São João Paracatu 2	R\$/MWh	-	-	-	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	132	132	-	-	-	
Varzea	R\$/MWh	-	-	-	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	132	132	-	-	-	
Helo Valgas (R\$)	R\$/MWh	-	153	153	153	153	153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Helo Valgas (US\$)	US\$/MWh	-	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	

5.2 Os riscos do portfólio e suas formas de mitigação

Considerando o ambiente de negócios do sistema elétrico nacional, até o momento da efetiva entrada em operação de um empreendimento de geração no sistema elétrico nacional existem algumas etapas a serem completadas. Ao longo de todas as etapas de implantação de um ativo de geração, existem uma série de riscos que vão sendo mitigados ao longo de todo o processo. Abaixo serão listados os principais riscos aos quais estes tipos de projetos estão expostos e suas formas de mitigação pela administração.

Análise de Riscos - Ativos de Geração Centralizada - Solar			
Risco	Descrição	Mitigado ?	Forma de Mitigação
Fundiário	Risco de sucesso na formalização líquida e certa do direito e uso dos terrenos aonde será implantado o	Sim	Com exceção do ativo Januária que está em terreno próprio, todos os demais ativos solares firmaram contratos de arrendamento pelo prazo de sua outorga.
Licenciamento	Por mais que a energia solar seja uma forma de energia limpa, existe todo um tramite de obtenção das licenças prévias, de instalação e de operação. Este processo em algumas vezes envolve interesses políticos e/ou processos burocráticos morosos.	Sim	3 ativos já operacionais (Brigidas, Brisas Suaves e Januária) com Licença de Operação; Além disso, os projetos São João e Hélio Valgas já possuem licença para instalação e operação dos ativos frente à emissão de Licença Ambiental Simplificada (LAS) no estado de Minas Gerais válidas por 10 anos. Demais projetos possuem Licença Prévia e de Instalação (exceto Varzea que possui apenas Licença Prévia e Licença de Instalação em andamento).
medição solar	Qualidade e prazo de medição solar não ser o suficiente para gerar uma estimativa confiável do potencial solar da área assim como as sazonalidades.	Sim	Ressalta-se primeiramente que a qualidade dos dados de medição depende diretamente dos equipamentos de medição, neste sentido reforça-se que foram utilizados equipamentos com o mais alto nível de qualidade em linha com Classes de Precisão de Piranômetros (Highest quality / Scientific quality Secondary Standard), em linha com normas ISO 9060 e WMO, que faz com que seja obtido a menor incerteza padrão possível. Isto por ser evidenciado nos relatórios de certificação independente que atestam não só a qualidade dos equipamentos e dos dados fornecidos, mas também todo o processo de instalação / manutenção dos equipamentos.
Venda de Energia	Previsibilidade na Quantidade e condições de venda de energia	Sim	Já em relação ao prazo de medição, ressalta-se que a distribuição estatística do recurso possui uma baixa variabilidade quando comparado, por exemplo, com o recurso eólico. Este é um dos motivos pelos quais a EPE exige 1 ano de medição mínima frente exigência de 3 anos para eólicas. Para os projetos da Mercury, os projetos atendem o período mínimo de 1 ano de medição, medições estas que são certificadas por empresas independentes (Fotovoltaic / AWS), e em alguns casos há período bem superior a 1 ano de medição.
Contraparte	Risco de Crédito do(s) contratante(s) da energia a ser produzida	Sim	Por fim, ressalta-se que para elaboração do perfil de geração do complexo fotovoltaico, são utilizadas fontes de base de dados reconhecidas mundialmente como SolarGIS, com 20 a 25 anos de registro de recurso solarimétrico, os quais são correlacionados estatisticamente com os dados medidos <i>in loco</i> de modo a capturar eventual sazonalidade do recurso solarimétrico na região e obter-se uma representatividade estatística do recurso disponível.
Funding	Risco relacionado a não obtenção de financiamentos e/ou recursos de investidores (ou de obtenção em um timing/condições piores que as previstas	Sim	Todos os ativos possuem PPAs firmados com comprometimento de pelo menos 80% da geração de energia prevista em contratos de longo prazo.
Orçamento de Obra	Riscos relacionados a incorreta projeção da quantidade e/ou cronograma de investimentos a serem feitos na implantação do parque edílico. Inclui riscos cambiais por conta de equipamentos importados	Sim	Os 3 ativos operacionais venderam energia no mercado regulado (ACR) via leilões de energia nova e de reserva, tendo como contraparte um conjunto de distribuidoras e a CCEE. Demais ativos solares venderam energia no mercado livre (ACL) com diferentes contrapartes. Os PPAs firmados no ACL foram feitos considerando-se o nível de crédito de contrapartes, as quais viabilizassem a financiabilidade dos projetos (junto a bancos e mercado de capitais, e que respeitassem a política da Mercury.
Construção - Cronograma	Riscos relacionados ao cumprimento do cronograma de obras de forma a evitar penalidades por atraso na entrada em operação comercial	Sim	Os 3 ativos operacionais já possuem contratos de financiamentos firmados (BNB e BDMG). Para os demais ativos solares, as SPFs contam com o trabalho do time financeiro da Mercury, além do apoio do banco Itaú como assessor financeiro na estruturação das dívidas dos projetos.
Construção - Engenharia	Riscos relacionados à qualidade da implantação de forma a o parque edílico ser construído com as condições de performance estimadas no momento de sua concepção	Sim	A Mercury conta com um time técnico e financeiro, além de consultores especializados, altamente qualificados para a execução dos projetos de Engenharia Básica e Executiva, os quais mitigam os riscos associados ao dimensionamento e orçamentação seus ativos. Contamos hoje com 50% da totalidade do capex previsto já contratado (sendo parte já executado). E estamos em processo de contratação da parcela desconstruída, sendo que os valores previstos de investimentos estão todos referenciados em propostas já recebidas e aderentes ao mercado atual.
Construção - Sinistros e Responsabilidade Civil	Riscos relacionados às sinistralidades e acidentes	Sim	Com relação ao risco cambial, este restringe-se basicamente aos painéis solares que são importados. Os projetos tem mitigado esse risco através da utilização de mecanismos de hedge, tais como opções de compra ou NDFs.
Conexão ao SIN	Disponibilidade de acesso ao sistema integrado nacional no momento da entrada em operação comercial, nas condições de custo planejadas na	Sim	Os 3 ativos operacionais já tem suas obras concluídas. Demais ativos solares contam com a expertise técnica de mais de 30 anos da Servtec no planejamento, execução e acompanhamento de obras no setor de geração de energia. A equipe técnica da Servtec juntou-se ao time da Mercury desde o 2º semestre de 2020. Além da própria atuação da equipe da Mercury, todos os projetos contam com a participação de consultorias independentes atuando como "Engenheiro do Proprietário" ("Owner's Engineering"), de modo a implementar um planejamento e acompanhamento bastante efetivo da obra.
Operação - Técnico	Operação do parque com os fatores de capacidade estimados na concepção do projeto	Sim	A Mercury conta com a expertise de sua equipe técnica e dos consultores independentes contratados para a realização dos projetos conceituais, básicos e executivos dos projetos, para condução dos processo de contratação de equipamentos e de serviços e acompanhamento das obras. Ainda, temos selecionados prestadores de serviços e fornecedores de equipamentos de alta qualificação e reputação no mercado para composição do capex dos projetos de forma a mitigar os riscos relacionados a implantação dos projetos no que diz respeito a sua qualidade e posterior performance. Além de contratualmente existir a demanda de aporte de garantias financeiras dos fornecedores como garantia da execução do serviço com excelência e no prazo, e processos bem definidos no caso de identificação de desvios.
Operação - Financeiro	Previsibilidade dos custos de operação e manutenção, incluindo risco cambial para prestados de serviço estrangeiros.	Sim	A Mercury e seus prestadores de serviços possuem protocolos de segurança para a execução das atividades relacionadas a obras que mitigam riscos de acidentes na sua execução. Ainda, todos os ativos contam com seguros de Engenharia e Responsabilidade Civil (durante a construção), os quais cobrem todos os contratados dos empreendimentos. Além disso, para os projetos em construção, existe seguro adicional de ALOP (Advanced Loss of Profit).

Análise de Riscos - Ativos de Geração Distribuída Solar

Risco	Descrição	Mitigado ?	Forma de Mitigação
Fundiário	Risco de sucesso na formalização líquida e certa do direito e uso dos terrenos aonde será implantado o parque solar	Sim	Negociação contratual para o direito de uso é requisito para a Emissão do Parecer de Acesso. Diligência em todos os contratos preliminarmente à assinatura. Todos os projetos precificados já possuem fundiário endereçado.
Licenciamento	Por mais que a energia solar seja uma forma de energia limpa, existe todo um tramite de obtenção das licenças prévias, de instalação e de operação. Este processo em algumas vezes envolve interesses políticos e/ou processos burocráticos morosos.	Sim	Avaliação do licenciamento ambiental preliminarmente ao desenvolvimento do Parecer de Acesso. Todos os projetos precificados já possuem licenciamento endereçado.
Irradiação solar	Irradiação não ser o suficiente para gerar uma estimativa confiável do potencial solar da área assim como as sazonalidades.	sim	Utilização de base de dados reconhecida internacionalmente, além de certificação independente dos projetos. Para a matriz solar esta prática é bastante segura, dado que a variação do recurso solar em bases anuais é muito reduzida.
Arrendamento dos projetos	Previsibilidade na alocação dos créditos de energia arrendados	Sim	A Mori é uma plataforma aberta, utilizando os melhores parceiros comerciais disponíveis no mercado. A Comerc detém dentro do grupo uma plataforma digital de alocação de créditos de energia em Geração Distribuída, a SouVagalume. Ter a SouVagalume no grupo mitiga o risco de alocação de energia. Além disso, a regulamentação 482 da ANEEL permite a compensação de energia em até 60 meses.
Contraparte	Risco de Crédito do(s) contratante(s) do arrendamento	Sim	Os clientes são pulverizados, nenhum cliente detém participação relevante no portfólio. O risco de crédito da carteira tende a ser estruturalmente mais baixo do que o risco da distribuidora de energia local, pois o gerador pode selecionar o seu cliente. Além disso, caso determinado cliente se torne inadimplente, este automaticamente para de receber créditos de energia, passando a pagar mais caro pela energia.
Funding	Risco relacionado a não obtenção de financiamentos e/ou recursos de investidores (ou de obtenção em um timing/condições piores que as previstas	Sim	A companhia já se mostrou capaz de estruturar e financiar um dos maiores portfólios de geração distribuídas do país. Parte deste funding ocorreu através de um financiamento de longo prazo e em condições muito competitivas. O Financiamento do portfólio que está em implantação está sendo estruturado, inclusive o BTG contratado como assessor financeiro
Orçamento de Obra	Riscos relacionados a incorreta projeção da quantidade e/ou cronograma de investimentos a serem feitos na implantação do parque solar. Inclui riscos cambiais por conta de equipamentos importados	Sim	A companhia já detém 149 MWp operacionais e sem exposição de capex. No processo de implantação deste portfólio a companhia não teve estouro de orçamento. A companhia possui um time de engenharia e implantação próprio com altíssimo expertise, tendo sido responsável pela implantação de um dos maiores portfólios de GD do país. Previamente à contratação dos fornecedores, é desenvolvida uma Engenharia Básica/Avançada que mitiga riscos de variação de quantidades. Além disso, do portfólio de crescimento (129 MWp) as obras de conexão já estão em andamento e os projetos com orçamento em andamento. O valor de capex considerado na modelagem financeira está em linha com o praticado pelo mercado. Além disso, como há flexibilidade de entrada em operação, dado que não existem restrições contratuais para seu início, a companhia pode alinhar sua decisão de investimento acompanhando melhores oportunidades de cenário de câmbio e de aquisição.
Construção - Cronograma	Riscos relacionados ao cumprimento do cronograma de obras de forma a evitar penalidades por atraso na entrada em operação comercial	Sim	A companhia não detém contratos com penalidades em caso de atraso na entrega de energia. A companhia possui um time de engenharia e implantação próprio com altíssimo expertise, tendo sido responsável pela implantação de um dos maiores portfólios de GD do país.
Construção - Engenharia	Riscos relacionados à qualidade da implantação de forma a o parque solar ser construído com as condições de performance estimadas no momento de sua concepção	Sim	A companhia utiliza fornecedores de módulos, trackers e inversores reconhecidos internacionalmente. Além disso, a Companhia conta com a participação de consultorias independentes atuando como "Engenheiro do Proprietário" ("Owner's Engineering"), de modo a implementar um planejamento e acompanhamento bastante efetivo da obra. Tendo um aprendizado relevante com seu extenso portfólio em operação, a companhia consegue antecipar condições de operação mitigáveis ainda em etapa de implantação, dado que os projetos possuem alta similaridade e capacidade de serem replicados.
Construção - Sinistros e Responsabilidade Civil	Riscos relacionados à sinistralidades e acidentes	Sim	Todos os ativos contam com seguros de Engenharia e Responsabilidade Civil (durante a construção), os quais cobrem todos os contratados dos empreendimentos.
Conexão a rede da Distribuidora	Disponibilidade de acesso ao sistema na data e nas condições de custo planejadas na concepção do projeto	Sim	A companhia desenvolve e implanta todos os projetos de conexão antes de construir as usinas. Desta forma, a companhia minimiza o risco de ter uma usina pronta e não conectada ao sistema. A companhia possui um time de engenharia e implantação próprio com altíssimo expertise, tendo sido responsável pela implantação de um dos maiores portfólios de GD do país.
Operação - Técnico	Operação do parque com os fatores de capacidade estimados na concepção do projeto	Sim	A companhia utiliza fornecedores de módulos, trackers e inversores reconhecidos internacionalmente. Além disso, a companhia possui um time de O&M (priorizada a partir do final de 2021) com profissionais com experiência internacional, além de contar com um CCO próprio, políticas internas, etc. Todas as plantas contam com sensoramento remoto sendo monitoradas continuamente para atuação ágil em casos de intercorrências.
Operação - Financeiro	Previsibilidade dos custos de operação e manutenção	Sim	A companhia já detém 149 MWp operacionais, tendo assim, um amplo conhecimento dos custos operacionais.

Análise de Riscos - Ativos de Geração Eólica			
Risco	Descrição	Mitigado ?	Forma de Mitigação
Fundiário	Risco de sucesso na formalização líquida e certa do direito e uso dos terrenos aonde será implantado o parque solar	Sim	DUPs emitidas para construção das linhas. Para as áreas dos parques, todos os contratos já firmados pelo prazo da outorga.
Licenciamento	Por mais que a energia solar seja uma forma de energia limpa, existe todo um tramite de obtenção das licenças prévias, de instalação e de operação. Este processo em algumas vezes envolve interesses políticos e/ou processos burocráticos morosos.	Sim	Projetos com Lis emitidas. Para complexo RDVF1, parte das SPEs já estão operacionais com LO.
medição do vento	Irradiação não ser o suficiente para gerar uma estimativa confiável do potencial solar da área assim como as sazonalidades.	sim	Projetos com pelo menos duas certificações independentes, sendo utilizado a certificação mais conservadora. Total de 20 torres anemométricas nos projetos, com mais de 7 anos de medição.
Venda de Energia	Previsibilidade na alocação dos créditos de energia arrendados	Sim	Portfolio totalmente alocado, sendo a maioria dos PPAs já assinados e o restante em fase final para assinatura com MOU assinados.
Contraparte	Risco de Crédito do(s) contratante(s) do arrendamento	Sim	Os ativos estão parcialmente alocados no ACR mas a maioria da energia foi vendida no ACL com diferentes contrapartes. Os PPAs firmados no ACL foram feitos considerando-se o nível de crédito de contrapartes, as quais viabilizassem a financiabilidade dos projetos junto a bancos e mercado de capitais.
Funding	Risco relacionado a não obtenção de financiamentos e/ou recursos de investidores (ou de obtenção em um timing/condições piores que as previstas	Sim	RDVF1 totalmente financiado (BNB e BNDES). Expansão e Babilônia contam com o experiente time da Casa dos Ventos e estão em fase avançada de negociação com boa aderência dos credores.
Orçamento de Obra	Riscos relacionados a incorreta projeção da quantidade e/ou cronograma de investimentos a serem feitos na implantação do parque solar. Inclui riscos cambiais por conta de equipamentos importados	Sim	RDVF1 está em fase final de construção, estará totalmente operacional em fevereiro de 2022. Expansão e Babilônia já contrataram os fornecedores via contratos em regime de empreitada com preço global. Para o risco cambial, os complexos já possuem 75% da exposição cambial já hedgeada para a participação das Holdings Eyner e Mercury Renew.
Construção - Cronograma	Riscos relacionados ao cumprimento do cronograma de obras de forma a evitar penalidades por atraso na entrada em operação comercial	Sim	A Casa dos Ventos possui um time de engenharia e implantação próprio com altíssimo expertise, tendo sido responsável pela implantação de outros parques eólicos atualmente em operação. Contratos com principais fornecedores com incentivos para antecipação.
Construção - Engenharia	Riscos relacionados à qualidade da implantação de forma a o parque solar ser construído com as condições de performance estimadas no momento de sua concepção	Sim	A Casa dos Ventos possui um time de engenharia e implantação próprio com altíssimo expertise. Contratação de fornecedor de primeira linha, com garantia de performance.
Construção - Sinistros e Responsabilidade Civil	Riscos relacionados à sinistralidades e acidentes	Sim	Todos os ativos contam com seguros de Engenharia e Responsabilidade Civil (durante a construção), os quais cobrem todos os contratados dos empreendimentos.
Conexão ao SIN	Disponibilidade de acesso ao sistema na data e nas condições de custo planejadas na concepção do projeto	Sim	Linha entre a SE Rio do Vento e Ceará Mirim II já conectada, sendo assim as duas fases de Rio do Vento não possuem este Risco. Babilônia com parecer de acesso e CUST assinados para conexão na SE Ouarândia II, que já se encontra em operação.
Operação - Técnico	Operação do parque com os fatores de capacidade estimados na concepção do projeto	Sim	A Casa dos Ventos possui um time de engenharia próprio com altíssimo expertise para a operação dos complexos, além de contar com a participação do próprio fornecedor para a operação dos aerogeradores. A performance dos aerogeradores bem como as perdas envolvidas, são monitoradas diariamente pelas equipes, de acordo com as rigorosas políticas de qualidade da companhia.
Operação - Financeiro	Previsibilidade dos custos de operação e manutenção	Sim	Os 2 custos principais de uma usina estão relacionados ao custo de transmissão/distribuição e o custo de O&M. A previsibilidade dos custos se dá através (i) dos contratos firmados com a Vestas pelo prazo de 20 anos para a operação dos Aerogeradores, (ii) do acompanhamento contínuo e rigoroso para que qualquer problema ou indicio de problema operacional seja sanado de maneira tempestiva, evitando custos extraordinários, (iii) contratação de seguros operacionais.

6. ANÁLISE DA VIABILIDADE - EÓLICAS

*PREMISSAS UTILIZADAS NA PROJEÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
DOS ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA DA COMERC*



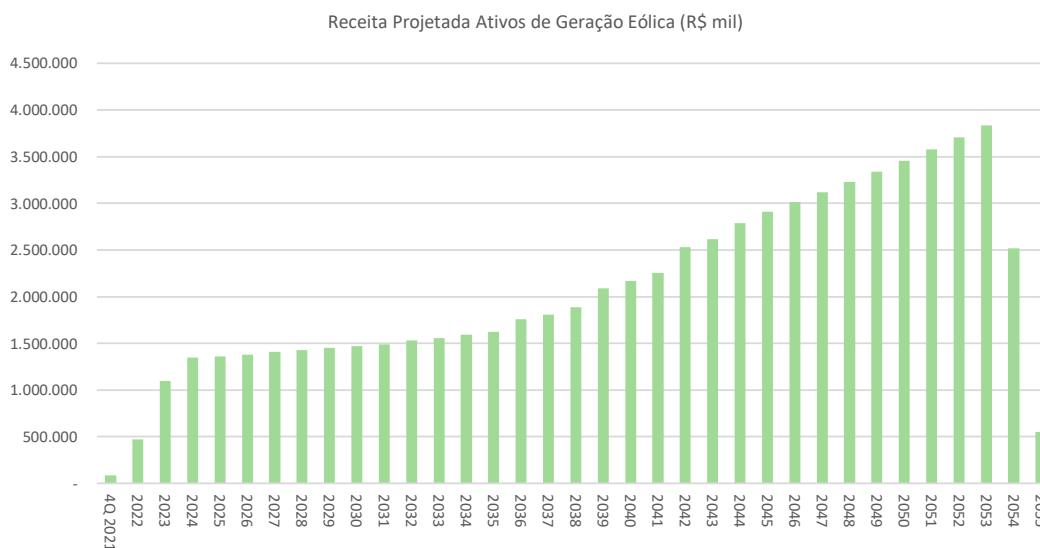
6. Análise da Viabilidade - Eólicas

6.1 Receitas Operacionais

Para a projeção de produção de energia mensal foram consideradas as projeções anteriormente apresentadas de produção de energia de cada uma das UEEs que formam o portfólio de Ativos de geração eólica da Comerc.

Como base para o preço de energia foram usadas as condições comerciais dos contratos já assinados e uma estimativa de receita do excedente de energia não coberta por tais contratos, no mercado livre de curto prazo.

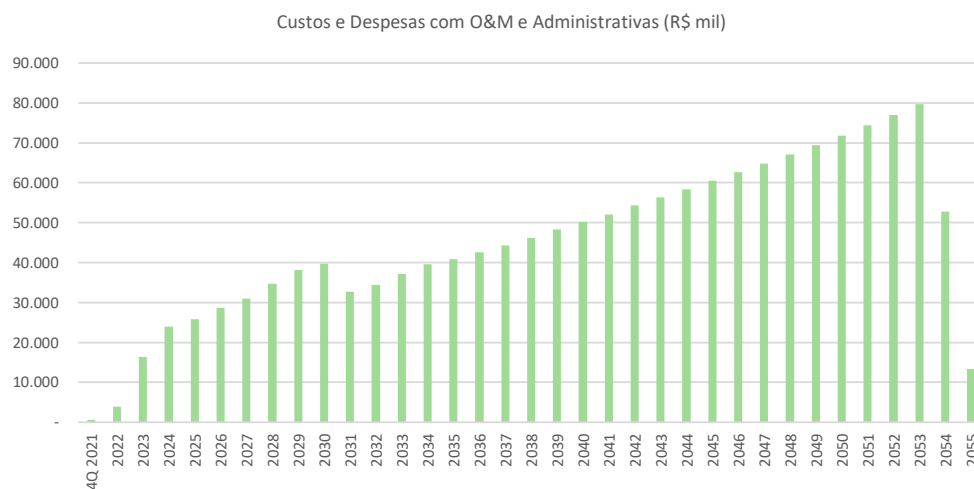
O excedente de energia a ser vendido no mercado livre teve como base de preço expectativas da administração, com base em análises de oferta e demanda esperada, comportamento passado do mercado livre e consultorias especializadas.



As receitas sofrem incidência de PIS/Cofins com alíquota de 3,65%.

6.2 Custos e Despesas

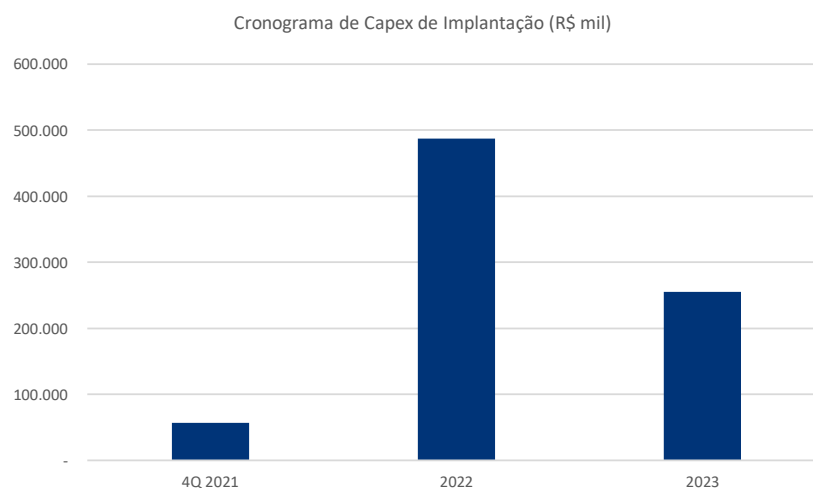
As taxas regulatórias foram projetadas conforme portarias vigentes. Já os custos com Operação, manutenção, gerais e administrativos foram projetados pela administração com base em contratos e propostas apresentadas por fornecedores, assim como orçamentos da própria administração da comerc.



6.3 Capex e D&A

O Capex de Implantação foi projetado de acordo com o cronograma física financeiro dos Ativos eólicos, que por sua vez foram elaborados pela área técnica da Comerc com base em contratos e propostas apresentados pelos fornecedores.

A seguir são apresentados os desembolsos previstos para a implantação dos parques eólicos:



Além do Capex de Implantação, é projetado Investimento em Recuperação do parque após 20 anos de operação. Tais valores foram estimados conforme análises internas da Comerc que considerou informações técnicas dos equipamentos adquiridos.

Os ativos serão depreciados contabilmente em 20 anos, inclusive os de Overhaul.

6.4 Dívida e Resultado Financeiro

Os valores de endividamento foram baseados em contratos já assinados e/ou em negociação com órgãos de fomento como o BNB e o BNDES. Tais contratos de financiamento possuem taxas que variam entre IPCA + 1,15% e IPCA + 4,70%, com prazos de aproximadamente 20 anos para amortização.

Foram estimados também os custos referentes a estruturação, garantias, iof, assim como a manutenção de recursos em conta reserva.

As receitas financeiras foram equivalentes ao saldo de recursos travados na forma de conta reserva, rentabilizados pela taxa Selic.

6.5 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Dado que os parques eólicos estão no lucro presumido foi considerada a alíquota efetiva de 3,08% sobre a receita bruta.

As receitas financeiras foram tributadas em 34,00%.

6.6 Variação na Necessidade de Capital de Giro

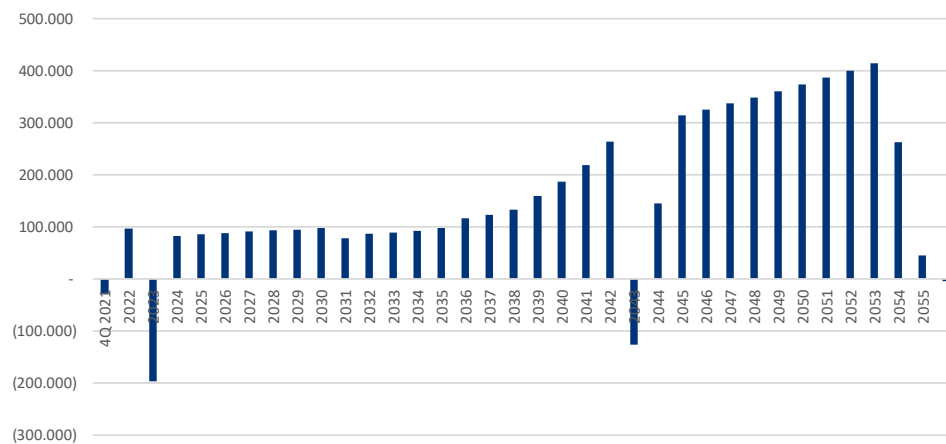
Para o cálculo da variação do capital de giro foram consideradas as métricas de:

- **Contas a Receber:** 30 dias de Receita Bruta
- **Contas a Pagar:** 30 dias de Custos e Despesas
- **Impostos a pagar:** 45 dias de Impostos Diretos e Indiretos

6.7 Fluxo de Caixa a ser Gerado pelos Ativos Eólicos – Cenário Base

Consideradas todas as premissas apresentadas ao longo deste capítulo 6, a seguir é apresentada a geração de caixa para os acionistas dos Ativos de geração eólica da Comerc no cenário base da avaliação, ponderada pela participação societária que a Comerc possui nestes ativos:

Fluxo de Caixa para o Acionista Anual (R\$ mil)



7. ANÁLISE DA VIABILIDADE – SOLAR CENTRALIZADA

*PREMISSAS UTILIZADAS NA PROJEÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
DOS ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR CENTRALIZADA
DA COMERC*



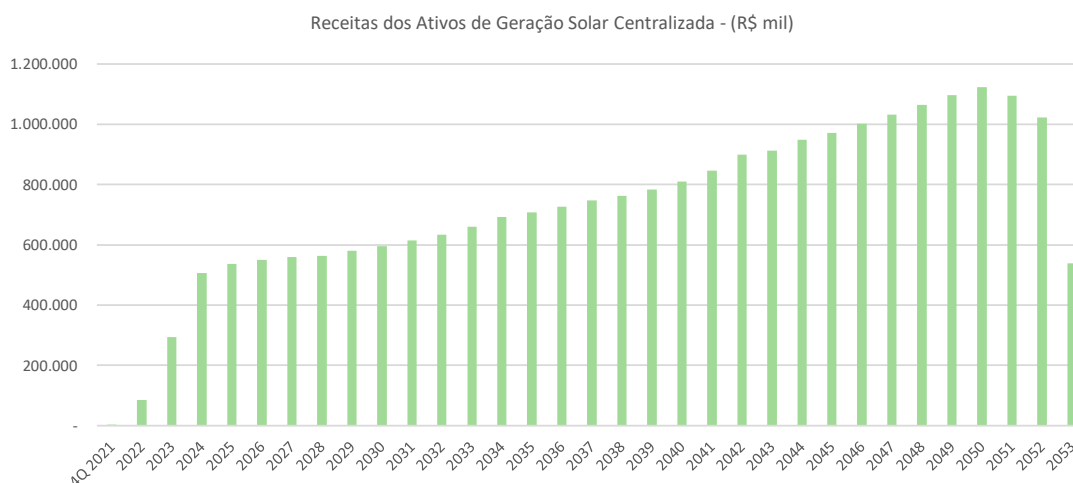
7. Análise da Viabilidade – Solar Centralizada

7.1 Receitas Operacionais

Para a projeção de produção de energia mensal foram consideradas as projeções anteriormente apresentadas de produção de energia de cada uma das unidades fotovoltaicas que formam o portfólio de Ativos de geração centralizada solar da Comerc.

Como base para o preço de energia foram usadas as condições comerciais dos contratos já assinados e uma estimativa de receita do excedente de energia não coberta por tais contratos, no mercado livre de curto prazo.

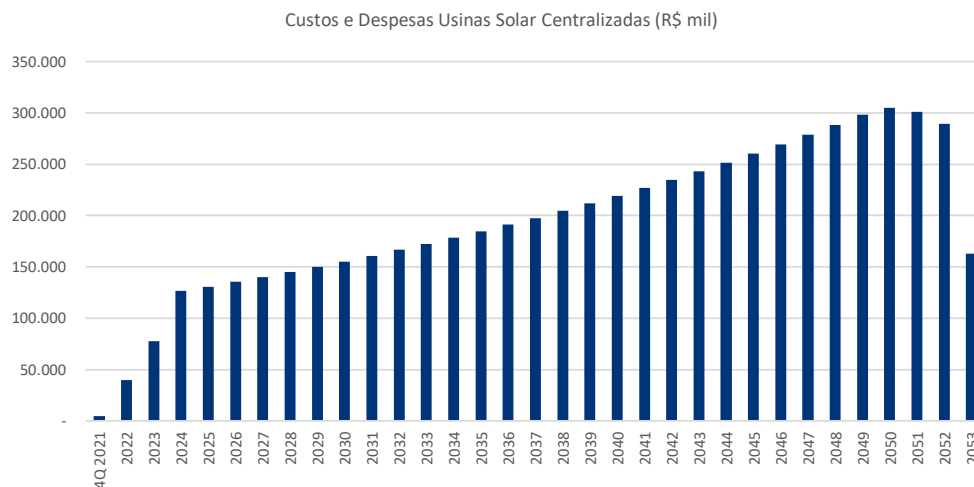
O excedente de energia a ser vendido no mercado livre teve como base de preço expectativas da administração, com base em análises de oferta e demanda esperada, comportamento passado do mercado livre e consultorias especializadas.



As receitas sofrem incidência de PIS/Cofins com alíquota de 3,65%. No caso da usina Coromandel há ainda a incidência de ISS sobre uma parcela da receita, perfazendo uma alíquota total de PIS/Cofins mais ISS de 6,69% sobre a receita bruta.

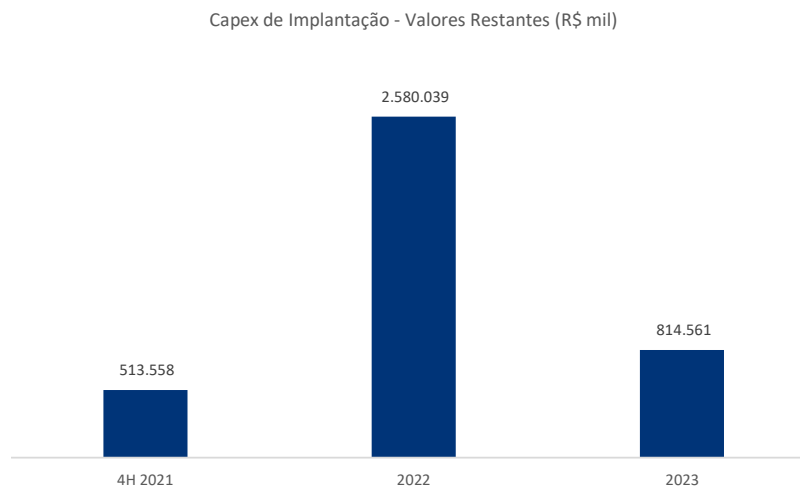
7.2 Custos e Despesas

As taxas regulatórias foram projetadas conforme portarias vigentes. Já os custos com Operação, manutenção, gerais e administrativos foram projetados pela administração com base em contratos e propostas apresentadas por fornecedores, assim como orçamentos da própria administração da Comerc.



7.3 Capex e D&A

O Capex de Implantação foi projetado de acordo com o cronograma física financeiro dos Ativos de geração solar centralizada, que por sua vez foram elaborados pela área técnica da Comerc com base em contratos e propostas apresentados pelos fornecedores.



Além do Capex de Implantação, é projetado Investimento em Repotencialização dos parques após 10 anos de operação com o objetivo de repactuar a geração degradada até este momento, recuperando assim a geração esperada do primeiro ano. Para esse investimento foi considerada a premissa de R\$ 1,23 milhão por MWp, em

linha com análises internas da Comerc que consideraram informações técnicas dos equipamentos adquiridos.

Tanto os investimentos em implantação como os de repotencialização serão amortizados em 25 anos

7.4 Dívida e Resultado Financeiro

Os valores de endividamento foram baseados em contratos já assinados e/ou em negociação com órgãos de fomento como o BNB e o BNDES, assim como captações no mercado de capitais local e internacional. Tais contratos de financiamento possuem são indexados em alguns casos por IPCA, com spreads que variam entre 1-8% e por CDI, com spreads de 2%. com prazos de aproximadamente 20 anos para amortização. Além dos empréstimos em moeda local existe um financiamento em dólar americano, sem indexador, com taxa de juros de 8,5% ano.

Foram estimados também os custos referentes a estruturação, garantias, iof, assim como a manutenção de recursos em conta reserva.

As receitas financeiras foram equivalentes ao saldo de recursos travados na forma de conta reserva, rentabilizados pela taxa Selic.

7.5 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Dado que os parques solares estão no lucro presumido foi considerada a alíquota efetiva de 3,08% sobre a receita bruta, com exceção da usina de Coromandel para a qual foi considerada a alíquota efetiva de 10,88% devido à diferente base de tributação de lucro presumido.

As receitas financeiras foram tributadas em 34,00%.

7.6 Variação na Necessidade de Capital de Giro

Para o cálculo da variação do capital de giro foram consideradas as métricas de:

- **Contas a Receber:** 30 dias de Receita Bruta
- **Contas a Pagar:** 30 dias de Custos e Despesas
- **Impostos a pagar:** 45 dias de Impostos Diretos e Indiretos

7.7 Opções de Compra do Parceiro e de Autoprodutores

Nas usinas desenvolvidas em parceria com a Solatio, Hélio Valgas, São João Paracatu, Várzea e Castilho, existem opções de compras em favor da Solatio (desenvolvedora dos projetos) que preveem o direito de, a seu exclusivo critério, exercer opção de compra de parcela equivalente a 8% da participação da Mercury Renew nesses projetos (“Opção de Compra Solatio-Mercury”). Estas opções possuem valor simbólico de R\$ 1 por ação e podem ser exercidas dentro de 60 dias a contar da conclusão da implantação dos Projetos. Dessa forma, quando e se exercidas a participação da Mercury Renew em tais projetos seria reduzida para 92,00%.

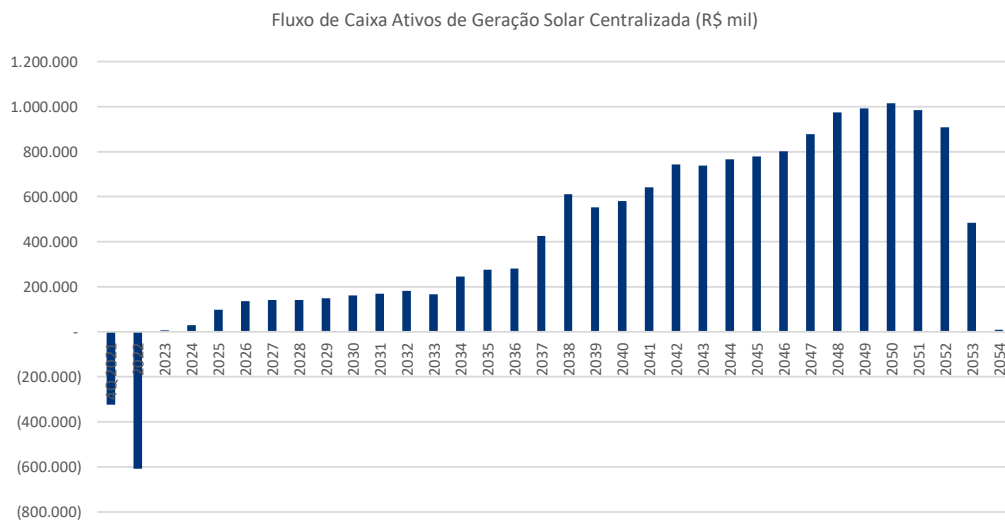
Após o 5º ano de operação comercial dos respectivos projetos, poderá ser pago à Solatio um “earn out”, que por sua vez majoraria a participação de 8% para até 10,5% das ações de cada SPE, caso todos os projetos a Mercury atinjam um retorno esperado acima do cenário base. Nas projeções aqui apresentados, a participação do parceiro é mantida em 8%, pois não prevemos no caso base a rentabilidade acima do gatilho do “earn out”.

Em especial aos projetos Hélio Valgas, São João Paracatu, Várzea, além da Opção de Compra Solatio-Mercury, existem opções de compras em favor de determinados autoprodutores para que estes adquiram, a seu exclusivo critério e por um valor previamente acordado e regulado contratualmente entre as partes, participação societária nos projetos (“Opções de Compra Autoprodutores”).

As Opções de Compra Autoprodutores correspondem a participação de 4,29% do capital social total dos respectivos ativos. Assim como no caso Opção de Compra Solatio-Mercury, o exercício das Opções Autoprodutores não implica em alteração de controle ou causa qualquer impacto de governança de tais ativos e podem ser exercidas a partir da conclusão da implantação dos projetos. Dessa forma, quando e se exercidas, e considerando também o exercício da Opção de Compra Solatio-Mercury, a participação da Mercury Renew em tais projetos seria reduzida para 87,71%.

7.8 Fluxo de Caixa a ser Gerado pelos Ativos de Geração Solar Centralizados – Cenário Base

Consideradas todas as premissas apresentadas ao longo deste capítulo 7, a seguir é apresentada a geração de caixa para os acionistas dos Ativos de geração solar Centralizada da Comerc no cenário base da avaliação:



8. ANÁLISE DA VIABILIDADE – GERAÇÃO DISTRIBUIDA

*PREMISSAS UTILIZADAS NA PROJEÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
DOS ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA DISTRIBUIDA DA
COMERC*

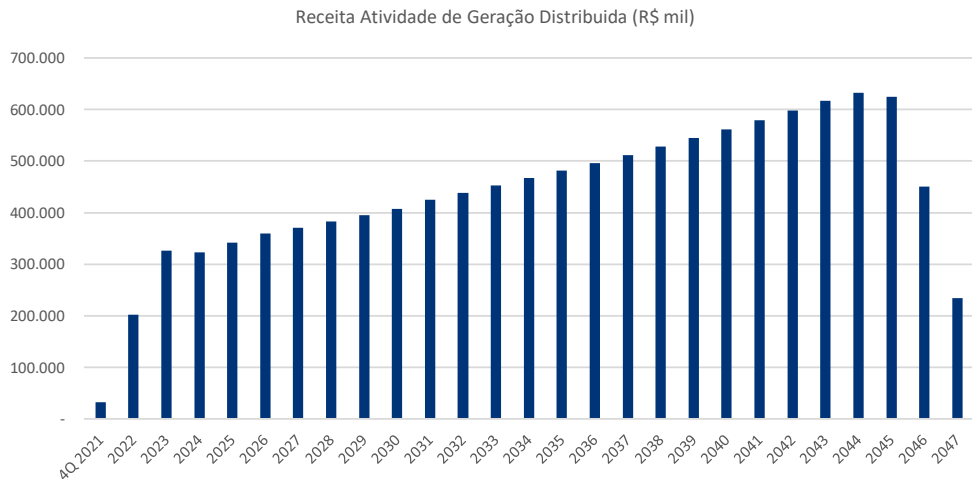


8. Análise da Viabilidade – Geração Distribuída

8.1 Receitas Operacionais

Para a projeção de produção de energia mensal foram consideradas as projeções anteriormente apresentadas de produção de energia de cada uma das unidades fotovoltaicas que formam o portfólio de Ativos de geração distribuída solar da Comerc.

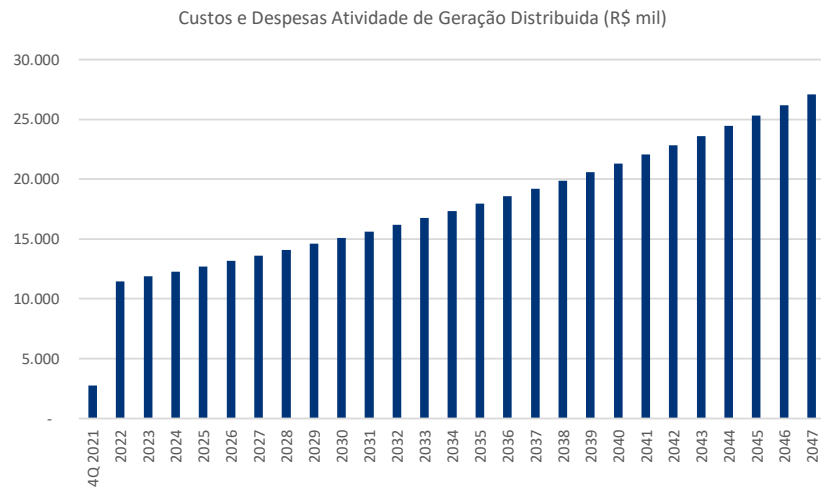
Como base para o preço de energia foram usadas as condições comerciais dos contratos já assinados e uma estimativa de comportamento dos preços para os consumidores finais nos próximos anos.



As receitas sofrem incidência de PIS/Cofins com alíquota de 3,65%.

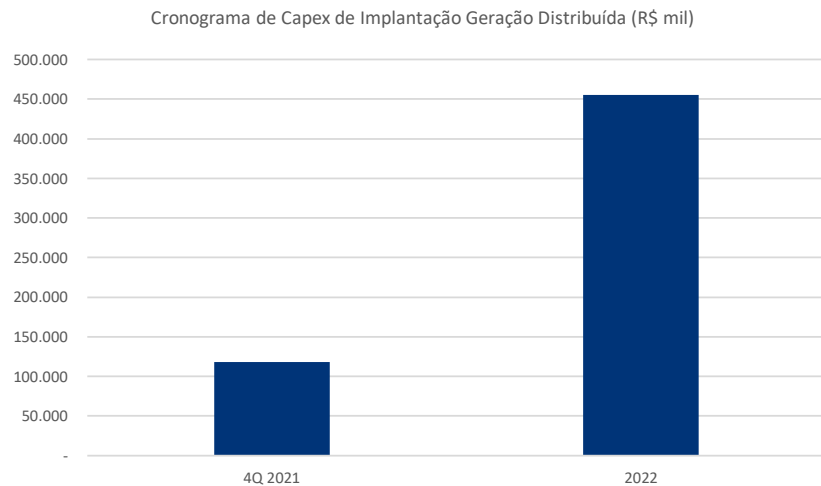
8.2 Custos e Despesas

As taxas regulatórias foram projetadas conforme portarias vigentes. Já os custos com Operação, manutenção, gerais e administrativos foram projetados pela administração com base em contratos e propostas apresentadas por fornecedores, assim como orçamentos da própria administração da comerc.



8.3 Capex e D&A

O Capex de Implantação foi projetado de acordo com o cronograma física financeiro dos Ativos de geração distribuída centralizada, que por sua vez foram elaborados pela área técnica da Comerc com base em contratos e propostas apresentados pelos fornecedores.



Além do Capex de Implantação, é projetado investimento em inversores e em repotencialização 10 anos de operação. Tais valores foram estimados conforme análises internas da Comerc que considerou informações técnicas dos equipamentos adquiridos.

Tais ativos serão depreciados em 25 anos.

8.4 Dívida e Resultado Financeiro

Os valores de endividamento foram baseados em contratos já assinados e/ou em negociação com órgãos de fomento como o BNDES, assim como captações no mercado de capitais. Tais contratos de financiamento possuem são indexados pelo IPCA, com spreads que variam entre 5,5% e 6,4%, com prazos que variam entre 8 e 20 anos.

Foram estimados também os custos referentes a estruturação, garantias, iof, assim como a manutenção de recursos em conta reserva.

As receitas financeiras foram equivalentes ao saldo de recursos travados na forma de conta reserva, rentabilizados pela taxa Selic.

8.5 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Dado que os ativos de geração distribuída estão no lucro presumido foi considerada a alíquota efetiva de 10,88% sobre a receita bruta.

As receitas financeiras foram tributadas em 34,00%.

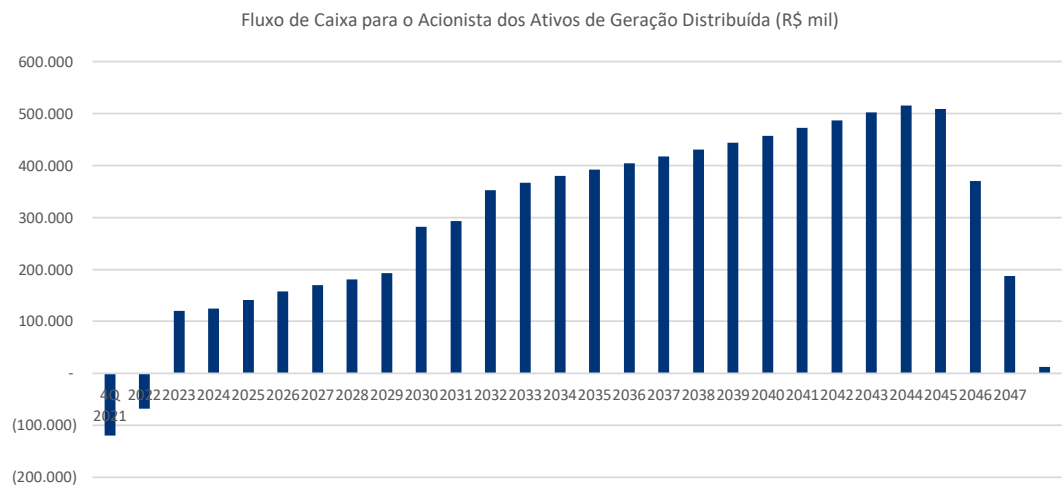
8.6 Variação na Necessidade de Capital de Giro

Para o cálculo da variação do capital de giro foram consideradas as métricas de:

- **Contas a Receber:** 30 dias de Receita Bruta
- **Contas a Pagar:** 30 dias de Custos e Despesas
- **Impostos a pagar:** 45 dias de Impostos Diretos e Indiretos

8.7 Fluxo de Caixa a ser Gerado pelos Ativos de Geração Distribuída – Cenário Base

Consideradas todas as premissas apresentadas ao longo deste capítulo 8, a seguir é apresentada a geração de caixa para os acionistas dos Ativos de geração solar distribuída da Comerc no cenário base da avaliação:



9.RESULTADO DA ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

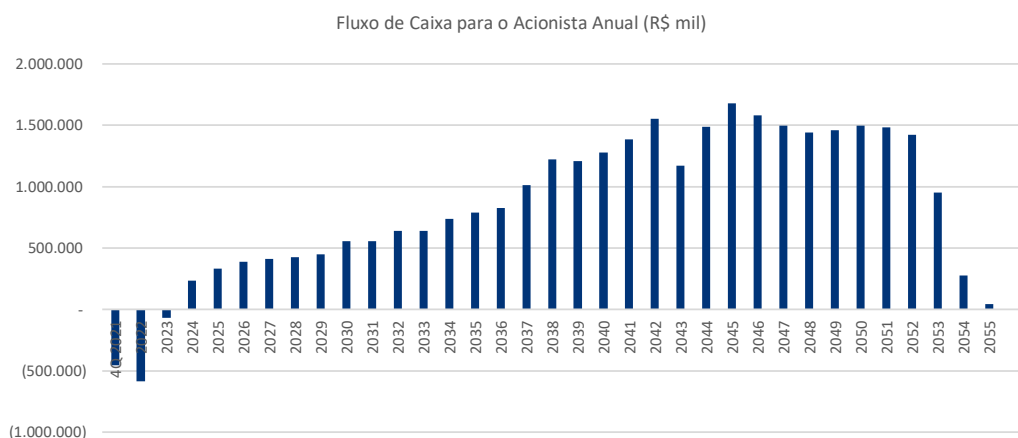
*CONCLUSÃO A RESPEITO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DOS
ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA DA COMERC*



9. Resultado da Análise de Viabilidade Econômica

9.1 Fluxos de Caixa Consolidado dos Ativos de Geração da Comerc – Cenário Base

A seguir são apresentados os fluxos de caixa para o acionista consolidado, considerando a ponderação pela participação que a Comerc possui em tais ativos, das atividades de geração de energia da Comerc:



É possível observar que apesar de um breve período de necessidade de aporte de recursos, a partir de 2025 é esperado que os ativos de geração de energia da Comerc passem a gerar níveis relevantes de caixa livre para seus acionistas.

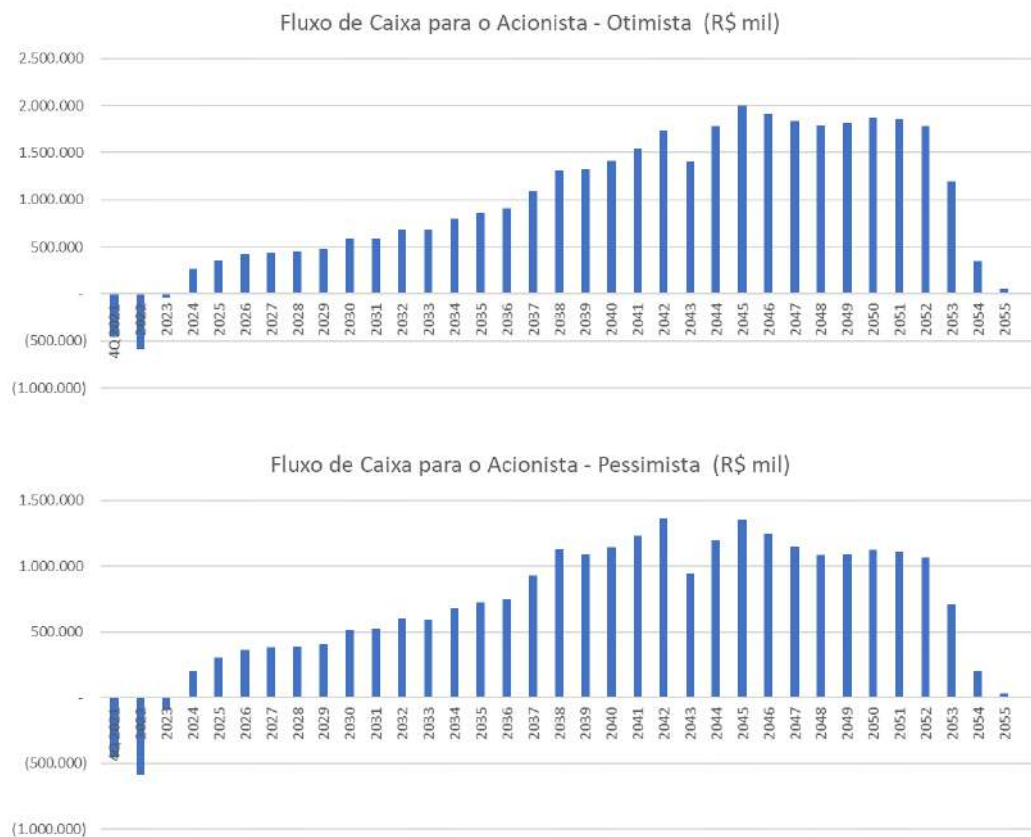
Dado que parte relevante dos Investimentos dos ativos de geração de energia da Comerc já foram despendidos, optamos por não realizar uma análise da taxa interna de retorno destes ativos.

9.2 Fluxos de Caixa Consolidado dos Ativos de Geração da Comerc – Análise de Sensibilidade no preço da energia descontratada.

Adicionalmente ao cenário base, foram feitos dois testes de sensibilidade naquela variável que, na opinião da UHY Bendoraytes, é a que carrega maior incerteza, no caso o preço da energia no mercado livre.

Conforme foi possível observar ao longo deste documento, mesmo aqueles empreendimentos que negociaram sua produção futura de energia no ambiente regulado, estarão expostos ao risco do preço da energia do mercado livre quando tais contratos expirarem.

De forma a testar a resiliência da capacidade de geração de caixa para o acionista em diferentes cenários observados os cenários no qual o preço da energia descontratada será negociado em valores 20,00% abaixo e acima do cenário base.



9.3 Considerações e Conclusões

Considerando o razoável nível de previsibilidade das projeções financeiras de empreendimentos de geração de energia que possuem contratos de longo prazo já firmados com clientes com baixo risco de crédito;

Considerando as ações de mitigação de risco tomadas pela Administração da Comerc que aumentaram ainda mais a previsibilidade dos fluxos de caixa futuros dos seus ativos de geração de energia elétrica;

Considerando a alta capacidade de geração de caixa dos ativos de geração da Comerc e resiliência apresentada em cenário de queda no preço da energia descontratada;

Considerando todas as premissas, metodologia e limitações descritas ao longo deste Estudo de Viabilidade, entendemos que os ativos de geração da Comerc possuem características tangíveis e intangíveis que os tornam, analisados em conjunto e considerando o sucesso na captação de recursos por meio de oferta pública de ações da Comerc, economicamente viáveis.

ANEXO I – FLUXOS DE CAIXA PROJETADO DOS ATIVOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA



Project Conex - FCF Projeto - Geração Centralizada Solar

4Q 2020	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
EBITDA	6.551	96.418	303.912	545.718	561.546	575.839	583.847	588.257	623.506	643.085	662.785	690.122	724.966	769.972	760.654	761.134
Imp/CSLL	(599)	(4.479)	(13.823)	(23.514)	(23.188)	(23.817)	(24.256)	(24.593)	(25.364)	(26.943)	(27.802)	(28.823)	(30.263)	(30.985)	(31.908)	(32.574)
Variação no Capital de Giro	(1.594)	(6.445)	(15.896)	(35.751)	(1.134)	(1.007)	(594)	(130)	(1.353)	(1.465)	(1.492)	(2.048)	(2.673)	(1.131)	(1.562)	(1.545)
Fluxo de Caixa das Operações	4.358	85.394	264.184	506.453	537.118	509.956	539.808	563.345	597.779	596.125	613.491	639.351	682.676	701.877	722.186	721.115
Capex																
Free Equity Solatio																
Parcelas Auto Produtoras de Energia																
Fluxo de Caixa do Investimento	(33.158)	(2.586.859)	(84.533)	2.937	(6.143)	(6.626)	(9.802)	(8.577)	(11.677)	(14.718)	(20.000)	(24.100)	(24.452)	(24.475)	(24.507)	(24.523)
Desembolsos	32.405	2.057.605	1.317.028	745.801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(85.677)	(101.028)	(691.380)	(937.258)	(167.536)	(177.888)	(187.638)	(200.641)	(215.708)	(233.323)	(248.431)	(266.376)	(286.516)	(292.650)	(298.389)	(302.596)
Pagamento Juros	(979)	(31.198)	(72.922)	(221.325)	(235.681)	(238.064)	(235.948)	(210.081)	(199.438)	(187.810)	(173.386)	(158.411)	(141.763)	(123.446)	(94.095)	(62.992)
Outros Despesas	(7.288)	(7.152)	(4.228)	(28.832)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Reserva	(1.189)	(30.182)	(80.853)	(18.777)	(28.567)	(1.076)	(441)	(1.590)	(2.279)	(2.099)	(2.686)	(1.907)	(1.392)	30.051	4.625	(5.241)
Receita Financeira Conta Reserva	0	2	7	9	11	11	11	11	11	11	11	12	12	11	11	10
Fluxo de Caixa do Financiamento	96.444	1.886.145	525.849	(406.431)	(123.433)	(497.617)	(497.314)	(112.278)	(47.739)	(423.761)	(424.482)	(438.681)	(438.658)	(437.646)	(438.115)	(429.127)
Fluxo de Caixa para o Acionista	(37.817)	(668.465)	5.475	26.527	96.237	195.018	341.490	342.498	348.637	350.654	370.186	382.706	396.512	395.554	393.394	394.195

Project Conex - FCF Projeto - Geração Centralizada

	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053
EBITDA	796.158	818.959	846.912	885.573	941.915	992.236	991.928	1.015.926	1.047.521	1.080.096	1.113.680	1.146.971	1.174.386	1.140.852	1.062.403	519.114
Imp/CSLL	(33.139)	(34.133)	(35.310)	(36.822)	(38.937)	(39.551)	(41.134)	(42.273)	(43.534)	(44.964)	(46.386)	(47.839)	(48.965)	(47.809)	(44.997)	(21.808)
Variação no Capital de Giro	(1.131)	(1.704)	(2.118)	(2.897)	(4.272)	(741)	(2.951)	(1.788)	(2.387)	(2.480)	(2.515)	(2.493)	(2.058)	2.359	5.359	40.723
Fluxo de Caixa das Operações	761.888	783.122	809.484	845.954	898.927	911.945	947.802	977.913	1.011.158	1.033.608	1.064.767	1.086.699	1.123.344	1.095.932	1.033.365	538.029
Capex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Free Equity Solatio	(44.133)	(45.947)	(48.344)	(50.121)	(52.035)	(52.650)	(55.458)	(56.925)	(59.308)	(61.572)	(71.609)	(73.028)	(75.141)	(77.472)	(80.118)	(30.254)
Parcelas Auto Produtoras de Energia	(4.005)	(4.551)	(5.297)	(5.511)	(5.632)	(5.810)	(6.702)	(19.858)	(25.893)	(27.020)	(31.203)	(31.598)	(32.540)	(33.908)	(34.627)	(22.455)
Fluxo de Caixa do Investimento	(48.178)	(50.498)	(53.642)	(55.632)	(57.647)	(58.460)	(62.240)	(75.693)	(85.302)	(92.597)	(102.829)	(104.636)	(107.681)	(110.981)	(114.764)	(52.709)
Desembolsos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(123.718)	(129.795)	(131.862)	(121.042)	(93.346)	(96.638)	(100.028)	(103.547)	(107.189)	(81.702)	(22.964)	-	-	-	-	-
Pagamento Juros	(53.794)	(47.803)	(41.397)	(34.759)	(28.767)	(25.207)	(20.268)	(14.956)	(9.233)	(3.594)	(278)	-	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Reserva	76.151	(1.991)	(2.562)	7.153	26.037	5.705	773	904	1.043	23.307	36.577	(0)	0	0	0	0
Receita Financeira Conta Reserva	6	6	6	6	4	4	4	4	4	2	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Fluxo de Caixa do Financiamento	(101.379)	(179.546)	(175.795)	(146.638)	(97.692)	(116.068)	(115.519)	(117.888)	(115.375)	(61.967)	13.395	(0)	0	0	0	0
Fluxo de Caixa para o Acionista	612.304	553.081	586.087	641.586	743.987	737.417	766.042	778.331	801.006	878.108	975.271	992.043	1.015.662	984.021	908.601	485.320

Project Comm.: KCFE Propriedade - Gerenciamento

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
EBITDA	50.566	58.783	162.775	203.761	204.207	204.220	205.535	205.548	206.530	206.247	164.297	168.350	169.363	171.482	174.253	176.423	178.105	180.125	181.573	
Impostos	(8.381)	(2.253)	(6.271)	(8.302)	(8.309)	(8.487)	(8.686)	(8.756)	(8.893)	(8.978)	(7.107)	(7.291)	(7.418)	(7.556)	(7.689)	(7.822)	(7.952)	(8.080)	(8.202)	
Variação no Capital de Giro	(1.297)	(1.198)	12.621	2.622	255	349	369	442	405	244	(2.546)	397	358	371	275	752	392			
Fluxo de Caixa das Operações	6.888	55.332	179.125	198.101	196.007	196.002	208.209	208.235	208.005	195.518	164.444	165.447	162.311	164.297	166.688	169.636	172.715	175.911	179.115	

Capex	(54.553)	(487.098)	(254.922)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(54.553)	(487.098)	(254.922)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Desembolsos	22.219	588.587	71.541	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(8.381)	(19.792)	(41.823)	(46.815)	(48.028)	(49.088)	(50.713)	(52.386)	(53.891)	(43.248)	(44.141)	(45.665)	(46.995)	(48.125)	(49.413)	(50.977)	(52.801)	(54.881)	
Pagamento Juros	-	(10.848)	(27.528)	(51.489)	(68.872)	(87.302)	(107.091)	(128.091)	(149.941)	(173.286)	(27.701)	(25.441)	(23.108)	(20.681)	(18.169)	(15.576)	(12.931)	(10.281)	(7.631)	
Outras Despesas	(1.777)	(29.273)	(17.168)	(14.776)	(14.187)	(13.578)	(12.930)	(12.262)	(11.561)	(10.828)	(7.762)	(7.134)	(6.478)	(5.791)	(5.069)	(4.325)	(3.558)	(2.781)	(2.004)	
Conta Reserva	(441)	(12.115)	(18.796)	(62.176)	151	256	53	51	123	36	254	79	147	37	813	427	60			
Receita Financeira Conta Reserva	3	640	1.252	2.675	2.724	2.712	2.697	2.696	2.691	2.683	2.053	2.036	2.032	2.022	2.010	1.945	1.888			
Fluxo de Caixa de Financiamento	26.004	528.411	(19.496)	(115.589)	(110.430)	(108.499)	(106.425)	(105.427)	(103.233)	(101.356)	(76.492)	(74.621)	(72.698)	(71.465)	(69.139)	(65.948)	(62.465)	(58.948)	(55.405)	

Fluxo de Caixa para a Adinista	(28.620)	96.845	(195.149)	82.512	85.618	87.595	91.543	93.136	94.832	96.123	78.242	86.814	89.345	92.891	97.703	116.633	122.646	128.659	134.672	
Project Comm.: KCFE Propriedade - Gerenciamento																				

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
EBITDA	203.945	228.824	227.192	247.022	248.659	251.207	332.011	326.598	337.936	349.754	343.933	374.676	387.790	401.363	415.396	429.950	282.394	402.218		
Impostos	(8.381)	(9.465)	(9.475)	(9.960)	(11.044)	(11.278)	(12.028)	(12.558)	(12.994)	(13.448)	(13.919)	(14.406)	(14.910)	(15.432)	(15.972)	(16.531)	(10.868)	(12.380)		
Variação no Capital de Giro	550	1.142	463	438	1.444	517	999	774	671	694	719	742	769	796	825	852	(8.621)	(12.816)		
Fluxo de Caixa das Operações	195.718	220.502	227.280	237.495	238.149	240.446	320.981	314.728	325.613	337.010	348.794	361.013	373.669	386.727	400.340	414.271	262.905	485.015	495.015	

Capex	-	-	-	-	-	(487.572)	(156.357)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos	-	-	-	-	-	(487.572)	(156.357)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Desembolsos	(51.897)	(53.462)	(51.178)	(23.488)	(157.22)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(10.198)	(7.277)	(4.527)	(1.987)	(6.28)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	
Pagamento Juros	(2.751)	(1.386)	(1.028)	(422)	(1.14)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	
Outras Despesas	29	110	14.902	6.002	7.318	1.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Reserva	1.935	1.931	1.577	227	412	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	
Receita Financeira Conta Reserva	(52.854)	(61.155)	(46.465)	(15.155)	(8.794)	2.298	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	
Fluxo de Caixa de Financiamento	(52.854)	(61.155)	(46.465)	(15.155)	(8.794)	2.298	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	

Fluxo de Caixa para a Adinista	132.865	159.347	180.815	231.322	239.355	(14.496)	314.728	325.613	337.010	348.794	361.013	373.669	386.727	400.340	414.271	262.905	485.015	495.015	495.015	

Project Comerc - FCFE Projetado - Geração Distribuída															
4Q.2021															
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034		
EBITDA	28.359	183.442	304.966	298.694	316.125	333.442	343.750	354.516	365.618	377.068	383.852	406.186	418.906	433.024	
IR/CSLL	(3.523)	(22.970)	(36.994)	(36.993)	(38.007)	(40.610)	(41.823)	(43.088)	(44.393)	(45.281)	(46.765)	(47.921)	(49.218)	(50.767)	
Variação no Capital de Giro	(7.488)	(4.447)	(7.827)	215	(1.156)	(1.148)	(881)	(711)	(733)	(813)	(1.169)	(851)	(865)	(866)	
Fluxo de Caixa das Operações	17.347	156.024	257.145	262.316	276.362	291.683	301.246	310.716	320.492	330.574	345.917	357.414	368.823	380.391	
Capex	(118.326)	(454.934)	-	-	-	-	-	-	-	(7.579)	(5.042)	(1.515)	(63)		
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(118.326)	(454.934)	-	-	-	-	-	-	-	(7.579)	(5.042)	(1.515)	(63)		
Desembolsos	-	355.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização	-	(46.596)	(86.574)	(90.961)	(95.542)	(100.443)	(105.692)	(111.307)	(117.332)	(82.271)	(42.869)	(21.658)	-	-	
Pagamento Juros	-	(18.005)	(46.223)	(50.846)	(44.935)	(38.639)	(31.928)	(24.769)	(17.124)	(8.955)	(4.186)	(751)	-	-	
Outras Despesas	-	(12.682)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Conta Reserva	(2.320)	(55.178)	(7.705)	137	168	196	234	271	312	40.792	853	22.239	-	-	
Receita Financeira Conta Reserva	12	2.782	4.521	4.288	4.280	4.270	4.259	4.244	4.228	2.867	1.478	599	-	-	
Fluxo de Caixa de Financiamento	(2.308)	226.498	(135.981)	(137.382)	(136.029)	(134.615)	(133.128)	(131.560)	(129.916)	(47.568)	(44.724)	429	-	-	
Fluxo de Caixa para o Acionista	(105.287)	(72.412)	121.164	124.935	140.333	157.068	168.119	179.156	190.576	203.106	209.815	352.801	367.308	380.328	
Project Comerc - FCFE Projetado - Geração Distribuída															
	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047		
EBITDA	445.551	459.501	473.887	488.722	504.021	519.797	536.066	552.843	570.144	584.791	576.486	407.986	198.650		
IR/CSLL	(52.363)	(54.010)	(55.709)	(57.461)	(59.268)	(61.132)	(63.054)	(65.037)	(67.082)	(68.830)	(67.990)	(49.064)	(25.530)		
Variação no Capital de Giro	(893)	(921)	(949)	(979)	(1.009)	(1.041)	(1.073)	(1.107)	(1.141)	(964)	568	11.255	13.980		
Fluxo de Caixa das Operações	392.295	404.570	417.228	430.282	443.743	457.624	471.938	486.700	501.921	514.997	509.064	379.177	187.101		
Capex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fluxo de Caixa dos Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Desembolsos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamento Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receita Financeira Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fluxo de Caixa de Financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fluxo de Caixa para o Acionista	392.295	404.570	417.228	430.282	443.743	457.624	471.938	486.700	501.921	514.997	509.064	379.177	187.101		

Projeto Comerc - FCFE Projetado - Consolidado

4Q 2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038
EBITDA	46.475	338.642	789.653	1.048.193	1.081.881	1.113.501	1.134.132	1.148.321	1.178.624	1.208.821	1.237.321	1.278.501	1.328.472	1.359.776	1.410.260	1.450.394	1.488.845
IR/CSLL	(4.263)	(29.902)	(57.097)	(67.083)	(70.186)	(72.914)	(74.714)	(76.439)	(78.627)	(80.365)	(80.817)	(83.033)	(85.551)	(88.588)	(91.038)	(94.148)	(96.833)
Variação no Capital de Giro	(12.679)	(12.090)	(11.103)	(13.914)	(2.075)	(1.867)	(895)	(589)	(1.662)	(1.839)	(5.181)	(1.986)	(2.555)	(1.320)	(1.730)	(2.102)	(1.560)
Fluxo de Caixa das Operações	28.533	296.650	721.454	966.870	1.009.621	1.038.720	1.058.522	1.072.293	1.098.336	1.126.617	1.152.316	1.193.395	1.256.765	1.267.010	1.314.382	1.351.498	1.387.888
Capex	(688.437)	(3.522.071)	(1.069.482)	-	-	-	-	-	-	-	(11.834)	(11.422)	(48.616)	(20.374)	-	-	-
Fee de Desenvolvimento	-	-	(108.860)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(688.437)	(3.522.071)	(1.178.342)	-	-	-	-	-	-	(11.834)	(11.422)	(48.616)	(20.374)	-	-	-	-
Desembolsos	374.625	3.002.767	1.388.559	745.801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(156.772)	(156.406)	(739.547)	(1.070.042)	(309.933)	(326.354)	(342.399)	(362.634)	(385.376)	(367.485)	(332.177)	(332.579)	(339.610)	(357.114)	(380.607)	(275.573)	(175.636)
Pagamento Juros	(673)	(60.779)	(146.668)	(323.660)	(332.918)	(316.575)	(298.854)	(278.659)	(258.691)	(235.760)	(205.285)	(184.603)	(144.129)	(122.259)	(98.569)	(74.769)	(63.964)
Outras Despesas	(9.065)	(49.506)	(21.387)	(43.088)	(14.187)	(13.570)	(12.930)	(12.262)	(11.561)	(10.828)	(7.762)	(6.478)	(5.791)	(5.069)	(4.325)	(3.559)	(2.751)
Conta Reserva	(3.949)	(98.324)	(107.354)	(48.816)	(29.249)	(62.3)	(154)	(1.268)	(1.845)	(38.788)	(15.778)	(20.411)	(1.645)	10.689	5.437	(4.814)	11.856
Receita Financeira Conta Reserva	15	3.423	5.780	6.973	7.016	6.993	6.967	6.951	6.990	5.562	3.542	2.043	2.033	2.021	1.956	1.948	1.940
Fluxo de Caixa dos Investimentos	204.180	2.641.174	379.384	(733.453)	(679.272)	(650.128)	(647.369)	(648.870)	(650.543)	(569.724)	(545.607)	(500.856)	(476.608)	(476.984)	(486.338)	(340.097)	(164.230)
Fluxo de Caixa para o Adonista	(455.724)	(584.247)	(695.065)	233.418	330.349	388.592	411.153	423.423	447.793	556.893	557.775	640.043	638.533	739.583	828.023	1.011.362	1.233.638

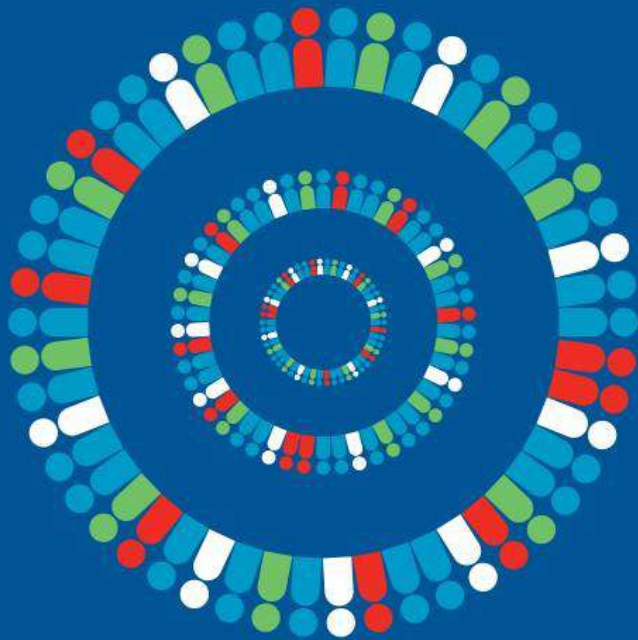
Projeto Comerc - FCFE Projetado - Consolidado

	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055
EBITDA	1.551.804	1.603.901	1.668.051	1.776.418	1.813.588	1.888.729	1.918.921	1.793.443	1.628.530	1.475.673	1.521.648	1.562.177	1.542.215	1.477.799	949.064	251.916	60.218
IR/CSLL	(103.066)	(106.317)	(109.841)	(114.998)	(117.911)	(121.982)	(122.771)	(105.631)	(83.942)	(60.317)	(62.225)	(63.875)	(63.261)	(60.970)	(38.340)	(10.888)	(2.385)
Variação no Capital de Giro	(1.571)	(2.696)	(3.532)	(3.935)	(1.365)	(2.957)	(445)	9.559	12.234	11.019	(1.751)	(1.288)	3.366	6.785	41.575	32.800	(12.818)
Fluxo de Caixa das Operações	1.447.166	1.494.888	1.555.277	1.657.486	1.694.311	1.763.790	1.795.705	1.697.371	1.556.808	1.426.375	1.457.671	1.497.013	1.482.399	1.423.614	952.300	273.848	45.016
Capex	-	-	-	-	(407.572)	(156.357)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fee de Desenvolvimento	-	-	-	-	(407.572)	(156.357)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desembolsos	(183.737)	(183.521)	(144.536)	(109.068)	(96.630)	(100.028)	(103.547)	(107.189)	(81.702)	(22.964)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(55.080)	(46.654)	(36.782)	(30.415)	(25.207)	(20.268)	(14.950)	(9.233)	(3.594)	(278)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Pagamento Juros	(1.896)	(1.003)	(412)	(114)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Outras Despesas	(1.881)	12.340	13.196	33.355	7.063	773	904	1.043	23.307	36.577	(0)	0	0	0	0	0	-
Conta Reserva	(1.881)	12.340	13.196	33.355	7.063	773	904	1.043	23.307	36.577	(0)	0	0	0	0	0	-
Receita Financeira Conta Reserva	1.937	1.583	733	416	4	4	4	4	2	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(240.657)	(216.266)	(167.801)	(105.826)	(114.770)	(119.519)	(117.589)	(115.375)	(61.987)	13.335	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Fluxo de Caixa para o Acionista	1.206.509	1.278.632	1.387.477	1.551.660	1.171.969	1.487.914	1.678.116	1.881.996	1.494.816	1.439.710	1.457.671	1.497.013	1.482.399	1.423.614	952.300	273.848	45.016

ANEXO II – INFORMAÇÕES SOBRE O AVALIADOR



APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL



An independent member of UHY International

UHY NO MUNDO

A UHY International, membro do *Forum of Firms*, é uma das maiores redes de auditoria e consultoria do mundo, sediada em Londres e presente em mais de 100 países.

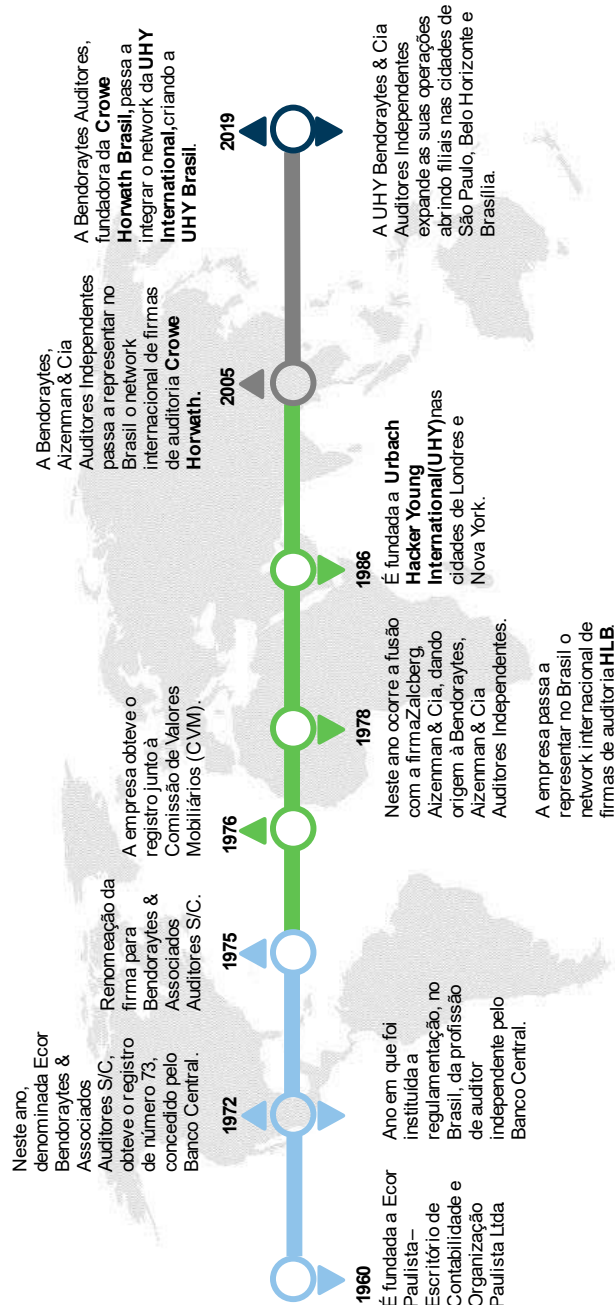
Sua estrutura conta com mais de 8.100 profissionais em mais de 320 escritórios, nos principais *key economic* centers do mundo.



An independent member of UHY International

The network for
doing business

A UHY BENDORAYTES



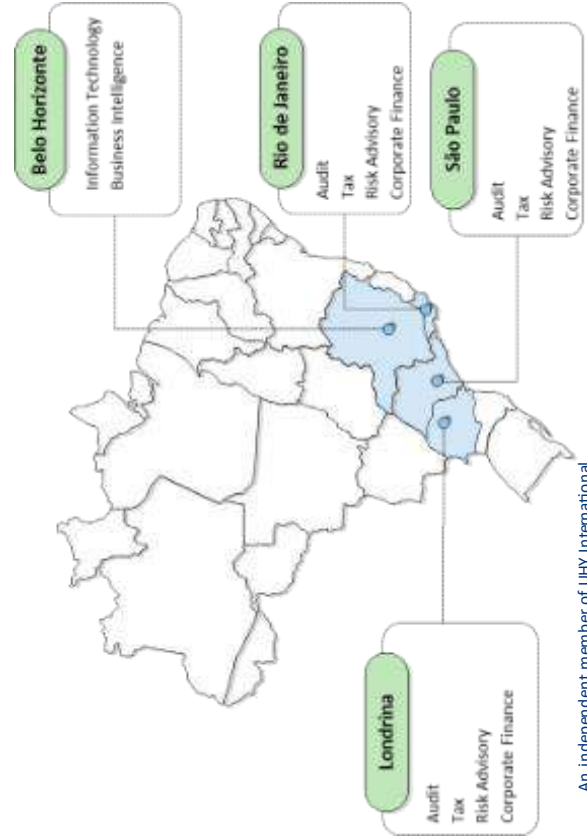
An independent member of UHY International

A UHY BENDORAYTES

UHY Bendoraytes em números

4 offices: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) and Londrina (PR).

Abrangência Nacional: **26** Estados e o Distrito Federal.



An independent member of UHY International

SOLUÇÕES E SERVIÇOS

Auditoria	Consultoria	Tributário
○ Revisão das demonstrações financeiras (com assecuração razoável e limitada); ○ Auditoria operacional e financeira ○ Auditoria de conformidade aos princípios e parâmetros dos Códigos ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento; ○ Auditoria de Lastro de recebíveis; ○ Assessoria na adoção da Lei 11.638/2007 e aos Pronunciamentos do CPC; ○ Assessoria na transição para o IFRS e USGAAP; ○ Auditoria de procedimentos pré-acordados; ○ Auditoria de triagem, sorteios e leilões.	○ Assessoria em Transações (M&A) ○ Due Diligence – contábil – trabalhista – fiscal; ○ Valuation (Laudo de avaliação econômica); ○ PPA - Purchase Price Allocation ○ Teste de Impairment ; ○ Suporte ao processo de Oferta Pública de Ações – IPO. ○ Avaliações Imobiliárias ○ Sucessão familiar; ○ Recuperação Judicial; ○ Enquadramento em programas de incentivo. ○ Melhoria de Performance ○ Turnaround, entre outros; ○ Governança Corporativa; ○ M&A Integration.	○ Planejamento Tributário e Sucessório; ○ Preços de transferência (Transfer pricing); ○ Reorganizações Societárias; ○ Planejamento Site Location ; ○ Emissão de Parecer Tributário; ○ Elaboração de Regimes Especiais; ○ Recuperação de Créditos Fiscais; ○ Obrigações Acessórias; ○ Assessoria para Expatriados.

An independent member of UHY International

SOLUÇÕES E SERVIÇOS

Contabilidade BPO – Business Professional Outsourcing	Riscos Global Risk Consulting	Tecnologia
○ Gerenciamento da execução contábil de acordo com os princípios da legislação societária brasileira (BR GAAP), USGAAP e IFRS; ○ Processamento e reproprocessamento contábil; ○ Cessão de mão de obra especializada nas áreas: financeira, contábil, tributária e trabalhista; ○ Apuração de tributos e elaboração das guias de recolhimento; ○ Elaboração da declaração de imposto de renda Pessoa Física (IRPF) e Pessoa Jurídica (DIPJ); ○ Processamento da folha de pagamento.	○ Prevenção à Corrupção ○ Auditoria Interna; ○ Governança corporativa; ○ Estruturação e avaliação dos controles internos; ○ Diagnóstico e Implementação de COSO 2013, Enterprise Risk Management (ERM), e COBIT; ○ Consultoria em segurança de sistemas de informação (TI); ○ SOX-404 ○ Compliance regulatório; ○ Políticas e procedimentos de controle interno; e ○ Fraude: detecção e prevenção.	○ Inteligência artificial; ○ Business Intelligence ; ○ Cybersecurity; ○ Big-Data; ○ Compliance com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); ○ Compliance com a Resolução nº 4.658/18 do Banco Central do Brasil: Política de Segurança Cibernética e Computação em nuvem; ○ IT Outsourcing; e ○ Retail Flux: Consultoria tecnológica para varejo.

An independent member of UHY International

SÓCIOS RESPONSÁVEIS PELO ESTUDO DE VIABILIDADE DOS
ATIVOS DE GERAÇÃO DA COMERC

Franklin Bendoraytes
Managing Partner



Av. Dr. Cardoso de Melo, 1608
Vila Olímpia – São Paulo – Brasil
Tel.: + 55.21.96707.1122
Tel.: + 55.11.4380.4267
franklin.bendoraytes@uhy-br.com

Resumo profissional

Profissional de finanças com mais de vinte anos de experiência em auditoria, consultoria, riscos e M&A para a variedade de empresas nacionais e multinacionais. Auditor Certificado, e credenciado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e Banco Central do Brasil. Profundos conhecimentos em IFRS e USGAAP, e experiência relevante em gestão de projetos.

Secondment to Estados Unidos (Chicago, IL) no segmento de serviços financeiros. Membro do Comitê de Infraestrutura da ABVCAP.

An independent member of UHY International

SÓCIOS RESPONSÁVEIS PELO ESTUDO DE VIABILIDADE DOS ATIVOS DE
GERAÇÃO DA COMERC

Carlos Bernardo Gonçalves
Corporate Finance Partner



Av. João Cabral de Mello Neto, 850
East Tower, grupo 1301 – Rio de Janeiro - Brasil
Direct: + 55.21.3030.4662
carlos.bernardo@uhy-br.com

Resumo profissional

Profissional de finanças com mais de quinze anos de experiência no mercado financeiro e de capitais nas áreas de M&A e Private Equity além de consultoria na área de Corporate Finance para uma variada gama de empresas nacionais e multinacionais. Economista formado pelo IBMEC, Especialização em Finanças Corporativas pela London Business School, Inglaterra e pós graduado em Business Administration and Management pela University of Manchester, Inglaterra.

Além das atividades na UHY Bendoraytes o Sr. Carlos Bernardo Gonçalves é *LATAM independent advisor* de firma líder global em consultoria com foco em hotelaria e turismo presente em mais 40 países. Adicionalmente é membro do Comitê Global de Business Development da UHY International, Membro do Comitê de Empreendedorismo, Inovação, Capital Semente e Venture Capital da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital – ABVCAP e Coordenador do Comitê de Auditoria de empresa listada na B3.

An independent member of UHY International

LET US HELP YOU ACHIEVE
FURTHER BUSINESS SUCCESS

UHY BENDORAYTES SP

São Paulo Office:

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1608 - Vila
Olimpia, 5 andar
São Paulo – SP, 04548-005

Phone +55 (21) 3030 4662

UHY BENDORAYTES RJ

Rio de Janeiro Office:

Av. João Cabral de Mello Neto, 850 - Barra
da Tijuca, Bloco 3, 1301 a 1305
Rio de Janeiro – RJ, 22775-057

Phone +55 (21) 3030 4662

UHY Bendoraytes is a member of Urbach Hacker Young International Limited, a UK company, and forms part of the international UHY network of legally independent accounting and consulting firms. UHY is the brand name for the UHY international network. The services described herein are provided by the Firm and not by UHY or any other member firm of UHY. Neither UHY nor any member of UHY has any liability for services provided by other members.”

© 2019 UHY Bendoraytes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	16
3.7 - Nível de Endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras Informações Relevantes	19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	23
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	66
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	67
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	69
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	71
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	73
4.7 - Outras Contingências Relevantes	75
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	76

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	77
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	86
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	87
5.4 - Programa de Integridade	93
5.5 - Alterações significativas	98
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	99

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	100
6.3 - Breve Histórico	101
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	104
6.6 - Outras Informações Relevantes	105

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	106
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	122
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	123
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	125
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	146
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	147
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	166
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	167
7.8 - Políticas Socioambientais	168
7.9 - Outras Informações Relevantes	169

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	201
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	202
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	203

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	204
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	205
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	206
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	207
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	229
9.2 - Outras Informações Relevantes	231
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	238
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	259
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	263
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	264
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	268
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	271
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	272
10.8 - Plano de Negócios	273
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	275
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	293
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	294
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	295
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	302
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	306
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	309
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	310
12.7/8 - Composição Dos Comitês	315

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	317
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	318
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	324
12.12 - Outras informações relevantes	325

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	327
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	333
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	337
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	339
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	344
13.6 - Opções em Aberto	345
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	346
13.8 - Precificação Das Ações/opções	347
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	349
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	350
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	351
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	352
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	353
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	354
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	355
13.16 - Outras Informações Relevantes	357

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	358
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	360
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	361

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	362
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	363
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	370
15.3 - Distribuição de Capital	372
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	373
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	375
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	382
15.7 - Principais Operações Societárias	383
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	386
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	401
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	403
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	408
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	411
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	414
17.2 - Aumentos do Capital Social	415
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	416
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	417
17.5 - Outras Informações Relevantes	418
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	419
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	420
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	421

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	422
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	423
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	424
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	425
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	426
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	427
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	428
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	429
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	430
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	431
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	434
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	435
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	436
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	437
20.2 - Outras Informações Relevantes	438
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	439
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	440
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	442
21.4 - Outras Informações Relevantes	443

1.0 - Identificação dos responsáveis**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Andre Dorf****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Fernando Souza Oliveira****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ANDRE DORF, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 14.379.624, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo ("SSP/SP"), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 170.751.778-93, na qualidade de Diretor Presidente da **COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 25.369.840/0001-57, com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 21º andar, Conjunto 211, Sala 5, Torre Norte, CEP 04543-907 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



ANDRE DORF

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

FERNANDO SOUZA OLIVEIRA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 238791, expedida pela Secretaria de Segurança Pública "SSP/PA", inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 423.782.652-04, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da **COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 25.369.840/0001-57, com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 21º andar, Conjunto 211, Sala 5, Torre Norte, CEP 04543-907 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



FERNANDO SOUZA OLIVEIRA

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data Início	13/11/2020		
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Comerc Participações Ltda. ("Companhia", atualmente denominada Comerc Participações S.A.) para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 31 de março e 30 de junho de 2021, respectivamente, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB; (iii) auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas especialmente preparadas para fins de registro referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB; (iv) auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Comerc para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB; e (v) auditoria das demonstrações financeiras intermediárias combinadas do Grupo Comerc, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB. A remuneração total dos auditores independentes no âmbito deste contrato foi de R\$ 1.350.000,00 para serviços relacionados a auditoria das demonstrações financeiras. Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço			
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Adilvo França Junior	13/11/2020	740.975.555-53	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte 7º andar, Via Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25730000, Fax (11) 25734910, e-mail: adilvo.franca@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui políticas ou procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou a objetividade de seus auditores independentes, nos termos do inciso III do artigo 2º da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003. Adicionalmente, não houve a transferência relevante de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, nos termos da Deliberação CVM nº 642, de 07 de outubro de 2010, e o CPC 05 (R1).

Todas as outras informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	329.481.000,00	205.234.000,00	48.240.000,00	36.572.000,00
Ativo Total	4.586.458.000,00	1.267.090.000,00	287.661.000,00	138.203.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.632.083.000,00	834.560.000,00	794.304.000,00	222.947.000,00
Resultado Bruto	21.324.000,00	39.690.000,00	44.373.000,00	5.791.000,00
Resultado Líquido	-29.006.000,00	-1.155.000,00	16.369.000,00	1.841.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	260.157.968	172.065.270	17.400.000	17.400.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,266500	1,192800	2,772400	2,101800
Resultado Básico por Ação	-0,092000	0,134600	0,441300	0,023200
Resultado Diluído por Ação	-0,09	0,13	0,44	0,02

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12 ("Instrução CVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pela depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não devem ser considerados isoladamente ou como alternativas e/ou substitutos do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos de nossa Companhia.

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia passou por um processo de reestruturação societária, por meio do qual a Companhia se tornou controladora da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Comerc Comercializadora"), da Comerc Energia Ltda. ("Comerc Energia"), da Comerc Gás Comercializadora Ltda. ("Comerc Gás"), da Comerc Power Trading Ltda. ("Comerc Power") e da Micropower Comerc Participações Ltda. ("MicroPower Participações") e deixou de ser controladora da DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. ("DOC 88") e da MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. ("MegaWhat", e a "Reorganização Grupo Comerc"). Consequentemente, as informações financeiras para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não são comparáveis, no que diz respeito à reestruturação societária, com o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o qual reflete o efeito dessa reestruturação societária.

Devido a reestruturação societária de 31 de dezembro de 2020, as empresas que passaram a ser controladas da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2021, contribuíram com receita operacional líquida de R\$1.259,9 milhões e prejuízo de R\$43,1 milhões ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Para mais informações sobre as reestruturações societárias ocorridas na Companhia, ver seção 15.7 deste Formulário de Referência.

3.2 - Medições Não Contábeis

Em 1º de janeiro de 2019, entraram em vigor as novas normas que regulam o tratamento contábil dos Arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isso, não são comparáveis, no que diz respeito à contabilização de arrendamentos, com o exercício social de 31 de dezembro de 2020 (não haviam contratos de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), os quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Os principais efeitos trazidos pela nova norma são: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização do passivo de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

Segue abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
EBITDA ^{(1) (2)}	-38.053	25.768	1.863	24.226	2.611
Margem EBITDA ^{(1) (2)}	-2,3%	6,5%	0,2%	3,0%	1,2%

⁽¹⁾ O EBITDA e a Margem EBITDA estão impactados pelos valores da marcação a mercado de instrumentos financeiros (contratos futuros de compra e venda de energia), que totalizaram despesa de R\$63.571 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, receita de R\$23.432 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, despesa de R\$8.347 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, receita de R\$4.033 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e receita de R\$5.005 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

⁽²⁾ Inclui os efeitos da reestruturação societária ocorrida em 31 de dezembro de 2020, em que as empresas Comerc Comercializadora, Comerc Energia, Comerc Power, Comerc Gás e Micropower Participações passaram a ser consolidadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021 e da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Para mais informações, ver, respectivamente, seções 15.7 e 10.4 deste Formulário de Referência.

Dívida Bruta e Caixa Líquido

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante).

O Caixa Líquido é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e resulta na Dívida Bruta da Companhia subtraída do caixa e equivalentes de caixa.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos Arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2)), emitidas pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para

3.2 - Medições Não Contábeis

refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isso, não são comparáveis, no que diz respeito à contabilização de arrendamentos, com as informações contábeis em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (não haviam contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019), as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

A Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras sociedades podem calcular a Dívida Bruta e o Caixa Líquido de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Segue abaixo os valores da Dívida Bruta e Caixa Líquido em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de reais)	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2021	2020	2019	2018
Dívida Bruta ⁽¹⁾	16.957	16.341	-	-
Caixa Líquido ⁽¹⁾	-202.429	-50.441	-23.967	-30.011

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	-29.006	15.500	-1.155	16.369	1.841
(+/-) Resultado financeiro líquido	447	-284	90	-767	-657
(+/-) Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro (corrente e diferido)	-14.906	10.328	983	8.293	1.423
(+) Depreciação e amortização	5.412	224	1.945	331	4
EBITDA ^{(1) (2)}	-38.053	25.768	1.863	24.226	2.611
Receita operacional líquida	1.632.083	397.871	834.560	794.304	222.947
Margem EBITDA ^{(1) (2)}	-2,3%	6,5%	0,2%	3,0%	1,2%

⁽¹⁾ O EBITDA e a Margem EBITDA estão impactados pelos valores da marcação a mercado de instrumentos financeiros (contratos futuros de compra e venda de energia), que totalizaram despesa de R\$63.571 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, receita de R\$23.432 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, despesa de R\$8.347 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, receita de R\$4.033 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e receita de R\$5.005 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

⁽²⁾ Inclui os efeitos da reestruturação societária ocorrida em 31 de dezembro de 2020, em que as empresas Comerc Comercializadora, Comerc Energia, Comerc Power, Comerc Gás e Micropower Participações passaram a ser consolidadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021 e da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Para mais informações, ver, respectivamente, seções 15.7 e 10.4 deste Formulário de Referência.

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta e Caixa Líquido

(Em milhares de reais)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (circulante)	250	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	3.762	-	-	-
Passivo de arrendamento (circulante)	3.518	3.850	-	-
Passivo de arrendamento (não circulante)	9.427	12.491	-	-
Dívida Bruta ⁽¹⁾	16.957	16.341	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-219.386	-66.782	-23.967	-30.011
Caixa Líquido ⁽¹⁾	-202.429	-50.441	-23.967	-30.011

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e a Margem EBITDA

Os Diretores da Companhia entendem que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho financeiro e operacional da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros; (ii) alterações na carga tributária sobre o lucro, bem como, (iii) pela depreciação e amortização, sendo uma medida não contábil normalmente utilizada por investidores e analistas de mercado.

Os Diretores da Companhia entendem que a Margem EBITDA é uma medição gerencial importante de suas operações, pois demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades operacionais do negócio e permite a comparabilidade entre os diversos períodos/exercícios.

Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA oferecem aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Essas medidas não contábeis não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos da Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta e Caixa Líquido

Os Diretores da Companhia entendem que a Dívida Bruta e o Caixa Líquido são medições que contribuem para a compreensão da condição financeira da Companhia, uma vez que mede o grau de endividamento da Companhia em relação à sua respectiva posição de caixa. Os Diretores da Companhia entendem que a medição da Dívida Bruta e Caixa Líquido é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa, dado que existe um montante em caixa e equivalentes de caixa que podem ser utilizados a qualquer momento para amortização da Dívida Bruta, dado que são ativos de liquidez imediata.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Ocorreram os seguintes eventos após a emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 aprovadas para emissão pelos membros da Administração da Companhia em 11 de agosto de 2021:

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 06 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem reservas ou oposições, aprovaram:

Grupamento da totalidade das ações da Companhia

Grupamento da totalidade das ações da Companhia de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias passarão a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 para 86.719.323 ações ordinárias, as quais serão distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, de forma a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

Criação do Plano de Outorga de Ações

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Participantes, sujeito a determinadas condições, com vistas a: (i) atrair e reter os conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia e de sociedades sob o seu Controle; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) estimular a permanência dos conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou das sociedades sob o seu Controle.

O Plano e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração, obedecidas as condições gerais e específicas deste Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito deste Plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia. Sendo que até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não foram outorgadas nenhuma ação no âmbito do Plano.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
(a) Regras sobre retenção de lucros	Em 2020, a Companhia era constituída sob forma de sociedade limitada. Dessa forma, os lucros e resultados teriam a destinação deliberada pela maioria dos sócios.	Em 2019, a Companhia era constituída sob forma de sociedade limitada. Dessa forma, os lucros e resultados teriam a destinação deliberada pela maioria dos sócios.	Em 2018, a Companhia era constituída sob forma de sociedade limitada. Dessa forma, os lucros e resultados teriam a destinação deliberada pela maioria dos sócios.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Constituição de Reserva de Lucros: R\$ 1.816 mil.	Constituição de Reserva de Lucros: R\$ 6.660 mil.	Constituição de Reserva de Lucros: R\$ 453 mil.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Constituição de Reserva de Lucros: 67,4%.	Constituição de Reserva de Lucros: 77,2%.	Constituição de Reserva de Lucros: 100,0%.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	Em 2020, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada. Dessa forma, seu contrato social previa que os lucros e resultados teriam a destinação deliberada pela maioria dos sócios com capital votante.	Em 2019, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada. Dessa forma, seu contrato social previa que os lucros e resultados teriam a destinação deliberada pela maioria dos sócios com capital votante.	Em 2018, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada. Dessa forma, seu contrato social previa que os lucros e resultados teriam a destinação deliberada pela maioria dos sócios com capital votante.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Em 2020, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada. Não havia política específica sobre distribuição dos resultados, a qual era deliberada por meio de Reunião de Sócios.	Em 2019, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada. Não havia política específica sobre distribuição dos resultados, a qual era deliberada por meio de Reunião de Sócios.	Em 2018, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada. Não havia política específica sobre distribuição dos resultados, a qual era deliberada por meio de Reunião de Sócios.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na legislação aplicável, não havia restrições quanto à distribuição de resultados pela Companhia.	Salvo pelo disposto na legislação aplicável, não havia restrições quanto à distribuição de resultados pela Companhia.	Salvo pelo disposto na legislação aplicável, não havia restrições quanto à distribuição de resultados pela Companhia.
(e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Durante o exercício de 2020, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Contrato Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020		Exercício social 31/12/2019		Exercício social 31/12/2018	
Lucro líquido ajustado	0,00	2.693.000,00		8.625.000,00		453.000,00	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	32.600000		22.800000		0,000000	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	-0,600000		33,900000		5,000000	
Dividendo distribuído total	0,00	877.000,00		1.965.000,00		0,00	
Lucro líquido retido	0,00	1.816.000,00		6.660.000,00		453.000,00	
Data da aprovação da retenção		25/07/2021		25/07/2021		25/07/2021	

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária							
Juros Sobre Capital Próprio							
Ordinária							
Ordinária							

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram declarados pela Companhia dividendos à conta de reserva de lucros de exercícios anteriores no valor de R\$1.816 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reserva de lucros.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reserva de lucros.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos ou reserva de lucros.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2021	4.256.977.000,00	Índice de Endividamento	12,92000000	
31/12/2020	1.061.856.000,00	Índice de Endividamento	5,17000000	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		250.000,00	1.011.000,00	2.000.000,00	750.000,00	4.011.000,00
Títulos de dívida	Garantia Real		3.518.000,00	7.912.900,00	1.515.100,00	0,00	12.946.000,00
Total			3.768.000,00	8.923.900,00	3.515.100,00	750.000,00	16.957.000,00
Observação							
As informações acima referem-se à soma das rubricas de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante) em 30 de junho de 2021, conforme apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.							

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		3.850.000,00	12.491.000,00	0,00	0,00	16.341.000,00
Total			3.850.000,00	12.491.000,00	0,00	0,00	16.341.000,00
Observação							
As informações acima referem-se à soma da rubrica de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2020, conforme apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos contratados.							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Informações complementares ao item 3.1. Informações financeiras

Grupamento de ações

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 6 de agosto de 2021, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias passou a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 para 86.719.323 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, de forma a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetar os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia. Em complementação às informações prestadas na seção 3.1, apresentamos abaixo o número de ações, valor patrimonial da ação e resultado básico e diluído por ação considerando os efeitos do grupamento de ações mencionado acima, ocorrido após a divulgação de nossas demonstrações financeiras intermediárias, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, como se o evento tivesse ocorrido no começo do período mais antigo apresentado:

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	329.481.000,00	205.234.000,00	48.240.000,00	36.572.000,00
Ativo Total	4.586.458.000,00	1.267.090.000,00	287.661.000,00	138.203.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.632.083.000,00	834.560.000,00	794.304.000,00	222.947.000,00
Resultado Bruto	21.324.000,00	39.690.000,00	44.373.000,00	5.791.000,00
Resultado Líquido	-29.006.000,00	-1.155.000,00	16.369.000,00	1.841.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	86.719.323	57.355.090	5.800.000	5.800.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	3,799395	3,578305	8,317241	6,305517
Resultado Básico por Ação	-0,2761	0,4036	1,3241	0,0695
Resultado Diluído por Ação	-0,27	0,40	1,32	0,06

Informações pro forma

Conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência, a Companhia pretende realizar, após seu registro de companhia aberta categoria "A" e antes do registro de sua oferta pública inicial de ações, a Reorganização Societária (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência). Por meio da Reorganização Societária, a Companhia irá adquirir participação societária nas Entidades Incorporadas (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência).

Desta forma, em complemento às informações apresentadas acima, sobre a Companhia, de forma a apresentar informação financeira complementar ao investidor, apresentamos abaixo as informações financeiras *pro forma* não auditadas, as quais foram compiladas e apresentadas:

- como se o Aumento de Capital e Incorporação, detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência, mediante o qual a DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda ("Doc 88") e a MegaWhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. ("MegaWhat") passam a ser subsidiárias integrais da Companhia tivesse ocorrido, em relação às demonstrações do resultado

3.9 - Outras Informações Relevantes

consolidado condensado *pro forma* não auditado, em 1º de janeiro de 2020, e em relação ao balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado, em 30 de junho de 2021;

- como se a Incorporação de Ações pela Companhia, detalhada no item 15.8 deste Formulário de Referência, mediante a qual Companhia irá realizar a incorporação das ações das seguintes sociedades, de forma que estas entidades passem a ser subsidiárias integrais da Companhia: (i) Ares Eyner Participações S.A., (ii) Ares 1 Participações S.A., (iii) Ares One Participações S.A., (iv) Ares 2 Participações S.A., (v) Mercury Renew Participações S.A., (vi) UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A, (v) Doc 88; e (vi) MegaWhat (em conjunto, as “Entidades Incorporadas”), tivesse ocorrido em relação às demonstrações do resultado consolidado condensado *pro forma* não auditado, em 1º de janeiro de 2020, e em relação ao balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado, em 30 de junho de 2021; e

- considerando que no processo da Reorganização Societária os atuais acionistas controladores do Grupo Comerc e das empresas do Grupo Perfin celebraram um acordo de acionistas por meio do qual determinaram os termos e condições do compartilhamento do controle da Companhia (“Acordo de Acionistas”). Quando implementada a Reorganização, os atuais acionistas da Comerc Participações e das empresas do Grupo Perfin exercerão o controle compartilhado da Companhia nos termos do Acordo de Acionistas, desta forma, a combinação das empresas do Grupo Comerc e do Grupo Perfin foi realizada com base nos valores patrimoniais de cada entidade.

As informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas foram elaboradas exclusivamente para fins ilustrativos e não pretendem representar o que os resultados reais consolidados das operações ou a posição financeira do Grupo Comerc teriam sido se as incorporações das empresas do Grupo Perfin, tivessem ocorrido nas datas assumidas, e, consequentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações consolidadas em períodos futuros ou da posição financeira consolidada da Companhia. Adicionalmente, as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas apresentadas neste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das entidades envolvidas.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Informações complementares ao item 3.2. Medições não contábeis

EBITDA Pro Forma

O EBITDA Pro Forma é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, considerando os eventos mencionados acima como se tais eventos tivessem sido consumados em 1º de janeiro de 2020 para fins das demonstrações do resultado consolidado condensado pro forma não auditado. O EBITDA Pro Forma consiste, portanto, no lucro líquido (prejuízo) *pro forma* ajustado pelo resultado financeiro líquido *pro forma*, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos *pro forma* e pelas despesas com depreciação e amortização *pro forma*.

Reconciliação do EBITDA Pro Forma

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021					Total Pro Forma
	Grupo Comerc (Histórico) ⁽¹⁾	Grupo Ares 1 (Histórico)	Ares 2 Participações (Histórico) ⁽²⁾	Mori Participações (Histórico)	Mercury Infra (Histórico)	
Resultado líquido do período	-33.872	-56.820	368.172	9.691	-33.867	235.217
(+) Resultado financeiro	615	55.212	17.245	-11.690	30.080	93.855
(+) Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - corrente e diferido	-16.535	349	197.698	398	-	179.716
(+) Depreciação e amortização	6.936	434	5.540	6.158	273	25.793
EBITDA	-42.856	-825	588.655	4.557	-3.514	534.581
Receita operacional líquida	1.637.819	17.539	6.366	5.325	327	1.667.376
Margem EBITDA	-2,6%	-4,7%	9.246,9%	85,6%	-1.074,6%	32,1%

⁽¹⁾ O EBITDA do Grupo Comerc está impactado pelos valores da marcação a mercado de instrumentos financeiros (contratos futuros de compra e venda de energia), que totalizaram despesa de R\$63.571 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

⁽²⁾ O EBITDA da Ares 2 Participações S.A. está impactado pelo ganho na remensuração da participação societária devida pela Ares 2 Participações S.A. na controlada em conjunto, a Mori Energia Holding S.A., anterior a aquisição da participação remanescente (obtenção do controle) no montante de R\$582.309 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

3.9 - Outras Informações Relevantes

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020						Total Pro Forma
	Grupo Comerc (Histórico) ⁽¹⁾	Grupo Ares 1 (Histórico)	Ares 2 Participações (Histórico)	Mori Participações (Histórico)	Mercury Infra (Histórico)	Ajustes Pro Forma	
Resultado líquido do exercício	4.792	-47.830	-47.171	-49.347	-14	26.161	-113.409
(+) Resultado financeiro	3.396	42.231	-17	31.619	-	7.178	84.407
(+) Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - corrente e diferido	-1.881	-	-	898	-	-6.581	-7.564
(+) Depreciação e amortização	10.458	61	-	4.721	-	19.355	34.595
EBITDA	16.765	-5.538	-47.188	-12.109	-14	46.113	-1.971
Receita líquida	3.180.290	-	-	10.053	-	-	3.190.343
Margem EBITDA	0,5%	0,0%	0,0%	-120,5%	0,0%	0,0%	-0,1%

⁽¹⁾ O EBITDA do Grupo Comerc está impactado pelos valores da marcação a mercado de instrumentos financeiros (contratos futuros compra e venda de energia), que totalizaram despesa de R\$15.252 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O EBITDA Pro Forma não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tampouco devem ser considerados isoladamente ou como alternativas e/ou substitutos do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos.

O EBITDA Pro Forma não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras empresas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, demonstrações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, reputação, e/ou liquidez da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por, entre outros motivos, qualquer dos fatores de risco descritos a seguir.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem lhe afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão lhe afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

Por fim, os riscos descritos nessa seção “4.1 Descrição dos fatores de risco” referem-se à Companhia, às suas atuais subsidiárias e às Entidades Incorporadas (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência), sendo certo que, as menções à “Companhia” nesta seção 4.1 incluem, em todos os casos, além da própria Companhia, as suas atuais subsidiárias e as Entidades Incorporadas, conforme aplicável.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A Companhia não pode garantir que as condições financeiras dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre e no Ambiente de Contratação Regulado serão observadas.

A Companhia celebra, no curso de seus negócios, contratos de compra e venda de energia com seus clientes no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), podendo celebrar cessão de montantes excedentes de energia e contratos de arrendamento de usinas com seus clientes no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”). Não há garantia que os clientes da Companhia honrarão com seus compromissos de pagamento no âmbito de tais contratos ou que as garantias prestadas pelas contrapartes da Companhia serão suficientes para honrar referidos compromissos de pagamento e/ou manter a Companhia indene por todas as perdas eventualmente incorridas.

A eventual inadimplência de clientes da Companhia poderá impactar negativamente seu fluxo de caixa e suas operações e, consequentemente, resultar em um impacto negativo relevante na sua situação financeira e em seus resultados.

A Companhia pode não ser capaz de realizar as operações de negociação e comercialização da energia de forma rentável.

Uma das principais atividades exercida pela Companhia, na data deste Formulário de Referência, consiste na negociação, aquisição e comercialização de energia elétrica no ACL.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A atividade de comercialização está sujeita a diversos riscos relacionados ao setor, tais como o risco de a contraparte dos contratos não arcar com os valores devidos, risco de descasamentos de prazo e volume dos contratos, riscos de variações abruptas e não esperadas no preço da energia no curto prazo, risco de descolamento entre submercados dos fornecedores de energia e consumidores, risco de flexibilidade consistente nas oscilações no consumo mensal frente a quantidade contratada, risco de sazonalização nas oscilações da curva de consumo mensal, riscos referentes ao descasamento da modulação horária dos contratos de compra e venda e riscos de escassez de tipos de energia específicas (tais como energia incentivada 0%, 50% ou 100%, entre outras), e riscos de indisponibilidade dos sistemas de transmissão e distribuição de energia.

Além dos riscos apontados, o modelo de formação de preços de energia poderá sofrer alterações no futuro, o que poderá, consequentemente, alterar os preços de longo prazo de energia e impactar negativamente a receita da Companhia e/ou de suas controladas, o que pode ocasionar a migração de consumidores do ACL para o ACR, bem como uma alteração na dinâmica atualmente verificada na migração de agentes consumidores entre ambientes de contratação de energia.

O modelo de negócio da Companhia está relacionado a diversos fatores, mas essencialmente o fator determinante para a aquisição de energia da Companhia decorre da possibilidade de o consumidor de energia eventualmente obter uma redução de custos em comparação à aquisição da energia distribuída no ACR. Por outro lado, existem diversos ônus, custos e riscos atrelados ao ACL para os consumidores de energia, tais como a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”), penalidades técnicas e desligamento no caso de descumprimento de obrigações. Em algumas hipóteses, os consumidores optam pelo ACL, mercado mais dinâmico e complexo em comparação ao atendimento pela distribuidora local, quando há necessariamente uma redução do custo da energia.

Nesse contexto, a Companhia também correrá o risco de não contabilização da energia contratada ou exposição ao mercado de curto prazo, que é precificado periodicamente pelo PLD, fixado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), caso determinada fornecedora descumpra alguma obrigação do contrato de compra de energia, fique inadimplente perante a CCEE ou tenha cancelada sua autorização de comercialização, com a consequente perda da autorização, resultando no posterior cancelamento total ou parcial do registro dos contratos de energia celebrados pela Companhia com tais fornecedoras, podendo resultar em penalidades regulatórias.

A estratégia de desenvolvimento de seus próprios projetos de geração de energia tem como base o spread histórico observado entre o preço praticado no ACL e no ACR, sendo certo que não há qualquer garantia que tal spread continuará a ser observado. Caso as expectativas da Companhia não se realizem, ou haja movimentos imprevistos de mercado e volatilidade no preço da energia, a Companhia pode ter uma redução de sua receita estimada, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre seus resultados, inclusive na sua capacidade de viabilizar projetos de geração adicionais.

A Companhia pode não ser capaz de gerar toda a energia a que se obrigou negociar contratualmente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Em seus contratos de compra e venda de energia elétrica, as subsidiárias da Companhia se obrigaram a gerar e entregar montantes determinados de energia elétrica. A diferença entre a energia gerada e a energia entregue pode ser atrelada, dentre outras situações, à: (i) incidência de recursos em intensidade diversa àquela considerada em estudos realizados na fase do projeto; e (ii) indisponibilidade dos equipamentos em nível superior aos índices de desempenho contratados. Caso não entregue o montante de energia elétrica contratado, a Companhia poderá ter uma redução de sua receita estimada, o que poderá afetar adversamente seu fluxo de caixa e resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a adquirir energia por meio da celebração de contratos de energia de curto prazo, normalmente mais custosos, ou por meio do mercado de curto prazo ou ACL para atender seus compromissos no âmbito de contratos de comercialização de energia, os quais, caso não atendidos na forma contratada, podem sujeitar a Companhia a encargos, indenizações e ressarcimentos previstos contratualmente, o que causaria um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. A concretização dos riscos acima poderá comprometer a rentabilidade financeira e a qualidade dos serviços da Companhia diante dos consumidores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia poderá não conseguir entregar a energia por ela gerada a preços e condições contratados no âmbito dos contratos de comercialização de energia, o que poderá resultar em um efeito adverso relevante em seus resultados.

A estratégia da Companhia é composta, dentre outros fatores, da entrega da energia oriunda de seus ativos de geração de energia a preços e condições contratados no âmbito dos contratos de comercialização de energia, o que envolve, dentre outros fatores, sua capacidade de implantar novos projetos e entregá-los nos prazos que tenham sido contratados junto aos seus clientes.

Durante a implantação de novos projetos de geração de energia elétrica (inclusive no âmbito daqueles que estão em desenvolvimento na data deste Formulário de Referência), a Companhia poderá enfrentar diversos obstáculos, incluindo mas não se limitando a fatores relacionados à pandemia da COVID-19, dentre os quais: (i) falhas e/ou atrasos na aquisição de equipamentos ou serviços necessários; (ii) aumento dos custos inicialmente estimados; (iii) dificuldades na obtenção de autorizações, outorgas, licenças ambientais, imobiliárias e governamentais necessárias, inclusive outorgas e autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), bem como na manutenção da validade das autorizações, outorgas, licenças ambientais, imobiliárias e governamentais existentes; (iv) mudanças nas condições de mercado que tornem os projetos menos rentáveis do que o previsto inicialmente; (v) impossibilidade ou demora para adquirir ou arrendar terras a preços atrativos, ou o aumento do preço das terras; (vi) impossibilidade e demora de encontrar e adquirir terras que apresentem situação regular e em cumprimento com as leis ambientais e imobiliárias brasileiras; (vii) incapacidade de desenvolver infraestrutura e atrair mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (viii) exposição a eventuais questionamentos e litígios que podem surgir a respeito dos projetos adquiridos pela Companhia; (ix) dificuldades na obtenção de financiamentos ou obtenção de financiamentos a custo mais elevados do que o que o originalmente previsto; (x) dificuldade em obtenção de acesso ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"), o que pode, conseqüentemente, comprometer a capacidade de escoamento de energia dos projetos de geração conduzidos pela Companhia; (xi) a exposição da Companhia a eventuais variações cambiais no fornecimento dos principais equipamentos requeridos para desenvolver seus projetos; e (xii) o comprometimento, integral ou parcial, da capacidade produtiva dos ativos de geração de energia da Companhia por condições adversas relacionadas a fatores climáticos, mecânicos e humanos.

Adicionalmente, no âmbito do desenvolvimento de novos projetos de geração de energia, os resultados da Companhia poderão ser afetados caso, após referidos projetos entrarem em operação comercial, conforme aplicável, os retornos gerados sejam inferiores ao esperado pela Companhia (i.e. caso a disponibilidade média efetiva dos painéis de energia solar e respectivos sistemas de transmissão associados for menor do que a estimada pela Companhia, resultando em geração a menor que aquela utilizada para elaborar seu plano de negócios e para tomar decisões de investimentos), ou a estruturação e/ou o desenvolvimento desses projetos demandem tempo ou investimentos maiores que os inicialmente projetados pela Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso nos resultados da Companhia.

Todos estes fatores podem implicar custos e despesas adicionais, que não estavam originalmente previstos para a implementação dos novos projetos de geração de energia elétrica pela Companhia, ou mesmo atraso na entrada em operação comercial desses projetos, que podem impactar a capacidade da Companhia de atender à demanda por energia elétrica contratada junto aos seus clientes.

As atividades de comercialização da Companhia estão sujeitas a perdas potenciais devido a variações de curto prazo nos preços de energia no mercado spot.

A Companhia está exposta aos preços do mercado de curto prazo, que podem ser mais altos do que os preços dos seus contratos de médio e longo prazo. No âmbito das operações de *trading*, a Companhia assume posições compradas ou vendidas de energia conforme sua estratégia e projeção de preços futuros, as quais estão sujeitas a uma grande volatilidade. Caso tais preços sofram uma variação relevante em um curto espaço de tempo, a rentabilidade da Companhia pode ser afetada.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As diferenças entre os volumes de energia gerada ou adquirida (oferta) e os volumes de energia vendida ou consumida (demanda) são liquidadas pela CCEE pelo PLD. O PLD é calculado para cada submercado e patamar de carga em base semanal, e baseia-se no Custo Marginal da Operação ("CMO"), limitado a valores mínimos e máximos definidos pela ANEEL. Os valores máximo e mínimo do PLD são revistos e estabelecidos a cada ano pela ANEEL. As variações nos preços de mercado de curto prazo podem levar a perdas potenciais na atividade de comercialização. Os fatores que poderão afetar o PLD incluem (i) variações na carga prevista e identificada; (ii) redução/aumento da afluência prevista e verificada; (iii) antecipações ou atrasos no início das operações de novos geradores e/ou transmissores; e (iv) variações na geração prevista e verificada de pequenas usinas. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial no PLD, o que poderá resultar no aumento de custos ou redução de receita na comercialização de energia da Companhia no curto prazo, e ainda poderá afetar negativamente o fluxo de caixa da Companhia.

Eventualmente poderá ocorrer, ainda, mudança da metodologia de formação de preço de uma estrutura de modelos computacionais para formação de preço por oferta. Essa alteração poderá mudar a volatilidade de preços de curto prazo e os preços de longo prazo.

Ademais, o risco de variação de preços de mercado pode afetar as posições das empresas de comercialização do grupo econômico da Companhia, com possível efeito relevante nas receitas e resultado do grupo econômico da Companhia como um todo.

A Companhia poderá não ser capaz de comercializar toda sua energia aos preços planejados.

Os projetos de geração de energia elétrica que eventualmente vierem a ser outorgados para a Companhia pela ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") não lhe conferem qualquer garantia presente ou futura de mercado consumidor favorável para a energia elétrica produzida. Os preços de energia elétrica estão sujeitos à variação de oferta e demanda usuais do mercado de energia.

A expansão do ACL poderá não ocorrer ou poderá ser inferior ao inicialmente estimado pela Companhia, especialmente caso não exista a esperada abertura gradual e total do mercado com a diminuição dos limites de contratação para consumidores de energia de que tratam a Portaria MME 465, de 12 de dezembro de 2019 ("[Portaria MME 465/2019](#)") o Projeto de Lei do Senado 232/2016 ("[PLS 232/2016](#)").

A Portaria MME 465/2019 autoriza a compra de energia de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN por consumidores com carga: (i) igual ou superior a 1.500 quilowatts ("kW"), a partir de 1º de janeiro de 2021; (ii) igual ou superior a 1.000 kW, a partir de 1º de janeiro de 2022; e (iii) igual ou superior a 500 kW, a partir de 1º de janeiro de 2023. Já o PLS 232/2016 dispõe que os consumidores de cargas superiores a 3.000 kW de energia poderão escolher livremente seu fornecedor, inclusive no ACL, sendo que em um prazo de 42 meses após a sanção da lei, todos os consumidores, independentemente da carga ou da tensão utilizada, poderão optar pelo ACL. Ambas as propostas de modernização do setor de energia podem não ser implementadas na sua totalidade ou parcialmente, bem como serem postergadas.

Além disso, caso haja um eventual aumento de demanda, em patamar igual ou superior ao estimado pela Companhia, tal demanda poderá ser atendida por concorrentes e/ou por outros projetos de geração de energia elétrica que não aqueles desenvolvidos pela Companhia, tais como geração térmica e hidrelétrica, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a entrar em operação no futuro.

Consequentemente, as vendas de energia elétrica nos valores planejados estão sujeitas à existência de demanda correspondente do mercado consumidor, que é representado principalmente por consumidores de energia elétrica no ACL, agentes comercializadores de energia elétrica e distribuidoras de energia, sendo que não é possível prever se haverá tal demanda. Caso não seja capaz de comercializar a totalidade da energia gerada ou, ainda que comercializando a totalidade da energia gerada, a Companhia não seja capaz de atingir os preços planejados, a Companhia pode ter uma redução de sua receita estimada, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não conseguir executar ou obter os benefícios esperados de seus planos de crescimento por meio de crescimento orgânico ou aquisições, incluindo a Reorganização Societária (conforme definida abaixo) o que pode afetar adversamente sua reputação e seus resultados.

A estratégia de negócios da Companhia, que inclui potencial expansão por meio de crescimento orgânico ou aquisições, pode não ser bem-sucedida por riscos e fatores, que fogem ao controle da Companhia.

Qualquer aquisição, consolidação, alienação ou novo modelo de negócio que a Companhia assumir ou iniciar pode afetar seus resultados operacionais, índice de alavancagem (*debt-to-capital ratio*) e despesas de capital, entre outros aspectos. Não é possível garantir a capacidade de identificar oportunidades adequadas de aquisição ou parceiros para consolidação de novos negócios, ou, caso identifique, que será capaz de aproveitar tais oportunidades de aquisição em termos aceitáveis ou acordar os termos para consolidação com tais parceiros.

Os projetos da Companhia em fase de estudo estão sujeitos a diferentes riscos e incertezas relativos à implementação de sua estratégia de negócios, pois a condução desses projetos dependerá do seu planejamento estratégico, da correta adoção de estratégias comerciais, financeiras, ambientais e logísticas, todas igualmente necessárias ao desempenho de suas operações. Além disso, a Companhia pretende implementar reorganização societária, conforme descrita no item 15.8 deste Formulário de Referência ("Reorganização Societária"), condicionada à precificação de sua oferta pública inicial de ações, sendo que a não efetivação da referida operação acarretará na não-incorporação pela Companhia de parte dos ativos de geração de energia elétrica descritos no item 9.2 deste Formulário de Referência, o que consequentemente terá impacto na receita consolidada da Companhia esperada para os próximos exercícios sociais.

As aquisições pretendidas pela Companhia, especialmente aquelas que envolvem empreendimentos de larga escala ou relacionadas à obtenção de novos projetos de geração distribuída, caso concretizadas (o que não pode ser garantido), expõem a Companhia a riscos que podem prejudicar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais, incluindo, entre outros, os riscos de que a Companhia deixe de obter benefícios esperados como relacionamentos com novos clientes, economia de custos, aceleração dos processos de conexão junto às distribuidoras ou aprimoramentos no fluxo de caixa e os riscos de desvio da atenção da administração dos negócios existentes, de dificuldades na integração de operações e pessoal adquiridos, de diminuição da liquidez e aumento significativo das despesas e alavancagem de juros da Companhia, de utilização de parcela significativa dos recursos disponíveis ou capacidade de empréstimo para financiar aquisições, o que pode levar a Companhia a incorrer ou assumir passivos imprevistos, perdas ou custos. A concretização de tais riscos pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de obter os benefícios esperados de seus planos de crescimento orgânico ou de aquisições e afetar adversamente sua reputação e desempenho operacional e financeiro.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução da sua estratégia de negócios devido à impossibilidade de, dentre outros: (i) concluir seus futuros projetos sem atrasos ou custos adicionais; (ii) expandir suas operações de acordo com a sua capacidade financeira; (iii) levantar recursos financeiros adicionais dentro dos termos previstos; e (iv) manter níveis desejados de eficiência operacional. Nesse cenário, a efetiva produtividade, investimentos, custos operacionais e estratégia de negócios da Companhia poderão se revelar inferiores àqueles estimados. Caso a Companhia não execute a sua estratégia de negócios nos termos originalmente esperados, a sua capacidade econômica e financeira poderá ser afetada de forma adversa.

O crescimento dos negócios e operações da Companhia pode ser adversamente afetado no caso de não obtenção de novos contratos de compra e venda de energia no ambiente de contratação livre.

O plano de negócios da Companhia compõe a obtenção de novos contratos no ACL, no qual qualquer participante, seja gerador, autoprodutor, comercializador, ou consumidor, quando atendidos os requisitos previstos para sua participação no ACL, pode atuar na programação e contratação de montantes de energia elétrica a qualquer momento, para qualquer período de fornecimento, independentemente de ação governamental, podendo, portanto, concorrer com a Companhia na obtenção de novos contratos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a Companhia não obtenha novos contratos no ACL, poderão sofrer redução na sua receita estimada, o que poderá impactar negativamente seu crescimento e seus resultados.

Os negócios e operações da Companhia podem ser adversamente afetados no caso de baixa adesão de novos consorciados no arrendamento de plantas de geração distribuída.

A Companhia visa a realizar o arrendamento de plantas para clientes em consórcio com o objetivo de que estes gerem sua própria energia, modalidade que pode não possuir interessados. Caso a Companhia não identifique interessados na modalidade de arrendamento em montante compatível com seu plano de negócios, a Companhia poderá também sofrer redução na sua receita estimada, seja por menor volume ou pela necessidade de redução em suas políticas de preço. Além disso, a depender dos termos dos instrumentos de ocupação dos imóveis a serem arrendados a terceiros, poderá ser necessário obter a prévia anuência, ou realizar prévia comunicação aos proprietários dos imóveis. Tais fatores poderiam impactar negativamente seu crescimento e resultados.

A construção, ampliação e operação das instalações e equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica envolvem riscos significativos que podem ensejar perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, ampliação, operação e manutenção de instalações e equipamentos destinados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica envolvem muitos riscos, incluindo: (i) incapacidade de obter e/ou renovar alvarás e aprovações necessários junto a autoridades governamentais e concessionárias de distribuição; (ii) indisponibilidade de equipamentos; (iii) interrupções de fornecimento; (iv) greves; (v) paralisações trabalhistas; (vi) perturbação social; (vii) interferências climáticas; (viii) problemas ambientais, regulatórios e/ou de engenharia não previstos; (ix) aumento nas perdas de energia elétrica, incluindo perdas técnicas e comerciais; (x) acidentes envolvendo trabalhadores e prestadores de serviços de terceiros, que poderão comprometer a integridade física de terceiros; (xi) atrasos operacionais e de construção, conexão ou custos superiores aos previstos; (xii) indisponibilidade de financiamento adequado; e (xiii) instabilidade e problemas envolvendo sistemas de tecnologia da informação nos serviços de gestão. Se a Companhia vivenciar esses ou outros problemas, poderá não ser capaz de gerar e distribuir, injetar ou compensar, conforme o caso, energia elétrica em quantidades compatíveis com o esperado, o que pode afetar de maneira adversa a sua situação financeira, os seus resultados operacionais e a sua capacidade de adimplir as obrigações contratuais.

A ocorrência de um ou mais destes eventos poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de gerar energia em quantidade compatível com suas obrigações perante seus clientes, o que pode ter um efeito relevante adverso na situação financeira e no resultado operacional da Companhia.

A estratégia de negócios e a operação dos ativos da Companhia poderá ser afetada por fatores adversos, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

A capacidade da Companhia está relacionada à forma de operação dos seus ativos operacionais. Adicionalmente, o crescimento da Companhia depende, dentre outros fatores, de sua capacidade de adquirir ativos operacionais e operá-los de maneira eficiente. A estratégia da Companhia depende também da entrega da energia oriunda de seus ativos a preços e condições contratados e eventual venda de energia contratada nos termos de seu plano de negócios, o que pode não ocorrer. Ainda, se a disponibilidade média efetiva dos aerogeradores, painéis de energia solar e respectivos sistemas de transmissão ou distribuição associados for menor do que a estimada pela Companhia para tomar decisões de investimentos em novos ativos, poderá haver um impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

O negócio da Companhia está também sujeito à sua capacidade de manter vigentes as licenças e as autorizações relativas à geração de energia elétrica incluindo suas autorizações junto à ANEEL, ao MME e às distribuidoras de energia, e licenças ambientais de seus empreendimentos/projetos/ativos junto aos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, o que pode não ocorrer. A não obtenção, manutenção ou não renovação tempestiva dessas licenças ou autorizações, conforme o caso, pode resultar em um efeito adverso relevante nas condições operacionais e financeiras da Companhia, além de sua imagem. Além disso, os resultados operacionais e financeiros da Companhia estão sujeitos a,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e podem ser afetados de forma adversa e relevante por, incertezas, contingências e riscos significativos em relação às Centrais de Geração Eólica (“CGEs”) e Usinas Fotovoltaicas (“UFVs”) em operação, podendo decorrer de uma série de fatores, notadamente: (i) incidência de recurso em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto; (ii) indisponibilidade de equipamentos em nível superior aos índices de desempenho de referência ou considerados nos respectivos planos de negócios; ou (iii) indisponibilidade da distribuidora no que se refere à manutenção da atividade da rede para injeção de energia.

Para maiores informações, vide o fator de risco abaixo intitulado “A Companhia e/ou suas controladas podem não conseguir obter, manter ou renovar tempestivamente as aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações necessárias junto às autoridades governamentais e concessionárias de distribuição para a condução de seus negócios, ou enfrentar atrasos materiais na sua obtenção/renovação”.

A Companhia está sujeita a riscos na operacionalização da entrega dos créditos de geração distribuída.

A operacionalização da entrega dos créditos de energia aos consumidores finais abrange uma série de procedimentos e trâmites internos da Companhia e/ou de suas subsidiárias. Estes procedimentos e trâmites estão sujeitos a falhas internas, tais como: (i) falhas na estrutura de rateio de energia entre consumidores finais encaminhada às concessionárias de distribuição, que podem conter proporções subótimas na divisão dos créditos entre consorciados ou cooperados, (ii) descasamentos entre as datas de envio das planilhas de rateio pela Companhia e os prazos praticados pelas concessionárias para leituras da geração executada nas usinas, entre outros. Adicionalmente, os procedimentos de rateio das concessionárias de distribuição podem divergir do previsto, em função de situações como: (i) divisão de créditos de forma divergente ao solicitado em decorrência de falha operacional, (ii) erros de leitura, tanto na unidade geradora quanto nas unidades beneficiárias, (iii) alterações nos processos de leitura, que levem, por exemplo, a faturamento pela média de consumo em determinado mês para posterior correção, e (iv) alterações em outros processos, como na forma de recebimento das planilhas de rateio.

Caso qualquer uma dessas falhas na operacionalização da entrega dos créditos se concretize, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de extrair as sinergias que planejou para suas subsidiárias.

O desenvolvimento operacional e financeiro da Companhia depende da obtenção de sinergias com as suas subsidiárias, incluindo, dentre outros aspectos, (i) a unificação dos esforços comerciais de venda de energia; (ii) a unificação dos esforços comerciais de compra de insumos e custos de produção; (iii) a unificação dos esforços de contratação de colaboradores; e (iv) a unificação dos custos e investimentos relativos às atividades de apoio (corporativas e *back office*).

A Companhia não pode garantir que as sinergias serão efetivamente obtidas e nem que resultarão no aumento do volume de vendas realizadas, bem como a redução de custos e despesas. Além disso, a Companhia pretende implementar a Reorganização Societária, condicionada à efetivação da precificação de sua oferta pública inicial de ações, e não pode garantir que as sociedades que terão suas ações por ela incorporadas na Reorganização Societária apresentarão sinergias, e nem garantir sinergias às sociedades atuais de seu grupo econômico, o que pode agravar o risco citado acima e afetar adversamente a Companhia.

Ainda, a etapa da Reorganização Societária que envolve a incorporação das ações da Ares One Participações S.A. (“Ares One”) pela Companhia pode não ser realizada, de forma que os ativos detidos pela Companhia após a Reorganização Societária podem não incluir a Ares One. Conforme detalhado no item 15.8 do Formulário de Referência, a incorporação das ações da Ares One pela Companhia está sujeita à obtenção de anuência prévia do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”). Caso, por qualquer motivo, até a data da conclusão do procedimento de *bookbuilding* de sua oferta pública inicial de ações tal anuência não seja obtida ou as dívidas às quais tal anuência está vinculada não sejam quitadas, a incorporação das ações da Ares One pela Companhia, a qual será objeto de aprovação em tal data, ficará condicionada e somente terá eficácia mediante a obtenção da anuência do BNB ou a quitação das referidas dívidas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dessa forma, caso a incorporação das ações da Ares One pela Companhia não ocorra, por qualquer motivo, a Companhia pode não extrair as sinergias que planejou para tal ativo ou conseguir executar ou obter os benefícios esperados de tal ativo e de seus planos de crescimento.

A Companhia pode precisar de recursos no futuro por meio de emissão de ações, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, o que poderá diluir a participação acionária de investidores nas ações na Companhia.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a busca por mecanismos de obtenção de capital adicional que possibilitem o desenvolvimento de novos ativos operacionais, dentre os quais a realização de novas emissões de valores mobiliários, inclusive ações. Portanto, a Companhia pode precisar captar recursos, inclusive por meio de distribuições públicas ou privadas de ações, na forma de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. Qualquer emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode diluir a participação de acionistas em seu capital social.

A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social e, caso a emissão seja realizada abaixo do valor contábil, poderá resultar também em uma diluição do valor contábil. Adicionalmente, ainda que a Companhia emita ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de emissão da Companhia sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação no capital social da Companhia.

A ocorrência de desastre natural, epidemia generalizada de saúde, pandemia ou outros surtos pode prejudicar significativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Além disso, a disseminação de doenças transmissíveis em escala global, como a pandemia de COVID-19, pode afetar o ânimo de investimento, causar interrupções e resultar em volatilidade esporádica nos mercados globais. Como resultado, a economia e as perspectivas brasileiras podem ser afetadas e, conseqüentemente, os negócios, condição financeira e preço de negociação das ações ordinárias da Companhia podem ser adversamente afetados.

Desastres naturais, como incêndios ou inundações, o surto de uma epidemia ou pandemia generalizada de saúde, como a pandemia de COVID-19 ou outros eventos, como guerras, atos de terrorismo, eventos políticos, acidentes ambientais, falta de energia ou interrupções na comunicação podem prejudicar significativamente os negócios da Companhia. Esses eventos também podem levar a Companhia a fechar temporariamente as instalações operacionais, o que prejudicaria gravemente as operações e os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Além disso, as vendas líquidas podem ser significativamente reduzidas na medida em que um desastre natural, epidemia ou pandemia de saúde, ou outro evento importante prejudique a economia do Brasil ou de outras jurisdições em que a Companhia opera. As operações da Companhia também podem ser gravemente interrompidas se consumidores de energia, concessionárias de distribuição, prestadores de serviços ou outros participantes forem afetados por desastres naturais, epidemias, pandemias ou outros eventos importantes.

Além disso, a disseminação de doenças transmissíveis em escala global, pode afetar o ânimo de investimento, causar interrupções e resultar em volatilidade nos mercados globais, potencialmente afetando a economia e as perspectivas brasileiras. A disseminação da pandemia de COVID-19 causou interrupções nos negócios, no mercado e nas viagens em todo o mundo e particularmente nas regiões infectadas. Aumentos no número de pacientes infectados no Brasil afetaram adversamente a economia brasileira e mundial, bem como os mercados financeiros. Novos aumentos no número de pacientes infectados no Brasil ou a determinação de políticas públicas com o intuito de combater ou restringir a disseminação do vírus podem fazer com que esses impactos sejam mais graves e afetem de forma mais aguda a economia brasileira e os mercados financeiros, conseqüentemente afetando de forma adversa a condição financeira, resultados operacionais e o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia. Por exemplo, residentes brasileiros, incluindo empregados da Companhia, que estão com suspeita de terem contraído uma doença transmissível como a COVID-19, estão sujeitos a quarentena.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A sociedade brasileira está sujeita à quarentena, como forma de combate à disseminação da COVID-19, de forma que o comércio e indústria têm diminuído suas atividades e operações. Além disso, a pandemia da COVID-19 já interrompeu os padrões de consumo e comércio, cadeias de suprimentos e processos de produção em escala global.

A partir de 18 de março de 2020, 100% dos colaboradores da Companhia migraram para o regime de trabalho remoto, sendo que a maioria permanece em tal regime na data deste Formulário de Referência. Além disso, A Companhia conta com terceiros para fornecer equipamentos utilizados nas instalações, bem como para conduzir parte das operações, sendo que tais terceiros podem ser afetados adversamente pela pandemia da COVID-19 e a falha de um ou mais fornecedores poderá afetar as atividades, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia de maneira adversa. Qualquer surto adicional poderia restringir as atividades econômicas em geral nas regiões afetadas no Brasil, resultando em volume de negócios reduzido, fechamento temporário das instalações da Companhia ou de outras empresas ou, de outra forma, interromper as operações comerciais. Para a Companhia, os efeitos adversos da pandemia da COVID-19 e de qualquer surto adicional poderá potencializar os demais riscos descritos neste item 4.1. O quanto as consequências da pandemia da COVID-19 afetarão os resultados a Companhia, dependerá de desenvolvimentos futuros altamente incertos e que não podem ser previstos, como qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade da COVID-19, o potencial de disseminação para outras regiões e as ações para conter da COVID-19 ou tratar seu impacto, entre outras. Para maiores informações sobre o impacto do COVID-19 nas atividades da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Interrupções das operações ou degradação da qualidade dos serviços da Companhia poderão ter efeito adverso sobre seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A operação de complexos sistemas de geração de energia elétrica envolve diversos riscos, não se limitando a dificuldades operacionais e interrupções inesperadas, causadas por acidentes, quebras ou falhas de equipamentos ou processos, desempenho abaixo dos níveis esperados de disponibilidade e eficiência dos ativos e de suas estruturas de conexão, catástrofes como explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem, vandalismo, entre outros eventos similares, que podem inclusive resultar em danos e até morte de colaboradores, clientes e/ou terceiros. Além disso, decisões operativas por parte das autoridades responsáveis pela rede de energia elétrica, pelo meio ambiente, pelas operações e outras questões que afetem a geração de energia elétrica podem ter efeito adverso relevante sobre o funcionamento e rentabilidade das operações dos sistemas de geração da Companhia, afetando negativamente seus negócios e resultados.

Os ativos de geração de energia eólicos e solares podem não ter o desempenho esperado e/ou não serem implementados dentro do cronograma esperado.

Os parques eólicos e solares de geração de energia elétrica da Companhia têm sua capacidade de geração de energia elétrica baseada em critérios técnicos que levam em conta diversas variáveis, incluindo capacidade dos equipamentos e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, incidência do vento e do sol, fatores meteorológicos, indisponibilidade de aerogeradores ou painéis solares, capacidade de conexão ao sistema elétrico nacional.

Além disso, correntes de vento podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem, todos fora do controle da Companhia e que podem trazer efeitos adversos inestimáveis para a Companhia. Caso as estimativas da Companhia acerca do regime de ventos não se concretizem no futuro, as usinas eólicas da Companhia poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

De forma análoga, os índices de irradiação solar podem variar sujeitos a uma série de fatores, tais como pluviosidade, temperatura do ar, níveis de evaporação, variações no espectro de massa de ar, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem, todos fora do controle da Companhia e que podem trazer efeitos adversos inestimáveis para a Companhia. A performance

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

destes ativos também é afetada por características climáticas como temperatura, velocidade do vento, nível de poeira local, dentre outros. Caso as estimativas da Companhia acerca dos índices de incidência de irradiação solar não se concretizem no futuro, as usinas fotovoltaicas da Companhia poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

Os ativos podem não gerar o volume de energia elétrica esperado, seja por motivos técnicos ou meteorológicos. É possível, ainda, que os ativos sofram com períodos de indisponibilidade ou restrições de capacidade de escoamento do sistema de transmissão ou distribuição por decisão do Operador Nacional do Sistema - ONS ou outros fatores de curtailment ou constrained-off implicando no impedimento dos ativos de entregarem a energia elétrica em montante suficiente para cumprir as obrigações assumidas, o que poderá afetar adversamente o fluxo de caixa e resultados operacionais da Companhia.

Por fim, referidos projetos devem ser implementados dentro de um cronograma, conforme definido no plano de negócios da Companhia bem como estabelecido pelos órgãos reguladores. O não atendimento de referido cronograma de implementação pode resultar em custos e despesas adicionais à Companhia que não estavam originalmente previstas, ou mesmo atraso na entrada em operação comercial desses projetos, que podem impactar a capacidade da Companhia de atender à demanda por energia elétrica contratada junto aos seus clientes, seja no âmbito de contratos de comercialização ou no âmbito de metas de produção estabelecida para projetos de geração distribuída. Nesse sentido, a Companhia pode sofrer perdas financeiras caso os ativos não gerem o volume de energia esperado dentro do prazo inicialmente estipulado.

A Companhia poderá não ser capaz de realizar o arrendamento de suas usinas de geração distribuída aos preços planejados.

Os projetos de geração distribuída que vierem a obter pareceres de acesso e serem conectados junto às concessionárias de distribuição não conferirão à Companhia qualquer garantia presente ou futura de mercado consumidor favorável para o seu arrendamento junto a clientes consumidores finais. Os preços de arrendamento estão sujeitos à variação de oferta e demanda usuais do mercado consumidor, de modo que pode haver variação entre os preços de arrendamento atualmente praticados e aqueles a serem contratados no futuro. Esta variação pode, inclusive, ser impactada por qualquer alteração regulatória que promova uma nova dinâmica na migração de agentes entre ACR e ACL. Dessa forma, caso o mercado consumidor não seja favorável ou os preços de arrendamento variem de forma desfavorável para a Companhia, seus resultados poderão ser negativamente afetados de forma relevante.

Outros fatores que influenciam o preço do arrendamento de usinas de geração distribuída estão relacionados a: (i) evolução dos ajustes periódicos das tarifas da concessionária nos negócios de geração distribuída; (ii) incidências de tributos, de todas as esferas e espécies, no consumo compensável; (iii) mudanças regulatórias que afetem as componentes tarifárias compensáveis via geração distribuída; e (iv) quaisquer mudanças regulatórias que venham a afetar o Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

A concretização de qualquer um dos riscos acima mencionados poderá ter um impacto adverso nos negócios e resultados da Companhia.

A implementação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exigirá capital adicional que pode não estar disponível ou, caso disponível, poderá não estar em condições favoráveis para a Companhia.

A implementação da estratégia de negócios da Companhia demandará o investimento em novos projetos de energia. Será necessário que a Companhia busque capital adicional, quer mediante a emissão de títulos de dívida, valores mobiliários, securitizações, contratação de empréstimos ou ainda mediante a emissão de novas ações. A capacidade futura de captação de capital pela Companhia dependerá de sua rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica mundial e brasileira. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso disponível, possa não estar em condições favoráveis para a Companhia. A restrição à captação em condições

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

aceitáveis à Companhia poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus resultados e negócios. Ademais, ao recorrer a endividamento, os riscos associados à alavancagem financeira da Companhia poderão aumentar, tais como, mas não se limitando à possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso relevante sobre seus resultados e negócios.

Ainda, os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores.

A impossibilidade de obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar, impedir a expansão ou afetar adversamente os negócios da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia, podem resultar em danos à reputação e às operações da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação e dos sistemas de processamento de hardware e software para o funcionamento eficiente do seu negócio. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem ser vulneráveis às interrupções de serviço e às violações de segurança por hackers, os quais têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos e cujo risco poderá ser acentuado com o aumento de processos e transações de forma remota em decorrência do distanciamento social decorrente da pandemia de COVID-19.

Incidentes de segurança cibernética podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas/redes da Companhia e, portanto, resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou dados pessoais de seus clientes, colaboradores, fornecedores e terceiros e/ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, ou ainda, na divulgação de segredos comerciais e/ou outras informações comerciais sensíveis para Companhia, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros e a reputação da Companhia.

Além disso, os sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como por exemplo na apuração e contabilização do faturamento, podem sofrer interrupções ou falhas, causadas por desastres naturais, acidentes, ataques de hackers, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, mau funcionamento, atos mal-intencionados e outros fatores que estão fora do controle da Companhia. Eventuais falhas ou interrupções nos sistemas de tecnologia da informação, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade da Companhia junto ao mercado.

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros que a Companhia possui contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros podem resultar em prejuízos, o que poderá impactar negativamente sua situação financeira e resultados operacionais.

Períodos prolongados de trabalho remoto, bem como realização de demais processos e transações de forma remota e/ou eletrônica, que vierem a ser necessários em virtude da pandemia de COVID-19 ou implantados a exclusivo critério da Companhia, também podem aumentar riscos operacionais da Companhia, incluindo, mas não limitado a, riscos relacionados à segurança cibernética, o que pode prejudicar a capacidade de gerenciar e operar os negócios da Companhia, podendo exigir investimentos adicionais inesperados e, como consequência, impactar os resultados da Companhia.

Diante da própria natureza da internet e de sistemas informáticos, não é possível garantir que não ocorrerão falhas de segurança como as aqui descritas. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua reputação e, portanto, em perdas financeiras para a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A aquisição de novos projetos pode trazer riscos à Companhia, em razão de seu conhecimento limitado acerca de todas as contingências a eles relacionadas.

No âmbito da aquisição de novos projetos, a Companhia pode não ser capaz de conduzir procedimentos de auditoria completos tanto nas sociedades titulares dos respectivos projetos, quanto nos projetos em si, ou de prever a integralidade da potencial exposição processual existente, de modo que a materialização de contingências que não tenham sido mapeadas (ou tenham sido mapeadas a menor) durante a aquisição poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia, bem como poderá gerar danos reputacionais a depender da matéria tratada.

Considerando a possibilidade de ocupação de ativos imobiliários localizados em qualquer parte do território nacional no âmbito da aquisição de novos projetos, a Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsabilizados por eventuais contingências e passivos (ambientais, tributários, regulatórios, dentre outros) que recaiam sobre estes imóveis, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais, financeiros e a imagem da Companhia.

Dentre os eventuais riscos envolvendo ativos imobiliários, aos quais a Companhia e/ou suas controladas poderão estar sujeitas, encontram-se, sem exclusão de outros riscos, os passivos e contingências de natureza (i) ambiental (tanto em relação a autorizações, licenças e outorgas ambientais, quanto em relação a aspectos de conformidade ambiental, tais como manutenção de áreas especialmente protegidas, qualidade do solo e águas superficiais e subterrâneas); (ii) tributária (decorrentes de débitos relacionados ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e às taxas condominiais, conforme o caso); e (iii) complexidade das obras necessárias para conexão dos projetos.

Adicionalmente, a ocupação, a qualquer título, de novos ativos imobiliários no âmbito do desenvolvimento de seus projetos pode sujeitar a Companhia a perdas relacionadas ao pagamento de indenizações não previstas e/ou outras perdas relacionadas à questão fundiária, visto que a regularização da propriedade de imóveis rurais é um processo moroso, que pode envolver processos judiciais, especialmente em regiões onde há forte presença de movimentos sociais. Adicionalmente, as sociedades titulares dos respectivos projetos poderão não estar totalmente adimplentes com licenças, alvarás, autos e outras autorizações governamentais necessárias para o desenvolvimento dos projetos, o que poderá impactar a sua implementação, além de afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros, bem como a imagem da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e à proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que entraram em vigor posteriormente, em 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras disposições, os direitos dos titulares de dados pessoais, os fundamentos jurídicos aplicáveis à proteção de dados pessoais (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação a transferências internacionais de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação vigente aplicável e estão sujeitos a incidentes de segurança da informação, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

também é necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais.

Em relação às sanções administrativas, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias podem estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Além das mencionadas sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD também tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva atuação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, desde já a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Ademais, a Companhia deve observar os requisitos de segurança da informação previstos na legislação aplicável de proteção de dados, mas não pode garantir que os cumprirá em sua totalidade, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A construção, operação e ampliação das instalações e equipamentos destinados à transmissão, distribuição e geração de energia elétrica da Companhia envolvem riscos significativos, que poderão resultar em perda de receita ou aumento de despesas.

O crescimento da receita da Companhia depende significativamente de sua capacidade de alocar capital eficientemente e de desenvolver e explorar suas instalações, bem como de adquirir e renovar suas autorizações e permissões.

As atividades de construção, operação e ampliação de instalações e equipamentos destinados à transmissão e geração de energia elétrica envolvem diversos riscos, incluindo: (i) a incapacidade ou dificuldade de obter as autorizações e licenças governamentais necessárias e aplicáveis aos negócios da Companhia e de suas controladas; (ii) exigências e restrições ambientais ou alterações na legislação ambiental ensejando a criação de novas obrigações e custos aos projetos; (iii) indisponibilidade de equipamentos ou de mão-de-obra qualificada; (iv) incapacidade de obter ou manter a posse, servidões e/ou a titularidade dos imóveis necessários para a implantação dos projetos dentro dos prazos e preços inicialmente previstos, seja por atrasos nos procedimentos de regularização fundiária, no arrendamento de terras, ou ainda, por dificuldade de obtenção de ordem judicial para imissão de posse nos imóveis, eventuais problemas na cadeia dominial ou constrição

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de qualquer natureza dos imóveis que a Companhia e/ou suas controladas ocupam que gerem discussões sobre os contratos que legitimam a sua ocupação dos imóveis e/ou que comprometam a sua regular ocupação; conflitos com os proprietários dos imóveis que a Companhia e/ou suas controladas ocupam, bem como com proprietários de imóveis adjacentes ou terceiros, inclusive decorrentes de queixas de ruído ou outros tipos de incômodo, dentre outros fatores; (v) sinistros que venham a ocorrer com a Companhia e/ou suas controladas provenientes de problemas de equipamentos ou outros tipos de sinistros quaisquer; (vi) problemas ambientais não previstos, os quais podem gerar a necessidade de adoção de medidas compensatórias e investimentos de valores significativos nos projetos da Companhia e de suas controladas; (vii) demandas judiciais e administrativas questionando a validade dos processos de licenciamento ambiental das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e demandando a anulação das licenças ambientais emitidas pelo poder público e pagamento de indenizações em quantias significativas; (viii) danos à força de trabalho da Companhia, aos empreiteiros, às comunidades locais ou ao público em geral; (ix) greves, paralisações, manifestações trabalhistas ou outras disputas ou interrupções de trabalho; (x) interferências climáticas e/ou hidrológicas, tais como secas e geadas; (xi) interrupção no fornecimento de energia e aumento nas perdas técnicas de energia; (xii) movimentos sociais organizados, tais como, reivindicações de reassentamento de terras ou outras manifestações de instabilidade social; (xiii) concessão de benefícios e compensações ou indenizações; (xiv) atrasos na construção e operação das instalações ou custos superiores aos previstos; (xv) indisponibilidade de financiamento adequado às necessidades da Companhia; (xvi) dificuldade ou inviabilidade de aquisição ou instituição e manutenção de servidão de passagem ou áreas de implementação dos empreendimentos em propriedades de terceiros, incluindo a inviabilidade de lavratura e/ou registro das escrituras públicas de instituição de servidão de passagem; (xvii) dificuldade de regularização de documentação que comprove a propriedade da terra e a sua regularidade perante os órgãos competentes, tais como Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ("INCRA") e Corpo de Bombeiros; e (xviii) intervenção e acompanhamento dos órgãos competentes do governo, tais como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ("IPHAN") e Fundação Nacional do Índio ("FUNAI"), além dos órgãos gestores das Unidade de Conservação – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMBio"), dentre outros.

Se qualquer um destes ou outros problemas ocorrerem individualmente ou em conjunto, é possível que a Companhia enfrente custos operacionais e/ou financeiros adicionais que resultem na perda de receita ou no aumento de despesas, bem como na perda de suas licenças e autorizações, o que pode afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Atrasos na construção dos parques eólicos e solares das subsidiárias da Companhia podem afetar adversamente a condição financeira da Companhia.

Parte dos parques eólicos e solares das subsidiárias da Companhia está em fase de implantação e a Companhia não consegue estimar se e quando serão finalizados. A construção ou expansão de referidas instalações envolve vários riscos, incluindo aqueles oriundos de falhas de engenharia, construção, embargo governamental, danos ambientais, ferimentos ou morte de colaboradores, parceiros ou terceiros e outros desafios significativos que podem atrasar ou impedir a operação bem-sucedida de um projeto ou aumentar significativamente seu custo. A viabilidade de conclusão com sucesso qualquer projeto de construção ou expansão, principalmente dentro do cronograma, também pode estar sujeita a financiamento e outros riscos de caráter financeiro. A Companhia pode incorrer em custos adicionais se não for capaz de concluir qualquer projeto de construção ou expansão no prazo ou dentro do orçamento planejado ou, ainda, se não for capaz de cumprir com todas as exigências da legislação ou das autoridades governamentais competentes (por exemplo, obtenção das devidas licenças). A Companhia não pode garantir que nenhum desses custos adicionais terá um efeito adverso relevante sobre seus negócios e, conseqüentemente, sua condição financeira.

Na hipótese de existirem áreas construídas e edificadas nos imóveis sem a autorização prévia da Prefeitura Municipal competente, ou em desacordo com os respectivos projetos aprovados, poderão existir riscos e passivos para os imóveis e para a Companhia, caso referidas áreas não sejam passíveis de regularização e venham a sofrer fiscalização pelos órgãos responsáveis. Eventuais irregularidades na área construída perante a Prefeitura Municipal, incluindo a falta de emissão do respectivo Habite-se podem: (i) impedir a averbação da construção e o registro de instrumentos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contratuais nas respectivas matrículas dos imóveis de terceiros ocupados; (ii) inviabilizar a emissão de licenças de funcionamento e outras licenças necessárias à operação dos imóveis; (iii) a recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial; (iv) causar a aplicação de multas pela administração pública, e, no pior cenário, (v) dar ensejo à interdição dos imóveis, podendo ainda, culminar na determinação de demolição de áreas construídas de forma irregular, o que poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais dos imóveis e, consequentemente, o patrimônio e rentabilidade da Companhia.

As subsidiárias da Companhia não são proprietárias dos imóveis nos quais são instalados seus empreendimentos. Assim, as subsidiárias da Companhia podem não ser capazes de renovar ou manter em vigor os contratos que lhes garantam a posse após o decurso do prazo de sua vigência.

As subsidiárias da Companhia não são proprietárias dos imóveis nos quais são instalados seus empreendimentos, sendo detentoras da posse das áreas por meio de contratos de locação, arrendamento rural, concessão de direito de superfície, servidão de passagem e cessão de uso. Assim, existe um risco de que a posse de qualquer dos imóveis ocupados pelas subsidiárias da Companhia seja interrompida, mediante, por exemplo, rescisão, em hipóteses específicas de inadimplemento contratual pelas subsidiárias da Companhia, dos contratos celebrados, ou não renovação dos contratos pelos proprietários, fatos que podem causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e negócios. Adicionalmente, parte dos contratos celebrados pela Companhia e por suas subsidiárias podem ser rescindidos em caso de alienação do imóvel a terceiros, o que poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e negócios.

Por fim, parte dos instrumentos de ocupação (escrituras de superfície, contratos de locação, cessão de uso e arrendamento) referentes aos imóveis em que estão situadas usinas operadas pelas Subsidiárias do Grupo Mori, o Complexo Eólico Rio do Vento II e os Parques Eólicos Rio do Vento Expansão não estão devidamente registrados perante o competente Cartório de Ofício de Registro de Imóveis. Assim, não é possível afastar o risco de que eventuais terceiros questionem a posse das Subsidiárias decorrentes de tais instrumentos. ***A Companhia e/ou suas controladas podem não conseguir obter, manter ou renovar tempestivamente as aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações necessárias junto às autoridades governamentais e concessionárias de distribuição para a condução de seus negócios, ou enfrentar atrasos materiais na sua obtenção/renovação.***

A Companhia e/ou suas controladas dependem da obtenção de diversas aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações na condução de seus negócios, e poderá encontrar dificuldades em obter novas aprovações, licenças e/ou autorizações ou renovar as existentes em atendimento à legislação e regulamentação aplicáveis ao seu negócio.

As licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações exigem, entre outros, que a Companhia e/ou suas controladas informem periodicamente o cumprimento de regras e eventuais condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes. Qualquer falha na obtenção, manutenção ou renovação tempestiva de tais licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações, bem como a ocorrência de atrasos por parte dos órgãos reguladores e administrativos na análise das solicitações da Companhia e/ou suas controladas, poderá fazer com que a Companhia e/ou suas controladas sejam impedidas de implementar e/ou desenvolver suas atividades, gerando, consequentemente, um impacto negativo em seus resultados.

Além disso, a Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas a fiscalizações realizadas periodicamente por tais órgãos, as quais visam averiguar se estão cumprindo com as obrigações estabelecidas na regulamentação aplicável. Ainda, a Companhia e/ou suas controladas poderão não conseguir continuar a cumprir as condições exigidas para a manutenção/concessão de tais aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações. Caso, no âmbito de tais fiscalizações, seja constatado qualquer descumprimento às regras aplicáveis por parte da Companhia e/ou suas controladas, as licenças e autorizações necessárias às atividades da Companhia e/ou suas controladas poderão ser revogadas ou suspensas e a Companhia e/ou suas controladas estarão sujeita a multas e aplicação de outras penalidades administrativas, o que poderá resultar em um efeito negativo em seus resultados. Em se tratando de licenças, autorizações e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

demais documentos de natureza ambiental, especificamente, a sua não obtenção, cancelamento ou não renovação tempestiva pode sujeitar a Companhia e/ou suas controladas a sanções criminais e administrativas (inclusive multas de até R\$ 10 milhões de reais e suspensão parcial ou total de atividades), sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados na esfera civil, de modo que os resultados financeiros, resultados operacionais e a imagem da Companhia e/ou suas controladas poderão ser adversamente afetados.

Este cenário foi agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido à pandemia da COVID-19, a qual resultou em adoção de medidas pelo Governo de redução de funcionamento de órgãos públicos, fator que pode eventualmente acarretar atrasos adicionais na emissão de certidões e na regularização de débitos tributários junto aos órgãos competentes. O cenário de pandemia não exime a Companhia e/ou suas controladas da obrigação de obter, manter e renovar tempestivamente as licenças ambientais, autorizações ambientais e demais documentos ambientais aplicáveis aos seus empreendimentos e atividades.

Adicionalmente, o desenvolvimento das atividades da Companhia está sujeito ao licenciamento de cada uma de suas unidades, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros e Licenças de Funcionamento, que devem ser obtidos junto a municipalidade onde estão localizadas as unidades da Companhia e ao Corpo de Bombeiros do Estado, para cada unidade da Companhia. As licenças e autorizações imobiliárias possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação, conforme legislação aplicável. A Companhia não pode assegurar que atualmente possui tais licenças para todos os imóveis e/ou que obterá, no futuro, a renovação destas licenças sempre em prazos adequados ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação de tais licenças irão de fato obtê-las.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar as atividades da Companhia e/ou suas controladas a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para as atividades da Companhia.

Caso a Companhia e/ou suas controladas não consigam obter, manter ou renovar tempestivamente as autorizações, licenças, outorgas, registros, cadastros e alvarás necessários para o desenvolvimento das atividades nas suas unidades, tal fato pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, destinando recursos para o cumprimento de eventuais encargos, ou mesmo comprometendo o regular desenvolvimento de suas atividades. Ademais, a Companhia e/ou suas controladas podem ser obrigadas a suspender temporariamente a operação de uma ou mais de suas instalações de produção, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Se a Companhia e/ou suas controladas violarem qualquer uma das leis e/ou normas regulamentares aplicáveis ao licenciamento e aprovações de suas atividades, pode estar sujeita a multas substanciais e até sanções criminais, revogações de autorizações de operação ou licenças e possíveis fechamentos de algumas de suas instalações, bem como custos relevantes para recuperar o meio ambiente ou terceiros afetados em caso de danos. Nesses casos, o resultado operacional e financeiro, bem como a imagem da Companhia, poderão ser adversamente afetados.

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada pelo ritmo de crescimento do ACL.

A estratégia de crescimento da Companhia está fortemente baseada na atual dinâmica de migração de consumidores de energia entre ACR e o ACL e a na expectativa de que o número de participantes do ACL no Brasil, em especial consumidores de varejo (com consumo menor que 1,5MW méd), crescerá substancialmente nos próximos anos, o que pode, entretanto, não se realizar, até mesmo com uma reversão da referida dinâmica. Caso a curva de expansão de consumo, a capacidade ou atratividade de migração dos consumidores do mercado cativo para o ACL seja negativamente afetada, a estratégia de crescimento da Companhia poderá ser adversamente afetada, caso a captação de clientes no segmento de geração distribuída não seja suficiente para compensar essa alteração na dinâmica atualmente verificada na migração de consumidores entre ACR e ACL.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, a conclusão do processo de migração dos clientes para o ACL depende da atuação das distribuidoras, com as quais é necessário realizar as tratativas para rescisão do contrato de energia no ACR e adequação dos sistemas de medição, que podem atrasar ou se recusar a concluir o referido processo. O ritmo de migração ou eventuais atrasos no processo de migração podem impactar adversamente os resultados da Companhia e sua geração de caixa.

Por fim, conforme plano de negócios da Companhia, o crescimento da sua base de clientes depende também do sucesso da prospecção de novos clientes por meio da sua plataforma digital. A inabilidade de atuar por meio dos canais digitais, ou a não receptividade dos clientes às campanhas de marketing digitais, podem levar ao não atingimento das metas de crescimento, o que pode impactar os resultados da Companhia e sua geração de caixa.

A Companhia pode incorrer em perdas ou custos adicionais em função de não regularização fundiária.

As subsidiárias da Companhia detêm os direitos de exploração, no caso de concessionárias de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, atrelados à respectiva declaração de utilidade pública para desapropriação dos terrenos necessários às suas atividades e instituição de faixa de servidão administrativa, concedidos pelo poder público, que podem, portanto, ser revogadas pelo poder concedente.

No caso das autorizadas de geração, a regularização fundiária fica a cargo das subsidiárias da Companhia responsáveis pelo desenvolvimento de cada projeto, podendo constituir uma obrigação para a comprovação da conclusão físico-financeira nos processos de financiamento dos projetos. Adicionalmente, os participantes do setor, incluindo a Companhia, podem enfrentar o risco de indenizações não previstas e/ou outras perdas relacionadas à irregularidade da questão fundiária, visto que a regularização das terras é um processo moroso, especialmente em regiões onde há forte atuação de movimentos sociais e em qualquer cenário a Companhia não pode garantir que terá sucesso em tal regularização fundiária.

Dessa forma, diante das dificuldades enfrentadas no Brasil para a regularização fundiária da propriedade e da forma de ocupação (por exemplo: cessão de uso, locação, arrendamento dos terrenos, constituição de direito de superfície e servidões de passagem) as subsidiárias da Companhia podem ter suas operações afetadas além de incorrer em perdas ou custos adicionais aos originalmente previstos.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair e manter profissionais qualificados.

O crescimento e desempenho da Companhia depende em grande parte de esforços e da capacidade da sua alta administração e de funcionários qualificados. Dessa forma, a perda dos membros da administração e de profissionais técnicos na execução de suas atividades, poderá afetar de modo adverso e relevante os seus negócios e seus resultados operacional e financeiro. Caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode ter um custo elevado para a Companhia, e não há garantias de que profissionais capacitados serão encontrados.

Além disso, a demanda por pessoal técnico tem aumentado nos últimos anos e a Companhia concorre no mercado global por este tipo de mão de obra. Caso a Companhia não seja capaz de atrair e manter o pessoal essencial de que precisa para a manutenção, desenvolvimento e expansão de suas operações, poderá ser incapaz de administrar seus negócios de modo eficiente, o que pode ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a resultados desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos que poderão afetar negativamente os seus resultados e situação financeira.

A Companhia é e pode vir a ser, ré ou autora em processos judiciais, seja nas esferas cível, tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental e/ou criminal, inclusive decorrente de práticas tributárias, trabalhistas ou previdenciárias, assim como em processos administrativos (perante autoridades das mesmas áreas mencionadas acima, além de setoriais, concorrenciais, de zoneamento, dentre outras) e procedimentos arbitrais. Para informações adicionais a respeito do assunto, vide itens 4.4 e 4.5 deste Formulário de Referência.

A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos serão favoráveis a ela, ou, ainda, que manterá provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes de tais processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que impeçam a realização dos seus negócios como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais, podem causar um efeito adverso nos negócios, na reputação e/ou na situação financeira e na imagem da Companhia.

Da mesma forma, administradores da Companhia, bem como seus principais acionistas, podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, nas esferas cível, criminal, ambiental, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando os administradores de exercer suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios e nos resultados da Companhia, direta ou indiretamente.

A Companhia pode ser responsabilizada pela reparação de eventuais danos causados a terceiros no curso de suas atividades empresariais

Nos termos da legislação brasileira, a Companhia possui responsabilidade objetiva por perdas e danos, diretos e indiretos, decorrentes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia elétrica. Além disso, suas distribuidoras, transmissoras e geradoras poderão ser responsabilizadas por perdas e danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios nos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, sempre que essas interrupções ou distúrbios não forem atribuíveis a um integrante identificado do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). A Companhia pode ser obrigada a arcar com perdas e danos resultantes da não prestação e/ou da prestação inadequada de serviços de energia, o que poderá causar um efeito adverso na Companhia, bem como na sua capacidade de adimplir com suas obrigações contratuais. Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, gerando, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente de dolo ou culpa da Companhia, inclusive quando motivados por terceiros, sejam eles contratados ou de outra forma vinculados à Companhia. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Com isso, o resultado da Companhia pode ser afetado negativamente em razão do pagamento de indenizações pela reparação dos danos causados no curso de suas atividades empresariais. Ainda, caso seja responsabilizada por danos ambientais, a imagem da Companhia poderá ser adversamente afetada.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais, o que pode afetar adversamente os ativos, os negócios e/ou a condição financeira da Companhia.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices mantidas atualmente e a serem contratadas no futuro terão coberturas suficientes, sujeitas ao pagamento do respectivo prêmio, para cobrir a totalidade dos riscos inerentes às suas atividades, bem como eventuais danos de sinistros deles decorrentes. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por apólices contratadas pela Companhia, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Ademais, a Companhia pode ser responsabilizada

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros não cobertos pelos seguros de responsabilidade civil atualmente mantidos.

Assim, na hipótese de haver eventos não cobertos pelas apólices atualmente contratadas, ou de insuficiência de cobertura, a Companhia poderá ter seus resultados financeiros afetados.

Por fim, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las a taxas comerciais razoáveis ou em termos suficientes e satisfatórios, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras congêneres, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira ou por resultados desfavoráveis de contingências tributárias. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a interpretações desfavoráveis na aplicação da legislação tributária brasileira.

A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas ou bases de cálculo e, por vezes, criação de tributos temporários destinados a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que, conseqüentemente, terá impactos na lucratividade da Companhia.

A Companhia está sujeita à incidência do imposto de renda e das contribuições: (i) social sobre o lucro; e (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na legislação tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que esta não coincide com a reconhecida de acordo com as práticas contábeis.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal. Inclusive, as autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações, e costumam analisar questões envolvendo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, dentre outros. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais.

Em razão do mencionado acima, poderá haver um aumento da carga tributária, que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal e que não estará sujeita a processos relacionados a assuntos fiscais, incluindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Qualquer desses eventos pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

O Governo Federal Brasileiro anunciou e apresentou ao Congresso Nacional (i) o Projeto de Lei nº 3.887/2020, que trata de diversas mudanças nos tributos incidentes sobre receitas; e (ii) o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de “segunda fase” da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, tais como tributação de dividendos, ajustes na base de cálculo e nas alíquotas dos tributos corporativos, mudanças na tributação da renda e de ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros e fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, na figura do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas.

Os parques solares a serem implantados pela Companhia estão sujeitos aos riscos econômico-financeiros oriundos de eventual volatilidade dos preços de energia.

A implementação, pela Companhia, de parques solares está exposta aos riscos financeiros associados à volatilidade do preço da energia, o que pode impactar negativamente as margens da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O aumento futuro da capacidade de produção e comercialização de energia elétrica solar da parcela descontratada da energia gerada dependem do aumento da demanda de consumidores nos próximos anos, sendo que tal aumento poderá não ocorrer ou poderá ser inferior ao inicialmente estimado pela Companhia.

Dessa forma, seus parques solares, que se encontram em fase de implementação, poderão não ser capazes de gerar e comercializar a totalidade da energia demandada ou, ainda, que, mesmo comercializando a totalidade da energia gerada, a Companhia pode não ser capaz de atingir os preços planejados, o que implicará na redução de sua receita estimada, gerando um efeito adverso relevante sobre seus resultados.

Os resultados da Companhia podem ser afetados negativamente por condições hidrológicas desfavoráveis, risco de escassez de energia elétrica e possibilidade de racionamento no país.

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e os mecanismos existentes de diversificação de matrizes energéticas não são capazes de absorver todas as consequências adversas de uma escassez hídrica prolongada, como a que ocorreu nos últimos anos, levando ao aumento dos preços da energia no mercado de curto prazo e podendo acarretar racionamento de energia. Inclusive, sobre esse ponto, para o ano de 2021, a Agência Nacional de Águas ("ANA") declarou em 01.06.2021, em resposta à recomendação feita pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE"), situação crítica de escassez dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná, que abrange os territórios de cinco estados (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo).

Um eventual racionamento de energia elétrica poderá gerar uma revisão dos montantes de energia contratados no âmbito dos contratos de venda de energia, conforme as diretrizes do racionamento a serem regulamentadas pelo Governo Federal, ocasionando uma consequente redução no faturamento da Companhia, o que poderá afetar adversamente os negócios e a condição financeira da Companhia.

O nível de endividamento e a estrutura de financiamento da Companhia poderá afetá-la adversamente.

Para a construção de novos empreendimentos de geração de energia é necessário alto volume de investimento, o que poderá levar a Companhia a um alto nível de endividamento. Além disso, os retornos obtidos com a implementação de um projeto dependem, dentre outros fatores, do volume de endividamento passível de contratação no âmbito desse projeto e os custos efetivos dos respectivos financiamentos.

Assim, variações adversas significativas nos indexadores dos financiamentos futuros da Companhia, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, poderão causar um aumento de despesas com encargos de dívida e poderão reduzir o lucro líquido da Companhia, o que, consequentemente, poderá fazer com que os valores disponíveis para distribuição aos seus acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos sejam reduzidos e que o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão sejam adversamente afetados.

Além disso, a estrutura de financiamento dos projetos que a Companhia desenvolve inclui ou pode incluir, usualmente, a criação de ônus sobre: (i) recebíveis do projeto; (ii) ações ou quotas de sociedades controladas de propósito específico que desenvolvem o respectivo projeto; e (iii) equipamentos, dentre outras garantias. Em caso de inadimplemento de obrigações financeiras, tais garantias poderão ser executadas, o que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

No âmbito da execução dos ônus de cessão ou alienação fiduciária, conforme o caso, eventualmente existentes sobre recebíveis, equipamentos e/ou sobre as ações ou quotas das sociedades que desenvolvem os projetos, em caso de inadimplemento das obrigações contratuais assumidas pela Companhia os respectivos credores, na qualidade de proprietários fiduciários dos ativos, poderão aliená-los a terceiros, independentemente da vontade da Companhia, para satisfazer as obrigações inadimplidas. Para mais informações sobre os financiamentos relevantes da Companhia, vide itens 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os detentores das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar a seus acionistas, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob forma de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Em determinadas circunstâncias, contudo, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao do dividendo mínimo obrigatório. A legislação societária, por sua vez, permite que o lucro seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, constituir reservas, ou ser retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, não realize a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso a administração da Companhia informe aos acionistas que a distribuição seria incompatível com sua situação financeira. Referidos mecanismos legais e estatutários podem resultar na ausência de distribuição, total ou parcial, de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia.

A isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação, atualmente incidentes sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual, poderão ser revistas. Assim, tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

Ademais, por ser uma sociedade de participação (holding), a receita da Companhia advém preponderantemente do resultado de suas subsidiárias, diretas ou indiretas. Nesse sentido, a redução do lucro líquido percebido pelas subsidiárias da Companhia afetará proporcionalmente o lucro líquido da Companhia, o que, consequentemente, poderá fazer com que os valores disponíveis para distribuição aos seus acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos sejam reduzidos, e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão seja adversamente afetado.

Por fim, alguns contratos de empréstimos e de financiamentos podem vir a restringir a capacidade da Companhia e/ou de suas subsidiárias, na qualidade de devedoras, coobrigadas ou garantidoras, de fazer distribuições de dividendos e de juros sobre capital próprio, o que pode afetar negativamente a situação financeira e resultados operacionais. Há, ainda, casos de garantia de alienação fiduciária constituída sobre participação societária detida pela Companhia e/ou suas subsidiárias em outras sociedades de seu grupo econômico, o que pode impactar a distribuição de lucros ou dividendos a nível de tais subsidiárias em caso de inadimplemento do endividamento garantido. A Companhia não pode garantir que, no futuro, suas subsidiárias serão capazes de atender às exigências necessárias decorrentes de tais instrumentos para efetuar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio à Companhia, impactando, deste modo, sua principal fonte de receita.

A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

No curso normal das suas atividades, a Companhia celebrou e pretende continuar a celebrar contratos com partes relacionadas. Assim, a Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. As partes relacionadas à Companhia podem ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia e/ou dos acionistas minoritários.

Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, estando sujeitas aos limites da regulação aplicável, bem como às previsões específicas do estatuto social da Companhia e da Política de Transações com Partes Relacionadas (abaixo definido). Entretanto, a Companhia não pode garantir que as transações foram e/ou serão realizadas em estrita observância a tais previsões. Portanto, caso situações de potencial conflito de interesse entre partes relacionadas não tenham sido ou não sejam realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pagamento compensatório adequado poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como a seus acionistas.

Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, vide item 16 deste Formulário de Referência.

Os controles internos da Companhia atualmente existentes podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro, fraudes ou práticas irregulares por parte de seus administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos, podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia estejam sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção e a infrações à concorrência a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos destas normas, no Brasil, a Lei nº 12.529/2011 ("Lei de Defesa da Concorrência"), o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Lavagem de Dinheiro"), a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas.

As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, diretos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia.

Os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Lavagem de Dinheiro, Lei de Defesa da Concorrência ou leis similares; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte dos administradores, funcionários ou terceiros contratados para representar a Companhia; (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou previsibilidade na identificação de novos riscos; e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de seu Código de Ética e Conduta, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários, parceiros de negócios e terceiros que atuem em seu nome ou em benefício da Companhia.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis referidas acima, no Brasil ou no exterior, contra a Companhia, seus administradores, funcionários ou terceiros que agem em nome da Companhia podem resultar, dentre outras consequências, em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Todas as referidas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante nos negócios, resultados operacionais e financeiros da Companhia bem como podem afetar negativamente sua reputação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, a Companhia também pode ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, controladoras, coligadas, consorciadas ou, no âmbito do respectivo contrato, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições e resultados operacionais da Companhia.

Falhas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, o que poderá afetar sua capacidade de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Adicionalmente, os procedimentos de compliance e controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários e membros de sua administração. Caso os funcionários ou outras pessoas relacionadas a Companhia tenham se envolvido ou se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou tenham violado ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas internas da Companhia, esta poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e demonstrações financeiras intermediárias, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o auditor independente da Companhia identificou certas falhas relacionadas ao processo de encerramento contábil da Companhia para os períodos auditados, que representaram, individualmente ou em conjunto, deficiências significativas nos seus controles internos. Especificamente, as falhas nos controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas foram “Reconhecimento da receita e custo com comercialização de energia elétrica”, “Necessidade de ajuste a valor presente na mensuração do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia, cálculo dos impostos diferidos sobre o valor presente e segregação entre curto e longo prazo do valor justo”, “Transações entre partes relacionadas”, “Processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras” e “Processo de consolidação”. A Companhia não pode garantir se, e quando, conseguirá concluir qualquer correção necessária. Para mais informações sobre as deficiências significativas mapeadas, ver item 5.3(d) deste Formulário de Referência. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências. A Companhia não pode garantir se, e quando conseguirá sanar tais falhas e que concluirá tempestivamente qualquer correção necessária.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se a Companhia não for capaz de suprir tais deficiências ou de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de: (i) elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada; ou (iii) prevenir a ocorrência de fraudes ou de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

A incapacidade ou falha da Companhia em proteger os seus ativos de propriedade intelectual, ou ainda, de não violar direitos de propriedade intelectual de terceiros pode ter impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

Os ativos de propriedade intelectual atuais e futuros da Companhia, tais como marcas e nomes de domínio, e outras propriedades intelectuais (incluindo aquelas relacionadas à tecnologia, produtos e marcas próprias) são essenciais para as atividades da Companhia. O sucesso da Companhia depende, em parte, da capacidade de proteger e preservar os seus ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual, sobretudo em relação às marcas e domínios.

A Companhia poderá sofrer eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia e/ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Há, também, o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de algumas de suas marcas em tempo hábil ou que seus concorrentes invalidem quaisquer de suas marcas existentes ou futuras, solicitadas ou licenciadas pela Companhia. No mesmo sentido, há o risco de a Companhia não obter a renovação de seus nomes de domínio previamente a suas respectivas datas de expiração.

Caso a Companhia não logre êxito em obter os registros dos seus pedidos de registro de marcas pendentes de análise pelo INPI, bem como em proteger adequadamente seus ativos intangíveis, ou ainda, em obter as autorizações necessárias para o uso de direitos de propriedade intelectual de terceiros (incluindo programas de computador) na forma pretendida ou realizada pela Companhia, tais eventos poderão gerar impactos adversos relevantes nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos e/ou serviços prestados da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer infração e/ou alegação de violação de direito de propriedade intelectual dirigida contra a Companhia, com ou sem mérito, pode resultar em eventuais litígios onerosos e demorados e, por consequência, afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza softwares próprios, desenvolvidos internamente por funcionários contratados sob o regime CLT e terceiros contratados para prestação de serviços, assim como softwares de terceiros, contando com a licença para a utilização dos detentores de tais softwares. Caso a titularidade dos softwares próprios seja questionada e tais licenças de terceiros não sejam renovadas, por qualquer razão, ou a Companhia seja acionada judicialmente por uso indevido desses softwares ou da propriedade intelectual relacionada, isto poderá afetar negativamente as suas operações.

Incêndios ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia e/ou suas controladas, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação.

Incêndios, danos causados por desastres naturais ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis podem causar danos significativos aos empreendimentos da Companhia e/ou de suas controladas, causar danos à integridade física de colaboradores, clientes e/ou terceiros, danificar ou destruir as suas instalações e propriedades, ocasionar atrasos em seus projetos e causar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica nos empreendimentos da Companhia e/ou de suas controladas podem implicar em aumentos significativos nos custos. Adicionalmente, as propriedades nas quais a Companhia e/ou suas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

controladas desejam ou pretendem desenvolver os projetos podem também ser afetadas por problemas ou condições de planejamento, engenharia, ambientais ou geológicas, incluindo condições ou problemas que surgem em propriedades de terceiros adjacentes ou nas proximidades de propriedades que a Companhia e/ou suas controladas desenvolvem os projetos e que podem resultar em impactos desfavoráveis em tais propriedades reduzindo a disponibilidade de terrenos. A ocorrência de tais eventualidades pode causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação da Companhia.

Mudanças climáticas e o efeito estufa podem causar um efeito adverso nas atividades e mercados em que a Companhia desenvolve suas atividades.

Existe um crescente consenso científico de que as emissões dos gases de efeito estufa estejam alterando a composição da atmosfera e afetando o clima global. Os riscos da mudança climática incluem um aumento da temperatura global e um aumento no nível dos oceanos bem como mudanças nas condições climáticas regionais relacionadas às alterações no regime hidrológico e dos ventos. Essas alterações, que poderão inclusive fazer com que haja menos chuvas ou menos ventos de forma consistente, podem afetar o desempenho dos empreendimentos da Companhia e, por conseguinte, a necessidade de dispêndio adicional de recursos, tanto para eventualmente adquirir energia de terceiros a ser entregue para honrar contratos celebrados, como para manutenção das instalações, além da possibilidade de ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos. Esses eventos meteorológicos extremos podem causar, dentre outros fatores, relâmpagos, terremotos, tornados, ventos extremos, tempestades severas, incêndios e outras condições meteorológicas desfavoráveis ou catástrofes naturais que podem danificar ou exigir o desligamento das turbinas ou dos equipamentos, impedindo a Companhia de manter suas atividades e consequentemente diminuindo as receitas e os níveis de produção de eletricidade.

Essas mudanças climáticas associadas à emissão de gases de efeito estufa vêm sendo discutidas no setor de energia. Esse tema impõe novos desafios à Companhia, como, por exemplo, regulamentações mais restritivas, que podem resultar em custos não previstos de redução de emissões de GEE.

Os riscos associados às mudanças climáticas podem se materializar na dificuldade de acesso a capital devido às questões de política de investimento do setor e na mudança da matriz energética brasileira, com a diminuição de incentivos e leilões para fontes de combustíveis fósseis. Esses fatores podem ter impactos negativos sobre os negócios da Companhia e podem onerar ou mesmo inviabilizar a implementação e a operação de seus empreendimentos, impactando os resultados operacionais e financeiros da Companhia e limitando algumas das suas oportunidades de crescimento.

Eventual processo de recuperação judicial da Companhia ou de suas subsidiárias pode ser conduzido em bases consolidadas.

O Judiciário brasileiro, a Companhia e/ou as empresas de seu grupo econômico, em determinadas circunstâncias, podem determinar a condução de eventual processo de liquidação da Companhia, bem como de empresas de seu grupo econômico, determinando que os passivos da Companhia ou de suas subsidiárias sejam pagos com os ativos de todas elas como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Em um cenário de recuperação judicial, a concretização da consolidação substancial poder ser determinada pelo poder Judiciário, caso alguns requisitos sejam reconhecidos, tais como o controle comum, garantias cruzadas, atuação conjunta no mercado. A decisão sobre a existência de consolidação substancial também poderá ser deliberada e decidida pelos credores sujeitos à recuperação judicial. A consolidação substancial tem sido crescentemente reconhecida pelo Poder Judiciário Brasileiro em casos de recuperação judicial de sociedades e/ou suas subsidiárias, de modo a reunir o ativo e o passivo de diferentes empresas integrantes de um mesmo grupo econômico como patrimônio a ser considerado no âmbito da recuperação judicial dessas empresas.

Caso aconteça a consolidação substancial, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia, e a consequente deterioração do valor das ações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disso, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de empregados adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses dos investidores.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes, conforme o acordo de acionistas a ser celebrado, descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, para, entre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e distribuição de quaisquer dividendos e proventos futuros, observadas as exigências e as restrições legais e regulamentares para o exercício do direito de voto e aprovação de tais matérias, bem como o pagamento do dividendo obrigatório nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações submetidas à assembleia geral de acionistas da Companhia, o que pode prejudicar material e adversamente tais acionistas.

(c) Riscos relacionados a seus acionistas

A Companhia acredita que não está exposta, atualmente, a quaisquer riscos relevantes cuja fonte sejam seus acionistas, além do risco relacionado aos acionistas controladores mencionado no item anterior.

(d) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

Os riscos descritos no item “a” acima são aplicáveis às sociedades controladas pela Companhia e às suas subsidiárias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(e) Riscos relacionados a seus fornecedores

A Companhia depende de prestadores de serviços terceirizados para atividades de operação e manutenção (O&M) de suas centrais geradoras de energia elétrica e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante.

A Companhia depende de contratos de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) de suas centrais geradoras de energia elétrica celebrados com terceiros. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar tais serviços contratados com a qualidade prevista nos respectivos contratos, a rescisão desses contratos de serviço de O&M, ou, ainda, a incapacidade da Companhia de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço qualificados, tempestivamente e com preços adequados, poderá: (i) provocar inadimplemento de suas obrigações regulatórias; (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras; e (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das suas centrais geradoras, sujeitando suas subsidiárias a uma menor receita de vendas e, potencialmente, ocasionando as penalidades (inclusive o pagamento de multas) previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica. Consequentemente, os negócios e as capacidades operacional poderão sofrer um efeito adverso relevante.

Ademais, a Companhia pode ser questionada em juízo ou por órgãos administrativos sobre o reconhecimento de vínculo empregatício dos empregados dos prestadores de serviço terceirizados contratados pela Companhia, ou considerada subsidiariamente responsável por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por seus prestadores de serviços terceirizados, o que poderá resultar em um aumento substancial do passivo da Companhia e, consequentemente, ter um efeito adverso relevante sobre sua capacidade econômica e seu resultado financeiro.

A Companhia pode ser responsabilizada por obrigações ambientais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas, obrigações de reparação de danos e outras penalidades que podem afetar a Companhia material e adversamente. A Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte dentro de suas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Portanto, quaisquer danos ambientais e/ou a terceiros causados por prestadores de serviços no exercício de atividades contratadas pela Companhia e/ou por suas controladas, principalmente dentro de suas dependências, expõem a Companhia à responsabilidade solidária pela reparação e/ou indenização dos danos causados, incluindo a possibilidade de a Companhia ser incluída no polo passivo de processos judiciais objetivando a reparação ou indenização de danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros. A depender do envolvimento no ilícito, a Companhia também estará exposta nas esferas administrativa e criminal. Caso a Companhia seja responsabilizada solidariamente pelos danos ambientais causados por seus fornecedores ou terceiros contratados, seus resultados financeiros, operacionais e sua imagem poderão ser adversamente afetados.

Ademais, a Companhia pode ser questionada em juízo ou por órgãos administrativos sobre o reconhecimento de vínculo empregatício dos empregados dos prestadores de serviço terceirizados contratados pela Companhia, ou considerada subsidiariamente responsável por obrigações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por seus prestadores de serviços terceirizados, o que poderá resultar em um aumento substancial do passivo da Companhia e, consequentemente, ter um efeito adverso relevante sobre sua capacidade econômica e seu resultado financeiro.

Custos de contratação podem variar de acordo com a demanda de mercado devido à limitação do número de fornecedores.

O atendimento das necessidades de manutenção da Companhia e das demandas de construção de novas usinas eólicas/fotovoltaicas são efetivadas por um número limitado de fornecedores. Sendo assim, a Companhia está vulnerável à oferta e demanda do mercado, principalmente em momentos em que existem grandes investimentos no setor de energia, o que pode fazer com que a Companhia pague preços elevados por esses serviços e materiais aplicados nessas obras. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados pela Companhia com a qualidade prevista em contrato, bem como de suprir os materiais necessários para execução desses serviços, poderá: (i) provocar inadimplemento das suas obrigações regulatórias; (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras e das redes de transmissão e distribuição de energia elétrica; e/ou (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das suas centrais e de suas redes de transmissão e distribuição de energia elétrica. Consequentemente, a Companhia pode obter menor receita de vendas e ter uma possível exposição ao mercado de curto prazo, o que poderá causar um efeito adverso sobre os resultados e imagem da Companhia. Ademais, a rescisão desses contratos de fornecimento de materiais e dos serviços de construção ou operação e manutenção, ou a incapacidade de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

Além disso, riscos na cadeia de fornecimento, incluindo greves ou paralisações, perda ou danos aos equipamentos ou a seus componentes enquanto estiverem em trânsito ou armazenamento, desastres naturais ou a ocorrência de uma enfermidade ou doença contagiosa, como a COVID-19, poderiam limitar a implantação dos projetos da Companhia.

A incapacidade e/ou a indisponibilidade dos fornecedores da Companhia, bem como seus custos de contratação, poderão impactar negativamente a Companhia. Adicionalmente, falhas de um ou mais fornecedores poderão prejudicar as atividades, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia depende de terceiros para o fornecimento de equipamentos utilizados em suas instalações de geração de energia. As necessidades de manutenção e as demandas de construção de novas obras das subsidiárias da Companhia são atendidas por um número limitado de fornecedores. Em razão das especificações técnicas dos equipamentos e de tais obras, existem poucos fornecedores e prestadores de serviço disponíveis especializados. Assim, a Companhia está sujeita à relação de oferta e demanda particular desse mercado, principalmente em circunstâncias em que são realizados grandes investimentos no setor elétrico, que podem gerar distorção nos preços dos serviços previamente considerados no plano de negócios da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores e prestadores de serviços, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos danificados. Os fornecedores e prestadores de serviços terceirizados são suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica, inclusive em razão da pandemia da COVID-19. Alguns fatores macroeconômicos, incluindo decorrentes da pandemia da COVID-19, podem fazer com que os fornecedores e/ou prestadores de serviços da Companhia aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação. Em qualquer caso, um aumento nos custos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços terceirizados da Companhia pode refletir negativamente nos negócios e causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade abaixo daquela prevista também poderão gerar o não cumprimento de condições impostas à Companhia pela autoridade responsável e provocar, por exemplo, desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e interferindo no fluxo de caixa dos projetos e da Companhia, podendo causar um impacto adverso em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sua situação financeira e seus resultados operacionais. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços. Se algum fornecedor descontinuar a produção, interromper a venda de qualquer dos equipamentos necessários às suas atividades, a Companhia poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento ou serviço com outros fornecedores nas mesmas condições de preço e prazo.

A incapacidade e/ou indisponibilidade dos fornecedores em prestar os serviços contratados pela Companhia com a qualidade prevista em contrato poderão: (i) ocasionar o inadimplemento das obrigações regulatórias da Companhia; (ii) colocar em risco a preservação de suas obras e equipamentos; e (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das centrais geradoras detidas pela Companhia.

Ainda, a Companhia poderá estar sujeita ao pagamento de multas e penalidades em decorrência do descumprimento, por seus fornecedores, de suas obrigações, falência ou dificuldades financeiras, o que poderá causar um efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

(f) Riscos relacionados a seus clientes

A Companhia está sujeita ao risco de rescisão contratual e inadimplência de seus clientes, o que pode impactar negativamente a sua situação financeira e o seu resultado.

A Companhia celebra, no curso de seus negócios, contratos de compra e venda de energia com seus clientes. A Companhia não pode garantir que seus clientes honrarão com seus compromissos de pagamento no âmbito de tais contratos. No caso de descumprimento dos termos dos contratos por algum cliente, principalmente aqueles relevantes, a Companhia pode ter seu fluxo de caixa e suas operações comprometidos e, conseqüentemente, sofrer um impacto negativo relevante em sua situação financeira e seus resultados.

Além disso, a eventual inadimplência de clientes da Companhia poderá resultar em contingências e eventuais perdas advindas principalmente da diferença entre os preços contratados pela Companhia e os preços praticados no mercado de curto prazo quando do evento de quebra de contrato, a fim de suprir as obrigações de entrega de energia elétrica junto aos seus clientes.

A atual situação macroeconômica brasileira, associada à pandemia da COVID-19, que levou a um período prolongado de fechamento de locais de trabalho, paralisações comerciais e outras restrições semelhantes, pode representar um aumento no risco de inadimplemento dos nossos clientes.

Por fim, no caso dos contratos de venda de longo prazo, que são a maioria dos contratos celebrados pela Companhia, o risco da qualidade do crédito dos compradores se deteriorar é potencializado e estes clientes podem não honrar os contratos durante toda a sua vigência. Eventual elevação no nível de inadimplência dos seus clientes poderá gerar um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia e comprometer seus resultados.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada por fatores de mercado, pela regulação e pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios em novos empreendimentos de geração de energia elétrica, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada, dentre outros fatores, pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos de geração de energia elétrica por fontes renováveis e em serviços de gestão.

Além disso, a Companhia poderá não ter sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que elas enfrentam uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios ao controle da Companhia e relacionados ao mercado de energia como um todo, abrangendo todos os segmentos de sua cadeia produtiva, de forma que não é possível assegurar o sucesso em quaisquer oportunidades de crescimento que a Companhia procurar explorar nestes segmentos. A eventual incapacidade da Companhia em implantar sua estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre esta, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão, podendo vir a causar um impacto negativo nos resultados da Companhia.

Além disso, geradoras e comercializadoras concorrem diretamente entre si no segmento de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres. Essa concorrência poderá dificultar o crescimento e/ou a renovação de contratos existentes da Companhia no mercado de venda de energia para consumidores livres e, conseqüentemente, afetar adversamente sua receita, resultados operacionais e capacidade de pagamento.

Outras incertezas decorrem, dentre outros fatores, do caráter cíclico de preços da energia, o que decorre: (i) da oferta e demanda de energia, afetada por outras fontes de energia, (ii) da variação de custos dos insumos típicos da atividade de operação e manutenção de unidades de CGEs e UFs, sendo certo que tais variações podem gerar um efeito adverso relevante para os resultados operacionais e financeiros da Companhia, e (iii) de fatores climáticos relacionadas ao regime de chuvas, vento e exposição solar.

A participação em sociedades de propósito específico cria riscos adicionais para a Companhia

A Companhia é acionista/sócia, direta ou indiretamente, de certas sociedades de propósito específico. De acordo com a legislação brasileira, a Companhia pode se tornar responsável pelas obrigações contraídas pelas sociedades de propósito específico investidas, especialmente com relação às obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental (inclusive obrigações de reparar eventuais danos ambientais) e de defesa do consumidor, o que pode afetar diretamente seus resultados, negócios e imagem. Os investimentos em sociedades de propósito específico incluem, dentre outros, o risco de seu regime de tributação pelo lucro presumido ser questionado pelas autoridades fiscais. Eventual autuação fiscal nesse sentido poderá impactar significativamente os resultados da Companhia.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo governo federal e pela ANEEL, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na legislação ou na regulamentação ora em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais.

As principais atividades da Companhia são reguladas e supervisionadas pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia - MME, da ANEEL e do ONS. O MME, a ANEEL, CCEE, e o ONS têm poderes discricionários para implementar e alterar políticas, interpretações e normas aplicáveis a diversos aspectos das atividades da Companhia, especialmente aspectos operacionais, de manutenção, de segurança, bem como aspectos relacionados à remuneração e fiscalização dessas atividades, sendo que qualquer modificação poderá vir a ter impacto no resultado da Companhia. Assim, tais principais atividades da Companhia, incluindo, sem limitação, atividades comerciais, de implementação da sua estratégia de crescimento e o resultado final de suas outorgas podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas: (i) alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia, incluindo na legislação referente ao ACL e à geração distribuída; (ii) descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para outorga de autorizações para exploração de potenciais parques eólicos e solares; (iii) descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal, estadual ou municipal, conforme o caso; (iv) descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para outorga de autorizações para comercialização de energia; (v) descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para outorga de autorizações e manutenção da validade de licenças ambientais por parte dos governos federal, estadual ou municipal, conforme o caso; (vi) descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para regularização fundiária e concessão de alvarás, licenças, autos e autorizações imobiliárias por parte dos governos federal, estadual ou municipal e suas autarquias, conforme o caso; e (vii) descontinuidade e/ou mudança nos benefícios para exploração dos parques de energia renovável.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal implementou mudanças significativas na legislação do setor elétrico brasileiro durante os últimos anos, especialmente por meio da Lei de Concessões, da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998 (ou a Lei do Setor Elétrico), da Lei nº 10.848 de 16 de março de 2004 (ou a Lei de Reestruturação do Setor Elétrico) e da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, além da regulamentação administrativa. Essas medidas tiveram por objetivo desvincular a autoridade regulatória do Governo Federal, aumentar o investimento privado na geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil, incentivar a competição no setor e contribuir para a modicidade tarifária. No âmbito dessa reestruturação, a competência regulatória foi atribuída à ANEEL. Não há como prever futuras reformas e alterações da regulamentação no setor elétrico e seus efeitos sobre a Companhia, as quais podem não ser capazes de repassar aos clientes os eventuais custos de leis e regulamentos que venham a ser sancionados, de forma que seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Ademais, determinadas subsidiárias da Companhia atuam no segmento de geração distribuída de energia conforme Resolução Normativa da ANEEL nº 482/2012, cuja regulamentação está sob revisão da ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 25/2019 e em discussão no Congresso Nacional, por meio do Projeto de Lei nº 5.829/2019, a fim de estabelecerem um novo marco regulatório para geração distribuída. O desfecho dessas mudanças regulatórias, seja no âmbito do Congresso, seja no âmbito da ANEEL, ainda é incerto, haja vista a pluralidade de propostas envolvidas. Não obstante, tais mudanças poderão envolver a alteração substancial dos percentuais legais de redução de encargos setoriais aplicáveis a projetos de geração distribuída e/ou estabelecer prazos máximos para o aproveitamento destes benefícios por esses projetos.

De qualquer forma, no momento são discutidas alternativas que restringem a compensação dos créditos de energia ativa gerada pelos empreendimentos de geração distribuída com o consumo de energia elétrica ativa perante a distribuidora local. A depender das novas regras propostas e do prazo de transição que vierem a ser estabelecidos, o modelo de negócio atualmente empregado pelas subsidiárias da Companhia pode perder atratividade perante seus clientes, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

A incapacidade de cumprir com as disposições de leis e regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências até o pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças regulatórias ou ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob seu controle, o que poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Além disso, quaisquer alterações relevantes à regulação existente podem gerar custos significativos de controles internos e de outra natureza para cumprir com as novas regras, incluindo, sem limitação, a necessidade de aporte de garantias para portfólios de pareceres de acesso, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Qualquer medida regulatória significativa por parte das autoridades competentes poderá impor um ônus relevante sobre as atividades da Companhia, bem como eventualmente restringir sua expansão. A Companhia não pode garantir que será capaz de repassar aos seus clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, e, portanto, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados.

A revogação antecipada ou não concessão ou não renovação de autorizações para a Companhia relacionadas ao desenvolvimento de suas atividades, bem como intervenção ou aplicação de outras penalidades pelo respectivo poder concedente nas autorizações outorgadas à Companhia, poderão afetar adversamente as atividades da Companhia.

A exploração de fontes de energia renováveis é outorgada por meio de autorizações. As autorizações são outorgadas a título precário pela União Federal em caráter não oneroso. Atualmente, essas autorizações concedem o direito de exploração de potenciais energéticos por prazos iniciais determinados de até 35 anos, bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizatário, a exemplo do dever de observação dos prazos para obtenção das licenças ambientais e operação de usinas. A União Federal possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às autorizações de uso de potenciais energéticos. Assim, é possível que a Companhia tenha que se sujeitar a aumentos não previstos em seus custos decorrentes de alterações nas regras e determinações aplicáveis pelo respectivo poder concedente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a autorização estabelece a obrigação do autorizatário de se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações da ANEEL, MME e outras autoridades governamentais do setor de energia elétrica, bem como de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Essas características do ato de outorga permitem algum nível de discricionariedade dessas autoridades para alterar certas condições gerais que se aplicam às autorizações concedidas, tais como custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, despesas relacionadas a temas ambientais, inclusive o valor das tarifas que poderão ser cobrados pela Companhia (se aplicável). Como resultado dessas alterações promovidas pelas autoridades competentes, os custos para realização das atividades da Companhia poderão aumentar, afetando a adversamente de forma relevante.

A revogação antes do prazo final de quaisquer autorizações, bem como a imposição de multas ou quaisquer outras penalidades pela ANEEL, MME e outras autoridades regulatórias e ambientais poderão afetar adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão, podendo vir a afetar também o resultado e a imagem da Companhia de forma negativa.

A Companhia poderá ser penalizada pela ANEEL em caso de descumprimento das disposições de suas autorizações.

Em conformidade com a Resolução ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, em caso de descumprimento de qualquer disposição dos termos de autorizações dos projetos da Companhia, ou da autorização da Companhia para comercialização de energia, a ANEEL poderá impor penalidades à Companhia que, dependendo da gravidade do descumprimento, poderão ocasionar: (i) advertências; (ii) multas; (iii) interdição das instalações; (iv) embargos à construção de novas instalações ou aquisição de novos equipamentos; (v) restrições à operação de instalações e equipamentos existentes; (vi) suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica; ou (vii) revogação da autorização.

A extinção de quaisquer das autorizações da Companhia antes do prazo final e/ou a imposição de multas ou penalidades pela ANEEL não impedem a aplicação de outras penalidades regulatórias por infrações que tenham sido praticadas pela Companhia, bem como aquelas previstas nos contratos de comercialização de energia celebrados, e poderão causar um efeito adverso relevante sobre o resultado operacional e a capacidade financeira da Companhia.

Caso as infrações praticadas pela Companhia resultem, a critério da ANEEL, em grave prejuízo às atividades do setor de energia elétrica ou caracterizem a reiterada violação de obrigações como o prazo para entrada em operação comercial do projeto, as determinações da ANEEL no âmbito de sua fiscalização ou as obrigações relacionadas às transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, poderá ser imposta a penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitações, de contratar com a ANEEL e de receber novas autorizações, não somente à Companhia, mas também ao seu grupo econômico, conforme estabelecido na Resolução ANEEL nº 846/2019.

Além disso, a imposição de penalidade poderá ser veiculada na mídia poderá impactar negativamente a percepção do mercado com relação à imagem da Companhia, o que poderá inclusive ser agravado em caso de veiculação de informações equivocadas ou imprecisas sobre a Companhia e suas subsidiárias.

Novas regras ou condições para aquisição, utilização ou financiamento de equipamentos relacionados à implantação de projetos de geração de energia poderão afetar negativamente os negócios da Companhia.

Os aerogeradores e outros equipamentos utilizados na implantação de parques eólicos da Companhia foram adquiridos ou são passíveis de aquisição no contexto da contratação de linha de financiamento FINAME junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Caso os fornecedores de tais equipamentos sejam descredenciados dessa linha de financiamento, os novos equipamentos disponíveis no mercado não atinjam os requisitos mínimos de elegibilidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

para tal financiamento – como índice mínimo de nacionalização –, ou qualquer outra medida regulatória ou governamental crie requisitos adicionais para a aquisição, financiamento e/ou utilização de equipamentos de geração de energia elétrica em projetos nacionais, incluindo, mas não se limitando a, maiores índices de nacionalização ou outras medidas destinadas a fomentar a indústria nacional, os custos de implantação de novos projetos eólicos poderão ser majorados e afetar adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Não há como quantificar o risco envolvido, dada a impossibilidade de previsão da Companhia acerca do tamanho do impacto de potenciais mudanças nas condições de financiamento de equipamentos dentro da cadeia produtiva de projetos eólicos.

O aumento da alíquota paga pelos consumidores de energia renovável pode impactar os preços de energia.

Os Encargos Setoriais de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST") e Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") são devidos pelas empresas de geração de energia respectivamente às empresas de transmissão e distribuição, em função do uso dos sistemas de transmissão e distribuição necessários devido ao escoamento da produção de energia para o atendimento à demanda. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004 ("Resolução 77/2004"), os empreendimentos de geração de energia incentivada farão jus aos percentuais de 50%, 80% ou 100% de redução a ser aplicado à TUSD ou TUST, aplicáveis tanto à produção quanto ao consumo da energia comercializada, conforme o caso, para os empreendimentos que atenderem aos requisitos estabelecidos na referida Resolução para cada percentual de redução. Nesse contexto, para o desenvolvimento de atividades em alguns dos segmentos de atuação da Companhia, há a obrigatoriedade de celebração de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST") e Uso do Sistema de Distribuição ("CUSD") e ao pagamento de TUSD e TUST.

Qualquer alteração na regulamentação que beneficia os consumidores de energia renovável pode impactar os preços de energia para fontes renováveis e, consequentemente, os resultados da Companhia e sua geração de caixa. Além disso, projetos de geração de energia fotovoltaica que entraram em operação comercial até 31 de dezembro de 2017 tem o benefício da manutenção do percentual de redução de 80% das taxas de TUST ou TUSD nos dez primeiros anos de operação da central geradora, nos termos do artigo 2º, §4º, da Resolução 77/2004. Qualquer mudança nessa legislação pode impactar os custos dos projetos que serão desenvolvidos pela Companhia. Importa destacar, nesse sentido, que recentemente foi publicada a Lei Federal nº 14.120, de 1º de março de 2021 ("[Lei 14.120](#)"), que alterou a sistemática aplicável à redução das tarifas TUSD e TUST.

De acordo com o texto aprovado no Congresso Nacional, os descontos das tarifas TUSD e TUST serão aplicados (i) aos empreendimentos que solicitarem a outorga, conforme regulamento da ANEEL, no prazo de até doze meses, contados da data de publicação da Lei, e que iniciarem a operação de todas as suas unidades geradoras no prazo de até quarenta e oito meses, contado da data da outorga e (ii) ao montante acrescido de capacidade instalada, caso a solicitação de alteração da outorga que resulte em aumento na capacidade instalada do empreendimento seja realizada no prazo de até doze meses, contado da data de publicação da Lei, e a operação de todas as unidades geradoras associadas à solicitação seja iniciada no prazo de até quarenta e oito meses, contado da data de publicação do ato que autoriza a alteração da outorga. A Lei 14.120 também disciplinou que os descontos nas tarifas TUSD e TUST não serão aplicados aos empreendimentos após o fim do prazo das suas outorgas ou na hipótese de prorrogação de suas outorgas. As alterações contidas no a Lei 14.120 podem impactar os custos dos projetos que serão desenvolvidos pela Companhia, portanto, a Companhia não pode garantir que cumprirá tais requisitos. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que a legislação e a regulamentação aplicáveis ao CUSD e CUST e a TUST e TUST não sofrerão alterações no futuro, de modo que qualquer mudança na regulamentação que beneficia os projetos de energia renovável pode afetar os resultados da Companhia.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, uma vez que a Companhia só atua no Brasil.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

A Companhia poderá incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

As sociedades do setor de energia renovável, tais como a Companhia e/ou suas controladas, estão sujeitas a rigorosas normas de natureza ambiental nas esferas federal, estadual e municipal que, para serem cumpridas, envolvem o dispêndio de valores relevantes, direta ou indiretamente. Qualquer descumprimento das disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis ou exigências das licenças ou autorizações ambientais que venham a ser aplicáveis às atividades da Companhia e/ou de suas controladas poderá sujeitá-las à imposição de penalidades, desde advertências e multas até o pagamento de indenizações de valores significativos, cancelamento ou revogação de licenças ambientais e/ou suspensão total ou parcial da atividade comercial de usinas geradoras sob seu controle, o que poderá causar um efeito adverso relevante sobre as atividades, os negócios e o resultado financeiro da Companhia. Além disso, o governo federal e os governos dos estados e municípios onde a Companhia e/ou suas controladas atuam podem adotar regras mais rigorosas aplicáveis às suas atividades, levando-a a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras, podendo causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas podem ser responsabilizadas pelo descumprimento da regulamentação ambiental e por perdas e danos ambientais.

As atividades do setor de energia renovável podem causar impactos e danos ao meio ambiente e no desenvolvimento de suas atividades, a Companhia e/ou suas controladas podem não ser capaz de cumprir toda a legislação e regulamentação ambiental, como a não manutenção de reserva legal no percentual exigido ou supressão de vegetação sem a devida autorização, entre outros possíveis descumprimentos. A legislação ambiental impõe responsabilidade civil objetiva àquele que causar, direta ou indiretamente, degradação ambiental. Portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa, bastando haver o dano e o nexo com a atividade desenvolvida. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente ou o pagamento de indenização a terceiros afetados poderá impedir a Companhia e/ou suas controladas ou levá-las a retardar, redirecionar ou ter inviabilizados planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental em termos gerais pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais independentemente da obrigação de reparar ou indenizar o dano causado. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil ou ajuizar ação civil pública visando ao ressarcimento de eventuais danos ao meio ambiente e terceiros. As agências governamentais ou outras autoridades também podem editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar a Companhia e/ou suas controladas a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive para a obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente dessas licenças ambientais.

Caso a Companhia ou suas subsidiárias causem ou de outra forma sejam consideradas responsáveis por algum dano ambiental, conforme acima, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios.

Do ponto de vista criminal, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

A Lei de Crimes Ambientais sujeita as pessoas físicas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica está sujeita, de forma isolada, cumulativa ou alternativa às seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa.

A Lei de Crimes Ambientais prevê ainda a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nessa situação, acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados.

A Companhia e/ou suas controladas podem ser responsabilizadas por descumprir as condicionantes previstas nas licenças ambientais, outorgas, autorizações e termos de compromisso de seus empreendimentos.

Nos termos da legislação aplicável, as atividades conduzidas pela Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas ao controle e prévia autorização pelos órgãos competentes. As licenças ambientais, outorgas, autorizações e outros documentos ambientais autorizativos usualmente contém condicionantes que são essenciais para a sua validade e objetivam mitigar, compensar ou controlar os impactos ambientais decorrentes da atividade licenciada, outorga ou autorizada, sendo que a Companhia e/ou suas controladas não podem garantir que não causarão impactos ainda que cumpra todos os referidos condicionantes, caso em que estarão sujeitas a responsabilidades ambientais nas esferas administrativa, criminal e civil. Caso a Companhia e/ou suas controladas descumpram as referidas condicionantes ou quaisquer outras medidas compensatórias estabelecidas pelas autoridades ambientais, podem ficar sujeita a penalidades administrativas, como multas ou a revogação e/ou suspensão da licença, autorização, outorga e afins, e penalidades criminais, além da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados, o que pode impactar o regular exercício de suas atividades, inclusive com risco de total paralisação, e, consequentemente, gerar um efeito adverso relevante sobre os resultados da Companhia e sua imagem.

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores do que aqueles em que a Companhia e/ou suas controladas atualmente incorrem para seu cumprimento; o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades nas esferas civis, criminais e administrativas, visto que são independentes, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pela indenização dos danos ambientais causados. A Companhia e/ou suas controladas já incorreram e continuarão a incorrer em dispêndios de capital e operacionais visando cumprir essas leis e regulamentos. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Adaptações em busca da conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e/ou suas controladas podem ser afetadas por novas demarcações de terras indígenas pelas autoridades brasileiras, assentamentos, ocupações de movimentos sociais e comunidades tradicionais, bem como por reclamações de comunidades vizinhas aos seus projetos/empreendimentos.

Comunidades tradicionais (indígenas e remanescentes de quilombos) e/ou movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são *stakeholders* relevantes para o desenvolvimento de empreendimentos no Brasil e que normalmente pleiteiam dos governos federais e estaduais a realização de procedimentos de demarcações de terras, arrecadação e discriminação de terras, reforma agrária e a redistribuição compulsória de terras, que podem abranger áreas atualmente ocupadas pelas subsidiárias da Companhia, as obrigando a deixar de operar em referidas áreas, ou renegociar os contratos de ocupação existentes, o que pode impactar adversamente a produção de energia das subsidiárias da Companhia e consequente os resultados operacionais e financeiros da Companhia e afetar negativamente sua imagem e reputação.

Ainda, as comunidades vizinhas aos projetos ou empreendimentos da Companhia podem ser diretamente ou indiretamente afetadas por suas atividades. Nesse sentido, a Companhia e/ou suas controladas poderão estar sujeitas a pleitos e questionamentos das comunidades vizinhas aos empreendimentos em decorrência de impactos ambientais, como ruídos ou poluição sonora em razão do funcionamento das turbinas eólicas ou emissão de poeira durante a fase de instalação dos projetos e dos empreendimentos. Nesse sentido, a Companhia e/ou suas controladas poderão ter custos adicionais visando mitigar ou controlar os impactos socioambientais, bem como pode vir a ser parte em processos judiciais ou administrativos, discutindo eventuais danos ambientais. Sendo assim, os resultados financeiros, os resultados operacionais e a imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

(k) Riscos macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e nacional e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando a negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, tais eventos e as medidas tomadas por autoridades governamentais em resposta a tais eventos podem impactar, direta ou indiretamente, as operações e resultados da Companhia de forma adversa.

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo da COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que as ações são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de emissão da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Nesse cenário, a redução e/ou mesmo suspensão do funcionamento dos órgãos da Administração Pública e a suspensão do trâmite de processos administrativos e judiciais, em razão da decretação de calamidade pública pelo Governo, podem impactar adversamente no resultado originalmente previsto pela Companhia, especialmente quanto à realização de seus ativos vinculados a processos administrativos e/ou judiciais, tais como aqueles pendentes de análise em pedidos de ressarcimento e/ou de restituição de tributos, levantamento de garantias e depósitos judiciais, créditos reconhecidos por decisões judiciais, dentre outros. Este fator também poderá acarretar atrasos na renovação e na emissão de certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários e à dívida ativa da União, Estados e Municípios, bem como na entrega de obrigações acessórias perante os órgãos competentes, o que eventualmente poderá afetar adversamente as atividades da Companhia.

Os potenciais impactos no fornecimento, custos e investimentos necessários para a adaptação e o desenvolvimento dos negócios no cenário de pandemia podem afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia, podendo dificultar o adimplemento regular de suas obrigações tributárias e consequente exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Consequentemente, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Dessa forma, as ações podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os investidores de maneira negativa.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações no futuro em termos aceitáveis.

A pandemia da COVID-19 traz impactos também na esfera trabalhista, devido às obrigações de adoção de medidas preventivas e mitigadoras de riscos de contaminação no ambiente de trabalho. Por ser um risco epidemiológico, a Companhia não pode assegurar que seus empregados não sejam contaminados, afetando as operações da Companhia. Por fim, autoridades governamentais podem impor medidas restritivas e imprevisíveis em resposta à pandemia da COVID-19, que podem vir a afetar, direta ou indiretamente, de forma adversa, as operações da Companhia ou as operações dos seus produtores integrados ou de seus clientes.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, aliada à atual conjuntura econômico-política brasileira, podem afetar desfavoravelmente os negócios, resultado operacional, financeiro e fluxo de caixa da Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por intervenções frequentes e eventualmente drásticas por parte do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis, o que pode continuar acontecendo no futuro. As modificações em leis e regulamentos feitas nos últimos anos, de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos, frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções das taxas de juros, alterações nas políticas fiscais e tributárias, controle de salários e preços, controles das taxas de câmbio, bloqueio de acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controles de capital e restrições à importação. A Companhia não controla e não pode prever quais medidas ou políticas os governos dos países onde atua podem adotar no futuro.

Os negócios, o desempenho financeiro e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças em políticas e regulamentos que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como: (i) inflação; (ii) flutuações de taxas de câmbio; (iii) políticas de controle de taxas de câmbio e juros; (iv) flutuações de taxa de juros; (v) disponibilidade de liquidez nos mercados domésticos de capitais, de crédito e financeiro; (vi) greves de funcionários de autoridades portuárias, aduaneiras e fiscais; (vii) mudanças nos regulamentos do mercado de transporte; (viii) controle sobre importação e exportação; (ix) aumentos de preço do petróleo e outros insumos; (x) instabilidade de preços; (xi) regulamentos trabalhistas e previdenciários; (xii) escassez e racionamento de água e energia; (xiii) políticas fiscais e/ou sanitárias; e (xiv) outros acontecimentos de natureza econômica, política, diplomática e social no Brasil ou que afetem o país.

Por conta disso, poderemos incorrer também em falta de matéria prima, estar sujeitos ao aumento de custos operacionais e dos prestadores de serviços e como consequência não ser possível repassar ao consumidor aumentos de custos. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia de COVID-19, o que pode prejudicar as atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Não é possível prever o impacto que eventos políticos e desenvolvimentos macroeconômicos, globais ou brasileiros, podem ter sobre os negócios da Companhia. Além disso, como resultado da atual instabilidade política, há uma incerteza considerável em relação a políticas econômicas futuras, e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e nem se essas políticas afetarão adversamente a economia, os negócios e/ou a condição financeira da Companhia.

Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pela Standard and Poor's, Moody's e Fitch – as três principais agências de rating dos Estados Unidos. A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de "BBB-" para "BB+" em setembro de 2015, que foi rebaixada para o "BB" em fevereiro de 2016, e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora da situação de crédito. Em janeiro de 2018, a Standard and Poor's rebaixou a classificação do Brasil de "BB" para "BB-". Em dezembro de 2015, a Moody's classificou a dívida soberana do Brasil como Baa3, que foi revista em fevereiro de 2016 para Ba2, com perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração do endividamento brasileiro do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para "BB+", com perspectivas negativas, em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento no Brasil e recessão pior do que a esperada, e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o "BB", com perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil novamente para "BB-", com base, entre outras razões, no déficit fiscal, aumento da dívida pública e incapacidade do Governo Federal brasileiro de implementar as reformas necessárias para melhorar as contas públicas. A Fitch também rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para "BB-", com perspectiva negativa, em maio de 2020, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiros e os riscos de piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia de COVID-19.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do Real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com as políticas que vierem a ser adotadas pelo Governo Federal brasileiro.

Na data deste Formulário de Referência, a classificação de crédito soberano do Brasil é avaliada abaixo do grau de investimento pela Standard and Poor's, Moody's e Fitch. Como resultado, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode resultar em novos rebaixamentos. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias, restringir o acesso aos mercados de capitais internacionais, afetando as condições de financiamento necessárias às operações no futuro.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento nas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso na Companhia.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o negócio e o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre a Companhia.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia.

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia (“SELIC”) tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzirem os investimentos de longo prazo. Os índices de inflação anuais foram de 7,55%, 7,32% e 23,14% em 2018, 2019 e 2020 respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) e 3,75%, 4,30% e 4,52% em 2018, 2019 e 2020 respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras têm produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e do IPCA. Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

A instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios os resultados e o preço das ações da Companhia.

O ambiente político brasileiro historicamente tem influenciado e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. O mercado brasileiro registrou um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações impactaram, e novas investigações podem impactar, a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas foram supostamente destinados, em grande parte, para financiar campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado desta e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios. Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo a potencial abertura de um processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no país, inclusive nos negócios da Companhia.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro. Além disso, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as suas operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19 aumentaram a incerteza política e a instabilidade no Brasil, principalmente após a demissão de vários Ministros de Estado e alegações de corrupção contra o Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, que foi criticado tanto no Brasil quanto internacionalmente.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever se as políticas vigentes ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira. Adicionalmente, o recente impasse entre o Governo Federal e o Congresso Nacional tem gerado incertezas em relação à implementação, pelo Governo Federal, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e administrativa, bem como em relação às alterações na legislação pertinente, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar os negócios, situação financeira, resultados operacionais, perspectivas e o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A moeda brasileira tem sido historicamente volátil, sofrendo frequentes desvalorizações nas últimas três décadas. Desde 1999, o Banco Central do Brasil permite a livre flutuação da taxa de câmbio no Brasil, tendo o Real, no período, experimentado frequentes e significativas variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Ao longo desse período, o Governo Federal brasileiro implementou uma série de planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados cambiais duplos e sistema de câmbio flutuante. Apesar de a desvalorização do Real, no longo prazo, estar geralmente associada ao índice de inflação no Brasil, a desvalorização do Real ocorrida em períodos menores resultou em variações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o dólar norte-americano e outras moedas. A Companhia não pode prever se o Banco Central do Brasil ou o Governo Federal brasileiro continuará a permitir que o Real flutue livremente ou intervirá no mercado cambial, retornando ao sistema de banda cambial ou outro. O Real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar norte-americano. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, caso ocorra um desbalanceamento grave na balança de pagamentos brasileira ou haja razões substanciais que prevejam um desbalanceamento grave, podem ser impostas restrições temporárias com relação a remessas de recursos ao exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro no futuro.

Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio (venda) divulgada pelo Banco Central do Brasil entre o Real e o dólar norte-americano foi de R\$5,1961 por US\$1,00, uma desvalorização de 28,9% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$4,0307 por US\$1,00, que, por sua vez, representou uma desvalorização de 4,0% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$3,8748 por US\$1,00. Em 30 de junho de 2021, a taxa de câmbio (venda) entre o Real e o dólar norte-americano foi de R\$5,00190, uma valorização de 3,88% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2020. Após o início da pandemia de COVID-19, o real desvalorizou abruptamente em relação ao Dólar, refletindo baixas taxas de juros, um cenário econômico em acentuada deterioração e crise política.

A desvalorização do Real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e resultar em aumentos nas taxas de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e, especificamente, os custos de empréstimos da Companhia. Tal fator pode afetar adversamente a Companhia, reduzindo o acesso a mercados financeiros internacionais e fomentando uma intervenção governamental, incluindo políticas governamentais recessivas. Adicionalmente, em caso de uma desaceleração econômica, a desvalorização do Real em relação ao dólar norte-americano pode resultar em uma redução do consumo, pressões deflacionárias e redução do crescimento da economia como um todo. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras pode resultar em uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, parte significativa dos equipamentos utilizados pela Companhia, incluindo módulos e inversores, têm marcações de preço em mercados internacionais e constituem parte relevante do CAPEX da Companhia.

De acordo com as circunstâncias, a desvalorização ou valorização do Real pode afetar material e adversamente o crescimento da economia brasileira e os negócios da Companhia.

Variações nas taxas de juros podem aumentar os custos de endividamento da Companhia e, conseqüentemente, ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

O Banco Central do Brasil estabelece a taxa básica de juros para o sistema bancário brasileiro, com base em diversos fatores, incluindo níveis de crescimento econômico e inflação, e utiliza alterações em tal taxa como um instrumento de política monetária. A Companhia está exposta ao risco associado a variações da taxa de juros, especialmente ao CDI, à qual parcela substancial do endividamento da Companhia está atrelada.

A Companhia pode incorrer em perdas em razão de variações nas taxas de juros que aumentem suas despesas financeiras relacionadas ao seu endividamento ou observar menores retornos decorrentes de seus investimentos. Uma parcela substancial do endividamento da Companhia está atrelada a taxas de juros flutuantes (Taxa DI, IPCA e TJLP).

Aumentos significativos no consumo, inflação ou outras pressões macroeconômicas podem resultar em um aumento dessas taxas. Para mais informações sobre a exposição da Companhia ao risco de taxas de juros, veja o item 4.2 deste Formulário de Referência.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. A reação dos investidores a acontecimentos nesses países pode resultar em um efeito adverso no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Tais eventos podem incluir disputas comerciais, como a disputa recente entre os Estados Unidos e a China e que foi recentemente expandida a outros países, incluindo o Brasil, após o anúncio do Presidente dos Estados Unidos com relação à aplicação de novas tarifas a produtos siderúrgicos exportados do Brasil, ou disputas entre os Estados Unidos e o Irã. Crises em outros países da América Latina e de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial dos Estados Unidos e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Tal fator pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos pode afetar adversamente os negócios e o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil e direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço dos títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa a economia e o mercado de capitais do Brasil, como (i) oscilações no preço de mercado de emissores brasileiros; (ii) indisponibilidade de crédito; (iii) redução do consumo; (iv) desaceleração da economia; (v) instabilidade cambial; e (vi) pressão

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou não serem capazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer desses acontecimentos pode prejudicar a negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

Além disso, a eleição presidencial de Joe Biden nos Estados Unidos ocorreu em 3 de novembro de 2020. Campanhas políticas e eleições presidenciais nos Estados Unidos podem gerar um clima de incerteza política e econômica globalmente, bem como nos Estados Unidos e no Brasil. O Presidente dos Estados Unidos tem um poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e a estabilidade política mundial. Não se pode assegurar que o novo governo irá manter ou adotar políticas projetadas para promover a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e investimento doméstico e estrangeiro, o que poderá ter um efeito adverso relevante nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e sobre valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, o qual poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência.

Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30/06/2021 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 6,5%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen de 02/07/2021.

Para os cenários I e II, foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foram consideradas elevações de 25% e 50%, respectivamente sobre a mesma base.

Base (Em milhares de reais)		Saldo Contábil em 30/06/2021	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
Ativos	Risco						
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	219.386	7.526	11.289	15.052	18.814	22.577
(-) Empréstimos e Financiamentos	CDI	4.012	-130	-196	-261	-326	-391
Efeito líquido estimado no resultado			7.396	11.093	14.791	18.488	22.186

Risco de variação dos preços de mercado de energia

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações dos preços de mercado de energia.

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre os preços de mercado em 30 de junho de 2021. A Companhia entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados em 30 de junho de 2021, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados abaixo:

Descrição (Em milhares de reais)	Variação no preço	Saldo Contábil em 30/06/2021	Cenários projetados	
			Cenário 1	Cenário 2
Ganhos não realizados em operações compra e venda de energia em mercado ativo	Elevação	90.321	151.796	213.271
	Queda	90.321	28.847	-32.618

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia figura como parte em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía provisão para contingências de R\$78 mil, referente aos processos com risco de perda provável, tendo em vista que a Companhia constitui provisão apenas para os processos com o referido prognóstico de perda.

No entanto, não há processos a serem descritos no presente item do Formulário de Referência, considerando que o potencial impacto dos processos em que a Companhia está envolvida não representa impacto relevante ao seu patrimônio, à sua capacidade financeira ou aos seus negócios. Foram considerados relevantes, para a preparação deste item, processos judiciais ou administrativos cujo impacto financeiro à Companhia seria igual ou superior a R\$15 milhões, além de processos judiciais ou administrativos que poderiam representar um impacto relevante à imagem ou reputação da Companhia ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de emissão da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Item não aplicável, tendo em vista que não foram descritos processos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia é parte em dois processos judiciais cujas partes contrárias são ex-investidores. Tendo em vista que um deles tramita sob segredo de justiça, sua descrição foi incluída no item 4.5 deste Formulário de Referência.

Ação de apuração de haveres n. 1108388-73.2020.8.26.0100	
a. Juízo	1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem da Comarca de São Paulo/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	13.11.2020
d. Partes no processo	Autor: Be Founders Serviços Digitais e Participações Ltda. Réus: DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda., COMERC Participações Ltda., Paulo Eduardo Henriques Kapp, Eduardo Ervolino, Gustavo Fernandes de Carvalho, Andreza Aparecida Favero, Jaime Wikanski, Pedro Luiz Kaled da Cás e Octávio Moreira Batista.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação de apuração de haveres ajuizada por Be Founders Serviços Digitais e Participações Ltda.com a finalidade de condenar os réus a pagarem os haveres do autor decorrentes de sua participação societária na DOC 88, a serem apurados pelo perito judicial mediante levantamento de balanço de determinação na data base de 19.11.2019, auxiliado pelo método do fluxo de caixa descontado, acrescido de juros e correção monetária <i>pro rata die</i> a contar de 19.11.2019 até o efetivo pagamento, considerando que já foi pago à autora, a título de haveres, o valor de R\$11.176,41 (onze mil cento e setenta e seis reais e quarenta e um centavos). O valor total envolvido ainda é ilíquido e inestimável, tendo em vista que os critérios para apuração dos haveres são objeto de disputa entre as partes, pendente de pronunciamento pelo juízo responsável, o qual também analisará a eventual necessidade de realização de perícia contábil para apurar os valores efetivamente envolvidos na demanda.
f. Principais fatos	Em 20.11.2020, foi proferida decisão que determinou a citação dos réus. Em 5.2.2021, foi juntada contestação conjunta de todos os réus. Em 24.2.2021, foi publicado ato ordinatório intimando autora para que apresente réplica à contestação. Em 16.3.2021, foi juntada réplica da autora. Em 5.5.2021, as partes foram intimadas para especificar provas que pretendem produzir. Em 31.5.2021, a autora apresentou petição requerendo a produção de prova pericial e de prova documental complementar. Em 1.6.2021, os réus requereram a tramitação do feito sob segredo de justiça e o julgamento antecipado do processo, haja vista a desnecessidade de novas provas. Aguarda-se saneamento ou sentenciamento da demanda.
g. Chance de perda	Possível.
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro (possível pagamento dos haveres) e Reputacional.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não há valores provisionados para o processo descrito no item anterior.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Processo Cível

A Companhia é parte em um processo relevante, no qual a parte contrária é ex-acionista, e que tramita em segredo de justiça. Segue, abaixo, descrição do processo em conjunto com incidente oriundo de tal processo:

A Companhia é parte em ação de dissolução parcial de sociedade e apuração de haveres movida por ex-acionista, que em sede liminar, requereu a transferência dos valores que se encontravam depositados em fundo de investimento, a transferência do alegado valor incontroverso dos seus haveres e a manutenção dos benefícios dos planos de saúde e odontológico. Foi proferida sentença que confirmou a saída do acionista das empresas que pertencem ao Grupo Comerc, extinguindo o feito sem resolução do mérito, com determinação de apuração de eventuais haveres do ex-acionista, com observância dos critérios estabelecidos nos estatutos societários. No entanto, essa decisão foi parcialmente revertida em sede de apelação, determinando-se a apuração de haveres segundo balanço de determinação. Ambas as partes interpuseram diversos recursos visando reformar o acórdão, sem sucesso. Ainda há recursos pendentes de julgamento.

Paralelamente, o ex-acionista iniciou liquidação provisória com fundamento na sentença de parcial procedência proferida na ação de dissolução parcial de sociedade e apuração de haveres. Em agosto de 2020, o perito apresentou laudo pericial contábil, pelo qual apontou que o autor deve receber R\$8.217.803,14 (oito milhões e duzentos e dezessete mil e oitocentos e três reais e quatorze centavos) por sua participação nas empresas rés, com base no critério de apuração de haveres segundo balanço de determinação, estabelecido em segundo grau e que permanece pendente de discussão em sede recursal. Atualmente, aguarda-se a intimação do perito para apresentação de esclarecimentos complementares ao laudo pericial. Ambos os casos possuem chance de perda possível.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.5

Não há valores provisionados para o processo descrito no item anterior.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia não figura como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, tendo em vista que nenhum processo foi descrito no item 4.6 acima.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não aplicável, tendo em vista que não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta Seção 4. Além disso, as Entidades Incorporadas também não possuem contingências relevantes.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

No contexto de sua abertura de capital, a Companhia elaborou uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável a todas as áreas da Companhia e às suas controladas. A Política de Gerenciamento de Riscos foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2021.

O documento define os riscos aos quais a Companhia está exposta e define medidas que viabilizam o seu gerenciamento. Dentre as medidas, a Companhia se compromete a atualizar no mínimo anualmente a sua matriz de riscos por ocasião da revisão de planejamento estratégico da Companhia e com o surgimento de eventos de riscos emergentes.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia se baseou em recomendações de normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, especialmente a estrutura integrada de controles internos do COSO-ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), com o objetivo de: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) mapear quais são as oportunidades, propósitos e os fatores internos e externos que podem impactar o desenvolvimento do negócio como um todo; além de (iv) antever e administrar os efeitos indesejáveis.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em oito principais grupos:

- Riscos Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor e incluem os riscos concorrenciais, riscos políticos e riscos de imagem/reputacionais. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político e econômico, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.
- Riscos Operacionais: são aqueles que envolvem a operação, sistemas, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos da Companhia que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio dos resultados da Companhia. Exemplos incluem a inviabilidade dos serviços ou soluções oferecidas pela Companhia, incremento de custos de operação ou equipamentos, indisponibilidade dos equipamentos de geração de energia,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

inadimplementos contratuais de clientes ou parceiros, ausência de prestadores de serviços ou de mão de obra interna especializada, dentre outros.

- **Riscos Financeiros:** são aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros. Exemplos incluem a perda financeira por cadastramento incorreto de índice de correção dos contratos, perda financeira devido a aplicações financeiras equivocadas, perdas financeiras decorrentes de ações ocasionadas por distratos realizados pelos clientes, perda financeira por variação cambial ou de juros, riscos de refinanciamento de dívidas, dentre outros.
- **Riscos Tecnológicos:** são aqueles que podem ser causados pelo vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas (envio de arquivos confidenciais), tratamento inadequado ou irregular de dados pessoais, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, interrupções na rede de transmissão ou no processamento de dados, interrupção no funcionamento dos sistemas de monitoramento e controle dos ativos de geração e demais negócios da Companhia, dentre outros, que impactam na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
- **Riscos Socioambientais:** são aqueles relacionados a questões ambientais, como a contaminação de água e solo, descarte indevido de resíduos de construção, e corte indevido de árvores nativas, e questões socioambientais, como riscos de perdas decorrentes de efeitos negativos das atividades e operações da Companhia sobre a sociedade.
- **Riscos Legais:** são aqueles relacionados a eventuais descumprimentos ou potenciais descumprimentos das legislações vigentes no ordenamento jurídico brasileiro e determinações feitas pelos órgãos reguladores do setor elétrico, as quais a Companhia está submetida e que podem gerar danos ou perdas aos negócios da Companhia. Incluem, por exemplo, atividades executadas em desacordo com políticas, normas e procedimentos da Companhia, falhas no monitoramento de alteração/criação de leis e regulamentações, sanções/multas devido à transmissão de informações incorretas para órgãos regulatórios, fraude por substituição ou inclusão de pagamentos e/ou despesas pessoais, dentre outros.
- **Riscos Reputacionais:** são aqueles que impactam diretamente na imagem, reputação e percepção da Companhia perante o mercado, seus colaboradores, comunidades onde estão localizados os ativos de geração, parceiros comerciais e fornecedores. Os riscos reputacionais podem decorrer dos riscos Legais, Operacionais, Socioambientais, entre outros.
- **Riscos de Mercado:** são aqueles relacionados a potencial perdas que podem decorrer das variações nos preços de energia, os quais podem comprometer o valor das operações de trading da Companhia para compra e venda de energia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota como modelo de gestão dos riscos o COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*, o qual conta com as seguintes etapas:

- (i) Identificação dos riscos: Identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- (ii) Avaliação: Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados. Os seguintes critérios são utilizados:

Fórmula para classificação do risco: Probabilidade x Impacto = Classificação do Risco

Eixo da Probabilidade

Probabilidade	Peso
Quase certo: é praticamente impossível evitar que o risco identificado aconteça.	5
Alta: a chance do risco ocorrer é grande e frequentemente ele ocorre de fato.	4
Média: probabilidade ocasional de acontecimento do risco.	3
Baixa: pouca chance de acontecer algum problema advindo desse risco.	2
Rara: é bastante improvável que o risco aconteça.	1

Eixo do Impacto

Impacto	Peso
Gravíssimo : alto impacto, podendo causar dano irreversível à empresa.	5
Grave : compromete de forma acentuada o resultado ou a empresa.	4
Médio : perda momentânea que pode ser corrigida, mas com impactos.	3
Leve : desvio quase imperceptível e que pode ser facilmente corrigido	2
Sem Impacto : não gera nenhum tipo de problema perceptível.	1

- (iii) Limite de Risco: priorização e definição do limite de cada risco que a Companhia está disposta a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com as definições abaixo:

- Risco Gravíssimo: representam ameaça potencial aos negócios da Companhia, podendo causar danos irreversíveis. Demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir sua severidade e/ou frequência.
- Risco Grave: com alto impacto e baixa frequência e compromete de forma acentuada os negócios da Companhia. Devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

- Risco Médio: de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor dos negócios, gera uma perda momentânea que pode ser corrigida. O foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo.
 - Risco Leve: perdas de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los. Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.
 - Risco Sem Impacto: riscos imperceptíveis que não geram nenhum dano potencial à Companhia, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.
- (iv) Tratamento: a partir da identificação e avaliação dos riscos, são implementadas respostas, que consistem no tratamento e mitigação dos riscos. As respostas aos riscos consideram os seguintes critérios:
- Eliminar: eliminar totalmente a fonte do risco. Esta resposta é aplicável na situação em que Companhia não encontrou alternativas para mitigação do risco até um nível aceitável, em conformidade com seu limite de riscos;
 - Transferir e/ou Compartilhar: transferir a responsabilidade do risco para terceiros por meio de terceirização de operações e atividades;
 - Mitigar: reduzir a probabilidade e/ou impacto de um risco para um limite aceitável para a Companhia;
 - Aceitar/Reter: nenhuma ação direta é tomada para alterar o nível de impacto ou probabilidade do risco. Esta resposta é aplicável quando o risco está abrangido no limite de riscos da Companhia.
- (v) Planos de Ação: conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo Proprietário do Risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).
- (vi) Monitoramento: acompanhamento contínuo da adequação e da eficácia dos controles, assegurando que modelo de gerenciamento de riscos está aderente aos objetivos da Companhia ao longo do tempo.

A Companhia utiliza diversos instrumentos para auxiliá-la no processo de gestão de riscos, os quais estão descritos na sua Política de Gerenciamento de Riscos, e incluem:

- Entrevistas com pessoas-chave da Companhia;
- Auditorias nos processos internos;
- Análise de denúncias enviadas por meio do Canal Aberto, disciplinado no Código de Ética e Conduta Empresarial, conforme descrito no item 5.4 (b) deste Formulário de Referência;
- Definição e utilização de indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos; e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Elaboração de matriz de riscos, atualizada no mínimo anualmente, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos conforme percepção de impacto e probabilidade de ocorrência, para fins de priorização e gestão.

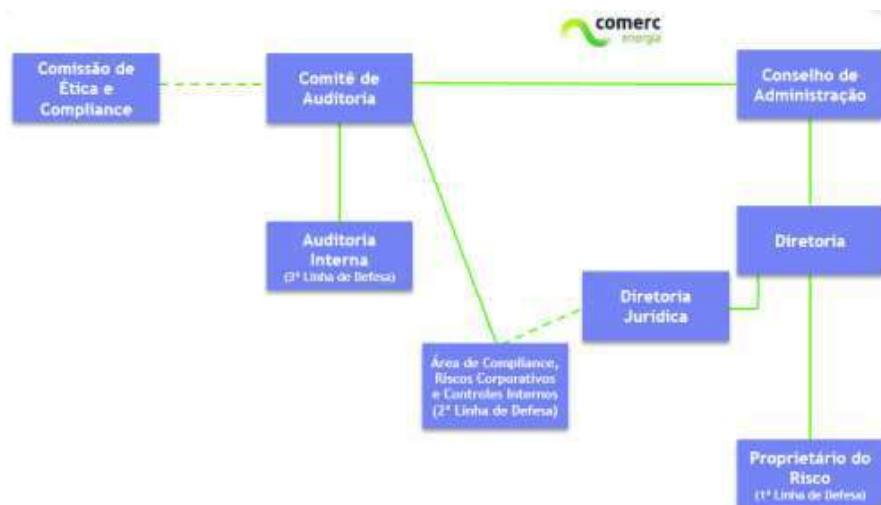
(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é baseada no COSO-ERM, que recomenda a gestão de riscos através do modelo das três linhas de defesa:

- (i) 1ª Linha de Defesa: a primeira linha de defesa é representada pelos Proprietários de Riscos, responsáveis diretos pela execução de seus processos e detecção dos riscos respectivos e implementação das respostas.
- (ii) 2ª Linha de Defesa: a segunda linha de defesa é representada pela Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos, que atua em colaboração com a primeira linha, por meio do mapeamento e acompanhamento dos riscos e planos de ação a eles associados. A Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos reporta diretamente ao Comitê de Auditoria, e pode contar com o auxílio de outras áreas da Companhia, tais como controladoria e jurídico, para o desempenho de suas atividades. Os membros da Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos não acumulam funções com atividades operacionais ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. A Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos reporta questões meramente administrativas à Diretoria Jurídica da Companhia, sem relação de subordinação.
- (iii) 3ª Linha de Defesa: a terceira linha de defesa é representada pela Área de Auditoria Interna, que atua no fornecimento de avaliações independentes à administração, especialmente pela realização de testes substantivos de controles internos para identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes. Para resguardar a sua independência e autonomia, essa função é operacionalizada por empresa terceirizada devidamente registrada na CVM, a PP&C Auditores Independentes, conforme permitido pelo Regulamento do Novo Mercado.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia é realizada conforme o organograma e a descrição abaixo:



Compete ao **Conselho de Administração**, dentre outras atribuições:

- Definir os objetivos estratégicos, adequado e aderente aos seus negócios e ao seu perfil de riscos;
- Aprovar as políticas e diretrizes de risco;
- Monitorar, anualmente, o mapa de exposição a riscos a que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- Avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações em cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados;
- Assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e
- Receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Área de Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete **Comitê de Auditoria** da Companhia, órgão autônomo de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, além do disposto em seu regimento interno:

- Acompanhar as atividades de identificação e avaliação dos Riscos aos quais a Companhia está exposta, e o desenvolvimento de ações que promovam redução de riscos e ameaças pela a serem elaborados pela Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos;
- Recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a avaliação de políticas, limites e planos de ação;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse;
- Monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados;
- Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades; e
- Acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e da Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia, e reportá-las ao Conselho de Administração.

Compete à **Diretoria** da Companhia, dentre outras atribuições:

- Atualizar a matriz de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- Estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- Avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;
- Acompanhar anualmente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- Adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- Disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

Compete à Área de **Auditoria Interna**, atualmente exercida por empresa independente, e cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

- Aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva; e
- Fornecer relatórios anuais ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que o processos e estrutura de gerenciamento de Riscos (incluindo a Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos) esteja sendo devidamente cumprida.

Compete à **Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos**, responsável pelas funções de compliance, riscos corporativos e controles internos na Companhia, e cujos membros não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais, dentre outras atribuições:

- Fornecer apoio às áreas de negócios sobre o processo de gerenciamento de riscos;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Identificar e avaliar os Riscos aos quais a Companhia está exposta, para desenvolvimento de ações que promovam redução de riscos e ameaças;
- Acompanhar a execução e implementação dos planos de ação decorrentes dos trabalhos de controles internos na Companhia;
- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais;
- Auxiliar na identificação dos riscos, além de garantir os respectivos controles para acompanhar os riscos identificados;
- Zelar pelas atualizações, comunicação e aplicação do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia; e
- Elaborar o plano de implantação dos procedimentos e diretrizes do Código de Ética Conduta Empresarial, bem como das demais políticas de integridade.

Compete à **Comissão de Ética e Compliance**, grupo de trabalho que se reporta trimestralmente ao Comitê de Auditoria,

- auxiliar a Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos na identificação e monitoramento dos Riscos e planos de ação para sua eliminação, mitigação ou controle
- apurar comunicações recebidas através do Canal Aberto, com o auxílio da Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos;
- propor as medidas disciplinares aplicáveis em casos de violação ao Código de Ética e Conduta e/ou à legislação;
- monitorar a aplicação do Código de Ética e Conduta;
- deliberar acerca da contratação de investigação independente, quando necessário; e
- analisar e acompanhar informações de potenciais situações de conflito de interesses informadas pelos colaboradores por meio do Formulário de Conflito de Interesses.

Compete aos **Proprietários dos Riscos** da Companhia:

- Identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- Fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análise;
- Apresentar percepção quanto à exposição ao risco, se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- Sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- Dar cumprimento ao plano de ação.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Compete à **Comissão de Riscos**, grupo de trabalho independente vinculado ao Conselho de Administração, acompanhar os riscos de mercado, especialmente aqueles relacionados as operações de trading da Companhia, além de recomendar eventuais operações e contratos para deliberação do Conselho de Administração.

Todas as estruturas mencionadas acima foram estruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado, e já se encontram plenamente operacionais, à exceção da Diretoria e do Conselho de Administração que estão plenamente operacionais desde o início das operações da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

Além disso, o Conselho de Administração da Companhia conduz anualmente uma avaliação sobre a Área de Auditoria Interna da Companhia, nos termos do artigo 23, III do Regulamento do Novo Mercado. A última avaliação conduzida concluiu que a referida área possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Para o gerenciamento dos riscos de mercado, a Companhia utiliza a Política de Gerenciamento de Riscos, citada no item 5.1, a e b, deste Formulário de Referência, não possuindo uma política específica para o gerenciamento dos riscos de mercado formalmente aprovada.

A Companhia entende que os principais riscos aos quais está exposta são tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria da Companhia e está constantemente os monitorando. Adicionalmente, a Companhia entende que a sua Política de Gerenciamento de Riscos atualmente adotada, possibilita o gerenciamento eficaz dos riscos de mercado inerentes às atividades da Companhia.

Para maiores informações sobre o gerenciamento de riscos de mercado, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tais como pronunciamentos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela CVM, e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras. Como exemplos das práticas e controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- 1) Reconciliação das contas contábeis;
- 2) Processos mensais de fechamento contábil;
- 3) Adoção de sistemas de aprovação por alçada;
- 4) Condução de auditoria interna dos controles associados às demonstrações financeiras a ser realizada pela PP&C; e
- 5) Aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração e Assembleia de Acionistas.

Ainda, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia dispõe de diretrizes de controles internos relacionadas à gestão de riscos e exposição em operações de trading e metodologia da análise de crédito de clientes.

Dessa forma, a Companhia entende que os controles internos adotados são adequados ao tipo de atividade e o volume de transações que realiza e asseguram a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

O acompanhamento da eficiência das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis fica a cargo da Vice-Presidência Financeira da Companhia, estrutura que lidera as áreas de Contabilidade, Planejamento Tributário, Tesouraria, Planejamento Financeiro e Planejamento Estratégico. A área de Contabilidade conduz os fechamentos contábeis mensais, desenvolve as demonstrações financeiras e atende diretamente aos auditores independentes. Por sua vez, as demais áreas sob a liderança da Vice-Presidência Financeira suportam a área de Contabilidade quando necessário e no que for aplicável.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

As demonstrações financeiras, desenvolvidas pela área de Contabilidade e revisadas pela Vice-Presidência Financeira, são submetidas a avaliação e aprovação do Conselho de Administração e posteriormente da Assembleia de Acionistas.

Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia instituiu o seu Comitê de Auditoria, órgão colegiado de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que é responsável por avaliar a independência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelos auditores independentes, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções, bem como por acompanhar a eficiência das atividades da função de controles internos, exercida pela Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia.

A Companhia também conta com Auditoria Interna terceirizada, atualmente exercida pela PP&C Auditores Independentes, que é responsável por submeter para revisão e aprovação do Conselho de Administração, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna. O escopo de contratação é a prestação de serviços de auditoria interna, com vigência de 12 meses a partir da conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Todos os membros do Comitê de Auditoria da Companhia são responsáveis por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Na execução de suas responsabilidades, os membros do Comitê de Auditoria interagem com os membros do Conselho de Administração, a Diretoria, a Área de Auditoria Interna, a Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia, que são, de forma colegiada, responsáveis pelo acompanhamento da eficácia dos controles internos da Companhia. Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficácia dos controles internos, estão: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da função de controles internos, exercida pela Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia; (iv) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse; e (v) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos.

A Vice-Presidência Financeira da Companhia também atua no acompanhamento da eficiência das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e demonstrações financeiras intermediárias do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendação dos auditores
Reconhecimento da receita e custo com comercialização de energia elétrica	Os auditores independentes identificaram que as empresas Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Comerc Power Trading Ltda. e Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. contabilizaram ajustes provenientes de distorções de auditoria identificadas no reconhecimento da compra e venda de energia elétrica. De acordo com os auditores independentes, os ajustes identificados seriam oriundos de registros de compra e venda de energia efetuados fora da competência, que estabelecem que as receitas, as despesas e os custos devem ser registrados contabilmente de acordo com a sua ocorrência, independentemente do pagamento ou recebimento financeiro. Destacaram também a importância de monitoramento do processo de conciliação do book energético com o livro fiscal (fornecedores de energia). Tendo em vista às fragilidades identificadas na conciliação do book energético com o livro fiscal, os auditores independentes recomendaram que a Companhia criasse e estabelecesse o ambiente de manutenção de controles internos com o objetivo de assegurar a conciliação efetiva e clara das informações do livro fiscal e do book energético, em frequência mensal, de modo que toda e qualquer discrepância seja devidamente justificada, investigada, solucionada e aprovada.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Necessidade de ajuste a valor presente na mensuração do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia, cálculo dos impostos diferidos sobre o valor presente e segregação entre curto e longo prazo do valor justo	Os auditores independentes identificaram que a Companhia mantém contratos futuros de compra e venda de energia, que de acordo com a norma contábil CPC 48/IFRS 09 - Instrumentos Financeiros, se qualificam como instrumentos financeiros, devendo ser reconhecidos e mensurados pelo valor justo. De acordo com os auditores, a valorização da carteira de contratos de energia consiste em avaliar o valor justo de seus ativos e passivos no momento da análise (data base). Dessa forma, o ajuste de marcação a mercado (MtM) necessário dessa carteira representa obter a diferença entre o preço contratual e o preço de mercado projetado, ajustado a valor presente (VPL) por uma taxa de desconto. Apenas o ajuste relacionado ao VPL não estava sendo executado pela Companhia. Os auditores independentes ressaltaram que, para o ajuste de VPL, é necessário também o cálculo dos impostos diferidos, visto que se trata de uma diferença temporária. Dessa forma, os auditores recomendaram que a Companhia criasse e executasse controles a fim de realizar a devida mensuração e reconhecimento do MtM em sua rotina de fechamento contábil, e que os valores apurados fossem conciliados com os registros contábeis de modo a reduzir o risco de distorção nas demonstrações financeiras, além de que fossem calculados e contabilizados os valores dos impostos diferidos relacionados aos ajustes.
Transações entre partes relacionadas	Ao longo do processo de auditoria, não foi possível verificar a existência de dados de aprovações para ocorrência de algumas transações entre partes relacionadas. De acordo com os auditores independentes, a ausência de execução e manutenção de um ambiente de controles ao processo de partes relacionadas impacta diretamente o processo de eliminação de partes relacionadas quando da consolidação contábil, resultando em distorções e eliminações incompletas. Os auditores independentes recomendaram que a Companhia implementasse um detalhamento das etapas de aprovação e monitoramento das transações, observada a agilidade no processo de controle e identificação das transações entre partes relacionadas.
Processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras	Os auditores independentes identificaram que o processo de encerramento das demonstrações financeiras acarreta um tempo excessivo de revisão e certas notas explicativas, elaboradas pela Companhia, precisaram de ajustes para atenderem aos requisitos de reconhecimento e divulgação, exigidos pelas normas contábeis. De acordo com os auditores independentes, um processo de fechamento contábil robusto e de preparação das demonstrações financeiras inclui e implica a finalização das demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas, por parte da administração para posterior exame pelos auditores independentes. Os auditores independentes recomendaram os seguintes passos para melhorar os prazos e a eficácia do processo de conclusão das demonstrações financeiras da Companhia: (i) avaliar a eficiência e a

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

	eficácia dos procedimentos atuais e modificá-los quando necessário; (ii) aprimorar os controles de revisão das demonstrações financeiras, para garantir que os requerimentos de divulgação exigidos pelas normas contábeis estejam sendo cumpridos. Esse processo deverá ser revisado e aprovado por um profissional diferente do preparador.
Processo de consolidação	Os auditores independentes identificaram que a estrutura corporativa da Companhia inclui entidades controladas, cada qual com seu balancete individualizado. No entanto, o sistema contábil não consolida os balancetes individuais automaticamente. De acordo com os auditores independentes, falta evidência de revisão por um terceiro independente do executor para o processo de consolidação, visto que o processo de consolidação manual aumenta o risco de erro, uma vez que os dados são extraídos manualmente do sistema e formatados para o modelo em Excel. Além disso, os auditores consideram que tal processo consome tempo, podendo resultar em cronograma mensal e anual para relatórios financeiros mais extensos do que o necessário. Os auditores independentes recomendaram que a Companhia realize a criação de controles internos de modo a assegurar que o processo de consolidação passe por elaboração e revisão detalhada, além de considerar promover a sua automatização, considerando a implantação de um relatório de consolidação ou um pacote de expansão de software para melhorar a eficiência do processo de elaboração interno do relatório consolidado.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com relação às deficiências significativas apontadas, a Administração da Companhia fez os seguintes comentários:

Assunto	Comentários dos diretores (2021)
Reconhecimento da receita e custo com comercialização de energia elétrica	Para o exercício de 2021, a deficiência foi solucionada, visto que a Companhia efetuou a conciliação entre o book energético e o livro fiscal conforme recomendado. Vale ressaltar também que todas as diferenças identificadas no processo de auditoria foram devidamente ajustadas.
Necessidade de ajuste a valor presente na mensuração do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia, cálculo dos impostos diferidos sobre o valor presente e segregação entre curto e longo prazo do valor justo	A partir de 2021, todos os controles sugeridos foram devidamente implementados. Além disso, todos os ajustes necessários foram refletidos nas demonstrações financeiras: (i) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020; (ii) nas demonstrações financeiras intermediárias do primeiro trimestre e segundo trimestre de 2021, e; (iii) nas demonstrações financeiras intermediária do período de 6 meses findos em 30 de junho de 2021. Dessa forma, a Companhia entende que as demonstrações e informações financeiras da Companhia estão em acordo com o CPC 48/IFRS 09 - Instrumentos Financeiros.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Aprovação de certas transações entre partes relacionadas	A Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 06 de agosto de 2021. A referida política visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros, bem como preza para que sejam empregadas as melhores práticas de governança corporativa.
Processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras	A Companhia vem implementando mudanças em sua estrutura de equipe, deixando mais robusto o time da controladoria e estabelecendo novos processos e controles em seu fechamento contábil e preparo das demonstrações financeiras. Ressaltamos que as demonstrações/informações financeiras preparadas para fins de oferta exigiram um nível maior de divulgação por conta da maior governança corporativa requerida para fins de CVM. A Companhia está em constante evolução no preparo de suas informações financeiras, incluindo revisão das notas explicativas e verificação de cumprimento das exigências requeridas. Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia instituiu seu Comitê de Auditoria, responsável por avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras. As próximas informações trimestrais a serem preparadas pela Companhia estarão sujeitas à revisão por parte desse órgão.
Criação e manutenção do processo de consolidação	A Companhia vem implementando mudanças em sua estrutura de equipe, deixando mais robusto o time da controladoria e estabelecendo segregação de funções. Foram definidos novos processos e controles em seu fechamento contábil e consolidação. Ressaltamos que as demonstrações financeiras preparadas para fins de oferta exigiram um nível maior de divulgação por conta da maior governança corporativa exigida para fins de CVM. A Companhia está em constante evolução no preparo de suas notas. Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia instituiu o seu Comitê de Auditoria que é responsável por avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras. As próximas informações trimestrais a serem preparadas pela Companhia estarão sujeitas à revisão por parte desse órgão.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

No contexto da abertura de capital, a Companhia revisou seu Código de Ética e Conduta Empresarial ("Código de Ética e Conduta") visando a reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Ética e Conduta trata, entre outras matérias, sobre a importância de cumprimento com a legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades, especialmente com leis que proíbem práticas de corrupção.

O Código de Ética e Conduta, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de setembro de 2021, define a missão, visão e valores da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) a aderência às políticas, regulamentações e leis brasileiras e o combate à corrupção; (ii) situações de conflito de interesses; (iii) relações com fornecedores e prestadores de serviços; (iv) normas sobre o uso de informação privilegiada e/ou confidencial; e (v) as consequências para o descumprimento do Código de Ética e Conduta.

O Código de Ética e Conduta e demais políticas da Companhia, incluindo a Política de Gerenciamento de Riscos, são revisados no mínimo anualmente ou sempre que houver uma mudança significativa na legislação aplicável.

Além do Código de Ética e Conduta, a Companhia adota uma Política Anticorrupção e de Prevenção de Fraudes e Lavagem de Dinheiro, que é aplicável à todas as áreas da Companhia e de suas controladas, além de abranger os terceiros que atuam em nome, benefício ou interesse da Companhia perante agentes públicos. Esta política tem como objetivo garantir que todas as decisões da Companhia sejam tomadas de forma íntegra e transparente, respeitando o disposto na legislação brasileira em vigor, em especial as leis que proíbem práticas de corrupção.

Ressalta-se que a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, ao tratar de situações de conflitos de interesses, também se relaciona ao programa de integridade da Companhia.

Além do Código de Ética e Conduta, a Companhia adota uma Política Anticorrupção e de Prevenção de Fraudes e Lavagem de Dinheiro, que é aplicável à todas as áreas da Companhia e de suas controladas, além de abranger os terceiros que atuam em nome, benefício ou interesse da Companhia perante agentes públicos. Esta política tem como objetivo garantir que todas as decisões da Companhia sejam tomadas de forma íntegra e transparente, respeitando o disposto na legislação brasileira em vigor, em especial as leis que proíbem práticas de corrupção.

5.4 - Programa de Integridade

Ressalta-se que a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, ao tratar de situações de conflitos de interesses, também se relaciona ao programa de integridade da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes estruturas organizacionais estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade:

- **Conselho de Administração:** responsável por aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade;
- **Diretoria:** responsável por promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo;
- **Comitê de Auditoria:** órgão autônomo de assessoramento ao Conselho de Administração, a quem se reporta, responsável por: (a) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (b) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos.
- **Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos:** responsável por, dentre outros: (a) tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e Conduta; (b) propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de compliance ou a revisão das já existentes; (c) conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética e Conduta; (d) auxiliar a Comissão de Ética e Compliance na apuração de comunicações recebidas através do Canal Aberto; e (e) finda a investigação, encaminhar suas conclusões à Comissão de Ética e Compliance para determinação das medidas disciplinares aplicáveis. Com o objetivo de garantir a sua independência e autonomia, no exercício das funções de compliance, riscos corporativos e controles internos, a Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos se reporta diretamente ao Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos, e pode contar com o auxílio de outras áreas da Companhia, tais como a Controladoria e jurídico, para o desempenho de suas atividades. Além disso, a Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos possui reporte à Diretoria Jurídica da Companhia, para o tratamento de questões meramente administrativas, sem que isso configure relação de subordinação.
- **Comissão de Ética e Compliance:** grupo de trabalho de assessoramento à Diretoria que se reporta trimestralmente ao Comitê de Auditoria, é responsável por, dentre outros: (a) auxiliar a Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos na identificação e monitoramento dos Riscos e planos de ação para sua eliminação, mitigação ou controle; (b) apurar comunicações recebidas através do Canal Aberto, com o auxílio da Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos; (c) propor as medidas disciplinares aplicáveis em casos de violação ao Código

5.4 - Programa de Integridade

de Ética e Conduta e/ou à legislação; (d) monitorar a aplicação do Código de Ética e Conduta; (e) deliberar acerca da contratação de investigação independente, quando necessário; e (f) analisar e acompanhar informações de potenciais situações de conflito de interesses informadas pelos colaboradores por meio do Formulário de Conflito de Interesses.

- **Auditoria Interna:** responsável por, dentre outros, aferir a qualidade e adequação dos controles internos e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações da Companhia. A Auditoria Interna reporta suas atividades ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria. Para resguardar a sua independência e autonomia, essa função é operacionalizada por empresa terceirizada devidamente registrada junto à CVM, a PP&C Auditores Independentes, conforme permitido pelo Regulamento do Novo Mercado.

É assegurado à Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

Com exceção da Diretoria e do Conselho de Administração, que estão plenamente operacionais desde o início das operações da Companhia, todas as demais estruturas mencionadas acima foram estruturadas no âmbito da oferta pública de ações da Companhia, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado, e já se encontram plenamente operacionais, tendo sido aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de agosto de 2021.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A última versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2021.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

Conforme o disposto no item “Aplicabilidade” do Código de Ética e Conduta, o documento se aplica a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, empregados e estagiários. Além disso, as diretrizes do Código de Ética e Conduta também devem ser observadas por terceiros, incluindo clientes externos, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros comerciais, profissionais terceirizados ou quaisquer outros terceiros que atuem no interesse ou benefício da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

Conforme o disposto no item “Treinamentos Periódicos” do Código de Ética e Conduta, a Companhia promove treinamentos com periodicidade mínima anual a todos os seus colaboradores sobre a aplicação das disposições do Código de Ética e Conduta e demais políticas e procedimentos. O comparecimento aos treinamentos é obrigatório.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Ética e Conduta, das políticas e procedimentos da Companhia ou da legislação vigente estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência oral e/ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho (com ou sem justa causa); (iv) tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e (v) se necessário, comunicação dos fatos às autoridades competentes. Tais sanções estão previstas no item “Consequências do Descumprimento deste Código” do Código de Ética e Conduta.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de setembro de 2021, e está disponível em <http://www.comerc.com.br/ri>.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia possui um canal de denúncias, chamado “Canal Aberto”, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem reportar dúvidas e relatos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética e Conduta, assim como de políticas, padrões internos e da legislação vigente.

O Canal Aberto é operado por empresa terceirizada e pode ser acessado, de forma gratuita, através dos seguintes meios:

- (i) **Website:** www.helloethics.com/comerc
- (ii) **Telefone:** 0800-591-6059
- (iii) **E-mail:** canalaberto.comerc@helloethics.com

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal Aberto é destinado a todos os colaboradores e terceiros que desejem registrar dúvidas e relatos de casos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética e Conduta.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

O Canal Aberto assegura a confidencialidade das informações recebidas e o anonimato dos denunciantes.

5.4 - Programa de Integridade

Nos termos do seu Código de Ética e Conduta, a Companhia não tolera qualquer forma retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Por essa razão, eventual retaliação será considerada uma violação ao Código de Ética e Conduta, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Todos os relatos serão enviados à Comissão de Ética e Compliance, que irá realizar uma investigação sigilosa com o intuito de aferir os fatos e tomar as decisões cabíveis. Além disso, a Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos é responsável por auxiliar a Comissão de Ética e Compliance na apuração de comunicações recebidas através do Canal Aberto.

De modo a evitar conflitos de interesses na apuração de denúncias, em casos de denúncias que envolvam a Área de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos, a Comissão de Ética e Compliance, o Comitê de Auditoria ou seus membros, o Conselho de Administração será responsável pela apuração. Casos envolvendo o Conselho de Administração ou seus membros serão apurados pelo Comitê de Auditoria. Por sua vez, casos de envolvimento de membros da Diretoria serão encaminhados pela Comissão de Ética e Compliance ao Conselho de Administração para deliberação e tratativas.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

No âmbito de todos os processos de fusão e aquisição realizados pela Companhia são conduzidos procedimentos de due diligence. Para tanto, a Companhia contrata empresas de consultoria externa e escritórios de advocacia, visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares relacionadas às pessoas jurídicas envolvidas.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia. O Conselho de Administração da Companhia aprovou sua Política de Gerenciamento de Riscos em 17 de setembro de 2021, conforme detalhada na Seção 5.1 acima. Adicionalmente, também na mesma data, seu Código de Ética e Conduta foi reformulado e atualizado, e passou a contar com as disposições descritas na Seção 5.4 acima.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Em complemento ao item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia possui e divulga princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, previsão, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos, padronizando as atividades de controle e de gerenciamento dos riscos que devem ser desempenhadas em todos os níveis da Companhia e nos estágios de seus processos corporativos. A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os Riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, está incluído o risco mencionado no item 4.2.

Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira nem derivativos para proteção patrimonial.

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia pode fazer uso de diversos instrumentos de derivativos como swaps, NDF (contrato a termo de moeda sem entrega física) e opções caso celebre contratos que estejam sujeitos à variação cambial no futuro. A escolha por cada tipo de contrato vai depender da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como liquidez dos contratos. A contratação desse instrumento financeiro deverá ser feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia administra esses instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreada em suas operações e não utiliza tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (*hedge*).

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não sejam no contexto de suas operações.

Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) que não sejam dentro do contexto de suas operações de trading de energia.

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos está descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	15/07/2016
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

Conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência, a Companhia pretende realizar, após seu registro de companhia aberta categoria “A” e antes do registro de sua oferta pública inicial de ações, a Reorganização Societária. Por meio da Reorganização Societária, a Companhia irá adquirir participação societária nas Entidades Incorporadas.

Com isso, apresentamos abaixo o breve histórico tanto da Companhia e de suas atuais subsidiárias, quanto das Entidades Incorporadas.

Histórico da Companhia

Tendo iniciado suas atividades em 2001, o grupo econômico da Companhia (“Grupo Comerc”) tem atuado, nas últimas duas décadas, no mercado de energias renováveis e serviços de energia. Ao longo dos anos, o Grupo Comerc passou por um processo de expansão por meio da criação de novas entidades e diversificação de seu portfólio. Em 2001, a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“Comerc Comercializadora”) se tornou uma das precursoras do Mercado Livre, atuando tanto na comercialização de energia quanto na gestão de consumidores livres. Em 2005, foi criada a Comerc Energia Ltda. (“Comerc Gestão”), para segregar as atividades de trading e gestão com o objetivo de mitigar o conflito de interesse entre as recomendações de serviços ao cliente e as necessidades de colocação de energia da trading. Em 2008, a Comerc Gestão ampliou sua atuação para gestão de geradores e passou atender usinas hidráulicas e biomassa de cana. Desde 2009, eólicas também passaram a ser atendidas e usinas solares fotovoltaicas incrementaram a carteira, a partir do segundo semestre de 2017.

Em 2016, com o intuito de ampliar o leque de soluções em energia para consumidores de gás natural do Grupo Comerc, foi criada a Comerc Gás Comercializadora Ltda. (“Comerc Gás Comercializadora”). Em 2016, a Comerc Esco, Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (“Nexway”), que atua em projetos de eficiência energética, foi constituída e passou a oferecer para às empresas a oportunidade de obter novos equipamentos de ar-condicionado, iluminação, motores e subestação sem a necessidade de realizar os investimentos e podendo pagá-los com a economia na redução do custo de energia elétrica. No mesmo ano, a Comerc Gestão começou a prestar serviços de gerenciamento para os projetos de geração distribuída dos seus clientes (geração compartilhada remota). Visando expandir a atuação em comercialização de energia do Grupo Comerc, sob a modalidade varejista do mercado livre, em 2016 foi criada a Comerc Power Trading Ltda. (“Comerc Futuro”) que, a partir de 2020, intensificou suas operações ao se tornar uma unidade de negócios independente e separar seu time de executivos do time da Comerc Comercializadora.

A Companhia foi fundada em 2016, diante da expansão do Grupo Comerc, com o propósito de ser uma holding consolidadora dos ativos do grupo. Em 2017, foi constituída a Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. (“Doc 88”), que atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o Grupo Comerc. No contexto de soluções em energia. Em 2018, foi fundada a Micropower Comerc Energia S.A. (“MicroPower”), empresa que presta serviços de armazenamento de energia aos clientes do Grupo Comerc e da qual a Companhia é uma das principais investidoras, juntamente com a Siemens, a Equinor e ex-executivos da Tesla. Em 2018, a Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“Newcom”), a segunda comercializadora do Grupo Comerc tornou-se operacional, com foco em operações no Mercado Livre de energia, e foi lançado o produto Zordon, no segmento de serviços ao cliente, que permite a coleta e tratamento das informações de consumo por meio de software de gestão. Também em 2018, foi criada a MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. (“Megawhat”), que atua na prestação de serviços de informação, consultoria e EAD. A Megawhat iniciou suas atividades oferecendo os serviços internamente aos colaboradores do Grupo Comerc e passou a atender ao mercado a partir de outubro de 2019. A solução de gestão de distribuidoras também passou a ser oferecida aos clientes em 2018 pela Comerc Gestão.

Em 2020, o Grupo Comerc inaugurou suas atividades no segmento de colocação de energia para o varejo, por meio da DMC Consultoria e Gestão de Projetos em Energia Ltda., uma *energytech* cujo foco é geração distribuída de energia solar mediante assinatura digital (“Sou Vagalume”). Esta parceria inaugurou a relação do Grupo Comerc com a Perfin Administração de Recursos Ltda. e os ativos por ela geridos. Em 2021, o Grupo Comerc ampliou sua atuação no segmento de energia solar, por meio do investimento na Infinito Energy Investimentos e Participações S.A., que atua no desenvolvimento de projetos de geração de energia solar para autoprodutores.

6.3 - Breve Histórico

Por fim, no 2º (segundo) trimestre de 2021, a Perfin concluiu uma transação por meio da qual adquiriu 19,99% de participação societária na Companhia, na MegaWhat e na DOC 88 que seria logo em seguida adquirida pelo fundo Comercury.

Histórico das Entidades Incorporadas

A Perfin é uma gestora de fundos de investimento independente, especializada na gestão de ativos de infraestrutura, focada em estudar e entender as empresas e investir construtivamente. Iniciou sua operação de gestão de recursos de terceiros em 2007 e a gestão de fundos de infraestrutura em 2016.

Em 2018, constituiu o fundo FIP Ares 1, composto pelo Projeto Complexo Rio do Vento e Brígidias, adquirindo participação na Companhia no 2º trimestre de 2021.

Atualmente, os fundos cuja gestão é feita pela Perfin possuem participação indireta em algumas das Entidades Incorporadas, cujo breve histórico apresentamos abaixo. Para maiores informações sobre as operações das Entidades Incorporadas, vide item 7.9 deste Formulário de Referência e para maiores informações sobre a participação da Perfin, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Mori

A Mori é uma empresa que tem como principal objetivo a disseminação da geração de energia elétrica solar de forma democrática e descentralizada, através do setor de Geração Distribuída no Brasil.

Hoje a Mori possui 186 megawatt pico (“MWp”) (sendo 149 MWp na participação da Mori nas respectivas UFVs) de capacidade instalada, conectando 35 usinas até diversos consumidores através de consórcios e cooperativas, na modalidade de geração compartilhada.

A Mori começou com um portfólio pequeno que chegava a 25MW e em dois anos a Mori acelerou seu crescimento, acreditando ser atualmente um dos maiores players no segmento de geração distribuída compartilhada do Brasil, conforme suas análises internas. Atualmente a Mori está expandindo a sua atuação, através da construção de mais 162 MWp em 51 UFVs (129 MWp considerando a participação da companhia).

O envolvimento da Mori na implantação destes projetos inclui: (i) a elaboração e aprovação dos projetos de engenharia, (ii) a compra e importação dos kits fotovoltaicos (módulos, inversores, trackers e/ou estruturas fixas entre outros), (iii) a contratação de empresas para execução das obras de construção e montagem, (iv) o acompanhamento das obras de construção e montagem das usinas e das obras de conexão e (v) a operação e manutenção das usinas fotovoltaicas.

Brígidias

O Grupo Brígidias é composto por projetos do setor fotovoltaico voltados ao mercado de ambiente de contratação regulada, contando atualmente com dois parques solares.

Mercury

A Mercury Renew é uma empresa especializada em geração de energia renovável por meio de projetos com baixa emissão de poluentes e impacto social positivo, promovendo desenvolvimento nas diversas regiões do país e na operação de empresas dos mais variados setores da indústria.

Complexo Rio do Vento

A Casa dos Ventos (“CDV”) possui aproximadamente 11,4GW de projetos desenvolvidos e 18,8GW de pipeline. A CDV desenvolve parques eólicos e solares para implementação própria e para alienação a terceiros. Isto se dá através de uma abordagem diferenciada nas esferas ambiental, financeira, fundiária e principalmente de engenharia, conforme será detalhado à frente.

6.3 - Breve Histórico

A CDV atua em projetos de geração de energia eólica, solar e híbrida. Seus empreendimentos são reconhecidos pelo alto fator de capacidade (isso é, pela relação entre a energia que uma usina efetivamente produz anualmente e a sua capacidade instalada total, "Fator de Capacidade"), isso se dá pela excelência da CDV em mapear recursos eólicos e solares, ao todo são mais de 900 pontos medidos no Brasil. Uma das principais vantagens competitivas de CDV é sua capacidade de redução de incertezas, isto se dá através de uma abordagem diferenciada nas esferas ambiental, financeira, fundiária, regulatória e principalmente de engenharia. Uma grande parte destes projetos já está em operação e outros ainda estão em fase de construção pelas geradoras que os adquiriram.

DOC 88

A DOC88 é uma empresa de tecnologia, cujo objetivo é criar soluções inovadoras e disruptivas para seus clientes, utilizando tecnologia e metodologia de ponta, com a maior parte de seu portfólio de produtos e serviços dedicada ao segmento de energia.

MegaWhat

A MegaWhat é uma plataforma de relacionamento e inteligência integrada para contribuir na tomada de decisão no mercado de energia. Por meio da plataforma on-line, oferece notícias, projeções de preço e de meteorologia, análises regulatórias e setoriais, cursos e conectividade em tempo real.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

A Companhia, uma holding de empresas que atuam na comercialização, gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras, soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia, detém a maior base de clientes no segmento de gestão de energia no Brasil¹. Além disso, a Companhia é a quarta maior comercializadora de energia no Brasil², oferecendo segurança e flexibilidade para seus clientes atendendo às necessidades de seus parceiros.

Tendo iniciado suas atividades no setor elétrico em 2001, o grupo econômico da Companhia ("Grupo Comerc") tem atuado, nas últimas duas décadas, no mercado de energias renováveis e serviços de energia. Ao longo dos anos, o Grupo Comerc passou por um processo de expansão por meio da criação de novas entidades e diversificação de seu portfólio. Em 2001, a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Comerc Comercializadora") começou sua operação no setor elétrico, sendo uma das precursoras do Mercado Livre, atuando tanto na comercialização de energia quanto na gestão de consumidores livres. Em 2006 a Comerc Energia Ltda. ("Comerc Gestão") foi constituída e começou a atuar, para segregar as atividades de trading e gestão, uma vez que as atividades de trading do Grupo Comerc se intensificaram. Em 2008 a Comerc Gestão ampliou sua atuação para gestão de geradores e passou atender também usinas hidrelétricas, térmicas a biomassa de cana, eólicas e solares.

Em 2015, com o intuito de ampliar o leque de soluções em energia para consumidores de gás natural do Grupo Comerc, foi criada a Comerc Gás Comercializadora Ltda. ("Comerc Gás"). Em 2016, a Comerc Esco, Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. ("Nexway"), que atua em projetos de eficiência energética, foi constituída e passou a oferecer para as empresas clientes a oportunidade de obter novos equipamentos de ar-condicionado, iluminação, motores e subestação sem a necessidade de realizar os investimentos e podendo pagá-los com a economia na redução do custo de energia elétrica. Visando expandir a atuação em comercialização de energia do Grupo Comerc, sob a modalidade varejista do mercado livre, em 2016 foi criada a Comerc Power Trading Ltda. ("Comerc Futuro") que, em 2020, intensificou suas operações ao se tornar uma unidade de negócios independente e separar seu time de executivos do time da Comerc Comercializadora.

A Companhia foi fundada em 2016, diante da expansão do Grupo Comerc, com o propósito de ser uma holding consolidadora dos ativos do grupo. Em 2017, foi constituída a Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. ("Doc 88"), que atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o Grupo Comerc. No contexto de soluções em energia, também em 2017, foi fundada a Micropower Comerc Energia S.A. ("MicroPower"), empresa que presta serviços de armazenamento de energia e da qual a Companhia é uma das principais investidoras, juntamente com a Siemens, a Equinor e ex-executivos da Tesla. Com a entrada da Equinor no quadro de investidores da MicroPower em 2020, a MicroPower foi então avaliada em R\$ 132 milhões. Em 2018, a NewCom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("NewCom"), a segunda comercializadora do Grupo Comerc, começou a atuar com foco em operações no Mercado Livre de energia, e foi lançado o produto Zordon, no segmento de serviços ao cliente, que permite a coleta e tratamento das informações de consumo por meio de software de gestão. Também em 2018, foi criada a MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. ("MegaWhat"), que atua na prestação de serviços de informação, consultoria e EAD. A MegaWhat iniciou suas atividades oferecendo os serviços internamente aos colaboradores do Grupo

¹ Fonte: Relatórios gerenciais de performance da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – junho de 2021.

² Fonte: Relatório InfoMercado – Dados Individuais divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – março de 2021.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Comerc e passou a atender ao mercado a partir de outubro de 2019. A solução de gestão de distribuidoras também passou a ser oferecida aos clientes em 2018 pela Comerc Gestão.

Em 2020, o Grupo Comerc inaugurou suas atividades no segmento de colocação de energia para o varejo, por meio da DMC Consultoria e Gestão de Projetos em Energia Ltda. ("Sou Vagalume"), uma *energytech* cujo foco é geração distribuída de energia solar mediante assinatura digital. O investimento na Sou Vagalume, em associação a Perfin Administração de Recursos Ltda. ("Perfin"), inaugurou a parceria do Grupo Comerc com a Perfin e os ativos por ela geridos. Em 2021, o Grupo Comerc ampliou sua atuação no segmento de energia solar, por meio do investimento na Infinito Energy Investimentos e Participações S.A. ("Infinito"), que atua no desenvolvimento de projetos de geração de energia solar para autoprodutores.



Em 30 de junho de 2021, os segmentos de atuação das entidades do Grupo Comerc estavam configurados conforme imagem abaixo:



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 2021, a incorporação dos ativos de geração detidos pelos fundos geridos pela Perfin impulsiona a Companhia a atuar como plataforma integrada no setor de energias renováveis, tendo como principais atividades: (a) desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia renovável; (b) comercialização de energia no ambiente de contratação livre e gestão de geração distribuída no ambiente de contratação regulado; e (c) serviços de gestão e desenvolvimento de soluções no setor de energia.

Como prestadora de serviços de energia para consumidores livres, a Companhia atende a clientes de grande porte por meio de serviços de gestão de energia, soluções para aumento de eficiência energética, comercialização de energia, consultoria e fornecimento de bases de dados e conteúdo. Além disso, também atende a clientes de médio e pequeno porte por meio de serviços voltados à geração distribuída e à comercialização varejista com benefícios que incluem a redução de custos e maior facilidade de acesso aos serviços e informações, especialmente por meio de recursos digitais a seus clientes.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

Os quadros abaixo apresentam as informações financeiras e operacionais da Companhia selecionadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020:

(Em milhares de reais)	Em e/ou no período de seis meses encerrado em 30 de junho de		Em e/ou no exercício social encerrado em		
	2021	2020	31 de dezembro de		
			2020	2019	2018
Receita operacional líquida	1.632.083	397.871	834.560	794.304	222.947
Marcação a mercado de instrumentos financeiros ⁽¹⁾	-63.571	23.432	-8.347	4.033	5.005
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	-29.006	15.500	-1.155	16.369	1.841
EBITDA^{(2) (3) (4)}	-38.053	25.768	1.863	24.226	2.611
Patrimônio líquido	329.481	-	205.234	48.240	36.572
Caixa Líquido ⁽⁵⁾	202.429	-	50.441	23.967	30.011

⁽¹⁾ Refere-se ao ganho ou perda de marcação a mercado de instrumentos financeiros (variação do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia).

⁽²⁾ O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) do período/exercício, ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não devem ser considerados isoladamente ou como alternativas e/ou substitutos do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos. O EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras empresas. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ Inclui os efeitos da reestruturação societária ocorrida em 31 de dezembro de 2020, em que as empresas Comerc Comercializadora, Comerc Energia, Comerc Power, Comerc Gás e Micropower Participações passaram a ser

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

consolidadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021 e da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Para mais informações, ver, respectivamente, seções 15.7 e 10.4 deste Formulário de Referência.

⁽⁴⁾ O EBITDA e a Margem EBITDA estão impactados pelos valores da marcação a mercado de instrumentos financeiros (contratos futuros de compra e venda de energia), que totalizaram despesa de R\$63.571 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, uma receita de R\$23.432 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, uma despesa de R\$8.347 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, uma receita de R\$4.033 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e uma receita de R\$5.005 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

⁽⁵⁾ A Companhia demonstra caixa líquido, não dívida líquida, tendo em vista que o valor referente a caixa e equivalentes de caixa é superior ao valor da dívida bruta, representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento. O Caixa Líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular o Caixa Líquido de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para o cálculo do Caixa Líquido, ver seção 3.2 deste Formulário de Referência.

Nossos Pontos Fortes

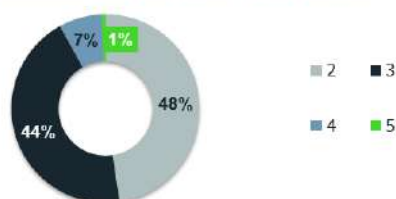
Atendimento a diversos perfis de consumo por meio de plataforma integrada da Companhia, que conecta clientes à geração de energia renovável por meio de soluções e serviços complementares.

A Companhia oferece serviços e soluções em (i) comercialização de energia, por meio da Comerc Comercializadora, da Comerc Futuro e da NewCom, (ii) acesso e gestão de geração distribuída por meio da Sou Vagalume; (iii) gerenciamento e gestão de energia, por meio da Comerc Gestão e da Comerc Gás, (iv) eficiência energética, por meio da Nexway, (v) telemetria, consumo e geração inteligente e análise de dados, por meio do produto Zordon, (vi) consultoria regulatória e preços de mercado nos setores de energia elétrica e gás natural, por meio da MegaWhat, e (vii) serviços de armazenamento de energia, por meio da MicroPower.

A Companhia acredita que com este portfólio de produtos e serviços a Companhia consegue não só atender diversos perfis de consumo dos clientes, mas também amplia sua receita proveniente de tais clientes por meio do *cross selling*, reduzindo o CAC (custo de aquisição dos clientes), o que contribui também para a crescente satisfação e retenção dos clientes.

Entre os clientes da Companhia que contrataram algum dos seus serviços, 23% contrataram apenas um dos serviços, e 77% contrataram um ou mais. A Companhia tem espaço para aumentar o *cross-selling* com novas soluções, conforme gráfico abaixo:

Número de serviços por cliente



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

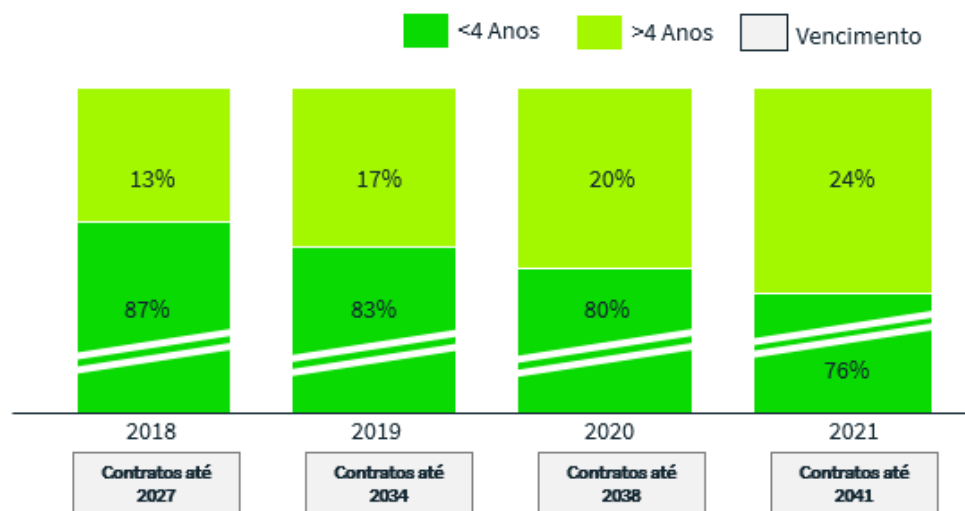
Liderança e pioneirismo em serviços de gestão de energia, com uma base de clientes de longo prazo, acompanhados da utilização de tecnologia desenvolvida in-house.

Em sua vertical de prestação de serviços para consumidores livres, a Companhia é líder nacional em número de clientes em serviços de gestão de energia, sendo que, em 30 de junho de 2021, contava com mais de 1,2 mil clientes corporativos sob gestão (participação de mercado de 16%), aproximadamente 3,3 mil unidades consumidoras e representação de aproximadamente 1,5 mil agentes na CCEE. Além disso, alcançou 1,9 GW médios de energia comercializada em 2020 (participação de mercado no Brasil de 3,0%, sendo 3,4% a participação de mercado do primeiro posicionado).

Dentro do contexto de comercialização de energia, o gráfico abaixo mostra o ranking de comercialização em GW médios e a participação da Companhia no mercado:

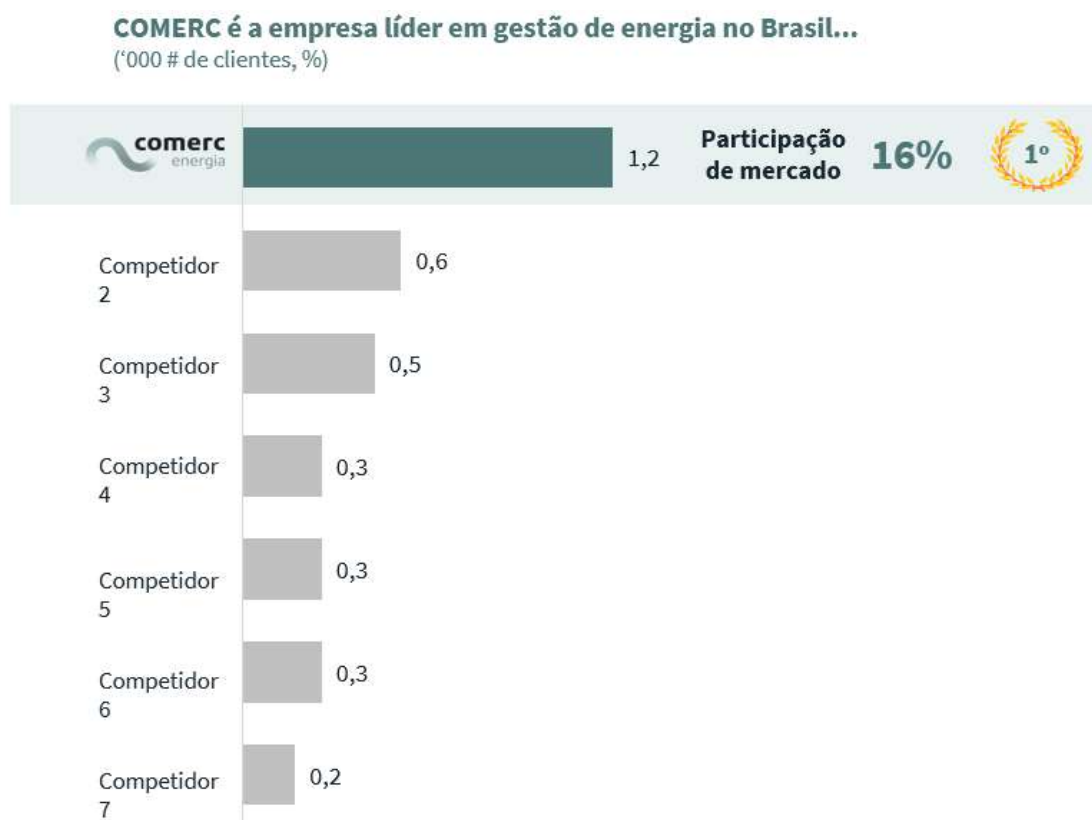


A Companhia tem originado cada vez mais contratos de longo prazo e criando uma base de comercialização mais longa. Em 30 de junho de 2021, cerca de 25% dos contratos do portfólio tinham prazo superior a quatro anos. O gráfico abaixo mostra a quebra percentual dos contratos conforme data de vencimento.

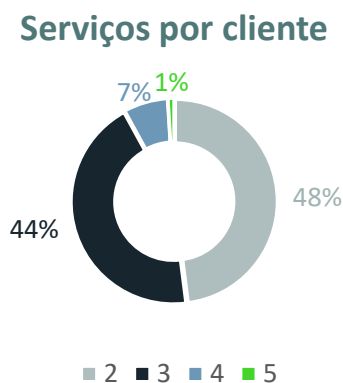


7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ainda no contexto de Gestão de Energia, o gráfico abaixo mostra o *ranking* de número de clientes (base mil) sob gestão para a Companhia e seus competidores, bem como a participação de mercado da Companhia:



Além disso, ainda há espaço para aumentar o *cross-selling* com novas soluções, dentro do portfólio da Companhia, conforme mostrado no gráfico abaixo:



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Acreditamos que os resultados positivos gerados pela qualidade dos serviços da Comerc podem ser identificados também através de análises referentes à demanda *vis a vis* o número de agentes quando comparados a outros *players* do mercado, conforme abaixo:



Por sua vez, no contexto de serviços, a Companhia conta com um time de mais de 220 pessoas dedicadas especificamente ao contato com seus clientes, em seus diversos nichos, sendo 165 pessoas focadas em gestão de energia, 24 pessoas dedicadas a soluções de energia e 15 pessoas na vertical de comercialização de energia, 17 pessoas em marketing e 1 pessoa na área de experiência do usuário (*customer experience*). A Companhia acredita que sua capacidade de manter no médio e longo prazo sua base diversificada de clientes relevantes, proporciona previsibilidade de receitas e oportunidades de *cross-selling* entre as suas diversas verticais de atuação. Nos últimos 4 anos a Companhia atraiu mais de 960 novos clientes, sendo que, dentre seus atuais mais de 1,2 mil clientes, 220 são clientes há um período entre 5 e 10 anos, 33 há um período entre 10 e 15 anos e 24 há mais de 15 anos. Abaixo estão listados alguns dos clientes da Companhia, por anos de relacionamento:

- **Acima de 15 anos:** Whirlpool, BRF, WEG, AngloAmerican, Klabin e Ajinomoto.
- **Entre 10 e 15 anos:** São Martinho, AmBev, Armco, Staco, Arcor, Iguatemi e TetraPak.
- **Entre 5 e 10 anos:** Schutz, Cacau Show, Alpargatas, Casa do Pão de Queijo, InterCement, Renault, Melitta e Embraer.
- **Menos de 4 anos:** Coty, MultiLog, Cinépolis, St. Marche, Petz, Riachuelo e Duratex.

A Companhia oferece a seus clientes corporativos e de varejo um vasto portfólio de serviços, muitos dos quais de maneira pioneira, incluindo serviços de arrendamento para geração centralizada, armazenamento de energia por baterias e gestão de consumidores no mercado livre, entre outros. Os clientes corporativos da Companhia podem contar com serviços de energia relacionados à gestão, eficiência energética, baterias, comercialização de energia e consultoria estratégica e regulatória, enquanto os clientes do varejo podem contar com a oferta de energia renovável no modelo varejista e geração distribuída, além de

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

soluções de telemetria, eficiência energética e gestão de unidades cativas, ou seja unidades que ainda não migraram para o mercado livre de energia.

Além da liderança e pioneirismo, a prestação de serviços de gestão de energia pela Companhia é diferenciada em razão do desenvolvimento e aplicação de tecnologias desenvolvidas *in-house* para serviços de energia, o que contribui para aumentar a qualidade da prestação de serviços e endereçar as necessidades de seus clientes e do mercado. Para tanto, a Companhia conta com um time de cerca de 150 desenvolvedores de sistemas dedicados ao desenvolvimento de tais tecnologias para serviços de energia na Doc 88, empresa responsável pelo desenvolvimento de tecnologias como as plataformas Sou Vagalume, Zordon e PowerView.

A Sou Vagalume é uma *energytech* desenvolvida com o propósito de democratizar o acesso à energia renovável por meio da redução de custos. Com um processo 100% digital, desde a escolha do plano até a assinatura do contrato, a Sou Vagalume atende residências, comércios, indústrias, microempreendedores e propriedades rurais, que podem alugar cotas em fazendas solares, cuja parcela de energia gerada é enviada para a distribuidora de energia local que, por fim, abate a utilização da energia com créditos na conta de luz do consumidor final, gerando economias para tal consumidor. Estes consumidores possuem um tamanho estimado em gastos mensais com energia de cerca de R\$ 2.000 – 3.000 / mês. Por sua vez, o Zordon é uma solução, no segmento de Internet das Coisas (*"Internet of Things – IOT"*), que combina um dispositivo de telemetria e um software que coleta e transmite dados, focada na captação de informações referentes a *utilities* (energia, água, luz, gás) ou processos (funcionamento de máquinas, status de equipamentos) e na transformação destes dados em eficiência e gestão, e conforme data base junho de 2021, é responsável pelo atendimento de cerca de 2.500 unidades no tema IoT. Por fim, o PowerView é um software de gestão que permite a integração e disponibilização, em tempo real, das informações, dados de contratos de energia e uso do sistema e do balanço energético de cada cliente, que também têm acesso simultâneo ao sistema.

Modelo de negócios pautado em forte estratégia ESG.

O modelo de negócios da Companhia é baseado em três principais pilares: (i) combater as mudanças climáticas, (ii) promover o desenvolvimento sustentável, e (iii) compromisso com a diversidade.

O combate às mudanças climáticas faz parte do DNA da Companhia, que é signatária do United Nations Global Compact, uma iniciativa voluntária baseada no compromisso de empresas na implementação de princípios e ações universais voltadas para a sustentabilidade. A Companhia pretende continuar a seguir tais diretrizes e, especificamente na vertente de combate aos desequilíbrios climáticos, participa da expansão do mercado de energias renováveis, reduzindo as emissões de CO².

Buscando contribuir para um mundo sustentável, a Companhia dedica-se à aplicação das melhores práticas e tecnologias em suas operações diárias, contribuindo para a redução da emissão de gases do efeito estufa. A Companhia certificou que 2.474 unidades consumidoras gerenciadas pela Comerc Gestão que adquiriram energia renovável no mercado livre e que contribuíram para a redução do equivalente a mais de 667 mil toneladas de emissão de CO₂ em 2020. Considerando os últimos 10 anos, os clientes da Comerc Gestão evitaram a emissão de 4,85 milhões de toneladas de CO² – o número equivale a um reflorestamento padrão com mais de 33 milhões árvores.

Outro relevante objetivo da Companhia é promover o desenvolvimento sócio-econômico de maneira sustentável. Para tanto, a Companhia dedica-se a desenvolver projetos sociais nas regiões em que atua. A Companhia gerou e pretende continuar gerando crescimento nas economias de tais regiões. A título

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

ilustrativo, considerando os projetos de geração distribuída das Entidades Incorporadas, a Companhia gerou mais de três mil postos de trabalho durante a fase de implantação dos projetos até 30 de junho de 2021. Além disso, em 2020 a Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, apoiou 20 projetos sociais nas regiões em que atua, tendo realizado doações de R\$ 400 mil no âmbito de tais projetos e cerca de R\$ 1 milhão para causas relacionadas à pandemia COVID-19.

Em linha com o terceiro pilar de compromisso com a diversidade, a Companhia reconhece e valoriza a importância da diversidade em seu quadro de administradores e colaboradores. Entre 2019 e 2020, as posições de liderança nas empresas do Grupo Comerc ocupadas por mulheres passaram de 24% para 34%, com quatro mulheres ocupando posições de CEO de empresas do Grupo Comerc. Ainda sobre diversidade, a Companhia possui um grupo multifuncional com 32 participantes, divididos em quatro frentes: gênero, etnia, PCDs e LGBTQIA+.

Administração com experiência comprovada e histórico de sucesso.

A Companhia conta com um time experiente tanto nos cargos de gestão quanto no conselho de administração. São profissionais reconhecidos e qualificados, com vasta e comprovada experiência no setor de energia brasileiro, contando também com históricos profissionais diversificados, formações complementares e, especialmente, com vasto conhecimento do nosso segmento, o que constitui uma vantagem competitiva em nosso mercado de atuação.

A maioria dos membros da nossa administração dedicou a sua vida profissional ao setor de serviços de energia brasileiro, outros possuem extensa experiência em sociedades líderes de diferentes setores da economia. Nossa cultura organizacional e de recursos humanos é baseada na atração e retenção de profissionais altamente qualificados em todos os níveis, com a consequente valorização dos executivos que apresentem melhor performance baseada em métricas qualitativas e quantitativas.

Nossa administração foi responsável pelo nosso sólido crescimento das operações e robusto desempenho operacional e financeiro percebido no passado, estando bem posicionada para continuar implementando, de maneira bem-sucedida, nossa estratégia de negócio. Dessa forma, acreditamos que a experiência de todo o time envolvido em nossa estratégia, somado à nossa expertise do mercado, são fatores que contribuem diretamente para o nosso crescimento e nos diferencia de nossos principais competidores. Para mais informações sobre nossa administração, ver item 12 deste Formulário de Referência.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens "4.1 Fatores de Risco" e "4.2 Riscos de Mercado" deste Formulário de Referência. Abaixo, apresentamos os cinco principais fatores de risco da Companhia:

A Companhia não pode garantir que as condições financeiras dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre e no Ambiente de Contratação Regulado serão observadas.

A Companhia celebra, no curso de seus negócios, contratos de compra e venda de energia com seus clientes no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), podendo celebrar cessão de montantes excedentes de energia e contratos de arrendamento de usinas com seus clientes no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"). Não há garantia que os clientes da Companhia honrarão com seus compromissos de pagamento no âmbito de tais contratos ou que as garantias prestadas pelas contrapartes da Companhia serão

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

suficientes para honrar referidos compromissos de pagamento e/ou manter a Companhia indene por todas as perdas eventualmente incorridas.

A eventual inadimplência de clientes da Companhia poderá impactar negativamente seu fluxo de caixa e suas operações e, conseqüentemente, resultar em um impacto negativo relevante na sua situação financeira e em seus resultados.

A Companhia pode não ser capaz de realizar as operações de negociação e comercialização da energia de forma rentável.

Uma das principais atividades exercida pela Companhia, na data deste Formulário de Referência, consiste na negociação, aquisição e comercialização de energia elétrica no ACL.

A atividade de comercialização está sujeita a diversos riscos relacionados ao setor, tais como o risco de a contraparte dos contratos não arcar com os valores devidos, risco de descasamentos de prazo e volume dos contratos, riscos de variações abruptas e não esperadas no preço da energia no curto prazo, risco de descolamento entre submercados dos fornecedores de energia e consumidores, risco de flexibilidade consistente nas oscilações no consumo mensal frente a quantidade contratada, risco de sazonalização nas oscilações da curva de consumo mensal, riscos referentes ao descasamento da modulação horária dos contratos de compra e venda e riscos de escassez de tipos de energia específicas (tais como energia incentivada 0%, 50% ou 100%, entre outras), e riscos de indisponibilidade dos sistemas de transmissão e distribuição de energia.

Além dos riscos apontados, o modelo de formação de preços de energia poderá sofrer alterações no futuro, o que poderá, conseqüentemente, alterar os preços de longo prazo de energia e impactar negativamente a receita da Companhia e/ou de suas controladas, o que pode ocasionar a migração de consumidores do ACL para o ACR, bem como uma alteração na dinâmica atualmente verificada na migração de agentes consumidores entre ambientes de contratação de energia.

O modelo de negócio da Companhia está relacionado a diversos fatores, mas essencialmente o fator determinante para a aquisição de energia da Companhia decorre da possibilidade de o consumidor de energia eventualmente obter uma redução de custos em comparação à aquisição da energia distribuída no ACR. Por outro lado, existem diversos ônus, custos e riscos atrelados ao ACL para os consumidores de energia, tais como a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), penalidades técnicas e desligamento no caso de descumprimento de obrigações. Em algumas hipóteses, os consumidores optam pelo ACL, mercado mais dinâmico e complexo em comparação ao atendimento pela distribuidora local, quando há necessariamente uma redução do custo da energia.

Nesse contexto, a Companhia também correrá o risco de não contabilização da energia contratada ou exposição ao mercado de curto prazo, que é precificado periodicamente pelo PLD, fixado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), caso determinada fornecedora descumpra alguma obrigação do contrato de compra de energia, fique inadimplente perante a CCEE ou tenha cancelada sua autorização de comercialização, com a conseqüente perda da autorização, resultando no posterior cancelamento total ou parcial do registro dos contratos de energia celebrados pela Companhia com tais fornecedoras, podendo resultar em penalidades regulatórias.

A estratégia de desenvolvimento de seus próprios projetos de geração de energia tem como base o spread

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

histórico observado entre o preço praticado no ACL e no ACR, sendo certo que não há qualquer garantia que tal spread continuará a ser observado. Caso as expectativas da Companhia não se realizem, ou haja movimentos imprevistos de mercado e volatilidade no preço da energia, a Companhia pode ter uma redução de sua receita estimada, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre seus resultados, inclusive na sua capacidade de viabilizar projetos de geração adicionais.

A Companhia pode não ser capaz de gerar toda a energia a que se obrigou negociar contratualmente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Em seus contratos de compra e venda de energia elétrica, as subsidiárias da Companhia se obrigaram a gerar e entregar montantes determinados de energia elétrica. A diferença entre a energia gerada e a energia entregue pode ser atrelada, dentre outras situações, à: (i) incidência de recursos em intensidade diversa àquela considerada em estudos realizados na fase do projeto; e (ii) indisponibilidade dos equipamentos em nível superior aos índices de desempenho contratados. Caso não entregue o montante de energia elétrica contratado, a Companhia poderá ter uma redução de sua receita estimada, o que poderá afetar adversamente seu fluxo de caixa e resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a adquirir energia por meio da celebração de contratos de energia de curto prazo, normalmente mais custosos, ou por meio do mercado de curto prazo ou ACL para atender seus compromissos no âmbito de contratos de comercialização de energia, os quais, caso não atendidos na forma contratada, podem sujeitar a Companhia a encargos, indenizações e ressarcimentos previstos contratualmente, o que causaria um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. A concretização dos riscos acima poderá comprometer a rentabilidade financeira e a qualidade dos serviços da Companhia diante dos consumidores.

A Companhia poderá não conseguir entregar a energia por ela gerada a preços e condições contratados no âmbito dos contratos de comercialização de energia, o que poderá resultar em um efeito adverso relevante em seus resultados.

A estratégia da Companhia é composta, dentre outros fatores, da entrega da energia oriunda de seus ativos de geração de energia a preços e condições contratados no âmbito dos contratos de comercialização de energia, o que envolve, dentre outros fatores, sua capacidade de implantar novos projetos e entregá-los nos prazos que tenham sido contratados junto aos seus clientes.

Durante a implantação de novos projetos de geração de energia elétrica (inclusive no âmbito daqueles que estão em desenvolvimento na data deste Formulário de Referência), a Companhia poderá enfrentar diversos obstáculos, incluindo mas não se limitando a fatores relacionados à pandemia da COVID-19, dentre os quais: (i) falhas e/ou atrasos na aquisição de equipamentos ou serviços necessários; (ii) aumento dos custos inicialmente estimados; (iii) dificuldades na obtenção de autorizações, outorgas, licenças ambientais, imobiliárias e governamentais necessárias, inclusive outorgas e autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), bem como na manutenção da validade das autorizações, outorgas, licenças ambientais, imobiliárias e governamentais existentes; (iv) mudanças nas condições de mercado que tornem os projetos menos rentáveis do que o previsto inicialmente; (v) impossibilidade ou demora para adquirir ou arrendar terras a preços atrativos, ou o aumento do preço das terras; (vi) impossibilidade e demora de encontrar e adquirir terras que apresentem situação regular e em cumprimento com as leis ambientais e imobiliárias brasileiras; (vii) incapacidade de desenvolver infraestrutura e atrair mão de obra

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (viii) exposição a eventuais questionamentos e litígios que podem surgir a respeito dos projetos adquiridos pela Companhia; (ix) dificuldades na obtenção de financiamentos ou obtenção de financiamentos a custo mais elevados do que o que o originalmente previsto; (x) dificuldade em obtenção de acesso ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"), o que pode, consequentemente, comprometer a capacidade de escoamento de energia dos projetos de geração conduzidos pela Companhia; (xi) a exposição da Companhia a eventuais variações cambiais no fornecimento dos principais equipamentos requeridos para desenvolver seus projetos; e (xii) o comprometimento, integral ou parcial, da capacidade produtiva dos ativos de geração de energia da Companhia por condições adversas relacionadas a fatores climáticos, mecânicos e humanos.

Adicionalmente, no âmbito do desenvolvimento de novos projetos de geração de energia, os resultados da Companhia poderão ser afetados caso, após referidos projetos entrarem em operação comercial, conforme aplicável, os retornos gerados sejam inferiores ao esperado pela Companhia (i.e. caso a disponibilidade média efetiva dos painéis de energia solar e respectivos sistemas de transmissão associados for menor do que a estimada pela Companhia, resultando em geração a menor que aquela utilizada para elaborar seu plano de negócios e para tomar decisões de investimentos), ou a estruturação e/ou o desenvolvimento desses projetos demandem tempo ou investimentos maiores que os inicialmente projetados pela Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso nos resultados da Companhia.

Todos estes fatores podem implicar custos e despesas adicionais, que não estavam originalmente previstos para a implementação dos novos projetos de geração de energia elétrica pela Companhia, ou mesmo atraso na entrada em operação comercial desses projetos, que podem impactar a capacidade da Companhia de atender à demanda por energia elétrica contratada junto aos seus clientes.

As atividades de comercialização da Companhia estão sujeitas a perdas potenciais devido a variações de curto prazo nos preços de energia no mercado spot.

A Companhia está exposta aos preços do mercado de curto prazo, que podem ser mais altos do que os preços dos seus contratos de médio e longo prazo. No âmbito das operações de *trading*, a Companhia assume posições compradas ou vendidas de energia conforme sua estratégia e projeção de preços futuros, as quais estão sujeitas a uma grande volatilidade. Caso tais preços sofram uma variação relevante em um curto espaço de tempo, a rentabilidade da Companhia pode ser afetada.

As diferenças entre os volumes de energia gerada ou adquirida (oferta) e os volumes de energia vendida ou consumida (demanda) são liquidadas pela CCEE pelo PLD. O PLD é calculado para cada submercado e patamar de carga em base semanal, e baseia-se no Custo Marginal da Operação ("CMO"), limitado a valores mínimos e máximos definidos pela ANEEL. Os valores máximo e mínimo do PLD são revistos e estabelecidos a cada ano pela ANEEL. As variações nos preços de mercado de curto prazo podem levar a perdas potenciais na atividade de comercialização. Os fatores que poderão afetar o PLD incluem (i) variações na carga prevista e identificada; (ii) redução/aumento da afluência prevista e verificada; (iii) antecipações ou atrasos no início das operações de novos geradores e/ou transmissores; e (iv) variações na geração prevista e verificada de pequenas usinas. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial no PLD, o que poderá resultar no aumento de custos ou redução de receita na comercialização de energia da Companhia no curto prazo, e ainda poderá afetar negativamente o fluxo de caixa da Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Eventualmente poderá ocorrer, ainda, mudança da metodologia de formação de preço de uma estrutura de modelos computacionais para formação de preço por oferta. Essa alteração poderá mudar a volatilidade de preços de curto prazo e os preços de longo prazo.

Ademais, o risco de variação de preços de mercado pode afetar as posições das empresas de comercialização do grupo econômico da Companhia, com possível efeito relevante nas receitas e resultado do grupo econômico da Companhia como um todo.

Nossas Estratégias

Investimento em tecnologia para endereçar as necessidades do setor e dos clientes.

Acreditamos que o desenvolvimento e a utilização de tecnologias nas atividades de geração, comercialização e prestação de serviços de gestão de energia seja um pilar intrínseco do futuro do setor, pois permite coleta, transmissão e processamento de dados em tempo real, além da escalabilidade dos sistemas de operação e atendimento aos clientes. O investimento em tecnologias proprietárias e de terceiros está no centro do modelo de negócios da Companhia. Por se tratar de claro diferencial entre os serviços oferecidos pela Companhia, em comparação a outros players do setor de energia renovável no Brasil, a Companhia pretende manter sua liderança e pioneirismo nessa área.

Em especial, a Companhia pretende expandir a utilização de tecnologias na fase prospectiva de seus projetos, como a utilização de drones em inspeções termográficas, avaliação do solo, da vegetação e a eletro luminosidade, bem como nas previsões de geração de energia, incluindo o emprego de sensores e satélites no planejamento de suas atividades. Além disso, a integração de plataformas em tempo real, poderá permitir maior sofisticação das atividades de manutenção dos equipamentos necessários para as operações da Companhia.

Ademais, pretendemos aprimorar a experiência digital de nossos clientes, conectando-os a todos os nossos serviços, por meio de soluções desenvolvidas *in-house*, especialmente proporcionando novas formas de otimização e eficiência energética.

Assim, sendo uma companhia em constante evolução pretendemos extrair resultados expressivos de nossas soluções digitais, fazendo parte da transformação cultural do setor de energia, conectando espaços, tecnologias e multiplicando soluções em eficiência energética. Continuaremos sempre em busca do que houver de mais inovador em tecnologia e soluções digitais, inclusive por meio de parcerias com players que ofereçam tais serviços e funcionalidades.

Manutenção e desenvolvimento contínuo da base de clientes diversificada, com crescimento do segmento de varejo.

Entendemos que o crescimento e a diversificação da nossa base de clientes são reflexos do nosso entendimento sobre as necessidades dos consumidores, das características de cada um deles, de uma equipe comercial bem treinada e focada em atendimento, da nossa sólida capacidade operacional, de geração e comercialização de energia, bem como da experiência na negociação dos contratos entre as contrapartes. Assim, a Companhia conta com tais vantagens e com sua experiência e conhecimento do mercado brasileiro de energias renováveis para a contratação de novos PPAs em condições de preço e prazo favoráveis e para a ampliação de sua base de clientes, especialmente no segmento de varejo, em que há muitas oportunidades de crescimento para a Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia pretende incrementar as relações existentes com seus atuais clientes por meio do *cross selling* entre novas soluções e produtos, além de construir relacionamentos de longo prazo com novos clientes, de forma a continuamente expandir sua base de clientes, oferecendo soluções de alta qualidade.

Compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio de comercialização de energia renovável e soluções para o aumento da eficiência energética.

A Companhia pretende continuar a implementar e aprimorar seu modelo de negócios centrado na preocupação com a sustentabilidade, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, especialmente por meio de energias renováveis e soluções para o aumento da eficiência energética no Brasil. A Companhia pretende continuar a contribuir com o combate aos desequilíbrios climáticos, participa da expansão do mercado de energias renováveis, reduzindo as emissões de CO₂.

Ainda, a Companhia continuará a contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões em que atua, gerando empregos e participando ativamente de projetos sociais locais.

Quanto à liderança pautada pela sustentabilidade, a Companhia pretende continuar a assumir de forma prioritária suas responsabilidades ambientais e sociais em cada projeto, analisando detalhadamente as externalidades, a viabilidade e os benefícios de cada projeto para manter os mais altos padrões de gestão corporativa responsável.

Eventos Recentes

Impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e resultados da Companhia

Os principais riscos para o setor elétrico brasileiro em decorrência da pandemia de COVID-19 resultaram da redução de carga de energia elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os agentes que atuam no ambiente de contratação livre de energia no Brasil, principalmente os consumidores finais, podem eventualmente não cumprir os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado livre, com base em teses jurídicas como caso fortuito, responsabilidade de excludente por força maior, entre outros. No entanto, o portfólio da Companhia é especialmente composto por comercializadoras e consumidores livres, entre os quais as teses jurídicas mencionadas geralmente não prosperam, reforçando o conceito que os compromissos com contratos vigentes devem ser respeitados.

Em meados de março, a Companhia organizou comitês multidisciplinares para o gerenciamento dos impactos da pandemia de COVID-19 em suas operações, resultados e, principalmente, na segurança e bem-estar de seus colaboradores. Assim, a partir de 18 de março de 2020, 100% de seus colaboradores migraram para o regime de trabalho remoto, sendo que a maioria permanece em tal regime na data deste Formulário de Referência. A Companhia estruturou os canais de comunicação semanais da liderança com as equipes de forma a manter a comunicação frequente e as equipes atualizadas. O escritório central da Companhia foi redesenhado considerando a nova realidade, observando os protocolos de segurança adaptados a um contexto em que trabalharemos de forma híbrida, frequentando os escritórios somente nos momentos necessários.

Apesar do impacto negativo na economia global, as operações da Companhia e de suas controladas não sofreram impactos relevantes decorrentes da pandemia de COVID-19. O impacto negativo na marcação a valor justo da carteira verificado em 2020, conforme detalhado no item 10.1 acima, deveu-se a um evento climático extremo e não esperado no último trimestre, sem relação com a pandemia de COVID-19. A

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

administração da Companhia continua monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, a Companhia não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira relevante seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

Grupamento de Ações da Companhia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 6 de agosto de 2021, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia de forma que cada 2,99999998846854 ações ordinárias passou a corresponder a 1 ação ordinária da Companhia, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações em que se divide o capital social de 260.157.968 para 86.719.323 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, de forma a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetar os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

Aprovação de Plano de Outorga de Ações

Foi aprovado, em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 06 de agosto de 2021 o Plano de Outorga de Ações ("Plano") para conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle, e ainda conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de sociedades em que a Companhia detenha participação relevante e influência significativa e/ou pessoas físicas que forem prestadores de serviços da Companhia, de suas controladas e/ou de sociedades em que a Companhia detenha participação relevante e influência significativa ("Participantes").

Em 06 de agosto de 2021, foi realizada a reunião do Conselho de Administração da Companhia, na qual foi aprovada o 1º Programa de Outorga de Ações, o Plano de Retenção ("1º Programa"), e o 2º Programa de Outorga de Ações, o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("2º Programa" e, em conjunto com o 1º Programa "Programas"), ambos no âmbito do Plano.

Em relação ao 1º Programa, o preço de referência por ação será equivalente ao preço a ser fixado na Oferta (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência). Por outro lado, em relação ao 2º Programa, o preço por ação será equivalente à média ponderada da cotação da ação na B3 em determinado período anterior à outorga e/ou à liquidação da outorga de ações, conforme será definido pelo Conselho de Administração.

Até a data deste Formulário de Referência, não houve outorgas de ações no âmbito do Plano. No entanto, a Companhia pretende celebrar, na data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência), contratos de outorga com todos os Participantes do 1º Programa e do 2º Programa, sob condição suspensiva, em conformidade com os termos e condições do Plano e, conforme aplicável, do 1º Programa e do 2º Programa. Tais outorgas terão como referência o preço por ação a ser fixado na Oferta.

O total de ações que poderá ser objeto de outorga no âmbito do 1º Programa e do 2º Programa representará o montante de, no máximo, 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a conclusão da Reorganização Societária (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência), mas antes da conclusão da Oferta.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Dessa forma, por ainda não ter ocorrido outorgas no âmbito do Plano, a Companhia não pode confirmar o valor do impacto das despesas decorrentes do Plano e dos Programas no ano corrente. Porém, é possível estimar o impacto no ano corrente caso as outorgas do 1º Programa e do 2º Programa sejam aprovadas na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, considerando: (i) períodos de 3 (três) meses de outubro a dezembro do exercício corrente; (ii) diluição de 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) no 1º Programa e no 2º Programa; (iii) a quantidade estimada de ações que comporão o capital social da Companhia após a Reorganização Societária; (iv) o preço por ação estimado no âmbito da Oferta, equivalente ao ponto médio da faixa indicativa de preço; (v) o prazo de 36 meses para o 1º Programa e para o 2º Programa; e (vi) encargos sociais de aproximadamente 34%. Considerando os fatores acima, a Companhia estima um impacto neste exercício de R\$13,9 milhões, decorrente de despesas relacionadas ao Plano.

A tabela abaixo apresenta uma estimativa do impacto anual das despesas a serem reconhecidas em razão do Plano no ano corrente, considerando as condições acima:

Ações da Companhia após Reorganização Societária	243.108.754
Total de ações sujeitas à outorga (considerando a outorga das ações do 1º Programa e do 2º Programa)	8.265.933
Estimativa de impacto no exercício corrente (R\$ milhões)	13,9

A Companhia pretende apurar o impacto a cada outorga no âmbito do Plano e, na data de cada balanço, revisar suas estimativas. As estimativas acima estão sujeitas a ajustes, sendo certo que a eventual aprovação de novos programas de outorga no âmbito do Plano poderia resultar em despesas maiores no exercício corrente.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

- **Trading:** o segmento de trading consiste na celebração de contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Livre com geradores, comercializadores, consumidores livres, consumidores especiais, bem como na venda de certificados de energia renovável, hedges, swaps e outras operações estruturadas.
- **Serviços:** em tal segmento se destacam os serviços entregues à base de clientes consumidores, geradores e distribuidores da Companhia.
- **Soluções:** na vertical de soluções são desenvolvidos produtos que alcançam todos os tipos de consumidores do mercado, indo desde o residencial/pequeno comércio, aos consumidores de média tensão e grandes consumidores via Autoprodução (APE).

Para maiores informações sobre tais segmentos, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Período de seis meses findo em				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2020		2019		2018	
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Trading	1.684.066	103,2%	383.206	96,3%	811.327	97,2%	775.755	97,7%	220.777	99,0%
Serviços ⁽¹⁾	41.638	2,6%	-	-	-	-	-	-	-	-
Soluções	11.051	0,7%	14.665	3,7%	23.233	2,8%	18.549	2,3%	2.170	1,0%
Eliminações	-104.672	-6,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	1.632.083	100,0%	397.871	100,0%	834.560	100,0%	794.304	100,0%	222.947	100,0%

⁽¹⁾ A Comerc Energia é a entidade prestadora de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores do mercado livre. Considerando que a Comerc Energia, Comerc Gás, Comerc Power e Micropower se tornaram subsidiárias da Companhia em 31 de dezembro de 2020, seus resultados não estão refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 da Companhia. Para mais informações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(em milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2020		2019		2018	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Trading	-31.458	108,5%	19.782	127,6%	8.732	-756,0%	15.161	92,6%	1.584	86,0%
Serviços ⁽¹⁾	4.686	-16,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Soluções	-2.792	9,6%	-4.500	-29,0%	-9.653	835,8%	1.328	8,1%	259	14,1%
Controladora	-23.888	82,4%	7.870	50,8%	2.693	-233,2%	8.625	52,7%	453	24,6%
Eliminações	24.446	-84,3%	-7.652	-49,4%	-2.927	253,4%	-8.744	-53,4%	-455	-24,7%
Lucro líquido (prejuízo)	-29.006	100,0%	15.500	100,0%	-1.155	100,0%	16.369	100,0%	1.841	100,0%

⁽¹⁾ A Comerc Energia é a entidade prestadora de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores do mercado livre. Considerando que a Comerc Energia, Comerc Gás, Comerc Power e Micropower se tornaram subsidiárias da Companhia em 31 de dezembro de 2020, seus resultados não estão refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 da Companhia. Para mais informações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do processo de produção

Não aplicável, considerando que a Companhia emissora não possui um processo de produção. Para maiores detalhes dos projetos de geração de energia conduzidos pelas Entidades Incorporadas, consultar o item 7.9 deste Formulário de Referência.

(b) Características do processo de distribuição

O Grupo Comerc é uma plataforma integrada de serviços e soluções em energia para seus clientes, abrangendo 3 principais verticais de negócios, refletidos como segmentos em suas demonstrações financeiras: (i) Trading, (ii) Serviços e (iii) Soluções.

Trading

A Comerc Trading foi uma das precursoras do Mercado Livre de Energia e atualmente é a comercializadora líder dentre as comercializadoras independentes. No ano de 2018 iniciamos as operações da NewCom, nossa segunda comercializadora, focada em operações com contrapartes de mercado. Quando consolidamos os volumes das duas operações atingimos um volume de operações de 1,3 GWm em 2018, 2,0 GWm em 2019 e 1,9 GWm em 2020.

As operações de trading consistem na celebração de contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Livre ("ACL"). Os contratos no ACL podem ser celebrados com geradores, comercializadores, consumidores livres, consumidores especiais, podendo ser contratos de curto ou longo prazo, conforme as oportunidades e estratégia de carteira da Companhia.

Além das operações core de compra e venda de energia, a Trading realiza a venda de certificados de energia renovável (I-RECs), hedges, swaps e outras operações estruturadas buscando a melhor alternativa para seus clientes e para a sua carteira.

Serviços

Nesse segmento se destacam os serviços entregues a nossa base de clientes consumidores, geradores e distribuidores. O maior destaque é a gestão de consumidores do Mercado Livre, no qual somos precursores deste mercado e líderes com 3,1 mil unidades de consumo sob gestão em junho de 2021.

Neste contexto, a Companhia assessora seus clientes no desenho da estratégia de compra de energia em função de suas necessidades, além de fazer a representação dos clientes e cumprir as obrigações necessárias com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Os serviços são prestados através do time de relacionamentos com suporte de uma plataforma digital de desenvolvimento interno, chamada PowerView. Com a utilização da plataforma a Companhia acredita ser possível ter maior agilidade no processo de atendimento ao cliente, redução de erros e escalabilidade nos processos, o que torna o serviço de gestão mais competitivo.

Além da escala, a gestão tem como vantagens o relacionamento com os consumidores livres e informações detalhadas de suas características de consumo e custos, o que facilita a objetividade e precisão na apresentação das diversas Soluções em Energia e também a redução do custo de aquisição de clientes (CAC).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Grupo Comerc também oferece serviços de gestão aos consumidores de gás natural por meio da Comerc Gás desde 2016 e a Gestão de Geradores que vem ampliando a base de clientes, criando conhecimento e oportunidades nessa área.

Soluções

Nesta vertical desenvolvemos produtos que alcançam todos os tipos de consumidores do mercado, indo desde o residencial/pequeno comércio, aos consumidores de média tensão e grandes consumidores via Autoprodução (APE). Adicionalmente, oferecemos soluções de eficiência energética (Nexway), baterias (MicroPower) e Plataforma de Informações/Consultoria. Segue abaixo detalhamento destas soluções:

- i. Geração Distribuída (Sou Vagalume): Empresa criada em parceria com a Mori para colocar a energia gerada pelas plantas de Geração Distribuída (GD). A Sou Vagalume é uma empresa que atua em GD com mais de 1,5 mil clientes. A operação da Sou Vagalume consiste no fornecimento de energia das plantas da Mori com desconto garantido sobre as tarifas da distribuidora.

Para atender às exigências regulatórias e mecanismos de compensação exigidos para geração distribuída e para realizar a interface com o cliente, a Sou Vagalume também se utiliza de plataforma digital proprietária que a permite ter escala e oferece facilidade e transparência para seus clientes.

Além da atividade de fornecimento de energia, a Sou Vagalume pode fornecer a sua plataforma digital para clientes que precisem de um software de compensação de energia.

- ii. Varejista (Comerc Futuro): Nosso braço de comercialização sob a modalidade varejista do mercado livre, a Comerc Futuro, opera na comercialização de energia para atender clientes que tenham demanda inferior à do consumidor livre da Comerc Gestão e/ou que busquem simplificação na migração e operação no mercado livre, uma vez que esses clientes não precisam cumprir com as obrigações exigidas pela CCEE.
- iii. Autoprodução (Infinito Energy): Parceria entre o Grupo Comerc e a Base Investimentos, cujo modelo de negócio é focado em desenvolver projetos de geração solar em parceria com consumidores livres no modelo de autoprodução de energia (o consumidor gera e consome sua própria energia, podendo substituir parte de sua demanda ou supri-la totalmente).

O modelo de negócios consiste na criação de SPEs (Sociedade de Propósito Específico) em que a Infinito Energy e seus clientes são sócios. A SPE por sua vez é responsável pelo arrendamento de propriedades e instalação dos parques de geração. A Infinito Energy oferecerá o serviço de gestão dos parques, bem como venderá a sua parcela de energia para o mercado livre.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- iv. Eficiência Energética (Nexway): Empresa que busca investir em projetos de eficiência energética em seus clientes. A Nexway é uma empresa que desenvolve e investe em projetos de eficiência energética, com 72 projetos desenvolvidos e economia de emissão de mais de 7 toneladas por ano de CO₂ para nossos clientes, no primeiro semestre de 2021. A operação consiste na elaboração do projeto de engenharia, contratação de fornecedores, gestão de obras e instalação de equipamentos. Após o encerramento da execução dos projetos a Nexway recebe pela locação de longo prazo dos equipamentos e benfeitorias.
- v. Baterias (MicroPower): Empresa investida do Grupo Comerc, que tem como acionistas também as empresas Siemens (que adquiriu 20% de participação em 2019), MicroPower e Equinor (que adquiriu 9% de participação em 2020), busca investir em serviços de armazenagem de energia aos clientes (B2B). Assim como a Nexway, a MicroPower é uma empresa que conta com equipe de engenharia e oferece soluções customizadas para seus clientes. A Micropower já realizou a instalação de 6 baterias resultando na capacidade total de 13,1 MWh.

(c) Características dos mercados de atuação

Mercado de Energia no Brasil

Geração de Energia

No Brasil, a partir do Plano Decenal de Expansão de Energia para 2030 ("PDE 2030"), da EPE - Empresa de Pesquisa Energética, entende-se que as energias renováveis possuem grande participação na matriz energética brasileira em 2021, com a geração hidroelétrica, responsável 65% do total, a térmica 22%, eólica 10%, solar 2% e nuclear 1%. Entretanto, a previsão para os próximos 10 anos evidencia uma maior diversificação, uma vez que as fontes de geração solar, em específico, pretendem ganhar relevância. Espera-se que em 2030, a matriz energética brasileira possua 59% advindo de geração hidrelétrica, 19% térmica, 16% eólica, 4% solar e 2% nuclear, o que representa, em termos absolutos, um aumento de mais de 20GW na capacidade de geração eólica e solar e um aumento de mais de 28GW na capacidade de geração.

Assim, de acordo com o PDE, a matriz elétrica brasileira, ao longo da próxima década, terá uma diversificação, com a redução da representatividade da hidrelétrica, sendo substituída pelo aumento da energia eólica e solar, setores nos quais a Companhia está focada e pretende crescer.

O Mercado de Energia Perspectivas do Mercado Livre

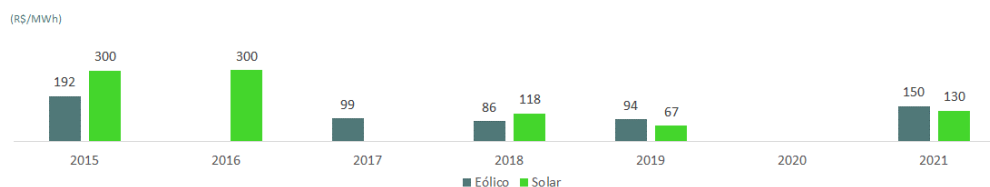
O mercado de comercialização de energia elétrica brasileiro é dividido em dois grupos: Mercado Livre (ACL) e o Mercado Regulado (ACR).

O Mercado Regulado de Energia brasileiro é formado por geradoras, distribuidoras e comercializadoras, onde as comercializadoras podem negociar energia apenas nos leilões de energia existentes. A contratação é realizada por meio de leilões de energia promovidos pela CCEE, sob delegação da Aneel. Os contratos neste mercado são todos regulados pela Aneel e com preços estabelecidos no leilão.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Mercado Livre de Energia no Brasil ("Mercado Livre") foi regulamentado em 1998, quando foram estabelecidas as condições para compra e venda de energia elétrica diretamente entre geradores, consumidores e comercializadoras.

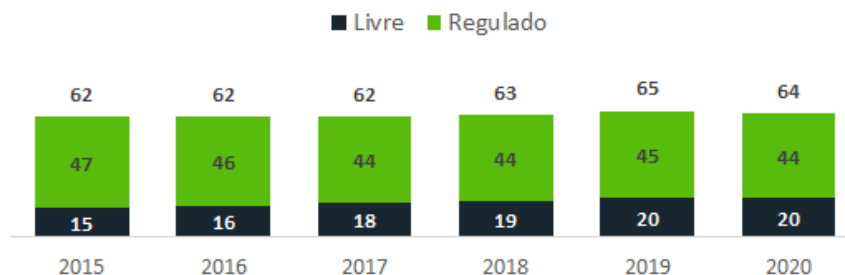
O mercado de energia, atualmente, se encontra em uma mudança de tendência com o aumento da preferência pelo Mercado Livre em detrimento do regulado. Esta mudança já é evidenciada pela queda no preço dos leilões recentes do mercado regulado, conforme indicado no gráfico abaixo:



Fonte: CCEE, ANEEL

Ainda, ao se observar o volume do mercado regulado e do Mercado Livre em GWmed, nota-se uma representatividade cada vez maior do Mercado Livre perante o mercado regulado, com este mercado tendo representado 31,6% em 2020, indicando uma grande oportunidade no mercado a ser explorada ainda:

Volume do mercado regulado e livre em (GWmed)

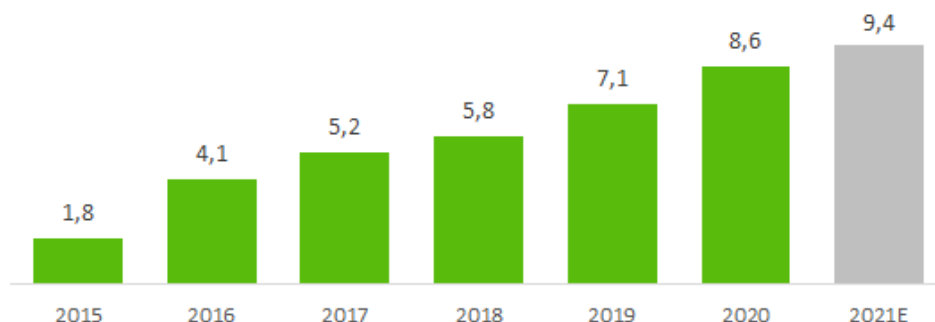


Fonte: CCEE

Outro indicativo de que o mercado livre de energia possui uma grande oportunidade de expansão e que o movimento de migração para o mercado livre vem acontecendo nos últimos anos é o número de consumidores do mercado livre desde 2015 (milhares em quantidade de agentes), conforme indicado no gráfico abaixo:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de consumidores no mercado livre ('000)



Fonte: PDE

O consumo total no Mercado Livre evoluiu de 14,5 GW médios em 2015 para 19,5 GW médios em 2019, apresentando um crescimento de 5,0 GW médios nesse período, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O potencial de crescimento do Mercado Livre para os próximos anos é estimado em 5,7 GW médios, segundo a contribuição da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia ("ABRACEEL") à Consulta Pública nº 33/2017 realizada pelo Ministério de Minas e Energia ("CP 33/2017"), representando um consumo total potencial de 23,8 GW médios no Mercado Livre, considerando a liberalização dos requerimentos de migração regulamentados até 2023. Assim, na visão da Companhia, o mercado elétrico brasileiro está em processo de migração para o Mercado Livre e o Mercado Regulado de Energia deve perder, cada vez mais, sua importância para o crescimento da matriz energética.

Projeção de Unidades no Mercado Livre (# '000)

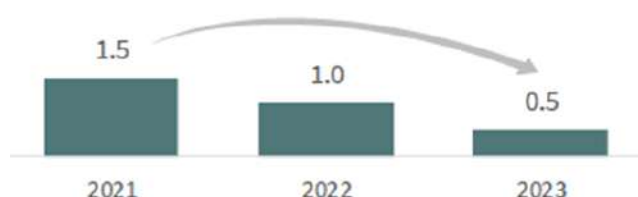


Fonte: CCEE, Estudo ABRACEEL e Análise da Cia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

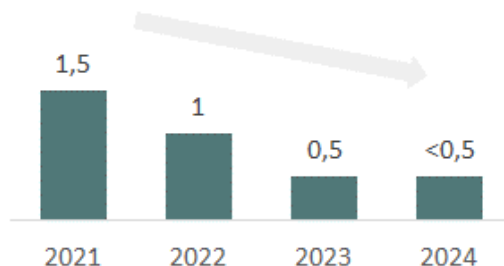
Por fim, o mercado varejista no setor energético brasileiro possui uma tendência de crescimento para os próximos anos e a Comerc Futuro está posicionada para representar a Companhia nesta migração do mercado regulado para o mercado livre, no qual o consumo mínimo para migração deve diminuir nos próximos anos, conforme indicado nos gráficos abaixo:

Consumo mínimo para migração



Fonte: Companhia

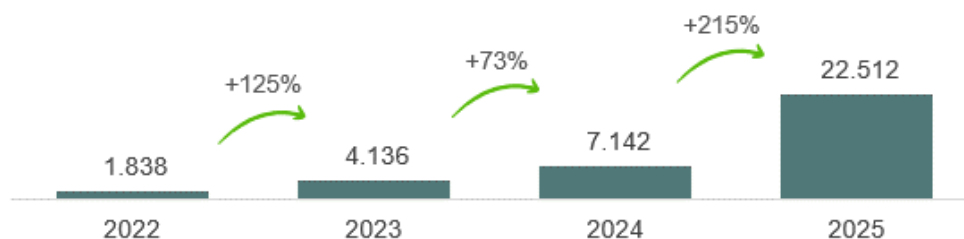
Patamar mínimo com a migração para mercado livre em qualquer fonte de energia (MW)



Fonte: PDE, CCEE

Com base nas estimativas da Companhia, o mercado varejista deve ter um aumento expressivo entre 2022 e 2025, em número de unidades, conforme indicado no gráfico abaixo:

Projeção de Unidades no Mercado Varejista (# '000)¹



Fonte: Estudo ABRACEEL e Análise da Cia.

¹Considera unidades com demanda abaixo de 500 kw

O Mercado de Energia Solar no Brasil

Segundo o Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2020, divulgado pela EPE¹, em 2017, o Brasil era o sétimo país com maior capacidade instalada de geração de energia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nos últimos anos, a implementação de diversas políticas públicas aumentou a participação de fontes renováveis na matriz energética do país. De acordo com o PDE 2029, a capacidade instalada de geração de energia elétrica deve crescer 43%, e a geração centralizada, 37% entre 2019 e 2029. A autoprodução deve expandir 41%. Já a geração distribuída deve apresentar alta de 740,8%. No período em questão, a participação da energia solar deverá aumentar para aproximadamente 8% dentro da matriz energética brasileira.²

A energia solar consiste na energia gerada em Usinas Fotovoltaicas ("UFVs") centralizadas, em aplicações distribuídas, como painéis solares e energia térmica gerada a partir do sol.

Como a principal fonte da matriz energética brasileira já se demonstra esgotada, pois os melhores aproveitamentos hídricos já foram implantados, e as fontes térmicas além de caras são demasiadamente poluidoras, a Companhia entende que as fontes renováveis crescerão de forma acelerada nos próximos anos. Dessa forma, a Companhia acredita que, por serem as Entidades Incorporadas predominantemente focadas na geração de energia por fontes fotovoltaicas, seu mercado alvo crescerá significativamente nos próximos anos, principalmente a fonte solar, pela facilidade e rapidez na implantação, baixo impacto ambiental e o aumento de eficiência e potência dos módulos solares, proporcionando um menor custo de implantação, deixando a fonte mais competitiva.

Mudanças importantes no setor energético

Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 414/2021 ("PL 414"), que traz relevantes alterações em regras estruturais do setor de energia elétrica. Dentre os temas objeto de discussão e alteração, destacam-se:

- Redução gradativa das exigências de carga e tensão para contratar energia elétrica no Mercado Livre;
- Alterações de subsídios, evitando distorções dos incentivos dos agentes vendedores e compradores, de maneira que a competição seja mais isonômica e o mercado mais líquido;
- Divisão entre comercialização e contratação de energia e lastro;
- Alterações nos descontos nas tarifas de uso da rede de distribuição e transmissão para fontes renováveis; e
- Possibilidade de estabelecimento de tarifas e preços diferenciados por horário e fornecimento de energia elétrica mediante pré-pagamento.

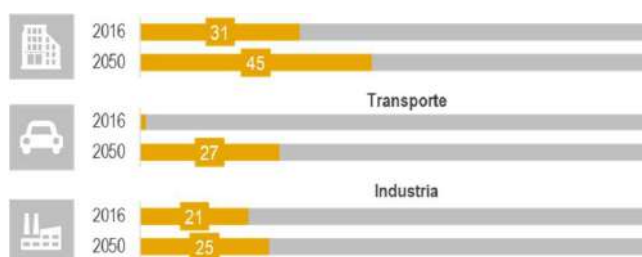
Assim, considerando que o referido PL 414 altera aspectos relevantes relacionados às regras comerciais e subsídios setoriais, entende-se que sua eventual aprovação pode impactar as receitas da Companhia, em fatores como: **(i)** ampliação do Mercado Livre e redução do mercado de contratações para consumidores especiais, não havendo forma de incentivo claro para a contratação de energia por fontes incentivadas em detrimento da geração de energia convencional; e **(ii)** alterações nos descontos das tarifas de uso da rede de distribuição e transmissão, aplicáveis às fontes incentivadas. Todavia, ressalta-se que a matéria ainda se encontra em discussão no Congresso Nacional, não sendo possível estimar com clareza e exatidão a relevância de seu impacto.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Geração de energias renováveis (solar)

O mundo cada vez mais se preocupa com sustentabilidade, controle de emissões de gases estufa e com os problemas crescentes causados pelo aquecimento global. Neste contexto, existe um movimento global de eletrificação, no qual diversos equipamentos estão evoluindo para serem movidos majoritariamente à energia elétrica ao invés de outras fontes de energia, implicando em um crescimento mundial da demanda por energia elétrica. Tal demanda deverá ser atendida, principalmente, por fontes renováveis, dentro das quais a energia solar aparece como a fonte com maior potencial de crescimento.

Participação da Eletricidade na Demanda de Energia Final (%)



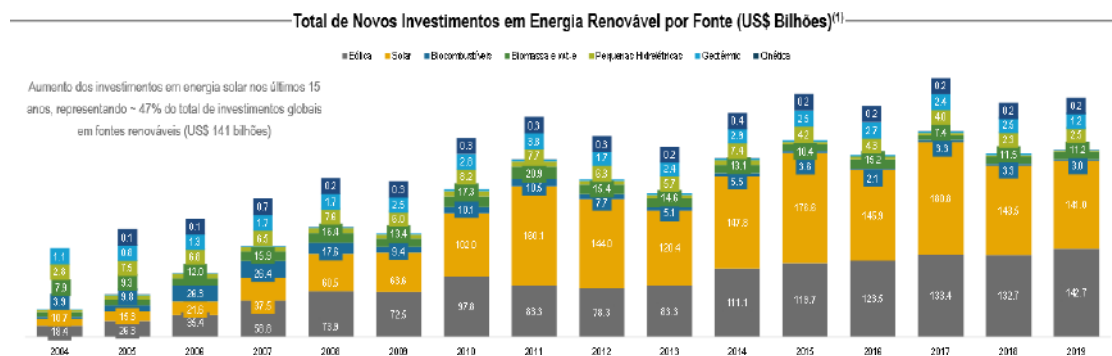
Fonte: Global energy perspective 2019: Reference case, January 2019, McKinsey.com; Wood Mackenzie; Bloomberg BNEF

De acordo com a pesquisa realizada pela Frankfurt School (FS-UNEP Collaborating Centre for Climate & Sustainable Energy Finance – Global Trends in Renewable Energy Investment 2020), os investimentos em nova capacidade de fontes de energias renováveis no mundo somaram US\$ 301,7 bilhões em 2019, e apresentaram um crescimento médio de 11,1% nos últimos 15 anos (2005 – 2019). Esse crescimento demonstra a importância da diversificação da matriz energética global e a preocupação com medidas que reduzem a poluição do ar e diminuem o impacto ambiental, focando novos investimentos em fontes de energia limpa, como a energia solar.

Analisando os novos investimentos por divisão, podemos notar que desde 2008, fontes de energia limpa como a eólica e a solar foram as principais fontes com investimentos expressivos. Em 2019, as energias eólica e solar juntas responderam por US\$ 283,7 bilhões do total de novos investimentos, com os demais setores contribuindo apenas com US\$ 18,1 bilhões.

Com isso, ao longo dos últimos 15 anos, a fonte de energia solar foi a que atraiu o maior volume de novos investimentos, com um crescimento médio de 19%, maior crescimento médio dentre as principais fontes de energia renovável. Em 2019, a energia solar representou aproximadamente 47% do total de investimentos globais, recebendo US\$ 141 bilhões.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Frankfurt School - Global Trends in Renewable Energy Investment 2020

Matriz Energética Global

Matriz Energética Brasileira					
Fonte	2019		2029E		CAGR 19-29E
	Capacidade Instalada (GW)	Market Share (%)	Capacidade Instalada (GW)	Market Share (%)	
Solar	2.2	1.4%	11	4.8%	17.1%
Gás Natural	12.9	8.0%	36	16.4%	10.8%
Eólica	15.0	9.3%	39	17.9%	10.1%
PCHs	6.4	4.0%	9	4.1%	3.5%
Biomassa	13.4	8.3%	16	7.2%	1.7%
UGHs	101.3	62.9%	104	47.0%	0.3%
Carvão	3.0	1.9%	2	0.9%	-3.6%
Outras	6.7	4.2%	4	1.7%	-5.6%
Total	161	100%	221	100%	3.2%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Progressos no Debate Regulatório e como isso favorece o modelo de negócios da Companhia

- **Variação do Preço Spot ("PLD") (Portaria MME nº 301/2019):**

○ O Que Mudou?

- Diferentes preços *spot* durante o dia (noite vs. dia em particular)

Oportunidades

- ✓ Armazenagem de energia
- ✓ Soluções de comercialização *intraday*
- ✓ Complementariedade de fonte



- **Fim do Benefício TUST (Lei nº 14.120 / 2021):**

○ O Que Mudou?

- 50% de desconto na TUST não será mais aplicável a novos projetos

Oportunidades

- ✓ Valor de Escassez: Projetos existentes serão mantidos com o benefício (incluindo o pipeline da Comerc)



- **Acesso ao Limite do Mercado Livre (PL nº 414/2021):**

○ O Que Mudou?

- Acesso universal até 2025, sem necessidade de consumo mínimo

Oportunidades

- ✓ Demanda crescendo rapidamente por soluções de comercialização customizada
- ✓ Consolidação do mercado varejista



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Nova Estrutura Regulatória de GD (PL nº 5829 / 2019):**



O Que Muda?

- Diversas provisões para assegurar a garantia legal, clareza e previsibilidade
- Nova composição não permitirá crédito total de 100% da tarifa regulada
- Garantias prévias serão mantidos os benefícios por 25 anos (compensação total da tarifa)

Oportunidades

- ✓ Promover a democratização da geração distribuída solar
- ✓ Valor de Escassez: Projetos existentes serão mantidos com o benefício (incluindo o pipeline da Comerc)



- **Isenção do imposto ICMS para DG em MG (Lei nº 23.762 / 2021)**



O Que Muda?

- Extensão da isenção do ICMS por 15 anos

Oportunidades

- ✓ Maiores retornos para ativos localizados em MG



Algumas frentes que asseguram a isenção do ICMS

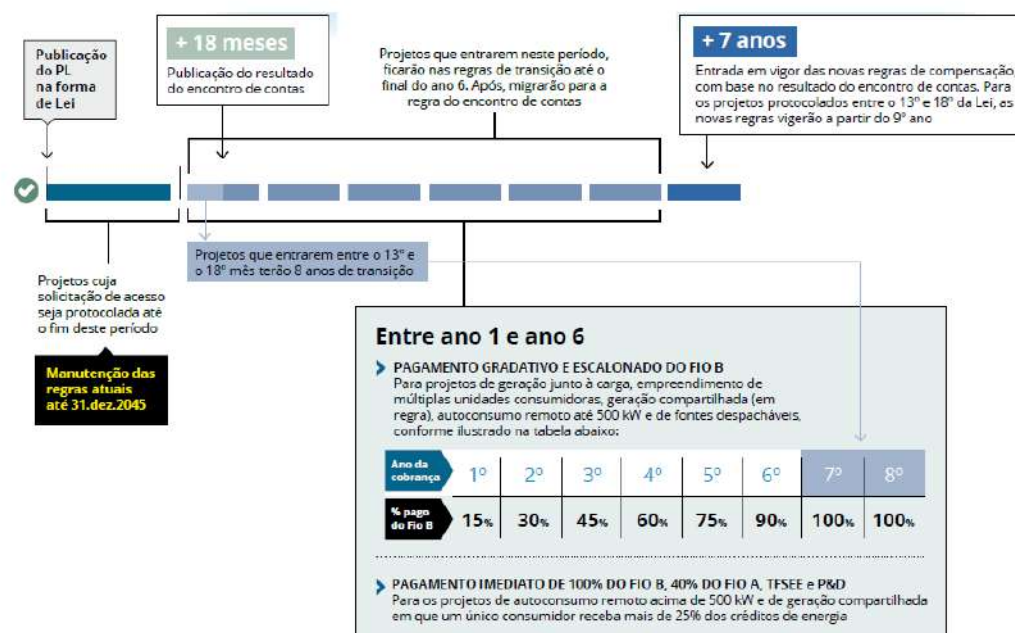
- **PLP 5/21:** Altera a LC 160/17 permitindo a prorrogação, por até 15 anos, das isenções de ICMS convalidadas destinadas a atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria; Parecer aprovado na Comissão de Finanças da Câmara – regime de tramitação em prioridade
- **PL 5.829 / 19:** Permite expressamente a alteração da titularidade dos beneficiários para a Unidade Geradora, enquadrando toda a compensação no previsto no Convênio Confaz 16/15
- **Liminar Mori obtida em MG:** Questionamento da inexistência de fato gerador de ICMS para o prosumidor, dado que a operação se trata de empréstimo gratuito para a distribuidora ao gerar sua própria energia (como descrito na REN 482/12)
- **Reenquadramento da lei mineira (Lei 22.549/17) na LC 160/17:** Extensão do benefício em MG até 2033, a partir da alteração do entendimento de que a isenção trata de fomento a atividades comerciais para entendê-la como fomento a atividades industriais; Governo de MG comprometido com a tramitação na Câmara e na Secretaria de Desenvolvimento
- **Entendimento STF de não incidência de ICMS:** Afastou a incidência do ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos da mesma empresa – no setor de energia, regra se aplica à geração própria

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Visão geral do PL 5.829/2019 em discussão - Novo marco regulatório da GD

Marco regulatório para a geração distribuída: Um marco regulatório para a geração distribuída e o sistema de compensação de créditos de eletricidade.

Proposta para o encontro de contas: Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética, ouvidos todos os agentes interessados, estabelecer as diretrizes para valoração dos custos e benefícios da geração distribuída. Os seguintes componentes serão considerados: geração, perdas técnicas, transmissão e distribuição. Caberá à ANEEL seguindo tais diretrizes e consultando a sociedade efetuar os cálculos.



O que Compõe a tarifa de Energia:

TE		TUSD			
ENERGIA	ENCARGOS	TRANS. FIO A	TRANS. FIO B	ENCARGOS	PERDAS
38%	12%	6%	28%	8%	8%

Síntese do quadro jurídico para a Geração Distribuída

Manutenção de benefícios: Projectos existentes ou cujo pedido de acesso seja apresentado no prazo de 12 meses após a publicação da Lei, manterão as atuais condições de compensação até 31 de dezembro de 2045.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Outros pontos:

- **TUSD g:** Aplicável a todos os novos projetos. Aos projetos antigos, será aplicada após a revisão tarifária da área da respectiva distribuidora.
- **Custo de disponibilidade:** Sem cobrança em duplicidade. Para os consumidores que estiverem na nova regra, será considerado o consumo antes da compensação para fins de aplicação do custo de disponibilidade- proposta semelhante ao contido no texto atual do PL 5829.
- **Expansão da geração compartilhada:** Além de cooperativas e consórcios, condomínios edifícios e outras associações também poderão se enquadrar na modalidade.
- **Unificação de titularidade:** consumidores em geração compartilhada poderão colocar a sua conta de luz em nome da cooperativa ou do consórcio, evitando, assim, a incidência de ICMS na compensação.
- **Armazenamento:** sistemas fotovoltaicos com baterias passam a ter previsão legal.
- **Mais financiabilidade:** Projetos de GD passam a poder ser enquadrados em debêntures de infraestrutura.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado de Geração Distribuída - Sistemas de Medição em Rede

São 3 tipos de sistemas e a Mori está posicionada no sistema de geração compartilhada, que é o ramo com maiores margens:

1. Auto-Consumo local (Telhado de estabelecimentos e casas)



Localização	▪ Local (Tipicamente em tetos de casas)
Modelo	▪ Medição local por rede
Tamanho	▪ Majoritariamente pequenos (méd. < 19KW)
Fator de Capacidade	▪ Baixa
Desconto	▪ N/A – Capex pelo proprietário
Tarifa implícita	▪ N/A
Número de Unidades (MG)	87.679 88,4%

2. Auto-Consumo Remoto



Localização	▪ Remoto (Tipicamente em fazendas solares)
Modelo	▪ Medição Remota por Rede
Tamanho	▪ Médio – Alto (méd. 20KW – 75KW)
Fator de Capacidade	▪ Alto
Desconto	▪ Altos Descontos (Único cliente grande)
Tarifa implícita	▪ Baixa
Número de Unidades (MG)	10.386 10,2%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

3. Geração Compartilhada



Novas Avenidas de Crescimento do Setor de Energia

A Companhia enxerga haver uma grande oportunidade de crescimento no mercado de energia brasileiro e já se posiciona para entrar nestes mercados, como o de eficiência energética, mercado de baterias e o de IoT (Internet of Things).

Eficiência energética

O mercado de eficiência energética brasileira se encontra em um estágio inicial quando comparado aos principais mercados do mundo. O Brasil é, hoje, apenas o 15º país com maior gasto per capita com eficiência energética, gastando US\$ 0.94 per capita, enquanto a Alemanha, país que mais gasta, possui uma despesa de US\$31.30 per capita, segundo a ACEEE 2018 International Energy Efficiency Scorecard.

Outro indicador relevante para mensurar a disparidade brasileira com o restante do mundo naquilo que tange a eficiência energética é a idade média do maquinário e equipamentos do parque industrial brasileiro. Atualmente, a idade média no Brasil é de 17 anos, ao passo que o da Alemanha, é de 5 anos.

Baterias

O Brasil possui atualmente uma grande oportunidade a ser explorada no mercado de baterias, ao comparar o mercado brasileiro de baterias com mercados maduros, o Brasil ainda está muito atrás, com um tamanho de US\$0,15 bilhões em 2020, ao passo que o dos Estados Unidos, por exemplo foi de US\$0,4 bilhões.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado mundial também apresenta uma enorme oportunidade a ser explorada, com uma projeção positiva de crescimento para os próximos anos. Em 2020, o mercado apresentou um tamanho de US\$2,9 bilhões e possui um CAGR previsto de 32,8% até 2025E atingindo um tamanho total de US\$12,1 bilhões.

Internet of Things (IoT)

Internet das coisas (IoT) é uma tecnologia que consiste em dispositivos interligados que estão incorporados com software e conectividade de rede que ajuda os dispositivos a trocar e recolher dados. A Internet das coisas é útil na monitorização de funções relacionadas com a energia, para aplicações residenciais e comerciais. Os dados recolhidos a partir de dispositivos IoT podem ser utilizados para aumentar a produtividade e a eficiência. Além disso, os dados recolhidos da Internet sem fios podem ser utilizados para melhorar a tomada de decisões em tempo real, resolver problemas críticos, etc. Além disso, a IoT em energia é utilizada para automatizar instalações de energia e perfuradoras petrolíferas. As aplicações da Internet das coisas (IdC) em energia e serviços públicos incluem a rede inteligente e a contagem inteligente para gerir o consumo de energia. A Internet das coisas (IoT) pode ser utilizada para prever atividades de manutenção, o que pode ser útil para reduzir o tempo de paragem.

Nos últimos anos, a procura da rede inteligente tem aumentado nos últimos anos devido ao aumento do investimento em cidades inteligentes em todo o mundo. Governos e organizações estão a concentrar-se na modernização da rede. Com a modernização do smart grid, as empresas estão a concentrar-se no desenvolvimento de novas técnicas de resposta à procura. Este tem sido um fator chave que tem alimentado a Internet global das coisas (IoT) no mercado da energia. Além disso, a Internet das coisas (IoT) tem a capacidade de oferecer redes de comunicação para situações de comunicação complexas. Também proporciona a utilização eficiente de dispositivos como a redução do consumo de energia e dos custos. Isto levou a uma maior adoção da Internet das Coisas no setor da energia e dos serviços públicos, o que tem impulsionado o mercado. Além disso, espera-se que o aparecimento da IA e de grandes análises de dados na Internet das coisas crie novos caminhos para a Internet das coisas no mercado global da energia.

Tendo um mercado global no setor de energia de 25 bilhões de dólares em 2021, com capacidade de chegar em 75 bilhões em 2026.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado Global de Internet das Coisas (IoT) no setor de Energia

(USD Bilhões)

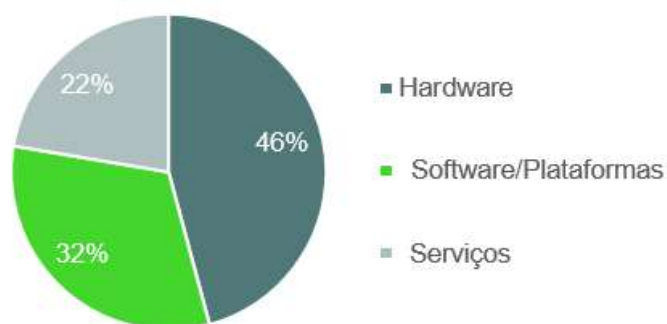


Fonte: Facts and Factors (F&F), Internet of Things (IoT) in energy 2016-2026

O mercado por componente é balanceado entre Hardware, Software/Plataformas e Serviços:

Mercado Global de Internet das Coisas (IoT) pelos componentes de energia em 2020

(USD Bilhões)

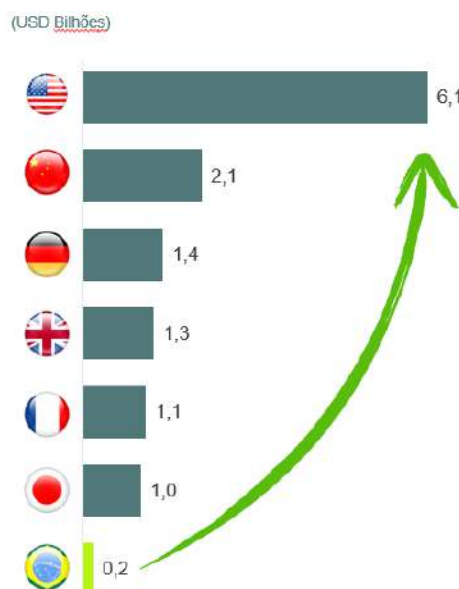


Fonte: Facts and Factors (F&F), Internet of Things (IoT) in energy 2016-2026

O Brasil ainda tem um longo caminho para percorrer nesse mercado, como mostra o gráfico abaixo:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado Global de Internet das Coisas (IoT) no setor de Energia, por países em 2020



Fonte: Facts and Factors (F&F), Internet of Things (IoT) in energy 2016-2026

3 D's (descarbonização, digitalização e descentralização)

As atividades da Companhia são estruturadas considerando três grandes tendências dominantes no setor de energia elétrica: (i) a descentralização do mercado de energia elétrica, com aumento do acesso à energia por consumidores de diferentes portes; (ii) a digitalização do setor na busca por eficiência, incluindo recursos como como IoT ("Internet of Things" ou "Internet das coisas") e Big Data; e (iii) a descarbonização do mercado de energia, com foco em energias renováveis centralizada e distribuída e aumento da eficiência do consumo energético



Fonte: Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(i) Participação em cada um dos mercados

(ii) Condições de competição nos mercados

O mercado de energia elétrica brasileiro possui uma grande oportunidade de consolidação, em que os participantes atuam em diversos segmentos dentro da cadeia de energia.

Os principais concorrentes da Companhia estão divididos nos segmentos de comercialização de energia, geração e geração distribuída. Dentro de cada um dos setores acima, os principais concorrentes são:

- Comercialização de energia: EDP, Delta, Votorantim Energia;
- Geração: Enel, Omega, CPFL, CGN, AES, Engie, EDF e Voltalia;
- Geração distribuída: Greenyellow, EDP, Órigo, GDSolar e Energisa;
- Trading: EDP, Delta, Votorantim, CPFL, COPEL, BTG Pactual;
- Gestão: Ludfor, CPFL, Engie, América, Ecom, Focus, entre outros;
- Soluções:
 - Eficiência energética: Ecogen, Engie;
 - IoT: Gestal, Shnider, Way2;
 - Consultoria em gestão: Thymos, Canal Energia; e
 - Varejo: Cemig SIM, Lemon.

A Companhia entende se diferenciar dos concorrentes, na medida em que atua na cadeia inteira, conforme indicado acima, desde a geração até a comercialização. Atuando em toda a cadeia, a Companhia é capaz de unir o portfólio de geração de energia por meio de suas empresas de geração e comercializar por meio da plataforma já consolidada da Comerc.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Não se aplica, pois não há benefícios fiscais ou subsídios que sejam considerados relevantes exclusivamente para a Companhia, a qual usufrui apenas de benefícios fiscais aplicáveis ao seu setor de atuação.

Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois a Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades.

Dependência de tecnologia

O processo de gestão no mercado livre de energia compreende entre outras atividades, a de equacionamento de energia contratada pelo cliente vs. energia consumida. Para que o processo de equacionamento seja eficiente e preciso, o uso de tecnologia se faz necessário.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nesse mesmo processo de equacionamento de energia, pode ser necessária a tomada de decisão do cliente. Essa interface também é facilitada e agilizada por processos que se utilizam de tecnologia. Por fim, a digitalização das informações do cliente permite a emissão eficiente de relatórios de acompanhamento dos clientes, o que é parte do escopo contratado nos serviços de gestão.

Assim como no negócio de gestão de consumidores no mercado livre, as atividades da Sou Vagalume e da Comerc Futuro dependem de tecnologia para que sejam escaláveis.

(d) Eventual sazonalidade

As atividades da Companhia não estão sujeitas à sazonalidade, visto que seus resultados não são influenciados por determinados períodos do exercício social. Não obstante, condições climáticas podem ter um impacto sobre o preço de energia.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atuação da Companhia com seus clientes e consumidores finais no segmento de comercialização de energia elétrica se dá no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Desta forma, suas relações comerciais se dão fundamentalmente em segmento sujeito à legislação aplicável ao setor, à regulamentação expedida pela ANEEL e pelas regras de comercialização da CCEE. Ademais, os agentes que são contraparte da Companhia no âmbito de suas relações contratuais de compra e venda de energia elétrica devem ser agentes associados à CCEE. Aplica-se, fundamentalmente, neste caso as normas da Lei nº 10.848/2004, do Decreto 5.163/2004 e da Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Não aplicável, pois a Companhia possui carteira pulverizada de fornecedores.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

O segmento de Trading da Companhia está sujeito a determinada variação em seus preços, visto que o preço de energia pode ser afetado por condições fora do controle da Companhia. Já os segmentos de Serviços e de Soluções em Energia não estão sujeitos à volatilidade de preços.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A legislação e regulamentação descritas nessa seção “7.5 Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades” referem-se à Companhia, às suas atuais subsidiárias e às Entidades Incorporadas (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência), sendo certo que, as menções à “Companhia” nesta seção 7.5 incluem, além da Companhia, as suas atuais subsidiárias e as Entidades Incorporadas, conforme aplicável.

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Proteção de Dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. Além disso outras leis setoriais tutelam o tratamento de dados pessoais no Brasil (e.g. o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet). Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - “LGPD”), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas setoriais.

A LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia especialmente empresas que tratam um grande volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem por nós observadas. Com a entrada em vigor da maioria das disposições da LGPD, a Companhia precisa adaptar suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei. A aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas pela LGPD foi adiada para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

A Companhia coleta, utiliza, trata, armazena e gerencia dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser tratados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro, furto, roubo ou vazamentos. O tratamento de dados pessoais em desacordo com a legislação ou a ausência de medidas de segurança, técnicas e administrativas para a proteção dos dados pessoais podem acarretar diversas situações de risco, entre elas a destruição e perda dados pessoais, além da interrupção da prestação dos nossos serviços, podendo afetar diretamente as transações de clientes, relacionamento com parceiros comerciais, funcionários, etc. Ademais, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e dados pessoais.

Eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente as receitas.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica. Tendo em vista o volume de dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consigam demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação, o que pode afetar significativamente os seus resultados financeiros. Em caso de infrações às normas da LGPD, poderá estar sujeita, além da responsabilidade civil, às seguintes penalidades: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) multa de até 2% do faturamento da empresa ou do grupo limitada, no total, a R\$50,0 milhões por infração; (c) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (d) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (e) eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, em caso de reincidência.

O Setor Elétrico Brasileiro

Até a primeira metade da década de 1990, o setor elétrico era marcado pela predominância de empresas estatais, de titularidade da União, estados e municípios, que estavam organizadas de forma verticalizada, atuando em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

As empresas eram remuneradas por meio de um sistema de tarifas fixadas com base no custo do serviço, que representava o valor necessário para cobrir os custos operacionais do agente, acrescidos de um percentual de remuneração pelos investimentos. Dada a natureza das empresas e o acúmulo do déficit gerado por essa forma de remuneração, o modelo não se mostrou sustentável.

Em resposta, foram editados: (i) a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, conforme alterada, que previu a assinatura de contratos de suprimento entre geradoras e distribuidoras; (ii) a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada ("Lei nº 9.074") que criou o conceito de "produtor independente de energia" e de "consumidores livres", autorizados a escolher seus próprios adquirentes e fornecedores de energia; e (iii) o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro – RESEB ("Projeto RESEB"), realizado entre 1996 e 1998, cujas principais recomendações foram: (a) a desverticalização das empresas (i.e., a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição); (b) a geração passar a ser competitiva, com preços definidos por mercado; (c) criação de transmissoras independentes, com garantia de livre acesso a todos os geradores e aos recém-criados consumidores livres e comercializadores que poderiam escolher de quem adquirir energia; e (d) as atividades de transmissão e distribuição, enquanto monopólios naturais, terem preços administrados pelo poder concedente, mediante maior deságio no leilão e posterior correção nos termos dos respectivos contratos de concessão.

O Projeto RESEB recomendou ainda a criação: (i) de uma agência reguladora independente; (ii) de um operador nacional do sistema, responsável pelo controle da geração e transmissão de energia; e (iii) de um mercado atacadista (livre) de energia (hoje chamada CCEE).

Em linha com as recomendações descritas acima, nos termos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 ("Lei nº 9.427") e do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, foi instituída a ANEEL, autarquia com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a qual substituiu o antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei nº 9.427 previu que o regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica compreenderia, entre outros pontos: (i) a responsabilidade da concessionária em realizar investimentos em obras e instalações para assegurar a qualidade do serviço e que seriam indisponíveis pela concessionária, devendo ser revertidos à União na extinção do contrato; e (ii) a fixação das tarifas com base no regime de “serviço pelo preço” (em substituição ao antigo “serviço pelo custo”), sob o qual as tarifas máximas seriam fixadas no contrato de concessão ou permissão resultante de licitação pública ou desestatização e, posteriormente, nos atos da ANEEL que aprovassem as revisões e reajustes nas condições previstas nos respectivos contratos. A Lei nº 9.074 estabeleceu regras para as concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água, prevendo a necessidade de processos de licitação para a concessão de determinados objetos previstos na referida lei.

Além disso, nos termos do §1º art. 26 da Lei nº 9.427, os empreendimentos baseados nas fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada faziam jus a um desconto não inferior a 50%, a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia, desde que potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 kW.

Em 2 de março de 2020, foi publicada a Lei Federal nº 14.120, de 1º de março de 2021 (“Lei Federal 14.120”), que alterou a sistemática aplicável à redução das tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão (“TUSD/TUST”). De acordo com o texto aprovado no Congresso Nacional, os descontos das tarifas TUSD/TUST serão aplicados (i) aos empreendimentos que solicitarem a outorga, conforme regulamento da ANEEL, no prazo de até doze meses, contados da data de publicação da Lei, e que iniciarem a operação de todas as suas unidades geradoras no prazo de até quarenta e oito meses, contado da data da outorga e (ii) ao montante acrescido de capacidade instalada, caso a solicitação de alteração da outorga que resulte em aumento na capacidade instalada do empreendimento seja realizada no prazo de até doze meses, contado da data de publicação da Lei, e a operação de todas as unidades geradoras associadas à solicitação seja iniciada no prazo de até quarenta e oito meses, contado da data de publicação do ato que autoriza a alteração da outorga.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, conforme alterada (“Lei nº 9.648”), que alterou a Lei de Criação da ANEEL, a Lei nº 9.427, a qual introduziu mecanismos para as bases da geração competitiva, da transmissão independente e de livre acesso. Em especial, a Lei nº 9.648 determinou: (i) o estabelecimento de um órgão auto regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto prazo; (ii) a possibilidade de livre negociação da compra e venda de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autoritários, observadas determinadas condições de transição previstas na lei; e (iii) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do SIN. Foi estabelecido, assim, um novo quadro conceitual e institucional para o setor elétrico brasileiro.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro de 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber: as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, e criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para redução de consumo de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), com vistas a ressarcir as distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), visando incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração. O Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, os quais consistem no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, conhecida como

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, que disciplina a comercialização de energia, no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

Em 12 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, a qual foi convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 ("Lei nº 12.783"), disciplinando a prorrogação de determinadas concessões de serviço público de geração hidrelétrica, convertendo a energia gerada pelas concessões prorrogadas nos termos de tal Medida Provisória em cotas de energia, alocadas entre as distribuidoras conforme suas demandas, passando tais concessionárias a serem remuneradas por tarifas fixadas pela ANEEL.

Uma vez que a Companhia atua apenas no mercado de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e não na geração hidrelétrica ou na distribuição de energia, ela não é afetada pelas tarifas definidas pela ANEEL para a remuneração das concessões por meio da Lei nº 12.783. Tem-se, assim, que os Contratos de Energia de Reserva ("CER") detidos pela Companhia, não têm suas receitas impactadas pelas referidas tarifas.

No tocante à indenização pela reversão dos bens vinculados ao serviço, com o advento da Lei nº 12.783, a metodologia de valor novo de reposição (VNR) passou a ser adotada pela ANEEL.

A Lei nº 12.783 também disciplinou a renovação de concessões de transmissão e distribuição de energia elétrica, e desonerou do pagamento do encargo da Reserva Global de Reversão (RGR) por determinadas concessionárias de serviços de energia, bem como determinou o fim da cobrança do encargo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Cabe dizer que o setor elétrico brasileiro vem passando por alterações legislativas, como a recentemente publicada Lei Federal 14.120 que, dentre suas principais medidas, trouxe (i) alocação de recursos de pesquisa e desenvolvimento para a Conta de Desenvolvimento Energético; (ii) redução temporária de tarifas; (iii) fim do desconto na TUSD/TUST para os novos projetos provenientes de fontes renováveis, conforme mencionado anteriormente; (iv) possibilidade de contratação da potência por necessidade; (v) possibilidade de suspensão do fornecimentos aos consumidores que tenham sido desligados da CCEE; (vi) definição de uma data limite para privatização de distribuidoras estaduais; e (vii) determinações para a conclusão das obras da Usina Nuclear de Angra 3 e para melhorias na gestão das empresas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep).

Além das alterações promovidas pela Lei Federal 14.120, tramitam perante o Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 232/2016 e o Projeto de Lei nº 1917/2015, que são medidas estruturais, que incorporaram os resultados elaborados pelo Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico, a partir da CP 33/2017, promovida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME").

No que se refere à regulamentação das UFVs, a Resolução ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020 ("Resolução ANEEL nº 876/2020"), regula a implantação das centrais geradoras Eólicas, Fotovoltaicas, Termelétricas e outras fontes alternativas e a comunicação de implantação de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.

Normalmente, o processo de obtenção da autorização para implantar e explorar UFVs se inicia com o despacho de recebimento do requerimento de outorga, que tem como finalidade permitir que o agente interessado solicite a informação de acesso às concessionárias de distribuição ou ao ONS, as licenças e/ou autorizações aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental (a solicitação de despacho de recebimento do requerimento de outorga é optativa).

No caso das UFVs os principais requisitos para a obtenção da autorização são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, as leituras de irradiação global horizontal, ou de irradiação global, difusa e direta e a certificação das medições solarimétricas e da estimativa de produção anual emitida por certificador independente, a licença ambiental e a informação de acesso.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Ainda nos termos da Resolução ANEEL nº 876/2020, a implantação de UFVs com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW deverá ser apenas comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante o cadastramento das informações sobre o empreendimento após sua implantação. As autorizações às UFVs são outorgadas a título gratuito.

Tais autorizações conferem às outorgadas os direitos e/ou deveres de: (i) gerar energia pelo prazo estabelecido; (ii) comercializar a energia produzida; e (iii) usufruir do desconto na TUSD/TUST. Também conferem obrigações, dentre as quais se destacam (i) implantar Sistema de Transmissão de Interesse Restrito; (ii) cumprir o que dispõe a Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009; (iii) implantar a Central Geradora Fotovoltaica dentro do Cronograma apresentado à ANEEL; (iv) no caso de outorga decorrente de Leilão, manter Garantia de Fiel Cumprimento; (v) submeter-se aos Procedimentos de Rede do ONS; (vi) aderir à CCEE; (vii) firmar o CER, nos termos do Edital do Leilão, sendo o caso; e (viii) encaminhar à ANEEL informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, ao término da construção ou quando solicitado, na forma e na periodicidade definidas.

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das instalações de transmissão de interesse restrito das usinas solares.

Importa destacar, de outro lado, que a ANEEL tem posicionamento jurisprudencial no sentido de que a emissão declaração de utilidade pública ("DUP") para fins de desapropriação para instalação de centrais geradoras não hidráulicas (e.g. eólica ou fotovoltaica) depende da comprovação de que a extensão de terra solicitada é a única alternativa ambientalmente viável para implantar ou manter a operação de uma dada central geradora. Tal posicionamento foi adotado pela ANEEL nos autos do Processo nº 48500.005971/2018-79 e Parecer nº 00368/2015/PFANEEL/PGF/AGU. Assim, para a implantação de centrais geradoras por fonte não hidráulica, a emissão da DUP depende da comprovação real necessidade das áreas a serem declaradas de utilidade pública para a execução do empreendimento, o que deve ser analisado pela ANEEL em procedimento administrativo específico.

Principais Agentes do Setor

Conselho Nacional de Política de Energia

Criado pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Conselho Nacional de Política de Energia ("CNPE") tem como finalidade propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas para, entre outras: (i) promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país; (ii) assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País; (iii) rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis; (iv) estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas; (v) estabelecer diretrizes para a importação e exportação de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, gás natural e condensado; (vi) sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica, considerando o planejamento de longo, médio e curto prazos, e (vii) propor critérios de garantia de suprimento de energia elétrica que assegurem o equilíbrio adequado entre confiabilidade de fornecimento e modicidade de tarifas e preços.

Ministério de Minas e Energia

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Entre suas áreas de competência definidas pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 encontram-se (i) geologia, recursos minerais e energéticos; (ii) aproveitamento da energia hidráulica, eólica, fotovoltaica e demais fontes para fins de geração de energia elétrica; (iii) mineração e metalurgia; e (iv) petróleo, combustível e energia elétrica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No setor elétrico, estão vinculadas ao MME a Eletrobrás e suas controladas (Furnas Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul) e Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), a EPE e a própria ANEEL.

- **Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”)**

Criada em por meio da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, a EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE são usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

- **Comitê de Monitoramento do Setor de Energia (“CMSE”)**

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

- **ANEEL**

Instituída pela Lei nº 9.427, a ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes, conforme aplicável; (ii) fiscalizar o cumprimento das obrigações pelas concessionárias e autorizadas e impor as sanções aplicáveis (e.g. multas); (iii) editar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de energia.

- **ONS**

O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

- **CCEE**

Como o ONS, a CCEE é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que opera sob autorização do Poder Concedente e mediante regulação e fiscalização da ANEEL. Também é integrada por titulares de concessão, permissão ou autorização, por outros agentes vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica e pelos consumidores livres.

Entre outras atribuições, a CCEE é responsável por registrar o volume e o prazo de todos os contratos de comercialização de energia elétrica celebrados no país, bem como contabilizar e liquidar a diferença entre os montantes efetivamente gerados ou consumidos e aqueles previstos nos contratos nela registrados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Comercialização de energia elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica são realizadas em dois diferentes ambientes de comercialização: (i) o ACR, no qual é realizada a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões públicos, de toda a energia elétrica necessária para fornecimento aos seus consumidores (denominados cativos); e (ii) o ACL, que compreende a comercialização de energia elétrica entre os demais agentes (como consumidores livres e especiais e comercializadores de energia elétrica). Nas unidades operacionais Coremas I, II e III a venda de energia foi realizada no ACR, já para as unidades Coremas IV, V, VI, VII e VIII foram celebrados contratos de longo prazo no ACL com a distribuidora Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

O Ambiente de Contratação Regulada é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, importadores de energia, ou comercializadores para os distribuidores, que adquirem energia visando atender à carga dos consumidores cativos. Conforme a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004, as distribuidoras devem adquirir a energia para atender à totalidade da sua demanda, podendo optar pelos seguintes instrumentos:

Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”);

Geração distribuída, por meio de chamada pública, limitado a 10% da carga da Distribuidora ;

Contratos do PROINFA;

Contratos para energia proveniente do Itaipu Binacional;

Contratos firmados até a publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico;

Contratos provenientes de Angra 1 e 2: a partir de 01 de janeiro de 2013 (incluído pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009); e

Cotas de garantia física de energia e de potência definidas para as usinas hidrelétricas cujas concessões forem prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783 (Incluído pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012).

Cabe às empresas distribuidoras estimar a quantidade de eletricidade a contratar nos leilões, sendo obrigadas a contratar 100% das suas necessidades, respeitada ainda a condicionante de que os acréscimos de mercado devem ser atendidos por energia de novos empreendimentos, contratada com pré-determinado número de anos de antecedência. O não cumprimento da totalidade do fornecimento nos seus mercados de distribuição poderá resultar em severas penalidades.

O modelo de leilões públicos foi implementado no final de 2004, sem prejuízo dos contratos já celebrados entre as empresas de geração e distribuição até a data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

A Resolução Normativa ANEEL nº 783, de 26 de setembro de 2017 (“REN 783/17”), por sua vez, define os CER, como aqueles que se destinam à comercialização de energia elétrica de reserva no SIN, seja por disponibilidade ou por quantidade, decorrente de empreendimentos de geração já existentes ou futuros. O CER deve ser celebrado pelas concessionárias ou autorizadas de geração de energia, com a CCEE, que o firma representando os usuários de energia de reserva.

A mesma REN 783/17 dispõe, por seu turno, que os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Livre (CCEAL), são aqueles destinados à comercialização de energia elétrica mediante preços livremente pactuados, entre os geradores, comercializadores, consumidores livres e especiais, incluindo a cessão de montantes de energia elétrica pelos consumidores.

Por fim, cabe dizer que a REN 783/17 conceitua os CCEAR, como aqueles voltados à comercialização de energia elétrica no SIN, tanto por disponibilidade como por quantidade, decorrente de empreendimentos de geração já existentes ou futuros, e que deve ser celebrado diretamente entre as distribuidoras compradoras e as concessionárias ou autorizadas de geração vencedoras de leilões.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os contratos celebrados no âmbito dos leilões – denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ou CER, a depender do tipo de leilão, podem ser utilizados como garantia para financiamento para execução da obra e serviços outorgados.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica terão direito de repassar a seus respectivos consumidores os custos relacionados à aquisição de energia elétrica por meio de leilões públicos, bem como impostos e encargos do setor.

Ambiente de Contratação Livre – ACL

No Mercado Livre, a energia elétrica é comercializada entre concessionárias de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes comercializadores, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes, respeitadas as normas aplicáveis, em especial as Regras e Procedimentos de Comercialização.

Os consumidores potencialmente livres - aqueles que, a despeito de cumprir as condições previstas no art. 15 da Lei nº 9.074 são atendidos de forma regulada - podem optar por escolher seu fornecedor de energia elétrica, migrando para o ACL. Um consumidor que opte pelo ACL, somente poderá retornar ao mercado cativo se notificar o seu distribuidor local com cinco anos de antecedência, prazo que pode ser reduzido pela distribuidora a seu critério.

A Portaria MME nº 514, de 27 de dezembro de 2018, posteriormente alterada pela Portaria nº 465, de 12 de dezembro de 2019 diminui os limites de carga para contratação de energia elétrica dos consumidores no ambiente de contratação livre. A partir de 1º de julho de 2019 os consumidores com carga igual ou superior a 2,5 MW, independentemente do nível de tensão de conexão, passaram a poder adquirir energia no Mercado Livre. A partir de 1º de janeiro de 2020, esse valor foi reduzido para 2,0 MW. Esse valor será reduzido progressivamente até 1º de janeiro 2023, até chegar a carga igual ou superior a 500 kW, quando a ANEEL e a CCEE deverão apresentar estudo sobre as medidas regulatórias para permitir a abertura do Mercado Livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW.

Atualmente, consumidores, individualmente ou em conjunto reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, com demanda contratada entre 500 kW e 3,0 MW (entendemos que a demanda pode ser de até 2MW, e não 3 MW, considerando a redução estabelecida na Portaria 514/2018 citada acima), são denominados Consumidores Especiais, e também, são elegíveis para adquirir energia no ACL. Entretanto, poderão adquirir energia apenas de: (i) empreendimentos com potência igual ou inferior a 5 MW; e (ii) empreendimentos de fontes solar, eólica e biomassa cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 50 MW, nos termos do §5º do art. 26 da Lei nº 9.427, conforme alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016.

O Consumidor Especial deve notificar ao distribuidor local, no prazo pactuado, sua opção pelo fornecimento no ACL e o interesse pela não prorrogação do instrumento contratual vigente. O Consumidor poderá voltar a ser atendido pela distribuidora em condições reguladas desde que, com antecedência de 5 anos em relação à data do início do fornecimento, formalize sua intenção à distribuidora. O prazo poderá ser reduzido, a critério da distribuidora. Esse prazo de antecedência foi ampliado recentemente pela Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783.

As geradoras estatais podem vender energia elétrica aos Consumidores Livres, mas, diferentemente das geradoras privadas, devem fazê-lo por meio de processo de leilão.

Leilões no ACR

Os leilões de compra de energia elétrica para novos projetos de geração em andamento são realizados: (i) seis, cinco, quatro ou três anos antes da data de início da entrega da energia (leilões “A-6”, “A-5”, “A-4” e “A-3”); ou (ii) para a contratação de projetos estruturantes, empreendimentos estratégicos indicados pelo CNPE. Leilões de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes podem ocorrer: (a) no ano do início da entrega da energia (leilões “A”); (b) no ano anterior ao de início da entrega da energia (leilões “A-1”); (c) dois anos antes do início da entrega da energia (leilões “A-2”) ou (d) com início de entrega da energia elétrica no prazo máximo de quatro meses contados da realização do leilão (“leilões de ajuste”). A possibilidade de realização de leilões de energia existente no mesmo ano e dois anos antes

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

do início do suprimento foi incluída recentemente pela legislação setorial. Os editais dos leilões são elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, e possuem como critério de julgamento das propostas o de menor tarifa.

Cada empresa de geração vencedora do leilão firma um contrato de compra e venda de energia elétrica com cada distribuidora, em proporção à sua respectiva estimativa de demanda.

Os CCEAR provenientes de energia nova têm prazo de vigência de 15 a 35 anos, contados a partir do início do fornecimento, enquanto os CCEAR provenientes dos leilões de energia existente têm prazo de vigência de 3 a 15 anos, contados do início do suprimento. Os contratos provenientes do leilão de ajuste têm o prazo máximo de dois anos, sendo que a quantidade total de energia contratada em tais leilões não pode exceder 5,0% da carga total contratada por cada distribuidora a critério do MME.

Nos contratos provenientes de leilões de fontes alternativas o prazo é de 10 a 30 anos contados do início do fornecimento.

A contratação pode ocorrer de três formas, as quais cabe diferenciar. Os contratos por quantidade são os mais usuais, nos quais as partes contratam uma quantidade certa de energia, para ser entregue em um submercado também definido pelo contrato.

Já os contratos por disponibilidade são aqueles em que a negociação entre as partes tem como objeto o uso dos empreendimentos de geração, e não a energia em si. Nesse caso, os geradores garantem que o empreendimento estará disponível para geração, entrando em operação quando for solicitado.

Os CER têm como objetivo garantir uma reserva na capacidade de geração, com base nos planejamentos realizados. A energia de reserva, utilizada para aumentar a segurança do fornecimento do SIN, é contratada em leilões, de empreendimentos novos ou já existentes.

Necessidade de Outorga para Geração de Energia Elétrica

A Constituição Federal prevê que o desenvolvimento, uso e venda de energia elétrica podem ser efetuados diretamente, pelo Governo Federal, ou indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelos Governos Federal ou Estaduais têm exercido maior relevância que empresas privadas no setor brasileiro de energia elétrica.

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão obter a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, perante o MME (no caso de participação em leilão) ou a ANEEL (no caso de comercialização no ACL), como autoridades competentes no setor de energia elétrica.

Entretanto, cabe salientar que existe a possibilidade de participação dos empreendimentos em leilões de contratação de energia para o ACR antes da obtenção da outorga. Isso ocorre por meio da possibilidade de apresentação apenas do Despacho de Requerimento de Outorga, nos termos do §7º do artigo 6º da Resolução ANEEL nº 876/2020. Nesses casos, a emissão da outorga de autorização ocorrerá ao término do procedimento. Esse procedimento foi adotado, por exemplo, no Leilão nº 04/2019, o Leilão A-6 de 2019. Para maiores informações vide fator de risco *“A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo governo federal e pela ANEEL, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na legislação ou na regulamentação ora em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais”*, constante no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Geração Distribuída

Por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 482, de 17 de abril de 2012 (“Resolução ANEEL 482”), foi regulamentada a possibilidade de se implantar a geração de energia elétrica em unidades consumidoras, para injeção na rede das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

De uma forma geral, o regime de microgeração e minigeração de energia foi criado para permitir e estimular que um consumidor de energia elétrica instale pequenos geradores em sua unidade consumidora (como, por exemplo, painéis solares fotovoltaicos e pequenas turbinas eólicas) e que a energia assim gerada seja utilizada como crédito na conta de consumo de energia elétrica da unidade.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

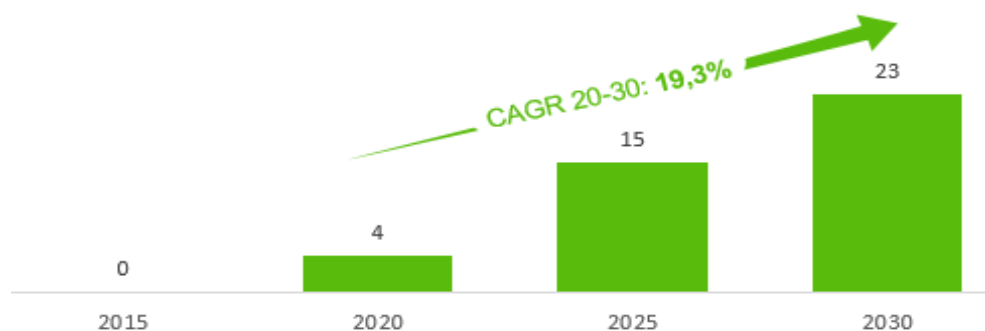
A microgeração e a minigeração diferenciam-se pela potência da geração, que define o enquadramento em cada uma das categorias: (i) microgeração: central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 kW e que utilize cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, ou fontes renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras; ou (ii) minigeração: central geradora de energia elétrica, com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 5 MW para as fontes renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.

Unidade consumidora é definida pela legislação como “conjunto de instalações e equipamentos elétricos caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em um só ponto de entrega, com medição individualizada e correspondente a um único consumidor”. Dá-se à unidade consumidora a faculdade de instalar uma central geradora e conectar-se ao sistema de distribuição, a fim de utilizar o excedente de energia elétrica produzida para compensar seu consumo. Também restou permitida a geração de energia em local distinto do consumo, nas modalidades de “geração compartilhada” e “autoconsumo remoto”, desde que as unidades consumidoras estejam localizadas na área de concessão da mesma concessionária de distribuição de energia elétrica.

Para a viabilização de projetos de geração distribuída, não se faz necessária a obtenção de autorização específica da ANEEL. De outro lado, é necessário realizar os procedimentos de acesso ao sistema de distribuição, perante a concessionária de distribuição de energia elétrica local. Nos termos do item 3.7 dos Procedimentos de Distribuição do Sistema Interligado Nacional (PRODIST), a viabilização da conexão ao sistema de distribuição passa pelas seguintes etapas: (i) formalização da solicitação de acesso, com o encaminhamento da documentação, dados e informações pertinentes, bem como os estudos realizados; (ii) emissão do parecer de acesso, discriminando todas as obras necessárias e as demais condições de acesso; (iii) implantação e aprovação da conexão; e (iv) celebração do acordo operativo ou relacionamento operacional com a concessionária de distribuição.

Estima-se que no Brasil, no segmento de geração distribuída, sejam investidos, até 2030, mais de R\$70 bilhões, que tenha mais de 3 milhões de consumidores de geração distribuída e que a energia solar irá representar 93% do total da capacidade instalada. Atualmente, no Brasil, a geração distribuída solar representa apenas 0,74% do total com 88 milhões de unidades no total, sendo destas apenas 654 mil com unidades com geração distribuída solar. Com relação à capacidade de geração distribuída solar no Brasil, espera-se que entre 2020 e 2030, este mercado apresente um CAGR de 19,3% entre 2020 e 2030, atingindo 23GW em 2030 conforme gráfico abaixo:

Capacidade de expansão da Geração Distribuída Solar no Brasil (GW)

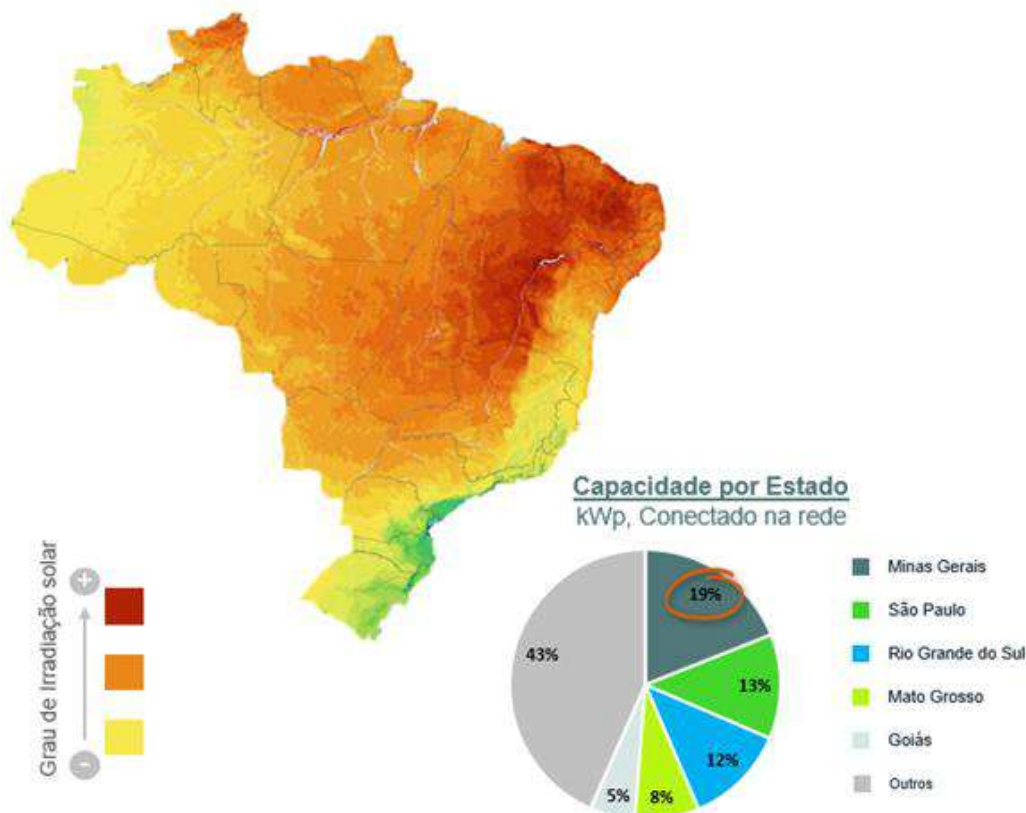


Fonte: PDE, EPE

O Brasil possui condições climáticas favoráveis à geração e distribuição de energia solar. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, é um dos melhores estados em termos de irradiação solar e localizado no mercado do sudeste que apresenta os preços mais altos do Brasil. A capacidade de geração e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

distribuição de energia solar está representada na imagem abaixo:



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia ("PDE") 2030, EPE, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e Conselho Nacional de Política Fazendária ("CONFAZ").

Legislação Concorrencial

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que exerce, em todo o território nacional, as atribuições conferidas pela Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011). Trata-se de órgão responsável por investigar e decidir sobre questões em matéria concorrencial, visando à proteção e ao fomento da livre concorrência de mercado.

A Lei nº. 12.529/2011 estabelece um sistema de controle prévio de atos de concentração. Assim, operações envolvendo a Companhia podem estar sujeitas à notificação obrigatória ao CADE, contanto que, cumulativamente:

- constituam uma concentração econômica (p. ex. aquisições de controle, ações, ou ativos de uma ou mais empresas por outras, transferências de direitos e obrigações entre empresas; celebração de contratos associativos, consórcios ou joint ventures, entre outras);
- produzam ou tenham o potencial de produzir efeitos no Brasil; e
- pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios total no Brasil, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 750 milhões, e pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios total no Brasil, no ano anterior à operação,

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

equivalente ou superior a R\$ 75 milhões.

Referida lei também determina que empresas que pratiquem condutas anticompetitivas, tais como cartéis ou abusos de posição dominante, estão sujeitas a multa de 0,1% a 20% do valor do seu faturamento bruto ou do faturamento bruto de seu grupo econômico, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração. Empresas também podem estar sujeitas a sanções não pecuniárias. Os administradores da empresa, por sua vez, bem como indivíduos que não ocupem cargos de gestão, também estão sujeitos a multas pecuniárias.

Legislação Ambiental

As atividades de transmissão e geração de energia elétrica estão sujeitas a abrangente legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. A Constituição Federal confere poderes à União e aos governos estaduais para promulgar leis e editar regulamentações destinadas a proteger o meio ambiente.

Os municípios também podem promulgar leis e editar regulamentos com relação aos assuntos de interesse local. A pessoa física ou jurídica que violar a legislação ambiental está sujeita a sanções nas esferas penal e administrativa, independentemente da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Os principais órgãos de proteção ambiental aos quais as nossas atividades estão submetidas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente ("IBAMA") e os órgãos estaduais de proteção ambiental integrantes do SISNAMA, além dos órgãos e agências de recursos hídricos nos âmbitos estadual e federal. Ainda, nossas atividades estão sujeitas à atuação, no curso dos respectivos processos de licenciamento ambiental, de órgãos públicos responsáveis pela regulamentação de assuntos como, por exemplo, intervenção em terras indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, áreas de interesse cultural, histórico e arqueológico, Unidades de Conservação ("UC"), Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, dentre outros. Os Ministérios Públicos Federal e Estadual agem como órgãos fiscalizadores do cumprimento da legislação ambiental vigente, podendo instaurar procedimentos investigatórios de natureza civil ou criminal e propor ações civis públicas para os casos de descumprimento desta legislação, as quais terão como objetivo a reparação e/ou indenização dos danos causados por nossas atividades.

Licenciamento Ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/1981, ("PNMA"), prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental. De acordo com a PNMA a construção, a instalação, a ampliação e o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, estão condicionadas ao prévio licenciamento ambiental junto ao órgão competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e os mitigadores do empreendimento. Este procedimento é necessário tanto para a concepção, instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente.

O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito, ainda, à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA"). Para determinadas atividades, porém, a depender das determinações do órgão ambiental e da legislação aplicável, é possível a preparação de estudos simplificados para subsídio da emissão das licenças ambientais, como, por exemplo, o Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Adicionalmente ao licenciamento ambiental, a legislação prevê que os empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em EIA/RIMA, deverão destinar um montante próximo a 0,5% do valor do empreendimento ao apoio e/ou manutenção de UCs de acordo com o grau de impactos causados, como forma de compensação ambiental. Referido montante será fixado pelo órgão ambiental, o que pode ser realizado por meio de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental ou instrumento equivalente a ser firmado com o empreendedor.

A análise das características de determinado empreendimento constitui procedimento mandatório para a emissão de licenças ambientais por parte das autoridades competentes, servindo de subsídio, inclusive,

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

para a imposição de condicionantes técnicas, que devem ser observadas pelo empreendedor a fim de que seja mantida a validade da respectiva licença.

O processo de licenciamento ambiental, regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 237/1997, compreende um sistema trifásico, conforme o estágio em que se encontre o empreendimento, sendo realizado junto aos órgãos ambientais nas esferas federal, estaduais ou municipais, conforme definição legal de competência, de acordo com o alcance geográfico dos impactos ambientais causados ou em relação aos recursos ambientais afetados. Para cada uma destas fases, são emitidas as seguintes licenças, todas com prazo determinado de validade, o qual é estabelecido por tipo de licença e por especificidade da atividade ou empreendimento:

- Licença Prévia (“LP”): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, a LP atesta a viabilidade ambiental do projeto, aprovando sua concepção e localização e estabelece os requisitos básicos e condicionantes ambientais a serem atendidos nas fases subsequentes de implantação;
- Licença de Instalação (“LI”): autoriza a instalação ou construção do empreendimento ou atividade e contempla as medidas de controle e demais condicionantes ambientais a serem cumpridas antes da fase de operação; e
- Licença de Operação (“LO”): autoriza o início das atividades operacionais do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, e estabelece as medidas de controle e condicionantes ambientais que deverão ser atendidas durante a fase de operação.

A Lei Complementar nº 140/2011 estabelece, ainda, que a renovação de qualquer das licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias contados da data de expiração de seu prazo de validade, o qual fica automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. Todavia, este prazo pode ser menor em função de uma legislação estadual ou municipal adotar uma antecedência mínima inferior.

De acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008, a ausência das licenças ambientais pode sujeitar a Companhia a sanções de natureza administrativa e/ou penal, independentemente da obrigação de reparar eventual dano ao meio ambiente se assim identificados. No âmbito administrativo, as penalidades variam desde simples advertências a até multas, que podem variar de R\$500,00 a R\$10.000.000,00, embargo, suspensão parcial ou total de obra ou atividade, demolição, dentre outras. No âmbito criminal, merece destaque a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, que é contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental.

Cadastro Técnico Federal

A Instrução Normativa nº 06/2013, atualizada pela Instrução Normativa nº 11/2018 do IBAMA, determina ainda que, além do licenciamento ambiental, as atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais devem ser registradas junto ao IBAMA por meio do Cadastro Técnico Federal (CTF); bem como pagar a correspondente Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”), que pode variar entre R\$128,80 e R\$5.796,73 por trimestre, dependendo do potencial poluidor da empresa e do grau de utilização dos recursos naturais, conforme atualizações previstas na Portaria Interministerial nº 812/2015 e posteriormente consolidada pela Lei Federal 13.196/2015.

A TCFA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao IBAMA. O sujeito passivo da TCFA, em caso de atraso e/ou inadimplência, submete-se aos acréscimos e penalidades prescritas nos termos do artigo 6º, §3º da Instrução Normativa IBAMA nº 17/2011.

A falta do certificado de registro válido perante o IBAMA constitui infração administrativa punível com multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$9.000,00. O não pagamento da TCFA, por sua vez, pode sujeitar as empresas a uma multa de mora de 20% do valor devido, acrescido de juros de mora à razão de 1%.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

condicionantes estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão retardar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer, de forma simultânea e independente, no âmbito: administrativo, cível e penal.

Responsabilidade criminal

Na esfera penal, as violações à legislação ambiental podem configurar crime, atingindo tanto pessoas jurídicas como os administradores, diretores, membros de conselho e órgãos técnicos, auditores, prepostos ou mandatários, que podem enfrentar até mesmo penas privativas de liberdade (reclusão e detenção) ser presos, como a própria pessoa jurídica. A Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

Para pessoas naturais, são aplicáveis penas privativas de liberdade (reclusão e detenção), restritivas de direito (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária ou recolhimento domiciliar) e multas. As penas restritivas de direito são autônomas e poderão substituir as privativas de liberdade em determinados casos.

Para as pessoas jurídicas, podem ser aplicadas de forma isolada, cumulativa ou alternativa as seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa.

Tanto para as pessoas naturais quanto para as jurídicas, o valor da multa pode variar de um terço do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos a 1.800 vezes o seu valor, de acordo com a culpabilidade do agente, podendo ainda triplicar a depender da condição financeira do agente.

A prescrição das condutas tipificadas segue a regra geral do Código Penal, regulada pelo prazo máximo da pena privativa de liberdade, conforme determinado nos tipos específicos na Lei de Crimes Ambientais.

Responsabilidade administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa ambiental, a Lei de Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, dispõe em seu artigo 70 que toda ação ou omissão que importe na violação das regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental.

Na esfera administrativa, as sanções aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de infrações administrativas previstas, que a depender do caso concreto incluem advertência; multa simples que pode ser estabelecida a partir de R\$ 50,00 a até R\$ 50.000.000,00; multa diária; apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total de atividades; além das sanções restritivas de direito, dentre as quais a suspensão de registro, licença ou autorização; cancelamento de registro, licença ou autorização; perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e proibição de contratar com a administração pública.

A aplicação de tais sanções pressupõe a observância dos seguintes parâmetros: (i) a gravidade dos fatos,

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(ii) os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, (iii) os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação ambiental, e (iv) a sua situação econômica.

A competência para fiscalização e imposição de sanções administrativas é comum e, portanto, pode ser exercida pela União, Estados e Municípios. A regulamentação da matéria, trazida pela Lei Complementar nº 140/2011, distinguiu a prerrogativa de imposição de penalidades administrativas com base na competência para licenciamento das atividades e empreendimentos poluidores ou potencialmente poluidores. Ou seja, de maneira geral, o órgão licenciador também se caracteriza como o órgão fiscalizador.

Em âmbito federal, o IBAMA é competente, dentre outros, para a fiscalização dos empreendimentos e atividades por ele licenciados que englobam aqueles localizados ou desenvolvidos nas fronteiras com outros países, no mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva, em terras indígenas, em UCs instituídas pela União – exceto em Áreas de Proteção Ambiental (“APA”) – e que estejam localizados em 2 (dois) ou mais Estados.

Aos Municípios é conferida a competência de aplicação de penalidades administrativas para as atividades ou empreendimentos por eles licenciados que causem impacto ambiental local ou aquelas localizadas em UCs instituídas pelos Municípios. Aos Estados, foi dada competência suplementar de licenciamento e fiscalização para os empreendimentos e atividades que não estivessem abarcados nas competências da União e dos Municípios.

Além dos ditames legais federais de ordem geral, os Estados e Municípios também têm competência concorrente para legislar em matéria ambiental, e suas legislações próprias devem ser igualmente observadas dentro dos seus limites jurisdicionais.

Por fim, considerando a legislação federal que estabelece as normas genéricas sobre o tema, a regra geral para a prescrição de ação administrativa é de 05 (cinco) anos, contados da data da prática do ato ou do dia em que estiver cessado, no caso de infração permanente ou continuada.

No caso da conduta que ensejou a infração administrativa também constituir crime, aplica-se a regra específica da prescrição, regulada pelo prazo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, conforme previsto na lei penal.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 ainda conceitua a prescrição intercorrente que ocorre nos casos de procedimentos de apuração de auto de infração que fiquem paralisados por mais de 03 (três) anos, pendentes de julgamento ou despacho.

As sanções penais e administrativas serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente.

Responsabilidade civil

Na esfera civil, a responsabilidade é regulada pela Lei Federal nº 6.938/1981, que confere aos danos ambientais responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles direta ou indiretamente envolvidos, pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da comprovação de culpa ou dolo dos agentes. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para a geração de um determinado dano ao meio ambiente, poderá ser demandada à remediação, ou pagamento de indenização, aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo (*deep pocket doctrine*) cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais envolvidas na geração do dano. Como consequência, quando contratamos terceiros para proceder a qualquer intervenção em nossas operações, como a supressão de vegetação e a disposição final de resíduos, não estamos isentos de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados.

Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado. Também existe precedente do Supremo Tribunal Federal estabelecendo que a responsabilidade civil pelo dano ambiental não está sujeita às regras de prescrição, por envolver interesses difusos e coletivos, que merecem ser amplamente protegidos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, de acordo com a legislação ambiental, pode haver a desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta se mostrar um obstáculo à reparação do dano ambiental. Trata-se de medida para assegurar que recursos financeiros suficientes estejam disponíveis às partes que buscam reparação dos danos causados ao meio ambiente, isto é, o magistrado pode responsabilizar os sócios e administradores da Companhia, atingindo sua esfera jurídica individual, o que pode acarretar um efeito substancialmente adverso sobre seus ativos.

O Ministério Público, tanto Estadual quanto Federal, é competente para a instauração de procedimentos investigatórios preliminares e inquéritos civis que visem à identificação do dano ambiental a serem civilmente reparados. As obrigações do agente poluidor para a reparação civil ambiental podem ser objeto de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), firmado com o Ministério Público, ou Termo de Compromisso ("TC"), firmado com os órgãos públicos fiscalizadores das esferas federal, estadual ou municipal, conforme o caso.

Além da via acordada por meio de TAC ou TC, a reparação civil de dano ambiental pode se dar de maneira litigiosa por meio de ações judiciais coletivas. No caso da Ação Civil Pública, os legitimados para a sua propositura são: Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos públicos ambientais, além das associações sem fins lucrativos que tenham a proteção do meio ambiente como finalidade institucional. Importante frisar que a adoção da via judicial não impede a definição das obrigações civis de reparação do dano que podem ser estabelecidas em acordo firmado no bojo do próprio processo.

Recursos Hídricos

A Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que o uso de tais recursos está sujeito à outorga pelo Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo público, seja para o lançamento num corpo d'água de esgotos e de demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de disposição final. Estão dispensados da outorga os usos de proporções insignificantes e demais hipóteses especificamente previstas em lei.

A Política Nacional de Recursos Hídricos dispõe que a captação ou o lançamento realizado sem outorga de direito de uso de recursos hídricos, ou em desacordo com os seus termos, sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R\$100,00 até R\$50.000.000,00, independentemente da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados na esfera civil.

Resíduos Sólidos

A Lei Federal nº 12.305/2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. A legislação brasileira regula a segregação, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, acondicionamento e destinação final de resíduos sólidos, devendo ser observada a classificação dos resíduos. Ressalta-se que os projetos relacionados são sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. A atividade de segregação, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, acondicionamento e destinação final de resíduos está sujeita ao licenciamento ambiental. A disposição inadequada, bem como os acidentes decorrentes do manuseio inadequado desses resíduos, além de poder resultar na contaminação de solo e de águas subterrâneas, podem ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa (multas que podem variar de R\$ 5.000,00 a R\$ 50.000.000,00) e penal, bem como responsabilização no âmbito civil, sendo que, neste último caso, independentemente de culpa.

Os empreendimentos, especialmente aqueles que sejam considerados grandes geradores de resíduos sólidos, devem elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), que estabelecerá os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados. O PGRS deve dispor sobre os métodos adotados nas fases de coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos.

O transporte, o tratamento e a destinação final adequados de resíduo dependem da classe a que eles pertencem e os projetos estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental. A atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental.

Cadastro Ambiental Rural

De acordo com o Código Florestal, o Cadastro Ambiental Rural (“CAR”) corresponde a registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Em se tratando de imóvel rural, o Código Florestal ainda determina a obrigação de constituição e delimitação e preservação de Reserva Legal ao proprietário ou possuidor, correspondente à área que deve obrigatoriamente ser mantida com cobertura de vegetação nativa, calculada com base em percentual mínimo da área total do imóvel, o qual varia em função de sua localização e do bioma. A ausência de delimitação, constituição e/ou preservação da área de Reserva Legal nos termos do Código Florestal pode ensejar sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados. Ademais, a ausência de inscrição no CAR e o déficit de Reserva Legal pode impedir o acesso a crédito financeiro e/ou programas de financiamento. Atualmente, a Companhia é proprietária e/ou possuidora de imóveis rurais que possuem áreas de Reserva Legal irregulares quanto ao Código Florestal. Sendo assim, o déficit de Reserva Legal deve ser regularizado, mediante a recomposição, regeneração e/ou compensação, o que pode ser feito pela adesão, por exemplo, ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Reserva Legal

O Código Florestal Brasileiro estabelece que nas propriedades rurais deve ser preservado um percentual mínimo da vegetação local como Reserva Legal, visando o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e a proteção da fauna e flora nativas. Esse percentual pode variar de 20% a 80% dependendo do bioma e da localização da propriedade.

Em caso de déficit de Reserva Legal, o proprietário é obrigado a proceder com o reflorestamento do percentual faltante dentro da própria propriedade ou realizar a compensação ambiental em outra área rural que atenda aos requisitos legais. A compensação ambiental poderá ser realizada por meio (i) da aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA), regulamentada pelo Decreto nº 9.640/2018; (ii) arrendamento de área de servidão ambiental; (iii) doação do Poder Público de área localizada dentro de Unidade de Conservação; ou (iv) registro de remanescente de Reserva Legal em propriedade distinta reflorestada ou em regeneração desde que localizada no mesmo bioma.

Supressão de Vegetação

A supressão da vegetação está sujeita à autorização do órgão ambiental e à imposição de obrigações de compensação para plantar e reflorestar. Atualmente, a Companhia e/ou suas controladas possuem áreas que foram ou estão sujeitas a supressão de vegetação e pode incorrer em custos para a realização das medidas compensatórias necessárias, as quais são comumente fixadas em termos de compromisso celebrados com as autoridades ambientais competentes pela emissão das respectivas autorizações de supressão.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 estabelece que o ato de destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação natural ou utilizá-los em desacordo com a regulamentação protetora ou sem autorização do órgão ambiental competente ou em descumprimento dos requisitos técnicos da autorização pode sujeitar o infrator a penalidades restritivas e multas, bem como penalidades administrativas que podem variar de R\$ 5.000,00 a R\$ 50.000,00 por hectare ou fração.

Outras Autorizações Ambientais

Cumprido esclarecer, ainda, que além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira impõe diversas outras obrigações e exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como destinação final ambientalmente adequada de resíduos, autorização para transporte interestadual de produtos perigosos, entre outras. A não obtenção de tais autorizações pode sujeitar a Companhia e/ou suas controladas às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

houver.

Georreferenciamento

Para um imóvel rural, a sua identificação, assim considerada a descrição dos seus limites e confrontações, deve ser realizada mediante procedimento de georreferenciamento, cuja certificação é conferida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos termos da Lei nº 10.267/01 e Decretos nºs 4.449/02 e 7.620/11, com posterior averbação da descrição georreferenciada na matrícula do imóvel. O georreferenciamento é obrigatório para todos os imóveis rurais, que devem concluir o procedimento em prazos que variam de acordo com suas áreas superficiais, sendo que todo imóvel rural com área superior a 100 (cem) hectares já deveria ter concluído o respectivo procedimento de georreferenciamento até 20 de novembro de 2016. A ausência do georreferenciamento até as datas-limite estabelecidas em lei implica na impossibilidade da realização de desmembramentos, parcelamentos, remembramentos e quaisquer outros atos que resultem na transferência de imóveis rurais.

Licenciamento imobiliário

A operação normal das unidades da Companhia está sujeita, dentre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros competente ("AVCB"), autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Destaca-se, ainda, a necessidade de regularização de áreas construídas, por meio da expedição, pelas prefeituras locais, de Auto de Conclusão de Obras ("Habite-se") ou Auto de Regularização de Obras.

O Habite-se atesta que as edificações realizadas nos imóveis foram concluídas de acordo com os projetos aprovados perante as autoridades competentes e em conformidade com a legislação municipal, não possuindo prazo de validade. Já a licença de uso e funcionamento, é o documento hábil para autorizar o desenvolvimento de atividades empresariais nos imóveis, sendo certo que a operação de atividades não residenciais sem as respectivas licenças imobiliárias implica no risco de interdição do estabelecimento, com aplicação de multas cumulativas. Ainda, a interdição pode ser determinada pelo período necessário à obtenção da licença, ou, em caso de impossibilidade, pode haver a lacração definitiva.

Por fim, o AVCB atesta a conformidade em relação às normas de prevenção de incêndio. A inexistência de AVCB pode ensejar na autuação pelo competente Corpo de Bombeiros, com a aplicação das penalidades gradativas e/ou cumulativas, que podem ser desde notificações, multas e até, em casos mais extremos, interdição do estabelecimento.

Em relação a todos os locais ocupados pela Companhia para o exercício de suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

(b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma política socioambiental implementada e não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, ("Lei da Propriedade Industrial"), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro validamente concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marca, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a concessão do registro pelo INPI, o titular passar a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de seu uso exclusivo em todo o território nacional, por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputacional do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando não solicitada a renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei da Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 44 marcas de diferentes classes e apresentações, registradas ou em processo de registro perante o INPI. Conforme previsto na Lei da Propriedade Industrial, os registros de marca são válidos por períodos de 10 anos a partir da data da concessão do registro pelo INPI, renováveis por iguais períodos.

Atualmente a Mercury Renew possui pedidos de registro de 04 marcas 'Mercury Renew'. Os números dos processos registrados são: (i) 922.769.052; (ii) 922.769.168; (iii) 922.769.265 e (iv) 922.769.397.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui aproximadamente 33 nomes de domínio devidamente registrados em seu nome ou de suas controladas perante o Registro.br.

A Companhia utiliza licença de softwares de titularidade de terceiros para exercer suas atividades. Destacamos os softwares da VMWare e Veeam, os quais possuem de código aberto em sua composição, utilizados para os serviços de nuvem e proteção de dados.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, favor verificar o item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia divulga as seguintes informações socioambientais:

- *Relatórios socioambientais:* a Companhia emite relatórios anuais em conformidade com as normas da Global Report Initiative (GRI), destacando aspectos ambientais, sociais, econômicos e operacionais.

(a) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Na elaboração de seu Relatório Anual, a Companhia segue as premissas e diretrizes da GRI na opção essencial.

(b) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais seguem as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são auditadas de forma independente.

(c) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

As informações socioambientais divulgadas pela Companhia podem ser encontradas em seu site: <https://www.comerc.com.br/grupo-comerc#sustentabilidade>.

(d) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Os ODS materiais para o negócio da Companhia são indicados na tabela abaixo:

2019	
Temas materiais	ODS relacionado ao tema
Qualidade dos serviços e soluções	7
Inovação e tecnologia	8,9 e 12
Ética e combate à corrupção	16
Impacto econômico direto	7
Produção e divulgação de informações setoriais	8 e 12
Ações e projetos sociais	12 e 17
Engajamento com stakeholders	16 e 17
Gestão da carreira, Diversidade e igualdade de oportunidades	5 e 8

(e) Indicar, caso aplicável, o motivo para não atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações socioambientais divulgadas

Não aplicável. As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência, a Companhia pretende realizar, após seu registro de companhia aberta categoria "A" e antes do registro de sua oferta pública inicial de ações, a Reorganização Societária. Por meio da Reorganização Societária, a Companhia irá adquirir participação societária nas Entidades Incorporadas.

De forma a apresentar a melhor informação possível ao investidor, apresentamos abaixo informações complementares às apresentadas nesta Seção 7, as quais são referentes às Entidades Incorporadas.

Informações complementares ao item 7.1, Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia pretende realizar, após a obtenção de seu registro de companhia aberta categoria "A" junto à CVM, e antes da obtenção do registro de sua oferta pública inicial de ações pela CVM, determinadas operações societárias, conforme detalhadas no item 15.8 deste Formulário de Referência ("Reorganização Societária"), a qual está condicionada à conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento no âmbito da Oferta, conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução nº 400/03.

Após a conclusão da Reorganização Societária, quando a Companhia detiver o capital das Entidades Incorporadas, passará a também ter como subsidiárias empresas que atuam na geração distribuída e centralizada de energia renovável no Brasil, acreditando ser um dos maiores players brasileiros de geração distribuída compartilhada, além de um portfólio de ativos em implantação que a posiciona como uma das maiores empresas de geração renovável do Brasil¹ e com capacidade de ampliar de maneira significativa a capacidade de seus ativos de geração de energia. No que tange à geração distribuída, a Companhia passará a ser também detentora de empresas que atuam no segmento de energia solar, enquanto no âmbito de geração centralizada, terá subsidiárias que atuam no segmento de energia solar e eólica.

Em 30 de junho de 2021, os segmentos de atuação das subsidiárias da Mercury Renew e das subsidiárias da Mori, entidades geridas pela Perfin, estavam configurados conforme imagem abaixo:



¹ Fonte: ANEEL. Compara a capacidade instalada dos demais players com os ativos em operação e em implementação que farão parte do portfólio da Companhia após a incorporação das Entidades Incorporadas.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Considerando as Entidades Incorporadas, em 31 de agosto de 2021, a capacidade instalada da Companhia, considerando ativos em operação, em implantação e em desenvolvimento, e ponderada por sua participação em cada ativo, totalizava 2.119 MW², dos quais 74% tinham como base geração de energia solar centralizada, 13% geração eólica e os 13% remanescentes geração distribuída. Na mesma data, os ativos já em operação e/ou prontos da Companhia somavam 242 megawatt pico ("MWp") de geração solar, dos quais 93 MWp de geração solar centralizada e 149 MWp de geração solar distribuída, estando os ativos já em operação localizados nos estados de Minas Gerais e Pernambuco, e 36 MW de geração eólica, no estado do Rio Grande do Norte. Além dos ativos em operação, a Companhia possuía, em 31 de agosto de 2021, 1.841 MW³ em projetos de geração solar e eólica em implantação (1.468 MWp de geração centralizada, 129 MWp de geração distribuída e 244 MW de geração eólica), localizados nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e São Paulo. Considerando ativos em operação, em implantação e em desenvolvimento, em 31 de agosto de 2021, a Companhia havia celebrado contratos de venda de energia de longo prazo em volume equivalente a mais de 86% da capacidade de geração de seu portfólio de geração centralizada. Desses contratos, aproximadamente 94% são negociados no ambiente de contratação livre e os outros 6% são contratos firmados no ambiente de contratação regulada, sendo 85% no submercado do Sudeste/Centro-Oeste. Para os projetos de geração distribuída a Companhia tinha 100% dos projetos operacionais já arrendados.

A tabela abaixo resume as informações detalhadas acima, já ponderadas pela participação em cada ativo, considerando a data de 31 de agosto de 2021:

	Em operação	Em implantação e em desenvolvimento	Total
Geração Solar Centralizada	93 MWp	1.468 MWp	1.561 MWp
Geração Solar Distribuída	149 MWp	129 MWp	278 MWp
Geração Eólica ⁽¹⁾	36 MW	244 MW	280 MW

⁽¹⁾ Considera a participação da Companhia no percentual de 20% nos ativos de geração eólica.

² Nota: Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

³ Nota: Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

7.9 - Outras Informações Relevantes

A tabela a seguir resume informações relevantes referentes aos contratos comerciais da Companhia, considerando as Entidades Incorporadas.

Fonte	Tipo	Preços contratados @2025 deflacionado para 21E	Volume contratado P50 @stake em 2025
 Geração eólica em larga escala	ACL / ACR ~16 anos	R\$146 MWh médio	 128 MW médio
 Geração solar em larga escala	ACL / ACR ~18 anos	R\$181 MWh médio²	 336 MW médio
 GD Solar	SPV Contratos de arrendamento Até 5 anos	R\$618 MWh¹	Estratégia comercial altamente diversificada focada em clientes de varejo e pequenas e médias empresas 62 MW médio

Fonte: Companhia.

Notas: (1) Valor implícito pré-CUSD.

(2) As PPAs em dólar representam 38% do portfólio e o preço médio é de US\$36/MWh. Para a média, foi usada uma taxa de câmbio de R\$/USD 5,2.

A Perfin Administração de Recursos Ltda. ("Perfin") é uma gestora de fundos de investimento independente, especializada na gestão de ativos de infraestrutura, focada em estudar e entender as empresas e investir construtivamente. Em 2018, a Perfin constituiu o Perfin Ares 1 Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura, que detém participações no Projeto Complexo Rio do Vento, nos Complexos Brígidas e na UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A. ("UFV Goverde"). Por sua vez, em 2019 foi constituído o Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, o qual detém participações indiretas nos projetos de energia solar da Mori Energia Holding S.A. ("Mori"), por meio de participação direta na Ares 2 Participações S.A. ("Ares 2"). Por fim, em 2020 e em 2021 foram constituídos, respectivamente, o Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e o Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que detêm participação nos projetos da Mercury Renew Participações S.A. ("Mercury Renew").

A partir do 2º trimestre de 2021, a Perfin passou a deter participação na Companhia, na Doc 88 e na MegaWhat (conforme descrito no item 15.6 deste Formulário de Referência), sendo que, na data deste

7.9 - Outras Informações Relevantes

Formulário de Referência, tais participações são detidas diretamente por um dos fundos geridos pela Perfin, o Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Perfin Comercury").

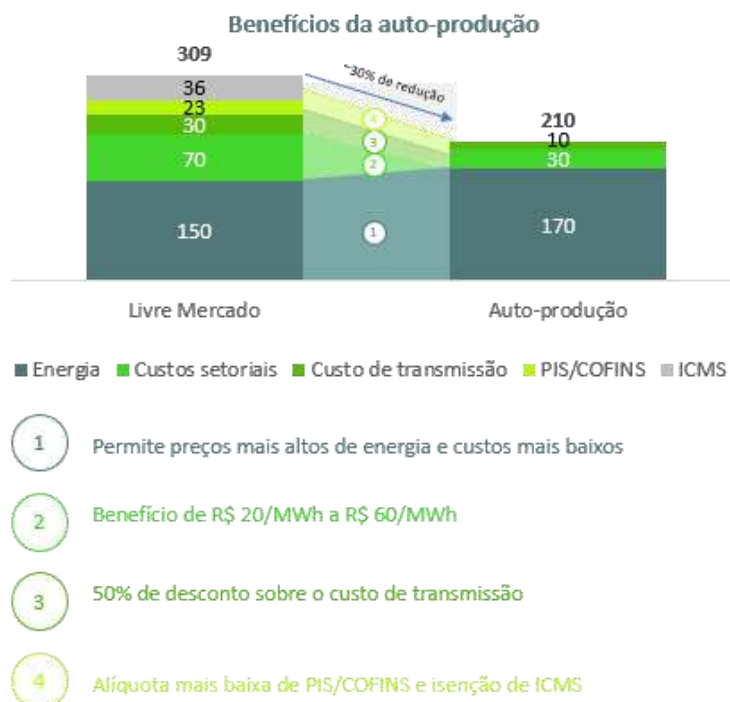
Atualmente, além da participação detida pelo Perfin Comercury acima indicada, os fundos cuja gestão é feita pela Perfin possuem participação nas Entidades Incorporadas Perfin (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência), ou seja, (i) Ares Eyner Participações S.A., (ii) Ares 1 Participações S.A., (iii) Ares One Participações S.A., (iv) Ares 2, (v) Mercury Renew, e (vi) UFV Goverde.



Ademais, a Companhia acredita que o acesso diferenciado a uma sólida base de clientes é um grande diferencial para que a Companhia contrate novos PPAs e comercialize a energia de seus projetos eólicos e solares.

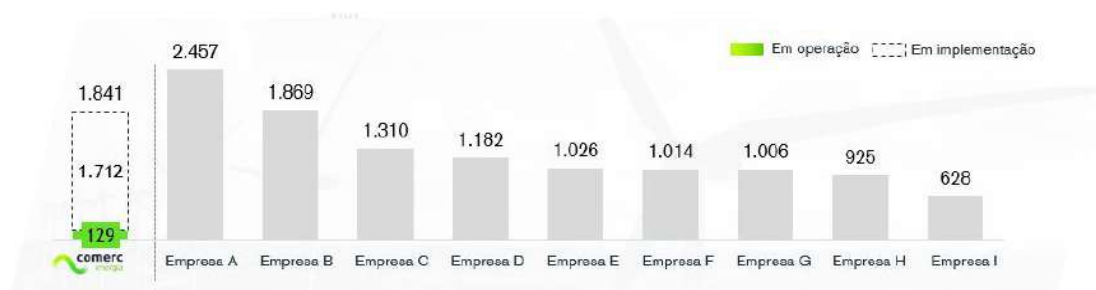
A Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, oferece soluções de autoprodução para participantes no mercado livre, a figura abaixo mostra um modelo quantitativo hipotético do benefício financeiro de autoprodução de energia para os custos ao consumidor final comparando um PPA atual de um cliente com uma solução de autoprodução oferecida pela Companhia.

7.9 - Outras Informações Relevantes



Mercado Livre permite redução de custos para os consumidores finais

Em relação à energia solar, a Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, está caminhando para se tornar um dos maiores participantes do mercado de geração centralizada por capacidade instalada, tendo, em 31 de agosto de 2021, 129MW em operação, 1.712MW em implantação, totalizando um potencial de 1.841MW de capacidade instalada.



7.9 - Outras Informações Relevantes

Considerando as Entidades Incorporadas, a Companhia é o maior participante do mercado de geração distribuída tendo, em 31 de agosto de 2021, 149 MWp em operação e 129 MWp em implantação, totalizando um potencial de 278 MWp de capacidade instalada.



Por fim, quanto a soluções de energia, considerando as Entidades Incorporadas, os serviços oferecidos tornam-se ainda mais amplos e completos, de forma a atender desde o pequeno ao grande consumidor, através de diferentes canais.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais Pro Forma

O quadro abaixo apresenta as informações financeiras e operacionais selecionadas *pro forma* da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, considerando como se a Reorganização Societária (quando a Companhia deterá o capital das Entidades Incorporadas), descrita na seção 15.8 deste Formulário de Referência, tivesse ocorrido em 30 de junho de 2021 para fins do balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado e em 1º de janeiro de 2020 para fins de demonstração do resultado consolidado condensado *pro forma* não auditado. Para mais informações, ver seções 3.9 e 10.9 deste Formulário de Referência, bem como as informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas da Companhia.

Informações financeiras selecionadas Pro Forma		
(Em milhares de reais)	Em e/ou no período de seis meses encerrado em 30 de junho de	Em e/ou no exercício social encerrado em
	2021 ⁽²⁾	31 de dezembro de 2020
Receita operacional líquida pro forma	1.667.376	3.190.343
Resultado líquido pro forma do período/exercício	235.217	-113.409
EBITDA Pro Forma ⁽¹⁾	534.581	-1.971
Acervo líquido pro forma	1.361.314	-

⁽¹⁾ O EBITDA Pro Forma consiste no lucro líquido (prejuízo) *pro forma* do período/exercício, ajustado pelo resultado financeiro líquido *pro forma*, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) *pro forma* e pela

7.9 - Outras Informações Relevantes

depreciação e amortização *pro forma*. O EBITDA Pro Forma não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tampouco devem ser considerados isoladamente ou como alternativas e/ou substitutos do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Pro Forma está impactado pelos valores da marcação a mercado de instrumentos financeiros *pro forma* (contratos futuros de compra e venda de energia), que totalizaram despesa de R\$63.571 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e uma despesa de R\$15.252 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para mais informações sobre o EBITDA Pro Forma, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ O EBITDA Pro Forma do período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2021 está impactado pelo ganho na remensuração da participação societária detida pela Ares 2 Participações S.A. na controlada em conjunto, Mori Energia Holding S.A., anterior à aquisição da participação remanescente (obtenção de controle) no montante de R\$ 582.309 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Nossos Pontos Fortes

Alta qualidade do portfólio de geração de energia renovável.

Considerando as Entidades Incorporadas, a Companhia contava, em 30 de junho de 2021, com 93 MWp de geração de energia solar centralizada e 149 MWp de geração solar distribuída em operação e/ou prontos. Além disso, em tal data, a Companhia tinha 1.748 MWp de energia centralizada e 129 MWp de energia solar distribuída em implantação.

A tabela a seguir resume as principais informações sobre o portfólio de energia solar e eólica centralizadas em 31 de agosto de 2021:

	 Geração solar em larga escala	 Geração eólica em larga escala
Em operação Ago 2021 @stake	93 MWp ⁽¹⁾	36 MW
Em implementação @stake	1.468 MWp ⁽¹⁾	244 MW ⁽¹⁾
Total @stake	1.561MWp⁽¹⁾	280 MW⁽¹⁾
Capex Est. @stake	R\$ 4.506 mi	R\$ 1.254 mi

Fonte: Companhia.

Nota: (1) Não considera o exercício das opções de compra detalhadas no item 7.9 do Formulário de Referência.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Quanto ao portfólio de geração solar distribuída, a tabela a seguir apresenta as principais informações com data base em 31 de agosto de 2021:

 Geração solar distribuída	
Em operação Ago 2021 @stake	149 MWp
Em implementação @stake	129 MWp
Total @stake	278 MWp
Capex Est. @stake	R\$ 1.188 mi
Pipeline opcional	233 MWp
Em prospecção	227 MWp

As tabelas a seguir apresentam as principais características dos ativos em operação e em implantação que farão parte do portfólio da Companhia após a conclusão da Reorganização Societária, incluindo informações sobre a fonte de geração de energia, a localização do ativo, a capacidade instalada ponderada pela participação da Companhia, o fator de capacidade (isso é, a relação entre a energia que uma usina efetivamente produz anualmente e a sua capacidade instalada total, "Fator de Capacidade") e os principais tipos de contratos.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Ativos em Operação

Ativo	Fonte ⁽¹⁾	Localização	Capacidade instalada total (MWp e MW) ⁽²⁾	Participação (%)	Capacidade instalada @ stake (MWp e MW) ⁽²⁾	Fator de Capacidade	Tipo principal contrato ⁽³⁾
Brigida	Solar GC	PE	79	100,0%	79	27%	ACR
Januaria	Solar GC	MG	9	100,0%	9	22%	ACR
Brisas Suaves	Solar GC	MG	5	100,0%	5	26%	ACR
Mori ⁽⁴⁾	Solar GD	MG	181	79,4% ⁽⁴⁾	144	23%	N/A
Rajada	Solar GD	PE	5	100,0%	5	22%	N/A
RDVF1 ^{(5) (6)}	Eólica	RN	181	20,0% ⁽⁵⁾	36	58%	ACL/ACR
Portfólio			460		278		

⁽¹⁾ "GC" significa geração centralizada e "GD" significa geração distribuída.

⁽²⁾ Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

⁽³⁾ "ACR" significa ambiente de contratação regulada.

⁽⁴⁾ Participação ponderada da Mori nos projetos, considerando a capacidade instalada de cada SPE. A Companhia possui 100% do capital da Mori. Capacidade instalada considera os projetos prontos, desse montante cerca de 26,5MWp (montante já ponderado pela participação) se encontram em fase de conexão.

⁽⁵⁾ Conforme detalhado no item 7.9 deste Formulário de Referência, a Casa dos Ventos tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do Complexo Rio do Vento e do Complexo Babilônia e a Solatio tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do detidas pela Mori e pela Mercury Renew.

⁽⁶⁾ Dados referentes apenas à parte já operacional de RDVF1, cuja capacidade instalada total (operacional + em implantação) é de 504 MW, e ponderada pela participação da Companhia totaliza 101MW.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Ativos em Implantação

Ativo	Fonte ⁽¹⁾	Localização	Capacidade instalada total (MWp e MW) ⁽²⁾	Participação (%)	Capacidade instalada (MWp e MW) ⁽²⁾	Fator de Capacidade	Tipo principal contrato ⁽³⁾
Castilho ⁽⁵⁾	Solar GC	SP	264	99,0%	261	24%	ACL
Bon Nome ⁽⁵⁾	Solar GC	PE	131	100,0%	131	25%	ACL
Hélio Valgas ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	675	99,0%	669	24%	ACL
São João Paracatu ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	274	99,0%	271	24%	ACL
Varzea ⁽⁵⁾	Solar GC	MG	116	99,0%	115	24%	ACL
Coromandel	Solar GC	MG	76	27,8%	21	25%	ACL
Mori ^{(4) (5)}	Solar GD	MG	162	79,9% ⁽⁴⁾	129	23%	N/A
RDVF1 ^{(5) (6)}	Eólica	RN	323	20,0% ⁽⁵⁾	65	58%	ACL/ACR
RDVF2 ⁽⁵⁾	Eólica	RN	534	20,0% ⁽⁵⁾	107	57%	ACL/ACR
Babilônia ⁽⁵⁾	Eólica	BA	360	20,0% ⁽⁵⁾	72	58%	ACL/ACR
Portfólio			2.916		1.841		

⁽¹⁾ "GC" significa geração centralizada e "GD" significa geração distribuída.

⁽²⁾ Total considerando os valores em MWp para energia solar e MW para eólica.

⁽³⁾ "ACL" significa ambiente de contratação livre e "ACR" significa ambiente de contratação regulada.

⁽⁴⁾ Participação ponderada da Mori nos projetos, considerando a capacidade instalada de cada SPE. A Companhia possui 100% do capital da Mori.

⁽⁵⁾ Conforme detalhado no item 7.9 deste Formulário de Referência, a Casa dos Ventos tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do Complexo Rio do Vento e do Complexo Babilônia e a Solatio tem opção de compra de determinados percentuais da participação detida indiretamente pela Companhia nas entidades do detidas pela Mori e pela Mercury Renew.

⁽⁶⁾ Dados referentes apenas à parte em implantação de RDVF1, cuja capacidade instalada total (operacional + em implantação) é de 504 MW, e ponderada pela participação da Companhia totaliza 101MW.

7.9 - Outras Informações Relevantes

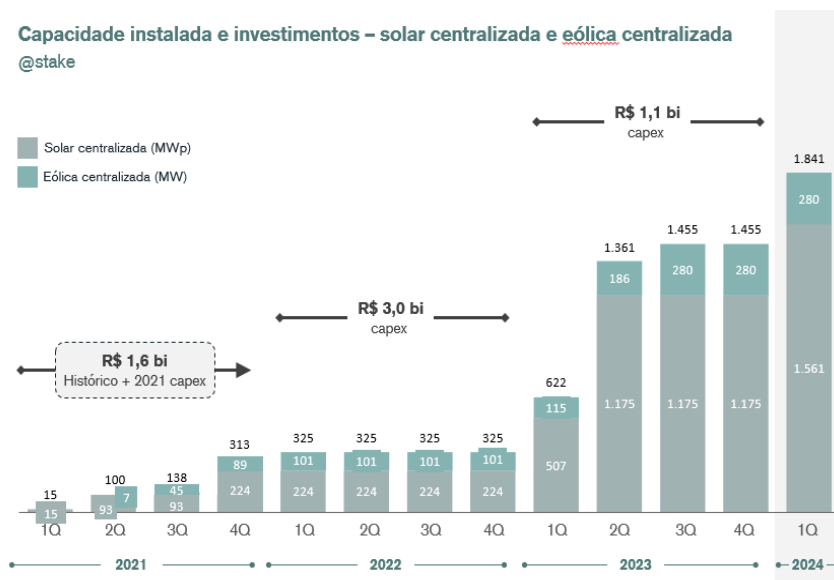
O detalhamento das gerações dos ativos de geração centralizada, assim como os volumes e preços contratados (em termos reais de junho de 2021), podem ser visualizados na tabela a seguir.

	Unidade	RDV1	RDV2	Babilônia	Brigidas	Januária	Brisas Suaves	Bom Nome	Castilho	Coromandel	Helo Valgas	São João Paracatu	Verzeze
Status	COD	Jun-21 até Fev-22	Fev-23 até Set-23	Nov-22 até Jun-23	Operac.	Operac.	Operac.	Jan-22	Jan-23	Jan-23	Mai-23 até Set-23	Jan-24	Jan-24
Volume contratado @ Stake	MWm (2025)	101	107	72	78	9	5	131	281	21	669	271	115
% Contratado -p50	MWm (2025)	58%	57%	58%	27%	22%	26%	25%	24%	25%	24%	24%	24%
FPA - Tarifa média (Jul/21)	R\$/MWh		146		174	317	380	155	164	264	194	156	162
Índice			IPCA		IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	CPI ⁽¹⁾	IPCA	IPCA
Prazo remanescente dos PPAs			16a05m		19a10m	16a04m	17a04m	20a00m	10a00m	15a00m	19a00m	16a07m	16a07m
Tipo de Contrato		ACR & ACL	ACR & ACL	ACR & ACL	ACR	ACR	ACR	ACL	ACL	ACL	ACL	ACL	ACL

Nota: (1) 58% da energia comercializada em USD, a USD 35,90/MWh ajustado pelo CPI (índice de inflação americano). Considera taxa de câmbio BRL/USD a 5,20.

Os gráficos abaixo mostram os investimentos necessários pela Companhia e a capacidade instalada dos ativos da Companhia que têm outorgas de geração, ao longo dos próximos anos até 2024, totalizando mais de R\$ 5,7bi em geração centralizada entre 2018 e 2023 e mais de R\$ 1,2bi em geração distribuída entre 2018 e 2023.

Capacidade instalada e investimentos – solar centralizada e eólica centralizada @stake

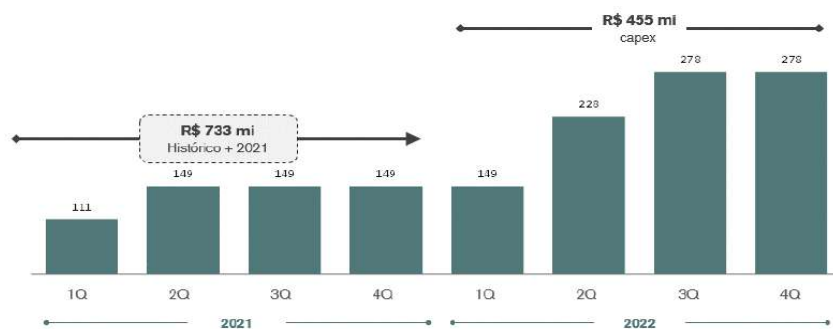


7.9 - Outras Informações Relevantes

Por fim, o portfólio da Companhia é diversificado, combinando energia eólica e solar em diferentes regiões, o que acreditamos reduzir riscos relacionados às condições climáticas adversas, bem como riscos relacionados às condições adversas dos mercados de cada região.

Capacidade instalada e investimentos – geração solar distribuída (MWp)

@etake



7.9 - Outras Informações Relevantes

A tabela a seguir mostra os principais dados de geração, volume e preços médios dos contratos de venda de energia dos ativos do portfólio da Companhia.

Geração (MWm)		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044
valores @ stake																									
Elólicas		11	59	130	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162	162
Brigidas		14	21	21	21	21	21	21	21	21	20	21	21	21	21	21	21	21	21	21	20	20	20	20	20
Januária		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Brisas Suaves		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Coromandel		-	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Bom Nome		-	33	33	33	32	32	32	32	32	32	33	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
Castilho		-	62	62	62	62	62	62	61	61	61	61	61	62	62	62	62	62	61	61	61	61	61	61	60
São João Paracatu 1		-	-	-	38	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	38	37	37	37	37	37	37	37	37	36
São João Paracatu 2		-	-	-	28	28	28	28	28	28	28	28	28	27	28	28	28	28	28	28	28	28	28	27	27
Varzea		-	-	-	28	28	28	28	28	28	27	27	27	27	28	28	28	28	28	28	27	27	27	27	27
Helo Valgas		-	96	159	159	158	158	157	157	157	156	156	155	158	159	159	158	158	157	157	156	156	155	155	154
Volume contratado (MWm)		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044
valores @ stake																									
Elólicas		11	38	89	124	128	128	128	128	128	128	128	124	122	121	117	95	95	87	48	44	44	15	15	4
Brigidas		14	21	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	6	-	-	-
Januária		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Brisas Suaves		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Coromandel		-	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	-	-	-	-	-	-
Bom Nome		-	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	33	33	33	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
Castilho		-	56	56	55	55	51	47	48	48	48	48	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46
São João Paracatu 1		-	-	33	33	33	34	34	34	34	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	32	32	32	32	32
São João Paracatu 2		-	-	26	26	25	26	26	26	26	25	25	25	26	24	24	24	24	24	24	22	22	-	-	-
Varzea		-	-	25	26	25	26	26	27	25	24	25	25	25	23	23	23	23	23	20	20	-	-	-	-
Helo Valgas (R\$)		-	17	10	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Helo Valgas (US\$)		-	60	106	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128	128
Preços médios (por MWh)		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044
Elólicas	R\$/MWh	190	178	178	172	167	163	160	156	152	148	143	140	137	134	130	128	123	120	114	112	109	110	108	109
Brigidas	R\$/MWh	205	215	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	-	-	-
Januária	R\$/MWh	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	317	-	-	-	-	-	-
Brisas Suaves	R\$/MWh	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	380	-	-	-	-	-	-
Coromandel	R\$/MWh	-	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	264	-	-	-	-	-	-
Bom Nome	R\$/MWh	-	260	230	200	185	175	155	150	150	145	145	140	140	135	135	130	130	125	125	120	120	-	-	-
Castilho	R\$/MWh	-	200	199	199	199	199	195	171	171	171	171	171	171	203	182	182	182	182	182	182	-	-	-	-
São João Paracatu 1	R\$/MWh	-	-	172	172	172	172	172	167	167	167	167	167	167	142	142	142	142	142	141	141	141	141	141	141
São João Paracatu 2	R\$/MWh	-	-	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	-	-	-
Varzea	R\$/MWh	-	-	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	166	-	-	-
Helo Valgas (R\$)	R\$/MWh	-	153	153	153	153	153	153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Helo Valgas (US\$)	US\$/MWh	-	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37

7.9 - Outras Informações Relevantes

A partir das informações apresentadas acima, fica clara a alta qualidade dos ativos que a Companhia possui na presente data e que passará a possuir após a conclusão da Reorganização Societária, haja vista que os ativos estão posicionados em grande parte na região sudeste, que por sua vez tem preços de energia geralmente maiores, em localizações de alta insolação e/ou regularidade de vento, assim como bons contratos de energia de longo prazo já assinados.

As principais contrapartes dos PPAs dos projetos elencados acima são: AngloAmerican, Baterias Moura, COPEL, BP, Tradener, Equatorial Energia, Supermercados BH, Liasa, Rima, entre outros. Em 30 de junho de 2021, 56% dos investimentos necessários para implantação dos ativos mencionados na tabela acima já estavam contratados ou com propostas firmes e 66% desses investimentos não possuíam exposição a risco cambial.

Ademais, os referidos ativos da Companhia consistem em projetos já contratados com clientes com baixo risco de crédito e com licenças para o início da implantação. De fato, os principais clientes da geração centralizada da Companhia são, entre outros: (i) AngloAmerican; (ii) BP; (iii) Capitale Energia; (iv) COPEL; (v) Energisa; (vi) Equatorial; (vii) Ibitu Energia; (viii) Liasa; (ix) Baterias Moura; (x) Rima; (xi) Supermercados BH; (xii) Tivit; (xiii) Tradener; e (xiv) Vulcabras.

Histórico de excelência na execução de todas as fases dos projetos.

A Companhia dedica-se a identificar e mitigar eventuais riscos de cada um de seus projetos em todas as fases, ou seja, desenvolvimento, implantação e execução.

Em especial, na fase de desenvolvimento do projeto, a Companhia adota padrões rígidos de controle de custos e investimentos. Além disso, conta com histórico de levantamento de capital com as diversas fontes de financiamento para projetos de geração, e endereça eventuais riscos regulatórios e legais com base nos 20 anos de experiência de seus executivos no mercado, além do conhecimento legal e regulatório incorporados nas práticas da Companhia.

Por sua vez, na fase de implantação, para minimizar eventuais riscos de desvio do cronograma, dos custos de implantação e da qualidade da construção, a Companhia contrata empresas de engenharia e construção de primeira linha, às quais transfere os riscos inerentes ao projeto e as quais contratualmente se comprometem perante a Companhia a estarem disponíveis por, no mínimo, dois anos após a conclusão da obra como garantia a potenciais problemas relacionados à implantação. Além disso, para os equipamentos e componentes usados na implantação, a Companhia negocia garantias de longo prazo e conta com fornecedores renomados, como a Vestas, a Longi, a Canadian Solar, a Sungrow, a Ingeteam, a Nextracker, a STInorland, a WEG, a Siemens, a Snef, a Zopone, a Steag e a BEI.

Por fim, na fase operacional, a Companhia endereça eventuais desafios no atingimento de metas de produção e orçamentárias, e no atendimento às exigências contratuais e regulatórias, por meio (i) da contratação de empresas de Operação e Manutenção ("O&M") de primeira linha que atuam sempre sob supervisão de times internos de O&M da Companhia, (ii) do acompanhamento remoto de suas operações, (iii) da realização de manutenções preventivas e, (iv) da estruturação de times com conhecimento regulatório, operacional e legal dedicados à conformidade das operações da Companhia. Ademais, a Companhia conta com um profissional com experiência em operação de usinas de geração fotovoltaica em diversos países da Europa.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Relevantes parcerias no setor de energia renovável.

Um dos pilares do modelo de negócios da Companhia é o desenvolvimento de importantes parcerias com fornecedores de primeira linha e com empresas renomadas do setor de energia renovável.

No que diz respeito aos fornecedores, a Companhia conta, especialmente, com a Vestas para turbinas eólicas, a Longi para painéis fotovoltaicos, a Sungrow e a Ingeteam para inversores, a Nextracker e a STInorland para *trackers* solares e a WEG e a Siemens para sistemas elétricos, a Snef e a Zopone para EPC, bem como a Vestas, a Steag e a BEI para O&M.

A Companhia desenvolveu e mantém importantes parcerias com empresas relevantes do setor, dentre as quais se destacam: (i) o grupo Casa dos Ventos, pioneiros em energia renovável no Brasil e atualmente consolidados como um dos maiores desenvolvedores de projetos do setor nacional; e (ii) a Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda. ("Solatio"), um dos maiores desenvolvedores de projetos solares no Brasil, que possui mais de 20 anos de experiência no setor fotovoltaico.

As parcerias com as empresas acima indicadas proporcionam um posicionamento estratégico para a Companhia na identificação de novos projetos de energia renovável nos quais investir e, especialmente, novos nichos para serem explorados no setor de energias renováveis.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, considerando a Companhia após a conclusão da Reorganização Societária, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens "4.1 Fatores de Risco" e "4.2 Riscos de Mercado" deste Formulário de Referência.

Nossas Estratégias

Atuação nos diversos mercados e perfis de consumidores por meio da plataforma integrada e aberta da Companhia.

A Companhia pretende consolidar seu atendimento aos diferentes perfis de consumidores e oferecendo soluções competitivas nos mais importantes elos da cadeia de valor de energia, por meio da mais completa plataforma integrada e aberta de energia renovável no Brasil, que conecta clientes à geração de energia renovável por meio de soluções e serviços complementares. Dessa forma, a Companhia busca a fidelização de seus clientes, que poderão contar com os serviços por ela oferecidos para atender às suas principais necessidades ligadas ao setor de energia.

Após a incorporação das Entendidas Incorporadas, a Companhia passará a atuar também no segmento de geração de energia renovável (geração centralizada e geração distribuída), de forma a complementar o conceito de plataforma integrada ao permitir a combinação de ativos de geração com uma plataforma de colocação de energia.

De fato, a atuação diferenciada da Companhia será impulsionada por seu portfólio de ativos de geração renovável centralizada e distribuída competitivo e escalável, e pela oferta de serviços e soluções em (i) comercialização de energia, segmento em que há oportunidades de crescimento em um mercado ainda

7.9 - Outras Informações Relevantes

pulverizado, (ii) gerenciamento de energia, existindo significativas oportunidades de *cross-selling* com clientes das demais verticais de negócio da Companhia, (iii) eficiência energética, (iv) telemetria, consumo inteligente e gerenciamento de geração de energia, (v) consultoria em marketing, consultoria e base de dados, e (vi) serviços de armazenamento de energia.

A Companhia atuará de forma integrada ao longo da cadeia de geração energia até o relacionamento com os clientes do Mercado Livre. A figura abaixo indica os canais de distribuição da Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, e o relacionamento com seus clientes.



A Companhia acredita que a contínua integração das verticais acima indicadas poderá posicioná-la em situação única no mercado brasileiro para se beneficiar das tendências de descarbonização, digitalização e descentralização que norteiam o setor elétrico nacional.

A Companhia pretende alcançar importantes sinergias por meio de tal integração, contribuindo para a consolidação de seu portfólio de soluções e serviços complementares, bem como para a redução de custos e o oferecimento de soluções e serviços de qualidade a valores atraentes.

Fortalecimento dos sólidos relacionamento com parceiros de referência no setor.

Acreditamos que as parcerias estratégicas desenvolvidas pela Companhia, considerando as Entidades Incorporadas, com empresas do setor continuarão a fortalecer sua participação no mercado e seus resultados operacionais e financeiros.

Em especial, com o estreitamento dos relacionamentos com o grupo Casa dos Ventos e com a Solatio, a Companhia pretende continuar a participar de projetos diferenciados, com o alcance de marcos importantes como os que têm sido conquistados nos atuais projetos com tais parceiros.

Além disso, especificamente em relação à parceria com a Solatio, a presença desta no mercado da região Sudeste aproxima a Companhia do maior mercado consumidor de energia e onde está concentrado a maior quantidade de potenciais clientes do mercado livre de energia.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Por sua vez, a parceria com o grupo Casa dos Ventos (CDV) poderá proporcionar a participação da Companhia em projetos de geração de energia eólica, solar e híbrida. Com aproximadamente 11,4GW de projetos desenvolvidos e 18,8GW de pipeline, a CDV é hoje a maior desenvolvedora de projetos eólicos e solar no Brasil. Seus empreendimentos são reconhecidos pelo alto Fator de Capacidade, isso se dá pela excelência da CDV em mapear recursos eólicos e solares, ao todo são mais de 900 pontos medidos no Brasil. Uma das principais vantagens competitivas de CDV é sua capacidade de redução de incertezas, isto se dá através de uma abordagem diferenciada nas esferas ambiental, financeira, fundiária, regulatória e principalmente de engenharia.

Informações complementares ao item 7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

I. Mori

O Grupo Mori, composto por entidades detidas pela Mori Energia Holding S.A. ("Grupo Mori"), tem foco no alto desempenho de seus ativos e na alocação ótima de seu portfólio de unidades geradoras. Suas operações são desempenhadas por meio das seguintes principais atividades:

(i) Gestão de Engenharia e das Operações: desenvolvimento, implantação e O&M dos projetos, incluindo: desenvolvimento de pareceres de acesso, realização de projetos de engenharia, aquisição e importação de equipamentos e gestão da execução das obras de conexão e de construção das UFVs, bem como a Operação e Manutenção dos ativos, contando com tecnologias de suporte para a performance (ex. monitoramento remoto).

(ii) Gestão Comercial do Arrendamento de Unidades Geradoras: as Unidades Geradoras são arrendadas para consórcios e cooperativas para que a energia gerada injetada na rede da concessionária de distribuição seja alocada nas contas de seus consorciados / cooperados. O somatório da receita de arrendamento do Grupo Mori, dividido pela energia injetada para os consórcios e cooperativas, apenas para fins exemplificativos equivalem a R\$ 600 a 670 / MWh. Atividades de gestão dos contratos incluem: apurações de performance, gestão de inadimplência, alocação de capacidade, faturamento e gestão de



recebimentos, entre outros.

O Grupo Mori tem um extenso know-how no seu segmento de atuação, tendo sido responsável pela implantação de 34 UFVs, totalizando 181 MWp (sendo 149 MWp na participação do Grupo Mori nas respectivas UFVs) no estado de Minas Gerais, que atualmente estão arrendadas para consórcios e

7.9 - Outras Informações Relevantes

cooperativas. Além disso, o Grupo Mori está expandindo a sua atuação, através da construção de mais 162 MWp em 51 UFVs (129 MWp considerando a participação do Grupo Mori). Desta forma, ponderando pela participação da Companhia, o Grupo Mori representa uma geração total de 550 GWh/ano, considerando os ativos operacionais e em construção. As participações da holding do Grupo Mori em ativos é resumida conforme abaixo:

As atividades do Grupo Mori são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais:

(i) Geração Distribuída de Energia: Desenvolvimento, estruturação, implantação e operação dos projetos de usina de geração de energia, cujas unidades geradoras somam 0,5 ou 1 MW, e os complexos até 5 MW. No processo de implantação dos projetos, há duas fases que andam em paralelo, a construção da usina e a sua conexão com a rede de distribuição de energia, acompanhados por equipe própria e executados por empreiteiras com histórico de desempenho adequado no mercado.

Para a 2ª fase de investimentos e implantações, o Grupo Mori tem como estratégia priorizar a antecipação de todo o processo de conexão junto a Concessionária de Distribuição local, a fim de mitigar prorrogações de prazos no processo de análise e aprovação dos projetos de conexão, para ao final alocar a maior parte do investimento (equipamentos e EPC) já com previsibilidade do início da operação.



Na data deste Formulário de Referência, o Grupo Mori conta com 51 projetos de geração distribuída de energia solar em fase de implementação, conforme tabela abaixo, e cuja participação da Companhia varia entre 51% e 100%. Esses projetos estão sendo implementados na área de concessão da CEMIG, no estado de Minas Gerais, e totalizam, em conjunto, uma capacidade instalada de 129 MWp (proporcional à participação da Mori em cada projeto).

Durante o processo de implementação de cada projeto, o Grupo Mori e seus parceiros podem, a seu critério, optar por alterar a estrutura projetos já em implementação para fins de otimização, ou, ainda, substituí-los por outros projetos de geração distribuída de energia solar que apresentem características

7.9 - Outras Informações Relevantes

mais favoráveis a suas finalidades. Em ambos os casos, o número de projetos do Grupo Mori em fase de implementação poderá sofrer alterações, sendo certo, todavia, que a capacidade instalada total de 129 MWp (proporcional à participação do Grupo Mori em cada projeto) permanecerá inalterada.

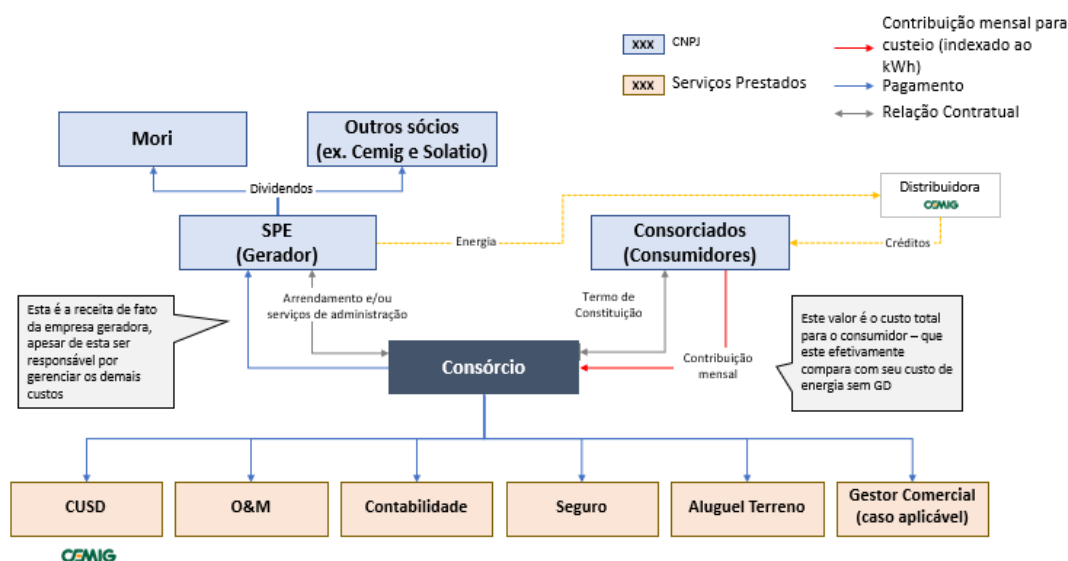
(ii) Operação e Manutenção: Consiste nas manutenções básicas (ex. capina, limpeza de módulos) e inspeções periódicas especializadas (ex. termografia, inspeções elétricas, curvas I-V), executada por empresa terceirizada. O Grupo Mori tem como estratégia integrar e internalizar o processo de O&M, com a estruturação de equipe própria para sua execução.

Referente a operação de O&M, os projetos são construídos com supervisor e CFTV para execução do monitoramento remoto e acionamento de execução de serviços locais.

Contrato de O&M	
Fornecedor	BEI 
Definição	Processo competitivo, com três fornecedores de O&M de primeira linha no setor de energia
Preço	- R\$6 mm/ano (em termos reais) quando todas as UFVs estiverem conectados / R\$ 3mm/ano (em termos reais) antes da conexão e após o COD - R\$47,000/MWac/Ano
Garantias	Padrão (carta de garantia, seguro)
Escopo	Todas as plantas da Mori

7.9 - Outras Informações Relevantes

(iii) Compensação de Energia: a energia gerada é injetada na rede da concessionária de distribuição, que é responsável pela sua apuração para posterior rateio e compensação dos créditos de energia com os consumidores participantes dos consórcios ou cooperativas.



Em conformidade com a Resolução Normativa da ANEEL, as usinas e respectivos terrenos são locados por consórcios ou cooperativas, a fim de que para consumidores finais possam compartilhar a usina locada e compensar a energia gerada e injetada na rede de distribuição.

Consórcios e Cooperativas são administrados por equipe especializada, que realizam a operacionalização do rateio, otimizando a alocação mensalmente de acordo com a necessidade dos usuários finais, que ao final pagam os custos proporcionalmente ao seu percentual de energia compensada. Os Consórcios e Cooperativas também tem como obrigação realizar o pagamento da locação da usina e do terreno.

O Grupo Mori tem como estratégia a utilização de plataforma aberta com gestores comerciais diversificados para garantir a melhor alocação do portfólio.

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2029⁴), haverá um aumento significativo na capacidade instalada no país, que deve atingir 221,0 GW até 2029. A matriz elétrica brasileira ainda é predominantemente hídrica, representando 59,5% do total⁵.

Em maio deste ano, o Brasil atingiu a marca de aproximadamente 9GW de potência operacional de fonte solar fotovoltaica, considerando Geração Centralizada e Distribuída⁶. Esse marco reflete a relevância das energias eólica e solar, que tendem a se tornar os motores de crescimento mais relevantes da Matriz Energética Brasileira, sendo impulsionados pelos recursos naturais do país e pela disponibilidade de fornecimento.

O diferencial competitivo do Ambiente de Contratação Livre ("ACL") contribuiu em grande medida para

¹ Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), 2029 – ANEEL.

⁵ ANEEL/ ABSOLAR, 2021.

⁶ ABSOLAR, 2021.

7.9 - Outras Informações Relevantes

que essa tendência de crescimento das fontes renováveis de energia se concretizasse. Esse diferencial é devido a possibilidade de redução de custos, em comparação a contratação via Ambiente de Contratação Regulada de Energia ("ACR"), e a preocupação eminente com questões sociais e com o meio ambiente. Atualmente, o consumo do ACL representa 32% de toda a energia consumida no país⁷.

Dados recentes da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel, 2021), apontam que cerca de 50% do total da geração de energia por fontes renováveis foi destinado para atender o ACL, o que representou um aumento de 35% em relação ao ano anterior⁸. O ACL é, portanto, um importante catalisador e incentivador para o crescimento das fontes renováveis de energia no Brasil.

Na data deste Formulário de Referência, as Entidades Incorporadas Perfin detêm, através da Ares 2, uma participação de 89% nos projetos desenvolvidos e operados em parceria com a Solatio ("Projetos Solatio-Mori"). A participação societária detida indiretamente pelas Entidades Incorporadas Perfin nos Projetos Solatio-Mori decorre da celebração de contratos que preveem, entre outras coisas, a outorga ao grupo Solatio de direito de, a seu exclusivo critério, exercer opção de compra de parcela equivalente a 9% do capital social das SPEs dos Projetos Solatio-Mori, de forma que sua participação em tais projetos atinja 20% ("Opção de Compra Solatio-Mori").

Assim, a participação das Entidades Incorporadas Perfin em tais projetos poderá ser reduzida de 89% para 80%, mantendo-se sua posição de controladora. O exercício da Opção de Compra Solatio-Mori não implica em alteração de governança sobre as SPEs ou de gestão sobre seus ativos, sendo certo que as Entidades Incorporadas Perfin manterão os mesmos direitos referentes às ações indiretamente detidas.

O preço do exercício da Opção de Compra Solatio-Mori irá remunerar o capital investido pela Entidade Incorporada Perfin no respectivo Projeto Solatio-Mori, ajustado pelo IPCA+10% ao ano, sem dedução de proventos (dividendos, juros sobre capital próprio, dentre outros). Quanto aos prazos de exercício, as Opções de Compra Solatio-Mori podem ser exercidas em relação a cada SPE dentro de 60 dias a contar da conclusão da implantação do ciclo de crescimento das usinas dos respectivos Projetos Solatio-Mori a que se referem, sendo certo que, passado esse prazo, as Opções de Compra Solatio-Mori não serão aplicáveis em relação a projetos já operacionais.

Custo de matéria prima e outras despesas

As principais matérias primas e insumos demandados para o negócio são os equipamentos, serviços e materiais utilizados para construção das usinas como por exemplo turbinas eólicas, painéis solares; inversores, *trackers*, equipamentos do sistema elétrico dos projetos; equipamentos e serviços de EPC e O&M, entre outros.

Os custos de matéria prima dos fatores supracitados afetam os custos de implantação dos projetos, devido a oscilação de preço dos equipamentos e dos serviços prestados pelas partes contratadas pela Mori.

Outras despesas às quais o Grupo Mori está sujeito são referentes aos serviços de topografia; execução de obras civis, montagem eletromecânica/elétrica; consultorias técnicas e empresas especializadas na

⁷ ABRACEEL, 2021.

⁸ ABRACEEL, maio/2021.

7.9 - Outras Informações Relevantes

operação, manutenção e fiscalização de plantas de geração de energia fotovoltaica.

Dependência de tecnologia

O Grupo Mori investe em projetos alinhados com as principais tecnologias e conhecimentos utilizados mundialmente no setor de energias renováveis. A combinação de profissionais experientes com uma longa carreira nos setores de Engenharia e Financeiro são a chave para manter o diferencial do negócio do Grupo Mori. Toda a estrutura de profissionais do Grupo Mori, incluindo os parceiros estratégicos, se adaptam facilmente a obstáculos e garantem soluções dinâmicas para superar os desafios em todas as fases do processo.

O Grupo Mori entende que a inovação tecnológica é intrínseca do modelo de negócio no qual investe. Há uma busca constante por novas tecnologias a serem incluídas nas atividades como um todo.

A eficiência da geração solar fotovoltaica está diretamente relacionada a necessidade de equipamentos e serviços com alto valor agregado, em termos de tecnologia. O Grupo Mori, portanto, considera que os projetos nos quais investe têm dependência de tecnologia.

Eventual sazonalidade

Há sazonalidade tanto do recurso solar, quando do consumo da carteira de consumidores. Este segundo dita a receita, pois a maior parte do nosso portfólio só gera bônus de performance nos contratos quando a energia é compensada.

Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

O Grupo Mori possui fornecedores altamente qualificados e especializados em construção, operação, manutenção e fiscalização das atividades relacionadas à geração de energia.

As atividades das empresas controladas pelo Grupo Mori estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental em todas as etapas do negócio. Todos os investimentos em projetos do Grupo Mori cumprem com a regulamentação governamental vigente. Para isso, o Grupo Mori conta com uma equipe especializada de consultores técnicos em Engenharia, Regulação, Meio Ambiente e Fundiário.

Eventual volatilidade em seus preços

As atividades executadas pelo Grupo Mori estão sujeitas às variações delimitadas pela relação de oferta e demanda do setor.

II. Brígidias

As atividades da Brígida Solar SPE Ltda. e/ou sa Brígida 2 Solar SPE Ltda. ("Brígidias") são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais:

- (i) Geração de Energia: Estruturação, implementação, desenvolvimento, construção e operação de projetos de energia elétrica, com geração de energia de ativos eólicos, e operação de projetos de geração de energia solar. A geração de energia é comercializada, em parte, no âmbito do mercado regulado e, em parte, no âmbito do mercado livre de energia.

7.9 - Outras Informações Relevantes

(ii) Comercialização de Energia: a energia é comercializada por meio de contratos bilaterais, com definição dos termos, prazos e preços entre as partes ou a usina é locada para os clientes.

A energia gerada pelas Brígidás e por suas controladas é negociada tanto no âmbito do ACR quanto no ACL. No ACR, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos promovidos pela ANEEL com base nas diretrizes aprovadas pelo MME. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) Contratos de Quantidade de Energia, e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia. As partes negociam livremente as questões relacionadas a prazo, preço e garantias, bem como demais condições contratuais. Já no âmbito do ACL, o excedente de garantia física pode ser comercializado, considerando a diferença entre 20,8 MW, correspondente à garantia física, e 17,8 MW, correspondente ao leilão.

Custo de matéria prima e outras despesas

As principais matérias primas e insumos demandados para o negócio das Brígidás são os equipamentos, serviços e materiais utilizados para construção das usinas como por exemplo painéis solares, inversores, *trackers*, equipamentos do sistema elétrico dos projetos, equipamentos e serviços de EPC e O&M, entre outros.

Dependência de tecnologia

As Brígidás entendem que a inovação tecnológica é intrínseca ao modelo de negócio no qual investem. Há uma busca constante por novas tecnologias a serem incluídas nas atividades internamente, com a equipe das Brígidás, e externo, na contratação de novos parceiros e fornecedores.

A eficiência da geração solar fotovoltaica está diretamente relacionada à necessidade de equipamentos e serviços com alto valor agregado, em termos de tecnologia. As Brígidás, portanto, consideram que os projetos nos quais investe têm dependência de tecnologia.

Eventual sazonalidade

A geração de energia solar não é frequente ao longo do dia, por depender da intensidade e constância de irradiação solar no local onde foram alocados os módulos fotovoltaicos. Sendo assim, a geração pode oscilar a depender das condições meteorológicas do local/ região. A região tropical onde o Brasil está localizado favorece a fonte solar, devido à grande parte do território nacional apresentar irradiação constante. Em complemento, na região onde estão localizadas as Brígida a irradiação média é de 2,151 kWh/m² ano, frente à irradiação média do Brasil de 1,642 kWh/m² ano.

Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades das Brígidás estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental em todas as etapas do negócio. Todo o projeto em que as Brígidás investem cumprem com a regulamentação governamental vigente. Para isso, as Brígidás contam com uma equipe especializada de consultores técnicos em Engenharia, Regulação, Meio Ambiente e Fundiário.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Eventual dependência de poucos fornecedores

As Brígidias entendem que não há dependência de poucos fornecedores para fins de manutenção dos materiais necessários para fins de geração de energia. Nesse sentido, vale mencionar os principais fornecedores de (i) painéis, quais sejam Longi, JA Solar, Trina e First Solar, (ii) tracker, quais sejam STI Norland, Nextracker, Soltec e Convert, (iii) inversores, quais sejam Ingeteam, Sungrow, Huawei e WEG, e (iv) BoP, quais sejam Andrede Gutierrez, Tozzi, Motrice e Elecnor.

Eventual volatilidade em seus preços

As atividades executadas pelas Brígidias estão sujeitas as variações delimitadas pela relação contratual de comercialização de energia no mercado regulado em sua maioria, sendo, portanto, pouco relevante.

III. Mercury Renew

As atividades da Mercury Renew são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais:

(i) Geração de Energia: Estruturação, implementação, desenvolvimento, construção e operação de projetos de energia elétrica, com geração de energia de ativos solares e eólicos. A geração de energia é comercializada principalmente no âmbito do mercado livre de energia.

(ii) Comercialização de Energia: a energia é comercializada tanto por meio de contratos do mercado regulado quanto por meio de contratos bilaterais negociados no ambiente livre, com definição dos termos, prazos e preços entre as partes ou a usina é locada para os clientes.

A energia gerada pelas controladas da Mercury Renew é negociada, primordialmente, bilateralmente no âmbito do ACL, tendo duas usinas com energia negociada no ACR. Como característica do mercado livre, as partes negociam livremente as questões relacionadas a prazo, preço e garantias, bem como demais condições contratuais. Como parte da estratégia de longo prazo da Mercury Renew, são negociados PPAs com grandes consumidores de energia e o excedente entre a energia que vier a ser efetivamente gerada, estimada em P50, e o P90 é comercializado através de contratos de curto prazo.

Dada a natureza de um gerador de energia, para que se concretize a entrega/fornecimento de energia elétrica após a venda, a Mercury Renew, através de suas controladas, é responsável por implantar, operar e manter as instalações de transmissão que conectam as usinas às Subestações de terceiros.

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2029⁹), haverá um aumento significativo na capacidade instalada no país, que deve atingir 221,0 GW até 2029. A matriz elétrica brasileira ainda é predominantemente hídrica, representando 59,5% do total¹⁰, mas as fontes de energia que mais crescem são as de origem fotovoltaica e eólica.

Em maio deste ano, o Brasil atingiu a marca de aproximadamente 9GW de potência operacional de fonte solar fotovoltaica, considerando Geração Centralizada e Distribuída¹¹ e 18GW da fonte eólica. Esse marco reflete a relevância das energias eólica e solar, que tendem a se tornar os motores de crescimento mais relevantes da Matriz Energética Brasileira, sendo impulsionados pelos recursos naturais do país e pela disponibilidade de fornecimento.

⁹ Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), 2029 – ANEEL.

¹⁰ ANEEL/ ABSOLAR, 2021.

¹¹ ABSOLAR, 2021.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O diferencial competitivo do ACL contribuiu em grande medida para que essa tendência de crescimento das fontes renováveis de energia se concretizasse. Esse diferencial é devido a possibilidade de redução de custos, em comparação a contratação via ACR, e a preocupação eminente com questões sociais e com o meio ambiente. Atualmente, o consumo do ACL representa 33% de toda a energia consumida no país¹².

Dados recentes da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel, 2021), apontam que cerca de 50% do total da geração de energia por fontes renováveis foi destinado para atender o ACL, o que representou um aumento de 31% em relação ao ano anterior¹³. O ACL é, portanto, um importante catalisador e incentivador para o crescimento das fontes renováveis de energia no Brasil.

Nesse sentido, a Mercury Renew busca maximizar o vasto potencial que o país tem no setor e repassar os benefícios advindos da energia confiável e limpa para clientes e investidores.

A Mercury Renew é a plataforma de Geração Centralizada do FIP Mercury. A Mercury Renew possui projetos de geração de energia comercializada para grandes consumidores no ACL. Alguns projetos também são implantados no formato, previsto em lei, de Autoprodução. Neste, o consumidor atua como acionista (parcial ou total) do empreendimento, produzindo, assim, a sua própria energia. Devido aos benefícios fiscais auferidos em relação com a lei de Autoprodução, essa estrutura proporciona uma margem de aproximadamente 20% de benefício incremental (em comparação ao ACL) a ser negociado entre as partes.

Dentre os projetos da Mercury Renew, destaca-se o complexo eólico Babilônia do Sul, localizado na Bahia, nos municípios Morro do Chapéu e Várzea Nova, que possui uma potência de 360MW e 57,7% de Fator de Capacidade ("Complexo Babilônia"). Sua entrada em operação está prevista para primeiro semestre de 2023.

Na data deste Formulário de Referência, a Mercury Renew, através de investimentos, detém uma participação de 20% nos projetos operados no Complexo Babilônia do Sul. A participação societária detida pela Mercury Renew em tais projetos decorre da celebração de contratos de compra e venda de ações e acordos de acionistas com o grupo Casa dos Ventos ("Contratos Babilônia"), consolidado como um dos maiores desenvolvedores de projetos do setor nacional. Os Contratos Babilônia preveem disposição outorgando ao grupo Casa dos Ventos o direito de, a seu exclusivo critério, exercer opção de compra de parcela equivalente a 30% da participação da Mercury Renew em tal projeto ("Opção de Compra Babilônia"). A Opção de Compra Babilônia pode ser exercida a qualquer tempo, a partir de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2031.

O preço do exercício da Opção de Compra Babilônia remuneraria o capital investido pela Mercury Renew em IPCA + 7,3%, retorno já esperado para esta participação nos projetos, deduzidos eventuais proventos (dividendos, juros sobre capital próprio, dentre outros). Por outro lado, não havendo o exercício da Opção de Compra Babilônia, a Mercury Renew teria a prerrogativa de manter investimento de 20% nos projetos em questão, até o fim de seu ciclo, podendo melhor ainda mais o resultado do investimento.

¹² ABRACEEL, 2021.

¹³ ABRACEEL, maio/2021.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Considerando a participação minoritária da Mercury Renew nos projetos operados no Complexo Babilônia do Sul, os investimentos não são precificados a valor justo, mas por meio da metodologia Black & Sholes, resultando em um prejuízo pela venda do ativo a um preço menor do que seu valor justo. Essa precificação tem um impacto negativo no resultado da Mercury Renew, impactando o lucro contábil passível de distribuição, porém não gera impactos na remuneração dos seus acionistas, uma vez que, caso se encontre numa situação de excesso de caixa para o desenvolvimento de suas atividades, poderia restituir capital aos acionistas por meio de redução de capital.

Na hipótese de exercício da Opção de Compra Babilônia, a participação da Mercury Renew nos projetos operados pelo Complexo Babilônia seria reduzida de 20% para 14%, sendo certo, todavia, que não implica em alteração de controle ou causa qualquer impacto de governança ou de gestão em tais ativos. Nesse sentido, a Mercury Renew manteria os mesmos direitos referentes às ações detidas, permanecendo na qualidade de acionista minoritária.

Na data deste Formulário de Referência, a Mercury Renew conta, também, com uma participação de 99% nos projetos Hélio Valgas, São João Paracatu, Várzea, Castilho e Chapadão e 50% no projeto Cassilândia (podendo tal participação atingir 99% mediante aportes de capital), em todos os casos, desenvolvidos em parceria com a Solatio ("Projetos Solatio-Mercury"). A participação societária detida pela Mercury Renew nos Projetos Solatio-Mercury decorre da celebração de contrato de investimento que prevê, entre outras disposições, a outorga ao grupo Solatio de direito de, a seu exclusivo critério, exercer opção de compra de parcela equivalente a 8% da participação da Mercury Renew em referidos projetos ("Opção de Compra Solatio-Mercury").

Após o período de 5 anos do início de operação comercial dos Projetos Solatio-Mercury, caso a taxa interna de retorno (TIR) da Mercury Renew supere aquela originalmente definida no respectivo contrato de investimento, a Opção de Compra Solatio-Mercury poderá ser aumentada de 8% até 10,5% da participação da Mercury Renew em referidos projetos.

O exercício da Opção de Compra Solatio-Mercury reduziria a participação da Mercury Renew em tais projetos, sendo certo, todavia, que a Mercury Renew manterá sua posição de controladora nos Projetos Solatio-Mercury em que atualmente detém 99% de participação. O exercício da Opção de Compra Solatio-Mercury não implica em alteração de governança sobre as SPEs ou de gestão sobre seus ativos, sendo certo que a Mercury Renew manteria os mesmos direitos referentes às ações detidas.

Quanto aos prazos de exercício, as Opções de Compra Solatio-Mercury podem ser exercidas em relação a cada SPE dentro de 60 dias a contar do *completion* financeiros dos Projetos Solatio-Mercury em desenvolvimento a que se referem.

Adicionalmente, em relação aos projetos Hélio Valgas, São João Paracatu e Várzea, a Mercury Renew está vinculada a contratos que estabelecem a outorga de opções em favor de determinados parceiros e autoprodutores no desenvolvimento de projetos de geração de energia solar centralizada, para que estes adquiram, a seu exclusivo critério, participação societária nos projetos, por um valor previamente acordado ("Opções de Compra Autoprodutores").

As Opções de Compra Autoprodutores correspondem a participação de 4,29% da Mercury Renew no capital social total dos respectivos ativos. Assim como no caso Opção de Compra Solatio-Mercury, o

7.9 - Outras Informações Relevantes

exercício das Opções Autoprodutores não implica em alteração de controle. As Opções Parceiros e Autoprodutores estão sob condição suspensiva vinculada ao atendimento de determinadas metas de implantação, bem como à conclusão da implantação dos respectivos projetos. Dessa forma, quando e se exercidas, e considerando também o exercício da Opção de Compra Solatio-Mercury, a participação da Mercury Renew em tais projetos seria reduzida para 87,71%.

Abaixo quadro resumo da participação societária da Mercury Renew nos ativos solares com opções de compra vinculadas:

Usinas	Hoje	Pós Exercício da Opção de Compra Solatio-Mercury	Pós Exercício da Opção de Compra Solatio-Mercury + Opção de Compra Autoprodutores
Helio Valgas	99,01%	92,00%	87,71%
São João Paracatu	99,01%	92,00%	87,71%
Varzea	99,01%	92,00%	87,71%

Custo de matéria prima e outras despesas

As principais matérias primas e insumos demandados para o negócio são os equipamentos, serviços e materiais utilizados para construção das usinas como por exemplo turbinas eólicas, painéis solares; inversores, *trackers*, equipamentos do sistema elétrico dos projetos; equipamentos e serviços de EPC e O&M, entre outros.

Os custos de matéria prima dos fatores supracitados afetam os custos de implantação dos projetos, devido a oscilação de preço dos equipamentos e dos serviços prestados pelas partes contratadas pelas controladas da Mercury Renew.

Outras despesas às quais a Mercury Renew está sujeita são referentes aos serviços de topografia; execução de obras civis, montagem eletromecânica/elétrica; consultorias técnicas e empresas especializadas na operação, manutenção e fiscalização de plantas de geração de energia fotovoltaica.

Dependência de tecnologia

A Mercury Renew investe em projetos alinhados com as principais tecnologias e conhecimentos utilizados mundialmente no setor de energias renováveis. A combinação de profissionais experientes com uma longa carreira nos setores de Engenharia e Financeiro são a chave para manter o diferencial do negócio da Mercury Renew. Toda a estrutura de profissionais da Mercury Renew, incluindo os parceiros estratégicos, se adaptam facilmente a obstáculos e garantem soluções dinâmicas para superar os desafios em todas as fases do processo.

A Mercury Renew entende que a inovação tecnológica é intrínseca do modelo de negócio no qual investe. Há uma busca constante por novas tecnologias a serem incluídas nas atividades internamente, com a equipe da Mercury Renew, e externo, na contratação de novos parceiros e fornecedores.

A eficiência da geração solar fotovoltaica e geração eólica estão diretamente relacionadas à necessidade de equipamentos e serviços com alto valor agregado, em termos de tecnologia. A Mercury Renew, portanto, considera que os projetos nos quais investe têm dependência de tecnologia.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Eventual sazonalidade

A geração de energia solar não é frequente ao longo do dia, por depender da intensidade e constância de irradiação solar no local onde foram alocados os módulos fotovoltaicos. Sendo assim, a geração pode oscilar a depender das condições meteorológicas do local/ região. A região tropical onde o Brasil está localizado favorece a fonte solar, devido à grande parte do território nacional apresentar irradiação constante, em especial as regiões nas quais a Mercury Renew atua.

Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Mercury Renew possui fornecedores altamente qualificados e especializados em construção, operação, manutenção e fiscalização das atividades relacionadas à geração de energia.

As atividades das empresas controladas pela Mercury Renew estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental em todas as etapas do negócio. Todos os projetos em que a Mercury Renew investe cumprem com a regulamentação governamental vigente. Para isso, a Mercury Renew conta com uma equipe especializada de consultores técnicos em Engenharia, Regulação, Meio Ambiente e Fundiário.

Eventual dependência de poucos fornecedores

Os projetos em que a Mercury Renew investe não possuem dependência de poucos fornecedores. Nesse sentido, vale mencionar os principais fornecedores de (i) painéis, quais sejam Longi, JA Solar, Trina e First Solar, (ii) tracker, quais sejam STI Norland, Nextracker, Soltec e Convert, (iii) inversores, quais sejam Ingeteam, Sungrow, Huawei e WEG, e (iv) BoP, quais sejam Andrede Gutierrez, Tozzi, Motrice e Elecnor.

O resultado da operação das empresas controladas da Mercury Renew depende em grande medida, porém não se limita, aos contratos assinados com seus fornecedores. A Mercury Renew busca mitigar todo e qualquer risco atrelado à prestação de serviços, compra de equipamentos ou qualquer atividade relacionada a natureza do negócio.

Eventual volatilidade em seus preços

As atividades executadas pela Mercury Renew estão sujeitas as variações delimitadas pela relação de oferta e demanda do setor.

IV. Complexo Rio do Vento

A geração eólica ocorre pelo contato do vento com as pás do aerogerador. Ao girar, as pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que por fim, produz a eletricidade.

A quantidade de energia mecânica é transferida e, portanto, o potencial de energia elétrica a ser produzida está diretamente relacionado à densidade do ar, à área coberta pela rotação das pás e à velocidade do vento na altura de cada aerogerador. Certas regiões do Brasil são mais favoráveis em termos de velocidade de vento, com altas velocidades médias e baixa volatilidade, conforme medido pela variação de velocidade, permitindo maior previsibilidade no volume de energia eólica a ser produzido.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Na data deste Formulário de Referência, as Entidades Incorporadas Perfin detêm, através da Ares Eyner Participações S.A. e da Ares 1 Participações S.A., uma participação de 20% nos projetos operados pelo Complexo Rio do Vento, a saber, no complexo eólico Rio do Vento Fase 1 e no complexo eólico Rio do Vento Fase 2, ambos, localizados no Rio Grande do Norte ("Complexo Rio do Vento").

A participação societária detida pelas Entidades Incorporadas Perfin em tais projetos decorre da celebração de contratos de compra e venda de ações e acordos de acionistas com o grupo Casa dos Ventos ("Contratos RDV"), consolidado como um dos maiores desenvolvedores de projetos do setor nacional. Os Contratos RDV preveem disposição outorgando ao grupo Casa dos Ventos direito de, a seu exclusivo critério, exercer opção de compra de parcela da participação das Entidades Incorporadas Perfin nos projetos do Complexo Rio do Vento, equivalente a 30% da participação das Entidades Incorporadas Perfin em tais projetos ("Opção de Compra RDV").

Em relação aos projetos do complexo eólico Rio do Vento Fase 1, a Opção de Compra RDV poderá ser exercida a exclusivo critério do grupo Casa dos Ventos. Por outro lado, em relação aos projetos do complexo eólico Rio do Vento Fase 2, a Opção de Compra RDV poderá ser exercida, a exclusivo critério do grupo Casa dos Ventos e a qualquer tempo, contanto que no período a partir de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2031.

O preço de exercício da Opção de Compra RDV equivale ao valor aportado pela Entidade Incorporada Perfin no respectivo projeto, ajustado pelo IPCA+7,3% ao ano, retorno já esperado para estas participações nos projetos, deduzidos eventuais proventos (dividendos, juros sobre capital próprio, dentre outros). Por outro lado, não havendo o exercício da Opção de Compra CDV, as Entidades Incorporadas Perfin teriam a prerrogativa de manter investimento de 20% nos projetos em questão, até o fim de seu ciclo, podendo melhorar ainda mais o resultado do investimento.

Considerando a participação minoritária das Entidades Incorporadas Perfin nos projetos operados no Complexo Rio do Vento, os investimentos não são precificados a valor justo, mas por meio da metodologia Black & Sholes, resultando em um prejuízo pela venda do ativo a um preço menor do que seu valor justo. Essa precificação tem um impacto negativo no resultado das Entidades Incorporadas Perfin, impactando o lucro contábil passível de distribuição, porém não gera impactos na remuneração dos seus respectivos acionistas, uma vez que, caso se encontre numa situação de excesso de caixa para o desenvolvimento de suas atividades, poderia restituir capital aos acionistas por meio de redução de capital.

Na hipótese de exercício da Opção de Compra CDV, a participação das Entidades Incorporadas Perfin nos projetos operados pelo Complexo Rio do Vento seria reduzida de 20% para 14%, sendo certo, todavia, que não implica em alteração de controle ou causa qualquer impacto de governança ou de gestão em tais ativos. Nesse sentido, as Entidades Incorporadas Perfin manteriam os mesmos direitos referentes às ações detidas, permanecendo na qualidade de acionistas minoritários.

Como alguns dos principais indicadores do Complexo Rio do Vento, vale destacar que o grupo conta com 29,6 GW em projetos eólicos e solares desenvolvidos ou em desenvolvimento, que 1 em cada 3 projetos eólicos em operação no Brasil tem DNA CDV, que CDV conta com mais de 900 pontos medidos no Brasil e 17 GW de pipeline de futuros projetos eólicos e solares, assim como 730 MWm em PPAs de longo prazo (considera PPAs já anunciados e PPAs em estágio avançado de negociação).

7.9 - Outras Informações Relevantes

O complexo eólico Rio do Vento Fase 1 está localizado no Rio Grande do Norte nos municípios de Caiçara do Rio do Vento, Bento Fernandes, Riachuelo e Ruy Barbosa, possui uma potência de 504MW e 58,5% de Fator de Capacidade. Sua entrada em operação se iniciou em junho de 2021 e completará sua capacidade no final do primeiro trimestre de 2022.

O complexo eólico Rio do Vento Fase 2 está localizado no Rio Grande do Norte nos municípios Caiçara do Rio do Vento, Lajes e São Tomé, possui uma potência de 534,2MW e 57,2% de Fator de Capacidade. Sua entrada em operação está prevista para meados de 2023.

Dependência de tecnologia

O equipamento de maior tecnologia de um projeto eólico é o aerogerador. Os aerogeradores utilizados nos três complexos eólicos da Companhia são fornecidos pela Vestas, fabricante global e um dos maiores do mundo em termos de market share (18% de toda a capacidade instalada globalmente). O modelo de aerogerador adquirido pelo Complexo Rio do Vento é um produto global de grande escala da Vestas, e apenas no Brasil já foram comercializados mais de 5 GWs. Além disso a Vestas, por força de contrato, outorgou as contratantes uma licença perpétua, global, livre de royalties para utilizar a Propriedade Intelectual e sublicenciar em favor das contratadas para operação, manutenção e reparo dos equipamentos do parque eólico.

O Complexo Rio do Vento optou por fechar contratos, para os três projetos eólicos, junto ao fabricante dos aerogeradores através de contratos de longo prazo na modalidade *full scope*. Contudo, do ponto de vista de operação, os aerogeradores podem ser operados pelo próprio Complexo Rio do Vento, ou por terceiro, caso fosse essa a estratégia do Complexo Rio do Vento.

Eventual sazonalidade

O Brasil apresenta condições de vento favoráveis ao desenvolvimento de energia eólica. A geração eólica possui um perfil sazonal que segue um perfil previsível dentro de um intervalo de confiança. Em geral, o recurso eólico apresenta maior velocidade média, com consequente maior geração de energia, no segundo semestre.

Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais fornecedores dos projetos eólicos serão prestadores de serviço de construção, operação e manutenção. Para a fase de construção, todos os fornecedores relevantes já foram contratados na modalidade turn-key. Além disso, os fornecedores das obras são empresas de primeira linha no seu setor de atuação, seja no Brasil ou internacionalmente. O Complexo Rio do Vento mantém bom relacionamento com tais fornecedores.

Durante a fase de operação, o fornecedor mais relevante é provedor de serviços de operação e manutenção dos aerogeradores. Os contratos, para os três projetos eólicos, foram assinados com o fabricante dos aerogeradores através de contratos de longo prazo na modalidade *full scope*.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Eventual dependência de poucos fornecedores

O Complexo Rio do Vento atua com uma vasta lista de fornecedores e o setor de atuação é maduro e, apesar dos serviços especializados, possui alternativas para todos os escopos da fase de construção, seja obra civil, seja fornecimento de aerogeradores.

Os três complexos eólicos possuem contrato de fornecimento de turbina junto a Vestas, que possui mais de 136 GWs de capacidade instalada (18% da capacidade instalada no mundo) em 71 países e atualmente realiza serviços de operação e manutenção para mais de 117 GWs¹⁴.

Adicionalmente, o Complexo Rio do Vento depende de contratos de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) de suas centrais geradoras de energia elétrica celebrados com terceiros. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar tais serviços contratados com a qualidade prevista nos respectivos contratos, a rescisão desses contratos de serviço de O&M, ou ainda a incapacidade do Complexo Rio do Vento de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço qualificados, tempestivamente e com preços adequados, poderá resultar em impactos negativos ao desenvolvimento dos projetos de geração do Complexo Rio do Vento.

Eventual volatilidade em seus preços

O Complexo Rio do Vento mitiga a volatilidade direta de preços de fornecedores por meio de contratos na modalidade turn-key com preço fechado e data certa. Além disso, se necessário, o Complexo Rio do Vento pode vir a realizar operações de derivativos.

Durante a fase de operação, o Complexo Rio do Vento está exposto ao risco associado à operação e ao setor de atuação, o qual poderá expor o Complexo Rio do Vento à volatilidade de preços de insumos e serviços.

V. DOC 88

Como o conhecimento em profundidade do cliente é fundamental para a essência dos serviços da DOC 88, a empresa desenvolve um equipamento de medição proprietário com tecnologia IoT (Zordon), que combinado com o software de gestão (PowerView) possibilita a coleta e tratamento das informações de consumo e a conecta diretamente a seus clientes.

Através de medidores que se comunicam por telemetria, a DOC 88 oferece o serviço de medição em tempo real, podendo ser (i) medição de fronteira (medição de consumo da unidade) ou (ii) medição setorizada e sensorizada (vários pontos de medição na mesma unidade com separação de zonas de interesse específicas). A coleta de dados apresentada de forma eficiente ao cliente permite que o cliente tome melhores decisões em relação ao uso da energia, ao passo que a DOC 88 desenvolve modelos de soluções replicáveis para clientes que tenham características semelhantes.

VI. MegaWhat

A MegaWhat é uma plataforma de relacionamento e inteligência integrada para contribuir na tomada de decisão no mercado de energia. Por meio da plataforma on-line, oferece notícias, projeções de preço e de meteorologia, análises regulatórias e setoriais, cursos e conectividade em tempo real. Os serviços

¹⁴ Fonte: <https://www.vestas.com/#!>

7.9 - Outras Informações Relevantes

de consultoria são fornecidos sob demanda com apoio de sua equipe técnica. A proposta da plataforma é simplificar o entendimento do complexo mercado de energia de forma amigável e de fácil navegação, funcionando como um *hub* de informações. A plataforma conta com (i) notícias do mercado de energia, (ii) compilação de dados históricos de fontes como EPE, ONS e CCEE, (iii) análises e projeções meteorológicas e de preços e (iv) cursos com temáticas relacionadas ao mercado de energia. Em junho de 2021 a plataforma contava com aproximadamente 16 mil inscritos. Na data deste Formulário de Referência, conta com mais de 15 mil usuários, os quais gastam, em média, 7 minutos por acesso na plataforma, além de também contar com mais de 10 cursos online, 45 eventos realizados e 5 podcasts.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Escritório administrativo da sede da Comerc Energia Ltda. – Grupo Comerc	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escrit. Adm. da sede Newcom Comercial. de Energia Elétrica Ltda. – Grupo Comerc	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	zordon.app	Até 14/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	zordon.com.br	Até 13/11/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	souvagalume.com.br	Até 27/11/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 829583874, Até 24/08/2030, para a marca "COMERC", marca nominativa, na Classe NCL (9) 35.	Até 24/08/2030, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 829583890, Até 22/11/2021, para a marca "COMERC", marca nominativa, na Classe NCL (9) 36.	Até 22/11/2021, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 829583866, Até 22/11/2021, para a marca "COMERC", marca mista, na Classe NCL (9) 35.	Até 22/11/2021, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo		Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Descrição do ativo	Duração	
	Registro nº 829583882, para a marca "COMERC", marca mista, na Classe NCL (9) 35.	Até 08/09/2030, renovável.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 830092641, para a marca "BENX", marca nominativa, na Classe NCL (9) 36.	Até 08/11/2021, renovável.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
	Registro nº 830092633, para a marca "BENX", marca nominativa, na Classe NCL (9) 35.	Até 08/11/2021, renovável.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo		Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas		Registro nº 904991016, para a marca "POWER VIEW", marca nominativa, na Classe NCL (10) 35.	Até 07/07/2025, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
		Registro nº 912883219, para a marca "POWERVIEW", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	Até 13/11/2028, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas		Registro nº 912883634, para a marca "COMERC", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	Até 06/11/2028, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo		Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas		Registro nº 912884789, Até 06/11/2028, para a marca "COMERC SOLAR", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
				No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas		Registro nº 912885483, Até 06/11/2028, para a marca "COMERC TRADING", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
				No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo		Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas		Registro nº 912885998, para a marca "BLUE POWERVIEW", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	Até 27/11/2028, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
	Marcas	Registro nº 912886234, para a marca "COMERC GERAÇÃO DISTRIBUIDA", marca mista, na Classe NCL (11) 42	Até 06/07/2031, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas		Registro nº 912886277, para a marca "COMERC GESTÃO DE GERADORES", marca mista, na Classe NCL (11) 42	Até 06/07/2031, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
	Marcas	Registro nº 912886277, para a marca "COMERC GESTÃO DE GERADORES", marca mista, na Classe NCL (11) 42	Até 06/07/2031, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 912886498, para a marca "COMERC ESCO", marca mista, na Classe NCL (11) 42.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Reg. nº 912931175, p/ "COMERC GESTÃO DE GERADORES", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Reg. nº 912931248, p/ "COMERC GESTÃO", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Reg. nº 912931280, p/ "COMERC GERAÇÃO DISTRIBUÍDA", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Reg. nº 912931361, p/ "COMERC ENERGIA", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 912931833, para a marca "COMERC ESCO", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912931892, para a marca "COMERC TRADING", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	Até 06/11/2028, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912931922, para a marca "COMERC SOLAR", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	Até 06/11/2028, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912936002, para a marca "BLUE POWERVIEW", marca mista, na Classe NCL (11) 42.	Até 06/11/2028, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 913165590, Até 08/01/2029, para a marca "MegaWhat", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	Até 08/01/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913165620, Até 08/01/2029, para a marca "GIGAWHAT", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	Até 08/01/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913939790, Até 05/02/2029, para a marca "MegaWhat", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	Até 05/02/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917177363, Até 03/12/2029, para a marca renovável. "COMERC SIMPLIFICA", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917211847, Até 03/12/2029, para a marca renovável. "MEGAWHAT", marca mista, na Classe NCL (11) 35.		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Reg. nº 920515932, p/ "COMERC ENERGIA", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 920516033, p/ "COMERC GESTÃO", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 920516181, Até 13/07/2031, para a marca "COMERC HOLDING", marca nominativa, na Classe NCL (11) 36.	Até 13/07/2031, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914523724, Até 11/06/2029, para a marca "NEWCOMM ENERGY", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	Até 11/06/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914524313, Até 11/06/2029, para a marca "NEWCOMM ENERGY", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	Até 11/06/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914524712, Até 11/06/2029, renovável. "NEWCOMM ENERGIA", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	Até 11/06/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914524941, Até 11/06/2029, renovável. "NEWCOMM ENERGIA", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	Até 11/06/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914545175, Até 11/06/2029, renovável. "NEWCOMM ENERGIA", marca nominativa, na Classe NCL (11) 36.	Até 11/06/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914545256, Até 11/06/2029, para a marca "NEWCOMM ENERGY", marca nominativa, na Classe NCL (11) 36.	Até 11/06/2029, renovável.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 923317902, para a marca "COMERC", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 923317988, para a marca "COMERC", marca mista, na Classe NCL (11) 36.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 923318119, para a marca "COMERC ENERGIA", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Nome de domínio na internet	comerc.com.br	Até 15/06/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	comercesco.com.br	Até 26/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	comercgas.com.br	Até 26/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	comercgd.com.br	Até 26/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	comercgestao.com.br	Até 26/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	comercsolar.com.br	Até 26/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	comerctrading.com.br	Até 26/09/2022	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	comercvarejista.com.br	Até 26/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	comercweb.com.br	Até 29/05/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	energia-especialistas.com.br	Até 04/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	energia-expertos.com.br	Até 04/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	energyexperts.com.br	Até 04/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	especialistas-energia.com.br	Até 04/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	expertosenenergia.com.br	Até 04/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	gestionenergetica.com.br	Até 04/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	gestores-energia.com.br	Até 04/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	gestoresenergia.com.br	Até 04/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	micropowercomerc.co m.br	Até 22/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	mpce.com.br	Até 20/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	mpcenergia.com.br	Até 20/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mpcenergy.com.br	Até 20/04/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	mpcomerc.com.br	Até 20/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	newcomenergia.com.br	Até 03/07/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	newcomtrading.com.br	Até 03/07/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	panoramacomerc.com.br	Até 10/06/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	megawhat.energy	Até 23/10/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nexway.energy	Até 04/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil	variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
Comerc Energizadora de Energia Elétrica Ltda.	58.177.643/0001-95	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
30/06/2021		-13,870000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2020		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2021	103.941.000,00	
31/12/2019		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2018		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades operacionais e estratégicas da Companhia.								
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Atividades de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria técnica específica	100,000000
30/06/2021		22,230000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2020		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2021	25.760.000,00	
31/12/2019		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2018		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades operacionais e estratégicas da Companhia.								
Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	24.283.982/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio e locação de bens com foco em eficiência energética.	100,000000
30/06/2021		126,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2020		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2021	8.891.000,00	
31/12/2019		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2018		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades operacionais e estratégicas da Companhia.								
Micropower Comerc Participações Ltda.	36.254.406/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços de armazenamento de energia para proporcionar eficiência energética	100,000000
30/06/2021		-10,530000	0,000000	0,00	Valor mercado			

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Valor contábil	Data	Valor (Reais)		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2021	7.727.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades operacionais e estratégicas da Companhia.								
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	28.758.086/0001-35	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica com foco em operações com contrapartes.	100,000000
30/06/2021	21,230000	0,000000	2,141,00	Valor mercado				
31/12/2020	-7,510000	0,000000	3,869,00	Valor contábil	30/06/2021	25,120,000,00		
31/12/2019	30,080000	0,000000	2,103,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades operacionais e estratégicas da Companhia.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Em complemento às informações prestadas nesta Seção 9, apresentamos abaixo as informações relevantes sobre os ativos das Entidades Incorporadas. Para maiores informações sobre a Reorganização Societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência:

Informações complementares ao item 9.1 a

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
UFV Bonfinópolis II – Grupo Mori	Brasil	MG	Montes Claros	Direito de Superfície
UFV Mato Verde – Grupo Mori	Brasil	MG	Monte Azul	Direito de Superfície
UFV Lagoa Grande – Grupo Mori	Brasil	MG	Lagoa Grande	Opção de Constituição de Direito de Superfície
UFV Janaúba – Grupo Mori	Brasil	MG	Janaúba	Direito de Superfície
UFV Manga – Grupo Mori	Brasil	MG	Manga	Direito de Superfície
UFV Corinto – Grupo Mori	Brasil	MG	Corinto	Direito de Superfície
Complexo Eólico Rio do Vento II - Complexo Rio do Vento	Brasil	RN	São Tomé, Lajes, Calçara do Rio do Vento	Cessão de Uso e Arrendamento
Parques Eólicos Rio do Vento Expansão - Grupo Complexo Rio do Vento	Brasil	RN	São Tomé, Riachuelo, Ruy Barbosa	Cessão de Uso e Arrendamento
UFV Brígida – Grupo Brígidas	Brasil	PE	São José do Belmonte	Alugada
UFV Brígida 2 – Grupo Brígidas	Brasil	PE	São José do Belmonte	Alugada
UFV Brasilândia de Minas – Grupo Mori	Brasil	MG	Brasilândia de Minas	Alugada

9.2 - Outras Informações Relevantes

UFV Francisco Sá – Grupo Mori	Brasil	MG	Francisco Sá	Alugada
UFV Januária I – Grupo Mori	Brasil	MG	Januária	Própria
UFV Januária II – Grupo Mori	Brasil	MG	Januária	Própria
UFV Lontra – Grupo Mori	Brasil	MG	Japonvar	Própria
UFV Mirabela – Grupo Mori	Brasil	MG	Mirabela	Alugada
UFV Nanuque – Grupo Mori	Brasil	MG	Nanuque	Alugada
UFV Porteirinha I – Grupo Mori	Brasil	MG	Porteirinha	Alugada
UFV Porteirinha II – Grupo Mori	Brasil	MG	Porteirinha	Alugada

Informações complementares ao item 9.1 b

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Pedido de Registro nº 921089333, para a marca "Brigida", marca mista, na Classe NCL (11) 40.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marca	Pedido de Registro nº 921456190, para a marca "MORI", marca mista, na Classe NCL (11) 40.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marca	Pedido de Registro nº 922769052, para a marca "Mercury Renew", marca nominativa, na Classe NCL (11) 36.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marca	Pedido de Registro nº 922769168, para a marca "Mercury Renew", marca mista, na Classe NCL (11) 36.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marca	Pedido de Registro nº 922769265, para a marca "Mercury Renew", marca nominativa, na Classe NCL (11) 40.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 922769397, para a marca "Mercury Renew", marca mista, na Classe NCL (11) 40.	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Nome de Domínio	beamed.com.br	Até 24/04/2028	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de Domínio	comerctecno.com.br	Até 22/03/2027	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de Domínio	doc88.com.br	Até 27/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de Domínio	flux88.com.br	Até 14/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de Domínio	portaldabateria.com.br	Até 20/08/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de Domínio	powerviewdoc.com.br	Até 19/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está	Não há como quantificar o impacto, sendo

9.2 - Outras Informações Relevantes

			relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de Domínio	powerviewenergy.com.br	Até 30/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de Domínio	powerviewsimplifica.com.br	Até 26/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de Domínio	morigd.com.br	Até 29/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

Informações complementares ao item 9.1 c

Após a concretização da Reorganização Societária, a Companhia passará a deter participações societárias nas Entidades Incorporadas, conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência. Dessa forma, apresentamos abaixo as informações requeridas no item 9.1c em relação a tais Entidades Incorporadas:

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo Sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil – variação (%)	Valor mercado – variação (%)	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais mil)		
Ares Eyner Participações S.A.	40.560.397/0001-90	N/A	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding de instituições não financeiras	100%
30/06/2021	-111,89%	N/A	N/A					
31/12/2020	N/A	N/A	N/A	Valor mercado	30/06/2021	N/A		
31/12/2019	N/A	N/A	N/A	Valor contábil	30/06/2021	-2.492		
31/12/2018	N/A	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades estratégicas da Companhia. A Ares Eyner foi constituída em 22 de dezembro de 2020.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Ares 1 Participações S.A.	27.268.756/0001-72	N/A	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding de instituições não	100%
30/06/2021	-20,60%	N/A	N/A					
31/12/2020	291,68%	N/A	N/A	Valor mercado	30/06/2021	N/A		
31/12/2019	3.957,40%	N/A	N/A	Valor contábil	30/06/2021	98.930		
31/12/2018	N/A	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades estratégicas da Companhia.								
Ares One Participações S.A.	38.350.319/0001-10	N/A	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding de instituições não	100%
30/06/2021	-250.727,77%	N/A	N/A					
31/12/2020	N/A	N/A	N/A	Valor mercado	30/06/2021	N/A		
31/12/2019	N/A	N/A	N/A	Valor contábil	30/06/2021	47.619		
31/12/2018	N/A	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades estratégicas da Companhia. A Ares One foi constituída em 31 de agosto de 2020.								
Ares 2 Participações S.A.	27.317.154/0001-68	N/A	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding de instituições não	100%
30/06/2021	113,97%	N/A	N/A					
31/12/2020	27,07%	N/A	N/A	Valor mercado	30/06/2021	N/A		
31/12/2019	701.608,33%	N/A	N/A	Valor contábil	30/06/2021	686.803		
31/12/2018	3.500,00%	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades estratégicas da Companhia.								
Mercury Renew Participações S.A.	39.540.192/0001-64	N/A	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding de instituições não	100%
30/06/2021	-794.707,69%	N/A	N/A					
31/12/2020	N/A	N/A	N/A	Valor mercado	30/06/2021	N/A		
31/12/2019	N/A	N/A	N/A	Valor contábil	30/06/2021	103.299		
31/12/2018	N/A	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação está diretamente relacionada com as atividades estratégicas da Companhia. A Mercury Renew foi constituída em setembro de 2020.								

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como com as demonstrações financeiras revisadas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a compreender as (i) as mudanças nas linhas principais das demonstrações financeiras entre os períodos analisados; e (ii) os principais fatores que explicam tais variações.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia passou por um processo de reestruturação societária, por meio do qual a Companhia se tornou controladora da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (“Comerc Comercializadora”), da Comerc Energia Ltda. (“Comerc Energia”), da Comerc Gás Comercializadora Ltda. (“Comerc Gás”), da Comerc Power Trading Ltda. (“Comerc Power”) e da Micropower Comerc Participações Ltda. (“MicroPower Participações”) e deixou de ser controladora da DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. (“DOC 88”) e da MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. (“MegaWhat”, e a “Reorganização do Grupo Comerc”). Consequentemente, as informações financeiras para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não são comparáveis, no que diz respeito à reestruturação societária, com o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o qual reflete o efeito dessa reestruturação societária.

Devido a reestruturação societária de 31 de dezembro de 2020, as empresas que passaram a ser controladas da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2021, contribuíram com receita operacional líquida de R\$1.259,9 milhões e prejuízo de R\$43,1 milhões ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Para mais informações sobre as reestruturações societárias ocorridas na Companhia, ver seção 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos Arrendamentos (IFRS 16/ CPC 06 (R2)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isso, não são comparáveis, no que diz respeito à contabilização de arrendamentos, com o exercício social de 31 de dezembro de 2020 (não haviam contratos de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), os quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Os principais efeitos trazidos pela nova norma são: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização do passivo de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para nosso balanço patrimonial.

Conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência, a Companhia pretende realizar, após seu registro de companhia aberta categoria “A” e antes do registro de sua oferta pública inicial de ações, a Reorganização Societária. Por meio da Reorganização Societária, a Companhia irá adquirir participação societária nas Entidades Incorporadas (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência).

No contexto supracitado e para fornecer informações complementares às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a Companhia preparou informações financeiras *pro forma* não auditadas que contemplam as demonstrações do resultado consolidado condensado *pro forma* não auditado como se a incorporação das ações das entidades a serem incorporadas pela Companhia tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020. Já, no caso do balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado, a incorporação das ações das entidades a serem incorporadas pela Companhia como se a referida incorporação tivesse ocorrido em 30 de junho de 2021.

As informações financeiras *pro forma* não auditadas da Companhia estão detalhadas no item 10.9 deste Formulário de Referência.

Ainda, para informações a respeito dos efeitos da pandemia da COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, veja item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ainda que não possamos garantir que a situação permanecerá inalterada, entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Adicionalmente, para viabilizar o plano de negócios decorrente da incorporação das Entidades Incorporadas, a Companhia optou por captar recursos junto ao mercado de capitais por meio de oferta pública inicial de ações.

Considerando o baixo nível de endividamento da Companhia, apresentamos na tabela abaixo informações sobre sua estrutura financeira:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Liquidez corrente ⁽¹⁾	1,0	1,1	1,2	1,3
Liquidez geral ⁽²⁾	1,1	1,2	1,2	1,4

⁽¹⁾ Liquidez corrente refere-se à razão entre o ativo circulante pelo passivo circulante.

⁽²⁾ Liquidez geral refere-se à razão entre o ativo total pelo passivo total

Em 30 de junho de 2021, o Caixa Líquido, representado pelo total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento subtraído do caixa e equivalentes de caixa, da Companhia era de R\$202.429 mil. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$219.386 mil e a Dívida Bruta, representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento, totalizava R\$16.957 mil, com um índice de liquidez corrente de 1,0 e índice de liquidez geral de 1,1.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, o Caixa Líquido da Companhia era de R\$50.411 mil. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$66.782 mil e a Dívida Bruta de R\$16.341 mil, com um índice de liquidez corrente de 1,1 e índice de liquidez geral de 1,2.

Em 31 de dezembro de 2019, o Caixa Líquido da Companhia era de R\$23.967 mil. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$23.967 mil, com um índice de liquidez corrente de 1,2 e índice de liquidez geral de 1,2.

Em 31 de dezembro de 2018, o Caixa Líquido da Companhia era de R\$30.011 mil. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$30.011 mil, com um índice de liquidez corrente de 1,3 e índice de liquidez geral de 1,4.

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia nas datas indicadas era equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	4.256.977	1.061.856	239.421	101.631
Capital próprio (patrimônio líquido)	329.481	205.234	48.240	36.572
Capital total (terceiros + próprio)	4.586.458	1.267.090	287.661	138.203
Parcela de capital de terceiros ⁽¹⁾	92,8%	83,8%	83,2%	73,5%
Parcela de capital próprio ⁽²⁾	7,2%	16,2%	16,8%	26,5%

⁽¹⁾ Refere-se ao capital de terceiros dividido pelo capital total

⁽²⁾ Refere-se ao capital próprio dividido pelo capital total

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral (total dos ativos dividido pelo total do passivo) e de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 30 de junho de 2021 eram de 1,1 e 1,0, respectivamente. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía um saldo de R\$4,0 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) tomados.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Em 31 de dezembro de 2020, os índices de liquidez geral (total dos ativos dividido pelo total de passivos) e de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia eram de 1,1 e 1,0, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía um saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) tomados.

Em 31 de dezembro de 2019, os índices de liquidez geral (total dos ativos dividido pelo total de passivos) e de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia eram de 1,2 e 1,2, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía um saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) tomados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2018, os índices de liquidez geral (total dos ativos dividido pelo total de passivos) e de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia eram de 1,4 e 1,3, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía um saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) tomados.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) capital próprio dos sócios/acionistas; e (iii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Essas fontes de financiamento são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; e (ii) desembolso de capital.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a diretoria da Companhia não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía R\$4,0 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) tomados, sendo que nenhum de tais contratos é individualmente relevante na avaliação dos Diretores da Companhia. Tal valor é referente à Cédula de Crédito Bancário nº 7950 (Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.) emitida pela Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda., controlada da Companhia, em 13 de dezembro de 2019, no valor de R\$4.000.000,00 e vencimento em 15 de dezembro de 2029. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$4.000.000,00.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante).

Para informações sobre os principais contratos de empréstimo ou financiamento das Entidades Incorporadas, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e/ou suas subsidiárias não eram parte de quaisquer contratos de empréstimo ou financiamento relevantes. A Companhia não possui transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras e seguradoras que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades, especialmente por meio de contratação de fianças e seguros-fiança para a celebração de contratos futuros de energia. Para o futuro, novas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e/ou suas subsidiárias não eram parte de quaisquer contratos de empréstimo ou financiamento relevantes.

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de junho de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre estas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e/ou suas subsidiárias não eram parte de quaisquer contratos de empréstimo ou financiamento relevantes.

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos não relevantes e, no contexto de tais empréstimos e financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (b) alteração da composição do capital social da Companhia e/ou de suas subsidiárias; e
- (c) alienação de ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

Não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das indicadas) acima.

Em 30 de junho de 2021 e na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, nos termos pactuados.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 30 de junho de 2021, e na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita operacional líquida	1.632.083	100,0%	397.871	100,0%	310,2%
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-63.571	-3,9%	23.432	5,9%	-371,3%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Período de seis meses findo em 30 de junho de				
(em R\$ mil, exceto %)	2021	AV	2020	AV	AH
Custos de vendas de energia e serviços prestados	-1.547.188	-94,8%	-376.709	-94,7%	310,7%
Resultado bruto	21.324	1,3%	44.594	11,2%	-52,2%
Receita (Despesas) operacionais					
Despesas administrativas, comerciais e gerais	-62.543	-3,8%	-19.050	-4,8%	228,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-1.326	-0,1%	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-920	-0,1%	-	-	-
Total das receitas/(despesas) operacionais	-64.789	-4,0%	-19.050	-4,8%	240,1%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	2.989	0,2%	448	0,1%	567,2%
Despesas financeiras	-3.436	-0,2%	-164	-0,0%	1.995,1%
Resultado financeiro líquido	-447	-0,0%	284	0,1%	-257,4%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	-43.912	-2,7%	25.828	6,5%	-270,0%
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes	-8.419	-0,5%	-2.361	-0,6%	256,6%
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos	23.325	1,4%	-7.967	-2,0%	-392,8%
Lucro líquido (prejuízo) do período	-29.006	-1,8%	15.500	3,9%	-287,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$1.632,1 milhões comparativamente a R\$397,9 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$1.234,2 milhões ou 310,2%. Este aumento é atribuído substancialmente aos impactos da reorganização societária envolvendo a Companhia. As empresas incorporadas pela Companhia contribuíram para o aumento da receita operacional líquida no valor de R\$1.259,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, referida reorganização societária foi concluída em 31 de dezembro de 2020 (conforme detalhado no item 15.7 deste Formulário de Referência), por meio da qual a Companhia se tornou controladora da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Comerc Comercializadora"), da Comerc Energia Ltda. ("Comerc Energia"), da Comerc Gás Comercializadora Ltda. ("Comerc Gás"), da Comerc Power Trading Ltda. ("Comerc Power") e da Micropower Comerc Participações Ltda. ("MicroPower Participações") e deixou de ser controladora da DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. ("DOC 88") e da MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. ("MegaWhat", e a "Reorganização Grupo Comerc").

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Marcação a mercado de instrumentos financeiros

A marcação a mercado de instrumentos financeiros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi uma despesa de R\$63,6 milhões comparativamente a uma receita de R\$23,4 milhões no mesmo período de 2020, resultando em uma variação de R\$87,0 milhões ou 371,3%. Esta variação é atribuída substancialmente à R\$44,4 milhões da variação nos preços futuros de energia que tiveram alta significativa durante o segundo trimestre de 2021, essa alta de preço foi provocada pelo cenário de escassez hídrica que se confirmou após março de 2021; e (b) R\$42,6 milhões derivados de contribuições das empresas envolvidas na Reorganização Grupo Comerc.

Custos de vendas de energia e serviços prestados

Os custos de vendas de energia e serviços prestados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$1.547,2 milhões comparativamente a R\$376,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$1.170,5 milhões ou 310,7%. Este aumento é atribuído substancialmente à Reorganização Grupo Comerc, sendo que as empresas envolvidas na referida reorganização contribuíram para o aumento de R\$1.190,4 milhões dos custos de vendas de energia e serviços prestados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. A partir da Reorganização Grupo Comerc, que ocorreu em 31 de dezembro de 2020, a Companhia se tornou controladora de diversas empresas incluindo a Comerc Comercializadora a maior comercializadora de energia elétrica do Grupo Comerc (conforme detalhado no item 15.7 deste Formulário de Referência).

Resultado bruto

Em razão dos fatores acima, resultado bruto no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$21,3 milhões comparativamente a R\$44,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$23,3 milhões ou 52,2%. O resultado bruto representou 1,3% e 11,2% da receita operacional líquida nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas administrativas, comerciais e gerais

As despesas administrativas, comerciais e gerais no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$62,5 milhões comparativamente a R\$19,1 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$43,4 milhões ou 228,3%. Este aumento é atribuído substancialmente à Reorganização Grupo Comerc, através da qual a Companhia se tornou controladora das principais empresas do Grupo, e desta forma, passou a consolidar as despesas administrativas, comerciais e gerais dessas empresas a partir de 1º de janeiro de 2021. As empresas envolvidas na referida reorganização contribuíram para o aumento de R\$42,2 milhões nas despesas administrativas, comerciais e gerais no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Total das receitas/(despesas) operacionais

Em razão dos fatores acima, o total das despesas operacionais líquidas no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$64,8 milhões comparativamente a R\$19,1 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$45,7 milhões ou 240,1%. O total das despesas operacionais líquidas representou 4,0% e 4,8% da receita operacional líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, respectivamente.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$3,0 milhões comparativamente a R\$0,4 milhão no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$2,6 milhões ou 567,2%. Este aumento é atribuído substancialmente à Reorganização Grupo Comerc. As empresas envolvidas no processo de reorganização

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

contribuíram para o aumento de R\$2,2 milhões nas receitas financeiras no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, especialmente em razão da aplicação do caixa das entidades que foram incorporadas pela Companhia no âmbito da Reorganização Grupo Comerc.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$3,4 milhões comparativamente a R\$0,2 milhão no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$3,2 milhões ou 1.995,1%. Este aumento é atribuído substancialmente à Reorganização Grupo Comerc, as empresas incorporadas pela Companhia contribuíram para o aumento de R\$3,2 milhões nas despesas financeiras no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, especialmente em razão do pagamento de valores devidos para a contratação de cartas ou seguros de fiança bancárias e despesas de arrendamento das entidades que se tornaram controladas da Companhia no âmbito Reorganização Grupo Comerc.

Resultado financeiro líquido

Em razão dos fatores acima, o resultado financeiro líquido no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi uma despesa de R\$0,4 milhão comparativamente a uma receita de R\$0,3 milhão no mesmo período de 2020.

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

Em razão dos fatores acima, o resultado antes dos impostos sobre o lucro no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi um prejuízo de R\$43,9 milhões comparativamente a um lucro de R\$25,8 milhões no mesmo período de 2020.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - correntes no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$8,4 milhões comparativamente a R\$2,4 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$6,0 milhões ou 256,6%. Este aumento é atribuído substancialmente à Reorganização Grupo Comerc em que as empresas envolvidas na reorganização contribuíram em R\$8,3 milhões para o aumento da despesa de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro corrente no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - diferidos no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi um crédito de R\$23,3 milhões comparativamente a uma despesa de R\$8,0 milhões no mesmo período de 2020, representando uma variação de R\$31,3 milhões. Esta variação é atribuída substancialmente ao impacto negativo adicional de R\$87,0 milhões na carteira de marcação a mercado decorrente da alta significativa nos preços futuros de energia.

Lucro líquido (prejuízo) do período

Em razão dos fatores acima, o prejuízo líquido do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$29,0 milhões comparativamente a um lucro líquido de R\$15,5 milhões no mesmo período de 2020, representando uma variação de R\$44,5 milhões ou 287,1%. Essa variação é atribuída substancialmente ao prejuízo de R\$43,1 milhões, derivado de contribuições das empresas envolvidas na Reorganização Grupo Comerc em 31 de dezembro de 2020 e que passaram a ser consolidadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
(em R\$ mil, exceto %)	2020	AV	2019	AV	AH
Receita operacional líquida	834.560	100,0%	794.304	100,0%	5,1%
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-8.347	-1,0%	4.033	0,5%	-307,0%
Custos de vendas de energia e serviços prestados	-786.523	-94,2%	-753.964	-94,9%	4,3%
Resultado bruto	39.690	4,8%	44.373	5,6%	-10,6%
Receita (despesas) operacionais					
Despesas administrativas, comerciais e gerais	-39.748	-4,8%	-20.491	-2,6%	94,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1	0,0%	13	0,0%	-92,3%
Resultado de equivalência patrimonial	-25	-0,0%	-	-	-
Total das receitas/(despesas) operacionais	-39.772	-4,8%	-20.478	-2,6%	94,2%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	1.049	0,1%	1.414	0,2%	-25,8%
Despesas financeiras	-1.139	-0,1%	-647	-0,1%	76,0%
Resultado financeiro líquido	-90	-0,0%	767	0,1%	-111,7%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	-172	-0,0%	24.662	3,1%	-100,7%
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – correntes	-7.715	-0,9%	-6.830	-0,9%	13,0%
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – diferidos	6.732	0,8%	-1.463	-0,2%	-560,2%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-1.155	-0,1%	16.369	2,1%	-107,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$834,6 milhões comparativamente a R\$794,3 milhões no exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$40,3 milhões ou 5,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de volume de compra e venda de energia em operações de *trading* no mercado livre de energia no exercício de 2020.

Marcação a mercado de instrumentos financeiros

A marcação a mercado de instrumentos financeiros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$8,3 milhões comparativamente a uma receita de R\$4,0 milhões no exercício de 2019. Esta variação é atribuída substancialmente a um período de seca atípico e não esperado, ocorrido no último trimestre de 2020, que gerou aumento de preço de energia e, portanto, impactou a marcação a mercado dos contratos futuros de compra e venda de energia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da Companhia em tal exercício. Tal impacto decorreu principalmente da não concretização das previsões em relação ao volume de chuvas nas quais a Companhia baseou seus negócios de comercialização de energia.

Custos de vendas de energia e serviços prestados

Os custos de vendas de energia e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$786,5 milhões comparativamente a R\$754,0 milhões no exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$32,5 milhões ou 4,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de volume de compra e venda de energia em operações de *trading* no mercado livre de energia no exercício de 2020.

Resultado bruto

Em razão dos fatores acima, o resultado bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$39,7 milhões comparativamente a R\$44,4 milhões no exercício de 2019, o que representou uma redução de R\$4,7 milhões ou 10,6%. O resultado bruto representou 4,8% e 5,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas administrativas, comerciais e gerais

As despesas administrativas, comerciais e gerais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$39,7 milhões comparativamente a R\$20,5 milhões no exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$19,2 milhões ou 94,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento em despesas com pessoal e serviços de terceiros destinados à ampliação da estrutura dedicada a expansão de negócios voltados para a vertical de soluções em energia conforme detalhada no item 7.1 deste formulário. As despesas administrativas, comerciais e gerais representaram 4,8% e 2,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Total das receitas/(despesas) operacionais

Em razão dos fatores acima, o total das despesas operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$39,8 milhões comparativamente a R\$20,5 milhões no exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$19,3 milhões ou 94,2%. O total das receitas/(despesas) operacionais representou 4,8% e 2,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$1,0 milhão comparativamente a R\$1,4 milhão no exercício de 2019, o que representou uma redução de R\$0,4 milhão ou 25,8%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução na taxa de juros incidente sobre as aplicações financeiras da Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$1,1 milhão comparativamente a R\$0,6 milhão no exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$0,5 milhão ou 76,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de necessidade de contratação de garantias (i.e. fianças e seguros-fiança) para acompanhar o aumento de volume de compra e venda de energia em operações de *trading*, no mercado livre de energia, no exercício de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado financeiro líquido

Em razão dos fatores acima, resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa financeira líquida de R\$0,1 milhão comparativamente a uma receita financeira líquida de R\$0,8 milhão no exercício de 2019.

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

Em razão dos fatores acima, resultado antes dos impostos sobre o lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi um prejuízo antes dos impostos sobre o lucro de R\$0,2 milhão comparativamente a um lucro antes dos impostos sobre o lucro de R\$24,7 milhões no exercício de 2019.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - correntes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$7,7 milhões comparativamente a R\$6,8 milhões no exercício de 2019, o que representou um aumento de R\$0,9 milhão ou 13,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de resultado nas operações de *trading* no mercado livre de energia no exercício de 2020.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi um crédito de R\$6,7 milhões comparativamente a uma despesa de R\$1,5 milhão no exercício de 2019. Esta variação é atribuída substancialmente ao prejuízo nas operações de soluções de energia e a despesa de marcação a mercado dos contratos futuros de compra e venda de energia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Em razão dos fatores acima, o prejuízo do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1,2 milhão comparativamente a um lucro líquido de R\$16,4 milhões no exercício de 2019.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2019	AV	2018	AV	AH
Receita operacional líquida	794.304	100,0%	222.947	100,0%	256,3%
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.033	0,5%	5.005	2,2%	-19,4%
Custos de vendas de energia e serviços prestados	-753.964	-94,9%	-222.161	-99,6%	239,4%
Resultado bruto	44.373	5,6%	5.791	2,6%	666,2%
Receita (despesas) operacionais					
Despesas administrativas, comerciais e gerais	-20.491	-2,6%	-3.184	-1,4%	543,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	0,0%	-	-	-
Total das receitas/(despesas) operacionais	-20.478	-2,6%	-3.184	-1,4%	543,2%
Resultado financeiro					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
(em R\$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
Receitas financeiras	1.414	0,2%	742	0,3%	90,6%
Despesas financeiras	-647	-0,1%	-85	-0,0%	661,2%
Resultado financeiro líquido	767	0,1%	657	0,3%	16,7%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	24.662	3,1%	3.264	1,5%	655,6%
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes	-6.830	-0,9%	-229	-0,1%	2.882,5%
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos	-1.463	-0,2%	-1.194	-0,5%	22,5%
Lucro líquido do exercício	16.369	2,1%	1.841	0,8%	789,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$794,3 milhões comparativamente a R\$222,9 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$571,4 milhões ou 256,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de volume de compra e venda de energia em operações de *trading* no mercado livre de energia no exercício de 2019, em especial porque o exercício social de 2019 foi o primeiro ano completo de operações da Newcom.

Marcação a mercado de instrumentos financeiros

A marcação a mercado de instrumentos financeiros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou uma receita de R\$4,0 milhões comparativamente a R\$5,0 milhões no exercício de 2018, o que representou uma redução de R\$1,0 milhão ou 19,4%. Esta redução é atribuída substancialmente à variação de preços do mercado livre de energia no ano de 2019.

Custos de vendas de energia e serviços prestados

Os custos de vendas de energia e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$754,0 milhões comparativamente a R\$222,2 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$531,8 milhões ou 239,4%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de volume de compra e venda de energia em operações de *trading* no mercado livre de energia no exercício de 2019, em especial porque o exercício social de 2019 foi o primeiro ano completo de operações da Newcom.

Resultado bruto

Em razão dos fatores acima, resultado bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$44,4 milhões comparativamente a R\$5,8 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$38,6 milhões ou 666,2%. O resultado bruto representou 5,6% e 2,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas administrativas, comerciais e gerais

As despesas administrativas, comerciais e gerais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$20,5 milhões comparativamente a R\$3,2 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$17,3 milhões ou 543,6%. Este aumento é atribuído substancialmente (i) ao fato de o exercício social de 2019 ter sido o primeiro ano completo de operações da Newcom e (ii) aumento em despesas com pessoal e serviços de terceiros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

destinados à estruturação inicial e expansão de negócios voltados para a vertical de soluções em energia. As despesas administrativas, comerciais e gerais representaram 2,6% e 1,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Total das receitas/(despesas) operacionais

Em razão dos fatores acima, o total das despesas operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$20,5 milhões comparativamente a R\$3,2 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$17,3 milhões ou 543,2%. O total das despesas operacionais líquidas representou 2,6% e 1,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$1,4 milhão comparativamente a R\$0,7 milhão no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$0,7 milhão ou 90,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao fato de o exercício social de 2019 ter sido o primeiro ano completo de operações da Newcom, a qual possui receita financeira decorrente da aplicação do caixa disponível.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$0,6 milhão comparativamente a R\$0,1 milhão no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$0,5 milhão ou 661,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de outras despesas financeiras, pelo fato de o exercício social de 2019 ter sido o primeiro ano completo de operações da Newcom.

Resultado financeiro líquido

Em razão dos fatores acima, resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$0,8 milhão comparativamente a R\$0,7 milhão no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$0,1 milhão ou 16,7%.

Resultado antes dos impostos sobre o lucro

Em razão dos fatores acima, o resultado antes dos impostos sobre o lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$24,7 milhões comparativamente a R\$3,3 milhões no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$21,4 milhões ou 655,6%. O resultado antes dos impostos sobre o lucro representou 3,1% e 1,5% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - correntes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$6,8 milhões comparativamente a R\$0,2 milhão no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$6,6 milhões ou 2.882,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de resultado no segmento de *trading* decorrente do fato de o exercício social de 2019 ter sido o primeiro ano completo de operações da Newcom.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos

A despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1,5 milhão comparativamente a R\$1,2 milhão no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$0,3 milhão ou 22,5%. Este aumento é atribuído substancialmente à variação na marcação a mercado de instrumentos financeiros da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais***Lucro líquido do exercício***

Em razão dos fatores acima, o lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$16,4 milhões comparativamente a R\$1,8 milhão no exercício de 2018, o que representou um aumento de R\$14,6 milhões ou 789,1%. O lucro líquido do exercício representou 2,1% e 0,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de						AH		
(em R\$ mil, exceto %)	2021	AV	2020	AV	2019	AV	2018	AV	2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO											
Ativo Circulante											
Caixas e equivalentes de caixa	219.386	4,8%	66.782	5,3%	23.967	8,3%	30.011	21,7%	228,5 %	178,6%	-20,1%
Contas a receber	301.970	6,6%	319.872	25,2%	73.869	25,7%	36.578	26,5%	-5,6%	333,0%	101,9%
Impostos e contribuições a recuperar	4.968	0,1%	3.567	0,3%	369	0,1%	151	0,1%	39,3%	866,7%	144,4%
Instrumentos financeiros derivativos	2.808.026	61,2%	530.117	41,8%	133.004	46,2%	61.399	44,4%	429,7 %	298,6%	116,6%
Partes relacionadas	768	0,0%	22.994	1,8%	12	0,0%	429	0,3%	-96,7%	191516,7 %	-97,2%
Outros ativos	13.926	0,3%	9.606	0,8%	16.483	5,7%	723	0,5%	45,0%	-41,7%	2179,8 %
Total do ativo circulante	3.349.044	73,0%	952.938	75,2%	247.704	86,1%	129.291	93,6%	251,4 %	284,7%	91,6%
Ativo não circulante											
Partes relacionadas	-	-	-	-	325	0,1%	-	-	-	-100,0%	-
Contas a receber	1.153	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos diversos	4.123	0,1%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	12.424	0,3%	-	-	-	-	-	-	-	-	-

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de						AH		
(em R\$ mil, exceto %)	2021	AV	2020	AV	2019	AV	2018	AV	2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	613	0,0%	-	-	-	-	- 100,0 %	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.147.206	25,0%	260.315	20,5%	34.232	11,9%	6.394	4,6%	340,7 %	660,4%	435,4 %
Investimentos	11.813	0,3%	13.645	1,1%	-	-	-	-	-13,4%	-	-
Direito de uso	10.604	0,2%	13.416	1,1%	-	-	-	-	-21,0%	-	-
Imobilizado	36.535	0,8%	14.480	1,1%	4.220	1,5%	2.506	1,8%	152,3 %	243,1%	68,4%
Intangível	13.556	0,3%	11.683	0,9%	1.180	0,4%	12	0,0%	16,0%	890,1%	9733,3 %
Total do ativo não circulante	1.237.414	27,0%	314.152	24,8%	39.957	13,9%	8.912	6,4%	293,9 %	686,2%	348,4%
Total do Ativo	4.586.458	100,0 %	1.267.090	100,0 %	287.661	100,0 %	138.203	100,0 %	262,0 %	340,5%	108,1%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Passivo circulante											
Empréstimos e financiamentos	250	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	284.224	6,2%	307.098	24,2%	68.986	24,0%	35.100	25,4%	-7,4%	345,2%	96,5%
Obrigações trabalhistas e tributárias	34.614	0,8%	20.357	1,6%	3.536	1,2%	509	0,4%	70,0%	475,7%	594,7%
Adiantamentos de clientes	12.805	0,3%	7.935	0,6%	182	0,1%	-	-	61,4%	4259,9%	-
Partes relacionadas	5.872	0,1%	-	-	5.735	2,0%	2.041	1,5%	-	-100,0%	181,0%
Instrumentos financeiros derivativos	2.850.819	62,2%	496.890	39,2%	129.657	45,1%	61.401	44,4%	473,7 %	283,2%	111,2%
Passivo de arrendamento	3.518	0,1%	3.850	0,3%	-	-	-	-	-8,6%	-	-

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de						AH		
(em R\$ mil, exceto %)	2021	AV	2020	AV	2019	AV	2018	AV	2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
Dividendos a pagar	216	0,0%	22.000	1,7%	117	0,0%	-	-	-99,0%	18703,4%	-
Outros passivos	4.237	0,1%	10.365	0,8%	8	0,0%	-	-	-59,1%	129462,5 %	-
Total do passivo circulante	3.196.555				208.221				268,1 %		
		69,7%	868.495	68,5%	1	72,4%	99.051	71,7%		317,1%	110,2%
Passivo não circulante											
Empréstimos e financiamentos	3.762	0,1%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	32.100	0,7%	46.370	3,7%	3.000	1,0%	1.383	1,0%	-30,8%	1445,7%	116,9%
Passivo de arrendamento	9.427	0,2%	12.491	1,0%	-	-	-	-	-24,5%	-	-
Contas a pagar	-	-	623	0,0%	-	-	-	-	-100,0 %	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	109	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	5.045	0,1%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.009.901	22,0%	133.820	10,6%	28.200	9,8%	1.197	0,9%	654,7 %	374,5%	2255,9 %
Provisão para contingências	78	0,0%	57	0,0%	-	-	-	-	36,8%	-	-
Total do passivo não circulante	1.060.422				31.200		2.580	1,9%	448,4 %	519,7%	1109,3 %
		23,1%	193.361	15,3%							
Total do patrimônio líquido	329.481	7,2%	205.234	16,2%	48.240	16,8%	36.572	26,5%	60,5%	325,4%	31,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.586.458	100,0 %	1.267.090	100,0 %	287.661	100,0 %	138.203	100,0 %	262,0 %	340,5%	108,1%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante era de R\$3.349,0 milhões, em comparação com R\$952,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 73,0% em 30 de junho de 2021 e 75,2% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$2.396,1 milhões ou 251,4%, decorreu substancialmente: (a) ao aumento da marcação a mercado de contratos futuros de compra e venda de energia devido ao aumento do preço de energia provocada pelo cenário de escassez hídrica que se confirmou após março de 2021; e (b) ao aumento do caixa e equivalentes de caixa devido ao aporte efetuado pelo novo acionista.

Ativo não circulante

Em 30 de junho de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 1.237,4 milhões, em comparação com R\$314,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 27,0% em 30 de junho de 2021 e 24,8% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$923,2 milhões ou 293,9%, decorreu substancialmente ao aumento da marcação a mercado de contratos futuros de compra e venda de energia devido ao aumento do preço de energia provocada pelo cenário de escassez hídrica que se confirmou após março de 2021.

Passivo circulante

Em 30 de junho de 2021, o passivo circulante era de R\$3.196,6 milhões, em comparação com R\$868,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 69,7% em 30 de junho de 2021 e 68,5% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$2.328,1 milhões ou 268,1%, decorreu substancialmente ao aumento da marcação a mercado de contratos futuros de compra e venda de energia devido ao aumento do preço de energia provocada pelo cenário de escassez hídrica que se confirmou após março de 2021.

Passivo não circulante

Em 30 de junho de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 1.060,4 milhões, em comparação com R\$193,4 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 23,1% em 30 de junho de 2021 e 15,3% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$867,0 milhões ou 448,4%, decorreu substancialmente do impacto do aumento da marcação a mercado de contratos futuros de compra e venda em razão do aumento de preço da energia no mercado livre.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido era de R\$329,5 milhões, em comparação com R\$205,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de R\$124,3 milhões ou 60,5%. O aumento do patrimônio líquido deve-se substancialmente ao aporte de R\$175,0 milhões realizado pela a Perfin Administração de Recursos Ltda., em 1º de abril de 2021. Referido aporte foi parcialmente compensado em razão das seguintes movimentações patrimoniais em 30 de junho de 2021: (i) prejuízo no montante de R\$ 29,0 milhões; (ii) realização de transações com acionistas, totalizando R\$ 19,3 milhões; e (iii) dividendos distribuídos, totalizando R\$ 7,0 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$952,9 milhões, em comparação com R\$247,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 75,2% em 31 de dezembro de 2020 e 86,1% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$705,2 milhões ou 284,7%, decorreu substancialmente do aumento da carteira de contratos futuros compra e venda de energia, estimados em seus respectivos valores justos, e do aumento de volume de transações de compra e venda de energia no mercado livre de energia decorrentes, principalmente, da reorganização societária envolvendo a Companhia, concluída em 31 de dezembro de 2020 (conforme detalhada no item 15.7 deste Formulário de Referência), por meio da qual a Companhia se tornou controladora das Entidades Incorporadas.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$314,2 milhões, em comparação com R\$40,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 24,8% em 31 de dezembro de 2020 e 13,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$274,2 milhões ou 686,2%, decorreu substancialmente do aumento dos instrumentos financeiros derivativos decorrentes, principalmente, da reorganização societária envolvendo a Companhia, concluída em 31 de dezembro de 2020 (conforme detalhada no item 15.7 deste Formulário de Referência), por meio da qual a Companhia se tornou controladora das Entidades Incorporadas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$868,5 milhões, em comparação com R\$208,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 68,5% em 31 de dezembro de 2020 e 72,4% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$660,3 milhões ou 317,1%, decorreu substancialmente do aumento em Fornecedores e Instrumentos financeiros derivativos decorrentes, principalmente, da reorganização societária envolvendo a Companhia, concluída em 31 de dezembro de 2020 (conforme detalhada no item 15.7 deste Formulário de Referência), por meio da qual a Companhia se tornou controladora das Entidades Incorporadas.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$193,4 milhões, em comparação com R\$31,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 15,3% em 31 de dezembro de 2020 e 10,8% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$162,2 milhões ou 519,7%, decorreu substancialmente do aumento nos impostos diferidos, passivo de arrendamento e nos instrumentos financeiros derivativos decorrentes, principalmente, da reorganização societária envolvendo a Companhia, concluída em 31 de dezembro de 2020 (conforme detalhada no item 15.7 deste Formulário de Referência), por meio da qual a Companhia se tornou controladora das Entidades Incorporadas.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$205,2 milhões, em comparação com R\$48,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento, de R\$157,0 milhões ou 325,4%. O aumento do patrimônio líquido deve-se substancialmente aos efeitos da reorganização societária envolvendo a Companhia, concluída em 31 de dezembro de 2020 (conforme detalhado no item 15.7 deste Formulário de Referência), por meio do qual a Companhia se tornou controladora das Entidades Incorporadas, este evento societário ocasionou um aumento de capital social de R\$154,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$247,7 milhões, em comparação com R\$129,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 86,1% em 31 de dezembro de 2019 e 93,6% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$118,4 milhões ou 91,6%, decorreu substancialmente do aumento (i) do contas a receber, e (ii) da carteira de contratos futuros de compra e venda de energia, estimados em seus respectivos valores justos na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$40,0 milhões, em comparação com R\$8,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 13,9% em 31 de dezembro de 2019 e 6,4% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$31,1 milhões ou 348,4%, decorreu substancialmente do aumento (i) da carteira de contratos futuros de compra e venda de energia, estimados em seus respectivos valores justos na rubrica de instrumentos financeiros derivativos, e (ii) de volume de transações de compra e venda no mercado livre de energia.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$208,2 milhões, em comparação com R\$99,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 72,4% em 31 de dezembro de 2019 e 71,7% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$109,1 milhões ou 110,2%, decorreu substancialmente do aumento (i) da carteira de contratos futuros de compra e venda de energia, estimados em seus respectivos valores justos na rubrica de instrumentos financeiros derivativos, e (ii) na rubrica de fornecedores.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$31,2 milhões, em comparação com R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 10,8% em 31 de dezembro de 2019 e 1,9% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$28,6 milhões ou 1.109,3%, decorreu substancialmente do aumento (i) da carteira de contratos futuros de compra e venda de energia, estimados em seus respectivos valores justos na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$48,2 milhões, em comparação com R\$36,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R\$11,6 milhões ou 31,9%, decorrente substancialmente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, parcialmente compensado pela distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2021	2020	2020	2019	2018
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	24.997	11.635	18.971	-744	-2.989
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	-9.395	-1.558	16.677	-4.877	-2.517
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	137.002	7.023	7.167	-423	35.451
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	152.604	17.100	42.815	6.044	29.945

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$25,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R\$11,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Esse aumento de R\$13,4 milhões, ou 114,8%, é justificado substancialmente: (a) pela melhora do resultado operacional quando ajustado pelo efeito não caixa da marcação a mercado dos contratos futuros de compra e venda de energia, em razão da variação nos preços futuros de energia que tiveram alta significativa durante o segundo trimestre de 2021, essa alta de preço foi provocada pelo cenário de escassez hídrica que se confirmou após março de 2021; e (b) pela Reorganização Grupo Comerc, concluída em 31 de dezembro de 2020 (conforme detalhada no item 15.7 deste Formulário de Referência), por meio da qual a Companhia se tornou controladora das Entidades Incorporadas.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$9,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R\$1,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Esse aumento de R\$7,8 milhões, ou 503,0%, é justificado pelos seguintes fatores: (a) investimento da Companhia na Infinito Energy, que se tornou investida da Companhia no período; (b) aquisição de imobilizado, substancialmente para projetos da Nexway; e (c) investimentos em tecnologia.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$137,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R\$7,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Esse aumento de R\$130,0 milhões ou 1.850,8% é justificado substancialmente pelos seguintes fatores: (a) aporte de capital realizado na Companhia por entidade investida da Perfin, no segundo trimestre de 2021, conforme detalhado no item 15.6 deste Formulário de Referência, parcialmente compensado (b) pelos dividendos pagos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$19,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$0,7 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é justificada substancialmente pela melhora na gestão do capital de giro da Companhia em 2020.

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento

O caixa líquido proveniente das atividades de investimento totalizou R\$16,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$4,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é justificada substancialmente pelo caixa proveniente da reorganização societária envolvendo a Companhia, concluída em 31 de dezembro de 2020 (conforme detalhada no item 15.7 deste Formulário de Referência).

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$7,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$0,4 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação é justificada substancialmente pelo adiantamento para futuro aumento de capital da Companhia realizado no exercício de 2020, parcialmente compensado pelo aumento no caixa líquido aplicado ao pagamento de dividendos no exercício de 2020, quando comparado ao exercício anterior.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$0,7 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$3,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R\$2,3 milhões, ou 75,1%, é justificada substancialmente (i) pelo aumento do lucro líquido do exercício em 2019 que foi parcialmente consumido pela piora no capital de giro da Companhia devido ao aumento no caixa líquido aplicado em outros ativos e no pagamento de imposto de renda e contribuição social, e (ii) pelo fato de o exercício social de 2019 ter sido o primeiro ano completo de operações da Newcom.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$4,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$2,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$2,4 milhões, ou 93,8%, é justificado substancialmente pela aquisição de ativo intangível e transações com partes relacionadas.

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$0,4 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$35,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é justificada substancialmente pela integralização do capital social por parte dos acionistas da Companhia na Newcom no exercício de 2018, sendo que no exercício de 2019 não houve evento semelhante.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As operações da Companhia e de suas subsidiárias são divididas em três segmentos operacionais: (i) *trading*; (ii) *serviços*; e (iii) *soluções em energia*, que estão brevemente descritos a seguir:

- (i) Trading: operações de curto, médio e longo prazos de compra e venda de energia no ambiente de contratação livre ("ACL"), por meio da estruturação de produtos a preço fixo e/ou atrelado ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") - que mostra o preço *spot* para comercialização de energia;
- (ii) Serviços: atividades de gerenciamento de energia, dentre as quais destaca-se (i) a gestão de energia para consumidores no ACL, incluindo assessoramento a clientes no desenho da estratégia de compra de energia em função de suas necessidades; e (ii) serviços de gestão aos consumidores de gás natural; e
- (iii) Soluções: soluções em energia que buscam a redução do custo de aquisição dos clientes, o que inclui especialmente (i) soluções de telemetria que alcançam todos os tipos de consumidores do ACL, dos consumidores de média tensão aos grandes consumidores; (ii) soluções de eficiência energética; (iii) serviços de armazenamento de energia (iv) serviços de informação sobre o mercado de energia, consultoria regulatória e cursos; (v) solução tecnológica para colocação de energia geradas em plantas de geração distribuída.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a receita operacional líquida da Companhia foi composta, principalmente, pelos resultados do segmento de comercialização de energia elétrica no ACL, conforme demonstrado abaixo:

(Em milhares de reais, exceto %)	Receita Operacional Líquida por Segmento									
	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de					Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2021		2020		2020		2019		2018	
Segmentos	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Trading	1.684.066	103,2%	383.206	96,3%	811.327	97,2%	775.755	97,7%	220.777	99,0%
Serviços ⁽¹⁾	41.638	2,6%	-	-	-	-	-	-	-	-
Soluções	11.051	0,7%	14.665	3,7%	23.233	2,8%	18.549	2,3%	2.170	1,0%
Eliminações	-104.672	-6,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	1.632.083	100,0%	397.871	100,0%	834.560	100,0%	794.304	100,0%	222.947	100,0%

⁽¹⁾ A Comerc Energia é a entidade prestadora de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores do mercado livre. Considerando que a Comerc Energia, Comerc Gás, Comerc Power e Micropower se tornaram subsidiárias da Companhia em 31 de dezembro de 2020, seus resultados não estão refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 da Companhia. Para maiores informações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Dessa forma, os principais componentes que afetaram parcela das receitas consolidadas ao longo dos últimos anos se referem ao aumento/redução do volume de operações no segmento de comercialização de energia no ACL e às variações no PLD.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 podem ser assim resumidos:

- (i) Marcação a Mercado dos contratos de longo prazo de energia: variação dos preços de energia no ACL que podem gerar impactos nas posições futuras da Companhia refletidas em sua marcação a mercado;
- (ii) Custos operacionais: variação dos custos de compras de energia elétrica no ACL, os quais geram lastro para as vendas aos clientes da Companhia e representam o principal custo da atividade operacional da Companhia;
- (iii) Volume de operações: variação do volume das operações realizadas no segmento de comercialização de energia no ACL, que afetam as receitas e custos de compra de energia para comercialização; e
- (iv) Despesas gerais e administrativas: variação das despesas gerais e administrativas, as quais incluem todos os custos de carregamento da Companhia, o que inclui, entre outros, aluguel, auditoria, despesas com consultoria, advogados, folha de pagamento e custos com fianças, bem como as despesas decorrente da estruturação da vertical de soluções em energia.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, a receita consolidada da Companhia derivou, substancialmente, do segmento de comercialização de energia.

Os diretores da Companhia entendem que as variações na receita dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, equivalente a um aumento de R\$1.234,2 milhões ou 310,2%. e dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 equivalentes a um aumento de R\$40,3 milhões ou 5,1% para o exercício de 2020 comparado com 2019 e um aumento de R\$571,4 milhões ou 256,3% para o exercício de 2019 comparado com 2018, foram impactadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Modificação de preço: variação dos preços de energia impactam diretamente a receita da Companhia, uma vez que sua composição é dada pelo produto do preço da energia pelo montante negociado.
- (ii) Inflação: todos os contratos de venda de energia são corrigidos pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e pelo índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM"). O aumento de tais índices pode gerar aumento da receita da Companhia e/ou aumento das despesas operacionais e financeiras da Companhia. Além disso, variações nesses índices (i) podem

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

resultar em reajustes de preços aos clientes da Companhia, impactando sua receita operacional; e (ii) garantem que as operações fechadas com fluxo de recebimentos futuros não sofrerão desvalorização.

- (iii) Volumes: considerando que no ACL a Companhia tem autonomia na composição do preço final de venda de seus produtos, o volume contratado de energia é uma das variáveis que podem impactar o preço final nos contratos de fornecimento e as receitas consolidadas da Companhia. Algumas operações de venda de energia com consumidores finais podem sofrer alterações de volume dentro de um limite de flexibilidade estabelecido em contrato.
- (iv) Aumento de clientes na gestão: O crescimento da base de clientes é driver de receita, uma vez que cobramos mensalidade pelos serviços prestados.

Considerando que a totalidade das receitas consolidadas da Companhia é denominada em Reais, sua receita não está exposta à variação das taxas de câmbio.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores acreditam que os principais fatores e condições que afetam a nossa receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

(i) Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o IGPM acumulado 12 meses foi de 35,75%% e o IPCA acumulado 12 meses foi de 8,35%.

A totalidade dos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC") e o IPCA.

Os diretores da Companhia entendem que os impactos inflacionários nos custos estão cobertos pelos contratos de comercialização de energia que, por sua vez, são indexados a taxas de correção de inflação, uma vez que tanto os contratos de comercialização de energia como os contratos de custos relacionados às atividades de operação e manutenção ("O&M") com fornecedores são atrelados à inflação com correções anuais.

(ii) Taxa de Juros

O resultado das operações da Companhia também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são em sua maioria reajustados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e no Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). As taxas vigentes em 30 de junho de 2021 eram 4,61% a.a. para TJLP e 3,78% a.a. para o CDI.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro nos afetam indiretamente, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia.

(iii) Taxa de Câmbio

Considerando que a maioria dos seus custos e a totalidade de sua receita é denominada em Reais, a Companhia não ficou exposta à variação da taxa de câmbio nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021.

Ademais, no que se refere aos contratos de aquisição de equipamentos, após a assinatura, o preço passa a ser fixado em reais, portanto não mais sujeito a variações cambiais. Assim, também não há despesa operacional da Companhia sujeita à variação da taxa de câmbio.

(iv) Preço de Energia

i. Modificação de preço:

Trading:

- a. Curto prazo: a variação do PLD pode impactar o resultado da Companhia.
- b. Longo prazo: A oscilações das curvas de preço do longo prazo impactam a marcação a mercado dos contratos de longo prazo de energia, impactando os resultados da Companhia;
- c. PLD: quando o PLD está alto, os volumes tendem a ser menores, em função do risco de crédito, e as margens tendem a ser maiores.

Geração

- a. Quando o volume de energia comercializada é maior que sua energia assegurada, a Companhia precisará comprar energia no mercado spot para liquidar seus contratos. Caso o PLD seja menor do que o preço de venda, a Companhia terá resultado positivo. Se o preço de compra for maior do que o PLD, o resultado será negativo.
- b. Por outro lado, quando o volume de energia comercializada é menor que sua energia assegurada a Companhia irá vender seu excedente no mercado spot. Nessa situação, se o PLD for maior do que o preço que a Companhia comprou essa energia, o resultado será positivo. Caso o PLD seja menor do que o preço que a Companhia pagou na energia excedente, o resultado será negativo.

ii. Gestão:

PLD: as migrações tendem a ser menores quando o PLD está mais alto e impacta a curva de longo prazo, compensando esse movimento quando o PLD está baixo e abre uma janela de migração.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa adicional aos segmentos operacionais divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras, conforme apresentado no item 10.2 acima.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, foram verificadas duas operações societárias com impactos relevantes à Companhia, destacadas abaixo.

Entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, a Companhia passou por um processo de reestruturação societária, por meio do qual a Companhia se tornou controladora da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., da Comerc Energia Ltda., da Comerc Gás Comercializadora Ltda., da Comerc Power Trading Ltda. e da Micropower Comerc Participações Ltda. e deixou de ser controladora da DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. e da MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. ("Reorganização Grupo Comerc"). Todas as entidades envolvidas na Reorganização Grupo Comerc detêm o mesmo controle acionário, sendo certo que o objetivo da Reorganização Grupo Comerc foi preparar a Companhia para uma futura abertura de capital ou recebimento de novo investidor.

O segundo evento de destaque diz respeito à reorganização societária, conforme detalhada no item 15.8 deste Formulário de Referência ("Reorganização Societária"). No âmbito da Reorganização Societária, a Companhia irá realizar a incorporação das ações das seguintes sociedades, de forma que estas entidades passem a ser subsidiárias integrais da Companhia: (i) Ares Eyner Participações S.A., (ii) Ares 1 Participações S.A., (iii) Ares One Participações S.A., (iv) Ares 2 Participações S.A., (v) Mercury Renew Participações S.A., (vi) UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A. (v) Doc 88; e (vi) MegaWhat (em conjunto, as "Entidades Incorporadas"). Nesse sentido, a Reorganização Societária tem como intuito a combinação dos negócios de Geração Distribuída e Centralizada com os negócios de Serviços ao Cliente e Soluções em Energia. A Reorganização Societária está condicionada à conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento no âmbito da Oferta.

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas nos itens 15.7 (Reorganização Grupo Comerc) e 15.8 (Reorganização Societária) deste Formulário de Referência.

Para mais informações sobre o efeito das aquisições da Companhia decorrentes da Reorganização Societária (conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência), o item 10.9 deste Formulário de Referência apresenta as informações financeiras *pro forma* dos ativos objeto da Reorganização Societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As principais alterações nas práticas contábeis da Companhia que tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia no que se refere aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, bem como ao exercício social corrente, podem ser assim resumidas:

CPC 48 (IFRS 09)

O CPC 48 (IFRS 09) passou a ser vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

IFRS 16/CPC 06(R2)

Até 2018, a Companhia aplicava a norma IAS 17/CPC 06(R1) - Operações de arrendamento mercantil, segundo a qual a determinação se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil depende de aspectos relativos ao uso de um ativo ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou a norma IFRS 16/CPC 06(R2) que substituiu a IAS 17/CPC 06(R1) e IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento. A IFRS 16/CPC 06(R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17/CPC 06(R1). Desse modo, na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos.

- *Alterações no IFRS 16/CPC 06(R2): Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento*

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do IFRS 16/CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia COVID-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o IFRS 16/CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 acima descritas, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16/CPC 06-(R2)

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03.

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS 16/ CPC 06 (R2) e do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental de juros como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/ CPC 06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia. Os efeitos advindos dos cálculos de acordo com o referido ofício não são materiais para divulgação.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Não houve alteração substancial na contabilização do arrendador com base no IFRS 16/CPC 06-(R2) em relação à contabilização de acordo com a IAS 17/CPC 06(R1). Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

Direito de uso	R\$ mil
Adoção inicial do IFRS 16	
Registro inicial	168
Valor decorrente da reestruturação societária	13.298
(-) Depreciação	-50
Saldo em 31/12/2020	13.416
(-) Depreciação	-1.303
(+/-) Atualização	-1.509
Saldo em 30/06/2021	10.604
Arrendamento a pagar	
Adoção inicial do IFRS 16	
Registro inicial	168
Valor decorrente da reestruturação societária	16.224
(+) Juros	19
(-) Pagamentos	-70
Saldo em 31/12/2020	16.341
(+) Juros	638
(-) Pagamentos	-2.525
(+/-) Atualização	-1.509
Saldo em 30/06/2021	12.945
Circulante	3.518
Não circulante	9.427

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Por fim, a administração da Companhia apresenta as seguintes considerações em relação a outras alterações recentes em normas contábeis:

- (i) definição de negócios: as alterações no CPC 15 (IFRS 3) (R1) não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 ou do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios;
- (ii) reforma da taxa de juros de referência: as alterações no CPC 38 (IAS 39) e CPC 48 (IFRS 9) não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 ou do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros;
- (iii) definição de material: as alterações no CPC 26 (IAS 1) (R1) e CPC 23 (IAS 8) não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 ou do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021; e
- (iv) estrutura conceitual para relatório financeiro: a revisão no CPC 00 (R2) não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 ou do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 ou e demonstrações financeiras intermediárias para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 foram emitidos sem ressalvas e/ou ênfases.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Companhia deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As respectivas estimativas e premissas estão baseadas na experiência histórica da Companhia e em outros fatores considerados relevantes pela Companhia. Para isso, são utilizadas as melhores e mais atualizadas informações disponíveis no momento de sua preparação, porém, pelas incertezas envolvidas em avaliações desse tipo, as premissas e estimativas utilizadas podem se materializar diferentemente do previsto, gerando resultados que exijam ajustes substanciais no valor contábil dos ativos ou passivos em exercícios futuros.

A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua e essas são reconhecidas prospectivamente. As premissas utilizadas são conservadoras e revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da administração da Companhia, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela administração da Companhia tendo como referência eventos futuros, e utilizando quando necessário, referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista. A administração da Companhia avalia continuamente as políticas contábeis críticas que entende serem essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício, ainda que não se possa ter precisão sobre os valores, porém, acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

A administração da Companhia acredita que as seguintes políticas contábeis críticas são mais afetadas pelas estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, podendo resultar em ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos da Companhia:

1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

Segundo a administração da Companhia, o CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia são registrados no resultado do exercício, em conta específica. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A "Provisão para perdas de crédito esperado" é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado as operações e os títulos vencidos acima de 60 dias.

Contratos futuros de energia (compra e venda)

A Companhia possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Companhia possui flexibilidade para gerenciar estes contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco. Os contratos futuros podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (como exemplo, celebrando com a contraparte contrato de compensação).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço da Companhia pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos são estimados com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo.

Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturada para a Companhia e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Comentários da administração da Companhia: a administração da Companhia entende que essas políticas são críticas pois o CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, é necessária a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. As razões que levaram a Companhia a adotar essas políticas contábeis foram relacionados ao portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço da Companhia pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

2. Base e mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade, é requerido que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

Comentários da administração da Companhia: a administração da Companhia entende que essas políticas são críticas pois as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

3. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em sua contínua busca por eficiência e melhorias operacionais, a Companhia continua investindo em diversas frentes operacionais, com destaque para o desenvolvimento e expansão do segmento de soluções em energia, incluindo investimentos de R\$35,0 milhões em eficiência energética, de R\$8,6 milhões em baterias, de R\$28,5 milhões em sistemas e hardwares de IoT, entre outros.

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia investiu principalmente nestas linhas acima descritas com o intuito de agregar valor aos clientes por produtos customizados as suas necessidades e alavancar inteligência e produtividade de nossos negócios. O plano de negócios da Companhia para 2021, após a implementação da Reorganização Societária (conforme detalhada no item 15.8 deste Formulário de Referência) e a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia cujo registro foi solicitado à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), prevê investimentos especialmente em (i) geração distribuída, (ii) geração centralizada, (iii) eficiência energética, (iv) Tecnologia (IoT e sistemas), e (v) Baterias.

Além dos investimentos indicados acima, a Companhia dará continuidade ao seu projeto de expansão por meio de investimentos em sustentação, no curso normal de seus negócios.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento para os investimentos indicados no item "(i)" acima será, principalmente, a geração de caixa dos ativos e, no caso de haver necessidade de capital adicional para financiar nossas necessidades de liquidez de curto prazo, a Companhia acredita ser capaz de obter empréstimos e financiamentos no mercado de capitais brasileiro e/ou com instituições financeiras de primeira linha, como por exemplo a contratação de dívidas estruturadas com bancos de desenvolvimento regional. Ainda, os investimentos descritos no item "(i)" acima também poderão ser financiados pelos recursos oriundos da conclusão da nossa oferta pública inicial de ações cujo registro foi solicitado à CVM.

Adicionalmente, a Companhia poderá recorrer a fontes de recursos de terceiros disponíveis, de acordo com a oferta de crédito e das condições de mercado, para aquisições estruturadas e para implementação dos planos de investimentos a serem desenvolvidos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

No âmbito da Reorganização Societária (conforme detalhada no item 15.8 deste Formulário de Referência), a Companhia passará a deter participação nos projetos e ativos das Entidades Incorporadas, cujas principais características e status de implementação encontram-se descritos no item 7.9, subitens 7.1 e 7.3, deste Formulário de Referência.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e resultados da Companhia

Os principais riscos para o setor elétrico brasileiro em decorrência da pandemia de COVID-19 resultaram da redução de carga de energia elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os agentes que atuam no ambiente de contratação livre de energia no Brasil, principalmente os consumidores finais, podem eventualmente não cumprir os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado livre, com base em teses jurídicas como caso fortuito, responsabilidade de excludente por força maior, entre outros. No entanto, o portfólio da Companhia é especialmente composto por comercializadoras e consumidores livres, entre os quais as teses jurídicas mencionadas geralmente não prosperam, reforçando o conceito que os compromissos com contratos vigentes devem ser respeitados.

Em meados de março, a Companhia organizou comitês multidisciplinares para o gerenciamento dos impactos da pandemia de COVID-19 em suas operações, resultados e, principalmente, na segurança e bem-estar de seus colaboradores. Assim, a partir de 18 de março de 2020, 100% de seus colaboradores migraram para o regime de trabalho remoto, sendo que a maioria permanece em tal regime na data deste Formulário de Referência. A Companhia estruturou os canais de comunicação semanais da liderança com as equipes de forma a manter a comunicação frequente e as equipes atualizadas. O escritório central da Companhia foi redesenhado considerando a nova realidade, observando os protocolos de segurança adaptados a um contexto em que trabalharemos de forma híbrida, frequentando os escritórios somente nos momentos necessários.

Apesar do impacto negativo na economia global, as operações da Companhia e de suas controladas não sofreram impactos relevantes decorrentes da pandemia de COVID-19. O impacto negativo na marcação a valor justo da carteira verificado em 2020, conforme detalhado no item 10.1 acima, deveu-se a um evento climático extremo e não esperado no último trimestre, sem relação com a pandemia de COVID-19. A administração da Companhia continua monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho para assegurar a proteção de seus colaboradores, a manutenção de suas operações e continuidade de seu negócio.

Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, a Companhia não estima efeitos significativos que possam impactar de maneira relevante seus resultados ou comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

Informações complementares ao item 10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais, (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Considerando que, em 30 de junho de 2021, a Companhia e/ou suas subsidiárias não eram parte de quaisquer contratos de empréstimo ou financiamento relevantes, apresentamos abaixo as informações relevantes sobre os contratos financeiros das Entidades Incorporadas:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes das sociedades incorporadas

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes no âmbito de RDV II, cujos tomadores são: Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A, Ventos de

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Santa Sofia Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A., Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A., Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A., em vigor em 20 de setembro de 2021:

- 1) Instrumento Particular de Prestação de Fianças e Outras Avenças (CPG) (Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Santander S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco BNP Paribas Brasil S.A.) assinado pela Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A. em 21 de janeiro de 2021 com limite de garantia de até R\$204.334.000,00.
- 2) Instrumento Particular de Prestação de Fianças e Outras Avenças (CPG) (Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Santander S.A. e Banco Votorantim S.A.) assinado pela Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A. em 19 de agosto de 2020 com limite de garantia de até R\$207.563.000,00.
- 3) Instrumento Particular de Prestação de Fianças e Outras Avenças (CPG) (Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Santander S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco BNP Paribas Brasil S.A.), assinado pela Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A. em 29 de janeiro de 2021 com limite de garantia de até R\$212.691.000,00.
- 4) Instrumento Particular de Prestação de Fianças e Outras Avenças (CPG) (Banco BTG Pactual S.A. e banco ABC Brasil S.A.) assinado pela Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A. em 26 de junho de 2020 com limite de garantia de até R\$166.830.472,25.
- 5) Instrumento Particular de Prestação de Fianças e Outras Avenças (CPG) (Banco BTG Pactual S.A. e banco ABC Brasil S.A.) assinado pela Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A. em 26 de junho de 2020 com limite de garantia de até R\$166.830.472,25.
- 6) Instrumento Particular de Prestação de Fianças e Outras Avenças (CPG) (Itaú Unibanco S.A.) assinado pela Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A. em 05 de junho de 2020 com limite de garantia de até de R\$166.830.472,25.
- 7) Instrumento Particular de Prestação de Fianças e Outras Avenças (CPG) (Itaú Unibanco S.A.) assinado pela Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A. em 05 de junho de 2020 com limite de garantia de até R\$177.860.920,25.
- 8) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n. 20.2.0518.1 (Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES) assinado pela Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A. em 29 de dezembro de 2020 no valor de R\$204.334.000,00 e com vencimento em 15 de junho de 2041. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$72.145.617,16.
- 9) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n. 20.2.0190.1 (Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES) assinado pela Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A. em 24 de junho de 2020 no valor de R\$207.563.000,00 e com vencimento em 15 de junho de 2041. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$162.675.558,96.
- 10) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n. 20.2.0499.1 (Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES) assinado pela Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A. em 29 de

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

dezembro de 2020 no valor de R\$212.691.000,00 e com vencimento em 15 de junho de 2041. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$83.446.667,06.

11) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular n. 187.2019.1294.5587 (Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB) assinado pela Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A. em 30 de dezembro de 2019 no valor de R\$166.830.472,25 e vencimento em 15 de janeiro de 2041. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$142.832.409,35.

12) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular n. 187.2019.1295.5590 (Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB) assinado pela Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$166.830.472,25 e vencimento em 15 de janeiro de 2039. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$137.264.636,08.

13) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular n. 187.2019.1076.5591 (Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB) assinado pela Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$166.830.472,25 e vencimento em 15 de janeiro de 2036. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$142.149.071,66.

14) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular n. 187.2019.1296.5589 (Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB) assinado pela Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$177.860.920,25 e vencimento em 15 de janeiro de 2042. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$150.073.496,95.

15) Cédula de Crédito Bancário n. 250017056 (Banco Alfa de Investimento S.A.) emitida pela Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A. em 18 de setembro de 2020, no valor de R\$40.500.000,00 e vencimento em 13 de setembro de 2021. Em 30 de junho de 2021, esta cédula não possuía saldo em aberto.

16) Cédula de Crédito Bancário n. 250017059 (Banco Alfa de Investimento S.A.) emitida pela Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A. em 18 de setembro de 2020, no valor de R\$52.000.000,00 e vencimento em 14 de setembro de 2021. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$51.770.144,12.

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes no âmbito de Brígidat, cujos tomadores são Ares 1 Participações S.A., Perfin Ares 1 Fundo de Investimento em Participações – IE, Brígida Solar SPE S.A. e Brígida 2 Solar SPE S.A., as principais características são:

1) Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ares 1 Participações S.A. (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) assinado pela Ares 1 Participações S.A. em 12 de janeiro de 2021, no valor de R\$100.000.000,00 e vencimento em 12 de janeiro de 2022. Em 30 de junho de 2021, este contrato não possuía saldo em aberto

2) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 44.2020.1128.20582 (Banco do Nordeste do Brasil BNB) assinado pela Brígida Solar SPE S.A., em 29 de setembro de 2020, no valor de R\$96.097.551,84 (noventa e seis milhões, noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e um mil reais e

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

oitenta e quatro centavos) e vencimento em 15 de outubro de 2040. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$60.019.221,77.

3) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 44.2020.1131.20586 (Banco do Nordeste do Brasil BNB) assinado pela Brígida 2 Solar SPE S.A., em 29 de setembro de 2020, no valor de R\$96.097.551,84 (noventa e seis milhões, noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e um mil reais e oitenta e quatro centavos) e vencimento em 15 de outubro de 2040. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$67.557.509,77.

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes no âmbito de Mercury Renew, cujos tomadores são FCR VII Usina de Energia Fotovoltaica Ltda., a UFV Brisas Suaves SPE Ltda. e a Bon Nome Solar Participações S.A., as principais características são:

1) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular n. 34.2018.8000.57644 (Banco do Nordeste do Brasil S.A.) assinado pela FCR VII Usina de Energia Fotovoltaica Ltda. em 30 de novembro de 2018, no valor de R\$22.085.656,00 e vencimento em 15 de dezembro de 2036. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$22.180.917,03.

2) Cédula de Crédito Bancário n. 289.545/20 (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.) emitida pela UFV Brisas Suaves SPE Ltda. em 03 de abril de 2020, no valor de R\$ 15.060.457,00 e vencimento em 15 de abril de 2032. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$14.223.752,63.

3) Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças (Banco do Brasil S.A.) assinado pela FCR VII Usina de Energia Fotovoltaica Ltda. em 04 de janeiro de 2019 com limite de garantia de até R\$22.085.656,00.

4) Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Bon Nome Solar Participações S.A. (Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) assinado pela Bon Nome Solar Participações S.A. em 10 de setembro de 2021, no valor de R\$250.000.000,00 e vencimento em 09 de setembro de 2022. Em 20 de setembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$R\$ 183.095.000,00.

Segue abaixo as principais características dos contratos de financiamento relevante no âmbito de Mori, cujas tomadoras são Ares 2 Participações S.A. e UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuidora S.A., e que possui como principais características:

1) Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantias Adicionais Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Ares 2 Participações S.A. (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), assinado pela Ares 2 Participações S.A. em 28 de abril de 2021, no valor de R\$400.000.000,00 e vencimento em 15 de junho de 2030. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$400.442.122,81.

2) Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 34.2020.425.60120 (Banco do Nordeste do Brasil), assinado pela UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuidora S.A. em 30 de agosto de 2020, no valor de R\$14.957.131,27 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, cento e trinta e um reais e vinte e sete centavos) e vencimento em 15 de setembro de 2030. Em 20 de setembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$13.239.302,00.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

3) Contrato para Prestação de Fiança e Outras Avenças (CPG) (Itaú Unibanco S.A.) assinado pela UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuidora S.A. em 25 de março de 2021 com limite de garantia de até R\$14.957.131,27.

Por fim, seguem abaixo as principais características dos contratos de financiamento relevante no âmbito de Ares One, cujas tomadoras são Ares One Participações S.A. e Perfin Ares 1 Fundo de Investimento em Participações – IE:

1) Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Garantia Real, com garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ares One Participações S.A. (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) assinado pela Ares One Participações S.A. em 16 de abril de 2021, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e vencimento em 12 de janeiro de 2022. Estas debentures correspondem a uma remissão das debentures de Ares 1 Participações S.A. que foram emitidas em 12 de janeiro de 2022. Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$100.734.365,76.

Informações Financeiras Pro Forma

Conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência, a Companhia pretende realizar, após seu registro de companhia aberta categoria "A" e antes do registro de sua oferta pública inicial de ações, a Reorganização Societária (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência). Por meio da Reorganização Societária, a Companhia irá adquirir participação societária nas Entidades Incorporadas (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência).

Desta forma, em complemento às informações apresentadas acima, sobre a Companhia, de forma a apresentar informação financeira complementar ao investidor, apresentamos abaixo as informações financeiras *pro forma* não auditadas, as quais foram compiladas e apresentadas:

- como se o Aumento de Capital e Incorporação, detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência, mediante o qual a DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda ("Doc 88") e a MegaWhat Desenvolvimento e Serviços Ltda. ("MegaWhat") passam a ser subsidiárias integrais da Companhia tivesse ocorrido, em relação às demonstrações do resultado consolidado condensado *pro forma* não auditado, em 1º de janeiro de 2020, e em relação ao balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado, em 30 de junho de 2021;
 - como se a Incorporação de Ações pela Companhia, detalhada no item 15.8 deste Formulário de Referência, mediante a qual Companhia irá realizar a incorporação das ações das seguintes sociedades, de forma que estas entidades passem a ser subsidiárias integrais da Companhia: (i) Ares Eyner Participações S.A., (ii) Ares 1 Participações S.A., (iii) Ares One Participações S.A., (iv) Ares 2 Participações S.A., (v) Mercury Renew Participações S.A., (vi) UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A, (v) Doc 88; e (vi) MegaWhat (em conjunto, as "Entidades Incorporadas"), tivesse ocorrido em relação às demonstrações do resultado consolidado condensado *pro forma* não auditado, em 1º de janeiro de 2020, e em relação ao balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado, em 30 de junho de 2021;
- e

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- considerando que no processo da Reorganização Societária os atuais acionistas controladores do Grupo Comerc e das empresas do Grupo Perfin celebraram um acordo de acionistas por meio do qual determinaram os termos e condições do compartilhamento do controle da Companhia ("Acordo de Acionistas"). Quando implementada a Reorganização, os atuais acionistas da Comerc Participações e das empresas do Grupo Perfin exercerão o controle compartilhado da Companhia nos termos do Acordo de Acionistas, desta forma, a combinação das empresas do Grupo Comerc e do Grupo Perfin foi realizada com base nos valores patrimoniais de cada entidade.

As informações financeiras condensadas pro forma não auditadas foram elaboradas exclusivamente para fins ilustrativos e não pretendem representar o que os resultados reais consolidados das operações ou a posição financeira do Grupo Comerc teriam sido se a incorporação das empresas do Grupo Perfin, tivesse ocorrido nas datas assumidas, e, conseqüentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações consolidadas em períodos futuros ou da posição financeira consolidada da Companhia. Adicionalmente, as informações financeiras consolidadas condensadas pro forma não auditadas apresentadas neste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das entidades envolvidas.

Abaixo apresentamos o balanço consolidado condensado pro forma não auditado em 30 de junho de 2021 e as demonstrações do resultado consolidado condensado pro forma não auditado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os principais destaques foram apresentados nos demais itens do item 10, sobre a Companhia, e mais abaixo, os destaques de cada uma das Entidades Incorporadas. Não há ajustes entre as companhias por não haver transações entre as partes.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONDENSADO PRO FORMA NÃO AUDITADO REFERENTE AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

Em milhares de reais	Grupo Comerc (Histórico) (A)	Grupo Ares 1 (Histórico) (B)	Ares 2 Participações (Histórico) (C)	Mori Energia Holding S.A. (Histórico) (E)	Mercury Renew Participações S.A. (Histórico) (F)	Ajustes Pro Forma (G)	Total Pro Forma
Receita operacional líquida	1.637.819	17.539	6.366	5.325	327	-	1.667.376
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-63.571	-	-	-	-	-	-63.571
Custos de vendas de energia e serviços prestados	-1.543.151	-12.151	-3.892	-5.798	-106	-	-1.565.098
Resultado bruto	31.097	5.388	2.474	-473	221	-	38.707
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas administrativas, comerciais e gerais	-77.278	-3.974	-10.173	-5.462	-3.689	-6.452	-107.028
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-1.081	-47	582.309	-146	28	-	581.063
Resultado de equivalência patrimonial	-2.530	-2.626	8.505	4.480	-347	-11.436	-3.954
Total das receitas/(despesas) operacionais	-80.889	-6.647	580.641	-1.128	-4.008	-17.888	470.081
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro (resultado operacional)	-49.792	-1.259	583.115	-1.601	-3.787	-17.888	508.788
Receitas financeiras	3.206	196	185	16.332	179	-	20.098
Despesas financeiras	-3.821	-55.408	-17.430	-4.642	-30.259	-2.393	-113.953
Resultado financeiro líquido	-615	-55.212	-17.245	11.690	-30.080	-2.393	-93.855
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	-50.407	-56.471	565.870	10.089	-33.867	-20.281	414.933

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – correntes	-8.419	-349	-810	-398	-	-9.976
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – diferidos	24.954	-	-196.888	-	2.194	-169.740
Resultado líquido do período	-33.872	-56.820	368.172	9.691	-33.867	235.217

- (A) Informações derivadas das demonstrações financeiras intermediárias combinadas auditadas do Grupo Comerc, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou das demonstrações financeiras combinadas auditadas do Grupo Comerc, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais representam a combinação da Comerc Participações S.A., Doc 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. e Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.
- (B) Informações derivadas das demonstrações financeiras intermediárias combinadas revisadas do Grupo Ares 1, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou das demonstrações financeiras combinadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais representam a combinação da Ares 1 Participações S.A., Ares Eyner Participações S.A., Ares One Participações S.A e UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A.
- (C) Informações derivadas das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas revisadas da Ares 2 Participações S.A., referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- (D) Informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Mori Energia Holding S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- (E) Informações derivadas da demonstração do resultado intermediária consolidada da Mori Energia Holding S.A. para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, subtraído do período de dois meses findo em 30 de junho de 2021, o qual já está consolidado na Ares 2 Participações S.A., uma vez que a Ares 2 Participações S.A. adquiriu controle da Mori Energia Holding S.A. a partir de maio de 2021, desta forma consolidando o resultado de maio e junho de 2021.
- (F) Informações derivadas das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas revisadas da Mercury Renew Participações S.A. (anteriormente Mercury Infra Participações S.A.), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 ou das demonstrações financeiras auditadas da Mercury Infra Participações S.A. referentes ao período de 8 de setembro de 2020 à 31 de dezembro de 2020.
- (G) Para mais informações sobre os ajustes pro forma, vide informações financeiras consolidadas condensadas pro forma não auditadas da Companhia, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita operacional líquida pro forma

A receita operacional líquida *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizou R\$1.667,4 milhões e se referem, substancialmente, as receitas auferidas pelo Grupo Comerc, proveniente, das vendas de energia no mercado livre.

Marcação a mercado de instrumentos financeiros pro forma

A marcação a mercado de instrumentos financeiros *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizou despesa de R\$63,6 milhões e se refere unicamente ao Grupo Comerc, se tratando de marcação a mercado dos contratos futuros de compra e venda de energia no mercado livre.

Custos de vendas de energia e serviços prestados pro forma

Os custos de vendas de energia e serviços prestados *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$1.565,1 milhões e se referem substancialmente ao Grupo Comerc, provenientes de contratos de energia no mercado livre.

Despesas administrativas, comerciais e gerais pro forma

As despesas administrativas, comerciais e gerais *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$107,0 milhões e se referem, substancialmente, aos seguintes fatores: (a) ao Grupo Comerc, em decorrência de despesas com pessoal; e (b) às demais estruturas, em decorrência de despesas com pessoal e com assessoria.

Outras despesas operacionais, líquidas pro forma

As outras despesas operacionais, líquidas *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$581,1 milhões e se referem, substancialmente ao ganho na remensuração da participação societária em controlada em conjunto anterior à aquisição (obtenção do controle pela compra de participação remanescente) na Ares 2 Participações no montante de R\$582.309 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Resultado de equivalência patrimonial pro forma

O resultado de equivalência patrimonial *pro forma* refletindo as participações como segue:

- (i) Grupo Comerc: Investimentos na Micropower e Infinito;
- (ii) Ares I: Composto pelos investimentos (i) Complexo RDV II (ii) Complexo RDV Expansão Fase II;
- (iii) Ares II: Eliminado nos ajustes *pro forma*;
- (iv) Mori: Composto pelos investimentos nas usinas de geração controladas e controladas em conjunto, em grande parte pelas que detém participação da CEMIG SIM;
- (v) Mercury: Participações nas usinas Coromandel e Complexo Babilônia Sul.

Receitas financeiras pro forma

As receitas financeiras *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$20,1 milhões e se referem, substancialmente, à Mori Energia Holding S.A. e ao Grupo Comerc, predominantemente em relação a ganhos obtidos pela Mori Energia Holding S.A. com a

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

contratação de instrumento financeiro derivativo (swap) para minimizar a exposição do endividamento à oscilação da taxa CDI.

Despesas financeiras pro forma

As despesas financeiras *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizaram R\$114,0 milhões e se referem, substancialmente, aos seguintes fatores: (a) ao Grupo Ares 1 e Mercury Infra, predominantemente em relação a encargos de dívidas para investimentos e perdas com instrumentos financeiros derivativos; e (b) ao Ares 2 Participações S.A. e à Mori Energia Holding S.A., predominantemente em relação a encargos de dívidas para investimento.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – correntes pro forma

A despesa de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – correntes *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizou R\$10,0 milhões e se referem, aos impostos das operações correntes predominantemente do Grupo Comerc.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos pro forma

A despesa de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos *pro forma* no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 totalizou R\$169,7 milhões e se referem, substancialmente, a Ares 2 Participações S.A., e é atribuído, predominantemente, ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ganho na remensuração da participação societária em controlada em conjunto anterior à aquisição.

Resultado líquido pro forma do exercício

O resultado líquido *pro forma* do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 totalizou lucro líquido *pro forma* de R\$235,2 milhões.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**BALANÇO PATRIMONIAL CONDENSADO PRO FORMA NÃO AUDITADO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

Em milhares de reais	Grupo Comerc (Histórico)	Grupo Ares 1 (Histórico)	Ares 2 Participações S.A. (Histórico)	Mercury Renew Participações S.A. (Histórico)	Ajustes Pro Forma (G)	Total Pro Forma
Caixas e equivalentes de caixa	240.326	25.991	59.768	35.384	-	361.469
Contas a receber	302.960	8.038	398	1	-	311.397
Impostos e contribuições a recuperar	6.065	368	337	19	-	6.789
Instrumentos financeiros derivativos	2.808.026	-	-	-	-	2.808.026
Partes relacionadas	236	-	-	718	-	954
Adiantamento para aquisição de investida	-	-	-	9.875	-	9.875
Contas a receber pela alienação de investimento	-	-	-	7.222	-	7.222
Outros ativos	14.160	151	1.847 ⁽²⁾	1.030	-	17.188
Total do ativo circulante	3.371.773	34.548	62.350	54.249	-	3.522.920
Contas a receber	1.153	-	7.500	-	-	8.653
Tributos diferidos	17.897	-	77	-	-	17.974
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.256	-	-	-	-	3.256
Instrumentos financeiros derivativos	1.147.206	-	-	-	-	1.147.206
Outros ativos	4.124	2.567 ⁽¹⁾	994	122	-	7.807
Investimentos	10.742	269.932	102.116	71.078	-	453.868
Imobilizado	39.399	260.051	536.978	80.537	-	916.965
Intangível	18.465	1.305	632.620	8.152	-	660.542
Direito de uso	13.292	2.969	41.597	6.516	-	64.374
Total do ativo não circulante	1.255.534	536.824	1.321.882	166.405	-	3.280.645
Total do ativo	4.627.307	571.372	1.384.232	220.654	-	6.803.565
Empréstimos e financiamentos	250	107.073	30.696	1.346	-	139.365

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em milhares de reais	Grupo Comerc (Histórico)	Grupo Ares 1 (Histórico)	Ares 2 Participações S.A. (Histórico)	Mercury Renew Participações S.A. (Histórico)	Ajustes Pro Forma (G)	Total Pro Forma
	(A)	(B)	(C)	(F)		
Arrendamento a pagar por direito de uso	5.053	12	368	6	-	5.439
Fornecedores diversos	283.903	3.907	1.539	13.536	-	302.885
Adiantamentos de clientes	12.805	-	-	-	-	12.805
Obrigações trabalhistas e tributárias	36.973	664	2.405	470	-	40.512
Contas a pagar	4.239	29.705	442	12.430	-	46.816
Partes relacionadas	5.872	421	-	2.616	-	8.909
Instrumentos financeiros derivativos	2.850.819	-	-	12.893	-	2.863.712
Dividendos a pagar	216	-	-	-	-	216
Total do passivo circulante	3.200.130	141.782	35.450	43.297	-	3.420.659
Empréstimos e financiamentos	3.762	121.238	369.746	12.878	-	507.624
Fornecedores diversos	-	2	-	-	-	2
Obrigações trabalhistas e tributárias	109	-	-	-	-	109
Tributos diferidos	32.100	-	196.965	-	-	229.065
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	-	-	42.457	-	42.457
Partes relacionadas	5.045	-	551	-	-	5.596
Contas a pagar	-	62.969	-	-	-	62.969
Passivo de arrendamento	10.658	3.352	41.524	6.154	-	61.688
Instrumentos financeiros derivativos	1.009.901	2.204	-	-	-	1.012.105
Opções de compra de ações outorgadas	-	79.550	-	12.504	-	92.054
Provisão para desmobilização	-	-	6.924	-	-	6.924
Provisão para contingências	78	-	-	81	-	159
Provisão para perda em investimentos	840	-	-	-	-	840
Total do passivo não circulante	1.062.493	269.315	615.710	74.074	-	2.021.592

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em milhares de reais	Grupo Comerc (Histórico) (A)	Grupo Ares 1 (Histórico) (B)	Ares 2 Participações S.A. (Histórico) (C)	Mercury Renew Participações S.A. (Histórico) (F)	Ajustes Pro Forma (G)	Total Pro Forma
Total do acervo líquido	364.684	160.275	733.072	103.283	-	1.361.314
Total do passivo e acervo líquido	4.627.307	571.372	1.384.232	220.654	-	6.803.565

(1) A rubrica de outros ativos (não circulante) equivale a caixa restrito nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 do Grupo Ares 1.

(2) A rubrica de outros ativos (circulante) equivale a soma das rubricas de adiantamentos diversos e outros ativos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 da Ares 2 Participações S.A.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Ativo circulante pro forma

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante pro forma totalizava R\$3.522,9 milhões e se refere, substancialmente, aos ativos do Grupo Comerc. O ativo circulante é composto, predominantemente, por instrumentos financeiros derivativos, os quais representam a marcação a mercado de contratos futuros de compra e venda de energia do Grupo Comerc.

Ativo não circulante pro forma

Em 30 de junho de 2021, o ativo não circulante pro forma totalizava R\$3.280,6 milhões.

Em relação ao Grupo Comerc, destacam-se instrumentos financeiros derivativos, os quais representam a marcação a mercado de contratos futuros de compra e venda de energia.

Em relação ao Grupo Ares 1, Ares 2 Participações e Mercury Renew Participações S.A., o destaque é para investimentos e imobilizado, que representam investimentos em *CAPEX* das investidas de cada estrutura.

Passivo circulante pro forma

Em 30 de junho de 2021, o passivo circulante pro forma totalizava R\$3.420,7 milhões. Em relação ao passivo circulante pro forma, destacam-se os instrumentos financeiros derivativos referentes ao Grupo Comerc, os quais representam a marcação a mercado de contratos futuros de compra e venda de energia.

Passivo não circulante pro forma

Em 30 de junho de 2021, o passivo não circulante pro forma totalizava R\$2.021,6 milhões.

Em relação ao Grupo Comerc, destacam-se os instrumentos financeiros derivativos, os quais representam a marcação a mercado de contratos futuros de compra e venda de energia.

Em relação ao Grupo Ares 1 e à Ares 2 Participações S.A., o destaque é para empréstimos e financiamentos, que representam dívidas contraídas para investimento em *CAPEX* nos ativos de cada estrutura.

Acervo líquido pro forma

Em 30 de junho de 2021, o acervo líquido pro forma era de R\$1.361,3 milhões e se refere, substancialmente, à Mori Participações (controlada da Ares 2 Participações S.A.), na qual se destaca o capital social subscrito, dado o grande investimento em *CAPEX* já realizado. Além disso, se destaca o AFAC da Mori Participações, que representa investimentos de capital de sua controladora, integrante do Ares 2 Participações.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONDENSADO PRO FORMA NÃO AUDITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Em milhares de reais	Grupo Comerc (Histórico) (A)	Grupo Ares 1 (Histórico) (B)	Ares 2 Participações S.A. (Histórico) (C)	Mori Energia Holding S.A. (Histórico) (D)	Mercury Infra Participações S.A. (Histórico) (F)	Ajustes Pro Forma (G)	Total Pro Forma
Receita operacional líquida	3.180.290	-	-	10.053	-	-	3.190.343
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-15.252	-	-	-	-	-	-15.252
Custos de vendas de energia e serviços prestados	-3.016.405	-	-	-2.073	-	-	-3.018.478
Resultado bruto	148.633	-	-	7.980	-	-	156.613
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas administrativas, comerciais e gerais	-142.143	-2.004	-1.073	-28.418	-14 ⁽¹⁾	-19.355	-193.007
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	462	-617	-2	978	-	-	821
Resultado de equivalência patrimonial	-645	-2.978	-46.113	2.630	-	46.113	-993
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro (resultado)	-142.326	-5.599	-47.188	-24.810	-14	26.758	-193.179

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

operacional)									
Resultado Operacional	6.307	-5.599	-47.188	-16.830	-14	26.758	-36.566		
Receitas financeiras	2.176	1.777	23	474	-	-	4.450		
Despesas financeiras	-5.572	-44.008	-6	-32.093	-	-7.178	-88.857		
Resultado financeiro líquido	-3.396	-42.231	17	-31.619	-	-7.178	-84.407		
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	2.911	-47.830	-47.171	-48.449	-14	19.580	-120.973		
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – correntes	-17.110	-	-	-898	-	-	-18.008		
Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – diferidos	18.991	-	-	-	-	6.581	25.572		
Resultado líquido do exercício	4.792	-47.830	-47.171	-49.347	-14	26.161	-113.409		

(1) A rubrica de despesas administrativas, comerciais e gerais equivale a soma de despesas administrativas e das despesas tributárias nas demonstrações financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 da Mercury Infra Participações S.A.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita operacional líquida pro forma

A receita operacional líquida pro forma encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$3.190,3 milhões e se refere, substancialmente, ao Grupo Comerc, proveniente, das vendas de energia.

Marcação a mercado de instrumentos financeiros pro forma

A marcação a mercado de instrumentos financeiros pro forma totalizou uma despesa de R\$15,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e se refere unicamente ao Grupo Comerc, se tratando de marcação a mercado dos contratos futuros de compra e venda de energia.

Despesas administrativas, comerciais e gerais pro forma

As despesas administrativas, comerciais e gerais pro forma totalizou R\$193,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e se referem, substancialmente, aos seguintes fatores: (a) ao Grupo Comerc, em decorrência de despesas com pessoal; e (b) às demais estruturas, em decorrência de despesas com pessoal e com assessoria.

Resultado de equivalência patrimonial pro forma

O resultado de equivalência patrimonial pro forma totalizou R\$1,0 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e se refere a seguinte quebra:

- (i) Grupo Comerc: Investimentos na Micropower;
- (ii) Ares I: Composto pelos investimentos (i) Complexo RDV II (ii) Complexo RDV Expansão Fase II;
- (iii) Ares II: Eliminado nos ajustes pro forma;
- (iv) Mori: Composto pelos investimentos nas usinas de geração controladas e controladas em conjunto, em grande parte pelas que detém participação da CEMIG SIM;

Receitas financeiras pro forma

As receitas financeiras pro forma totalizaram R\$4,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e se referem, substancialmente ao Grupo Comerc com relação ao retorno financeiro da aplicação de seu caixa.

Despesas financeiras pro forma

As despesas financeiras pro forma totalizaram R\$88,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e se referem, substancialmente, aos seguintes fatores: (a) ao Grupo Ares 1 e Mercury Infra, predominantemente em relação a encargos de dívidas para investimentos; e (b) ao Ares 2 Participações e à Mori Participações, predominantemente em relação a encargos de dívidas para investimento.

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro – corrente pro forma

A despesa de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - corrente pro forma totalizaram R\$18,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e se referem, substancialmente, ao Grupo Comerc.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos pro forma

O crédito de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro - diferidos pro forma totalizaram R\$25,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e se referem, substancialmente, ao Grupo Comerc, e é atribuído, predominantemente, ao impacto negativo na marcação a mercado de contratos de compra e venda de energia.

Resultado líquido do exercício pro forma

O resultado líquido pro forma totalizou prejuízo de R\$113,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria, (iii) Conselho Fiscal; e (iv) Comitê de Auditoria, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente) devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social, competirá ao Conselho de Administração deliberar a respeito das seguintes matérias, por maioria de voto de seus membros presentes à respectiva reunião: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) aprovar e alterar o plano de negócios e orçamentos anuais da Companhia; (iii) estabelecer a remuneração individual dos administradores da Companhia; (iv) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia; (v) respeitados os limites do capital autorizado, outorgar opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia e deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, e aumentos de capital independentemente de reforma estatutária; (vi) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, bem como sobre o seu resgate ou amortização antecipados, sua revenda e/ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis; (vii) autorizar a negociação de ações de emissão da própria Companhia (observados os limites impostos pelas normas expedidas pela CVM); (viii) convocar a assembleia geral; (ix) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; (x) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; (xi) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos; (xii) determinar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio; (xiii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (xiv) convocar a qualquer tempo os diretores da Companhia, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios; (xv) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da diretoria; (xvi) instituir Comitês (incluindo o comitê de auditoria) e fixar-lhes as atribuições, regras de funcionamento e orçamentos; (xvii) eleger os membros dos eventuais Comitês da Companhia, incluindo o comitê de auditoria; (xviii) deliberar sobre as atribuições e o orçamento da área de auditoria interna da Companhia; (xix) alterar o endereço da sede social, desde que dentro do município previsto no estatuto; (xx) abrir, alterar o endereço ou encerrar filiais, sucursais e estabelecimentos; (xxi) definir os votos a serem proferidos pelos representantes da Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de sócios de suas subsidiárias; (xxii) definir os votos a serem proferidos pelos membros não-independentes indicados pela Companhia para os conselhos de administração das subsidiárias nas reuniões de seus respectivos conselhos de administração, quando a ordem do dia da reunião envolver uma das matérias listadas no itens (ii), (iv), (v), (vi), (vii) ou (xxiii); (xxiii) autorizar a Companhia ou suas Controladas a: (a) celebrar quaisquer contratos de comercialização de energia elétrica (a) que não estejam em linha com as diretrizes estabelecidas na política de risco e exposição financeira em trading vigente; (b) ou cujo valor nominal total do contrato de comercialização de energia elétrica exceda o valor R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) ou cujo valor nominal mensal do contrato de comercialização de energia elétrica exceda o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo que quanto aos contratos de comercialização de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

energia elétrica oriundos de operações de troca ("swap"), será considerado o valor financeiro líquido da respectiva operação e não o valor nominal de cada contrato da operação de swap, para fins da exigência de aprovação pelo Conselho de Administração, (b) realizar investimentos de capital (capex) que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em qualquer caso, individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social, (c) contratar financiamento bancário (que, para fins de esclarecimento, não incluem fianças bancárias) que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em qualquer caso, individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social, (d) outorgar garantias que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em qualquer caso, individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social, (e) criar subsidiárias ou realizar aquisições, subscrições, alienações ou transferências de participação em sociedades (personificadas ou não) ou fundos de investimento (exceto fundos de investimento, mútuos ou exclusivos, destinados a aplicação de caixa), (f) celebrar, alterar ou resilir quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas, (g) participar em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada, consórcios ou contratos de associação ou parceria, (h) alienar ou onerar bens do ativo não circulante que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), (i) celebrar, alterar ou rescindir contratos com partes relacionadas à Companhia ou a qualquer de suas Controladas, exceto por (a) contratos de mútuo entre a Companhia e qualquer de suas Controladas firmados no curso normal dos negócios, e (b) transações com partes relacionadas que, por lei ou regulamentação, devam ser aprovadas pela assembleia geral, (j) outorgar empréstimos ou linhas de crédito, exceto por contratos de mútuo entre a Companhia e qualquer de suas Controladas ou concessões de limite de crédito que estejam em linha com a política de risco e exposição financeira em trading vigente, (k) assumir obrigações ou prestar garantias em benefício de terceiros (que não uma Controlada da Companhia) ou praticar atos a título gratuito, (l) propor ou liquidar litígios, ou renunciar direitos ou créditos que envolvam valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social, (m) assumir compromissos ou obrigações (exceto fianças ou seguros-garantia relacionados a contratos de comercialização de energia ou gás ou a contratos de construção (EPC) ou operação e manutenção (O&M) de projetos), em qualquer caso não expressamente cobertos pelos itens anteriores, que envolvam valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), individualmente ou em conjunto com outras operações da mesma natureza em um mesmo exercício social, (n) aprovar ou alterar política de risco e exposição financeira em trading, e (o) contratar, alterar os termos de contratação ou destituir os auditores independentes; (xxiv) deliberar sobre OPA a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas; (xxv) deliberar sobre os códigos e políticas corporativas, incluindo as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia; e (xxvi) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) as alternativas à aceitação da OPA de ações disponíveis no mercado; e (d) outros pontos que o conselho de administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia possui um Regimento Interno do Conselho de Administração que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de setembro de 2021, podendo ser consultado no site www.comerc.com.br/ri. Sem prejuízo das demais competências do Conselho de Administração previstas na legislação e no Estatuto Social vigentes, deverá o Conselho de Administração, nos termos de seu regimento interno: I - incluir, na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, sua manifestação contemplando: (a) a aderência de cada candidato ao cargo de membro do conselho de Administração à Política de Indicação; e (b) as razões, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado e na declaração prestada pelo candidato, pelas quais se verifica o enquadramento de cada candidato como conselheiro independente; e II - realizar, no mínimo uma vez a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho, como órgão colegiado, e dos comitês.

Comitê de Auditoria Não Estatutário

O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três), eleitos pela maioria do Conselho de Administração e possuirão mandatos unificados de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Dentre os membros do Comitê de Auditoria, ao menos: (i) um membro será independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) um membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes.

A Companhia possui um Regimento Interno do Comitê de Auditoria, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de setembro de 2021, podendo ser consultado no site www.comerc.com.br/ri. De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas atribuições incluem: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) supervisionar as atividades da auditoria independente; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia; (vi) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; (vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos procedimentos e códigos internos, inclusive sugerir procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da confidencialidade da informação; e (viii) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

Área de Auditoria Interna

A Companhia, em linha com o Regulamento do Novo Mercado, adotou a estratégia de contratação de empresa terceirizada devidamente registrada na CVM, PP&C Auditores Independentes, para realização das atividades de auditoria interna, conforme descrito no item 12.12 deste Formulário de Referência. A área de auditoria interna não possui regimento interno próprio.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2021. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (<http://www.comerc.com.br/ri>)

Comitê de Auditoria Não Estatutário

O Comitê de Auditoria possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2021. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (<http://www.comerc.com.br/ri>).

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Área de Auditoria Interna

Conforme descrito no item 12.1 “i” acima, a Companhia adotou a estratégia de contratação de empresa terceirizada devidamente registrada na CVM, PP&C Auditores Independentes, para realização das atividades de auditoria interna, conforme descrito no item 12.12 deste Formulário de Referência, que não possui regimento interno próprio.

ii. Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário. Uma vez que o comitê de auditoria não é estatutário, ele não segue as regras da Instrução CVM 308.

iii. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria, é responsabilidade do Conselho de Administração contratar, alterar os termos de contratação ou destituir os auditores. O Conselho de Administração deve assegurar, com o auxílio do Comitê de Auditoria, que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para confiabilidade desses dados. Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria, deve assegurar-se de que os auditores cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, informando quaisquer discussões havidas com a Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudanças no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamentos contábeis alternativos, avaliação de riscos e análise de possibilidade de fraudes. Ainda, o Conselho de Administração pode convocar seus auditores independentes e os de suas sociedades controladas direta ou indiretamente para prestar os esclarecimentos que entender necessários.

(b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria é composta por, no mínimo, 8 (oito) diretores, e, no máximo, 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo obrigatoriamente 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice Presidente Financeiro, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Trading, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Serviços ao Cliente, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Soluções em Energia, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Geração de Energia Renovável Centralizada, 01 (um) Diretor Vice Presidente de Geração de Energia Renovável Distribuída. Os Diretores que não tiverem uma das designações previstas acima serão eleitos sem designação específica ou terão as designações que lhes forem fixadas no ato societário de sua eleição.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Compete à Diretoria as atribuições previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei das Sociedades por Ações. As demais atribuições são privativas à cada um dos diretores da Companhia, conforme detalhadas abaixo:

Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social e de outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (ii) zelar pelo cumprimento por todos os membros da diretoria das

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração; (iii) convocar e presidir as reuniões da diretoria; (iv) avaliar os profissionais sob sua responsabilidade; (v) coordenar as atividades dos demais diretores, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social da Companhia; e (vi) definir a repartição das competências aos demais diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas no Estatuto Social da Companhia ad referendum decisão do Conselho de Administração.

Diretor Vice-Presidente Financeiro

Compete ao Diretor Vice-Presidente Financeiro: (i) elaborar os planejamentos financeiro, orçamentário e tributário da Companhia, bem como acompanhar a execução dos mesmos ao longo do exercício; (ii) supervisionar as atividades de tesouraria, captações de recursos e monitorar a alavancagem financeira; (iii) zelar pela aprovação de crédito concedido às contrapartes nas operações da Companhia; e (iv) supervisionar as atividades de compras de produtos, materiais e serviços.

Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores: (i) realizar as atividades de relações com investidores, (ii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3, e (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior.

Diretor Vice-Presidente de Trading

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Trading: (i) supervisionar as operações de compra e venda de contratos de energia; (ii) estabelecer as estratégias de curto, médio e longo prazo para as operações de trading; (iii) zelar pela análise de risco do portfólio, das operações individuais e das oportunidades avaliadas pela Companhia e por suas subsidiárias.

Diretor Vice-Presidente de Serviços ao Cliente

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Serviços ao Cliente: (i) supervisionar as atividades, níveis de atendimento e resultados das empresas que compõem a Diretoria de Serviços ao Cliente; (ii) acompanhar o desenvolvimento de produtos e serviços a serem oferecidos ao mercado, bem como as estratégias de vendas e prospecção de novos clientes; e (iii) acompanhar os principais indicadores de performance e satisfação de clientes e colaboradores das diferentes unidades regionais da Companhia e de suas subsidiárias.

Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia:

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia: (i) supervisionar as atividades, indicadores de performance e resultados das empresas que compõem a Diretoria de Soluções em Energia; (ii) representar a Companhia em conselhos de administração, comitês e/ou grupos de trabalho de suas subsidiárias que atuem na prestação de serviços de soluções de energia; e (iii) acompanhar o desenvolvimento de produtos e serviços a serem oferecidos ao mercado, bem como as estratégias de vendas e prospecção de novos clientes.

Diretor Vice-Presidente de Geração de Energia Renovável Centralizada

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Geração de Energia Renovável Centralizada: (i) acompanhar a prospecção e o desenvolvimento de projetos de geração de energia centralizada; (ii) supervisionar os trabalhos de engenharia, orçamentação e aquisição de equipamentos, serviços e obras para a implantação dos projetos de geração de energia centralizada da Companhia e suas subsidiárias; (iii) zelar pela adoção das melhores práticas construtivas, de segurança do trabalho e ambientais nos projetos de geração de energia centralizada; (iv) supervisionar a operação das usinas de geração de energia centralizada já comissionadas da Companhia ou suas subsidiárias; e (v) acompanhar as mudanças regulatórias e a performance dos contratos de venda de energia relacionados aos projetos de geração de energia centralizada.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Diretor Vice-Presidente de Geração de Energia Renovável Distribuída

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Geração de Energia Renovável Distribuída: (i) acompanhar a prospecção e o desenvolvimento de projetos de geração de energia distribuída; (ii) supervisionar os trabalhos de engenharia, orçamentação e aquisição de equipamentos, serviços e obras para a implantação dos projetos de geração de energia distribuída da Companhia e suas subsidiárias; (iii) zelar pela adoção das melhores práticas construtivas, de segurança do trabalho e ambientais nos projetos de geração de energia distribuída; (iv) supervisionar a operação das usinas de geração de energia distribuída já comissionadas da Companhia ou suas subsidiárias; e (v) acompanhar as mudanças regulatórias e a performance dos contratos de venda de energia relacionados aos projetos de geração de energia distribuída.

(c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado. Dessa forma, o Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio.

(d) Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. A periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretor Presidente

O Conselho de Administração realiza, no mínimo uma vez durante a vigência do mandato do Conselheiro, a sua avaliação como órgão colegiado, bem como de seus membros, individualmente. Adicionalmente, o Diretor Presidente e membros dos comitês também são avaliados, individualmente, pelo Conselho de Administração.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e, como avaliado, o Diretor Presidente e membros dos comitês que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, membros do Conselho de Administração, Diretor Presidente e membros dos comitês é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada, além de auxílio da Comissão de Recursos Humanos da Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria realiza, no mínimo a cada 1 (um) ano, a sua avaliação e do seu processo de funcionamento, bem como a avaliação individual de seus membros.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro dos comitês que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões (no caso do Comitê de Auditoria, ordinárias) desde a última avaliação.

Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria.

ii. Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação do próprio Conselho de Administração, do Diretor Presidente e dos comitês de assessoramento enquanto órgãos colegiados.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, do Diretor

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Presidente e cada um dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

O processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética; e a efetividade dos Comitês.

O processo de avaliação dos comitês, por sua vez, é estruturado levando em consideração o desempenho do comitê. Os principais critérios utilizados na avaliação são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Por fim, o processo de avaliação do Diretor Presidente é avaliado de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

iii. Como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados do processo de avaliação do Conselho de Administração e comitês, como órgãos, e Diretor Presidente serão disponibilizados ao Conselho de Administração, que usará de tais informações para identificar pontos fortes e os que devem ser melhorados por cada órgão.

Esses resultados são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados a cada um dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e Diretor Presidente.

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento do Conselho de Administração, comitês e do Diretor Presidente.

iv. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 21 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

(b) Competências

Compete privativamente à Assembleia Geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, no Estatuto Social, ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia:

- (i) reformar o estatuto social;
- (ii) respeitados os limites fixados no Estatuto Social da Companhia, definir o número de membros efetivos e suplentes do conselho de administração e do conselho fiscal;
- (iii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal;
- (iv) fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado, e aprovar, alterar ou cancelar plano de outorga de opção de compra de ações;
- (v) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (vi) suspender o exercício de direito dos acionistas;
- (vii) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (viii) deliberar sobre as operações de resgate, reembolso, amortização, aquisição, cancelamento e alienação de ações de sua emissão;
- (ix) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (x) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações ou cisão envolvendo a Companhia;
- (xi) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (xii) apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência;
- (xiii) aprovar a participação em grupo de sociedades, nos termos do artigo 265 da lei 6.404/76; e
- (xiv) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado ou decorrente de atingimento de Participação Acionária Relevante.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: <http://www.comerc.com.br/ri>

Endereço Físico: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Cj.211, Sala 5, CEP 04543-907, São Paulo, SP.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses, conforme descrita na seção 16 deste Formulário de Referência.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão ser representados nas assembleias por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 07 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto a distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto a distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores: (i) Via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas Físicas	Documento de identidade com foto do acionista
Pessoas Jurídicas	- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e - Documento de identidade com foto do representante legal
Fundos de Investimento	- Último regulamento consolidado do fundo; - Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e - Documento de identidade com foto de representante legal.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto a distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização. Documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

(h) Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Conforme o previsto no art. 21-L da Instrução CVM 481, o acionista ou grupo de acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) chapas ou, nos casos aplicáveis, candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, sempre que convocada Assembleia Geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A; ou (ii) propostas de deliberação para as Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (a) na hipótese (i) acima, de inclusão de chapas ou, quando aplicável, candidatos ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, (a.i) em sendo Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (a.ii) em sendo Assembleia Geral Extraordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

da referida Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral; e (b) na hipótese (ii) acima, de inclusão de propostas de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas, chapas ou, quando aplicável, candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar o disposto no Estatuto Social da Companhia, a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária da Companhia, bem como os requisitos legais aplicáveis, e o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481, devendo ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: ri@comerc.com.br e Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Cj.211, Sala 5, CEP 04543-907, São Paulo, SP.

(j) Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, 6 vezes por ano, ao final de cada bimestre e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses sociais, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou da maioria de seus membros.

As convocações das reuniões do conselho de administração deverão ser realizadas com, pelo menos, 03 (três) dias de antecedência, e deverão indicar, além do local, data e hora da reunião, a sua ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais').

As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Os Conselheiros poderão participar e votar à distância nas reuniões do Conselho de Administração por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico. Nesse caso, serão considerados presentes à reunião. Os Conselheiros também poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro a quem tenham conferido poderes especiais, via procuração.

No último exercício social, a Companhia era uma sociedade limitada, tendo se tornado uma sociedade por ações em 16 de março de 2021. Desde então, o Conselho de Administração reuniu-se 4 (quatro) vezes, em 30 de junho de 2021, em 12 de julho de 2021, em 6 de agosto de 2021 e em 17 de setembro de 2021, sendo todas reuniões extraordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

De acordo com o Acordo de Acionistas da Companhia descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração (exceto pelos membros independentes) deverão observar as instruções apresentadas pelos Acionistas que os indicaram no exercício de seus direitos de voto, de acordo com as decisões aprovadas pelos Acionistas na Reunião Prévia.

Adicionalmente, o eventual não comparecimento a reuniões do Conselho de Administração, bem como as eventuais abstenções de voto por qualquer membro não-independente do Conselho de Administração, assegura a qualquer dos demais conselheiros não-independentes eleitos pelos demais Acionistas a substituí-lo, votando em linha com as decisões aprovadas pelos Acionistas em Reunião Prévia.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras de identificação e administração de conflitos de interesses aplicadas pela Companhia se encontram previstas na legislação brasileira, na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Transações com Partes Relacionadas") e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, em caso de potencial conflito de interesse, os Conselheiros envolvidos devem manifestar seu conflito e declarar-se impedidos, explicando o seu envolvimento na transação, devendo o impedimento constar da ata de reunião e o referido Conselheiro deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações sobre o tema.

Cumpra salientar ainda que, caso solicitado pelo Conselho de Administração, os Conselheiros impedidos poderão participar parcialmente da discussão que envolve potencial conflito de interesse, visando apenas a proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais Conselheiros deverão se ausentar do processo de votação da referida matéria.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A ausência de manifestação voluntária de qualquer Conselheiro qualquer outro membro do Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Em caso de conflito de interesse o Conselho de Administração deverá observar o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas.

(d) Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2021 ("Política de Indicação"), para a indicação de membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária da Companhia. A Política de Indicação pode ser consultada no site de RI da Companhia: <http://www.comerc.com.br/ri>.

(ii) Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O Conselho de Administração será formado por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 8 (oito) membros eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, apenas enquanto a Companhia tiver acionista controlador.

Conforme disposto na Política de Indicação da Companhia, os candidatos indicados aos cargos de membros do Conselho de Administração deverão obedecer, além dos requisitos legais e regulamentares e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia, aos seguintes critérios: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (ii) integridade pessoal e reputação ilibada; (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social; (iv) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (v) ser familiarizado em gestão financeira e demais áreas da administração de empresas, possuindo habilidades e experiências necessárias para o exercício do cargo; (vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e (vii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A indicação de chapas para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada pelo próprio Conselho de Administração – devendo constar da Proposta da Administração apresentada aos acionistas para a respectiva assembleia de eleição – ou por quaisquer acionistas da Companhia e deverão observar, além da Política de Indicação, os procedimentos e regras estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

Observados os demais requisitos regulamentares, o Conselho de Administração deverá incluir, na proposta da administração referente à assembleia em questão, sua manifestação contemplando: (a) a aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração à Política de Indicação; e (b) conforme o caso, as razões, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado, pelas quais se verifica o enquadramento de cada candidato como conselheiro independente.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado (e ressalvado o disposto no seu art. 17, parágrafo único).

A eleição dos membros para composição do Conselho de Administração deverá observar as regras e procedimentos estabelecidos nos acordos de acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência.

Por fim, a Política de Indicação prevê que o acionista que desejar indicar chapas ou membros para participar de eleição pelo processo de voto múltiplo ou de votação em separado para o Conselho de Administração deverá enviar notificação por escrito para o endereço da sede social da Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, observando os prazos previstos na Instrução CVM nº 481/09, apresentando, com relação a cada membro: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação emitida pela CVM sobre a matéria, assinada pelo próprio candidato ou declaração do acionista de que obteve do candidato indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e (ii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso, e quaisquer outras informações que auxiliem na verificação dos demais critérios relacionados na Política de Indicação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros de seus comitês e conselho fiscal, quando instalados, obrigam-se a resolver definitivamente, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros de seus comitês e conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste estatuto social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome		Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão		Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Daniel Marrocos Camposilvan	14/10/1977		Pertence apenas à Diretoria	17/09/2021	2 anos, até AGO 2023	0
264.907.278-46	Engenheiro Eletricista		19 - Outros Diretores	17/09/2021	Sim	0.00%
O Sr. Daniel Marrocos é Diretor Vice-Presidente de Trading						
Fernando Souza Oliveira	12/07/1978		Pertence apenas à Diretoria	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	0
423.782.652-04	Engenheiro		12 - Diretor de Relações com Investidores	06/08/2021	Sim	0.00%
O Sr. Fernando é Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores.						
Andre Dorf	27/03/1973		Pertence apenas à Diretoria	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	0
170.751.778-93	Administrador		10 - Diretor Presidente / Superintendente	06/08/2021	Sim	0.00%
N/A						
Antonio Carlos Querido Messoria	01/07/1958		Pertence apenas à Diretoria	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	2
939.007.248-49	Administrador de empresas		19 - Outros Diretores	06/08/2021	Sim	0.00%
O Sr. Antonio é Diretor Vice-Presidente de Serviços ao Cliente.						
Pedro Cunha Fiuza	18/09/1979		Pertence apenas à Diretoria	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	0
618.346.373-68	Administrador de Empresas		19 - Outros Diretores	06/08/2021	Sim	0.00%
O Sr. Pedro é Diretor Vice-Presidente de Geração de Energia Renovável Centralizada.						
Matheus Nogueira	15/07/1977		Pertence apenas à Diretoria	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	0
274.848.698-64	Engenheiro Mecânico		19 - Outros Diretores	06/08/2021	Sim	0.00%
O Sr. Matheus é Diretor Vice-Presidente de Geração de Energia Renovável Distribuída.						
Edvaldo Marcelo Ávila	29/05/1967		Pertence apenas à Diretoria	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	2
092.485.158-94	Economista		19 - Outros Diretores	06/08/2021	Sim	0.00%
O Sr. Edvaldo é Diretor Vice-Presidente						

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome		Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão		Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Cristopher Alexander Vlavianos	09/01/1965		Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	2
065.803.018-30	Corretor de mercadorias		20 - Presidente do Conselho de Administração	06/08/2021	Sim	100.00%
N/A						
Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro	16/09/1981		Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	2
287.228.168-10	Empresário		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/08/2021	Sim	100.00%
N/A						
Marcos Sawaya Jank	05/04/1963		Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	0
078.740.038-61	Engenheiro Agrônomo		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/08/2021	Sim	100.00%
N/A						
Margot Alyse Greenman	15/10/1978		Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/09/2021	2 anos, até AGO 2023	0
233.086.818-97	Economista		29 - Outros Conselheiros	17/09/2021	Sim	0.00%
N/A			Conselho de Administração (Independente)			
Carolina Maria Rocha Freitas	26/04/1981		Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	0
091.556.577-37	Economista		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/08/2021	Sim	100.00%
N/A						
Andre Clark Juliano	17/06/1971		Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	0
142.149.818-98	Engenheiro Químico		29 - Outros Conselheiros	06/08/2021	Sim	100.00%
O Sr. Andre é Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo) – Especialista em Contabilidade.						
Experiência profissional / Critérios de Independência						

Daniel Marrocos Camposilvan - 264.907.278-46

O Sr. Daniel Marrocos Camposilvan é graduado e mestre em Engenharia Elétrica formado pela Universidade Federal de Itajubá. É Sócio Diretor da Newcom Energia e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel. Foi Diretor Presidente da comercializadora do Grupo CPFL Energia de 2015 a 2018, e atuou em mesa de comercialização, inteligência de mercado e modelagem econômico-financeira de investimentos em geração em empresas como CPFL Energia, CCEE e CEPEL/Eletrobrás. É formado em Engenharia Química na Universidade de São Paulo e realizou MBA na New York University. Possui 15 anos de atuação no mercado de energia e infraestrutura, tendo iniciado em sua carreira no setor de Recursos Naturais na PWC & Strategy onde ocupou o cargo de Associado Sênior (Project Leader) na prática de Recursos Naturais e Operações. Mais recentemente atuou como Presidente do Conselho Diretor Executivo da Siemens Energy Brazil e como Vice-Presidente da divisão de energia eólica da Siemens Ltda.

O Sr. Daniel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Fernando Souza Oliveira - 423.782.652-04

O Sr. Fernando Souza Oliveira é formado em Engenharia da Computação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e pós-graduado em Finanças pelo Insper. Possui 20 anos de experiência, sendo 15 em posição de liderança em grandes empresas como Latam e Grupo CVC. Apresenta forte experiência em Finanças, Planejamento, Novos Negócios e Recursos Humanos. Atuou em IPO, Follow on, M&A e estruturação de dívidas. Executou planejamento estratégico e criação de novos negócios. Liderou área de Recursos Humanos da Latam.

O Sr. Fernando não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Andre Dorf - 170.751.778-93

O Sr. Andre Dorf é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Possui ampla experiência profissional no setor de energia, tendo atuado como CEO da CPFL Renováveis S.A. e CEO e Membro do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A. e da Arteris S.A. Além disso, possui experiência profissional no J.P. Morgan e na Suzano.

O Sr. Andre não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Antonio Carlos Querido Messora - 939.007.248-49

O Sr. Antonio Carlos Querido Messora é formado em Administração de Empresas pela Faculdade Nogueira Gama e pós-graduado em Uso Racional da Energia pela Universidade Federal de Itajubá. Possui ampla experiência profissional no setor de energia tendo atuado como Diretor Comercial, Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Serviços ao Cliente na Comerc Energia Ltda.

O Sr. Antonio Carlos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Pedro Cunha Fluzza - 618.346.373-68

O Sr. Pedro Cunha Fluzza é formado em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza e realizou MBA no Massachusetts Institute of Technology. É cofundador e CEO da Mercury Renew e possui 12 anos de experiência no setor energético. Atuou como membro do Conselho de Administração de empresas de energia tais quais a Servtec Energia, Bons Ventos e Gdsun.

O Sr. Pedro não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Matheus Nogueira - 274.848.698-64

O Sr. Matheus Nogueira é formado em Engenharia Mecânica na Universidade Federal de Itajubá. Possui 20 anos de atuação no mercado energético, tendo iniciado em sua carreira no setor de Óleo e Gás na Schlumberger onde ocupou diversas posições durante 15 anos. Mais recentemente atuou como Diretor Executivo da prática de Estratégia da Accenture e a Diretoria Executiva de M&A, Novos Negócios, Inovação e Comercialização de Energia e Gás Natural da Eneva.

O Sr. Matheus não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Edvaldo Marcelo Ávila - 092.485.158-94

O Sr. Edvaldo Marcelo Ávila é formado em economia pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e possui MBA Executivo Internacional pela FIA/USP. Atuou por 15 anos no mercado financeiro previamente a sua entrada na Companhia em 2004. Tem grande experiência no setor energético, tendo atuado como Vice-Presidente de Geração, Projetos e Novos Negócios e Vice-Presidente de Operações da Comerc Energia e como membro do Conselho de Administração de diversas empresas tais quais Infinito Energy, Sou Vagalume e Nexway Eficiência.

O Sr. Edvaldo ocupa cargo de Diretor 2º Tesoureiro na organização do terceiro setor AME+ Associação Multiplicando Esperança - <http://ame-mais.org/quem-somos/> que tem como público-alvo: 60 crianças entre 6 e 11 anos, em situação de vulnerabilidade social e pessoal, matriculadas em escolas públicas.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Cristopher Alexander Vlavianos - 065.803.018-30

O Sr. Cristopher Alexander Vlavianos cursou economia pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, incompleto. Fundou a Comerc – Corretora de Mercadorias Ltda aos 22 anos. Após 14 anos, migrou para o setor de energia transformando a primeira empresa na Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., onde ocupou o cargo de CEO. Atuou também como CEO Comerc Serviços, Comerc Gás, Comerc Power Trading (Varejista), Comerc Esco (Nexway), DOC 88, Micropower, MegaWhat, NewCom, Sou Vagalume e Infinito até 2021, quando passou a atuar como Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. Cristopher não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro - 287.228.168-10

O Sr. Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro é formado em Administração de Empresas pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Tem experiência de mais de 10 anos no setor de energia. Sempre atuou no mercado financeiro, tendo iniciado sua carreira no Banco Santander e atuado no Banco Safra. É CIO da Perfin Asset desde 2007 e responsável pela área de Infraestrutura, além de participa dos Conselhos de Administração da Casa dos Ventos, Alupar, Gemini Energy e Mori.

O Sr. Ralph não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Marcos Sawaya Jank - 078.740.038-61

O Sr. Marcos Sawaya Jank é formado em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura "Luiz Queiroz", Mestre em Política Agrícola em Montpellier e Doutor em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. É membro do Conselho de Administração da Rumo Logística e do conselho consultivo da AGROTOOLS. É também membro do comitê de sustentabilidade e inovação do Minerva Foods e do painel global da Cargill para sustentabilidade e proteção de florestas, foi membro do Board of Trustees do International Food Policy Research Institute (IFPRI) em Washington, D.C.

O Sr. Marcos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Margot Alyse Greenman - 233.086.818-97

A Sra. Margot Greenman é formada em Applied Economics pela Cornell University e realizou MBA na Harvard Business School. Possui 13 anos de atuação na administração de empresas, tendo atuado desde 2010 no mercado financeiro, quando fundou o Grupo Captalys. Atualmente, atua como Membro do Conselho de Administração da Certificadora de Créditos Imobiliários S.A., como Diretora Presidente da Captalys Companhia de Crédito e como Diretora da Captalys Gestão Ltda., da Captalys Serviços de Crédito Ltda., da Captalys Soluções de Tecnologia Ltda.

A Sra. Margot ocupa cargo de Advisor na organização do terceiro setor We Ventures. Ainda, ocupa cargo de Membro do Conselho de Consultivo da organização do terceiro setor CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

Declarar que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, a Sra. Margot é considerada conselheira independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Carolina Maria Rocha Freitas - 091.556.577-37

A Sra. Carolina Rocha é formada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui MBA em finanças pelo Ibmeq. Atua na Perfin desde 2002 quando ingressou na empresa como analista. Foi sócia da Direcional Administração de Recursos, da Quest Investimentos e Apex Capital, onde integrou o time de gestão como analista de ações. Na área de Relações com Investidores desde 2014. Atualmente é COO da Perfin.

A Sra. Carolina não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Andre Clark Juliano - 142.149.818-98

O Sr. Andre Clark Juliano é formado em Engenharia Química na Universidade de São Paulo e realizou MBA na New York University. Possui 15 anos de atuação no mercado de energia e infraestrutura, tendo iniciado em sua carreira no setor de Recursos Naturais na PWC & Strategy onde ocupou o cargo de Associado Sênior (Project Leader) na prática de Recursos Naturais e Operações. Mais recentemente atuou como Presidente do Conselho Diretor Executivo da Siemens Energy Brazil e como Vice-Presidente da divisão de energia eólica da Siemens Ltda.

O Sr. Andre não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declaro que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. Andre é considerado conselheiro independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Tipo de Condenação		Descrição da Condenação
Daniel Marrocos Camposilvan - 264.907.278-46		
N/A		
Fernando Souza Oliveira - 423.782.652-04		
N/A		
Andre Dorf - 170.751.778-93		
N/A		
Antonio Carlos Querido Messoria - 939.007.248-49		
N/A		
Pedro Cunha Fluzza - 618.346.373-68		
N/A		
Matheus Nogueira - 274.848.698-64		
N/A		
Edvaldo Marcelo Ávila - 092.485.158-94		
N/A		
Cristopher Alexander Vlavianos - 065.803.018-30		
N/A		
Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro - 287.228.168-10		
N/A		
Marcos Sawaya Jank - 078.740.038-61		
N/A		
Margot Alyse Greenman - 233.086.818-97		
N/A		
Carolina Maria Rocha Freitas - 091.556.577-37		
N/A		
Andre Clark Juliano - 142.149.818-98		
N/A		

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê		Tipo de Auditoria		Cargo ocupado		Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados		Data eleição		Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões	
Outros cargos/funções exercidas no emissor									
Estela Maris Vieira de Souza	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros		20/02/1964		06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	
430.340.800-00		Administradora de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo) - Coordenadora		06/08/2021		0	0.00%	
N/A									
Magali Rogéria de Moura Leite	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros		24/07/1971		06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	
019.732.627-70		Licenciada em Letras	Membro do Comitê (Efetivo) – Especialista em Contabilidade		06/08/2021		0	0.00%	
N/A									
Andre Clark Juliano	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros		17/06/1971		06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	
142.149.818-98		Engenheiro Químico	Membro do Comitê (Efetivo) - Especialista em Contabilidade		06/08/2021		0	0.00%	
O Sr. Andre é Membro Independente do Conselho de Administração									
Carlos Roberto Ascutti	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros		19/12/1960		06/08/2021	2 anos, até AGO 2023	
035.004.758-84		Contador	Membro do Comitê (Efetivo)		06/08/2021		0	0.00%	
N/A									
Experiência profissional / Critérios de Independência									
Estela Maris Vieira de Souza - 430.340.800-00									
A Sra. Estela Maris Vieira de Souza é formada em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, possui MBA em Marketing em Serviços pela Fundação Instituto de Administração (FIA/USP), MBA em Negócios Digitais pela Universidade Positivo e Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). Atuou por mais de 15 anos nas áreas de liderança em Tecnologia, Comunicação, Entretenimento e Mídia em âmbito nacional e internacional na PricewaterhouseCoopers (PwC). Foi membro titular do Board da PwC e do Conselho de Administração da Transportadora Sulbrasil de Gás. Atual Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Infracommerce Cxaas S.A. e Vasta, Membro do Conselho Fiscal da Lojas Renner S.A., Coordenadora do Comitê de Auditoria da Track&Field, Membro do Comitê de Auditoria da Agência Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. e Localiza S.A.									
A Sra. Estela Vieira não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.									
Declaro que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, a Sra. Estela é considerada conselheira independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.									
Magali Rogéria de Moura Leite - 019.732.627-70									

A Sra. Magali Leite é formada em Letras pela Universidade Veiga Almeida e possui pós-graduação em Análise de Conjuntura Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e MBA em Gestão Empresarial pelo Ibmec. Possui 30 anos de experiência em empresas com estruturas societárias e de capital diversos, nacionais e multinacionais como a Globopar e Infoglobo, Elsevier, BenQ Siemens Mobile, Claro S.A., Grupo Bandeirantes de Comunicação e Beneficência Portuguesa. Atuou com Conselheira de Administração de Furnas e do IBEF e atua como Conselheira Fiscal na Tecnisa e Via Varejo.

A Sra. Magali Leite não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, a Sra. Magali é considerada conselheira independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Andre Clark Juliano - 142.149.818-98

O Sr. Andre Clark Juliano é formado em Engenharia Química na Universidade de São Paulo e realizou MBA na New York University. Possui 15 anos de atuação no mercado de energia e infraestrutura, tendo iniciado em sua carreira no setor de Recursos Naturais na PWC & Strategy onde ocupou o cargo de Associado Sênior (Project Leader) na prática de Recursos Naturais e Operações. Mais recentemente atuou como Presidente do Conselho Diretor Executivo da Siemens Energy Brazil e como Vice-Presidente da divisão de energia eólica da Siemens Ltda.

O Sr. Andre não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. Andre é considerado conselheiro independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Carlos Roberto Asciutti - 035.004.758-84

O Sr. Carlos Roberto Asciutti é formado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Trabalhou por mais de 40 anos em renomadas empresas de auditoria, com passagens pela Ernst & Young e PricewaterhouseCoopers. Nestas duas empresas foi sócio de Auditoria e líder da área de Transaction Services e Due Diligence Contábil para transações de M&A. Atuou como head de serviços para a indústria de Private Equity nas duas empresas, liderou projetos para fundos e investidas, com atuação como membro do Comitê de Regulação (ABVCA) e de Políticas Públicas na LAVCA (Latin America Venture Capital Association). É membro do Conselho de Administração da Stratus Capital.

O Sr. Carlos Roberto Asciutti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. Carlos é considerado conselheiro independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Tipo de Condenação		Descrição da Condenação
Estela Maris Vieira de Souza - 430.340.800-00		
N/A		
Magali Rogéria de Moura Leite - 019.732.627-70		
N/A		
Andre Clark Juliano - 142.149.818-98		
N/A		
Carlos Roberto Asciutti - 035.004.758-84		
N/A		

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do Emissor</u> Christopher Alexander Viavianos Presidente do Conselho de Administração	065.803.018-30	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Comerc Participações S.A.	25.369.840/0001-57		
<u>Observação</u> N/A			
<u>Administrador do Emissor</u> Christopher Alexander Viavianos Presidente do Conselho de Administração	065.803.018-30	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Comerc Energia Ltda. Diretor Presidente	07.252.146/0001-73		
<u>Observação</u> N/A			
<u>Administrador do Emissor</u> Fernando Souza Oliveira Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	423.782.652-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. Diretor Vice-Presidente Financeiro	58.177.643/0001-95		
<u>Observação</u> N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Carlos Querido Messora	939.007.248-49	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Serviços ao Cliente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73		
Diretor Vice-Presidente de Gestão			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edvaldo Marcelo Ávila	092.485.158-94	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73		
Diretor Vice-Presidente de Geração e Projetos			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edvaldo Marcelo Ávila	092.485.158-94	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	58.177.643/0001-95		
Diretor Vice-Presidente de Geração e Projetos			
<u>Observação</u>			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristopher Alexander Viavianos	065.803.018-30	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Participações S.A.	25.369.840/0001-57		
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristopher Alexander Viavianos	065.803.018-30	Prestação de serviço	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Carlos Querido Messora	939.007.248-49	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Serviços ao Cliente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73		
Diretor Comercial			
<u>Observação</u>			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edvaldo Marcelo Ávila	092.485.158-94	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73		
Diretor Vice-Presidente de Geração e Projetos			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edvaldo Marcelo Ávila	092.485.158-94	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	58.177.643/0001-95		
Diretor Vice-Presidente de Geração e Projetos			
<u>Observação</u>			
N/A			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristopher Alexander Viavianos	065.803.018-30	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Participações S.A.	25.369.840/0001-57		
<u>Observação</u>			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cristopher Alexander Viavianos	065.803.018-30	Prestação de serviço	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Carlos Querido Messora	939.007.248-49	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Serviços ao Cliente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73		
Diretor Comercial			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edvaldo Marcelo Ávila	092.485.158-94	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Energia Ltda.	07.252.146/0001-73		
Diretor Vice-Presidente de Geração e Projetos			
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edvaldo Marcelo Ávila	092.485.158-94	Prestação de serviço	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Vice-Presidente de Soluções em Energia			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	58.177.643/0001-95		
Diretor Vice-Presidente de Geração e Projetos			
<u>Observação</u>			
N/A			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Em 04 de maio de 2021, a Companhia contratou uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral de Diretores e Administradores ("D&O") junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A., e cossegurada pela AIG Seguros Brasil S/A com participação de 17% (dezessete por cento), cujo objeto é o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações cobertas feitas contra os administradores e diretores segurados em virtude de atos danosos praticados contra terceiros enquanto ocupavam cargos de diretoria, administração ou gestão. A apólice possui cobertura também para as subsidiárias da Companhia e tem seu início de vigência em 03 de março de 2021 e término em 03 de março de 2022.

O seguro cobrirá, em caso de sinistro, o valor dos prejuízos sofridos pelos segurados ou, se o caso, o reembolso da Companhia, incluídos nestes os respectivos custos de defesa e eventuais multas ou penalidades, desde que não decorrentes de atos dolosos, criminosos ou fraudulentos. O prêmio total do seguro D&O é de R\$ 70.156,06 (setenta mil cento e cinquenta e seis reais e seis centavos) e é pago pela Companhia em quatro parcelas, com vencimento entre 03/06/2021 e 03/09/2021. A cobertura do seguro possui âmbito geográfico mundial, exceto qualquer país sancionado em razão de leis ou regulamentos relacionados a embargos e/ou sanções comerciais e econômicas.

A mencionada apólice possui cobertura máxima de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com sublimite máximo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões) para multas e penalidades e de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para gerenciamento de crises, sendo que tais valores podem ser insuficientes para garantir a indenização ou o reembolso dos prejuízos sofridos.

Por fim, a Companhia esclarece que atualmente não firma com seus administradores, conselheiros e diretores acordos de indenidade para indenizá-los por prejuízos causados pelos atos praticados por estes no exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais e Reuniões de Sócios da Companhia realizadas nos três últimos anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Reunião de Sócios	27/04/2018	100%	Não
Reunião de Sócios	30/04/2019	100%	Não
Reunião de Sócios	30/04/2020	100%	Não
Reunião de Sócios	31/12/2020	100%	Não
Reunião de Sócios	15/03/2021	100%	Não
Assembleia Geral de Transformação	16/03/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31/03/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	01/04/2021	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	25/07/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	06/08/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	17/09/2021	100%	Não

Segmento do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir voluntariamente melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, (i) 25% do capital social; ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações de emissão da Companhia se mantenha igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do

12.12 - Outras informações relevantes

estatuto social da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2021, a qual poderá ser encontrada na página de relação com investidores da Companhia (<http://www.comerc.com.br/ri>) ("Política de Remuneração"). A estratégia de remuneração adotada pela Companhia possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia (em conjunto, os "Beneficiários") na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance coletiva e individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Beneficiários.

A remuneração global dos Beneficiários poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo; e (iv) outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

(b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração global dos membros da Administração da Companhia deverá ser fixada pela Assembleia Geral, observado o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração para seus membros. As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração poderá ser composta por:

- (i) salário ou pró-labore mensal fixo, que tem como objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros do Conselho de Administração, baseado em parâmetros de mercado, visando a remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio;
- (ii) benefícios, como seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica, vale refeição, estacionamento ou subsídio para locomoção, parceria com academia e treinamentos e cursos periódicos, que tem como objetivo dar uma maior segurança aos membros do Conselho de Administração e permitir foco no desempenho de suas funções;
- (iii) remuneração variável de curto e longo prazo, para o Presidente do Conselho de Administração, conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, que tem como objetivo promover o maior interesse e alinhamento de objetivos dos membros do Conselho de Administração com os da Companhia; e
- (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo em casos excepcionais.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria têm sua remuneração dividida em:

- (i) salário ou pró-labore mensal fixo, que tem como objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros da Diretoria, baseado em parâmetros de mercado, visando a remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio;
- (ii) benefícios, como seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica, vale refeição, estacionamento ou subsídio para locomoção, parceria com academia e treinamentos e cursos periódicos, que tem como objetivo dar uma maior segurança aos membros da Diretoria e permitir foco no desempenho de suas funções;
- (iii) remuneração variável de curto prazo, composta por um bônus que considera a aplicação de métricas e indicadores de desempenho corporativo, da área e individual, que tem como objetivo promover o maior interesse e alinhamento de objetivos dos membros da Diretoria com os da Companhia;
- (iv) remuneração variável de longo prazo, conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência;
- (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo em casos excepcionais; e
- (vi) outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos em lei e poderá ser constituída de remuneração fixa, remuneração variável, benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo e outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

Comitês

Os membros dos Comitês serão remunerados de acordo com o estabelecido pela Política de Remuneração, podendo essa ser dividida, pelo Conselho de Administração, em remunerações fixas, tais quais o pró-labore e benefícios, que têm como objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros dos Comitês, dar-lhes uma maior segurança e permitir foco no desempenho de suas funções, bem como em remunerações variáveis, a exemplo de bonificações ou benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, que têm como objetivo promover o maior interesse e alinhamento de objetivos dos membros dos Comitês com os da Companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	97,29%	2,71%	N/A	100,00%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

2019	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	98,49%	1,51%	0,00%	100,00%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

2018	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, mediante proposta da administração da Companhia. Uma vez definido o valor global da remuneração dos administradores, cabe ao Conselho de Administração distribuir a remuneração entre seus próprios membros, os membros da Diretoria e os membros dos comitês de assessoramento, bem como determinar a proporção de cada componente da remuneração, em linha com a Política de Remuneração e o quanto descrito abaixo.

A remuneração total individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mesmo setor ou que possuam cargo que desempenhe a mesma função.

O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos, a partir do índice de correção do IPCA do ano de referência. A remuneração variável (programa de participação nos resultados), em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração. A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, de acordo com a função.

Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

Cumprе salientar, ainda, que a Companhia não possuía Conselho Fiscal ou comitês de assessoramento nos três últimos exercícios sociais.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros da Administração indicados pela Perfin, na qualidade de co-controladora da Companhia a partir da implementação da Reorganização Societária descrita no item 15.8 deste Formulário de Referência, não são remunerados pelo exercício de seus cargos na Companhia, uma vez que recebem remuneração pelo exercício de seus respectivos cargos na Perfin, excetuados os conselheiros independentes, os quais são remunerados nos termos da regulamentação aplicável.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal (quando instalado) não será aplicada com base em indicadores de desempenho, pois são exclusivamente de característica fixa, com exceção do Presidente do Conselho de Administração, que também faz jus à remuneração variável.

A partir de 2021, para a diretoria estatutária e para o Presidente do Conselho de Administração, existe a consideração de indicadores e métricas estratégicas para fins de cálculo de remuneração variável, garantindo assim o incentivo e reconhecimento através do alcance de metas: (i) Meta corporativa, EBITDA, TSR, Lucro Líquido e MTM são exemplos de indicadores utilizados; (ii) Meta individual ou de área a serem estabelecida em conjunto com a alta liderança e áreas de controle; (iii) Avaliação individual por competências, realizada semestralmente.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A composição da remuneração do conselho de administração e fiscal é composta apenas por remuneração fixa, com exceção do Presidente do Conselho de Administração, que também faz jus à remuneração variável.

O pacote de remuneração da diretoria estatutária e do Presidente do Conselho de Administração, a partir de 2021, é composta pela aplicação de remuneração fixa, incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo, além dos benefícios aplicados aos contratados. A cada dois anos, uma pesquisa de mercado é realizada para que se possa medir a aderência do pacote aos principais players de mercado.

Os incentivos de curto e longo prazo aplicados pela companhia são sempre atrelados a métricas e indicadores de desempenho para que possa ser aplicado o reconhecimento pelo o alcance dos resultados e desempenho sustentável da companhia.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia está diretamente conectada às expectativas de curto, médio e longo prazo de desenvolvimento do negócio, bem como a adoção de um modelo competitivo a fim de garantir o devido reconhecimento, motivação e retenção dos colaboradores.

O modelo é construído em alinhamento com as principais diretrizes da organização e reavaliado periodicamente com o intuito de manter-se alinhado às práticas de mercado.

A remuneração variável de médio prazo (bônus ou PLR), além de elementos relacionados a posição do cargo na estrutura organizacional e o fator de performance individual, leva também em consideração a aplicação de dois fatores atrelados à performance do negócio: um fator que mensura a performance da Companhia no ano de exercício como um todo, e outro com resultado das áreas sob gestão, que são compostos por indicadores financeiros e operacionais de curto e médio prazo que refletem a estratégia da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração variável de longo prazo da Companhia, conforme descrita no item 13.4 deste Formulário de Referência, foi desenvolvida como mecanismo de retenção dos seus participantes, bem como uma forma de atrair talentos, criando, ainda, um alinhamento de interesses entre seus participantes, a Companhia e seus acionistas. Ao possibilitar que os participantes se tornem acionistas da Companhia em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a alinhar seus interesses aos dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, em linha com as expectativas de longo prazo desta.

Ademais, a companhia conta com práticas de remuneração fixa e variável, alinhadas com interesses de curto e médio prazo, dentre as quais destacam-se os seguintes componentes:

- (i) remuneração fixa, na forma de salário ou pró-labore mensal fixo, que tem como objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros da administração da Companhia;
- (ii) remuneração variável a curto prazo, composta por um bônus que considera a aplicação de métricas e indicadores de desempenho corporativo, da área e individual; e
- (iii) benefícios sociais, que tem como objetivo dar uma maior segurança aos membros da administração da Companhia, de forma a permitir foco no desempenho de suas funções.

Os indicadores e métricas estratégicas considerados para fins de cálculo de remuneração variável buscam garantir o incentivo e reconhecimento dos membros da administração da Companhia e, consequentemente, que sejam adotadas todas as iniciativas e esforços no sentido de maximizar os resultados da Companhia, em linha com seus interesses a curto, médio e longo prazo. São exemplos de indicadores utilizados para referido cálculo: (i) Meta corporativa: EBITDA, NPS, Horas de Treinamento e MTM; (ii) Meta individual ou de área a serem estabelecida em conjunto com a alta liderança e áreas de controle; (iii) Avaliação individual por competências, realizada semestralmente.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos três últimos exercícios sociais, os Administradores da Companhia eram remunerados integralmente por sociedades controladas/sob controle comum.

A partir de 2021, os administradores da Companhia não mais serão remunerados por seus serviços prestados à Companhia em si por subsidiárias/controladas ou controladores da Companhia.

Não obstante, certos administradores da Companhia que exercem também atividades em suas subsidiárias, controladas e/ou sociedades sob controle comum, poderão receber remuneração diretamente de tais sociedades em razão destas funções exercidas.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer outra remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Com base na Política de Remuneração, o Conselho de Administração formulará a Proposta da Administração para a remuneração anual global dos administradores a ser submetida à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, observado o disposto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês instituídos pelo Conselho de Administração, bem como remuneração dos demais diretores.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos em lei.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os cargos mapeados na Companhia têm a descrição de atividades desenvolvidas em conjunto entre as áreas de Gente & Gestão, o líder da posição e o ocupante.

A descrição de atividade é fundamental para: (i) avaliar o cargo; (ii) estabelecer diferença entre níveis e outras funções, (iii) complementar a documentação em relações trabalhistas; (iv) divulgar interna e externamente os processos seletivos.

Considerando o mapeamento da estrutura organizacional, cargos e suas respectivas descrições, a área de Gente & Gestão realiza a avaliação de todas as posições da empresa.

Avaliação de cargos realizada pela Companhia baseia-se na descrição e metodologia avaliação método por pontos. Ele considera o dimensionamento dos cargos em pontos, por meio de 4 (quatro) fatores, que compõem o peso da posição: (i) Conhecimento necessário para a função; (ii) Forma de atuação; (iii) Complexidade das responsabilidades; (iv) Reflexo financeiro.

A partir do resultado da avaliação de cargos é possível estabelecer a diferença entre níveis e outras funções, definir a remuneração fixa e variável, além de mitigar eventual subjetividade ou parcialidade. Desse modo, cargos em mesmo nível hierárquico não preveem necessariamente a mesma remuneração, pois as avaliações ocorrem de forma individualizada.

Em parceria com consultoria externa especializada, a Companhia realiza, a cada 2 anos, uma pesquisa de mercado, considerando a denominada Compensação Total, constituída por remuneração fixa e remuneração variável.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração da Companhia é responsável pela implementação, supervisão e revisão periódica da Política de Remuneração.

O Conselho de Administração avaliará anualmente o alinhamento da Política às práticas de mercado, a fim de identificar discrepâncias significativas com relação a empresas similares e propor os ajustes e revisões necessários. Além disso, a Companhia possui um Comitê de Auditoria, ao qual cabe, dentre outras atribuições, avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, inclusive a Política de Remuneração.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,83	6,92	0,00	10,75
Nº de membros remunerados	2,00	6,58	0,00	8,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	678.973,43	4.586.522,95	0,00	5.265.496,38
Benefícios direto e indireto	42.779,82	515.460,59	0,00	558.240,41
Participações em comitês	475.000,00	0,00	0,00	475.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	1.018.223,14	3.265.993,50	0,00	4.284.216,64
Participação de resultados	0,00	346.008,47	0,00	346.008,47
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.984.480,25	3.918.767,01	0,00	5.903.247,26
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	4.199.456,64	12.632.752,51	0,00	16.832.209,14

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	8,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	755.952,00	0,00	755.952,00
Benefícios direto e indireto	0,00	759.245,17	0,00	759.245,17

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	1.515.197,17	0,00	1.515.197,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	8,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	751.488,00	0,00	751.488,00
Benefícios direto e indireto	0,00	666.867,50	0,00	666.867,50
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	1.418.355,50	0,00	1.418.355,50

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	8,50	0,00	8,50
Nº de membros remunerados	0,00	8,50	0,00	8,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	789.468,00	0,00	789.468,00
Benefícios direto e indireto	0,00	644.832,01	0,00	644.832,01
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	1.434.300,01	0,00	1.434.300,01

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,83	6,92	N/A	10,75
Nº de membros remunerados	2,00	6,58	N/A	8,58
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 68.054,27	R\$ 977.913,72	N/A	R\$ 1.045.967,99
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$1.018.223,14	R\$3.265.993,50	N/A	R\$ 4.284.216,63
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$ 678.815,43	R\$ 2.177.329,00	N/A	R\$2.856.144,42
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 35.812,57	N/A	R\$ 35.812,57
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 346.008,47	N/A	R\$ 346.008,47
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$ 230.672,31	N/A	R\$ 230.672,31

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	8,00	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	8,00	N/A	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	8,00	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	8,00	N/A	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	8,5	N/A	8,5
Nº de membros remunerados	N/A	8,5	N/A	8,5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de agosto de 2021 o Plano de Outorga de Ações ("Plano") para conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle, e ainda conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de sociedades em que a Companhia detenha participação relevante e influência significativa e/ou pessoas físicas que forem prestadores de serviços da Companhia, de suas controladas e/ou de sociedades em que a Companhia detenha participação relevante e influência significativa ("Participantes").

Em 06 de agosto de 2021, foi realizada a reunião do Conselho de Administração da Companhia, na qual foi aprovada o 1º Programa de Outorga de Ações, o Plano de Retenção ("1º Programa"), e o 2º Programa de Outorga de Ações, o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("2º Programa") e, em conjunto com o 1º Programa "Programas", ambos no âmbito do Plano.

(a) Termos e condições gerais

O Plano e os seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, podendo contar com o auxílio de uma Comissão, se instalada, da Área de Gente e Gestão e da Área de Planejamento Estratégico para assessorá-lo na administração do Plano e dos Programas. Obedecidas as condições gerais e específicas do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração ou a Comissão, conforme aplicável, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e dos Programas, incluindo:

- i. a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações, observados os termos gerais do Plano, bem como a solução de dúvidas de interpretação do Plano e dos Programas;
- ii. a aprovação de programas de recompra de ações pela Companhia para manutenção em tesouraria, com o intuito de fazer frente às outorgas de Ações realizadas no âmbito do Plano ao longo do tempo, observada ICVM 567;
- iii. a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Ações em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente, observados os termos e princípios do Plano e o disposto nos respectivos Contratos de Outorga;
- iv. a quantidade de Ações objeto do respectivo Programa;
- v. a autorização para a transferência de ações em tesouraria para satisfazer à outorga de Ações nos termos do Plano, Programas e da ICVM 567, ou, ainda, para liquidar a obrigação de entrega das Ações em dinheiro;
- vi. definir, conforme o caso, metas relacionadas ao desempenho dos Participantes e/ou da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das Ações, bem como avaliar e ratificar o seu atingimento pelos Participantes e/ou pela Companhia, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia;
- vii. a forma de transferência das Ações, que poderá se dar em lotes;
- viii. tomar quaisquer providências necessárias para a administração do Plano e dos Programas;
- ix. propor eventuais alterações ao Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia;
- x. a criação, alteração e/ou cancelamento de Programas e a definição da quantidade de Ações objeto de cada Programa; e

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

- xi. imposição de restrições às Ações, tais como períodos de vedação à negociação de ações e opções de compra em favor da Companhia.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, no Estatuto Social, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Plano, ficando claro que o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

A eficácia do Plano e dos Programas está sujeita, nos termos do Artigo 125 do Código Civil, à liquidação financeira da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia na B3. Caso a oferta não seja liquidada até 31 de dezembro de 2021, o Plano e os Programas a eles relacionados serão automaticamente extintos, sem que tenham produzido quaisquer efeitos.

1º Programa (Plano de Retenção)

De acordo com o 1º Programa aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito do Plano, determinados administradores da Companhia são eleitos para receber uma outorga anual, com vesting de 4 (quatro) anos, a partir da Data de Outorga. Para maiores informações, vide item 13.8 deste Formulário de Referência.

2º Programa (Plano de Incentivo de Longo Prazo)

De acordo com o 2º Programa aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito do Plano, são eleitos a receber outorgas anuais e vesting de 3 (três) anos Participantes dos níveis hierárquicos de gerentes até a diretoria executiva da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). Colaboradores em níveis operacionais também poderão ser eleitos ao Plano após aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

No 2º Programa, os Participantes receberão uma quantidade alvo de ações, determinada com base em múltiplos salariais de acordo com o nível hierárquico. A quantidade final de ações a que o Participante terá direito de receber ao final do período de vesting dependerá do atingimento de metas e indicadores corporativos, de modo que a quantidade final de ações que o Participante terá direito poderá variar entre 0% e 130% da quantidade alvo outorgada.

Os termos da outorga das Ações serão formalizados com cada Participante no âmbito de contrato específico que determinará seus termos e condições, nos termos do 2º Programa.

Outorgas

Na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* no âmbito da Oferta (conforme respectivamente definidos no item 15.8 deste Formulário de Referência, a Companhia pretende celebrar Contratos de Outorga com os Participantes do 1º Programa e do 2º Programa, sob condição suspensiva, em conformidade com os termos e condições do Plano, do 1º Programa e do 2º Programa. Tais outorgas terão como referência o preço por ação a ser fixado na Oferta.

Os Contratos de Outorga, caso celebrados em tal data, terão sua eficácia sujeita à liquidação financeira da oferta na B3, sendo certo que, caso a oferta não seja liquidada até 31 de dezembro de 2021, os Contratos de Outorga serão automaticamente extintos, sem que tenham produzido quaisquer efeitos. O total de ações que poderá ser objeto de outorga no âmbito do 1º Programa do 2º Programa representará o montante de, no máximo, 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a conclusão da Reorganização Societária (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência), mas antes da conclusão da Oferta.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações de emissão da Companhia aos Participantes, sujeito a determinadas condições, com vistas a: (i) atrair e reter os conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia e de sociedades sob o seu Controle; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) estimular a permanência dos conselheiros, diretores, gerentes ou empregados da Companhia ou das sociedades sob o seu Controle.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

A outorga de Ações no âmbito do Plano em benefício dos Participantes é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos Participantes com os dos acionistas da Companhia, na medida em que, assim como os acionistas, os Participantes do Plano se beneficiam com um aumento na cotação das ações no mercado.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano foi desenvolvido como mecanismo de retenção dos Participantes, bem como atrair talentos, criando, ainda, um alinhamento de interesses entre os Participantes, a Companhia e seus acionistas. Ao possibilitar que os Participantes se tornem acionistas da Companhia em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a alinhar seus interesses aos dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A outorga de Ações, genericamente, alinha os interesses da Companhia de médio e longo prazo de incentivar a administração e/ou os empregados, conforme o caso, a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, na medida em que tanto os acionistas da Companhia quanto os Participantes se beneficiam de melhoras no resultado e aumentos na cotação das ações no mercado de valores mobiliários.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Plano, poderão ser entregues aos Participantes, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a liquidação financeira da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, o qual poderá ser objeto de ajustes nos termos do Plano, em casos de bonificações, desdobramentos ou grupamento de ações.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não haverá a emissão de opções de compra de ações.

(h) Condições de aquisição de ações

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia ou a Comissão, conforme aplicável, aprovará a outorga de Ações no âmbito de cada um dos Programas, (i) elegendo os Participantes em favor dos quais serão outorgadas as Ações nos termos do Plano e do respectivo Programa, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações; (ii) a quantidade de Ações (ou ainda a quantidade alvo de Ações) que será outorgada a cada Participante, sendo que a quantidade final de Ações que será efetivamente entregue a cada Participante

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

poderá depender do cumprimento de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração para o Participante e/ou para a Companhia; e (iii) os demais termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações. Além disso, o direito do Participante de efetivamente receber as Ações outorgadas poderá depender da condição de os Participantes permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu Controle, conforme o caso, conforme condições descritas no Plano e nos Programas.

A outorga de Ações é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e cada um dos Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade de Ações (ou ainda a quantidade alvo “*target*” de Ações) objeto da outorga; (ii) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações; e (iii) as métricas de desempenho, conforme aplicável.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, no Estatuto Social, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Plano, ficando claro que o Conselho de Administração ou a Comissão, conforme aplicável, poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Referência por Ação, para fins de determinação da quantidade de Ações que será outorgada a cada Participante, será equivalente ao preço da ação na oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e/ou à média ponderada da cotação da ação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em determinado período anterior ao respectivo Programa e/ou à liquidação da outorga de Ações, conforme definido pelo Conselho de Administração.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

No âmbito do Plano, o Conselho de Administração, observados os objetivos de comprometimento de longo prazo e os limites estabelecidos, será competente para estabelecer, a cada outorga (realizada por meio de Programas específicos), os Prazos de Carência para o recebimento de Ações, além de outras condições que venham a ser determinadas pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas.

(k) Forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da ICVM 567. Alternativamente, a Companhia poderá optar por realizar o pagamento do preço de referência das Ações em dinheiro.

(l) Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, respeitados os Contratos de Outorga até então celebrados.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A outorga de Ações nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. Nestes casos, deverão ser respeitados os Planos e Programas já instituídos, cabendo ao Conselho de Administração ou à Comissão, conforme aplicável, avaliar se será necessário realizar qualquer ajuste nos Programas ou propor à Assembleia Geral ajustes no Plano, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de Ações, poderá levar à revisão integral deste Plano.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento do Participante da Companhia, o direito às Ações a ele conferidas de acordo com este Plano poderá ser extinto ou modificado, conforme vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e nos Contratos de Outorga.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no exercício social corrente, não houve outorga de opções de compra de ações aos administradores da Companhia.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Opções em aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações ou entrega de ações aos administradores da Companhia em 2020, 2019 e 2018.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Precificação das ações/opções

(a) Modelo de precificação

O valor das Ações outorgadas será calculado pela média ponderada por volume negociado do valor da Ação da Companhia na B3 nos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores à outorga. Para as primeiras outorgas no âmbito do Primeiro Programa e Segundo Programa, o preço de referência será o mesmo do IPO.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

1º Programa (Retenção)	
Preço médio	Item 13.8 (a)
Nº de ações	Valor calculado pela somatória para os executivos/executivas elegíveis do produto do (i) % de ações a ser distribuído pelo (ii) número de ações totais da Companhia $N^{\circ} \text{ de ações} = \sum_{\text{eleitos}} \% \text{ de ações (i)} \times \# \text{ de ações totais da Companhia (ii)}$
Prazo do plano	4 anos
Preço do exercício	N/A
Volatilidade	N/A
Dividendos	N/A
Taxa de juros livre de risco	N/A
2º Programa (ILP)	
Preço médio	Item 13.8 (a)
Nº de ações	Valor calculado pela somatória para cada executivo/executiva eleitos para recebimento do ILP considerando o produto do (i) salário vigente por (ii) nº de salários target, dividido por (iii) preço médio da ação $N^{\circ} \text{ de ações} = \sum_{\text{eleitos}} \frac{\text{salário (i)} \times \text{múltiplo de remuneração(ii)}}{\text{preço médio (iii)}}$
Prazo do plano	3 anos
Preço do exercício	N/A
Volatilidade	N/A
Dividendos	N/A
Taxa de juros livre de risco	N/A

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O modelo não permite o exercício antecipado sem autorização do Conselho de Administração, e este será responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados de eventual exercício antecipado.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica por se tratar de outorga de ações. Para efeitos de impactos no resultado da Companhia foi considerado que serão realizados hedges e/ou as ações serão detidas em tesouraria.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão**13.9 - Participações detidas por órgão**

	Exercício social findo em 31/12/2020			
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Comerc Participações S.A.	N/A	82,25%	N/A	82,25%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não patrocina plano de previdência em benefício de seus administradores.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	8,00	8,00	8,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	221.202,60	204.789,57	204.934,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	151.270,50	141.249,35	96.431,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	189.399,65	177.294,44	159.366,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária		
31/12/2020	N/A	
31/12/2019	N/A	
31/12/2018	Saída de um diretor estatutário ao final do primeiro semestre de 2018.	

Conselho de Administração		
31/12/2020	A Companhia não possuía um Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2020, visto que era uma sociedade limitada.	
31/12/2019	A Companhia não possuía um Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2019, visto que era uma sociedade limitada.	
31/12/2018	A Companhia não possuía um Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2018, visto que era uma sociedade limitada.	

Conselho Fiscal		
31/12/2020	A Companhia não possuía um Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2020, visto que era uma sociedade limitada.	
31/12/2019	A Companhia não possuía um Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2019, visto que era uma sociedade limitada.	
31/12/2018	A Companhia não possuía um Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2018, visto que era uma sociedade limitada.	

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social findo em 31/12/2020	N/A	14,60%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2019	N/A	14,21%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2018	N/A	11,38%	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	R\$1.515.197,17	N/A	R\$1.515.197,17
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	R\$1.418.355,50	N/A	R\$1.418.355,50

Exercício social 2019 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	R\$1.434.300,01	N/A	R\$1.434.300,01

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Memória de Cálculo

Segue abaixo tabela de memória de cálculo dos números de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária apresentados nesta seção 13:

		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
2021	Remunerado	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	4,00	5,00	7,00	7,00	7,00	6,58
	Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	2,00	2,00	0	0,00	0	0,33
	Total Membros	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	6,00	7,00	7,00	7,00	7,00	6,92
	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00	2,00
	Não remunerado	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	1,83
2020	Total Membros	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	3,00	3,00	6,00	7,00	7,00	7,00	7,00	3,83
	Remunerado	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
	Total Membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
2019	Total Membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
	Não remunerado	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Total Membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
2018	Total Membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
	Não remunerado	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Total Membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
2017	Total Membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
	Não remunerado	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Total Membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

Apresentamos abaixo as informações da Companhia, consolidadas com as informações das empresas sob seu controle na data deste Formulário de Referência. Para informações sobre as Entidades Incorporadas, vide item 14.5 deste Formulário de Referência.

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	30/06/2021			
	Sudeste	Sul	Norte	Total
Diretoria executiva	23	2	0	25
Gerência/Especialistas	25	0	1	26
Auditoria Interna*	0	0	0	0
Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos	1	0	0	1
Coordenadores/Consultores	36	4	0	40
Operacional	235	39	4	278
Total	320	45	5	370

* Função operacionalizada por auditoria independente terceirizada devidamente registrada junto à CVM, conforme permitido pelo Regulamento do Novo Mercado.

Atividade	31/12/2020			
	Sudeste	Sul	Norte	Total
Diretoria executiva	21	2	0	23
Gerência/Especialistas	22	0	1	23
Coordenadores/Consultores	38	5	0	43
Operacional	195	32	4	231
Total	276	39	5	320

Atividade	31/12/2019			
	Sudeste	Sul	Norte	Total
Diretoria executiva	4	0	0	4
Gerência/Especialistas	11	0	0	11
Coordenadores/Consultores	7	0	0	7
Operacional	75	0	0	75
Total	97	0	0	97

Atividade	31/12/2018			
	Sudeste	Sul	Norte	Total
Diretoria executiva	5	0	0	5
Gerência/Especialistas	8	0	0	8

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Coordenadores/Consultores	1	0	0	1
Operacional	39	0	0	39
Total	53	0	0	53

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	30/06/2021	
	Sudeste	Total
Técnica	10	10
Administrativo	3	3
Auditoria Interna*	3	3
Total	16	16

* Função operacionalizada por auditoria independente terceirizada devidamente registrada junto à CVM, conforme permitido pelo Regulamento do Novo Mercado.

Atividade	31/12/2020	
	Sudeste	Total
Técnica	7	7
Administrativo	5	5
Total	12	12

Atividade	31/12/2019	
	Sudeste	Total
Técnica	29	29
Administrativo	3	3
Total	32	32

Atividade	31/12/2018	
	Sudeste	Total
Técnica	20	20
Administrativo	1	1
Total	21	21

(c) Índice de rotatividade

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
7,53%	12,08%	12,80%	0

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - recursos humanos

O crescimento no número de empregados informado no item 14.1 (a), acima, entre 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2021 está associado, principalmente, à reorganização societária que incorporou a Comerc Energia e a Comerc Comercializadora e às novas admissões ocorridas em tal período, as quais foram necessárias para ajustar a estrutura organizacional da Companhia aos novos níveis esperados da operação, em conformidade à sua estratégia de negócios.

Ainda, a variação do índice de rotatividade apresentada no item 14.1 (c) entre os exercícios sociais de 2020 e 2019 decorreu, principalmente, da reestruturação da área de tecnologia do Grupo Comerc.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

O conjunto de ganhos financeiros e não financeiros oferecidos ao colaborador é composto por remuneração fixa, remuneração variável e benefícios.

Em parceria com consultoria externa especializada, a Companhia realiza, a cada 2 anos, uma pesquisa de mercado para fins do cálculo da denominada compensação total, que é constituída por remuneração fixa e remuneração variável (curto e longo prazo).

A definição da remuneração mencionada acima, bem como a criação e manutenção da estrutura de cargos e salários, são responsabilidade da área de Gente & Gestão da Companhia, a qual utiliza tais pesquisas como referencial. As atualizações seguem a mesma periodicidade de 2 anos mencionada acima, salvo em hipótese de eventual mudança na estratégia da Companhia.

A Companhia e suas controladas adotam o pagamento de remuneração variável em formato de Participação de Lucros e Resultados (PLR) ou Bonificação como prática de incentivo de curto prazo, com o objetivo de manter a retenção e engajamento de profissionais.

Baseada nas melhores práticas, o recebimento de remuneração variável é vinculado ao atingimento de metas corporativas, áreas ou individuais, além da avaliação de competências 360º realizada semestralmente.

(b) Política de benefícios

A Companhia e suas controladas buscam contribuir com a satisfação e qualidade de vida dos seus funcionários através da concessão de benefícios diversos de acordo com o cargo ocupado e unidade de negócio, bem como seguir a legislação aplicável para cada categoria de empregados.

Dentre os benefícios oferecidos, destacamos os seguintes: (i) vale transporte, estacionamento ou fretado; (ii) vale refeição; (iii) plano de saúde; (iv) seguro de vida; e (v) subsídio de academia.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Certos empregados não administradores podem fazer jus ao Plano de Outorga de Ações da Companhia, conforme seu 2º Programa, de Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Para maiores informações sobre tal plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Em 30 de junho de 2021, os empregados da Companhia, de suas controladas e das Entidades Incorporadas estavam cobertos por acordos coletivos firmados com os sindicatos que representam seus diferentes setores de atuação, os quais apresentamos abaixo:

Trading

- SECSP (Sindicato dos Empregados Comerciais de São Paulo)

Serviços

- Gestão: SECSP (Sindicato dos Empregados Comerciais de São Paulo)
- DOC 88: SINDPD (Sindicato dos Empregados em empresas De Processamento de Dados)

Soluções

- MegaWhat: SINDIESP (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Internet, Manutenção e Cursos de Informática do Estado de São Paulo)
- Nexway: EAA (Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento)
- Comerc Futuro: SECSP (Sindicato dos Empregados Comerciais de São Paulo)
- Micropower: EAA (Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento)

Todos os acordos, firmados entre as empresas e os diversos sindicatos das categorias, contemplam cláusulas de caráter social, financeiro, relações sindicais e trabalhistas.

Nos três últimos exercícios sociais não foram registradas greves ou paralisações.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Em complemento às informações prestadas nesta Seção 14, apresentamos abaixo as informações relevantes sobre os funcionários das Entidades Incorporadas. Para maiores informações sobre a Reorganização Societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência:

Informações complementares ao item 14.1

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

DOC 88

Atividade	30/06/2021	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	1	1
Gerência/Especialistas	3	3
Coordenadores/Consultores	3	3
Operacional	46	46
Total	53	53

Atividade	31/12/2020	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	1	1
Gerência/Especialistas	3	3
Coordenadores/Consultores	3	3
Operacional	45	45
Total	52	52

Atividade	31/12/2019	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	0	0
Gerência/Especialistas	5	5
Coordenadores/Consultores	2	2
Operacional	58	58
Total	65	65

Atividade	31/12/2018	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	1	1
Gerência/Especialistas	1	1
Coordenadores/Consultores	0	0
Operacional	26	26
Total	28	28

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos HumanosMegaWhat

Atividade	30/06/2021	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	3	3
Gerência/Especialistas	2	2
Coordenadores/Consultores	5	5
Operacional	15	15
Total	25	25

Atividade	31/12/2020	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	3	3
Gerência/Especialistas	1	1
Coordenadores/Consultores	5	5
Operacional	13	13
Total	22	22

Atividade	31/12/2019	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	0	0
Gerência/Especialistas	3	3
Coordenadores/Consultores	3	3
Operacional	12	12
Total	18	18

Atividade	31/12/2018	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	0	0
Gerência/Especialistas	3	3
Coordenadores/Consultores	1	1
Operacional	9	9
Total	13	13

Ares Eyner

A Ares Eyner não possui funcionários, sendo que sua gestão é conduzida somente por seus diretores estatutários.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos HumanosAres 1

A Ares 1 não possui funcionários, sendo que sua gestão é conduzida somente por seus diretores estatutários.

Ares One

Em 30 de junho de 2021, bem como nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a Ares One não possuía empregados. Ares 2

Atividade	30/06/2021		
	São Paulo	Belo Horizonte	Total
TI	-	1	1
Engenharia	2	9	11
Operações	-	1	1
Fiscal	1	-	1
Financeiro e Administrativo	6	-	6
Jurídico	4	-	4
Comércio Exterior	1	-	1
Compras	1	-	1
Gestão de Pessoas	1	-	1
Controladoria	1	-	1
Total	17	11	28

Atividade	31/12/2020		
	São Paulo	Belo Horizonte	Total
TI	-	2	2
Engenharia	3	7	10
Fiscal	1	-	1
Financeiro e Administrativo	4	-	4
Jurídico	4	-	4
Comércio Exterior	1	-	1
Compras	1	-	1
Gestão de Pessoas	1	-	1
Total	15	9	24

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Atividade	31/12/2019		
	São Paulo	Belo Horizonte	Total
TI	-	1	1
Engenharia	2	10	12
Financeiro e Administrativo	4	-	4
Jurídico	2	-	2
Marketing	-	1	1
Comércio Exterior	1	-	1
Compras	1	-	1
Total	10	12	22

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Ares 2 não possuía empregados.

Mercury Renew

Considerando que a Mercury Renew realizou sua primeira contratação em março de 2021, apresentamos abaixo somente as informações referentes a tal ano.

Atividade	30/06/2021	
	Sudeste	Total
Analises Corporativos I Financeiro	3	3
Analises Corporativos I RI	1	1
Analises Corporativos I Engenharia	1	1
Gerente I Financeiro	1	1
Gerente I Jurídico	1	1
Gerente I Engenharia	1	1
Diretor Administrativo e Financeiro	1	1
Total	9	9

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

DOC 88

Atividade	30/06/2021	
	Sudeste	Total
Técnicos	16	16
Total	16	16

Atividade	31/12/2020	
	Sudeste	Total
Técnicos	20	20

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Total	20	20

Atividade	31/12/2019	
	Sudeste	Total
Técnicos	28	28
Total	28	28

Atividade	31/12/2018	
	Sudeste	Total
Técnicos	19	19
Total	19	19

MegaWhat

Atividade	30/06/2021	
	Sudeste	Total
Técnicos	2	2
Total	2	2

Atividade	31/12/2020	
	Sudeste	Total
Técnicos	3	3
Total	3	3

Atividade	31/12/2019	
	Sudeste	Total
Técnicos	1	1
Administrativo	2	2
Total	3	3

Atividade	31/12/2018	
	Sudeste	Total
Técnicos	1	1
Total	1	1

Ares Eyner

A Ares Eyner não possui funcionários, sendo que sua gestão é conduzida somente por seus diretores estatutários.

Ares 1

A Ares 1 não possui funcionários, sendo que sua gestão é conduzida somente por seus diretores

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

estatutários.

Ares One

Em 30 de junho de 2021, bem como nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a Ares One não possuía terceirizados. Ares 2

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2018, a Ares 2 não possuía empregados terceirizados, de forma que apresentamos abaixo as informações de 30 de junho de 2021 e de 31 de dezembro de 2019.

Atividade	30/06/2021	
	Sudeste	Total
Diretoria executiva	02	02
Gerencia/Especialistas	01	01
Coordenadores/Consultores	01	01
Total	04	04

Atividade	31/12/2019	
	Sudeste	Total
Diretoria Executiva	04	04
Total	04	04

Mercury Renew

Considerando que a Mercury Renew teve sua primeira contratação em março de 2021, apresentamos abaixo somente as informações referentes a tal ano.

Atividade	30/06/2021	
	Sudeste	Total
Corporativo PJ	1	1
Total	1	1

(c) Índice de rotatividadeDOC 88

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
20,55%	58,84%	8,33%	0,00%

MegaWhat

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
24%	23,81%	28,57%	0,00%

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos HumanosAres Eyner

A Ares Eyner não possui funcionários, sendo que sua gestão é conduzida somente por seus diretores estatutários.

Ares 1

A Ares 1 não possui funcionários, sendo que sua gestão é conduzida somente por seus diretores estatutários.

Ares One

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
0	0	0	0

Ares 2

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
14,3%	66,7%	-	-

Mercury Renew

Não aplicável, considerando que a Mercury Renew realizou sua primeira contratação em março de 2021.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ			
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %				
Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia							
41.063.386/0001-68	Brasil	Sim	Não	06/08/2021			
Não							
17.343.864	19,990%	0	0,000%	17.343.864	19,990%		
Cristopher Alexander Viavianos							
065.803.018-30	Brasil	Sim	Sim	06/08/2021			
Não							
36.462.030	42,050%	0	0,000%	36.462.030	42,050%		
OUTROS							
32.913.429	37,960%	0	0,000%	32.913.429	37,960%		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:							
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%		
TOTAL							
86.719.323	100,000%	0	0,000%	86.719.323	100,000%		

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	17/09/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	57
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

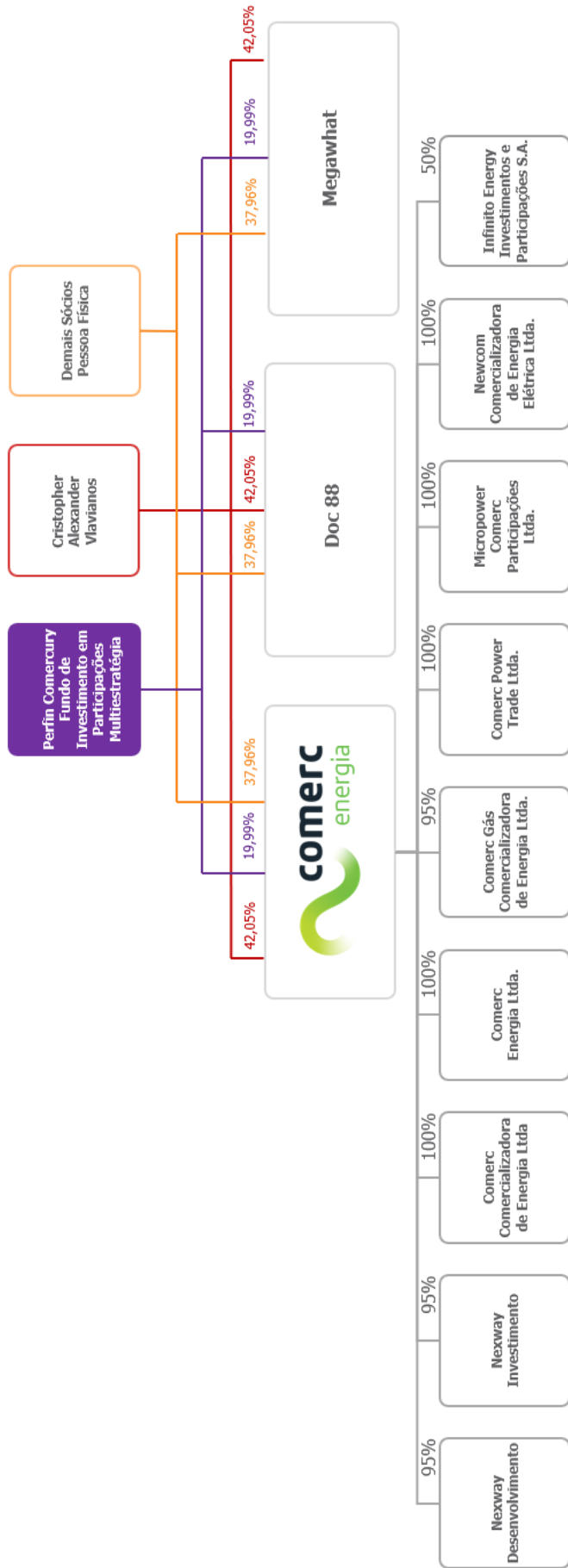
Quantidade ordinárias (Unidades)	42.660.681	49,190%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	42.660.681	49,190%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

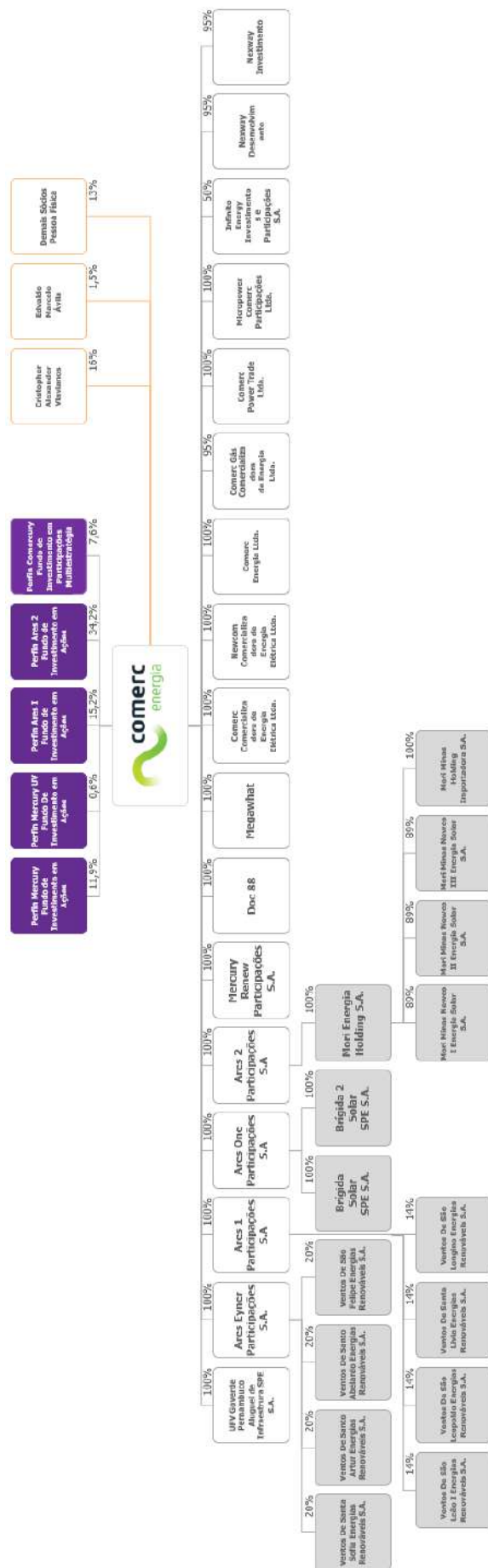
(i) Organograma na data deste Formulário de Referência

Na data deste Formulário de Referência, a estrutura societária da Companhia está configurada conforme o organograma abaixo. Para informações sobre o organograma pretendido pela Companhia após a concretização de sua oferta pública inicial de ações e, portanto, da Reorganização Societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.



15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(ii) Organograma pós concessão do registro da oferta da Companhia



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Na data deste Formulário de Referência, os acionistas da Companhia e das Entidades Incorporadas (conforme definidas no item 15.8 abaixo) são parte de um acordo de associação celebrado em 11 de julho de 2021 ("Acordo de Associação"). Uma das disposições de tal acordo é a rescisão dos atuais acordos de acionistas da Companhia e a celebração de um novo acordo de acionistas, o qual irá reger a relação dos acionistas após a obtenção do registro de oferta pública inicial de ações da Companhia, dada a concretização dos eventos descritos no Acordo de Associação ("Acordo de Acionistas").

São partes do Acordo de Associação: a Companhia e seus acionistas, a DOC 88 e seus acionistas, a MegaWhat e seus acionistas, a Ares Eyner Participações S.A., Ares 1 Participações S.A., Ares One Participações S.A., UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A., Perfin Ares 1 Fundo de Investimento em Participações ("FIP Ares 1"), Ares 2 Participações S.A., Perfin Ares II Fundo de Investimento em Participações ("FIP Ares II"), Mercury Renew S.A., Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações ("FIP Mercury") e Perfin Mercury UV Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura.

Os atuais acordos de acionistas, arquivados na sede da Companhia, que serão rescindidos após a concretização dos eventos descritos no Acordo de Associação são: (i) o acordo de acionistas celebrado entre determinados acionistas da Companhia em 16 de março de 2021 ("Acordo de Acionistas Partnership") e o acordo de acionistas celebrado por Christopher Alexander Vlavianos, Edvaldo Marcelo Ávila e Perfin Administração de Recursos Ltda., em 01 de abril de 2021 ("Acordo de Acionistas Perfin", e em conjunto com o Acordo de Acionistas Partnership, os "Atuais Acordos de Acionistas").

Dessa forma, apresentamos abaixo os principais termos e condições tanto do Acordo de Associação, vigente na data deste Formulário de Referência, quanto dos Atuais Acordos de Acionistas e do Acordo de Acionistas, sendo que este último será celebrado e entrará em vigor imediatamente após a obtenção do registro de oferta pública inicial de ações da Companhia.

(a) Partes

(i) Acordo de Acionistas Partnership

São partes do Acordo de Acionistas Partnership: Christopher Alexander Vlavianos, Edvaldo Marcelo Ávila, e outros, e ainda, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.

(ii) Acordo de Acionistas Perfin

São partes do Acordo de Acionistas Perfin: Christopher Alexander Vlavianos, Edvaldo Marcelo Ávila e o FIP Comercury, e ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes, a Companhia, a DOC88 e a MegaWhat ("MegaWhat") e, em conjunto com Comerc Participações e Doc 88, "Companhias").

(iii) Acordo de Acionistas

Serão partes do Acordo de Acionistas: Christopher Alexander Vlavianos ("Kiko"), Edvaldo Marcelo Ávila ("Marcelo"), FIP Ares 1, FIP Ares II, FIP Mercury e Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Comercury") e, em conjunto com o FIP Ares 1, FIP Ares II e FIP Mercury, os "Fundos Perfin", sendo os Fundos Perfin, em conjunto com o Kiko e Marcelo, os "Acionistas", e ainda, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.

(b) Data de celebração

(i) Acordo de Acionistas Partnership

O Acordo de Acionistas Partnership foi celebrado em 16 de março de 2021.

(ii) Acordo de Acionistas Perfin

O Acordo de Acionistas Perfin foi celebrado em 01 de abril de 2021.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(iii) Acordo de Acionistas

O Acordo de Acionistas será celebrado imediatamente após a obtenção do registro de oferta pública inicial de ações da Companhia, na data em que for fixado o preço por ação da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

(c) Prazo de vigência

(i) Acordo de Acionistas Partnership

O Acordo de Acionistas Partnership entrou em vigor na data de sua assinatura, e continuará em vigor por 10 (dez) anos ou enquanto ao menos 02 (dois) acionistas (ou seus sucessores ou cessionários a qualquer título) forem acionistas da Companhia, o que ocorrer por último. Não obstante, as partes do Acordo de Acionistas Partnership acordaram em resilir o referido acordo na data de fechamento das transações previstas no Acordo de Associação.

(ii) Acordo de Acionistas Perfin

O Acordo de Acionistas Perfin entrou em vigor na data de sua assinatura, em caráter irrevogável e irretratável, e continuará em vigor com relação a cada uma das Companhias por 30 (trinta) anos ou enquanto FIP Comercury (ou seu sucessor ou cessionário a qualquer título) for acionista de tal companhia, o que ocorrer por último. Não obstante, as partes do Acordo de Acionistas Perfin acordaram em resilir o referido acordo na data de fechamento das transações previstas no Acordo de Associação.

(iii) Acordo de Acionistas

O Acordo de Acionistas entrará em vigor na data de sua assinatura, em caráter irrevogável e irretratável, e continuará em vigor até a data em que qualquer uma das seguintes condições resolutivas (“Condições Resolutivas”) se realizar: (i) Kiko (ou seu sucessor(es) ou cessionário(s) a qualquer título) deixar de ser acionista da Companhia, (ii) todos os Fundos Perfin com gestão discricionária (ou seus respectivos sucessores ou cessionários a qualquer título) deixarem de ser acionistas da Companhia, ou (iii) os Acionistas deixarem de eleger ao menos a maioria dos membros do Conselho de Administração. Uma vez verificada uma Condição Resolutiva, o Acordo de Acionistas será imediata e automaticamente extinto, para todos os efeitos, sem que haja qualquer responsabilidade ou penalidade para os Acionistas, ressalvado, contudo, que nada no acordo de acionistas afastará a responsabilidade dos Acionistas por qualquer violação do acordo antes de sua extinção.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

(i) Acordo de Acionistas Partnership

Não aplicável, haja vista que não há previsão de direitos de voto ou de veto no Acordo de Acionistas Partnership.

(ii) Acordo de Acionistas Perfin

Como regra geral, as deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei, no estatuto social, ou em acordos de acionistas arquivados na sede das Companhias.

Os seguintes atos só poderão ser praticados pelas Companhias mediante a aprovação prévia dos acionistas em assembleia geral, sendo que enquanto tiver ao menos 10% (dez por cento) do capital social da companhia em questão, FIP Comercury terá o direito de vetar a aprovação de quaisquer destes atos: (i) alteração dos estatutos sociais das Companhias de forma a alterar ou impedir o exercício dos direitos garantidos o FIP Comercury no acordo ou por lei; (ii) criação de ações preferenciais ou outra espécie ou classe de ação mais favorecida do que as ações ordinárias; (iii) transformação, fusão, incorporação e cisão das Companhias, incorporação de ações ou de partes cindidas; (iv) criação, alteração ou cancelamento de plano de outorga de opção de compra de ações das Companhias; (v) redução do capital social, resgate, recompra ou cancelamento de ações de emissão das Companhias, exceto se no âmbito de outros acordos de acionistas das Companhias ou de plano de outorga de opção

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

de compra de ações da companhia, hipóteses nas quais tais operações não estarão sujeitas ao direito de veto de FIP Comercury; (vi) fixação da remuneração global dos administradores em desacordo com as diretrizes pactuadas no acordo; (vii) declaração de dividendos em desacordo com a política de distribuição de lucros pactuada no acordo; (viii) deliberação pela dissolução e liquidação das Companhias, bem como pela eleição e destituição dos liquidantes e julgar-lhes as contas; (ix) apresentação pelas Companhias de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; e (x) definição do voto dos representantes da companhia em questão nas deliberações em assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios de controladas com relação às matérias descritas nos seguintes itens descritos anteriormente: (ii) (somente quando a fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações ou de partes cindidas resultar na diminuição da participação direta e/ou indireta das Companhias na controlada em questão), (v), (vi), (vii) e (viii).

(iii) Acordo de Acionistas

Os Acionistas devem sempre exercer o direito de voto de suas ações (e instruir os membros não-independentes do Conselho de Administração por eles indicados a exercerem seu direito de voto) no interesse da Companhia e de forma (i) que o poder de controle da Companhia seja exercido na forma prevista no Acordo de Acionistas, e (ii) a atender os demais princípios e obrigações estabelecidos no acordo.

Os Acionistas, sempre que convocada uma Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração ("RCA"), devem se reunir previamente para definir os votos a serem uniformemente proferidos por eles ou pelos membros do Conselho de Administração não-independentes por eles indicados na Assembleia Geral ou RCA em questão ("Reunião Prévia").

As atas das Reuniões Prévias serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive de eventuais dissidências e protestos. Da ata da Reunião Prévia será extraída instrução de voto único que vinculará todos os Acionistas. Os Acionistas se obrigam a exercer seu direito de voto nas Assembleias Gerais e a fazer com que os membros não-independentes do Conselho de Administração por eles indicados votem nas RCA, de acordo com as decisões aprovadas na Reunião Prévia.

A ausência de qualquer Acionista à Reunião Prévia não isentará ou desvinculará tal Acionista da obrigação de votar nas Assembleias Gerais (e fazer com que os membros não-independentes do Conselho de Administração por ele indicados votem nas RCA) de acordo com as decisões aprovadas na Reunião Prévia. O presidente das Assembleias Gerais e RCA não computará votos proferidos com infração às decisões aprovadas em Reunião Prévia e materializadas na instrução de voto único extraída de sua ata.

Adicionalmente, o eventual não comparecimento à Assembleia Geral ou RCA, bem como as eventuais abstenções de voto, de qualquer Acionista, ou membro não-independente do Conselho de Administração por ele eleito, assegura a qualquer dos demais Acionistas o direito de votar com as ações pertencentes ao Acionista ausente ou omissor e, no caso de membro do Conselho de Administração, por qualquer dos demais conselheiros não-independentes eleitos pelos demais Acionistas, em linha com as decisões aprovadas em Reunião Prévia e materializadas na instrução de voto único extraída de sua ata.

Como regra geral, a não aprovação de uma matéria pelos Acionistas em Reunião Prévia resulta na obrigação dos Acionistas de exercerem seu direito de voto nas Assembleias Gerais (ou de instruir os membros não-independentes do Conselho de Administração por eles indicados a exercerem seu direito de voto nas RCA) de forma contrária à aprovação de tal matéria, observados os procedimentos específicos devidamente descritos no Acordo de Acionistas. Não obstante, no caso de não aprovação de determinadas matérias descritas no Acordo de Acionistas em decorrência de divergência entre os Acionistas, a instrução de voto em relação a tais matérias será aquela já previamente acordada no acordo.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

(i) Acordo de Acionistas Partnership

Não aplicável, haja vista que o Acordo de Acionistas Partnership não dispõe sobre o direito de indicar

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais.

(ii) Acordo de Acionistas Perfin

Com relação ao Conselho de Administração das Companhias, o Acordo de Acionistas Perfin prevê que enquanto detiver ações representativas de ao menos 15% (quinze por cento) do capital social de uma das Companhias, o FIP Comercury terá o direito de: (i) exigir que o Conselho de Administração de tal companhia seja composto por, no mínimo, 07 (sete) membros; (ii) eleger o Sr. Ralph Rosenberg (ou, em caso de morte, inclusive presumida, incapacidade ou interdição do Sr. Ralph Rosenberg, um sócio ou executivo do Grupo Perfin) e mais um sócio ou executivo do Grupo Perfin para o cargo de conselheiro de tal companhia; e (iii) exigir que um dos membros do Conselho de Administração de tal companhia seja um conselheiro independente.

Ainda, com relação ao Conselho de Administração, o acordo prevê que enquanto detiver ações representativas de ao menos 10% (dez por cento) do capital social de uma das Companhias, o FIP Comercury terá o direito de (i) exigir que o Conselho de Administração de tal companhia seja composto por, no mínimo, 05 (cinco) membros; (ii) eleger o Sr. Ralph Rosenberg para o cargo de conselheiro de tal companhia (ou, em caso de morte, inclusive presumida, incapacidade ou interdição de Ralph Rosenberg, um sócio ou executivo do Grupo Perfin); e (ii) exigir que um dos membros do Conselho de Administração de tal companhia seja um conselheiro independente.

Para as duas hipóteses acima, caberá ao acionista Christopher a indicação do conselheiro independente e demais membros do Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria das Companhias, a eleição de seus membros é realizada pelo Conselho de Administração.

Sobre a eleição de membros de comitês, o acordo prevê a possibilidade de o Conselho de Administração instituir comitês de assessoramento, mediante o estabelecimento de regras de funcionamento que serão fixadas em regulamento interno aprovado pelo Conselho de Administração na ocasião da instituição do comitê. O FIP Comercury enquanto detiver ações representativas de ao menos 10% (dez por cento) do capital social de uma das Companhias, terá o direito de (i) exigir que tal companhia tenha um Comitê Financeiro, de Investimentos e M&A, um 'Comitê de Remuneração' e um 'Comitê de Risco'; e (ii) indicar um dos membros de quaisquer comitês eventualmente instituídos por tal companhia.

(iii) Acordo de Acionistas

Os Acionistas deverão exercer o seu direito de voto nas Assembleias Gerais de forma a otimizar o número de conselheiros eleitos pelos Acionistas. Enquanto detiver participação no capital social da Companhia equivalente a ao menos 65% (sessenta e cinco por cento) da participação que detinha na data de publicação do anúncio de encerramento da oferta pública inicial de ações da Companhia ("Participação Mínima Kiko"), Kiko terá o direito de indicar, no mínimo, metade dos membros não-independentes do Conselho de Administração que forem eleitos pelos Acionistas.

Enquanto detiverem, em conjunto, participação no capital social da Companhia igual ou superior à detida por Kiko, os Fundos Perfin cuja gestão discricionária seja exercida exclusivamente pela Perfin Administração (em conjunto) terão o direito de indicar, no mínimo, metade dos membros não-independentes do Conselho de Administração que forem eleitos pelos Acionistas.

A indicação pelos Acionistas de membros independentes para o Conselho de Administração será feita de comum acordo por Kiko e os Fundos Perfin de gestão discricionária (não havendo consenso, a indicação será feita pelo Acionista que detiver a maior participação no capital social da Companhia dentre lista tríplice de candidatos apresentada pelo outro Acionista – Kiko ou Fundos Perfin de gestão discricionária, conforme o caso).

Se os Fundos Perfin de gestão discricionária (em conjunto) e/ou Kiko passarem a deter, por qualquer motivo, participação no capital social da Companhia inferior às anteriormente referidas, os membros do Conselho de Administração eleitos pelos Acionistas passarão a poder ser todos indicados pelo Acionista – Kiko ou Fundos Perfin de gestão discricionária (em conjunto) - que detiver a maior participação no capital social da Companhia.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Os Conselheiros poderão ser destituídos a qualquer tempo, independentemente de motivo ou justificativa, por solicitação do Acionista que os tiver indicado. Os Acionistas se obrigam a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para fazer com que os conselheiros por eles indicados sejam eleitos e destituídos na forma prevista neste Acordo.

A eleição dos Diretores da Companhia é realizada pelo Conselho de Administração, com base em critérios objetivos que indiquem a qualificação do indicado, tais como, experiência no mercado, tempo de atuação, formação e reputação. Caberá ao diretor-presidente encaminhar para aprovação do Conselho de Administração a indicação dos Diretores que devem ser eleitos.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

(i) Acordo de Acionistas Partnership

Direito de Preferência

Caso um acionista deseje transferir suas ações, no todo ou em parte, deverá ele primeiramente notificar os demais acionistas, que terão o direito de preferência na aquisição de todas (e não menos do que todas) as ações ofertadas, de acordo com o procedimento devidamente descrito no acordo.

Direito de Venda Conjunta

Em qualquer transferência de ações que (i) envolver a transferência por um único acionista de ações que representem ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia, ou (ii) for resultar na assunção ou transferência do controle da Companhia para o adquirente, os acionistas terão o direito de exigir que o acionista vendedor venda, juntamente com as ações ofertadas, as ações por eles detidas, na mesma proporção em que o acionista vendedor estiver alienando suas ações e pelo mesmo preço por ação e segundo as mesmas demais condições de venda da notificação de venda, de acordo com o procedimento previsto no acordo.

Direito de Venda Forçada

Na hipótese de o(s) acionista(s) vendedor(es) desejar transferir a totalidade de suas ações e tal transferência de ações (i) envolver a transferência por um único acionista de ações que representem ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia, ou (ii) for resultar na assunção ou transferência do controle da Companhia para o adquirente, o(s) acionista(s) vendedor(es) terá(ão) o direito de exigir que todos (e não menos do que todos) os demais acionistas transfiram para o adquirente, juntamente com as ações ofertadas, a totalidade (e não menos do que a totalidade) das ações por eles detidas pelo mesmo preço por ação e segundo as mesmas condições aplicáveis à transferência das ações ofertadas, de acordo com o procedimento previsto no acordo.

(ii) Acordo de Acionistas Perfin

Lock-up

Os acionistas acordam que, durante o período de 03 (três) anos a contar da data de celebração do Acordo de Acionistas Perfin, nenhum deles poderá transferir suas ações, no todo ou em parte, seja para um terceiro ou para outro acionista, sem a prévia e expressa anuência dos demais acionistas.

Direito de Preferência

Caso um acionista deseje transferir suas ações, no todo ou em parte, deverá ele primeiramente notificar os demais acionistas e, se aplicável (quando o acionista vendedor também for parte de outro acordo de acionistas das Companhias, os signatários destes outros acordos, da companhia em questão), terão o direito de preferência na aquisição de todas (e não menos do que todas) as ações ofertadas, de acordo com o procedimento devidamente descrito no acordo.

Direito de Venda Conjunta

Em qualquer transferência de ações que for resultar na transferência do controle da Companhia para o adquirente, os acionistas terão o direito de exigir que o acionista vendedor venda, juntamente com as

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

ações ofertadas, todas as ações da companhia em questão por eles detidas e pelo mesmo preço por ação e segundo as mesmas demais condições de venda da notificação de venda, de acordo com o procedimento previsto no acordo.

Direito de Venda Forçada

Finalizado o período de lock-up, caso o(s) acionista(s) vendedor(es) deseje(m) transferir a totalidade de suas ações e (i) tal transferência de ações (a) envolver a transferência por um único acionista de ações que representem ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia, ou for resultar na assunção ou transferência do controle da Companhia para o adquirente, e (b) for ser realizada por preço que represente uma avaliação (equity value) da Comerc Participações, Doc88 ou MegaWhat, conforme o caso, igual ou superior a respectivamente R\$ 875.000.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões de reais), R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) ou R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos a partir dessa data pela variação do IPCA +15% até a data da notificação de venda, e (ii) os acionistas ofertados não tiverem exercido seu direito de preferência com relação a tal transferência, o(s) acionista(s) vendedor(es) terá(ão) o direito de exigir que todos (e não menos do que todos) os demais acionistas transfiram para o adquirente, juntamente com as ações ofertadas, a totalidade (e não menos do que a totalidade) das ações por eles detidas pelo mesmo preço por ação e segundo as mesmas condições aplicáveis à transferência das ações ofertadas, de acordo com o procedimento previsto no acordo.

(iii) Acordo de Acionistas

Lock-up

Os acionistas acordam que, durante o período de 02 (dois) anos a contar da data de celebração do Acordo de Acionistas (“Período de Lock-Up”), nenhum deles poderá transferir suas ações, no todo ou em parte, seja para um terceiro ou para outro acionista, sem a prévia e expressa anuência dos demais Acionistas (“Lock-up Acordo de Acionistas”).

Findo o Período de Lock-Up, os acionistas estarão livres para (i) desvincular ações do Acordo de Acionistas para livremente aliená-las no âmbito de ofertas públicas de ações ou em negociações públicas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado (incluindo procedimentos especiais de negociação em bolsa de valores), ou emprestá-las para agente estabilizador porventura contratado para atuar no âmbito de oferta pública de ações de emissão da Companhia, ou (ii) transferir suas ações, desde que observados os Direito de Preferência, Direito de Venda Conjunta e demais formalidades e procedimentos pactuados neste acordo.

Sem prejuízo do previsto no Acordo de Acionistas e descrito nos parágrafos acima, os acionistas acordaram, no âmbito do Acordo de Investimento e do Contrato de Opção (ambos definidos e descritos no item 15.8 deste Formulário de Referência) que o Lock-up Acordo de Acionistas será excetuado em determinadas hipóteses previstas em tais contratos, incluindo durante os períodos permitidos para o exercício das Opções de Compra (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência) e para a constituição de alienação fiduciária sobre as ações, nos termos previstos em tais instrumentos.

Para mais informações sobre o Acordo de Investimento e o Contrato de Opção, ver item 15.8 deste Formulário de Referência.

Direito de Preferência

Caso um Acionista deseje transferir (“Acionista Vendedor”) suas ações, no todo ou em parte (“Ações Ofertadas”), deverá ele primeiramente notificar os demais Acionistas (em conjunto, “Acionistas Não Vendedores”), que terão o direito de preferência na aquisição de todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, de acordo com o procedimento devidamente descrito no acordo (“Direito de Preferência”).

Direito de Venda Conjunta

Sempre que o Acionista Vendedor for um Fundo Perfin, os Acionistas Não Vendedores terão, também, o direito de exigir que o Acionista Vendedor transfira, juntamente com as Ações Ofertadas, todas as ações da Companhia em questão por eles detidas (“Ações Objeto de Venda Conjunta”) e pelo mesmo

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

preço por ação e segundo as mesmas demais condições de venda da notificação de venda, de acordo com o procedimento devidamente descrito no acordo.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

(i) Acordo de Acionistas Partnership

Não aplicável, haja vista que o Acordo de Acionistas Partnership não dispõe sobre o direito de voto de membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

(ii) Acordo de Acionistas Perfin

As informações sobre o direito de voto dos membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas estão descritas no item “d” acima.

(iii) Acordo de Acionistas

As informações sobre o direito de voto dos membros do Conselho de Administração não-independentes indicados pelos acionistas estão descritas no item “d” acima.

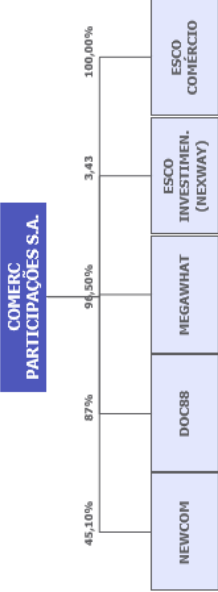
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 não ocorreram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15.7 - Principais Operações Societárias

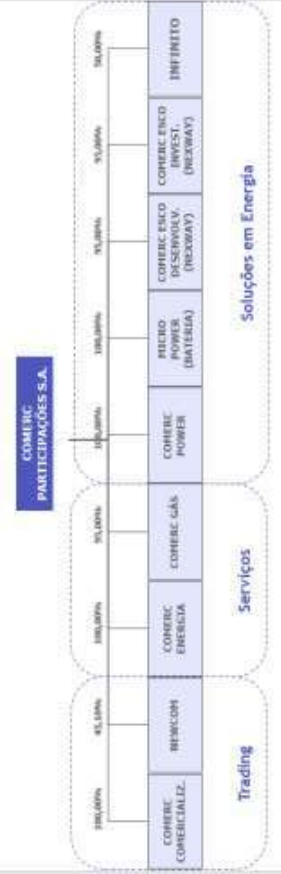
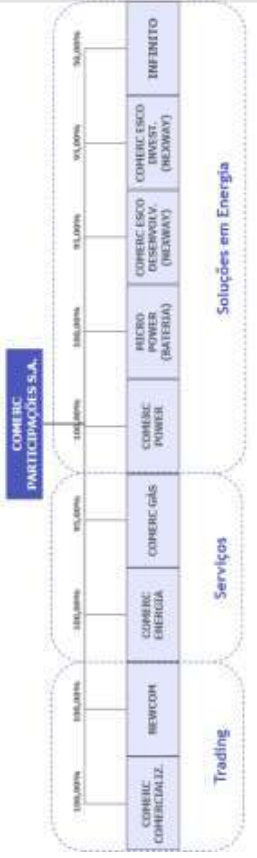
15.7 - Principais operações societárias

Aquisição de participação na Esco Comércio	
(a) Evento	
(b) Principais condições do negócio	Em 4 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu participação societária na Comerc Esco Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. ("Esco Comércio")
(c) Sociedades envolvidas	Companhia e Esco Comércio
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	As alterações estão descritas no item "e" abaixo.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação:  Quadro societário depois da operação: 
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em reunião de sócios da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) Evento	Aquisição e alienação de participação em determinadas sociedades
(b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as seguintes aprovações societárias: • Venda da totalidade de suas quotas da DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. ("DOC 88") • Venda da totalidade de suas quotas da MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. ("MegaWhat") • Aquisição de quotas da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Comerc Comercializadora") • Aquisição de quotas da Comerc Energia Ltda. ("Comerc Energia") • Aquisição de quotas da Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda. ("Comerc Gás") • Aquisição de quotas da Comerc Power Trade Ltda. ("Comerc Power") • Aquisição de quotas da Micropower Comerc Participações Ltda. ("Micropower")
(c) Sociedades envolvidas	Companhia, DOC 88, MegaWhat, Comerc Comercializadora, Comerc Energia, Comerc Gás, Comerc Power e Micropower
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	As alterações estão descritas no item "e" abaixo.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: <pre>graph TD CP[COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.] -- 45,10% --> NEWCOM[NEWCOM] CP -- 87% --> DOC88[DOC88] CP -- 94,50% --> MEGAWHAT[MEGAWHAT] CP -- 3,43% --> EINI[ESCO INVESTIMEN. (NEXWAY)] EINI -- 100,00% --> ECOM[ESCO COMERCIO]</pre> Quadro societário depois da operação: <pre>graph TD CP[COMERC PARTICIPAÇÕES S.A.] -- 100,00% --> CC[COMERC COMERCIALIZ.] CP -- 88,00% --> NEWCOM[NEWCOM] CP -- 100,00% --> CE[COMERC ENERGIA] CP -- 95,00% --> CG[COMERC GÁS] CP -- 100,00% --> CPW[COMERC POWER] CP -- 100,00% --> MPB[MICRO POWER PAR (BATERIA)] CP -- 95,00% --> EINI[COMERC ESCO INVESTIMEN. (NEXWAY)] CP -- 95,00% --> ECOM[COMERC ESCO INVESTIMEN. (NEXWAY)] CC --- TR[Trading] NEWCOM --- TR CE --- S[Serviços] CG --- S CPW --- S MPB --- S EINI --- SEE[Soluções em Energia] ECOM --- SEE</pre>
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em reunião de sócios da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) Evento	Aquisição de participação na NewCom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	
(b) Principais condições do negócio	Em 31 de março de 2021, a NewCom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("NewCom") realizou um aumento de capital, o qual foi subscrito pela Companhia, que aumentou sua participação societária de 45,10% para 68% de tal sociedade. Adicionalmente, em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou a aquisição de quotas da NewCom e passou a deter 100% de sua participação societária.	
(c) Sociedades envolvidas	Companhia e NewCom	
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	As alterações estão descritas no item "e" abaixo.	
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação:  Quadro societário depois da operação: 	
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	O aumento de capital da NewCom foi aprovado em sua reunião de sócios. Já a aquisição das ações pela Companhia ocorreu por meio da celebração de contrato de compra e venda de quotas.	

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

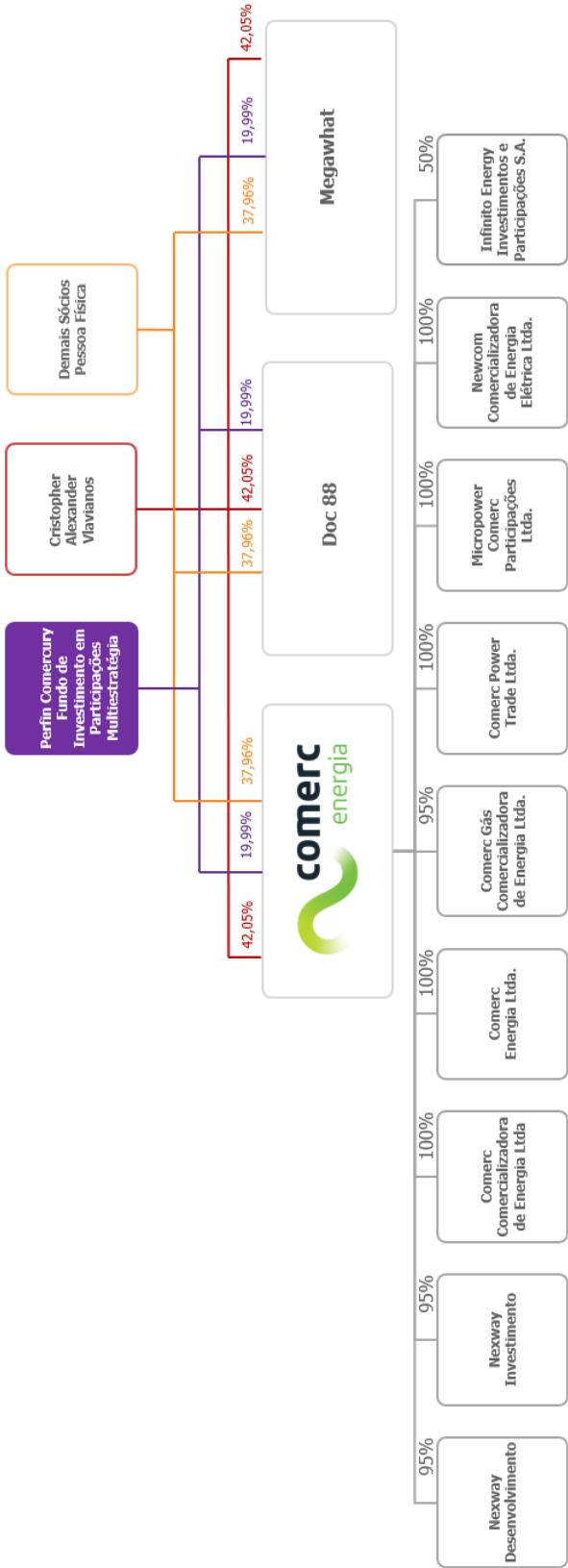
Reorganização Societária

A Companhia pretende realizar, após a obtenção de seu registro de companhia aberta categoria "A" junto à CVM, e antes da obtenção do registro de sua oferta pública inicial de ações pela CVM ("Oferta"), algumas operações societárias, as quais, em conjunto, configuram a "Reorganização Societária".

A Reorganização Societária está condicionada à conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento no âmbito da Oferta, conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução nº 400/03 ("Procedimento de Bookbuilding").

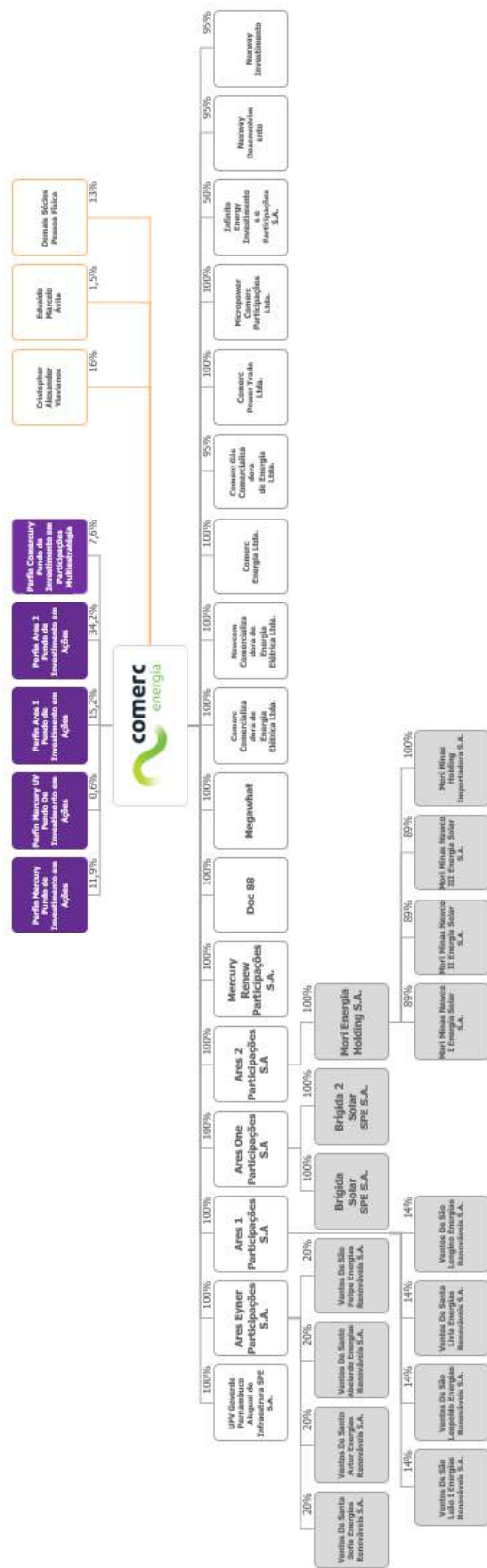
De forma a possibilitar uma melhor visualização da Reorganização Societária como um todo, apresentamos abaixo o organograma atual da Companhia, na data deste Formulário de Referência, e o organograma final pretendido após a concretização dos três passos da Reorganização Societária:

Organograma da Companhia na data deste Formulário de Referência



15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Organograma da Companhia após a realização da Reorganização Societária



Apresentamos a seguir a descrição de cada um dos passos compreendidos pela Reorganização Societária.

I. Aporte da participação detida na DOC 88 e MegaWhat por seus respectivos sócios na Companhia

Na data deste Formulário de Referência, são coligadas da Companhia a DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. ("Doc 88") e a MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. ("MegaWhat"), conforme organograma abaixo.

O primeiro passo da Reorganização Societária será, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, o aporte, pelos atuais acionistas da Doc 88 e da Megawhat da participação por eles detida em tais entidades ao capital social da Companhia, de forma que a Companhia se tornará a única acionista de tais sociedades e emitirá, em contrapartida, ações a serem subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas da Doc 88 e da Megawhat ("Ações Aumento de Capital - Doc 88 e Megawhat"). As Ações Aumentos de Capital – Doc 88 e Megawhat serão subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas da Doc 88 e da Megawhat por meio de dois aumentos de capital da Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

O primeiro aumento de capital da Companhia a ser realizado no âmbito da Reorganização Societária consistirá na emissão de 1.073.921 (um milhão, setenta e três mil, novecentas e vinte e uma) ações ordinárias pela Companhia ("Ações Primeiro Aumento de Capital - Doc 88 e MegaWhat"), as quais serão subscritas e integralizadas por determinados acionistas da Doc 88 e da MegaWhat, conforme indicados no Acordo de Associação, definido no item 15.5 deste Formulário de Referência, que detêm ações de emissão de Doc88 e MegaWhat, representativas, na data da implementação da Reorganização Societária, de 20,40% (vinte vírgula quarenta por cento) e 14,20% (quatorze vírgula vinte por cento) dos capitais sociais da Doc88 e MegaWhat, respectivamente ("Primeiro Aumento de Capital – Doc 88 e MegaWhat").

O segundo aumento de capital da Companhia a ser realizado no âmbito da Reorganização Societária consistirá na emissão de 4.831.191 (quatro milhões, oitocentas e trinta e uma mil, cento e noventa e uma) ações ordinárias pela Companhia ("Ações Segundo Aumento de Capital - Doc 88 e MegaWhat"), as quais serão subscritas e integralizadas por determinados acionistas da Doc 88 e da MegaWhat, conforme indicados no Acordo de Associação, definido no item 15.5 deste Formulário de Referência, que detêm ações de emissão de Doc88 e MegaWhat, representativas, na data da implementação da Reorganização Societária, de 79,60% (setenta e nove vírgula sessenta por cento) e 85,80% (oitenta e cinco vírgula oitenta por cento) dos capitais sociais da Doc88 e MegaWhat, respectivamente ("Segundo Aumento de Capital – Doc 88 e MegaWhat").

O número de ações de emissão da Companhia a serem subscritas e integralizadas no âmbito do Primeiro Aumento de Capital – Doc 88 e MegaWhat e do Segundo Aumento de Capital – Doc 88 e MegaWhat será proporcional ao valor total das ações contribuídas por cada acionista.

Mediante a conclusão do Primeiro Aumento de Capital - Doc 88 e Megawhat e do Segundo Aumento de Capital – Doc 88 e MegaWhat, as ações representativas do capital social total da Doc88 e da Megawhat passarão a ser 100% (cem por cento) detidas pela Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

1º. Estrutura na data deste Formulário de Referência	
2º. Contribuição das ações da Doc88 e da Megawhat ao capital social da Comerc Participações que será realizada na data de obtenção pela Companhia do registro de companhia aberta categoria "A"	
3º. Estrutura pretendida após o primeiro passo da Reorganização Societária	

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

II. Incorporação de ações pela Companhia

Como passo final da Reorganização Societária, após a conclusão das fases descritas acima, serão incorporadas pela Companhia as ações de emissão das seguintes sociedades ("Ações Incorporadas" e "Incorporação de Ações", respectivamente): (i) Ares Eyner Participações S.A., (ii) Ares 1 Participações S.A., (iii) Ares One Participações S.A. ("Ares One"), (iv) Ares 2 Participações S.A., (v) Mercury Renew Participações S.A., e (vi) UFV Goverde Pernambuco Aluguel de Infraestrutura SPE S.A. (em conjunto, as "Entidades Incorporadas Perfin" e, em conjunto com a Doc 88 e com a MegaWhat, as "Entidades Incorporadas"), cujo resultado está refletido no item 15.4. "*(ii) Organograma pós concessão do registro da oferta da Companhia*" deste Formulário de Referência.

As Ações Incorporadas serão incorporadas pela Companhia por meio de duas operações de incorporação de ações.

No âmbito da primeira incorporação de ações, os então acionistas da Companhia e os acionistas das Entidades Incorporadas Perfin deverão aprovar a incorporação da totalidade das Ações Incorporadas (exceto pelas ações de emissão da Ares One) pela Companhia, de acordo com as relações de trocas negociadas no protocolo e justificação de incorporação de ações referente à incorporação de ações das Entidades Incorporadas Perfin e anexo ao Acordo de Associação ("Protocolo", "Primeira Incorporação de Ações" e "Primeiras Ações Incorporadas", respectivamente). No âmbito da Incorporação de Ações será realizado um aumento de capital social da Companhia, mediante a emissão de 143.191.056 (cento e quarenta e três milhões, cento e noventa e uma mil, cinquenta e seis) ações ordinárias da Companhia, as quais serão subscritas pelos acionistas das Entidades Incorporadas Perfin ("Ações Primeira Incorporação").

Em decorrência da Primeira Incorporação de Ações, a totalidade das Primeiras Ações Incorporadas serão incorporadas ao patrimônio da Companhia e as ações representativas do capital social total das Ações Incorporadas Perfin (exceto pelas ações de emissão da Ares One) passarão a ser 100% (cem por cento) detidas pela Companhia.

Concomitantemente ou após a Primeira Incorporação de Ações, os acionistas da Companhia e o acionista da Ares One, o Perfin Ares 1 Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, deverão aprovar a incorporação da totalidade das ações de emissão da Ares One pela Companhia ("Segunda Incorporação de Ações" e "Segundas Ações Incorporadas", respectivamente).

A aprovação da Segunda Incorporação de Ações estabelecerá, que sua implementação ficará condicionada à Autorização BNB (conforme definido abaixo), caso, por qualquer motivo, ela ainda não tenha sido obtida até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

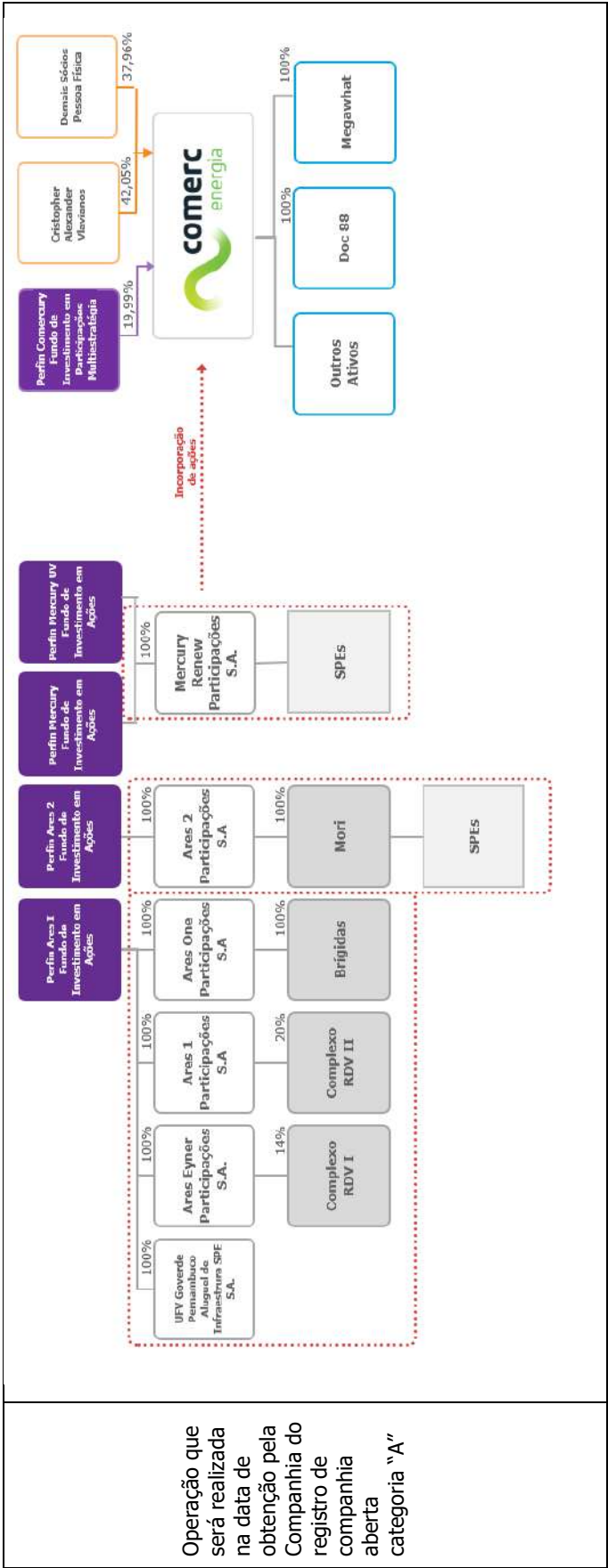
A Segunda Incorporação de Ações deverá ser implementada de acordo com os termos e condições pactuados no Protocolo. No âmbito da Segunda Incorporação de Ações será realizado um aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 7.293.263 (sete milhões, duzentas e noventa e três mil, duzentas e sessenta e três) ações ordinárias, as quais serão subscritas pelos acionistas das Entidades Incorporadas Perfin ("Ações Segunda Incorporação").

As Segundas Ações Incorporadas serão incorporadas ao patrimônio da Comerc pelo seu valor patrimonial, conforme avaliação realizada por empresa

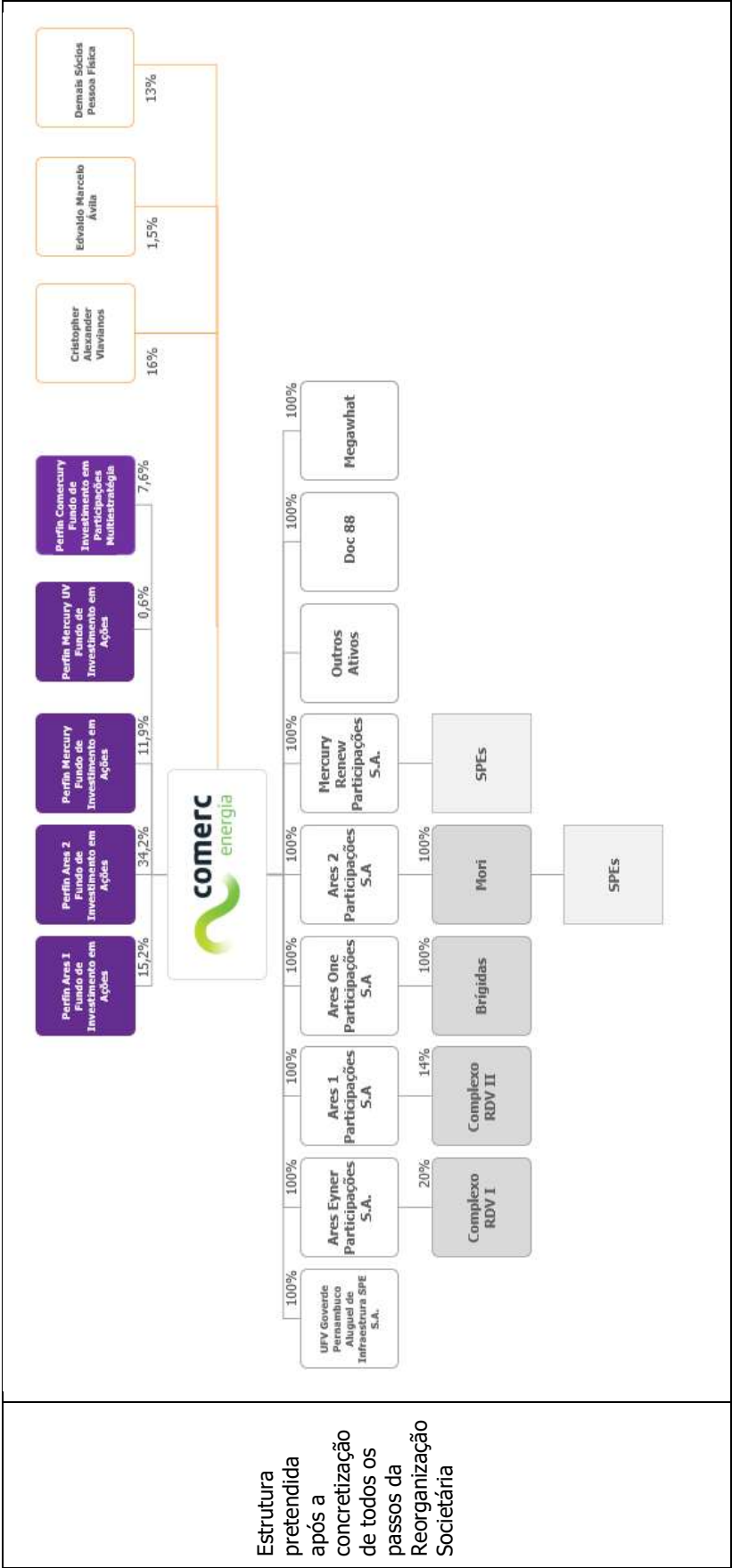
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

especializada contratada pela Comerc.

“Autorização BNB” significa a obtenção de autorização pela Brígida Solar SPE S.A. (“Brígida”) do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), nos termos do Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 44.2020.1128.20582 e do Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 44.2020.1131.20586, celebrados em 29 de setembro de 2020 entre o BNB e a Brígida (“Contratos de Financiamento BNB”), para que a Brígida possa realizar a Reorganização Societária, sem que esta implique em qualquer descumprimento de obrigação no âmbito dos Contratos de Financiamento BNB.



15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico



15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Aprovações Societárias e Acordo de Associação

Em 13 de julho de 2021, os cotistas do fundo Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, (c) Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, um dos controladores das Entidades Incorporadas Perfin, deliberaram, por meio de consultas formais aos seus cotistas, pela implementação da Reorganização Societária, sendo que a eficácia da aprovação fica sujeita (i) à aprovação, pelo Conselho de Administração da Comerc, do preço por ação fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 no âmbito do IPO, (ii) à emissão pela CVM dos números de registro do IPO, e (iii) à divulgação do prospecto definitivo do IPO ("Aprovação da Reorganização Societária").

Em 23 de julho de 2021, os cotistas do fundo Perfin Ares 1 Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura, um dos controladores das Entidades Incorporadas Perfin, deliberaram, por meio de consultas formais aos seus cotistas, pela Aprovação da Reorganização Societária.

Em 28 de julho de 2021, os cotistas dos fundos (a) Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, (b) Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e (c) Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controladores das Entidades Incorporadas Perfin, deliberaram, por meio de consultas formais aos seus cotistas, pela Aprovação da Reorganização Societária.

Para viabilizar a Reorganização Societária, em 11 de agosto de 2021 os atuais acionistas da Companhia e das Entidades Incorporadas, bem como a Companhia e as Entidades Incorporadas, celebraram o Acordo de Associação, conforme definido no item 15.5 deste Formulário de Referência, por meio do qual regularam os termos e condições da Reorganização Societária, em especial o Aumento de Capital e a Incorporação de Ações.

Assim, conforme previsto no Acordo de Associação, na data da realização da precificação da oferta pública inicial de ações ordinárias de emissão da Companhia cujo pedido de registro está sendo requerido junto à CVM, serão realizados os seguintes atos, na ordem sequencial e cronológica abaixo indicada:

1. será realizada uma assembleia geral extraordinária da Companhia, na qual (i) será aprovado o Primeiro Aumento de Capital - Doc 88 e Megawhat; (ii) será ratificada a contratação da empresa especializada responsável pela avaliação das ações de emissão de Doc 88 e MegaWhat; (iii) serão aprovados os laudos de avaliação das ações de emissão de Doc 88 e MegaWhat preparados pela empresa especializada contratada pela Companhia; (iii) os determinados acionistas de Doc 88 e MegaWhat indicados no Acordo de Associação subscreverão a totalidade das Ações Primeiro Aumento de Capital - Doc 88 e Megawhat e as integralização mediante a transferência para a Companhia da totalidade das ações de emissão da Doc 88 e Megawhat; e (iv) será aprovada a alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia necessária para refletir o Primeiro Aumento de Capital - Doc 88 e Megawhat;
2. será realizada uma assembleia geral extraordinária da Companhia, na qual (i) será aprovado o Segundo Aumento de Capital - Doc 88 e Megawhat; (ii) será ratificada a contratação da empresa especializada responsável pela avaliação das ações de emissão de Doc 88 e MegaWhat; (iii) serão

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

aprovados os laudos de avaliação das ações de emissão de Doc 88 e MegaWhat preparados pela empresa especializada contratada pela Companhia; (iii) os determinados acionistas de Doc 88 e MegaWhat indicados no Acordo de Associação subscreverão a totalidade das Ações Segundo Aumento de Capital - Doc 88 e Megawhat e as integralização mediante a transferência para a Companhia da totalidade das ações de emissão da Doc 88 e Megawhat; e (iv) será aprovada a alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia necessária para refletir o Segundo Aumento de Capital - Doc 88 e Megawhat;

3. cada Entidade Incorporada Perfin (exceto pela Ares One) realizará uma assembleia geral extraordinária de seus respectivos acionistas, na qual (i) será ratificada a contratação da empresa especializada responsável pela avaliação das ações de sua emissão; (ii) será aprovado o laudo de avaliação de suas ações preparado pela empresa especializada, (iii) será aprovado o Protocolo, (iv) será aprovada a Primeira Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo, e (v) a diretoria da companhia será autorizada a subscrever o aumento do capital da Companhia decorrente da Primeira Incorporação de Ações, por conta dos seus acionistas;
4. a Companhia realizará uma assembleia geral extraordinária, na qual, dentre outras deliberações, (i) será ratificada a contratação da empresa especializada responsável pela avaliação das Primeiras Ações Incorporadas; (ii) serão aprovados os laudos de avaliação preparados pela empresa especializada, (iii) será aprovado o Protocolo, (iv) será aprovada a Primeira Incorporação de Ações, (v) será aprovado o aumento de capital, a ser realizado com as Primeiras Ações Incorporadas, e (vi) será aprovada a alteração do Artigo 5º do seu estatuto social necessária para refletir o aumento de capital decorrente da Primeira Incorporação de Ações;
5. a Ares One realizará uma assembleia geral extraordinária de seus acionistas, na qual (i) será ratificada a contratação da empresa especializada responsável pela avaliação das ações de sua emissão; (ii) será aprovado o laudo de avaliação de suas ações preparado pela empresa especializada, (iii) será aprovado o Protocolo, (iv) será aprovada a Segunda Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo, e (v) a diretoria da companhia será autorizada a subscrever o aumento do capital da Companhia decorrente da Segunda Incorporação de Ações, por conta dos seus acionistas;
6. a Companhia realizará uma assembleia geral extraordinária, na qual, dentre outras deliberações, (i) será ratificada a contratação da empresa especializada responsável pela avaliação das Segundas Ações Incorporadas; (ii) serão aprovados os laudos de avaliação preparados pela empresa especializada, (iii) será aprovado o Protocolo, (iv) será aprovada a Primeira Incorporação de Ações, (v) será aprovado o aumento de capital, a ser realizado com as Primeiras Ações Incorporadas, e (vi) será aprovada a alteração do Artigo 5º do seu estatuto social necessária para refletir o aumento de capital decorrente da Primeira Incorporação de Ações; e
7. a Companhia realizará uma reunião de seu conselho de administração, na qual será deliberada, dentre outros, a fixação do preço do preço por ação no âmbito da Oferta, fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Ausência de cotista controlador no Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o FIP Comercury, não possui um cotista que o controle, isto é, não há cotista (i) que seja titular de direitos de participação que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral de cotistas; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades e orientar o funcionamento dos órgãos do FIP Comercury.

As principais decisões envolvendo o FIP Comercury são tomadas pela Perfin, na qualidade de gestora discriçãoária de tal fundo.

Ingresso da Perfin na Companhia

Em 01 de abril de 2021, a Perfin Administração de Recursos Ltda. ("Perfin") passou a deter ações da Companhia, da Doc 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. ("Doc 88") e da MegaWhat Desenvolvimento e Serviços S.A. ("Megawhat"), em montante equivalente a 19,99% do capital social de cada uma das referidas entidades, ou seja, 52.031.593 ações de emissão da Companhia, 5.626.447 ações de emissão da Doc 88 e 3.503.096 ações de emissão da Megawhat (em conjunto, as "Ações Adquiridas Perfin"), com o intuito de transferi-las, em ato subsequente, a fundo de investimento em participações sob sua gestão.

Subsequentemente, em 19 de julho de 2021, o Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Comercury") adquiriu, da Perfin, a totalidade das Ações Adquiridas Perfin, sendo o preço de compra equivalente ao valor pago pela Perfin em 01 de abril de 2021.

Acordo de Investimento

Compromisso de Investimento dos Investidores Âncoras

Foi celebrado, em 20 de setembro de 2021, um acordo de investimento e outras avenças entre a Companhia, Christopher Alexander Vlavianos, Edvaldo Marcelo Ávila, Perfin Ares I Fundo de Investimento em Participações - IE, Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, Perfin Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Perfin Mercury UV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, e Perfin Comercury Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Acionistas Originais") e Atmos Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Atmos"), Núcleo Capital Ltda. ("Núcleo"), Verde Asset Management S.A. ("Verde Asset"), BC Gestão de Recursos Ltda. ("Brasil Capital"), Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), Truxt Investimentos Ltda. ("Truxt"), Neo Gestão de Recursos Ltda. ("Neo") e Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. ("Vinci") e, em conjunto, com a Atmos, Núcleo, Verde Asset, Brasil Capital, Itaú, Truxt e Neo, os "Investidores Âncoras", nos termos do qual os Investidores Âncoras comprometeram-se a, em caráter irrevogável e irretratável e sujeito às condições previstas em tal acordo, efetuar investimento na Companhia, cuja liquidação se dará no âmbito da Oferta, mediante a subscrição e integralização de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, sendo a alocação das ações determinada no momento da liquidação, em paralelo à alocação dos investimentos dos demais participantes da Oferta, em qualquer caso utilizando o Preço por Ação, no montante equivalente a R\$ 1.223.000.000,00, caso a avaliação da Companhia no âmbito da Oferta Pública Inicial seja de, no máximo, R\$ 4,1 bilhões (antes do aporte dos recursos no contexto da Oferta Pública Inicial) ("Acordo de Investimento").

O Acordo de Investimento estabelece que os Investidores Âncoras (por meio de qualquer fundo de investimento (ou entidade de natureza semelhante) que se encontrem sob sua gestão discriçãoária) se comprometeram individualmente a efetuar um investimento na Companhia no âmbito da Oferta ("Investimento Âncora"), observadas as seguintes proporções:

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Investidores Âncoras	% do Investimento	Valor do Investimento
Atmos	24,5298446443%	300.000.000,00
Núcleo	12,2649223222%	150.000.000,00
Verde Asset	12,2649223222%	150.000.000,00
Brasil Capital	12,2649223222%	150.000.000,00
Itaú	8,1766148814%	100.000.000,00
Truxt	15,5355682747%	190.000.000,00
Neo	8,1766148814%	100.000.000,00
Vinci	6,7865903516%	83.000.000,00
TOTAL	100%	1.223.000.000,00

Em razão do Investimento Âncora, os Acionistas Originais outorgarão opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do Contrato de Opção (conforme definido abaixo), que poderão ser exercidas pelos Investidores Âncora, nos termos descritos do Contrato de Opção. Foi estabelecido no Acordo de Investimento, ainda, que, por um período de 270 dias após a liquidação da Oferta, a Atmos não poderá transferir ou onerar, direta ou indiretamente, as ações que subscreveu no âmbito do Acordo de Investimento.

O Investimento Âncora está sujeito às seguintes condições precedentes: (i) a avaliação da Companhia no âmbito da Oferta Pública Inicial seja de, no máximo, R\$ 4,1 bilhões (antes do aporte dos recursos no contexto da Oferta Pública Inicial); (ii) valor da Oferta seja de, no mínimo, R\$ 1,4 bilhão; (iii) a Oferta seja liquidada até o dia 10 de novembro de 2021; (iv) nenhuma autoridade governamental competente tenha emitido qualquer lei ou decisão que esteja em vigor e produza o efeito de tornar a operação ilegal ou por outra forma restringir ou impedir sua consumação; e (v) tenha sido celebrado o Contrato de Opção (conforme definido abaixo).

O Acordo de Investimento foi realizado em uma negociação privada, sendo que o investimento dos Investidores Âncoras nos termos do Acordo de Investimento será liquidado no âmbito da Oferta. Os Investidores Âncoras não participarão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado no âmbito da Oferta.

Opções de Compra Adicionais Atmos

Adicionalmente, no âmbito do Acordo de Investimento e sem prejuízo do disposto no Contrato de Opção, os Acionistas Originais se comprometeram a outorgar à Atmos, sujeito às Condições de Outorga Atmos (conforme definido abaixo), em caráter exclusivo, incondicional, irrevogável e irretratável, opções de compra adicionais em termos e condições substancialmente similares aos previstos no Contrato de Opção ("Opções de Compra Adicionais Atmos"). As Opções de Compra Adicionais Atmos somente serão outorgadas pelos Acionistas Originais, caso sejam verificadas, cumulativamente, as seguintes condições (em conjunto, as "Condições de Outorga Atmos"): (i) a Atmos realize a sua parcela do Investimento Âncora nos termos do Acordo de Investimento; e (ii) a Atmos adquira à vista, em bolsa, ações ordinárias de emissão da Companhia por preço inferior ao Preço de Referência, durante o período de 18 meses contados da Data de Liquidação, observada a regulamentação aplicável ("Ações Elegíveis" e "Período de Cotação", respectivamente).

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Para fins do parágrafo acima, "Preço de Referência" significa o Preço por Ação, ajustado da seguinte forma: (i) ajustado (reduzido) por eventuais valores que venham a ser declarados pela Companhia a título de dividendos, redução de capital, juros sobre o capital próprio ou de outra forma distribuídos aos acionistas, sendo certo que o ajuste previsto neste item "i" será aplicado a partir da primeira sessão de negociação em que as Ações Elegíveis passarem a ser negociadas sem direito ao respectivo provento declarado (*ex*); e (ii) ajustado (positiva ou negativamente) em razão de eventuais desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações.

A quantidade de Opções de Compra Adicionais Atmos outorgada pelos Acionistas Originais será limitada (i) a 50% do volume de ações subscritas e integralizadas pela Atmos no âmbito da Oferta e (ii) a um número total de ações subscritas e integralizadas que, em conjunto, representem o valor correspondente à parcela do Investimento Âncora que cabe à Atmos, o que for menor. Caso a Atmos subscreva ações no âmbito da Oferta em montante superior à sua proporção do Investimento Âncora, as ações por ela subscritas que excederem sua proporção do Investimento Âncora serão desconsideradas para fins da outorga de Opções de Compra Adicionais Atmos.

Contrato de Opção

Em 20 de setembro de 2021, os Acionistas Originais e os Investidores Âncoras celebraram um contrato de outorga de opções de compra ("Contrato de Opção").

Uma estimativa razoável do valor justo de cada Opção de Compra corresponde a R\$1,98, de forma que a totalidade das Opções de Compra somam o valor justo de R\$275.520.000,00, assumindo que a totalidade do Investimento Âncora seja realizada.

Aspectos Gerais; Prêmio

Referido contrato prevê a outorga, no dia útil imediatamente posterior à Data de Liquidação, pelos Acionistas Originais em favor dos Investidores Âncoras, de uma quantidade total de opções de compra correspondente a 60% da quantidade total de ações de emissão da Companhia subscritas e integralizadas por cada Investidor Âncora no âmbito do seu respectivo Investimento Âncora, tendo cada uma como ativo subjacente uma ação ordinária de emissão da Companhia ("Ação Objeto" e "Opções de Compra", respectivamente). As Opções de Compra serão outorgadas pelos Acionistas Originais de acordo com as seguintes proporções: (i) Kiko – 18,40%; (ii) Dida – 1,75%; (iii) FIP Ares I – 17,46%; (iv) FIP Ares 2 – 39,28%; (v) FIP Mercury – 13,62%; (vi) FIP Mercury UV – 0,74%; e (vii) FIP Comercury – 8,75%.

O prêmio para aquisição de Ações Objeto foi fixado no valor equivalente a R\$1,00 a ser pago por cada Investidor Âncora a cada Acionista Original pela outorga da totalidade das Opções de Compra adquiridas por tal Investidor Âncora (sendo que tal prêmio foi fixado levando em consideração, em especial, o fato de que as Opções de Compra serão outorgadas em contrapartida ao respectivo Investimento Âncora de referido Investidor Âncora).

Para fins do Contrato de Opção e desta seção, o termo "Afiladas" corresponde qualquer fundo de investimento (ou entidade de natureza semelhante) ou carteira de valores mobiliários de terceiros que se encontre sob gestão discricionária do respectivo Investidor Âncora em questão.

Prazo de Exercício; Tipo "Americana"; Condições de Exercício; Antecipação de Exercício Automática

As Opções de Compra poderão ser exercidas por cada Investidor Âncora, total ou parcialmente, quantas vezes entender necessárias, a qualquer tempo (i.e., tipo "americana") entre o primeiro dia após o 18º mês completo e o encerramento do 24º mês contado da Data de Liquidação ("Prazo de Exercício"), observadas as condições abaixo:

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

- (a) Condição de Exercício Individual - Os Investidores Âncora somente poderão exercer as Opções de Compra, individualmente, no período compreendido nos últimos 5 dias úteis do Prazo de Exercício ("Exercício Individual");
- (b) Condição de Exercício Coletivo - Por decisão de Investidores Âncora que sejam conjuntamente titulares de, no mínimo, 75% das Opções de Compra outorgadas e não canceladas, o exercício das Opções de Compra poderá ser realizado a partir do primeiro dia do Prazo de Exercício (inclusive) ("Exercício Coletivo") ; sendo certo que os Investidores que não aderirem ao Exercício Coletivo poderão, ainda, exercer seu Exercício Individual nos termos do item "a" acima; e
- (c) Antecipação de Exercício Automática - Se, anteriormente ao início do Prazo de Exercício, **(i)** o controle da Companhia for alienado a um terceiro; **(ii)** os Acionistas Originais passarem a deter, conjuntamente, menos da maioria absoluta das ações do capital social da Companhia; **(iii)** for realizada operação societária envolvendo a Companhia na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente após a consumação da operação; ou **(iv)** for submetido à CVM, pela Companhia ou pelos Acionistas Originais, ou por quaisquer de suas afiliadas, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações visando ao cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, o Prazo de Exercício será automaticamente antecipado para a realização do Exercício Individual ou do Exercício Coletivo, conforme o caso, de modo que os Investidores Âncoras passarão a poder exercer as Opções de Compra a partir do 1º dia útil contado da data em que qualquer dos eventos listados nos itens "i" a "iv" acima for anunciado publicamente pela Companhia ("Antecipação de Exercício Automática").

O exercício das Opções de Compra por cada Investidor Âncora estará condicionado à realização da sua respectiva parcela do Investimento Âncora, nos termos do Acordo de Investimento.

Determinação do Valor de Liquidação

O Preço de Exercício (conforme definido abaixo) e a quantidade de Ações Objeto, conforme o caso, serão ajustados (positiva ou negativamente) em razão dos seguintes eventos: desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações.

Em caso de liquidação financeira, as Opções de Compra serão liquidadas por seu respectivo valor de liquidação, calculado de acordo com a fórmula abaixo aplicável para cada Opção de Compra ("Valor de Liquidação").

Valor de Liquidação = Preço de Venda - Preço de Exercício

Sendo que:

- (i) "Preço de Venda" corresponde aos recursos necessários para a liquidação financeira de cada Opção de Compra, descontados os custos incorridos para a alienação das ações; sendo que os Acionistas Originais deverão alienar certa quantidade de Ações Objeto a ser definida pelos próprios Acionistas Originais para pagamento do Valor de Liquidação, respeitados os Procedimentos de Negociação (conforme definido abaixo); e
- (ii) "Preço de Exercício" corresponde ao Preço por Ação (a) corrigido entre a Data de Liquidação e a data de exercício da respectiva Opção de Compra, com base em 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>), e (b) ajustado (reduzido) por eventuais proventos entre a Data de Liquidação e a data de exercício da Opção de Compra sendo certo que o ajuste previsto neste item "ii" será aplicado a partir da primeira sessão de negociação em que a Ação Objeto passar a ser negociada sem direito ao respectivo provento declarado (ex).

Forma de Liquidação

As Opções de Compra serão outorgadas com previsão de liquidação financeira, a qual será realizada em moeda corrente nacional sendo reservada a cada Investidor Âncora a possibilidade de liquidação física,

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

mediante entrega das Ações Objeto, caso o Investidor Âncora assim o deseje, a seu único e exclusivo critério, exceto se isso não for possível juridicamente.

i. Procedimentos de Negociação

A alienação da respectiva quantidade de Ações Objeto pelos Acionistas Originais para cálculo do Preço de Venda deverá observar os seguintes parâmetros: **(i)** o procedimento de negociação das ações deverá ser conduzido e coordenado por uma corretora independente, escolhida de comum acordo entre as partes do Contrato de Opção; **(ii)** as vendas deverão ocorrer durante o período máximo de 90 dias a contar da data de recebimento da notificação de exercício pelo respectivo Acionista Original, o qual será (a) reduzido, se assim combinado entre os respectivos Investidores Âncoras e Acionistas Originais envolvidos na liquidação da Opção de Compra, ou (b) suspenso, caso haja vedação para os Acionistas Originais realizarem a venda das Ações Objeto nos termos da regulamentação aplicável ("Período de Liquidação das Opções de Compra"); **(iii)** as vendas deverão ocorrer por meio de leilão ou alienação de grandes lotes (*blocktrade*); e **(iv)** as vendas deverão ser suspensas (sem prejuízo ao exercício posterior da Opção de Compra em relação às mesmas Ações Objeto, se ainda estiver em vigor o Prazo de Exercício), caso o preço de fechamento das Ações Objeto no dia útil imediatamente anterior ao início do leilão ou *blocktrade* seja inferior ao Preço de Exercício. Nos termos do item "iv" acima, as Ações Objeto que não puderem ser alienadas em um determinado leilão ou *blocktrade* para cálculo do Preço de Venda permanecerão sujeitas ao futuro exercício da Opção de Compra, por liquidação financeira ou física (se aplicável), durante todo o período remanescente do Prazo de Exercício ("Procedimentos de Negociação").

ii. Oferta Pública

Alternativamente ao processo descrito no item "*Procedimentos de Negociação*" acima, os Investidores Âncoras que sejam, conjuntamente, titulares de, no mínimo, 75% das Opções de Compra remanescentes durante o Prazo de Exercício, poderão solicitar aos Acionistas Originais a realização de uma oferta pública de distribuição secundária das Ações Objeto, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta 476") ou outra norma editada pela CVM que venha a substituí-la, de forma a obter o Preço de Venda. A decisão de solicitar aos Acionistas Originais a realização da Oferta 476 vinculará todos os Investidores Âncoras com Opções de Compra remanescentes à época, com exceção dos Investidores Âncoras que **(i)** já houverem informado os Acionistas Originais de que optaram pela liquidação física, nos termos do item abaixo, ou que venham a fazê-lo dentro de 5 dias úteis da data em que forem comunicados pelos Acionistas Originais acerca da opção feita por outros Investidores Âncora de acordo com este parágrafo, ou **(ii)** optarem pelo Exercício Individual.

Todos e qualquer custos e/ou despesas incorridos para a realização da Oferta 476 deverão ser integralmente suportados pelos Investidores Âncoras que solicitaram a operação.

iii. Liquidação Física

É assegurada a cada Investidor Âncora, a seu exclusivo critério e independentemente da decisão dos demais Investidores Âncoras, a prerrogativa de, se assim desejar e caso seja viável do ponto de vista jurídico para as partes do Contrato de Opção, optar durante o Prazo de Exercício, pela liquidação física de suas Opções de Compra, com a entrega das Ações Objeto correspondentes, mediante comunicação aos Acionistas Originais neste sentido.

Cancelamento Proporcional das Opções de Compra

Após **(i)** no caso da Atmos, o período de 270 dias contados da Data de Liquidação; e **(ii)** no caso dos demais Investidores Âncoras, a Data de Liquidação, caso qualquer Investidor Âncora, direta ou indiretamente, transfira ou de qualquer outra forma disponha, inclusive mediante operações de empréstimo, de ações de emissão da Companhia sob sua titularidade, e, conseqüentemente, se torne titular de ações de emissão da Companhia em quantidade inferior à quantidade de ações subscritas e

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

integralizadas no âmbito do Investimento Âncora (sendo certo que tal volume não alcança ações que tenham sido adquiridas em quantidade superior a exigida pelo Acordo de Investimento) ("Participação de Referência"), então o respectivo Investidor Âncora terá suas Opções de Compra canceladas na proporção de 0,6 para cada ação de emissão da Companhia vendida, transferida ou emprestada, desprezando-se frações de Opções de Compra, mediante o arredondamento para o maior número inteiro subsequente ("Cancelamento Proporcional das Opções de Compra").

A Participação de Referência será proporcionalmente ajustada, para cada Investidor Âncora, em razão de eventuais desdobramentos, grupamentos, bonificações em ações de emissão da Companhia ou outros eventos similares.

O Cancelamento Proporcional das Opções de Compra também deverá ser aplicável caso os Investidores Âncoras celebrem operações de derivativos, total ou parcial, que tenham por referência ou limitem a exposição às ações de emissão da Companhia, incluindo a proporção de cancelamento de 0,6 para cada ação de emissão da Companhia utilizada como ativo subjacente. Estão excetuados de tal as operações com derivativos referenciados em índices divulgados pela B3 que sejam compostos por outros ativos, dentre os quais as ações de emissão da Companhia.

A transferência de ações de emissão da Companhia entre quaisquer afiliadas de um mesmo Investidor Âncora não ensejará o Cancelamento Proporcional das Opções de Compra.

Obrigações Adicionais

No Contrato de Opção, também foram estabelecidas as obrigações de cada Acionista Original não transferir ou onerar (incluindo eventuais ônus involuntários) as Ações Objeto até a extinção das Opções de Compra, incluindo a manutenção de bloqueio operacional junto ao escriturador ou à B3 ("Bloqueio Operacional"), e os Acionistas Originais e os Investidores Âncoras se comprometeram a colaborar de boa-fé para a celebração de contrato de outorga de garantia real sobre a quantidade de ações de emissão da Companhia que corresponda à totalidade das Opções de Compra outorgadas e não canceladas, na forma de alienação fiduciária, em momento anterior ao início do Prazo de Exercício, condicionada à realização do Investimento Âncora por cada Investidor Âncora, conforme o caso ("Alienação Fiduciária").

As partes, ainda, colaborarão de boa-fé para o ajuste ou a liberação, conforme o caso, do Bloqueio Operacional e da Alienação Fiduciária caso seja necessário para viabilizar o registro das Opções de Compra no respectivo sistema de registro na modalidade com garantia da contraparte central da B3 (CCP).

Ausência de direitos de governança

Foi acordado, ainda, que as Opções de Compra não conferirão aos Investidores Âncoras quaisquer direitos de governança (incluindo direitos de nomeação de membros do conselho de administração ou de comitês da Companhia) ou direito de voto com relação à Companhia.

Ausência de responsabilidade solidária ou subsidiária

Não haverá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por quaisquer obrigações decorrentes do Contrato de Opção entre os Investidores Âncoras, de um lado, e os Acionistas Originais, de outro.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse da Comerc Participações S.A.” (“Política de Partes Relacionadas”), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de setembro de 2021, visa a assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros.

Ainda, referida política preza para que sejam empregadas as melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência, devendo obedecer aos seguintes princípios:

- (i) os membros da administração têm o dever de agir no melhor interesse da Companhia, independentemente de quem os tenham indicado para os respectivos cargos;
- (ii) os acionistas controladores e a administração não podem votar nem intervir em assuntos em que tenham conflito de interesses com a Companhia;
- (iii) os acionistas controladores têm o dever de agir no melhor interesse da Companhia como um todo, incluindo de todos os seus acionistas; e
- (iv) administração deve conduzir os negócios da Companhia e de suas subsidiárias com as devidas diligência e lealdade, em consonância com os deveres fiduciários previstos nos artigos 153 a 155 da Lei das Sociedades por Ações.

A Política de Partes Relacionadas da Companhia preza aplica-se à Companhia e às suas controladas, devendo ser observada: (i) pelos acionistas da Companhia e de suas controladas; e (ii) pelo Pessoal Chave da Administração, bem como pelos seus respectivos Membros Próximos da Família.

Na negociação entre partes relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

Partes Relacionadas

Para fins da Política de Partes Relacionadas, conforme ilustram a Deliberação da CVM nº 642/10 e o Pronunciamento Técnico do CPC nº 05, entende-se como parte relacionada (i) a pessoa ou membro próximo de sua família que (a) tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia, (b) tiver influência significativa sobre a Companhia ou (c) for membro do pessoal chave da administração da Companhia ou de sua controlada; bem como (ii) a entidade que (a) seja do mesmo grupo econômico da Companhia, (b) coligada ou controlada em conjunto (joint venture) da Companhia (ou de entidade de seu grupo econômico) ou vice-versa, (c) esteja sob o controle de joint venture que também controle a Companhia, (d) esteja sobre controle conjunto de uma terceira entidade da qual a Companhia é coligada, (e) seja um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são empregados da entidade relacionada e da Companhia, (f) seja controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada no item (i) acima, (g) sofra influência significativa de uma pessoa identificada no item (i) (a) acima ou que tenha uma pessoa identificada neste mesmo item como pessoa chave de sua administração e (h) forneça, ou qualquer membro do grupo ao qual faz parte, serviços de pessoal chave da administração da Companhia ou de sua controladora.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Regras e Procedimentos para a Tomada de Decisões Envolvendo Partes Relacionadas ou Outros Potenciais Conflitos de Interesses

Caberá à Diretoria Jurídica classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão das partes envolvidas.

Caberá ao Conselho de Administração, por meio de voto favorável da maioria dos membros, aprovar previamente todas as Transações com Partes Relacionadas à Companhia ou a qualquer de suas Controladas, exceto por contratos de mútuo entre a Companhia e qualquer de suas Controladas firmados no curso normal dos negócios.

Durante a análise das Transações com Partes Relacionadas a Diretoria Jurídica, a Diretoria e o Conselho de Administração deverão verificar se tais transações serão realizadas em condições comutativas e em observação às Condições de Mercado. Em sua análise, poderão ainda considerar: (i) se há motivos claros para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada; (ii) se a Transação com a Parte Relacionada é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes; (iii) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver; e (iv) a observância aos princípios e regras da Política de Partes Relacionadas.

Transações Vedadas com Partes Relacionadas

São vedadas as seguintes transações com partes relacionadas:

- (i) realizadas em condições que não sejam condições de mercado, quando por possível identificá-las objetivamente, e respeitadas as particularidades de cada transação; e
- (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):
 - a. aos administradores e membros do conselho fiscal ou do conselho de administração ou comitês estatutários ou não e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros;
 - b. aos parentes, até o 2º grau, das pessoas mencionadas acima;
 - c. aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5%, quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros e respectivos parentes até o 2º grau.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

A Política de Partes Relacionadas está disponível para consulta no site da Companhia (<http://www.comerc.com.br/ri>).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A.	02/01/2020	429.401,75	429.000,00	429.401,75	12 meses*	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada da Companhia						
Objeto contrato	Prestação de serviços de suporte operacional nas áreas administrativas, legal e contábil pela Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda (subsidiária integral da Companhia) para a DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de um contrato de serviços compartilhados no qual a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda fornece a sua empresa coligada pessoal qualificado e habilitado para executar serviços administrativos, legais e contábeis.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratada (Considerando que a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda é subsidiária integral da Companhia e que esses resultados estão consolidados na Demonstrações Financeiras)						
*Na duração os 12 meses são prorrogáveis anualmente.							
DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A.	01/01/2018	12.373.201,47	0,00	R\$ 12.373.201,47	12 meses*	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada da Companhia						
Objeto contrato	Prestação de serviços de tecnologia pela DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. para a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda (subsidiária integral da Companhia). O montante envolvido na transação se dá pela multiplicação do valor da hora trabalhada pelo número de prestadores de serviço. Considerando que a operação não possui valor fixo, apresentamos no item de "montante envolvido" os valores históricos, compreendidos entre 01/01/2018 e 30 de junho de 2021.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de um contrato de prestação de serviços de tecnologia no qual a DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. fornece a sua empresa coligada, Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, serviços de suporte operacional em tecnologia da informação.						
	*Na duração os 12 meses são prorrogáveis anualmente.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratada (Considerando que a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda é subsidiária integral da Companhia e que esses resultados estão consolidados na Demonstrações Financeiras)						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A.	02/01/2020	328.520,80	329.000,00	328.520,80	12 meses*	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Coligada da Companhia						
Garantia e seguros	Prestação de serviços de suporte operacional nas áreas administrativas, legal e contábil pela Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda (subsidiária integral da Companhia) para a Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Trata-se de um contrato de serviços compartilhados no qual a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda fornece a sua empresa coligada pessoal qualificado e habilitado para executar serviços administrativos, legais e contábeis.						
Especificar	Outra						
	Contratada (Considerando que a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda é subsidiária integral da Companhia e que esses resultados estão consolidados na Demonstrações Financeiras)						
	*Na duração os 12 meses são prorrogáveis anualmente.						
Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A.	01/01/2020	2.867.289,00	0,00	R\$ 2.867.289,00	12 meses*	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Coligada da Companhia						
Garantia e seguros	Prestação de serviços de tecnologia pela Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A para a Comerc Energia Ltda (subsidiária integral da Companhia). Considerando que a operação não possui valor fixo, apresentamos no item de "montante envolvido" os valores históricos, compreendidos entre 01/01/2020 e 30/06/2021.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Trata-se de um contrato de prestação de serviços de tecnologia no qual a Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A. fornece a sua empresa coligada, Comerc Energia Ltda, serviços de suporte operacional em tecnologia da informação.						
Especificar	Outra						
	Contratada (Considerando que a Comerc Energia Ltda é subsidiária integral da Companhia e que esses resultados estão consolidados na Demonstrações Financeiras).						
Cotistas Comerc Participações S.A.	12/06/2020	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00	12 meses*	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor	Acionistas Companhia à data da transação						
Objeto contrato	Adiantamento de Dividendos a todos os acionistas da Companhia, à data da transação, proporcionalmente à sua participação no capital social da Companhia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de adiantamento de dividendos do exercício de 2020.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Trata-se de adiantamento de dividendos do exercício de 2020. Em 25 de julho de 2021 os Acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos no valor de 1.816.326,68 dos quais 1.600.000,00 eram objeto de antecipação de dividendos durante o exercício de 2020						
DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A.	01/01/2018	26.092.425,94	0,00	R\$ 26.092.425,94	12 meses*	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada da Companhia.						
Objeto contrato	Prestação de serviços de tecnologia pela DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. para a Comerc Energia Ltda. (subsidiária integral da Companhia). O montante envolvido na transação se dá pela multiplicação do valor da hora trabalhada pelo número de prestadores de serviço. Considerando que a operação não possui valor fixo, apresentamos no item de "montante envolvido" os valores históricos, compreendidos entre 01/01/2018 e 30 de junho de 2021.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de um contrato de prestação de serviços de tecnologia no qual a DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. fornece a sua empresa coligada, Comerc Energia Ltda, serviços de suporte operacional em tecnologia da informação.						
Posição contratual do emissor	*Na duração os 12 meses são prorrogáveis anualmente.						
Especificar	Outra						
Contratada (Considerando que a Comerc Energia Ltda é subsidiária integral da Companhia e que esses resultados estão consolidados na Demonstrações Financeiras).							
Acionistas pessoas físicas	22/01/2021	2.200.000,00	2.200.000,00	2.200.000,00	12 meses*	SIM	100,000000
Relação com o emissor	Acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Operação de mútuo por meio da qual os acionistas pessoas físicas da Companhia, de forma proporcional a suas respectivas participações, emprestaram recursos para fins de capital de giro. A taxa de juros cobrados refere-se a 100% da CDI.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O mútuo com os acionistas pessoas físicas será quitado antes do lançamento da oferta pública inicial de ações						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de um empréstimo ou outro tipo de dívida.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Acionistas pessoas físicas	30/06/2021	19.261.470,90	8.717.000,00	8.716.149,90	24 meses*	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ex-cotistas e executivos da Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.						
Objeto contrato	Aquisição por parte da Companhia de 32% das cotas da empresa Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de aquisição de participação em empresa investida.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Acionistas pessoas físicas	31/01/2021	10.000,00	10.000,00	10.000,00	12 meses*	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta da Companhia.						
Objeto contrato	Prestação de serviços de suporte operacional nas áreas administrativas, legal e contábil pela Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (subsidiária integral da Companhia) para a Micropower Comerc Energia S.A.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de um contrato de serviços compartilhados no qual a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda fornece a sua empresa coligada pessoal qualificado e habilitado para executar serviços administrativos, legais e contábeis.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Devedora. Contratada (Considerando que a Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda é subsidiária integral da Companhia e que esses resultados estão consolidados na Demonstrações Financeiras).						
Comerc Energia Ltda	31/12/2020	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	12 meses*	SIM	100,000000
*Na duração os 12 meses são prorrogáveis anualmente.							
Relação com o emissor	Coligada da Companhia						
Objeto contrato	Operação de mútuo por meio da qual a Comerc Energia Ltda emprestou para a Comerc Participações Ltda para fins recursos para fins de capital de giro. A taxa de juros cobrados refere-se a 100% da CDI.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma operação de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	N/A						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

As transações divulgadas no item 16.2 acima, celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas (conforme definida e descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência), foram realizadas de acordo com nosso Estatuto Social e com as práticas estabelecidas em lei.

A administração da Companhia está comprometida com o Código de Ética e Conduta (conforme definido e descrito no item 5.4(a)(i) deste Formulário de Referência), que reflete as normas e condutas que devem ser tomadas em casos de potenciais conflitos de interesses, e com a Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme descrito no item 16.1 deste Formulário de Referência.

A partir da aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas, em 6 de agosto 2021, as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas passaram a ser previamente analisadas e submetidas para aprovação nos termos previstos em tal política.

Em situações em que qualquer transação com partes relacionadas exija aprovação prévia nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em situação pessoal de conflito de interesses com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação, e abster-se de participar de determinada negociação. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso solicitado pelo órgão social que deliberar sobre a transação, tal pessoa impedida poderá participar parcialmente da discussão, visando apenas fornecer informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante em relação à transação, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de conflito de interesse por qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Transação com Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

Ademais, a Companhia preza por boas práticas de governança corporativa, em conformidade ao Anexo 29-A da ICVM 586, divulgou a política e os códigos citados acima em seu Portal de Relações com Investidores (<http://www.comerc.com.br/ri>), a fim de corroborar com as medidas adotadas para tratar conflitos de interesses.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Quando da celebração dos instrumentos com partes relacionadas descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, anteriormente à abertura de capital da Companhia e à aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, inexistiam na Companhia procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses. Não obstante, as transações com partes relacionadas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência observaram os padrões e condições de mercado aplicáveis, uma vez que foram celebradas considerando (i) os princípios e valores da Companhia que também norteiam sua Política de Transações com Partes Relacionadas; e (ii) os parâmetros,

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

preços e condições de mercado. Para informações sobre riscos relacionados às transações celebradas pela Companhia com partes relacionadas, vide item 4.1(a) deste Formulário de Referência, “*A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas*”.

Quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, agimos de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer vantagens, benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem instrumentos ou estabelecerem relações comerciais com suas partes relacionadas, o fazem sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação, equivalentes às que seriam estipuladas entre partes independentes e não relacionadas, resguardando o caráter comutativo das condições pactuadas e o pagamento compensatório adequado. Além disso, a partir da data de aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, todas as transações com partes relacionadas passam a seguir os procedimentos estabelecidos na referida política e serão devidamente submetidas à aprovação pelos diretores ou órgãos decisórios, conforme aplicável, nos termos de tal política e do estatuto social da Companhia.

Apresentamos abaixo informações sobre a natureza comutativa das condições pactuadas para cada tipo de transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que (i) tenham sido celebradas pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e (ii) se encontram vigentes no exercício social corrente:

- Compartilhamento de Serviços:

No que se refere aos contratos de compartilhamento de serviços celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas, a Companhia esclarece que as condições acordadas são comutativas e não indicam vantagem, benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas.

A estratégia da Companhia ao celebrar contratos os de compartilhamento de serviços descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência é a busca de eficiência de custos e recursos para todas as partes envolvidas.

Para a celebração de contratos dessa natureza, a Companhia realizou pesquisa de valores médios de mercado para os serviços a serem prestados, de forma que o valor fosse condizente com o praticado em operações semelhantes.

Após o estabelecimento do valor e dos termos da contratação, estes foram incluídos no orçamento da Companhia e encaminhados para aprovação do então Diretor Presidente.

Assim, a Companhia acredita que a pesquisa de valores médios de operações dessa natureza no mercado, bem como a prévia avaliação e aprovação pelo então Diretor Presidente garantiram a comutatividade de condições e não geraram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes e terceiros.

- Prestação de serviços de tecnologia:

A Companhia esclarece que os contratos de prestação de serviços de tecnologia entre a Companhia e suas partes relacionadas, nos termos descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, foram celebrados em condições comutativas e não indicam vantagem, benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas.

Antes de celebrar contratos dessa natureza, a Companhia realizou pesquisa de valores médios de mercado para os serviços contemplados, de forma que o valor transacionado fosse condizente com o praticado em operações semelhantes no momento de celebração.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Uma vez estabelecido o valor e os termos da contratação, estes foram submetidos à aprovação do então Diretor Vice-Presidente Financeiro e, posteriormente, incluídos no orçamento da Companhia enviado para aprovação pelo Diretor Presidente e pelos então quotistas da Companhia reunidos.

A Companhia acredita que a cotação de valores médios utilizados em operações dessa natureza no mercado, bem como a prévia avaliação e aprovação pelo então Diretor Vice-Presidente Financeiro, pelo Diretor Presidente e pelos quotistas garantiram a comutatividade de condições e não geraram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes e terceiros.

- Prestação de serviços de informação de mercado:

Com relação aos contratos de prestação de informação de mercado celebrados nos termos descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que as condições pactuadas são comutativas e não indicam vantagem, benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas.

Para a celebração dessa modalidade contratual então subsidiária da Companhia, a Comerc Energia Ltda., que contratou os serviços da parte relacionada da Companhia, a Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A., realizou pesquisa de preços no mercado e negociou os termos da mesma forma como são feitas as negociações com qualquer outro fornecedor de serviços. Após o estabelecimento do valor a ser transacionado, os termos e valores da transação foram incluídos no orçamento submetido à aprovação e pelo Diretor Presidente.

A Companhia acredita que tais procedimentos adotados para a negociação e aprovação da transação garantiram a comutatividade de condições e não geraram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia, à sua subsidiária ou a quaisquer outras partes e terceiros, incluindo os seus acionistas à época.

- Adiantamento de Dividendos aos Cotistas:

O adiantamento de dividendos aos cotistas, nos termos do item 16.2 deste Formulário de Referência, foi ratificado em assembleia geral extraordinária na data de 31/12/2020, a qual contou com a participação da totalidade dos acionistas da Companhia. Ressalta-se que a ratificação foi deliberada por unanimidade dos acionistas presentes, sem qualquer ressalva.

A Companhia acredita que as condições dessa transação são comutativas e não indicam vantagem, benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas.

- Mútuo com os acionistas pessoas físicas da Companhia:

Em 22 de janeiro de 2021 foi celebrado contrato de mútuo, por meio da qual os acionistas pessoas físicas da Companhia, de forma proporcional a suas respectivas participações, emprestaram recursos à Companhia para fins de seu capital de giro. Conforme informado no item 16.2, a Companhia pretende quitar tal mútuo antes do lançamento de sua oferta pública inicial de ações. Tal contrato prevê uma taxa de 100% do CDI, o que está alinhado com o custo de captação da Companhia em outras operações de empréstimo.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Em complemento às informações prestadas nesta Seção 16, apresentamos abaixo as informações relevantes sobre transações com partes relacionadas das Entidades Incorporadas. Para maiores informações sobre a Reorganização Societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência:

Brígidias:

- **Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Sindustrial Engenharia Ltda.	18/06/2020	550.000,00	98.097,92	550.000,00	Indeterminado	SIM	0,25%
Relação com o emissor	Acionista Indireto						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Sindustrial Energia Ltda transfere à mutuária Brígida Solar SPE Ltda a quantia de R\$ 550.000,00						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo firmado entre a então quotista da Brígida Solar SPE para que a referida SPE pudesse pagar suas despesas ordinárias e desenvolver seus projetos com a finalidade de entrar em operação comercial, sendo que, quando da aquisição da SPE pela Ares 1 Participações S.A., parte do mútuo foi quitada, parte foi negociada para quitação quando o projeto entrasse em operação comercial, o que aconteceu em 25 de junho de 2021, e uma parcela permanece aberta.						
Posição contratual do emissor	Outros						
Especificar	Mutuário						
Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Sindustrial Engenharia Ltda	18/06/2020	383.939,77	59.911,31	383.939,77	Indeterminado	SIM	0,25%
Relação com o emissor	Acionista Indireto						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Sindustrial Energia Ltda transfere à mutuária Brígida 2 Solar SPE Ltda a quantia de R\$ 383.939,77,00						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo firmado entre a então quotista da Brígida Solar 2 SPE para que a referida SPE pudesse pagar suas despesas ordinárias e desenvolver seus projetos com a finalidade de entrar em operação comercial, sendo que, quando da aquisição da SPE pela Ares 1 Participações S.A., parte do mútuo foi quitada, parte foi negociada para quitação quando o projeto entrasse em operação comercial, o que aconteceu em 25 de junho de 2021, e uma parcela permanece aberta						
Posição contratual do emissor	Outros						
Especificar	Mutuário						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda.	18/06/2020	648.393,77	248.864,82	648.393,77	Indeterminado	SIM	0,25%
Relação com o emissor	Acionista Indireto						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda transfere à mutuária Brígida 2 Solar SPE Ltda a quantia de R\$ 648.393,77						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo firmado entre a então quotista da Brígida Solar 2 SPE para que a referida SPE pudesse pagar suas despesas ordinárias e desenvolver seus projetos com a finalidade de entrar em operação comercial, sendo que, quando da aquisição da SPE pela Ares 1 Participações S.A., parte do mútuo foi quitada, parte foi negociada para quitação quando o projeto entrasse em operação comercial, o que aconteceu em 25 de junho de 2021, e uma parcela permanece aberta						
Posição contratual do emissor	Outros						
Especificar	Mutuário						
Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda.	18/06/2020	315.000,00	12.549,94	315.000,00	Indeterminado	SIM	0,25%
Relação com o emissor	Acionista Indireto						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda transfere à mutuária Brígida Solar SPE Ltda a quantia de R\$ 315.000,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo firmado entre a então quotista da Brígida Solar SPE para que a referida SPE pudesse pagar suas despesas ordinárias e desenvolver seus projetos com a finalidade de entrar em operação comercial, sendo que, quando da aquisição da SPE pela Ares 1 Participações S.A., parte do mútuo foi quitada, parte foi negociada para quitação quando o projeto entrasse em operação comercial, o que aconteceu em 25 de junho de 2021, e uma parcela permanece aberta						
Posição contratual do emissor	Outros						
Especificar	Mutuário						

- Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Mútuo:

No que se refere aos contratos de mútuo celebrados entre a Brígida Solar SPE Ltda. (“Brígida 1”) e/ou a Brígida 2 Solar SPE Ltda. (“Brígida 2” e, em conjunto com Brígida 1, as “Brígidas”), conforme o caso, as quais são subsidiárias de uma das Entidades Incorporadas que serão objeto da Reorganização Societária (conforme detalhada no item 15.8 deste Formulário de Referência) – na qualidade de mutuárias - e suas partes relacionadas, conforme indicado nas tabelas acima, análogas ao item 16.2 deste Formulário de Referência, as condições pactuadas são comutativas e não indicam vantagem, benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas.

Trata-se de transações de mútuo celebrados entre as então quotistas da Brígida 1 e da Brígida 2 para que estas pudessem arcar com suas despesas ordinárias (i.e. prestadores de serviços e indenização das servidões das UFVs) e desenvolver seus projetos com a finalidade de entrarem em operação comercial. Quando da aquisição da Brígida 1 e da Brígida 2 pela Ares 1 Participações S.A., parte do mútuo foi quitada, parte foi negociada para quitação quando o projeto entrasse em operação comercial, o que aconteceu em 25 de junho de 2021, e uma parcela permanece aberta.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Assim que identificada a necessidade de recursos para o cumprimento de obrigações assumidas perante terceiros, se iniciaram as análises dos contratos de mútuo pelas duas sócias e pela Diretoria de Brígidias. Para a quitação dos compromissos assumidos, foram aventadas três possíveis soluções: (i) aporte de capital; (ii) mútuo; ou (iii) empréstimos com terceiros. Nesse contexto, as sócias avaliaram as taxas de mercado e, por uma decisão empresarial e de oportunidade, optaram pelo mútuo.

Uma vez estabelecida a realização dos mútuos, foram aplicadas taxas inferiores às praticadas pelas instituições financeiras na época. Ademais, para mitigação de eventuais conflitos de interesses ambas sócias, representantes de 100% do capital social de Brígidias, pactuaram os mútuos nas mesmas condições sendo responsáveis pela aprovação final para a firma das transações.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital					
06/08/2021	192.008.679,86	N/A	86.719.323	0	86.719.323
Tipo de capital					
Capital Subscrito					
06/08/2021	192.008.679,86	N/A	86.719.323	0	86.719.323
Tipo de capital					
Capital Integralizado					
06/08/2021	192.008.679,86	N/A	86.719.323	0	86.719.323
Tipo de capital					
Capital Autorizado					
06/08/2021	0,00	N/A	446.041.379	0	446.041.379

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/12/2020	Reunião de Sócios	31/12/2020	154.645.270,00	Subscrição particular	154.645.270	0	154.645.270	8,87745500	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Valor nominal das quotas conferidas à Companhia por seus acionistas.										
Forma de integralização										
Conferência de quotas da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, Comerc Energia Elétrica Ltda, Comerc Gás Comercializadora Ltda., Comerc Power Trading Ltda, Micropower Comerc Participações S.A. detidas pelos acionistas à Companhia.										
15/03/2021	Reunião de Sócios	15/03/2021	6.320.079,00	Subscrição particular	6.320.079	0	6.320.079	0,03261200	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Valor nominal das quotas conferidas à Companhia por seus acionistas.										
Forma de integralização										
Capitalização de créditos detidos pelos acionistas em face da Companhia e conferência de quotas da Comerc Esco detidos pelos acionistas à Companhia.										
31/03/2021	Assembleia Geral Extraordinária	31/03/2021	8.623.330,86	Subscrição particular	8.014.995	0	8.014.995	0,04834103	1,08	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
O preço de subscrição das ações foi calculado com base no valor patrimonial de cada ação, de acordo com o disposto no artigo 170 da Lei nº 6.404/76.										
Forma de integralização										
Conferência de quotas da Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. detidas pelos acionistas à Companhia.										
01/04/2021	Assembleia Geral Extraordinária	01/04/2021	175.000.000,00	Subscrição particular	52.031.593	0	52.031.593	0,93578544	3,36	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
O preço de subscrição das ações foi calculado com base no valor patrimonial de cada ação, de acordo com o disposto no artigo 170 da Lei nº 6.404/76.										
Forma de integralização										
As ações subscritas no âmbito do aumento de capital foram integralizadas mediante pagamento em dinheiro pela Perfin Administração de Recursos Ltda.										

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
06/08/2021	260.157.968	0	260.157.968	86.719.323	0	86.719.323

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma prevista no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Deliberação da Assembleia Geral da Companhia que deverá determinar a fórmula de cálculo do valor de resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão no Estatuto da Companhia sobre alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários. As alterações dos direitos assegurados às ações ordinárias estão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia, com observância dos quóruns e condições previstos pela Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	A Companhia pleiteou a listagem de suas ações ordinárias no segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à obrigação de realização de oferta pública, há disposição no Estatuto Social da Companhia que determina que qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum (conforme definido no Estatuto Social da Companhia); (ii) entre as quais haja relação de Controle; ou (iii) sob Controle comum ("Adquirente"), que passe a ser titular de ações ou de direitos sobre as ações de emissão da Companhia, nos termos que adquira, subscreva ou de qualquer outra maneira se torne titular de ações ou direitos sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia ("Participação Acionária Relevante") deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou em tal Participação Acionária Relevante, efetivar uma Oferta Pública de Aquisição ("OPA") para a totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, notadamente a Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 361"), os regulamentos da B3 e os termos deste artigo, sendo que na hipótese de OPA sujeita a registro, o prazo de 60 (sessenta) dias referido acima será considerado cumprido se neste período for solicitado tal registro ("OPA Participação Acionária Relevante").

Competirá ao Conselho de Administração manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) as alternativas à aceitação da OPA de ações disponíveis no mercado; e (d) outros pontos que o conselho de administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável, tendo em vista que o estatuto social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos, exceto determinação da Assembleia Geral, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto social, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. O registro da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e a admissão das ações de emissão da Companhia à listagem no segmento Novo Mercado da B3 estão sendo requeridos junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

O registro da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e a admissão das ações de emissão da Companhia à listagem no segmento Novo Mercado da B3 estão sendo requeridos junto à CVM e à B3. Uma vez concedidos os registros, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição pela Companhia ou por terceiros relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, haja vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia realizado ofertas públicas de distribuição.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos três últimos exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**18.12 - Outras informações relevantes**

Em complemento às informações prestadas nesta Seção 18, apresentamos abaixo as informações relevantes sobre os valores mobiliários das Entidades Incorporadas. Para maiores informações sobre a Reorganização Societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Informações complementares ao item 18.5. Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª emissão da Ares One Participações S.A.
Data de emissão	14/04/2021
Data de vencimento	12/01/2022
Quantidade (Unidades)	100.000 emitidos, que corrigidos pelo Valor Nominal Unitário valem 100.275
Valor total (Reais)	R\$100.000.000,00 contratados, e desembolsado em duas tranches, sendo que a segunda tranche considerou valorização de Valor Nominal Unitário.
Saldo devedor em aberto	R\$100.734.365,76
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures serão ofertadas apenas a investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM 476, podendo ser (i) acessadas apenas por 75 investidores profissionais e (ii) subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 investidores profissionais. As debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos respectivos investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	N/A
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A qualquer momento a partir da primeira data de integralização, a Companhia poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, não sendo permitido o resgate antecipado parcial. Na hipótese de resgate, os debenturistas farão jus ao pagamento do valor nominal unitário (ou saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável), acrescido (i) dos respectivos juros remuneratórios; (ii) de eventuais encargos moratórios, se houver; (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às debêntures; e (iv) se for o caso, do prêmio de resgate indicado do Edital de Oferta de Resgate Antecipado.
Características dos valores mobiliários	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, em regime de garantia firme de subscrição.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto (i) alteração (a) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (b) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, (c) da Data de Vencimento e da vigência das Debêntures, (d) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (e) da redação de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive sua exclusão; (f) dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão, e (g) da espécie das Debêntures; e (ii) criação de evento de repactuação, será necessária deliberação favorável por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Outras características relevantes	As debêntures não serão atualizadas monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros + <i>spread</i> equivalente a 2,00% ao ano. <u>Destinação de Recursos:</u> Os recursos obtidos pela Ares One Participações S.A. com a emissão das debêntures serão integralmente utilizados para financiar, no curto prazo, a implantação, construção, comissionamento, operação e exploração, pelas SPEs (Brígida Solar SPE S.A. e Brígida 2 Solar SPE S.A.) da central geradora fotovoltaica (i) denominada Brígiditas, nos termos da Portaria nº 237, de 11 de junho de 2018, emitida pelo Ministério de Minas e Energia; e (ii) denominada Brígiditas 2, nos termos da Portaria nº 236, de 11 de junho de 2011, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª emissão da Ares 2 Participações S.A.
Data de emissão	28/04/2021
Data de vencimento	15/06/2030
Quantidade (Unidades)	400.000
Valor total (Reais)	R\$400.000.000,00
Saldo devedor em aberto	R\$400.442.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures serão ofertadas apenas a investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM 476, podendo ser (i) acessadas apenas por 75 investidores profissionais e (ii) subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 investidores profissionais. As debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos respectivos investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	N/A
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A qualquer momento, a Companhia poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, não sendo permitido o resgate antecipado parcial. Na hipótese de resgate, os debenturistas farão jus ao pagamento do maior dos valores entre: (a) valor nominal acrescido (i) dos respectivos juros remuneratórios; (ii) de eventuais encargos moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às debêntures; ou (b) o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização, acrescido de (i) dos respectivos juros remuneratórios, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B); (ii) de eventuais encargos moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às debêntures.
Características dos valores mobiliários	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, em regime de garantia firme de colocação.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alteração (a) dos Juros Remuneratórios, (b) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, (c) da Data de Vencimento e da vigência das Debêntures, (d) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (e) da redação de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado, inclusive sua exclusão; (f) dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão, (g) da liberação de Garantias, assim como redução de seu valor; (h) criação de evento de repactuação; (i) de termos e condições das Garantias e

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

do Termo de Compromisso de Aporte; e (j) da espécie das Debêntures, será necessária deliberação favorável por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

Outras características relevantes As Debêntures serão atualizadas pela variação acumulada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). Sobre o valor nominal atualizado, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes à sobretaxa equivalente a 6,4% ao ano.

Destinação de Recursos: Os recursos obtidos pela Ares 2 Participações S.A. ("Ares 2") com a emissão das debêntures deverão ser utilizados para, nesta ordem, (i) primeiro, efetuar o pagamento do preço de aquisição, pela Ares 2, das ações de emissão da Hikari Participações Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.906.276/0001-27 ("Hikari"), da Mori Gestão de Ativos Holding S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.313.935/0001-99 ("Mori"), detidas pelos acionistas minoritários, no valor máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (ii) segundo, subscrever quotas de emissão da Hikari e da Mori para que estas quitem todos os mútuos hoje existentes nos quais tais sociedades figurem como mutuárias, bem como todos os tributos e despesas relativos a tais pagamentos; (iii) terceiro, realizar o resgate antecipado facultativo integral das debêntures emitidas no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussórias, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Mori Energia Holding S.A. ("Mori Holding"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantias Adicionais Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Mori Energia Holding S.A.", celebrado em 06 de novembro de 2019, entre a Mori Holding e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inclusive, mas sem limitação, o "Instrumento Particular de Contratação de Operação de Derivativos", celebrado em 06 de outubro de 2019, dentro de até 5 (cinco) dias úteis contados da primeira data de integralização; e (iv) quarto, os recursos que restarem, após a realização das operações previstas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, serão utilizados pela Ares 2 para a realização de investimentos e distribuição de recursos aos seus acionistas.

Informações complementares ao item 18.5.a. Número de titulares de valores mobiliários

Valor mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas
Debêntures Ares One Participações S.A.	0	1
Debêntures Ares 2 Participações S.A.	0	1

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 17/09/2021

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função A Companhia, os Acionistas Controladores, os Administradores, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, e outras pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério, que tenham ou possam a vir a ter acesso, permanente ou eventual, a Informações Sensíveis ou Informações Privilegiadas em virtude de (i) cargo, função, ou posição na Companhia, em Acionista Controlador (se houver), controladas ou coligadas, incluindo os respectivos empregados, estagiários e outros colaboradores, ou (ii) relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de Informações Privilegiadas, nos termos Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão. A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 21º andar, Conjunto 211, Sala 5, Torre Norte, CEP 04543-907; e (ii) internet: site da Companhia (www.comerc.com.br/ri), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização É vedada a utilização de Informação Privilegiada, por qualquer pessoa a que ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, mediante negociação de Valores Mobiliários. Para fins da caracterização do ilícito, presume-se que: (i) a pessoa que negociou Valores Mobiliários dispondo de Informação Privilegiada, fez uso de tal informação na referida negociação; (ii) Acionistas Controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal e a própria Companhia, em relação aos negócios com Valores Mobiliários de própria emissão, têm acesso a toda Informação Privilegiada; (iii) as pessoas listadas no inciso (ii), bem como aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia ao terem tido acesso a Informação Privilegiada sabem que se trata de informação privilegiada; (iv) o administrador que se afasta da Companhia dispondo de Informação Privilegiada se vale de tal informação caso negocie Valores Mobiliários emitidos pela companhia no período de 3 (três) meses contados do seu desligamento; (v) são relevantes, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativos à matéria, as informações acerca de operações de incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação, ou qualquer forma de reorganização societária ou combinação de negócios, mudança no controle da companhia, inclusive por meio de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas, decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta ou mudança do ambiente ou segmento de negociação das ações de sua emissão; e (vi) são relevantes as informações acerca de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e de falência efetuados pela própria Companhia, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativos a tal pedido. Esta vedação também prevalecerá caso esta possa interferir nas condições dos negócios em questão, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor Vice Presidente de Relações com Investidores. Ainda, a Companhia, os Acionistas Controladores, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam impedidos de realizar negociações com valores mobiliários, independentemente de qualquer aviso/alerta do Diretor de Relações com Investidores, no período de, 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITRs e DFs.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração ("Política de Divulgação") e descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 480 e Resolução CVM nº 44, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Resolução CVM nº 44 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação tem como princípios e objetivos:

- (i) obediência à legislação específica, à regulação da CVM e de outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros a que a Companhia possa estar sujeita;
- (ii) prestar informação completa aos acionistas e investidores da Companhia;
- (iii) assegurar a disponibilidade ao mercado das informações que possam influir nas suas decisões de investimento;
- (iv) assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa e continua;
- (v) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- (vi) possibilitar transparência e acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor;
- (vii) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado;
- (viii) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e
- (ix) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia, aderindo às melhores práticas de relações com investidores.

Nos termos da Política de Divulgação, a divulgação de Fato Relevante deverá ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nos mercados em que os valores mobiliários sejam negociados, tanto em Bolsas de Valores brasileiras quanto em estrangeiras. Todavia, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá solicitar, sempre simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da respectiva informação, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas Entidades de Mercado sobre o assunto.

Adicionalmente, sempre que a CVM ou as Bolsas de Valores exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o Diretor de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a informações privilegiadas, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Como regra geral, o Diretor de Relações com Investidores deverá enviar simultaneamente à CVM e às Bolsas de Valores os Fatos Relevantes, bem como divulgá-los no site de relações com investidores da Companhia e em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

Os Fatos Relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados imediatamente, caso sua revelação coloque em risco interesse legítimo da Companhia, e apenas enquanto perdurar essa circunstância, devendo obrigatoriamente ser adotados os procedimentos estabelecidos na Política de Divulgação com o propósito de garantir o sigilo das Informações Privilegiadas até a sua divulgação.

Se, no entanto, a Informação Privilegiada mantida em sigilo escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou, ainda, na hipótese de a CVM ou Bolsas de Valores decidirem pela divulgação, o Diretor de Relações com Investidores deverá divulgá-la imediatamente.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As Pessoas Vinculadas que venham a ter acesso a informações privilegiadas ou informações sensíveis devem guardar sigilo acerca de tais informações enquanto não forem divulgadas pela Companhia.

O texto completo da Política de Divulgação da Companhia poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (<http://www.comerc.com.br/ri>).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação da Companhia é o Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.